



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 1773

Terça-feira - 30 de Junho de 2015

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

| | | | | | |
|---------------------------|-----|------------------------------|-----|----------------------------|-----|
| Água Doce..... | 2 | Garuva | 125 | Palmitos | 256 |
| Antônio Carlos | 4 | Gaspar | 129 | Passos Maia | 257 |
| Ascurra..... | 5 | Governador Celso Ramos | 130 | Paulo Lopes | 258 |
| Balneário Rincão | 29 | Grão Pará | 132 | Penha..... | 260 |
| Barra Velha..... | 30 | Guaraciaba | 133 | Pomerode..... | 261 |
| Biguaçu | 31 | Guaramirim..... | 134 | Ponte Serrada | 263 |
| Blumenau | 34 | Guarujá do Sul | 136 | Porto Belo..... | 264 |
| Bom Jesus do Oeste | 36 | Herval d'Oeste | 137 | Porto União..... | 265 |
| Bom Retiro | 41 | Ibiam | 141 | Pouso Redondo | 267 |
| Botuvera..... | 42 | Ilhota | 151 | Rio do Sul..... | 271 |
| Braço do Trombudo | 43 | Imarui | 152 | Salto Veloso | 274 |
| Brusque..... | 50 | Imbituba | 154 | Santiago do Sul..... | 275 |
| Caçador..... | 53 | Indaial..... | 158 | São Bento do Sul..... | 280 |
| Camboriú..... | 64 | Ipumirim | 179 | São Domingos..... | 286 |
| Campo Alegre | 66 | Irineópolis | 180 | São João do Oeste | 287 |
| Canoinhas..... | 79 | Itaiópolis | 188 | São João do Sul | 288 |
| Capinzal | 85 | Itapiranga..... | 189 | São Joaquim | 292 |
| Catanduvas..... | 90 | Itapoá | 190 | São José..... | 293 |
| Chapadão do Lageado | 91 | Joaçaba | 194 | São Lourenço do Oeste..... | 304 |
| Cocal do Sul..... | 92 | Lages | 204 | São Miguel do Oeste..... | 438 |
| Concórdia | 97 | Lauro Muller | 207 | Schroeder..... | 441 |
| Cordilheira Alta | 103 | Lebon Regis | 208 | Siderópolis..... | 464 |
| Coronel Freitas..... | 108 | Leoberto Leal..... | 209 | Sul Brasil | 465 |
| Correia Pinto..... | 110 | Lindóia do Sul | 210 | Timbó | 467 |
| Curitibanos | 111 | Macieira..... | 211 | Tunápolis..... | 505 |
| Dionísio Cerqueira | 113 | Mafrá | 215 | Turvo | 529 |
| Doutor Pedrinho..... | 115 | Maravilha..... | 216 | União do Oeste | 531 |
| Ermo | 116 | Modelo | 225 | Urussanga | 532 |
| Eral Velho | 117 | Morro da Fumaça | 227 | Videira..... | 550 |
| Forquilha..... | 118 | Navegantes..... | 228 | Xanxerê..... | 558 |
| Fraiburgo..... | 121 | Nova Trento | 249 | Xavantina | 559 |
| Frei Rogério | 122 | Novo Horizonte | 253 | Xaxim..... | 561 |
| Galvão..... | 123 | Orleans | 254 | | |
| Garopaba..... | 124 | Palhoça | 255 | | |

Consórcios

| | |
|------------------|-----|
| ARIS | 563 |
| CIGA | 563 |
| CIMCATARINA..... | 564 |
| CIS/AMARP..... | 593 |
| CIASS..... | 594 |

Água Doce

PREFEITURA

DECRETO Nº 073/2015

DECRETO Nº 073/2015 – DE 23 DE JUNHO DE 2015

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, NO ORÇAMENTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce – SC usando de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 133 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no artigo 18 da Lei nº 2.329 de 09 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto no orçamento vigente instituído pela Lei nº 2.329 de 09 de dezembro de 2014, um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) para o Fundo Municipal de Saúde.

Parágrafo único. Os recursos a que se refere o “caput” deste artigo serão para Manutenção do Fundo Municipal de Água Doce.

Art. 2º. Fica suplementado no orçamento vigente o elemento de despesa Aplicações Diretas com a seguinte classificação orçamentária:

| | |
|--|--|
| 09 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUA DOCE | |
| 01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUA DOCE | |
| 10.301.0042.2.051 MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE | |
| 3.3.90.00.0.3.0110.0/50 Aplicações Diretas | |
| R\$ 100.000,00 | |
| TOTAL | |
|R\$ 100.000,00 | |

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º deste Decreto fica utilizado o superávit financeiro do exercício de 2014 verificado na rubrica 0.1.0110 Recursos do Tesouro Exercícios Anteriores.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 23 de junho de 2015.
NOVELLI SGANZERLA
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 074/2015

DECRETO Nº 074/2015 – DE 23 DE JUNHO DE 2015

“CONSTITUI COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DOS SERVIDORES EM ESTÁGIO PROBATÓRIO, NA FORMA PREVISTA NO ARTIGO 17 DA LEI COMPLEMENTAR N. 015, DE 28 DE DEZEMBRO DE 1999 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce – SC, no uso de suas atribuições que lhe confere os incisos VIII e XXXI, do art. 72 da Lei Orgânica Municipal e em conformidade com o que dispõe o artigo 17 da Lei Complementar n. 015, de 28 de dezembro de 1999, combinado com o disposto no artigo 41 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 04 de junho de 1998, e ainda, tendo presente o disposto no Decreto n. 081/2010 que regulamenta a avaliação dos servidores

em estágio probatório,

DECRETA:

Art. 1º. Fica constituída a Comissão de Avaliação dos servidores municipais em estágio probatório, composta pelos seguintes membros:

I – Representantes da Secretaria de Saúde e Promoção Social:

- a) MARIA ODETE AMORIM MENDES, brasileira, solteira, ocupante do cargo efetivo de Odontóloga;
- b) ROSANE PEREIRA GRISA, brasileira, casada, ocupante do cargo efetivo de Agente Operacional Manutenção e Limpeza;
- c) NILZE MARIA BALESTRIN SARI, brasileira, casada, ocupante do cargo efetivo de Assistente Social;

II – Representantes da Secretaria de Educação, Cultura e Esporte:

- a) CLAUDIA FAVERO BOCALON, brasileira, casada, ocupante do cargo efetivo de Orientadora Escolar;
- b) DENISE APARECIDA CELSO PUTTON, brasileira, casada, ocupante do efetivo de Suporte Pedagógico;
- c) ZELAINE APARECIDA PELICIOLI, brasileira, solteira, ocupante do cargo efetivo de Administradora Escolar - PRESIDENTE;

III – Representantes da Secretaria de Administração e Fazenda:

- a) GLAÚCIA REGINA VARASCHIN, brasileira, solteira, ocupante do cargo efetivo de Assistente Administrativo;
- b) CRISTIANO SAVARIS DA SILVA, brasileiro, solteiro, ocupante do cargo efetivo de Assistente Administrativo;

IV – Representantes da Secretaria de Transporte e Infraestrutura Rural:

- a) RONALDO PAULO VENTURIN, brasileiro, casado, ocupante do cargo efetivo de Mecânico;

V – Representante da Secretaria de Agricultura:

- a) NATALINO VIERA, brasileiro, solteiro, ocupante do cargo efetivo de Motorista;

VI – Representante da Secretaria de Indústria, Comércio e Urbanismo:

- a) JULIANA BORGIA, brasileira, solteira, ocupante do cargo efetivo de Assistente Administrativo.

VII – Representante do Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal de Água Doce e Região - SINSEADRE:

- a) RUBIA NEIVA ZATTA BEAL, brasileira, casada, associada ao SINSEADRE.

Parágrafo único. A avaliação deverá ser efetuada de acordo com os critérios previstos no artigo 17 da Lei Complementar n. 15, de 28 de dezembro de 1999, bem como pelas normas contidas no Regulamento instituído pelo Decreto n. 081/2010.

Art. 2º. Durante o triênio de aferição, a avaliação deverá ser semestral.

Parágrafo único. A última avaliação deverá ser concluída 60(sessenta) dias antes de completado o triênio do Estágio Probatório.

Art. 3º. O funcionário avaliado deverá assinar o Boletim de Avaliação constante do Anexo Único do Decreto nº 081/2010 de 16/08/2010 que regulamenta a avaliação, recebendo em cada avaliação, uma

cópia do Resultado.

Parágrafo único. Cientificado do resultado da avaliação, o servidor terá o prazo de 10(dez) dias para, querendo, apresentar defesa escrita, dirigida à Comissão que decidirá em igual prazo.

Art. 4º. Os trabalhos da Comissão têm preferência sobre quaisquer outros, cujas reuniões deverão ser realizadas durante o período normal de expediente, não gerando aos seus membros remuneração adicional.

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 23 de junho de 2015.

NOVELLI SGANZERLA

Prefeito Municipal

Antônio Carlos

PREFEITURA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 110/2015

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Ata de Registro de Preço nº. 110/2015; Origem: Processo Licitatório: nº 059/2015 - Pregão Presencial nº 038/2015; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos/SC; Contratada: EDSON PAULI ELETROTECNICO - ME; Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de troca com fornecimento de óleo lubrificante, óleo hidráulico, fluido de freio, filtros e graxa, conforme necessidade, para a manutenção da frota de veículos e máquinas da Prefeitura Municipal e o Fundo Municipal de Saúde e Assistência Social de Antônio Carlos/SC. Prazo: 29/06/2015 - 29/06/2016. Valor: Empresa vencedora dos lotes 1, 2, 3 e 4 totalizando o valor de R\$ 350.059,00 (Trezentos e Cinquenta Mil e Cinquenta e Nove Reais).

Antônio Carlos, 30 de junho de 2015.

ANTÔNIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

Ascurra

PREFEITURA

EDITAL 001/2015 - Abre Inscrições Processo Seletivo

EDITAL Nº 001/2015 DE PROCESSO SELETIVO

Abre inscrições e define normas para o Processo Seletivo destinado ao provimento de vagas temporárias do Quadro Único de Pessoal da Administração Direta da Prefeitura Municipal de Ascurra, Santa Catarina e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL do município de Ascurra, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, torna público que fará realizar Processo Seletivo para provimento de Cadastro de Reserva nos Quadros de Pessoal da Administração Pública Municipal, previstas na Lei Complementar nºs 118/2011, sob a forma de Emprego Público prevista na Lei Complementar nºs 065/06 e no Plano de Carreira e Remuneração do Magistério previstas na Lei Complementar nº 119/2011 e pelas demais normas em vigor e de acordo com as instruções deste Edital.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 O Processo Seletivo será realizado sob a responsabilidade do Instituto o Barriga Verde-IOBV, localizado na Avenida Luiz Bertoli, 233, centro, município de Taió, Estado de Santa Catarina, tel./fax (47) 3562-1598, endereço eletrônico www.iobv.org.br, e-mail iobv@iobv.com.br, sob a supervisão da Comissão Municipal de Seletivo Público, nomeada pela Portaria Número 5290/2015.

1.2 A realização do certame seguirá as datas e prazos previstos de acordo com o seguinte cronograma:

| Evento | Data Provável |
|---|--|
| Inscrições exclusivamente pela internet (on-line) no período de: | Das 08h00min do dia 01/07/15 às 23h59min do dia 15/07/15 |
| Solicitar Isenção de taxa de inscrição via Sedex/Ar até: | 06/07/15 |
| Divulgação dos pedidos de isenção | 10/07/15 |
| Recursos contra o indeferimento do pedido de isenção | 13 e 14/07/15 |
| Vaga para Deficiente e condição especial para realizar a prova, prazo final para envio por sedex/AR do requerimento. | 15/07/15 |
| PROVA DE TÍTULOS enviar via sedex/ar até | 15/07/15 |
| Pagamento da taxa de inscrição para todos os candidatos prazo final dia: | 16/07/15 |
| Listagem dos inscritos: divulgação das inscrições deferidas e indeferidas de todos os candidatos. | 20/07/15 |
| Recursos contra indeferimento das inscrições | 21 e 22/07/15 |
| Homologação das inscrições | 27/07/15 |
| Locais das Provas divulgação dos locais de provas | 28/07/15 |
| PROVAS ESCRITAS OBJETIVAS | 02/08/15 |
| Gabarito Preliminar divulgação no site Instituto o Barriga Verde (www.iobv.org.br). | 03/08/15 |
| Recursos contra as questões e ao gabarito preliminar da prova objetiva escrita. | 04 e 05/08/15 |
| Gabarito Definitivo da prova objetiva divulgação no site do Instituto o Barriga Verde (www.iobv.org.br). | 10/08/15 |
| Classificação Preliminar | 11/08/15 |
| Recursos contra a classificação preliminar | 12 e 13/08/15 |
| Classificação Final | 14/08/15 |
| Homologação do resultado final | Após 14/08/15 |

1.3. O cronograma é uma previsão e poderá sofrer alterações, dependendo do número de inscritos, de recursos, intempéries e por decisão da Comissão Especial para Supervisionar e Acompanhar a Realização do Processo Seletivo e da Comissão do Instituto o Barriga Verde, sendo de responsabilidade do candidato acompanhar suas alterações nos meios de divulgação do certame.

1.4. O Edital do Seletivo Público, os demais comunicados e avisos aos candidatos, a relação de inscritos, os gabaritos e provas, os julgamentos realizados, convocações e todos os demais atos do Seletivo Público, serão publicados no sítio do Processo Seletivo na Internet: www.iobv.org.br.

1.5. O Edital do Processo Seletivo também será publicado no site da Prefeitura de Ascurra na Internet: <http://www.ascurra.sc.gov.br/> e no órgão oficial de imprensa (www.diariomunicipal.sc.gov.br), bem como afixado na sede da Prefeitura Municipal; sede da Câmara de Vereadores e sede dos entes da Administração Municipal Indireta; e ainda, publicado, na forma de extrato, em jornal de circulação local e estadual.

1.6. A nomeação dos candidatos aprovados dentro do número de vagas deste certame, atenderá os dispositivos da RE/598.099//STF, de acordo com a necessidade da Prefeitura Municipal, respeitada a ordem de classificação, podendo ser convocados mais candidatos aprovados, se houver necessidade para o serviço público.

1.7. O prazo de validade do Seletivo é de 1 (um) ano, contado da publicação do ato de homologação do resultado final do Seletivo, prorrogável uma vez, por igual período, a critério da Administração Municipal de Ascurra – SC.

2. DOS REQUISITOS BÁSICOS PARA INVESTIDURA NOS CARGOS

2.1. São requisitos básicos para investidura nos cargos a que se refere o presente Seletivo:

- a) A nacionalidade brasileira;
- b) O gozo dos direitos políticos;
- c) A quitação com as obrigações militares e eleitorais;
- d) O nível de escolaridade exigido;
- e) A idade mínima de dezoito anos;
- f) Condições de saúde física e mental compatíveis com o exercício do cargo ou função, de acordo com prévia inspeção médica oficial;
- g) Idoneidade moral a ser comprovada mediante a apresentação de atestado de antecedentes emitido por órgão competente;
- h) Inexistência da incompatibilidade para o exercício de cargo público municipal;
- i) Ter sido aprovado no Seletivo Público, na forma estabelecida neste Edital;
- j) Comprovar a formação exigida para o cargo e o registro profissional quando exigido.
- k) Outros requisitos justificados pelas atribuições do cargo ou estabelecidos em lei.

3. DOS CARGOS, FORMAÇÃO MÍNIMA EXIGIDA, VENCIMENTO, CARGA HORÁRIA, E NÚMERO DE VAGAS.

3.1 A relação dos cargos com as exigências mínimas de formação, vencimento, carga horária, número de vagas, atribuições dos cargos e outras informações constam nos anexos I e II deste edital.

3.2. A escolaridade e requisitos exigidos, conforme anexo I e legislação em vigor, deverão ser comprovados quando da convocação do candidato para admissão.

4. DA INSCRIÇÃO

4.1. A inscrição do candidato implicará no conhecimento e na aceitação irrestrita das instruções e das condições do Seletivo Público, tais como se acham estabelecidas neste edital, bem como em eventuais aditamentos, comunicações, instruções e convocações relativas ao certame, que passarão a fazer parte do instrumento convocatório como se nele estivessem transcritos e acerca dos quais não poderá o candidato alegar desconhecimento.

4.2. Ao se inscrever o candidato concorda com o acesso por terceiros, por qualquer meio, dos seus dados de identificação, títulos apresentados, resultados das avaliações a que for submetido e classificação no presente Seletivo público.

4.3. A participação no presente Processo Seletivo iniciar-se-á pela inscrição, que deverá ser efetuada no prazo e nas condições estabelecidas neste Edital.

4.4. A inscrição somente será efetuada via Internet, no endereço eletrônico www.iobv.org.br, no período estabelecido no cronograma de atividades capítulo I deste edital.

4.5. Para efetivar a sua inscrição o candidato deverá seguir os seguintes passos:

- a) Ler atentamente o edital verificando se atende a todos os requisitos e condições exigidos para assumir o cargo, bem como das regras constantes neste edital;
- b) Acessar o endereço eletrônico www.iobv.org.br, em "concursos e seletivos", inscrições abertas, selecionar o município de ASCURRA Edital 001/2015;
- c) Preencher o Requerimento de Inscrição;
- d) Conferir atentamente os dados informados e enviá-lo pela Internet, imprimindo uma cópia que deve ficar em seu poder;
- e) Imprimir o boleto bancário e efetuar o pagamento da taxa de inscrição preferencialmente nas agências do Banco do Brasil, até o dia do vencimento estabelecido no boleto.
- f) Manter o boleto que comprova o pagamento da taxa de inscrição em seu poder.

4.5.1. Para os candidatos que não possuem acesso à rede mundial de computadores (internet), o município disponibilizará atendimento gratuito no seguinte local: Prefeitura Municipal de Ascurra, situada na Rua Benjamin Constante, nº 221, Centro, Ascurra/SC, no horário de atendimento das 09h00min às 11h00min e das 14h00min às 16h00min.

4.6 O valor da taxa de inscrição é de:

- a) Para cargos com exigência de ensino superior: R\$ 30,00 (trinta reais);
- b) Para cargos com exigência de ensino médio: R\$ 20,00 (vinte reais);
- c) Para cargos com exigência de ensino fundamental: R\$ 10,00 (dez reais);

4.7. O pagamento da taxa de inscrição só poderá ser feito mediante a utilização do boleto de pagamento disponível no endereço eletrônico www.iobv.org.br, com o respectivo código de barras, até a data de vencimento constante no mesmo.

4.7.1. O agendamento do pagamento e o respectivo demonstrativo não se constituem documentos comprobatórios do pagamento da taxa de inscrição.

4.8. No caso de extravio do boleto original, uma segunda via poderá ser obtida no mesmo endereço, na área restrita do candidato.

4.9. Em caso de feriado ou evento que acarrete o fechamento de agências bancárias na localidade em que se encontra o candidato, o boleto deverá ser pago antecipadamente.

4.10. Para evitar ônus desnecessário, o candidato deverá orientar-se no sentido de recolher o valor de inscrição somente após tomar conhecimento de todos os requisitos e condições exigidos para assumir o cargo, bem como das regras constantes neste edital acompanhando as publicações e suas possíveis alterações.

4.11. A inscrição só será aceita quando o Banco onde foi paga a taxa de inscrição confirmar o respectivo pagamento.

4.12. Após o pagamento do boleto bancário, em até cinco dias o candidato poderá conferir, no site do seletivo, na área do candidato, se os dados da inscrição foram recebidos e se o valor da inscrição foi pago, podendo imprimir seu comprovante definitivo de inscrição.

4.13. Da isenção da taxa de inscrição

4.13.1. Os candidatos poderão requerer a isenção da taxa de inscrição desde que atendam os requisitos do Decreto Municipal nº 2517, de 05 de junho de 2013, que estabelece:

§ 1º – Ficam isentos do pagamento do preço público para inscrição em Concurso Público do Município de Ascurra/SC os candidatos doadores de sangue, atendidas as condições estabelecidas nos parágrafos seguintes.

§ 2º – Considera-se, para enquadramento ao benefício previsto no parágrafo anterior, somente a doação de sangue promovida a órgão

oficial ou a entidade credenciada pela União, pelo Estado ou por Município.

§ 3º – A comprovação da qualidade de doador de sangue será efetuada através da apresentação de documento expedido pela entidade coletora, que deverá ser juntado no ato de inscrição.

§ 4º – O documento previsto no parágrafo anterior, deverá discriminar o número e a data em que foram realizadas as doações, não podendo ser inferiores a três (03) vezes nos doze (12) meses imediatamente anteriores à abertura do edital do concurso no qual o doador pretenda inscrever-se.

4.13.2. Para se beneficiar da isenção o candidato deverá no ato da inscrição requerer na ficha de inscrição on line a isenção da taxa de inscrição e encaminhar via correio sedex AR, até a data constante do cronograma, aos cuidados do Instituto O Barriga Verde, Avenida Luiz Bertoli, 233, centro, Taió – SC, CEP 89190-000, os documentos que comprovem seu direito à isenção, acompanhados do requerimento de isenção anexo VI deste edital e comprovante de inscrição.

4.13.3. Após análise dos pedidos de isenção, será divulgado Edital contendo a relação dos isentos do pagamento da taxa de inscrição, abrindo-se prazo recursal de 2 (dois) dias úteis para contestação dos requerimentos indeferidos.

4.13.4. Cabe ao candidato avaliar se o pedido de isenção e seu envio via sedex terá custo menor que o pagamento da taxa de inscrição.

4.13.5. Os candidatos que tiverem seus pedidos de isenção da taxa de inscrição indeferidos deverão efetuar o pagamento do boleto bancário da inscrição até a data limite, conforme cronograma, sob pena de eliminação do Seletivo Público.

4.13.6. Os candidatos que tiverem os pedidos de isenção deferidos terão suas inscrições automaticamente efetivadas e estarão habilitados a todos os atos e termos do Edital.

4.13.7. É de total responsabilidade do candidato verificar/acompanhar o resultado do pedido de isenção, inclusive sobre eventual indeferimento no prazo supra descrito, para todos os efeitos legais.

4.14. Demais disposições referente às inscrições

4.14.1. É vedada a inscrição condicional, extemporânea, via postal, via fax, via e-mail, ou por qualquer outra via não especificada neste edital.

4.14.2. As informações prestadas no preenchimento do Requerimento de Inscrição, são de inteira responsabilidade do candidato, podendo ser indeferida ou anulada a inscrição por seu preenchimento incompleto ou de forma indevida.

4.14.3. A Comissão Municipal de Processo Seletivo e o IOBV, a qualquer tempo, poderão anular a inscrição, as provas e admissão do candidato, se verificada falsidade em qualquer declaração ou documento exigido neste edital.

4.14.4. As mudanças de endereço e/ou dados cadastrais deverão ser alteradas, na área restrita do candidato, até a data de realização da prova.

4.14.5. O IOBV não se responsabilizará por solicitações de inscrição via Internet não efetivadas por falhas de comunicação, congestionamento de linhas de comunicação e outros fatores de ordem técnica que impossibilitar a transferência dos dados ou a impressão dos documentos relacionados.

4.14.6. O IOBV não se responsabilizará por boletos clonados por estelionatários, através de vírus no computador utilizado pelo candidato, devendo o candidato conferir o código de barras e se o boleto é do Banco do Brasil, cujo código de barras deve iniciar pelo número do banco ou seja 001.

4.14.7. Para evitar transtornos ao candidato aconselha-se que faça sua inscrição antecipadamente.

4.14.8. O candidato poderá participar deste edital com apenas uma inscrição, verificando-se mais de uma inscrição de um mesmo candidato, será considerada apenas a inscrição mais recente devidamente paga.

4.14.9. O candidato, após efetuar o pagamento da inscrição não poderá, sob qualquer pretexto, pleitear a troca de cargo e/ou a devolução da importância recolhida uma vez que, o valor da inscrição somente será restituído em caso de anulação plena do Seletivo Público.

4.14.10. A inscrição implica no conhecimento e aceitação das regras e condições estabelecidas neste edital, seus termos aditivos, convocações bem como avisos publicados no endereço eletrônico do Seletivo, que passarão a fazer parte do instrumento convocatório como se nele estivessem transcritos, a acerca dos quais o candidato não poderá alegar desconhecimento, sendo sua responsabilidade manter-se informado, acompanhando as divulgações no site oficial www.iobv.org.br.

4.14.11. Será cancelada a inscrição do candidato que:

a) Efetuar o pagamento da taxa de inscrição com cheque sem a provisão de fundos, agendamentos não compensados ou com qualquer outra irregularidade;

b) Prestar declarações falsas, inexatas, adulterar qualquer documento informado ou apresentado ou que não satisfizer as condições estabelecidas neste Edital.

4.14.12. No caso de cancelamento da inscrição serão anulados todos os atos dela decorrentes, a qualquer tempo, mesmo que o candidato tenha sido classificado e que o fato seja constatado posteriormente.

4.14.13. Ao se inscrever o candidato concorda com o acesso por terceiros, por qualquer meio, dos seus dados de identificação, títulos apresentados, resultados das avaliações a que for submetido e classificação no presente Seletivo público.

4.14.14. As inscrições poderão ser prorrogadas por necessidade de ordem técnica e/ou operacional o que poderá ser feito sem prévio aviso bastando, para todos os efeitos legais, a comunicação de prorrogação feita no site www.iobv.org.br e <http://www.ascorra.sc.gov.br>.

4.15. Das condições especiais para realizar a prova

4.15.1 Os candidatos, inscritos que necessitarem de atendimento especial para realização da prova (local de fácil acessibilidade, uso de aparelhos de audição ledor, prova com fonte ampliada e etc.), deverão assinalar esta opção no Requerimento de Inscrição e indicar o atendimento especial que desejar, devendo enviar tal solicitação através do anexo IV deste edital, via sedex AR para o endereço do Instituto O Barriga Verde, Avenida Luiz Bertoli, 233 – Centro – 89.190-000 – Taió – SC.

4.15.2. A candidata que necessitar amamentar deverá, além de requerer atendimento especial para realizar a prova, nos termos do item 4.15.1, deverá comparecer ao local do exame com a antecedência mínima de trinta minutos, acompanhada de pessoa maior de 18 anos que ficará responsável pela guarda da criança. O menor e o responsável ficarão em sala especial. Nos momentos de amamentação a candidata solicitará ao fiscal de sala que a conduza ao local. O tempo destinado à amamentação não será descontado do tempo de duração da prova.

4.15.3. O IOBV publicará, no endereço do Seletivo www.iobv.org.br, conforme cronograma, despacho das solicitações de atendimento especial deferidas e indeferidas.

5. DOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA

5.1. Às pessoas portadoras de deficiência é assegurado o direito de se inscreverem neste Seletivo público, desde que sua deficiência seja compatível com as atribuições a que pretende concorrer, sendo-lhes reservadas 5% (cinco por cento) das vagas oferecidas, os quais integram lista de chamada especial.

5.2. Consideram-se pessoas com deficiência aquelas que se enquadram nas categorias discriminadas no artigo 4º do Decreto Federal nº 3.298/99 e as alterações constantes do artigo 7 do Decreto Federal 5.296/04.

5.3. O resultado final do Concurso será publicado em duas listas: lista geral e lista especial. A primeira trará a relação de todos os candidatos aprovados e classificados, inclusive das pessoas com deficiência.

5.3.1. Os cargos contemplados com vagas para deficientes, consta divulgado no anexo I deste edital;

5.3.1.1 Para os demais cargos não contemplados com vaga para deficientes, em função do número de vagas, não há previsão de imediato oferecimento de vaga às pessoas com deficiência. Nesses cargos, o primeiro candidato classificado no Concurso na lista especial dos candidatos inscritos para as vagas reservadas às pessoas com deficiência, será nomeado para ocupar a 20ª (vigésima) vaga aberta. O segundo classificado no Concurso na listagem especial ocupará a 40ª (quadragésima) vaga aberta e assim sucessivamente, obedecida a ordem de classificação na listagem especial e o prazo de validade do concurso.

5.4. O candidato com deficiência concorrerá a todas as vagas oferecidas no cargo escolhido, utilizando-se da vaga reservada somente quando, tendo sido aprovado, não puder ser nomeado através de sua classificação na lista geral.

5.5. O candidato que se declarar pessoa com deficiência, participará do presente Processo Seletivo em igualdade de condições com os demais candidatos quanto ao conteúdo das provas; à avaliação e aos critérios de aprovação; ao horário e ao local de aplicação das provas; e nota mínima exigida para todos os demais candidatos.

5.6. Para concorrer às vagas reservadas o candidato deve realizar sua inscrição pela Internet e nela declarar-se portador de deficiência em seguida providenciar e enviar a seguinte documentação:

a) Encaminhar laudo médico original, emitido nos últimos doze meses, atestando a espécie e o grau ou nível de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID), bem como à provável causa da deficiência.

b) Encaminhar requerimento conforme anexo IV deste edital, devidamente preenchido e assinado, no qual poderá ser informada a condição especial que necessita para a realização da prova.

c) Cópia do comprovante de inscrição.

5.6.1 A documentação de que tratamos alíneas, deverá ser encaminhada via correios sedex/AR, ou protocolada pessoalmente na sede do Instituto o Barriga Verde, Avenida Luiz Bertoli, 233, Centro – 89190-00 – Taió – SC.

5.6.2 O fornecimento do laudo médico é de responsabilidade exclusiva do candidato e os documentos entregues não serão devolvidos, assim como não serão fornecidas cópias.

5.6.3. O atendimento às condições especiais solicitadas ficará sujeito à análise de viabilidade e razoabilidade do pedido.

5.7. Os candidatos inscritos para as vagas reservadas aos portadores de deficiência que deixarem de atender, no prazo e condições determinados pelo Edital, em especial as relacionadas aos documentos comprobatórios de sua deficiência, terão sua inscrição como portador de deficiência invalidada e passarão a ser considerados como não portadores de deficiência.

5.8. Tendo sido aprovado no Seletivo Público, os portadores de deficiência serão submetidos à Equipe Multiprofissional, designada com o objetivo de avaliar a compatibilidade entre as atribuições essenciais do cargo com a necessidade especial de que o candidato é portador, emitindo relatório que servirá de base para o laudo expedido pela Perícia Médica Oficial do município.

5.9. Tendo sido aprovados no Processo Seletivo os portadores de deficiência serão submetidos a Perícia Médica Oficial para comprovação da deficiência informada pelo candidato no ato de seu exame admissional e de sua compatibilidade com o exercício das atribuições do cargo.

5.10. Será eliminado da lista de candidatos que concorrem às vagas reservadas aos portadores de deficiência, o candidato cuja deficiência assinalada no ato da inscrição não seja constatada ou não seja compatível com o exercício das atribuições do cargo, passando a compor apenas a lista de classificação geral final.

5.11. O candidato que requerer vaga especial não está isento do pagamento da taxa de inscrição.

5.12. O candidato com deficiência participará deste Seletivo em igualdade de condições aos demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, avaliação e critérios de aprovação, horário, data, local de aplicação e nota mínima exigida para todos os demais candidatos.

6. DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

6.1. As inscrições que preencherem todas as condições deste edital serão divulgadas preliminarmente no site deste Seletivo www.iobv.org.br, conforme cronograma deste edital.

6.2. Caso a inscrição preliminar do candidato não seja homologada, ou haja inexatidão relativas a grafia do se nome, condição de pessoa com deficiência ou qualquer outra, caberá recurso nos termos do presente Edital.

6.2.1 Os casos de erro de grafia, data de nascimento ou outro dado pessoal, o próprio candidato deve entrar na área restrita do site, com seu CPF e senha cadastrados e fazer as devidas alterações.

6.3. Após prazo recursal as inscrições que preencherem todas as condições deste Edital serão homologadas e deferidas pela autoridade competente na data constante do cronograma deste edital.

7. DAS ETAPAS DO SELETIVO PÚBLICO

7.1. O Processo Seletivo a que se refere o presente edital se desenvolverá, em uma, duas ou três etapas de caráter eliminatório e/ou classificatório, conforme o cargo e conforme descrito no “tipo de prova” do anexo I deste edital, a saber:

a) Prova escrita para todos os cargos, que constará do exame de habilidades e de conhecimentos aferidos através de questões objetivas, de caráter eliminatório e classificatório, com duração de até três horas.

b) Prova de títulos, de caráter classificatório para os cargos de professor e orientador pedagógico - nível superior.

7.2 As provas serão realizadas no município de ASCURRA-SC, não sendo permitida a realização das provas em outro local, a não ser o determinado no Edital de Convocação.

7.3. DOS HORÁRIOS E LOCAIS DAS PROVAS

7.3.1. A prova escrita objetiva será na ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA DOMINGOS SÁVIO, Rua Dom Bôsko, 279 - Centro, Ascurra - SC, na data prevista no cronograma, em edital próprio de convocação.

7.3.2. Os horários de realização das provas ficam assim definidos:

| Tipo de Cargo | Evento | Horário |
|----------------------------|--|---------|
| TODOS OS CARGOS (Matutino) | Abertura dos portões e acesso dos candidatos aos locais de prova. | 8h15 |
| | Fechamento dos portões, não sendo permitido o acesso de candidatos, sob qualquer alegação, a partir deste horário. | 8h50 |
| | Abertura dos invólucros e distribuição das provas e na sequência início das provas OBS.: O tempo gasto para abertura e distribuição das provas será acrescido ao tempo final da prova caso seja necessário. | 9h |
| | Tempo mínimo de permanência em sala de prova | 9h30 |
| | Final Devolução obrigatória do caderno de questões e cartão-resposta | 11h |

7.3.3 A identificação correta do período, horário e local da prova e o comparecimento no horário determinado, será de inteira responsabilidade do candidato, devendo o mesmo manter-se informado acompanhando as publicações no site www.iobv.org.br, considerando que os portões dos locais fecharão 10 (dez) minutos antes do horário marcado para início da prova.

7.3.4 O IOBV e o Município de Ascurra eximem-se das despesas com viagens e estadia dos candidatos para prestar as provas do seletivo em qualquer uma das etapas.

8. DA PROVA ESCRITA

8.1 A prova escrita será constituída de questões objetivas, cada uma delas com 4 (quatro) alternativas das quais uma única será correta e com duração de 2 (duas) horas.

8.2. As áreas de conhecimento para cada cargo, abrangidas pela prova, o número e valor das questões de cada uma delas, seguem descritas por escolaridade:

8.2.1. Escolaridade: Ensino Fundamental Completo e Incompleto

| Cargos | Tipo Prova | Disciplinas | Número de questões | Valor de cada questão | Total Nota por Disciplina |
|--------|---------------------------|--------------------------------------|--------------------|-----------------------|---------------------------|
| TODOS | Conhecimentos Gerais | Língua Portuguesa | 5 | 0,40 | 4,00 |
| | | Conhecimentos Gerais | 5 | | |
| | Conhecimentos Específicos | Conhecimentos técnicos profissionais | 10 | 0,60 | 6,00 |
| | | Total | 20 | | 10,00 |

8.2.2. Escolaridade: Ensino Médio e Superior Completo

| Cargos | Tipo Prova | Disciplinas | Número de questões | Valor de cada questão | Total Nota por Disciplina |
|--------|---------------------------|--------------------------------------|--------------------|-----------------------|---------------------------|
| TODOS | Conhecimentos Gerais | Língua Portuguesa | 5 | 0,25 | 2,50 |
| | | Conhecimentos Gerais | 5 | | |
| | Conhecimentos Específicos | Legislação | 5 | 0,50 | 7,50 |
| | | Conhecimentos técnicos profissionais | 10 | | |
| | | Total | 25 | | 10,00 |

8.3. Os programas das provas (conteúdos programáticos) constam do anexo III deste edital.

8.4. A nota da prova escrita (NPE) se dará numa escala de 0,00 a 10,00, e será calculada pela seguinte fórmula:

Cargos de ensino fundamental completo e incompleto: $NPE = (NACG \times 0,40) + (NACE \times 0,60)$

Cargos de ensino médio e superior completo: $NPE = (NACG \times 0,25) + (NACE \times 0,50)$

Sendo:

NACG = Número de acertos das questões de conhecimentos gerais;

NACE = Número de acertos das questões de conhecimentos específicos.

8.6. NORMAS PARA A APLICAÇÃO DA PROVA ESCRITA COM QUESTÕES OBJETIVAS

8.6.1 O candidato deverá comparecer ao local designado para a realização das provas no horário e data estabelecidos no edital de convocação, com a antecedência mínima de 30 (trinta) minutos da hora marcada para fechamento dos portões, munido de documento de identidade original, não sendo permitido o acesso ao local da prova do candidato que chegar atrasado.

8.6.1.1 Os portões de acesso ao local da prova escrita objetiva fecham 10 (dez) minutos antes do horário definido para início da prova.

8.6.1.2. Será vedada a entrada nos locais de prova dos candidatos que chegarem após o fechamento do portão seja qual for o motivo alegado para o atraso, estando o candidato que chegar com atraso a qualquer uma das provas, eliminado do processo seletivo

8.6.2. Não será permitido o acesso ao local de prova do candidato que:

- Chegar após o horário determinado para o fechamento dos portões de entrada;
- Não apresentar documento de identificação oficial válido, original e com foto;
- Não dispor de caneta esferográfica de material transparente com tinta nas cores azul ou preta.

8.6.3. São considerados documentos de identidade: carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública e pelo Corpo de Bombeiros Militar, pelos Conselhos e Ordens fiscalizadores de exercício profissional, passaporte, certificado de reservista,

carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por lei federal, valham como identidade, carteira de trabalho e carteira nacional de habilitação, com foto.

8.6.4. Em caso de perda, furto ou roubo do documento de identidade original, o candidato deverá apresentar documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial, expedido há, no máximo, trinta dias.

8.6.5. Só serão aceitos documentos no prazo de validade e em perfeitas condições, de forma a permitir, com clareza, a identificação do candidato e sua assinatura.

8.6.6. A identificação especial ou coleta de digitais poderá ser exigida, cujo documento de identificação gere dúvidas quanto à fisionomia, à assinatura ou à condição de conservação do documento.

8.6.7. Recomenda-se, para a rápida solução de qualquer pendência, que o candidato tenha consigo o comprovante de pagamento da taxa e comprovante de inscrição.

8.6.8. A não apresentação de documento de identidade, nos termos deste edital impedirá o acesso do candidato ao local de prova e, em consequência, a sua eliminação do certame.

8.6.9. O IOBV, objetivando garantir a lisura, a autenticidade e a idoneidade do Processo Seletivo poderá solicitar a impressão digital do candidato no cartão resposta (a qual não substituirá a obrigatoriedade do candidato assinar o cartão), fotografia ou gravação de imagem e a revista pessoal e de seus pertences inclusive por meio eletrônico. A recusa de tal procedimento acarretará a sua eliminação do Seletivo.

8.6.10. Em vista de eventual varredura eletrônica a que possa ser submetido, o candidato que faça uso de marca-passo, pinos cirúrgicos ou outros instrumentos metálicos, deverá comunicar esta particularidade até o último dia de inscrições e entregar, até esta mesma data, ao IOBV laudo médico que comprove as informações prestadas.

8.6.11. O candidato receberá para realizar a prova escrita, um caderno de questões e um cartão resposta, comprometendo-se a ler e conferir todos os dados, informações e instruções neles constantes, bem como conferir se o cartão resposta corresponde ao seu nome, número de inscrição e o cargo e se o caderno de questões corresponde ao seu cargo e se está impresso sem falhas ou defeitos que possam comprometer a leitura e a resolução da prova.

8.6.12. Na hipótese de serem verificadas falhas de impressão no caderno de questões, o coordenador do local de prova, antes do início da prova, diligenciará no sentido de:

- a) substituir os Cadernos de questões defeituosos;
- b) proceder, em não havendo número suficiente de cadernos para a devida substituição, a leitura dos itens onde ocorreram falhas, usando, para tanto, um caderno de questões completo.
- c) estabelecer prazo para compensação do tempo usado para regularização do caderno, se a ocorrência verificar-se após o início da prova.

8.6.13. As respostas das questões da prova escrita deverão ser transcritas para o cartão resposta, de acordo com as instruções nele contidas, com caneta esferográfica transparente de tinta azul ou preta.

8.6.14. Ao terminar a prova o candidato entregará ao fiscal, juntamente com o cartão-resposta assinado, o Caderno de questões.

8.6.15. Não serão consideradas quaisquer anotações no caderno de questões, sendo o cartão resposta o único documento válido para a correção.

8.6.16. O cartão resposta não será substituído por erro ou rasura do candidato.

8.6.17. Será atribuída nota 0 (zero) à questão da prova escrita:

- a) Cuja resposta não coincida com o gabarito oficial;
- b) Contenha emenda(s) e/ou rasura(s), ainda que legível(is);
- c) Contenha mais de uma opção de resposta assinalada;
- d) Não estiver assinalada no cartão resposta;
- e) Seja preenchida fora das especificações contidas no cartão resposta ou nas instruções da prova.
- f) Cujo cartão resposta não esteja assinado pelo candidato.

8.6.18. O correto preenchimento do cartão resposta é de total responsabilidade do candidato, não sendo responsabilidade do fiscal de sala alertá-lo das incorreções.

8.6.18.1 Além da assinatura do candidato, a escolha da alternativa de cada questão, deve ser preenchido o quadrinho correspondente na sua totalidade, não sendo admitidos "x", bolinhas, ou outra marcação que não seja igual ao exemplo:

8.6.19. Para a segurança dos candidatos e a garantia da lisura do Processo Seletivo poderá haver mais de um tipo de prova, devendo o candidato assinalar no cartão-resposta o número da prova, sob pena de eliminação do Seletivo.

8.6.20. O candidato só poderá ter em seu poder no local de prova escrita objetiva o seguinte material: caneta esferográfica de tinta preta ou azul, fabricada em material transparente, documento de identidade original e, se assim desejar, comprovante de pagamento da taxa de inscrição, copo ou garrafa de água fabricada de material transparente, sem rótulos ou etiquetas, alimentos (barra de cereal, chocolate, fruta, desde que desembalados e acondicionados em saco plástico transparente.)

8.6.21. Para responder as questões da prova o candidato somente poderá utilizar caneta esferográfica de tinta preta ou azul, fabricada em material transparente, que não será distribuída aos candidatos, cabendo a eles sua aquisição.

8.6.22. Não é permitido durante a prova escrita objetiva:

- a) O uso de relógio, calculadoras, telefones celulares ou qualquer outro equipamento eletro-eletrônico, bem como bonés, chapéus ou qualquer outra cobertura.
- b) A comunicação entre os candidatos, bem como consulta a qualquer obra, anotação, instrumento ou equipamento.
- c) Ausentar-se da sala sem a companhia de um fiscal.
- d) A entrada de candidato armado, sob qualquer alegação.
- e) Comportamento agressivo e descortês com qualquer pessoa envolvida na aplicação das provas.

8.6.23. Os candidatos que trouxerem para o local de prova quaisquer materiais, objetos e ou equipamentos não permitidos, deverão entregá-los antes do início da prova, ao fiscal de sala. A simples posse, mesmo que desligado ou uso de qualquer material, objeto ou equipamento não permitido, no local da prova, corredores ou banheiros, implicará na exclusão do candidato do Seletivo público.

8.6.24. Somente depois de decorrido o prazo mínimo de permanência em sala de provas, o candidato poderá entregar seu caderno de questões e seu cartão-resposta e retirar-se da sala de prova, entregando, obrigatoriamente, ao fiscal de sala o seu cartão resposta devidamente assinado e o caderno de provas, sendo que o não cumprimento do corrente item incorre na desclassificação do candidato do Seletivo público.

8.6.25. Os três (3) últimos candidatos que permaneceram na sala só poderão entregar a prova e o cartão resposta ao mesmo tempo e

assinarão a ata de sala e acompanharão termo de fechamento do envelope de provas. O candidato que negar-se a aguardar os companheiros assinará ata de prova como desistente sendo eliminado do certame.

8.6.26. O gabarito provisório será divulgado no endereço eletrônico www.iobv.org.br no dia seguinte ao da realização da prova, juntamente com as provas que estarão disponíveis na área restrita do candidato.

8.6.27. Não haverá, em qualquer hipótese, segunda chamada para nenhuma das provas, nem a realização de prova fora do horário e local marcados para todos os candidatos.

8.6.28. Não serão fornecidos exemplares ou cópias dos cadernos de questões, bem como o original ou cópia do cartão resposta, mesmo após o encerramento do Seletivo público.

8.6.29. O IOBV e a Prefeitura do Município de Ascurra não assumem responsabilidade por acidentes pessoais, perda, extravio, roubo, furto ou avaria de equipamentos e veículos trazidos pelo candidato ao local de prova.

8.6.30. Durante a realização da prova escrita objetiva, não serão fornecidas, por qualquer membro da equipe de aplicação da mesma e/ou pelas autoridades presentes, informações referentes ao conteúdo da prova e/ou critérios de avaliação/classificação.

8.6.31. Ao concluir a sua prova, o candidato deverá retirar-se imediatamente do local de aplicação da prova sem comunicar-se com os demais candidatos, ficando proibido inclusive de permanecer no pátio da escola, ou ligar o celular antes de se retirar da escola.

8.6.31.1 Os candidatos que terminarem a prova não poderão utilizar os banheiros que são destinados ao uso dos candidatos em prova, aconselha-se que antes de entregar a prova solicitem ao fiscal de sala o acompanhamento até os sanitários.

8.6.32. Motivará a eliminação do candidato do Seletivo Público, sem prejuízo das sanções penais cabíveis, a burla ou a tentativa de burla a qualquer das normas devidas neste edital ou a outra relativas ao Seletivo, aos comunicados, às instruções o candidato ou às instruções constantes da prova, bem como o tratamento indevido e descortês a qualquer pessoa envolvida na aplicação das provas.

8.6.33. No dia da realização das provas, na hipótese de o nome do candidato não constar nas listagens oficiais relativas ao local de provas estabelecido no Edital de Convocação, o Instituto O Barriga Verde poderá proceder à inclusão do candidato, desde que apresente comprovante original de pagamento da taxa de inscrição.

8.6.33.1A inclusão de que trata o item anterior será realizada de forma condicional e será analisada pelo Instituto O Barriga Verde e a Comissão Especial para Supervisionar e Acompanhar a Realização do Processo Seletivo na fase do Julgamento das Provas Objetivas, com o intuito de verificar a pertinência da referida inscrição.

8.6.33.2. Constatada a improcedência da inscrição, a mesma será automaticamente cancelada sem direito a reclamação, independentemente de qualquer formalidade, considerados nulos todos os atos dela decorrentes.

8.6.34. Será excluído do Processo Seletivo o candidato que:

- a) se apresentar após o horário estabelecido, inadmitindo-se qualquer tolerância;
- b) não comparecer às provas, qualquer que seja o motivo alegado;
- c) não apresentar documento que bem o identifique, ou não submeter-se à coleta de impressão digital;
- d) ausentar-se da sala de prova sem o acompanhamento do fiscal;
- e) fizer anotação de informações relativas às suas respostas no comprovante de inscrição ou em qualquer outro meio, que não o fornecido pelo IOBV no dia da prova;
- f) se ausentar da sala de prova levando o cartão-resposta personalizado e/ou o Caderno de Questões ou outros materiais não permitidos, sem autorização;
- g) estiver portando armas, mesmo que possua o respectivo porte;
- h) se utilizar de meios ilícitos para a execução das provas;
- i) não devolver integralmente o material recebido;
- j) for surpreendido, durante a realização das provas, em comunicação com outro candidato, bem como se utilizando de quaisquer dos recursos não permitidos.
- k) estiver portando ou fazendo uso, após o início da prova, em qualquer local do edifício onde a prova estiver sendo realizada, de qualquer tipo de aparelho eletrônico ou de comunicação (bip, telefone celular, mp3 players, fones de ouvido, agenda eletrônica, notebook, palmtop, receptor, gravador ou outros equipamentos similares), bem como relógios digitais ou analógicos;
- l) tratar incorretamente ou agir com descortesia a qualquer pessoa envolvida na aplicação das provas, bem como os Coordenadores e seus Auxiliares ou Autoridades presentes.

9. DA PROVA DE TÍTULOS PARA OS CARGOS DE PROFESSOR E ORIENTADOR PEDAGÓGICO (nível superior)

9.1. A prova de títulos, de caráter classificatório, constará da avaliação dos documentos apresentados pelos candidatos aos cargos de professor e orientador pedagógico e que comprovem a sua titulação.

9.2. A prova de títulos consistirá na avaliação dos DIPLOMAS e CERTIFICADOS de Pós-Graduação em nível de Especialização, Mestrado e de Doutorado, relacionados à área do cargo escolhido, autenticados em cartório, desde que devidamente comprovado, concluído até o último dia definido para a inscrição e devidamente registrado.

9.2.1. O candidato deverá comprovar a conclusão do curso de pós-graduação através de fotocópia autenticada, da frente e do verso do certificado ou diploma expedido por instituição credenciada pelo MEC ou Conselho Estadual de Educação – CEE, aos quais serão atribuídas as seguintes pontuações:

- a) 1,5 (um e meio) ponto ao candidato que apresentar título de pós-graduação em nível de Doutorado relacionado à área da função pretendida;
- b) 1,00 (um) ponto ao candidato que apresentar título de pós-graduação em nível de Mestrado relacionado à área da função pretendida;
- c) 0,50 (meio) ponto ao candidato que apresentar título de pós-graduação em nível de Especialização, com no mínimo 320h/a, relacionado à área da função pretendida.

9.2.2 A graduação (certificado de nível superior) não será computado em hipótese alguma, pois já é requisito obrigatório para provimento do cargo.

9.3. A pontuação da Prova de Títulos não é cumulativa, sendo computado os pontos referentes ao título de maior grau dentre os títulos relacionados nas alíneas “a”, “b” e “c” e “d” o item 9.2.1.

9.4. Nos casos de inobservância do item anterior, onde o candidato apresentar mais de um documento para comprovação de título, a comissão avaliadora escolherá ALEATORIAMENTE apenas 1 (um) único documento para a avaliação.

9.5. Só serão aceitos como comprovação de títulos as certidões, atestados, declarações, em papel timbrado da instituição, devidamente assinado, e que conste claramente que o curso foi concluído e a justificativa para a não emissão do certificado, acompanhado do histórico

de disciplinas e carga horária.

9.5.1 Caso o certificado de conclusão não conste as disciplinas e carga horária, poderá ser acompanhado de histórico escolar emitido pela instituição de ensino, assinado e autenticado em cartório.

9.6. Os certificados em língua estrangeira, devem ser acompanhados de tradução com declaração expressa assinada pelo tradutor responsável.

9.7. Serão avaliados os títulos de TODOS os candidatos com inscrição homologada e com títulos válidos.

9.8. Os documentos apresentados não serão devolvidos, seja qual for o motivo alegado pelo candidato.

9.9. Não haverá em hipótese alguma, outra data e horário para a entrega de títulos.

9.10. A não apresentação dos títulos não elimina o candidato do certame, sendo a este computado pontuação zero na prova de títulos para o cálculo da pontuação final.

9.11. Comprovada em qualquer tempo, irregularidade ou ilegalidade na obtenção dos títulos do candidato, o candidato terá anulada a totalidade de pontos desta prova. Comprovada a culpa do candidato este será excluído do Seletivo.

9.12. Da entrega dos títulos

9.12.1 Os certificados podem ser protocolados pessoalmente ou por procuração simples na sede do IOBV ou enviados através das agências dos correios obrigatoriamente por meio de SEDEX/AR, até a data prevista no cronograma.

9.13.2 Os certificados devem ser protocolados ou enviados em envelope lacrado e ser preenchido obrigatoriamente da seguinte forma, sob pena de não serem avaliados:

INSTITUTO O BARRIGA VERDE

Ref.: Prova de Títulos Processo Seletivo Ascurra Edital 001/2015

Candidato:

Cargo:

Número de Inscrição:

Avenida Luiz Bertoli, 233 – Centro

CEP 89.190-000 –TAIÓ - SC

9.13.3. Entregue o envelope com os títulos não serão aceitos pedidos de inclusão de documentos, sob qualquer hipótese ou alegação.

9.13.4 A pontuação de títulos será somada à nota da prova escrita (NF = NPE + NPT).

10. DOS RECURSOS

10.1 Caberão recursos contra as normas deste edital, o indeferimento da inscrição, o conteúdo das provas e gabarito provisório, preterição de formalidade essencial prevista no presente edital, resultados classificatórios e homologação do resultado final do Processo Seletivo.

10.1.1 Os recursos poderão ser interpostos no prazo de 2 (dois) dias úteis a contar da publicação do ato que gerou a reclamação, somente através da área restrita do candidato no site www.iobv.org.br.

10.2 Para interposição dos recursos os candidatos deverão apresentar seu pedido de revisão obedecendo os seguintes passos:

a) Acessar a área do candidato no site www.iobv.org.br, e realizar login identificando-se.

b) Na área do candidato em "minhas inscrições" localizar o seletivo Edital 01/2015 de Ascurra;

c) Na coluna "opções" (à direita) clique naquele que exibir "Solicitar Recurso".

d) Digitar o seu recurso ou motivo que gerou o recurso com a devida fundamentação.

e) No caso de recursos contra questões da prova objetiva, identificar o número da prova e o número da questão (fundamentando sua argumentação e indicando referência bibliográfica).

f) Para cada questão deverá ser enviado um recurso.

g) Caso necessite anexar arquivos anexe apenas um por recurso. Caso haja mais de um arquivo para um único recurso deve-se compactá-los (ZIP) em um único arquivo. Serão aceitos arquivos do tipo: jpg,png,gif,jpeg,bmp,doc,docx,xls,xlsx,pdf,txt,zip e rar.

h) Clicar em "enviar"

10.4 Não serão aceitos recursos ou anexos de recursos não enviados pela área do candidato ou enviados para outro endereço de e-mail.

10.5. É de inteira responsabilidade do candidato acessar a área do candidato e enviar e/ou digitar seu recurso corretamente, e/ou enviar os anexos para o endereço eletrônico correto sendo que o Instituto O Barriga Verde confirmará o seu recebimento através de mensagem automática do sistema, sendo que a resposta será divulgada em forma de edital publicado no site do www.iobv.org.br, após encerrados os recursos e da análise da banca examinadora que terá o prazo de dois dias úteis para emitir seus pareceres.

10.5.1. O Instituto O Barriga Verde não se responsabiliza pelo não recebimento dos recursos, por motivo de ordem técnica como congestionamento, caixa de e-mail lotada, antivírus, spam, arquivo muito grande (aconselha-se enviar compactado).

10.6 Os recursos deverão conter o nome do candidato recorrente, nome do cargo, número da questão e da disciplina quando for o caso.

10.7. Não serão recebidos recursos interpostos por qualquer outro meio a não ser o descrito neste Edital.

10.8. Os recursos intempestivos não serão conhecidos e os inconsistentes ou fora do padrão e sem fundamentação ou referência bibliográfica não serão providos.

10.9. No caso de anulação de qualquer questão os pontos a ela correspondentes serão atribuídos a todos os candidatos que a responderam.

10.10. No caso de troca de gabarito, por erro ou falha de digitação na indicação da resposta correta no gabarito provisório, será corrigido no gabarito final.

10.10.As decisões dos recursos serão dadas a conhecer coletivamente através de ato publicado no site www.iobv.org.br.

10.10.1. Caso haja necessidade os documentos individuais comprobatórios serão publicados na área restrita do candidato.

10.12. Após análise dos recursos interpostos ou por constatação e ou correção de erro material, poderá haver alteração da nota, pontuação e ou classificação inicialmente obtida pelo candidato, para uma nota, pontuação e ou classificação superior ou inferior ou, ainda desclassificação do candidato que não obtiver, feitas as correções exigidas, a nota mínima na prova escrita objetiva ou nas demais avaliações realizadas.

10.13. A decisão exarada nos recursos, pela Comissão Organizadora é irrecorrível na esfera administrativa.

11. DO CÁLCULO DA NOTA FINAL E DA CLASSIFICAÇÃO

11.1 A nota final dos candidatos (NF) será calculada com o emprego das fórmulas abaixo:

a) Nota Final dos cargos de professores com prova escrita e prova de títulos: $NF = NPE + NPT$

b) Nota final para todos os demais cargos: $NF = NPE$

Sendo:

NPE= Nota da prova escrita.

NPT= Nota da prova de títulos.

NF = Nota Final

11.2 Será considerado aprovado o candidato que obtiver nota final igual ou superior a 5,00 (cinco).

11.3 A classificação será determinada pela nota final que será expressa em duas casas decimais sem arredondamento.

11.4 Ocorrendo empate na nota final, aplicar-se-á, para o desempate, o disposto no parágrafo único do artigo 27 da Lei Federal 11.741/03, para os candidatos que se enquadrarem na condição de idoso nos termos do Artigo 1º da mencionada Lei (possuírem 60 anos completos ou mais).

11.5 Para o efeito do item 11.4 será considerada a idade do candidato na data do último dia de inscrições para o presente Seletivo.

11.6 Para os candidatos que não se enquadrarem no item anterior, na hipótese de igualdade de notas, o desempate será feito através dos seguintes critérios:

- a) Maior número de acertos nas questões de conhecimentos específicos;
- b) Maior número de acertos nas questões de conhecimentos gerais;
- c) Maior titulação no caso dos cargos de professor.
- d) Maior Idade.
- e) Sorteio público.

12. DA HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL

12.1 A homologação do resultado final deste Seletivo, se dará através de decreto do executivo devidamente publicada nos meios legais e no endereço eletrônico do Seletivo e no órgão oficial do município, com a classificação dos aprovados em ordem decrescente de notas.

12.2 Os atos e resultados serão divulgados no site www.iobv.org.br.

13. DA ESCOLHA DE VAGAS PARA OS CARGOS DA EDUCAÇÃO

13.1. A data e os critérios para escolha de vagas serão definidas em edital próprio de convocação que será divulgado após homologação do resultado deste seletivo.

14. DA CONVOCAÇÃO, NOMEAÇÃO E POSSE

14.1.A aprovação e classificação neste Processo Seletivo não asseguram ao candidato o direito de ingresso imediato e automático no quadro da Prefeitura do Município de Ascurra. A admissão é de competência do Prefeito Municipal, dentro da validade do Seletivo ou sua prorrogação, observada a ordem de classificação dos candidatos e das condições estabelecidas neste Edital, atendendo os dispositivos da RE/598.099/STF.

14.2. A posse e o exercício do cargo seguirão o estabelecido em lei municipal que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos do Município de Ascurra.

14.3. As providências e atos necessários para a convocação, nomeação e posse dos candidatos aprovados/classificados e habilitados são de competência e responsabilidade da Prefeitura Municipal de Ascurra.

14.3.1. É de responsabilidade do candidato acompanhar a publicação dos atos de convocação e manter atualizado seus dados, endereço e telefones de contatos.

14.4. Até a homologação do resultado final o candidato pode atualizar seus dados na sua área restrita no site www.iobv.org.br, após homologação deverá informar o município junto ao Setor de Recursos Humanos.

14.5 O candidato após receber a convocação terá o prazo de 2 (dois) dias para manifestar seu interesse na vaga e para apresentar a documentação exigida para a contratação ou apresentar sua carta de desistência.

14.6. O candidato aprovado no Seletivo, que não quiser ser nomeado, quando convocado, poderá requerer sua reclassificação para o último lugar dos classificados

14.7.O candidato que não se manifestar junto a setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Ascurra, até a data, estabelecida conforme item 14.5, será excluído deste Seletivo Público.

14.8. É obrigação do candidato manter atualizado seu endereço após a homologação do resultado final. Havendo mudanças de endereço dos candidatos classificados, após divulgação da homologação do Seletivo, estas deverão ser comunicadas diretamente ao Departamento de Gestão de Pessoas de ASCURRA.

14.8.1. A inobservância do subitem 14.5, implicará na desclassificação do Seletivo Público.

14.9 Por ocasião da posse serão exigidos, dos candidatos aprovados e nomeados, os documentos que comprovem os requisitos para provimento no cargo conforme item 2 deste edital, além de outros exigíveis à época da nomeação conforme legislação e descritos no edital de convocação.

14.10. O não cumprimento dos quesitos necessários impede a posse do candidato.

15. DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA

15.1 Delega-se competência ao IOBV – Instituto o Barriga Verde, como banca executora deste Seletivo, para:

- a) Receber os requerimentos de inscrições;
- b) Emitir os documentos de homologação das inscrições;
- c) Aplicar, julgar e corrigir as provas escritas e práticas;
- d) Analisar e pontuar os títulos;
- e) Apreciar os recursos previstos neste edital;
- f) Emitir relatórios de classificação dos candidatos;
- g) Prestar informações sobre o Seletivo dentro de sua competência;
- h) Atuar em conformidade com as disposições deste edital.
- i) Responder, em conjunto com o município de ASCURRA eventuais questionamento de ordem judicial e/ou recomendação ministerial.

15.2. A fiscalização e supervisão do certame está a cargo da Comissão Municipal de Seletivo Público.

15.3. As providências e atos necessários para a convocação, nomeação e posse dos candidatos aprovados/classificados e habilitados são de

competência e responsabilidade da Prefeitura do Município de ASCURRA.

16. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1.A Legislação com entrada em vigor após a data de publicação deste Edital, bem como as alterações em dispositivos de lei e atos normativos a ela posteriores, não serão objeto de avaliação nas provas do Seletivo.

16.2. O acompanhamento das publicações, editais, avisos e comunicados referentes ao Processo Seletivo é de responsabilidade exclusiva do candidato. Não serão prestadas por telefone informações relativas a número de inscritos por cargo e ao resultado do Seletivo Público.

16.3. É de responsabilidade do candidato manter seu endereço, e-mail e telefone atualizados para viabilizar eventuais contatos que se façam necessários, na área do candidato até a data de homologação do resultado final e após esta data no Setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Ascurra, até que expire a validade do Seletivo, sob pena de considerar válidas as comunicações realizadas com base nos dados constantes nos registros.

16.4. A qualquer tempo poder-se-á anular a inscrição, prova e/ou tornar sem efeito a nomeação do candidato, em todos os atos relacionados ao Seletivo, quando constatada a omissão, declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com a finalidade de prejudicar direito ou criar obrigação.

16.5. Comprovada a inexistência ou irregularidades descritas no item retro, o candidato estará sujeito a responder criminalmente por seu ato.

16.6. A Prefeitura do Município de ASCURRA e o IOBV não se responsabilizam por quaisquer cursos, textos, apostilas e outras publicações referentes a este Seletivo sejam na imprensa ou em outros sítios eletrônicos, que não seja aquelas divulgadas no site oficial www.iobv.org.br.

16.7.Os itens deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disser respeito, circunstância que será mencionada em Edital ou aviso a ser publicado, sendo responsabilidade do candidato manter-se informado, acompanhando as publicações no site www.iobv.org.br.

16.8.As despesas relativas à participação do candidato no Seletivo e à apresentação para posse e exercício correrão a expensas do próprio candidato.

16.9.No exame da tempestividade dos recursos, solicitações e documentos enviados à Comissão de Seletivo, encaminhados via postal com Aviso de Recebimento – AR (correios), será considerada a data de postagem.

16.10.É vedada a inscrição neste Processo Seletivo de quaisquer membros da Comissão de Seletivo Público, tanto da Prefeitura do Município de ASCURRA como do IOBV, bem como de seus parentes até 2º grau.

16.11 Na ocorrência de inscrição de parente, o membro da comissão deverá afastar-se e ser substituído por outro a ser designado através de portaria.

16.12. Os cadernos de provas escrita serão mantidos sob a responsabilidade do IOBV, por um período de 3 (três) meses, após a homologação do resultado final, quando serão incinerados. Os demais apontamentos, após 6 (seis) meses da homologação do resultado serão incinerados, com registro em ata.

16.13. A Comissão do Processo Seletivo da Prefeitura do Município de ASCURRA e do IOBV poderão justificadamente, alterar as normas previstas nos itens deste edital e seus desdobramentos, desde que com a finalidade de preservar o bom andamento do certame.

16.14. Os casos omissos e os casos duvidosos serão resolvidos conjuntamente, em caráter irrecurável, pela Comissão do Processo Seletivo da Prefeitura do município de ASCURRA e do IOBV.

16.15. Fica eleito, para dirimir qualquer questão relacionada com o Processo Seletivo previsto neste Edital o Foro da Comarca de Ascurra/SC.

16.16. São partes integrantes deste edital os seguintes anexos:

Anexo I – Cargos e Vagas; Anexo II – Atribuições dos Cargos; Anexo III – Conteúdo Programático;

Anexo IV– Requerimento de Vaga de Deficiente e Condição Especial para Realizar a prova; Anexo V – Requerimento de Isenção de Inscrição

ASCURRA, 01 de Julho de 2015

MOACIR POLIDORO

Prefeito Municipal

ANEXO I

DOS CARGOS, FORMAÇÃO MÍNIMA EXIGIDA, VENCIMENTO, CARGA HORÁRIA, E NÚMERO DE VAGAS.

CARGOS DE NÍVEL FUNDAMENTAL COMPLETO e INCOMPLETO

| Cargo | Nº Vagas | CARGA HORÁRIA | REMUNERAÇÃO | REQUISITOS/HABILITAÇÃO | TIPO DE PROVA* | Valor da Taxa de inscrição |
|---|----------|---------------|--------------------------------|--|----------------|----------------------------|
| Agente Comunitário de Saúde (PSF) | CR | 40h | R\$ 782,52 + 231,48 = 1.014,00 | Conclusão de ensino fundamental. | OBJETIVA | R\$ 10,00 |
| Agente Operacional | CR | 44h | R\$ 800,96 | Portador de certificado de conclusão até o 5º ano do ensino fundamental. | OBJETIVA | R\$ 10,00 |
| Atendente de Consultório Dentário (PSF) | CR | 40h | R\$ 1.141,55 | Conclusão do ensino fundamental e de curso de Atendente de consultório dentário com registro no CRO de SC. | OBJETIVA | R\$ 10,00 |
| Atendente Veterinário | CR | 40h | R\$ 1.188,94 | Ensino fundamental completo e/ou curso de formação na área de atuação e portador de CNH para veículos leves. | OBJETIVA | R\$ 10,00 |
| Auxiliar de Serviços Gerais | CR | 40h | R\$ 800,96 | Portador de certificado de conclusão das séries iniciais do ensino fundamental. | OBJETIVA | R\$ 10,00 |
| Crecheira | CR | 40h | R\$ 800,96 | Portador de certificado de conclusão do ensino fundamen- tal. | OBJETIVA | R\$ 10,00 |

| | | | | | | |
|-----------|----|-----|--------------|---|----------|-----------|
| Motorista | CR | 44h | R\$ 1.188,94 | Portador de certificado de conclusão das séries iniciais do ensino fundamental e carteira de habilitação categoria "D". | OBJETIVA | R\$ 10,00 |
|-----------|----|-----|--------------|---|----------|-----------|

CARGOS DE NÍVEL MÉDIO COMPLETO

| Cargo | Nº Vagas | CARGA HORÁRIA | REMUNE-RAÇÃO | REQUISITOS/HABILITAÇÃO | TIPO DE PROVA* | Valor da Taxa de inscrição |
|--------------------------------|----------|---------------|--------------|--|----------------|----------------------------|
| Agente de Vigilância Sanitária | CR | 40h | R\$ 1063,78 | Portador de certificado de conclusão de curso de ensino médio e formação na área de atuação e portador de CNH para veículos leves. | OBJETIVA | R\$ 20,00 |
| Atendente de Educação Infantil | CR | 40h | R\$ 888,57 | Portador de certificado de conclusão de curso de ensino médio. | OBJETIVA | R\$ 20,00 |
| Atendente Geral | CR | 40h | R\$ 1.063,78 | Portador de certificado de conclusão de ensino médio. | OBJETIVA | R\$ 20,00 |
| Auxiliar de Educação | CR | 40h | R\$ 888,57 | Portador de certificado de conclusão de curso de ensino médio. | OBJETIVA | R\$ 20,00 |
| Auxiliar de Enfermagem (PSF) | CR | 40h | R\$ 1.141,55 | Portador de certificado de conclusão de nível médio técnico, com registro no órgão fiscalizador da profissão. | OBJETIVA | R\$ 20,00 |
| Técnico de Enfermagem | CR | 40h | R\$ 1.063,78 | Portador de certificado de conclusão de curso de nível médio técnico, com registro no órgão fiscalizador da profissão. | OBJETIVA | R\$ 20,00 |

CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR

| Cargo | Nº Vagas | CARGA HORÁRIA | REMUNE-RAÇÃO | REQUISITOS/HABILITAÇÃO | TIPO DE PROVA* | Valor da Taxa de inscrição |
|------------------------------------|----------|---------------|---------------|---|--------------------|----------------------------|
| Cirurgião Dentista (PSF) | CR | 40h | R\$ 3.781,70 | Graduação em Odontologia e Registro no CRO-SC. | OBJETIVA | R\$ 30,00 |
| Enfermeiro | CR | 40h | R\$ 2.991,10 | Portador de certificado de conclusão de curso superior na área de Enfermagem, com registro no órgão fiscalizador da profissão. | OBJETIVA | R\$ 30,00 |
| Enfermeiro (PSF) | CR | 40h | R\$ 2.991,10 | Portador de certificado de conclusão de curso superior na área de Enfermagem, com registro no órgão fiscalizador da profissão. | OBJETIVA | R\$ 30,00 |
| Farmacêutico | CR | 40h | R\$ 2.753,31 | Portador de diploma ou certificado de conclusão de curso superior (farmácia ou farmácia bioquímica) na área de atuação, com registro no órgão fiscalizador do exercício profissional. | OBJETIVA | R\$ 30,00 |
| Médico Clínico Geral | CR | 10h | R\$ 2.753,31 | Habilitação legal para o exercício da profissão de Médico e registro no Conselho Regional de Medicina. | OBJETIVA | R\$ 30,00 |
| Médico Geral Comunitário (PSF) | CR | 40h | R\$ 11.213,64 | Graduação em medicina e registro no CRM-SC. | OBJETIVA | R\$ 30,00 |
| Nutricionista | CR | 20h | R\$ 1.564,40 | Portador de diploma ou certificado de conclusão de curso superior Nutrição, com registro no órgão fiscalizador do exercício profissional. | OBJETIVA | R\$ 30,00 |
| Orientador Pedagógico | CR | 40h | R\$ 1.982,39 | Portador de certificado de conclusão de curso superior de Pedagogia ou especialidade na modalidade de orientação, supervisão e gestão escolar. | OBJETIVA e títulos | R\$ 30,00 |
| Professor de Artes | CR | 20h | R\$ 991,19 | Formação em curso superior de licenciatura plena em Artes. | OBJETIVA e títulos | R\$ 30,00 |
| Professor de Educação Física (20h) | CR | 20h | R\$ 991,19 | Formação em curso superior de licenciatura plena em Educação Física, com registro no órgão fiscalizador da profissão. | OBJETIVA e títulos | R\$ 30,00 |
| Professor de Educação Física (40h) | CR | 40h | R\$ 1.982,39 | Formação em curso superior de licenciatura plena em Educação Física, com registro no órgão fiscalizador da profissão. | OBJETIVA e títulos | R\$ 30,00 |
| Professor de Língua Estrangeira | CR | 20h | R\$ 991,19 | Formação em curso superior de licenciatura plena em letras com habilitação em Inglês. | OBJETIVA e títulos | R\$ 30,00 |
| Psicólogo (20h) | CR | 20h | R\$ 1.564,40 | Certificado de conclusão de curso superior de Psicologia, com registro no órgão fiscalizador do exercício profissional. | OBJETIVA | R\$ 30,00 |
| Psicólogo (40h) | CR | 40h | R\$ 2.753,31 | Certificado de conclusão de curso superior de Psicologia, com registro no órgão fiscalizador do exercício profissional. | OBJETIVA | R\$ 30,00 |
| Psicólogo (PSF) | CR | 40h | R\$ 2.753,31 | Certificado de conclusão de curso superior de Psicologia, com registro no órgão fiscalizador do exercício profissional. | OBJETIVA | R\$ 30,00 |

* A Prefeitura Municipal de Ascurra oferece um Programa de Suplementação Alimentar (Vale Alimentação) atualmente no valor de R\$ 272,00 (Duzentos e Setenta e Dois Reais) conforme disposto na Lei Municipal nº 1117/2009 e de acordo com suas regras específicas para recebimento.

ANEXO II ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS

ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO

Agente Comunitário de Saúde (PSF)

- exercer atividades de prevenção de doenças e promoção da saúde, mediante ações domiciliares ou comunitárias, individuais ou coletivas, desenvolvidas em conformidade com as diretrizes do SUS;
- utilizar instrumentos para diagnóstico demográfico e sociocultural da comunidade;
- promover ações de educação para a saúde individual e coletiva;
- registrar, para fins exclusivos de controle e planejamento das ações de saúde, os nascimentos, óbitos, doenças e outros agravos à saúde;
- estimular a participação da comunidade nas políticas públicas voltadas para a área da saúde;
- realizar visitas domiciliares periódicas para monitoramento de situações de risco à família;
- participar de ações que fortaleçam os elos entre o setor saúde e outras políticas que promovam a qualidade de vida;
- cadastrar as famílias e atualizar permanentemente esse cadastro;
- identificar indivíduos e famílias expostos a situações de risco;
- identificar área de risco;
- orientar as famílias para utilização adequada dos serviços de saúde, encaminhando-as e até agendando consultas, exames e atendimento odontológico, quando necessário;
- realizar ações, atividades, no nível de suas competências, nas áreas prioritárias da Atenção Básica;
- realizar por meio de visita domiciliar, acompanhamento mensal de todas as famílias sob sua responsabilidade;
- estar sempre bem informado, e informar aos demais membros da equipe, sobre a situação das famílias acompanhadas, particularmente aquelas em situações de risco;
- desenvolver ações de educação e vigilância à saúde, com ênfase na promoção da saúde e na prevenção de doenças;
- promover a educação e a mobilização comunitária, visando desenvolver ações coletivas de saneamento e melhoria do meio ambiente, entre outras;
- traduzir para a ESF a dinâmica social da comunidade, suas necessidades, potencialidades e limites;
- identificar parceiros e recursos existentes na comunidade que possa ser potencializados pela equipe;
- Executar outras atividades correlatas à função e/ou determinadas pelo superior imediato.

Agente Operacional

- Coletar o lixo de depósitos, recolhendo-os em latões, para depositá-lo em lixeiras ou incineradores;
- Executar outras atividades correlatas ou complementares, inerentes à função e/ou determinadas pelos superiores hierárquicos.
- Atividade de nível auxiliar, de natureza operacional e de menor grau de complexidade, abrangendo trabalhos de manutenção e conservação de vias públicas, praças, jardins, abertura de valas, trabalhos auxiliares a carpinteiros, pedreiros, pintores, lavação, manutenção e lubrificação de veículos em geral;
- Executar outras atividades correlatas ou complementares determinadas pela chefia imediata.

Atendente de Consultório Dentário (PSF)

- proceder à desinfecção e esterilização de materiais e instrumento utilizados;
- sob supervisão do cirurgião dentista, realizar procedimentos educativos e preventivos aos usuários, individuais ou coletivos, como evidência de placa bacteriana, a escovação supervisionada, orientação de escovação, uso de fio dental, etc.;
- preparar e organizar o instrumental e materiais (sugador, espelho, sonda, etc.) necessários para o trabalho;
- instrumentalizar o cirurgião dentista durante a realização de procedimentos clínicos (trabalho a quatro mãos);
- agendar o paciente e orientá-lo ao retorno e à preservação do tratamento;
- acompanhar e desenvolver trabalhos com a equipe de Saúde da Família no tocante à saúde bucal;
- Executar outras atividades correlatas à função e/ou determinadas pelo superior imediato;

Atendente Veterinário

- Realização de primeiros socorros, realização e aplicação de medicamentos, auxílio ao procedimentos veterinários;
- Auxiliar o médico veterinário nos trabalhos de defesa animal;
- Realizar trabalhos de inseminação artificial;
- Manejar equipamentos diversos destinados a produção animal;
- Realizar trabalhos inerentes à criação e guarda de animais;
- Executar tarefas de manutenção dos equipamentos utilizados;
- Recolher os animais para a ordenha;
- Identificar e apontar animais com problemas de fertilidade, doenças e reprodução;
- Auxiliar as fêmeas nos partos;
- Executar outras atividades correlatas ou complementares determinadas pela chefia imediata.

Auxiliar de Serviços Gerais

- Executar trabalho rotineiro de limpeza em geral em edifícios, prédios e dependências escolares, espanando, varrendo, lavando ou encerando dependências, móveis, utensílios e instalações, louças, talheres, copos, vasilhames, painéis e outros para manter as condições de higiene e conservação;
- Arrumar banheiros e toaletes, limpando-os e reabastecendo-os com papel sanitário, toalhas e sabonetes, para conservá-los em condições de uso;
- Coletar o lixo de depósitos, recolhendo-os em latões, para depositá-lo em lixeiras ou incineradores;
- Preparar a alimentação, temperando, amassando e triturando os alimentos de acordo com as instruções recebidas para atender ao regime alimentar adequado, auxiliando as crianças nas suas refeições, para garantir o bem estar e o desenvolvimento sadio das mesmas;

Separar os materiais a serem utilizados na confecção da refeição ou merenda, escolhendo panelas, temperos, molhos e outros ingredientes para facilitar a sua manipulação; Preparar os alimentos, de maneira a garantir a forma e o sabor adequados a cada prato ou para seguir a receita; Controlar o estoque de ingredientes, verificando seu nível e o estado dos que estão sujeitos a deterioração para providenciar as reposições necessárias;
Executar outras atividades correlatas ou complementares determinadas pela chefia imediata.

Crecheira

Auxiliar crianças com dificuldade de aprendizado, elaborar e aplicar brincadeiras, acompanhar o desenvolvimento de crianças com necessidades especiais e dar suporte aos professores.
Auxiliar a Educadora em suas atividades;
Verificar agendas e encaminhar a Coordenação;
Auxiliar nas refeições, trocas e passeios em grupo;
Aplicar atividade diferenciada da sala: pinturas, contação de histórias e jogos.
Participar juntamente com o educador das reuniões com pais e responsáveis;
Disponibilizar e preparar os materiais pedagógicos a serem utilizados nas atividades;
Auxiliar nas atividades de recuperação da autoestima, dos valores e da afetividade;
Observar as alterações físicas e de comportamento, desestimulando a agressividade;
Estimular a independência, educar e reeducar quanto aos hábitos alimentares, bem como controlar a ingestão de líquidos e alimentos variados;
Responsabilizar-se pela alimentação direta das crianças dos berçários;
Cuidar da higiene e do asseio das crianças sob sua responsabilidade;
Dominar noções primárias de saúde;
Ajudar nas terapias ocupacionais e físicas, aplicando cuidados especiais com deficientes e dependentes;
Acompanhar a clientela em atividades sociais e culturais programadas pela unidade; Executar outras atividades correlatas ou complementares determinadas pela chefia imediata.

Motorista

Dirigir veículos leves e pesados, transportando pessoas e/ou materiais;
Verificar, diariamente estado do veículos, vistoriando pneumáticos, direção, freios, nível de água e óleo, bateria, radiador, combustível, sistema elétrico e outros itens de manutenção, para certificar-se de suas condições de funcionamento;
Recolher passageiros em lugares e horas predeterminados, conduzindo-os pelos itinerários estabelecidos conforme instrução específicas;
Transportar pacientes, conduzindo-os pelos itinerários estabelecidos conforme instruções específicas;
Realizar viagens para outras localidades, segundo ordens superiores e atendendo às necessidades dos serviços, de acordo com o cronograma estabelecido;
Recolher o veículo à garagem quando concluído o serviços, comunicando, por escrito
Qualquer defeitos observado e solicitando os reparos os necessários, para assegurar seu bom estado;
Responsabilizar-se pela segurança de passageiros, mediante observância do limite Executar outras atividades correlatas ou complementares determinadas pela chefia imediata.

ENSINO MÉDIO COMPLETO

Agente de Vigilância Sanitária

Desenvolver ações de agente sanitário e auxiliar nos espaços das unidades de saúde e no domicílio/comunidade;
Executar funções de cadastramento e auxiliando a aplicação das normas da vigilância sanitária;
Executar outras atividades correlatas ou complementares, inerentes à função e/ou determinadas pelos superiores hierárquicos.
Demais serviços afins e/ou compatíveis com área de atuação, etc.

Atendente de Educação Infantil

Promover a adaptação das crianças admitidas ou remanejadas nos Centros de Educação Infantil (creches);
Executar as atividades de acordo com o planejamento pedagógico, respeitando o estágio de desenvolvimento das crianças;
Orientar as crianças em suas indagações e estimulando seu desenvolvimento, para lhes proporcionar, em toda sua amplitude, a convivência familiar; orienta a participação das crianças na vida da comunidade, acompanhando-as em passeios, excursões, atividades religiosas, cívicas e demais eventos previstos, para promover a sua integração social;
Cuidar da saúde das crianças. Conservar o vestuário das crianças; prepara e serve a alimentação das crianças para possibilitar a oportunidade de ensinar-lhes o correto procedimento durante as refeições;
Cuidar da higiene diária das crianças, banhando-as, vestindo-as e transmitindo hábitos de higiene pessoal, para lhes proporcionar asseio e boa aparência.
Participar do planejamento das atividades psicopedagógicas a serem desenvolvidas sob orientação da Educação Técnica e Diretora;
Executar outras atividades correlatas ou complementares determinadas pela chefia imediata.

Atendente Geral

Recepcionar e encaminhar visitantes para os devidos departamentos; marcar reuniões; Enviar e receber correspondências ou produtos.
Processar a correspondência recebida (pacotes, telegramas, faxes e mensagens), organizá-los e distribuir para o destinatário.
Arquivar documentos e auxiliar nos trabalhos burocráticos dos departamento administrativos.
Informar e repassar informações aos superiores com clareza e presteza.

Auxiliar de Educação

Auxiliar crianças com dificuldade de aprendizado, elaborar e aplicar brincadeiras, acompanhar o desenvolvimento de crianças com necessidades especiais e dar suporte aos professores.

Auxiliar a Educadora em suas atividades;
Verificar agendas e encaminhar a Coordenação;
Auxiliar nas refeições, trocas e passeios em grupo;
Aplicar atividade diferenciada da sala: pinturas, contação de histórias e jogos.
Executar outras atividades correlatas ou complementares determinadas pela chefia imediata.

Auxiliar de Enfermagem (PSF)

- realizar procedimentos de enfermagem dentro das suas competências técnicas e legais;
- realizar procedimentos de enfermagem nos diferentes ambientes, USF e nos domicílios, dentro do planejamento de ações traçado pela equipe;
- preparar o usuário para consultas médicas e de enfermagem, exames e tratamentos na USF;
- zelar pela limpeza e ordem do material, de equipamento e de dependências da USF, garantindo o controle de infecção;
- realizar busca ativa de casos, como tuberculose, hanseníase e demais doenças de cunho epidemiológico;
- no nível de suas competências, executar assistência básica e ações de vigilância epidemiológica e sanitária;
- realizar ações de educação em saúde aos grupos de patologias específicas e às famílias de risco, conforme planejamento da USF;
- Executar outras atividades correlatas à função e a critério do superior imediato.

Técnico de Enfermagem

Auxiliar no atendimento à pacientes nas unidades hospitalares e de saúde pública sob supervisão; Orientar e revisar o auto cuidado do cliente a alimentação e higiene pessoal;
Executar a higienização ou preparação dos clientes para exames ou atos Cirúrgicos;
Zelar pela limpeza, conservação e assepsia do material e do instrumental;
Executar e providenciar a esterilização de salas e do instrumento adequado às intervenções programadas;
Manter atualizado o prontuário dos pacientes;
Verificar a temperatura, pulso e respiração e registrar os resultados nos prontuários;
Ministrar medicamentos, aplicar imunizantes e fazer curativos;
Fazer a orientação sanitária de indivíduos em unidade de saúde;
Atividade auxiliar, na área de enfermagem, desenvolvidas junto ao indivíduo, família a comunidade visando a prevenção de doenças, promoção e recuperação da saúde;
Executar outras atividades correlatas ou complementares determinadas pela chefia

ENSINO SUPERIOR COMPLETO

Cirurgião Dentista (PSF)

- realizar levantamento epidemiológico para traçar o perfil de saúde bucal da população adscrita;
- realizar os procedimentos clínicos definidos na Norma Operacional Básica do Sistema Único de Saúde – NOB/SUS 96 – e na Norma Operacional Básica da Assistência à Saúde (NOAS);
- realizar o tratamento integral, no âmbito da atenção básica para a população adscrita;
- encaminhar e orientar os usuários que apresentam problemas complexos a outros níveis de assistência, assegurando seu acompanhamento;
- realizar atendimentos de primeiros cuidados nas urgências;
- realizar pequenas cirurgias ambulatoriais;
- prescrever medicamentos e outras orientações na conformidade dos diagnósticos efetuados;
- emitir laudos, pareceres e atestados sobre assuntos de sua competência;
- executar as ações de assistência integral, aliado a atuação clínica à saúde coletiva, assistindo as famílias, indivíduos ou grupo específicos, de acordo com o planejamento local;
- coordenar ações coletivas voltadas para promoção e prevenção em saúde bucal;
- programar e supervisionar o fornecimento de insumos para as ações coletivas;
- capacitar as equipes de saúde da família no que se refere às ações educativas e preventivas em saúde bucal;
- supervisionar o trabalho desenvolvido pelo ACD;
- Executar outras atividades correlatas à função e/ou determinadas pelo superior imediato.

Enfermeiro

Realizar ações educativas, preventivas e curativas, na área da saúde pública
Selecionar e executar ações de enfermagem de acordo com as prioridades, necessidades e características de cada caso, particularmente para: gestantes e crianças de alto risco, bem como, outros clientes que apresentam risco para si próprio ou para a comunidade;
Coordenar e supervisionar a organização e execução das atividades de enfermagem, desenvolvidas nas Unidades de atendimento sob sua responsabilidade, levando em conta os demais elementos da equipe de saúde do Centro de Saúde; supervisionar e avaliar sistematicamente os registros e anotações das atividades realizadas pelo pessoal de enfermagem; assegurar condições adequadas de limpeza, preparo, esterilização e manuseio do material em uso;
Verificar sistematicamente o funcionamento de aparelhos utilizados na área de enfermagem, providenciando reparação ou substituição quando for o caso;
Participar na supervisão das atividades de matrícula e fichário central;
Verificar periodicamente as condições de conservação e prazo de validade de soros e vacinas;
Promover o inter-relacionamento das atividades internas e externas do Centro de Saúde,
Desenvolvidas pelo pessoal de enfermagem;
Executar outras atividades correlatas ou complementares determinadas pela chefia imediata.

Enfermeiro (PSF)

Realizar cuidados diretos de enfermagem nas urgências e emergências clínicas, fazendo a indicação para a continuidade da assistência prestada;

- realizar consulta de enfermagem, solicitar exames complementares, prescrever/transcrever medicações, conforme protocolos estabelecidos nos Programas do Ministério da Saúde e as disposições legais da profissão;
- planejar, gerenciar, coordenar, executar e avaliar a USF;
- executar as ações de assistência integral em todas as fases do ciclo de vida: criança, adolescente, mulher, adultos e idoso;
- no nível de suas competências, executar assistência básica e ações de vigilância epidemiológica e sanitária;
- realizar ações de saúde em diferentes ambientes, na USF e, quando necessário, no domicílio;
- realizar as atividades corretamente às áreas prioritárias de intervenção na Atenção Básica, definidas na Norma Operacional da Assistência à Saúde – NOAS 2001;
- aliar a atuação clínica à prática da saúde coletiva;
- organizar e coordenar a criação de grupos de patologias específicas, como de hipertensos, de diabéticos, de saúde mental, etc.;
- supervisionar e coordenar ações para capacitação dos Agentes Comunitários de Saúde e de auxiliares de enfermagem, com vistas ao desempenho de suas funções;
- Executar outras atividades correlatas à função e/ou determinadas pelo superior imediato.

Farmacêutico

Assumir a responsabilidade técnica da Farmácia do Município;

Aviar, classificar e arquivar receitas;

Registrar saída de medicamentos sob regime de controle sanitário especial, em livro próprio;

Apresentar mapas e balanços periódicos dos medicamentos utilizados e em estoque;

Controlar receitas e serviços de rotulagem, realizando periodicamente o balanço de entorpecentes e equiparados;

Adquirir e controlar estoque de medicação clínica principalmente psiquiátrica de entorpecentes e equiparados;

Cadastrar informações sobre unidades de distribuição de medicamentos e vacinas;

Supervisionar e assessorar a análise física e química de embalagens, recipientes e invólucros dos medicamentos a fim de evitar que os mesmos alterem suas características farmacodinâmicas;

Assessorar autoridades superiores, preparando informes e documentos sobre legislação e assistência farmacêutica a fim de servirem de subsídios para elaboração de ordens de serviços, portarias, pareceres e outros;

Orientar, supervisionar e dar assistência aos técnicos e auxiliares de laboratório na execução de suas atividades;

Responsabilizar-se pelos aparelhos e equipamentos de laboratório, bem como, orientar a sua correta utilização;

Assinar todos os documentos elaborados nos laboratórios;

Articular-se com a chefia da unidade, visando o bom desempenho das atividades laboratoriais, e o bom relacionamento de pessoal;

Emitir pareceres técnicos sobre assuntos relacionados com a sua formação profissional;

Planejar e executar as políticas locais de fornecimento de medicamentos à população carente;

Participar de cursos, seminários palestras e outros eventos correlatos relacionados com o exercício do cargo, sempre que designado pelo Prefeito ou superior hierárquico.

Executar outras atividades correlatas ou complementares determinadas pela chefia imediata.

Médico Clínico Geral

Realizar atividade de natureza especializada, envolvendo supervisão, planejamento, coordenação, programação e execução de atividades pertinentes a defesa e proteção da saúde individual e coletiva.

Examinar o paciente, auscultando, palpando ou utilizando instrumentos especiais, para determinar diagnóstico ou, se necessário, requisitar exames complementares e encaminhá-lo ao especialista.

-Analisar e interpretar resultados de exames de raios X, bioquímico, hematológico e outros, comparando-os com padrões normais, para confirmar ou informar o diagnóstico.

Prescrever medicamentos, indicando dosagem e respectiva via de administração, assim como cuidados a serem observados para conservar ou restabelecer a saúde do paciente.

Manter registro dos pacientes examinados, anotando a conclusão diagnóstica, tratamento, evolução da doença, para efetuar orientação terapêutica adequada.

Emitir atestados de saúde, sanidade e aptidão física e mental e de óbito, para atender a determinações legais.

Atender a urgências clínicas, cirúrgicas ou traumatológicas.

Executar outras atividades correlatas ou complementares determinadas pela chefia imediata.

Médico Geral Comunitário (PSF)

- realizar consultas clínicas aos usuários da sua área adstrita;

- executar as ações de assistência integral em todas as fases do ciclo de vida: criança, adolescente, mulher, adultos e idoso;

- realizar consultas e procedimentos na USF e, quando necessário, no domicílio;

- realizar as atividades clínicas correspondentes às áreas prioritárias na intervenção na Atenção Básica, definidas pela Norma Operacional da Assistência à Saúde – NOAS 2001;

- aliar a atuação clínica à prática da saúde coletiva;

- fomentar a criação de grupos de patologias específicas, como de hipertensos, de diabéticos, de saúde mental, etc.;

- realizar o pronto atendimento médico nas urgências e emergências;

- encaminhar aos serviços de maior complexidade, quando necessário, garantindo a continuidade o tratamento na USF, por meio de um sistema de acompanhamento e referência e contra referência;

- realizar pequenas cirurgias ambulatoriais;

- indicar internação hospitalar;

- solicitar exames complementares;

- verificar e atestar óbito;

- Executar outras atividades correlatas à função e/ou determinadas pelo superior imediato.

Nutricionista

Atividade de natureza especializada, envolvendo supervisão, planejamento, coordenação, programação e execução de atividades pertinentes a defesa e proteção da saúde individual e coletiva, relativas a nutrição e outras atividades correlatas.

Proceder ao planejamento e elaboração de cardápios e dietas especiais, baseando-se na observação da aceitação dos alimentos pelos comensais e no estudo dos meios e técnicas de introdução gradativa de produtos naturais mais nutritivos e econômicos, para oferecer refeições balanceadas.

Programar e desenvolver o treinamento, em serviço, de pessoal auxiliar de nutrição, realizando entrevistas e reuniões e observando o nível de rendimento, de habilidade, de higiene e de aceitação dos alimentos pelos comensais, para racionalizar e melhorar o padrão técnico dos serviços.

Orientar o trabalho do pessoal auxiliar, supervisionando o preparo, distribuição de refeições, recebimento de gêneros alimentícios, sua armazenagem e distribuição para possibilitar um melhor rendimento do serviço.

Atuar no setor de nutrição dos programas de saúde, planejando e auxiliando sua preparação para atender às necessidades de grupos particulares ou da coletividade.

Preparar programas de educação e readaptação em matéria de nutrição, avaliando a alimentação de coletividades sadias e enfermas, para atender às necessidades individuais e/ou do grupo e inculcar bons hábitos alimentares.

Efetuar o registro das despesas e das pessoas que receberam refeições, fazendo anotações em formulários apropriados para estimar custo médio da alimentação.

Promover o conforto e a segurança do ambiente de trabalho, dando orientações a respeito para prevenir acidentes.

Participar de comissões e grupos de trabalho encarregados da compra de gêneros alimentícios, alimentos semi-preparados e refeições preparadas, aquisição de equipamentos, maquinaria e material específico, emitindo opiniões de acordo com seus conhecimentos para garantir regularidade no serviço.

Executar outras atividades correlatas ou complementares determinadas pela chefia imediata.

Orientador Pedagógico

Dar assistência às matérias que envolvam as seguintes áreas;

Assessorar o corpo docente das escolas municipais na organização e distribuição de matérias;

Seguir as diretrizes do ensino procedentes do órgão superior competente;

Contribuir no aprimoramento da qualidade de ensino;

Zelar pelo cumprimento do calendário de ensino;

Coordenar e auxiliar as atividades pedagógicas;

Disponibilizar informações e apoio às necessidades dos professores no planejamento curricular;

Executar outras atividades correlatas ou complementares inerentes a função ou determinadas pelos superiores hierárquicos.

Orientar, acompanhar e coordenar, junto aos outros membros da equipe gestora, a elaboração, sistematização, implementação e avaliação da proposta pedagógica da unidade educacional a partir da política educacional da Sistema Municipal de Ensino;

Desenvolver estudos, propor, coordenar, implementar, controlar e avaliar medidas que visem a melhoria do processo educacional da Secretaria Municipal de Educação de acordo com indicadores e metas estabelecidas no âmbito do sistema educacional.

Coordenar o processo de construção coletiva e execução da Proposta Pedagógica, dos planos de estudo e dos regimentos escolares; investigar, diagnosticar, planejar, implementar e avaliar o currículo em integração com outros profissionais da educação e integrantes da comunidade; supervisionar o cumprimento dos dias letivos e horas/aula estabelecidos legalmente; velar o cumprimento do plano de trabalho dos docentes nos estabelecimentos de ensino;

Assegurar o processo de avaliação de aprendizagem escolar e a recuperação dos alunos com menor rendimento, em colaboração com todos os segmentos da comunidade escolar, objetivando a definição de prioridades e a melhoria da qualidade de ensino; promover atividades de estudo e pesquisa na área educacional, estimulando o espírito de investigação e a criatividade dos profissionais da educação;

Emitir parecer concernente à supervisão escolar; acompanhar estágios no campo da supervisão educacional; planejar e coordenar atividades de atualização no campo educacional;

Propiciar condições para a formação permanente dos educadores em serviço; promover ações que objetivem a articulação dos educadores com as famílias e a comunidade, criando processos de integração com a escola;

Assessorar os sistemas educacionais e instituições públicas e privadas nos aspectos concernentes à ação pedagógica; executar outras atividades afins.

Professor de Artes

Ministrar aulas nas séries iniciais e finais do ensino fundamental e educação infantil;

Participar da elaboração do projeto pedagógico, discutindo a proposta da escola, fixando metas, definindo objetivos, cronogramas e selecionando conteúdos;

Selecionar materiais e informações necessárias para as aulas de educação artística;

Interagir com a família e a comunidade;

Participar de reuniões com pais e com outros profissionais de ensino;

Participar de reuniões e programas de aperfeiçoamento e outros eventos, quando solicitado;

Participar de projetos de inclusão escolar;

Participar de projetos de conscientização das famílias para a necessidade do exercício da cidadania, ética, bem como frequência escolar das crianças do Município;

Realizar pesquisas na área de educação;

Executar outras atribuições afins.

Planejar, executar o trabalho docente, levantar dados e interpretá-los; contribuir para a qualidade do ensino e aprendizagem da Arte; estabelecer mecanismos de avaliação, considerar diferenças individuais, saber tratá-las e encaminhá-las; cooperar com os setores de supervisão e orientação escolar; trabalhar em equipe; executar atividades correlatas ao cargo.

Professores de Educação Física (20h e 40h)

Ministrar aulas nas séries iniciais e finais do ensino fundamental e educação infantil;
Participar da elaboração da proposta pedagógica da escola;
Elaborar e cumprir plano de trabalho segundo proposta pedagógica da escola;
Estudar as necessidades e a capacidade física dos alunos, atentando para a compleição orgânica dos mesmos, aplicando exercícios de verificação do tônus respiratório e muscular ou examinando fichas médicas, para determinar um programa esportivo adequado;
Elaborar o programa de atividades esportivas, baseando-se na comprovação de necessidades e capacidades e nos objetivos visados, para ordenar a execução dessas atividades;
Instruir os alunos sobre os exercícios e jogos programados, inclusive sobre a utilização de aparelhos e instalações de esportes, fazendo demonstrações e acompanhando a execução dos mesmos pelos alunos, para assegurar o máximo aproveitamento e benefícios advindos desses exercícios;
Efetuar testes de avaliação física, cronometrando, após cada série de exercícios e jogos executados pelos alunos, os problemas surgidos, as soluções encontradas e outros dados importantes, para permitir o controle dessas atividades e avaliação de seus resultados;
Interagir com a família e a comunidade;
Participar de reuniões com pais e com outros profissionais de ensino;
Participar de reuniões e programas de aperfeiçoamento e outros eventos, quando solicitado;
Participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento e à avaliação do processo ensino-aprendizagem e ao seu desenvolvimento profissional;
Participar de projetos de conscientização das famílias para a necessidade do exercício da cidadania, ética, bem como frequência escolar das crianças do Município;
Realizar pesquisas na área de educação;
Executar outras atribuições afins.

Professor de Língua Estrangeira

Ministrar aulas nas séries iniciais e finais do ensino fundamental e educação infantil;
Participar da elaboração da proposta pedagógica da escola;
Elaborar e cumprir plano de trabalho segundo proposta pedagógica da escola;
Zelar pela aprendizagem dos alunos;
Estabelecer e implementar estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento;
Ministrar os dias letivos e horas-aulas estabelecidas;
Participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional;
Colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade;
Desincumbir-se das demais tarefas indispensáveis ao atingimento dos fins educacionais da escola e ao processo de ensino-aprendizagem;
Atender às determinações dos superiores para auxílio em atividades extracurriculares e de interesse do processo educacional do Município;
Planejar, executar o trabalho docente, levantar dados e interpreta-los; contribuir para a qualidade do ensino e aprendizagem da língua estrangeira; estabelecer mecanismos de avaliação, considerar diferenças individuais, saber tratá-las e encaminhá-las; cooperar com os setores de supervisão e orientação escolar; trabalhar em equipe; executar atividades correlatas ao cargo.

Psicólogo (20h e 40h)

Participar da elaboração de programas educativos, junto à população, para orientar nos processos intra e interpessoais e nos mecanismos de comportamento humano;
Elaborar e ampliar técnicas psicológicas, como teste para determinação de características afetivas, intelectuais, sensoriais ou motoras;
Técnicas psicoterápicas e outros métodos de verificação, para possibilitar a orientação, seleção e treinamento de campo profissional, no diagnóstico e na identificação e interferência nos fatores determinantes na ação do indivíduo, em sua história pessoal, familiar, educacional e social.
Atendimento familiar, e individual, visitas domiciliares;
Assessoria e orientação aos casos encaminhados pelo Conselho Tutelar;
Executa outras atividades correlatas ou complementares, inerentes à função e/ou determinadas pelos superiores Hierárquicos.

Psicólogo (PSF)

Realizar atendimento individual e coletivo através de grupos terapêuticos em conjunto com a assistente social (diabéticos, hipertensos, gestantes, depressivos, idosos, adolescentes, crianças, usuários de álcool e drogas lícitas e ilícitas), saúde do trabalhador, atendimento a criança e adolescentes em situação de riscos, oficinas terapêuticas.

ANEXO III**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO****ATENÇÃO:**

Poderão ser objeto de questões quaisquer alterações na legislação constante dos programas das provas, havidas e publicadas até o dia da publicação do presente edital. Nas questões relacionadas a conhecimentos de informática, salvo expressa menção do programa e ou enunciado, as perguntas poderão estar relacionadas a qualquer versão dos softwares existentes no mercado. As bibliografias são meramente sugestões ficando a cargo do candidato pesquisar e adquirir o material para estudo.

CARGOS NÍVEL FUNDAMENTAL COMPLETO E INCOMPLETO**PROVA DE CONHECIMENTOS GERAIS – COMUM A TODOS OS CARGOS****LÍNGUA PORTUGUESA.**

Leitura e Interpretação de Textos; Semântica; Verbos. Morfologia. Processos de formação de palavras. Mecanismos de flexão dos nomes e verbos. Classes de Palavras. Substantivos, adjetivos, conjunções, pronomes, preposições, verbos. Ortografia. Pontuação. Acentuação

Gráfica.**Bibliografia Sugerida:**

CUNHA, Celso e CINTRA, Luis Filipe Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 5ª. Ed. 2010.
FERREIRA, A. B. de H. Novo Aurélio século XXI: o dicionário da língua portuguesa. R. J: Nova Fronteira, 1999. Médicas, 1995.
Livros didáticos da Língua Portuguesa de 1ª a 4ª série do ensino fundamental.
Outras Gramáticas Normativas.

CONHECIMENTOS GERAIS

Aspectos da História, Geografia, Atualidades, Cultura, Cinema, Artes, tecnologia, Economia, e organização política do mundo, do Brasil, de Santa Catarina e do Município. Ciências naturais e meio ambiente. Fonte consulta: Almanaque Abril.

CONHECIMENTOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS**AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE (PSF)**

Noções Básicas sobre Saúde e Saneamento: Saúde física, mental e social; Higiene na prevenção das doenças; Necessidades nutricionais; Alimentação; Medidas profiláticas (tipos de vacinas e soros); Importância da Imunidade e tipos de Imunidade; Tipos de doenças adquiridas; Vírus e principais viroses; Bactérias patogênicas (principais doenças bacterianas); Doenças sexualmente transmissíveis; Doenças parasitárias; Epidemiologia (epidemia, endemia e pandemia); Qualidade de vida (prevenindo a hipertensão e a diabetes); Planejamento familiar (métodos contraceptivos); Noções de primeiros socorros; Administração pública. Poderes Administrativos. Atos Administrativos, Servidores Públicos, Responsabilidade Civil da Administração; Noções de ética e cidadania e outros conceitos inerentes as atribuições do cargo.

AGENTE OPERACIONAL

Utilização, cuidados, limpeza, guarda e controle de materiais, equipamentos e produtos utilizados; Segurança no trabalho e prevenção de acidentes, Equipamentos de Proteção individual (E.P.I.). Limpeza: higienização de prédios públicos; Higienização de superfícies; Condutas e Aspectos gerais de higiene; Meio ambiente e reciclagem de produtos e materiais; Coleta seletiva; Separação de lixo. Resíduos. Limpeza de vias públicas. Identificação e uso de ferramentas. Atendimento e qualidade.

ATENDENTE DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO (PSF)

Conceitos de prevenção e controle de doenças bucais para indivíduos, família e comunidade. Anatomia e fisiologia do corpo humano. Organização do ambiente de trabalho. Equipamentos e Instrumentais: nomenclatura, utilização, cuidados. Conservação e Manutenção de equipamentos odontológicos. Processos de limpeza, desinfecção e esterilização de instrumentais, equipamentos e ambientes odontológicos. Ergonomia: espaço físico, postura, posição de trabalho. Higiene Bucal: técnicas de escovação supervisionada, cuidados com aparelhos protéticos. Índices epidemiológicos utilizados em Odontologia. Preenchimento e controle de fichas clínicas, registros em Odontologia. Manejo de pacientes na clínica odontológica. Materiais odontológicos: nomenclatura, utilização, manipulação, armazenamento e controle de estoque. Utilização racional de fluoretos em Odontologia. Placa bacteriana: identificação, índices, fisiologia, patogenia, meios químicos e mecânicos utilizados para o seu controle. Principais problemas que afetam a saúde bucal: cárie, doença periodontal, má oclusão, lesões de tecidos moles – conceito, etiologia, evolução, transmissibilidade, medidas. Atendimento ao público e ao telefone, recepção, noções de arquivo e elaboração de ofícios e memorandos.

ATENDENTE VETERINÁRIO

Utilização, cuidados, limpeza, guarda e controle de materiais, equipamentos e produtos utilizados; Segurança no trabalho e prevenção de acidentes, Equipamentos de Proteção individual (E.P.I.). Copa e cozinha: preparo de pequenas refeições. Limpeza: higienização de prédios públicos; Higienização de superfícies; Condutas e Aspectos gerais de higiene; Meio ambiente e reciclagem de produtos e materiais; Coleta seletiva; Separação de lixo. Resíduos. Limpeza de vias públicas. Identificação e uso de ferramentas. Atendimento e qualidade.

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

Noções básicas de conservação e manutenção. Noções básicas de higiene e limpeza. Cuidados elementares com o patrimônio. Utilização de materiais e equipamentos de limpeza. Guarda e armazenagem de materiais e utensílios. Habilidades manuais no desempenho das tarefas: sequência correta das operações; uso correto de ferramentas, utensílios e equipamentos; manutenção e conservação de ferramentas, utensílios e equipamentos; dosagem dos produtos para limpeza; Noções básicas de segurança e higiene do trabalho. Relacionamento humano no trabalho. Importância da disciplina no trabalho. Simbologia dos produtos químicos e de perigo; Noções de operação de máquinas simples para limpeza e conservação do ambiente; Reciclagem de lixo; limpeza e higienização de prédios públicos, superfícies brancas e revestimentos cerâmicos; Noções de higiene e higiene no ambiente de trabalho; limpeza e higienização de banheiros e áreas comuns; armazenamento, cuidados de manuseio e destino do lixo. Noções de ética e cidadania; Regras de comportamento no ambiente de trabalho; regras de hierarquias no serviço público; regras básicas de comportamento profissional para o trato diário com o público interno e externo e colegas de trabalho; Zelo pelo patrimônio público; Noções de prevenção de acidentes de trabalho e incêndio; Execução de atividades afins, observando se a prática do dia a dia. Conhecimentos básicos inerentes às atividades do cargo. Materiais de limpeza e sua utilização. Destinação do lixo e reciclagem. Limpeza dos diferentes espaços. Conhecimentos teóricos e práticos relacionados a faxina, manipulação de alimentos, copa. Noções de alimentação, nutrição e grupos de alimentos; Recepção e armazenamento de materiais de limpeza. Controle de estoque e técnicas de armazenamento de alimentos

CRECHEIRA

Educar e cuidar; Higiene, saúde e nutrição infantil. A organização do tempo e do espaço na educação; Princípios que fundamentam a prática na educação: Pedagogia da infância, dimensões humanas; direitos da infância; relação unidade de educação e família; As instituições de educação como espaço de produção das culturas infantis; Referencial Curricular Nacional Educação Infantil – RCNEI. O, Lúdico e a educação, recreação, A inclusão escolar, Função e papel da escola, Problemas de aprendizagem, Fatores físicos, psíquicos e sociais, Recreação: Atividades recreativas, Métodos e processos no ensino da leitura. Definições dos tipos de deficiência; Programa Educação Inclusiva; Direito a Diversidade; Convenção da Guatemala Decreto nº 3.956/2001; Celestin Freinet e a aula passeio. Código de Trânsito Brasileiro no que diz respeito à sinalização e cuidados com o pedestre.

MOTORISTA

Legislação de trânsito: Código de Trânsito Brasileiro (Lei Federal nº 9.503 de 23/9/1997) e legislação complementar atualizada. Conceitos, definições e diretrizes. Sistema Nacional de Trânsito: disposições gerais, composição e competências. Normas gerais de circulação e conduta. Educação para o trânsito: conceito, propostas, responsabilidade dos órgãos competentes. Sinalização: objetivos, classificação, ordem de prevalência. Operação e fiscalização de trânsito. Veículos: Classificação. Características. Segurança. Equipamentos obrigatórios. Proibições. Transporte de cargas. Identificação. Registro de veículos. Licenciamento. Habilitação: Processo de habilitação. Carteira Nacional de Habilitação. Normas. Autorização e permissão para dirigir. Categorias. Exames. Aprendizagem. Expedição. Infrações. Penalidades: Advertências. Multa. Suspensão do direito de dirigir. Apreensão do veículo. Cassação da Carteira Nacional de Habilitação. Medidas administrativas. Processo administrativo. Cursos de reciclagem. Crimes de trânsito: Disposições gerais. Tipificação. Penalidades. Direção defensiva: Definição. Cuidados gerais ao dirigir. Riscos, perigos e acidentes. Manutenção periódica e preventiva do veículo. Cinto de segurança. Condutor. Ambiente e condições adversas para dirigir. Uso de álcool, drogas e medicamentos. Mecânica básica: Noções básicas de mecânica de automóveis. Comandos principais. Carroceria, motor e transmissão. Rodas, direção, freios, suspensão e sistema elétrico. Manual de instruções do veículo. Primeiros socorros: Noções básicas de primeiros socorros. Manutenção dos sinais vitais. Procedimentos emergenciais. Movimentação e transporte de emergência. Administração pública. Poderes Administrativos. Atos Administrativos, Servidores Públicos, Responsabilidade Civil da Administração; Noções de ética e cidadania e outros conceitos inerentes as atribuições do cargo. ECA- Estatuto da Criança e Do Adolescente – Estatuto do Idoso.

ENSINO MÉDIO COMPLETO**PROVA DE CONHECIMENTOS GERAIS – COMUM A TODOS OS CARGOS****LÍNGUA PORTUGUESA.**

Interpretação de Textos – Língua escrita objetiva e suas formas; Morfologia, Fonética e Fonologia, Ortografia, classe estrutura e formação de palavras, frase, oração, período, pontuação, derivação e composição, substantivo, adjetivo, pronome, verbos, artigo, numerais, advérbio, preposição, conjunção, interjeição, o período e sua construção, sujeito, predicado, oxítonas, paroxítonas, proparoxítonas, acentuação gráfica, Sintaxe, figuras de sintaxe, concordância, figuras de linguagem, noções de versificação, literatura brasileira; Gêneros literários e discursivos.

CONHECIMENTOS GERAIS

Aspectos da História, Geografia, Atualidades, Cultura, Cinema, Artes, tecnologia, Economia, e organização política do mundo, do Brasil, de Santa Catarina e do Município. Ciências naturais e meio ambiente

Bibliografia Sugerida

Almanaque Abril.

Livros, Jornais, Revistas, Telejornais e outros materiais que abrangem o programa proposto e a critério do candidato, podendo ser quaisquer obras atualizadas sobre os conteúdos especificados.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**COMUNS A TODOS OS CARGOS:**

Temas gerais de Direito Administrativo: Regime jurídico administrativo. A Administração Pública. Poderes e deveres do administrador público. Uso e abuso do poder. Organização administrativa brasileira. Poderes Administrativos: poder vinculado, poder discricionário, poder hierárquico, poder disciplinar, poder regulamentar e poder de polícia. Atos Administrativos. Serviços Públicos: conceitos :classificação; regulamentação; controle; permissão; concessão e autorização. Correspondência Oficial. Relações públicas e interpessoais, Noções de ética e cidadania e outros conceitos inerentes as atribuições do cargo.

Legislação: Constituição Federal: Direitos e Deveres Individuais e Coletivos – Dos Direitos Sociais – Da Nacionalidade – Dos Direitos Políticos – Dos Municípios – Da Administração Pública – Dos Servidores Públicos, Lei Orgânica do Município e Estatuto do Servidor de Ascurra. ECA, Estatuto do Idoso

AGENTE DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

Sistema único de Saúde: objetivos do SUS. Princípios e diretrizes. Atribuições. Controle Social no SUS. SUS e vigilância sanitária. Promoção, proteção e recuperação da saúde. Organização dos serviços de saúde. Sistema Municipal de Vigilância Sanitária: criação. O que é. Competência. Finalidade. Estrutura organizacional. Infrações e penalidades. Circunstâncias agravantes. Procedimento administrativo nas infrações sanitárias (apuração, notificação, auto da infração, recursos, papel e responsabilidades do fiscal sanitário no processo administrativo). Atribuições do Auxiliar de Vigilância Sanitária.

ATENDENTE DE EDUCAÇÃO INFANTIL

O brincar no espaço educativo; O papel do profissional da educação infantil; A documentação Pedagógica (planejamento, registro, avaliação); Princípios que fundamentam a prática na educação infantil: educar e cuidar, dimensões humanas, direitos da criança e relação creche família; As instituições de educação infantil como espaço de produção das culturas infantis; Desenvolvimento Infantil. - Ética e cidadania. Informática básica, Constituição Federal - Dos Direitos e Garantias Fundamentais: Direitos e deveres individuais e coletivos; Direitos Sociais; Nacionalidade e Cidadania; Regras de comportamento no ambiente de trabalho; regras de hierarquias no serviço público; regras básicas de comportamento profissional para o trato diário com o público interno e externo e colegas de trabalho; Zelo pelo patrimônio público; Noções de prevenção de acidentes de trabalho e incêndio; Conhecimentos básicos de normas de higiene no ambiente de trabalho, conservação, limpeza e guarda de materiais sob sua responsabilidade.

ATENDENTE GERAL

Qualidade no atendimento: Atendimento ao público interno e externo. Comunicação; Elementos da comunicação, emissor e receptor; Redação e Documentos oficiais: formas de tratamento, elaboração, organização e expedição de documentos oficiais como relatório, ofício,

memorando, aviso, ata, atestado, declaração, despacho, portaria, moção, pedido de providência, requerimento, circular e etc.; Recepção e despacho de documentos; Uso de equipamentos de escritório. Correspondência Oficial, recebimentos e envios; Técnicas de arquivos, organização, localização e manutenção; Protocolos em geral, recebimento, envio e registro; Correspondência Oficial. Conhecimento de arquivo, redação administrativa, carta comercial, requerimento, circular, memorando, ofícios, telegrama. Correio eletrônico. Conhecimento das rotinas de expedição de correspondência. Noções gerais de relações humanas. Conhecimentos gerais das rotinas administrativas. Noções de Cidadania; Relacionamento Interpessoal; Linguagem social. Conhecimentos básicos em informática: Software, hardware e redes. Editor de texto. Planilha Eletrônica. Conceitos de Internet e Intranet. Correio eletrônico. Cópias de segurança (backup). Conceito e organização de arquivos (pastas/diretórios). Tipos de arquivos. Noções básicas de armazenamento de dados. ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente. - Brasil. Manual de Redação da Presidência da República disponível em <http://www4.planalto.gov.br/legislacao>

AUXILIAR DE EDUCAÇÃO

Conceito de Saúde: noções de desenvolvimento e crescimento do escolar. Desenvolvimento dos primeiros anos de vida. Higiene dos Alimentos. Promoção da Saúde: Prevenção de Acidentes na educação infantil; O lúdico na educação infantil. O cotidiano na creche: espaço, rotina, afetividade, alimentação, higiene, cuidados essenciais. Família e instituição. Estatuto da Criança e do Adolescente.

AUXILIAR DE ENFERMAGEM (PSF)

TÉCNICO DE ENFERMAGEM

Legislação: SUS, ESF, SUAS, ECA, Constituição Federal no que diz respeito à Saúde e Estatuto do Idoso

Noções sobre Políticas de Saúde no Brasil. Trabalho em equipe. Educação em Saúde: conceitos básicos. Manter a assepsia dos equipamentos e materiais assim como do local de trabalho; conhecer Ética e legislação em enfermagem; Regulamentação do exercício profissional; Código de ética dos profissionais de enfermagem; Técnicas básicas de enfermagem; Noções de rotinas administrativas ambulatoriais; Biossegurança; Administração de medicamentos (noções de farmacologia, cálculo para dosagem de drogas e soluções, vias de administração); Enfermagem médico-cirúrgica: Limpeza, desinfecção e esterilização de material; Assistência de urgência e emergência ambulatorial; Enfermagem materno-infantil, enfermagem em Saúde Pública, vigilância epidemiológica; e Sanitária; enfermagem do adolescente, do adulto, e do idoso; Noções de administração aplicada ao Técnico de enfermagem; Imunizações; Conhecimentos básicos inerentes as atividades do cargo; Noções de saúde pública, Política de Atenção Básica. Administração pública. Poderes Administrativos. Atos Administrativos, Servidores Públicos, Responsabilidade Civil da Administração; Noções de ética e cidadania e outros conceitos inerentes as atribuições do cargo.

CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR

PROVA DE CONHECIMENTOS GERAIS – COMUM A TODOS OS CARGOS

LÍNGUA PORTUGUESA.

Interpretação de Textos – Língua escrita objetiva e suas formas; Morfologia, Fonética e Fonologia, Ortografia, classe estrutura e formação de palavras, frase, oração, período, pontuação, derivação e composição, substantivo, adjetivo, pronome, verbos, artigo, numerais, advérbio, preposição, conjunção, interjeição, o período e sua construção, sujeito, predicado, oxítonas, paroxítonas, proparoxítonas, acentuação gráfica, Sintaxe, figuras de sintaxe, concordância, figuras de linguagem, noções de versificação, literatura brasileira; Gêneros literários e discursivos.

CONHECIMENTOS GERAIS

Aspectos da História, Geografia, Atualidades, Cultura, Cinema, Artes, tecnologia, Economia, e organização política do mundo, do Brasil, de Santa Catarina e do Município. Ciências naturais e meio ambiente

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

COMUNS A TODOS OS CARGOS:

Temas gerais de Direito Administrativo: Regime jurídico administrativo. A Administração Pública. Poderes e deveres do administrador público. Uso e abuso do poder. Organização administrativa brasileira. Poderes Administrativos: poder vinculado, poder discricionário, poder hierárquico, poder disciplinar, poder regulamentar e poder de polícia. Atos Administrativos. Serviços Públicos: conceitos :classificação; regulamentação; controle; permissão; concessão e autorização. Correspondência Oficial. Relações públicas e interpessoais, Noções de ética e cidadania e outros conceitos inerentes as atribuições do cargo.

Legislação: Constituição Federal: Direitos e Deveres Individuais e Coletivos – Dos Direitos Sociais – Da Nacionalidade – Dos Direitos Políticos – Dos Municípios – Da Administração Pública – Dos Servidores Públicos, Lei Orgânica do Município e Estatuto do Servidor de Asscurra. ECA, Estatuto do Idoso

CIRURGIÃO DENTISTA (PSF)

Princípios da Infecção Hospitalar, Conceitos em Infecção Hospitalar, Higienização das mãos. Traumatismo em dentes permanentes jovens. Dentística restauradora diagnóstico e tratamento. Ortodontia preventiva. Níveis de prevenção. Erupção dental. Oclusão. Semiologia exame do paciente. Técnicas radiográficas. Prevenção das doenças periodontais. Prevenção da cárie dental. Diagnóstico das lesões agudas da cavidade bucal. Anatomia em cirurgia oral. Avaliação pré-operatória. Técnicas Anestésicas. Alterações periodontais agudas. Diagnóstico e tratamento dos problemas de origem endodôntica. Placa bacteriana. Controle de placa - meios físicos e químicos. Epidemiologia da cárie e doença periodontal. Exodontia: técnicas e acidentes. Esterilização e desinfecção em odontologia. Perícia odontológica: no foro criminal, trabalhista e civil. Responsabilidade profissional. Doenças Ocupacionais, Normas Técnicas de Avaliação de incapacidade laborativa; Fundamentos de Normas Técnicas Periciais.. Processo saúde – doença. . Noções de saneamento básico. Política Nacional de Humanização.. Sistemas de Informação em Saúde. Administração pública. Poderes Administrativos. Administração pública. Poderes Administrativos. Atos Administrativos, Servidores Públicos, Responsabilidade Civil da Administração; Noções de ética e cidadania e outros conceitos inerentes as atribuições do cargo.

ENFERMEIRO

ENFERMEIRO (PSF)

Regulamentação da profissão e Código de Ética; Diretrizes operacionais do pacto pela Saúde; Atenção Básica; Estratégia Saúde da Família; Programa Nacional de Imunização: Tipos de vacinas, Composição, conservação, rede de frio, indicação e contraindicação, prazo de validade após abertura do frasco, doses e vias de administração), Planejamento, Organização e operacionalização de Campanhas, bloqueios e intensificações de vacinas.- Administração e Gerência de Serviços de Saúde e de Enfermagem em Saúde Coletiva: Administração de medicação; esterilização de material; Consulta de enfermagem; procedimentos de enfermagem;- Assistência Integral à Saúde da Criança: avaliação do crescimento e desenvolvimento, aleitamento materno, alimentação básica infantil, desnutrição, Controle de Doenças Diarreicas, infecções respiratórias agudas;- Assistência integral à Saúde do Adolescente;- Assistência Integral à Saúde da Mulher: Programa Nacional de Prevenção do Câncer de Mama Cérvico-Uterino;- Assistência Integral à Saúde do Adulto e do Idoso: Assistência aos portadores de doenças Crônicas Degenerativas Programa Nacional de atenção ao Diabético e ao Hipertenso;- Assistência Integral à Saúde do Trabalhador: Legislação, Patologias;- Assistência Integral à Saúde do Portador de Sofrimento Mental;- Noções básicas de psicopatologia e psicofarmacologia;- Assistência Integral à Saúde do Portador de Doenças Transmissíveis: Programa de prevenção e Assistência em Doenças Sexualmente Transmissíveis DST; AIDS;- Epidemiologia: Indicadores de saúde; Legislação; patologias; Programa Nacional de Controle da Tuberculose e Programa Nacional de Controle da Hanseníase.- Medidas de proteção ambiental, coletiva e individual: Limpeza, desinfecção, descontaminação;- Educação em Saúde.- Legislação do SUS e saúde em geral.

FARMACÊUTICO

Sistema Único de Saúde; Estratégia de Saúde da Família; Assistência Farmacêutica no SUS (componente básico, especializado e estratégico); Uso Racional de Medicamentos; Assistência Farmacêutica na Atenção Básica; Ciclo da Assistência Farmacêutica: Seleção, Programação, Aquisição, Armazenamento, Distribuição, Prescrição, Dispensação de medicamentos; Humanização; Política Nacional de Medicamentos; Legislação Farmacêutica; Epidemiologia: - Conceitos de Vigilância Epidemiológica e doenças de notificação compulsórias; Farmacovigilância; Farmacologia Geral: - Noções e conceitos básicos de Farmacologia Geral; Farmacodinâmica; Farmacocinética; Farmacologia dos sistemas (drogas que atuam no sistema nervoso central, drogas com ação cardiovascular; sistema renal, reprodutor, trato gastrointestinal, respiratório); Quimioterápicos e antimicrobianos. Farmacotécnica: - Medicamentos, Administração de Medicamentos; Principais Formas Farmacêuticas e Formulações Magistrais; Pesagem e medidas de volume; Farmácia magistral (Armazenamento de Matérias Primas) e Controle de Qualidade. Farmácia Hospitalar: - Dispensação de medicamentos, seleção de medicamentos, aquisição, armazenamento, conservação de medicamentos, distribuição, Funções Clínicas. Logística: - Aquisição, armazenamento, controle de materiais. Princípios de Ética Profissional e Código de Ética Farmacêutica. Administração pública. Poderes Administrativos. Atos Administrativos, Servidores Públicos, Responsabilidade Civil da Administração; Noções de ética e cidadania e outros conceitos inerentes as atribuições do cargo.

MÉDICO CLÍNICO GERAL**MÉDICO GERAL COMUNITÁRIO (PSF)**

Política Nacional de Humanização;. Processo saúde – doença. Noções de saneamento básico. Doenças transmissíveis evitáveis por vacinação. Doenças endêmicas no Brasil. Noções de vigilância epidemiológica. Planejamento e programação local de saúde. Doenças de Notificação Compulsória. . Políticas públicas de saúde no Brasil; Código de ética da Medicina. Administração pública. Poderes Administrativos. Administração pública. Poderes Administrativos. Atos Administrativos, Servidores Públicos, Responsabilidade Civil da Administração; Noções de ética e cidadania e outros conceitos inerentes as atribuições do cargo.

Exames de imagem; Cardiologia: Angina Pectoris, infarto agudo do miocárdio, hipertensão arterial sistêmica; Pneumologia: pneumonia, broncopneumonia, doença pulmonar obstrutiva crônica; Hematologia: anemias, leucoses e linfomas. Gastroenterologia: esofagite, gastrite, úlcera péptica, doenças inflamatórias intestinais, pancreatite, cirrose hepática; Doenças da tireóide; Urgências clínicas: ICC; edema agudo do pulmão, crise hipertensiva e pressão alta, asma brônquica, hemorragia digestiva alta, insuficiência hepática, IRA, cólica renal, embolia. Endocrinologia: diabetes melitus tipo 1 e 2, doenças da tireóide, distúrbios do eixo hipotálamo-hipofiseadrenal; Nefrologia: malformações e infecções do trato urinário, litíase urinária; Cardiologia: hipertensão arterial sistêmica, insuficiência cardíaca congestiva, endocardite infecciosa, taquiarritmias, bradiarritmias, doença arterial coronariana; Dermatologia: infecções e neoplasias cutâneas, doenças auto-imunes que acometem a pele e anexos; Imunologia: doenças reumáticas; Pneumologia: infecções e neoplasias do trato respiratório, doença pulmonar obstrutiva crônica, asma brônquica; Infectologia: doenças sexualmente transmissíveis, vacinação, profilaxia anti-rábica; Hematologia: anemias carenciais, anemias hemolíticas, leucoses; Nutrologia: obesidade, anorexia nervosa, bulimia, desnutrição; Gastroenterologia: doenças pépticas, neoplasias do trato digestivo, hepatites, etilismo; Intoxicação e envenenamento; Adinamia circulatória aguda; Insuficiência respiratória aguda; Restauração Hemodinâmica; Politraumatismo; Abdômen agudo; Estado de inconsciência; Queimaduras; Distúrbios hídrico-eletrolíticos e ácidos-básicos; Enfermidades do aparelho geritourinário; Doenças reumáticas; Doenças Sexualmente transmissíveis; Doenças infecto-contagiosas e parasitárias; Doenças neurológicas; Avitaminoses; Ortopedia; Noções gerais de Epidemiologia das doenças infecto-contagiosas; Noções gerais de Epidemiologia das doenças crônico-degenerativas; Diretrizes básicas do Sistema Único de Saúde; Organização dos Serviços de Saúde no Brasil

NUTRICIONISTA

Administração de serviços de alimentação: planejamento, organização, execução de cardápio e procedimentos desde compras, recepção, estocagem e distribuição de gêneros, saneamento e segurança na produção de alimentos, aspectos físicos, métodos de conservação, técnicas de higienização da área física, equipamentos e utensílios. Técnica dietética. Características organolépticas, seleção, conservação, pré-preparo, preparo e distribuição dos alimentos. Higiene dos alimentos, parâmetros e critérios para o controle higiênico-sanitário. Sistema de Análise de Perigos em Pontos Críticos de Controle – APPCC. Transmissão de doenças pelos Alimentos. Vigilância e legislação sanitária. Nutrição normal: conceito de alimentação e nutrição, critério e avaliação de dietas normais e especiais, leis da alimentação. Nutrientes: definição, propriedades, biodisponibilidade, função, digestão, absorção, metabolismo, fontes alimentares e interação. Vitaminas, Minerais. Nutrição materno-infantil; crescimento e desenvolvimento em toda faixa etária. Necessidades e recomendações nutricionais, DRIs; Avaliação do estado nutricional: Composição corporal, Indicadores antropométricos, Indicadores bioquímicos, Avaliação subjetiva global; Epidemiologia nutricional. Guia alimentar para a população brasileira; Terapia de nutrição enteral; Terapia nutricional nas insuficiências orgânicas e condições clínicas especiais: Insuficiência renal aguda e crônica, Doenças cardiovasculares, Insuficiência respiratória; Doença Pulmonar Obstrutiva Crônica (DPOC), Insuficiência hepática aguda e crônica, Diabetes Mellitus Tipo I e Tipo II, dislipidemia, Síndrome metabólica. Doença de Crohn, Doença celíaca. Obesidade. Transtornos alimentares. Síndrome do intestino curto. Câncer. Nutrição no exercício e no esporte; Alimentos funcionais, Gestação e lactação, nutrição do lactente e da criança de baixo peso. Desnutrição na infância. Organização,

planejamento e gerenciamento do Lactário e Banco de Leite Humano. Nutrição em Saúde Pública: Noção de epidemiologia das doenças nutricionais, infecciosas, má nutrição proteico-calórica, anemias e carências nutricionais. Vigilância nutricional - SISVAN. Atividades de nutrição em programas integrados de saúde pública. Avaliação nutricional. Desnutrição proteico-calórica. Avaliação dos estados nutricionais nas diferentes faixas etárias. Dietoterapia: princípios básicos e cuidados nutricionais nas enfermidades e na 3ª idade; Modificação da dieta normal e padronização hospitalar. Nutrição enteral: indicação, técnica de administração, preparo e distribuição. Seleção e classificação das fórmulas enterais e infantis. Nutrição no exercício e no esporte; Programa Nacional de alimentação escolar PNAE, Núcleo de Apoio à Saúde da família NASF, Bolsa Família, Ética profissional.- Estratégia Saúde da Família. Regulamentação da profissão e Código de Ética; Legislação e normativas aplicadas à área.

PSICÓLOGO (20h, 40h e PSF)

Psicologia Educacional. Desenvolvimento psicológico da criança; psicologia da aprendizagem. História da Psicologia. Bases fisiológicas do Comportamento. Escolas de Psicologia. Psicologia Contemporânea. Métodos de Psicologia. Campos da Psicologia. Princípios da Psicologia. Limites e alcances da Psicologia da Saúde – O trabalho da Psicologia na Saúde Pública; Saúde mental na atualidade; Código de Ética; Constituição Federal no que diz respeito à saúde. Teorias da educação; Psicologia do desenvolvimento; Histórico da Psicologia; Métodos da Psicologia; O Arco reflexo; A Inteligência; A Motivação e a Aprendizagem; O processo de aprendizagem segundo Piaget; A Personalidade; A sensação e a percepção; A Psicanálise; O Gestalt - Terapia; O Behaviorismo; Os testes psicológicos; Etiologia das Deficiências Mentais; Desordens da Personalidade; Deficiências Mentais; Orientação de Pais; Conhecimentos em Psicomotricidade; Psicoterapia de grupo; Desenvolvimento; Psicoterapia Breve; Orientação Familiar; História da Psicologia Brasileira - Da época colonial até 1934; Sobre o Behaviorismo; Psicomotricidade - Educação e Reeducação num Enfoque Psicopedagógico; Psicoterapia Breve - Abordagem Sistematizada de situações de crise; 32 tipos de Inteligência - Os caminhos da Árvore da Vida pelo inconsciente coletivo; Novas abordagens do Diagnóstico Psicológico da Deficiência Mental; Psicoterapia de Grupo; Gestalt - Terapia Explicada. Regulamentação da profissão e Código de Ética; e Legislação e normativas aplicadas à área. Legislação e Programas como "Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF), sua criação, objetivos, portarias de regulamentação, modalidades. Administração pública. Poderes Administrativos. Administração pública. Poderes Administrativos. Atos Administrativos, Servidores Públicos, Responsabilidade Civil da Administração; Noções de ética e cidadania e outros conceitos inerentes as atribuições do cargo.

PROFESSORES e ORIENTADOR PEDAGÓGICO

Legislação: LDB, ECA, Estatuto Municipal do Magistério, Constituição Federal, Lei Orgânica e Estatuto do Servidor de Ascurra, Constituição Federal.

Conhecimentos Comuns a todos os cargos:

DIDÁTICA E TEORIAS DA APRENDIZAGEM: Concepções inatistas, ambientalistas e interacionistas. Abordagens comportamentais, gestálticas, humanistas, cognitivas e sistêmicas.

Teorias clássicas de desenvolvimento cognitivo- Métodos, teorias e/ou sistemas educacionais: Freinet, Montessori, Waldorf, Freire, Decroly, Piaget, Wallon, Vygotsky, Morin, Perrenoud e etc. Teoria da Aprendizagem Social de Albert Bandura, Teoria de Ensino de Jerome Bruner, Teoria da Aprendizagem Significativa de Carl Rogers, Libaneo, Teoria de Aprendizagem Significativa de David Ausubel, Teoria da Atividade (Vygotsky, Leontiev, Davydov), Possibilidades de ensino e aprendizagem através de mídias eletrônicas, Pressupostos e Características da Didática, A relação pedagógica como decorrência do estar no mundo, A prática pedagógica sistemática socialmente promovida, A relação discurso-fundamento-ação, contexto da Prática Pedagógica, Propostas curriculares para o ensino fundamental, Especificidades da escola pública, Dinâmica da Sala de Aula, Interesses e objetivos: o consensual e o conflitante, A Construção de uma Proposta de Ensino-Aprendizagem, - Conhecimento da realidade e alternativas de ensino, Planejamento da ação: metas e objetivos, o significado dos conteúdos, a propriedade dos procedimentos didáticos, o sentido da avaliação. Planejamento, avaliação e currículo. Interdisciplinaridade, plano de aula, mediação professor/aluno. Administração pública. Poderes Administrativos. Atos Administrativos, Servidores Públicos, Responsabilidade Civil da Administração; Noções de ética e cidadania e outros conceitos inerentes as atribuições do cargo. Currículo Escolar: sentido amplo e específico, planejamento curricular, interdisciplinaridade, diversidade; Processos de Ensino Aprendizagem: conceituação apropriação e elaboração de conceitos científicos, mediação professor-aluno, plano de aula, procedimentos metodológicos e teoria da atividade; Avaliação da aprendizagem: conceitos e procedimentos; - PCN'S. - Psicologia da Aprendizagem e do Desenvolvimento;. Educação no mundo atual, Relacionamento Professor x Aluno, Função e papel da escola, Problemas de aprendizagem, Fatores físicos, psíquicos e sociais, Recreação: Atividades recreativas, Aprendizagem: Leitura/Escrita, Processo Ensino-Aprendizagem: avaliação, recuperação, Planejamento de aula: habilidade objetivos à avaliação, Métodos e processos no ensino da leitura, Desenvolvimento da linguagem oral, escrita, audição e leitura, métodos, técnicas e habilidades, Instrumentos/Atividades Pedagógicas. RESOLUÇÃO Nº 7, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2010, Fixa Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos. RECNEI. Relacionamento Professor x Aluno, Função e papel da escola, Problemas de aprendizagem, Fatores físicos, psíquicos e sociais, Recreação: Atividades recreativas, Aprendizagem: Leitura/Escrita, Processo Ensino-Aprendizagem: avaliação, recuperação, Planejamento de aula: habilidade objetivos à avaliação, Métodos e processos no ensino da leitura, Desenvolvimento da linguagem oral, escrita, audição e leitura, métodos, técnicas e habilidades, Instrumentos/Atividades Pedagógicas, . Educação Infantil na perspectiva histórica; O papel social e a função da educação infantil; A organização do tempo e do espaço na educação infantil; O brincar no espaço educativo; O papel do profissional da educação infantil; A documentação Pedagógica (planejamento, registro, avaliação); Princípios que fundamentam a prática na educação infantil: educar e cuidar, dimensões humanas, direitos da criança e relação creche família; As instituições de educação infantil como espaço de produção das culturas infantis; Desenvolvimento Infantil.

PROFESSOR DE ARTES

A trajetória do ensino de Arte no Brasil. A produção artística da humanidade. O currículo de Arte na Educação Infantil e Séries Iniciais. Didática do ensino de arte. Conteúdos e Princípios metodológicos para o ensino de arte. Elementos metodológicos para a análise e intervenção nas práticas educativas. O ensino de arte nos anos iniciais. A expressão da criança e a construção do objeto artístico. A arte como manifestação artística da criança, do adolescente, do jovem e do adulto. O desenho como forma de representação. O processo de representação cognitiva e o papel mediador da Arte. As linguagens artísticas como formas de representação e expressão. As estruturas cognitivas da apreensão dos códigos da Arte. A formação da percepção artística. Elementos metodológicos para a análise e intervenção nas práticas educativas. O ensino de arte nos anos iniciais. Parâmetros Curriculares Nacionais para o ensino de Arte. Pintores famosos e suas obras. Aspectos artísticos e estéticos dos elementos da linguagem visual (linha, forma, cor, textura, volume); Práticas metodológicas da linguagem bi e tridimensional

na educação básica. Consciência corporal; noções de movimento; expressão vocal e corporal; jogos teatrais relacionados ao ensino. Exercícios vocal e corporal especialmente para o desenvolvimento das linguagens contemporâneas em artes visuais; As propriedades do som: altura, intensidade duração e timbre. A inserção da arte na historicidade da educação do homem; Pressupostos filosóficos e sociológicos da arte na educação. Aspectos conceituais da Arte na Educação; Tendências educacionais da arte na educação. Princípios teóricos da arte na educação (Lowelfeld, Dewey, Eisner, Read). Tendências do Ensino da Arte no Brasil (Barbosa, Pillar, Bueno, entre outras). A história do ensino da Arte no Brasil; Estudo e análise dos pressupostos conceituais e metodológicos dos Parâmetros Curriculares Nacionais (RCNI – Referencial curricular para Educação Infantil. Arte - 1ª à 4ª série e 5ª à 8ª ensino fundamental e Ensino Médio) e Proposta Curricular de SC.

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA (20h e 40h)

- Conhecimento teórico prático das modalidades esportivas; - Concepções psicomotoras na educação física escolar; - Educação Física e o desenvolvimento humano; - Metodologia para o ensino da Educação Física; - As teorias da Educação Física e do Esporte; - As qualidades físicas na Educação Física e desportos; - Biologia do esporte; - Fisiologia do exercício. - Anatomia Humana; - Dimensões filosóficas, antropológicas e sociais aplicadas à Educação e ao Esporte: Lazer e as interfaces com a Educação Física, esporte, mídia e os desdobramentos na Educação Física; - Dimensões biológicas aplicadas à Educação Física e ao Esporte: as mudanças fisiológicas resultantes da atividade física; - Educação física escolar e cidadania; os objetivos, conteúdos, metodologia e avaliação na Educação Física Escolar; - Esporte e Jogos na Escola: competição, cooperação e transformação didático-pedagógica; A História da Educação Física; Função Social da Educação Física; Desenvolvimento Infantil e movimento humano; Metodologia para o ensino da Educação Física; Educação Física na Educação Infantil e Ensino Fundamental; As identidades que configuram o sujeito da Educação de Jovens e Adultos; Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos; O trabalho docente na Educação de Jovens e Adultos; Avaliação na perspectiva processual e Letramento em Educação de Jovens e Adultos.

PROFESSOR DE LÍNGUA ESTRANGEIRA

Concepções de linguagem; A língua como forma de interação; Gêneros textuais orais e escritos e ensino; Oralidade, escrita e ensino; Fala, leitura, escrita e ensino; Leitura e produção textual; Metodologias e abordagens do ensino da Língua Inglesa no Brasil; O ensino das habilidades: ler, falar, ouvir e escrever. O ensino de língua para a comunicação; - Dimensões comunicativas do inglês; - Construção da leitura e da escrita da Língua Estrangeira; - A escrita e a linguagem oral do inglês; - A natureza sociointernacional da linguagem; - O processo ensino e aprendizagem da Língua Estrangeira. e conhecimentos específicos comuns a todos os cargos. Compreensão e Interpretação de Textos em Língua Inglesa. Fonologia, Ortografia e Morfossintaxe. Artigos; substantivos (gênero, número, caso genitivo, composto "countable" e "uncountable"); Pronomes (pessoais retos e oblíquos, reflexivos, relativos); Adjetivos e pronomes possessivos, interrogativos, indefinidos, demonstrativos; Adjetivos e advérbio (ênfase nas formas comparativas e superlativas); preposições; Verbos (tempos, formas e modos: regulares, irregulares, "nonfinites", modais; formas: afirmativa, negativa, interrogativa e imperativa; forma causativa de "have", "question tags") "Phrasal verbs" (mais usados); Numerais; Discurso direto e indireto; grupos nominais; Períodos simples e compostos por coordenação e subordinação (uso de marcadores de discurso).

ORIENTADOR PEDAGÓGICO

Pedagogia como teoria e prática da educação; tendências pedagógicas em educação; abordagens do processo de ensino e aprendizagem; concepções de currículo e a organização do currículo escolar da Educação Básica; planejamento, planos e projetos educativos; projeto político-pedagógico (metodologia de elaboração, implementação, acompanhamento e avaliação do projeto político pedagógico); desenvolvimento interpessoal, comportamento grupal e intergrupal, liderança, equipe multidisciplinar; diversidade cultural e inclusão social; avaliação do processo ensino e aprendizagem; elaboração e realização de projetos de pesquisa; leitura e interpretação de indicadores sócio educacionais e econômicos; pressupostos teóricos; qualidade social da educação; objetivos da escola e práticas de organização e gestão; o projeto político-pedagógico da Escola; organização administrativa, pedagógica e curricular do sistema de ensino; Orientação Educacional no contexto atual; conceito, Objetivos e atribuições, Fundamentos filosóficos, psicológicos, pedagógicos e sociológicos que embasam a sua prática. Orientação Educacional e o Adolescente; Sexualidade, DSTs, Drogas, Família, Escola, Profissão. Orientação Educacional Interagindo na Construção coletiva do cotidiano escolar: Projeto Político Pedagógico, Comunidade interna e externa, Conselho de Classe e Avaliação, Mediando situações de conflito. A avaliação de ensino: definições, modalidades, funções e tipos; fundamentos da orientação educacional; o papel do orientador educacional; métodos e técnicas em orientação educacional.

ANEXO IV

REQUERIMENTO

Vaga para Deficiente Físico e /ou Condição Especial para REALIZAÇÃO de provas

Eu _____, portador do documento de identidade nº _____, inscrito no CPF n.º _____ residente e domiciliado a Rua _____, nº _____, Bairro _____, Cidade _____, Estado _____, CEP: _____, inscrito no Processo Seletivo 001/2015 da Prefeitura Municipal de ASCURRA, inscrição número _____, para o cargo de _____ requer a Vossa Senhoria:

1 – () Vaga para portadores de Deficiência.

Deficiência: _____

CID nº: _____

Nome do Médico: _____

2) Condição Especial para realização da prova:

a) () Prova com ampliação do tamanho da fonte

Fonte nº _____ / Letra _____

b) () Sala Especial

Especificar: _____

c) () Leitura de Prova

d) () Amamentação.

Nome do Acompanhante: _____

Horários de amamentação: _____

f) () Outra Necessidade:

Especificar: _____

Nestes Termos.

Pede Deferimento.

_____, _____ de _____ de 2015.

Assinatura do Requerente

ANEXO V

REQUERIMENTO DE ISENÇÃO DE TAXA DE INSCRIÇÃO

Eu _____, portador do documento de identidade nº _____, inscrito no cargo de _____ Inscrição n.º _____ do Processo Seletivo Edital 001/2015 da PREFEITURA MUNICIPAL DE ASCURRA, residente e domiciliado a Rua/Av. _____ nº _____, Bairro _____, cidade _____, Estado _____, CEP _____

Venho REQUER a Vossa Senhoria isenção da taxa de inscrição, visto que comprovadamente me ENQUADRO NA CONDIÇÃO de:

[] Doador de Sangue

Nestes Termos firma a presente declaração e

Pede Deferimento do requerimento

_____, _____ de _____ de 2015

(local e data)

Assinatura do Declarante/Requerente

EXTRATO DO EDITAL Nº 001/2015 DE PROCESSO SELETIVO

| | |
|--|---|
| | ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE ASCURRA EDITAL Nº 001/2015(PROCESSO SELETIVO) |
|--|---|

EXTRATO DO EDITAL Nº 001/2015 DE PROCESSO SELETIVO

O PREFEITO MUNICIPAL do município de Ascurra, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, torna público que fará realizar Processo Seletivo para provimento de cadastro de reserva nos quadros de pessoal da administração direta municipal, para os cargos de: Ensino Fundamental Completo e Incompleto: Agente Comunitário de Saúde PSF; Agente Operacional; Atendente de Consultório Dentário PSF; Atendente Veterinário; Auxiliar de Serviços Gerais; Crecheira e Motorista. Ensino Médio: Agente de Vigilância Sanitária; Atendente de Educação Infantil; Atendente Geral; Auxiliar de Educação; Auxiliar de Enfermagem PSF e Técnico de Enfermagem. Ensino Superior: Cirurgião Dentista PSF; Enfermeiro, Enfermeiro PSF; Farmacêutico; Médico Clínico Geral; Médico Geral Comunitário PSF; Nutricionista; Orientador Pedagógico; Professor de Artes; Professor de Educação Física 40h, Professor de Educação Física 20h, Professor de Língua Estrangeira; Psicólogo 40h, Psicólogo 20h e Psicólogo PSF. As inscrições "on line" estão abertas no período de 01/07/2015 a 15/07/2015. As provas estão previstas para o dia 02/08/2015. As informações completas sobre número de vagas, remuneração e atribuições dos cargos, bem como o cronograma, constam divulgadas no inteiro teor deste edital que encontra-se divulgado no site www.iobv.org.br, e www.ascurra.sc.gov.br e no mural de publicações do Paço Municipal.

Ascurra, 01 de Julho de 2015.

MOACIR POLIDORO

Prefeito Municipal

Balneário Rincão

PREFEITURA

LEI Nº 203/2015

LEI Nº 203, de 23 de junho de 2015.

INSERE PARÁGRAFO 3º E ALTERA O §1º DO ART. 5º DA LEI MUNICIPAL Nº 06 DE JANEIRO DE 2013, QUE INSTITUIU O CUSTEIO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA. E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Décio Gomes Góes, Prefeito Municipal de Balneário Rincão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

Faz saber que a Câmara Municipal de Balneário Rincão aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - O Art. 5º da Lei Municipal nº 06 de janeiro de 2013, passa a vigorar acrescido do §3º com a seguinte redação: "Os valores da Tabela I, serão reajustados anualmente pelo INPC, com efeito a partir da data da publicação desta lei."

Art. 2º - O §1º, do art. Art. 5º da Lei Municipal nº 06 de janeiro de 2013, passa a vigorar com seguinte redação: "Estão isentos da contribuição os consumidores moradores com residência fixa no imóvel, que comprovem a baixa renda e com consumo inferior a 50KW/H, e da classe rural com 50KW/H".

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Balneário Rincão, 23 de junho de 2015.

DÉCIO GOMES GÓES

Prefeito Municipal

Barra Velha

PREFEITURA

007-2015 FMAS

PREFEITURA DE BARRA VELHA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Contratada: 3A COMÉRCIO DE MÓVEIS E REFRIGERAÇÃO LTDA ME

Licitação: Proc. Administrativo 002/2015 - Pregão Presencial 001/2015

Objeto: Aquisição de moveis e matérias para atender aos bebês abrigados na instituição de acolhimento de Barra Velha conforme especificações constantes do Anexo I – Termo de Referência

Valor do Contrato: R\$ 10.701,14 (dez mil setecentos e um reais e quatorze centavos)

Data da assinatura: 16/06/2015

Data do vencimento: 31/12/2015

Barra Velha, 16 de junho de 2015

ANE CAROLINE CORDEIRO –

Pela Empresa Contratada

Claudemir Matias Francisco -

Prefeito

ATA 001/2015 PP 041/2015 PMBV

PREFEITURA DE BARRA VELHA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 051/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 041/2015

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2015

Contratada: C. M. PONCIANO ME

Objeto: aquisição e locação de toldos e tendas incluindo serviço de instalação para as Escolas e CEIS da rede municipal de ensino.

Valor do Contrato: 10.000,00

Data de Assinatura: 15/06/2015

Data de Vencimento: 15/06/2016

Barra Velha, 15 de junho de 2015.

CONSTANTINO MARCELINO PONCIANO

Pela Empresa Contratada

CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO

Prefeito

PP 006/2015 FUNREBOM

PREFEITURA DE BARRA VELHA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Processo Administrativo nº 006/2015 - FUNREBOM

Pregão Presencial nº 006/2015 FUNREBOM

A Prefeitura de Barra Velha, através da Secretaria de Administração, nos termos da Lei nº 10.520/2002 e subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, torna público para o conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação na Modalidade PREGÃO PRESENCIAL do tipo Menor Preço por LOTE para fornecimento parcelado de óleo diesel para uso nas viaturas do Fundo Municipal de Reequipamento de Bombeiro Militares do Município de Barra Velha/SC, conforme especificações constantes do Anexo I – Termo de Referência. Recebimento dos Envelopes até: 14/07/2015 às 14:00 horas. Data da Sessão Pública: 14/07/2015 às 14:30 horas,

na Secretaria da Administração, situada na Av. Governador Celso Ramos, nº 200, Centro, Barra Velha/SC. Coordenação do Processo: Pregoeiro Rubia Fernanda Alves. O Edital na íntegra encontra-se a disposição dos interessados no endereço supra, horário: 8:00 às 12:00horas e 13:30 às 17:30 horas, ou no site www.barravelha.sc.gov.br.

Barra Velha, 29 de junho de 2015.

CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO – Prefeito.

PP 007/2015 FUNREBOM

PREFEITURA DE BARRA VELHA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Processo Administrativo nº 007/2015 - FUNREBOM

Pregão Presencial nº 007/2015 FUNREBOM

A Prefeitura de Barra Velha, através da Secretaria de Administração, nos termos da Lei nº 10.520/2002 e subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, torna público para o conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação na Modalidade PREGÃO PRESENCIAL do tipo Menor Preço por LOTE para contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção (preventiva e corretiva) mecânica geral, elétrica, tornearia, lanternagem, latoaria, pintura, suspensão, válvula, caixa de câmbio, diferencial, vidros, estofaria, amortecedores, molas e freios em geral, com fornecimento de peças para os veículos pertencentes à frota do Fundo Municipal de Reequipamento de Bombeiro Militares do Município de Barra Velha/SC, conforme especificações constantes do Anexo I – Termo de Referência. Recebimento dos Envelopes até: 14/07/2015 às 15:30 horas. Data da Sessão Pública: 14/07/2015 às 15:45 horas, na Secretaria da Administração, situada na Av. Governador Celso Ramos, nº 200, Centro, Barra Velha/SC. Coordenação do Processo: Pregoeiro Rubia Fernanda Alves. O Edital na íntegra encontra-se a disposição dos interessados no endereço supra, horário: 8:00 às 12:00horas e 13:30 às 17:30 horas, ou no site www.barravelha.sc.gov.br.

Barra Velha, 29 de junho de 2015.

CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO

Prefeito.

Biguaçu

PREFEITURA

DECRETO Nº 103/2015

DECRETO Nº 103/2015 DE: 25 DE JUNHO DE 2015.
CONVOCA A X CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

O Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas no art. 98, inciso VII, da Lei Orgânica do Município de Biguaçu, considerando a necessidade de avaliar e propor diretrizes para a implementação da Política de Assistência Social no Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica convocada a X Conferência Municipal de Assistência Social, a ser realizada no dia 29 de julho de 2015, tendo como tema central: "Consolidar o SUAS de vez rumo a 2026".

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, correrão por conta de dotação própria do orçamento do órgão gestor municipal de Assistência Social.

Art. 3º A Conferência será presidida pelo Prefeito Municipal e coordenada pela Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 25 de junho de 2015
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

Reg.publ.n/data

Marivalde Inêz Kons
Escriturária

DECRETO Nº 105/2015

DECRETO Nº 105/2015 DE: 30 DE JUNHO DE 2015.
Concede Aposentadoria por Tempo de Contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 6º, da Emenda Constitucional nº 41/2003, declara a vacância do cargo público da servidora RITA DE CASSIA GARCIA CRISTOFOLINI, a partir de 01/07/2015, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Biguaçu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,

DECRETA:

Art.1º Conceder Aposentadoria por Tempo de Contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 6º, da Emenda Constitucional nº 41/2003 à servidora RITA DE CASSIA GARCIA CRISTOFOLINI detentora da matrícula funcional nº 400, portadora do CPF nº 509.416.239-04, inscrita no RG nº 1.667.206-2, PIS/PASEP nº 1801309956-9, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor I - 40 hs, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de Aposentadoria por Tempo de Contribuição, em caráter integral, correspondente a 100% (cem por cento) de sua remuneração-de-contribuição, perfazendo o total de R\$ 5.791,98 (cinco mil setecentos e noventa e um reais e noventa e oito centavos), que será pago mensalmente pelo PREVBIGUAÇU.

Art. 3º Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no art. 86, IV, da Lei Complementar municipal nº 54/2012 - Estatuto dos Servidores Públicos do Magistério Municipal.

Art. 4º Este decreto entra em vigor a partir de sua publicação, operando seus efeitos a contar de 01/07/2015, revogadas as disposições em contrário.

Biguaçu, 30 de junho de 2015.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

Reg.publ.n/data

Marivalde Inêz Kons
Escriturária

DECRETO Nº 108/2015

DECRETO Nº 108/2015 DE: 30 DE JUNHO DE 2015.
Concede aposentadoria por invalidez, em caráter proporcional, nos termos do art. 40º, §1º, inciso I da Constituição Federal e do art. 27, inciso III da Lei Municipal nº 1.619/2001, autoriza o pagamento dos proventos nos termos da metodologia definida no artigo 6º-A da Emenda Constitucional nº 41/2003, declara a vacância do cargo público da servidora NEUZY DELORME DE SOUZA e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Biguaçu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art.1º Conceder aposentadoria por invalidez, em caráter proporcional, nos termos do art. 40, §1º, inciso I da Constituição Federal e do art. 27, inciso III da Lei Municipal nº 1.619/2001, à servidora NEUZY DELORME DE SOUZA, detentora da matrícula funcional nº 392, inscrita no CPF nº 712.137.089-15 e no PASEP nº 1221476729-2, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais I, do Quadro de Pessoal desta Prefeitura Municipal, lotado na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de aposentadoria por invalidez, em caráter proporcional, correspondente a 73,50% de sua última remuneração, observada a aplicação da metodologia de cálculo disposta no artigo 6º-A da Emenda Constitucional nº 41/2003, acrescido pela Emenda Constitucional nº 70/2012, perfazendo a importância de R\$ 914,09 (novecentos e quatorze reais e nove centavos) que será pago mensalmente pelo PREVBIGUAÇU.

Art. 3º Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no art. 86, IV da Lei Complementar Municipal nº 53/2012 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipal.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos operam-se a partir de 01/07/2015.

Art. 5º Revogar as disposições em contrário.

Biguaçu, 30 de junho de 2015.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

Reg.publ.n/data

Marivalde Inêz Kons
Escriturária

ERRATA Nº. 02 AO EDITAL DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 29/2015 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
DIRETORIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS

ERRATA Nº. 02 AO EDITAL DE LICITAÇÃO Nº. 29/2015 – PREGÃO PRESENCIAL

PROCESSO DE LICITAÇÃO
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL SOB O Nº 29/2015

Conforme a necessidade de publicação no Diário Oficial da União, altera-se o edital:

Onde se lê no Aviso de Licitação (Pregão Presencial nº. 29/2015 – FMS)

(...) AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES (CAMA PARA PARTO, CENTRÍFUGA SOROLÓGICA, MARCAPASSO CARDÍACO, MICROSCÓPIO BIOLÓGICO BINOCULAR) PARA O HOSPITAL REGIONAL DE BIGUAÇU cujas especificações detalhadas encontram-se no Anexo I que acompanha o Edital. (...)

Recebimento das Propostas: das 14h00min do dia 18/06/2015, às 13h59min do dia 01/07/2015;

Início da Sessão de Disputa de Preços: às 14h00min do dia 01/07/2015, no endereço Rua Vereador Emídio Amorim Veríssimo, s/nº., anexo à Policlínica Municipal, Praia João Rosa, Biguaçu – Diretoria de Compras, Licitações e Contratos.

Caso a sessão não venha a findar na data aprazada acima (01/07/2015), o feito ficará suspenso, dando continuidade através de novas sessões de licitação a serem realizadas na sala da Diretoria de Compras, Licitações e Contratos. (...)

Caso a empresa licitante deseje indicar outro representante que não seja o credenciado para participar de sessões que se estendam além da data determinada acima (01/07/2015), tem-se que somente este (o próprio credenciado, com poderes específicos para firmar subestabelecimento estabelecido em sua procuração) poderá fazê-lo através do instrumento de subestabelecimento, com firma reconhecida, bem como apresentar cópia autenticada de seu documento de identificação, com foto. (...)

LEIA-SE no Aviso de Licitação (Pregão Presencial nº. 29/2015 – FMS)

(...) AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES (CAMA PARA PARTO, CENTRÍFUGA SOROLÓGICA, MARCAPASSO CARDÍACO, MICROSCÓPIO BIOLÓGICO BINOCULAR) PARA O HOSPITAL REGIONAL DE BIGUAÇU cujas especificações detalhadas encontram-se no Anexo I que acompanha o Edital. (...)

Recebimento das Propostas: das 14h00min do dia 08/07/2015, às 13h59min do dia 21/07/2015;

Início da Sessão de Disputa de Preços: às 14h00min do dia 21/07/2015, no endereço Rua Vereador Emídio Amorim Veríssimo, s/nº., anexo à Policlínica Municipal, Praia João Rosa, Biguaçu – Diretoria de Compras, Licitações e Contratos.

Caso a sessão não venha a findar na data aprazada acima (21/07/2015), o feito ficará suspenso, dando continuidade através de novas sessões de licitação a serem realizadas na sala da Diretoria de Compras, Licitações e Contratos. (...)

Caso a empresa licitante deseje indicar outro representante que não seja o credenciado para participar de sessões que se estendam além da data determinada acima (21/07/2015) tem-se que

somente este (o próprio credenciado, com poderes específicos para firmar subestabelecimento estabelecido em sua procuração) poderá fazê-lo através do instrumento de subestabelecimento, com firma reconhecida, bem como apresentar cópia autenticada de seu documento de identificação, com foto. (...)

As demais informações constantes no Edital de Licitação permanecem inalteradas.

Biguaçu, 29 de junho de 2015.
LEANDRO ADRIANO DE BARROS
Secretário Municipal de Saúde

LEI COMPLEMENTAR Nº 082/2015

LEI COMPLEMENTAR Nº 082/2015 DE 29 DE JUNHO DE 2015

ALTERA A LEI COMPLEMENTAR Nº 033/2010 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU RAMON WOLLINGER FAZ SABER QUE A CÂMARA DE VEREADORES APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI COMPLEMENTAR:

Art. 1º - Fica suprimido o Parágrafo Único e criado os § 1º e 2º ao art. 27 da Lei Complementar nº 033/2010, com a seguinte redação:

§ 1º - Os servidores detentores de cargo de provimento efetivo vinculados à Diretoria Geral de Tributos apenas poderão perceber uma das gratificações indicadas no caput deste artigo, sendo vedada a acumulação sob qualquer hipótese.

§ 2º - No caso da Gratificação de Apoio Fiscal (GAFI), fica estendido também aos servidores detentores de cargo de provimento efetivo da Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão, que na data desta lei ocupem a função de fiscal de obras e posturas, bem como os nomeados em “ad hoc”, criado pelo art. 108 da LC 47/2011, aos arquitetos e técnicos em saneamento que atuem na análise, fiscalização e aprovação de obras particulares, e ao servidor efetivo que ocupe a função de confiança de Gerente de Fiscalização de Obras Particulares e Posturas, uma vez que contribuem sobremaneira nas atividades de fiscalização que visem o regular cumprimento das obrigações tributárias, principais e acessórias, sendo vedada a acumulação com outra Função de Confiança.

Art. 2º - Ficam acrescentados os parágrafos 4º e 5º ao art. 29 da Lei Complementar nº 033/2010, com as seguintes redações:

§ 4º Fica autorizado o pagamento de GAFI para o servidor nomeado para o exercício da Função de Confiança de Gerente de Fiscalização de Obras Particulares e Posturas da Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão, apenas se titular do cargo de provimento efetivo.

§ 5º Fica autorizado o pagamento de GAFI para os servidores efetivos vinculados Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão, que na data de aprovação desta lei, ocupem a função de fiscal de obras e posturas “ad hoc” criado pelo art. 108 da LC 47/2011, bem como aos arquitetos e técnicos em saneamento que atuem na análise, fiscalização e aprovação de obras particulares.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Biguaçu, 29 de junho de 2015.
Ramon Wollinger
Prefeito Municipal

Lei Complementar nº 082/2015, de 29/06/2015.
Sancionada em 29/06/2015
Reg. e publ.n/data

Marivalde Inez Kons
Escriturária

PP 180/2015 PMB E OUTROS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES
AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL 180/2015 PMB
OBJETO: AQUISIÇÃO DE COMPUTADORES COMPLETOS PARA USO DA CASA DO EMPREENDEDOR.
RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS: até as 15:45 horas, do dia 10 julho, 2015, no Setor de Licitações desta Prefeitura.
ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Às 16:00 horas, do dia 10 julho, 2015, no Setor de Licitações desta Prefeitura.
Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um pen-drive ou no site da Prefeitura www.bigua.sc.gov.br
Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48 3279-8019 e 3279-8022.
Para os licitantes que participarão deste certame, pedimos que seja utilizado a planilha eletrônica do programa Betha Auto-Cotação disponível no site www.download.betha.com.br para uma maior agilidade no andamento do pregão.
Biguaçu, 29 de junho de 2015.
RAMON WOLLINGER
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES
AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL 181/2015 PMB
OBJETO: AQUISIÇÃO DE UM TOTEM DE SENHA E UMA TELEVISÃO PARA A SECRETARIA DESENVOLVIMENTO URBANO E TRANSPORTE.
RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS: até as 13:45 horas, do dia 14 julho, 2015, no Setor de Licitações desta Prefeitura.
ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Às 14:00 horas, do dia 14 julho, 2015, no Setor de Licitações desta Prefeitura.
Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um pen-drive ou no site da Prefeitura www.bigua.sc.gov.br
Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48 3279-8019 e 3279-8022.
Para os licitantes que participarão deste certame, pedimos que seja utilizado a planilha eletrônica do programa Betha Auto-Cotação disponível no site www.download.betha.com.br para uma maior agilidade no andamento do pregão.
Biguaçu, 29 de junho de 2015.
RAMON WOLLINGER
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 183/2015 PMB
OBJETO: LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA O USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO, PARA ALOCAR

AS ATIVIDADES DO CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CREAS.
CONTRATADOS: SILVIO LAURENTINO E GESSI ISABEL DE CHAVES LAURENTINO.
VALOR: R\$ 2.700,00 (dois mil setecentos reais) mensais, por um período de 12 (doze) meses, totalizando o valor de R\$ 32.400,00 (trinta e dois mil quatrocentos reais).
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, a partir da data da assinatura do contrato.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
ÓRGÃO/UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 11.01
PROJETO/ATIVIDADE: 2.044
ELEMENTO DA DESPESA: 33.90.39.10.00.00.00
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 24, X, da Lei nº 8.666/93, atualizada pela Lei nº 8.883/94. É dispensável a licitação:
X – para a compra e locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípuas da administração, cujas necessidades de instalação e localização condicionem a sua escolha, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia. (Redação dada pela Lei n. 8.883, de 08/06/94).
JUSTIFICATIVA: Trata-se de locação de um imóvel para abrigar as dependências do Centro de Referência especializado de Assistência Social - CREAS.
O valor do imóvel locado é compatível com o mercado, conforme documentos elencados no processo e atende às necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social.
Os contratados apresentaram todos os documentos exigidos pela contratada, dentro do prazo de validade.

Biguaçu, 23 de junho de 2015.
RAMON WOLLINGER
PREFEITO MUNICIPAL

Blumenau

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 064/2015

Pregão Presencial Nº. 064/2015 – Objeto: AQUISIÇÃO DE MEDALHAS (OURO, PRATA E BRONZE) PARA EVENTOS DA GERÊNCIA DE DESPORTO ESCOLAR 2015 – SEMED –

Critério de Julgamento: Por Lote.

Empresas:

Empresa: Foot Comercial Ltda ME

Lote I - Valor total: R\$2.986,88.

Empresa: Vinicius Rauber ME

Lote II - Valor total: R\$16.499,79.

Data da homologação: 16/06/2015.

Valor / Elemento de Despesa: R\$ 36.803,85 (trinta e seis mil oitocentos e três reais e oitenta e cinco centavos) / 3.3.90.30.24.

Blumenau, 24 de junho de 2015.

Prof. Dr. João Natel Pollonio Machado

Reitor da FURB

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 04/2014 - URB

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº. 04/2014

Partes: COMPANHIA DE URBANIZAÇÃO DE BLUMENAU E A EMPRESA GUIA VEÍCULOS LTDA.

Objeto: Locação de veículos utilitários e de passeio 0 KM, sem motorista e sem fornecimento de combustível.

Fundamentação Legal: Pregão Presencial nº. 003/2014 de 08 de maio de 2014 e Termo de Contrato nº. 04/2014.

Prazo: Fica prorrogado o prazo de vigência do presente instrumento, previsto na CLAUSULA TERCEIRA, item 3.4 do contrato primitivo, de 14/05/2015 para até 14/08/2015, nos termos do art. 57, II da Lei 8.666/93.

Data: 14 de maio de 2015.

HOMOLOGAÇÃO INEXIGIBILIDADE Nº 09-079/2015

MUNICÍPIO DE BLUMENAU

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO

Processo de Inexigibilidade a nº. 09-079/2015 - Contratação de serviços especializados para o desenvolvimento de novas rotinas sistêmicas e processos, bem como a manutenção do SISTEMA PRONTO - SEMUS. EMPRESA VENCEDORA: Fundação de Ensino e Engenharia de Santa Catarina - FEESC (CNPJ: 82.895.327/0001-33). VALOR: R\$ 192.000,00. Base Legal: Art. 25, caput, da Lei nº. 8.666/1993 e alterações.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 072/2015

Pregão Presencial Nº. 072/2015 – Objeto: AQUISIÇÃO NOTEBOOK E ACESS POINT – SEGG – SEDECI

Critério de Julgamento: Por Item.

Empresa: Weikan Tecnologia Ltda EPP.

Item 02 – Valor unitário: R\$395,00.

Data da homologação: 22/06/2015.

EXTRATO 2º TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 095/13

EXTRATO – 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 095/13

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E O

SR. SÉRGIO DALPIAZ.

OBJETO: LOCAÇÃO DE UMA CASA DE ALVENARIA, CONTENDO APROXIMADAMENTE 224,40M², DESTINADO AO FUNCIONAMENTO DO CENTRO MUNICIPAL INFANTIL PROFESSORA LENYR PEITER STARKE CASA II.

FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa nº 08-092/2013.

PREÇO: Reajusta o valor da locação para R\$ 3.212,50 (três mil, duzentos e doze reais e cinquenta centavos) mensais, totalizando o valor do contrato em R\$ 38.550,00 (trinta e oito mil, quinhentos e cinquenta reais).

PRAZO: Prorroga o prazo contratual por mais 12 (doze) meses, ou seja, de 1º de maio de 2015 até 30 de abril de 2016.

DATA: 21 de maio de 2015.

EXTRATO Nº 144/2015 - FURB

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato 144/2015

Retificação da Ratificação da Dispensa de Licitação nº. 038/2015

A Fundação Universidade Regional de Blumenau, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Antônio da Veiga, nº. 140, CNPJ nº. 82.662.958/0001-02, torna público que após o devido processo legal, dispensou o procedimento em epígrafe com fundamento no Artigo 24, V e VII, da Lei Federal nº. 8.666/93 e demais alterações, para a COMPRA DE MADEIRAS, CHAPAS MDF, FECHADURAS E ACESSÓRIOS PARA A MARCENARIA DA FURB. Este extrato revoga o extrato nº 096/2015, a partir de sua publicação.

Novas Contratadas: Possamai Comércio de Madeiras LTDA.; Tecnolixas Comércio de Ferragens LTDA.; Madeplacas Comércio de Artefatos para Marcenaria LTDA. – EPP; Evema Ferragens e Acessórios para Móveis LTDA. – ME; Compensados Keunecke LTDA.

EXTRATO CONTRATO Nº 173/2015

EXTRATO – CONTRATO Nº 173/2015

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A EMPRESA SINACOM

INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE SINALIZAÇÃO VIÁRIA EIRELI EPP.

OBJETO: Contratação de empresa para fornecer e implantar placas de sinalização de orientação turística viária para Blumenau, em conformidade com o Convênio nº 791912/2013 - PMB/Ministério do Turismo/ CEF mediante cronograma físico financeiro, projeto e demais especificações constantes no edital – SECTUR.

FUNDAMENTO LEGAL: Tomada de Preços nº 015/2015.

PREÇO: R\$ 208.712,72 (duzentos e oito mil, setecentos e doze reais e setenta e dois centavos).

PRAZO: 06 (seis) meses, a contar da assinatura do instrumento contratual.

DATA: 24 de junho de 2015.

EXTRATO CONTRATO Nº 174/2015

EXTRATO – CONTRATO Nº 174/2015

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

SOCIEDADE DESPORTIVA VASTO VERDE.

OBJETO: Locação das instalações esportivas com todas as infraestruturas necessárias para a utilização das dependências da Sociedade Desportiva Vasto Verde, pelo período de 12 meses – FMD.

FUNDAMENTO LEGAL: Inexigibilidade nº 09-073/15.

PREÇO: O valor total da locação das instalações que serão utilizadas será de R\$ 85.000,00 (oitenta e cinco mil reais).

PRAZO: O prazo de vigência da presente locação será de 01 de junho de 2015 até 31 de maio de 2016.

DATA: 24 de junho de 2015.

EXTRATO 9º TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 300/2009

EXTRATO – 9º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 300/2009

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E O

EMPRESA GARCIA SERVIÇOS LTDA.

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REMESSA DE CORRESPONDÊNCIA E CORRELATOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº 06-084/09.

PREÇO: Renova o valor estimado pago à contratada que se mantém em R\$ 43.910,00 (quarenta e três mil, novecentos e dez reais).

PRAZO: Prorroga o prazo contratual por mais 02 (dois) meses, ou seja, de 14 de junho até 13 de agosto, ou até que se homologue nova licitação.

DATA: 22 de maio de 2015.

AVISO DISPENSA LICITAÇÃO 04-001/2015 - URB

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

A COMPANHIA DE URBANIZAÇÃO DE BLUMENAU, através do Diretor Presidente, torna público para conhecimento dos interessados que realizará o seguinte procedimento de dispensa de licitação:

Nº 04-001-2015

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de locação de veículos utilitários e de passeio com ano de fabricação não inferior a 2010, sem motorista e sem o fornecimento de combustível, com base legal no art. 24, inciso IV da Lei 8.666/93 a alterações.

A Justificativa do Processo de Dispensa poderá ser obtida no endereço eletrônico urb.licitacoes@terra.com.br ou retirada na Companhia de Urbanização de Blumenau, à Rua Norberto Seara Heusi, 892, Bairro Asilo - Blumenau/SC, mediante pagamento de R\$ 0,10 (dez centavos) por folha, em dias úteis, no horário das 08h00min às 12h00min e das 13h00min às 17h00min.

COMPANHIA DE URBANIZAÇÃO DE BLUMENAU
Emerson Antunes – Diretor Presidente

Bom Jesus do Oeste

PREFEITURA

DECRETO Nº 4724/2015

DECRETO Nº 4724/15 DE 26 DE JUNHO DE 2015.

ABRE CREDITO SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais em especial ao disposto na Lei Orgânica Municipal, Leis Municipais nº 942/14 de 15.10.2014 (LDO) e 943/14 de 15.10.2014 (LOA).

DECRETA:

Art. 1º - Abre Credito Suplementar nos projetos abaixo, elementos respectivos, dentro da Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte e Secretaria Municipal de Saúde e Promoção Social, no valor de R\$ 19.000,00 (Dezenove mil reais).

Órgão: 03 – Secretária Municipal de Administração e Fazenda.
Unidade Orçamentária: 03.01 – Administração Geral.
Proj/Ativ.: 0412200032.003 – Manutenção das Atividades de Administração Geral.
Elemento: 3190 – Aplicações Diretas (60).
Valor R\$ 8.000,00 (Oito mil reais).
Fonte de Recursos: 01.00 – Recursos Ordinários.

Órgão: 05 – Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esporte.
Unidade Orçamentária: 05.03 – Departamento de Esportes.
Proj/Ativ.: 2781200192.054 – Manutenção do Ginásio Educacional.
Elemento: 3390 – Aplicações Diretas (496).
Valor R\$ 1.000,00 (Um mil reais).
Elemento: 4490 – Aplicações Diretas (511).
Valor R\$ 4.000,00 (Quatro mil reais).
Fonte de Recursos: 01.00 – Recursos Ordinários.

Órgão: 05 – Secretária Municipal de Educação Cultura e Esporte.
Unidade Orçamentária: 05.02 – Departamento do Ensino Fundamental.
Proj/Ativ.: 1236100142.021 – Manutenção do Transp. Escolar do Ensino Fundamental.
Elemento: 3390 – Aplicações Diretas (363).
Valor R\$ 1.000,00 (Um reais).
Fonte de Recursos: 01.19 – Transferências FUDNEB 40%.

Órgão: 06 – Secretária Municipal de Saúde e Promoção Social.
Unidade Orçamentária: 06.01 – Fundo Municipal de Asúde.
Proj/Ativ.: 1030100232.024 – Manutenção das Atividades de Saúde Pública Municipal.
Elemento: 3190 – Aplicações Diretas (634).
Valor R\$ 5.000,00 (Cinco mil reais).
Fonte de Recursos: 01.38 – Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/União.
Desdobramento Fonte de Recursos: 10 - PSF

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito autorizado pelo artigo primeiro do presente Decreto, serão utilizados recursos dos seguintes projetos abaixo e respectivos elementos Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte e Secretaria Municipal de Saúde e Promoção Social, no valor de R\$ 19.000,00 (Dezenove mil reais).

Órgão: 03 – Secretária Municipal de Administração e Fazenda.
Unidade Orçamentária: 03.01 – Administração Geral.
Proj/Ativ.: 0412200032.003 – Manutenção das Atividades de

Administração Geral.

Elemento: 3171 – Aplicações Diretas (58).

Valor R\$ 2.000,00 (Dois mil reais)

Elemento: 3371 - Aplicações Diretas (64).

Valor R\$ 4.000,00 (Quatro mil reais)

Elemento: 4471 – Aplicações Diretas (103).

Valor R\$ 2.000,00 (Dois mil reais)

Fonte de Recursos: 01.00 – Recursos Ordinários.

Órgão: 05 – Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esporte.
Unidade Orçamentária: 05.03 – Departamento de Esportes.
Proj/Ativ.: 2781200192.054 – Manutenção do Ginásio Educacional.
Elemento: 3190 – Aplicações Diretas (493).
Valor R\$ 5.000,00 (Cinco mil reais).
Fonte de Recursos: 01.00 – Recursos Ordinários.

Órgão: 05 – Secretária Municipal de Educação Cultura e Esporte.
Unidade Orçamentária: 05.02 – Departamento do Ensino Fundamental.
Proj/Ativ.: 1236100142.021 – Manutenção do Transp. Escolar do Ensino Fundamental.
Elemento: 4490 – Aplicações Diretas (382).
Valor R\$ 1.000,00 (Um reais).
Fonte de Recursos: 01.19 – Transferências FUDNEB 40%.

Órgão: 06 – Secretária Municipal de Saúde e Promoção Social.
Unidade Orçamentária: 06.01 – Fundo Municipal de Asúde.
Proj/Ativ.: 1030100232.024 – Manutenção das Atividades de Saúde Pública Municipal.
Elemento: 3390 – Aplicações Diretas (712).
Valor R\$ 5.000,00 (Cinco mil reais).
Fonte de Recursos: 01.38 – Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/União.
Desdobramento Fonte de Recursos: 10 - PSF

Art. 3º - As despesas decorrentes do presente decreto correm p/ conta do orçamento municipal.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 4450, de 16 de setembro de 2013.

Art. 5º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste,
aos 26 de junho de 2015.
AIRTON ANTONIO REINEHR
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 4725/2015

DECRETO Nº. 4725/15 DE 29 DE JUNHO DE 2015.

APROVA DESDOBRO DE LOTE URBANO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal de Bom Jesus Do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o Inciso VI, do Art.41, da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº. 868/13, de 03 de Abril de 2013.

DECRETA

Art.1º. Fica pelo presente Decreto aprovado o DESDOBRO DOS LOTES URBANOS Nº. 285, 286 E 287, DA QUADRA Nº. 13, com as áreas respectivas de 980,00m², 965,00m² e 1.000,00m², perfazendo a área total de 2.945,00m² (dois mil, novecentos e quarenta e cinco metros quadrados) localizados na Avenida Brasília, esquina com a Rua Eduardo Sehnem, centro, neste município de Bom Jesus do Oeste/SC.

DESDOBRO DOS LOTES

1-) Lote Urbano nº. 287-A, na Quadra nº. 13, com área de 588,60m² (quinhentos e oitenta e oito metros e sessenta centímetros quadrados), que será adquirido pela Sra. Leoni Teresinha Unser, com as seguintes confrontações:

Ao Norte: com a Rua Eduardo Sehnem, na extensão de 25,00 metros;

Ao Sul: com o Lote Urbano nº. 286, de propriedade da Sra. Lurdes Schmitt, na extensão de 25,00 metros;

Ao Leste: com o Lote Urbano nº. 287-B, de propriedade da Sra. Claudia Unser Trindade, na extensão de 23,544 metros;

Ao Oeste: com o Lote Urbano nº. 282-A, de propriedade do Sr. Fridolino Antônio Schell, na extensão de 23,544 metros.

2-) Lote Urbano nº. 287-B, na Quadra nº. 13, com área de 588,60m² (quinhentos e oitenta e oito metros e sessenta centímetros quadrados), com uma edificação em materiais mistos, com área total construída de 70,00m², que será adquirido pela Sra. Claudia Unser Trindade, com as seguintes confrontações:

Ao Norte: com a Rua Eduardo Sehnem, na extensão de 25,00 metros;

Ao Sul: com o Lote Urbano nº. 286, de propriedade da Sra. Lurdes Schmitt, na extensão de 25,00 metros;

Ao Leste: com a Avenida Brasília, na extensão de 23,5844 metros;

Ao Oeste: com o Lote Urbano nº. 287-A, de propriedade da Sra. Leoni Teresinha Unser, na extensão de 23,544 metros.

3-) Lote Urbano nº. 286, na Quadra nº. 13, com área de 588,60m² (quinhentos e oitenta e oito metros e sessenta centímetros quadrados), que será adquirido pela Sra. Lurdes Schmitt, com as seguintes confrontações:

Ao Norte: com os Lotes Urbanos nº. 287-A, de propriedade da Sra. Leoni Teresinha Unser, na extensão de 25,00 metros, e com o Lote Urbano nº. 287-B, de propriedade da Sra. Claudia Unser Trindade, na extensão de 25,00 metros;

Ao Sul: com o Lote Urbano nº. 285-A, de propriedade da Sra. Lisete Maria Unser Motta, na extensão de 48,436 metros;

Ao Leste: com a Avenida Brasília, na extensão de 12,152 metros;

Ao Oeste: com o Lote Urbano nº. 282-A, de propriedade do Sr. Fridolino Antônio Schell, na extensão de 12,152 metros.

4-) Lote Urbano nº. 285-A, na Quadra nº. 13, com área de 589,60m² (quinhentos e oitenta e nove metros e sessenta centímetros quadrados), que será adquirido pela Sra. Lisete Maria Unser Motta, com as seguintes confrontações:

Ao Norte: com o Lote Urbano nº. 286, de propriedade da Sra. Lurdes Schmitt, na extensão de 48,436 metros;

Ao Sul: com o Lote Urbano nº. 285-B, de propriedade da Sra. Loni Eva Tedesco, na extensão de 48,519 metros;

Ao Leste: com a Avenida Brasília, na extensão de 12,152 metros;

Ao Oeste: com o Lote Urbano nº. 282-A, de propriedade do Sr. Fridolino Antônio Schell, na extensão de 12,152 metros.

Observação: lote com área de preservação permanente de

59,53m².

5-) Lote Urbano nº. 285-B, na Quadra nº. 13, com área de 589,60m² (quinhentos e oitenta e nove metros e sessenta centímetros quadrados), que será adquirido pela Sra. Loni Eva Tedesco, com as seguintes confrontações:

Ao Norte: com os Lotes Urbanos nº. 285-A, de propriedade da Sra. Lisete Maria Unser Motta, na extensão de 48,519 metros;

Ao Sul: com o Lote Urbano nº. 284, de propriedade das Sras. Sandra Mara Escher e Salette Escher, na extensão de 48,519 metros;

Ao Leste: com a Avenida Brasília, na extensão de 12,152 metros;

Ao Oeste: com o Lote Urbano nº. 282-A, de propriedade do Sr. Fridolino Antônio Schell, e com o Lajeado Joelho, na extensão de 12,152 metros.

Observação: lote com área de preservação permanente de 170,89m².

Art. 3º. Este decreto entrará em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art. 3º, do Decreto nº. 4450, de 16 de setembro de 2013.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste (SC),
29 de Junho de 2015.

AIRTON ANTONIO REINEHR

Prefeito Municipal

LEI MUNICIPAL Nº 969/2015

LEI MUNICIPAL Nº 969/15, DE 23 DE JUNHO DE 2015.

DISPÕE SOBRE O PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito do Município de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, FAZ SABER a todos que a Câmara de Vereadores, votou, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aprovado o Plano Municipal de Educação – PME, com vigência por 10 (dez) anos, a contar da publicação desta Lei, na forma dos Anexos I e II, com vistas ao cumprimento do disposto no art. 8º da Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014.

Art. 2º São diretrizes do PME:

I - erradicação do analfabetismo;

II - universalização do atendimento escolar;

III - superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;

IV - melhoria da qualidade da educação;

V - formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;

VI - promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;

VII - promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País;

VIII - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto - PIB que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade;

IX - valorização dos (as) profissionais da educação;

X - promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.

Art. 3º As metas previstas no Anexo I desta Lei serão cumpridas no prazo de vigência deste PME, desde que não haja prazo inferior definido para metas e estratégias específicas.

Art. 4º As metas previstas no Anexo I desta Lei deverão ter como

referência o Anexo II – Diagnóstico elaborado pela Equipe Técnica com base nos dados divulgados por Órgãos Oficiais.

Art. 5º A execução do PME e o cumprimento de suas metas serão objeto de monitoramento contínuo e de avaliações periódicas realizadas pelas seguintes instâncias:

I - Secretaria Municipal de Educação;

II - Comissão de Educação, Equipe Técnica de elaboração do PME, Câmara Municipal de Vereadores;

III - Conselho Municipal de Educação – CME;

§ 1º Compete, ainda, às instâncias referidas no caput:

I - divulgar os resultados do monitoramento e das avaliações nos respectivos sítios institucionais da internet;

II - analisar e propor políticas públicas para assegurar a implementação das estratégias e o cumprimento das metas;

III - analisar e propor a revisão do percentual de investimento público em educação.

§ 2º Ao longo do período de vigência deste PME, observar-se-ão os resultados dos estudos publicados a cada 2 (dois) anos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP para aferir a evolução no cumprimento das metas estabelecidas no Anexo I.

§ 3º A meta progressiva do investimento público em educação será avaliada no quarto ano de vigência do PME e poderá ser ampliada por meio de lei para atender às necessidades financeiras do cumprimento das demais metas.

§ 4º O investimento público em educação a que se refere à meta 20 do Anexo I desta Lei engloba os recursos aplicados na forma do art. 212 da Constituição Federal, do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, bem como do art. 213 da Constituição Federal.

§ 5º Será destinada à manutenção e ao desenvolvimento do ensino, em acréscimo aos recursos vinculados nos termos do art. 212 da Constituição Federal, além de outros recursos previstos em lei, a parcela da participação no resultado ou da compensação financeira pela exploração de petróleo e de gás natural, na forma de lei específica, com a finalidade de assegurar o cumprimento da meta prevista no inciso VI do art. 214 da Constituição Federal.

Art. 6º O Município promoverá a realização de pelo menos 2 (duas) conferências municipais de educação até o final do decênio, precedidas de amplo debate e coordenadas pelo Fórum Municipal de Educação.

§ 1º O Fórum Municipal de Educação, além da atribuição referida no caput:

I - acompanhará a execução do PME e o cumprimento de suas metas;

II - promoverá a articulação da conferência municipal com as conferências estadual e nacional de educação.

§ 2º As conferências municipais de educação realizar-se-ão com intervalo de até 4 (quatro) anos entre elas, com o objetivo de avaliar a execução do Plano Nacional de Educação – PNE, do Plano Estadual de Educação – PEE, bem como deste Plano Municipal e subsidiar a elaboração dos planos de educação para o decênio subsequente.

Art. 7º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios atuarão em regime de colaboração visando ao alcance das metas e à implementação das estratégias objeto deste Plano, na forma da lei.

§ 1º Caberá aos gestores federais, estaduais, municipais e do Distrito Federal a adoção das medidas governamentais necessárias ao alcance das metas previstas neste PME.

§ 2º As estratégias definidas no Anexo I desta Lei não elidem a adoção de medidas adicionais em âmbito local ou de instrumentos jurídicos que formalizem a cooperação entre os entes federados, podendo ser complementadas por mecanismos nacionais e locais de coordenação e colaboração recíproca.

§ 3º O sistema de ensino municipal criará mecanismos para o acompanhamento local da consecução das metas do PME.

§ 4º Haverá regime de colaboração específico para a implementação de modalidades de educação escolar que necessitem considerar territórios étnico-educacionais e a utilização de estratégias que

levem em conta as identidades e especificidades socioculturais e linguísticas de cada comunidade envolvida, assegurada a consulta prévia e informada a essa comunidade.

§ 5º O fortalecimento do regime de colaboração entre a União, o Estado e o Município incluirá a instituição de instâncias permanentes de negociação, cooperação e pactuação.

§ 6º O fortalecimento do regime de colaboração entre os Municípios dar-se-á, inclusive, mediante a adoção de arranjos de desenvolvimento da educação.

Art. 8º O Município, no prazo de 2 (dois) anos contados da publicação da Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014, deverá adequar a legislação local, disciplinando a gestão democrática da educação pública em conformidade com o disposto na referida Lei, bem como neste PME.

Art. 9º O plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e o orçamento anual do Município serão formulados de maneira a assegurar a consignação de dotações orçamentárias compatíveis com as diretrizes, metas e estratégias deste PME, a fim de viabilizar sua plena execução.

Art. 10. O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica, coordenado pela União, constituirá fonte de informação para a avaliação da qualidade da educação básica e para a orientação das políticas públicas desse nível de ensino.

Art. 11. Até o final do primeiro semestre do nono ano de vigência deste PME, o Poder Executivo encaminhará à Câmara de Vereadores, sem prejuízo das prerrogativas deste Poder, o projeto de lei referente ao Plano Municipal de Educação a vigorar no período subsequente, que incluirá diagnóstico, diretrizes, metas e estratégias para o próximo decênio.

Art. 12. Esta Lei entrará em vigor na data de sua assinatura, ficando condicionada sua eficácia com a publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art. 3º, do Decreto nº. 4450, de 16 de setembro de 2013.

Art. 13 - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste,
em 23 de junho de 2015.

AIRTON ANTONIO REINEHR

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 104/2015 DE 29 DE JUNHO DE 2015.

PORTARIA Nº 079/2015, DE 18 DE MAIO DE 2015.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORA MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER licença para tratamento de Saúde a Servidora Municipal Sra. MARILEI SALETE OLIVEIRA HORN, inscrita nas matrículas nº 183-0 e 696-3, ocupante do cargo de Professora, conforme Atestado Médico, no período de 14 de maio de 2015 a 12 de junho de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor com data retroativa de 14/05/2015, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 18 de maio de 2015.

AIRTON ANTONIO REINEHR
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 105/2015 DE 29 DE JUNHO DE 2015.

PORTARIA Nº 105/2015, DE 29 DE JUNHO DE 2015.

PRORROGA VIGENCIA DE CONTRATO DE SERVIDORA OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSOR I E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Art. 1º. PRORROGAR a vigência do contrato de Servidora Sra. Elisane Julci Vargas, portadora do CPF sob nº. 029.300.509-50, ocupante do cargo de Professor I – Educação Infantil, com carga horária de 20 horas semanais, nomeada através da portaria 077/2015, de acordo com classificação de processo seletivo nº 002/2015, em razão da servidora efetiva Marilei Salete Oliveira Horn ter sido designada para atuar em atividades Pedagógicas, sendo a nova vigência até o encerramento do ano letivo 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 29 de junho de 2015.

AIRTON ANTONIO REINEHR
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 106/2015 DE 29 DE JUNHO DE 2015.

PORTARIA Nº 106/2015, DE 29 DE JUNHO DE 2015.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAUDE A SERVIDORA MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER licença para tratamento de Saúde a Servidora Municipal Sra. ROSELI SIMONE JANDT, inscrita na matrícula nº 160-0, ocupante do cargo de Assistente Social, conforme Atestado Médico, no período de 26 de junho de 2015 a 30 de junho de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 29 de Junho de 2015.

AIRTON ANTONIO REINEHR
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 107/2015 DE 29 DE JUNHO DE 2015.

PORTARIA Nº 107/2015, DE 29 DE JUNHO DE 2015.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORES MUNICIPAIS E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER férias por merecimento a Servidores Municipais conforme relação:

| Nome | Período Concessão | Matrícula | Dias Férias |
|------------------------|---------------------|-----------|-------------|
| Julio Antonio Sandmann | 01/07/15 a 30/07/15 | 600-9 | 30 |
| Valdir Becker | 01/07/15 a 30/07/15 | 152-0 | 30 |
| Clévio Antonio Rossi | 01/07/15 a 30/07/15 | 671-8 | 30 |

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 29 de Junho de 2015.

AIRTON ANTONIO REINEHR

Prefeito Municipal

Bom Retiro

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATO 108/2015 FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

AVISO DE PUBLICAÇÃO

Extrato Contrato Nº 108/2015 Ata de Registro de Preços nº 01/2015

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Bom Retiro

Contratado: Drogaria Bom Retiro Ltda. ME

Objeto: Registro de Preços, com o maior percentual de desconto sobre a tabela divulgada pela ABC FARMA VIGENTE DO MÊS, para fornecimento parcelado diário de medicamentos não padronizados para o Fundo Municipal de Saúde, que são prescritos pelos profissionais da saúde do Município de Bom Retiro, para atendimento específico e imediato de enfermidades de pacientes atendidos na rede pública de saúde. Valor Total Medicamento Ético: R\$ 9.683,90 (nove mil seiscentos e oitenta e três reais e noventa centavos).

Bom Retiro, 30 de junho de 2015.

Albino Gonçalves Padilha

Prefeito Municipal

Botuvera

PREFEITURA

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 22/2014-A

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUVERÁ

Extrato do Primeiro Termo Aditivo do Contrato nº 22/2014-A

Contratante: Município de Botuverá

Contratada: Consórcio Múltiplos Catedral

Objeto: Fica retificada a prorrogação da vigência deste instrumento para até 18/12/2015.

Braço do Trombudo

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO 42/2015

EXTRATO DE CONTRATO 42/2015

Contratante: Prefeitura municipal de Braço do Trombudo CNPJ 95.952.230/0001-67

Sito a Praça da Independência, 25 , município de Braço do Trombudo – SC.

Contratada: MAPFRE SEGUROS

CNPJ 61.074.175/0001-38

Sito A Av. das Nações Unidas, 11.711

Bairro Brooklin

São Paulo/SP

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviço de seguros para os Veículos e Máquinas da Frota Municipal de Braço do Trombudo.

Valor: R\$ 9.100,00 (nove mil e cem reais)

Vigência até 31.12..2015.

Data da assinatura: 26.06.2015

Charles Rafael Schwambach - Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 45/2015

EXTRATO DE CONTRATO 45/2015

Contratante: Prefeitura municipal de Braço do Trombudo CNPJ 95.952.230/0001-67

Sito a Praça da Independência, 25 , município de Braço do Trombudo – SC.

Contratada: ITAU SEGUROS DE AUTO E RESIDENCIA SA

CNPJ 08.816.067/0001-00

Sito A Av. Eusébio Matoso, 1375

Butantã

São Paulo/SP

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviço de seguros para os Veículos e Máquinas da Frota Municipal de Braço do Trombudo.

Valor: R\$ 1.200,00 (hum mil e duzentos reais)

Vigência até 31.12..2015.

Data da assinatura: 26.06.2015

Charles Rafael Schwambach - Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 43/2015

EXTRATO DE CONTRATO 43/2015

Contratante: Prefeitura municipal de Braço do Trombudo CNPJ 95.952.230/0001-67

Sito a Praça da Independência, 25 , município de Braço do Trombudo – SC.

Contratada: MAPFRE SEGUROS

CNPJ 61.074.175/0001-38

Sito A Av. das Nações Unidas, 11.711

Bairro Brooklin

São Paulo/SP

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviço de seguros para os Veículos e Máquinas da Frota Municipal de Braço do Trombudo.

Valor: R\$ 1.790,00 (hum mil, setecentos e noventa reais)

Vigência até 31.12..2015.

Data da assinatura: 26.06.2015

Charles Rafael Schwambach - Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 46/2015

EXTRATO DE CONTRATO 46/2015

Contratante: Prefeitura municipal de Braço do Trombudo CNPJ 95.952.230/0001-67

Sito a Praça da Independência, 25 , município de Braço do Trombudo – SC.

Contratada: ITAU SEGUROS DE AUTO E RESIDENCIA SA

CNPJ 08.816.067/0001-00

Sito A Av. Eusébio Matoso, 1375

Butantã

São Paulo/SP

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviço de seguros para os Veículos e Máquinas da Frota Municipal de Braço do Trombudo.

Valor: R\$ 950,00 (novecentos e cinquenta reais)

Vigência até 31.12..2015.

Data da assinatura: 26.06.2015

Charles Rafael Schwambach - Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 44/2015

EXTRATO DE CONTRATO 44/2015

Contratante: Prefeitura municipal de Braço do Trombudo CNPJ 95.952.230/0001-67

Sito a Praça da Independência, 25 , município de Braço do Trombudo – SC.

Contratada: GENTE SEGURADORA SA

CNPJ 90.180.605/0001-02

Sito A Rua Marechal Floriano Peixoto, 450

Centro Histórico

Porto Alegre/RS

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviço de seguros para os Veículos e Máquinas da Frota Municipal de Braço do Trombudo.

Valor: R\$ 7.800,00 (sete mil e oitocentos reais)

Vigência até 31.12..2015.

Data da assinatura: 26.06.2015

Charles Rafael Schwambach - Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 47/2015

EXTRATO DE CONTRATO 47/2015

Contratante: Prefeitura municipal de Braço do Trombudo CNPJ 95.952.230/0001-67

Sito a Praça da Independência, 25 , município de Braço do Trombudo – SC.

Contratada: GENTE SEGURADORA SA

CNPJ 90.180.605/0001-02

Sito A Rua Marechal Floriano Peixoto, 450

Centro Histórico

Porto Alegre/RS

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviço de seguros para os Veículos e Máquinas da Frota Municipal de Braço do Trombudo.

Valor: R\$ 600,00 (seiscentos reais)

Vigência até 31.12..2015.

Data da assinatura: 26.06.2015

Charles Rafael Schwambach - Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 48/2015

EXTRATO DE CONTRATO 48/2015

Contratante: Prefeitura municipal de Braço do Trombudo CNPJ 95.952.230/0001-67

Sito a Praça da Independência, 25 , município de Braço do Trombudo – SC.

Contratada: GENTE SEGURADORA SA
CNPJ 90.180.605/0001-02

Sito A Rua Marechal Floriano Peixoto, 450

Centro Histórico

Porto Alegre/RS

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviço de seguros para os Veículos e Máquinas da Frota Municipal de Braço do Trombudo.

Valor: R\$ 600,00 (seiscentos reais)

Vigência até 31.12..2015.

Data da assinatura: 26.06.2015

Charles Rafael Schwambach - Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 49/2015

EXTRATO DE CONTRATO 49/2015

Contratante: Prefeitura municipal de Braço do Trombudo CNPJ 95.952.230/0001-67

Sito a Praça da Independência, 25 , município de Braço do Trombudo – SC.

Contratada: GENTE SEGURADORA SA
CNPJ 90.180.605/0001-02

Sito A Rua Marechal Floriano Peixoto, 450

Centro Histórico

Porto Alegre/RS

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviço de seguros para os Veículos e Máquinas da Frota Municipal de Braço do Trombudo.

Valor: R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais)

Vigência até 31.12..2015.

Data da assinatura: 26.06.2015

Charles Rafael Schwambach - Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 50/2015

EXTRATO DE CONTRATO 50/2015

Contratante: Prefeitura municipal de Braço do Trombudo CNPJ 95.952.230/0001-67

Sito a Praça da Independência, 25 , município de Braço do Trombudo – SC.

Contratada: GENTE SEGURADORA SA
CNPJ 90.180.605/0001-02

Sito A Rua Marechal Floriano Peixoto, 450

Centro Histórico

Porto Alegre/RS

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviço de seguros para os Veículos e Máquinas da Frota Municipal de Braço do Trombudo.

Valor: R\$ 190,00 (cento e noventa reais)

Vigência até 31.12..2015.

Data da assinatura: 26.06.2015

Charles Rafael Schwambach - Prefeito Municipal

PORTARIA 0103/2015

PORTARIA Nº 0103/2015

REVOGAR FUNÇÃO GRATIFICADA (FG)

Charles Rafael Schwambach, Prefeito do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e amparado na Lei Complementar 08/99 de 17/11/1999, art.11, etc...

RESOLVE:

Art. 1º - Revogar função gratificada com denominação de FG-06, concedida ao servidor Deivid Lotin da Silva, na portaria nº 051/2015 de 24.03.2015, a partir de 29.06.2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei nº 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, em 29 de junho de 2015.

Charles Rafael Schwambach

Prefeito Municipal

PORTARIA 0104/2015

PORTARIA Nº 0104/2015

Charles Rafael Schwambach, Prefeito do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, e amparado nas Leis 0504/2005 de 23.12.05 e na Lei 0512/2006 de 05.04.06, etc.

RESOLVE:

Art. 1º Determinar o 3º sorteio do concurso "Pague para Ver, Braço do Trombudo Crescer", que será realizado no dia 30.06.2015.

Art. 2º O sorteio será realizado às 16hs, na Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei nº 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, em 29 de junho de 2015

Charles Rafael Schwambach

Prefeito Municipal

RESULTADO DE JULGAMENTO PREGÃO Nº 25/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÇO DO TROMBUDO

RESULTADO DE JULGAMENTO

PREGÃO Nº 25/2015

A pregoeira oficial do Município de Braço torna público o resultado de julgamento do Pregão Presencial SRP nº 25/2015 e extrato da Ata de Registro de Preços. Processo licitatório 31/2015. Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviço de acesso a internet via rádio para diversos Setores da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo. Após análise e julgamento das propostas, foi declarada vencedora do certame a empresa a seguir: ALTO VALE NET LTDA ME CNPJ: 09.319.668/0001-70, LOTE: 1, no valor total de R\$ 17.582,00, tornando-se, dessa forma, divulgado o resultado de julgamento do supracitado pregão. Fica registrado em Ata. Vigência: 12 (doze) meses da data de assinatura. Alair Franz Hein - Pregoeira Oficial do Município de Braço do Trombudo. Em 30/06/2015.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 19 2015 PMBT

Página: 1/3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 19/2015

| | | | |
|---|--|-------------------------------------|-------------------------------|
| Número do Registro de Preços: 19/2015 | | Data do Registro: 30/06/2015 | Válido até: 30/06/2016 |
| Objeto da Compra: Contratação de empresa para prestação de serviço de acesso a internet via rádio para diversos Setores da Prefeitura Municipal de Braco do Trombudo | | | |

| Item | Especificação | Unid. | Fornecedor | Marca Ofer. | Descto. (%) | Preço Unitário | Classif. |
|------|--|-------|---------------------------------|-------------|-------------|----------------|----------|
| 1 | Acesso a internet com velocidade de 2MB/2MB (instalado na Escola Nucleada Braco do Trombudo Km 15) Endereço: Rua: Rod. SC 426, nº 29 Bairro/ Complemento: Km15, (16249) | MES | ALTO VALE NET LTDA - EPP (8756) | | 0 | 116,3192 | 1 |
| 2 | Acesso a internet com velocidade de 5MB/5MB (instalado na Escola Básica Adriano Mosimann) Rua: Leônido Machado, nº 179 Bairro/ Complemento: Sertão CEP: 89.178-000 (16250) | MES | ALTO VALE NET LTDA - EPP (8756) | | 0 | 290,6332 | 1 |
| 3 | Acesso a internet com velocidade de 2MB/2MB (Centro de Educação Infantil Edison Amadi) Rua: Leônido Machado, Nº 175 Bairro/ Complemento: Sertão (16251) | MES | ALTO VALE NET LTDA - EPP (8756) | | 0 | 116,3198 | 1 |
| 4 | Acesso a internet com velocidade de 3MB/3MB, (Centro de Educação Infantil Emilia Rinner) Rua: Bruno Plaster, nº 155 Bairro/ Complemento: Km20, (16252) | MES | ALTO VALE NET LTDA - EPP (8756) | | 0 | 174,5034 | 1 |
| 5 | Acesso a internet com velocidade de 3MB/3MB, (Centro de Educação Infantil Tia Edith) Rua: Avenida Erika Hansen Joenck - 1388 Bairro/ Complemento: Centro, (16253) | MES | ALTO VALE NET LTDA - EPP (8756) | | 0 | 174,5034 | 1 |
| 6 | Estação de Tratamento de Água (ETA) Braco Novo; Estrada Geral Braco Novo acesso a internet com velocidade de 600 /600KBPS (16254) | MES | ALTO VALE NET LTDA - EPP (8756) | | 0 | 52,1515 | 1 |
| 7 | Ponto de Cultura Sertão acesso a internet com velocidade de 600 /600KBPS (Rua Leônido Rodrigues Machado) (16255) | MES | ALTO VALE NET LTDA - EPP (8756) | | 0 | 52,1515 | 1 |
| 8 | Antiga Escolinha Braco novo acesso a internet com velocidade de 600 /600KBPS (Estrada Geral Alto Braco Novo) (16256) | MES | ALTO VALE NET LTDA - EPP (8756) | | 0 | 52,1515 | 1 |
| 9 | Antiga Escolinha Ribeirão Vitória acesso a internet com velocidade de 600 /600KBPS (Estrada Geral alto Ribeirão Vitória) (16257) | MES | ALTO VALE NET LTDA - EPP (8756) | | 0 | 52,1515 | 1 |
| 10 | Secretaria de agricultura acesso a internet com velocidade de 3 MB/3MB (rua dos pioneiros) (16258) | MES | ALTO VALE NET LTDA - EPP (8756) | | 0 | 174,5034 | 1 |

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 19/2015

Página: 2/3

| | | | | | | | |
|--|--|------------------------------|---------------------------------|------------------------|-------------|----------------|----------|
| Número do Registro de Preços: 19/2015 | | Data do Registro: 30/06/2015 | | Válido até: 30/06/2016 | | | |
| Objeto da Compra: Contratação de empresa para prestação de serviço de acesso a internet via rádio para diversos Setores da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo | | | | | | | |
| Item | Especificação | Unid. | Fornecedor | Marca Ofer. | Descto. (%) | Preço Unitário | Classif. |
| 11 | Instalação das antenas em cada unidade (16259) | UND | ALTO VALE NET LTDA - EPP (8756) | | 0 | 251,7332 | 1 |

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 19/2015

| | | | | | | | |
|--|---------------|------------------------------|------------|------------------------|-------------|----------------|----------|
| Número do Registro de Preços: 19/2015 | | Data do Registro: 30/06/2015 | | Válido até: 30/06/2016 | | | |
| Objeto da Compra: Contratação de empresa para prestação de serviço de acesso a internet via rádio para diversos Setores da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo | | | | | | | |
| Item | Especificação | Unid. | Fornecedor | Marca Ofer. | Descdo. (%) | Preço Unitário | Classif. |

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 19/2015
PROCESSO Nº 31/2015
(8756) - ALTO VALE NET LTDA - EPP

Braço do Trombudo, 30 de Junho de 2015.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 11 2015 PMBT

Página: 1/2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 11/2015

| Número do Registro de Preços: 11/2015 | | Data do Registro: 30/03/2015 | | Válido até: 30/03/2016 | | | |
|---------------------------------------|---|--|--------------------------------------|------------------------|-------------|----------------|----------|
| Objeto da Compra: | | Contratação de empresa para realização de aulas de violão e bateria para iniciantes e aulas de gaita, teclado e vocal para todos os níveis, conforme especificado no Anexo I deste Edital. | | | | | |
| Item | Especificação | Unid. | Fornecedor | Marca Ofer. | Descto. (%) | Preço Unitário | Classif. |
| 1 | Contratação de empresa para realização de aulas de violão e bateria para iniciantes e aulas de gaita, teclado e vocal para todos os níveis, com duração mínima de 45 minutos cada aula, a ser realizado no município de Braço do Trombudo, nos dias, horários e locais designados pela Secretaria Municipal competente. (15876) | aula | VALDECIR PINCEGER 05733236906 (9382) | | 0 | 20.0000 | 1 |

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 11/2015

| | | | | | | |
|--|---------------|------------------------------|-------|------------------------|-------------|----------------|
| Número do Registro de Preços: 11/2015 | | Data do Registro: 30/03/2015 | | Válido até: 30/03/2016 | | |
| Objeto da Compra: Contratação de empresa para realização de aulas de violão e bateria para iniciantes e aulas de gaita, teclado e vocal para todos os níveis, conforme especificado no Anexo I deste Edital. | | | | | | |
| Item | Especificação | | Unid. | Fornecedor | | |
| | | | | Marca Ofer. | Descto. (%) | Preço Unitário |
| | | | | | | Classif. |

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 11/2015
PROCESSO Nº 11/2015

(9382) - VALDECIR PINCEGER 05733236906

Braço do Trombudo, 30 de Março de 2015.

Brusque

PREFEITURA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 035/2015

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 035/2015

Espécie: Ata de Registro de Preços nº 035/2015, em 23/06/2015. Objeto: Aquisição de insumos agrícolas. Valor: R\$ 28.735,00. Origem: Pregão nº 034/2015. Fundamento legal: artigo 15 da Lei 8.666/93. Signatário: Cristiano Bittencourt.

EXTRATO 8º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 002/2012 - FUNDAÇÃO PARQUE ECOLÓGICO ZOO BOTÂNICO DE BRUSQUE

EXTRATO 8º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 002/2012 - FEZB

Espécie: 8º Termo Aditivo, Contrato nº 002/2012 – FEZB, entre o Município de Brusque e a empresa Montálica Montagens e Estruturas Metálicas Ltda, em 15/06/2015. Objeto: prorrogação do prazo de vigência contratual. Fundamento legal: artigo 57, §1º, inc. II da Lei 8.666/93. Origem: Tomada de Preços nº 001/2012 – FEZB. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Signatários: Marciano Giraldi e Mauricio Ludim.

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 033/2014

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 033/2014

Espécie: 1º Termo Aditivo, ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 033/2014, entre o Município de Brusque e a empresa KOPAN PANIFICADORA E CONFEITARIA LTDA, em 24/06/2015. Objeto: Aditivo quantitativo a ata de registro de preços, cujo objeto consiste na prestação

de serviços de alimentação. Valor: R\$ 90.728,99. Fundamento legal: artigo 11, §1º do Decreto Municipal 4.336/99 c/c art. 65, §1º da Lei 8666/93. Origem: Pregão nº 052/2014. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Signatários: Cristiano Bittencourt e Djiova Lamim.

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO A ATA REGISTRO DE PREÇO 019/2015

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO A ATA 019/2015.

Espécie: 1º Termo Aditivo, Ata de Registro nº 019/2015, entre o Município de Brusque e a empresa Distribuidora de Alimento BV LTDA EPP, em 23/06/2015. Objeto: Realinhamento do valor do objeto constante na Ata de Registro de Preço nº 019/2015. Fundamento legal: artigo 65, inciso II, alínea "d", da Lei 8.666/93. Origem: Pregão Presencial nº 002/2015. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Signatários: Cristiano Bittencourt e Renato Bernardo.

EXTRATO 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 018/2013

EXTRATO 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 018/2013

Espécie: 4º Termo Aditivo, Contrato nº 018/2013, entre o Município de Brusque e a empresa Pacopedra Pavimentadora e Comércio De Pedras LTDA, em 15/06/2015. Objeto: Prorrogação do prazo de vigência contratual, cujo objeto é a execução das Obras de Rede de Esgoto e Drenagem e Pavimentação no Bairro Bateas, Município de Brusque. Fundamento legal: artigo 57, §1º, inciso II Lei 8.666/93. Origem: Concorrência nº 011/2012. Signatários: Cristiano Bittencourt, Mario Jorge de Souza e/ou Lurdete Maria de Souza.

EXTRATO 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 029/2013 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BRUSQUE

EXTRATO 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 029/2013 – FMS

Espécie: 4º Termo Aditivo, Contrato nº 029/2013 – FMS, entre o Município de Brusque e a WDF Serviços Ltda, em 15/06/2015. Objeto: Prorrogação do prazo de vigência contratual, cujo objeto é a execução de obras de construção de unidade de saúde. Fundamento legal: artigo 57, §1º, inciso II da Lei 8.666/93. Origem: Concorrência nº 001/2013 – FMS. Signatários: Ivonir Zanatta Webster e Wilson José De Franceschi.

EXTRATO 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 053/2013

EXTRATO 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 053/2013

Espécie: 4º Termo Aditivo, Contrato nº 053/2013, entre o Município de Brusque e a empresa WDF SERVIÇOS LTDA, em 16/06/2015. Objeto: Prorrogação do prazo de vigência contratual, cujo objeto consiste execução das obras de construção da Unidade Educacional do Bairro Paquetá. Fundamento legal: artigo 57, §1º, inciso II da Lei 8.666/93. Origem: Concorrência nº 009/2013. Signatários: Ivanor de Mendonça e Wilson José De Franceschi.

EXTRATO 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 057/2014

EXTRATO 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 057/2014

Espécie: 4º Termo Aditivo, Contrato nº 057/2014, entre o Município de Brusque e a empresa Sona Construtora Ltda ME, em 15/06/2015. Objeto: Prorrogação do prazo de vigência contratual, cujo objeto consiste na execução das obras de preventivo de incêndio do pavilhão de eventos Maria Celina Vidotto Imhof. Fundamento legal: artigo 57, §1º, inciso II da Lei 8.666/93. Origem: Tomada de Preços nº 005/2014. Signatários: José Luiz Cunha e Edmilson Pereira.

EXTRATO 7º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 099/2012

EXTRATO 7º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 099/2012

Espécie: 7º Termo Aditivo, Contrato nº 099/2012, entre o Município de Brusque e a empresa Terraplanagem e Transporte Zabel LTDA, em 15/06/2015. Objeto: Prorrogação do prazo de vigência contratual, cujo objeto é a execução das obras de terraplanagem, drenagem e revegetação do Loteamento Cyro Gevaerd. Fundamento legal: artigo 57, §1º, inciso II Lei 8.666/93. Origem: Concorrência nº 007/2012. Signatários: Cristiano Bittencourt e Felipe Zabel.

EXTRATO 9º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 039/2013

EXTRATO 9º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 039/2013

Espécie: 9º Termo Aditivo, Contrato nº 039/2013, entre o Município de Brusque e a empresa SOLO ENGENHARIA LTDA ME, em 03/06/2015. Objeto: Prorrogação do prazo de vigência contratual, cujo objeto consiste na execução das obras de construção de quadra poliesportiva coberta na rua Theodoro Albretch, bairro São Pedro. Fundamento legal: artigo 57, §1º, inciso II da Lei 8.666/93. Origem: Tomada de Preços nº 005/2013. Signatários: Ivanor de Mendonça e Paulo Roberto de Oliveira.

EXTRATO CONTRATO Nº 005/2015 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BRUSQUE

EXTRATO CONTRATO Nº 005/2015 - FMS

Espécie: Contrato nº 005/2015 - FMS, entre o Município de Brusque e Leandro Max Weise, em 24/06/2015. Objeto: A prestação de serviços de órtese, prótese e materiais especiais. Valor: R\$ 90.000,00. Fundamento legal: Artigo 25, caput, da Lei 8.666/93. Origem: Inexigibilidade de Licitação nº 003/2015 - FMS. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Vigência: 12 (doze) meses. Signatários: Ivonir Zanatta Webster e Leandro Max Weise.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 006/2015 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BRUSQUE

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 006/2015 – FMS

Espécie: Ata de Registro de Preços nº 006/2015 – FMS, em 25/06/2015. Objeto: Aquisição de alimentação especial. Valor: R\$ 83.050,00. Origem: Pregão nº 003/2015 - FMS. Fundamento legal: artigo 15 da Lei 8.666/93. Signatário: Ivonir Zanatta Webster

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 036/2015

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 036/2015

Espécie: Ata de Registro de Preços nº 036/2015, em 25/06/2015. Objeto: Aquisição de tintas e materiais para pintura. Valor: R\$ 156.698,00. Origem: Pregão nº 041/2015. Fundamento legal: artigo 15 da Lei 8.666/93. Signatário: Cristiano Bittencourt.

PORTARIA Nº 10.130/2015

PORTARIA nº 10.130, DE 19 DE JUNHO DE 2015.

Cria e nomeia membros para compor Comissão de Verificação de Regularidade de Constituição de Despesa perante o Fundo de Materiais e Impressos Oficiais do Estado de Santa Catarina, exercícios 2010 a 2014, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea c do art. 111 da Lei Orgânica do Município, e considerando a solicitação da Secretaria de Orçamento e Gestão, por meio do memorando nº 152/2015,

RESOLVE:

Art. 1º Criar COMISSÃO DE VERIFICAÇÃO DA REGULARIDADE DE CONSTITUIÇÃO DE DESPESA, afeta ao Fundo de Materiais e Impressos Oficiais do Estado de Santa Catarina, C.N.P.J. 14.284.430/0001-97, exercícios 2010 a 2014.

Parágrafo único. A Comissão de que trata este artigo tem por finalidade acompanhar e propor ações para pagamento da despesa de que trata o caput deste artigo.

Art. 2º A Comissão criada será composta pelos seguintes servidores, lotados na Secretaria de Educação:

- Cristine Moller – representante do setor de Contabilidade
- Carolina Pastor – representante do setor de Licitações e Contratos;
- Rafael Luiz Pinto – representante da Diretoria Geral de Licitações e Contratos.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 19 de junho de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA

Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 10.144/2015 - IBPLAM

PORTARIA Nº 10.144, DE 29 DE JUNHO DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 111, inciso II, alínea “a”, da Lei Orgânica do Município – LOM,

RESOLVE:

Art.1º Nomear no Quadro Permanente de Pessoal da Prefeitura Municipal de Brusque, nos termos da Lei Complementar n.147/09, os candidatos habilitados em concurso público promovido por este município e realizado pela Fepese/UFSC, mediante os Edital nº 005/2013, de 20 de dezembro de 2013, homologado em 23 de abril de 2014, para provimento dos cargos efetivos de ENGENHEIRO CIVIL e ARQUITETO, conforme abaixo nominados:

ENGENHEIRO CIVIL

LEANDRO MARTINS DE OLIVEIRA ARQUITETO

ANDRE FREDERICO MANSKE Art.2º Fixar nos termos do art.16 e seguintes da Lei Complementar n.147/09, o prazo máximo de 30 (trinta) dias para posse.

Parágrafo único. A presente nomeação será tornada sem efeito se o candidato não tomar posse no prazo fixado no caput deste artigo.

Art.3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 29 de junho de 2015.
ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO
Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI
Procurador-Geral do Município

EVANDRO CARNEIRO FLORA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 10.145/2015

PORTARIA Nº 10.145, DE 29 DE JUNHO DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 111, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município – LOM,

RESOLVE:

Art.1º Nomear no Quadro Permanente de Pessoal da Prefeitura Municipal de Brusque, nos termos da Lei Complementar n.147/09, o candidato habilitado em concurso público promovido por este município e realizado pela Fepese/UFSC, mediante o Edital nº 004/2013, de 19 de dezembro de 2013, homologado em 25 de abril de 2014, para provimento dos cargos efetivos de AGENTE ADMINISTRATIVO, conforme abaixo nominado:

AGENTE ADMINISTRATIVO

| |
|--------------------------------|
| DIVIAN SILVA DOS SANTOS LESSA |
| JUSSIMARA VASQUES CORTEZ LARES |

Art.2º Fixar nos termos do art.16 e seguintes da Lei Complementar n.147/09, o prazo máximo de 30 (trinta) dias para posse.

Parágrafo único. A presente nomeação será tornada sem efeito se o candidato não tomar posse no prazo fixado no caput deste artigo.

Art.3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 29 de junho de 2015.
ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO
Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI
Procurador-Geral do Município

EVANDRO CARNEIRO FLORA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 10.146/2015

PORTARIA nº 10.146, DE 29 DE JUNHO DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 111 da Lei Orgânica do Município, considerando o ato administrativo (Portaria nº 10.120);

RESOLVE:

Art. 1º Designar AURI ANDRADE, servidor público municipal ocupante do cargo de Coordenador, cedido a Companhia de Desenvolvimento e Urbanização de Brusque – CODEB, para solicitar perante às instituições bancárias, extratos, certificado de saldo bancário, relatório de remessas, verificação, alteração, e cancelamento de ordem de pagamento, relativos a CODEB, sociedade de economia mista, C.N.P.J. nº 75.294.264/0001-02.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 29 de junho de 2015.
ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO
Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI
Procurador Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA
Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 9.788/2015

PORTARIA nº 9.788, DE 06 DE ABRIL DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea a do art.111 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Designar a Secretária da Saúde, Ivonir Zanatta Webster, os servidores Luiz Fernando Sanni, Diretor da Secretaria da Saúde, e Cristiano Bittencourt, Secretário de Orçamento e Gestão, para movimentar as contas bancárias relativas ao Fundo Municipal de Saúde de Brusque.

Parágrafo único. As contas bancárias do Fundo Municipal de Saúde de Brusque serão movimentadas, no mínimo, com 02 (duas) assinaturas.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 06 de abril de 2015.
ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO
Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA
Chefe de Gabinete

Caçador

PREFEITURA

AVISO DE CREDENCIAMENTO Nº 01- 2015 - LEILOEIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR
AVISO DE CREDENCIAMENTO - LEILOEIRO

O Município de Caçador (SC), torna público o CREDENCIAMENTO nº 01/2015. Objeto: Credenciamento de leiloeiros públicos para realizarem, mediante contrato específico, leilão dos bens patrimoniais móveis e ou imóveis em desuso (veículos, equipamentos, mobiliário e outros) deste Município, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93 e demais disposições aplicáveis. O Edital na íntegra e todos seus anexos estão a disposição no Departamento de Licitações da Prefeitura ou através do e-mail: licitacaopmc@cacador.sc.gov.br.

Caçador, 29 de junho de 2015.
Gilberto Amaro Comazzetto
Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO LICITATORIO Nº 02-2015 PR Nº - 02-2015-FUNDEMA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR-SC
FUNDAÇÃO DO MEIO AMBIENTE - FUNDEMA

AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO LICITATORIO Nº 02-2015 PR Nº - 02-2015-FUNDEMA

EDITAL: PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2015

TIPO: MENOR PREÇO

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA HABILITADA PARA CONFECÇÃO E INSTALAÇÃO DE PORTÕES JANELAS E ALAMBRADO, PARA FECHAMENTO DO CANIL MUNICIPAL, LOCALIZADO JUNTO AO HORTO MUNICIPAL DA PREFEITURA DE CAÇADOR

ENTREGA DOS ENVELOPES: 14h00min do dia 27/07/2015.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 14h10min do dia 27/07/2015.

Maiores Informações e o Edital completo poderão ser obtidos pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Sito Av. Santa Catarina, 195, ou no site cacador.sc.gov.br no ícone licitações ou ainda por e-mail: licitacoes.saude@cacador.sc.gov.br, no horário de expediente em vigor.

Caçador, 29 de junho de 2015.
Luiz Gustavo Pavelski
Presidente FUNDEMA

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 44-2015 - PREFEITURA

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 44-2015 - PREFEITURA, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 48-2015 PREGÃO PRESENCIAL Nº 31/2015, CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE SONORIZAÇÃO E ILUMINAÇÃO DE EVENTOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, PARA O EXERCÍCIO DE 2015. CONTRATADA: COMUNICASOM COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA-ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 82.799.602/0001-15, com sede na Rua Carlos Spreança, nº 277, centro, Caçador/SC, O presente Contrato tem o prazo de vigência para o exercício de 2015, iniciando com a assinatura findando em 31/12/2015, conforme segue:

| ITEM | QUANT | UNID | DESCRIÇÃO | R\$ UNIT | R\$ TOTAL |
|-------|----------------|------|--|--------------|---------------|
| 1 | 50 | Hora | SONORIZAÇÃO DE PEQUENO PORTE ATÉ 200 PESSOAS (INAUGURAÇÃO ESCOLAS, ENTREGA DE PREMIAÇÕES) | R\$ 250,00 | R\$ 12.500,00 |
| 2 | 40 | Hora | SONORIZAÇÃO DE MÉDIO PORTE DE 201 A 500 PESSOAS (PALESTRAS, CURSOS, REUNIÕES) | R\$ 190,00 | R\$ 7.600,00 |
| 3 | 30 | Hora | SONORIZAÇÃO DE GRANDE PORTE DE 501 A 1000 PESSOAS (APRESENTAÇÕES MUSICAIS, ABERTURA DE JOGOS EM GINÁSIO DE ESPORTES) | R\$ 1.500,00 | R\$ 45.000,00 |
| 4 | 30 | Hora | SONORIZAÇÃO PARA DESFILES E LOCAIS ABERTOS ACIMA DE 1000 PESSOAS (DESFILE 7 DE SETEMBRO, RUA DE LAZER) | R\$ 2.200,00 | R\$ 66.000,00 |
| TOTAL | R\$ 131.100,00 | | | | |

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 45-2015 – PREFEITURA

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 45-2015 – PREFEITURA - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 60/2015 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 41/2015, CONTRATAÇÃO DE EMPRESA OU INSTITUIÇÃO ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SUPORTE NOS SERVIÇOS DA ELEIÇÃO UNIFICADA PARA O CONSELHO TUTELAR, CONTRATADA: PRATICAS ASSESSORIA LTDA – ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 12.038.574/0001-38, com sede cidade de Itapema, SC, O preço certo e ajustado entre as partes para a totalidade do presente Contrato é de R\$ 7.000,00 (sete mil reais). O presente Contrato tem o prazo de validade pelo período de 12 (doze) meses, sendo:

| ITEM | QTDE | UNIDADE | DESCRIÇÃO |
|------|------|---------|---|
| 01 | 01 | Unidade | CONTRATAÇÃO DE EMPRESA OU INSTITUIÇÃO ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SUPORTE NOS SERVIÇOS DA ELEIÇÃO UNIFICADA PARA O CONSELHO TUTELAR. COMPREENDENDO A REALIZAÇÃO DE CAPACITAÇÃO, PROVAS E TREINAMENTO DOS ELEITOS (CONFORME DESCRIÇÃO ANEXO V) |

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 46-2015 – PREFEITURA

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 46 - 2015 – PREFEITURA - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 63/2015 – DISPENSA Nº 09/2015, CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A EXECUÇÃO DO PROJETO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO TERRITORIAL DO MEIO OESTE, PARA REVITALIZAÇÃO DOS SETORES PRODUTIVOS DE CAÇADOR, CONTRATADA: SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DE SANTA CATARINA – SEBRAE/SC, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 82.515.859/0001-06, com sede na Rua Avenida Rio Branco, nº 611, centro, Florianópolis/SC, CEP 88015-203, O CONTRATANTE pagará em 18 (dezoito) parcelas iguais no valor de R\$7.747,00 (sete mil, setecentos e quarenta e sete reais), perfazendo um total de R\$ 139.446,00 (Cento e trinta e nove mil, quatrocentos e quarenta e seis reais).O prazo de vigência deste instrumento é de 18 (dezoito) meses, compreendendo a seguinte ação:

| | |
|----------|--|
| Ação I | Consultoria em gestão, planejamento, empreendedorismo, turismo e artesanato |
| Ação II | Capacitação nas áreas de gestão, planejamento e empreendedorismo |
| Ação III | Consultoria Tecnológica |
| Ação IV | Consultoria de Mercado (análise do mercado local e Material Promocional) |
| Ação V | Ação VI – Acesso a Mercado (Missão Técnica, Bazar da Moda e Festival Gastronômico) |

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 47 - 2015 - PREFEITURA

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 47 - 2015 - PREFEITURA, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 65/2015 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 44/2015, CONTRATAÇÃO DE EMPRESA (S) ESPECIALIZADA (S) NA LOCAÇÃO DE ESTRUTURA PARA A REALIZAÇÃO DO 1º SEMINÁRIO CATARINENSE DE OLERICULTURA E 1ª FEIRA TECNOLÓGICA EM HORTICULTURA DA SECRETARIA MUNICIPAL DA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL, CONTRATADA: MRX ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS E COMERCIO LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 15.671.168/0001-04, com sede cidade de Balneário Camboriú, SC, O presente Contrato tem o prazo de vigência de (90) noventa dias, para a realização do evento nos dias 24 a 26 de junho de 2015, conforme segue:

| ITEM | QT. | UNID. | DESCRIÇÃO | R\$ UNIT. | R\$ TOTAL |
|-----------------|------------|-------|--|-----------|-----------|
| 01 | 1.200 | M2 | Piso de madeira elevado a 10 cm, forrado em carpete | 10,00 | 12.000,00 |
| 02 | 01 | UN | Pavilhão 25x80 estrutura em alumínio | 33.350,00 | 33.350,00 |
| 03 | 800 | M² | Montagem de stand sendo dividida em várias salas de vários tamanhos (salas paredes de TS na cor branca, perfil de alumínio anodizado, testeira adesivadas, porta com chave, parede frontal meia pare meio vidro, 2mt de balcão para atendimento 04 cadeiras e iluminação com calhas e lâmpadas fluorescentes). | 45,00 | 36.000,00 |
| 04 | 1.200 | UN | Cadeiras plásticas | 4,50 | 5.400,00 |
| 05 | 100 | UN | Mesas pvc, quadradas com 4 lugares | 11,00 | 1.100,00 |
| 06 | 02 | UN | Painel de led 2x2m | 2.160,00 | 4.320,00 |
| 07 | 40 | UN | Tendas 5x5m chapéu de bruxa e todas individuais com fechamento em 3 lados com cortina | 305,00 | 12.200,00 |
| 08 | 20 | UN | Box 3x3m, divisórias em octanorm com testeira | 480,00 | 9.600,00 |
| 09 | 200 | MT | Grade de proteção | 10,00 | 2.000,00 |
| 10 | 01 | UN | Portal de entrada de 10x5x2mt, estrutura em alumínio Box trass | 2.550,00 | 2.550,00 |
| 11 | 01 | UN | Portal para salão de palestras de 5x3mt, estrutura em alumínio Box trass | 2.150,00 | 2.150,00 |
| 12 | 10 | UN | Banheiros químicos, sendo 02 para deficientes, 04 masculinos e 04 femininos | 250,00 | 2.500,00 |
| TOTAL GERAL R\$ | 123.170,00 | | | | |

DECRETO Nº 6.438

DECRETO Nº 6.438, de 23 de junho de 2015.

Nomeia Servidora Pública Municipal para realizar Análise Técnica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais e nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a Servidora Pública Municipal Dayana Holz, ocupante do cargo de Bioquímica, para realizar a Análise Técnica do Processo Licitatório nº 22/2015-FMS, Pregão nº 12/2015, cujo objeto é a aquisição de reagentes, materiais e aparelhos destinados ao Laboratório Municipal.

Parágrafo único. A análise será realizada às 14h10min do dia 15/07/2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 23 de junho de 2015.

Gilberto Amaro Comazzetto
PREFEITO MUNICIPAL.

DECRETO Nº 6.439

DECRETO Nº 6.439, de 23 de junho de 2015.

Nomeia Comissão Especial.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais e nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os Servidores Públicos Municipais abaixo relacionados, para, sob a presidência do primeiro, comporem a Comissão de Especial de Julgamento do Processo Licitatório nº 68/2015, Pregão nº 47/2015, cujo objeto é o registro de preços para contratação de empresa para aquisição de solução de tecnologia informatizada para implementação de controle de registro eletrônico da frequência dos servidores do Município de Caçador, compreendendo o fornecimento de equipamentos para registro, serviços de instalação, treinamento, garantia de funcionamento e suporte técnico, destinados as secretarias, autarquias, fundos e fundações:

I – Sandro Dallazen;

II – Leandro Souza de Mattos;

III – Airton Carlos Leite.

Parágrafo único. A Comissão reunir-se-á às 16h10min do dia 01/07/2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 23 de junho de 2015.

Gilberto Amaro Comazzetto
PREFEITO MUNICIPAL.

DECRETO Nº 6.440

DECRETO Nº 6.440, de 23 de junho de 2015.

Nomeia Comissão Central Organizadora - CCO da Feira do Conhecimento.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeadas as pessoas abaixo relacionadas, para, sob a presidência da primeira, comporem a Comissão Central Organizadora – CCO da Feira do Conhecimento, que se realizará no dia 21 de setembro de 2015, unindo as escolas das Redes Municipal e Estadual, na forma que segue:

- I – Eliane Cavalheiro;
- II – Rosemari de Paula;
- III – Mauro Rogério dos Reis;
- IV – Marcele Guzela;
- V – Eliane Ribeiro dos Santos;
- VI – Neide Rosana Colla.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 23 de junho de 2015.
GILBERTO AMAR O COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

DECRETO Nº 6.441

DECRETO Nº 6.441, de 23 de junho de 2015.

Nomeia Comissão de Estudo.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais e nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeadas as pessoas abaixo relacionadas, para comporem a Comissão de Estudo para implantação do Conselho Municipal de Pessoa com Deficiência:

Entidades Governamentais:

- I - Vanessa Susin;
- II - Laudo Bellaver;
- III - Isolete Renon Farias;
- IV – Roziane Cardozo;
- V – Sandra Milani.

Sociedade Civil:

- I – Marilene Ruppel Mantovani;
- II – Paulo Assis Crasnhak Filho;
- III – Maximino da Silva;
- IV – Ivone Colombo;
- V – Neide Trento Yoshida.

Presidente: Isolete Renon Farias.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 23 de junho de 2015.

GILBERTO AMARo Comazzetto
PREFEITO MUNICIPAL.

DECRETO Nº 6.442

DECRETO Nº 6.442, de 23 de junho de 2015.

Substitui membro nomeado para compor a Comissão Central Organizadora - CCO dos Festejos da Semana da Pátria 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

DECRETA:

Art. 1º Fica substituído o Servidor Rômulo Machado de Souza, nomeado pelo Decreto nº 6.386, de 30 de abril de 2015, para compor a Comissão Central Organizadora - CCO dos Festejos da Semana da Pátria 2015, como representante do IPPUC, pelo Servidor Walmir Rigo, a contar desta data.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 23 de junho de 2015.
GILBERTO AMARo Comazzetto
PREFEITO MUNICIPAL.

DECRETO Nº 6.443

DECRETO Nº 6.443, de 23 de junho de 2015.

Nomeia Comissão Especial de Avaliação.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais e nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

DECRETA :

Art. 1º Ficam nomeados os cidadãos ANTÔNIO CARLOS DO NASCIMENTO BITTENCOURT, ALCEU ZARDO e PEDRO ANTONIO MASIÉRO, para, sob a presidência do primeiro, comporem a Comissão Especial de Avaliação das áreas de terrenos urbanos abaixo especificados, e, apresentarem laudo de avaliação ao Poder Executivo Municipal, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da publicação deste Decreto:

I – lotes nºs 10 e 11, da quadra “A” e nº 22, da quadra “B”, do futuro Loteamento Mont Blanc, matriculado sob o nº 27.383, do Registro de Imóveis desta Comarca.

Parágrafo único. Esta avaliação faz-se necessária para possível caução desses lotes, quando da aprovação do Loteamento Mont Blanc e enquanto não estiver concluída toda a infraestrutura necessária ao Loteamento.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 23 de junho de 2015.

GILBERTO AMARo Comazzetto
PREFEITO MUNICIPAL.

DECRETO Nº 6.445

DECRETO Nº 6.445, de 24 de junho de 2015.

Aprova unificação de áreas de terrenos urbanos.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos da Lei Federal nº 6.766/79, Lei Estadual nº 6.063/82, Lei Complementar nº 128/2008 – Lei de Parcelamento do Solo Urbano e suas alterações,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovada a unificação de duas áreas de terrenos urbanos, objetos da matrícula nº 15.907, do Registro de Imóveis desta Comarca, com área de 14,57m² (quatorze metros e cinquenta e sete decímetros quadrados) e da Matrícula nº 9377, com área de 460,75m² (quatrocentos e sessenta metros e setenta e cinco decímetros quadrados), situadas na Avenida Comendador Selvino Caramori, nesta cidade, de propriedade de Cleber Toni Affonso, resultando em 01 (uma) área com as seguintes medidas e confrontações, tudo de conformidade com o mapa e o memorial descritivo, que ficam fazendo parte integrante do presente Decreto:

I - área total com 475,32m² (quatrocentos e setenta e cinco metros e trinta e dois decímetros quadrados), de propriedade de Cleber Toni Affonso, iniciando-se no marco 0=PP, situado na confrontação com Marcio Duarte (lote nº 3); deste, segue confrontando com Marcio Duarte (lote nº 3) com a distância de 8,00m até o marco 1; deste, segue confrontando com Helmuth Paulo Weiger (lote nº 14) com a distância de 7,60m até o marco 2; deste, segue confrontando com Ivo Leal Canalli (lote nº 9) com a distância de 17,50m até o marco 3; deste, segue confrontando com Ivo Leal Canalli (lote nº 9) com a distância de 15,70m até o marco 4; deste, segue confrontando com a Avenida Comendador Selvino Caramori com a distância de 13,50m até o marco 5; deste, segue confrontando com Orsilda Maria Negretti (lote nº 7) com a distância de 34,50m até o marco 0=PP, ponto inicial da descrição deste perímetro.

Art. 2º A Prefeitura Municipal de Caçador, através de seus órgãos competentes, não se responsabiliza pela ocorrência de divergências entre as medidas e confrontações resultantes desta unificação.

Art. 3º O Registro da Unificação no Cartório de Registro de Imóveis, desta Comarca, deverá ser feito no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, sob pena de caducidade da aprovação.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 24 de junho de 2015.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

DECRETO Nº 6.446

DECRETO Nº 6.446, de 24 de junho de 2015.

Aprova desmembramento e remembramento de terrenos urbanos, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos da Lei Federal nº 6.766/79, Lei Estadual nº 6.063/82, Lei Complementar nº 128/2008- Lei de Parcelamento do Solo Urbano e suas alterações,

DECRETA :

Art. 1º Fica aprovado o desmembramento de um terreno urbano com área de 940,06m² (novecentos e quarenta metros e seis decímetros quadrados), de propriedade de Alfredo Voss Junior, localizado na Rua Marechal Floriano Peixoto, objeto da matrícula nº 31.491, do Registro de Imóveis desta Comarca, resultando em duas áreas, com as seguintes medidas e confrontações, tudo de conformidade com o mapa e o memorial descritivo, que ficam fazendo parte integrante do presente Decreto:

I – uma área com 159,65m² (cento e cinquenta e nove metros e sessenta e cinco decímetros quadrados), partindo do marco 0=PP, situado na confrontação com o imóvel constante da matrícula nº 31.491; deste, segue confrontando com o imóvel constante da matrícula nº 31.491 com o azimute de 86°00'31" e a distância de 21,75m até o marco 1; deste, segue confrontando com o imóvel constante da matrícula nº 9.047 com o azimute de 176°00'04" e a distância de 7,35m até o marco 2; deste, segue confrontando com o imóvel constante da matrícula nº 31.493 com o azimute de 266°00'31" e a distância de 21,69m até o marco 3; deste, segue confrontando com os imóveis constantes das matrículas nº 14.688 e nº 14.689 com o azimute de 355°35'41" e a distância de 7,35m até o marco 0=PP; ponto inicial da descrição deste perímetro;

II - uma área com 780,41m² (setecentos e oitenta metros e quarenta e um decímetros quadrados), partindo do marco 0=PP, situado na confrontação com a Rua Marechal Floriano Peixoto; deste, segue confrontando com a Rua Marechal Floriano Peixoto com o azimute de 85°37'18" e a distância de 22,00m até o marco 1; deste, segue confrontando com os imóveis constantes das matrículas nº 9.046 e 9.047 com o azimute de 176°00'04" e a distância de 35,75m até o marco 2; deste, segue confrontando com o imóvel constante da matrícula nº 31.493 com o azimute de 266°00'31" e a distância de 21,75m até o marco 5; deste, segue confrontando com os imóveis constantes das matrículas nº 14.689 e 14.690 com o azimute de 355°35'41" e a distância de 35,60m até o marco 0=PP; ponto inicial da descrição deste perímetro.

Art. 2º Fica aprovado o remembramento abaixo descrito, em virtude do desmembramento disposto no art. 1º, conforme segue:

I – a área de 159,65m² (cento e cinquenta e nove metros e sessenta e cinco decímetros quadrados), será remembrada a uma área de 473,37m² (quatrocentos e setenta e três metros e trinta e sete decímetros quadrados), objeto da matrícula nº 31.493, do Registro de Imóveis desta Comarca, de propriedade de Alfredo Voss Junior, resultando após o remembramento em uma área unificada com 633,02m² (seiscentos e trinta e três metros e dois decímetros quadrados), partindo do marco 5=PP, situado na confrontação com o imóvel constante da matrícula nº 31.491; deste, segue confrontando com o imóvel constante da matrícula nº 31.491 com o azimute de 86°00'31" e a distância de 21,75m até o marco 2; deste, segue confrontando com o imóvel constante da matrícula nº 9.047 com o azimute de 176°00'04" e a distância de 27,13m até o marco 3; deste, segue confrontando com a Rua São Francisco de Assis com o azimute de 254°54'06" e a distância de 21,93m até o marco 4; deste, segue confrontando com os imóveis constantes das matrículas

nº 14.687, nº 14.688 e nº 14.689 com o azimute de 355°35'41" e a distância de 31,36m até o marco 5=PP; ponto inicial da descrição deste perímetro.

Art. 3º A Prefeitura Municipal de Caçador, através de seus órgãos competentes, não se responsabiliza pela ocorrência de divergências entre as medidas e confrontações resultantes destes desmembramentos e remembramentos.

Art. 4º O Registro no Cartório de Registro de Imóveis, desta Comarca, deverá ser feito no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, sob pena de caducidade da aprovação.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 24 de junho de 2015.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

DECRETO Nº 6.447

DECRETO Nº 6.447, de 24 de junho de 2015.

Nomeia Comissão de Estudo.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais e nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 286, de 16 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeadas as pessoas abaixo relacionadas, para, sob a presidência da primeira, comporem a Comissão de Estudos e implantação das horas atividades dos professores da Rede Municipal de Educação, com base nas Leis nº 11.738, de 16 de julho de 2008 e Lei Complementar nº 286, de 16 de dezembro de 2014:

- I – Paulo Roberto Gonçalves;
- II – Eliane Cavalheiro;
- III – Maria Beatriz Konflanz;
- IV – Mauro Rogério dos Reis;
- V – Rosemari de Paula;
- VI – Lenira Ruppel;
- VII – Mardiori Boscarri;
- VIII – Josete Lemos.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 24 de junho de 2015.

GILBERTO AMARo Comazzetto
PREFEITO MUNICIPAL.

DECRETO Nº 6.448

DECRETO Nº 6.448, de 24 de junho de 2015.

Substitui membros nomeados pelo Decreto nº 5661/2013, para comporem o Conselho Municipal de Alimentação Escolar.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

DECRETA:

Art. 1º Ficam substituídos os membros das representações abaixo relacionadas, nomeados pelo Decreto nº 5.661, de 12 de agosto de 2013, para comporem o Conselho Municipal de Alimentação Escolar, na forma que segue:

II – representantes dos Professores e Trabalhadores na Área de Educação:

Titular:

Suplente: IVONETE FÁTIMA ARRUDA PIERDONÁ

Titular:

Suplente:

III – representantes de Pais de Alunos:

Titular: VIVIANE N. CONCHOREKI

Suplente: ROSANE ANTUNES

Titular: MORGANNA B. B. DE LIMA

Suplente:

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 24 de junho de 2015.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

DECRETO Nº 6.449

DECRETO Nº 6.449, de 24 de junho de 2015.

Nomeia Leiloeiro.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais e nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, da Lei Federal nº 8.666/1993, especialmente o art. 25 e suas alterações e da Instrução Normativa DREI nº 17/2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado o Sr. JÚLIO RAMOS LUIZ, com escritório a Rua Acad. Nilo Marchi, nº 447, centro, na cidade de Rio do Sul/SC, matriculado regularmente na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina – JUCESC sob nº AARC 162, como Leiloeiro Público Oficial, convidado devido sua notória e comprovada experiência, para proceder ao Leilão de Bens do Patrimônio Público Municipal, declarados inservíveis pelo Decreto nº 6.444, de 23 de junho de 2015, cuja alienação foi Autorizada pela Câmara Municipal pela Lei nº 3.226, de 11 de junho de 2015.

Art. 2º O leiloeiro está rigorosamente em dia com suas obrigações e nada receberá do Município pelos serviços prestados.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 24 de junho de 2015.

GILBERTO AMARo Comazzetto
PREFEITO MUNICIPAL.

DECRETO Nº 6.450

DECRETO Nº 6.450, de 25 de junho de 2015.

Aprova desmembramento de terreno urbano.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos da Lei Federal nº 6.766/79, Lei Estadual nº 6.063/82, Lei Complementar nº 128/2008 – Lei de Parcelamento do Solo Urbano e suas alterações,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o desmembramento de um terreno urbano com área total de 10.083,87m² (dez mil, oitenta e três metros e oitenta e sete decímetros quadrados), objeto da matrícula nº 33.051, do Registro de Imóveis desta Comarca, localizado na Rua São Bento do Sul, nesta cidade, de propriedade de Jaime Nora e Jacir João Nora, ficando após o desmembramento constituído de quatro áreas, com as seguintes medidas e confrontações, tudo de conformidade com o mapa e o memorial descritivo, que ficam fazendo parte integrante do presente Decreto:

I – Gleba A, com superfície de 4.084,61m² (quatro mil, oitenta e quatro metros e sessenta e um decímetros quadrados), partindo do marco 0=PP, situado na confrontação com o imóvel constante da matrícula nº 15.496; deste, segue, confrontando com o imóvel constante da matrícula nº 15.496 com o azimuth de 71º35'12" e a distância de 44.14m até o marco 1; deste, segue, confrontando com o imóvel constante da matrícula nº 15.496 com o azimuth de 141º46'41" e a distância de 8.36m até o marco 2; deste, segue, confrontando com o imóvel constante da matrícula nº 15.496 com o azimuth de 72º37'36" e a distância de 37.40m até o marco 3; deste, segue, confrontando com a "Gleba B" deste projeto de Desmembramento com o azimuth de 143º12'30" e a distância de 54.79m até o marco 12; deste, segue, confrontando com o imóvel constante da matrícula nº 17.909 com o azimuth de 248º09'20" e a distância de 33.75m até o marco 13; deste, segue, confrontando com o imóvel constante da matrícula nº 17.909 com o azimuth de 324º24'08" e a distância de 14.65m até o marco 14; deste, segue, confrontando com o imóvel constante da matrícula nº 21.800 com o azimuth de 247º30'29" e a distância de 39.91m até o marco 15; deste, segue, confrontando com a Rua São Bento do Sul com o azimuth de 322º05'17" e a distância de 12.49m até o marco 16; deste, segue, confrontando com a Rua São Bento do Sul com o azimuth de 232º05'17" e a distância de 5.29m até o marco 17; deste, segue, confrontando com o imóvel constante da matrícula nº 15.497 com o azimuth de 322º05'05" e a distância de 43.92m até o marco 0=PP; ponto inicial da descrição deste perímetro.

II – Gleba B, com superfície de 4.486,28m² (quatro mil, quatrocentos e oitenta e seis metros e vinte e oito decímetros quadrados), partindo do marco 3=PP, situado na confrontação com o imóvel constante da matrícula nº 15.496; deste, segue, confrontando com o imóvel constante da matrícula nº 15.496 com o azimuth de 72º37'36" e a distância de 100.38m até o marco 4; deste, segue, confrontando com a "área verde" com o azimuth de 133º54'34" e a distância de 27.54m até o marco 19; deste, segue, confrontando

com a "área institucional" com o azimuth de 248º09'21" e a distância de 23.57m até o marco 18; deste, segue, confrontando com a "área institucional" com o azimuth de 142º09'54" e a distância de 20.81m até o marco 11; deste, segue, confrontando com os imóveis constantes das matrículas nº 5.163 e nº 7.667 e com a Rua Jaraguá do Sul com o azimuth de 248º09'20" e a distância de 79.42m até o marco 12; deste, segue, confrontando com a "Gleba A" deste projeto de desmembramento com o azimuth de 323º12'30" e a distância de 54.79m até o marco 3=PP; ponto inicial da descrição deste perímetro.

III – Área Institucional, que será doada para a Prefeitura, em cumprimento ao disposto no art. 47, da Lei Complementar nº 128, de 12 de maio de 2008, com superfície de 504,19m² (quinhentos e quatro metros e dezenove decímetros quadrados), partindo do marco 18=PP, situado na confrontação com a "Gleba B" deste projeto de desmembramento; deste, segue, confrontando com a "Gleba B" deste projeto de desmembramento com o azimuth de 68º09'21" e a distância de 23.57m até o marco 19; deste, segue, confrontando com a "Área Verde" com o azimuth de 133º54'34" e a distância de 21.93m até o marco 10; deste, segue, confrontando com o imóvel constante da matrícula nº 14.185, com a Rua Rio do Sul e com o imóvel constante da matrícula nº 5.163 com o azimuth de 248º09'20" e a distância de 26.85m até o marco 11; deste, segue, confrontando com a "Gleba B" deste projeto de desmembramento com o azimuth de 322º09'54" e a distância de 20.81m até o marco 18=PP; ponto inicial da descrição deste perímetro.

IV – Área Verde, que será doada para a Prefeitura, em cumprimento ao disposto no art. 47, da Lei Complementar nº 128, de 12 de maio de 2008, com superfície de 1.008,79m² (um mil, oito metros e setenta e nove decímetros quadrados), partindo do marco 4=PP, situado na confrontação com o imóvel constante da matrícula nº 15.496; deste, segue, confrontando com o imóvel constante da matrícula nº 15.496 com o azimuth de 72º37'36" e a distância de 18.89m até o marco 5; deste, segue, confrontando através do Arroio do Curtume com o imóvel constante da matrícula nº 18.264 com o azimuth de 108º50'03" e a distância de 15.02m até o marco 6; deste, segue, confrontando através do Arroio do Curtume com o imóvel constante da matrícula nº 18.264 com o azimuth de 140º34'12" e a distância de 7.29m até o marco 7; deste, segue, confrontando através do Arroio do Curtume com o imóvel constante da matrícula nº 18.264 com o azimuth de 149º19'37" e a distância de 12.84m até o marco 8; deste, segue, confrontando através do Arroio do Curtume com o imóvel constante da matrícula nº 18.264 com o azimuth de 118º52'21" e a distância de 18.37m até o marco 9; deste, segue, confrontando com o imóvel constante da matrícula nº 14.185 com o azimuth de 248º09'21" e a distância de 25.70m até o marco 10; deste, segue, confrontando com a "área institucional" e com a "Gleba B" deste projeto de desmembramento com o azimuth de 313º54'34" e a distância de 49.47m até o marco 4=PP; ponto inicial da descrição deste perímetro.

Art. 2º A Prefeitura Municipal de Caçador, através de seus órgãos competentes, não se responsabiliza pela ocorrência de divergências entre as medidas e confrontações resultantes deste desmembramento.

Art. 3º O cumprimento do previsto nos incisos III e IV do art. 1º, é pré-requisito para a transcrição do Desmembramento no Cartório de Registro de Imóveis, desta Comarca, devendo ocorrer no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, sob pena de caducidade da aprovação, nos termos do art. 14, da Lei Complementar nº 128/2008.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 25 de junho de 2015.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

DECRETO Nº 6.452

DECRETO Nº 6.452, de 29 de junho de 2015.

Nomeia membros para comporem o Conselho Municipal de Assistência Social.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município, mais o previsto na Lei Municipal nº 2.869, de 22 de dezembro de 2011,

DECRETA :

Art. 1º Ficam nomeadas as pessoas abaixo relacionadas, para comporem o Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, pelo prazo de dois anos, de acordo com o art. 6º, da Lei Municipal nº 2.869, de 22 de dezembro de 2011, conforme segue:

ENTIDADES GOVERNAMENTAIS:

1- Secretaria Municipal de Assistência Social
Titular: Marizete Fátima Iaczinski
Suplente: Anelise Teresinha Weber

2- Secretaria Municipal de Assistência Social
Titular: Elizete Farias
Suplente: Susana Ribeiro

3- Secretaria Municipal de Assistência Social
Titular: Laisa Regina Chaves
Suplente: Luciana Marques

4- Secretaria Municipal de Assistência Social
Titular: Arlete Torrezan
Suplente: Adriane Alves Cruz

5- Secretaria Municipal de Assistência Social
Titular: Adriana Moreira Bairro
Suplente: Carlos Antonio Arruda Wagner

6- Secretaria Municipal de Educação
Titular: Diocleia Alves de Moura
Suplente: Bartira Elisa Tomazini

7- Secretaria Municipal de Saúde
Titular: Silvia Linhares Martello
Suplente: Terezinha Dobner Huçulak

8- Secretaria Municipal da Administração
Titular: Francieli Antunes de Macedo
Suplente: Jonas Elton Beckhauser

9- Gabinete do Prefeito
Titular: Mario Luiz Cachinski
Suplente: Aldonir Anciutti

ENTIDADES NÃO GOVERNAMENTAIS:

Representantes dos usuários e ou organizações de usuários da Assistência Social:

1- União de Associação de Moradores de Caçador - UAMC
Titular: Salete Prigol
Suplente: Lenir Bisotto Scolaro

2- Associação de Moradores Amigos do Bairro Berger- AMABB

Titular: Marli Ament Lanhi
Suplente: Jean Carlo Ribeiro

3- Rede Feminina de Combate ao Câncer

Titular: Idma Riedi Urío
Suplente: Elizabeth Heil Borille

Representantes de entidades e organizações de Assistência Social, devidamente inscritas no CMAS:

1- AMAR- Associação Maria Rosa
Titular: Mirela Carla Urío
Suplente: Zilda de Melo Albuquerque

2- Associação Esporte Clube Flamengo- AFHAGO

Titular: Silvio Antonio Zipperer
Suplente: Geonir Inocencio dos Santos

3- Centro Social Marista Caçador- CESMAR

Titular: Aracely Worel
Suplente: Idiane Detoni Tomazini

Representantes de entidades de Trabalhadores do Setor:

1- Associação de Assistentes Sociais de Caçador

Titular: Fátima Noely da Silva
Suplente: Sirlei Heinemann Webe

2- Associação de Psicólogos de Caçador e Região

Titular: Janete Aparecida Zaccaron Thomazi
Suplente: Genéia Lucas dos Santos

3- Associação de Assistentes Sociais de Caçador

Titular: Lucas Burlin
Suplente: Márcia Regina dos Santos Fenili

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica revogado o Decreto nº 5.651, de 24 de julho de 2013 e suas alterações.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 29 de junho de 2015.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

LEI Nº 3.228

LEI Nº 3.228, de 11 de junho de 2015.

Denomina Creche DONA GLADIS VARGAS ROESCH.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou eu sanciono a seguinte

LEI :

Art. 1º Fica denominada Creche DONA GLADIS VARGAS ROESCH, a creche localizada na Rua Hercílio Tibias, no Bairro Bom Sucesso.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 11 de junho de 2015.
Gilberto Amaro Comazzetto,
PREFEITO MUNICIPAL.

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 26- 2015 – PR – 15-2015 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 26- 2015 – PR – 15-2015 - FMS

EDITAL: PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2015

TIPO: MENOR PREÇO

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA NOS EVENTOS DE PROMOÇÃO E PREVENÇÃO EM SAÚDE DOS PROGRAMAS: HIPERDIA, SAÚDE DA CRIANÇA E ADOLESCENTE, SAÚDE NA ESCOLA, SAÚDE DA MULHER, SAÚDE DO HOMEM, SAÚDE DO IDOSO E VIGILÂNCIA SANITÁRIA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAÇADOR/SC.

ENTREGA DOS ENVELOPES: 22/07/2015 às 16h00min.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 22/07/2015 às 16h10min.

Maiores Informações e o Edital completo poderão ser obtidos pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Sítio Av. Santa Catarina, 195, ou no site caçador.sc.gov.br no ícone licitações ou ainda por e-mail: licitacoes.saude@cacador.sc.gov.br, no horário de expediente em vigor, Não será fornecida informação por telefone

Caçador, 29 de junho de 2015.
ROSELAINE DE ALMEIDA PERICO
Secretaria de Saúde

PROCESSO LICITATORIO Nº 07-2015 PR Nº - 07-2015-FUNDEMA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR-SC
FUNDAÇÃO DO MEIO AMBIENTE - FUNDEMA

PROCESSO LICITATORIO Nº 07-2015 PR Nº - 07-2015-FUNDEMA

EDITAL: PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2015

TIPO: MENOR PREÇO

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE FERTILIZANTES, CALCÁRIO, HERBICIDA, SUBSTRATO E TESOURA DE PODA DESTINADOS AO CULTIVO DE MUDAS NO HORTO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE – FUNDEMA CAÇADOR – SC

ENTREGA DOS ENVELOPES: 16h00min do dia 20/07/2015.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 16h10min do dia 20/07/2015.

Maiores Informações e o Edital completo poderão ser obtidos pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Sítio Av. Santa Catarina, 195, ou no site caçador.sc.gov.br no ícone licitações ou ainda por e-mail: licitacaopmc@cacador.sc.gov.br, no horário de expediente em vigor.

Caçador, 29 de junho de 2015.
Luiz Gustavo Pavelski
Presidente FUNDEMA

RESOLUÇÃO Nº 10 CMDCA

Resolução 10/2015 de 23 de junho de 2015

Dispõe sobre a convocação de suplente do Conselho Tutelar.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 2.436, de 20 de abril de 2007.

CONSIDERANDO o Atestado Médico da Conselheira Tutelar Sra. Marilaine Chaves Witiuk do dia 19/06/2015.

Resolve:

Art. 1º – Convocar e nomear a seguinte conselheira suplente: Maria Augusta Nhoato para que substitua a Conselheira Marilaine Chaves Witiuk que se encontra afastada do trabalho por motivo de doença a contar de 29 de junho de 2015 até 19 de julho de 2015.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Caçador, 23 de junho de 2015.

MARIZETE FÁTIMA IACZINSKI

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE CAÇADOR - IPASC**PORTARIA N.º 826, DE 25 DE JUNHO DE 2015.**

PORTARIA n.º 826, de 25 de junho de 2015.

Aposenta a Servidora FÁTIMA APARECIDA DE CASTILHO.

O DIRETOR PRESIDENTE do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador – IPASC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 291, de 29/04/2015, em conformidade com o §5º, do art. 40 da Constituição Federal/1988, mais a redação do art. 6º, incisos I, II, III e IV, da Emenda Constitucional nº 41, de 19/12/2003, do art. 2º, da Emenda Constitucional nº 47, de 05/07/2005,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder aposentadoria a Servidora FÁTIMA APARECIDA DE CASTILHO, inscrita no CPF/MF sob o nº 688.926.599-87, com matrícula nº 1232 na atividade, ocupante do cargo efetivo de Professora, Referência 01/B, carga horária de 20 horas, lotada na Secretaria de Educação, a contar de 02 de junho de 2015, passando à matrícula nº 3361, no IPASC.

Art. 2º Autorizar o pagamento do benefício de aposentadoria por idade e tempo de contribuição, com proventos integrais, correspondentes a 100% (cem por cento) de sua remuneração de contribuição do mês de maio de 2015, na espécie com paridade, compreendendo o valor dos vencimentos básicos de R\$ 1.375,75 (um mil, trezentos e setenta e cinco reais e setenta e cinco centavos) e adicional de triênio de R\$ 206,36 (duzentos e seis reais e trinta e seis centavos), totalizando o benefício de aposentadoria em R\$ 1.582,11 (um mil, quinhentos e oitenta e dois reais e onze centavos), a serem pagos pelo IPASC, a contar de 02 de junho de 2015.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, 25 de junho de 2015.

Alcedir Ferlin

DIRETOR PRESIDENTE.

PORTARIA N.º 827, DE 25 DE JUNHO DE 2015.

PORTARIA n.º 827, de 25 de junho de 2015.

Aposenta a Servidora CECILIA BERTOTTO PALOSCHI.

O DIRETOR PRESIDENTE do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador – IPASC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 291, de 29/04/2015, em conformidade com o §5º, do art. 40 da Constituição Federal/1988, mais a redação do art. 6º, incisos I, II, III e IV, da Emenda Constitucional nº 41, de 19/12/2003, do art. 2º, da Emenda Constitucional nº 47, de 05/07/2005,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder aposentadoria a Servidora CECILIA BERTOTTO PALOSCHI, inscrita no CPF/MF sob o nº 468.345.249-91, com matrícula nº 1013 na atividade, ocupante do cargo efetivo de Professora, Referência 03/B, carga horária de 20 horas, lotada na Secretaria de Educação, a contar de 03 de junho de 2015, passando à matrícula nº 3362, no IPASC.

Art. 2º Autorizar o pagamento do benefício de aposentadoria por idade e tempo de contribuição, com proventos integrais, correspondentes a 100% (cem por cento) de sua remuneração de contribuição do mês de maio de 2015, na espécie com paridade, compreendendo o valor dos vencimentos básicos de R\$ 1.581,92 (um mil, quinhentos e oitenta e um reais e noventa e dois centavos), adicional de triênio de R\$ 474,58 (quatrocentos e setenta e quatro reais e cinquenta e oito centavos) e adicional de 25 anos - 6ª parte de R\$ 342,82 (trezentos e quarenta e dois reais e oitenta e dois centavos), totalizando o benefício de aposentadoria em R\$ 2.399,32 (dois mil, trezentos e noventa e nove reais e trinta e dois centavos), a serem pagos pelo IPASC, a contar de 03 de junho de 2015.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, 25 de junho de 2015.

Alcedir Ferlin

DIRETOR PRESIDENTE.

PORTARIA N.º 828, DE 25 DE JUNHO DE 2015.

PORTARIA n.º 828, de 25 de junho de 2015.

Aposenta a Servidora ZENILDA APARECIDA RODRIGUES.

O DIRETOR PRESIDENTE do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador – IPASC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 291, de 29/04/2015, em conformidade com a Constituição Federal/1988, com a redação do art. 7º, da Emenda Constitucional nº 41, de 29/12/2003, e dos incisos I, II, III e parágrafo único do art. 3º, da Emenda Constitucional nº 47, de 06/07/2005,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder aposentadoria a Servidora ZENILDA APARECIDA RODRIGUES, inscrita no CPF/MF sob o nº 422177.339-15, com matrícula nº 137 na atividade, ocupante do cargo efetivo de Técnico em Enfermagem, Referência 30, Nível X, carga horária de 35 horas, lotada na Secretaria de Saúde, a contar de 03 de junho de 2015, passando à matrícula nº 3363, no IPASC.

Art. 2º Autorizar o pagamento do benefício de aposentadoria por idade e tempo de contribuição, com proventos integrais, correspondentes a 100% (cem por cento) de sua remuneração de contribuição do mês de maio de 2015, na espécie com paridade, compreendendo o valor dos vencimentos básicos de R\$ 3.711,17 (três mil, setecentos e onze reais e dezessete centavos), adicional de triênio de R\$ 890,68 (oitocentos e noventa reais e sessenta e oito centavos) e adicional de 25 anos - 6ª parte de R\$ 767,13 (setecentos e sessenta e sete reais e treze centavos), totalizando o benefício de aposentadoria em R\$ 5.368,98 (cinco mil, trezentos e sessenta e oito reais e noventa e oito centavos), a serem pagos pelo IPASC, a contar de 03 de junho de 2015.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, 25 de junho de 2015.

Alcedir Ferlin

DIRETOR PRESIDENTE.

PORTARIA N.º 829, DE 25 DE JUNHO DE 2015.

PORTARIA n.º 829, de 25 de junho de 2015.

Aposenta a Servidora VERA LUCIA LIPKA NEVES.

O DIRETOR PRESIDENTE do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador – IPASC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 291, de 29/04/2015, em conformidade com o §5º, do art. 40 da Constituição Federal/1988, mais a redação do art. 6º, incisos I, II, III e IV, da Emenda Constitucional nº 41, de 19/12/2003, do art. 2º, da Emenda Constitucional nº 47, de 05/07/2005,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder aposentadoria a Servidora VERA LUCIA LIPKA NEVES, inscrita no CPF/MF sob o nº 469.842.329-53, com matrícula nº 316 na atividade, ocupante do cargo efetivo de Professora de Ensino Fundamental II, Referência 03/B, carga horária de 30 horas, lotada na Secretaria de Educação, a contar de 02 de junho de 2015, passando à matrícula nº 3364, no IPASC.

Art. 2º Autorizar o pagamento do benefício de aposentadoria por idade e tempo de contribuição, com proventos integrais, correspondentes a 100% (cem por cento) de sua remuneração de contribuição do mês de maio de 2015, na espécie com paridade, compreendendo o valor dos vencimentos básicos de R\$ 2.372,89 (dois mil, trezentos e setenta e dois reais e oitenta e nove centavos), adicional de triênio de R\$ 569,49 (quinhentos e sessenta e nove reais e quarenta e nove centavos) e adicional de 25 anos - 6ª parte de R\$ 490,49 (quatrocentos e noventa reais e quarenta e nove centavos), totalizando o benefício de aposentadoria em R\$ 3.432,87 (três mil, quatrocentos e trinta e dois reais e oitenta e sete centavos), a serem pagos pelo IPASC, a contar de 02 de junho de 2015.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, 25 de junho de 2015.

Alcedir Ferlin

DIRETOR PRESIDENTE.

Camboriú

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2015 - FME

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrados os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 011/2015 - FME - Ata do Sistema de Registro de Preços 006/2015 - FME - SELEÇÃO DE PROPOSTA VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ARBITRAGEM PARA OS JOGOS JEMC, JOGOS DA INTEGRAÇÃO E JECAM. SENDO ESTE COM FORNECIMENTO DE MATERIAL ESPORTIVO POR PARTE DA CONTRATADA DESTINADO A EXECUÇÃO DE CADA MODALIDADE. PARA AS DIVERSAS MODALIDADES ESPORTIVAS (TORNEIO/JOGOS) PROMOVIDOS PELA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO. CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO, para atender a demanda da Prefeitura Municipal integrante do Município de Camboriú, pelo período de 12 (doze) meses.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO MURAL OFICIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, E NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.CAMBORIU.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA: 26/06/2016

1ª Publicação.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO PRESENCIAL Nº 045/2015 - PMC

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrados os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 045/2015 - PMC - Ata do Sistema de Registro de Preços 036/2015 - PMC - SELEÇÃO DE PROPOSTA VISANDO REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MÃO DE OBRA COM FORNECIMENTO DE MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE PRÉDIOS PÚBLICOS, VISANDO A REPOSIÇÃO DE VIDROS DE JANELAS E PORTAS QUE ESTEJAM DANIFICADOS, para atender a demanda da Prefeitura Municipal integrante do Município de Camboriú, pelo período de 12 (doze) meses.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO MURAL OFICIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, E NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.CAMBORIU.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA: 26/06/2016

1ª Publicação.

IL 005/2015 - FUNDESB

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

INEXIGÊNCIA LICITATÓRIA Nº. 005/2015 - FUNDESB

Data: 29/06/2015

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COM FORNECIMENTO DE MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE CARREGADEIRA NEW HOLLAND/GBACK L220 PERTENCENTE A FROTA DE SECRETARIA DE SANEAMENTO BÁSICO.

Valor total: R\$ 6.666,00 (Seis Mil Seiscentos e Sessenta e Seis Reais).

Secretaria: Secretaria Municipal de Saneamento Básico.

Contratada: SHARK MÁQUINAS PARA CONSTRUÇÃO LTDA

Embasamento legal: Artigo 25, inciso "I", da lei Federal 8666/1993, e demais alterações posteriores.

Camboriú, 29 de Junho de 2015.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

PR 007/2015 - FUNDESP

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 007/2015-FUNDESP

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL (REDE) QUE SERÁ UTILIZADO NA MANUTENÇÃO DO ESTÁDIO MUNICIPAL ROBERTO SANTOS GARCIA E OUTROS COMPLEXOS ESPORTIVOS DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 14:00 horas do dia 15 (Quinze) de Julho de 2015, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú, 29 de Junho de 2015.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

PR 050/2015 - PMC

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 050/2015-PMC

OBJETO: SELEÇÃO DE PROPOSTA VISANDO REGISTRO DE PREÇOS PARA SERVIÇO DE MÃO DE OBRA TÉCNICA COM FORNECIMENTO DE MATERIAS DESTINADO PARA O CONserto DE ROÇADEIRAS E MOTOSERRAS UTILIZADAS NA LIMPEZA DAS RUAS E ESTRADAS MUNICIPAIS.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR LOTE.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Inicialá às 16:00 horas do dia 13 (Treze) de Julho de 2015, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú, 29 de Junho de 2015.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

PR 48/15 - PMC

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 048/2015-PMC

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LIMPEZA PARA O CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA
TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Inicialá às 14:00 horas do dia 13 (Treze) de Julho de 2015, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú, 29 de Junho de 2015.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

PR 49/2015 - PMC

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 049/2015-PMC

OBJETO: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE SAIBRO RECICLADO PARA COLOCAÇÃO NAS RUAS E ESTRADAS MUNICIPAIS NÃO PAVIMENTADAS, DANDO - LHE CONDIÇÕES DE MELHOR TRAFEGABILIDADE.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Inicialá às 14:00 horas do dia 14 (Catorze) de Julho de 2015, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú, 29 de Junho de 2015.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

PR 51/2015 - PMC

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 051/2015-PMC

OBJETO: AQUISIÇÃO DE ENXADA ROTATIVA UTILIZADA PARA AUXILIAR NO PREPARO DOS LEITOS DAS RUAS, DENOMINADAS CANCHAS PARA CALÇAMENTO DAS RUAS QUE SERÃO PAVIMENTADAS NO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Inicialá às 16:00 horas do dia 14 (Catorze) de Julho de 2015, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú, 29 de Junho de 2015.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

TERMO DE ERRATA PR 010/2015 - FUNDESB

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
TERMO DE ERRATA
PREGÃO PRESENCIAL 010/2015-FUNDESB

O Município de Camboriú, através da Secretaria da Administração vem comunicar às empresas interessadas que o edital do Pregão Presencial 010/2015 - FUNDESB, tendo como objeto a "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇO DE INSTALAÇÃO, AMPLIAÇÃO E ADEQUAÇÃO DO SISTEMA DE AUTOMAÇÃO E TELEMETRIA DO SESB DE CAMBORIÚ NAS SEGUINTE UNIDADES OPERACIONAIS: ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA - ETA I; BOOSTER AV. SANTA CATARINA; RESERVATÓRIO R4; ERAT MONTE CARVALHO; RESERVATÓRIO SIDNEY, RECALQUE SIDNEY, ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA - ETA II (EXPANSÃO); BOOSTER MONTE SANTANA; BOOSTER BACIA; RESEVATORIO CONDE; RESERVATÓRIO RUA COQUEIROS; BOOSTER VÁRZEA DO RANCHINHO (INSTALAÇÃO FUTURA)", sofreu a seguinte alteração:

Foi alterado o item 4 do Anexo IX (Termo de Referência) do Edital: - onde lê-se:

item 04 – Deverá ser fornecida, junto aos demais documentos solicitados para a abertura do certame licitatório, a indicação de, ao menos, um técnico com comprovada experiência na implantação de sistemas de automação e telemetria para companhias de saneamento (CAT/CREA) com no mínimo 400 horas/ano, ficando este incumbido da anotação de responsabilidade técnica (ART) do projeto, assim como do gerenciamento do mesmo.

- leia-se:

item 04 - Deverá ser fornecida, junto aos demais documentos solicitados para a abertura do certame licitatório, a indicação de, 02 (dois) técnicos com comprovada experiência na implantação de sistemas de automação de telemetria para companhia de saneamento (CAT/CREA) com no mínimo 400 horas/ano, ficando este incumbido da anotação de responsabilidade técnica (ART) do projeto, assim como do gerenciamento do mesmo.

Desta maneira, fica prorrogada a data de abertura das propostas e documentações para o dia 16/07/2015 as 14h00min.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do referido edital.

Camboriú SC, 29 de Junho de 2015.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

Campo Alegre

PREFEITURA

CONVOCAÇÃO Nº 084/2015

CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº 003/2015.
CONVOCAÇÃO Nº 084/2015

RUBENS BLASZKOWSKI, Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR o Sr. DIEISON CARLOS KERSCHER, inscrito no CPF/MF sob nº 021.881.529-80, aprovado em 4º lugar no Concurso Público nº 003/2015, para o Cargo Público de MOTORISTA, na Função de Motorista de Transporte de Pessoas, para assumir o respectivo cargo. O convocado deverá comparecer no Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Campo Alegre/SC., até as 17:00h do dia 02 de Julho de 2015, no Prédio Anexo Sede da Prefeitura Municipal na Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, Campo Alegre/SC., a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de perder a referida vaga.

Campo Alegre/SC., 29 de Junho de 2015.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LEDA CARINA MUNHOZ ODIA
Secretária Municipal de Educação

CONVOCAÇÃO Nº 085/2015

CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº 003/2015.
CONVOCAÇÃO Nº 085/2015

RUBENS BLASZKOWSKI, Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR o Sr. RODRIGO HRUSCHKA CUBAS, inscrito no CPF/MF sob nº 057.976.929-10, aprovado em 3º lugar no Concurso Público nº 003/2015, para o Cargo Público de MOTORISTA, na Função de Motorista de Transporte de Pessoas, para assumir o respectivo cargo. O convocado deverá comparecer no Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Campo Alegre/SC., até as 17:00h do dia 02 de Julho de 2015, no Prédio Anexo Sede da Prefeitura Municipal na Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, Campo Alegre/SC., a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de perder a referida vaga.

Campo Alegre/SC., 29 de junho de 2015.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LEDA CARINA MUNHOZ ODIA
Secretária Municipal de Educação

CONVOCAÇÃO Nº 086/2015

CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº 003/2015.
CONVOCAÇÃO Nº 086/2015

RUBENS BLASZKOWSKI, Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR o Sr. DANIEL ALBERTO CORREA, inscrito no CPF/MF sob nº 824.651.859-34, aprovado em 1º lugar no Concurso Público nº 003/2015, para o Cargo Público de MOTORISTA, na Função de Motorista de Transporte de Pessoas, para assumir o respectivo cargo. O convocado deverá comparecer no Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Campo Alegre/SC., até as 17:00h do dia 02 de Julho de 2015, no Prédio Anexo Sede da Prefeitura Municipal na Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, Campo Alegre/SC., a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de perder a referida vaga.

Campo Alegre/SC., 29 de Junho de 2015.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LEDA CARINA MUNHOZ ODIA
Secretária Municipal de Educação

CONVOCAÇÃO Nº 087/2015

CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº 003/2015
CONVOCAÇÃO Nº 087/2015

RUBENS BLASZKOWSKI, Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR o Sr. VALDEMAR CARVALHO, inscrito no CPF/MF sob nº 003.753.109-32, aprovado em 2º lugar no Concurso Público nº 003/2015, para o Cargo Público de MOTORISTA, na Função de Motorista de Transporte de Pessoas, para assumir o respectivo cargo. O convocado deverá comparecer no Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Campo Alegre/SC., até as 17:00h do dia 02 de Julho de 2015, no Prédio Anexo Sede da Prefeitura Municipal na Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, Campo Alegre/SC., a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de perder a referida vaga.

Campo Alegre/SC., 29 de Junho de 2015.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LEDA CARINA MUNHOZ ODIA
Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 9.076 DE 29 DE JUNHO DE 2015**GABINETE DO PREFEITO**

DECRETO Nº 9.076 DE 29 DE JUNHO DE 2015

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.240 de 17 de Dezembro de 2014; Decreta:

Art.1º) Abre crédito Suplementar no valor de R\$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais), na seguinte Dotação no Orçamento vigente.

| | | | |
|---------------------|--|--------------|--|
| 11.00 - | Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer. | | |
| 11.03 - | Coordenadoria de Esporte e Lazer | | |
| 27.812.0084.2.002 - | Manutenção das Atividades da Coordenadoria de Esportes | | |
| 300000.00.896 - | Despesas Correntes | | |
| 330000.00.896 - | Outras Despesas Correntes | | |
| 339000.00.896 - | Aplicações Diretas | | |
| 339039.00.896 - | Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica | R\$ 2.400,00 | |

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de anulação parcial da seguinte Dotação do Orçamento vigente.

| | | | |
|---------------------|--|--------------|--|
| 11.00 - | Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer. | | |
| 11.03 - | Coordenadoria de Esporte e Lazer | | |
| 27.812.0084.2.002 - | Manutenção das Atividades da Coordenadoria de Esportes | | |
| 300000.00.896 - | Despesas Correntes | | |
| 330000.00.896 - | Outras Despesas Correntes | | |
| 339000.00.896 - | Aplicações Diretas | | |
| 339014.00.896 - | Diárias - Civil | R\$ 2.400,00 | |

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 29 de Maio de 2015.

Art.4º) Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,

29 de Junho de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 30/06/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe do Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 9.077 DE 29 DE JUNHO DE 2015**GABINETE DO PREFEITO**

DECRETO Nº 9.077 DE 29 DE JUNHO DE 2015

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.240 de 17 de Dezembro de 2014; Decreta:

Art.1º) Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais), a fim de suplementar Dotação do Orçamento Vigente do Fundo Municipal de Assistência Social.

| | | | | |
|---------------------|---|------------|--|--|
| 92.00 - | Fundo Municipal de Assistência | | | |
| 92.01 - | Manutenção das Atividades Sociais | | | |
| 08.244.0061.2.121 - | Manutenção e Coordenação das Atividades de Assistência Social | | | |
| 300000.00.102 - | Despesas Correntes | | | |
| 330000.00.102 - | Outras Despesas Correntes | | | |
| 339000.00.102 - | Aplicações Diretas | | | |
| 339039.00.102 - | Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica | R\$ 250,00 | | |

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de anulação parcial da seguinte Dotação do Orçamento vigente do Fundo Municipal de Assistência Social.

| | | | |
|---------------------|---|------------|--|
| 92.00 - | Fundo Municipal de Assistência | | |
| 92.01 - | Manutenção das Atividades Sociais | | |
| 08.244.0061.2.121 - | Manutenção e Coordenação das Atividades de Assistência Social | | |
| 300000.00.102 - | Despesas Correntes | | |
| 330000.00.102 - | Outras Despesas Correntes | | |
| 339000.00.102 - | Aplicações Diretas | | |
| 339030.00.102 - | Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica | R\$ 250,00 | |

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Campo Alegre/SC, 29 de Junho de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 30/06/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 9.078 DE 29 DE JUNHO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 9.078 DE 29 DE JUNHO DE 2015

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito em Exercício do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.240 de 17 de Dezembro de 2014; Decreta:

Art.1º) Abre crédito suplementar no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais), a fim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento vigente.

| | | | | | |
|---------------------|---|------------|--|--|--|
| 13.00 - | Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental. | | | | |
| 13.01 - | Serviço de Saneamento Ambiental | | | | |
| 17.512.0077.2.124 - | Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria de Saneamento Ambiental | | | | |
| 300000.00.766 - | Despesas Correntes | | | | |
| 330000.00.766 - | Outras Despesas Correntes | | | | |
| 339000.00.766 - | Aplicações Diretas | | | | |
| 339039.00.766 - | Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica | R\$ 200,00 | | | |

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de anulação parcial de Dotação do Orçamento vigente.

| | | | | | |
|---------------------|---|------------|--|--|--|
| 13.00 - | Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental. | | | | |
| 13.01 - | Serviço de Saneamento Ambiental | | | | |
| 17.512.0077.2.124 - | Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria de Saneamento Ambiental | | | | |
| 300000.00.766 - | Despesas Correntes | | | | |
| 330000.00.766 - | Outras Despesas Correntes | | | | |
| 339000.00.766 - | Aplicações Diretas | | | | |
| 339014.00.766 - | Diárias - Civil | R\$ 200,00 | | | |

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 29 de Maio de 2015.

Gabinete do Prefeito do Município de Campo Alegre/SC, 29 de Junho de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 30/06/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 078/2015

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO
DE RECURSOS Nº 078/2015

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 078/2015

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de Março de 1997, notificamos os PARTIDOS POLÍTICOS, os SINDICATOS DE TRABALHADORES e as ENTIDADES EMPRESARIAIS com sede neste Município, a liberação de recursos do CONVÊNIO – FNDE – SALÁRIO EDUCAÇÃO, em data de 17 de Junho de 2015, no valor de R\$ 57.042,96 (cincoenta e sete mil, quarenta e dois reais, noventa e seis centavos).

Campo Alegre/SC, 29 de Junho de 2015.
JOSE LUIS SILVA
Responsável pela Tesouraria

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386, no Diário Oficial dos Municípios, endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 30/06/2015.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 079/2015

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO
DE RECURSOS Nº 079/2015

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 079/2015

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de Março de 1997, notificamos os PARTIDOS POLÍTICOS, os SINDICATOS DE TRABALHADORES e as ENTIDADES EMPRESARIAIS com sede neste Município, a liberação de recursos do CONVÊNIO – PNAE – MERENDA CRECHES, em data de 09 de Junho de 2015, no valor de R\$ 4.920,00 (quatro mil, novecentos e vinte reais).

Campo Alegre/SC, 29 de Junho de 2015.
JOSE LUIS SILVA
Responsável pela Tesouraria

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386, no Diário Oficial dos Municípios, endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 30/06/2015.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 080/2015

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO
DE RECURSOS Nº 080/2015

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 080/2015

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de Março de 1997, notificamos os PARTIDOS POLÍTICOS, os SINDICATOS DE TRABALHADORES e as ENTIDADES EMPRESARIAIS com sede neste Município, a liberação de recursos do CONVÊNIO – FNDE – PNATE, em data de 09 de Junho de 2015, no valor de R\$ 12.654,05 (doze mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais, cinco centavos).

Campo Alegre/SC, 29 de Junho de 2015.
JOSE LUIS SILVA
Responsável pela Tesouraria

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386, no Diário Oficial dos Municípios, endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 30/06/2015.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 081/2015

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO
DE RECURSOS Nº 080/2015

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 080/2015

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de Março de 1997, notificamos os PARTIDOS POLÍTICOS, os SINDICATOS DE TRABALHADORES e as ENTIDADES EMPRESARIAIS com sede neste Município, a liberação de recursos do CONVÊNIO – MS – PAB – PROGRAMA ATENÇÃO BÁSICA, em data de 15 de Junho de 2015, no valor de R\$ 25.493,00 (vinte e cinco mil, quatrocentos e noventa e três reais).

Campo Alegre/SC, 29 de Junho de 2015.
JOSE LUIS SILVA
Responsável pela Tesouraria

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386, no Diário Oficial dos Municípios, endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 30/06/2015.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 082/2015

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO
DE RECURSOS Nº 082/2015

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 082/2015

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de Março de 1997, notificamos os PARTIDOS POLÍTICOS, os SINDICATOS DE TRABALHADORES e as ENTIDADES EMPRESARIAIS com sede neste Município, a liberação de recursos do CONVÊNIO – MAS – IGDBF, em data de 23 de Junho de 2015, no valor de R\$ 1.106,23 (um mil, cento e seis reais vinte e três centavos).

Campo Alegre/SC, 29 de Junho de 2015.
JOSE LUIS SILVA
Responsável pela Tesouraria

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386, no Diário Oficial dos Municípios, endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 30/06/2015.

PROCESSO ADMINISTRATIVO CONCURSO Nº 004/2015 PROCESSO SELETIVO Nº 002/2015

ATO CONVOCATÓRIO PARA SELEÇÃO POR CONCURSO PÚBLICO E PROCESSO SELETIVO

PROCESSO ADMINISTRATIVO

Concurso nº 004/2015

Processo Seletivo nº 002/2015

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, torna público a realização de procedimento administrativo de concurso público para formação de cadastro de reserva e para seleção de candidatos a provimento de cargos públicos efetivos e, no mesmo procedimento, de exame seletivo para a formação de cadastro de reserva e para seleção de candidatos a designação à funções públicas, ambos indicados abaixo, tudo conforme os seguintes termos:

1. FUNÇÕES PÚBLICAS**0.1 Denominação e Quantidade de Funções, Carga Horária, Remuneração e Requisitos para Designação:**

| Código | Quantidade e Denominação de Função | Carga Horária | Vencimento | Requisitos para Designação |
|--|--|-------------------|--|---|
| Seleção para formação de cadastro de reserva | | | | |
| 10 | Medico I | 20/semana | R\$ 3.116,20/mês + 50% (GEM)* | Registro no Conselho Regional de Medicina |
| 30 | Médico III - Pediatra | 10/semana | R\$ 1.558,37/mês + 50% (GEM)* | Residência em Pediatria e registro no Conselho Regional de Medicina |
| 30 | Médico IV - Plantonista | Até 60h/ semanais | R\$ 38,94/hora** + 50% (GEM)* | Registro no Conselho Regional de Medicina |
| Seleção para designação no prazo de validade do concurso | | | | |
| 11 | Médico II (01 função) | 40/semana | R\$ 6.233,51/mês + 50% (GEM)* + até 100% GESF*** | Registro no Conselho Regional de Medicina |
| 30 | Médico III - Ginecologista (01 função) | 10/semana | R\$ 1.558,37/mês + 50% (GEM)* | Residência em Ginecologia e registro no Conselho Regional de Medicina |

* GEM (Gratificação Especial Médica) importa em 50% de acréscimo ao vencimento em dias normais (de segunda a sexta-feira, exceto sábados, domingos, feriados e dias de ponto facultativo);

** A remuneração do plantão de 12 horas totaliza R\$ 700,92 (diurno) e R\$ 876,12 (noturno) em dias normais (de segunda a sexta-feira, exceto sábados, domingos, feriados e dias de ponto facultativo) e R\$ 934,56 (diurno) e R\$ 1.168,20 (noturno) em sábados, domingos, feriados e dias de ponto facultativo.

*** Gratificação ESF importa em até 100% (de 90% a 100%) de acréscimo ao vencimento, de acordo com o local de trabalho (localidade/Bairro/Distrito).

0.2 Os aprovados no exame seletivo poderão ser convocados, no prazo de validade do certame, a celebrar contrato temporário pelo regime administrativo especial de que trata o art. 299 da Lei Complementar n. 006/2002.

0.3 As atribuições das funções públicas são as mesmas dos cargos públicos de idêntica denominação, consoante o item 2.4 deste edital.

1 CARGOS PÚBLICOS**1.1 Denominação e Quantidade de Cargos, Carga Horária, Remuneração e Requisitos para Provimento:**

| Código | Quantidade e Denominação de Cargo | Carga Horária | Vencimento | Requisitos para Provimento |
|--|-----------------------------------|---------------|-------------------------------|---|
| Seleção para formação de cadastro de reserva | | | | |
| 10 | Medico I | 20/semana | R\$ 3.116,20/mês + 50% (GEM)* | Registro no Conselho Regional de Medicina |

| | | | | |
|--|--|----------------------|--|---|
| 11 | Médico II | 40/semana | R\$ 6.233,51/mês + 50% (GEM)* + até 100% GESF*** | Registro no Conselho Regional de Medicina |
| 30 | Médico III - Pediatra | 10/semana | R\$ 1.558,37/mês + 50% (GEM)* | Residência em Pediatria e registro no Conselho Regional de Medicina |
| 30 | Médico III - Ginecologista | 10/semana | R\$ 1.558,37/mês + 50% (GEM)* | Residência em Ginecologia e registro no Conselho Regional de Medicina |
| 32 | Médico IV - Plantonista | Até 60h/ semanais | R\$ 38,94/hora** + 50% (GEM)* | Registro no Conselho Regional de Medicina |
| Seleção para provimento no prazo de validade do concurso | | | | |
| 32 | Médico IV - Plantonista (01 cargo) | Até 60h/ semanais | R\$ 38,94/hora** + 50% (GEM)* | Registro no Conselho Regional de Medicina |

* GEM (Gratificação Especial Médica) importa em 50% de acréscimo ao vencimento em dias normais (de segunda a sexta-feira, exceto sábados, domingos, feriados e dias de ponto facultativo);

** A remuneração do plantão de 12 horas totaliza R\$ 700,92 (diurno) e R\$ 876,12 (noturno) em dias normais (de segunda a sexta-feira, exceto sábados, domingos, feriados e dias de ponto facultativo) e R\$ 934,56 (diurno) e R\$ 1.168,20 (noturno) em sábados, domingos, feriados e dias de ponto facultativo.

*** Gratificação ESF importa em até 100% (de 90% a 100%) de acréscimo ao vencimento, de acordo com o local de trabalho (localidade/Bairro/Distrito).

1.2 Os aprovados no concurso poderão ser nomeados, no prazo de validade do certame, para prover cargo público pelo regime estatutário.

1.3 As atribuições dos cargos efetivos e das funções a eles correlatas constam do Anexo I do presente edital.

3. INSCRIÇÕES

2.1 As inscrições serão realizadas de 26/06/2015 a 10/07/2015.

2.2 O pretendente deverá baixar o formulário de inscrição disponível no site <http://www.campoalegre.sc.gov.br/>, preenchê-lo, assiná-lo, instruí-lo com os seguintes documentos: Carteira de Identidade (RG) e Certidão de Quitação Eleitoral; e entregá-los no protocolo da Prefeitura Municipal de Campo Alegre, sito a Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, entre os dias 26/06/2015 a 10/07/2015, no horário de expediente (das 8h às 12h e das 13h às 17h).

2.2.1 É facultado aos pretendentes o envio eletrônico do formulário de inscrição bem como os documentos (Carteira de Identidade (RG) e Certidão de Quitação Eleitoral), devendo o candidato digitalizar em formato PDF e enviar para folha@campoalegre.sc.gov.br das 0h00 do dia 26/06/2015 às 23h59 do dia 10/07/2015, caso em que será o único responsável pela consistência informática dos dados enviados.

2.3 A confirmação da inscrição enviada por email será confirmada com envio de email para o endereço eletrônico do pretendente.

2.4 A inscrição é gratuita.

2.5 A homologação das inscrições será divulgada unicamente em campo próprio no site <http://www.campoalegre.sc.gov.br/>.

2.6 A inscrição depende da comprovação das seguintes condições:

2.6.1 Nacionalidade brasileira;

2.6.2 Maioridade;

2.6.3 Quitação eleitoral.

3 DAS PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS – PNE

3.1 Será assegurada a inscrição às Pessoas com Necessidades Especiais (PNE) aos cargos e funções cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadoras.

3.2 Ser-lhes-á reservado o percentual de 10% (dez por cento) do total dos cargos e funções descritos no edital e dos cargos que vierem a ser criados no prazo de validade do certame.

3.3 Se na aplicação do percentual resultar número fracionado igual ou superior a 0,5 (cinco décimos), estará formada 01(uma) vaga para o PNE; se inferior a 0,5 (cinco décimos) a formação da vaga ficará condicionada à elevação da fração para o mínimo de 0,5 (cinco décimos), caso haja aumento do número de cargos.

3.4 Consideram-se PNE aqueles que se enquadram nas categorias discriminadas no art. 4º do Decreto Federal nº 3.298/99.

3.5 Aos Candidatos PNE serão resguardadas as condições especiais previstas no Decreto Federal nº 3.298/99, caso em que tais condições deverão ser requeridas por escrito durante o período das inscrições, através de campo próprio na ficha de inscrição.

3.6 O candidato PNE deverá encaminhar, com seu formulário de inscrição:

3.6.1 Laudo Médico atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença – CID, bem como a provável causa da deficiência, inclusive para assegurar previsão de adaptação de prova.

3.6.2 Solicitação de prova especial, se necessário.

3.7 Aos deficientes visuais (cegos) serão oferecidas provas no sistema braille e suas respostas deverão ser transcritas também em braille. Os referidos candidatos deverão levar para esse fim, no dia da aplicação da prova, reglete e punção, podendo ainda, utilizar-se de soroban. Aos deficientes visuais (amblíopes) serão oferecidas provas ampliadas, com tamanho e letra correspondente a corpo 24.

3.8 Ao ser convocado para investidura no cargo público, o candidato deverá se submeter a exame médico oficial ou credenciado pela

Prefeitura do Município de Campo Alegre/SC, que terá decisão terminativa sobre a qualificação do candidato como deficiente ou não, e o grau de deficiência capacitante para o exercício do cargo. Será eliminado da lista de PNE o candidato cuja deficiência assinalada na Ficha de Inscrição não se constate, devendo o mesmo constar apenas na lista de classificação geral.

3.9 Não serão considerados como deficiência os distúrbios passíveis de correção.

4 MODALIDADE DE CERTAME

4.1 O parte referente ao concurso público do presente certame é unicamente de provas e a parte referente à exame seletivo, idem.

4.2 O certame não terá provas práticas.

5 DAS PROVAS

5.1 A prova é única, com 10 questões de múltipla escolha, cada uma delas valendo 1,00 (um) ponto, num total de 10 (dez) pontos.

5.2 O conteúdo programático da prova, para todos os cargos é aquele constante do Anexo II do presente edital.

6.3 As provas objetivas serão aplicadas na cidade de Campo Alegre/SC, tendo como local o prédio da Escola Municipal de Educação Básica "Maria José Duarte Silva Bernardes", sito a Rua Benjamin Constant, nº 500, Centro, conforme abaixo:

| Cargos | Data | Horários |
|--|------------|--|
| Médico I Médico II | 26/07/2015 | Abertura dos portões: 8h Fechamento dos portões: 8h15min Início da aplicação das provas: 8h30min Término das Provas: 10h |
| Médico III (Pediatra) Médico III (Ginecologista) Médico IV (Plan- tonista) | 26/07/2015 | Abertura dos portões: 10h Fechamento dos portões: 10h15min Início da aplicação das provas: 10h30min Término das Provas: 12h |

5.4 O candidato deverá portar obrigatoriamente um documento de identidade com foto (CNH, RG, passaporte ou registro no CRM) e uma caneta de tinta azul ou preta.

5.5 O candidato deverá responder às questões da prova fundado única e exclusivamente em seus conhecimentos previamente adquiridos, sendo vedado ao candidato qualquer tipo de conduta tendente a obter informações quanto ao conteúdo das questões da prova durante a realização da mesma.

5.6 As provas serão individuais, não sendo tolerada a comunicação com outro candidato ou a consulta bibliográfica de qualquer espécie, bem como a utilização de máquina calculadora, agendas eletrônicas, telefone celular, tablets, notebook ou similares.

5.7 A infração dos dois itens anteriores, por qualquer meio, implica em imediata desclassificação.

5.8 Serão desclassificados os candidatos com nota inferior a 5,0 (cinco) pontos.

5.9 Os candidatos com nota superior à referida acima serão classificados em ordem decrescente, por cargo ou função.

5.10 A idade é o critério de desempate, preferindo-se os mais velhos.

5.11 O gabarito das provas será divulgado no site <http://www.campoalegre.sc.gov.br> no dia subsequente à realização da prova.

6 RECURSOS

6.1 Caberá interposição de recurso devidamente fundamentado, perante a Comissão Examinadora, no prazo de 02 (dois) dias úteis contado do primeiro dia subsequente às datas do (a):

6.1.1 Edital de Deferimento das Inscrições;

6.1.2 Edital de Condições Especiais de prova para candidatos deficiente;

6.1.3 Questões das Provas e Gabarito Preliminar;

6.1.4 Edital de Resultado Final das Provas Objetivas.

6.1.5 O recurso deverá ser corretamente preenchido conforme formulário modelo constante do Anexo IV, encaminhado para o endereço eletrônico folha@campoalegre.sc.gov.br ou ainda, protocolado no Serviço de Protocolo deste Município, nos prazos estipulados neste edital ou edital específico.

6.2 Quanto aos recursos contra questões da prova e gabarito preliminar, deverá ser elaborado um recurso para cada questão, sob pena de sua desconsideração, e os mesmos deverão conter indicação do número da questão, da prova e se for o caso anexar cópia da bibliografia mencionada também sob pena de sua desconsideração.

6.3 Não serão aceitos recursos encaminhados, via fax e/ou correios, devendo estar devidamente embasado em argumentação lógica e consistente. Em caso de contestação de questões da prova, o candidato deverá se pautar em literatura conceituada e argumentação plausível, sob pena de indeferimento.

6.4 Recursos não fundamentados ou interpostos fora do prazo serão indeferidos sem julgamento de mérito. A Comissão Examinadora constitui última instância na esfera administrativa para conhecer de recursos, não cabendo recurso a outra autoridade nem recurso adicional pelo mesmo motivo.

6.5 As respostas aos recursos interpostos serão disponibilizadas através do site <http://www.campoalegre.sc.gov.br/>.

7 REQUISITOS PARA INVESTIDURA

7.1 São requisitos básicos para investidura no cargo público:

7.1.1 Aprovação neste concurso público;

7.1.2 Pleno gozo dos direitos políticos;

7.1.3 Quitação Eleitoral;

7.1.4 Quitação com obrigações militares (se do sexo masculino);

7.1.5 Comprovação dos Requisitos para Designação e Requisitos para Provimento constante dos itens 01 e 02 deste edital (escolaridade, titulação e registro profissional);

7.1.6 Aprovação em exame médico pré-admissional;

7.1.7 Prestar declaração, sob as penas da lei, de não ter sido condenado por ato de improbidade, em decisão transitada em julgado, perda

da função pública ou demissão no serviço público.

7.1.8 No caso de Candidato PNE – Pessoa com Necessidades Especiais, deverá apresentar Laudo Médico atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença - CID, bem como a provável causa da deficiência, conforme declarado no ato da inscrição.

8 PRAZO DE VALIDADE DO CERTAME

8.1 O presente certame vale por dois anos, prorrogáveis uma única vez por igual período.

9 DISPOSIÇÕES FINAIS

9.1 As informações sobre o presente certame serão prestadas pela Comissão Examinadora por meio do telefone (47) 3632-2266, em dias úteis, de segunda a sexta-feira das 8h às 12h e das 13h às 17h.

9.2 São partes integrantes deste Edital:

9.2.1 Anexo I – Atribuições de Cargos;

9.2.2 Anexo II – Formulário de Inscrição;

9.2.3 Anexo III – Conteúdo Programático; e

9.2.4 Anexo IV – Formulário de Recurso.

Campo Alegre/SC., 22 de junho de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

ANEXO I

PROCESSO ADMINISTRATIVO

Concurso nº 004/2015

Processo Seletivo nº 002/2015

ATRIBUIÇÕES DE CARGOS

Médico I: 1. Realizar consultas médicas, para diagnóstico de doenças e incapacidades na população; 2. Analisar, interpretar e solicitar exames para o perfeito diagnóstico de doenças e incapacidades; 3. Realizar pequenas cirurgias a nível ambulatorial; 4. Emitir atestados médicos; 5. Realizar colposcopia; 6. Realizar atendimento médico aos servidores e a seu dependentes; 7. Promover o fortalecimento e a integração da equipe de saúde de unidade local e desta com a comunidade; 8. Participar das atividades desenvolvidas pela municipalidade no sentido de promoção à ações de desenvolvimento do físico e prevenção de doenças; 9. Participar e contribuir para a consecução de Programas, Campanhas e outras atividades interinstitucionais relacionadas às Ações Integradas de Saúde e Fisioterapia; 10. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho; 11. Zelar pela guarda de materiais e equipamentos de trabalho; 12. Executar outras atividades correlatas. Observar, quanto as atribuições as disposições contidas no Regulamento a que se refere a Lei Federal Nº 3268/57.

Médico II: 1. Realizar consultas médicas, para diagnóstico de doenças e incapacidades na população; 2. Analisar, interpretar e solicitar exames para o perfeito diagnóstico de doenças e incapacidades; 3. Realizar pequenas cirurgias a nível ambulatorial; 4. Emitir atestados médicos; 5. Realizar colposcopia; 6. Realizar atendimento médico aos servidores e a seu dependentes; 7. Promover o fortalecimento e a integração da equipe de saúde de unidade local e desta com a comunidade; 8. Participar das atividades desenvolvidas pela municipalidade no sentido de promoção à ações de desenvolvimento do físico e prevenção de doenças; 9. Participar e contribuir para a consecução de Programas, Campanhas e outras atividades interinstitucionais relacionadas às Ações Integradas de Saúde e Fisioterapia; 10. Desenvolver suas atividades profissionais no Programa de Saúde da Família, coordenando a equipe e realizando as atribuições definidas no convênio firmado com Governo Federal. 11. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho; 12. Zelar pela guarda de materiais e equipamentos de trabalho; 13. Executar outras atividades correlatas. Observar, quanto as atribuições as disposições contidas no Regulamento a que se refere a Lei Federal Nº 3268/57.

Médico III – Pediatra: 1. Realizar consultas em áreas médicas, para diagnóstico de doenças e incapacidades na população; 2. Analisar, interpretar e solicitar exames para o perfeito diagnóstico de doenças e incapacidades; 3. Realizar pequenas cirurgias a nível ambulatorial; 4. Emitir atestados médicos; 5. Realizar colposcopia; 6. Realizar atendimento médico aos servidores e a seu dependentes; 7. Promover o fortalecimento e a integração da equipe de saúde de unidade local e desta com a comunidade; 8. Participar das atividades desenvolvidas pela municipalidade no sentido de promoção à ações de desenvolvimento do físico e prevenção de doenças; 9. Participar e contribuir para a consecução de Programas, Campanhas e outras atividades interinstitucionais relacionadas às Ações Integradas de Saúde e Fisioterapia; 10. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho; 11. Zelar pela guarda de materiais e equipamentos de trabalho; 12. Executar outras atividades correlatas. Observar, quanto às atribuições as disposições contidas no Regulamento a que se refere à Lei Federal Nº 3268/57.

Médico III – Ginecologista: 1. Realizar consultas em áreas médicas, para diagnóstico de doenças e incapacidades na população; 2. Analisar, interpretar e solicitar exames para o perfeito diagnóstico de doenças e incapacidades; 3. Realizar pequenas cirurgias a nível ambulatorial; 4. Emitir atestados médicos; 5. Realizar colposcopia; 6. Realizar atendimento médico aos servidores e a seu dependentes; 7. Promover o fortalecimento e a integração da equipe de saúde de unidade local e desta com a comunidade; 8. Participar das atividades desenvolvidas pela municipalidade no sentido de promoção à ações de desenvolvimento do físico e prevenção de doenças; 9. Participar e contribuir para a consecução de Programas, Campanhas e outras atividades interinstitucionais relacionadas às Ações Integradas de Saúde e Fisioterapia; 10. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho; 11. Zelar pela guarda de materiais e equipamentos de trabalho; 12. Executar outras atividades correlatas. Observar, quanto às atribuições as disposições contidas no Regulamento a que se refere à Lei Federal nº 3268/57.

Médico IV – Plantonista: 1. Acolher, reconhecer e diagnosticar medidas terapêuticas para tratamento e ou controle das diversas patologias como urgências cardio respiratória, do sistema nervoso central, gastrintestinais, genito-urinárias, endocrinológicas, hematológicas, vasculares, otorrinolaringológicas, oftalmológicas, em saúde mental, traumáticas e gineco obstétricas de acordo com as instruções e protocolos relativos a cada tipo de patologia, 2. Conhecer e realizar manejo de equipamentos; 3. Conhecer soluções e medicamentos; 4. Responsabilizar se pelo encaminhamento adequado do paciente, quando a patologia apresentada exigir recursos terapêuticos e ou diagnósticos inexistentes na unidade; 5. Conhecer o sistema de saúde e a rede hierarquizada de assistência; 6. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança

do Trabalho; 7. Zelar pela guarda de materiais e equipamentos de trabalho; 8. Executar outras atividades correlatas. Observar, quanto as atribuições as disposições contidas no Regulamento a que se refere à Lei Federal Nº 3268/57

ANEXO II
PROCESSO ADMINISTRATIVO
Concurso nº 004/2015
Processo Seletivo nº 002/2015

MODELO FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE-SC
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SERVIÇO DE PESSOAL
FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO PARA PROCESSO ADMINISTRATIVO
Concurso nº 004/2015
Processo Seletivo nº 002/2015

| | | | | | |
|---|--------------------|--------|--|--|--|
| Nome completo (Sem abreviações) | | | | | |
| Nº do Documento de Identidade: | CPF | | | | |
| Data de Nascimento | Estado Civil | | | | |
| Endereço completo para correspondência (Rua, Avenida, Praça, etc.): | | | | | |
| Nº | Apto. | Bairro | | | |
| CEP | Cidade onde reside | Estado | | | |
| Telefone | Email | | | | |
| CANDIDATO COM NECESSIDADE ESPECIAL – PNE () SIM. Qual a deficiência? _____ () NÃO | | | | | |
| Inscrição para o cargo de: _____ (Médico I; Médico II; Médico III – Pediatra; Médico III – Ginecologista; ou Médico IV – Plantonista) Obs: A inscrição deverá ser para um ÚNICO cargo, caso o candidato queira se inscrever para mais de um cargo deverá fazer a inscrição em formulário separa- do. | | | | | |
| A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a tácita aceitação das nor- mas e condições estabelecidas no edital. Campo Alegre, ____/____/____. Assinatura do candidato: _____ | | | | | |

Observação:

- O candidato deverá apresentar juntamente com o formulário de inscrição, os seguintes documentos: Carteira de Identidade (RG) e Certidão de Quitação Eleitoral.
- O candidato PNE, ainda deverá encaminhar, com seu formulário de inscrição:
- Laudo Médico atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença – CID, bem como a provável causa da deficiência, inclusive para assegurar previsão de adaptação de prova.
- Solicitação de prova especial, se necessário. ABAIXO MODELO DE COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE-SC
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SERVIÇO DE PESSOAL
COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO

Responsável

ANEXO III
PROCESSO ADMINISTRATIVO
Concurso nº 004/2015
Processo Seletivo nº 002/2015

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**Médico I:**

Anemias; Hipertensão arterial; Diabetes; Parasitoses intestinais; Cefaléias; Febre de origem indeterminada; Diarréias; Úlcera péptica; Hepatite; Hipertireoidismo; Hipotireoidismo; Insuficiência cardíaca; Alcoolismo; Doenças sexualmente transmissíveis, Cardiopatia isquêmica; Arritmias cardíacas; Doença pulmonar obstrutiva crônica; Dor lombar; Ansiedade; Asma brônquica; Pneumonias; Tuberculose; Hanseníase; AIDS; Infecção Urinária; Enfermidades bucais; Epilepsia; Febre reumática; Artrites; Acidentes por animais peçonhentos; Micoses superficiais; Obesidade. Ética profissional. Código de Ética Médica; Deontologia. Procedimentos básicos dos julgamentos disciplinares dos Conselhos Regionais; resoluções do Conselho Federal de Medicina, Crimes contra a saúde pública – Artigos 267 a 285 do Código Penal Brasileiro. Constituição Federal do Brasil de 1988. Organização dos serviços de saúde no Brasil: Sistema Único de Saúde – Princípios e diretrizes, controle social; Indicadores de saúde; Sistema de notificação e de vigilância epidemiológica e sanitária; Endemias/epidemias: Situação atual, medidas de controle e tratamento; Planejamento e programação local de saúde, Distritos Sanitários e enfoque estratégico. Promoção da saúde: conceitos e estratégias; Principais problemas de saúde da população e recursos existentes para o enfrentamento dos problemas.

Médico II:

Anemias; Hipertensão arterial; Diabetes; Parasitoses intestinais; Cefaléias; Febre de origem indeterminada; Diarreias; Úlcera péptica; Hepatite; Hipertireoidismo; Hipotireoidismo; Insuficiência cardíaca; Alcoolismo; Doenças sexualmente transmissíveis, Cardiopatia isquêmica; Arritmias cardíacas; Doença pulmonar obstrutiva crônica; Dor lombar; Ansiedade; Asma brônquica; Pneumonias; Tuberculose; Hanseníase; AIDS; Infecção Urinária; Enfermidades bucais; Epilepsia; Febre reumática; Artrites; Acidentes por animais peçonhentos; Micoses superficiais; Obesidade. Ética profissional. Código de Ética Médica; Deontologia. Procedimentos básicos dos julgamentos disciplinares dos Conselhos Regionais; resoluções do Conselho Federal de Medicina, Crimes contra a saúde pública – Artigos 267 a 285 do Código Penal Brasileiro. Constituição Federal do Brasil de 1988. Organização dos serviços de saúde no Brasil: Sistema Único de Saúde – Princípios e diretrizes, controle social; Indicadores de saúde; Sistema de notificação e de vigilância epidemiológica e sanitária; Endemias/epidemias: Situação atual, medidas de controle e tratamento; Planejamento e programação local de saúde, Distritos Sanitários e enfoque estratégico. Promoção da saúde: conceitos e estratégias; Principais problemas de saúde da população e recursos existentes para o enfrentamento dos problemas.

Médico III (Pediatra):

Mortalidade na infância Nutrição e seus desvios. Crescimento e desenvolvimento. Imunizações. Acidentes na infância: Prevenção e tratamento. Diarreias. Distúrbios hidreletrolíticos e acidobásicos. Distúrbios metabólicos. Doenças infecciosas e parasitárias. Doenças respiratórias na infância; doenças alérgicas na infância. Cardiopatias congênitas. Doenças reumáticas. Insuficiência Cardíaca. Choque. Ressuscitação cardiopulmonar. Cetoacidose diabética. Anemias. Púrpuras e micoses colagenoses. Convulsão. Afecções do aparelho genito urinário. Abordagem da criança politraumatizada. Síndrome de Mastratos. Ética profissional. Código de Ética Médica; Deontologia. Procedimentos básicos dos julgamentos disciplinares dos Conselhos Regionais; resoluções do Conselho Federal de Medicina, Crimes contra a saúde pública – Artigos 267 a 285 do Código Penal Brasileiro. Constituição Federal do Brasil de 1988. Organização dos serviços de saúde no Brasil: Sistema Único de Saúde – Princípios e diretrizes, controle social; Indicadores de saúde; Sistema de notificação e de vigilância epidemiológica e sanitária; Endemias/epidemias: Situação atual, medidas de controle e tratamento; Planejamento e programação local de saúde, Distritos Sanitários e enfoque estratégico. Promoção da saúde: conceitos e estratégias; Principais problemas de saúde da população e recursos existentes para o enfrentamento dos problemas.

Médico III (Ginecologista):

Anatomia, embriologia e fisiologia; Propedêutica gineco/obstétrica; Más formações genitais; Alterações menstruais; Puberdade, climatério; Hemorragias uterinas; Doenças infecciosas e não infecciosas dos órgãos genitais e mama; Esterilidade; Incontinência urinária; Oncologia; Drogas e interações medicamentosas; Ciclo gravídico/puerperal normal e doenças correlatas; Distúrbios da hemocoagulação em obstetria; Anomalias congênitas; Distocias; Patologia do feto, R.N., placenta, membrana e cordão umbilical. Código de Ética Médica; Deontologia. Procedimentos básicos dos julgamentos disciplinares dos Conselhos Regionais; resoluções do Conselho Federal de Medicina, Crimes contra a saúde pública – Artigos 267 a 285 do Código Penal Brasileiro. Constituição Federal do Brasil de 1988. Organização dos serviços de saúde no Brasil: Sistema Único de Saúde – Princípios e diretrizes, controle social; Indicadores de saúde; Sistema de notificação e de vigilância epidemiológica e sanitária; Endemias/epidemias: Situação atual, medidas de controle e tratamento; Planejamento e programação local de saúde, Distritos Sanitários e enfoque estratégico. Promoção da saúde: conceitos e estratégias; Principais problemas de saúde da população e recursos existentes para o enfrentamento dos problemas.

Médico IV (Plantonista)

Antibioticoterapia; Anemias; Hipertensão arterial; Diabetes; Parasitoses intestinais; Esquistossomose; Cefaléias; Febre de origem indeterminada; Diarreias; Úlcera péptica; Hepatite; Hipertireoidismo; Hipotireoidismo; Insuficiência cardíaca; Alcoolismo; Doenças sexualmente transmissíveis, Cardiopatia isquêmica; Arritmias cardíacas; Doença pulmonar obstrutiva crônica; Dor torácica; Dor lombar; Ansiedade; Asma brônquica; Pneumonias; Tuberculose; Hanseníase; Leishmaniose; AIDS; Infecção Urinária; Enfermidades bucais; Epilepsia; Febre reumática; Artrites; Acidentes por animais peçonhentos; Micoses superficiais; Obesidade; Dislipidemias. Ética profissional. Código de Ética Médica; Deontologia. Procedimentos básicos dos julgamentos disciplinares dos Conselhos Regionais; resoluções do Conselho Federal de Medicina, Crimes contra a saúde pública – Artigos 267 a 285 do Código Penal Brasileiro. Constituição Federal do Brasil de 1988. Organização dos serviços de saúde no Brasil: Sistema Único de Saúde – Princípios e diretrizes, controle social; Indicadores de saúde; Sistema de notificação e de vigilância epidemiológica e sanitária; Endemias/epidemias: Situação atual, medidas de controle e tratamento; Planejamento e programação local de saúde, Distritos Sanitários e enfoque estratégico. Estratégia de avaliação em saúde: conceitos, tipos, instrumentos e técnicas; Conceitos e critérios de qualidade da atenção à saúde: acessibilidade, humanização do cuidado, satisfação do usuário e do trabalhador, equidade. Promoção da saúde: conceitos e estratégias; Principais problemas de saúde da população e recursos existentes para o enfrentamento dos problemas.

ANEXO IV**PROCESSO ADMINISTRATIVO**

Concurso nº 004/2015

Processo Seletivo nº 002/2015

MODELO FORMULÁRIO DE RECURSO
MODELO 1 –
RECURSO DEFERIMENTO/INDEFERIMENTO DE INSCRIÇÃO

Nº PROTOCOLO: _____
(preenchido pela Comissão Examinadora, após envio do formulário)

PROCESSO ADMINISTRATIVO
Concurso nº 004/2015
Processo Seletivo nº 002/2015

Identificação do candidato

Nome: _____

Número da inscrição: _____

Cargo: _____

Solicitação

À Comissão Examinadora,

Solicito revisão quanto a publicação de inscrições deferidas, pelo(s) seguinte(s) motivos:

_____ .

Local e data: _____

Assinatura do Candidato

MODELO 2
RECURSO CONDIÇÕES ESPECIAIS DE PROVA
PARA CANDIDATOS DEFICIENTES

Nº PROTOCOLO: _____
(preenchido pela Comissão Examinadora, após envio do formulário)

PROCESSO ADMINISTRATIVO
Concurso nº 004/2015
Processo Seletivo nº 002/2015

Identificação do candidato

Nome: _____

Número da inscrição: _____

Cargo: _____

Solicitação

À Comissão Examinadora,

Solicito revisão quanto a condições especiais de prova para candidatos deficiente, pelo(s) seguinte(s) motivos:

_____ .

Local e data: _____

Assinatura do Candidato

MODELO 3

RECURSO QUANTO AS QUESTÕES DA PROVA

Nº PROTOCOLO: _____

(preenchido pela Comissão Examinadora, após envio do formulário)

PROCESSO ADMINISTRATIVO

Concurso nº 004/2015

Processo Seletivo nº 002/2015

Identificação do candidato

Nome: _____

Número da inscrição: _____

Cargo: _____

Solicitação

À Comissão Examinadora,

Solicito revisão quanto a questão nº _____, pelo(s) seguinte(s) motivos:

Local e data: _____

Assinatura do Candidato

MODELO 4

RECURSO CONTRA GABARITO PRELIMINAR

Nº PROTOCOLO: _____

(preenchido pela Comissão Examinadora, após envio do formulário)

PROCESSO ADMINISTRATIVO

Concurso nº 004/2015

Processo Seletivo nº 002/2015

Identificação do candidato

Nome: _____

Número da inscrição: _____

Cargo: _____

Solicitação

À Comissão Examinadora,

Solicito revisão quanto a questão nº _____, do GABARITO PRELIMINAR, pelo(s) seguinte(s) motivos:

Local e data: _____

Assinatura do Candidato

MODELO 5

RECURSO CONTRA RESULTADO FINAL DAS PROVAS OBJETIVAS

Nº PROTOCOLO: _____

(preenchido pela Comissão Examinadora, após envio do formulário)

PROCESSO ADMINISTRATIVO
Concurso nº 004/2015
Processo Seletivo nº 002/2015

Identificação do candidato

Nome: _____

Número da inscrição: _____

Cargo: _____

Solicitação

À Comissão Examinadora,

Solicito revisão quanto a publicação do RESULTADO FINAL DAS PROVAS OBJETIVAS, pelo(s) seguinte(s) motivos:

_____.

Local e data: _____

Assinatura do Candidato

Canoinhas

PREFEITURA

DECRETO Nº140/2015

DECRETO Nº. 140/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO a necessidade da regulamentação da realização das movimentações financeiras em instituições financeiras onde esta Municipalidade possua recursos pecuniários depositados, resolve:

DECRETAR

Art. 1º. Fica introduzido o art. 6º-F ao Decreto nº004/2013, sendo que este passa a vigor conforme a seguinte redação:

“Art. 6º-F. Fica autorizada a servidora MARISTELA MURARA BURGARDT, ocupante do cargo efetivo de Agente Administrativo, a realizar as transações bancárias elencadas no §1º deste artigo, junto à instituição financeira denominada Caixa Econômica Federal, no tocante a conta corrente de nº0413.006.7000-3, devidamente cadastrada na agência de Canoinhas, vinculada ao Poder Executivo Municipal – Fundo Municipal de Saúde, sob o número de inscrição no Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas 11.206.680/0001-10.

§1º. Ficam delegados os seguintes poderes a servidora citada no caput deste artigo:

- I - Solicitar saldos e extratos;
- II - Sustar/Contra-ordenar cheques;
- III - Cancelar cheques;
- IV - Baixar cheque;
- V - Solicitar saldos/extratos de investimentos;
- VI - Emitir comprovantes;
- VII - Cadastrar, alterar e desbloquear senhas;
- VIII - Requisitar talonários de cheques;
- IX - Emitir cheques;
- X - Retirar cheques devolvidos.

§2º. Exclusivamente no tocante a conta corrente citada no caput deste artigo, e no que se refere aos poderes elencados no seu §1º, estes dar-se-ão unicamente com a assinatura da servidora MARISTELA MURARA BURGARDT, procedimento que difere do aplicado através do §2º do art. 1º, do §2º do art. 2º, do §2º do art. 3º e do §2º do art. 3º-A, vez que tais contas se destinam ao pagamento de valores relativos à diárias de pequena monta, até 100 UFM, aos servidores desta municipalidade.”

Art. 2º. Fica introduzido o art. 6º-G ao Decreto nº004/2013, sendo que este passa a vigor conforme a seguinte redação:

“Art. 6º-G. Fica autorizado o servidor DIOGO CARLOS SEIDEL, ocupante do cargo efetivo de Administrador, a realizar as transações bancárias elencadas no §1º deste artigo, junto à instituição financeira denominada Caixa Econômica Federal, no tocante a conta corrente de nº0413.006.7000-3, devidamente cadastrada na agência de Canoinhas, vinculada ao Poder Executivo Municipal – Fundo Municipal de Saúde, sob o número de inscrição no Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas 11.206.680/0001-10.

§1º. Ficam delegados os seguintes poderes ao servidor citado no caput deste artigo:

- I - Solicitar saldos e extratos;
- II - Sustar/Contra-ordenar cheques;
- III - Cancelar cheques;
- IV - Baixar cheque;
- V - Solicitar saldos/extratos de investimentos;
- VI - Emitir comprovantes;
- VII - Cadastrar, alterar e desbloquear senhas;
- VIII - Requisitar talonários de cheques;
- IX - Emitir cheques;
- X - Retirar cheques devolvidos.

§2º. Exclusivamente no tocante a conta corrente citada no caput deste artigo, e no que se refere aos poderes elencados no seu §1º, estes dar-se-ão unicamente com a assinatura do servidor DIOGO CARLOS SEIDEL, procedimento que difere do aplicado através do §2º do art. 1º, do §2º do art. 2º, do §2º do art. 3º e do §2º do art. 3º-A, vez que tais contas se destinam ao pagamento de valores relativos à diárias de pequena monta, até 100 UFM, aos servidores desta municipalidade.”

Art. 3º. Fica introduzido o art. 6º-H ao Decreto nº004/2013, sendo que este passa a vigor conforme a seguinte redação:

“Art. 6º-H. Fica autorizado o servidor LUIS GUSTAVO VIEIRA DE BRITTO, ocupante do cargo efetivo de Agente Administrativo, a realizar as transações bancárias elencadas no §1º deste artigo, junto à instituição financeira denominada Caixa Econômica Federal, no tocante a conta corrente de nº0413.006.7000-3, devidamente cadastrada na agência de Canoinhas, vinculada ao Poder Executivo Municipal – Fundo Municipal de Saúde, sob o número de inscrição no Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas 11.206.680/0001-10.

§1º. Ficam delegados os seguintes poderes ao servidor citado no caput deste artigo:

- I - Solicitar saldos e extratos;
- II - Sustar/Contra-ordenar cheques;
- III - Cancelar cheques;
- IV - Baixar cheque;
- V - Solicitar saldos/extratos de investimentos;
- VI - Emitir comprovantes;
- VII - Cadastrar, alterar e desbloquear senhas;
- VIII - Requisitar talonários de cheques;
- IX - Emitir cheques;
- X - Retirar cheques devolvidos.

§2º. Exclusivamente no tocante a conta corrente citada no caput deste artigo, e no que se refere aos poderes elencados no seu §1º, estes dar-se-ão unicamente com a assinatura do servidor LUIS GUSTAVO VIEIRA DE BRITTO, procedimento que difere do aplicado através do §2º do art. 1º, do §2º do art. 2º, do §2º do art. 3º e do §2º do art. 3º-A, vez que tais contas se destinam ao pagamento de valores relativos à diárias de pequena monta, até 100 UFM, aos servidores desta municipalidade.”

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, sendo revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 29 de junho de 2015.
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 29/06/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

EDITAL Nº. 041/2015

EDITAL Nº. 041/2015

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO PREVISTO NO EDITAL Nº 001/2012.

O Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Concurso Público previsto no Edital nº 001/2012, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do Decreto nº 085 de 18 de maio 2012; Considerando a necessidade de convocação dos candidatos aprovados para preencher os cargos relacionados no Anexo I do presente Edital;

Considerando a disponibilidade de vagas no quadro de pessoal do Poder Executivo Municipal e o disposto no artigo 37, II da Constituição Federal de 1988;

RESOLVE:

1. Convocar, para aceite da vaga e nomeação para posse de cargo público, os candidatos a seguir relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Concurso Público previsto no Edital nº 001/2012, para comparecer no Departamento de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, situado na Rua Felipe Schmidt nº 10, Centro, Canoinhas/SC, no prazo de 30 (trinta) dias, no horário das 8:00 horas às 12:00 horas e das 13:30 horas às 15:30 horas, para apresentação dos documentos indicados a seguir (cópia autenticada ou somente cópia, conforme especificado), destinados à deflagração do processo pré-admissional e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional:

- a) Cédula de Identidade (RG) (CÓPIA AUTENTICADA);
- b) CPF (Cadastro de Pessoas Físicas) (CÓPIA AUTENTICADA);
- c) Comprovante de regularidade de inscrição no CPF (Receita Federal ou pelo site www.receita.fazenda.gov.br);
- d) Título de Eleitor e comprovante de estar quite com as obrigações eleitorais; (CÓPIA AUTENTICADA);
- e) Certificado de Reservista, Dispensa de Incorporação ou comprovante de alistamento militar, se do sexo masculino (CÓPIA AUTENTICADA);
- f) Certidão de Nascimento ou Casamento, se for o caso (ORIGINAL E CÓPIA);
- g) Certidão de Nascimento de filhos menores de 21 anos, se for o caso (ORIGINAL E CÓPIA);
- h) Comprovante de escolaridade e ou habilitação exigida para o cargo;
- i) Comprovante de inscrição no respectivo Conselho Profissional, se for o caso;
- j) Certidão negativa criminal fornecida pelo Poder Judiciário de Santa Catarina;
- k) Declaração de bens que constituem seu patrimônio;
- l) Declaração de que não acumula cargo, emprego ou função pública, ou na hipótese de acúmulo legal, contemplado no artigo 37, inciso XVI da Constituição Federal, declaração de acúmulo legal de cargos, à qual anexará informação dos horários e distribuição de suas atividades emitida pelo respectivo órgão;
- m) Certidão Negativa do PIS/PASEP (Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil);
- n) 1 Fotografia 3X4 recente;
- o) Comprovante de residência atual (CÓPIA);
- p) Comprovante de abertura de conta corrente junto ao Banco Bradesco, contendo a agência e o número da conta, para crédito de salário;

q) Extrato previdenciário de contribuição (CNIS – Cadastro Nacional de Informações Sociais, sem remuneração) solicitar junto ao INSS.

2. O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório, ou, ainda a não apresentação de todos os originais e cópias autenticadas dos documentos supracitados, acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a consequente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Concurso Público.

3. Ficam os candidatos, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada por profissional médico designado pelo Poder Executivo Municipal em local, dia e horário a serem designados pelo Departamento Pessoal.

3.1 O exame médico é eliminatório, sendo excluído do Concurso o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do cargo público.

3.2 Para encaminhamento ao médico oficial, deverão os concursados apresentar-se no Departamento Pessoal da Prefeitura, munidos dos seguintes exames: hemograma, glicemia, creatinina, sorologia para Lues (VDRL quantitativo), e parcial de urina, sendo que tais exames poderão ser realizados em qualquer laboratório, ficando a cargo do examinado as custas para realização dos mesmos.

3.2.1. Durante a avaliação de capacidade física e mental, poderão ser solicitados outros exames complementares, a critério do profissional médico designado pelo Poder Executivo para realização do exame pré-admissional.

4. O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao Departamento Pessoal a documentação exigida neste Edital, no prazo estabelecido no item 1, perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

5. Os casos omissos serão resolvidos conjuntamente pelo Departamento de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento e, Departamento Jurídico.

Canoinhas/SC, 19 de junho de 2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

EDITAL Nº. 041/2015

Anexo I

CANDIDATOS CONVOCADOS

CARGO: SERVENTE FEMIMINO

DENISE DE FATIMA DOS SANTOS

CARGO: TÉCNICO EM ENFERMAGEM - ESF

KELLY CRISTINA SIMOES DE OLIVEIRA

EDITAL Nº. 042/2015

EDITAL Nº. 042/2015

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO PREVISTO NO EDITAL Nº 001/2014.

O Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Concurso Público previsto no Edital nº 001/2014, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do Decreto nº 245 de 8 de novembro de 2013; Considerando a necessidade de convocação dos candidatos

aprovados para preencher os cargos relacionados no Anexo I do presente Edital;

Considerando a disponibilidade de vagas no quadro de pessoal do Poder Executivo Municipal e o disposto no artigo 37, II da Constituição Federal de 1988;

RESOLVE:

1. Convocar, para aceite da vaga e nomeação para posse de cargo público, os candidatos a seguir relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Concurso Público previsto no Edital nº 001/2013, para comparecer no Departamento de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, situado na Rua Felipe Schmidt nº 10, Centro, Canoinhas/SC, no prazo de 30 (trinta) dias, no horário das 8:00 horas às 12:00 horas e das 13:30 horas às 15:30 horas, para apresentação dos documentos indicados a seguir (cópia autenticada ou somente cópia, conforme especificado), destinados à deflagração do processo pré-admissional e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional:

- a) Cédula de Identidade (RG) (CÓPIA AUTENTICADA);
- b) CPF (Cadastro de Pessoas Físicas) (CÓPIA AUTENTICADA);
- c) Comprovante de regularidade de inscrição no CPF (Receita Federal ou pelo site www.receita.fazenda.gov.br);
- d) Título de Eleitor e comprovante de estar quite com as obrigações eleitorais; (CÓPIA AUTENTICADA);
- e) Certificado de Reservista, Dispensa de Incorporação ou comprovante de alistamento militar, se do sexo masculino (CÓPIA AUTENTICADA);
- f) Certidão de Nascimento ou Casamento, se for o caso (ORIGINAL E CÓPIA);
- g) Certidão de Nascimento de filhos menores de 21 anos, se for o caso (ORIGINAL E CÓPIA);
- h) Comprovante de escolaridade e ou habilitação exigida para o cargo;
- i) Comprovante de inscrição no respectivo Conselho Profissional, se for o caso;
- j) Certidão negativa criminal fornecida pelo Poder Judiciário de Santa Catarina;
- k) Declaração de bens que constituem seu patrimônio;
- l) Declaração de que não acumula cargo, emprego ou função pública, ou na hipótese de acúmulo legal, contemplado no artigo 37, inciso XVI da Constituição Federal, declaração de acúmulo legal de cargos, à qual anexará informação dos horários e distribuição de suas atividades emitida pelo respectivo órgão;
- m) Certidão Negativa do PIS/PASEP (Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil);
- n) 1 Fotografia 3X4 recente;
- o) Comprovante de residência atual (CÓPIA);
- p) Comprovante de abertura de conta corrente junto ao Banco Bradesco, contendo a agência e o número da conta, para crédito de salário;
- q) Extrato previdenciário de contribuição (CNIS – Cadastro Nacional de Informações Sociais, sem remuneração) solicitar junto ao INSS.

2. O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório, ou, ainda a não apresentação de todos os originais e cópias autenticadas dos documentos supracitados, acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a consequente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Concurso Público.

3. Ficam os candidatos, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada por profissional médico designado pelo Poder Executivo Municipal em local, dia e horário a serem designados pelo Departamento Pessoal.

3.1 O exame médico é eliminatório, sendo excluído do Concurso o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o

exercício do cargo público.

3.2 Para encaminhamento ao médico oficial, deverão os concursados apresentar-se no Departamento Pessoal da Prefeitura, munidos dos seguintes exames: hemograma, glicemia, creatinina, sorologia para Lues (VDRL quantitativo), e parcial de urina, sendo que tais exames poderão ser realizados em qualquer laboratório, ficando a cargo do examinado as custas para realização dos mesmos.

3.2.1. Durante a avaliação de capacidade física e mental, poderão ser solicitados outros exames complementares, a critério do profissional médico designado pelo Poder Executivo para realização do exame pré-admissional.

4. O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao Departamento Pessoal a documentação exigida neste Edital, no prazo estabelecido no item 1, perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

5. Os casos omissos serão resolvidos conjuntamente pelo Departamento de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento e, Departamento Jurídico.

Canoinhas/SC, 19 de junho de 2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

EDITAL Nº. 042/2015

Anexo I

CANDIDATOS CONVOCADOS

CARGO: ODONTÓLOGO

Francine Merlin Ramão

CARGO: EDUCADOR SOCIAL MASCULINO

Danrlei Cordeiro

CARGO: SERVENTE MASCULINO

Sidinei Dos Santos Schroeder

EDITAL Nº. 043/2015

EDITAL Nº. 043/2015

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO PREVISTO NO EDITAL Nº 001/2013.

O Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Concurso Público previsto no Edital nº 001/2013, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do Decreto nº 245 de 08 de novembro 2013; Considerando a necessidade de convocação dos candidatos aprovados para preencher os cargos relacionados no Anexo I do presente Edital;

Considerando a disponibilidade de vagas no quadro de pessoal do Poder Executivo Municipal e o disposto no artigo 37, II da Constituição Federal de 1988;

RESOLVE:

1. Convocar, para aceite da vaga e nomeação para posse de cargo público, os candidatos a seguir relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Concurso Público previsto no Edital nº 001/2013, para comparecer no Departamento de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, situado na Rua Felipe Schmidt nº 10, Centro, Canoinhas/SC, no prazo de 30 (trinta) dias, no horário das 8:00 horas às 12:00 horas e das 13:30 horas às 15:30 horas, para apresentação dos documentos indicados a seguir (cópia autenticada ou somente cópia, conforme especificado),

destinados à deflagração do processo pré-admissional e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional:

- a) Cédula de Identidade (RG) (CÓPIA AUTENTICADA);
- b) CPF (Cadastro de Pessoas Físicas) (CÓPIA AUTENTICADA);
- c) Comprovante de regularidade de inscrição no CPF (Receita Federal ou pelo site www.receita.fazenda.gov.br);
- d) Título de Eleitor e comprovante de estar quite com as obrigações eleitorais; (CÓPIA AUTENTICADA);
- e) Certificado de Reservista, Dispensa de Incorporação ou comprovante de alistamento militar, se do sexo masculino (CÓPIA AUTENTICADA);
- f) Certidão de Nascimento ou Casamento, se for o caso (ORIGINAL E CÓPIA);
- g) Certidão de Nascimento de filhos menores de 21 anos, se for o caso (ORIGINAL E CÓPIA);
- h) Comprovante de escolaridade e ou habilitação exigida para o cargo;
- i) Comprovante de inscrição no respectivo Conselho Profissional, se for o caso;
- j) Certidão negativa criminal fornecida pelo Poder Judiciário de Santa Catarina;
- k) Declaração de bens que constituem seu patrimônio;
- l) Declaração de que não acumula cargo, emprego ou função pública, ou na hipótese de acúmulo legal, contemplado no artigo 37, inciso XVI da Constituição Federal, declaração de acúmulo legal de cargos, à qual anexará informação dos horários e distribuição de suas atividades emitida pelo respectivo órgão;
- m) Certidão Negativa do PIS/PASEP (Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil);
- n) 1 Fotografia 3X4 recente;
- o) Comprovante de residência atual (CÓPIA);
- p) Comprovante de abertura de conta corrente junto ao Banco Bradesco, contendo a agência e o número da conta, para crédito de salário;
- q) Extrato previdenciário de contribuição (CNIS – Cadastro Nacional de Informações Sociais, sem remuneração) solicitar junto ao INSS.

2. O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório, ou, ainda a não apresentação de todos os originais e cópias autenticadas dos documentos supracitados, acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a consequente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Concurso Público.

3. Ficam os candidatos, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada por profissional médico designado pelo Poder Executivo Municipal em local, dia e horário a serem designados pelo Departamento Pessoal.

3.1 O exame médico é eliminatório, sendo excluído do Concurso o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do cargo público.

3.2 Para encaminhamento ao médico oficial, deverão os concursados apresentar-se no Departamento Pessoal da Prefeitura, munidos dos seguintes exames: hemograma, glicemia, creatinina, sorologia para Lues (VDRL quantitativo), e parcial de urina, sendo que tais exames poderão ser realizados em qualquer laboratório, ficando a cargo do examinado as custas para realização dos mesmos.

3.2.1. Durante a avaliação de capacidade física e mental, poderão ser solicitados outros exames complementares, a critério do profissional médico designado pelo Poder Executivo para realização do exame pré-admissional.

4. O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao Departamento Pessoal a documentação exigida neste Edital, no prazo estabelecido no item 1, perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente

posterior.

5. Os casos omissos serão resolvidos conjuntamente pelo Departamento de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento e, Departamento Jurídico.

Canoinhas/SC, 22 de junho de 2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

EDITAL Nº. 043/2015

Anexo I

CANDIDATOS CONVOCADOS

CARGO: FISCAL II

NOME: MICHELI ADRIANO GROSSKOPF

EDITAL Nº. 044/2015

EDITAL Nº. 044/2015

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO PREVISTO NO EDITAL Nº 001/2014.

O Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Concurso Público previsto no Edital nº 001/2014, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do Decreto nº 245 de 8 de novembro de 2013; Considerando a necessidade de convocação dos candidatos aprovados para preencher os cargos relacionados no Anexo I do presente Edital;

Considerando a disponibilidade de vagas no quadro de pessoal do Poder Executivo Municipal e o disposto no artigo 37, II da Constituição Federal de 1988;

RESOLVE:

1. Convocar, para aceite da vaga e nomeação para posse de cargo público, os candidatos a seguir relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Concurso Público previsto no Edital nº 001/2013, para comparecer no Departamento de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, situado na Rua Felipe Schmidt nº 10, Centro, Canoinhas/SC, no prazo de 30 (trinta) dias, no horário das 8:00 horas às 12:00 horas e das 13:30 horas às 15:30 horas, para apresentação dos documentos indicados a seguir (cópia autenticada ou somente cópia, conforme especificado), destinados à deflagração do processo pré-admissional e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional:

- a) Cédula de Identidade (RG) (CÓPIA AUTENTICADA);
- b) CPF (Cadastro de Pessoas Físicas) (CÓPIA AUTENTICADA);
- c) Comprovante de regularidade de inscrição no CPF (Receita Federal ou pelo site www.receita.fazenda.gov.br);
- d) Título de Eleitor e comprovante de estar quite com as obrigações eleitorais; (CÓPIA AUTENTICADA);
- e) Certificado de Reservista, Dispensa de Incorporação ou comprovante de alistamento militar, se do sexo masculino (CÓPIA AUTENTICADA);
- f) Certidão de Nascimento ou Casamento, se for o caso (ORIGINAL E CÓPIA);
- g) Certidão de Nascimento de filhos menores de 21 anos, se for o caso (ORIGINAL E CÓPIA);
- h) Comprovante de escolaridade e ou habilitação exigida para o cargo;
- i) Comprovante de inscrição no respectivo Conselho Profissional, se for o caso;
- j) Certidão negativa criminal fornecida pelo Poder Judiciário de Santa Catarina;
- k) Declaração de bens que constituem seu patrimônio;
- l) Declaração de que não acumula cargo, emprego ou função

pública, ou na hipótese de acúmulo legal, contemplado no artigo 37, inciso XVI da Constituição Federal, declaração de acúmulo legal de cargos, à qual anexará informação dos horários e distribuição de suas atividades emitida pelo respectivo órgão;
m) Certidão Negativa do PIS/PASEP (Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil);
n) 1 Fotografia 3X4 recente;
o) Comprovante de residência atual (CÓPIA);
p) Comprovante de abertura de conta corrente junto ao Banco Bradesco, contendo a agência e o número da conta, para crédito de salário;
q) Extrato previdenciário de contribuição (CNIS – Cadastro Nacional de Informações Sociais, sem remuneração) solicitar junto ao INSS.

2. O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório, ou, ainda a não apresentação de todos os originais e cópias autenticadas dos documentos supracitados, acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a consequente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Concurso Público.

3. Ficam os candidatos, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada por profissional médico designado pelo Poder Executivo Municipal em local, dia e horário a serem designados pelo Departamento Pessoal.

3.1 O exame médico é eliminatório, sendo excluído do Concurso o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do cargo público.

3.2 Para encaminhamento ao médico oficial, deverão os concursados apresentar-se no Departamento Pessoal da Prefeitura, munidos dos seguintes exames: hemograma, glicemia, creatinina, sorologia para Lues (VDRL quantitativo), e parcial de urina, sendo que tais exames poderão ser realizados em qualquer laboratório, ficando a cargo do examinado as custas para realização dos mesmos.

3.2.1. Durante a avaliação de capacidade física e mental, poderão ser solicitados outros exames complementares, a critério do profissional médico designado pelo Poder Executivo para realização do exame pré-admissional.

4. O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao Departamento Pessoal a documentação exigida neste Edital, no prazo estabelecido no item 1, perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

5. Os casos omissos serão resolvidos conjuntamente pelo Departamento de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento e, Departamento Jurídico.

Canoinhas/SC, 22 de junho de 2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

EDITAL Nº. 044/2015

Anexo I
CANDIDATOS CONVOCADOS

CARGO: ENGENHEIRO CIVIL
NOME: FERNANDA RUSKE DE SIQUEIRA


CARGO: ENGENHEIRO ELETRICISTA
NOME: TIAGO GABRIEL DE SOUZA

CARGO: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – CRISTO REI
NOME: CRISTIANE VANESSA SCHPAK

CARGO: MÉDICO PSIQUIATRA
NOME: MARCOS BUCH DA ROCHA

CARGO: PROFESSOR SALA AEE
NOME: CINTIA GRACILIANO DE ARAUJO DE PRADO
CIRENE APARECIDA SCHIESSL
SANDRA MARIA GRAF
ANGELA KANZLER BUENO LIMA

CÂMARA MUNICIPAL**EDITAL 02/2015 - HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO CARTA CONVITE 02/2015**

| | |
|--|---|
|  ESTADO DE SANTA CATARINA CÂMARA DE VEREADORES DE CANOINHAS CNPJ: 83.528.620/0001-25 Rua Três de Maio, 150 C.E.P.: 89460-000 - Canoinhas - SC | CONVITE Nr.: 2/2015 - CV |
| | Processo Administrativo: Processo de Licitação: 2/2015 Data do Processo: 02/06/2015 |

Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Presidente, GILMAR MARTINS DE SOUZA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 2/2015
b) Licitação Nr.: 2/2015-CV
c) Modalidade: Convite p/ Obras e Serv. Engenharia
d) Data Homologação: 30/06/2015
e) Data da Adjudicação: 30/06/2015 Sequência: 1
f) Objeto da Licitação ELABORAÇÃO PROJETO ARQUITETÔNICO, PROJETO ESTRUTURAL, PROJETO ELÉTRICO, PROJETO TELEFÔNICO, PROJETO LÓGICO, CABEAMENTO DE DADOS ESTRUTURADO E REDE WIRELESS, PROJETO AR CONDICIONADO, PROJETO DE ÁUDIO E CÂMERAS DE FILMAGENS, PROJETO DE ELEVADOR, PROJETO HIDRO SANITÁRIO E PLUVIAL, PROJETO DE PREVENÇÃO CONTRA INCÊNDIOS E PÂNICO, MEMORIAL DESCRITIVO DA OBRA, MEMORIAL DE CÁLCULO, ORÇAMENTO DISCRIMINADO, CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO, ART/RRT. ÁREA DO TERRENO 1087,00M2 ÁREA ESTIMADA DA OBRA 1500,00M2

g) Fornecedores e Itens Vencedores:

| | Unid. | Qtde | Descto (%) | Preço Unitário | Total do Item |
|--|-------|------|------------|----------------|---------------|
|--|-------|------|------------|----------------|---------------|

GARDEN ARQUITETURA LTDA - ME (9304)

| | | | | | |
|--|----|---|---|-----------|-----------|
| 1 PROJETO ARQUITETÔNICO, PROJETO ESTRUTURAL, PROJETO ELÉTRICO, PROJETO TELEFÔNICO, PROJETO LÓGICO, DE DADOS ESTRUTURADO E REDE SEM FIO, PROJETO DE AR CONDICIONADO, PROJETO DE SOM E CÂMERAS DE FILMAGEM, PROJETO DE ELEVADOR, PROJETO HIDRO SANITÁRIO E PLUVIAL, PROJETO DE PREVENÇÃO CONTRA INCÊNDIOS E PÂNICO, MEMORIAL DESCRITIVO, MEMORIAL DE CÁLCULO, ORÇAMENTO DISCRIMINADO, CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO, ART/ÁREA DO TERRENO 1087 M2 ÁREA ESTIMADA DA EDIFICAÇÃO 1500M2 | un | 1 | - | 41.370,00 | 41.370,00 |
|--|----|---|---|-----------|-----------|

Total do Fornecedor: 41.370,00

Total Geral: 41.370,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 3.075.4.4.90.00.00.00.00 (4) Saldo: 600.000,00

Canoinhas, 30 de Junho de 2015.

GILMAR MARTINS DE SOUZA
PRESIDENTE

MARCIO JULIANO SELEME
Presidente da Comissão de Licitação

Capinzal

PREFEITURA

FMAS CONTRATO 0022/2015

| | | |
|---|--|--|
| ESTADO DE SANTA CATARINA | | |
| FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL DE CAPINZAL | | |
| EXTRATO CONTRATUAL | | |
| ----- | | |
| Contrato Nº.: 0022/2015 | | |
| Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL DE CAPINZAL | | |
| Contratada...: COMERCIO E TRANSPORTES CAPINZAL LTDA | | |
| Valor : 32.334,14 (trinta e dois mil trezentos e trinta e quatro reais e quatorze centavos) | | |
| Vigência : Início: 29/06/2015 Término: 29/06/2016 | | |
| Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 6/2015 Processo_Licitatório.....: 0009 / 2015 | | |
| Recursos : Dotação: | | |
| Objeto : REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa para prestação de serviços de transporte para idosos e usuários atendidos pelo PAIF, PAEFI e ACESSUAS/Trabalho | | |
| Capinzal, 29 de Junho de 2015 | | |

| | | |
|---|--|--|
| Contrato Nº.: 0206/2015 | | |
| Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL | | |
| Contratada...: TRIBOS EDITORA E DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA - ME | | |
| Valor : 18.070,00 (dezoito mil setenta reais) | | |
| Vigência : Início: 29/06/2015 Término: 29/06/2016 | | |
| Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 70/2015 Processo_Licitatório.....: 000117 / 2015 | | |
| Recursos : Dotação: | | |
| Objeto : REGISTRO DE PREÇO para aquisição de Material Bibliográfico (livros), para integrar o acervo da Biblioteca Pública Municipal Vereador Rolindo Casagrande, Bibliotecas das Escolas Municipais do Ensino Fundamental e Bibliotecas das Creches/Pré-escolares e dos Centros Municipais de Educação Infantil e cujo quantitativo e especificações estão descritos nos itens dos lotes | | |
| Capinzal, 29 de Junho de 2015 | | |

FMS CONTRATO 0039/2015

| | | |
|---|--|--|
| ESTADO DE SANTA CATARINA | | |
| FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL | | |
| EXTRATO CONTRATUAL | | |
| ----- | | |
| Contrato Nº.: 0039/2015 | | |
| Contratante...: FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL | | |
| Contratada...: MARINA MONETA DANTE - ME | | |
| Valor : 14.400,00 (quatorze mil quatrocentos reais) | | |
| Vigência : Início: 26/06/2015 Término: 31/12/2015 | | |
| Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 10/2015 Processo_Licitatório.....: 00020 / 2015 | | |
| Recursos : Dotação: | | |
| Objeto : Contratação de empresa especializada para procedimentos de esterilização de cães e gatos no município de Capinzal/SC, a fim de reduzir a superpopulação, a falta de lar e a incidência de doenças nestes animais | | |
| Capinzal, 29 de Junho de 2015 | | |

PMC CONTRATO 0207/2015

| | | |
|---|--|--|
| ESTADO DE SANTA CATARINA | | |
| PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL | | |
| EXTRATO CONTRATUAL | | |
| ----- | | |
| Contrato Nº.: 0207/2015 | | |
| Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL | | |
| Contratada...: RENATO DA SILVA COELHO - ME | | |
| Valor : 4.803,00 (quatro mil oitocentos e três reais) | | |
| Vigência : Início: 29/06/2015 Término: 29/06/2016 | | |
| Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 70/2015 Processo_Licitatório.....: 000117 / 2015 | | |
| Recursos : Dotação: | | |
| Objeto : REGISTRO DE PREÇO para aquisição de Material Bibliográfico (livros), para integrar o acervo da Biblioteca Pública Municipal Vereador Rolindo Casagrande, Bibliotecas das Escolas Municipais do Ensino Fundamental e Bibliotecas das Creches/Pré-escolares e dos Centros Municipais de Educação Infantil e cujo quantitativo e especificações estão descritos nos itens dos lotes | | |
| Capinzal, 29 de Junho de 2015 | | |

PMC CONTRATO 0206/2015

| | | |
|----------------------------------|--|--|
| ESTADO DE SANTA CATARINA | | |
| PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL | | |
| EXTRATO CONTRATUAL | | |
| ----- | | |
| ----- | | |

PMC CONTRATO 0208/2015

| | | |
|--|--|--|
| ESTADO DE SANTA CATARINA | | |
| PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL | | |
| EXTRATO CONTRATUAL | | |
| ----- | | |
| Contrato Nº.: 0208/2015 | | |
| Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL | | |
| Contratada...: PORTO DO SOM PRODUcoes MUSICAIS LTDA - ME | | |
| Valor : 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais) | | |
| Vigência : Início: 29/06/2015 Término: 29/09/2015 | | |
| Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 25/2015 Processo_Licitatório.....: 000122 / 2015 | | |
| Recursos : Dotação: | | |
| Objeto : Contratação de empresa especializada para sonorização, na modalidade show, durante Baile na XVI Festa do Agricultor, a ser realizada no dia 05 de julho de 2015, no Parque de Exposições Domingos Pelizzaro | | |
| Capinzal, 29 de Junho de 2015 | | |

PORTARIA 204/2015

PORTARIA Nº 204, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2015

Contrata servidor, por tempo determinado, por excepcional interesse público

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto na Lei nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999, alterada pela Lei nº 3.149, de 30 de outubro de 2014, resolve:

Art. 1º Fica contratada, por tempo determinado, em regime administrativo especial, através do processo seletivo nº 029/2014 e nos termos do contrato nº 204/2015, Luciana Cristina Toaldo Barretta, matrícula nº 330906/06, para exercer as funções do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais na Escola Municipal Ernesto Hachmann, em vaga excedente.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 02 de fevereiro de 2015.

Capinzal - SC, em 02 de fevereiro de 2015
WILSON LUIZ FARIAS
Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 205/2015

PORTARIA Nº 205, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2015

Contrata servidor, por tempo determinado, por excepcional interesse público

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto na Lei nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999, alterada pela Lei nº 3.149, de 30 de outubro de 2014, resolve:

Art. 1º Fica contratada, por tempo determinado, em regime administrativo especial, através do processo seletivo nº 029/2014 e nos termos do contrato nº 205/2015, Maria Aparecida Fraron, matrícula nº 331457/11, para exercer as funções do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais na Escola Municipal Viver e Conhecer, em substituição a titular Dalva Maria Helt Marques, que está readaptada conforme atestado médico.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 02 de fevereiro de 2015.

Capinzal - SC, em 02 de fevereiro de 2015
WILSON LUIZ FARIAS
Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 410/2015

PORTARIA Nº 410, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2015

Contrata servidor, por tempo determinado, por excepcional interesse público

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto na Lei nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999, alterada pela Lei nº 3.149, de 30 de outubro de 2014, resolve:

Art. 1º Fica contratado, por tempo determinado, em regime administrativo especial, através do processo seletivo nº 029/2014 e nos termos do contrato nº 410/2015, William Ademir Bernardi, matrícula nº 410075/01, para exercer as funções do cargo de Motorista, nível 184, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais, na Secretaria de Infraestrutura.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 18 de fevereiro de 2015.

Capinzal - SC, em 18 de fevereiro de 2015
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 443/2015

PORTARIA Nº 443, DE 02 DE MARÇO DE 2015

Concede Progressão Funcional a Servidor na forma que especifica.

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto nos artigos 29 a 33 da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012 e conforme requerimento protocolado sob o nº 474/2015, resolve:

Art. 1º Fica concedida progressão por cursos de formação educacional à servidora Roseli Vieira Lopes, matrícula nº 333034/01.

Art. 2º A servidora é ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Gerais, nível 35, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o nível 35, referência C.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em março de 2015.

Capinzal - SC, em 02 de março de 2015
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

REGULAMENTO 6ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAPINZAL**REGULAMENTO DA
6ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

Dispõe sobre o Regulamento para a Realização da 6ª Conferência Municipal de Saúde do Município de Capinzal – SC, que antecede a 7ª Conferência Estadual de Saúde e a 15ª Conferência Nacional de Saúde, convocada através do Decreto Municipal nº 075/2015 de 29 de maio de 2015, considerando a Resolução do CNS nº 453/2012 e nº 500/2015.

**CAPÍTULO I
DA NATUREZA E FINALIDADE**

Art. 1º A 6ª Conferência Municipal de Saúde de Capinzal, que antecede a 7ª Conferência Estadual de Saúde e a 15ª Conferência Nacional, convocada pelo Decreto Municipal nº 075/2015 de 29 de maio de 2015, publicado no Diário Oficial do Município em 29 de maio de 2015, tem por objetivos:

I - fortalecer a participação e o controle social no Sistema Único de Saúde - SUS, buscando garantir a mais ampla representação da sociedade, em especial das usuárias e dos usuários e dos movimentos sociais e populares, das trabalhadoras e dos trabalhadores da saúde e das gestoras e dos gestores, em todas as fases e etapas da 6ª Conferência Municipal de Saúde;

II - reafirmar, impulsionar e efetivar os princípios e diretrizes do SUS como direito humano e fundamental, com garantias de equidade e políticas que reduzam as desigualdades sociais e territoriais, conforme previsto na Constituição Federal e nas Leis nº 8.080 de 19 de setembro de 1990 e nº 8.142 de 28 de dezembro de 1990;

III - avaliar a situação de saúde e propor diretrizes para a formulação das políticas de saúde, do Plano Plurianual e do Plano Municipal de Saúde.

**CAPÍTULO II
DO TEMA**

Art. 2º A 6ª Conferência Municipal de Saúde tem como tema: "Saúde Pública de Qualidade para Cuidar Bem das Pessoas: Direito do Povo Brasileiro", seguindo as diretrizes norteadoras da 15ª Conferência Nacional de Saúde, convocada pelo Decreto Presidencial nº 243, de 15 de dezembro de 2014, publicado no Diário Oficial da União em 16 de dezembro de 2014.

§ 1º Os eixos temáticos da 6ª Conferência Municipal de Saúde são:

I – direito à Saúde, Garantia de Acesso e Atenção de Qualidade;

II – participação social;

III – valorização do trabalho e da educação em saúde;

IV – financiamento do SUS e Relação Público-Privado;

V – gestão do SUS e Modelos de Atenção à Saúde;

VI – informação, Educação e Política de Comunicação do SUS;

VII – ciência, Tecnologia e Inovação no SUS;

VIII – reformas democráticas e populares do Estado.

§ 2º O tema principal será abordado e discutido em forma de palestra interativa, aberta para discussão durante e após a apresentação.

§ 3º Os eixos temáticos serão discutidos em grupos, previamente definidos, sob orientação de 01 (um) mediador indicado pela Comissão Organizadora, e um relator, assegurando o debate com os delegados e convidados.

§ 4º Os grupos apresentarão suas propostas na plenária final, por meio de um relator, indicado pelo grupo. Poderão ser indicadas emendas às propostas desde que aprovadas pela plenária.

**CAPÍTULO III
DA REALIZAÇÃO**

Art. 3º A 6ª Conferência Municipal de Saúde do município de Capinzal, será realizada no dia 30 de junho de 2015, onde será debatido

o tema central e os eixos temáticos, a partir do documento orientador, que versará sobre o processo de construção de diretrizes para a saúde, como contribuição para as Conferências de Saúde nas demais esferas do governo.

Art. 4º A 6ª Conferência Municipal de Saúde constituirá uma das etapas da Conferência Estadual de Saúde e da 15ª Conferência Nacional de Saúde.

§ 1º Em todas as etapas serão asseguradas a paridade dos delegados representantes dos usuários em relação ao conjunto dos delegados dos demais segmentos.

§ 2º Como cumprimento da Etapa Municipal para as demais etapas, será elaborado Relatório da Etapa Municipal a ser encaminhado à Comissão Organizadora da Etapa Estadual destacando-se, entre as diretrizes aprovadas nesta Etapa, as que subsidiarão as políticas municipais de saúde, bem como as que poderão subsidiar a formulação de políticas estaduais e nacionais de saúde.

Art. 5º A realização da 6ª Conferência Municipal de saúde será de responsabilidade do Conselho Municipal de Saúde, com o apoio da Secretaria Municipal de Saúde.

**CAPÍTULO IV
DAS INSTÂNCIAS DELIBERATIVAS**

Art. 6º São instâncias deliberativas da Etapa Municipal da 6ª Conferência Municipal de Saúde:

I - a Plenária de Abertura;

II - os Grupos de Trabalho;

III - a Plenária Final.

§ 1º A Plenária de Abertura terá como objetivo proceder a leitura do regimento da 6ª Conferência Municipal de Saúde e contará com uma mesa de coordenação e um expositor (palestrante) o qual abordará o tema central da Conferência, indicados pela comissão organizadora.

§ 2º Os Grupos de Trabalho, contando com a representatividade de todos os segmentos, serão realizados simultaneamente, em número total de 08 (oito), conforme os eixos temáticos, onde formularão relatórios com propostas relacionadas ao tema específico abordado, os quais serão apresentados em Plenária Final e, caso aprovadas, subsidiarão a etapa estadual ou poderão ser supridas pela Plenária.

§ 3º Os Grupos de Trabalho serão compostos paritariamente entre as delegadas e os delegados, sendo abertos aos convidados, que serão distribuídos proporcionalmente ao seu número.

§ 4º A Plenária Final terá como objetivo aprovar o Relatório Consolidado dos grupos de trabalho que constituirão o Relatório Final da Conferência, devendo expressar o resultado dos debates nos grupos de trabalho, bem como conter diretrizes municipais/ estaduais/ nacionais, para a formulação de políticas para o SUS e aprovar Moções.

§ 5º O Relatório aprovado na Plenária Final da 6ª Conferência Municipal de Saúde será encaminhado ao Conselho Estadual e Nacional de Saúde, visando sua mais ampla divulgação, e dando início à Etapa de Monitoramento.

**CAPÍTULO V
DA ESTRUTURA E COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO ORGANIZADORA**

Art. 7º A Comissão Organizadora da 6ª Conferência Municipal de Saúde será composta por:

I – membros do Conselho Municipal de Saúde;

II – técnicos da Secretaria Municipal de Saúde.

Parágrafo único – A Comissão Organizadora será coordenada pela Presidência do Conselho Municipal de Saúde.

Art. 8º A Comissão Organizadora terá a seguinte estrutura:

I - coordenação Geral;

II - secretária ou Secretário Geral;

III - relatora ou Relator Geral e Relatora Adjunta ou Relator Adjunto;

IV - coordenação de Comunicação e Informação;

V - coordenação de Articulação e Mobilização Social;

VI - coordenação Financeira e de Infraestrutura.

§ 1º A Comissão Organizadora será responsável pelos seguintes trabalhos:

I- divulgação da Conferência, confecção dos materiais e demais itens afins;

II- elaboração dos documentos necessários para a realização do evento;

III- organização dos grupos de trabalho e registros de informações;

IV- elaboração do relatório final da Conferência; e

V - acompanhamento da prestação de contas dos recursos aplicados na Conferência.

CAPÍTULO VI DA METODOLOGIA

Art. 9º A 6ª Conferência Municipal de Saúde será realizada no dia 30 de junho de 2015, no Centro Educacional Prefeito Celso Farina, localizado na Rua Ernesto Hachmann, nº 505, Centro, no município de Capinzal - presidida pela Presidente do Conselho Municipal de Saúde e Coordenada pela Secretaria Municipal de Saúde de Capinzal.

Art. 10. Os Grupos de Trabalho deverão apresentar um relatório descrevendo as decisões de cada grupo, e aprovado por maioria, cinquenta por cento mais um (50% mais 01) dos presentes, contendo: a- Três (03) propostas de cunho municipal; b- Duas (02) propostas de cunho estadual; c- Duas (02) propostas de cunho nacional.

Art. 11. As propostas destacadas serão descritas e votadas em Plenária Final, sendo que ao término, será elaborado Relatório Final das definições.

Art. 12. O relatório poderá conter a quantidade de propostas que a Plenária entender necessária, relacionados aos eixos da Conferência.

Art. 13. O relatório da 6ª Conferência Municipal de Saúde, apresentando em versão resumida, será encaminhado a Comissão Organizadora da Etapa Estadual até o dia 31 de julho de 2015.

Art. 14. A Programação da 6ª Conferência Municipal de Saúde ocorrerá da seguinte forma:

I - 7 horas - Credenciamento para os Delegados Titulares e Suplentes e, participantes;

II - 8 horas - Abertura Oficial;

III - 8h e 20min. - Palestra Magna sobre o tema central da Conferência "Saúde Pública de Qualidade para Cuidar bem das Pessoas: Direito do Povo Brasileiro", proferida pela Sra. Maria de Fátima Rovariz;

IV - 9h e 20min. - Café da manhã;

V - 9h e 40min. - Orientações para a realização dos trabalhos em grupo e apresentação dos mediadores (as) dos 08 Eixos Temáticos;

VI - 9h e 45min. - Início dos trabalhos em grupos por eixos temáticos (apresentação, discussão e elaboração de propostas);

VII - 11 horas - Plenária Final (Sistematização das propostas por Eixo Temático; Eleição e homologação dos Delegados (as);

VIII - 12 horas - Encerramento.

CAPÍTULO VII DOS PARTICIPANTES

Art. 15. A 6ª Conferência Municipal de Saúde contará com a seguinte distribuição dos participantes:

I - Participantes (delegados) com direito a voz e voto, mediante

prévia inscrição;

II - Observadores: participantes com direito a voz e voto.

Art. 16. Serão Participantes da 6ª Conferência Municipal de Saúde:

I - Os Representantes Titulares e respectivos Suplentes do Conselho Municipal de Saúde, considerados delegados natos;

II - Integrantes da Comissão Organizadora da 6ª Conferência Municipal de Saúde;

III - Participantes livres, devidamente inscritos e credenciados na 6ª Conferência Municipal de Saúde.

Parágrafo único: Conforme orientação do Conselho Nacional de Saúde, a paridade deve ser garantida nas eleições dos delegados para a etapa municipal.

CAPÍTULO VIII

DA ELEIÇÃO DOS DELEGADOS (AS) REPRESENTANTES PARA A 7ª CONFERÊNCIA ESTADUAL E 15ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE

Art. 17. Todos participantes inscritos na condição de delegado poderão concorrer entre seus pares tanto na condição de Titular ou Suplente para o preenchimento das vagas oferecidas conforme Capítulo VIII do Regimento Interno da 7ª Conferência Estadual de Saúde/SC (II- 08 VAGAS para municípios de 10.001 a 50 mil hab.). O número de Suplentes será de 30% das vagas de cada segmento, para a substituição, se necessário, sendo relacionado em ordem de suplência.

Art. 18. A escolha dos delegados será paritária em relação ao conjunto dos representantes do governo, prestadores de serviços e profissionais de saúde, sendo configurada a participação na etapa estadual da seguinte maneira:

I - 50% dos participantes serão representantes dos usuários;

II - 25% dos participantes serão representantes dos profissionais de saúde;

III - 25% dos participantes serão representantes de gestores e prestadores de serviços em saúde.

Parágrafo único. As inscrições para fins de que se trata este artigo, serão realizadas durante a Conferência em ficha de inscrição previamente preparada e aprovada pela Comissão Organizadora, devendo o (a) Delegado (a) permanecer até o encerramento oficial da 6ª Conferência Municipal de Saúde de Capinzal.

Art. 19. A eleição se dará para delegados titulares e delegados suplentes conforme o número de vagas disponibilizadas para o município de Capinzal (8 vagas).

Parágrafo único. Os candidatos a delegados a etapa estadual deverão ter frequência de 100% de participação durante o evento.

Art. 20º A inscrição do candidato a delegado para Etapa Estadual será feita previamente, no momento da inscrição de participação da 6ª Conferência Municipal de Saúde, onde irá à votação na Plenária Final, respeitando a paridade.

§ 1º Poderão ser candidatos à delegados nesta etapa os representantes de Entidades que representam segmentos da Sociedade, Governo, Profissionais da Saúde e Prestadores de Serviços;

§ 2º As inscrições dos delegados eleitos na Etapa Municipal serão enviadas à Organização da Etapa Estadual, até a data estabelecida pela mesma.

Art. 21. Os Conselheiros Municipais de Saúde, titulares ou suplentes, são delegados natos para participar da Etapa Municipal. Os delegados eleitos na Etapa Municipal participarão da Etapa Estadual e poderão se candidatar a Etapa Nacional.

Art. 22. Serão convidados para a 6ª Conferência Municipal de Saúde:

I - representantes de órgãos, entidades, instituições e prestadores de serviços;

II - autoridades regionais e municipais com atuação de relevância na área de saúde e setores afins;
III - movimentos Sociais.

CAPÍTULO IX DOS RECURSOS FINANCEIROS

Art. 23. As despesas com organização geral para a realização da 6ª Conferência Municipal de Saúde correrão à conta da dotação orçamentária consignada pelo Fundo Municipal de Saúde.

§ 1º O Fundo Municipal de Saúde arcará com todas as despesas relacionadas à organização da Conferência.

Art. 24º As despesas com deslocamentos dos delegados, eleitos para etapa Estadual e Nacional serão custeadas pela Secretaria de Saúde do Município de Capinzal- SC.

Parágrafo único. De acordo com o Regimento interno da 7ª Conferência Estadual de Saúde, segue as seguintes orientações:

§ 1º A Secretária de Estado da Saúde arcará com as despesas de hospedagem dos delegados do segmento Usuários e com as despesas de alimentação de todos os participantes da 7ª Conferência Estadual de Saúde.

§ 2º As despesas com o deslocamento e alimentação feita em trânsito de todos os delegados, dos seus municípios de origem ao local da 7ª Conferência Estadual de Saúde, serão de responsabilidade dos municípios.

§ 3º As despesas com hospedagem dos delegados dos segmentos Profissionais de Saúde, Prestadores de Serviço e Governo, serão de responsabilidade dos municípios de origem.

§ 4º As despesas com o deslocamento das Delegadas e dos Delegados, dos seus Estados de origem a Brasília, serão de responsabilidade dos Estados.

CAPÍTULO X DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 25. O Relatório Final da Conferência Municipal será encaminhado ao Conselho Estadual de Saúde e à Comissão Organizadora da Etapa Estadual até, no máximo, três (10) dias úteis após o evento, no endereço eletrônico: ces@saude.sc.gov.br (registrado no site do CNS e SIACS).

Art. 26. O Relatório Final ficará a disposição dos interessados no Conselho Municipal e Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 27. A 6ª Conferência Municipal de Saúde do Município de Capinzal – SC seguirá as Diretrizes norteadoras da 15ª Conferência Nacional de Saúde, convocada pelo Decreto Presidencial nº 243 de 15 de dezembro de 2014, publicado no Diário Oficial da União em 16 de dezembro de 2014.

Art. 28. Casos omissos neste Regulamento serão resolvidos pela Comissão Organizadora da 6ª Conferência Municipal de Saúde de Capinzal.

Art. 29. Passado o período da Consulta Pública, fica aprovado este Regulamento na data de sua publicação em Mural Público, o site Oficial da Prefeitura Municipal e no DOM/SC.

Art. 30. Este Regulamento entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal/SC, 30 de junho de 2015.

Luciana Mendes Rapozo
Presidente do CMS

Catanduvas

PREFEITURA

DECRETO Nº 2.077, DE 29 DE JUNHO DE 2015

DECRETO Nº 2077, de 29 de junho de 2015.

“CLASSIFICA IMÓVEIS DAS RESPECTIVAS ZONAS DE INFLUÊNCIA, PARA FINS DE COBRANÇA DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA REFERENTE OBRAS REALIZADAS NA RUA DA PÁTRIA, DECORRENTES DO TERMO DE ACORDO PARA PAVIMENTAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS EM REGIME DE MUTIRÃO DE 26/01/2012, E DESIGNA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO PARA APURAÇÃO DO VALOR DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

GISA APARECIDA GIACOMIN, Prefeita Municipal de Catanduvas (SC), no uso de suas atribuições, com fundamento no que dispõe o art. 103, VIII da Lei Orgânica do Município e art. 295 da Lei Complementar nº 17, de 17 de dezembro de 2001 (Código Tributário Municipal), art. 2º, § 3º da Lei nº 2.248, de 12 de março de 2010 e Lei Complementar nº 64, de 6 de maio de 2010,

DECRETA:

Art. 1º Classifica os imóveis abaixo relacionados em zona de influência para fins de localização e determinação de cobrança de Contribuição de Melhoria na Rua da Pátria, no trecho entre as Ruas Alfredo Gomes, Ery Gomes Bittencourt e Oracy Bucco, Bairro Cidade Jardim - Catanduvas:

| Ordem | Quadra | Lote | Cadastro nº | Proprietário | Testada (m) |
|-------|--------|------|-------------|-------------------------|-------------|
| 1 | 135 | 332P | 1024--0 | Zulmira Toniello Cadore | 15,0 |
| TOTAL | 15,0 | | | | |

Parágrafo único. Nos termos do art. 2º, § 3º da Lei nº 2.248, de 12 de março de 2010, estão sujeitos a Cobrança de Melhoria os proprietários Lindeiros que não aderiram ao regime de mutirão conforme Termo de Acordo para pavimentação de vias públicas em regime de mutirão de 26/01/2012.

Art. 2º A presente classificação decorre do Termo de Acordo para pavimentação de vias públicas em regime de mutirão de 26/01/2012, conforme projeto de pavimentação integrante daquele instrumento.

Art. 3º Designa Comissão de Avaliação para efetuar apuração do valor da Contribuição de Melhoria das obras acima identificadas, de acordo com o disposto no Código Tributário Municipal - Lei Complementar nº 17, de 17 de dezembro de 2001, com a redação dada pela Lei Complementar nº 59, de 23 de dezembro de 2009, formada pelos seguintes membros:

I - Carlos Augusto Czech – Responsável do Setor de Tributos da Prefeitura;

II - Caroline Joana Lenieski Johan – Controle Interno

III - Ivan Cláudio Sacchet – Mercado Imobiliário

IV - Francielle Dias dos Santos – Setor de Tributos

V - Rosa Maria dos Santos Brito – Setor de Tributos

VI - Sandra Maria Dilda Bucco – Setor de Habitação

Art. 4º Compete à Comissão proceder a vistoria das obras, documentos do Termo de Acordo para pavimentação de vias públicas em regime de mutirão de 26/01/2012 e emitir no prazo de cinco (5) dias, Laudo apontando a valorização imobiliária decorrente do acréscimo de valor que a obra resultou para cada imóvel beneficiado com a pavimentação.

Parágrafo único. A Comissão deverá utilizar como parâmetro para avaliação da contribuição de melhoria, a natureza da obra, os benefícios para os usuários, as atividades econômicas predominantes, e o nível de desenvolvimento da região.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Catanduvas (SC), 29 de junho de 2015.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

Registrado e publicado nesta data.

Chapadão do Lageado

PREFEITURA

285.2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 285/2015

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, em conformidade com o art.40, Inciso V e art. 47 da Lei Complementar nº 008 de 23.12.99,

RESOLVE:

Art.1º Conceder adicional de Insalubridade em grau médio de 20% (vinte por cento) a funcionária MAIARA KLETTENBERG, ocupante do cargo efetivo de Enfermeira, na Secretaria Municipal da Saúde, conforme, Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho – LTCAT.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir 01.06.2015.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO, 29 de junho de 2015.

JOSÉ BRAÚLIO INÁCIO
Prefeito Municipal

286.2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIANº 286/2015

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, em conformidade com o Art.47, § 4º da Lei Complementar nº 008 de 23.12.99,

RESOLVE:

Art. 1º Fazer cessar os efeitos da Portaria nº 377/2014 de 23.09.2014, que concede insalubridade ao servidor MARCELO DE SOUZA, ocupante do cargo efetivo de Operador de Equipamentos 40 horas, a partir da edição da Portaria nº 429/2014.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 05.11.14.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO, 29 de junho de 2015.

JOSÉ BRAÚLIO INÁCIO
Prefeito Municipal

287.2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIANº 287/2015

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, em conformidade com o Art.47, § 4º da Lei Complementar nº 008 de 23.12.99,

RESOLVE:

Art. 1º Fazer cessar os efeitos da Portaria nº 059/2015 de 04.02.2015, que concede insalubridade ao servidor ALESSANDRO DE SOUZA, ocupante do cargo efetivo de Operador de Equipamentos 40 horas, a partir da edição da Portaria nº 198/2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 14.04.15.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO, 29 de junho de 2015.

JOSÉ BRAÚLIO INÁCIO
Prefeito Municipal

EXTRATO DE EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 66/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

EXTRATO DO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 66/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº 46/2015

O Município de Chapadão do Lageado torna público aos interessados, que estará reunida no dia 10 de julho de 2015, às 08h30min, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do Processo Licitatório, cujo objeto é a contratação de serviços e a aquisição de bens/produtos para a concretização da Festa do Colono, a ser realizada no dia 25 de julho de 2015, no Centro de Eventos, localizado na Avenida 29 de Novembro, nº 2289, Centro, Município de Chapadão do Lageado-SC, de conformidade com o Termo de Referência – Anexo II. As informações, o edital na íntegra e seus anexos, deverão ser solicitados das 08h00min às 13h00min pelo telefone: (47) 3537 0072 ou pelo e-mail: compras@chapadaodolageado.sc.gov.br, endereçado ao Presidente da Comissão Permanente de Licitação, ou ainda pessoalmente, na Divisão de Contratos, Compras e Licitação, desta Prefeitura Municipal, situada à Rua Allan Régis Inácio, 15, Centro, em até 24 (vinte e quatro) horas antes da data marcada para a reunião destinada ao recebimento dos envelopes.

Chapadão do Lageado/SC, 30 de junho de 2015.

JOSÉ BRAÚLIO INÁCIO
Prefeito Municipal

Cocal do Sul

CÂMARA MUNICIPAL

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº. 01/2015

Credenciamento para serviço de radiodifusão

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 001/2015

Contratação de serviço de radiodifusão com abrangência no Município de Cocal do Sul

A CÂMARA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, através da Comissão de Licitação nomeada pela Resolução n. 220/2015, torna público que receberá, a partir da publicação do presente edital, propostas para o Credenciamento de Empresas de Radiodifusão, com abrangência no Município de Cocal do Sul, para transmissão de sessões Ordinárias, Extraordinárias e Solenes desta Casa de Leis, bem como, publicação de notas, avisos, editais e outros instrumentos convocatórios e/ou de interesse público. Fazem parte deste instrumento convocatório os seguintes Anexos:

I - Termo de Referência;

II – Pedido de Credenciamento;

III- Modelo de declaração de que não emprega menores;

IV- Declaração de que não tem impedimento para contratar com o poder público;

IV – Minuta do Termo de Credenciamento.

O processo de credenciamento será regido pelas disposições da Lei n.º 8.666/93. A documentação necessária ao credenciamento deverá ser encaminhada à Comissão de Licitação da Câmara Municipal de COCAL DO SUL, em envelope fechado contendo as seguintes indicações:

À CÂMARA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL

CREDENCIAMENTO Nº 001/2015

Razão social da empresa licitante

Nome da Rádio

CNPJ

Endereço, telefone e fax da empresa licitante

A documentação será recebida para análise de 01/07/2015 a 21/07/2015, no horário das 8:00 as 11:30 e das 13:00h as 16:30, na Secretaria da Câmara Municipal de Cocal do Sul, localizada na Rua Angelo Peruchi, n. 126, Centro, Cocal do Sul.

O julgamento da habilitação dos Credenciamentos será em 27/07/2015 as 10:00h pela Comissão de Licitações, na sede da Câmara Municipal de Cocal do Sul.

01. OBJETO

O Credenciamento visa a Contratação de Rádio AM e/ou FM, com abrangência no Município de Cocal do Sul, no período de AGOSTO a DEZEMBRO de 2015, para:

a) transmissões das sessões ordinárias da Câmara Municipal de Cocal do Sul, todas as terças-feiras após a sessão da câmara e nas quartas-feiras a partir das 06:00h;

b) transmissões das reuniões extraordinárias da Câmara Municipal, em dias, horários e local previamente estabelecidos;

c) transmissões das sessões solenes da Câmara Municipal, em dias, horários e local previamente estabelecidos;

d) publicação de avisos, notas, editais e outros atos de interesse público, previamente elaborados, com indicação de número de chamadas, tempo de duração, dias e horários;

e) O conteúdo das publicações será disponibilizado pela Câmara de Vereadores.

02. DO VALOR A SER PAGO

Pelos serviços prestados a Câmara de Vereadores pagará o valor:

VALOR A SER PAGO POR HORA R\$ 91,20

VALOR A SER PAGO POR MINUTO R\$ 1.52

VALOR A SER PAGO POR TRINTA SEGUNDOS R\$ 0,76

Os serviços serão prestados após autorização por escrito da Presidência da Câmara Municipal. O valor estimado para as contratações é de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) a serem pagos as emissoras credenciadas, de acordo com os serviços autorizados, sendo que tal estimativa constitui-se em mera previsão, não estando a Câmara Municipal de COCAL DO SUL obrigada a realizá-la em sua totalidade, e não cabendo às empresas credenciadas o direito de pleitear qualquer tipo de reparação ou compensação pelo não uso total da verba.

3. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO (DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA)

3.1. Poderão requerer o credenciamento as rádios com sedes estabelecidas na Cidade de COCAL DO SUL, e/ou que tenham sintonia com abrangência no Município DE COCAL DO SUL, e que protocolarem, no prazo fixado, o envelope com a documentação abaixo especificada:

a) Registro comercial, no caso de empresa individual; ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, e no caso de sociedade por ações, acompanhado dos documentos de eleição de seus administradores;

b) Prova de regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal;

c) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social - INSS (Certidão Negativa de Débito - CND) e do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS (Certificado de Regularidade do FGTS - CRF);

d) Pedido de Credenciamento e Declaração da licitante de que tomou conhecimento e que concorda com todas as informações deste Edital (modelo Anexo II);

e) Declaração de que não possui em seu quadro de funcionários, empregados menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menores de dezoito anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos (cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal) – (modelo Anexo III)

3.2. Os interessados deverão preencher o pedido de credenciamento, conforme modelo constante no Anexo II, obrigatoriamente instruído pelos documentos oficiais que demonstrem o atendimento aos requisitos previstos no subitem 3.1.

3.3. Os documentos exigidos poderão ser apresentados em cópias reprográficas autenticadas por Tabelião de Notas ou pela comissão de licitações.

Os documentos emitidos via internet por órgãos ou entidades públicas e suas cópias reprográficas, dispensam a necessidade de autenticações e, em caso de deficiência nas informações constantes no documento apresentado, os mesmos poderão ser obtidos via internet.

Eventuais fraudes detectadas nos documentos supra, pelos membros da Comissão, serão imediatamente comunicadas à autoridade superior, para as providências cabíveis, impossibilitado de pronto, o credenciamento do infrator.

4. PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1. A prestação dos serviços objeto deste credenciamento será realizada, durante a vigência do contrato de Julho a Dezembro.

5. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.1. O pagamento será realizado mensalmente, após o recebimento da nota fiscal, em consonância com a programação financeira da Câmara Municipal.

5.2. O pagamento será efetuado em até 10 (dez) dias úteis após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura, comprovada a manutenção das exigências da habilitação. O crédito se dará através de Ordem Bancária com depósito em conta corrente da licitante.

5.3. Não será concedido reajuste ou correção monetária do valor do contrato.

5.4. Fica assegurado o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na ocorrência de fato superveniente que implique a inviabilidade de sua execução.

6. PENALIDADES

6.1. O cometimento de irregularidades no procedimento licitatório ou na execução do contrato administrativo sujeitará o particular à aplicação de sanções administrativas, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93.

6.2. Pela inexecução total ou parcial, ou atraso injustificado do objeto desta Licitação, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, ressalvados os casos devidamente justificados e comprovados, a critério da Administração, e ainda garantida a prévia e ampla defesa, serão aplicadas as seguintes cominações, cumulativamente ou não:

I. advertência;

II. multa, nos seguintes termos:

a) pelo atraso na prestação do serviço, em relação ao prazo estipulado:

1% (um por cento) do valor global, por dia decorrido, até o limite de 10% do valor do serviço não prestado;

b) pela recusa em realizar a prestação do serviço, caracterizada em dez dias após o vencimento do prazo estipulado: 10% (dez por cento) do valor do serviço não prestado;

c) pela demora em substituir ou corrigir falhas no serviço prestado, a contar do segundo dia da data da notificação, 2% (dois por cento) do valor do serviço, por dia corrido, até o limite de 10% do valor do serviço não prestado;

d) pelo não cumprimento de qualquer condição fixada na Lei 8.666/93, com alterações, ou no instrumento convocatório e não abrangida nos incisos anteriores: 1% (um por cento) do valor do serviço não prestado. III. suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a CONTRATANTE, pelo prazo de até 2 (dois) anos;

IV. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a CONTRATANTE, pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item anterior.

6.3. Pelos motivos que se seguem, principalmente, a CONTRATADA estará sujeita às penalidades tratadas nos incisos III e IV do subitem 5.1:

I. pelo descumprimento do prazo de prestação de serviços;

II. pela recusa em atender alguma solicitação para correção na prestação de serviços, caracterizada se o atendimento à solicitação não ocorrer no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da data da rejeição, devidamente notificada;

III. pela não execução na prestação de serviços de acordo com as especificações e prazos estipulados neste Edital.

6.4. Além das penalidades citadas, a CONTRATADA ficará sujeita, ainda, no que couber, às demais penalidades referidas no Capítulo IV da Lei Federal nº 8.666/93, inclusive durante todo o prazo de prestação dos serviços.

6.5. As multas estabelecidas podem ser aplicadas isolada ou

cumulativamente, ficando o seu total limitado a 10% (dez por cento) do valor contratado, sem prejuízo de perdas e danos cabíveis.

6.6. Poder-se-á descontar dos pagamentos porventura devidos à CONTRATADA as importâncias alusivas às multas, ou efetuar sua cobrança mediante inscrição em dívida ativa, ou por qualquer outra forma prevista em lei.

6.7. A competência para aplicar todas as sanções será do Presidente da CONTRATANTE.

7. HOMOLOGAÇÃO

Os pedidos de credenciamento serão dirigidos à Comissão de Licitação até a data de 21/07/2015 e após julgamento da habilitação pela Comissão de Licitação, os habilitados serão homologados pelo Presidente da Câmara Municipal de COCAL DO SUL.

8. DURAÇÃO E DA SUSPENSÃO DO CREDENCIAMENTO

8.1. O credenciamento terá a duração entre a data de assinatura do contrato, até 31.12.2015.

8.2. O credenciamento poderá ser suspenso por interesse da Câmara Municipal de Cocal do Sul, quando devidamente justificado.

9- DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1. O pagamento será efetuado através da seguinte dotação orçamentária:

2002- Manutenção do Poder Legislativo

33.90.39.99.00.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

10. DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1. Os casos omissos serão solucionados pela Comissão de Licitações da Câmara Municipal de Cocal do Sul, com base na Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

10.2. O licitante vencedor fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições acréscimos ou supressões de até 25% do objeto licitado, nos termos do §1º, artigo 65 da Lei nº 8.666/93.

10.3. Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Cidade de Urussanga.

10.4. O edital completo será disponibilizado para consulta e cópia na Secretaria da Câmara Municipal de Cocal do Sul, bem como no site oficial da Câmara Municipal de Cocal do Sul (www.camaracocal.sc.gov.br), estando disponível para estudo a partir do dia 01/07/2015 até 21/07/2015 das 8:00 as 11:30 e das 13:00 as 16:30h na sede da Câmara Municipal de Cocal do Sul, localizada na Rua Angelo Peruchi, n. 126, Centro – Cocal do Sul ou pelos telefones (48) 3447 1216 e (48) 3447 6142.

COCAL DO SUL, 01 DE JULHO DE 2015.

ROSENY CITTADIN BARBOSA

PRESIDENTE DA CÂMARA

LUCIANE TROMBRM NIEHUES

PRESIDENTE DA COMISSÃO

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

01. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO. Com a função de elaborar leis e fiscalizar a aplicação do dinheiro público, e tendo em vista a percepção da necessidade de aproximar a Câmara Municipal de Cocal do Sul da sociedade e ainda, da importância que a comunicação assume nos dias atuais, principalmente para o fortalecimento da cidadania, é imperioso a divulgação e publicação de forma ampla, de todas as ações do Poder Legislativo Municipal de Cocal do Sul.

02. DESCRIÇÃO SUCINTA DO OBJETO. A Transmissão das sessões legislativas, sejam elas Ordinárias, Extraordinária e Solenes, nas rádios locais e/ou com abrangência na Cidade de Cocal do Sul é de fundamental importância, para que os munícipes acompanhem tudo que acontece no Poder Legislativo, nos dias de sessões. A divulgação de notas, avisos, editais e demais atos praticados pelo

Poder Legislativo, são importantes para que a comunidade tome conhecimento prévio dos dias e horários da realização de reuniões e audiências públicas, fique ciente de algum fato ou decisão importante e de interesse público, praticado pelo Presidente da Câmara ou pelos Vereadores.

03. **ESCOLHA DA SELEÇÃO.** Tendo em vista a natureza dos serviços prestados (informação/publicidade), objetivando dar o máximo de publicidade aos atos legislativos, necessário se faz a contratação de todos os veículos de comunicação do município e/ou com abrangência no Município, interessados em divulgar os seus trabalhos. Importante ressaltar que todos os atos e fatos praticados pelo Legislativo, quanto mais publicidade tiver, melhor para o acompanhamento e fiscalização da comunidade, e também para a transparência. Considerando que existem vários veículos de comunicação com abrangência no Município, e que cada um deles atinge um certo público, de forma individualizada, o que chamamos de audiência, para que o trabalho de divulgação dos serviços da Câmara atinja a todos, de forma igualitária, imprescindível o credenciamento e a possível contratação de todos.

04. **PRESTAÇÃO DO SERVIÇO/ FISCALIZAÇÃO.** Os serviços serão prestados de acordo com a autorização do Presidente da Câmara e fiscalizados pelo Controle Interno, por todos os demais vereadores e servidores do quadro de pessoal, bem como, pela própria população.

05. **HABILITAÇÃO.** Para habilitação serão exigidos, exclusivamente, os seguintes documentos:

- Registro comercial, no caso de empresa individual; ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, e no caso de sociedade por ações, acompanhado dos documentos de eleição de seus administradores;
- Prova de regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal;
- Prova de regularidade relativa à Seguridade Social - INSS (Certidão Negativa de Débito - CND) e do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS (Certificado de Regularidade do FGTS - CRF);
- Declaração da licitante de que tomou conhecimento de todas as informações para o cumprimento das obrigações que constituem objeto da presente licitação;
- Declaração de que não possui em seu quadro de funcionários, empregados menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menores de dezesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos (cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal);
- Documento (s) comprobatório (s) de que a pessoa que assinou as declarações exigidas nos subitens "e", e "f" deste item tem poderes para tal.

06. **PRAZO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL.** O prazo de duração contratual poderá ser entre a data de assinatura do contrato e o dia 31/12/2015.

7. **PAGAMENTO.** O pagamento mensal será efetuado após o atendimento dos seguintes requisitos:

- Comprovante de Prestação dos serviços;
- Emissão da Nota Fiscal devidamente protocolada junto ao Departamento Contábil da Câmara.

8. **DO PREÇO.** Os preços a serem pagos pela Câmara Municipal constam de tabela prevista no Edital.

9. **DA BASE LEGAL.** A base legal para o presente credenciamento, é o Art. 25, caput, da Lei 8.666/93, considerando que, no presente caso, torna-se inexigível um procedimento licitatório, haja vista a impossibilidade de concorrência. Exemplo. O público da Rádio A, não é o mesmo da Rádio B, ou da Rádio C, e assim sucessivamente, seja por melhor frequência, melhor comunicação, melhor programação, etc... Caso se realize uma licitação, sob qualquer modalidade, apenas os ouvintes de uma única rádio serão informados sobre os trabalhos legislativos, ceifando a desejada publicidade e transparência dos mesmos.

Em pré-julgado do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, sob o nº 1.788, de 12/05/2006, tendo como relator o Conselheiro Salomão Ribas Junior, foi proferida a seguinte decisão:

"Para a divulgação dos atos administrativos, avisos e outros procedimentos que venham ao encontro do interesse da coletividade por meio de transmissão radiofônica, os Poderes Executivo e Legislativo da municipalidade, além da contratação por meio de licitação, podem realizar sistema de credenciamento de todas as emissoras interessadas, mesmo no caso de rádio comunitária, quando não for a única a ser captada pela população do município".

Também em pré-julgado do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, sob o nº 1.537, de relatoria do conselheiro Luiz Suzin Marini, a seguinte decisão foi proferida:

"1. Para a transmissão radiofônica de sessões legislativas, além da contratação por meio de licitação, a Câmara de Vereadores pode realizar sistema de credenciamento de todas as emissoras de rádio interessadas, mesmo no caso de rádio comunitária, legalizada, quando não for a única a ser captada pelos habitantes do município. 2. É lícita a contratação mediante credenciamento, quando aberto a todos os interessados, desde que os requisitos, cláusulas e condições sejam preestabelecidos e uniformes, inclusive quanto à forma de remuneração fixada pela Câmara, vinculação ao termo que inexigiu a licitação, responsabilidade das partes, vigência e validade, casos de rescisão e penalidades e foro judicial, devendo haver publicação resumida da contratação. 3. O objeto de divulgação contratado deve ser distribuído de forma equânime e imparcial dentre as emissoras radiofônicas pré-qualificadas."

Por tudo acima explicitado, opta-se pelo processamento do presente processo de credenciamento, dando oportunidade a todos, em igualdade de condições.

Cocal do Sul, 01 de julho de 2015.

ROSENY CITTADIN BARBOSA
PRESIDENTE

ANEXO II

(MODELO DE PEDIDO DE CREDENCIAMENTO)

À CÂMARA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL.

EDITAL DE CREDENCIAMENTO N.º 001/2015.

A (Nome da Empresa), inscrita no CNPJ (MF) sob o nº _____, vem por meio desta, requerer credenciamento para prestação do serviço de transmissão de sessões desta Câmara Municipal, publicação de chamadas, notas, avisos, editais e demais atos legislativos, na rádio _____ com sede na _____ e abrangência no município de Cocal do Sul/SC.

Declaro que: "Tenho conhecimento e concordo com todos os termos e condições estabelecidas neste Edital".

_____, ____ de _____ de 2015.

(Assinatura do Representante Legal da Empresa)

Obs: O pedido deverá ser apresentado em papel timbrado da empresa requerente).

ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE NÃO EMPREGA MENORES

_____ (nome da empresa) _____
_____, inscrita no CNPJ sob o nº _____
, por intermédio de seu representante legal o (a) Sr (a) _____
_____, portador (a) da

Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz ()

OBS: em caso afirmativo assinalar a ressalva acima.

_____, ____ de de 2015.

Assinatura do Representante Legal da Empresa

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE NÃO TEM IMPEDIMENTO PARA CONTRATAR COM O PODER PÚBLICO

Declaramos para todos os fins de direito, na qualidade de PROPONENTE no Edital de Credenciamento n.º 01/2015, instaurado pela Câmara de Vereadores de Cocal do Sul, que não temos nenhum impedimento para contratar com o Poder Público, conforme Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

LOCAL E DATA

EMPRESA

ANEXO V

MINUTA DO TERMO DE CREDENCIAMENTO N.º /2015

CREDENCIAMENTO N. 01/2015

A CÂMARA DE VEREDORES DE COCAL DO SUL, inscrita no CNPJ (MF), sob o n.º _____, com sede administrativa na rua _____ Cocal do Sul, SC, neste ato representado por sua presidente Roseny Cittadin Barbosa, inscrita no CPF n.º _____, ora denominada simplesmente de CONTRATANTE, e, de outro lado, a empresa com sede na inscrita no CNPJ/MF sob o n.º , doravante denominada simplesmente CREDENCIADA, neste ato representada por brasileiro(a), (estado civil), (profissão), residente na Av/Rua n.º (setor/bairro), portador da Cédula de Identidade n.º inscrito no CPF/MF n.º resolvem celebrar o presente TERMO DE CREDENCIAMENTO para prestação de serviços de radiodifusão através de emissora de rádio AM, FM Comunitária e FM Comercial, com cobertura na cidade de Cocal do Sul, decorrente do Processo de Credenciamento n. 01/2015 e do Edital de Credenciamento nº 01/2015, que será regido pelo que dispõe a Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações posteriores, cujas condições são estabelecidas nas seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

O presente CONTRATO tem por objeto a Contratação de Rádio AM e/ou FM, com abrangência no Município de Cocal do Sul, no período de JULHO a DEZEMBRO de 2015, para:

- a) transmissões das sessões ordinárias da Câmara Municipal de Cocal do Sul, todas as terças-feiras, após a sessão da câmara e retransmissão nas quartas-feiras a partir das 06:00h.
- b) transmissões das reuniões extraordinárias da Câmara Municipal, em dias, horários e local previamente estabelecidos;
- c) transmissões das sessões solenes da Câmara Municipal, em dias, horários e local previamente estabelecidos;

d) publicação de avisos, notas, editais e outros atos de interesse público, previamente elaborados, com indicação de número de chamadas, tempo de duração, dias e horários.

CLÁUSULA SEGUNDA – PREÇO E FORMA DE PAGAMENTO

Pela execução dos serviços de que trata a cláusula primeira, a CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO/CREDENCIADO o valor:

VALOR A SER PAGO POR HORA R\$ _____

VALOR A SER PAGO POR MINUTO R\$ _____

VALOR A SER PAGO POR TRINTA SEGUNDOS R\$ _____

CLÁUSULA TERCEIRA – PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

Os serviços serão iniciados mediante autorização do presidente da Câmara de Vereadores de Cocal do Sul no período de 01/08/2015 a 31/12/2015.

CLÁUSULA QUARTA – 4. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

4.1. O pagamento será realizado mensalmente, após o recebimento da nota fiscal e dos comprovantes de veiculação, e em consonância com a programação financeira da Câmara Municipal.

4.2. O pagamento será efetuado em até 10 (dez) dias úteis após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura, comprovada a manutenção das exigências da habilitação. O crédito se dará através de Ordem Bancária com depósito em conta corrente da licitante.

4.3. Não será concedido reajuste ou correção monetária do valor do contrato.

4.4. Fica assegurado o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na ocorrência de fato superveniente que implique a inviabilidade de sua execução.

CLÁUSULA QUINTA – RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes do presente credenciamento correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

2002- Manutenção do Poder Legislativo

33.90.39.99.00.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

CLÁUSULA SEXTA – RESCISÃO

As partes contratantes poderão propor, a qualquer tempo, a rescisão do presente CONTRATO nas hipóteses de comprovado inadimplemento de qualquer de suas cláusulas e condições, superveniência de normas legais ou eventos que o tornem material ou formalmente inexecutável, ou mútuo consenso das partes contratantes, mediante pedido escrito com 30 (trinta) dias de antecedência, contados a partir do recebimento da referida comunicação pela outra parte.

CLÁUSULA SÉTIMA – PRAZO E VIGÊNCIA

O prazo de vigência será a partir da assinatura do presente Termo de Credenciamento até o dia 31 de dezembro de 2015, condicionada sua eficácia a publicação, em extrato, no veículo de publicações oficiais do Município.

CLÁUSULA OITAVA – PUBLICAÇÃO

A Câmara de Vereadores providenciará a publicação de resumo do presente Termo de Credenciamento na imprensa oficial do Município, nos termos do parágrafo único do artigo 61, parágrafo único da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores e no Portal da Transparência da Câmara de Vereadores.

CLÁUSULA NONA – CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão solucionados mediante entendimento entre as partes, confirmados através da troca de correspondências, com base na Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA – FORO

Fica eleito o Foro da comarca de Urussanga/SC para dirimir as questões decorrentes da execução do presente Termo com renúncia a

qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA– VINCULAÇÃO AOS TERMOS DO EDITAL

O presente Termo vincula-se ao que dispõe o Edital de Credenciamento nº.001/2015.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente em 02 (duas) vias de iguais teor e forma, para um só efeito, juntamente com as testemunhas abaixo nomeadas

Cocal do Sul, de 2015.

CAMARA DE VEREADORES DE COCAL DO SUL
CONTRATANTE

CREDENCIADA

TESTEMUNHAS: _____

Concórdia

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 80/2015-PMC MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA – SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE
PREGÃO PRESENCIAL Nº 80/2015 - PMC

Objeto: Aquisição de peças e serviços para conserto do sistema de direção e freio do trator esteira Fiat allis 14 CT ano 1996 PMC 249, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital. Tipo: Menor Preço Global.

Recebimento das propostas: até as 16h00min do dia 13/07/2015.

Abertura: dia 14/07/2015 às 08h30min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2164.

Concórdia, SC, 26 de Junho de 2015.

ANTÔNIO COLUSSI

Secretário Municipal de Transportes

EXTRATO 1º TA CONTRATO Nº 6/2015 -FMEC

Contrato Nº : 6/2015

Aditivo Nº : 1 TA/2015

Tipo Aditivo : Normal

Contratante : FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTES

Contratada : ESPORTE ESPETACULAR - COM. DE ARTIGOS ES-
PORT. LTDA

Licitação : Pregão Presencial 2/2015

Objeto : Aquisição de troféus e medalhas para premiação de equi-
pes e atletas nos diversos eventos promovidos pela FMEC, confor-
me especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Vigência : Início: 08/06/2015 Término: 31/12/2015

Assinatura : 08/06/2015

Valor R\$: 403,24 (Quatrocentos e Três Reais e Vinte e Quatro
Centavos)

Dotação : 304 - 17.001.2453.333903104000000.01000001

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 28/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº
28/2015

O Secretário Municipal de Agricultura Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente, torna público que ratificou o ato do Senhor CÉSAR PELLIZZARO, Diretor de Desenvolvimento Rural, que declarou dispensável a licitação, nos termos do inciso II, do artigo 24 da Lei Federal nº 8.666/93 e posteriores alterações, homologada em 29 de junho de 2015, para a prestação de serviço de responsável técnico da área da exposição animal da Expo Agro 2015, realizada por profissional do ramo de medicina veterinária. Conforme solicitação da CIDASC (anexa) e de acordo com a Lei nº4762/2015, a favor do senhor: FLAVIO LEOCINEI HANAUER GAUER, no valor total de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais).

RUIMAR SCORTEGAGNA

Secretário Municipal de Agricultura Desenvolvimento Rural e Meio
Ambiente

EXTRATO DO CONTRATO Nº 10/2015-FMAS

Contrato Nº : 10/2015

Contratante : FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

Contratada : IRACI DE ANDRADE

Licitação : Pregão Eletrônico 3/2015

Objeto : Contratação de empresa do ramo de treinamento visando
prestação de serviços de oficina de capacitação para profissionais
dos Centros de Referência de Assistência Social e dos Centros de
Convivência do Município. Com recursos oriundos da reprograma-
ção do repasse Fundo a Fundo do PAIF (recurso federal), conforme
descrições constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Vigência : Início: 08/06/2015 Término: 31/12/2015

Assinatura : 08/06/2015

Valor R\$: 7.845,95 (Sete Mil, Oitocentos e Quarenta e Cinco Reais
e Noventa e Cinco Centavos)

Dotação : 342 - 15.001.2202.333903965000000.03350004

EXTRATO DO CONTRATO Nº 11/2015-FMAS

Contrato Nº : 11/2015

Contratante : FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

Contratada : A&C - DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL E GEREN-
CIAL LTDA

Licitação : Pregão Eletrônico 3/2015

Objeto : Contratação de empresa do ramo de treinamento visando
prestação de serviços de oficina de capacitação para profissionais
dos Centros de Referência de Assistência Social e dos Centros de
Convivência do Município. Com recursos oriundos da reprograma-
ção do repasse Fundo a Fundo do PAIF (recurso federal), conforme
descrições constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Vigência : Início: 08/06/2015 Término: 31/12/2015

Assinatura : 08/06/2015

Valor R\$: 9.942,00 (Nove Mil e Novecentos e Quarenta e Dois
Reais)

Dotação : 342 - 15.001.2202.333903965000000.03350004

EXTRATO DO CONTRATO Nº 12/2015-FMAS

Contrato Nº : 12/2015

Contratante : FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

Contratada : A&C - DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL E GEREN-
CIAL LTDA

Licitação : Pregão Eletrônico 4/2015

Objeto : Contratação de empresa para consultoria, supervisão pro-
fissional e estudo de casos para as equipes técnica do Centro de
Referencia Especializado de Assistência Social, com recursos da re-
programação do PAEFI/FNAS (recurso federal) e da reprogramação
do CREAS Custeio/FEAS (recurso estadual), conforme descrições
constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Vigência : Início: 17/06/2015 Término: 31/12/2015

Assinatura : 17/06/2015

Valor R\$: 23.429,00 (Vinte e Três Mil e Quatrocentos e Vinte e

Nove Reais)

Dotação : 346 - 15.001.2203.333903905000000.03350003

Dotação : 393 - 15.001.2203.333903905000000.03610003

EXTRATO DO CONTRATO Nº 14/2015-FMEC

Contrato Nº : 14/2015

Contratante : FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTES

Contratada : IRMA CAVALIERI 94923922915

Licitação :

Objeto : Prestação de serviço de sonorização em ambiente aberto por ocasião do ato de entrega da premiação para as equipes participantes do campeonato interiorano, séries A, B e C.

Vigência : Início: 08/06/2015 Término: 31/12/2015

Assinatura : 08/06/2015

Valor R\$: 1.800,00 (Um Mil e Oitocentos Reais)

EXTRATO DO CONTRATO Nº 15/2015-FMEC

Contrato Nº : 15/2015

Contratante : FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTES

Contratada : ASSOCIAÇÃO INDEPENDENTE DE ARBITROS

Licitação : Pregão Presencial 6/2015

Objeto : Contratação de empresa para prestação de serviços de arbitragem e preenchimento de súmulas dos jogos da 21ª Olimpíada Interbairros e Futsal Sênior - Edição 2015, e dos jogos do Campeonato Municipal do Interior de Futebol Sete - Edição 2015, para atender as necessidades de lazer e integração entre as comunidades do interior do município e entre as Associações de Moradores que participam dos eventos, sem custos de arbitragem para as mesmas, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Vigência : Início: 01/07/2015 Término: 28/02/2016

Assinatura : 24/06/2015

Valor R\$: 29.106,00 (Vinte e Nove Mil e Cento e Seis Reais)

Dotação : 304 - 17.001.2453.333903979000000.01000001

EXTRATO DO CONTRATO Nº 177/2015-PMC

Contrato Nº : 177/2015

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCORDIA

Contratada : ADAGIL CLIMATIZAÇÃO EIRELI

Licitação : Pregão Presencial 53/2015

Objeto : Aquisição e instalação de equipamentos, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Vigência : Início: 16/06/2015 Término: 15/06/2016

Assinatura : 16/06/2015

Valor R\$: 4.380,00 (Quatro Mil e Trezentos e Oitenta Reais)

Dotação : 155 - 10.001.1012.344905234000000.01000001

Dotação : 163 - 10.001.2039.333903007000000.01000001

Dotação : 163 - 10.001.2039.333903020000000.01000001

Dotação : 166 - 10.001.2039.344905234000000.01000001

Dotação : 284 - 16.001.1401.344905234000000.01000001

EXTRATO DO CONTRATO Nº 178/2015-PMC

Contrato Nº : 178/2015

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCORDIA

Contratada : PISOCENTER MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA - EPP

Licitação : Pregão Presencial 53/2015

Objeto : Aquisição e instalação de equipamentos, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Vigência : Início: 16/06/2015 Término: 15/06/2016

Assinatura : 16/06/2015

Valor R\$: 5.380,00 (Cinco Mil e Trezentos e Oitenta Reais)

Dotação : 155 - 10.001.1012.344905234000000.01000001

Dotação : 163 - 10.001.2039.333903007000000.01000001

Dotação : 163 - 10.001.2039.333903020000000.01000001

Dotação : 166 - 10.001.2039.344905234000000.01000001

Dotação : 284 - 16.001.1401.344905234000000.01000001

EXTRATO DO CONTRATO Nº 179/2015-PMC

Contrato Nº : 179/2015

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCORDIA

Contratada : TENDENCIA MATERIAIS PARA INFORMÁTICA E ES-CRITÓRIO LTDA EPP

Licitação : Pregão Presencial 53/2015

Objeto : Aquisição e instalação de equipamentos, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Vigência : Início: 16/06/2015 Término: 15/06/2016

Assinatura : 16/06/2015

Valor R\$: 569,00 (Quinhentos e Sessenta e Nove Reais)

Dotação : 155 - 10.001.1012.344905234000000.01000001

Dotação : 163 - 10.001.2039.333903007000000.01000001

Dotação : 163 - 10.001.2039.333903020000000.01000001

Dotação : 166 - 10.001.2039.344905234000000.01000001

Dotação : 284 - 16.001.1401.344905234000000.01000001

EXTRATO DO CONTRATO Nº 180/2015-PMC

Contrato Nº : 180/2015

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCORDIA

Contratada : SOLIDA PROMOÇÃO DE EVENTOS LTDA - ME

Licitação : Pregão Presencial 58/2015

Objeto : Contratação de empresa especializada para prestação de serviços visando a realização de Rodeio Country Show, durante os dias 23 à 26 de julho de 2015, na Expro Agro 2015, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Vigência : Início: 16/06/2015 Término: 14/09/2015

Assinatura : 16/06/2015

Valor R\$: 32.500,00 (Trinta e Dois Mil e Quinhentos Reais)

Dotação : 95 - 07.001.2026.333903999000000.01000001

EXTRATO DO CONTRATO Nº 181/2015-PMC

Contrato Nº : 181/2015

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCORDIA

Contratada : EDMAR DA SILVA ME

Licitação : Pregão Presencial 4/2015

Objeto : Contratação de empresa do ramo de manutenção elétrica, para execução de obra em regime de empreitada por preços unitários (material e mão de obra) de instalações e adequações de rede de distribuição de energia elétrica interna do Parque de Exposições Atílio Francisco Xavier Fontana, para realização da EXPO AGRO 2015, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Vigência : Início: 18/06/2015 Término: 16/09/2015

Assinatura : 18/06/2015

Valor R\$: 40.699,60 (Quarenta Mil, Seiscentos e Noventa e Nove Reais e Sessenta Centavos)

Dotação : 123 - 08.001.1009.344905199000000.01080000

EXTRATO DO CONTRATO Nº 182/2015-PMC

Contrato Nº : 182/2015

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCORDIA

Contratada : ANTÔNIO LUIS TOBIAS - ME

Licitação : Pregão Presencial 5/2015

Objeto : Contratação de empresa do ramo de engenharia e/ou construção civil, para execução de obra, em regime de empreitada por preço máximo unitários (material e mão de obra), para reforma das edificações e entorno das mesmas, no Parque Municipal de Exposições Atílio Francisco Xavier Fontana, para a EXPO AGRO 2015, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Vigência : Início: 19/06/2015 Término: 17/09/2015

Assinatura : 19/06/2015

Valor R\$: 76.000,00 (Setenta e Seis Mil Reais)

Dotação : 97 - 07.001.2026.344905198000000.01000001

EXTRATO DO CONTRATO Nº 183/2015-PMC

Contrato Nº : 183/2015

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCORDIA

Contratada : MARCOS JOVANI DE ALMEIDA ME

Licitação : Pregão Presencial 62/2015

Objeto : Contratação de empresa para efetuar a limpeza do Parque de Exposições e suas dependências e a locação de banheiros químicos individuais, para atender as necessidades da realização da FENAL e EXPO AGRO 2015, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Vigência : Início: 19/06/2015 Término: 19/09/2015

Assinatura : 19/06/2015

Valor R\$: 13.500,00 (Treze Mil e Quinhentos Reais)

Dotação : 92 - 07.001.2024.333903914000000.01000001

Dotação : 95 - 07.001.2026.333903401000000.01000001

EXTRATO DO CONTRATO Nº 184/2015-PMC

Contrato Nº : 184/2015

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCORDIA

Contratada : ECOBAN BANHEIROS QUÍMICOS LTDA ME

Licitação : Pregão Presencial 62/2015

Objeto : Contratação de empresa para efetuar a limpeza do Parque de Exposições e suas dependências e a locação de banheiros químicos individuais, para atender as necessidades da realização da FENAL e EXPO AGRO 2015, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Vigência : Início: 19/06/2015 Término: 19/09/2015

Assinatura : 19/06/2015

Valor R\$: 32.250,00 (Trinta e Dois Mil e Duzentos e Cinquenta Reais)

Dotação : 92 - 07.001.2024.333903914000000.01000001

Dotação : 95 - 07.001.2026.333903401000000.01000001

EXTRATO DO RESULTADO DA SESSÃO DE CLASSIFICAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 1/2015-PMC

MUNICÍPIO DE CONCORDIA

TOMADA DE PREÇOS Nº1/2015 - PMC

Objeto: Contratação de instituição de ensino superior ou empresa vinculada à instituição de ensino superior, para realização de concurso público, com provas escritas, títulos, práticas e de aptidão física para cargos de nível fundamental incompleto, médio, técnico e superior, de acordo com as especificações constantes nos Anexo "D", "E" e "F" do Edital.

EXTRATO DO RESULTADO DA SESSÃO DE CLASSIFICAÇÃO

Em cumprimento ao disposto no §1º, artigo 109, da Lei Federal nº 8.666/1993, e posteriores alterações, torna-se público o resultado do julgamento da fase de classificação da licitação em epígrafe, na seguinte conformidade: foram habilitadas neste certame as licitantes INSTITUTO O BARRIGA VERDE, LEGALLE CONCURSOS E SOLUÇÕES INTEGRADAS LTDA e CLICK SOLUÇÕES TÉCNICAS, ADMINISTRATIVAS E PEDAGÓGICAS LTDA. Procedeu-se a abertura do envelope, sendo que as propostas foram conferidas e rubricadas pelos membros da Comissão de Licitação, constatando-se que: a licitante LEGALLE CONCURSOS E SOLUÇÕES INTEGRADAS LTDA, apresentou sua proposta no valor de R\$42.150,00 (quarenta e dois mil cento e cinquenta reais); com valor inferior a 70% (setenta por cento) com relação ao disposto no item 8.5 alínea "c" do Edital e por assim ser foi considerada DESCLASSIFICADA. Já as licitantes INSTITUTO BARRIGA VERDE e CLICK SOLUÇÕES TÉCNICAS, ADMINISTRATIVAS E PEDAGÓGICAS LTDA atenderam aos requisitos constantes no subitem 6.1 do Instrumento Convocatório. Por conseguinte foi apurada a seguinte classificação: a licitante INSTITUTO O BARRIGA VERDE ficou na primeira colocação com o Menor Preço Global de R\$ 66.000,00 (sessenta e seis mil reais) e a licitante CLICK SOLUÇÕES TÉCNICAS, ADMINISTRATIVAS E PEDAGÓGICAS LTDA, ficou na segunda colocação com o preço Global de R\$ 67.200,00 (sessenta e sete mil e duzentos reais). Ressalva-se que o preço cotado pela licitante vencedora ficou abaixo do preço máximo estipulado no item 9.1 do Edital. Na sequência, devido à ausência dos representantes legais das licitantes a Presidente oficializou que ficam as licitantes participantes notificadas que dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação deste extrato, a Comissão Permanente de Licitações dará vistas ao respectivo processo licitatório a qualquer das proponentes que se sinta prejudicada, para interposição de recurso.

Concórdia, SC, 29 de junho de 2015.

LEONICE PARIZOTTO CAMARGO

Presidente da C.P.L

CÂMARA MUNICIPAL**DECRETO 2631/2015**

DECRETO LEGISLATIVO Nº 2.631, DE 18 DE JUNHO DE 2015.

Exonera, a pedido, o servidor MARCOS ANTÔNIO MIOR.

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA SC

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 23, VII da Lei Orgânica do Município de Concórdia,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, o servidor MARCOS ANTÔNIO MIOR, do cargo de provimento em comissão de Assessor Parlamentar, a partir de 30 de junho de 2015.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Concórdia, 18 de junho de 2015.

Mauro Mendes
PresidenteVilmar Comassetto
1º Secretário**DECRETO 2632/2015**

DECRETO LEGISLATIVO Nº 2.632, DE 25 DE JUNHO DE 2015.

Aprova a apresentação de Proposta de Emenda à Constituição Estadual, que altera o inciso I do § 2º e o § 3º do art. 155 da Constituição do Estado de Santa Catarina, para o fim de definir o percentual mínimo em ações e serviços públicos de saúde.

O Presidente do Legislativo Municipal de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IV do artigo 24 da Lei Orgânica do Município de Concórdia e de conformidade com deliberação do Plenário, promulga o seguinte Decreto.

Art. 1º Fica aprovada a apresentação, à Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, da Proposta de Emenda à Constituição do Estado, que altera o inciso I do § 2º e o § 3º do art. 155 da Constituição do Estado de Santa Catarina, para o fim de definir o percentual mínimo em ações e serviços públicos de saúde, constante do Anexo Único deste Decreto Legislativo.

Parágrafo único. O disposto no caput deste artigo constitui manifestação da Câmara Municipal de Concórdia para que a Constituição Estadual seja emendada, em atendimento ao disposto no inciso III do art. 49 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Concórdia, 25 de junho de 2015.

Mauro Mendes
Presidente

Altera o inciso I do § 2º e o § 3º do artigo 155 da Constituição do Estado de Santa Catarina, para o fim de definir o percentual mínimo em ações e serviços públicos de saúde.

Art. 1º O inciso I do § 2º e o § 3º do art. 155 da Constituição do Estado de Santa Catarina, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art.155
.....

§ 2º
.....

I – no caso do Estado, aplicar-se-á, anualmente, em ações e serviços públicos de saúde, no mínimo, 15% (quinze por cento) da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 155 e dos recursos de que tratam o art. 157, a alínea “a” do inciso I e o inciso II do _caput _do art. 159, todos da Constituição Federal, deduzidas as parcelas que forem transferidas aos Municípios;

§ 3º Lei Complementar federal estabelecerá as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas esferas estadual e municipal.” (NR)

Art. 2º O percentual de que trata o inciso I do § 2º do art. 155 da Constituição Estadual obedecerá á seguinte regra de implementação:

I – no ano de 2016, será aplicado em ações e serviços públicos de saúde o mínimo de 12,5% (doze e meio por cento);

II – no ano de 2017, será aplicado em ações e serviços públicos de saúde o mínimo de 13% (treze por cento);

III – no ano de 2018, será aplicado em ações e serviços públicos de saúde o mínimo de 13,5% (treze e meio por cento);

VI – no ano de 2019, será aplicado em ações e serviços públicos de saúde o mínimo de 14% (quatorze por cento);

V – no ano de 2020, será aplicado em ações e serviços públicos de saúde o mínimo de 14,5% (quatorze e meio por cento); e

VI – a partir do ano de 2021, será aplicado em ações e serviços públicos de saúde o mínimo de 15% (quinze por cento).

Art. 3º Esta Emenda à Constituição do Estado entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

A presente proposta de Emenda Constitucional tem como objetivo aumentar o percentual do mínimo exigido pela Constituição Federal para aplicação dos recursos nas ações de saúde.

A Constituição Federal de 1988, no artigo 198, parágrafo 3º, determinou que, por meio de Lei Complementar, seriam definidos os percentuais que a União, os Estados e os Municípios aplicariam na área da saúde, explicitando critérios de reavaliação, normas de

fiscalização e controle.

Em 2000, foi promulgada a Emenda Constitucional nº 29, consolidando a Sistema único de Saúde (SUS). A EC nº 29 fixou a vinculação dos recursos orçamentários que seriam destinados à saúde pelas três esferas de governo, incumbindo o Congresso Nacional de regulamentar a matéria de forma a assegurar que os recursos sejam, efetivamente, empregados no SUS.

Assim, percebe-se que, nos termos do disposto na Constituição Federal, os estados devem aplicar, NO MÍNIMO, 12% de seus recursos próprios em saúde, conforme definiu a Emenda Constitucional nº 29/2000, que alterou diversos dispositivos constitucionais, entre eles o art. 198, bem como acrescentou o art. 77 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), para assegurar os recursos mínimos para o financiamento das ações e serviços públicos de saúde.

Veja-se:

Art. 198. As ações e serviços de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado de acordo com as seguintes diretrizes:

(...)

§ 2º A união, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios aplicarão, anualmente, em ações e serviços públicos de saúde RECURSOS MÍNIMOS derivados de aplicação de percentuais calculados sobre:

(...)

II – no caso dos Estados e do Distrito Federal, o produto da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 155 e dos recursos de que tratam os arts. 157 e 159, inciso I, alínea a, e inciso II, deduzidas as parcelas que forem transferidas aos respectivos Municípios; § 3º Lei complementar, que será reavaliada pelo menos a cada cinco anos, estabelecerá:

I – os percentuais de que trata o § 2º;

II – os critérios de rateio dos recursos da União vinculados à saúde destinados a seus respectivos Municípios, objetivando a progressiva redução das disparidades regionais;

III – as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas esferas federal, estadual, distrital e municipal;

IV – as normas de cálculo do montante a ser aplicado pela União.

Art. 77. Até o exercício financeiro de 2004, os recursos mínimos aplicados nas ações e serviços públicos de saúde serão equivalentes:

(...)

II – no caso dos Estados e do Distrito Federal, DOZE POR CENTO do produto da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 155 e dos recursos de que tratam os arts. 157 e 159, inciso I, alínea a, e inciso II, deduzidas as parcelas que forem transferidas aos respectivos Municípios;

(...)

A EC nº 29 estipulou norma transitória determinando que os Estados seriam obrigados a destinar 12% dos seus orçamentos às ações de saúde. Tal Emenda vigeu até o exercício de 2004, momento em que deveria ser promulgada a Lei Complementar regulando, em

definitivo, a matéria.

Após quase uma década, foi sancionada, em 15 de janeiro de 2012, a Lei Complementar nº 141, que regulamenta o parágrafo 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde.

Nesse caso, os Estados mantêm-se obrigados a investir, NO MÍNIMO, 12% de arrecadação com impostos. É o que se conclui da análise dos dispositivos constitucionais citados e da respectiva regulamentação, já que a Constituição Federal definiu um percentual mínimo, sem fazer qualquer menção a percentual máximo.

Dessa forma, pode-se afirmar que nada impede que o percentual previsto na Constituição do Estado de Santa Catarina direcionado à Saúde seja maior do que o previsto como mínimo na Constituição Federal.

No tocante ao mérito da proposição, ressalta-se que diariamente nos deparamos com notícias elencando a extrema e urgente necessidade de alocação de mais recursos para a saúde.

Em matéria no _site Saúde+10 _do Movimento Nacional em Defesa da Saúde Pública percebe-se que há, com certeza, a necessidade imediata de destinar mais recursos à saúde, não sendo um problema apenas de gestão.

Diante disso, o estado de Santa Catarina, ao destinar 15% da arrecadação dos impostos nas ações e serviços da saúde, nos termos propostos, ou seja, gradativamente, em um percentual de 0,5% ao ano, estará beneficiando milhares de catarinenses que clama por uma melhor saúde pública.

Anualmente, percebe-se que, além da necessidade de melhora da gestão, o grande gargalo é mesmo fonte de financiamento, pois os recursos com que a saúde conta atualmente são insuficientes para que a população tenha uma saúde de qualidade.

Em pesquisa realizada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), em parceria com o IBOPE, restou demonstrado que a saúde é o principal problema do Brasil (na opinião de 58% dos entrevistados) e que mais da metade da população brasileira (51%) diz que melhorar os serviços de saúde deve ser prioridade.

Ora, é evidente que a população desaprova, o serviço público de saúde e reconhece a necessidade de se destinar mais recursos para os serviços e ações nessa área. Mas, para tanto, a população precisa que o Governo priorize a saúde.

Observa-se que tramita na câmara dos Deputados o Projeto de Lei complementar nº 321/2013, que altera dispositivos da Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2013, determinando que a União aplique montante igual ou superior a dez por cento de suas receitas correntes brutas em ações e serviços públicos de saúde. Isso demonstra que em âmbito federal também há a preocupação de aumentar o percentual da União.

Logo, precisamos refletir sobre o que a sociedade deseja e fazer cumprir o disposto na Constituição Federal, já que a saúde é direito de todos e dever do Estado. Para tanto, necessitamos de políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para promoção, proteção e recuperação da saúde, conquistas possíveis se serem realizadas com a aprovação da presente proposta.

Assim, por todo exposto esperamos a aprovação deste Projeto de Emenda Constitucional.

DECRETO 2633/2015

DECRETO LEGISLATIVO Nº 2.633, DE 29 DE JUNHO DE 2015.
Concede licença-prêmio ao servidor Marco Antônio Tagliari.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 24, IV da Lei Orgânica do Município de Concórdia e de conformidade com os arts. 116 e 122 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor Marco Antônio Tagliari, ocupante do cargo de Agente de Apoio Administrativo e Legislativo, do Quadro Permanente de Cargos do Poder Legislativo, 01 (um) mês de licença-prêmio, a título de prêmio por assiduidade, no mês de agosto de 2015, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 01.09.2006 a 31.08.2011.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Concórdia, 29 de junho de 2015.
Mauro Mendes
Presidente

DECRETO 2634/2015

DECRETO LEGISLATIVO Nº 2.634, DE 29 DE JUNHO DE 2015.

Designa o servidor Ivonei Gasparin Giordani para responder pelos recursos do regime de adiantamento e movimentar a conta bancária para adiantamentos da Câmara Municipal de Vereadores de Concórdia.

Considerando as férias regulamentares e a licença-prêmio do servidor Marco Antônio Tagliari, responsável pelos recursos do regime de adiantamento da Câmara Municipal de Vereadores de Concórdia, conforme disposto no Decreto Legislativo nº 2.492, de 29 de junho de 2012,

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA SC.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município de Concórdia,

RESOLVE:

Art. 1º Designar o servidor Ivonei Gasparin Giordani ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo do Quadro Permanente de Cargos do Poder Legislativo, para responder pelos recursos do regime de adiantamento e movimentar a conta bancária para adiantamentos da Câmara Municipal de Vereadores de Concórdia, no período de 1º de julho a 31 de agosto de 2015.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Concórdia, 29 de junho de 2015.
Mauro Mendes
Presidente

Vilmar Comassetto
1º Secretário

RESOLUÇÃO 412/2015

RESOLUÇÃO Nº 412, DE 16 DE JUNHO DE 2015.

Constitui Comissão Especial.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Constituir Comissão Especial para análise e parecer ao Veto Total ao Projeto de Lei nº 40/2015, enviado pelo Executivo Municipal.

Art. 2º Nomear os Vereadores Evandro Pegoraro, Jaderson Miguel Prudente e Rogério Luciano Pacheco, para comporem a Comissão.

Art. 3º A Comissão terá o prazo de 8 (oito) dias para apresentação do parecer.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Concórdia, 16 de junho de 2015.
Mauro Mendes
Presidente

RESOLUÇÃO 413/2015

RESOLUÇÃO Nº 413, DE 29 DE JUNHO DE 2015.

Prorroga o prazo de vigência da Comissão Especial, constituída através da Resolução nº 411, de 12 de maio de 2015, com o objetivo de analisar o comportamento das receitas municipais e o comprometimento dos gastos com folha de pagamento do Município, nos últimos anos.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, inciso IV, combinado com o disposto nos arts. 90, § 2º e 91 do Regimento Interno,

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o prazo de vigência para 31 de agosto de 2015 da Comissão Especial, constituída através da Resolução nº 411, de 12 de maio de 2015, com o objetivo de analisar o comportamento das receitas municipais e o comprometimento dos gastos com folha de pagamento do Município, nos últimos anos.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Concórdia, 29 de junho de 2015.
Mauro Mendes
Presidente

Cordilheira Alta

PREFEITURA

DECRETO N. 315/2015

DECRETO N. 315/2015 DE 25 DE JUNHO DE 2015

"CONCEDE LICENÇA À SERVIDORA MUNICIPAL, PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e o Decreto Nº 209/2014,

DECRETA

Art. 1º Conceder 01 (um) dia de licença para tratamento de saúde à servidora Municipal, Sra. TAISA BORSOI, ocupante do cargo de Odontóloga, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social de acordo com o atestado anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 26 de junho de 2015.

ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

LEI N.1157/2015 " DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2016"

LEI Nº 1157/2015

"Dispõe sobre as Diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro do ano de 2016 e dá outras providências".

O Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que o cargo lhe confere, em especial o disposto no art. 70 da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e fica sancionada a seguinte Lei:

I – DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - O Orçamento do Município de Cordilheira Alta, para o exercício de 2016, será elaborado e executado observando as diretrizes, objetivos, prioridades e metas estabelecidas nesta lei, compreendendo:

- I – as metas e riscos fiscais;
- II – as prioridades e metas da administração municipal extraída do Plano Plurianual para 2016/2017;
- III – a estrutura dos orçamentos;
- IV – as diretrizes para a elaboração e a execução dos orçamentos do Município e suas alterações;
- V – as disposições sobre dívida pública municipal;
- VI – as disposições sobre despesas com pessoal e seus encargos;
- VII – as disposições sobre alterações na legislação tributária;
- VIII - e as disposições gerais.

II – DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º - Com referência as Metas Fiscais para o ano de 2016 e em observância as regras sobre a responsabilidade fiscal, serão apresentados anexos ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias:

- I – Demonstrativo de Metas Anuais;
- II – Demonstrativo da Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício de 2015;
- III – Demonstrativo das Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos três Exercícios Anteriores;
- IV – Demonstrativo da Evolução do Patrimônio Líquido;
- V – Demonstrativo da Origem e Aplicação dos Recursos de Alienação de Ativos;
- VI – Demonstrativo da Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita;
- VII – Demonstrativo da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado;
- VIII – Cálculo das Metas Fiscais de Receita;
- IX – Cálculo das Metas Fiscais de Despesas;
- X – Memória de Cálculo das Metas Fiscais de Resultado Primário;
- XI – Memória de Cálculo das Metas Fiscais de Resultado Nominal;
- XII – Memória de Cálculo das Metas Fiscais de Montante da Dívida;
- XIII – Prioridades e Metas para 2016;
- XIV – Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências;
- XV – Demonstrativo da Priorização de Recursos para obras em andamento e Conservação do Patrimônio Público;

III – DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PARA 2016

Art. 3º - As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2016 são aquelas definidas e demonstradas de que trata o artigo 2º desta lei.

Art. 4º - Na elaboração da proposta orçamentária para 2016, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas estabelecidas nesta lei e identificadas no Anexo XIII, a fim de compatibilizar a despesa orçada á receita prevista, de forma a preservar a suficiência de caixa.

IV – DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 5º - Para efeito desta Lei, entende-se por:

- I – programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos;
- II – ação, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, denominado por projeto, atividade ou operação especial;
- III – atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta em produto necessário à manutenção da atuação governamental;
- IV – projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da atuação governamental;
- V – operação especial, as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das atuações de governo, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens e serviços;
- VI – unidade orçamentária, o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional;
- VII – receita ordinária, aquelas previstas para ingressarem no caixa

da unidade gestora de forma regular, seja pela competência de tributar e arrecadar, seja por determinação constitucional no partilhamento dos tributos de competência de outras esferas de governo; VIII – execução física, a autorização para que o contratado realize a obra, forneça o bem ou preste o serviço;

IX – execução orçamentária, o empenho e a liquidação da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar;

X – execução financeira, o pagamento da despesa, inclusive dos restos a pagar já inscritos.

§ 1º - Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de projetos, atividades ou operações especiais, e estas com identificação da Classificação Institucional, Funcional Programática, Categoria Econômica, Diagnóstico situacional do Programa, Diretrizes, Objetivos, Metas Físicas e indicação das fontes de financiamento na forma da Portaria Interministerial nº 163/2001 e alterações posteriores.

§ 2º - A categoria de programação que trata o artigo 167, VI da Constituição Federal, serão identificadas por projetos, atividades ou operações especiais.

Art. 6º - O orçamento para o exercício financeiro de 2016 abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo e seus Fundos, e será estruturado em conformidade com a configuração Organizacional da Prefeitura.

Parágrafo Único - O Município, por meio de Lei específica, poderá criar autarquias e Fundações cujos objetivos sejam a extensão de serviços públicos de sua competência, para os quais será concedida verba orçamentária própria do orçamento vigente ou créditos adicionais, na forma da Lei de criação.

Art. 7º - A Lei Orçamentária para 2016 evidenciará as Receitas e Despesas de cada uma das Unidades Gestoras, identificadas com código da destinação dos recursos, especificando aquelas vinculadas a seus Fundos e Orçamentos Fiscais (F) e de Seguridade Social (S), desdobradas as despesas por função, sub-função, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com as Portarias MOG nº 42/1999, Interministerial nº 163/2001 e alterações posteriores, Portaria Conjunta STN/COG nº 700, de 10 de dezembro de 2014, Portaria Conjunta STN/COG nº 01, de 10 de dezembro de 2014, Portaria STN 637, de 18 de outubro de 2012 e alterações posteriores, na forma dos seguintes Anexos:

I – Demonstrativo da Receita e Despesa, segundo as Categorias Econômicas (Anexo I, da Lei 4.320/64 e Adendo II da Portaria SOF nº 8/85);

II – Demonstrativo da Receita, segundo as Categorias Econômicas (Anexo II, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF nº 8/85);

III – Resumo Geral da Despesa, segundo as Categorias Econômicas (Anexo III, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

IV – Demonstrativo da Despesa por Categoria Econômica, Grupos de Natureza de Despesa e Modalidade de Aplicação em cada Unidade Orçamentária (Anexo III, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF nº 8/85);

V – Programa de Trabalho (Adendo V da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

VI – Programa de Trabalho de Governo – Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo VI da Lei 4.320/64 e Adendo V da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

VII – Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo 7, da Lei 4.320/64 e Adendo VI da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

VIII – Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções e Programas, conforme o Vínculo com os Recursos (Anexo 8, da Lei 4.320/64 e Adendo VII da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

IX – Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9, da Lei 4.320/64 e Adendo VIII da Portaria SOF/SEPLAN nº 08/85);

X – Quadro Demonstrativo da Despesa - QDD por Categoria de Programação, com identificação da Classificação Institucional, Funcional Programática, Categoria Econômica, Diagnóstico situacional do Programa, Diretrizes, Objetivos, Metas Físicas e indicação das fontes de financiamento, denominado QDD;

XI – Demonstrativo da Evolução da Receita por Fontes, conforme disposto no Artigo 12 da Lei de Responsabilidade Fiscal;

XII – Demonstrativo da estimativa e Compensação da Renúncia de Receita, na forma estabelecida no Art. 14 da LRF; (Art. 5º, II da LRF);

XIII – Demonstrativo da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado. Art. 5º, II da LRF);

XIV – Demonstrativo da Evolução da Despesa no mínimo por Categoria Econômica conforme disposto no Artigo 22 da Lei 4.320/64;

XV – Demonstrativo das Receitas e Despesas dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social; (Art. 165, § 5º da CF);

XVI – Demonstrativo da Compatibilidade da Programação dos Orçamentos com as Metas Fiscais e Físicas estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias; (Art. 5º, I da LRF);

XVII – Demonstrativo dos Riscos Fiscais considerados para 2016. (Art. 5º, III);

XVIII – Demonstrativo da Origem e Aplicação dos Recursos Derivados da Alienação de Bens e Direitos que integram o Patrimônio Público. (Art. 44 da LRF);

XIX – Demonstrativo da Apuração do Resultado Primário e Nominal previstos para o exercício de 2016. (Art. 4º, § 1º e 9º da LRF);

§ 1º Para efeito desta lei, entende-se por Unidade Gestora Central, a Prefeitura, e por Unidade Gestora, as Entidades com Orçamento e Contabilidade própria.

§ 2º O Quadro Demonstrativo da Despesa – QDD, de que trata o inciso X deste artigo, fixará a despesa ao nível de Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, conforme disposto na Portaria STN nº 163/2001, e alterações posteriores, admitido à transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de um grupo de natureza de despesa/Modalidade de Aplicação/fonte de recursos para outro, dentro de cada órgão, projeto/atividade ou operações especiais, definido por esta Lei como categoria de programação e poderá ser feito por Decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 8º - A mensagem de encaminhamento da Proposta Orçamentária de que trata o Art. 22, Parágrafo Único, I da Lei 4.320/64, conterá:

I – Quadro Demonstrativo da Participação Relativa de cada Fonte na Composição da Receita Total; (Princípio da Transparência. Art. 48 da LRF);

II – Quadro Demonstrativo da Despesa por Unidade Orçamentária e sua Participação Relativa; (Princípio da Transparência. Art. 48 da LRF);

Art. 9º - A Reserva de Contingência da Unidade Gestora Central será constituída, exclusivamente, de recursos da destinação "00" - Ordinários do orçamento fiscal e corresponderá a até 1% (um por cento) da Receita Corrente Líquida prevista.

V – DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO

Art. 10 - Os Orçamentos para o exercício de 2016 e as suas execuções, obedecerão entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas em cada destinação, abrangendo os Poderes Legislativo e Executivo, suas Autarquias e seus Fundos. (ART. 1º, § 1º, 4º, I, "a", 50, I e 48 da LRF).

Art. 11 - Os Fundos Municipais terão suas Receitas especificadas no Orçamento da Receita da Unidade Gestora Central, e estas, por sua vez, vinculadas a Despesas relacionadas a seus objetivos,

identificadas em Planos de Aplicação, representados nas Planilhas de Despesas referidas no Art. 7º, X desta lei (QDD).

§ 1º Os Fundos Municipais serão gerenciados pelo Prefeito Municipal, ou podendo por manifestação formal do Chefe do Poder Executivo, serem delegados a servidor municipal, exceto aqueles cuja Lei específica trate sobre sua gestão.

§ 2º A movimentação orçamentária e financeira das contas dos Fundos Municipais deverão ser demonstradas também em balançotes apartados da Unidade Gestora Central quando a gestão for delegada pelo Prefeito a servidor Municipal.

Art. 12 - Os estudos para definição dos Orçamentos da Receita para 2016 deverão observar os efeitos da alteração da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a valorização imobiliária, a ampliação da base de cálculo dos tributos e a sua evolução nos últimos três exercícios, o percentual de variação das transferências constitucionais, observando especialmente o comportamento de 2015. (Art. 12 da LRF).

Parágrafo Único. Até 30 dias antes do encaminhamento da Proposta Orçamentária ao Poder Legislativo, o Poder Executivo Municipal colocará à disposição da Câmara Municipal, os estudos e as estimativas de receitas para o exercício subsequente, inclusive da corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo. (Art. 12, § 3º da LRF)

Art. 13 - Se a receita estimada para 2016, comprovadamente, não atender ao disposto no artigo anterior quanto aos estudos e as estimativas, o Legislativo, quando da discussão da Proposta Orçamentária, poderá solicitar do Executivo Municipal a sua alteração e a consequente adequação do orçamento da despesa.

Art. 14 - Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita por fonte poderá afetar o cumprimento das metas de resultados primário e nominal, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos e movimentação financeira nos montantes necessários, observado a destinação de recursos, nas seguintes dotações abaixo: (ART. 9º da LRF).

I – Contrapartida para projetos ou atividades vinculados a recursos oriundos de fontes extraordinárias como convênios, operações de crédito, alienação de ativos, desde que ainda não comprometidos;
II – Obras em geral, desde que ainda não iniciadas;
III – Dotação para combustíveis destinada a frota de veículos dos setores de transportes, obras, serviços públicos e agricultura;
IV – Dotação para material de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades.

Parágrafo Único – Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior da Unidade Gestora, observada a vinculação da destinação de recursos.

Art. 15 - A compensação de que trata o artigo 17, § 2º da Lei Complementar nº 101/2000, quando da criação ou aumento de Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado, poderá ser realizada a partir do aproveitamento da margem líquida de expansão prevista no Anexo VII, observado o limite das respectivas dotações e o limite de gastos estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal. (Art. 4º, § 2º da LRF)

Art. 16 - Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do Anexo XIV desta Lei. (ART. 4º, § 3º da LRF)

§ 1º Os riscos fiscais, caso se concretizem, serão atendidos com

recursos da Reserva de Contingência e também, se houver, do excesso de arrecadação e do superávit financeiro do exercício de 2015.

§ 2º Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei a Câmara, propondo anulação de recursos ordinários alocados para investimentos, desde que não comprometidos.

§ 3º Poderá, quando for o caso, o Executivo Municipal proceder a abertura de crédito adicional extraordinário.

Art. 17 - Os orçamentos para o exercício de 2016 destinarão recursos para a Reserva de Contingência, com valor de até 1% (um por cento) das Receitas Correntes Líquidas previstas para o mesmo exercício. (ART. 5º, III da LRF).

§ 1º - Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, e também para abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais para despesas não orçadas ou orçadas a menor, conforme disposto na Portaria MPO nº 42/99, art. 5º, Portaria STN nº 163/2001, art. 8º e demonstrativo de riscos fiscais no Anexo XIV. (Art. 5º, III, "b" da LRF).

§ 2º - Os recursos da Reserva de Contingência destinados a riscos fiscais, caso estes não se concretizem até o dia 01 de dezembro de 2016, poderão, excepcionalmente, ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para abertura de créditos adicionais suplementares de dotações que se tornaram insuficientes.

Art. 18 - Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual. (Art. 5º, § 5º da LRF).

Art. 19 - O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual: o desdobramento da receita prevista em metas bimestrais de arrecadação, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal para suas Unidades Gestoras, considerando nestas, eventuais déficits financeiros apurados nos Balanços Patrimoniais do exercício anterior, de forma a restabelecer o imediato equilíbrio de caixa. (ART. 8º, 9º e 13 da LRF).

Art. 20 - Os projetos e atividades priorizados na Lei Orçamentária para 2016 com dotações vinculadas a destinação de recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outros, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido. (ART. 8º, § único e 50, I da LRF).

§ 1º A apuração do excesso de arrecadação de que trata o artigo 43, § 3º da Lei 4.320/64 será realizado em cada destinação de recursos para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais conforme exigência contida nos artigos 8º, parágrafo único e 50, I da Lei de Responsabilidade Fiscal, LC nº 101/2000.

§ 2º - Na Lei Orçamentária Anual os Orçamentos da Receita e da Despesa identificarão com codificação adequada cada uma das destinações de recursos, de forma que o controle da execução observe o disposto no caput deste artigo. (Art. 8º, § único e 50, I da LRF)

§ 3º - Os recursos de convênios não previstos no orçamento da receita, ou o seu excesso de arrecadação poderão ser utilizados como fonte de recursos para abertura de crédito suplementar ou especial, por Decreto do Poder Executivo.

Art. 21 - A renúncia de receita estimada para o exercício financeiro de 2016, constantes do Anexo VI desta lei, não será considerada para efeito de cálculo do orçamento da receita. (ART. 4º, § 2º, V e ART. 14, I da LRF).

Art. 22 - A transferência de recursos do Tesouro Municipal às entidades privadas em forma de subvenção social, beneficiará somente aquelas de caráter educativo, médica, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica e voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal e dependerá de autorização em lei. (ART. 4º, I, "f" e 26 da LRF).

§ 1º As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão prestar contas com base na Instrução Normativa TC 14/2012, e alterações posteriores, do Tribunal de Conta de Santa Catarina e na forma do Art. 70, Parágrafo único da CF, e estarão submetidas à fiscalização do Poder Público, com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos.

§ 2º A transferência de recurso, em forma de termo de ajuste, sempre que for o caso, deverá atender a Lei Federal 13.019/2014 e alterações posteriores.

Art. 23 - A transferência de recursos do Tesouro Municipal à Consórcios Públicos deverá estar contratada mediante contrato de rateio.

Parágrafo Único. Os consórcios públicos beneficiados com recursos do Tesouro Municipal deverão prestar contas com base na Instrução Normativa STN 72, de 01 de fevereiro de 2012 e normativas do Tribunal de Contas de Santa Catarina, e estarão submetidas à fiscalização do Poder Público, com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos.

Art. 24 - Os procedimentos administrativos de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração do ordenador da despesa de que trata o artigo 16, itens I e II da Lei Complementar nº 101/2000 deverão ser inseridos no processo que abriga os autos da licitação ou de sua dispensa/inexigibilidade.

Parágrafo Único. Para efeito do disposto no Art. 16, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante no exercício financeiro de 2016, em cada evento, não exceda ao valor limite para dispensa de licitação fixado no item I do Art. 24 da Lei 8.666/93, devidamente atualizado. (ART. 16, § 3º da LRF).

Art. 25 - As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre projetos novos na alocação de recursos orçamentários salvo projetos programados com recursos de transferências voluntárias e operações de crédito. (ART. 45 da LRF).

Parágrafo único. As obras em andamento e os custos programados para conservação do patrimônio público estão apresentados no Anexo XV desta Lei. (Art. 45, parágrafo único da LRF).

Art. 26 - Despesas de competência de outros entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados por convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na lei orçamentária. (ART. 62 da LRF).

Art. 27 - A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2016 a preços correntes.

Art. 28 - A execução do orçamento da Despesa obedecerá, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, a dotação

fixada para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação/Fontes de recursos, com apropriação dos gastos nos respectivos elementos de que trata a Portaria STN nº 163/2001.

Parágrafo Único. A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de um Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação/Fonte de Recursos para outro, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, poderá ser feita por Decreto do Prefeito Municipal. (Art. 167, VI da CF).

Art. 29 - Durante a execução orçamentária de 2016, o Executivo Municipal, autorizado por lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das unidades gestoras na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício de 2016 e constantes desta lei. (Art. 167, I da CF)

Art. 30 - O controle de custos das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal de que trata os artigo 50, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, serão desenvolvidos de forma a apurar os gastos dos serviços, tais como: dos programas, das ações, do m2 das construções, do m2 das pavimentações, do aluno/ano do ensino fundamental, do aluno/ano do transporte escolar, do aluno/ano do ensino infantil, do aluno/ano com merenda escolar, da destinação final da tonelada de lixo, do atendimento nas unidades de saúde, entre outros. (Art. 4º, I, "e" da LRF).

Parágrafo Único. Os gastos serão apurados por meio de das operações orçamentárias, tomando-se por base as metas físicas previstas nas planilhas das despesas e nas metas físicas realizadas e apuradas ao final do exercício. (Art. 4º, I, "e" da LRF).

Art. 31 - Os programas priorizados por esta lei, extraídos do Plano Plurianual e contemplados na Lei Orçamentária para 2016, serão desdobrados em metas quadrimestrais para avaliação permanente pelos responsáveis e em audiência pública na Comissão de Orçamento e Finanças da Câmara até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigir desvios, avaliar gastos e cumprimento das metas físicas estabelecidas. (Art. 4º, I, "e" e 9º, § 4º da LRF).

Art. 32 - Para fins do disposto no artigo 165, § 8º da Constituição Federal, considera-se crédito suplementar a criação de Grupo de Natureza de Despesa em categoria de programação ou a elevação do crédito orçamentário fixado na Lei Orçamentária para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, excluído deste último o remanejamento realizado dentro da mesma categoria de programação.

VI – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 33 - A Lei Orçamentária de 2016 poderá conter autorização para contratação de Operações de Crédito para atendimento à Despesas de Capital, observado o limite de endividamento de 50% das receitas correntes líquidas apuradas até o segundo mês imediatamente anterior a assinatura do contrato, na forma estabelecida na LC 101/2000. (Artigos 30, 31 e 32 da LRF)

Art. 34 - A contratação de operações de crédito dependerá de autorização em lei específica. (Art. 32, I da LRF)

Art. 35 - Ultrapassado o limite de endividamento definido no Artigo 14 desta lei, enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário por meio da limitação de empenho e movimentação financeira nas dotações definidas no Artigo 13 desta lei. (Art. 31, § 1º, II da LRF)

VII – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL

Art. 36 - O Executivo e o Legislativo Municipal, mediante lei

autorizativa, poderão em 2016, criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder vantagens, admitir pessoal aprovado em concurso público ou em caráter temporário na forma da lei, observados os limites e as regras da Lei de Responsabilidade Fiscal. (Artigo 169, parágrafo 1º, II da CF)

Parágrafo único. Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na lei do orçamento para 2016 ou em créditos adicionais.

Art. 37 - Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores quando as despesas com pessoal excederem a 95% do limite estabelecido no Art. 20, III da Lei de Responsabilidade Fiscal. (ART. 22, § único, V da LRF)

Art. 38 - O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal. (ART. 19 e 20 da LRF).

- I – eliminação de vantagens concedidas a servidores;
- II – eliminação das despesas com horas extras;
- III – exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;
- IV – demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

Art. 39 - Para efeito desta lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão-de-obra referente substituição de servidores de que trata o artigo 18, § 1º da LRF, a contratação de mão-de-obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal de Cordilheira Alta, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Parágrafo Único. Quando a contratação de mão-de-obra envolver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituição de servidores, a despesa será classificada em outros elementos de despesa que não o "34 – Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização".

VIII – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 40 - O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, conceder anistia para estimular a cobrança da dívida ativa, devendo esses benefícios ser considerados nos cálculos do orçamento da receita e serem objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subsequentes. (ART. 14 da LRF)

Art. 41 - Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no Art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal. (ART. 14, § 3º da LRF)

Art. 42 - O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação, seja por aumento da receita ou mediante cancelamento, pelo mesmo período, de despesas em valor equivalente.

(Art. 14, § 2º da LRF)

IX – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 43 - O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município, que a apreciará e a devolverá para sanção até o dia 15/12/2015.

§ 1º A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no "Caput" deste artigo.

§ 2º Se a lei orçamentária anual não for devolvida para sanção até o início do exercício financeiro de 2016, fica o Executivo Municipal autorizado a executar a Lei Orçamentária aprovada em 2015 para o exercício de 2016.

Art. 44 - Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivado por insuficiência de tesouraria, conforme disposto no artigo 117 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Art. 45 - Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 46 - O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual por meio de seus órgãos da administração direta ou indireta para realização de obras ou serviços de competência do Município ou não, durante o exercício de 2016.

Art. 47 - O Executivo Municipal está autorizado a firmar acordos e ajustes judiciais ou extrajudiciais.

Art. 48 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Cordilheira Alta/SC, 26 de junho de 2015.
ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra

Coronel Freitas

PREFEITURA

ADENDO AO EDITAL CONCORRÊNCIA 06/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 60/2015
CONCORRÊNCIA 06/2015

Objeto: Para a possível CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA POR EMPREITADA GLOBAL NUM TOTAL DE 21.252,35 M², SENDO 19.154,35 M² SOBRE CALÇAMENTO COM PEDRAS IRREGULARES E 2.098,00M² SOBRE LEITO NATURAL.

ADENDO Nº 01 AO EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 06/2015
MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS - SC, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Avenida Santa Catarina, 1022, Centro, Coronel Freitas - SC, através de seu Prefeito Municipal MAURI JOSE ZUCCO, TORNA PÚBLICO, que promoveu alterações no edital do Processo Licitatório nº. 60/2015, Edital de concorrência nº 06/2015, passando o edital a vigorar com a seguinte redação:

1. DA EXCLUSÃO DE EXIGÊNCIAS NO TEXTO DO EDITAL

Exclui-se do edital, no item 13.4, a letra "C.1":

c.1 - Comprovação de a licitante ter executado, a qualquer tempo, serviço compatível com o objeto desta licitação, através de acervo técnico com o referido atestado de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente certificado pelo CREA. O quadro abaixo indica a parcela de maior relevância com a quantidade mínima a ser comprovada:

| ITENS DE SERVIÇO | Quantidade Mínima |
|---|-------------------------|
| Execução de Pavimentação em C.A.U.Q (Camada de Concreto Betuminoso a Quente) modificado por Borracha. | ton. 380,00 |
| Execução de Base de Brita Graduada. | m3 330,00 |
| Execução de Camada de Macadame Seco. | m3 450,00 |
| Compactação de Aterro em Rocha. | m ³ 2.800,00 |
| Dreno longitudinal profundo | 260 metros lineares |
| Sarjeta triangular de concreto | 220 metros lineares |
| Defensa metálica | 90 metros lineares |

2- DA NOVA DATA E HORÁRIO DE ABERTURA

Em consequência das alterações efetuadas, fica alterada a data para o recebimento das credenciais, propostas e documentação. A nova data de recebimento e, abertura dar-se-á até as 08h30min do dia 31 de julho de 2015, na SALA DO DEPARTAMENTO DE COMPRAS, sito à Avenida Santa Catarina, 1022 - Centro – Coronel Freitas - SC

3 – DAS DEMAIS CLÁUSULAS DO EDITAL

Permanecem em vigor e, sem alteração as demais cláusulas do Edital de concorrência nº 06/2015

Coronel Freitas-SC, 29 de junho de 2015
Mauri J. Zucco
Prefeito Municipal

CONCORRÊNCIA Nº 07/2015

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS

AVISO DE LICITAÇÃO

Edital de Concorrência Nº 07/2015

Objeto: PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA RODOVIA DA INTEGRAÇÃO LIGANDO CORONEL FREITAS AO MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE NUMA EXTENÇÃO DE 600 METROS

Tipo: Menor preço global por item

Entrega dos envelope: até as 08:30 horas do dia 03/08/2015

Abertura dos envelopes: na sequência às 08:30 horas do dia 03/08/2015

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Av.Santa Catarina, 1022 nos dias úteis, de segunda a sexta feira das 07:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 hrs ou pelo fone 3347.3400.

Coronel Freitas (SC) 29 de Junho de 2015

Mauri José Zucco

Prefeito Municipal

PUBLICAÇÃO ATA REGISTRO DE PREÇO FMS Nº 02/2015

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS

ATA REGISTRO DE PREÇO FMS Nº 02/2015

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR

Validade: 12 meses

Ata Registro de Preço nº 02a/2015

Empresa com preços registrados: ALTHIS COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS MÉDICO HOSPITALARES LTDA ME
CNPJ: 13.971.092/0001-07

Itens: 122

Total: R\$ 794,10 (setecentos e noventa e quatro reais e dez centavos)

Ata Registro de Preço nº 02b/2015

Empresa com preços registrados: ODONTOESTE LTDA ME
CNPJ: 12.632.841/0001-09

Itens: 01; 07; 15; 17; 20; 22 a 25; 36; 37; 40; 41; 49 a 51; 63; 65; 66; 69; 70; 73; 77; 78; 79; 88; 89; 91; 92; 96; 99; 108 e 110

Total: R\$ 21.329,95 (vinte e um mil trezentos e vinte e nove reais e noventa e cinco centavos)

Ata Registro de Preço nº 02c/2015

Empresa com preços registrados: CASA CIRURGICA CHAPECÓ LTDA ME

CNPJ: 02.756.441/0001-43

Itens: 38; 39; 98 e 107

Total: R\$ 721,05 (setecentos e vinte e um reais e cinco centavos)

Ata Registro de Preço nº 02d/2015

Empresa com preços registrados: ODONTOMEDI PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES LTDA EPP
CNPJ: 06.194.440/0001-03

Item: 08 a 12; 28; 29; 53; 62; 86; 106; 109 e 111

Total: R\$ 3.526,05 (três mil quinhentos e vinte e seis reais e cinco centavos)

Ata Registro de Preço nº 02e/2015

Empresa com preços registrados: LITORALM COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS EIRELI ME
CNPJ: 18.941.818/0001-74
Item: 02 a 05; 18; 19; 21; 31; 42; 44; 45; 47; 48; 54; 55 a 57; 67; 68; 84; 85; 90; 102 a 104
Total: R\$ 55.581,50 (cinquenta e cinco mil quinhentos e oitenta e um reais e cinquenta centavos)

Ata Registro de Preço nº 02f/2015
Empresa com preços registrados: MAXI DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
CNPJ: 08.117.149/0001-67
Item: 13; 30; 33; 35; 43; 71; 72; 74; 75 e 80
Total: R\$ 6.670,40 (seis mil seiscentos e setenta reais e quarenta centavos)

Ata Registro de Preço nº 02g/2015
Empresa com preços registrados: VANUSA DIAS EIRELI EPP
CNPJ: 08.850.926/0001-88
Itens: 16; 61 e 64
Total: R\$ 742,10 (setecentos e quarenta e dois reais e dez centavos)

Ata Registro de Preço nº 02h/2015
Empresa com preços registrados: DENTAL OESTE EIRELI ME
CNPJ: 05.412.147/0001-02
Itens: 06; 26; 32; 34; 76; 82; 87; 95; 97; 100 e 101
Total: 2.326,35 (dois mil trezentos e vinte e seis reais e trinta e cinco centavos)

Ata Registro de Preço nº 02i/2015
Empresa com preços registrados: AMARILDO BASEGGIO & CIA LTDA-ME
CNPJ: 82.291.311/0001-11
Item: 14; 27; 46; 52; 58; 59; 60; 81; 83; 93; 94 e 105
Total: R\$ 3.532,70 (três mil quinhentos e trinta e dois reais e setenta centavos)

Coronel Freitas (SC), 29 de junho de 2015
Mauri José Zucco
Prefeito Municipal

Correia Pinto**PREFEITURA****RERRATIFICAÇÃO DE EDITAL DE LICITAÇÃO - PROCESSO 04/2015 FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CORREIA PINTO

PROCESSO LICITATÓRIO 04/2015

2ª RERRATIFICAÇÃO DO EDITAL - PREGÃO PRESENCIAL

O Município de Correia Pinto, de acordo com a Lei 10.520/2002, Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores, comunica aos interessados que RERRATIFICA o edital do processo licitatório cujo objeto é o AQUISIÇÃO DE DESFIBRILADOR CARDÍACO E ELETROCARDIOGRAMA PORTÁTIL, CONFORME DESCRITIVO NO ANEXO I DO EDITAL, conforme segue: alteração no descritivo do item 02, do anexo I do edital. Feitas as devidas correções e entendendo que estas afetam a formulação das propostas pelas licitantes, em conformidade com o Art. 21, § 4º da Lei 8.666/93, retifica-se data anteriormente marcada para a abertura dos envelopes, passando a ser no dia 14.07.2015 às 14:30 horas, no mesmo local. O edital retificado encontra-se disponível no site www.correiapinto.sc.gov.br

Correia Pinto/SC, 30 de junho de 2015.

VÂNIO FORSTER

Prefeito Municipal

ALISSON G. R. ANTUNES

Pregoeiro Municipal

BEATRIZ MESQUITA

Secretária de Saúde

Curitibanos

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 122/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 122/2015

Aos vinte e nove dias do mês de Junho de 2015, no MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Cel. Vidal Ramos, 860, em Curitibanos SC, inscrito na CNPJ sob nº 83.754.044/0001-34, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. José Antônio Guidi, doravante denominado simplesmente de MUNICÍPIO, RESOLVE, tendo em vista o resultado da licitação promovida pelo Edital nº 122/2014, registrar os preços do participantes do certame, atendendo as condições previstas no instrumento convocatório, na minuta de contrato e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas do Regulamento de Licitações e de Contratos da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto da presente Ata é AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO PARA USO DA 24ª CIRETRAN. CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Parágrafo único – Esta Ata não obriga a PREFEITURA a firmar contratação com o fornecedor cujo preço tenha sido registrado, podendo ocorrer licitação específica para aquisição do objeto desta Ata, observada a legislação pertinente, sendo assegurada preferência da aquisição do objeto junto ao detentor do registro, em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS REGISTRADOS

Os preços registrados dos materiais da pessoa jurídica são os seguintes:

(relação de itens e fornecedores detentores dos preços registrados)

§ 1º Os preços poderão ser revistos em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens registrados, devendo ser promovidas negociações com os fornecedores.

§ 2º Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o fornecedor será convocado, a fim de negociar a redução de seu preço, de forma a adequá-lo à média apurada.

§ 3º Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor apresentar requerimento fundamentado com comprovantes de que não pode cumprir as obrigações assumidas, o MUNICÍPIO poderá atualizar os valores registrados ou se de maior interesse público liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados.

§ 4º Em qualquer hipótese, os preços decorrentes da revisão não poderão ultrapassar os praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta do fornecedor e aquele vigente no mercado à época do registro.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA OBRIGAÇÃO DO FORNECEDOR

Sem prejuízo das disposições contidas no Processo licitatório e seus anexos, o FORNECEDOR se obriga a assinar esta Ata e Instrumento de contrato, no prazo máximo fixado pelo Edital do Certame.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

O prazo de vigência da presente Ata de Registro de Preços é de 12 (doze) meses.

CLÁUSULA QUINTA – DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO

DE PREÇO

O gerenciamento deste instrumento, nos aspectos operacionais e contratuais, caberá ao Departamento responsável pela Gestão do Contrato, que se obriga a:

- I. Efetuar controle do fornecedor, dos preços, dos serviços registrados;
- II. Notificar o fornecedor para assinatura dos contratos;
- III. Rever os preços registrados, a qualquer tempo, em decorrência da redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve os custos dos bens registrados;
- IV. Conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado e de aplicação de penalidades;
- V. Coordenar as formalidades e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no Edital da licitação e na presente Ata.
- VI. Coordenar, com apoio da Comissão Especial de Licitação, as formalidades de adesão a Ata por outros Órgãos ou entidades.
- VII. Providenciar a publicação trimestral dos preços registrados durante o período de vigência da ATA.

CLÁUSULA SEXTA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇO

Os preços registrados na presente Ata poderão ser cancelados de pleno direito, conforme a seguir:

I. Por iniciativa do MUNICÍPIO:

a) Quando o fornecedor der causa à rescisão administrativa do contrato de fornecimento decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas no Edital de Licitação e dispositivos Legais que lhe deram causa.

b) Quando o fornecedor não assinar o contrato de fornecimento, no prazo estabelecido pelo Fundo de Saúde, sem justificativa aceitável.

II. Por iniciativa do fornecedor:

a) mediante solicitação escrita, comprovando estar o fornecedor impossibilitado de cumprir os requisitos desta Ata de Registro de Preços.

§ 1º Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

§ 2º A solicitação do fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo MUNICÍPIO, facultando-se a este, neste caso, a aplicação das penalidades previstas no Instrumento convocatório, respeitado o direito de defesa prévia.

§ 3º Caso se abstenha de aplicar a prerrogativa de cancelar esta Ata, o MUNICÍPIO poderá, a seu exclusivo critério, suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o fornecedor cumpra integralmente a condição contratual infringida.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO FORO

Fica eleito o foro da comarca de Curitibanos, para solucionar eventuais litígios decorrentes deste CONTRATO, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justas e acordadas, as partes contratantes assinam o presente instrumento.

Curitibanos, 29 de Junho de 2015.

José Antônio Guidi

Prefeito Municipal

Representante Empresa detentora dos preços registrados

CÂMARA MUNICIPAL**PREGÃO 4/2015****MINUTA DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 4/2015**

O Poder Legislativo do Município de Curitiba, por intermédio de seu Pregoeiro torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço Global, regida pelas Leis Federais 10.520/02 e 8.666/93, dentre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração para contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de limpeza, nas dependências da Câmara de Vereadores do Município de Curitiba/SC, nos termos e condições constantes do Termo de Referência - Anexo I deste Edital. Os interessados em participar do certame deverão entregar os envelopes contendo a Proposta de Preços e Documentação de Habilitação até as 14:30 horas do dia 14/07/2015, no Protocolo Central da Câmara Municipal de Vereadores de Curitiba, sito a rua Archias Ganz, 288, centro, Curitiba/SC.

Edital disponível no site <http://www.camaracuritiba.sc.gov.br>, link Agenda.

Quaisquer pedidos de esclarecimentos em relação a eventuais dúvidas de interpretação do presente Instrumento Convocatório deverão ser dirigidos, por escrito, à Comissão Permanente de Licitação da Câmara de Vereadores do Município de Curitiba/SC, até o dia 13/07/2015, das 13h às 19h, sito a Rua Archias Ganz, nº 288, Centro, Curitiba/SC, CEP 89520-000, ou por intermédio do endereço eletrônico contabilidade@camaracuritiba.sc.gov.br.

A partir das 15:00 horas do dia 14/07/2015, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas, no setor de Licitações e Contratos, sito a rua Archias Ganz, 288 centro, Curitiba/SC.

Curitiba, 29 de junho de 2015.

Arcílio Alves Ronaldo Spricigo

Presidente Pregoeiro

Dionísio Cerqueira

PREFEITURA

5375/2015 REGULAMENTA O USO DO PTAI

DECRETO Nº. 5375/2015.

DISPÕE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DO USO DO PARQUE TURÍSTICO AMBIENTAL DA INTEGRAÇÃO (PTAI) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ALTAIR CARDOSO RITTES, Prefeito Municipal de Dionísio Cerqueira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Inciso VII, do artigo 84, da Lei Orgânica Municipal de 05 de Abril de 1990, e demais dispositivos constitucionais e legais vigentes,

CONSIDERANDO que o Parque Turístico Ambiental da Integração (PTAI) trata-se de um patrimônio público destinado ao uso comum, para a prática de esporte, lazer, recreação, integração e para a visitação turística;

CONSIDERANDO que cabe ao Chefe do Executivo disciplinar o uso de bens públicos, a fim de assegurar um ambiente seguro, visando à eficiência e a harmonia para a qualidade de vida à população;

DECRETA:

Art. 1º – O Parque Turístico Ambiental da Integração (PTAI) é um patrimônio público destinado ao uso comum, para a prática de esporte, lazer, recreação, integração e para a visitação turística;

Art. 2º - É terminantemente proibido:

- I. A Prática de Pescaria;
- II. Praticar natação ou outro esporte dentro do leito do Lago;
- III. Atirar garrafas, papéis, sacolas ou quaisquer objetos fora dos recipientes adequados (lixeiras);
- IV. Danificar e/ou depredar o patrimônio;
- V. Comportar-se de maneira a perturbar a tranquilidade alheia;
- VI. Utilizar som automotivo ou similares nas áreas comuns do PTAI;
- VII. Fazer uso de bebidas alcoólicas e narguilés;

Art. 3º - Não será permitido:

I. O trânsito de bicicletas, skates, triciclos, patinetes, patins e/ou similares nas calçadas do PTAI, sendo permitido apenas na ciclovia. Em caso de não cumprimento, os equipamentos serão recolhidos.

II. Desrespeitar os avisos e demais regulamentos.

Art. 4º - O passeio de cães de médio e grande, só será permitido, mediante o cumprimento das seguintes regras:

I. Será imprescindível uso de coleiras, guias e focinheiras em cães, especialmente os das raças: Mastim Napolitano, Dogo Canário, Bull Terrier, American Staffordshire, Pastor Alemão, Rottweiler, Fila Brasileiro, Doberman e Pitbull;

II. O responsável deve ter, no mínimo, 18 anos de idade e com capacidade física e estrutura física suficientes para conduzir o animal;

III. Fica atribuída ao dono a responsabilidade pela destinação adequada das fezes dos seus animais, por meio do recolhimento e armazenamento em sacos plásticos, para posterior depósito em lixeiras;

IV. O proprietário ou responsável pelo cão, com equipamentos de segurança ou não, que transitar pelos espaços públicos será responsabilizado pelos danos físicos e materiais causados aos usuários do PTAI.

Art. 4º – Sobre os casos omissos decorrentes da aplicação do presente regulamento, decidirá o Departamento de Fiscalização e Tributação da Prefeitura Municipal.

Art. 5º – Para a informação chegar ao conhecimento da população, uma campanha educativa será realizada por meio dos veículos de comunicação, esclarecendo todas as proibições.

Art. 6º – Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

ESTADO DE SANTA CATARINA, MUNICÍPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA, 23 DE JUNHO 2015.

ALTAIR CARDOSO RITTES

Prefeito Municipal

Certifico que o presente ato foi registrado e publicado nesta mesma data na forma da Lei. Data 23/06/2015.

JEFERSON JONAS ÁVILA

Secretário Municipal

5417/2015 SUPLEMENTAÇÃO DE 31 MIL PREFEITURA

DECRETO Nº 5417/2015.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A PROCEDER A ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR DE R\$ 31.000,00 (TRINTA E UM MIL REAIS), NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA, ESTADO DE SANTA CATARINA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ALTAIR CARDOSO RITTES, Prefeito Municipal de Dionísio Cerqueira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Inciso VII, do artigo 84, da Lei Orgânica Municipal de 05 de Abril de 1990, Lei Municipal nº 4.390/2014 e demais dispositivos constitucionais e legais vigentes,

DECRETA:

TÍTULO I

CAPÍTULO I

DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

Art. 1º Fica alterada a Lei nº. 4.388, de 16 de dezembro de 2014 - Lei do PPA - Plano Plurianual, para o exercício financeiro de 2015, em conformidade com o disposto neste ato, mais propriamente quanto à abertura de um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 31.000,00 (trinta e um mil reais), objetivando suprir dotações orçamentárias que se evidenciaram insuficientes no decorrer do exercício financeiro no orçamento geral da Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira.

CAPÍTULO II

DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 2º Fica igualmente alterada a Lei nº. 4.389, de 16 de dezembro de 2014 - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2015, através da abertura de um Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 31.000,00 (trinta e um mil reais), objetivando suprir dotações orçamentárias que se evidenciaram insuficientes no decorrer do exercício financeiro no orçamento geral da Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira.

CAPÍTULO III

DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 3º Fica alterada a Lei nº. 4.390, de 16 de Dezembro de 2014 - LOA - Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2015, mais precisamente o Orçamento Geral do Município de Dionísio Cerqueira/SC, através da abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 31.000,00 (trinta e um mil reais), objetivando suprir dotações orçamentárias que se evidenciaram insuficientes no decorrer do exercício financeiro no orçamento geral deste Ente Federado.

CAPÍTULO IV DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 4º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder por ato próprio, à abertura de um Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 31.000,00 (trinta e um mil reais), instituindo-se na matéria orçamentária a seguinte dotação orçamentária:

05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

01 – ADMINISTRAÇÃO

04.122.0021.2.030 – Adm.Geral dos Bens e Serv.da Unidade de Desenvol. Econômico

(88) 3.1.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas R\$ 28.000,00

14 – SEC. MUN. DE SERVIÇOS E DESENVOLVIMENTO URBANO

02 – SERVIÇOS PARA O DESENVOLVIMENTO URBANO

15.452.0323.2.033 – Adm.Geral dos Bens e Serv.da Sec. Mun. de Serviços e Desenv. Urbano

(110) 3.3.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas R\$ 3.000,00

Art. 5º Para o atendimento do Crédito ora permitido, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a promover a redução total e/ou parcial da seguinte dotação orçamentária vigente:

05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

01 – ADMINISTRAÇÃO

04.122.0021.2.030 – Adm.Geral dos Bens e Serv.da Unidade de Desenvol. Econômico

(89) 3.3.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas R\$ 28.000,00

14 – SEC. MUN. DE SERVIÇOS E DESENVOLVIMENTO URBANO

02 – SERVIÇOS PARA O DESENVOLVIMENTO URBANO

15.452.0323.2.033 – Adm.Geral dos Bens e Serv.da Sec. Mun. de Serviços e Desenv. Urbano

(109) 3.1.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas R\$ 3.000,00

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

ESTADO DE SANTA CATARINA, MUNICÍPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA, 22 DE JUNHO 2015.

ALTAIR CARDOSO RITTES

Prefeito Municipal

Certifico que o presente ato foi registrado e publicado nesta mesma data na forma da Lei.

Data 22/06/2015.

JEFERSON JONAS ÁVILA

Secretario Municipal

LICITAÇÕES 2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DIONÍSIO CERQUEIRA

AVISO DE LICITAÇÃO

O Fundo Municipal de saúde de Dionísio Cerqueira torna público que se encontra aberta ao Pregão n. 036/2015. Objeto: Contratação de empresa especializada para capacitação dos servidores da atenção Básica da Saúde em cumprimento ao termo de ajuste sanitário 002.. Entrega da documentação e propostas até as 08:30 horas do dia 10/07/2015 no Depto. de Compras e Licitações. Maiores informações junto ao Depto. de Compras e Licitações deste Município, sito a Rua Santos Dumont, N.413. Dionísio Cerqueira, 26/06/2015.

João Stal - Gestor do FMS

Doutor Pedrinho

PREFEITURA

EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO Nº. 29/2015.

FMS - MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO/SC

Extrato do Edital de Pregão Presencial nº 29/2015.

O MUNICÍPIO de DOUTOR PEDRINHO/SC, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, torna público que está aberto LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, tipo "MENOR PREÇO", para CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS (CONSULTAS) PARA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, NAS ESPECIALIDADES ELENCADAS NO TERMO DE REFERÊNCIA - ANEXO I DO EDITAL, conforme especificado no Objeto e demais condições do Instrumento Convocatório, atendendo a Lei Federal nº 10.520/2002, a Lei Federal nº 8.666/93, o Decreto Municipal nº 15/2007, a Lei Complementar nº 123/2006 e demais legislações aplicáveis. Recebimento dos envelopes de propostas e dos envelopes de habilitação: Data: 13/07/2015. Hora: 09h30min. Início da Sessão Pública e abertura dos envelopes: Data: 13/07/2015 Hora: 10h00min. Informações serão prestadas na sede da municipalidade durante o expediente normal ou através do e-mail: compras@doutorpedrinho.sc.gov.br e do telefone 0xx47 3388-0148.

Doutor Pedrinho/SC, 29 de junho de 2015.

HARTWIG PERSUHN

Prefeito de Doutor Pedrinho/SC

Ermo

PREFEITURA

EXTRATO DO CONTRATO Nº 22/2015

EXTRATO DO CONTRATO nº 22/2015

CONTRATANTE: Fundo Municipal de Saúde de Ermo

CONTRATADO: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE – AMESC.

OBJETO: fornecimento de medicamentos, destinados ao atendimento das necessidades da rede básica municipal de saúde do município de Ermo, durante os meses de julho a dezembro de 2015.

VIGÊNCIA: 01/07/2015 até 31/12/2015.

VALOR ESTIMADO: R\$ 183.689,76 (cento e oitante e três mil, seiscentos e oitenta e nove reais e setenta e seis centavos)

Data da assinatura: 26/06/2015.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 23/2015 - 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 30/2014

EXTRATO DO CONTRATO nº 23/2015

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 30/2014

CONTRATANTE: Fundo Municipal de Saúde de Ermo CONTRATADO: Tecnicon Construção Civil Ltda ME

OBJETO: Contratação de empresa para a ampliação de uma Unidade Básica de Saúde, com área total de 252,50m²,

PRAZO DE EXECUÇÃO: O prazo de execução previsto na Cláusula Sétima do contrato de origem fica aditado por mais 180 (cento e vinte) dias para a execução da obra.

DATA DA ASSINATURA: 26/06/2015

DATA DE VIGÊNCIA: 26/06/2015 á 26/12/2015.

Erval Velho

PREFEITURA

EXTRATO DE EDITAL DE DISPENSA 006/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO
PODER EXECUTIVO

Processo Licitatório nº 034/2015

Edital de Dispensa de Licitação nº 006/2015

Objeto: Elaboração de projetos de sistemas de abastecimento de água

Contratado: GEOSSET – SIVIERO ENGENHARIA, TOPOGRAFIA E GEORREFERENCIAMENTO LTDA - EPP

Valor do Contrato: R\$ 14.950,00 (Catorze mil novecentos e cinquenta reais).

Substrato Jurídico: artigo 24, I, da Lei Federal nº 8666/93.

Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal

EXTRATO DE EDITAL DE INEXIGIBILIDADE 002/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO
PODER EXECUTIVO

Processo Licitatório nº 035/2015

Edital de Inexigibilidade de Licitação nº 002/2015

Objeto: Contratação de cessão de licença de uso dos sistemas de informática

Contratado: BETHA SISTEMAS LTDA

Valor do Contrato: R\$ 43.891,00 (Quarenta e três mil oitocentos e noventa e um reais).

Substrato Jurídico: artigo 25 da Lei Federal nº 8.666/93.

Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal

RESOLUÇÃO 05 FMAS

Resolução 05/2015

A Comissão Especial Eleitoral Permanente, delegada pelo CMDCA a conduzir o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar, dispõe sobre as instruções para a realização da campanha e propaganda eleitoral referente a gestão 2016/2020, no âmbito do município de Erval Velho/SC.

Art. 1º A propaganda eleitoral somente será permitida a partir do dia 01 de julho de 2015, a partir das 0horas ao dia 03 de outubro de 2015, com encerramento às 22horas.

Art. 2º É vetada qualquer propaganda eleitoral nos veículos de comunicação social, ou a sua afixação em locais públicos ou particulares, admitindo-se somente a realização de debates e entrevistas, em igualdade de condições (Artigo 27 da Lei Municipal Complementar nº 48, de 08 de novembro de 2013).

Art.3º A divulgação das candidaturas será permitida através da distribuição de impressos, indicando o nome do candidato bem como suas características e propostas, sendo expressamente vetada sua afixação em prédios públicos ou particulares. (§1º do Artigo 27 da Lei Municipal Complementar nº 48, de 08 de novembro de 2013).

Art.4º As regras da campanha e propaganda eleitoral desenvolvida pelo candidato (a) e pelos colaboradores deverão atender os dispositivos na Lei Complementar Municipal nº 48, de 08 de novembro de 2013.

Paragrafo Unico: Os casos omissos aplica-se o Código Eleitoral Brasileiro.

Art.5º A presente resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Erval Velho, 29 de junho de 2015.

Adriana Canci

Coordenadora da Comissão Especial Eleitoral

Forquilha

PREFEITURA

ATA DO EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 40/PMF/2015

MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

ATA DO EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 40/PMF/2015

OITAVA ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA PARA ANÁLISE DO EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 40/PMF/2015, QUE TEM POR OBJETIVO RECEBER PROPOSTAS PARA A CONTRAÇÃO DE AGÊNCIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICIDADE, COMPREENDENDO: PLANEJAMENTO, CRIAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, VEICULAÇÃO E CONTROLE DE CAMPANHAS PUBLICITÁRIAS E DE MAIS SERVIÇOS DESCRITOS NO § 1º DO ART. 2º DA Lei 12.232/10.

Às oito horas do dia vinte e nove do mês de junho do ano de dois mil e quinze, na Sala de Licitações, da Prefeitura Municipal de Forquilha, na Avenida 25 de julho, 3400, nesta cidade de Forquilha, Estado de Santa Catarina, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitações do Município, para os procedimentos inerentes ao EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 40/PMF/2015. Abertos os trabalhos, o Presidente da Comissão Sr. Valdecir Tiscoski, informou que foi recebido Recurso Administrativo da empresa ALVO GLOBAL PUBLICIDADE E PROPAGANDA contra a decisão de inabilitação da mesma. O julgamento foi realizado pelo Prefeito Municipal em Exercício, Sr. José Ricardo Junkes, sendo que o mesmo reconheceu e deu provimento ao recurso formulado pela licitante. Isto posto, A Comissão de Licitação declarou habilitadas as empresas CONTINENTAL ORGANIZAÇÃO PUBLICITÁRIA LTDA e ALVO GLOBAL PUBLICIDADE E PROPAGANDA. Ratifica-se ainda que a vencedora do certame é a empresa CONTINENTAL ORGANIZAÇÃO PUBLICITÁRIA LTDA. A presente ata será publicada no Diário Oficial dos Municípios (www.diariomunicipal.sc.gov.br), a partir desta, ficam todos os interessados notificados. Nada mais havendo a tratar, os membros da Comissão Permanente de Licitações deram por encerrada a reunião e ordenaram que se lavrasse a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelos Membros da Comissão Permanente de Licitações e presentes que desejarem.

Forquilha, 29 de junho de 2015.

| | |
|--|---|
| VALDECIR TISCOSKI Presidente da Comissão de Licitação | KEND BERNARDO TROMBIM Membro da Comissão |
| RENATA PEREIRA FRITZEN Membro da Comissão | |

AVISO DE LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 107/PMF/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: Edital Pregão Presencial Nº. 107/PMF/2015.

OBJETIVO: A presente Licitação tem por objetivo a aquisição de estação total eletrônica e software de topografia, através de empresas do ramo pertinente, a fim de atender as necessidades do setor de engenharia e cadastro municipal do Município de Forquilha/

SC.

DATA DE ABERTURA: Dia 13 de julho 2015 às 09:00 horas.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 08:00 as 12:00; 13:00 às 17:00 horas, ou por e-mail: processos@forquilha.sc.gov.br e licitacoes@forquilha.sc.gov.br.

Forquilha, 29 de junho de 2015.

ÉRIKA DE LUCA TISCOSKI

Pregoeira

DECRETO Nº. 114, DE 15 DE JUNHO DE 2015.

DECRETO Nº. 114, DE 15 DE JUNHO DE 2015.

REGULAMENTA O FUNCIONAMENTO E USO DO AUDITÓRIO ALFREDO MICHELS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA/SC, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 51, incisos I, XI, XIV, XXII e XXIII da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

CAPÍTULO I
DO AUDITÓRIO

Art. 1º Este Decreto regulamenta a utilização do AUDITÓRIO ALFREDO MICHELS, localizado na Avenida 25 de julho, nº 2736, centro, nesta Cidade.

CAPÍTULO II
DA UTILIZAÇÃO

Art. 2º Para utilização do Auditório Alfredo Michels serão priorizadas as atividades dos Órgãos e Entidades da Administração Pública Municipal.

Art. 3º Para a solicitação de cessão e uso de que trata o Regulamento, os interessados deverão apresentar plano/projeto do evento, da seguinte forma:

I - A primeira etapa do plano do evento deverá ser nos entregue 15 (quinze) dias que antecederem a montagem do evento, informando:

a) programa e horários definitivos;
b) previsão de público (número e características);
c) valor do ingresso nos casos em que o evento for aberto ao público;

e) número e a localização dos pontos de suprimento elétrico, internet, sonoro e de telefonia, indicando as especificações técnicas para cada tipo de instalação e previsão de carga máxima, que não poderão ultrapassar os limites do Auditório Alfredo Michels.

II - No prazo de 10 (dez) dias anteriores ao início da montagem, a LOCATÁRIA deverá apresentar ao CEDENTE a segunda parte do plano do evento, a qual deverá conter:

a) Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), firmada pelo engenheiro responsável pela montagem e pela estrutura dos estandes;

b) Comprovantes dos pagamentos dos tributos que incidirem sobre o evento, em especial o Imposto sobre Serviços (ISS), da taxa de licença de publicidade, do recolhimento dos direitos autorais ao ECAD, alvarás e autorizações de funcionamento do Corpo de Bombeiros, Juizado de Menores e Prefeitura Municipal de Forquilha, além de outros exigíveis em face da natureza do evento.

Art. 4º Proibido a fixação de cartazes, avisos, faixas e "banners", nas paredes internas e externas e mesa do Auditório, bem como palcos ou qualquer outro material que possa danificar as suas instalações internas.

Art. 5º É proibido fumar ou ingerir qualquer tipo de comida ou bebida no Auditório.

Art. 6º O "coffee break", se for necessário, deverá ser servido na parte externa do Auditório.

Art. 7º Não será permitida a entrada de materiais e/ou equipamentos pelas áreas de circulação do público, sendo a mesma restrita aos portões de carga e descarga.

Art. 8º A comercialização de qualquer produto ou serviço no evento condiciona-se a autorização expressa da CEDENTE e, em qualquer caso, deverá ocorrer mediante emissão de notas fiscais.

Art. 9º Fica vedada a cessão do auditório para realização de celebrações religiosas, de cunho político-partidário e de espetáculos libidinosos.

CAPÍTULO III DAS OBRIGAÇÕES DO CEDENTE

Art. 10. Para garantir o fiel cumprimento da cessão de uso, a Secretaria Municipal de Administração deverá:

- I - disponibilizar o Auditório Alfredo Michels, em perfeitas condições de uso e conservação, conforme data agendada previamente;
- II - realizar vistoria do Auditório Alfredo Michels, antes e após realização de evento, ocasião em que será lavrado termo de fiscalização e vistoria, e deverá ser assinado pelas partes contratantes.

CAPÍTULO IV DAS OBRIGAÇÕES DA CESSIONÁRIA

Art. 11. Para garantir o fiel cumprimento do objeto da autorização de uso, a CESSIONÁRIA obriga-se a observar todas as seguintes disposições:

- I - manter as instalações físicas do ambiente autorizado em perfeitas condições;
- II - não ceder ou transferir, no todo ou em parte, o uso do ambiente autorizado a terceiros;
- III - garantir que somente pessoal devidamente treinado ficará encarregado da operação e utilização e montagem de equipamentos nas instalações físicas do Auditório Alfredo Michels;
- IV - assumir a responsabilidade, ressalvadas as hipóteses de caso fortuito ou força maior, por quaisquer danos ou prejuízos causados ao Auditório Alfredo Michels decorrentes de mau uso, bem como pelo descumprimento de obrigações previstas neste Decreto, no contrato ou na legislação pertinente;
- V - contratar seguro de responsabilidade civil por acidentes pessoais e de danos causados a terceiros por ocasião da montagem, desmontagem e realização do evento, observando, ainda:
 - a) o fornecimento a todos os trabalhadores os EPI's de acordo com as atividades e os riscos envolvidos, exigindo o seu uso durante todo o período do evento;
 - b) a identificação de seus funcionários e terceirizados, exigindo vestes adequadas ao trabalho de acordo com o MTB na portaria 3.214/78 e suas NR's (Normas Regulamentadoras);
 - c) o impedimento de depósito de materiais de montagem ou

produtos nos corredores e áreas de circulação, ainda que eventuais ou transitórios;

d) o controle do acesso de público, não excedendo os limites máximos permitidos, ou seja, 300 (trezentas) pessoas, ficando delimitado a 250 (duzentos e cinquenta) pessoas sentadas;

e) a adoção de medidas de segurança adequadas, para impedir a entrada de produtos explosivos ou armas nas dependências do Auditório Alfredo Michels.

VI - responsabilizar-se por quaisquer danos e prejuízos que venham a ser causados às pessoas, bem como aos pertences pessoais das mesmas, e/ou veículos automotores, durante a realização do evento promovido;

VII - comunicar à Secretaria Municipal de Administração e Finanças, por escrito, a ocorrência de danos de qualquer natureza nas instalações físicas, para a adoção das providências necessárias ao reparo ou substituição;

VIII - promover todas as ações necessárias à manutenção da ordem e integridade física do público em geral e, também, das instalações, objeto do presente contrato, bem como, cumprir com as determinações do Corpo de Bombeiros e Polícia Militar;

IX - arcar com os valores acordados e demais despesas previstas na cláusula segunda;

X - submeter o plano/projeto do evento, à aprovação da Secretaria Municipal de Administração e Finanças;

XI - responsabilizar-se pela limpeza básica e retirada de lixo das áreas a serem utilizadas durante o período de montagem, desmontagem e realização do evento.

XII - findo o prazo de locação, objeto do presente termo, a CESSIONÁRIA procederá a devolução da área ocupada em perfeitas condições de manutenção e limpeza básica.

XIII - o descumprimento do aqui disposto ensejará aplicação de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da taxa de utilização, acrescido os custos para limpeza do Auditório Alfredo Michels e seu entorno.

XIV - contratar pessoal de segurança devidamente qualificado tanto para áreas internas, como áreas externas, do Auditório Alfredo Michels durante todo o período em que se encontrar autorizada a utilizar o referido espaço;

XIII - manter desobstruídas as saídas de emergência, sendo vedada o impedimento de acesso às mesmas;

XIV - efetuar o pagamento de impostos, taxas e quaisquer contribuições, bem como os custos que forem devidos a pessoa física ou jurídica em razão do evento, em especial, Impostos Sobre Serviços (ISS), taxa de licença de publicidade, de reconhecimento de direitos autorais ao ECAD, alvarás e autorizações de funcionamento do Corpo de Bombeiros, Juizado de Menores, Prefeitura Municipal e Polícia Militar;

XV - proibir a entrada de qualquer pessoa e/ou empresa de comercialização de alimentos e bebidas;

XVI - proibir a entrada de pessoas portando bebidas, gêneros alimentícios ou qualquer outro produto para comercialização alimentício dentro do recinto, cabendo à AUTORIZADA a divulgação deste procedimento e controle no hall de acesso;

XVII - qualquer tipo de ensaio que houver previamente ao evento deverá ser comunicado à Secretaria Municipal de Administração e Finanças, mediante o pagamento de uma taxa a ser estipulada.

XVIII - a proceder a fazer a limpeza do espaço e a colocar os materiais necessários nos banheiros.

CAPÍTULO V DO VALOR DA CESSÃO

Art. 12. Os Cessionários remunerarão o Município de Forquilha, a título de utilização do Auditório Alfredo Michels, o valor de R\$ 400,00 (quatrocentos reais) por dia.

§ 1º Os Cessionários deverão, até 5 (cinco) dias antes da utilização do Teatro Municipal, deverá recolher o valor acima disposto, mediante GUIA DE RECOLHIMENTO emitida pelo Departamento de Tributação;

§ 2º Não será cobrada a taxa referente a que se refere este artigo quanto o cessionário for Órgão da Administração Pública ou entidade sem fins lucrativos cuja atividade a ser realizada for de interesse público e sem fins econômicos ou comerciais.

§ 3º A Cooperativa Pioneira de Eletrificação – COOPERA, proprietária do Auditório Alfredo Michels, conforme disposto em Contrato, fica garantido o uso do auditório de forma gratuita, devendo solicitar o uso com antecedência mínima 15 (quinze) dias.

§ 4º Nos custos de utilização NÃO estão incluídos os seguintes serviços:

I - Limpeza;

II - Segurança;

III - Apoio Técnico do audiovisual.

§ 5º Caso haja necessidade de utilização do sistema audiovisual do Auditório, será cobrada uma taxa adicional de R\$ 20,00 (vinte reais) por hora quando o evento não coincidir com o horário de expediente do Município.

§ 6º Não será permitido a operação do sistema audiovisual do Auditório por pessoas estranhas ao quadro de servidores do Município.

§ 7º Caso, após o evento, o Auditório não seja devolvido devidamente limpo, será cobrado o valor de R\$ 100,00 (cem reais), referente a taxa de limpeza.

CAPÍTULO VI

DAS PENALIDADES

Art. 13. O descumprimento de qualquer obrigação fixada neste instrumento implicará na incidência de cláusula penal moratória de 20% (vinte por cento) sobre o valor ajustado na cláusula segunda.

Art. 14. Para o caso de desistência do objeto do presente contrato, por parte de CESSIONÁRIA, fixa-se multa contratual no importe de 50% (cinquenta por cento) do valor da contratação, sem prejuízo das perdas e danos correspondentes.

CAPÍTULO IV

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 15. Os casos omissos neste regulamento serão resolvidos pelo Secretário Municipal de Administração e Finanças.

Art. 16. Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 15 de junho de 2015.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 15 de junho de 2015.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO

Secretário de Administração e Finanças

Fraiburgo

PREFEITURA

CONTRATO.567.2015

CONTRATO N.º: 567/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: SECRETARIA ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

CONTRATADO: JAN MARCEL GOMES MARTINS

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: 22 de junho de 2015 até 21 de setembro de 2015.

AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO: ENGENHEIRO CIVIL - ACT

CARGA HORÁRIA: 20 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 2.367,83 (dois mil trezentos e sessenta e sete reais e oitenta e três centavos).

DECRETO Nº 129/2015

DECRETO Nº 0129, DE 29 DE JUNHO DE 2015.

AUTORIZA O FECHAMENTO DAS UNIDADES DE SAÚDE NO PERÍODO QUE ESPECÍFICA E CONVOCAM OS SERVIDORES DESTAS UNIDADES PARA 5ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE FRAIBURGO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, CONSIDERANDO a deliberação n. 007/CMS/15 do Conselho Municipal de Saúde de Fraiburgo, conforme ata 006/2015 e ofício n. 005/CMS/15 da Comissão Organizadora da 5ª Conferência Municipal de Saúde de Fraiburgo;

DECRETA:

Art. 1º. Fica autorizado o fechamento das unidades de saúde no período da tarde, no dia 03 de julho de 2015, para realização da 5ª Conferência Municipal de Saúde de Fraiburgo, ficando os servidores destas unidades de saúde convocados a participar da referida conferência.

Parágrafo único. Fica excetuado do previsto no caput deste artigo, o Pronto Atendimento Ambulatorial e os servidores que nele atuam.

Art. 2º. São Objetivos da Conferência Municipal de Saúde de Fraiburgo:

- Mobilizar e estabelecer diálogos com a sociedade acerca da qualidade e do direito à saúde em defesa do Sistema Único de Saúde – SUS.
- Fortalecer a participação e o controle social no SUS com ampla representação da sociedade em todas as etapas da conferência.
- Avaliar a situação da saúde e elaborar propostas a partir das necessidades.
- Aprofundar os debates sobre as reformas necessárias a democratização do Estado, em especial as que incidem sobre o setor de saúde.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

FRAIBURGO, SC., 29 DE JUNHO 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

DECRETO Nº 130/2015

DECRETO Nº 130, DE 29 DE JUNHO DE 2015.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com o Art. 13 da Lei Nº 2276, de 05 de Dezembro de 2014.

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto no orçamento do Município de Fraiburgo crédito adicional suplementar, para o exercício de 2015 no valor de R\$ 9.237,50 (nove mil, duzentos e trinta e sete reais e cinquenta centavos), nas seguintes dotações orçamentárias:

| | | |
|--|-----|----------|
| 11.00 – Secretaria de Ação Social | | |
| 11.01 – Fundo Municipal de Assistência Social | | |
| 08.244.0022.2.048 – Manutenção do CRAS | | |
| 3.3.50.00 – Transferências a Instituições Privadas Sem Fins lucrativo 0.1.0200 (170) | R\$ | 9.237,50 |
| TOTAL | R\$ | 9.237,50 |

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto correrão à conta da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

| | | |
|---|-----|----------|
| 11.00 – Secretaria de Ação Social | | |
| 11.01 – Fundo Municipal de Assistência Social | | |
| 08.244.0022.2.048 – Manutenção do CRAS | | |
| 4.4.90.00 – Aplicações Diretas 0.1.0200 (176) | R\$ | 9.237,50 |
| TOTAL | R\$ | 9.237,50 |

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

FRAIBURGO, 29 DE JUNHO DE 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Frei Rogério

PREFEITURA

DECRETO Nº 726/2015 AUTORIZA CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº 726/2015, DE 26 JUNHO DE 2015.

AUTORIZA CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

OSNY BATISTA ALBERTON, Prefeito Municipal de Frei Rogério, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 87, inciso V da lei orgânica do município de Frei Rogério, art.12, inciso IV, e art.13, parágrafo 3º, da lei nº 806/2014 de 27 de novembro 2014.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional no orçamento vigente, no valor de R\$ 200.000,00 (Duzentos mil reais), em reforço das seguintes dotações orçamentárias.

| | CÓDIGO | DISCRIMINAÇÃO | VALOR R\$ |
|-------------|----------------------------|---|----------------|
| ORGÃO | 02 | CHEFIA DO EXECUTIVO | |
| Unidade: | 06 | SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS | |
| Proj./Ativ. | 2.074 | MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS | |
| ELEMENTO | 3.3.90.00.00.00.00.00.0601 | APLICAÇÕES DIRETAS | |
| | 144 | APLICAÇÕES DIRETAS | R\$ 200.000,00 |
| | TOTAL | | R\$ 200.000,00 |

Art. 2º - Para respaldo do crédito mencionado no artigo anterior ficam utilizados recursos do superávit financeiro do exercício de 2014 no valor de R\$ 200.000,00 (Duzentos mil reais), da fonte do recurso próprio para a Dotação orçamentária do orçamento corrente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Frei Rogério, SC, 26 de junho de 2015.

OSNY BATISTA ALBERTON

Prefeito Municipal

Galvão

PREFEITURA

PROCESSO DE LICITAÇÃO 035/2015 ERRATA

PROCESSO LICITATÓRIO nº 035/2015

PREGÃO PRESENCIAL SRP nº 024/2015

AVISO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO E MUDANÇA DE EDITAL

O Prefeito Municipal de Galvão, no uso de suas atribuições legais, vem comunicar aos interessados em participar do processo licitatório CONTRATAÇÃO DE SEGUROS TOTAL PARA VEICULOS DO MUNICIPIO DE GALVÃO E FUNDOS COM COBERTURA ANUAL CONTRA ACIDENTES EM GERAL, DANOS CAUSADOS PELA NATUREZA E ASSISTENCIA 24 HORAS, que ocorreu alterações no Anexo I do presente edital, o mesmo foi prorrogado para às 09h:00min do dia 13 de julho de 2015. O edital alterado poderá ser retirado no site: www.galvao.sc.gov.br, maiores informações pelo telefone (49) 3342 1084.

Galvão – SC, 29 de junho de 2015.

NERI PEDERSSETTI

Prefeito Municipal

Garopaba

PREFEITURA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO N°04 AO CONTRATO N°003/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

4º Termo Aditivo; Contrato nº 003/2014; Processo nº. 001/2014; Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE; Contratado: AGOSTINHO ABREU; CPF: 344.917.759-15; Objeto: Prorrogar o prazo de vigência do referido Contrato por 30 dias, que vigorará de 01/07/2015 até 01/08/2015; Data da Assinatura: 29/06/2015.

Garuva

PREFEITURA

CLASSIFICAÇÃO FINAL EDITAL Nº 02/2015

| | | | | | | | | | |
|---|-----------------------|-------------------------------------|----------------|------------|-----------|--------------------|---------------------------|-------------------------|------------|
| Estado de Santa Catarina | | | | | | | | | |
| Município de Garuva | | | | | | | | | |
| Processo Seletivo Simplificado n.º 003/2015 | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| CLASSIFICAÇÃO FINAL - DATA: 24/06/2015 | | | | | | | | | |
| Processo Seletivo n.º 03/2015 | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| Cargo: | ACS - ESF BA-RAHA-RAS | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| Classificação | Inscrição | Candidato | CPF | DN | Português | Informática Básica | Conhecimentos Específicos | Títulos / Tempo Serviço | NOTA FINAL |
| 1 | 57 | NUBIA CRISTINA POLICARPO | 066.291.109-19 | - | 4 | 1 | 4 | NA | 4,50 |
| 2 | 34 | GLAUCIA ALBERTON VIEIRA | 004.611.079-88 | - | 2 | 0 | 5 | NA | 3,50 |
| 3 | 141 | BEATRIZ MATTOS RIBEIRO | 056408.889-70 | - | 2 | 0 | 3 | NA | 2,50 |
| | | | | | | | | | |
| Cargo: | ACS - ESF CI | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| Classificação | Inscrição | Candidato | CPF | DN | Português | Informática Básica | Conhecimentos Específicos | Títulos / Tempo Serviço | NOTA FINAL |
| 1 | 33 | NISANE HAAK | 028.659.909-07 | - | 4 | 2 | 7 | NA | 6,50 |
| 2 | 144 | DANIELA CAROLINE SCHRODER | 085.717.279-45 | - | 5 | 1 | 5 | NA | 5,50 |
| 3 | 14 | GABRIELA RIBEIRO PACHECO | 093.417.629-95 | - | 4 | 1 | 5 | NA | 5,00 |
| 4 | 154 | NEUSA DOS SANTOS BRASSA-NINI | 037.145.029-20 | - | 5 | 2 | 3 | NA | 5,00 |
| 5 | 43 | RUTHE RODER | 091.164.049-55 | - | 4 | 0 | 5 | NA | 4,50 |
| 6 | 107 | FABIANI ANILDA ZIMMERMANN DA SILVA | 024.121.739-31 | 03/01/1979 | 3 | 0 | 5 | NA | 4,00 |
| 7 | 146 | JANAÍNA NUNES DA SILVA DE OLIVEIRA | 052.018.569-26 | 20/10/1986 | 4 | 0 | 4 | NA | 4,00 |
| 8 | 79 | MARICLEIA DA SILVA SILVEIRA | 005.415.499-52 | 23/09/1985 | 4 | 1 | 3 | NA | 4,00 |
| 9 | 123 | JULIANA PERERA | 075.182.669-38 | 18/06/1990 | 3 | 2 | 3 | NA | 4,00 |
| 10 | 6 | ARLETE REIS FERNANDES | 068.895.219-43 | 21/11/1994 | 1 | 0 | 6 | NA | 3,50 |
| 11 | 173 | LAUDICEIA DOS SANTOS SALVADOR ALVES | 042.869.279-62 | 28/10/1982 | 3 | 0 | 4 | NA | 3,50 |
| 12 | 84 | JESSICA MIRIANE PRESTES | 087.236.789-41 | 10/08/1991 | 3 | 0 | 4 | NA | 3,50 |
| 13 | 92 | FLÁVIA BLOCKI | 100.461.262-96 | 12/06/1994 | 2 | 1 | 4 | NA | 3,50 |
| 14 | 32 | ALESSANDRA MADEIRA PEREIRA | 029.594.649-07 | 03/09/1979 | 4 | 0 | 3 | NA | 3,50 |
| 15 | 77 | GIZELE DE NOVAES | 064.077.689-26 | 20/09/1988 | 4 | 0 | 3 | NA | 3,50 |
| 16 | 129 | GISELE PINHEIRO DOS SANTOS | 074.374.829-83 | 22/04/1989 | 4 | 0 | 3 | NA | 3,50 |
| 17 | 61 | TAMARA THAIS ALVES | 095.590.169-38 | 19/10/1995 | 3 | 1 | 3 | NA | 3,50 |
| 18 | 150 | SÔNIA DAMAZIO | 082.370.339-81 | 08/07/1992 | 4 | 1 | 2 | NA | 3,50 |
| 19 | 8 | OTILIA DOS SANTOS | 078.775.639-30 | 06/02/1990 | 1 | 0 | 5 | NA | 3,00 |
| 20 | 11 | DAIANA BARCELOS DE OLIVEIRA | 082.144.959-11 | 31/12/1992 | 2 | 0 | 4 | NA | 3,00 |
| 21 | 116 | CLAUDINEIA ENTRAUT MIRANDA | 073.466.789-23 | 23/05/1986 | 3 | 0 | 3 | NA | 3,00 |
| 22 | 147 | CAMILA NUNES DA SILVA | 092.540.759-30 | 12/02/1996 | 3 | 0 | 3 | NA | 3,00 |
| 23 | 110 | CRISTIANE DE OLIVEIRA MIRANDA | 947.837.059-68 | 21/09/1974 | 2 | 2 | 2 | NA | 3,00 |
| 24 | 71 | ALINE ROZA | 088.152.009-83 | 15/08/1992 | 4 | 0 | 2 | NA | 3,00 |
| 25 | 108 | TAMIRIS LUIZA DE SOUZA | 087.021.079-37 | 21/04/1994 | 4 | 0 | 2 | NA | 3,00 |
| 26 | 120 | BRUNA VIEIRA | 094.153.829-02 | 24/05/1996 | 4 | 0 | 2 | NA | 3,00 |

| | | | | | | | | | |
|---------------|---------------------|--------------------------------------|----------------|------------|-----------|--------------------|---------------------------|-------------------------|------------|
| 27 | 20 | KELLY FABIANA LINS NETO | 016.875.029-51 | 20/01/1978 | 4 | 1 | 1 | NA | 3,00 |
| 28 | 42 | GRACIELE DE OLIVEIRA MIRANDA | 047.144.059-00 | 16/09/1979 | 3 | 2 | 1 | NA | 3,00 |
| 29 | 159 | FLÁVIA VALÉRIA CANIATTO PEREIRA | 176.244.918-85 | 18/04/1977 | 2 | 0 | 3 | NA | 2,50 |
| 30 | 1 | MAIZE CRISTINA DE LIMA NEVES | 092.111.359-58 | 19/02/1994 | 2 | 0 | 3 | NA | 2,50 |
| 31 | 139 | STEPHANIE ANDRESSA LEONOR | 100.720.899-62 | 24/01/1996 | 4 | 0 | 1 | NA | 2,50 |
| 32 | 55 | JAQUELINE DA SILVA VITCOSKI | 106.627.449-50 | 10/04/1997 | 1 | 0 | 3 | NA | 2,00 |
| 33 | 54 | MICHELE DA SILVA PEREIRA | 074.656.069-93 | 11/07/1988 | 3 | 1 | 0 | NA | 2,00 |
| | | | | | | | | | |
| Cargo: | ACS - ESF CII | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| Classificação | Inscrição | Candidato | CPF | DN | Português | Informática Básica | Conhecimentos Específicos | Títulos / Tempo Serviço | NOTA FINAL |
| 1 | 50 | FRANCIELE NASCIMENTO LOPES ROCHA | 056.589.479-01 | - | 4 | 1 | 8 | NA | 6,50 |
| 2 | 91 | FERNANDA EIFLER | 100.041.529-56 | - | 4 | 1 | 7 | NA | 6,00 |
| 3 | 56 | JOSIANE GONÇALVES MAES FREITAS | 051.795.199-18 | 11/09/1984 | 4 | 1 | 6 | NA | 5,50 |
| 4 | 152 | REJEANE LEMOS | 086.726.599-02 | 06/11/1994 | 4 | 1 | 6 | NA | 5,50 |
| 5 | 164 | JUSIMAR AMILTON SEBOLD | 059.497.379-11 | - | 5 | 1 | 5 | NA | 5,50 |
| 6 | 165 | GILBERTO CEISZEWSKI FRANCO | 234.030.479-20 | - | 3 | 1 | 6 | NA | 5,00 |
| 7 | 17 | SANDRA MARIA DOS SANTOS SOUZA | 900.453.609-44 | - | 5 | 2 | 3 | NA | 5,00 |
| 8 | 114 | MARIA DAS GRAÇAS MARTINS | 678.450.539-53 | - | 3 | 1 | 5 | NA | 4,50 |
| 9 | 12 | MARIANE HASCHEL | 037.476.029-24 | 09/01/1982 | 4 | 1 | 4 | NA | 4,50 |
| 10 | 76 | HÉRICA DE SOUZA | 091.967.079-25 | 19/02/1993 | 4 | 1 | 4 | NA | 4,50 |
| 11 | 175 | GISELE BORBA | 094.115.029-11 | - | 4 | 2 | 3 | NA | 4,50 |
| 12 | 58 | ANA MARIA DA SILVA | 936.901.429-20 | 03/01/1978 | 3 | 0 | 5 | NA | 4,00 |
| 13 | 67 | ROSANGELA NUNES DE ALMEIDA | 987.881.089-53 | 12/01/1978 | 3 | 0 | 5 | NA | 4,00 |
| 14 | 127 | DANIELA WILL ROSA | 890.422.989-87 | 16/07/1977 | 4 | 0 | 4 | NA | 4,00 |
| 15 | 155 | ANDRESSA AGUIAR | 040.838.619-32 | 17/01/1986 | 4 | 0 | 4 | NA | 4,00 |
| 16 | 95 | FERNANDA MARCELINO BARBOSA | 090.948.559-33 | 01/06/1995 | 3 | 1 | 4 | NA | 4,00 |
| 17 | 53 | DENISE MIRANDA TAVARES | 102.579.719-12 | 24/11/1995 | 3 | 1 | 4 | NA | 4,00 |
| 18 | 87 | LUCILENE DE FATIMA MACHADO | 065.721.439-61 | 20/09/1986 | 4 | 1 | 3 | NA | 4,00 |
| 19 | 18 | JUCELENE MAES | 075.510.149-93 | 11/03/1989 | 4 | 1 | 3 | NA | 4,00 |
| 20 | 153 | CAMILA FERNANDA VAGELESKI | 074.506.549-03 | 07/07/1990 | 4 | 1 | 3 | NA | 4,00 |
| 21 | 167 | LUANE VELEM MACHADO | 092.149.149-23 | 11/09/1993 | 4 | 1 | 3 | NA | 4,00 |
| 22 | 89 | MARIA EDUARDA CORDEIRO | 108.716.559-85 | 19/11/1996 | 3 | 2 | 3 | NA | 4,00 |
| 23 | 63 | MARIA ELIZABETE CORRÊA | 674.892.069-87 | 05/11/1965 | 3 | 0 | 4 | NA | 3,50 |
| 24 | 75 | KALIANE DESTRA DE OLIVEIRA | 279.660.148-00 | 23/06/1979 | 3 | 0 | 4 | NA | 3,50 |
| 25 | 131 | GABRIELA DE ALMEIDA FURQUIM | 051.606.659-51 | 02/02/1985 | 3 | 0 | 4 | NA | 3,50 |
| 26 | 138 | GLACIELE ZAZULA | 060.997.789-00 | 10/06/1986 | 3 | 1 | 3 | NA | 3,50 |
| 27 | 133 | ADRIANA DA ROSA | 068.191.569-28 | 22/10/1987 | 4 | 0 | 3 | NA | 3,50 |
| 28 | 100 | BRUNA JANAINA SANCHEZ | 080.133.509-40 | 30/10/1990 | 3 | 1 | 3 | NA | 3,50 |
| 29 | 68 | FERNANDO CÉSAR GOMES DOS SANTOS | 068.864.059-18 | 01/08/1989 | 1 | 1 | 4 | NA | 3,00 |
| 30 | 49 | JULIANA PAULA REINER | 100.102.459-10 | 10/01/1996 | 2 | 0 | 4 | NA | 3,00 |
| 31 | 166 | MARINA PEREIRA | 059.487.859-47 | 03/06/1987 | 3 | 0 | 3 | NA | 3,00 |
| 32 | 140 | PAMELA GRASIELE MARTINS | 082.181.009-03 | 25/09/1990 | 3 | 0 | 3 | NA | 3,00 |
| 33 | 5 | CLAUDIANE CARVALHO WEIDGENNANT | 075.023.289-71 | 18/08/1991 | 3 | 0 | 3 | NA | 3,00 |
| 34 | 117 | GUILHERME ALVES DA SILVA | 092.186.939-80 | 26/02/1992 | 3 | 0 | 3 | NA | 3,00 |
| 35 | 4 | MONICA FERREIRA DA ROCHA | 055.893.519-28 | 23/03/1992 | 2 | 1 | 3 | NA | 3,00 |
| 36 | 16 | JUCELI DE FATIMA DE LIMA | 088.221.529-99 | 14/12/1993 | 3 | 0 | 3 | NA | 3,00 |
| 37 | 70 | ELIZETE APARECIDA CORDEIRO DE CAMPOS | 035.477.539-10 | 06/10/1977 | 4 | 0 | 2 | NA | 3,00 |
| 38 | 88 | LELIANA MACHADO ALVES SOUZA | 072.532.824-00 | 03/10/1988 | 4 | 0 | 2 | NA | 3,00 |
| 39 | 101 | THAIANE DA SILVA DE MELO | 064.539.019-43 | 05/09/1991 | 4 | 0 | 2 | NA | 3,00 |
| 40 | 86 | EDINA VALÕES DA SILVA | 091.304.079-74 | 23/05/1992 | 3 | 1 | 2 | NA | 3,00 |
| 41 | 98 | JOCIANE DE OLIVEIRA DIAS DA SILVA | 064.081.579-04 | 25/01/1986 | 2 | 0 | 3 | NA | 2,50 |

| | | | | | | | | | |
|---------------|--------------------------|------------------------------------|----------------|------------|-----------|--------------------|---------------------------|-------------------------|------------|
| 42 | 121 | VALDILENE OLIVEIRA DA VEIGA | 070.045.929-44 | 01/05/1989 | 1 | 1 | 3 | NA | 2,50 |
| 43 | 81 | CÁTIA ALVES DOS SANTOS | 083.306.749-40 | 15/04/1990 | 2 | 0 | 3 | NA | 2,50 |
| 44 | 69 | LUANA REIS MOURA | 419.158.888-59 | - | 3 | 0 | 2 | NA | 2,50 |
| 45 | 96 | JAQUELINE SCHOVARTEZ SOZIN | 070.085.149-64 | - | 3 | 0 | 1 | NA | 2,00 |
| 46 | 99 | JESSICA ROSANA MATIAS FRANCISCO | 068.796.809-76 | - | 1 | 1 | 1 | NA | 1,50 |
| 47 | 143 | VIVIANE REBELATTO HIRT | 102.776.559-94 | - | 1 | 1 | 0 | NA | 1,00 |
| | | | | | | | | | |
| Cargo: | ACS - ESF GEÓR-GIA PAULA | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| Classificação | Inscrição | Candidato | CPF | DN | Português | Informática Básica | Conhecimentos Específicos | Títulos / Tempo Serviço | NOTA FINAL |
| 1 | 44 | ELAINE CRISTINA FERREIRA DE MELO | 052.939.189-90 | - | 4 | 0 | 7 | NA | 5,50 |
| 2 | 27 | ANABELLI VELOZO | 077.579.489-38 | - | 4 | 1 | 5 | NA | 5,00 |
| 3 | 102 | FLÁVIA BOLIN PEREIRA | 093.063.739-96 | - | 5 | 0 | 5 | NA | 5,00 |
| 4 | 65 | DANIELLE CONRADI PABST | 039.234.039-92 | - | 4 | 1 | 4 | NA | 4,50 |
| 5 | 151 | ADILSON VIEIRA SCHISCHOF | 085.105.619-90 | - | 2 | 0 | 6 | NA | 4,00 |
| 6 | 104 | SIMONE RIBEIRO | 818.200.119-68 | 02/06/1973 | 3 | 0 | 5 | NA | 4,00 |
| 7 | 2 | SUELEN RAMOS ANDRE | 009.980.619-30 | 08/11/1987 | 3 | 0 | 5 | NA | 4,00 |
| 8 | 157 | MICHELE MELCHIOR PEREIRA | 060.869.248-29 | 09/06/1985 | 4 | 0 | 4 | NA | 4,00 |
| 9 | 105 | JAQUELINE GONÇALVES LEITE DA SILVA | 069.999.799-28 | 15/07/1989 | 3 | 1 | 4 | NA | 4,00 |
| 10 | 72 | INDIANARA PESSOA DOS SANTOS | 075.502.059-65 | 13/05/1990 | 4 | 0 | 4 | NA | 4,00 |
| 11 | 113 | JENIFER GONÇALVES DA CRUZ | 098.875.259-01 | 04/09/1995 | 3 | 1 | 4 | NA | 4,00 |
| 12 | 13 | CÉLIA REGINA DE OLIVEIRA | 027.853.939-45 | 04/09/1978 | 3 | 0 | 4 | NA | 3,50 |
| 13 | 82 | VANIA GERMANO DA SILVA LEONEL | 053.019.219-59 | 30/03/1986 | 3 | 0 | 4 | NA | 3,50 |
| 14 | 15 | FERNANDA REGINA RAMOS ANDRE | 009.298.379-08 | 29/07/1986 | 3 | 0 | 4 | NA | 3,50 |
| 15 | 137 | MARCELA EMIDIA DA SILVA | 082.285.574-77 | 03/06/1988 | 2 | 1 | 4 | NA | 3,50 |
| 16 | 126 | ROBSON BILAU | 092.881.429-75 | 27/10/1995 | 3 | 0 | 4 | NA | 3,50 |
| 17 | 115 | FERNANDA LACH | 031.276.209-77 | 11/05/1979 | 3 | 1 | 3 | NA | 3,50 |
| 18 | 122 | EDINA MARA DE LIMA | 009.258.209-54 | 11/04/1985 | 3 | 1 | 3 | NA | 3,50 |
| 19 | 93 | JULIANA RIBEIRO MARTINS | 057.354.259-78 | 03/11/1986 | 4 | 0 | 3 | NA | 3,50 |
| 20 | 38 | GABRIELE LOCH | 067.319.869-33 | 22/08/1989 | 4 | 0 | 3 | NA | 3,50 |
| 21 | 171 | JANAINA CONRADI DUARTE | 080.500.699-07 | 18/01/1990 | 3 | 1 | 3 | NA | 3,50 |
| 22 | 119 | ANA PAULA DE LIMA | 084.112.219-97 | 22/08/1990 | 4 | 0 | 3 | NA | 3,50 |
| 23 | 36 | EMANUELLE DE SOUZA HASCHEL | 055.052.539-46 | 06/04/1994 | 4 | 0 | 3 | NA | 3,50 |
| 24 | 132 | MAYKELLI RODE BONDAN | 094.969.929-27 | 29/07/1994 | 4 | 0 | 3 | NA | 3,50 |
| 25 | 94 | LUANA PAULA DE AMORIN | 084.647.369-08 | 16/09/1995 | 3 | 1 | 3 | NA | 3,50 |
| 26 | 80 | LETÍCIA OLIVEIRA DA SILVA | 103.834.599-58 | 19/06/1997 | 3 | 1 | 3 | NA | 3,50 |
| 27 | 41 | ELAINE NOGUEIRA FERREIRA | 038.948.649-31 | - | 4 | 1 | 2 | NA | 3,50 |
| 28 | 168 | PATRICIA RIBEIRO DE OLIVEIRA | 050.001.109-51 | - | 1 | 0 | 5 | NA | 3,00 |
| 29 | 177 | JHONATAN NAGORSKI DE OLIVEIRA | 392.257.158-11 | - | 3 | 0 | 3 | NA | 3,00 |
| 30 | 134 | JUSELA PEREIRA DO AMARAL | 010.147.239-06 | 19/08/1979 | 4 | 0 | 2 | NA | 3,00 |
| 31 | 103 | JENNIFER NAGORSKI NEIMAM | 100.671.949-07 | 03/09/1995 | 2 | 2 | 2 | NA | 3,00 |
| 32 | 46 | ROSANA NUNES DE ALMEIDA LEITE | 061.444.259-18 | - | 2 | 0 | 3 | NA | 2,50 |
| 33 | 106 | KARINA GONÇALVES LEITE | 059.083.409-60 | 13/12/1986 | 3 | 0 | 2 | NA | 2,50 |
| 34 | 169 | FRANCIELE LIMA | 073.292.859-19 | 05/07/1988 | 3 | 0 | 2 | NA | 2,50 |
| 35 | 45 | GRAZIELI MARQUES SECCO | 095.507.979-96 | 16/05/1996 | 2 | 1 | 2 | NA | 2,50 |
| 36 | 23 | JULIANE APARECIDA SANTOS | 059.000.769-12 | - | 0 | 1 | 3 | NA | 2,00 |
| 37 | 128 | GIZELI BORGES PEREIRA | 033.619.769-10 | - | 1 | 1 | 2 | NA | 2,00 |
| 38 | 62 | BARBARA LUANA FUCKNER | 110.454.449-01 | - | 3 | 0 | 1 | NA | 2,00 |
| 39 | 78 | SIMONE REGINA DE OLIVEIRA | 044.226.809-27 | - | 1 | 0 | 2 | NA | 1,50 |
| 40 | 40 | RENESSA FAGUNDES | 068.356.049-21 | 12/12/1988 | 2 | 0 | 1 | NA | 1,50 |
| 41 | 109 | DARLENE VIEIRA GARCIA | 091.591.999-03 | 19/04/1993 | 2 | 0 | 1 | NA | 1,50 |
| 42 | 31 | MARIA FATIMA DA SILVA | 289.427.478-50 | - | 3 | 0 | 0 | NA | 1,50 |
| 43 | 39 | ANA LUCIA TRISTAO | 936.634.639-15 | - | 0 | 0 | 0 | NA | - |
| | | | | | | | | | |

| | | | | | | | | | |
|------------------------------|--------------------------------------|-------------------------------------|----------------|------------|----------------|-----------------------|-----------------------------------|-------------------------------|---------------|
| Cargo: | ACS - ESF URU- BU- QUARA | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| Classificação | Inscri- ção | Candidato | CPF | DN | Portu- guês | Informática Básica | Conhe- cimentos Específicos | Títulos / Tempo Serviço | NOTA FINAL |
| 1 | 59 | LAYLA GRAZIELE BRASSANINI | 060.550.719-83 | - | 4 | 2 | 6 | NA | 6,00 |
| 2 | 148 | CARLA SCHMIDT CARVALHO | 094.883.939-20 | - | 4 | 2 | 4 | NA | 5,00 |
| 3 | 170 | TATIANE HUBNER | 044.730.689-86 | - | 3 | 1 | 5 | NA | 4,50 |
| 4 | 26 | MAIKE METZNER | 036.875.849-41 | 13/02/1982 | 4 | 0 | 4 | NA | 4,00 |
| 5 | 10 | ELISANGELA APARECIDA PEREIRA | 067.895.519-05 | 14/03/1987 | 4 | 0 | 4 | NA | 4,00 |
| 6 | 163 | ANA CRISTINA KRUGER BEILKE MEIER | 090.584.509-96 | - | 3 | 0 | 4 | NA | 3,50 |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| Legenda: | | | | | | | | | |
| DN - DATA DE NASCI- MENTO | | | | | | | | | |
| NA - NÃO SE APLICA | | | | | | | | | |

Gaspar

PREFEITURA

DECRETO Nº 6477, DE 29 DE JUNHO DE 2015.

DECRETO Nº 6477, DE 29 DE JUNHO DE 2015.

NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR O CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA DE GASPAR PARA O BIÊNIO 2015/2017.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72, IV da Lei Orgânica do Município, e fundamento na Lei nº 790 de 21 de setembro de 1983,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados, os membros para compor o Conselho Municipal de Cultura, conforme disposto no art. 3º da Lei nº 790/1983, para o biênio 2015/2017, abaixo relacionados:

| ÁREA | MEMBROS | CPF |
|-------------------------------------|-------------------------------|--------------------|
| ARTES | Débora Darós | 919.998.399-00 |
| | Juvenal Maia da Mota | 010.371.569-00 |
| | Jean Paulo Reichert | 025. 132.099 - 58 |
| | Aline Graziele Appi | 051. 762. 039 - 10 |
| | Laíde David Vitorino | 114. 539.058 - 71 |
| LETRAS | Luiz Otavio Rebouças Bastiani | 842. 618. 549 - 53 |
| | Lúcia Kistner | 482.981.159 - 53 |
| | Elias Anísio Lana | 030. 551. 659 - 00 |
| | Mário Sérgio Crespi | 817.128.559 - 72 |
| | Patrícia Helena dos Santos | 963.463.969 - 00 |
| CIÊNCIAS | José Gabriel Corrêa | 532.525. 518 - 34 |
| | Dayro José Bornhausen | 029 709 909 - 46 |
| | Luciane Silvia Martins Beiler | 767. 003.139 - 53 |
| PATRIMÔNIO HISTÓRICO E PAISAGÍSTICO | Patrícia Scheidt | 031.910.669 - 18 |
| | Marisete Fachini Girardello | 708. 275. 409 - 49 |
| | Ana Knuth | 075. 902. 739 - 02 |

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar (SC), em 29 de junho de 2015.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

PORTARIA Nº 3.721, DE 24 DE JUNHO DE 2015.

PORTARIA Nº 3.721, DE 24 DE JUNHO DE 2015.

NOMEIA SERVIDORES PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO QUE ESPECIFICA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72, da Lei Orgânica do Município, e com fundamento na Lei 1.347/1992,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear os servidores abaixo relacionados, conforme classificação nos Editais de Processos Seletivos nº 04/2014 e 07/2015 da Secretaria Municipal de Saúde, conforme segue:

| Nome | Admissão | Cargo |
|---------------------------------|------------|-----------------------------|
| ELENIR SALETE MACHADO | 24/06/2015 | AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE |
| FATIMA GARBIN | 23/06/2015 | AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE |
| LUCIANA DE SOUZA VELOSO VANELLI | 22/06/2015 | TÉCNICO EM HIGIENE DENTAL |
| SHEILA PATRICIA BEILER DA COSTA | 22/06/2015 | AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE |

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 22/06/2015.

Gaspar, 24 de junho de 2015.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

PREGÃO PRESENCIAL Nº135/2015

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC

Aviso do Pregão Presencial nº 135/2015

OBJETO: Contratação de empresa para prestação dos serviços de coleta, transporte, pesagem, tratamento e destinação final de resíduos sólidos provenientes dos serviços de saúde. DATA LIMITE PARA ENTREGA DOS ENVELOPES: Até dia 10/07/2015; HORÁRIO: Até às 9 (nove) horas; LOCAL: no Departamento de Compras do Município de Gaspar: Rua Cel. Aristiliano Ramos, nº 435, Centro. Íntegra do Edital no site: www.gaspar.sc.gov.br; ou no Depto. Compras para Consulta.

Gaspar (SC), 29/06/2015.

CLEONES HOSTINS

Secretário de Saúde

Governador Celso Ramos

PREFEITURA

AVISO DE SUSPENSÃO PREGÃO RP 31/2015

AVISO DE SUSPENSÃO

O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS COMUNICA AOS INTERESSADOS A SUSPENSÃO DA LICITAÇÃO:

PREGÃO PRESENCIAL 31/2015

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PNEUS PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS INTEGRANTES DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC.

OBS: O edital foi suspenso para readequação dos itens e suas especificações.

Demais informações acerca do edital na sede da Prefeitura de segunda a sexta feira, das 13:30 as 18:30hs no Setor de Licitações ou pelo e-mail: licitacaogovernadorcelsoramos@gmail.com.

Governador Celso Ramos, 29 de Junho de 2015.

Mariana de Souza Fernandes

PREGOEIRA

CÂMARA MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATO 03/2015

CÂMARA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS

Extrato do Contrato 3/2015

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS-SC

CONTRATADO: OPAH – ORGANIZAÇÃO E PLANEJAMENTO EM ASSENTAMENTOS HUMANOS LTDA

Objeto: Prestação de Serviços de análise do Projeto de Lei Complementar nº 26/2014 pela CONTRATADA, em conformidade com a legislação urbanística vigente, bem como a prestação de Assessoria Técnica de Arquitetura e Urbanismo junto a Comissão Geral da Câmara, a emissão de pareceres técnicos sobre as sugestões e proposta de emendas apresentadas ao projeto de lei complementar nº 26/2014 – Plano Diretor Participativo e pela Coordenação dos trabalhos da audiência pública de apresentação do Projeto de Lei Complementar nº 26/2014 em audiência pública.

PRAZO: 29/06/2015 à 29/10/2015.

VALOR: R\$ 7.870,00 (Sete mil, oitocentos e setenta reais)

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Câmara Municipal: 3.3.90.39.05.00.00.00

Governador Celso Ramos, 29 de Junho 2015

MARCOS HENRIQUE DA SILVA

Presidente da Câmara

SAMAE - Gov. CELSO RAMOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 006/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº006/2015

AQUISIÇÃO DE TUBOS E CONEXÕES, PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DO SAMAE DO GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC

Aos 11 dias do mês de Junho do ano de 2015, no Estado de Santa Catarina, através do SAMAE DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, Órgão Gerenciador deste Registro de Preços, com sede na Av. Bela Vista sn, Calheiros, Governador Celso Ramos/SC, inscrita no CNPJ sob o n.º 74.047.341.0001-59, representado por seu Diretor Geral, Sr. ALCIDES PEREIRA, gestor desta Ata, são registrados os preços da empresa MICHELE G. DA SILVA DOS SANTOS-COMERCIAL HIDRAULICA ME, estabelecida à Rua Capitão Leonidas Marques nº 1031, Uberaba, Curitiba PR, inscrita no Cadastro de Pessoas Jurídicas sob o nº 11.230.004.0001-82, neste ato representado pela Srª MICHELE GONÇALVES DA SILVA DOS SANTOS, portador do CPF nº 025.453.619-09 e RG nº 70458411, para AQUISIÇÃO DE TUBOS E CONEXÕES PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DO SAMAE DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, conforme especificações do quadro abaixo, resultante do Pregão Presencial n.º 010/2015, objeto do Processo 021/2015. As condições a serem praticadas neste registro de preços são as constantes do instrumento convocatório respectivo e seus anexos, da proposta apresentada pelo fornecedor,

os quais integram esta ata, independentemente de transcrição. O presente registro de preços terá vigência de 01 (um) ano, contado a partir da data de assinatura desta Ata.

| LOTE 09 – CONEXÃO PVC ESGOTO PREDIAL | | | | | |
|--------------------------------------|--|----|----|-----------------|------------------|
| ITEM | DESCRIÇÃO | UN | QT | PREÇO UNIT MAX. | PREÇO TOTAL MAX. |
| 01 | Joelho 90 Grau esgoto branco DE 100 | PÇ | 12 | 2,611 | 31,33 |
| 02 | Joelho 90 Grau esgoto branco DE 150 | PÇ | 12 | 13,0548 | 156,66 |
| 03 | Joelho 90 Grau esgoto branco DE 200 | PÇ | 12 | 30,4613 | 365,54 |
| 04 | Joelho 90 Grau esgoto branco DE 250 | PÇ | 12 | 39,1645 | 469,97 |
| 05 | Joelho 90 Grau esgoto branco DE 50 | PÇ | 12 | 1,0444 | 12,53 |
| 06 | Joelho 90 Grau esgoto branco DE 75 | PÇ | 12 | 1,5666 | 18,80 |
| 07 | Junção sanitária branco DE 45° DE 100X75 | PÇ | 12 | 6,0052 | 72,06 |
| 08 | Junção sanitária branco DE 45° DE 150X100 | PÇ | 12 | 10,879 | 130,55 |
| 09 | Junção sanitária branco DE 45° DE 200X150 | PÇ | 12 | 26,1097 | 313,32 |
| 10 | Junção sanitária branco DE 45° DE 250X150 | PÇ | 12 | 39,1645 | 469,97 |
| 11 | Junção sanitária branco DE 45° DE 250X200 | PÇ | 12 | 50,4787 | 605,74 |
| 12 | Junção sanitária branco DE 45° DE 50X50 | PÇ | 12 | 2,611 | 31,33 |
| 13 | Junção sanitária branco DE 45° DE 75X50 | PÇ | 12 | 3,3943 | 40,73 |
| 14 | TEE sanitária branco DE 100X100 | PÇ | 12 | 5,2219 | 62,66 |
| 15 | TEE sanitária branco DE 250X250 | PÇ | 12 | 41,7755 | 501,31 |
| 16 | TEE sanitária branco DE 50X50 | PÇ | 12 | 2,0453 | 24,54 |
| 17 | TEE sanitária branco DE 75X75 | PÇ | 12 | 2,9591 | 35,51 |
| 18 | TEE sanitária branco de redução DE 100x50 | PÇ | 12 | 3,9164 | 47,00 |
| 19 | TEE sanitária branco de redução DE 100x75 | PÇ | 12 | 5,1349 | 61,62 |
| 20 | TEE sanitária branco de redução DE 200x150 | PÇ | 12 | 33,0722 | 396,87 |
| 21 | TEE sanitária branco de redução DE 250x200 | PÇ | 12 | 56,5709 | 678,85 |
| 22 | CAP Soldável DE 75 mm | PÇ | 12 | 6,0923 | 73,11 |
| TOTAL | | | | 4.600,00 | |

| LOTE 12 – CONEXÃO RR PRETO | | | | | |
|----------------------------|--|----|----|-----------------|------------------|
| ITEM | DESCRIÇÃO | UN | QT | PREÇO UNIT MAX. | PREÇO TOTAL MAX. |
| 01 | Cotovelo RR com 1 iserto metálico DE 3/4x3/4 | PÇ | 25 | 8,00 | 200,00 |
| 02 | Cotovelo RR com anel de reforço DE 3/4x3/4 | PÇ | 12 | 2,50 | 30,00 |
| 03 | T RR com anel de reforço DE ¾ x ¾ | PÇ | 12 | 3,50 | 42,00 |
| 04 | Luva de Correr DEFOFO DE 250 mm | PÇ | 5 | 120,00 | 600,00 |
| TOTAL | | | | 872,00 | |

Governador Celso Ramos/SC, 11 DE JUNHO DE 2015.
 MICHELE GONÇALVES DA SILVA DOS SANTOS
 SOCIO PROPRIETARIO

ALCIDES PEREIRA
 DIRETOR GERAL DO SAMAE

1ª TESTEMUNHA

2ª TESTEMUNHA

Grão Pará

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GRÃO PARÁ

RESOLUÇÃO 05/2015 FMS

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde de Grão-Pará, em sua reunião Ordinária, realizada em 26 de junho de 2015, às quatorze horas, no uso de suas competências regimentais e atribuições conferidas pela Lei Municipal número 1.960/2014 de 08/07/2014,

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar por unanimidade a Programação Anual de Saúde para o ano de 2016.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Homologo a resolução 005/2015 - CMS, de 26/06/2015, nos termos da legislação vigente, na data abaixo,

Grão-Pará, 29 /06 /2015 .

Denize Redivo Bussolo
Secretária do CMS – Grão-Pará/SC

Amilton Ascari
Prefeito Municipal

Guaraciaba

PREFEITURA

MINUTA EDITAL DE CONCORRÊNCIA 06.15 DOAÇÃO COM ENCARGOS DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABASC,
EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº06/2015.

O Município de Guaraciaba, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, promove Processo Licitatório nº 86/15, Edital de Concorrência Nº 06/15, Objeto: Concessão de Uso com ônus de materiais de construção de galpão industrial; recebimento de propostas até às 09:00 horas do dia 31/07/15; a abertura do Edital será às 09:00 horas do dia 31/07/15, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Ademar de Barros 85, Guaraciaba – SC, maiores informações, pelo telefone: 0xx49-36452000, no Depto de Compras, das 07:30h às 11:30h e das 13:30h às 17:30 e no site www.guaraciaba.sc.gov.br

Guaraciaba em 29 de junho de 2015.

Roque Luiz Meneghini,
Prefeito Municipal

MINUTA EDITAL DE PREGÃO 67.15 REGISTRO DE PREÇOS AQUISIÇÃO DE TINTAS E MÃO-DE-OBRA DEMARCAÇÃO VIÁRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA-SC, EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº67/2015.

O Município de Guaraciaba, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520 de 17/07/02 promove Processo Licitatório nº 87/15, Edital de Pregão Presencial Nº 67/15, Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para Aquisição de tintas e mão-de-obra para demarcação viária; recebimento de propostas até às 09:00 horas do dia 13/07/15; a abertura do Edital será às 09:00 horas do dia 13/07/15, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Ademar de Barros 85, Guaraciaba – SC, maiores informações, pelo telefone: 0xx49-36452000, no Depto de Compras, das 07:30h às 11:30h e das 13:30h às 17:30 e no site www.guaraciaba.sc.gov.br

Guaraciaba em 29 de junho de 2015.

Roque Luiz Meneghini,
Prefeito Municipal

Guaramirim

PREFEITURA

PORTARIA Nº. 437/2015

PORTARIA Nº. 437/2015

CONTRATA Ivany Terezinha da Silva através do Concurso Público nº. 01/2014.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Contratar Ivany Terezinha da Silva, através do Concurso Público nº. 01/2014, na função de Merendeira, 40 horas semanais, vinculada à Secretaria de Educação, a partir de 01 de junho de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 26 de junho de 2015.

Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 438/2015

PORTARIA Nº. 438/2015

CONTRATA Mario Sergio da Silva Miranda através do Concurso Público nº. 01/2014.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Contratar Mario Sergio da Silva Miranda, através do Concurso Público nº. 01/2014, na função de Médico Ortopedista, 20 horas semanais, vinculado à Secretaria de Saúde, a partir de 27 de maio de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 26 de junho de 2015.

Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 439/2015

PORTARIA Nº. 439/2015

CONTRATA Fernanda de Almeida Rau através do Concurso Público nº. 02/2011.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Contratar Fernanda de Almeida Rau, através do Concurso Público nº. 02/2011, na função de Cuidadora de Criança e/ou Adolescente, vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Social e

Habitação, a partir de 01 de junho de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 26 de junho de 2015.

Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 440/2015

PORTARIA Nº. 440/2015

CONTRATA Gisele Maria Zermiani através do Concurso Público nº. 02/2011.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Contratar Gisele Maria Zermiani, através do Concurso Público nº. 02/2011, na função de Auxiliar de Creche, vinculada à Secretaria de Educação, a partir de 15 de junho de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 26 de junho de 2015.

Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 441/2015

PORTARIA Nº. 441/2015

CONTRATA Iara Maria Spezia Schorck através do Concurso Público nº. 02/2011.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Contratar Iara Maria Spezia Schorck, através do Concurso Público nº. 02/2011, na função de Professora III, 20 horas semanais, vinculada à Secretaria de Educação, a partir de 10 de junho de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 26 de junho de 2015.

Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 442/2015

PORTARIA Nº. 442/2015

Exonera Evanir Kamchen Stenger.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar Evanir Kamchen Stenger, da função de Professora III, 40 horas semanais, vinculada a Secretaria de Educação, a partir de 25 de maio de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 26 de junho de 2015.

Lauro Fröhlich
PrefeitoDenilson Weiss
Secretário de Administração e Finanças**PORTARIA Nº. 443/2015**

PORTARIA Nº. 443/2015

Exonera Guilherme Henrique de Oliveira.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar Guilherme Henrique de Oliveira, da função de Agente Administrativo II, vinculado a Secretaria de Saúde, a partir de 21 de maio de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 26 de junho de 2015.

Lauro Fröhlich
PrefeitoDenilson Weiss
Secretário de Administração e Finanças**PORTARIA Nº. 444/2015**

PORTARIA Nº. 444/2015

Exonera Iara Maria Spezia Schorck.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar Iara Maria Spezia Schorck, da função de Diretora de Escola, vinculada a Secretaria de Educação, a partir de 09 de junho de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 26 de junho de 2015.

Lauro Fröhlich
PrefeitoDenilson Weiss
Secretário de Administração e Finanças**PORTARIA Nº. 445/2015**

PORTARIA Nº. 445/2015

Exonera Marciano dos Santos.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar Marciano dos Santos, da função de Gerente de Esportes, vinculado a Secretaria de Esporte e Lazer, a partir de 30 de junho de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 26 de junho de 2015.

Lauro Fröhlich
PrefeitoDenilson Weiss
Secretário de Administração e Finanças**PORTARIA Nº. 446/2015**

PORTARIA Nº. 446/2015

Exonera Neusa Marisa Klippel Brehm.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar Neusa Marisa Klippel Brehm, da função de Coordenadora Pedagógica, vinculada a Secretaria de Educação, a partir de 15 de junho de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 26 de junho de 2015.

Lauro Fröhlich
PrefeitoDenilson Weiss
Secretário de Administração e Finanças**PORTARIA Nº. 447/2015**

PORTARIA Nº. 447/2015

CONTRATA Amanda Rosa Vailatti através do Processo Seletivo para Emprego Público nº. 006/2011.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Contratar Amanda Rosa Vailatti, através do Processo Seletivo para Emprego Público nº. 006/2011, na função de Enfermeira PSF, vinculada a Secretaria de Saúde, a partir de 12 de junho de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 26 de junho de 2015.

Lauro Fröhlich
PrefeitoDenilson Weiss
Secretário de Administração e Finanças

Guarujá do Sul

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO - PREF 65 / FMS 25 / FMAS 14

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº. 65/2015

PROCESSO LICITATORIO Nº. 41/2015 – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 23/2015

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL

CONTRATADO: CARAMORI COM. DE COMBUSTIVEL E TRANSPORTES LTDA ME

OBJETO: Aquisição de combustíveis (gasolina comum, óleo Diesel S10) para a manutenção da frota de maquinas e veículos do Município de Guarujá do Sul.

VALOR TOTAL: R\$ 91.190,85

VIGENCIA: 31/12/2015.

Guarujá do Sul, SC, 29 de junho de 2015.

Jose Carlos Foiatto,

Prefeito Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº. 25/2015

PROCESSO LICITATORIO Nº. 41/2015 – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 23/2015

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADO: CARAMORI COM. DE COMBUSTIVEL E TRANSPORTES LTDA ME

OBJETO: Aquisição de combustíveis (gasolina comum, óleo Diesel S10) para a manutenção da frota de veículos do Fundo Municipal de Saúde.

VALOR TOTAL: R\$ 58.869,55

VIGENCIA: 31/12/2015.

Guarujá do Sul, SC, 29 de junho de 2015.

Vera Lurdes Segat,

Gestora do FMS.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº. 14/2015

PROCESSO LICITATORIO Nº. 41/2015 – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 23/2015

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

CONTRATADO: CARAMORI COM. DE COMBUSTIVEL E TRANSPORTES LTDA ME

OBJETO: Aquisição de combustíveis (gasolina comum) para a manutenção da frota de veículos do Fundo Municipal de Assistência Social.

VALOR TOTAL: R\$ 8.632,25

VIGENCIA: 31/12/2015.

Guarujá do Sul, SC, 29 de junho de 2015.

Adelise de Oliveira,

Gestora do FMAS.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO - CT 49/2015 TA 02

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

SEGUNDO TERMO ADITIVO - CONTRATO Nº. 49/2015

PROCESSO LICITATORIO Nº. 24/2015 – TOMADA DE PREÇO Nº. 02/2015

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL

CONTRATADO: JCV CONSTRUÇÃO E INCORPORAÇÃO LTDA

OBJETO: Fica prorrogado o prazo de execução constante na Clausula Segunda do presente Contrato por mais 60 (sessenta) dias sendo até 27 de agosto de 2015.

Guarujá do Sul, SC, 25 de junho de 2015.

Jose Carlos Foiatto,

Prefeito Municipal

Herval d'Oeste

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 009C/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 009C/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 028/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2015

Unidade Gestora: Fundo Municipal de Saúde de Herval d'Oeste

VIGÊNCIA: A presente ATA vigorará até 30 de novembro de 2015, podendo ser prorrogada, desde que não exceda ao prazo total de 1 (um) ano, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

Aos vinte e oito dias do mês de maio de 2015, na Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município de Herval d'Oeste, são registrados os preços para o eventual fornecimento de medicamentos para uso nas Unidades de Saúde incluindo a UPA 24 horas do Município de Herval d'Oeste, pelo período de 6 meses, conforme descrito no documento em anexo, celebrado entre o Município de Herval d'Oeste, inscrito no CNPJ 17.799.033/0001-46 neste ato representada pelo senhor Nelson Guindani, Prefeito Municipal e a empresa MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 94.894.169/0001-86 em decorrência do Processo Licitatório nº028/2015, modalidade Pregão Presencial nº 010/2015, para Sistema de Registro de Preços. As condições para a entrega do objeto, bem como as demais condições estão expressas no Edital do processo licitatório epigrafado, as quais são integralmente ratificadas e aceitas pelas partes, independentemente de sua transcrição.

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

Valor Total da Ata R\$ 10.700,30(dez mil setecentos reais e trinta centavos) divididos nos itens conforme documento em anexo.

Herval d'Oeste, 12 de junho de 2015.

| | |
|--|--|
| Nelson Guindani Prefeito Municipal CPF: 501.589.459-72 Pelo Município | Mauro Marciano Garcia de Freitas Sócio Administrador CPF: 374.624.900-72 Pela Empresa |
| Testemunhas: | |
| Rubens Antonio Correia CPF: 687.857.399-87 | Mariana Colusso Fabrin CPF: 052.051.949-36 |

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 009Q/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 009Q/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 028/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2015

Unidade Gestora: Fundo Municipal de Saúde de Herval d'Oeste

VIGÊNCIA: A presente ATA vigorará até 30 de novembro de 2015, podendo ser prorrogada, desde que não exceda ao prazo total de 1 (um) ano, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

Aos vinte e oito dias do mês de maio de 2015, na Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município de Herval d'Oeste, são registrados os preços para o eventual fornecimento de medicamentos para uso nas Unidades de Saúde incluindo a UPA 24 horas do Município de Herval d'Oeste, pelo período de 6 meses, conforme descrito no documento em anexo, celebrado entre o Município de Herval d'Oeste, inscrito no CNPJ 17.799.033/0001-46 neste ato representada pelo senhor Nelson Guindani, Prefeito Municipal e a empresa INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA ME, inscrita no CNPJ nº 12.889.035/0001-02 em decorrência do Processo Licitatório nº028/2015, modalidade Pregão Presencial nº 010/2015, para Sistema de Registro de Preços. As condições para a entrega do objeto, bem como as demais condições estão expressas no Edital do processo licitatório epigrafado, as quais são integralmente ratificadas e aceitas pelas partes, independentemente de sua transcrição.

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

Valor Total da Ata R\$ 25.559,00(vinte e cinco mil quinhentos e cinquenta e nove reais) divididos nos itens conforme documento em anexo.

Herval d'Oeste, 12 de junho de 2015.

| | |
|--|---|
| Nelson Guindani Prefeito Municipal CPF: 501.589.459-72 Pelo Município | Jhonatan Boni Sócio Administrador CPF: 016.789.820-59 Pela Empresa |
| Testemunhas: | |
| Rubens Antonio Correia CPF: 687.857.399-87 | Mariana Colusso Fabrin CPF: 052.051.949-36 |

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 009R/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 009R/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 028/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2015

Unidade Gestora: Fundo Municipal de Saúde de Herval d'Oeste

VIGÊNCIA: A presente ATA vigorará até 30 de novembro de 2015, podendo ser prorrogada, desde que não exceda ao prazo total de 1 (um) ano, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

Aos vinte e oito dias do mês de maio de 2015, na Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município de Herval d'Oeste, são registrados os preços para o eventual fornecimento de medicamentos para uso nas Unidades de Saúde incluindo a UPA 24 horas do Município de Herval d'Oeste, pelo período de 6 meses, conforme descrito no documento em anexo, celebrado entre o Município de Herval d'Oeste, inscrito no CNPJ 17.799.033/0001-46 neste ato representada pelo senhor Nelson Guindani, Prefeito Municipal e a empresa KLIMA COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA EPP, inscrita no CNPJ nº 11.011.226/0001-04 em decorrência do Processo Licitatório nº028/2015, modalidade Pregão Presencial nº 010/2015, para Sistema de Registro de Preços. As condições para a entrega do objeto, bem como as demais condições estão expressas no Edital do processo licitatório epigrafoado, as quais são integralmente ratificadas e aceitas pelas partes, independentemente de sua transcrição.

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

Valor Total da Ata R\$ 24.806,20(vinte e quatro mil oitocentos e seis reais e vinte centavos) divididos nos itens conforme documento em anexo.

Herval d'Oeste, 12 de junho de 2015.

| | |
|--|---|
| Nelson Guindani Prefeito Municipal CPF: 501.589.459-72 Pelo Município | Tiago Luis Klimaczewski Sócio Administrador CPF: 833.845.450-87 Pela Empresa |
| Testemunhas: | |
| Rubens Antonio Correia CPF: 687.857.399-87 | Mariana Colusso Fabrin CPF: 052.051.949-36 |

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 010F/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 010F/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 029/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2015

Unidade Gestora: Fundo Municipal de Saúde de Herval d'Oeste

VIGÊNCIA: A presente ATA vigorará até 11 de dezembro de 2015, podendo ser prorrogada, desde que não exceda ao prazo total de 1 (um) ano, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

Aos oito dias do mês de junho de 2015, na Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município de Herval d'Oeste, são registrados os preços para eventual aquisição de materiais e

insumos de enfermagem para a Unidade de Pronto Atendimento Remi Alécio Mascarello - UPA 24Hs, pelo período de 06 meses, conforme documento em anexo, celebrado entre o Município de Herval d'Oeste, inscrito no CNPJ 17.799.033/0001-46 neste ato representada pelo senhor Nelson Guindani, Prefeito Municipal e a empresa CASA CIRÚRGICA CHAPECÓ LTDA - EPP, inscrita no CNPJ nº 02.756.441/0001-43 em decorrência do Processo Licitatório nº029/2015, modalidade Pregão Presencial nº 011/2015, para Sistema de Registro de Preços. As condições para a entrega do objeto, bem como as demais condições estão expressas no Edital do processo licitatório epigrafoado, as quais são integralmente ratificadas e aceitas pelas partes, independentemente de sua transcrição. Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

Valor Total da Ata R\$ 10.032,50 (dez mil trinta e dois reais e cinquenta centavos), divididos nos itens conforme documento em anexo.

Herval d'Oeste, 16 de junho de 2015.

| | |
|--|--|
| Nelson Guindani Prefeito Municipal CPF: 501.589.459-72 Pelo Município | Jandir Luiz Tres Sócio Administrador CPF: 324.986.400-53 Pela Empresa |
| Testemunhas: | |
| Rubens Antonio Correia CPF: 687.857.399-87 | Mariana Colusso Fabrin CPF: 052.051.949-36 |

PORTARIA Nº 764/2015

PORTARIA Nº 764/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Licença para Tratamento de Saúde, a contar de 31 de maio de 2015, por tempo indeterminado, com fulcro nos artigos 111 a 115, da Lei Complementar Nº 281/2011, ao Servidor BRUNO ANTONIO MARESCH (Matr. 338), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Médico, Nível/Referência - 10/E, 10 horas semanais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, conforme determina a Legislação Específica do Regime Próprio de Previdência Social (IPREVI).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 29 de Junho de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 765/2015

PORTARIA Nº 765/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

NOMEAR a Senhora SILVANA REGINA BUSSACRO (Matr. 4152), a partir de 29 de junho de 2015, aprovada e classificada em 23º lugar através do Concurso Público 001/2014, de conformidade com o Decreto Nº 3.322/2014 de 12 de agosto de 2014, para ocupar o Cargo de Provedor Efetivo de Auxiliar de Serviços de Saúde, Nível – 8, Referência "A", 40 horas semanais, Anexo V da LC Nº. 280/2011, para atuar junto à Secretaria Municipal de Saúde, de conformidade com a LC Nº 293/2011. Sendo que seu contrato será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d'Oeste, assegurada pelo Regime Próprio de Previdência Social (IPREVI).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 29 de Junho de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 766/2015

PORTARIA Nº 766/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Contratar em Caráter Temporário, a Senhora DAYANE APARECIDA DOS SANTOS TOMÉ (Matr. 4153), para exercer a função de Professor, Nível – 1 - Referência "A", 20 horas semanais, anexo XI da LC nº 316/2013, turno vespertino, Ensino Fundamental, junto a EBM Cruz e Sousa, em substituição à servidora Vanuza de Oliveira, a partir de 29 de junho de 2015 até o término do ano letivo de 2015, ou até o retorno do servidor efetivo, classificada na Chamada Pública de que trata o Edital Nº 025/2015/SMECE, de 24 de junho de 2015, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 291/2011. Sendo que seu contrato de trabalho será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d'Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 29 de Junho de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 767/2015

PORTARIA Nº 767/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Férias Regulamentares, à Servidora ARIELA SCHNEIDER MARCA KRUG (Matr. 2800) ocupante do Cargo de Provedor Efetivo de Fisioterapeuta, Nível – 12/1, Referência "B", 30 horas semanais, Anexo V da Lei Complementar Nº. 280/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 01 de julho de 2013 e 30 de junho de 2014, para serem gozadas a partir de 29 de junho de 2015 a 28 de julho de 2015, de conformidade com o que preceitua o art. 94 da Lei Complementar Nº. 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 29 de Junho de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 768/2015

PORTARIA Nº 768/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER 12 (doze) dias de Licença Prêmio, à servidora ODETE MARIA KRUGER ESPER (Matr. 38), ocupante do Cargo de Provedor Efetivo de Professor, Nível – 5, Referência "A", Anexo XI da LC Nº. 316/2013, 40 horas semanais, nos termos do artigo 103, da Lei Complementar Nº. 281/2011, referente ao período aquisitivo de 19 de agosto de 2011 a 18 de agosto de 2012, para serem gozadas a contar de 29 de junho de 2015 a 10 de julho de 2015.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 29 de Junho de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 769/2015

PORTARIA Nº 769/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER 12 (doze) dias de Licença Prêmio, à servidora MARLENE MARIA DE OLIVEIRA (Matr. 490), ocupante do Cargo de Provedor Efetivo de Professor, Nível – 8, Referência "A", Anexo XI da LC Nº. 316/2013, 40 horas semanais, nos termos do artigo 103, da Lei Complementar Nº. 281/2011, referente ao período aquisitivo de

19 de agosto de 2012 a 18 de agosto de 2013, para serem gozadas a contar de 29 de junho de 2015 a 10 de julho de 2015.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 29 de Junho de 2015.

Nelson Guindani

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 770/2015

PORTARIA Nº 770/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER 12 (doze) dias de Licença Prêmio, ao servidor LUIZ HENRIQUE G. DALOSSO VALGRANDE (Matr. 3087), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Analista de Execução de Obras Públicas, Nível – 11, Referência "B", Anexo V da LC Nº. 280/2011, 20 horas semanais, nos termos do artigo 103, da Lei Complementar Nº. 281/2011, referente ao período aquisitivo de 19 de agosto de 2013 a 18 de agosto de 2014, para serem gozadas a contar de 29 de junho de 2015 a 10 de julho de 2015.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 29 de Junho de 2015.

Nelson Guindani

Prefeito Municipal

TERMO DE CESSÃO DE USO DE IMÓVEL PÚBLICO Nº 003/2015

TERMO DE CESSÃO DE
USO DE IMÓVEL PÚBLICO N.º_003/2015

DAS PARTES

Os signatários deste instrumento, de um lado o MUNICÍPIO DE HERVAL D' OESTE SC, pessoa jurídica de direito privado interno, com sede administrativa sito na Rua Nereu Ramos, n. 389, Centro, na cidade de Herval d' Oeste, CNPJ sob nº 82939430/0001-38, representada neste ato pelo Prefeito Municipal NELSON GUINDANI, brasileiro, casado, residente na cidade de Herval d' Oeste (SC), CPF nº. 501.589.459-72, doravante denominado CEDENTE, e de outro lado a SIMAE – Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto, pessoa jurídica de direito público, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o n. 84.591890/0001-43, com sede no município de Joaçaba – SC, Rua Tiradentes, 123, Centro, neste ato devidamente representada por sua Diretora e Presidente, Sr. Elisabet Maria Zanela Sartori, brasileira, casada, residente na cidade de Joaçaba (SC), CPF nº. 386.948.169-20, de agora em diante denominada CESSIONÁRIA, resolvem celebrar o presente "TERMO DE CESSÃO DE USO DE IMÓVEL PÚBLICO", na melhor forma do direito, de acordo com a Lei Municipal nr. 3102 de 16 de junho de 2015, que se regerá pelas Cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O objeto do presente Termo é a cessão de uso de espaço público pertencente ao MUNICÍPIO DE HERVAL D' OESTE – SC à CESSIONÁRIA para que faça uso de uma área de 100m² (Cem metros quadrados), sem benfeitorias, com área frontal de 10 (dez) metros e acesso pela estrada geral de Serra Alta, pertencente a área maior, inscrita sob a matrícula 5.247, livro n. 2, fl. 01, junto ao Registro de Imóveis da Comarca de Herval d' Oeste, com a área total de 1.600,00m² (mil e seiscentos metros quadrados).

CLÁUSULA SEGUNDA – DA UTILIZAÇÃO DE PATRIMÔNIO

A CESSIONÁRIA utilizará este imóvel única e exclusivamente para a perfuração de um poço profundo e implementação de estação elevatória de água, para ampliação do sistema de abastecimento de água para a localidade de Serra Alta.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS INVESTIMENTOS

Os investimentos, despesas ou gastos inerentes a qualquer ação para a viabilização da obra, correrão à conta exclusiva da CESSIONÁRIA.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO

O presente Termo terá validade de 20 (vinte) anos a contar da data de sua publicação, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, se do interesse das partes.

CLÁUSULA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Pela utilização do imóvel objeto deste Termo, a CESSIONÁRIA nada pagará ao MUNICÍPIO, devendo apesar zelar pela conservação do patrimônio.

CLÁUSULA SEXTA – DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Herval D' Oeste – SC, para dirimir questões decorrentes do presente Termo.

Assim, por estarem juntos e entre si acordados, assinam o presente termo, em 05 (cinco) vias de igual teor e em presença de duas testemunhas.

Herval d' Oeste, 24 de junho de 2015.

NELSON GUINDANI

Prefeito

CEDENTE

SIMAE – Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto
Presidente
CESSIONÁRIA

TESTEMUNHAS:

NOME: _____

CPF: _____

NOME: _____

CPF: _____

Ibiam

PREFEITURA

DECRETO Nº 2806/2015

DECRETO Nº 2806, DE 26 DE MAIO DE 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLÓVIS JOSÉ BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiam, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e especialmente as conferidas pela Lei n. 0559/2014:

DECRETA:

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Adicional Suplementar por conta do superávit financeiro consolidado no valor de R\$ 1.749,60 (Hum mil, setecentos e quarenta e nove reais e sessenta centavos) no orçamento de 2015 do Fundo Municipal de Saúde de Ibiam, nas seguintes programações de despesas:

Suplementação:

Órgão: 03 – FUNDOS MUNICIPAIS

Unidade Orçamentária: 0301 – Fundo Municipal da Saúde

Função: 10 – Saúde

Subfunção: 301– Atenção Básica

Programa: 1001 – Saúde com Qualidade

Atividade: 2039– Manut. Das Atividades da Saúde

Modalidade de Aplicação: 33930000 – Aplicações Diretas a Consórcios Públicos

Fonte: 1367 – Superávit Financeiro Recursos SUS Estado

Valor R\$ 1.749,60

Art. 2º Para satisfazer a cobertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, será utilizado o superávit financeiro consolidado apurado no exercício anterior do Município de Ibiam.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, EM 26 DE MAIO DE 2015.

CLÓVIS JOSÉ BUSATTO

PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado:

LAÉLCIO ANTONIO GASANIGA
SECRETÁRIO DE ADM. E FAZENDA

DECRETO Nº 2809/2015

DECRETO Nº 2809, DE 12 DE JUNHO DE 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiam, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e especialmente as conferidas pela Lei n. 0559/2014:

DECRETA:

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a

Abrir Crédito Adicional Suplementar por conta do superávit financeiro no valor de R\$ 100.000,00 (Cem mil reais), no orçamento de 2015 da Prefeitura Municipal de Ibiam, na seguinte programação de despesa:

Suplementação:

Órgão: 02 – Chefia do Executivo

Unidade Orçamentária: 0205 – Sec. Mun. Infraestrutura, Transp. Obras

Função: 26 – Transporte

Subfunção: 782– Transporte Rodoviário

Programa: 2601 – Estradas Vicinais

Projeto/Atividade: 2023 Manut. da Secr. Infraestrutura, Transp. E Obras

Modalidade de Aplicação: 33900000 – Aplicações Diretas

Fonte: 1330- Superávit Recursos Ordinários

Valor: R\$ 100.000,00

Art. 2º Para satisfazer a cobertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, será utilizado o superávit financeiro consolidado apurado no exercício anterior.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 12 DE JUNHO DE 2015.

CLOVIS JOSE BUSATTO

PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado

LAELCIO ANTONIO GASANIGA
SECRETÁRIO DA ADM. E DA FAZENDA

DECRETO Nº 2810/2015

DECRETO Nº 2810, DE 12 DE JUNHO DE 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiam, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e especialmente as conferidas pela Lei n. 0559/2014:

DECRETA:

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Adicional Suplementar por conta do superávit financeiro no valor de R\$ 10.000,00 (Dez mil reais), no orçamento de 2015 da Prefeitura Municipal de Ibiam, na seguinte programação de despesa:

Suplementação:

Órgão: 02 – Chefia do Executivo

Unidade Orçamentária: 0205 – Sec. Mun. Infraestrutura, Transp. Obras

Função: 17 – Saneamento

Subfunção: 512- Saneamento Básico Urbano
Programa: 1701 – Prevenção de Doenças
Projeto/Atividade: 2050 Limpeza Pública
Modalidade de Aplicação: 33900000 – Aplicações Diretas
Fonte: 0300- Superávit Exercício Anterior- Rec. Ordinários
Valor: R\$ 10.000,00

Art. 2º Para satisfazer a cobertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, será utilizado o superávit financeiro consolidado apurado no exercício anterior.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 12 DE JUNHO DE 2015.
CLOVIS JOSE BUSATTO
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado

LAELCIO ANTONIO GASANIGA
SECRETÁRIO DA ADM. E DA FAZENDA

DECRETO Nº 2811/2015

DECRETO Nº 2811, DE 12 DE JUNHO DE 2015.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLÓVIS JOSÉ BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e especialmente as conferidas pela Lei n. 0559/2014:

DECRETA:

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Adicional Suplementar por conta do superávit financeiro consolidado no valor de R\$ 1.976,99 (Hum mil novecentos e setenta e seis reais e noventa e nove centavos) no orçamento de 2015 do Fundo Municipal de Saúde de Ibiã, nas seguintes programações de despesas:

Suplementação:

Órgão: 03 – FUNDOS MUNICIPAIS
Unidade Orçamentária: 0301 – Fundo Municipal da Saúde
Função: 10 – Saúde
Subfunção: 305– Vigilância Epidemiológica
Programa: 1001 – Saúde com Qualidade
Atividade: 2043– Manut. Vigilância em Saúde Epidemiológica
Modalidade de Aplicação: 44900000 – Aplicações Diretas
Fonte: 1338 – Superávit Financeiro Recursos SUS União
Valor R\$ 1.976,99

Art. 2º Para satisfazer a cobertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, será utilizado o superávit financeiro consolidado apurado no exercício anterior do Município de Ibiã.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, EM 12 DE JUNHO DE 2015.
CLÓVIS JOSÉ BUSATTO
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA
SECRETÁRIO DE ADM. E FAZENDA

DECRETO Nº 2812/2015

DECRETO Nº 2812, DE 12 DE JUNHO DE 2015.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e especialmente as conferidas pela Lei n. 0559/2014:

DECRETA:

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Adicional Suplementar por conta do superávit financeiro no valor de R\$ 100.000,00 (Cem mil reais), no orçamento de 2015 da Prefeitura Municipal de Ibiã, na seguinte programação de despesa:

Suplementação:

Órgão: 02 Chefia Do Executivo
Unidade: 0206 Secretaria Municipal de Educação
Função: 12 Educação
Sub-Função: 365 Educação Infantil
Programa: 1201 Desenvolvimento Educacional
Projeto/Atividade: 2030 Manut. Da Educação Infantil
Modalidade de Aplicação: 31900000 – Aplicações Diretas
Fonte: 1301- Superávit Recursos Ordinários
Valor: R\$ 100.000,00

Art. 2º Para satisfazer a cobertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, será utilizado o superávit financeiro consolidado apurado no exercício anterior.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 12 DE JUNHO DE 2015.
CLOVIS JOSE BUSATTO
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado

LAELCIO ANTONIO GASANIGA
SECRETÁRIO DA ADM. E DA FAZENDA

DECRETO Nº 2813/2015

DECRETO Nº 2813, DE 12 DE JUNHO DE 2015.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLÓVIS JOSÉ BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e especialmente as conferidas pela Lei n. 0559/2014:

DECRETA:

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Adicional Suplementar por conta do superávit financeiro no valor de R\$ 105.000,00 (Cento e cinco mil reais), no orçamento de 2015 da Prefeitura Municipal de Ibiã, nas seguintes

programações de despesas:

Suplementação:

Órgão: 02 – Chefia do Executivo
Unidade Orçamentária: 07.02 – Secretaria de Assistência Social
Função: 08 – Assistência Social
Subfunção: 244– Assistência Comunitária
Programa: 0801 – Assistência Social Geral
Atividade: 2031 – Manutenção da Secr. De Assist. Social
Modalidade de Aplicação: 31900000 – Aplicações Diretas
Fonte: 1300 – Superávit Fin. Recursos Ordinários
Valor R\$ 105.000,00

Art. 2º Para satisfazer a cobertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, será utilizado o superávit financeiro consolidado apurado no exercício anterior do Município de Ibiam.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, EM 12 DE JUNHO DE 2015.
CLÓVIS JOSÉ BUSATTO
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado:

LAÉLCIO ANTONIO GASANIGA
SECRETÁRIO DE ADM. E FAZENDA

DECRETO Nº 2815/2015

DECRETO Nº 2815, DE 12 DE JUNHO DE 2015.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLÓVIS JOSÉ BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiam, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e especialmente as conferidas pela Lei n. 0559/2014:

DECRETA:

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Adicional Suplementar por conta do superávit financeiro consolidado no valor de R\$ 6.742,00 (Seis mil, setecentos e quarenta e dois reais) no orçamento de 2015 do Fundo Municipal de Saúde de Ibiam, nas seguintes programações de despesas:

Suplementação:

Órgão: 03 – FUNDOS MUNICIPAIS
Unidade Orçamentária: 0301 – Fundo Municipal da Saúde
Função: 10 – Saúde
Subfunção: 301– Atenção Básica
Programa: 1001 – Saúde com Qualidade
Projeto: 1015– Aquisição Veículos Saúde
Modalidade de Aplicação: 44900000 – Aplicações Diretas
Fonte: 1302 – Superávit Financeiro Recursos
Valor: R\$ 6.742,00

Art. 2º Para satisfazer a cobertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, será utilizado o superávit financeiro consolidado apurado no exercício anterior do Município de Ibiam.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, EM 12 DE JUNHO DE 2015.
CLÓVIS JOSÉ BUSATTO
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado:

LAÉLCIO ANTONIO GASANIGA
SECRETÁRIO DE ADM. E FAZENDA

DECRETO Nº 2818/2015

DECRETO Nº 2.818, DE 19 DE JUNHO DE 2015.
HOMOLOGA 6ª ETAPA DE ESTÁGIO PROBATÓRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito do Município de Ibiam, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o Art. 23, do Estatuto do Servidor Público,

DECRETA:

Art. 1º. Para que surtam os efeitos legais, fica homologado a 6ª Etapa de avaliação do Estágio Probatório do Servidor Público do Município WALDEMAR CORDEIRO admitido por Concurso Público, objeto do Edital nº 001/2012, conforme relatório anexo a este Decreto.

Art. 2º. O relatório foi elaborado pela comissão nomeada pela Portaria nº 058, de 01 de abril de 2014, e seu conteúdo está amparado nos Decreto nº 1.636, de 31 de julho de 2007.

Art. 3º. O Departamento de Pessoal, anotará na ficha funcional do servidor a homologação desta etapa do estágio probatório.

Art. 4º. Em decorrência da aprovação no estágio probatório, fica o servidor considerado estável no serviço público municipal de Ibiam.

Art. 5º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 19 DE JUNHO DE 2015.
CLÓVIS JOSÉ BUSATTO
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

LAÉLCIO ANTONIO GASANIGA
Sec. da Administração e da Fazenda

PROCESSO SELETIVO Nº 02/2015 - RETIFICADO

EDITAL Nº 002, DE 17 DE JUNHO DE 2015.

ABRE INSCRIÇÕES E BAIXA NORMAS PARA ADMISSÃO DE PESSOAL EM CARÁTER TEMPORÁRIO – CADASTRO DE RESERVA, SOB REGIME ADMINISTRATIVO ESPECIAL, NO ÂMBITO DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS “RETIFICADO”

O PREFEITO MUNICIPAL DE IBIAM, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve baixar normas para realização do processo seletivo para admissão de pessoal em caráter temporário – Cadastro de Reserva, sob regime administrativo especial, no âmbito do Magistério Público Municipal para o ano de 2015, com base no inciso II, do art. 37, da Constituição Federal, combinado com o art. 67, da Lei nº 9394 (LDB), bem como a Lei Municipal nº 113, de 05 de janeiro de 1999.

1. DAS INSCRIÇÕES:

1.1- Ficam abertas as inscrições para a contratação temporária de:

| Cargo/Função | Vaga | Escolaridade | Área de atuação | Vencimentos | Carga Horária Semanal |
|---|------|---|--|------------------------|-----------------------|
| Professor II (Professor com licenciatura plena – Pedagogia – Séries Iniciais e Educação Infantil) | 06 | Habilitação obtida no ensino superior, em curso de Licenciatura Plena, na área específica de atuação, com registro no MEC | Educação Infantil | 20:00 h = R\$ 1.645,39 | 20 horas |
| Professor II (Professor com licenciatura plena – Pedagogia – Séries Iniciais e Educação Infantil) | 02 | Habilitação obtida no ensino superior, em curso de Licenciatura Plena, na área específica de atuação, com registro no MEC | Primeiro ao Quinto ano do Ensino Fundamental | 20:00 h = R\$ 1.645,39 | 20 horas |

1.2. As convocações ocorrerão apenas quando surgir necessidade temporária e de excepcional interesse público, tais como:

I – em substituição aos afastamentos legais dos titulares;

II – para lotação em escolas estaduais conveniadas

III – em virtude de existência de vaga não ocupada em concurso público.

1.3. As inscrições serão realizadas no Centro Educacional Elisiane Titon, situado na Rua 7 de Setembro, 539.

1.3.1. A inscrição poderá ser efetuada através de procuração com firma reconhecida.

1.3.2. As inscrições serão gratuitas.

1.4. O período de inscrição será de 22 de junho de 2015 a 21 de julho de 2015, no horário compreendido das 08h00min às 11h00min e das 13h30min às 16h30min.

1.5. A relação dos inscritos considerados aptos a prestarem prova escrita será tornado público dia 22 de julho de 2015, no site: <http://www.ibiam.sc.gov.br>.

1.6. Em razão do número de vagas por cargo ser baixo, não haverá a reserva de vagas aos portadores de necessidades especiais, razão pela qual participarão do Processo Seletivo em igualdade de condições com os demais candidatos.

2. DA DOCUMENTAÇÃO PARA INSCRIÇÃO

2.1. A inscrição far-se-á mediante:

I. cópia da carteira de identidade;

II. cópia do CPF;

III. cópia do comprovante de escolaridade para o cargo pretendido (diploma, histórico escolar ou declaração de conclusão de curso superior de licenciatura plena na área em que pretende atuar, ou seja, habilitação em Educação Infantil para Creche e Pré-Escolar e habilitação em Ensino Fundamental para os anos iniciais);

IV. para os não habilitados: cópia de declaração, do corrente ano, indicando a fase e o curso de licenciatura que se encontra devidamente matriculado e frequentando, na área em que pretende atuar;

V. certidão de tempo de serviço no Magistério.

2.2. A cópia dos documentos relacionados no item 2.1, deverá ser acompanhada de seus respectivos documentos originais, que após conferência serão devolvidos de imediato.

2.3. Na falta de qualquer documento acima não será aceita a inscrição do candidato não sendo permitido que o receptor designado para inscrição mantenha em seu poder inscrição com documentos faltantes.

3 – DAS ETAPAS DO PROCESSO SELETIVO

3.1. O processo seletivo, objeto deste edital, constará de 02 (duas) etapas:

- a) 1ª etapa – prova escrita/objetiva (tipo múltipla escolha) – de caráter seletivo, eliminatório e classificatório;
- b) 2ª etapa – prova de títulos – de caráter classificatório

4 - DAS PROVAS:

4.1. Todos os candidatos inscritos no presente processo seletivo farão prova escrita (tipo múltipla escolha) com 25 questões, de acordo com os conteúdos constantes no anexo I do presente edital.

I. As provas do Processo Seletivo terão 25 questões e serão na modalidade de escrita/objetiva.

II. A prova escrita/objetiva será aplicada a todos os candidatos e contarão com questões de Português, Informática, Conhecimentos Gerais e Conhecimentos Específicos.

III. A prova escrita/objetiva para os cargos, e de acordo com o programa constante deste Edital, terá a duração de 03 (três) horas e será composta de 25 (vinte e cinco) questões objetivas de múltipla escolha, subdividida em 4 (quatro) alternativas: A), B), C), D); dessas alternativas, somente UMA deverá ser assinalada.

IV. À prova escrita/objetiva será atribuída pontuação de 0 (zero) a 10 (dez), sendo que cada questão correta corresponderá a 0,40 (zero vírgula quarenta) pontos.

V. As questões da prova escrita/objetiva serão anotadas em cartão específico para respostas, fornecido para o candidato quando da realização da referida prova. Os candidatos deverão utilizar apenas caneta esferográfica nas cores azul ou preta.

VI. O candidato deverá apor no CARTÃO-RESPOSTA as suas respostas por questão, marcando a alternativa correta com um "X".

VII. Será atribuída pontuação 0 (zero) à questão da prova escrita/objetiva:

- a) cuja(s) resposta(s) no cartão-resposta não corresponda(m) ao Gabarito Oficial do Processo Seletivo da Prefeitura Municipal de Ibiam (SC);
- b) quando a(s) resposta (s) no cartão-resposta contenha(m) emenda(s) e/ou rasura(s), ainda que legível(is);
- c) que contenha(m) mais de uma opção de resposta assinalada ao cartão-resposta;
- d) que não estiver(em) assinalada(s) no cartão-resposta;
- e) cuja(s) resposta(s) for(em) preenchida(s) fora das especificações do cartão-resposta, ou seja, preenchida(s) com caneta não esferográfica ou com caneta esferográfica de cor diferente de azul ou preta, ou ainda, com marcação diferente da indicada;
- f) o candidato deverá colocar seu nome no cartão-resposta.

4.2 A prova escrita será realizada no seguinte local e horário:

I – data: 27 de julho de 2015.

II – local: Centro Educacional Municipal – Eliziane Titon.

III – Horário: início 08h00min e término 11h00min.

4.3. O candidato deverá apresentar-se no local da prova, portando original de sua cédula oficial de identidade e comprovante de inscrição.

4.4. Os candidatos deverão comparecer ao local da prova com a antecedência mínima de 15 (quinze) minutos, relativamente ao horário fixado para o início de sua realização.

4.5. Não será admitido, em local de realização da prova, o candidato que se apresentar após o horário fixado para o seu início.

4.6. Na realização da prova, local e transcurso desta, não será permitida a comunicação entre candidatos, nem estes a pessoas estranhas ao certame.

4.7. Não será admitida consulta qualquer, nem a utilização de qualquer meio, máquina ou aparelho, que sirva de armazenamento de dados, à gravação, à recepção ou à transmissão de mensagens, como os telefones celulares, as agendas eletrônicas, máquinas calculadoras e similares.

4.8. Os 03 (três) últimos candidatos de cada sala de provas somente poderão retirar-se da sala simultaneamente.

4.9. Será eliminado do Processo Seletivo o candidato que zerar a prova escrita.

4.10. O candidato que não comparecer para realizar a prova escrita, acarreta em sua eliminação do Processo Seletivo.

4.11. A Comissão de Seleção, sob as penas da lei, zelará pelo sigilo e pela inviolabilidade desta.

4.12. O gabarito da prova será publicado e divulgado até o dia 28 de julho de 2014, após a realização da prova objetiva, no site: www.ibiam.sc.gov.br.

5. DA PROVA DE TÍTULOS:

5.1. No ato da inscrição deverão ser entregues as cópias dos títulos, acompanhados de seus respectivos documentos originais, que após conferência serão devolvidos de imediato. Para comprovação dos títulos deverão ser anexados os seguintes documentos:

- a)-Diploma, Histórico Escolar ou Declaração de conclusão de curso superior de licenciatura plena na área em que pretende atuar;
- b)-Declaração, do corrente ano, indicando a fase e o curso de licenciatura em que se encontra devidamente matriculado e frequentando, na área em que pretende atuar;
- c)- Certificados de cursos de aperfeiçoamento na área atuação.

5.2. Fica vedada a entrega dos mesmos pelos candidatos após o encerramento das inscrições.

5.3. A prova de Títulos obedecerá aos seguintes critérios de pontuação:

I – Seleção de Títulos – 10 (dez) pontos divididos em:

- a) 1,0 (um) ponto para cada 100 (cem) horas de cursos de aperfeiçoamento na área de atuação, até o limite de 2,0 pontos;
- b) 6,0 (seis) pontos para curso superior na área que pretende atuar;
- c) 2,0 (dois) pontos para o curso superior ou outra habilitação na área de atuação;

5.4. O candidato deverá apresentar documento comprobatório de horas de aperfeiçoamento e/ou atualização na área em que pretende atuar, frequentados ou ministrados nos anos de 2013 a 2014, com no mínimo 20 (vinte) horas e concluídos até 30.12.2014. Os documentos originais deverão ser apresentados e após a conferência serão devolvidos de imediato.

5.5. Para a classificação, mediante apresentação de títulos, deverão ser seguidos os seguintes critérios:

I – Para os habilitados:

5.5.1. Habilitação Profissional – portador de certificado de cursos na seguinte ordem:

- a)- Diploma, Histórico Escolar ou Declaração de curso superior de licenciatura plena na área em que pretende atuar;

II- Para os não habilitados:

- a)- Declaração, do corrente ano, indicando a fase e o curso de licenciatura em que se encontra devidamente matriculado e frequentando, na área em que pretende atuar.

5.6. A Comissão somente avaliará os Títulos dos candidatos que realizaram a prova escrita e não zeraram a mesma.

6. DA APROVAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO:

6.1. A classificação será, pela ordem decrescente, os candidatos que obtiverem a maior pontuação, esta composta pela soma dos pontos das provas descritas no item 4.1 - inciso IV e no item 5.3 – inciso I.

6.2. Em caso de empate entre os candidatos deverão ser aplicados os seguintes critérios:

I – Formação educacional, dando-se preferência àquele que possuir grau de instrução mais elevada;

II - Maior número de acertos na prova de Conhecimentos Específicos;

III – Maior número de cursos de aperfeiçoamento;

IV - maior idade;

V - maior número de dependentes.

VI – maior tempo de serviço no magistério público municipal;

VII – maior tempo de serviço no magistério.

6.2.1. A certidão de tempo de serviço deverá estar anexada na ficha de inscrição. Não poderá ser apresentada posteriormente.

6.3. Apresentada à lista dos aprovados, o Chefe do Poder Executivo homologará o resultado que será divulgado e publicado no Mural Público da Prefeitura e no site: www.ibiam.sc.gov.br no dia 31 de julho de 2015.

6.4. A ausência do candidato à hora designada para prova, ou a infringência às exigências constantes deste Edital para participação das provas, importará a sua eliminação na seleção.

6.5. Não haverá divulgação das eliminações dos resultados abaixo da média final mínima.

6.6. A pontuação mínima para o candidato ser aprovado deve ser igual ou superior a 05 (cinco) pontos.

7. DOS RECURSOS E REQUERIMENTOS

7.1. Cabe recurso para as seguintes fases do certame:

a) da homologação das inscrições: o candidato poderá apresentar recurso no prazo de 1 (um) dia útil, contado da data de publicação da homologação das inscrições na internet, através do sítio <http://www.ibiam.sc.gov.br>.

b) das questões da prova objetiva: no dia da realização da prova e/ou no prazo de 1 (um) dia útil, contado do 1º dia útil após a prova, utilizando um formulário para cada questão.

c) do gabarito: prazo de 1 (um) dia útil, contado da data de publicação do documento na internet, através do sítio <http://www.ibiam.sc.gov.br>.

d) do resultado (nota) da prova objetiva: prazo de 1 (um) dia útil, contado da data de publicação do documento na internet, através do sítio <http://www.ibiam.sc.gov.br>.

e) do resultado final e classificação: prazo de 1 (um) dia útil, contado da data de publicação do documento na internet, através do sítio <http://www.ibiam.sc.gov.br>.

7.2. Para interposição de recursos o candidato deverá utilizar o modelo constante no Anexo II deste Edital e deverá protocolá-lo junto a Prefeitura Municipal de Ibiam, situada na Travessa Leoniza Carvalho Agostini, 20.

7.2.1. O(s) recurso(s) será (ão) endereçado(s) à Comissão do Processo Seletivo.

7.3. Não serão recebidos recursos interpostos por qualquer outro meio a não ser o descrito no edital.

7.4. Somente serão apreciados os recursos expressos em termos convenientes, que apontarem as circunstâncias e as razões que os justifiquem e interpostos dentro do prazo estabelecido conforme item 12, deste edital.

7.5. Se houver alteração do gabarito, por força de impugnações ou recursos considerados procedentes, o gabarito do referido cargo será corrigido de acordo com as alterações efetuadas e publicado novamente.

7.6. Não serão aceitas sobreposições de recursos apresentados pelo mesmo candidato com finalidade de acrescentar ou modificar a redação, argumentação ou comprovação ao requerimento anterior, independente de vigência de prazo.

7.7. Se do julgamento dos recursos resultar em alteração do resultado final e respectiva classificação, será publicado novo documento de resultado final.

8. DAS VAGAS:

8.1. As vagas serão preenchidas conforme a necessidade da Administração Municipal

8.2. O preenchimento das vagas obedecerá rigorosamente à ordem de classificação dos candidatos aprovados.

8.3. Homologado o resultado final do Processo Seletivo e autorizada a contratação pelo Prefeito Municipal, serão convocados os primeiros colocados, para, no prazo máximo de 03 (três) dias, comprovar o atendimento das seguintes condições:

- a) ser brasileiro nato ou naturalizado ;
- b) ter no mínimo dezoito anos de idade completos, até a data da contratação;
- c) estar em dia com as obrigações eleitorais (apresentar comprovante que votou na última eleição, ou justificativa, ou certidão de quitação eleitoral (www.tre-sc.gov.br));
- d) quando do sexo masculino, haver cumprido com a obrigação para com o Serviço Militar;
- e) ter disponibilidade de carga horária de 04 (quatro) horas diárias/20 (vinte) horas semanais;

8.4. Para a admissão, o candidato deverá apresentar os seguintes documentos:

- a) Encontrar-se em pleno exercício dos direitos políticos (certidão de crimes eleitorais (www.tre-sc.gov.br));
- b) Comprovante que votou na última eleição (certidão quitação eleitoral (www.tre-sc.gov.br));
- c) Ter idade mínima de dezoito anos;
- d) Carteira de identidade;
- e) CPF;
- f) Título de Eleitor;

- g) Carteira de reservista ou certificado de dispensa de incorporação, em caso de candidato do sexo masculino;
- h) Carteira de trabalho;
- i) Nº PIS/PASEP;
- j) Certidão de casamento ou nascimento;
- k) Certidão de nascimento dos filhos;
- l) Comprovante de escolaridade;
- m) Uma foto 3x4;
- n) Comprovante de residência;
- o) Declaração de bens
- q) Declaração de não acumulação de cargo, função, emprego ou percepção de proventos, fornecida pelo candidato;
- r) Declaração de ter sofrido ou não, no exercício de função pública, penalidades disciplinares, conforme legislação aplicável;
- s) Declaração de compatibilidade de horário quando servidor se outro órgão ou estabelecimento (Declaração fornecida pelo órgão ou estabelecimento onde trabalha);
- t) Apresentar atestado de boa saúde física e mental, cujos exames serão requeridos antes da admissão.

8.4.1. Para as pessoas que já foram servidoras do Município, entrar em contato com o Setor de Pessoal, para solicitar a relação dos documentos que serão necessários para a admissão.

9. DA REMUNERAÇÃO E DO PRAZO DE CONTRATAÇÃO

9.1. A remuneração mensal para os cargos está definida no quadro de vagas, constante no item 1.1 deste edital.

9.2. A contratação, objeto deste edital, passa a ter início no ato da assinatura do respectivo Contrato e término previsto para 30.12.2015 ou até que cesse o motivo que deu causa à contratação (no decorrer do exercício financeiro de 2015) ou ainda com o preenchimento da vaga mediante realização de Concurso Público.

9.3. O processo seletivo é válido durante o decurso do ano letivo da sua realização.

9.3.1. O prazo inicia-se com a data da homologação da classificação final.

10. DAS ATIVIDADES A SEREM DESENVOLVIDAS PELO SERVIDOR

10.1 Os serviços serão prestados no Centro Educacional Eliziane Titon e no Centro de Educação Infantil José Atílio Grassi de 2^{as} às 6^{as} feiras, das 07h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min, ou de conformidade com a carga horária e horário de funcionamento estabelecido pela Secretaria Municipal de Educação.

10.2 As atribuições sumárias do cargo de professor são: realizar o exercício da docência em classes de educação infantil, ensino fundamental, programas de apoio às crianças com dificuldade de aprendizagem.

10.3 A descrição detalhada das atribuições do cargo de professor estão descritas no Anexo I, da lei complementar nº 003/2002.

11. DA COMISSÃO DE SELEÇÃO

11.1. A Comissão de Seleção será formada por 03 (três) servidores do quadro de pessoal, nomeada pelo Chefe do Executivo Municipal, a qual incumbe à organização e fiscalização da prova e emitir julgamento mediante atribuições de notas, conforme item 4 deste edital.

11.2. A Comissão poderá contar com a colaboração de bancas suplementares.

12. DO CRONOGRAMA

| CROMOGRAMA | DATA |
|--|-------------------------|
| Publicação do Edital | 19.06.2015 |
| Recebimento das inscrições | 22.06.2015 a 21.07.2015 |
| Resultado da homologação das inscrições | 22.07.2015 |
| Prazo recursos da homologação das inscrições | 23.07.2015 |
| Divulgação do resultado dos recursos da homologação das inscrições | 24.07.2015 |
| Prova Objetiva e Prova de Títulos | 27.07.2015 |
| Prazo de recursos das questões da prova objetiva | 28.07.2015 |
| Divulgação do gabarito | 28.07.2015 |
| Prazo de recursos do gabarito | 28.07.2015 |
| Divulgação do resultado (nota) da prova objetiva e da prova de títulos | 29.07.2015 |
| Prazo de recurso das notas da prova objetiva e da prova de títulos | 30.07.2015 |
| Divulgação do resultado final e classificação | 31.07.2015 |

13 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS:

13.1. O candidato, se aposentado em outro cargo ou emprego público, deverá, antes de tomar posse, renunciar aos respectivos proventos, respeitada as hipóteses do inciso XVI, do art. 37 da Constituição Federal, mais o § 6º, do artigo 40.

13.2. Eventuais candidatos em licenças médicas, concedidas pelo INSS, pelo princípio de que se encontram impossibilitados de trabalhar, na vigência da referida licença, ficam impossibilitados de tomar posse.

13.3. O candidato que apresentar declaração ou documentos falsos terá sua inscrição cancelada e anulada todos os atos dela decorrente, bem como estará sujeito a responsabilização legal dos atos praticados;

13.4. Valerá a inscrição para todo e qualquer efeito como forma expressa de aceitação, por parte do candidato, de todas as normas constantes deste edital;

13.5. A chamada dos candidatos aprovados será feita obedecida a ordem de classificação, mediante a necessidade da Secretaria Municipal de Educação, quando da existência de vaga a ser preenchida para o cargo pretendido;

13.6. Para inscrever-se, o candidato terá ficha (modelo próprio da Secretaria), preenchida no local da inscrição.

13.7. Preenchida a ficha, o candidato deverá revisá-la, ficando após a assinatura inteiramente responsável pelas informações nela contidas;

13.8. A execução do contrato de trabalho será de conformidade com a Lei Municipal nº 113, de 05 de janeiro de 1999, Lei Complementar nº 003, de 09 de janeiro de 2002.

13.9. O Processo Seletivo será válido para o exercício financeiro de 2015.

13.10. Todos os papéis referentes à prova, bem como os documentos dos candidatos classificados e aprovados, e as avaliações, ficarão arquivados na sede administrativa do Município de Ibiam – SC, à guarda do Departamento de Pessoal.

13.11. Os casos omissos neste edital serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação, em conjunto com o Departamento de Pessoal.

Ibiam, SC, 17 de junho de 2015.

CLOVIS JOSE BUSATTO

Prefeito Municipal

LUCIANA MACEDO TREVISOL BALEN

Secretária Municipal da Educação

ANEXO I

CONTEÚDO DAS PROVAS NÍVEL SUPERIOR

| | |
|--|--|
| Português 05 questões | Interpretação de texto. CAMPO DA SINTAXE: Oração, termos da oração, orações coordenadas e subordinadas, concordância e regência. CAMPO DA CRASE E PONTUAÇÃO: Crase, pontuação, verbos, nova ortografia. Separação de Sílabas. Fonemas. Homônimos e Parônimos, Uso dos porquês. |
| Informática 05 questões | Noções básicas de informática |
| Conhecimentos Gerais 05 questões | - Conhecimentos gerais do Município nos aspectos: territorial, geográfico, histórico, político administrativo e lei orgânica do município. Conhecimentos do Estado de Santa Catarina nos aspectos: territorial, geográfico, histórico, político administrativo. Conhecimentos da União nos aspectos: territorial, geográfico, histórico, político administrativo. |
| Conhecimento Específico 10 questões | Constituição Federal: artigos 205 a 214 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Lei do FUNDEB. Programas e Siglas utilizadas pelo FNDE. Ministério da Educação. Secretaria de Estado da Educação. Bússula Educacional das AMARP. Colegiado de Educação da AMARP. Plano Nacional da Educação. Teorias de aprendizagem. Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil. |

ANEXO II

FORMULÁRIO PARA INTERPOR RECURSO

Para
COMISSÃO PROCESSO SELETIVO

Eu _____ RG nº _____, CPF nº _____
, inscrito (a) no Processo Seletivo do Município de Ibiam (SC), Edital nº 002/2015, inscrição nº _____ para o cargo de _____ venho requerer _____, pelos motivos abaixo: _____

Ibiam (SC) _____

Assinatura Candidato (a)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM/SC
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

FICHA DE INSCRIÇÃO PARA PROFESSORES – Edital nº 002/2015

Protocolo: Nº da inscrição: _____

Assinale a opção para o cargo que pretende (área):

- ☐ EDUCAÇÃO INFANTIL – PROFESSOR II - C/ ENSINO SUPERIOR
☐ EDUCAÇÃO INFANTIL – não habilitado
☐ 1ª a 5ª SÉRIE– PROFESSOR II - C/ ENSINO SUPERIOR
☐ 1ª a 5ª SÉRIE – não habilitado

Identificação:

Nome do candidato(a); _____

Data de nascimento: ____/____/____

Local de nascimento: _____ UF: _____

Estado civil: _____

Nº de dependentes: _____

Nº RG: _____ C.P.F: _____

Endereço:

Rua/Av: _____ Nº _____

Bairro: _____

Cidade: _____

Telefones para contatos: _____

Endereço eletrônico (e-mail): _____

Formação:

☐ Declaração ou atestado de matrícula, cursando: _____☐ Diploma de curso superior, com habilitação em: _____

Tempo de serviço no magistério: Municipal /Estadual/Federal/Particular

Data de início : ____/____/____ Data Final: ____/____/____ Total de anos: _____

Data de início: ____/____/____ Data Final: ____/____/____ Total de anos: _____

Data de início: ____/____/____ Data Final: ____/____/____ Total de anos: _____

Data de início: ____/____/____ Data Final: ____/____/____ Total de anos: _____

Data de início : ____/____/____ Data Final: ____/____/____ Total de anos: _____

Data de início: ____/____/____ Data Final: ____/____/____ Total de anos: _____

Confirmo que as informações são verdadeiras e em anexo segue cópia de:

- ☐ cópia carteira de identidade
☐ cópia do CPF
☐ comprovante escolaridade
☐ tempo de serviço municipal (critério para desempate)
☐ tempo de serviço particular/estadual/federal (critério para desempate)
☐ cópia certidão de nascimento de filhos (critério para desempate)
☐ outros documentos: _____

Ibiam, ____ de _____ de 2015.

Assinatura do Candidato

Ilhota

PREFEITURA

AVISO LICITAÇÃO TP 011 - 2015 PMI - PAV. RUA MODESTO VARGAS

| | |
|--|--|
| PROCESSO Nº. 181/2015 TOMADA DE PREÇOS Nº. 11/2015 Prefeitura Municipal de Ilhota | |
| SETOR | DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES |
| TIPO | MENOR PREÇO - GLOBAL |
| OBJETO | CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE REUBARNIZAÇÃO DA RUA MODESTO VARGAS, DE ACORDO COM O CONTRATO DE REPASSE Nº 348155-25/2010/MINISTÉRIO DO TURISMO/CAIXA, conforme Edital e seus anexos. |
| ENTREGA DOS ENVELOPES – PROPOSTA DE PREÇOS, HABILITAÇÃO e CREDENCIAMENTO: até o dia 16/07/15 às 09:30 horas, Sala de Reunião da Comissão Municipal de Licitação. | |
| ABERTURA DAS PROPOSTAS: dia 16/07/15 às 09:30 horas, após o credenciamento dos representantes. | |
| REGIMENTO: Lei Nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações e subsidiariamente a Lei Complementar Nº. 123/2006. | |
| MAIORES INFORMAÇÕES: O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão à disposição no site www.ilhota.sc.gov.br e departamento de Compras e Licitações da PMI – Rua Dr. Leoberto Leal, 160 – Centro – Ilhota – SC, ou informações pelo e-mail: licitacao@ilhota.sc.gov.br - Telefone: (0xx47) 3343-8800 ramal 815. | |

VALMOR BERTELLI JÚNIOR
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÕES

Ilhota, 30 de junho de 2015.

Imarui

PREFEITURA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA (ARATINGAUBA)

CONVOCAÇÃO PARA QUARTA AUDIÊNCIA PÚBLICA
PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

Manoel Viana de Sousa, Prefeito Municipal de Imaruí, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, CONVIDA todos os cidadãos residentes e as associações representativas deste município a participar da QUARTA AUDIÊNCIA PÚBLICA do Plano MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO, que será realizada no local e horário abaixo indicado.

OBJETIVO: Tornar público os estudos relativos ao planejamento das ações do Plano Municipal de Saneamento Básico.

LOCAL, DATA E HORÁRIO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA

local: Auditório da Escola Municipal Larice Cavalcanti Caldas – Aratingaúba.

Data: 29 de julho de 2015

Horário: 19h00m em primeira convocação e as 19h15m em segunda convocação, com qualquer número de presentes.

Imaruí, 29 de junho de 2015.

Manoel Viana de Sousa

Prefeito Municipal

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA (CONSTRUÇÃO CIVIL)

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA A AUDIÊNCIA PÚBLICA

Manoel Viana de Sousa, Prefeito Municipal de Imaruí, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, CONVIDA todos os cidadãos residentes e as associações representativas deste município a participar da AUDIÊNCIA PÚBLICA do Plano DE GESTÃO REGIONALIZADA DE RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL (pgrrcc), que será realizada no local e horário abaixo indicado.

OBJETIVO: Tornar público os estudos e as propostas do Plano de Gestão Regionalizada de Resíduos da Construção Civil em conformidade com a Lei Federal nº 10.305/2010.

LOCAL, DATA E HORÁRIO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA

local: Auditório da Câmara Municipal de Vereadores.

Data: 14 de julho de 2015 (terça-feira).

Horário: 17h30m horas em primeira convocação e às 18h00m horas em segunda convocação, com qualquer número de presentes.

Imaruí, 29 de junho de 2015.

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA (CENTRO)

CONVOCAÇÃO PARA A TERCEIRA AUDIÊNCIA PÚBLICA
PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

Manoel Viana de Sousa, Prefeito Municipal de Imaruí, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, CONVIDA todos os cidadãos residentes e as associações representativas deste município a participar da TERCEIRA AUDIÊNCIA PÚBLICA do Plano MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO, que será realizada no local e horário abaixo indicado.

OBJETIVO: Tornar público os estudos relativos ao planejamento das ações do Plano Municipal de Saneamento Básico.

LOCAL, DATA E HORÁRIO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA

local: Câmara Municipal de Vereadores.

Data: 28 de julho de 2015.

Horário: 19h00m em primeira convocação e as 19h15m em segunda convocação, com qualquer número de presentes.

Imaruí, 29 de junho de 2015.

Manoel Viana de Sousa

Prefeito Municipal

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO FMAS N.º 001/2015

Objeto: Registro de Preços para aquisição de cesta básica.

Empresa Fornecedora: Elo Comércio e Serviços LTDA ME, (14.990.312/0001-02). Total Estimado: R\$ 55.200,00 (cinquenta e cinco mil e duzentos reais).

Total Geral: R\$ 55.200,00 (cinquenta e cinco mil e duzentos reais)

Data de Assinatura: 25/05/2015. Processo Licitatório 002/2015

Modalidade: Pregão Presencial. Validade da Ata: 25/05/2016

Imaruí, 29 de junho de 2015

Manoel Viana de Sousa

Prefeito Municipal de Imaruí

EXTRATO DO CONTRATO FMAS Nº 001/2015

PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DE CONTRATO

Contrato Administrativo FMAS Nº 001/2015

Origem: Credenciamento

Processo Licitatório PMI: 038/2015

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviço na área de comunicação, especificamente de radiodifusão – AM e FM comercial para prestação de serviços de divulgação de matérias institucionais, eventos, campanhas educativas/informativas, avisos, editais e outros instrumentos convocatórios de interesse público em forma de inserções.

Contratante: Município de Imaruí/Fundo Municipal de Assistência Social (18.245.821/0001-53)

Contratada: Rádio Difusora 26 de Abril de Imaruí (84.203.371/0001-60)

Crédito Orçamentário:

Órgão: 15 – Fundo Municipal de Assistência Social
Unidade: 01 – Fundo Municipal de Assistência Social
Proj./Ativ. 2.200 – Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social
Código Resumido: 6
Elemento Desp. 3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.000.000000

Valor Total do Contrato: 15.000,00 (quinze mil reais)
Assinatura: 29/04/2015

Signatário:
Pelo Município, a Senhora Sabrina Feliciano da Conceição
Pela contratada, o Senhor(a) José Luiz Tancredo

FLÁVIA DE SOUSA BORGES – Portaria N. 377/2015
Publicação Legal realizada nos termos do Artigo 81 da Lei Orgânica Municipal

Signatário:
Pelo Município, a Senhora Sabrina Feliciano da Conceição
Pela contratada, o Senhor(a) Tarcísio dos Santos Junior

FLÁVIA DE SOUSA BORGES – Portaria N. 377/2015
Publicação Legal realizada nos termos do Artigo 81 da Lei Orgânica Municipal

EXTRATO DO CONTRATO FMAS Nº 002/2015

PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DE CONTRATO
Contrato Administrativo FMAS Nº 002/2015

Origem: Dispensa
Processo Licitatório: 003/2015

Objeto: Contratação de empresa para implementação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), a partir da qualificação permanente dos trabalhadores sociais de Imaruí, bem como, desenvolver nos trabalhadores sociais (gestores, técnicos e conselheiros), habilidades e competências para que os mesmos sejam capazes de operar direitos, de contextualizar a realidade, identificar e reconhecer as demandas da sociedade, e de executar suas atribuições de investigação, avaliação, controle na gestão no contexto das políticas da área social, com qualidade, eficiência e eficácia.

Contratante: Município de Imaruí/Fundo Municipal de Assistência Social (18.245.821/0001-53)
Contratada: FAEPESUL – Fundação de Apoio à Educação, Pesquisa e Extensão da UNISUL (03.354.241/0001-27)

Crédito Orçamentário:
Órgão: 15 – Fundo Municipal de Assistência Social
Unidade: 01 – Fundo Municipal de Assistência Social
Proj./Ativ. 2.200 – Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social

Órgão: 15 – Fundo Municipal de Assistência Social
Unidade: 01 – Fundo Municipal de Assistência Social
Proj./Ativ. 2.204 – Piso Básico Fixo – PAIF/CRAS

Órgão: 15 – Fundo Municipal de Assistência Social
Unidade: 01 – Fundo Municipal de Assistência Social
Proj./Ativ. 2.205 – Índice de Gestão Descentralizada – IGD/BF

Órgão: 15 – Fundo Municipal de Assistência Social
Unidade: 01 – Fundo Municipal de Assistência Social
Proj./Ativ. 2.206 – Índice de Gestão Descentralizada – IGD/SUAS

Órgão: 15 – Fundo Municipal de Assistência Social
Unidade: 01 – Fundo Municipal de Assistência Social
Proj./Ativ. 2.208 – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - CFV

Valor Total do Contrato: 175.820,00 (cento e setenta e cinco mil oitocentos e vinte reais)
Assinatura: 29/05/2015

Imbituba

PREFEITURA

DECRETO PMI Nº 112.2015

DECRETO PMI Nº 112, de 24 de junho de 2015.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para a Procuradoria Geral do Município e da outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 4.485, de 03 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), para reforço das dotações orçamentárias, como segue:

| | | |
|--|--------------------|-----------|
| 42 – FUNDO MUNICIPAL DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO – FMPG | | |
| Manutenção do Fundo da Procuradoria | | |
| 02.062.0005-2.150 | | |
| 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0222 (0004) | Aplicações Diretas | 10.000,00 |
| 4.4.90.00.00.00.00.00.03.0222 (0005) | Aplicações Diretas | 20.000,00 |
| Total | 30.000,00 | |

Art. 2º O Crédito Adicional Suplementar aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes do Superávit Financeiro apurados em exercícios anteriores.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 24 de junho de 2015.

Jaison Cardoso de Souza
Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin
Chefe de Gabinete

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE ERRATA DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 27/2015 (SEMUSA)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

COMUNICADO: onde se lê "(SEAST)", referente ao comunicado de REVOGAÇÃO do Pregão nº 27/2015, publicado no Diário Oficial dos Municípios, Edição do dia 25 de Junho de 2015, ler-se-á "(SEMUSA)".

Imbituba, 30 de Junho de 2015.

Dilson Petrassem Junior
Pregoeiro Oficial

PORTARIA PMI.GAB Nº 004, DE 29 DE JUNHO DE 2015.

PORTARIA PMI/GAB Nº 004, de 29 de junho de 2015.

Dispõe sobre a constituição da Comissão Municipal de Avaliação Imobiliária e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso das atribuições privativas que lhe confere o art. 32, II, d, c/c art. 93, VII, da Lei Orgânica do Município de Imbituba, e

CONSIDERANDO o disposto no § 1º do art. 2º c/c art. 5º da Lei nº 4.519, de 05 de março de 2015, que instituiu a Comissão Municipal de Avaliação Imobiliária;

CONSIDERANDO as indicações apontadas na CI SEFAZ nº 012/2015, objeto do Processo Administrativo nº 10711, de 23 de junho de 2015,

RESOLVE:

Art. 1º Fica constituída a Comissão Municipal de Avaliação Imobiliária, na forma disposta no § 1º do art. 2º da Lei nº 4.519/2015, pelos seguintes membros Titulares e respectivos Suplentes:

I - 4 (quatro) servidores de carreira do Poder Executivo Municipal, oriundos dos órgãos responsáveis pela fazenda, pelo desenvolvimento urbano e pela área jurídica:

a) Representantes da Secretaria Municipal da Fazenda – SEFAZ:

1. Titular: Ricardo Luis da Silva e;
1.1. Suplente: Adécio Duarte de Oliveira;
2. Titular: Jailson Maria; e
2.1. Suplente: Hector Pacheco Siduro.

b) Representantes da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação – SEDURB:

1. Titular: Cleber de Melo, que a presidirá e;
1.1. Suplente: Cristiano Abilio João.

c) Representantes da Procuradoria Geral do Município – PGM:

1. Titular: Euclides de Oliveira Porto; e
1.1. Suplente: Cristiane Xavier de Lima.

II – 3 (três) membros com pleno e absoluto conhecimento na área e no ramo do comércio imobiliário local, oriundos do quadro de servidores municipais ou de qualquer outro segmento da sociedade civil organizada:

a) Representantes da Secretaria Municipal da Fazenda – SEFAZ:

1. Titular: Albertina da Silveira Domingos Gonçalves; e
1.1. Suplente: Simone Hipólito Martins;
2. Titular: Valmeci Manoel Flores; e
2.1. Suplente: Flávio da Rosa.

b) Representantes do Sindicato dos Corretores de Imóveis de Santa Catarina – SINDIMÓVEIS/SC:

1. Titular: Carlos Augusto Nascimento e Silva; e
1.1. Suplente: Lailson Levi Albino.

Art. 2º O funcionamento da Comissão Municipal de Avaliação Imobiliária dar-se-á após a publicação do ato do Procurador Geral do Município que referendar o seu Regimento Interno, em observância ao que impõe § 5º do art. 2º da Lei nº 4.519/2015.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Imbituba, 29 de junho de 2015.

Jaison Cardoso de Souza
Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin
Chefe de Gabinete

PORTARIA PMI/GGP Nº 379/2015

PORTARIA PMI/GGP Nº 379, de 29 de junho de 2015.

Dispõe sobre a Demissão de Engenheiro Agrônomo, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 2.150, de 08 de junho de 2001,

RESOLVE:

Art.1º Demitir por Término de Contrato, o abaixo relacionado, admitido em 01 de abril de 2013, através da PORTARIA PMI/DGP Nº 434/2013, para exercer o cargo/função conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

| Nome | Cargo | CPF | Demissão |
|-------------------------|---------------------|----------------|------------|
| Anselmo Moraes de Souza | Engenheiro Agrônomo | 023.223.649-67 | 01/08/2015 |

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data 1º de agosto de 2015.

Imbituba SC, 29 de junho de 2015.

Nicolau Corsino Bento
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Andreza Barcelos Carvalho
Gerente de Gestão de Pessoas

RESOLUÇÃO 001/2015 DA COMISSÃO ESPECIAL DO PROCESSO DE ESCOLHA EM DATA UNIFICADA DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR

RESOLUÇÃO 001/2015 DA COMISSÃO ESPECIAL DO PROCESSO DE ESCOLHA EM DATA UNIFICADA DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR

Dispõe sobre a Prorrogação do Prazo para inscrições no Processo de Escolha em Data Unificada dos Membros do Conselho Tutelar e dá outras providências.

A PRESIDENTE DA COMISSÃO ESPECIAL do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do município de Imbituba, no uso de suas atribuições estabelecidas por meio da Resolução 003/2015 do CMDCA e Edital 001/2015 do Processo de Escolha em Data Unificada dos Membros do Conselho Tutelar:

CONSIDERANDO a necessidade de maior amplitude na publicidade do Edital 001/2015, especialmente na imprensa local em acatamento as normas dos atos públicos;

DELIBERA:

Art. 1º. Fica PRORROGADO para o dia 10 de julho de 2015, o prazo para inscrição no Processo de Escolha em Data Unificada dos Membros do Conselho Tutelar.

Art.2º. O Cronograma do Processo de Escolha passa a ser:

| EVENTOS BÁSICOS | DATAS |
|---|---|
| Publicação do Edital | 28/05/2015 |
| Inscrições na sede do CMDCA das 13:30h as 17h. | 29/05 à 10/07/2015 |
| Análise dos Requerimentos de inscrições | 13 e 14/07/2015 |
| Publicação da lista dos candidatos com inscrições deferida no mural do CMDCA e outros meios equivalente | 15/07/2015 |
| Prazo para recurso | 15/07 à 20/07/2015 |
| Análise dos recursos | 21/07/2015 |
| Divulgação do resultado dos recursos | 22/07/2015 |
| Publicação da lista definitiva dos candidatos com inscrição deferida, em ordem alfabética | 22/07/2015 |
| Reunião para firmar compromisso e início da campanha dos candidatos | 23/07/2015 às 15h |
| Término da campanha dos candidatos | 02/10/2015 às 23:59h |
| Processo de Escolha em Data Unificada | 04/10/2015 das 8h às 17h |
| Divulgação do Resultado da Escolha | Imediatamente após a apuração dos votos no dia 04/10/2015 |
| Diplomação e Posse | 11/01/2016 |

Art.2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 29 de junho de 2015.
Simone Hipólito Martins
Presidente da Comissão Especial

Registre-se e Publique-se.
Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Israel Pedrosa Rocha
Controlador Geral do Município

RESOLUÇÃO 002/2015 DA COMISSÃO ESPECIAL DO PROCESSO DE ESCOLHA EM DATA UNIFICADA DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR

RESOLUÇÃO 002/2015 DA COMISSÃO ESPECIAL DO PROCESSO DE ESCOLHA EM DATA UNIFICADA DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR

Dispõe sobre o Processo de Escolha em Data Unificada dos Membros do Conselho Tutelar e dá outras providências.

A PRESIDENTE DA COMISSÃO ESPECIAL do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do município de Imbituba, no uso de suas atribuições estabelecidas por meio da Resolução 003/2015 do CMDCA e Edital 001/2015 do Processo de Escolha em Data Unificada dos Membros do Conselho Tutelar:

CONSIDERANDO ainda as orientações contidas na Resolução n. 170/2014 do CONANDA;

DELIBERA:

Art. 1º. O Processo de Escolha em Data Unificada dos Membros do Conselho Tutelar realizar-se-á no dia 04 de outubro de 2015, no colégio E.E.B. Henrique Lage, no centro da cidade de Imbituba, e terá início às 8h00min e término as 17h00min.

Art. 2º. Serão disponibilizadas 05(cinco) urnas para a votação, sendo divididas da seguinte forma:

- Urna 1 – Cidadãos com os nomes iniciados com a letra "A", "b" e "c";
- Urna 2 – Cidadãos com os nomes iniciados com as letras "D", "E", "F", "G" "H" e "I";
- Urna 3 – Cidadãos com os nomes iniciados com as letras "J", "K", "L", "N";
- Urna 4 – Cidadãos com os nomes iniciados com as letras "M", "O" "P", "Q";
- Urna 5 – Cidadãos com os nomes iniciados com a letra "R", "S", "T", "U" "V", "W", "X", "Y" e "Z".

Art. 3º. Cada candidato deverá indicar 05 (cinco) fiscais, listados com as devidas qualificações.

§1º. A lista dos fiscais devidamente qualificados deve ser entregue na sede provisória do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente – CMDCA, à rua Adelfo Pamato, n. 722, no centro de Imbituba, até o dia 24/07/2015 as 17h00min.

§2º. No dia do processo de escolha, os fiscais deverão estar identificados, e poderão ficar nas salas de votação durante o período de votação e obrigatoriamente para abertura e fechamento das urnas. Art. 4º. As manifestações no dia do processo de escolha somente poderão ser realizadas de forma individual e silenciosa.

Parágrafo Único. Os candidatos poderão votar, mas, não poderão permanecer nas dependências do colégio E.E.B. Henrique Lage.

Art. 5º. A campanha dos candidatos pode ser realizada até as 23h:59min. do dia 02 de outubro de 2015, inclusive pela internet, páginas sociais, SMS e qualquer outro tipo de publicidade.

Art. 6º. O processo de escolha se dará mediante sufrágio universal e direto, pelo voto facultativo e secreto dos eleitores (pessoas maiores de 16 anos, com título de eleitor) do município de Imbituba.

§1º. Para votar, o cidadão terá de estar no gozo de seus direitos políticos e apresentar, obrigatoriamente documento oficial com foto, como por exemplo, identidade, passaporte, carteira de motorista, ou carteira de trabalho.

§2º. De posse somente do título de eleitor, sem um documento oficial com foto, o cidadão não poderá votar.

§3º. Quando da abertura da urna, o ato será presenciado por 1(um) fiscal de cada candidato, e para tanto, será assinada certidão pelos fiscais de mesa e por 2(duas) testemunhas, podendo ser fiscais dos candidatos.

§4º. A ausência da presença de um, alguns ou todos os fiscais dos candidatos não será motivo para não ocorrência da abertura ou fechamento das urnas.

Art. 7º. É proibido ao candidato ou a quem o represente de qualquer forma, disponibilizar veículo de transporte coletivo como van, ônibus, micronibus, Kombi ou similar.

Parágrafo Único. Veículos utilitários não se incluem na proibição, desde que faça somente uma viagem.

Art. 8º. Cada cidadão terá direito a votar em um só candidato.

Parágrafo Único. O voto com qualquer tipo de rasura ou em mais de um candidato será considerado nulo.

Art. 9º. Quaisquer problemas de menor repercussão relacionados ao dia do processo de escolha serão resolvidos pela Comissão Especial, até o início da apuração.

Parágrafo Único. A decisão da Comissão Especial não impede o eventual interessado de procurar o Ministério Público e o Poder Judiciário para definir solução.

Art. 10º. Para votar, o cidadão não poderá contar com nenhuma espécie de auxílio, tendo preferência para votar idosos, gestantes, pessoas com deficiências e adultos com criança de colo.

Art. 11. Proibido o uso de qualquer tipo de aparelho eletrônico na hora da votação, sob pena de tornar o voto inválido.

Art. 12. Após finda a votação, as 17h00min, será assinada certidão de fechamento de urna, na presença de 1(um) fiscal de cada candidato, ou na presença de duas testemunhas.

Art. 13. As urnas, após seu fechamento, serão encaminhadas a sala própria, podendo ser acompanhadas por um fiscal de cada candidato, onde será realizada sua apuração.

Art. 14. A apuração será realizada na presença de 01 (um) fiscal de cada candidato, que permanecerão em silêncio.

Parágrafo Único. Qualquer manifestação reiterada será passível de retirada da sala de apuração, não podendo o fiscal do candidato ser substituído.

Art. 15. O resultado será publicado assim que concluída a apuração, sendo afixado na porta da sala de apuração, bem como, será disponibilizada uma cópia para cada candidato ou seu representante que estiver presente.

Parágrafo Único. Se eventualmente algum candidato tiver seu representante retirado da sala, após o resultado, o candidato solicitará por escrito, uma cópia a comissão especial.

Art. 16. Os candidatos mais votados, de forma majoritária, serão considerados titulares das vagas de membro do Conselho Tutelar.

Parágrafo Único. O sexto candidato e subsequentes na votação serão considerados, como suplentes, podendo substituir os titulares nas diversas formas de sucessão temporária ou definitiva.

Art. 17. O resultado será publicado nos meios legais para dar ciência à população do resultado do processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar.

Parágrafo Único. O candidato será considerado devidamente intimado da decisão quando da entrega de sua cópia do resultado, assim que concluída a apuração.

Art.18. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 29 de junho de 2015.

Simone Hipólito Martins

Presidente da Comissão Especial

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Israel Pedroso Rocha

Controlador Geral do Município

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA CMI Nº 044/2015

PORTARIA CMI Nº 044/2015

“Concede Licença Prêmio ao Servidor Thiago Guimarães Machado”.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, em especial aquelas conferidas pelo Art. 67 da Lei Orgânica do Município e pelo Art. 35, XXIII, do Regimento Interno da Câmara Municipal, resolve:

CONCEDER, ao Senhor THIAGO GUIMARÃES MACHADO, servidor efetivo da Câmara Municipal de Imbituba, a pedido do servidor, 15 (quinze) dias de licença prêmio, do dia 29/06/2015 à 13/06/2015, com retorno ao trabalho programado para o dia 14/06/2015, sendo que 1 (um) mês foi convertido em abono pecuniário, de acordo com a Portaria CMI de nº 48/2012, em decorrência do período aquisitivo de 29/01/2007 a 28/01/2012.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 26 de junho de 2015.

Luiz Claudio Carvalho de Souza

Presidente

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

Registrada, publicada e afixada no Mural de Atos da Câmara Municipal de Imbituba em 26/06/2015.

Indaial

PREFEITURA

CONTRATO Nº 132/2015

CONTRATO Nº 132/2015

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE INDAIAL E MARIA ADÉLIA BENTO SCHMITT, NA FORMA ABAIXO:

Pelo presente instrumento o MUNICÍPIO DE INDAIAL – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado na Rua 25 de Janeiro, nº 799, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, e, MARIA ADÉLIA BENTO SCHMITT, brasileira, casada, professora e palestrante, inscrita no CPF sob nº 437.759.349-87 e Cédula de Identidade nº 132.373-3-SSP/SC, residente à Rua Willy Koenig, nº 117, Bairro Velha, na cidade de Blumenau – Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações, a celebração do presente contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – FUNDAMENTO LEGAL:

1.1. O presente contrato se vincula aos termos da proposta que a CONTRATADA apresentou no Processo Licitatório nº 112/2015 – Termo de Inexigibilidade nº 022/2015-10430, os termos do edital mencionado retro e a legislação aplicável.

CLÁUSULA SEGUNDA – REGIME DE EXECUÇÃO:

2.1. O presente contrato tem o regime de execução indireta, empreitada por preços unitários, de acordo com o art. 6º da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO OBJETO:

3.1. Constitui-se como objeto do presente contrato, a contratação da profissional Professora Maria Adélia Bento Schmitt, mestre em educação, para ministrar formação continuada para os professores do 6º ao 9º ano do ensino fundamental, da área de matemática, visando o aperfeiçoamento da prática pedagógica e o enriquecimento da proposta curricular. Formação continuada com duração de 20 (vinte) horas/aula.

CLÁUSULA QUARTA – VALOR DO CONTRATO:

4.1. O valor unitário hora/aula contratado é de R\$140,00 (cento e cinquenta reais), perfazendo o valor total de R\$2.800,00 (dois mil e oitocentos reais).

4.2. As despesas decorrentes desta licitação serão pagas em 15 (quinze) dias direto, cotando a partir da realização total dos serviços, bem como da apresentação da Nota Fiscal, devidamente atestada pela Unidade Requerente do Município de Indaial.

4.3. Quando inadimplente, e período compreendido entre as datas do adimplemento e a prevista para o pagamento não for superior a quinze dias, o pagamento será monetariamente atualizado, a partir do dia de seu vencimento e até o de sua liquidação, segundo os mesmos critérios adotados para a atualização de obrigações tributárias do município de Indaial, vigente na data de seu pagamento.

4.4. Em caso de irregularidades na emissão do documento fiscal, o prazo de pagamento será contado a partir da regularização do mesmo.

4.5. Nos preços unitários estão incluídos todos os custos diretos e indiretos necessários à perfeita execução dos serviços, inclusive as despesas com materiais e/ou equipamentos, mão-de-obra especializada ou não, fretes, seguros em geral, equipamentos auxiliares, ferramentas, encargos da legislação social trabalhista e previdenciária, da infortunistica do trabalho e responsabilidade civil por quaisquer danos causados a terceiros ou dispêndios resultantes de impostos, taxas regulamentos e posturas municipais, estaduais e federais, enfim, tudo o que é necessário para a execução total e completa dos serviços, bem como lucro, conforme projetos e especificações constantes do Edital, parte integrante deste contrato.

CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO:

5.1. O pagamento será realizado até o 30º (trigésimo) dia, contado a partir da data da conclusão de cada etapa, mediante entrega da respectiva nota fiscal/fatura, devidamente aprovada e liquidada pela unidade requerente da Prefeitura do Município de Indaial.

5.2. Quando inadimplente, o pagamento será monetariamente atualizado, a partir do dia de seu vencimento e até o de sua liquidação, segundo os mesmos critérios adotados para a atualização de obrigações tributárias do município de Indaial, vigente na data de seu pagamento.

5.3. Para recebimento dos pagamentos a contratada terá que apresentar junto com a nota fiscal, cópia da guia de pagamento do FGTS relativa aos funcionários que atuaram na execução do objeto do contrato.

5.4. Dos pagamentos realizados, serão retidos na fonte o INSS, o IR (Imposto de Renda), e o ISSQN (Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza).

5.5. Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preço ou correção monetária.

CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTAMENTO E REPACTUAÇÃO DE PREÇOS:

6.1. A CONTRATANTE e a CONTRATADA têm direito ao equilíbrio econômico financeiro do contrato, em consonância com disposto no artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, a ser realizado mediante os seguintes critérios:

6.1.1. Reajuste de Preços:

6.1.1.1. Os preços constantes no presente contrato são irreeajustáveis, exceto pelo reequilíbrio do quantitativo inicialmente acordado, conforme dispõe o art. 65, § 1º e art. 58, I, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

6.1.2. Repactuação de preços:

6.1.2.1. A Repactuação de Preços, observadas as prescrições da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, poderá ser solicitada, desde que ocorra fato imprevisível ou previsível, porém de consequências incalculáveis que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente contrato.

6.1.3. As alterações decorrentes de repactuações e de reajustes de preços serão formalizadas por meio de Instrumentos Contratuais Aditivos.

CLÁUSULA SÉTIMA – PRAZO E LOCAL :

7.1. O prazo do presente contrato é de 11 de junho de 2015 até 31 de agosto de 2015.

7.1.2 Os serviços serão realizados em 03 (três) encontros, nos meses de junho a agosto de 2015, no Colégio Municipal de Indaial – Rua 30 de Abril, 150 – Bairro Carijós – CEP: 89130-000, no município de Indaial, Estado de Santa Catarina.

7.1.3. O contrato terá seu vencimento após decorrido o prazo do item 7.1. e desde que não tenha havido qualquer prorrogação.

7.1.4. O termo final do presente contrato não extingue as obrigações futuras decorrentes de garantia, direitos trabalhistas e previdenciários a ele relacionados.

7.2. O presente Contrato poderá ser cancelado pela CONTRATANTE depois de 90 (noventa) dias de sua vigência, considerado período probatório, mediante comunicação prévia com antecedência de 30 (trinta) dias, sem que este ato possa gerar quaisquer direitos indenizatórios à CONTRATADA.

7.3. Ocorrendo impedimento, paralisação ou sustação do contrato, o cronograma de entrega será prorrogado automaticamente por igual tempo ao que ficou paralisado.

CLÁUSULA OITAVA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

8.1. Os recursos orçamentários necessários para suprir as despesas deste edital, serão provenientes da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s) do exercício de 2015:

•05.01.0012.0361.0005.2106.339036990000.01190000 – FUNDEB

CLÁUSULA NONA – DEVERES DA CONTRATADA:

9.1. Providenciar a imediata correção de todas as deficiências detectadas pela CONTRATANTE, quanto à execução do contrato;

9.2. Garantir o pagamento a todos os prestadores de serviço alocados, bem como despesas extraordinárias, quando for o caso;

9.3. Emitir relatórios dos serviços prestados, sempre que solicitado, atendendo à demanda num prazo de até 48 (quarenta e oito) horas;

9.4. Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos, materiais ou pessoais, decorrentes de culpa ou dolo, causados por seus empregados ou prepostos, em decorrência da execução deste Contrato, assegurado o direito de defesa;

9.5. Responsabilizar-se por todo e qualquer acidente de trabalho, bem como sobre o respectivo seguro, de que venham a ser vítimas os seus empregados atuantes na execução do objeto do presente Contrato;

9.6. Responsabilizar-se pela execução de todos os serviços referentes ao Contrato, considerando as exigências operacionais, o atendimento à legislação atual e alterações publicadas durante a vigência do Contrato e a manutenção do padrão de atendimento adequado;

9.7. Prestar imediatamente quaisquer esclarecimentos solicitados pela CONTRATANTE, respeitados os casos de complexidade para os quais se fixarão prazos específicos;

9.8. Manter atualizados os registros e anotações trabalhistas dos profissionais alocados na prestação dos serviços e exibi-los sempre que exigidos pela CONTRATANTE;

9.9. Acatar solicitação da CONTRATANTE de afastamento e/ou dispensa de empregado e/ou equipamentos cuja conduta seja prejudicial ao bom andamento dos serviços, num prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas.

9.9.1. Constituem motivo para afastamento e/ou dispensa de empregado:

a) - ato de improbidade;

b) - incontinência de conduta ou mau procedimento;

c) - negociação habitual por conta própria ou alheia sem permissão do empregador, e quando constituir ato de concorrência à empresa para a qual trabalha o empregado, ou for prejudicial ao serviço;

d) - condenação criminal do empregado, passada em julgado, caso não tenha havido suspensão da execução da pena;

e) - desídia no desempenho das respectivas funções;

f) - embriaguez habitual ou em serviço;

g) - violação de segredo da empresa;

h) - ato de indisciplina ou de insubordinação;

i) - abandono de emprego;

j) - ato lesivo da honra ou da boa fama praticado no serviço contra qualquer pessoa, ou ofensas físicas, nas mesmas condições, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;

k) - ato lesivo da honra ou da boa fama ou ofensas físicas praticadas contra o empregador e superiores hierárquicos, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;

l) - prática constante de jogos de azar.

m) - prática, devidamente comprovada em inquérito administrativo, de atos atentatórios à segurança nacional.

9.10. Efetuar a remuneração dos seus profissionais, respeitada a legislação trabalhista;

9.11. Comunicar imediatamente à CONTRATANTE, de forma detalhada, toda e qualquer ocorrência de acidentes verificada no curso da execução contratual.

9.12. Manter até o termo final deste contrato todas as obrigações com os órgãos públicos e fiscais, assim como encargos trabalhistas, previdenciários, securitários, tributários e comerciais, resultantes da execução do contrato, devidamente regularizados, segundo estabelecido no art. 71 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

9.13. Manter, durante toda a execução do contrato as obrigações assumidas relativas a todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Processo Licitatório nº 112/2015 – Termo de Inexigibilidade nº 022/2015-10430.

CLÁUSULA DÉCIMA – DEVERES DA CONTRATANTE:

10.1. Efetuar o pagamento devido à CONTRATADA, na data e forma estabelecida neste contrato.

10.2. Fiscalizar a entrega dos serviços objeto do contrato, registrando as ocorrências, bem como atestar o recebimento dos mesmos em conformidade com as demais cláusulas.

10.3. Recusar o recebimento dos serviços em desacordo com as especificações da Cláusula Terceira do presente contrato, quanto à sua natureza, quantidade ou qualidade, bem como documentos fiscais em desacordo com os serviços adquiridos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO CONTRATUAL:

11.1. Constituem motivo para rescisão do contrato:

11.1.1. O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações e prazos;

11.1.2. O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações e prazos;

11.1.3. A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital e no contrato;

11.1.4. O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

11.1.5. O cometimento reiterado de faltas na sua execução;

11.1.6. A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

11.1.7. A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;

11.1.8. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;

11.1.9. Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;

11.1.10. A suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

11.1.11. O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pelo CONTRATANTE à CONTRATADA pelos produtos já entregues, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

11.1.12. A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato.

11.1.13. Descumprimento do disposto no inciso V do art. 27 da Lei Federal nº 8.666/93, em observância do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal de 1988, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

11.2. Decidido pela rescisão do contrato, será executado da seguinte forma:

11.2.1. Determinada por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE nos casos enumerados nos itens 11.1.1. à 11.1.10, 11.1.12. e 11.1.13.

11.2.2. Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para o CONTRATANTE;

11.2.3. Judicial, nos termos da legislação;

11.3. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

11.4. Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos 11.1.9. a 11.1.12., desta cláusula, sem que haja culpa do CONTRATADO, será este ressarcido dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido.

11.5. Ocorrendo impedimento, paralisação ou sustação do contrato, o cronograma de entrega será prorrogado automaticamente por igual tempo.

11.6. Será assegurado, a parte que tiver dado motivo à rescisão, o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS SANÇÕES:

12.1. A CONTRATADA, sujeitar-se-á, no que couber, às sanções previstas no Capítulo IV da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações e às demais legislações aplicáveis.

12.2. Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Contratante poderá, garantida prévia defesa, aplicar à Contratada as seguintes sanções:

12.2.1. Advertência;

12.2.2. Multa, nas seguintes condições:

12.2.2.1. Multa de mora de 0,4% (quatro décimos percentuais) do valor do contrato, por dia de atraso injustificado.

12.2.2.2. Multa de 0,5% (cinco décimos percentuais) do valor do contrato, por dia, pela execução de serviços por instalações e equipamentos inadequados à sua perfeita execução.

12.2.2.3. Multa de 5% (cinco por cento) do valor do contrato no caso de execução de serviços em desacordo com o projeto ou especificações do edital, sem autorização expressa da CONTRATANTE;

12.2.2.4. Multa de 5% (cinco por cento) do valor do contrato no caso de recusa do reparo do serviço mal executado apontado pela

Fiscalização;

12.2.2.5. Multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato no caso de abandono dos serviços sem justificativa e aviso prévio à CONTRATANTE;

12.2.2.6. Multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato na hipótese de declaração em falso;

12.2.3. Suspensão de participar em licitações com o Município de Indaial, pelo prazo de 02 (dois) anos.

12.2.4. Declaração de inidoneidade, na forma da lei.

12.3. As multas serão descontadas dos pagamentos, ou ainda, quando for o caso, cobradas judicialmente.

12.4. As sanções previstas nos itens 12.2.1., 12.2.3. e 12.2.4. desta cláusula, poderão ser aplicadas juntamente com a do item 12.2.2., da mesma cláusula, facultada a defesa prévia do interessado no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

12.5. O valor máximo das multas não poderá exceder, cumulativamente, a 10% (dez por cento) do valor do Contrato.

12.6. Na hipótese do montante das multas aplicadas pela CONTRATANTE ultrapassar o valor previsto no item anterior, serão aplicadas as sanções previstas nos itens 12.2.3. e 12.2.4.

12.7. As sanções estabelecidas neste contrato não eximem a CONTRATADA das responsabilidades civil e criminal que seu ato ensejar.

12.8. Será assegurado, a parte que tiver dado motivo às sanções, o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – FISCALIZAÇÃO:

13.1. O exercício de fiscalização pelo preposto da CONTRATANTE não excluirá nem reduzirá as responsabilidades da CONTRATADA.

13.2. À Fiscalização fica desde já assegurado o direito de:

13.2.2. Determinar o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados;

13.2.3. Rejeitar todo e qualquer bem entregue de má qualidade ou em desacordo com o especificado no edital e na proposta, exigindo sua substituição ou correção imediatas;

13.2.4. Impugnar todo e qualquer produto em desacordo com as especificações, normas regulamentares, legais e contratuais;

13.3. A CONTRATANTE sem prejuízo de suas atribuições de acompanhamento, poderá contratar, profissionais consultores ou empresas especializadas, os serviços relativos ao controle qualitativo e quantitativo dos materiais objeto do edital.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DISPOSIÇÕES GERAIS:

14.1. Todos os prazos previstos no presente contrato são contados como dias corridos, salvo disposição em contrário, e terá seu critério de contagem em consonância com o art. 110 da Lei Federal nº 8.666/93.

14.2. Não serão aceitos, em hipótese alguma, acordos verbais entre as partes com a finalidade de alteração ou substituição do presente termo de contrato.

14.3. A CONTRATANTE se reserva no direito de fornecer qualquer tipo de material, equipamento ou executar em parte ou no todo qualquer serviço inerente à obra.

14.4. A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato ou restringir a regularização e o uso das obras e edificações, inclusive perante o Registro de Imóveis.

14.5. É terminante proibida a subcontratação de qualquer etapa e/ou parcela dos serviços objeto deste edital.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – FORO:

15.1. O foro competente para dirimir possíveis dúvidas, após se esgotarem todas as tentativas de composição amigável, e/ou litígios pertinentes ao objeto da presente licitação, independente de outro que por mais privilegiado seja, será o da Comarca de Indaial – Estado de Santa Catarina.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL:

16.1. Aplica-se ao presente contrato, nas partes omissas, a seguinte legislação:

a) - Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;

- b) - Constituição do Estado de Santa Catarina de 1989;
 c) - Lei Orgânica do Município de Indaial;
 d) - Lei Federal nº 8.666/93. Lei das Licitações e Contratos Administrativos;
 e) - Lei Federal nº 4.320/64. Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal;
 f) - Lei Federal nº 8.078/90. Código de Defesa do Consumidor;
 g) - Lei Federal nº 10.406/02. Código Civil Brasileiro;
 h) - Decreto-Lei nº 3.689/41. Código de Processo Penal;
 i) - Lei Federal nº 7.210/84. Lei de Execução Penal;
 j) - Lei Federal nº 12.846/13. Lei Anticorrupção; e,
 k) - Lei Complementar Federal nº 101/2000. Lei de Responsabilidade Fiscal.
- CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – AS PARTES:

17.1. Por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo assinadas, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos.

Indaial/SC, 11 de junho de 2015.

| | | |
|--|---|--|
| MUNICÍPIO DE INDAIAL Sérgio Almir dos Santos Contratante | MARIA ADÉLIA BENTO SCHMITT Contratada | |
| SECRETARIA DE EDUCAÇÃO Giovanna Huebes Nicollelli Secretária Municipal | PROCURADORA GERAL DO MUNICÍPIO Silmara Fruet OAB/SC nº 13.215 | |

Testemunhas:

Assinatura: _____
 Nome Legível: _____
 CPF: _____

Assinatura: _____
 Nome Legível: _____
 CPF: _____

CONTRATO Nº 133/2015

CONTRATO Nº 133/2015

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE INDAIAL/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDAIAL E A EMPRESA CELSO LOPES MARTINS EIRELI, NA FORMA ABAIXO:

Pelo presente instrumento o MUNICÍPIO DE INDAIAL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 799, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDAIAL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 11.355.483/0001-63, neste ato representado pelo Sr. Enilson Erley de Freitas, Secretário de Saúde, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob nº 516.236.509-25 e Cédula de Identidade nº 3.523.244-3, residente e domiciliado à Rua Santos Dumont, nº 168, Bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa, CELSO LOPES MARTINS EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 96.260.369/0001-02, estabelecida à Av. João Pedro Cardoso, nº 189, Parque Jabaquara, na cidade de São Paulo – Estado de São Paulo, representada neste ato por seu Representante Legal, Sr. Celso Lopes Martins, brasileiro, empresário, inscrito no CPF sob nº 664.978.768/04 Cédula de Identidade nº 6.744.894-X SSP/SP, residente e domiciliado na rua José de Magalhães, nº 373, Apto 1.704 A, bairro Vila Clementino, na cidade de São Paulo – Estado de São Paulo, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, a celebração do presente contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: FUNDAMENTO LEGAL

1.1. O presente contrato se vincula aos termos da proposta que a CONTRATADA apresentou no Processo Licitatório nº 113/2015 – Termo de Dispensa nº 001/2015-19208, os termos do edital mencionado retro e a legislação aplicável.

CLÁUSULA SEGUNDA: REGIME DE EXECUÇÃO

2.1. O presente contrato tem o regime de execução indireta, empreitada por preços unitários, de acordo com o art. 6º da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO OBJETO

3.1. Constitui-se como objeto do presente termo de contrato, a aquisição de materiais odontológicos, conforme quantitativos e especificações a seguir:

| ITEM | QUANT | UNID | PRODUTO/ESPECIFICAÇÕES | VALOR Unit. | VALOR Total | | | |
|------|-------|-------|---|-------------|-------------|--|--|--|
| 1 | 1 | Unid. | Balão silicone 1000ml, tudo de conexão e tampa. | R\$320,00 | R\$320,00 | | | |
| 2 | 1 | Unid. | Balão silicone 1500ml, tudo de conexão e tampa. | R\$320,00 | R\$320,00 | | | |
| 3 | 1 | Unid. | Balão silicone 3000ml | R\$255,80 | R\$255,80 | | | |
| 4 | 1 | Unid. | Máscara para reanimador no 3 Adulto. | R\$160,70 | R\$160,70 | | | |
| 5 | 1 | Unid. | Máscara para reanimador no 4 Adulto. | R\$160,70 | R\$160,70 | | | |
| 6 | 1 | Unid. | Lâmina Curva Convencional (halógena) no 0. | R\$81,86 | R\$81,86 | | | |
| 7 | 1 | Unid. | Lâmina Curva Convencional (halógena) no 1 | R\$81,86 | R\$81,86 | | | |
| 8 | 1 | Unid. | Lâmina Curva Convencional (halógena) no 2 | R\$81,86 | R\$81,86 | | | |
| 9 | 1 | Unid. | Lâmina Curva Convencional (halógena) no 3. | R\$81,86 | R\$81,86 | | | |
| 10 | 1 | Unid. | Lâmina Curva Convencional (halógena) no 4. | R\$81,86 | R\$81,86 | | | |
| 11 | 1 | Unid. | Lâmina Curva Convencional (halógena) no 5. | R\$81,86 | R\$81,86 | | | |
| 12 | 1 | Unid. | Cabo convencional em latão cromado micro petit. | R\$124,20 | R\$124,20 | | | |
| 13 | 1 | Unid. | Lâmina flexível convencional, com led, no 4. | R\$980,64 | R\$980,64 | | | |
| 14 | 1 | Unid. | Lâmina flexível convencional, com led, no 3. | R\$980,64 | R\$980,64 | | | |

3.2. LOCAL DE ENTREGA:

3.2.1. Os serão realizados na: Secretaria de Saúde, situada à Rua Leoberto Leal, nº 155 – Bairro Tapajós, no município de Indaial – Estado de Santa Catarina – no horário compreendido das 08 :30 horas às 12 :00 horas e 13 :30 horas às 17 :00min, nos dias úteis.

CLÁUSULA QUARTA – VALOR DO CONTRATO

4.1. O valor total do presente contrato é de R\$3.793,84 (três mil e setecentos e noventa e três reais e oitenta e quatro centavos).

4.2. Nos preços unitários estão incluídos todos os custos diretos e indiretos necessários à perfeita execução dos serviços, inclusive as despesas com materiais e/ou equipamentos, mão-de-obra especializada ou não, fretes, seguros em geral, equipamentos auxiliares, ferramentas, encargos da legislação social trabalhista e previdenciária, da infortunistica do trabalho e responsabilidade civil por quaisquer danos causados a terceiros ou dispêndios resultantes de impostos, taxas regulamentos e posturas municipais, estaduais e federais, bem como o lucro.

CLÁUSULA QUINTA: DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

5.1. Os recursos orçamentários necessários para suprir as despesas deste contrato serão provenientes das seguintes dotações orçamentárias do exercício de 2015:

•30.01.0010.0301.0010.2463.339030100000.01380900 – PAB Fixo

CLÁUSULA SEXTA: FORMA DE PAGAMENTO –

6.1. O pagamento será realizado no 30º (trigésimo) dia após a entrega dos bens e da respectiva nota fiscal, devidamente aprovada e liquidada pela unidade requerente do Fundo Municipal de Saúde de Indaial.

6.2. Quando inadimplente, o pagamento será monetariamente atualizado, a partir do dia de seu vencimento e até o de sua liquidação, segundo os mesmos critérios adotados para a atualização de obrigações tributárias do município de Indaial, vigente na data de seu pagamento.

6.3. Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preço ou correção monetária.

6.4. O pagamento será realizado através de depósito na conta bancária da CONTRATADA, que segue:

Banco do Brasil
Agência 3572-6
Conta 4453-9

CLÁUSULA SÉTIMA: REAJUSTE E REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO –

7.1. A CONTRATANTE e a CONTRATADA têm direito ao equilíbrio econômico financeiro do contrato, em consonância com disposto no artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, a ser realizado mediante os seguintes critérios:

7.1.1. REAJUSTE DE PREÇOS:

7.1.1.1. Os preços constantes no presente contrato serão reajustados pelo IGP-DI – Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna, da Fundação Getúlio Vargas, após 12 meses da data de realização do orçamento básico do edital que originou o presente contrato, de acordo com o art. 3º, § 1º da Lei Federal nº 10.192/01.

7.1.2. REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO:

7.1.2.1. O reequilíbrio econômico-financeiro será concedido para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração do fornecimento do produto/equipamento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobreviverem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

CLÁUSULA OITAVA: PRAZOS E DATAS

8.1. O prazo do presente Contrato é de 11 de junho de 2015 até 11 de julho de 2015.

8.1.1. O prazo de entrega é de 30 (trinta) dias, contado a partir da emissão e comunicação da Ordem de Compra pela CONTRATANTE.

8.1.2. O contrato terá seu vencimento depois de decorrido o prazo do item 8.1 e desde que não tenha havido qualquer prorrogação.

8.1.3. O termo final do presente contrato não extingue as obrigações futuras decorrentes de garantia, direitos trabalhistas e previdenciários a ele relacionados.

8.1.4. O prazo de entrega dos bens, bem como o prazo de validade do contrato, poderão ser prorrogados por igual período, desde que devidamente justificado e com autorização expressa da CONTRATADA, que será feita através de termo aditivo ao contrato.

CLÁUSULA NONA: DEVERES DA CONTRATADA

9.1. Assegurar o fornecimento do objeto conforme as especificações constantes na Cláusula Terceira do presente contrato.

9.2. Providenciar a imediata correção de todas as deficiências detectadas pela CONTRATANTE, quanto à execução do contrato.

9.3. Garantir o pagamento a todos os prestadores de serviço alocados, bem como despesas extraordinárias, quando for o caso.

9.4. Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos, materiais ou pessoais, decorrentes de culpa ou dolo, causados por seus empregados ou prepostos, em decorrência da execução deste Contrato, assegurado o direito de defesa.

9.5. Prestar imediatamente quaisquer esclarecimentos solicitados pela CONTRATANTE, respeitados os casos de complexidade para os quais se fixarão prazos específicos.

9.6. Comunicar imediatamente à CONTRATANTE, de forma detalhada, toda e qualquer ocorrência de acidentes verificada no curso da execução contratual.

9.7. Manter até o termo final deste contrato todas as obrigações com os órgãos públicos e fiscais, assim como encargos trabalhistas, previdenciários, securitários, tributários e comerciais, resultantes da execução do contrato, devidamente regularizados, segundo estabelecido no art. 71 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

9.8. Manter, durante toda a execução do contrato as obrigações assumidas relativas a todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Processo Licitatório nº 113/2015 – Termo de Dispensa nº 001/2015-19208.

CLÁUSULA DÉCIMA: DEVERES DA CONTRATANTE

10.1. Cumprir e fazer cumprir todas as determinações constantes neste contrato e a legislação vigente correlata à execução do mesmo.

10.2. Efetuar o pagamento devido à CONTRATADA, na data e forma estabelecida neste contrato.

10.3. Fiscalizar a entrega dos bens objeto do contrato, registrando as ocorrências, bem como atestar o recebimento dos mesmos em conformidade com as demais cláusulas.

10.4. Recusar o recebimento dos bens em desacordo com as especificações da Cláusula Terceira do presente contrato, quanto à sua natureza, quantidade ou qualidade, bem como documentos fiscais em desacordo com os bens adquiridos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: FISCALIZAÇÃO

11.1. O exercício de fiscalização pelo preposto da CONTRATANTE não excluirá nem reduzirá as responsabilidades da CONTRATADA.

11.2. À Fiscalização fica desde já assegurado o direito de:

11.2.2. Determinar o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados;

11.2.3. Rejeitar todo e qualquer material/produto/equipamento entregue de má qualidade, ou danificado, ou em desacordo com o especificado no contrato e na proposta, exigindo sua substituição ou correção imediatas;

11.3. A CONTRATANTE sem prejuízo de suas atribuições de acompanhamento, poderá contratar, profissionais consultores ou empresas especializadas, os serviços relativos ao controle qualitativo e quantitativo dos materiais objeto do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DAS SANÇÕES

12.1. Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Contratante poderá, garantida prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

12.1.1. Advertência, no caso de faltas que não motivarem a aplicação de multas.

12.1.2. Multa, conforme os seguintes critérios:

a) - No valor de 0,5% (cinco décimos percentuais) do valor do contrato, por dia de atraso injustificado na entrega dos materiais/produtos/equipamentos;

b) - No valor de 2,0% (dois por cento) do valor do contrato por inobservância do item 15.4 do presente contrato;

c) - No valor de 2,0% (dois por cento) do valor do contrato por descumprimento dos Deveres da CONTRATADA, inseridos na Cláusula Décima Segunda, desde que não previstos em outras cláusulas;

d) - No valor de 3,0 % (três por cento) do valor do contrato, por acumulação de 03 (três) advertências;

e) - Multa de 5% (cinco por cento) do valor do contrato no caso de fornecimento de bens em desacordo com as especificações do presente contrato, desde que cause prejuízo à CONTRATANTE;

f) - No valor de 10% (dez por cento) do valor do contrato no caso de apresentar declaração em falso no processo, sem prejuízo de demais processos administrativos e jurídicos;

g) - Multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato no caso de recusa da entrega dos bens, sem justificativa e aviso prévio à CONTRATANTE; e,

h) - No valor de 10% (dez por cento) do valor do contrato se der causa à Declaração de Inidoneidade.

12.1.3. Suspensão de Participação, em licitações com o Município de Indaial, incluindo a administração direta e indireta, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, nos seguintes casos:

a) - Se o valor acumulado das multas ultrapassarem o 10% (dez por cento) do valor do orçamento básico do edital; e,

b) - Quaisquer dos motivos expostos nas alíneas "e" à "g", do item 12.1.2.

12.1.4. Declaração de Inidoneidade, nos seguintes casos:

a) - Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

b) - Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação; e,

c) - Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

12.1.5. Além das sanções previstas nos itens 12.1.1 à 12.1.4, a Administração poderá aplicar quaisquer outras sanções previstas na Lei Federal no 8.666/93 e na Lei Federal no 12.846/13.

12.2. As multas serão descontadas dos pagamentos, das garantias apresentadas, ou ainda, quando for o caso, cobradas judicialmente.

12.3. Será assegurada, a parte que tiver dado motivo à sanção, o contraditório e a ampla defesa.

12.4. O valor máximo das multas não poderá exceder, cumulativamente, a 10% (dez por cento) do valor do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DA RESCISÃO CONTRATUAL

13.1. Constituem motivo para rescisão do contrato, no que couber:

13.1.1. O não cumprimento, ou cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações e prazos;

13.1.2. A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital e no contrato;

13.1.3. O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

13.1.4. O cometimento reiterado de faltas na sua execução;

13.1.5. A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

13.1.6. A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;

13.1.7. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;

13.1.8. Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;

13.1.9. A suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

13.1.10. O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pelo CONTRATANTE à CONTRATADA pelos produtos já entregues, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

13.1.11. A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato.

13.1.12. Descumprimento do disposto no inciso V do art. 27 da Lei Federal nº 8.666/93, em observância do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal de 1988, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

13.1.13. Acumulação de multas em valor igual ou superior ao previsto no item 12.4 do presente contrato.

13.2. Decidido pela rescisão do contrato, será executado da seguinte forma:

13.2.1. Determinada por ato unilateral e escrita do CONTRATANTE nos casos enumerados nos itens 13.1.1 à 13.1.9, 13.1.11 e 13.1.12.

13.2.2. Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para o CONTRATANTE;

13.2.3. Judicial, nos termos da legislação;

13.3. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

13.4. Quando a rescisão ocorrer com base nos itens 13.1.8 à 13.1.11, desta cláusula, sem que haja culpa da CONTRATADA, será este resarcido dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido.

13.5. Ocorrendo impedimento, paralisação ou sustação do contrato, o cronograma de entrega será prorrogado automaticamente por igual tempo.

13.6. Será assegurada, a parte que tiver dado motivo à rescisão, o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: ALTERAÇÃO DO CONTRATO

14.1. O presente contrato poderá ser alterado mediante as seguintes condições:

14.1.1. Unilateralmente pela Administração:

a) - quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos, desde que não haja a desconfiguração do objeto;

b) - quando necessário acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por esta Lei; e,

c) - para a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa do objeto.

14.1.2. Por acordo das partes:

a) - quando necessária a modificação do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;

b) - quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento, com relação ao cronograma financeiro fixado, sem a correspondente contraprestação de

fornecimento dos produtos/bens; e,

c) - para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração do fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. Todos os prazos previstos no presente contrato são contados como dias corridos, salvo disposição em contrário, e terá seu critério de contagem em consonância com o art. 110 da Lei Federal nº 8.666/93.

15.2. Não serão aceitos, em hipótese alguma, acordos verbais entre as partes com a finalidade de alteração ou substituição do presente termo de contrato.

15.3. A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.

15.4. A CONTRATADA está terminantemente proibida de efetuar a transferência à terceiros das obrigações do fornecimento dos bens objeto deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: FORO

16.1. O foro competente para dirimir possíveis dúvidas, após se esgotarem todas as tentativas de composição amigável, e/ou litígios pertinentes ao objeto da presente licitação, independente de outro que por mais privilegiado seja, será o da Comarca de Indaial – Estado de Santa Catarina.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

17.1. Aplica-se ao presente contrato, nas partes omissas, a seguinte legislação:

- a) - Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;
- b) - Constituição do Estado de Santa Catarina de 1989;
- c) - Lei Orgânica do Município de Indaial;
- d) - Lei Federal nº 8.666/93. Lei das Licitações e Contratos Administrativos;
- e) - Lei Federal nº 4.320/64. Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal;
- f) - Lei Federal nº 8.078/90. Código de Defesa do Consumidor;
- g) - Lei Federal nº 10.406/02. Código Civil Brasileiro;
- h) - Decreto-Lei nº 3.689/41. Código de Processo Penal;
- i) - Lei Federal nº 7.210/84. Lei de Execução Penal;
- j) - Lei Federal nº 12.846/13. Lei Anticorrupção; e,
- k) - Lei Complementar Federal nº 101/2000. Lei de Responsabilidade Fiscal.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: AS PARTES

18.1. Por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo assinadas, para que produzam seus efeitos administrativos e jurídicos.

Indaial/SC, 11 de junho de 2015.

| | |
|---|--|
| MUNICÍPIO DE INDAIAL Sérgio Almir dos Santos Contratante | FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDAIAL Enílson Erley de Freitas Contratante |
| CELSON LOPES MARTINS EIRELI Celso Lopes Martins Eireli Contratada | PROCURADORA GERAL DO MUNICÍPIO Silmara Fruet OAB/SC 13.215 |

Testemunhas:

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF: _____

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF: _____

CONTRATO Nº 134/2015

CONTRATO Nº 134/2015

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE INDAIAL E A EMPRESA JUNKES EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA, NA FORMA ABAIXO.

Pelo presente instrumento o MUNICÍPIO DE INDAIAL – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 797, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa JUNKES EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 13.017.210/0001-34, com sede na rua 4 de Fevereiro, nº 1.126, sala 01, bairro Itoupava Norte, na cidade de Blumenau – Estado de Santa Catarina, representada neste ato por seu Representante Legal, Sr. Lino Junkes, brasileiro, comerciante, inscrito no CPF sob nº 661.039.249/87 e Cédula de Identidade nº 1.844.789 SSP/SC, residente à Rua 4 de Fevereiro, nº 1.126, bairro Itoupava Norte, na cidade de Blumenau – Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações, a celebração do presente contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

1.1. O presente contrato se regula pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, tendo em vista a adjudicação e homologação do resultado, bem como aos termos da proposta que apresentou, no Processo Licitatório nº 092/2015 – Edital de Tomada de Preços nº 006/2015-10430.

CLÁUSULA SEGUNDA: REGIME DE EXECUÇÃO

2.1. O presente contrato tem o regime de execução indireta, empreitada por preço unitário, de acordo com o art. 6º da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO OBJETO

3.1. Constitui-se como objeto do presente contrato, a execução da reforma e ampliação da Unidade de Educação Infantil Dilma Terezi-nha Harbs, compreendendo a área à ser reformada de 509,91 m2, e a área à ser construída de 27,11 m2, conforme anexos VI, VII e VIII do edital mencionado na Cláusula Primeira.

3.1.1. A CONTRATADA fornecerá toda a mão-de-obra e os materiais necessários para a execução da obra, de acordo com os projetos, memorial descritivo e orçamento da mesma.

3.2. A obra será executada na Rua Porto Alegre, no 180 – Bairro Tapajós – CEP: 89130-000, no município de Indaial – Estado de Santa Catarina.

CLÁUSULA QUARTA: EXECUÇÃO DA OBRA/SERVIÇOS

4.1. Para todos os efeitos a CONTRATADA será a responsável pela execução do contrato de acordo com as disposições nas legislações afins.

4.2. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por um representante da CONTRATANTE especialmente designado,

permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição.

4.2.1. Eventuais divergências nas especificações e/ou anexos deverão ser resolvidas pela fiscalização da CONTRATANTE.

4.3. A CONTRATADA é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

4.4. A CONTRATANTE se reserva no direito de fornecer qualquer tipo de material, equipamento ou executar em parte ou no todo qualquer serviço inerente a obra, desde que esta não esteja prevista na planilha de preços da proposta da CONTRATADA.

4.5. A CONTRATADA será responsável pelo controle e manutenção do tráfego de veículos nos locais das obras, bem como pela sinalização dos mesmos tanto no período diurno quanto noturno. Sendo que se algum acidente ocorrer em virtude de falha na sinalização a CONTRATADA será a responsável para todos os efeitos.

4.6. A CONTRATADA terá que respeitar todas as Leis e Normas de execução de obras em vias e logradouros públicos do Município de Indaial, bem como todas as normas de execução propostas pela ABNT.

4.7. Constatado qualquer erro ou imperícia na execução, será de responsabilidade da CONTRATADA a correção, revisão e/ou nova execução das partes impugnadas.

4.8. A CONTRATADA se obriga a executar eventuais serviços não constantes deste contrato, mas considerados essenciais ao desenvolvimento dos serviços, sem, no entanto, modificar e/ou descaracterizar o objeto do contrato. Estes serviços serão pagos através de orçamento elaborado pela CONTRATADA após aprovação pela CONTRATANTE, antes do início destes serviços.

4.9. Quando for entregue a obra, a CONTRATADA terá que realizar a limpeza total do canteiro de obras.

CLÁUSULA QUINTA: PRAZO DE EXECUÇÃO

5.1. O prazo do presente contrato é de 22 de junho de 2015 até 11 de novembro de 2015, com a expedição da respectiva Ordem de Serviço, pela CONTRATANTE, de acordo com o cronograma físico financeiro apresentado pela CONTRATADA.

5.1.1. A assinatura da ordem de serviços ocorrerá em até 30 (trinta) dias, justificadamente podendo ser prorrogado por igual período, contados a partir da data de assinatura do contrato.

5.2. Ocorrendo impedimento ou paralisação do contrato, o cronograma de entrega será prorrogado automaticamente, por Termo Aditivo, por igual tempo ao que ficou paralisado.

CLÁUSULA SEXTA: SUBCONTRATAÇÃO DA OBRA

6.1. A CONTRATADA, na execução do contrato, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, poderá subcontratar partes da obra, serviço ou fornecimento, até o limite admitido, em cada caso, pela Administração.

6.2. Os serviços de subempreitada somente serão admissíveis após consulta e consentimento expresso da CONTRATANTE, respeitando os limites do presente contrato.

6.3. É terminantemente proibida a subcontratação da obra e/ou serviços dela resultantes da parcela de maior relevância exigida

como qualificação técnica.

6.4. A empresa SUBCONTRATADA deverá submeter-se, obrigatoriamente, às condições de Regularidade Fiscal e Trabalhista, Qualificação Jurídica e Econômico-Financeira, bem como o atendimento ao art. 7º, inciso XXXIII da CF/88, constantes no item 07 do edital originário do presente contrato. A qualificação técnica deverá ser compatível aos serviços/obras que irá executar.

6.5. Em qualquer caso, a CONTRATADA assume para todos os efeitos, a responsabilidade direta e integral pela execução das obras ou serviços de obrigação da SUBCONTRATADA.

CLÁUSULA SÉTIMA: DO VALOR DO CONTRATO –

7.1. O valor total do presente contrato é de R\$157.967,82 (cento e cinquenta e sete mil novecentos e sessenta e sete reais e oitenta e dois centavos), conforme planilha de quantidade e preços unitários e totais, anexo ao presente contrato.

7.1.1. Nos preços unitários estão incluídos todos os custos diretos e indiretos necessários à perfeita execução das obras, inclusive as despesas com materiais e/ou equipamentos, mão-de-obra especializada ou não, fretes, seguros em geral, equipamentos auxiliares, ferramentas, encargos da legislação social trabalhista e previdenciária, da infortunística do trabalho e responsabilidade civil por quaisquer danos causados a terceiros ou dispêndios resultantes de impostos, taxas regulamentos e posturas municipais, estaduais e federais, enfim, tudo o que é necessário para a execução total e completa das obras, bem como lucro, conforme projetos e especificações constantes do Edital, parte integrante deste contrato.

CLÁUSULA OITAVA: FORMA DE PAGAMENTO

8.1. Os pagamentos serão mensais. A cada 30 (trinta) dias, sendo que no dia seguinte do término do período, a CONTRATADA apresentará a medição dos serviços realizados no período, juntamente com a cópia dos boletins diários da obra.

8.1.1. A Fiscalização efetuará a conferência das planilhas, efetuando eventuais correções, e atestando a execução dos mesmos. Findo o período, a medição será realizada no prazo máximo de 03 (três) dias úteis. No caso de correção da planilha, a CONTRATADA deverá apresentar nova planilha de medição devidamente corrigida.

8.1.2. A CONTRATADA deverá apresentar até o 2º (segundo) dia corrido da aprovação da medição, nota fiscal correspondente aos valores dos serviços executados, conforme planilha aprovada.

8.1.3. Estes pagamentos decorrentes dos serviços realmente executadas serão efetuados no prazo de 10 (dez) dias corridos, contados da data de apresentação da nota fiscal, desde que compatível com a medição realizada pela CONTRATANTE.

8.2. Quando inadimplente, o pagamento será monetariamente atualizado, a partir do dia de seu vencimento e até o de sua liquidação, segundo os mesmos critérios adotados para a atualização de obrigações tributárias do município de Indaial, vigente na data de seu pagamento.

8.3. Para recebimento dos pagamentos a CONTRATADA terá que apresentar junto com a nota fiscal, cópia das guias de pagamento do INSS e FGTS relativos aos funcionários que atuaram na execução do objeto do contrato.

8.4. Dos pagamentos realizados, serão retidos na fonte o INSS, o IR (Imposto de Renda), e o ISSQN (Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza).

8.5. Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preço ou correção monetária.

8.6. O pagamento será realizado através de depósito na conta bancária da CONTRATADA, que segue:

Banco (756) Blucredi

Agência 3269-0

Conta 44.766-8

CLÁUSULA NONA: REAJUSTE DE PREÇOS E EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO

9.1. A CONTRATANTE e a CONTRATADA têm direito ao equilíbrio econômico financeiro do contrato, em consonância com disposto no artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, a ser realizado mediante os seguintes critérios:

9.1.1. REAJUSTE DE PREÇOS:

9.1.1.1. Os preços constantes no presente contrato serão reajustados pelo INCC – Índice Nacional de Custos da Construção, da Fundação Getúlio Vargas, após 12 meses da data de realização do orçamento básico do edital que originou o presente contrato, de acordo com o art. 3º, § 1º da Lei Federal nº 10.192/01.

9.1.2. REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO:

9.1.2.1. O reequilíbrio econômico-financeiro será concedido para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da CONTRATADA e a retribuição da CONTRATANTE para a justa remuneração do fornecimento do produto/equipamento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobreviverem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

CLÁUSULA DÉCIMA: RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

10.1. As despesas provenientes do presente contrato correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias do exercício de 2015:

- 05.01.0012.0365.0005.1106.449051070000.01360000 – Salário Educação
- 05.01.0012.0365.0005.1106.449051070000.01010000 – Próprio/Educação

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: ADITIVOS

11.1. Tendo em vista o critério do regime de contrato, empreitada pelo preço unitário, serão admitidos Termos Aditivos para alteração das quantidades utilizadas, de acordo com as medições realizadas, dos materiais efetivamente utilizados.

11.1.1. Ocorrendo a alteração do projeto, será avaliada pela Fiscalização e o Preposto responsável pela medição das obras e serviços a necessidade de alteração do valor da obra e/ou serviços.

11.2. Termos Aditivos para alteração do cronograma da obra serão efetuados de acordo com o item 5.2 do presente contrato e a legislação correlata.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: AS BUILT

12.1. No caso do projeto sofrer alterações, a CONTRATADA deverá

apresentar, à suas expensas, um novo catálogo de projetos durante a construção da obra, que retrate a forma exata de como foi construído ou reformado o objeto contratado.

12.1.1. O novo catálogo de projetos deverá ser apresentado em mídia magnética (CD ou DVD).

12.2. O projeto deverá ser elaborado pelo responsável técnico indicado pela CONTRATADA, ou outro com capacidade técnica comprovadamente equivalente, e que integre o seu quadro de profissionais, desde que aprovado pela Administração, e que deverá emitir a ART devidamente registrada no CREA/SC.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DA FISCALIZAÇÃO

13.1. Sem prejuízo da plena responsabilidade da CONTRATADA perante a CONTRATANTE ou a terceiros, todos os trabalhos contratados estarão sujeitos à mais ampla e irrestrita fiscalização da CONTRATANTE, a qualquer hora, em toda a área abrangida pelo canteiro, por seus representantes devidamente credenciados.

13.2. A CONTRATANTE sem prejuízo de suas atribuições de acompanhamento, poderá contratar, com profissionais consultores ou empresas especializadas, os serviços relativos ao controle qualitativo das obras e serviços, assim como o acompanhamento do desenvolvimento da execução.

13.3. À fiscalização compete:

13.3.1. O encaminhamento e controle da execução das obras e serviços, as avaliações e medições dos serviços, até a sua conclusão, observadas todas as condições expressas nos documentos que compõe o contrato;

13.3.2. Proceder as medições com a presença e a participação da CONTRATADA, cabendo a esta encaminhar à CONTRATANTE os respectivos faturamentos nos prazos previstos;

13.4. Constatada a inoperância, desleixo, incapacidade ou ato desabonador, praticado pela CONTRATADA, ou seu representante ou de seus subcontratados, a CONTRATANTE poderá recomendar o afastamento e/ou realocação do preposto ou de qualquer empregado, bem como de subcontratados.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DO RECEBIMENTO DA OBRA

14.1. Na data em que considerar concluídos os serviços, a CONTRATADA notificará a CONTRATANTE que vistoriará as obras e, verificando plena conformidade com os projetos, plantas, detalhes e especificações aprovadas para execução, bem como limpeza da obra, lavrará, no prazo de 15 (quinze) dias, o Termo de Aceitação Provisória, assinado também pela CONTRATADA.

14.1.1. Os trabalhos que conforme critério do edital não apresentarem as condições estabelecidas, mas cujas desconformidades sejam de pequena monta, serão rejeitados, sem prejuízo da Aceitação Provisória, que conterà a ressalva, cabendo a CONTRATADA todos os ônus e encargos da reparação que deverá se efetivar dentro do prazo de observação de 20 (vinte) dias corridos.

14.1.2. No caso da não aceitação provisória, a CONTRATADA deverá tomar todas as providências para sanar os problemas que determinaram a não aceitação, no prazo a ser fixado pela CONTRATANTE, sem prejuízo de aplicação, pela CONTRATANTE, das penalidades previstas nas disposições contratuais que lhe forem aplicáveis.

14.1.3. Não sendo realizadas, na sua totalidade, as reparações exigidas pela CONTRATANTE, esta poderá ingressar em juízo com a competente ação de perdas e danos, sem prejuízo das multas

estabelecidas neste contrato e seus anexos.

14.2. Decorrido o prazo de 90 (noventa) dias de observação das obras, a CONTRATADA poderá requerer a Aceitação Definitiva das mesmas.

14.3. A Aceitação Definitiva só será concedida quando a obra estiver totalmente concluída, após vistoria que a comprove, ocasião em que será lavrado e assinado o Termo de Aceitação e Recebimento Definitivo, com mútua e geral quitação.

14.4. A Administração rejeitará, no todo ou em parte, obra, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o contrato.

CLÁUSULA QUINTA: EXECUÇÃO DO CONTRATO

15.1. A CONTRATADA terá que apresentar no prazo de 15 (quinze) dias após a assinatura do contrato, os seguintes elementos:

15.1.1. Registro do contrato junto ao CREA e/ou CAU, bem como cópia da ART de execução;

15.1.1.1. Caso a empresa seja sediada em outro Estado é necessário o visto do CREA/SC e a quitação da anuidade do corrente exercício no CREA – Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura.

15.1.2. Relação com os nomes e registros dos profissionais responsáveis pela execução das obras;

15.1.3. Registro do Cadastro Específico do INSS – CEI, ou o comprovante de sua inexistência, conforme legislação vigente;

15.1.4. Apólice de Seguro de Riscos de Engenharia, correlato ao objeto e aos valores do mesmo neste contrato;

15.2. A CONTRATADA deverá apresentar durante a realização das obras, sempre que for solicitada, regularidade fiscal com todos os tributos e taxas a ele atribuído.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

16.1. São obrigações da CONTRATANTE, sem que a elas se limitem:

16.1.1. Fornecer todos os documentos e informações necessárias ao desenvolvimento das obras;

16.1.2. Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA, na forma estabelecida neste contrato;

16.1.3. Garantir à CONTRATADA a fidelidade das informações e acesso à documentação técnica para que os serviços se desenvolvessem sem percalços e no prazo acordado;

16.1.4. Apresentação da Comissão de Fiscalização das Obras, com a devida credencial de identificação. Comissão essa, que poderá ser modificada a critério da CONTRATANTE.

16.1.5. Cumprir e fazer cumprir todas as determinações constantes neste contrato e a legislação vigente correlata.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

17.1. São obrigações da CONTRATADA, sem que a elas se limitem:

17.1.1. Respeitar todas as Leis e as Normas de execução de obras em vias e logradouros públicos do Município de Indaial, bem como todas as normas de execução propostas pela ABNT;

17.1.2. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, dentro de prazos viáveis, os eventuais vícios, defeitos ou incorreções encontrados nas obras decorrentes dos serviços efetuados;

17.1.3. Responsabilizar-se por eventuais danos que vier a causar a CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato;

17.1.4. Comunicar à CONTRATANTE, o engenheiro preposto que representará a CONTRATADA na execução do contrato, na data da Ordem de Início dos Serviços;

17.1.5. Fornecer a pedido da CONTRATANTE, solução técnica alternativa, desde que tecnicamente similar ou superior a solução anteriormente proposta;

17.1.6. Responsabilizar-se pelo controle de qualidade dos serviços e dos materiais que fornecer para serem utilizados na obra, apresentando o resumo dos ensaios de controle tecnológico, dos serviços de engenharia, sujeitos a controle laboratorial, executados pela CONTRATADA, durante o período da medição;

17.1.7. Permitir e facilitar a inspeção ao local das obras, pela fiscalização, em qualquer dia e hora, devendo prestar as informações e esclarecimentos solicitados, pelos técnicos da CONTRATANTE, entre ela, dos ensaios propriamente ditos, citados no item anterior;

17.1.8. Elaboração e disponibilização do Diário de Obra, devidamente assinado pelo responsável preposto pela CONTRATADA e com discriminação de todas as ocorrências da obra para o acompanhamento de sua execução, que deverá ser entregue à Comissão de Fiscalização;

17.1.9. Quitação de encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato;

17.1.10. Acatar solicitação da CONTRATANTE de afastamento e/ou dispensa de empregado e/ou equipamentos cuja conduta seja prejudicial ao bom andamento dos serviços, num prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas;

17.1.10.1. Constituem motivos para afastamento e/ou dispensa de empregado, os constantes no art. 482 da Lei Federal nº 5.452/43.

17.1.11. Manter até o termo final deste contrato todas as obrigações com os órgãos públicos e fiscais, assim como encargos trabalhistas, previdenciários, securitários, tributários e comerciais, resultantes da execução do contrato, devidamente regularizados, segundo estabelecido no art. 71 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações;

17.1.12. Manter, durante toda a execução do contrato as obrigações assumidas relativas a todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Processo Licitatório nº 092/2015 - Edital de Tomada de Preços nº 006/2015-10430;

17.1.13. Realizar a guarda e manutenção das obras, equipamentos e materiais até o recebimento definitivo pela CONTRATANTE;

17.1.14. Se necessário, realizar o controle e manutenção do tráfego de veículos nos locais dos serviços, bem como pela sinalização dos mesmos tanto no período diurno quanto noturno, de acordo com o Código de Trânsito Brasileiro, sendo que se algum acidente ocorrer em virtude de falha na sinalização a CONTRATADA será a responsável para todos os efeitos; e,

17.1.15. Assegurar a realização das obras conforme as especificações constantes na Cláusula Terceira do presente contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: ALTERAÇÃO CONTRATUAL

18.1. O presente contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

18.1.1. Quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;

18.1.2. Quando conveniente a substituição da garantia de execução;

18.1.3. Quando necessária a modificação do regime de execução da obra ou serviço, bem como do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;

18.1.4. Quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento, com relação ao cronograma financeiro fixado, sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução de obra ou serviço;

18.1.5. Possíveis supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes;

18.1.6. Para restabelecer a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na forma da Cláusula Nona do presente contrato.

18.2. A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

18.3. No caso de supressão de obras, bens ou serviços, se o contratado já houver adquirido os materiais e posto no local dos trabalhos, estes serão pagos pela Administração pelos custos de aquisição regularmente comprovados.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA: RESCISÃO CONTRATUAL

19.1. Constituem motivo para rescisão do contrato:

19.1.1. Liquidação judicial ou extrajudicial, concordata, falência, protesto, recuperação judicial, concurso de credores, transformações, cisões ou fusões;

19.1.2. Caso o contrato venha a ser objeto de qualquer espécie de transações, tais como transferências, cauções ou outras sem a prévia autorização da CONTRATANTE;

19.1.3. Caso a obra não seja concluída 30 (trinta) dias após o prazo contratual, injustificadamente;

19.1.4. Paralisações dos serviços, atraso na execução das obras ou conclusão fora do prazo previsto;

19.1.5. Imperícia, negligência, imprudência, ou desídia na observância das condições técnicas estabelecidas no contrato e seus anexos, ou na execução das obras.

19.1.6. O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações e prazos;

19.1.7. O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações e prazos;

19.1.8. O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

19.1.9. O cometimento reiterado de faltas na sua execução de modo a prejudicar o andamento normal das obras;

19.1.10. A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

19.1.11. A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado, conforme o caso;

19.1.12. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;

19.1.13. Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o CONTRATANTE e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;

19.1.14. A suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

19.1.15. O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pelo CONTRATANTE à CONTRATADA pelos produtos já entregues, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

19.1.16. A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato.

19.1.17. Descumprimento do disposto no inciso V do art. 27 da Lei Federal nº 8.666/93, em observância do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal de 1988, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

19.1.18. Acumulação de multas em valor igual ou superior ao previsto no item 20.4 do presente contrato.

19.2. A rescisão do contrato poderá ser:

19.2.1. Determinada por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, nos casos previstos nos itens 19.1.1 à 19.1.14 e 19.1.16 à 19.1.18.

19.2.2. Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para o CONTRATANTE;

19.2.3. Judicial, nos termos da legislação;

19.3. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

19.4. Quando a rescisão ocorrer com base nos itens 19.1.9 à 19.1.12, desta cláusula, sem que haja culpa da CONTRATADA, será este ressarcido dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido.

19.5. Rescindido o Contrato, tem a CONTRATADA o prazo de 10

(dez) dias, a contar do acerto final de contas, para se retirar do local das obras e deixá-lo inteiramente desimpedido.

19.6. Será assegurado, a parte que tiver dado motivo à rescisão, o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA VIGÉSIMA: DAS SANÇÕES

20.1. Pela inexecução total ou parcial do contrato, ou por atos lesivos à Administração Pública Municipal, a CONTRATANTE poderá aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

20.1.1. Advertência, no caso de faltas que não motivem a aplicação de multas, ou notificação prévia para a correção de erros.

20.1.2. Multa, conforme os seguintes critérios:

a) - No valor de 0,1% (um décimo percentual) do valor do contrato, por dia de atraso injustificado.

b) - No valor de 1% (um por cento) do valor do contrato, por acumulação de 03 (três) advertências.

c) - No valor de 2,0% (dois por cento) do valor do contrato por descumprimento dos deveres da CONTRATADA, inseridos na Cláusula Décima Sétima, desde que não previstos em outras cláusulas.

d) - No valor de 2,5% (dois por cento e cinco décimos) do valor do contrato no caso de execução de serviços em desacordo com o projeto sem autorização expressa da CONTRATANTE, ou fora dos padrões da ABNT;

e) - No valor de 3% (três por cento) do valor do contrato por inobservância da cláusula sexta deste contrato.

f) - No valor de 5% (cinco por cento) do valor do contrato no caso de recusa do reparo do serviço mal executado apontado pela Fiscalização;

g) - No valor de 10% (dez por cento) do valor do contrato no caso de apresentar declaração em falso no processo, sem prejuízo de demais processos administrativos e jurídicos;

h) - No valor de 10% (dez por cento) do valor do contrato no caso de abandono do canteiro de obras sem justificativa e aviso prévio à CONTRATANTE.

i) - No valor de 10% (dez por cento) do valor do contrato se der causa à Declaração de Inidoneidade.

20.1.3. Suspensão de Participação, em licitações com o Município de Indaial, incluindo a administração direta e indireta, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, nos seguintes casos:

a) - Se o valor acumulado das multas ultrapassarem o 10% (dez por cento) do valor do orçamento básico do edital; e,

b) - Quaisquer dos motivos expostos nas alíneas "g" e "h", do item 20.1.2.

20.1.4. Declaração de Inidoneidade, nos seguintes casos:

a) - Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

b) - Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação; e,

c) - Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

20.1.5. Além das sanções previstas nos itens 20.1.1 à 20.1.4, a Administração poderá aplicar quaisquer outras sanções previstas na Lei Federal no 8.666/93 e na Lei Federal no 12.846/13.

20.2. As multas serão descontadas dos pagamentos, das garantias apresentadas, ou ainda, quando for o caso, cobradas judicialmente.

20.3. Será assegurada, a parte que tiver dado motivo à sanção, o contraditório e a ampla defesa, nos termos da Constituição Federal de 1988, e a legislação correlata.

20.4. O valor máximo das multas não poderá exceder, cumulativamente, a 10% (dez por cento) do valor do contrato, ou à 20% (vinte por cento) do faturamento bruto do exercício anterior ao da instauração do processo administrativo, prevalecendo o limite do último.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA: DISPOSIÇÕES GERAIS

21.1. A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato ou restringir a regularização e o uso das obras e edificações, inclusive perante o Registro de Imóveis.

21.2. Fica acordado que, conforme previsão legal, os ensaios, testes e demais provas exigidos por normas técnicas oficiais para a boa execução do objeto do contrato correm por conta da CONTRATADA.

21.3. A CONTRATADA responderá, durante o prazo irredutível de cinco anos, pela solidez e segurança da obra/serviço, assim em razão dos materiais, como do solo, conforme dispõe o art. 618 do Código Civil Brasileiro.

21.4. A responsabilidade técnica pela execução dos serviços objeto deste contrato, será(ão) do(s) profissional(is) indicado(s) como qualificação técnica na licitação.

21.5. Passam a integrar o presente Contrato, independente de transcrição, todos os documentos e informações da proposta de preços da CONTRATADA, apresentados no Processo Licitatório nº 092/2015 – Edital de Tomada de Preços nº 006/2015-10430.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA: DO FORO

22.1. As partes elegem, em comum acordo, o Foro da Comarca de Indaial – Estado de Santa Catarina para dirimir quaisquer dúvidas que por ventura persistirem após esgotarem todas as tentativas de composição amigável, renunciando a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA: LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

23.1. Aplica-se ao presente contrato, nas partes omissas, a seguinte legislação:

- a) - Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;
- b) - Constituição do Estado de Santa Catarina de 1989;
- c) - Lei Orgânica do Município de Indaial;
- d) - Lei Federal nº 8.666/93. Lei das Licitações e Contratos Administrativos;
- e) - Lei Federal nº 4.320/64. Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal;
- f) - Lei Federal nº 8.078/90. Código de Defesa do Consumidor;
- g) - Lei Federal nº 10.406/02. Código Civil Brasileiro;
- h) - Decreto-Lei nº 3.689/41. Código de Processo Penal;

- i) - Lei Federal nº 7.210/84. Lei de Execução Penal;
- j) - Lei Federal nº 12.846/13. Lei Anticorrupção;
- k) - Lei Complementar Federal nº 101/2000. Lei de Responsabilidade Fiscal;
- l) - Normas Técnicas para Obras e Serviços de Engenharia da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT;
- m) - Lei Federal nº 5.194/66. Regula o exercício das profissões de Engenheiro, Arquiteto e Engenheiro-Agrônomo;
- n) - Lei Federal nº 12.378/10. Regula o exercício de Arquitetura e Urbanismo, cria o Conselho de Arquitetura e Urbanismo no Brasil;
- e,
- o) - Lei Federal nº 6.496/77. Institui a "Anotação de Responsabilidade Técnica" na prestação de serviços de Engenharia, de Arquitetura e Agronomia.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA: AS PARTES

24.1. E, por estarem justos e contratados, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um único efeito, com as testemunhas abaixo identificadas e assinadas, para que produzam os jurídicos e legais efeitos, por si e seus sucessores.

Indaial/SC, em 22 de junho de 2015.

| | |
|--|---|
| MUNICÍPIO DE INDAIAL Sérgio Almir dos Santos Contratante | JUNKES EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA Lino Junkes Contratada |
|--|---|

| | |
|--|---|
| SECRETARIA DE EDUCAÇÃO Giovanna Huebes Nicolletti Secretária Municipal | PROCURADORA GERAL DO MUNICÍPIO Silmara Fruet OAB/SC nº 13.215 |
|--|---|

Testemunhas:

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF: _____

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF: _____

TERMO ADITIVO Nº 002 DO CONTRATO Nº 259/2014

TERMO ADITIVO Nº 002 AO CONTRATO Nº 259/2014

Pelo presente Termo Aditivo de contrato que fazem entre si MUNICÍPIO DE INDAIAL – SECRETARIA DE OBRAS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 797, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa, ESTRADA ENGENHARIA VIÁRIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 11.412.030/0001-21, com sede na Rua Samuel Morse, nº 333, bairro Fortaleza, CEP 89058-010, na cidade de Blumenau – Estado de Santa Catarina, representada neste ato pelo seu Representante Legal, Sr. Denilson Hoepers, brasileiro, engenheiro civil, inscrito no CPF sob nº 801.014.619/68 e Cédula de Identidade nº 6.214.208 SSP/SC, residente e domiciliado na Rua Timbó, nº 155, apto 501, bairro Victor Konder, na cidade de Blumenau – Estado de Santa Catarina, doravante denominada

simplesmente de CONTRATADA, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações, a celebração do presente Termo Aditivo de contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e solicitação em anexo, a cláusula quinta, item 5.1., do contrato original, que tem como objeto a execução, através do Sistema de Mutirão, da pavimentação da Rua Heinz Wanser, com área total de 7.927,58m², passa a vigorar da seguinte forma:

CLÁUSULA QUINTA – PRAZO DE EXECUÇÃO:

5.1. O prazo de execução das obras é de 22 de junho de 2015 a 19 de outubro de 2015, de acordo com o cronograma físico-financeiro apresentado pela CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA:

O presente Termo Aditivo passa a fazer parte do contrato original permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

E, por estarem justos e contratados, as partes assinam o presente Termo Aditivo de contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um único efeito, com as testemunhas abaixo identificadas e assinadas, para que produzam os jurídicos e legais efeitos, por si e seus sucessores.

Indaial/SC, 22 de junho de 2015.

| | |
|--|---|
| MUNICÍPIO DE INDAIAL Sérgio Almir dos Santos Prefeito | ESTRADA ENGENHARIA VIÁRIA LTDA Denilson Hoepers Contratada |
| SECRETARIA DE OBRAS Carlos Henrique Nagel Secretário Municipal | PROCURADORA GERAL DO MUNICÍPIO Silmara Fruet OAB/SC nº 13.215 |

Testemunhas:

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF.: _____

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF.: _____

TERMO ADITIVO Nº 002 DO CONTRATO Nº 260/2014 TERMO ADITIVO Nº 002 AO CONTRATO Nº 260/2014

Pelo presente Termo Aditivo de contrato que fazem entre si MUNICÍPIO DE INDAIAL – SECRETARIA DE OBRAS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 797, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa, ESTRADA

ENGENHARIA VIÁRIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 11.412.030/0001-21, com sede na Rua Samuel Morse, nº 333, bairro Fortaleza, CEP 89058-010, na cidade de Blumenau – Estado de Santa Catarina, representada neste ato pelo seu Representante Legal, Sr. Denilson Hoepers, brasileiro, engenheiro civil, inscrito no CPF sob nº 801.014.619/68 e Cédula de Identidade nº 6.214.208 SSP/SC, residente e domiciliado na Rua Timbó, nº 155, apto 501, bairro Victor Konder, na cidade de Blumenau – Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações, a celebração do presente Termo Aditivo de contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e solicitação em anexo, a cláusula quinta, item 5.1., do contrato original, que tem como objeto a execução, através do Sistema de Mutirão, da pavimentação da Rua São Vicente, com área total de 1.027,86m², passa a vigorar da seguinte forma:

CLÁUSULA QUINTA – PRAZO DE EXECUÇÃO:

5.1. O prazo de execução das obras é de 22 de junho de 2015 a 19 de outubro de 2015, de acordo com o cronograma físico-financeiro apresentado pela CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA:

O presente Termo Aditivo passa a fazer parte do contrato original permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

E, por estarem justos e contratados, as partes assinam o presente Termo Aditivo de contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um único efeito, com as testemunhas abaixo identificadas e assinadas, para que produzam os jurídicos e legais efeitos, por si e seus sucessores.

Indaial/SC, 22 de junho de 2015.

| | |
|--|---|
| MUNICÍPIO DE INDAIAL Sérgio Almir dos Santos Prefeito | ESTRADA ENGENHARIA VIÁRIA LTDA Denilson Hoepers Contratada |
| SECRETARIA DE OBRAS Carlos Henrique Nagel Secretário Municipal | PROCURADORA GERAL DO MUNICÍPIO Silmara Fruet OAB/SC nº 13.215 |

Testemunhas:

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF.: _____

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF.: _____

TERMO ADITIVO Nº 004 DO CONTRATO Nº 198/2014
 TERMO ADITIVO Nº 004 AO CONTRATO Nº 198/2014

Pelo presente Termo Aditivo de contrato que entre si fazem o MUNICÍPIO DE INDAIAL – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO – SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO – SECRETARIA DE OBRAS – SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E HABITAÇÃO – SECRETARIA DE SANEAMENTO E MEIO AMBIENTE – GABINETE DO PREFEITO – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA – FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES VEREADOR MARO MARCOS HADLICH – FUNDAÇÃO INDAIALENSE DE CULTURA PREFEITO VICTOR PETERS – FUNDO MUNICIPAL DA DEFESA CIVIL – FUNDEC – INSTITUTO DE APOSENTADORIA E PENSÕES DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE INDAIAL – IN-DAPREV – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE INDAIAL – FASSPI, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 797, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa, IPM INFORMÁTICA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 01.258.027/0001-41, com sede na Avenida Trompowski, nº 354, 7º Andar, bairro Centro, na cidade de Florianópolis – Estado de Santa Catarina, representada neste ato por seu Representante Legal, Sr. Aldo Luiz Mees, brasileiro, administrador, inscrito no CPF sob nº 292.867.519/15 e Cédula de Identidade nº 7R/865.793, residente na Rua Desembargador Arno Hoeschi, nº 361, Apto 1.301, bairro Centro, na cidade de Florianópolis – Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, a celebração do presente Termo Aditivo de contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e solicitação de supressão em anexo, a cláusula quarta, itens 4.1.; 4.1.1., letra "a"; item 4.1.2., letra "a"; e item 4.1.3., letra "a", do contrato original, que tem como objeto o fornecimento de licença de uso em caráter permanente de software de gestão, passam a vigorar da seguinte forma:

CLÁUSULA QUARTA: VALOR DO CONTRATO

4.1. O valor total previsto do presente contrato é de R\$ 2.133.870,00 (dois milhões, cento e trinta e três mil e oitocentos e setenta reais), subdivididos nos seguintes itens (totalização dos valores descritos nos itens 4.1.1 à 4.1.5):

4.1.1. Investimento total em Licença de Uso em caráter permanente: R\$ 134.830,00 (cento e trinta e quatro mil, oitocentos e trinta reais), composto da seguinte forma:

a) - Município de Indaial, no valor de R\$ 97.280,00 (noventa e sete mil, duzentos e oitenta reais);

(...).

4.1.2. Diagnóstico, Migração, Configuração e Habilitação do Software: R\$ 117.060,00 (cento e dezessete mil e sessenta reais), composto da seguinte forma:

a) - Município de Indaial, no valor de R\$ 86.940,00 (oitenta e seis mil, novecentos e quarenta reais);

(...).

4.1.3. Treinamento de Pessoal e Acompanhamento Operacional: R\$ 228.940,00 (duzentos e vinte e oito mil, novecentos e quarenta reais), composto da seguinte forma:

a) - Município de Indaial, no valor de R\$ 175.040,00 (cento e setenta e cinco mil e quarenta reais);

(...).

CLÁUSULA SEGUNDA:

O presente Termo Aditivo passa a fazer parte do contrato original permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

E, por estarem justos e contratados, as partes assinam o presente Termo Aditivo de contrato em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, para um único efeito, com as testemunhas abaixo identificadas e assinadas, para que produzam os jurídicos e legais efeitos, por si e seus sucessores.

Indaial/SC, 15 de junho de 2015.

| | |
|---|---|
| MUNICÍPIO DE INDAIAL Sérgio Almir dos Santos Contratante | IPM INFORMÁTICA LTDA Aldo Luiz Mees Contratada |
| SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS Márcio Antônio Ferrari Secretário Municipal | SECRETARIA DE EDUCAÇÃO Giovane Huebes Nicolletti Secretária Municipal |
| SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO Remir José de Faveri Secretário Municipal | SECRETARIA DE OBRAS Carlos Henrique Nagel Secretário Municipal |
| SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E HABITAÇÃO Paulo Roberto Ledra Secretário Municipal | SECRETARIA DE SANEAMENTO E MEIO AMBIENTE Vilson Jânio de Aviz Secretário Municipal |
| GABINETE DO PREFEITO João Vicente Schroeder Chefe Gabinete | FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE INDAIAL Lindomar Lindner Secretário Municipal |
| FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDAIAL Enilson Erley de Freitas Secretário Municipal | FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES VEREADOR MARO MARCOS HADLICH Ademir Packer Diretor Executivo |
| FUNDO MUNICIPAL DA DEFESA CIVIL Nivald Reichel | FUNDAÇÃO IDAIALENSE DE CULTURA PREFEITO VICTOR PETERS Siegrid Wanser Ribeiro Diretora Executiva |

PROCURADORA GERAL DO MUNICÍPIO

Silmara Fruet

OAB/SC nº 13.215

Testemunhas:

Nome Legível: _____

CPF: _____

Nome Legível: _____

CPF: _____

TERMO ADITIVO Nº 005 DO CONTRATO Nº 130/2014

TERMO ADITIVO Nº 005 AO CONTRATO Nº 130/2014

Pelo presente Termo Aditivo de contrato que entre si fazem o MUNICÍPIO DE INDAIAL – SECRETARIA DE OBRAS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 797, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa, ESTRADA ENGENHARIA VIÁRIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 11.412.030/0001-21, com sede na Rua Samuel Morse, nº 333, bairro Fortaleza, CEP 89058-010, na cidade de Blumenau – Estado de Santa Catarina, representada neste ato pelo seu Representante Legal, Sr. Denilson Hoepers, brasileiro, engenheiro civil, inscrito no CPF sob nº 801.014.619/68 e Cédula de Identidade nº 6.214.208 SSP/SC, residente e domiciliado na Rua Timbó, nº 155, apto 501, bairro Victor Konder, na cidade de Blumenau – Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, a celebração do presente Termo Aditivo de contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e solicitação em anexo, a cláusula quinta, item 5.1., do contrato original, que tem como objeto a execução, através do Sistema de Mutirão, da pavimentação asfáltica da Rua Conquista, com 10,00 ml de largura, extensão de 883,50 ml, meio-fio 1.758,25 ml, área total de 8.791,25m², passa a vigorar da seguinte forma:

CLÁUSULA QUINTA – PRAZO DE EXECUÇÃO:

5.1. O prazo de execução das obras é de 29 de junho de 2015 a 26 de setembro de 2015, com a expedição da respectiva Ordem de Serviço, pela CONTRATANTE, de acordo com o cronograma físico financeiro apresentado pela CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA:

O presente Termo Aditivo passa a fazer parte do contrato original permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

E, por estarem justos e contratados, as partes assinam o presente Termo Aditivo de contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um único efeito, com as testemunhas abaixo identificadas e assinadas, para que produzam os jurídicos e legais efeitos, por si e seus sucessores.

Indaial/SC, 29 de junho de 2015.

MUNICÍPIO DE INDAIAL

Sérgio Almir dos Santos

Contratante

ESTRADA ENGENHARIA VIÁRIA

LTDA

Denilson Hoepers

Contratada

SECRETARIA DE OBRAS

Carlos Henrique Nagel

Secretário Municipal

PROCURADORA GERAL DO MUNICÍPIO

Silmara Fruet

OAB/SC nº 13.215

Testemunhas:

Assinatura: _____

Nome Legível: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

Nome Legível: _____

CPF: _____

TERMO ADITIVO Nº 006 DO CONTRATO Nº 129/2014

TERMO ADITIVO Nº 006 AO CONTRATO Nº 129/2014

Pelo presente Termo Aditivo de contrato que entre si fazem o MUNICÍPIO DE INDAIAL – SECRETARIA DE OBRAS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 797, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa, BALTT EMPREITEIRA TRANSPORTES E TERRAPLENAGEM LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 00.145.589/0001-16, com sede na rua Henrique Todeschini, nº 300, bairro Centro, na cidade de Piçarras – Estado de Santa Catarina, representada neste ato por seu Representante Legal, Sr. Jean Pierre Lana, brasileiro, casado, engenheiro, inscrito no CPF sob nº 969.712.909-68 e Cédula de Identidade nº 2.863.427 SSP/SC, residente e domiciliado na Rua Alberto Werner, nº 615, apto 301, bairro Vila Operária, na cidade de Itajaí – Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, a celebração do presente Termo Aditivo de contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e solicitação em anexo, a cláusula quinta, item 5.1., do contrato original, que tem como objeto a execução de terraplenagem, drenagem pluvial, pavimentação asfáltica e sinalização viária da Rua Luiz Michelle, passa a vigorar da seguinte forma:

CLÁUSULA QUINTA: PRAZO DE EXECUÇÃO:

5.1. O prazo de execução das obras é de 28 de junho de 2015 até 25 de outubro de 2015, com a expedição da respectiva Ordem de Serviço, pela CONTRATANTE, de acordo com o cronograma físico financeiro apresentado pela CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA:

O presente Termo Aditivo passa a fazer parte do contrato original

permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

E, por estarem justos e contratados, as partes assinam o presente Termo Aditivo de contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um único efeito, com as testemunhas abaixo identificadas e assinadas, para que produzam os jurídicos e legais efeitos, por si e seus sucessores.

Indaial/SC, 26 de junho de 2015.

| | |
|--|---|
| MUNICÍPIO DE INDAIAL Sérgio Almir dos Santos Contratante | BALTT EMPREITEIRA TRANSP. E TERRAPLENAGEM LTDA Jean Pierre Lana Contratada |
| SECRETARIA DE OBRAS Carlos Henrique Nagel Secretário Municipal | PROCURADORA GERAL DO MUNI- CÍPIO Silmara Fruet OAB/SC nº 13.215 |

Testemunhas:

Assinatura: _____

Nome Legível: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

Nome Legível: _____

CPF: _____

TERMO ADITIVO Nº 010 DO CONTRATO Nº 087/2013

TERMO ADITIVO Nº 010 AO CONTRATO Nº 087/2013

Pelo presente instrumento o MUNICÍPIO DE INDAIAL – SECRETARIA DE OBRAS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 797, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa, ESTRADA ENGENHARIA VIÁRIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 11.412.030/0001-21, com sede na Rua Samuel Morse, nº 333, bairro Fortaleza, CEP 89058-010, na cidade de Blumenau – Estado de Santa Catarina, representada neste ato pelo seu Representante Legal, Sr. Denilson Hoepers, brasileiro, engenheiro civil, inscrito no CPF sob nº 801.014.619/68 e Cédula de Identidade nº 6.214.208 SSP/SC, residente e domiciliado na Rua Timbó, nº 155, apto 501, bairro Victor Konder, na cidade de Blumenau – Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações, a celebração do presente Termo Aditivo de contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações e solicitação em anexo, a cláusula quinta, item 5.1. do contrato original, que tem como objeto a execução de terraplenagem e drenagem pluvial da Rua Varsóvia, com extensão de 273,50 metros (interseção com a Rua Turim – estaca 0+00 PP) à interseção com a Rua Munique

(estaca 13+13,50), obra integrante do sistema mutirão, conforme anexos VI, VII, VIII e IX do Edital de Tomada de Preços nº 006/2013-10430, passa a vigorar da seguinte forma:

CLÁUSULA QUINTA – PRAZO DE EXECUÇÃO:

5.1. O prazo de execução das obras é de 19 de junho de 2015 até 16 de setembro de 2015.

CLÁUSULA SEGUNDA:

O presente Termo Aditivo passa a fazer parte do contrato original permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

E, por estarem justos e contratados, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um único efeito, com as testemunhas abaixo identificadas e assinadas, para que produzam os jurídicos e legais efeitos, por si e seus sucessores.

Indaial/SC, 19 de junho de 2015.

| | |
|--|---|
| MUNICÍPIO DE INDAIAL Sérgio Almir dos Santos Contratante | ESTRADA ENGENHARIA VIÁRIA LTDA Denilson Hoepers Contratada |
| SECRETARIA DE OBRAS Carlos Henrique Nagel Secretário Municipal | PROCURADORA GERAL DO MUNICÍPIO Silmara Fruet OAB/SC nº 13.215 |

Testemunhas:

Assinatura: _____

Nome Legível: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

Nome Legível: _____

CPF: _____

Ipumirim

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 11/2015/FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Publicação do extrato contratual nos termos do § Único do art. 61 da Lei 8.666/93.

Contrato Administrativo Público Nº 11/2015

Processo licitatório: Edital de Licitação da Modalidade de DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 4/2015, Processo de Licitação nº 8/2015, homologado em 23 de junho de 2015.

Objeto: contratação de empresa para prestação de serviço (material + mão de obra), para adequação do padrão de entrada de energia elétrica da Unidade Básica de Saúde, conforme projeto, ART e memorial descritivo anexo.

Valor: R\$ 14.922,67 (Quatorze Mil Novecentos e Vinte e Dois Reais e Sessenta e Sete Centavos).

Assinatura: 24/06/2015 Vigência: 31/12/2015

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPUMIRIM

Contratado: FAMITEC INSTALAÇÕES ELÉTRICAS LTD-ME, situada na AVENIDA ASSIS BRASIL 473, Bairro: CENTRO, cidade de IPUMIRIM -SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.340.838/0001-07.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 38/2015/PM

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Publicação do extrato contratual nos termos do § Único do art. 61 da Lei 8.666/93.

Contrato Administrativo Público Nº 38/2015

Processo licitatório: Edital de Licitação da Modalidade de CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 2/2014, Processo de Licitação nº 57/2014, homologado em 17 de outubro de 2014.

Objeto: PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PÚBLICO ADMINISTRATIVO Nº 72/2014, OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA, QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE IPUMIRIM, ESTADO DE SANTA CATARINA E A EMPRESA SETEP CONSTRUÇÕES LTDA.

Valor: R\$ 0,01 (Um Centavo)

Assinatura: 26/06/2015 Vigência: 26/06/2015 À 31/12/2015

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

Contratado: SETEP CONSTRUÇÕES S.A, situada na RUA FRANCISCO MARTINHAGO, 258, Bairro: MINA DO MATO, cidade de CRICIUMA-SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 83.665.141/0001-50.

Irineópolis

PREFEITURA

ATA RP PROC 06/2015 FMAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO LICITATORIO Nº. 06/2015
PREGÃO PRESENCIAL 06/2015
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
VALIDADE 12 MESES

Presentes à Sessão Pública para julgamento do(s) envelopes(s) de Proposta de Preços, com o objetivo de adquirir o objeto descrito no Processo Licitatório nº 06/2015, Pregão Presencial nº 06/2015, a Sra. Rosani Rodrigues da Silva Mischka - Pregoeira, Sra. Andressa Bendlin; Sr. Reinaldo Stasiak; Sra. Patricia Fabiane Fronczak e Sra. Cassiana Lais Brand - Equipe de Apoio, designadas pela Portaria nº. 540/2014; Sra. Karina de Moura Borges - representante da empresa Lech & Cia Ltda e Sr. João Silvestre Jacobovski - representante da empresa João Silvestre Jacobovski ME. Inicialmente o Pregoeiro procedeu a leitura do teor do Instrumento Convocatório, bem como prestou esclarecimentos referentes aos procedimentos de julgamento das propostas e habilitações. Após procedeu-se o Credenciamento dos interessados na participação do certame, onde ficou comprovado que os representantes das empresas proponentes possuem poderes para formular propostas e praticar os demais atos inerentes ao certame. Iniciada a fase de julgamento das propostas, o Pregoeiro e equipe de apoio procederam a análise das Propostas, verificando a conformidade com o Instrumento Convocatório. Facultado pelo Art. 43 §3º da Lei 8. "é facultado a comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documentos ou informação que deveria constar originariamente na proposta" abrindo-se o prazo de 03(três) dias.

Presentes à Sessão Pública para julgamento do(s) envelopes(s) de Proposta de Preços, com o objetivo de adquirir o objeto descrito no Processo Licitatório nº 06/2015, Pregão Presencial nº 06/2015, a Sra. Rosani Rodrigues da Silva Mischka - Pregoeira, Sra. Andressa Bendlin; Sr. Reinaldo Stasiak; Sra. Patricia Fabiane Fronczak e Sra. Cassiana Lais Brand - Equipe de Apoio, designadas pela Portaria nº. 540/2014; Sra. Ana Maria Onevetch - Advogada. Após análise da solicitação feita pelo Sr. João Silvestre Jacobovski a Comissão e a Sra. Ana Maria Onevetch advogada fica mantido a habilitação das duas empresas solicitantes. Ficando portanto marcado a sessão para o dia 20 de março de 2015, as 14:00 horas. Nada mais havendo- se a tratar, foi lavrada a presente ata.

Presentes à Sessão Pública para julgamento do(s) envelopes(s) de Proposta de Preços, com o objetivo de adquirir o objeto descrito no Processo Licitatório nº 06/2015, Pregão Presencial nº 06/2015, a Sra. Rosani Rodrigues da Silva Mischka - Pregoeira, Sra. Andressa Bendlin; Sr. Reinaldo Stasiak; Sra. Patricia Fabiane Fronczak e Sra. Cassiana Lais Brand - Equipe de Apoio, designadas pela Portaria nº. 540/2014; Sra. Karina de Moura Borges - representante da empresa Lech & Cia Ltda e Sr. João Silvestre Jacobovski - representante da empresa João Silvestre Jacobovski ME. Após prazo de diligência e recebimento de Parecer Jurídico, foi dada continuidade a etapa de lances das empresas Lech & Cia Ltda; João Silvestre Jacobovski ME seguem classificadas para a fase de lances e julgamento das propostas. Os representantes das empresas proponentes não manifestaram interesse de interposição de recurso, quanto ao julgamento das propostas, encerrando-se o prazo para interposição de recurso nesta data.

Presentes à Sessão Pública para julgamento do(s) envelopes(s) de Documentação, com o objetivo de adquirir o objeto descrito no Processo Licitatório nº 06/2015, Pregão Presencial nº 06/2015, a Sra. Rosani Rodrigues da Silva Mischka - Pregoeira, Sra. Andressa Bendlin; Sr. Reinaldo Stasiak; Sra. Patricia Fabiane Fronczak e Sra. Cassiana Lais Brand - Equipe de Apoio, designadas pela Portaria nº. 540/2014; Sra. Karina de Moura Borges - representante da empresa Lech & Cia Ltda e Sr. João Silvestre Jacobovski - representante da empresa João Silvestre Jacobovski ME. Foi realizada a análise dos documentos apresentados pelas empresas: Lech & Cia Ltda e João Silvestre Jacobovski ME e foi constatado que as empresas apresentaram todos os documentos exigidos na fase de habilitação, conforme item 07 do Edital, sendo considerada HABILITADA no Processo Licitatório em epígrafe. O representante das empresas proponentes não manifestaram interesse de interposição de recurso, quanto ao julgamento dos documentos de habilitação, encerrando-se o prazo para interposição de recurso nesta data. Nada mais havendo- se a tratar, foi lavrada a presente ata.

Lech & Cia Ltda

| Item | Quantidade | Unidade | Descrição | MARCA | Valor unitário R\$ | Valor total R\$ |
|------|------------|-----------|--|---------|--------------------|-----------------|
| 01 | 150 | Unidade | Bolo de cenoura – forma grande | TRIGO'S | 19,94 | 2.991,00 |
| 03 | 100 | Kg | Bolos variados | TRIGO'S | 18,48 | 1.848,00 |
| 06 | 80 | Cento | Mini Coxinha | TRIGO'S | 48,50 | 3.880,00 |
| 07 | 80 | Cento | Mini Pastel | TRIGO'S | 34,99 | 2.799,20 |
| 09 | 4000 | Unidade | Mini sanduíche natural | TRIGO'S | 0,90 | 3.600,00 |
| 10 | 4000 | Unidade | Mini sonho | TRIGO'S | 0,42 | 1.680,00 |
| 12 | 5000 | Unidade | Sanduíche de queijo e presunto (inteiro) | TRIGO'S | 1,73 | 8.650,00 |
| | TOTAL R\$ | 25.448,20 | | | | |

João Silvestre Jacobovski – ME

| Item | Quantidade | Unidade | Descrição | MARCA | Valor unitário R\$ | Valor Total R\$ |
|------|------------|---------|---------------------------------|---------|--------------------|-----------------|
| 02 | 50 | Unidade | Bolo nega maluca – forma grande | TRIUNFO | 25,50 | 8.925,00 |
| 04 | 500 | Unidade | Carolina | TRIUNFO | 0,60 | 1.500,00 |
| 05 | 50 | Unidade | Empadão – forma grande | TRIUNFO | 45,50 | 9.100,00 |
| 08 | 50 | Cento | Mini risóles | TRIUNFO | 46,00 | 3.680,00 |

| | | | | | | |
|-----------|-----------|---------|-----------------|---------|-------|----------|
| 11 | 1000 | Unidade | Pão de queijo | TRIUNFO | 0,74 | 2.960,00 |
| 13 | 100 | Unidade | Torta de frutas | TRIUNFO | 16,65 | 3.330,00 |
| TOTAL R\$ | 29.495,00 | | | | | |

Irineópolis, 29 de junho de 2015.

Juliano Pozzi Pereira

Prefeito Municipal

ATA RP PROC 28/2014 - FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATORIO Nº. 28/2014

PREGÃO PRESENCIAL 15/2014

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

VALIDADE 12 MESES

Presentes à Sessão Pública para julgamento do(s) envelopes(s) de Proposta de Preços, com o objetivo de adquirir o objeto descrito no Processo Licitatório nº 28/2014, Pregão Presencial nº 15/2014, a Sra. Patricia Fabiane Fronczak - Pregoeira, Sra. Rosani Rodrigues da Silva Mischka, Sr. Reinaldo Stasiak e Sra. Andressa Bendlin - Equipe de Apoio, designadas pela Portaria nº. 320/2014 e Sra. Cassiana Lais Brand; Sr. Marcos Zemir Grepfrie - representante da empresa Angeomed - Com de Prod. Méd. Hosp. Eireli; Sr. Reginaldo Jose de Almeida - representante da empresa Prosaúde Distribuidora de Medicamentos Ltda; Sr. Alex Oliveira de Almeida - representante da empresa Promefarma Representações Comerciais Ltda; Sr. Antônio Cordova Pereira representante da empresa Altermed Mat. Med Hosp. Ltda; Sr. Andre Trzcinski representante da empresa Dimaster Com. De Prod. Hosp Ltda; Sr. Wilson Luiz Cortiano - representante da empresa Mauro Marciano Comércio de Medicamentos Ltda; Sr. Diego Gili - representante da empresa Centermedi Comercio de Produtos Hospitalares; Gesse Bonfim - representante da empresa Comercial Cirúrgica Rioclarense Ltda; Sr. Everaldo Fallero Falk - representante da empresa Licimed Distribuidora de Medicamentos Ltda. As empresas que encaminharam seus envelopes através da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos: Aglon Comércio e Representações Ltda, SEDEX SF 50774780 8 BR; Cirúrgica Jaw Com. De Mat. Med.Hosp. Ltda, SEDEX DG885233901BR; A empresa Dist. Med. Andromeda Ltda encaminhou através da empresa Bauer Express Nota Fiscal nº 9391; A empresa Wincorp Farmacêutica Comercial Ltda deixou seus envelopes através de seu representante. Inicialmente o Pregoeiro procedeu a leitura do teor do Instrumento Convocatório, bem como prestou esclarecimentos referentes aos procedimentos de julgamento das propostas e habilitações. Após procedeu-se o Credenciamento dos interessados na participação do certame, onde ficou comprovado que os representantes das empresas proponentes possuem poderes para formular propostas e praticar os demais atos inerentes ao certame. Iniciada a fase de julgamento das propostas, o Pregoeiro e equipe de apoio procederam a análise das Propostas, verificando a conformidade com o Instrumento Convocatório. Em seguida foi realizada a classificação da proposta das empresas que se apresentaram para o certame. As empresas Angeomed - Com de Prod. Méd. Hosp. Eireli; Prosaúde Distribuidora de Medicamentos Ltda; Promefarma Representações Comerciais Ltda; Altermed Mat. Med Hosp. Ltda; Dimaster Com. De Prod. Hosp Ltda; Mauro Marciano Comércio de Medicamentos Ltda; Centermedi Comercio de Produtos Hospitalares; Comercial Cirúrgica Rioclarense Ltda; Licimed Distribuidora de Medicamentos Ltda. seguem classificadas para a fase de lances e julgamento das propostas. A empresa Cirurgica Jaw Com. De Mat. Méd. Hosp. Ltda, foi desclassificada por não abrir o CD de propostas. A empresa Wincorp Farmacêutica Comercial Ltda, foi desclassificada por não apresentar carimbo do CNPJ na proposta de preços. Os representantes das empresas proponentes não manifestaram interesse de interposição de recurso, quanto ao julgamento das propostas, encerrando-se o prazo para interposição de recurso nesta data.

Presentes à Sessão Pública para julgamento do(s) envelopes(s) de Documentos de Habilitação, com o objetivo de adquirir o objeto descrito no Processo Licitatório nº 28/2014, Pregão Presencial nº 15/2014, a Sra. Patricia Fabiane Fronczak - Pregoeira, Sra. Rosani Rodrigues da Silva Mischka, Sr. Reinaldo Stasiak e Sra. Andressa Bendlin - Equipe de Apoio, designadas pela Portaria nº. 320/2014 e Sra. Cassiana Lais Brand; Sr. Marcos Zemir Grepfrie - representante da empresa Angeomed - Com de Prod. Méd. Hosp. Eireli; Sr. Reginaldo Jose de Almeida - representante da empresa Prosaúde Distribuidora de Medicamentos Ltda; Sr. Alex Oliveira de Almeida - representante da empresa Promefarma Representações Comerciais Ltda; Sr. Antônio Cordova Pereira representante da empresa Altermed Mat. Med Hosp. Ltda; Sr. Andre Trzcinski representante da empresa Dimaster Com. De Prod. Hosp Ltda; Sr. Nilton Luiz Cortiano - representante da empresa Mauro Marciano Comércio de Medicamentos Ltda; Sr. Diego Gili - representante da empresa Centermedi Comercio de Produtos Hospitalares; Gesse Bonfim - representante da empresa Comercial Cirúrgica Rioclarense Ltda; Sr. Everaldo Fallero Falk - representante da empresa Licimed Distribuidora de Medicamentos Ltda. Foi realizada a análise dos documentos apresentados pelas empresas: Prosaúde Distribuidora de Medicamentos Ltda; Promefarma Representações Comerciais Ltda; Altermed Mat. Med Hosp. Ltda; Mauro Marciano Comércio de Medicamentos Ltda; Centermedi Comercio de Produtos Hospitalares; Comercial Cirúrgica Rioclarense Ltda, e foi constatado que as empresas acima apresentaram todos os documentos exigidos na fase de habilitação, conforme item 06 do Edital, sendo consideradas HABILITADAS no Processo Licitatório em epígrafe. As empresas Andromeda Distribuidora de Medicamentos Ltda; Dimaster Com. De Prod. Hosp Ltda; Licimed Distribuidora de Medicamentos Ltda; Angeomed - Com de Prod. Méd. Hosp. Eireli, apresentaram documentação em desacordo com o item 06 subitem 6.4 alínea "c" do edital, sendo consideradas INABILITADAS. A empresa Mauro Marciano pede a desclassificação do item 71, tal pedido fica sob a decisão do Sr. Juliano Pozzi Pereira Prefeito Municipal. Os representantes das empresas INABILITADAS manifestaram interesse de interposição de recurso, quanto ao julgamento dos documentos de habilitação, encerrando-se o prazo para interposição de recurso nesta data. De acordo com a Lei 8666/93 Art. 109 Inciso I abre-se o prazo de 05(cinco) dias úteis, os demais representantes das empresas proponentes não manifestaram interesse de interposição de recurso, quanto ao julgamento dos documentos de habilitação, encerrando-se o prazo para interposição de recurso nesta data. Nada mais havendo- se a tratar, foi lavrada a presente ata.

Presentes à Sessão Pública para análise de Recurso, relativo ao Processo Licitatório nº 28/2014, Pregão Presencial nº 15/2014, os membros da Comissão de Licitação designados através da Portaria nº 540/2014, Sra. Rosani Rodrigues da Silva Mischka - Pregoeira, Sra. Andressa Bendlin e Sra. Cassiana Lais Brand Rodrigues - equipe de apoio, para analisar o Parecer Jurídico, solicitado a Advogada, Sra. Ana Maria Onevecht. A causídica fez a análise dos recursos e, de acordo com o Parecer, opinou pela manutenção da decisão da Comissão Permanente de Licitação, pelos seus próprios fundamentos, em razão do seguinte: As Recorrentes: Dimaster Comércio de Produtos Hospitalares Ltda e

Licimed Distribuidora de Medicamentos Correlatos e Produtos Medicos e Hospitalares Ltda apresentaram o documento do item 6.4, letra c, em desacordo com o solicitado no edital. Em razão do exposto, a comissão de Licitação, através de seus membros presentes, decidem em comum acordo com o Parecer Jurídico emitido pela Sra. Ana Maria Onevecht, manter a inabilitação das empresas Recorrentes (Dimaster Comércio de Produtos Hospitalares Ltda e Licimed Distribuidora de Medicamentos Correlatos e Produtos Medicos e Hospitalares Ltda.), declarando habilitadas apenas as demais empresas. Nada mais havendo- se a tratar, foi lavrada a presente ata.

Aglon Comércio e Representações Ltda

| Item | Unidade | Descrição | Quant | Marca | Valor unitário R\$ | Valor total R\$ |
|-----------|------------|----------------------------------|-------|--------------------------|--------------------|-----------------|
| 078 | Frasco | Dexametasona colírio 0,1% 5ml | 1.000 | MAXIDEX-ALCON/ NOVART | 3,38 | 3.380,00 |
| 119 | Comprimido | Levodopa + benserazida 100/25 mg | 5.000 | PROLOPA BD-ROCHE | 0,83 | 4.150,00 |
| TOTAL R\$ | | 7.530,00 | | | | |

Altermed Material Médico Hospitalar Ltda

| Item | Unidade | Descrição | Quant | Marca | Valor unitário R\$ | Valor total R\$ |
|-----------|--------------|--|---------|--------------------|--------------------|-----------------|
| 006 | Comprimido | Ácido fólico 5 mg | 50.000 | Natulab | 0,0208 | 1.040,00 |
| 027 | Ampola | Benzilpenicilina benzatina pó para suspensão injetável 600.000UI | 1.000 | Teuto | 3,83 | 3.830,00 |
| 035 | Comprimido | Carbonato de cálcio + colecalciferol 500 mg CaCO3 + 400UI | 5.000 | Imec | 0,35 | 1.750,00 |
| 036 | Comprimido | Carbonato de cálcio 1250 mg (equivalente 550 mg Ca++) | 5.000 | Tks | 0,104 | 520,00 |
| 039 | Comprimido | Carvedilol 25 mg | 12.000 | Torrent | 0,109 | 1.308,00 |
| 048 | Comprimido | Citalopram 20 mg | 30.000 | Torrent | 0,12 | 3.600,00 |
| 054 | Comprimido | Cloridrato de amitriptilina 25 mg | 150.000 | Neo Quimica | 0,043 | 6.450,00 |
| 055 | Comprimido | Cloridrato de biperideno 2 mg | 20.000 | Cristalia | 0,2489 | 4.978,00 |
| 061 | Ampola | Cloridrato de lidocaína solução injetável com vasoconstritor 20 ml | 100 | Hypofarma | 3,27 | 327,00 |
| 074 | Comprimido | Cloridrato de sertralina 50 mg | 150.000 | Torrent | 0,1099 | 16.485,00 |
| 081 | Ampola | Dexametasona injetável 4 mg 1ml | 3.000 | Farmace | 0,75 | 2.250,00 |
| 082 | Comprimido | Diazepam 5 mg | 150.000 | Santisa | 0,0389 | 5.835,00 |
| 092 | Frasco | Estearato de eritromicina suspensão oral 50 mg 60 ml | 3.000 | Prati Donaduzzi | 3,30 | 9.900,00 |
| 098 | Comprimido | Fenobarbital 100 mg | 25.000 | União Quimica | 0,1667 | 4.167,50 |
| 099 | Frasco | Fenobarbital solução oral 40 mg/ml 20 ml | 200 | Cristalia | 3,75 | 750,00 |
| 100 | Cápsula | Fluconazol 100 mg | 5.000 | Cristalia | 0,7639 | 3.819,50 |
| 107 | Comprimido | Glibenclamida 5 mg | 100.000 | Medquimica | 0,0229 | 2.290,00 |
| 115 | Frasco | Insulina glargina lantus 100 UI/ 10 ml | 150 | Sanofi Aventis | 342,20 | 51.330,00 |
| 118 | Frasco | Lactulose 667 mg/ml 120 ml | 3.000 | Uci Farma | 1,3889 | 4.166,70 |
| 133 | Comprimido | Mesilato de doxazosina 2 mg | 5.000 | E.M.S | 0,0972 | 486,00 |
| 145 | Bisnaga | Nitrato de miconazol loção 2% 30 gr | 1.000 | Teuto | 1,18 | 1.180,00 |
| 156 | Comprimido | Permanganato de potássio 100 mg | 300 | Farmax | 0,0486 | 14,58 |
| 165 | Comprimido | Secnidazol 1000 mg | 2.000 | Prati Donaduzzi | 0,39 | 780,00 |
| 173 | Frasco/Bolsa | Soro ringer com lactato 500 ml | 100 | Segmenta-Eurofarma | 2,875 | 287,50 |
| TOTAL R\$ | | 127.544,78 | | | | |

Centermedi – Comércio de Produtos Hospitalares Ltda

| Item | Unidade | Descrição | Quant | Marca | Valor unit | Valor total |
|------|------------|---|---------|---------------|------------|-------------|
| 001 | Ampola | Acetato de medroxiprogesterona solução injetável 150 mg 1 ml | 500 | União Quimica | 12,80 | 6.440,00 |
| 005 | Comprimido | Ácido acetil salicílico 100 mg | 120.000 | Imec | 0,0149 | 1.788,00 |
| 013 | Comprimido | Alendronato de sódio 70 mg | 3.000 | Delta | 0,369 | 1.107,00 |
| 019 | Cápsula | Ampicilina 500 mg | 5.000 | Prati D | 0,125 | 625,00 |
| 022 | Frasco | Azitomicina pó para suspensão oral 40 mg 22,5 ml | 3.000 | Pharlab | 2,48 | 7.440,00 |
| 032 | Comprimido | Captopril 25 mg | 200.000 | Geolab | 0,019 | 3.800,00 |
| 033 | Frasco | Carbamazepina 20 mg 100ml xarope | 200 | Medley | 6,09 | 1.218,00 |
| 042 | Frasco | Cefalexina sódica ou cloridrato de cefalexina suspensão oral 50 mg/ml 60 ml | 5.000 | Teuto | 3,00 | 15.000,00 |
| 056 | Comprimido | Cloridrato de ciprofloxacino 500 mg | 70.000 | Prati D | 0,15 | 10.500,00 |
| 062 | Ampola | Cloridrato de lidocaína solução injetável sem vasoconstritor 20 ml | 100 | Hypofarma | 1,89 | 189,00 |
| 063 | Comprimido | Cloridrato de loperamina 2 mg | 2.000 | Pharmasciense | 0,09 | 180,00 |
| 065 | Comprimido | Cloridrato de metformina 850 mg | 50.000 | Geolab | 0,077 | 3.850,00 |
| 066 | Comprimido | Cloridrato de metoclopramida 10 mg | 30.000 | Belfar | 0,0528 | 1.594,00 |
| 077 | Ampola | Decanoato de haloperidol solução injetável 5 mg 1ml | 50 | Cristalia | 7,00 | 350,00 |
| 084 | Comprimido | Dicloridrato de betaistina 25 mg | 10.000 | Eurofarma | 0,305 | 3.050,00 |
| 095 | Cartela | Ethinilestradiol + levonogestrel 0,02 mg + 0,10 mg com 21 drágeas | 100 | Biolab | 11,40 | 1.140,00 |
| 101 | Cápsula | Fluconazol 150 mg | 5.000 | Prati D | 0,19 | 950,00 |
| 102 | Comprimido | Fosfato de codeína 30 mg | 30.000 | Cristalia | 0,86 | 25.800,00 |
| 103 | Frasco | Fosfato sódico de prednisolona solução oral 1,34 mg/ml 100 ml | 500 | Prati D. | 4,00 | 2.000,00 |
| 104 | Frasco | Fosfato sódico de prednisolona solução oral 4,02 mg/ml 100 ml | 3.000 | Prati D | 5,30 | 15.900,00 |

| | | | | | | |
|-----------|------------|---|---------|-----------------|-------|-----------|
| 111 | Comprimido | Hidroclorotiazida 25 mg | 150.000 | Teuto | 0,022 | 3.300,00 |
| 122 | Comprimido | Levotiroxina sódica 100 mg | 30.000 | Merck | 0,094 | 2.820,00 |
| 127 | Comprimido | Losartana potássica 50 mg | 200.000 | Teuto | 0,044 | 8.800,00 |
| 147 | Cartela | Noretisterona 0,35 mg com 35 cpr | 430 | Biolab | 6,03 | 2.592,90 |
| 150 | Comprimido | Ondasetrona 4 mg | 10.000 | Biolab | 2,10 | 21.000,00 |
| 155 | Unidade | Pasta d'água pasta (F.N.) | 300 | Santa Terezinha | 2,20 | 660,00 |
| 164 | Envelope | Sais para reidratação pó para solução oral 27,9 gr | 3.000 | Ifal | 0,357 | 1.071,00 |
| 177 | Frasco | Sulfametoxazol + trimetropina suspensão oral 40 mg + 8 mg 50 ml | 1.000 | Sobral | 1,05 | 1.050,00 |
| | | | | | | |
| TOTAL R\$ | | 144.164,90 | | | | |

Comercial Cirurgica Rioclarense Ltda

| Item | Unidade | Descrição | Quant | Marca | Valor unitário R\$ | Valor total R\$ |
|-----------|--------------|--|---------|--------------------|--------------------|-----------------|
| 014 | Comprimido | Alopurinol 100 mg | 30.000 | Sanval | 0,038 | 1.140,00 |
| 015 | Comprimido | Amoxicilina + clavulanato de potássio 500 mg + 125 mg | 50.000 | Glaxosmithkline | 0,668 | 33.400,00 |
| 018 | Frasco | Amoxicilina pó para suspensão 50 mg 150 ml | 5.000 | Prati Donaduzzi | 3,39 | 16.950,00 |
| 021 | Comprimido | Atenolol 50 mg | 100.000 | Vitapan | 0,0235 | 2.350,00 |
| 029 | Frasco | Brometo de ipratrópio solução inalante 0,25 mg/ml 20ml | 5.000 | Hipolabor | 0,53 | 2.650,00 |
| 031 | Frasco | Bromidrato de fenoterol 5mg 20 ml | 5.000 | Hipolabor | 1,37 | 6.850,00 |
| 037 | Comprimido | Carbonato de lítio 300 mg | 30.000 | Hipolabor | 0,09 | 2.700,00 |
| 041 | Cápsula | Cefalexina sódica ou cloridrato de cefalexina 500 mg | 50.000 | Cellofarm/Aspen | 0,155 | 7.750,00 |
| 047 | Ampola | Cetoprofeno solução injetável 100 mg 2ml | 5.000 | União Química | 1,59 | 7.950,00 |
| 051 | Frasco | Clonazepam 2,5 mg 20 ml | 5.000 | Hipolabor | 1,55 | 7.750,00 |
| 057 | Comprimido | Cloridrato de clomipramina 25 mg | 5.000 | Novartis | 0,619 | 3.095,00 |
| 058 | Comprimido | Cloridrato de clorpromazina 100 mg | 5.000 | União Química | 0,19 | 950,00 |
| 059 | Comprimido | Cloridrato de fluoxetina 20 mg | 150.000 | Teuto | 0,052 | 7.800,00 |
| 072 | Comprimido | Cloridrato de propranolol 40 mg | 30.000 | Osorio de Moraes | 0,013 | 390,00 |
| 073 | Comprimido | Cloridrato de ranitidina 150 mg | 30.000 | Medquímica | 0,076 | 2.280,00 |
| 075 | Comprimido | Cloridrato de tramadol 50 mg | 5.000 | Hipolabor | 0,13 | 650,00 |
| 105 | Comprimido | Furosemida 40 mg | 50.000 | Geolab | 0,032 | 1.600,00 |
| 110 | Comprimido | Haloperidol 5 mg | 25.000 | União Química | 0,066 | 1.650,00 |
| 125 | Comprimido | Loratadina 10 mg | 10.000 | Geolab | 0,048 | 480,00 |
| 130 | Comprimido | Maleato de enalapril 10 mg | 100.000 | Sanval | 0,0439 | 4.390,00 |
| 134 | Comprimido | Metildopa 250 mg | 20.000 | Sanval | 0,112 | 2.240,00 |
| 146 | Cápsula | Nitrofurantoína 100 mg | 5.000 | Teuto | 0,11 | 550,00 |
| 148 | Comprimido | Norfloxacino 400 mg | 10.000 | Medquímica | 0,139 | 1.390,00 |
| 151 | Comprimido | Oxalato de escitalopram 10 mg | 10.000 | SEM/GERM/SIGMA | 0,40 | 4.000,00 |
| 152 | Comprimido | Oxcarbazepina 600 mg | 20.000 | União Química | 0,71 | 14.200,00 |
| 153 | Comprimido | Paracetamol 500 mg | 200.000 | Hipolabor | 0,038 | 7.600,00 |
| 154 | Frasco | Paracetamol solução oral 200 mg 15 ml | 2.000 | Hipolabor | 0,45 | 900,00 |
| 160 | Comprimido | Prednisona 20 mg | 20.000 | Sanval | 0,108 | 2.106,00 |
| 169 | Frasco/Bolsa | Soro fisiológico 500 ml | 500 | Segmenta/Eurofarma | 2,48 | 1.240,00 |
| 172 | Frasco/Bolsa | Soro glicosado 500 ml | 500 | Fresenius Kabi | 2,35 | 1.175,00 |
| 176 | Comprimido | Sulfametoxazol + trimetropina 400 mg + 80 mg | 20.000 | Prati Donaduzzi | 0,065 | 1.300,00 |
| 180 | Frasco | Sulfato ferroso solução oral 25mg/ml 20 ml | 2.000 | Hipolabor | 0,56 | 1.120,00 |
| 182 | Comprimido | Valproato de sódio 500 mg | 20.000 | Biolab Sanus | 0,65 | 13.000,00 |
| | | | | | | |
| TOTAL R\$ | | 163.650,00 | | | | |

Mauro Marciano Comércio de Medicamentos Ltda

| Item | Unidade | Descrição | Quant | Marca | Valor unitário R\$ | Valor total R\$ |
|------|------------|--|---------|-------------|--------------------|-----------------|
| 010 | Comprimido | Albendazol 400 mg | 5.000 | Prati | 0,39 | 1.950,00 |
| 011 | Frasco | Albendazol suspensão 40 mg/ml 10 ml | 3.000 | Prati | 0,90 | 2.700,00 |
| 017 | Comprimido | Amoxicilina 500 mg | 50.000 | Aurobindo | 0,097 | 4.850,00 |
| 020 | Comprimido | Antietanol 250 mg | 10.000 | Sanofi | 0,32 | 3.200,00 |
| 026 | Ampola | Benzilpenicilina benzatina pó para suspensão injetável 1.200.000UI | 1.000 | Nova farma | 5,25 | 5.250,00 |
| 028 | Comprimido | Besilato de anlodipino 5 mg | 50.000 | Vitapan | 0,021 | 1.050,00 |
| 030 | Ampola | Brometo N-butilscopolamina solução injetável | 1.000 | Teuto | 1,12 | 1.120,00 |
| 034 | Comprimido | Carbamazepina 200 mg | 100.000 | Hypermarcas | 0,0798 | 7.980,00 |
| 040 | Comprimido | Carvedilol 6,25 mg | 50.000 | Baldacci | 0,059 | 2.950,00 |
| 043 | Ampola | Ceftriaxona pó para suspensão injetável 1g | 500 | Aurobindo | 5,60 | 2.800,00 |
| 045 | Ampola | Celestone soluspan injetável 3mg 1ml | 200 | Mantecorp | 0,744 | 148,80 |
| 046 | Frasco | Cetoconazol xampu 2% 100 ml | 3.000 | Nativista | 3,40 | 10.200,00 |
| 050 | Comprimido | Clobazam 20 mg | 5.000 | Sanofi | 0,835 | 4.175,00 |
| 064 | Comprimido | Cloridrato de metformina 500 mg | 30.000 | Teuto | 0,054 | 1.620,00 |
| 069 | Cápsula | Cloridrato de nortriptilina 50 mg | 5.000 | Ranbaxy | 0,40 | 2.000,00 |
| 070 | Comprimido | Cloridrato de paroxetina 20 mg | 40.000 | Aurobindo | 0,155 | 6.200,00 |
| 071 | Ampola | Cloridrato de prometazina solução injetável 25 mg 2 ml | 2.000 | Osorio | 0,013 | 26,00 |

| | | | | | | |
|-----------|------------|---|---------|------------|-------|----------|
| 076 | Comprimido | Cloridrato de verapamil 80 mg | 20.000 | Prati | 0,048 | 960,00 |
| 079 | Tubo | Dexametasona creme 0,1% 10 gr | 3.000 | Multilab | 0,67 | 2.010,00 |
| 086 | Ampola | Dipirona sódica + brometo de n-butilescopolamina solução injetável 5 ml | 2.000 | Hyperfarma | 1,66 | 3.320,00 |
| 087 | Comprimido | Dipirona sódica 500 mg | 100.000 | Sobral | 0,065 | 6.500,00 |
| 090 | Ampola | Enantato de norestisterona 50 mg + valerato de estradiol 5 mg | 500 | Cifarma | 5,10 | 2.550,00 |
| 096 | Cartela | Etinilestradiol + levonogestrel 0,03 mg + 0,15 mg com 21 drágeas | 4.800 | Cifarma | 0,50 | 2.400,00 |
| 097 | Comprimido | Fenitoína sódica 100 mg | 10.000 | Teuto | 0,063 | 630,00 |
| 106 | Ampola | Furosemida solução injetável 10 mg 2 ml | 100 | Santisa | 0,69 | 69,00 |
| 116 | Comprimido | Isossorbida 5 mg | 2.000 | Baldacci | 0,226 | 452,00 |
| 121 | Comprimido | Levofloxacino 500 mg | 5.000 | Zydus | 0,79 | 3.950,00 |
| 123 | Comprimido | Levotiroxina sódica 25 mg | 50.000 | Merck | 0,103 | 5.150,00 |
| 124 | Comprimido | Levotiroxina sódica 50 mg | 50.000 | Merck | 0,11 | 5.500,00 |
| 126 | Frasco | Loratadina xarope 1mg/ml 100 ml | 5.000 | Mariol | 1,60 | 8.000,00 |
| 136 | Comprimido | Metronidazol 400 mg | 20.000 | Teuto | 0,36 | 7.200,00 |
| 137 | Bisnaga | Metronidazol gel vaginal 10% 50 mg 40 gr | 1.000 | Teuto | 2,30 | 2.300,00 |
| 138 | Comprimido | Naproxeno 500 mg | 10.000 | Teuto | 0,32 | 3.200,00 |
| 157 | Frasco | Permetrina loção 5% - 60 ml | 3.000 | Nativita | 2,00 | 6.000,00 |
| 162 | Frasco | Protetor solar fator 30 frasco 120 ml | 30 | Moph | 6,70 | 201,00 |
| 175 | Bisnaga | Sulfadiazina de prata pasta 1% 50 gr | 2.000 | Nativita | 3,00 | 6.000,00 |
| 178 | Frasco | Sulfato de gentamicina colírio 5 mg 5 ml | 500 | Allergan | 6,78 | 3.390,00 |
| | | | | | | |
| TOTAL R\$ | | 128.001,80 | | | | |

Promefarma Representações Comerciais Ltda

| Item | Unidade | Descrição | Quant | Marca | Valor unitário R\$ | Valor total R\$ |
|-----------|------------|---|---------|--------------------|--------------------|-----------------|
| 002 | Frasco | Acetato de retinol + colecalciferol solução oral 50.000 UI/ml + 10.0000 UI/ml 10 ml | 2.000 | Nycomed | 11,60 | 23.200,00 |
| 003 | Tubo | Acetonido de triancinolona em orabase 1 mg 10 gr | 200 | Prati | 2,97 | 594,00 |
| 004 | Comprimido | Aciclovir 200 mg | 10.000 | Prati | 0,109 | 1.090,00 |
| 016 | Frasco | Amoxicilina + clavulanato de potássio suspensão oral 50/12,5 mg 75 ml | 5.000 | Sandoz | 4,48 | 22.400,00 |
| 023 | Comprimido | Azitromicina 500 mg | 6.000 | Prati | 0,369 | 2.214,00 |
| 025 | Frasco | Beclometasona spray 250mcg | 300 | Chiesi | 56,89 | 17.067,00 |
| 067 | Ampola | Cloridrato de metoclopramida solução injetável 5 mg 2 ml | 3.000 | Isofarma | 0,24 | 720,00 |
| 068 | Frasco | Cloridrato de metoclopramida solução oral 4 mg 10 ml | 2.000 | Mariol | 0,459 | 918,00 |
| 083 | Tubo | Diclofenaco emulgel 60 gr | 100 | Prati | 2,599 | 259,90 |
| 085 | Comprimido | Digoxina 0,25 mg | 15.000 | Pharlab | 0,0349 | 523,50 |
| 088 | Frasco | Dipirona sódica gotas 500 mg - 10 ml | 2.000 | Natulab | 0,45 | 900,00 |
| 089 | Ampola | Dipirona solução injetável 500 mg 2 ml | 5.000 | Teuto | 0,48 | 2.400,00 |
| 091 | Comprimido | Espironolactona 25 mg | 20.000 | Aspen | 0,088 | 1.760,00 |
| 093 | Cartela | Estrogênios conjugados 0,3 mg com 28 drágeas | 80 | Wyeth | 17,59 | 1.407,20 |
| 094 | Bisnaga | Estrogênios conjugados creme vaginal 0,625 mg/ml | 100 | Wyeth | 29,50 | 2.950,00 |
| 109 | Frasco | Guaco (mikania glomerata spreng) solução oral 100 ml | 3.000 | Natalab | 1,67 | 5.010,00 |
| 112 | Frasco | Hidróxido de alumínio 150 ml | 1.000 | Mariol | 1,69 | 1.690,00 |
| 114 | Frasco | Ibuprofeno gotas 50mg/ml 30 ml | 10.000 | Natulab | 0,74 | 7.400,00 |
| 120 | Comprimido | Levodopa + carbidopa 250/25 mg | 5.000 | Hypermarcas-brainf | 0,17 | 850,00 |
| 128 | Frasco | Maleato de dexclorfeniramina 0,4 mg xarope 120 ml | 6.000 | Natulab | 0,83 | 4.980,00 |
| 131 | Frasco | Maleato de timolol colírio 0,25% 5 ml | 500 | Biosintética | 3,09 | 1.545,00 |
| 132 | Frasco | Mebendazol suspensão oral 20 mg 30 ml | 3.000 | Natulab | 0,649 | 1.947,00 |
| 135 | Comprimido | Metronidazol 250 mg | 20.000 | Prati | 0,069 | 1.380,00 |
| 141 | Frasco | Nistatina suspensão oral 100.000 UI/ml 50 ml | 1.000 | Natulab | 1,54 | 1.540,00 |
| 143 | Bisnaga | Nitrato de miconazol creme vaginal 2% 60 gr | 2.000 | Prati | 4,42 | 8.840,00 |
| 149 | Comprimido | Omeprazol 20 mg | 500.000 | Pharlab | 0,044 | 22.000,00 |
| 158 | Frasco | Povidine degermante 1 lt | 100 | Mariol | 17,20 | 1.720,00 |
| 159 | Frasco | Povidine tópic 1 lt | 100 | Mariol | 16,30 | 1.630,00 |
| 166 | Comprimido | Sinvastatina 20 mg | 50.000 | Sandoz | 0,0575 | 2.875,00 |
| 174 | Ampola | Succinato de hidrocortisone injetável 500 mg 4 ml | 1.000 | Teuto | 6,29 | 6.290,00 |
| 179 | Comprimido | Sulfato ferroso 40 mg Fe++ | 50.000 | Natulab | 0,031 | 1.550,00 |
| 181 | Cartela | Triquilar com 21 drágeas | 1.000 | Bayer | 5,42 | 5.420,00 |
| | | | | | | |
| TOTAL R\$ | | 155.070,60 | | | | |

Prosaude Distribuidora de Medicamentos Ltda

| Item | Unidade | Descrição | Quant | Marca | Valor unitário R\$ | Valor total R\$ |
|-----------|--------------|--|---------|-------------|--------------------|-----------------|
| 009 | Ampola | Água destilada 5 ml | 1.000 | Isofarma | 0,168 | 168,00 |
| 049 | Comprimido | Claritromicina 500 mg | 20.000 | Pharlab | 0,76 | 15.200,00 |
| 053 | Comprimido | Cloridrato de amiodarona 200 mg | 15.000 | Geolab | 0,255 | 3.825,00 |
| 060 | Tubo | Cloridrato de lidocaina gel 2% 30 gr | 200 | Pharlab | 1,407 | 281,40 |
| 080 | Frasco | Dexametasona elixir 0,1 mg 100 ml | 5.000 | Sobral | 1,11 | 5.550,00 |
| 113 | Comprimido | Ibuprofeno 600 mg | 150.000 | Teuto | 0,0795 | 11.925,00 |
| 117 | Comprimido | Ivermectina 6 mg | 1.000 | Vitapan | 0,2678 | 267,80 |
| 129 | Comprimido | Maleato de dexclorfeniramina 2 mg | 10.000 | Geolab | 0,0576 | 576,00 |
| 139 | Comprimido | Nimesulida 100 mg | 60.000 | Vitapan | 0,0396 | 2.376,00 |
| 140 | Frasco | Nimesulida solução 50 mg 15ml | 3.000 | Vitapan | 0,704 | 2.112,00 |
| 161 | Comprimido | Prednisona 5 mg | 20.000 | Vitapan | 0,05 | 1.000,00 |
| 167 | Frasco | Soro fisiológico 100 ml | 5.000 | Halex Istar | 1,7664 | 8.832,00 |
| 168 | Frasco/Bolsa | Soro fisiológico 250 ml | 1.000 | Halex Istar | 2,001 | 2.001,00 |
| 170 | Frasco/Bolsa | Soro glicofisiológico 500 ml | 500 | Fresenius | 2,64 | 1.320,00 |
| 171 | Frasco/Bolsa | Soro glicosado 250 ml | 500 | Halex Istar | 2,139 | 1.069,50 |
| 183 | Frasco | Valproato de sódio solução oral 50 mg 100 ml | 2.000 | Teuto | 1,98 | 3.960,00 |
| 184 | Comprimido | Varfarina sódica 5 mg | 5.000 | Teuto | 0,088 | 440,00 |
| | | | | | | |
| TOTAL R\$ | | 60.903,70 | | | | |

Irineópolis, 29 de junho de 2015.

Juliano Pozzi Pereira

Prefeito Municipal

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO Nº 07/2015 FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRINEÓPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATORIO Nº. 07/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 04/2015

Expirado o prazo recursal, torna público a HOMOLOGAÇÃO do processo licitatório em epígrafe e a adjudicação das empresas: Cirúrgica São Felipe Produtos para Saúde Ltda EPP; Fenix Informática e Telefonia Ltda ME; M.HM. do Couto – Comercial – ME; Luis Kaminski ME; Qualymedic Comércio e Assistência Técnica Ltda EPP; VW Comércio Atacadista Ltda ME.

Irineópolis, 22 de junho de 2015.

Juliano Pozzi Pereira

Prefeito Municipal

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO Nº 32/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATORIO Nº. 32/2015

INEXIGIBILIDADE Nº. 03/2015

Expirado o prazo recursal, torna público a HOMOLOGAÇÃO do processo licitatório em epígrafe e a adjudicação do proponente: Rodolfo da Rosa Schontag.

Irineópolis, 23 de junho de 2015.

Juliano Pozzi Pereira

Prefeito Municipal

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO Nº 33/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATORIO Nº. 33/2015

INEXIGIBILIDADE Nº. 04/2015

Expirado o prazo recursal, torna público a HOMOLOGAÇÃO do processo licitatório em epígrafe e a adjudicação da empresa: MJ Cubas Transportes e Serviços Ltda ME.

Irineópolis, 25 de junho de 2015.

Juliano Pozzi Pereira

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 16/2015 FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRINEÓPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO Nº 16/2015

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis.

Contratada: Cirúrgica São Felipe Produtos para Saúde Ltda EPP.

Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES PARA A UNIDADE SANITÁRIA CENTRAL, POSTO DE SAÚDE DA LOCALIDADE DE RIO BRANCO E ESF DA LOCALIDADE DE SÃO PASCOAL NO MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS, INDICAÇÃO DE OBJETO DA EMENDA PARLAMENTAR Nº 23840001, FUNCIONAL PROGRAMÁTICA Nº 10.301.2015.8581 (ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE SERVIÇOS DE ATENÇÃO BÁSICA DE SAÚDE – NO ESTADO DE SANTA CATARINA) GND 4, E DA PROPOSTA DE AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS/MATERIAL PERMANENTE Nº 06089.125000/1140-01.

Vigência: 22.06.2015 a 21.06.2016

Valor total de R\$ 11.194,00 (onze mil cento e noventa e quatro reais).

Base Legal – Processo Licitatório nº 07/2015 – Pregão Presencial nº. 04/2015

Lei 10.520/02 e 8.666/93 consolidada

Juliano Pozzi Pereira

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 17/2015 FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRINEÓPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO Nº 17/2015

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis.

Contratada: Fenix Informática e Telefonia Ltda ME.

Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES PARA A UNIDADE SANITÁRIA CENTRAL, POSTO DE SAÚDE DA LOCALIDADE DE RIO BRANCO E ESF DA LOCALIDADE DE SÃO

PASCOAL NO MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS, INDICAÇÃO DE OBJETO DA EMENDA PARLAMENTAR Nº 23840001, FUNCIONAL PROGRAMÁTICA Nº 10.301.2015.8581 (ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE SERVIÇOS DE ATENÇÃO BÁSICA DE SAÚDE – NO ESTADO DE SANTA CATARINA) GND 4, E DA PROPOSTA DE AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS/MATERIAL PERMANENTE Nº 06089.125000/1140-01. Vigência: 22.06.2015 a 21.06.2016

Valor total de R\$ 8.347,00 (oito mil trezentos e quarenta e sete reais).

Base Legal – Processo Licitatório nº 07/2015 – Pregão Presencial nº. 04/2015

Lei 10.520/02 e 8.666/93 consolidada

Juliano Pozzi Pereira
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 18/2015 FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IRINEOPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO Nº 18/2015

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis.

Contratada: Luis Kaminski ME

Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES PARA A UNIDADE SANITÁRIA CENTRAL, POSTO DE SAÚDE DA LOCALIDADE DE RIO BRANCO E ESF DA LOCALIDADE DE SÃO PASCOAL NO MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS, INDICAÇÃO DE OBJETO DA EMENDA PARLAMENTAR Nº 23840001, FUNCIONAL PROGRAMÁTICA Nº 10.301.2015.8581 (ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE SERVIÇOS DE ATENÇÃO BÁSICA DE SAÚDE – NO ESTADO DE SANTA CATARINA) GND 4, E DA PROPOSTA DE AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS/MATERIAL PERMANENTE Nº 06089.125000/1140-01. Vigência: 22.06.2015 a 21.06.2016

Valor total de R\$ 2.890,00 (dois mil oitocentos e noventa reais).

Base Legal – Processo Licitatório nº 07/2015 – Pregão Presencial nº. 04/2015

Lei 10.520/02 e 8.666/93 consolidada

Juliano Pozzi Pereira
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 19/2015 FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IRINEOPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO Nº 19/2015

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis.

Contratada: M.HM. do Couto – Comercial - ME

Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES PARA A UNIDADE SANITÁRIA CENTRAL, POSTO DE SAÚDE DA LOCALIDADE DE RIO BRANCO E ESF DA LOCALIDADE DE SÃO PASCOAL NO MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS, INDICAÇÃO DE OBJETO DA EMENDA PARLAMENTAR Nº 23840001, FUNCIONAL PROGRAMÁTICA Nº 10.301.2015.8581 (ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE SERVIÇOS DE ATENÇÃO BÁSICA DE SAÚDE – NO ESTADO DE SANTA CATARINA) GND 4, E DA PROPOSTA DE AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS/MATERIAL PERMANENTE Nº 06089.125000/1140-01. Vigência: 22.06.2015 a 21.06.2016

Valor total de R\$ 4.625,00 (quatro mil seiscentos e vinte e cinco reais).

Base Legal – Processo Licitatório nº 07/2015 – Pregão Presencial nº. 04/2015

Lei 10.520/02 e 8.666/93 consolidada

Juliano Pozzi Pereira
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 20/2015 FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IRINEOPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO Nº 20/2015

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis.

Contratada: Qualymedic Comércio e Assistência Técnica Ltda EPP

Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES PARA A UNIDADE SANITÁRIA CENTRAL, POSTO DE SAÚDE DA LOCALIDADE DE RIO BRANCO E ESF DA LOCALIDADE DE SÃO PASCOAL NO MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS, INDICAÇÃO DE OBJETO DA EMENDA PARLAMENTAR Nº 23840001, FUNCIONAL PROGRAMÁTICA Nº 10.301.2015.8581 (ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE SERVIÇOS DE ATENÇÃO BÁSICA DE SAÚDE – NO ESTADO DE SANTA CATARINA) GND 4, E DA PROPOSTA DE AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS/MATERIAL PERMANENTE Nº 06089.125000/1140-01. Vigência: 22.06.2015 a 21.06.2016

Valor total de R\$ 9.600,00 (nove mil e seiscentos reais).

Base Legal – Processo Licitatório nº 07/2015 – Pregão Presencial nº. 04/2015

Lei 10.520/02 e 8.666/93 consolidada

Juliano Pozzi Pereira
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 21/2015 FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IRINEOPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO Nº 21/2015

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis.

Contratada: VW Comércio Atacadista Ltda ME

Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES PARA A UNIDADE SANITÁRIA CENTRAL, POSTO DE SAÚDE DA LOCALIDADE DE RIO BRANCO E ESF DA LOCALIDADE DE SÃO PASCOAL NO MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS, INDICAÇÃO DE OBJETO DA EMENDA PARLAMENTAR Nº 23840001, FUNCIONAL PROGRAMÁTICA Nº 10.301.2015.8581 (ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE SERVIÇOS DE ATENÇÃO BÁSICA DE SAÚDE – NO ESTADO DE SANTA CATARINA) GND 4, E DA PROPOSTA DE AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS/MATERIAL PERMANENTE Nº 06089.125000/1140-01. Vigência: 22.06.2015 a 21.06.2016

Valor total de R\$ 5.730,00 (cinco mil setecentos e trinta reais).

Base Legal – Processo Licitatório nº 07/2015 – Pregão Presencial nº. 04/2015

Lei 10.520/02 e 8.666/93 consolidada

Juliano Pozzi Pereira
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 58/2015

CONTRATO Nº 58/2015

1º Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de serviços nº 47/2014 para construção de edificação da Escola Isolada de Vila Nova do Timbó, que entre si celebram a Prefeitura Municipal de Irineópolis e a empresa Rocha Empreendimentos Ltda.

O Município de Irineópolis, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, situada na Rua Paraná, nº 200, Centro, município de Irineópolis, Santa Catarina, neste ato, representada pelo Senhor Juliano Pozzi Pereira, casado, no exercício do Cargo de Prefeito, residente e domiciliado à rua Caetano Valões n.º 22, no centro do Município de Irineópolis - SC, inscrito no CPF sob o n.º 455.173.049-15 e portador da cédula de identidade n.º 827.405-SC, de ora em diante denominado de Contratante e de outro lado a empresa Rocha Empreendimentos Ltda., Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 05.279.711/0001-60, com sede a rua Rodovia BR 280 nº 4517, bairro Boa Vista, na cidade de Canoinhas, Estado

de Santa Catarina, neste ato representada pelo Sr. Aristeu Tibes da Rocha, sob CPF nº 893.936.949-15 e RG nº 2.312.961 SESP/SC, de ora em diante denominada de Contratada, acordam e ajustam firmar o presente contrato nos termos da lei n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993, e legislação pertinente, assim como pelas condições do Procedimento de Licitação nº 34/2014, modalidade Tomada de Preços para Obras e Serviços n.º 03/2014, pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes, tem justo e aditado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Facultado pelo artigo 57, inciso II da Lei nº. 8.666/93, consolidada e Clausula Décima do Contrato nº. 83/2014, e deferido em 05 de junho de 2015, pelo Senhor Juliano Pozzi Pereira – Prefeito Municipal, fica de comum acordo prorrogado o prazo de sua vigência até 05/08/2015.

CLAUSULA SEGUNDA

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do mencionado instrumento.

E, para que este Contrato passe a produzir seus jurídicos e legais efeitos, leva a chancela das partes, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas que também o firmam.

Irineópolis (SC), 08 de junho de 2015.

| | |
|--|--|
| Município de Irineópolis Juliano Pozzi Pereira Contratante | Rocha Empreendimentos Ltda Aristeu Tibes da Rocha Contratado |
|--|--|

| | |
|--|--|
| Testemunhas: | |
| Nome: Gilsen Merschner Neppel CPF: 302.634.259-91 | Nome: Tatiana Andrea Rucinski CPF: 004.036.709-69 |

EXTRATO DO CONTRATO Nº 59/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO Nº 59/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Irineópolis.

Contratado: Rodolfo da Rosa Schontag.

Objeto: Realização de Leilões Públicos dos bens inservíveis, de propriedade da Municipalidade.

Vigência: 23/06/2015 a 22/06/2016.

Base Legal – Processo Licitatório nº 32/2015 – Inexigibilidade nº. 03/2015

Lei 10.520/02 e 8.666/93 consolidada

Juliano Pozzi Pereira

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 61/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO Nº 61/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Irineópolis.

Contratado: MJ Cubas Transportes e Serviços Ltda ME.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DO TIPO HORA/MÁQUINA, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DE PROGRAMAS MUNICIPAIS DENTRE OS QUAIS O PROGRAMA PORTEIRA ADENTRO, MANUTENÇÃO E RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS MUNICIPAIS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DESCRITAS NO DECRETO Nº 2.762, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2015.

Vigência: 25/06/2015 a 24/06/2016.

Base Legal – Processo Licitatório nº 33/2015 – Inexigibilidade nº. 04/2015

Lei 10.520/02 e 8.666/93 consolidada

Juliano Pozzi Pereira

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 62/2015

CONTRATO Nº 62/2015

4º Termo aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços no Transporte Escolar nº 001/2013, que entre si celebram a Prefeitura Municipal de Irineópolis e a empresa Michael Kobilanski Neves ME – Costa Sul Transporte Coletivo.

A Prefeitura Municipal de Irineópolis, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, situada na Rua Paraná, nº 200, Centro, município de Irineópolis, Santa Catarina, neste ato, representada pelo Senhor Juliano Pozzi Pereira, brasileiro, casado, no exercício do Cargo de Prefeito, residente e domiciliado a rua Caetano Valões nº 22, no centro do Município de Irineópolis - SC, inscrito no CPF sob o nº 455.173.049-15 e portador da cédula de identidade nº 827.405-SC, a seguir denominada Contratante, e a empresa Michael Kobilanski Neves ME – Costa Sul Transporte Coletivo, Pessoa Jurídica de Direito Privado, sita na rua Joaquim Linhares de Lacerda nº 1748, bairro Alto da Cruz, cidade de Lapa, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.049.948/0001-80, neste ato representada pelo senhor Michael Kobilanski Neves, portador do CPF nº 044.378.739-55 e RG nº 8.105.489-4 SSPPR, a seguir denominada Contratada, acórdão e ajustam firmar o presente contrato nos termos da lei n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993, e legislação pertinente, assim como pelas condições do Procedimento de Licitação nº. 73/2012, modalidade Pregão Presencial nº. 41/2012, pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes, tem justo e aditado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Os valores definidos na Cláusula Primeira do Contrato de Prestação de Serviços n.º 01/2013 - Processo de Licitação n.º 73/2012, Pregão Presencial n.º 41/2012, Clausula Primeira do Primeiro Termo Aditivo – Contrato nº 01/2015, conforme faculta a alínea “d”, do inciso II, do artigo 65, da Lei n.º 8.666/93, consolidada, e de acordo com Pareceres Contábil e Jurídico, passam a ser a partir da data da assinatura deste, o valor por km rodado de R\$ 4,40 (quatro reais e quarenta centavos).

Parágrafo Primeiro – O Transporte de Alunos do Ensino Fundamental, perfaz 1.417,14 km diários, sendo já percorridos 104.868,36 km, restando a serem percorridos 178.559,64km, sendo o valor reajustado de R\$ 113.371,20 (cento e treze mil, trezentos e setenta e um reais e vinte centavos): (283.428 km x R\$ 4,00 – valor anterior = 1.133.712,00 e 283.428 km x R\$ 4,40 – valor atual = R\$ 1.247.083,20 = valor reajustado de R\$ 113.371,20).

Assim sendo, o valor total do presente Termo Aditivo é de R\$ 113.371,20 (cento e treze mil, trezentos e setenta e um reais e vinte centavos).

CLÁUSULA SEGUNDA - Permanecem inalteradas as demais cláusulas do mencionado instrumento.

CLAUSULA TERCEIRA - Permanecem inalteradas as demais cláusulas do mencionado instrumento. E, para que este Contrato passe a produzir seus jurídicos e legais efeitos, leva a chancela das partes, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas que também o firmam.

Irineópolis (SC), 25 de junho de 2015.

| | |
|---|---|
| Juliano Pozzi Pereira Município de Irineópolis | Michael Kobilanski Neves ME – Costa Sul Transporte Coletivo Michael Kobilanski Neves |
| Prefeito Municipal | |
| Contratante | Contratada |

| | |
|---|--|
| Testemunhas: | |
| Nome: Sezinanda Aparecida dos Santos CPF: 045.567.259-84 | Nome: Gilsen Merschner Neppel CPF: 582.112.689-49 |

Itaiópolis

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO - CONVITE Nº 1/2015

Processo Licitatório nº 32/2015 – Convite nº 1/2015. Objeto: serviços de instalação do Sistema de Segurança Patrimonial, com fornecimento de materiais e equipamentos, para os Centros de Educação Infantil Vila Nova, Bom Jesus, Lucena, Tia Erci e Crescer. CONTRATO nº 93/2015. CONTRATADA: Frank Instalações e Eletrônicos Ltda. ME. VALOR TOTAL: R\$ 40.584,00. PRAZO: 30 dias.

Itaiópolis, 24/06/2015.

José Heraldo Schritke

Prefeito Municipal.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO – Nº 2 - DL Nº 2/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 28/2015 – DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 2/2015 – OBJETO: fica prorrogado até o dia 16/07/2015, o prazo para a prestação dos serviços de Transporte Escolar. Contrato nº 63/2015, Contratada: Pinottitur Transportes Ltda. ME. Valor: R\$ 4.271,36.

Itaiópolis, 19/06/2015.

José Heraldo Schritke

Prefeito Municipal

EXTRATO DE TERMO ADITIVO – Nº 2 - DL Nº 2/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 28/2015 – DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 2/2015 – OBJETO: fica prorrogado até o dia 30/06/2015, o prazo para a prestação dos serviços de Transporte Escolar. Contrato nº 58/2015, Contratada: Bitur Transportadora Turística Ltda. Valor: R\$ 2.553,77.

Itaiópolis, 22/06/2015

José Heraldo Schritke

Prefeito Municipal

Itapiranga

PREFEITURA

EXTRATO DO CONTRATO Nº 110/2015/RH

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

EXTRATO DE CONTRATO – RECURSOS HUMANOS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 110/2015/RH

PARTES: Município de Itapiranga e ANDREIA NEISS.

ORIGEM: Processo Seletivo nº 02/2014.

OBJETO: Contratação de Prestação de serviço por tempo determinado, em 40 horas semanais, como Professor de Ensino Fundamental e Educação Infantil.

Nível salarial: Piso Nacional do Magistério

Classe - Referencia:

VIGÊNCIA: 18/06/2015 a 17/07/2015

Itapiranga – SC, 18 de junho de 2015.

Milton Simon

Prefeito Municipal

PREGAO PRESENCIAL 123/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

PREGÃO PRESENCIAL PARA

REGISTRO DE PREÇOS

Nº 123/2015

O Município de Itapiranga – SC., torna público que encontra-se aberto o Pregão Presencial para Registro de Preços nº 123/2015, cujo objeto é a aquisição de tecidos e materiais diversos e mão de obra para confecção dos trajes para apresentações culturais nas Escolas Municipais Funei e Bela Vista, da Secretaria da Educação, desta municipalidade. Entrega da documentação e proposta até às 09:00 horas do dia 14 de julho de 2015. Informações e cópia do edital, podem ser obtidos no Setor de Compras, pelo fone (49) 3678-7714 ou no site: www.itapiranga.sc.gov.br/

Itapiranga - SC. 29 de junho de 2015.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Itapoá

PREFEITURA

ATA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 35/2015, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 55/2015 - ANÁLISE DE PROPOSTAS, LANCES VERBAIS E HABILITAÇÃO

ATA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 35/2015, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 55/2015 - ANÁLISE DE PROPOSTAS, LANCES VERBAIS E HABILITAÇÃO

Ao vigésimo nono dia do mês de junho de 2015, a partir das 09:30 horas, na PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ, SALA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS, fizeram-se presentes o(a) Pregoeiro(a) Oficial do Município, o(a) Sr(a). FERNANDA CRISTINA ROSA e a respectiva Equipe de Apoio composta pelos membros ISABELA RAICK DUTRA POHL e JOSEANE MARIA SOARES DE LIMA, nomeados pelo(a) Decreto nº 2438/2015, juntamente com o apoio técnico do Diretor do Departamento de Informática o Sr. RAFAEL VIDA ALMEIDA, para conduzirem a SESSÃO PÚBLICA do Pregão Presencial nº 35/2015, que tem como objeto a AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, PARA USO DAS UNIDADES DE SAÚDE, VIGILÂNCIA EM SAÚDE E NASF (NÚCLEO DE APOIO À SAÚDE DA FAMÍLIA) CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO EDITAL E SEUS ANEXOS. No horário definido no Edital, o(a) Pregoeiro(a) iniciou a sessão informando aos representantes presentes os procedimentos a serem adotados durante a sessão pública do Pregão, e ressaltou que a ausência deles, quando da lavratura da ata, ao final da sessão pública, implicará na preclusão do direito a recurso e na submissão ao disposto na ata. Após recolher os envelopes de Proposta de Preços e de Habilitação, os quais foram rubricados por todos os presentes, iniciou-se a fase de credenciamento dos representantes:

| Participantes | |
|--------------------------------|------------------------|
| Empresa | Representante |
| DURALINE TECNOLOGIA LTDA - EPP | CESAR AUGUSTO DE PAULA |
| MONICA ELISANGELA REMENHUK | RAFAEL FERREIRA |
| M. H. PERELLES ME | JORGE PERELLES NETO |

Analisados os documentos foram achados conforme. Em seguida foram abertos os envelopes de Proposta de Preços das empresas licitantes para avaliação do atendimento das especificações exigidas no edital (Anexo V do Edital). Após analisadas todas as propostas foram achadas conforme, inclusive quanto às especificações técnicas dos produtos conforme avaliação do responsável técnico supracitado. Registra-se que, não obstante a conferência procedida pela Pregoeira e Equipe de Apoio, ficam as licitantes vencedoras responsáveis pela entrega de produtos que atendam todas as especificações exigidas, que apresentem boa qualidade, sob pena das sanções previstas no Edital. Na sequência iniciou-se a etapa de lances verbais, onde foi utilizado o disposto no Artigo 4º inciso VIII da Lei 10.520/2002, oferecendo aos classificados para o lance a oportunidade de redução dos preços ofertados nas propostas escritas conforme Termo de Lances e Vencedores anexo aos autos. Encerrados os lances verbais, foram abertos os envelopes de documentação das empresas ofertantes dos menores preços, para verificação do atendimento às condições de habilitação constantes em edital. Todas as empresas demonstraram atender as exigências editalícias, sendo habilitadas para este certame. Verificando vencedoras portanto, as empresas citadas abaixo:

| Empresas Ganadoras | Itens/Lotes | Valor Total |
|--------------------------------|-------------|---------------|
| DURALINE TECNOLOGIA LTDA - EPP | 1 e 2 | R\$ 48.900,00 |
| M. H. PERELLES ME | 3 e 4 | R\$ 3.564,00 |

Finalizada a etapa competitiva e habilitadas as empresas ofertantes

dos menores preços, a Pregoeira declarou as empresas supracitadas vencedoras deste Pregão. Os representantes credenciados não manifestaram interesse em interpor recurso, motivo pelo qual fica precluso o direito a recurso, nos termos do inciso vinte do Artigo 4º da Lei 10.520/2002. A Pregoeira informa que a(s) empresa(s) vencedora(s) deverá(o) cumprir os prazos de entrega conforme estabelecido no edital, sob pena de multas e outras sanções cabíveis conforme edital. Concluídos os procedimentos relativos ao Pregão em epígrafe, com base na atribuição descrita na Lei do Pregão, e considerando que: a) A(s) proposta(s) da(s) empresa(s) vencedora(s) satisfaz(em) à(s) exigência(s) do edital; b) A(s) empresa(s) vencedora(s) encontra(m)-se devidamente habilitada(s) quanto às documentações exigidas; c) Os preços ofertados estão dentro dos limites estabelecidos pela Prefeitura; d) Não houve manifestação expressa por parte dos representantes das licitantes de intenção de interpor recursos. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada esta Ata. Itapoá, 29 de junho de 2015.

| | |
|---|---|
| | FERNANDA CRISTINA ROSA Pregoeiro |
| ISABELA RAICK DUTRA POHL Membro | JOSEANE MARIA SOARES DE LIMA Membro |
| DURALINE TECNOLOGIA LTDA - EPP CESAR AUGUSTO DE PAULA M. H. PERELLES ME JORGE PERELLES NETO | MONICA ELISANGELA REMENHUK RAFAEL FERREIRA |
| Presente na sessão: Diretor Do Departamento De Informática RAFAEL VIDA ALMEIDA CNPJ: 035.434.709-81 RG: 4.789.424-5 | |

SECRETARIA DE SAÚDE: COMUNICADO EDITAL 035/2015 – AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE DA LOCALIDADE DA BARRA DO SAÍ

COMUNICADO EDITAL 035/2015 – AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE DA LOCALIDADE DA BARRA DO SAÍ

A Comissão de Seleção de Processo Seletivo Simplificado, no uso de suas atribuições legais COMUNICA:

- INSCRIÇÕES DEFERIDAS:

| Protocolo | CANDIDATO |
|-----------|-----------------------|
| 3982/2015 | Elisabete Maria Kania |

- INSCRIÇÕES INDEFERIDAS, conforme itens 3.3 e 3.4 do referido Edital:

| Protocolo | CANDIDATO | MOTIVO |
|-----------|--------------------|---|
| 4032/2015 | Dayse Regina Gomes | Faltou Certificado de Conclusão do 1º Grau; Faltou comprovante de residência nominal ou declaração firmada em cartório, de que reside no local em período superior a 02 (dois) anos. (item 3.3 h). |

Itapoá, 29 de Junho de 2015.

Marciane Rech

Enfermeira Coordenadora ESF

Joseane Maria Soares de Lima
Agente Administrativo II

Susinei Ribeiro Schultz
Agente Administrativo II

SECRETARIA DE TURISMO, MEIO AMBIENTE E CULTURA: EDITAL Nº 031/2015

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA N.º 31/2015

Conrado Schneider Junior, Secretário Municipal de Turismo, Meio Ambiente e Cultura, no uso de suas atribuições legais e considerando os Termos da Lei Complementar Municipal Nº 016/2007, torna público pelo presente Edital às normas do procedimento que nortearão o Processo Seletivo Simplificado destinado a selecionar candidato para contratação temporária de Biólogo, Engenheiro Florestal e Engenheiro Civil num período determinado de um ano, prorrogável por igual período.

1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 O presente Processo Seletivo Simplificado destina-se a selecionar candidatos para serem contratados, em caráter temporário, para o preenchimento de:

01 (uma) vaga de Biólogo,
01 (uma) vaga de Engenheiro Florestal e,
01 (uma) vaga de Engenheiro Civil;

1.2 O cadastro de reserva técnica será utilizado se houver necessidade de nova contratação durante a vigência deste Edital, que será de 01 (um) ano a partir da data de publicação do resultado, sendo prorrogável por igual período ou até a homologação do Concurso Público para provimento desta vaga;

1.3 As exigências para o desempenho das atribuições são: a) ter aptidão física e mental, comprovada em avaliação realizada pelo médico do trabalho indicado pelo setor de Recursos Humanos; b) ter disponibilidade para trabalhar nos horários e locais informados pela Secretaria Municipal de Turismo, Meio Ambiente e Cultura;

1.4 Retribuição Mensal: Nível Superior: R\$ 2.338,73 (Dois mil, trezentos e trinta e oito reais e setenta e três centavos);

1.5 O contratado fará jus ao vale transporte para deslocar-se ao trabalho, desde que comprove a necessidade;

1.6 O contratado fará jus a auxílio alimentação, férias e 13º salários proporcionais;

1.7 A relação contratual decorrente deste Edital tem natureza administrativa, aplicando-se ao contrato quanto aos vencimentos, gratificações e adicionais, concessões de direito de petição, adiantamentos, proibições, responsabilidades e penalidades contidas nas Leis Municipais nº 155/2003 e 044/2014, vinculando-se o mesmo ao regime geral de previdência;

1.8 Os contratados, durante a prestação de serviço temporária, serão avaliados continuamente, observados os seguintes fatores: assiduidade, cumprimento com prazos e produtividade. Caso seu aproveitamento não seja satisfatório, o contrato poderá ser rescindido, com aviso antecipado de 30 dias conforme Lei Complementar Municipal nº 16/2007;

1.9 A jornada de trabalho será de 8 (oito) horas diárias perfazendo um total de 40 (quarenta) horas semanais;

1.10 As atribuições são regidas de acordo com a Lei 155/2003 e Leis Complementares 16/2007.

1.11 Requisitos para Provimento (Instrução):

- Biólogo: Curso de Nível Superior em Biologia (Bacharelado);
- Engenheiro Florestal: Curso de Nível Superior em Engenharia Florestal;

- Engenheiro Civil: Curso de Nível Superior em Engenharia Civil.

2. DOS REQUISITOS PARA CONTRATAÇÃO

2.1 Os candidatos deverão atender, cumulativamente, no ato da contratação, aos seguintes requisitos:

- a) Ter Ensino Superior de acordo com a área requisitada;
- b) Ter idade mínima de 18 (dezoito) anos completos no momento da contratação;
- c) Ser classificado no presente Edital de Processo Seletivo Simplificado;
- d) Estar quite com as obrigações eleitorais;
- e) Estar em pleno gozo de seus direitos políticos;
- f) Não estar incompatibilizado com o disposto no art. 6º da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, que proíbe a contratação de servidores da Administração direta ou indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como de empregados ou servidores de suas subsidiárias e controladas. São aplicadas também as restrições à contratação de aposentados previstas no artigo 37, § 10 da CRFB/88;
- g) Ter aptidão física e mental para o exercício das atribuições da função.

3. DAS INSCRIÇÕES:

3.1 As inscrições estarão abertas conforme especificado abaixo:

Data: 09 e 10 de julho de 2015.

Local: Setor de Protocolo para Departamento de Recursos Humanos, na Rua Mariana Michel Borges, nº 201, Itapema do Norte, em Itapoá.

Horário: das 08h30min às 13h30min.

4. DOCUMENTOS PARA INSCRIÇÃO:

4.1 Para realização da Inscrição serão necessárias cópias dos documentos abaixo especificados, entregues em envelope fechado, identificado, na ordem descrita abaixo:

4.2 OBRIGATORIOS:

1. Ficha de Inscrição devidamente preenchida;
2. Cédula de identidade;
3. Cadastro de Pessoa Física – CPF;
4. Comprovante de Escolaridade de Ensino Superior (de acordo com área de inscrição);
5. Comprovante de Registro em Conselho de Classe;

4.3 OPCIONAIS:

5. Certificado de Especialização em Licenciamento Ambiental;
6. Certificado dos cursos de capacitação em Licenciamento Ambiental, com carga horária mínima de 20 horas;
7. Comprovação de Experiência na área de Licenciamento Ambiental;
8. Certidão de nascimento de filhos (para desempate).

4.4 A falta de qualquer dos documentos citados no item 4.2 implicará no indeferimento da inscrição;

4.5 A Comissão designada para elaboração deste edital será também responsável pela análise e cômputo de horas de curso, tempo de serviço, especialização e demais documentos para contagem de pontos.

5. CLASSIFICAÇÃO:

5.1 A Classificação no Processo Seletivo Simplificado Edital nº 0xx/2015 da Secretaria Municipal de Turismo, Meio Ambiente e Cultura consistirá na soma da pontuação obtida conforme descrito no quadro no item 4.3, podendo o candidato atingir pontuação máxima de 20 (vinte) pontos.

5.2 Critérios para pontuação:

- Prova de Títulos 1: Especialização na área de Licenciamento (10 pontos);
- Prova de Títulos 2: Cursos de aperfeiçoamento na área de Licenciamento 01 (um) ponto para cada 20 horas (máximo de 05 pontos);
- Prova de Experiência Profissional 01 (um) ponto para cada ano (máximo de 05 pontos);

6. DAS PROVAS DE TÍTULOS E EXPERIÊNCIA:

6.1 A prova de Títulos 1: Compreende a apresentação de certificado de conclusão de Especialização na área de Licenciamento para os cargos a que se refere o Edital;

6.2 A prova de Títulos 2: Compreende a contagem da soma da carga horária em Cursos de aperfeiçoamento na área de Licenciamento para o cargo a que se refere o Edital.

6.3 A Prova de Experiência Profissional compreende a contagem do tempo de experiência profissional pública ou privada no cargo a que se refere o presente Edital.

6.3.1 A comprovação do tempo de experiência profissional pública nas esferas municipais, estaduais, federais ou distritais será avaliada mediante apresentação de certidão preenchida pela administração pública correspondente, em papel timbrado.

6.3.2 A comprovação de tempo de experiência profissional privada no cargo será avaliada mediante apresentação de fotocópia autenticada da Carteira de Trabalho (parte referente à identificação pessoal e do contrato de trabalho) ou Contrato de Trabalho Específico.

6.3.3 Entende-se por tempo de experiência profissional o tempo em que o candidato tenha exercido ou exerça atribuições que tenham relação direta com as atribuições do cargo pretendido independentemente da nomenclatura dada no serviço (emprego) exercido.

6.3.4 Caso o candidato apresente comprovação de tempo paralelo para contagem de tempo de experiência profissional pública e/ou privada no cargo, será considerado o tempo de experiência de apenas um documento.

6.3.5 Não serão considerados para fins de comprovação de tempo de experiência profissional os estágios obrigatórios e estágios não obrigatórios.

7. CRITÉRIOS DE DESEMPATE

7.1 Para os classificados:

- Maior número de dependentes;
- Maior idade.

8. DIVULGAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO

8.1 A listagem classificatória será afixada na Secretaria Municipal de Turismo, Meio Ambiente e Cultura e no site da Prefeitura Municipal de Itapoá, no dia 14 de julho de 2015, a partir das 09h00min.

8.2 Os candidatos serão listados segundo o nível de formação e a ordem decrescente da nota final que será o somatório da nota da Prova de Títulos e a Prova de Experiência Profissional.

9. DA RECONSIDERAÇÃO (Recursos)

9.1 A contar da publicação da classificação, o candidato terá 01 (um) dia útil para solicitar reconsideração, junto ao Setor de Protocolo para Secretaria Municipal de Turismo, Meio Ambiente e Cultura;

9.2 A reconsideração somente será analisada com base na documentação apresentada na data da inscrição, não sendo aceita a inclusão de nova documentação.

9.3 No dia 16 de julho de 2015, às 12h00min, será divulgada uma nova classificação com as reconsiderações, se houverem.

10. DAS VAGAS EM GERAL

10.1 A classificação dos candidatos no presente Edital de Processo Seletivo Simplificado não gera o direito a firmarem contrato, ficando a critério da Secretaria de Turismo, Meio Ambiente e Cultura de acordo com a necessidade do serviço, a convocação dos classificados para contratação.

10.2 Confirmada a necessidade, será feita a convocação dos candidatos, seguindo-se a classificação final do presente Edital, através de publicação no Site da Prefeitura Municipal de Itapoá e por meio de contato telefônico e/ou email.

10.3 No ato da admissão o candidato deverá apresentar original e cópia abaixo relacionados ao setor de RH:

| | |
|----|---|
| a) | Foto 3x4 (duas); |
| b) | Cédula de identidade (RG); |
| c) | Cadastro de Pessoa Física (CPF); |
| d) | Certidão de regularização do CPF; |
| e) | Título de eleitor; |
| f) | Certidão de quitação eleitoral (emitido no site do TRE); |
| g) | Comprovante de quitação com as obrigações militares; |
| h) | Carteira de Trabalho; |
| i) | Número do PIS / PASEP; |
| j) | Número de conta corrente na CAIXA ECONÔMICA – agência 3364 (Itapoá); |
| k) | Certidão de nascimento ou casamento; |
| l) | Comprovante de residência; |
| m) | Certidão de nascimento dos filhos; |
| n) | Carteira de vacinação dos filhos menores de 05 anos; |
| o) | Declaração de bens e/ou IRRF (imposto de renda); |
| p) | Declaração de dependentes; |
| q) | Declaração de não ter sofrido processo Disciplinar (fornecido pela Prefeitura); |
| r) | Declaração de dependentes para Imposto de renda (fornecido pela Prefeitura); |
| s) | Certidão negativa de antecedentes criminais, atualizado (original); |
| t) | Tipagem sanguínea; |
| u) | Laudo Médico; |
| v) | Comprovante de escolaridade (Diploma, certificado escolar, declaração de estudante ou histórico de ensino médio); |
| w) | Demais documentos solicitados pelo setor de RH. |

10.4 O candidato que for convocado para contratação e não comparecer no local e data, marcados ou não apresentar qualquer um dos documentos citados no subitem 10.3, será desclassificado para todos os fins, sendo convocado o candidato seguinte da lista de classificação final;

10.5 Após a convocação o candidato terá 05 (cinco) dias úteis para a apresentação de todos os documentos obrigatórios descritos no subitem 10.3;

11 – DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

11.1 – O pedido de inscrição do candidato importará no conhecimento do presente Edital e valerá como aceitação tácita das normas do processo seletivo.

11.2 – O candidato que, no ato da inscrição ou admissão, prestar declarações falsas ou inexatas, ou apresentar documentos adulterados ou falsos, terá sua inscrição cancelada e anulados todos os atos dela decorrentes.

11.3 – Não será admitida a inscrição condicional, por procuração ou correspondência;

11.4 – Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão da Secretaria de Turismo, Meio Ambiente e Cultura.

Itapoá, 29 de junho de 2015.

Conrado Schneider Junior

Secretaria de Turismo, Meio Ambiente e Cultura

FICHA DE INSCRIÇÃO PARA Edital 031/ACTs – 2015

Área de Inscrição: _____
Nome: _____
Data de Nascimento: _____ Sexo: () F () M
Formação Profissional: _____
Rua: _____
Bairro: _____
Cidade: _____ Telefone: _____
Celular: _____
Email: _____

| RELAÇÃO DE DOCUMENTOS APRESENTADOS: | Sim |
|-------------------------------------|--|
| 01 | Cédula de Identidade - RG; |
| 02 | Cadastro de Pessoa Física – CPF; |
| 03 | Comprovante de escolaridade; |
| 04 | Certificado de Conclusão de Especialização; |
| 05 | Certificados dos cursos de aperfeiçoamento; |
| 06 | Atestado de Tempo de Serviço no magistério na área de atuação; |
| 07 | Certidão de nascimento de filhos. |

_____/06/2015.
(Assinatura do candidato)

Joaçaba

CÂMARA MUNICIPAL

RESOLUÇÃO NR. 28/2015 - PROROGAÇÃO MÓVEIS

RESOLUÇÃO Nº 28 DE 29 DE JUNHO DE 2015.

“PRORROGA PRAZO DE COMISSÃO QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O Presidente da Câmara de Vereadores de Joaçaba(SC), no uso de atribuições legais, e de acordo com o Art. 138 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003,

RESOLVE ,

1º PRORROGAR o prazo em 30 (trinta) dias, conforme prevê o § 7º do art. 128 da Lei Complementar n.º 76/2003, para conclusão dos trabalhos do “Processo Administrativo” instaurado pela Resolução nr. 24 de 23 de abril de 2015, que apura indícios de descumprimento das obrigações contratuais por parte das empresas Ala Comércio Ltda – ME e Tuni e Santos Arquitetura S.S. Ltda ME.

2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Joaçaba(SC), em 29 de junho de 2015.

LUIZ VASTRES

Presidente

CÂMARA DE VEREADORES DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

IMPRES

PORTARIA 157/2015 - ACHYLES ADEMAR ISGANZELA

PORTARIA 157/2015 DE 29 DE JUNHO DE 2015.

A Diretora-Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Joaçaba – IMPRES, no uso de suas atribuições conferidas pelo art. 79, da Lei Complementar nº 099/2005, de 24 de junho de 2005, e suas alterações, e tendo em vista o que consta do Requerimento nº 170, de 18 de junho de 2015, resolve:

Art. 1º. Conceder aposentadoria por invalidez, com proventos integrais, a ACHYLES ADEMAR ISGANZELLA, inscrito no CPF sob o nº 422.440.489-34, portador do RG nº 11/R 1.514.375, inscrito no PASEP sob o nº 106.41661.18-2, ocupante do cargo de Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, do quadro efetivo da Prefeitura de Joaçaba, matrícula funcional nº 8.280, nos termos do art. 19 da Lei Complementar nº 99/2005 c/c art. 40, § 1º, I, da Constituição Federal c/c art. 1º da EC n. 70/2012.

Art. 2º. Autorizar o pagamento dos proventos de aposentadoria por invalidez, em caráter integral da remuneração do cargo efetivo.

Parágrafo único. Os proventos serão reajustados na mesma data e proporção, sempre que se modificar a remuneração dos servidores na atividade, na forma do art. 7º, da Emenda Constitucional 41/2003.

Art. 3º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01 de junho de 2015.

Joaçaba-SC, 29 de junho de 2015.

Elisabet Maria Zanela Sartori

Diretora Presidente

PORTARIA 158/2015 - JOSÉ ASSIS ASSUNÇÃO

PORTARIA 158 DE 29 DE JUNHO DE 2015.

A Diretora-Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Joaçaba – IMPRES, no uso de suas atribuições conferidas pelo art. 79, da Lei Complementar nº 099/2005, de 24 de junho de 2005, e suas alterações, e tendo em vista o que consta do Requerimento nº 169, de 18 de junho de 2015, resolve:

Art. 1º. Conceder aposentadoria por invalidez, com proventos integrais, a JOSÉ ASSIS ASSUNÇÃO, inscrito no CPF sob o nº 786.671.619-72, portador do RG nº 820.152, inscrito no PASEP sob o nº 106.81679.20-1, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Externos, lotado na Secretaria de Infraestrutura, do quadro efetivo da Prefeitura de Joaçaba, matrícula funcional nº 8.245, nos termos do art. 19 da Lei

Complementar nº 99/2005 c/c art. 40, § 1º, I, da Constituição Federal c/c art. 1º da EC n. 70/2012.

Art. 2º. Autorizar o pagamento dos proventos de aposentadoria por invalidez, em caráter integral da remuneração do cargo efetivo.

Parágrafo único. Os proventos serão reajustados na mesma data e proporção, sempre que se modificar a remuneração dos servidores na atividade, na forma do art. 7º, da Emenda Constitucional 41/2003.

Art. 3º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01 de junho de 2015.

Joaçaba-SC, 29 de junho de 2015.

Elisabet Maria Zanela Sartori

Diretora Presidente

SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JOAÇABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇO JHL 0006/2015 - SIMAE

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 0006/2015

Aos vinte e quatro dias do mês de junho do ano de dois mil e quinze, no Setor de Compras, localizado na Sede Administrativa do SIMAE, no Município de Joaçaba, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial – Registro de Preços nº 0005/2015, na Ata de Julgamento de Preços, homologada em 24/06/2015, RESOLVE registrar os preços das empresas, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por elas alcançadas, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para confecção de uniformes para os servidores das áreas administrativas e técnicas do SIMAE para o exercício de 2015, conforme Anexo I do Edital Pregão Presencial nº 0005/2015.

1.2 As empresas registradas para os materiais cotados são as seguintes:

| Item | Quantidade | Unid. | Especificação | Empresa Vencedora | Valor Unitário |
|------|------------|-------|--|-------------------------------------|----------------|
| 1 | 25 | PÇ | COLETE FEMININO, ABERTURA FRONTAL, SEM MANGAS, DECOTE EM "V"; BOTÕES FRONTAIS, CASEADOS NO SENTIDO VERTICAL, COM ESPAÇAMENTO ENTRE OS BOTÕES DE APROXIMADAMENTE 10 CM, BOTÃO 20MM DE DIÂMETRO; FRENTE COM PINCHAS E FIANCOS, COSTAS REPARTIDA SEM ABERTURA FINAL; TECIDO (TWO WAY - BI-ELASTIC), NA COR AZUL MARINHO; COSTURAS EM MÁQUINA RETA 1 AGULHA PARA FIXAÇÕES E PESPONTOS; OVERLOCK NAS PARTES DESFIANTES DO TECIDO; CASEADO RETO DE 24MM PARA A FRENTE; TERMOCOLAGEM DAS ENTRETRELAS EM MAQUINÁRIO APROPRIADO; PASSADORIA ESPECÍFICA PARA O PRODUTO; PONTOS POR CM.= 3,5 A 4,0 EM TODAS AS COSTURA E OVERLOCK; LOGOTIPO DO SIMAE BORDADO, EM BRANCO, NA LATERAL FRONTAL ESQUERDA. | CLASSE UNIFORMES PROFISSIONAIS LTDA | R\$ 83,90 |
| 2 | 50 | PÇ | BLUSA TIPO CAMISETA, FEMININA, MANGA LONGA; TECIDO: 68% POLIÉSTER, 27% ALGODÃO E 5% DE ELASTANO, MARCA DE REFERÊNCIA TRICOLINE NA COR BRANCA; BORDADO FRONTAL EM AZUL DO LOGOTIPO DO SIMAE; ABERTURA FRONTAL COM ZÍPER INVISÍVEL OU BOTÕES FRONTAIS CASEADOS NO SENTIDO VERTICAL, COM ESPAÇAMENTO ENTRE OS BOTÕES DE APROXIMADAMENTE 10 CM; GOLA COM PÉ DE GOLA PESPONTADA NO CONTORNO A 1 MM DA BORDA; FRENTE E COSTAS COM PENCES; BARRA ARREDONDADA EMBAINHADA COM 0,5 CM DE LARGURA; LINHA 120 PES./ALG. OU 100% POLIÉSTER NA COR DO TECIDO PARA AS OPERAÇÕES DE FECHAMENTO, FIXAÇÃO; PESPONTOS, CASEADO E PREGAR BOTÕES; LINHA 120 E FILAMENTO PARA OVERLOCK; ZÍPER INVISÍVEL NA COR DO TECIDO OU; BOTÃO BRANCO COM QUATRO FUIROS DE 12 MM DE DIÂMETRO NA COR DO TECIDO; ENTRETRELA COLANTE DE TECIDO PLANO, PESO 100G/M² ADESIVO PE/COMPOSIÇÃO: 100% ALGODÃO NA GOLA; EM MÁQUINA DE INTERLOCK BITOLA MÍNIMA 7 MM PARA O FECHAMENTO DAS ILHARGAS; EM MÁQUINA RETA 1 AGULHA PONTO FIXO PARA O PESPONTOS DA GOLA, CAVAS, OMBROS E BAINHA; APLICAÇÃO DE OVERLOCK NAS BORDAS DESFIANTES DE TECIDO; PONTOS POR CM= 4,0 A 4,5 EM TODAS AS COSTURAS E OVERLOCK. | SAMOURA CONFECÇÕES LTDA | R\$ 75,50 |

| | | | | | |
|---|----|----|--|-------------------------|-----------|
| 3 | 50 | PÇ | BLUSA TIPO CAMISETA FEMININA, MANGA CURTA; TECIDO: 68% POLIÉSTER, 27% ALGODÃO E 5% DE ELASTANO, MARCA DE REFERÊNCIA TRICOLINE NA COR BRANCA; BORDADO FRONTAL EM AZUL DO LOGOTIPO DO SIMAE; ABERTURA FRONTAL COM ZÍPER INVISÍVEL OU BOTÕES FRONTAIS CASEADOS NO SENTIDO VERTICAL, COM ESPAÇAMENTO ENTRE OS BOTÕES DE APROXIMADAMENTE 10 CM; GOLA COM PÉ DE GOLA PESPONTADA NO CONTORNO A 1 MM DA BORDA; FRENTE E COSTAS COM PENCES; BARRA ARREDONDADA EMBAINHADA COM 0,5 CM DE LARGURA; LINHA 120 PES./ALG. OU 100% POLIÉSTER NA COR DO TECIDO PARA AS OPERAÇÕES DE FECHAMENTO, FIXAÇÃO; PESPONTOS, CASEADO E PREGAR BOTÕES; LINHA 120 E FILAMENTO PARA OVERLOCK; ZIPER INVISIVEL NA COR DO TECIDO OU; BOTÃO BRANCO COM QUATRO FUIROS DE 12 MM DE DIÂMETRO NA COR TECIDO; ENTRETELA COLANTE DE TECIDO PLANO, PESO 100G/M² ADESIVO PE/COMPOSIÇÃO: 100% ALGODÃO NA GOLA; EM MÁQUINA DE INTERLOCK BITOLA MÍNIMA 7 MM PARA O FECHAMENTO DAS ILHARGAS; EM MÁQUINA RETA 1 AGULHA PONTO FIXO PARA O PESPONTOS DA GOLA, CAVAS, OMBROS E BAINHA; APLICAÇÃO DE OVERLOCK NAS BORDAS DESFIANTES DE TECIDO; PONTOS POR CM= 4,0 A 4,5 EM TODAS AS COSTURAS E OVERLOCK | SAMOURA CONFECÇÕES LTDA | R\$ 68,50 |
| 4 | 50 | PÇ | BLUSA TIPO CAMISETA, FEMININA, SEM MANGA; TECIDO: 68% POLIÉSTER, 27% ALGODÃO E 5% DE ELASTANO, MARCA DE REFERÊNCIA TRICOLINE NA COR BRANCA; BORDADO FRONTAL EM AZUL DO LOGOTIPO DO SIMAE; ABERTURA FRONTAL COM ZÍPER INVISÍVEL OU BOTÕES FRONTAIS CASEADOS NO SENTIDO VERTICAL, COM ESPAÇAMENTO ENTRE OS BOTÕES DE APROXIMADAMENTE 10 CM; GOLA COM PÉ DE GOLA PESPONTADA NO CONTORNO A 1 MM DA BORDA; FRENTE E COSTAS COM PENCES; BARRA ARREDONDADA EMBAINHADA COM 0,5 CM DE LARGURA; LINHA 120 PES./ALG. OU 100% POLIÉSTER NA COR DO TECIDO PARA AS OPERAÇÕES DE FECHAMENTO, FIXAÇÃO; PESPONTOS, CASEADO E PREGAR BOTÕES; LINHA 120 E FILAMENTO PARA OVERLOCK; ZIPER INVISIVEL NA COR DO TECIDO OU; BOTÃO BRANCO COM QUATRO FUIROS DE 12 MM DE DIÂMETRO NA COR TECIDO; ENTRETELA COLANTE DE TECIDO PLANO, PESO 100G/M² ADESIVO PE/COMPOSIÇÃO: 100% ALGODÃO NA GOLA; EM MÁQUINA DE INTERLOCK BITOLA MÍNIMA 7 MM PARA O FECHAMENTO DAS ILHARGAS; EM MÁQUINA RETA 1 AGULHA PONTO FIXO PARA O PESPONTOS DA GOLA, CAVAS, OMBROS E BAINHA; APLICAÇÃO DE OVERLOCK NAS BORDAS DESFIANTES DE TECIDO; PONTOS POR CM= 4,0 A 4,5 EM TODAS AS COSTURAS E OVERLOCK. | SAMOURA CONFECÇÕES LTDA | R\$ 70,00 |
| 5 | 8 | PÇ | BLUSA TIPO CAMISETA FRENTE ABERTA, FEMININA, MANGA LONGA; TECIDO 67% ALGODÃO, 30% POLIÉSTER E 3% ELASTANO, MARCA DE REFERÊNCIA TRICOLINE 001-1235, COR AZUL CLARO; BORDADO FRONTAL EM AZUL DO LOGOTIPO DO SIMAE; ZÍPER INVISÍVEL NA COR DO TECIDO OU BOTÕES FRONTAIS, CASEADOS NO SENTIDO VERTICAL, COM ESPAÇAMENTO ENTRE OS BOTÕES DE APROXIMADAMENTE 10 CM; GOLA COM PÉ DE GOLA PESPONTADA NO CONTORNO A 1 MM DA BORDA; FRENTE E COSTAS COM PENCES; BARRA ARREDONDADA EMBAINHADA COM 0,5 CM DE LARGURA; LINHA 120 PES./ALG. OU 100% POLIÉSTER NA COR DO TECIDO PARA AS OPERAÇÕES DE FECHAMENTO, FIXAÇÃO; PESPONTOS, CASEADO E PREGAR BOTÕES; LINHA 120 E FILAMENTO PARA OVERLOCK; BOTÃO COM QUATRO FUIROS DE 12 MM DE DIÂMETRO NA COR TECIDO; ENTRETELA COLANTE DE TECIDO PLANO, PESO 100G/M² ADESIVO PE/COMPOSIÇÃO: 100% ALGODÃO NA GOLA; EM MÁQUINA DE INTERLOCK BITOLA MÍNIMA 7 MM PARA O FECHAMENTO DAS ILHARGAS; EM MÁQUINA RETA 1 AGULHA PONTO FIXO PARA O PESPONTOS DA GOLA, CAVAS, OMBROS E BAINHA; APLICAÇÃO DE OVERLOCK NAS BORDAS DESFIANTES DE TECIDO; PONTOS POR CM= 4,0 A 4,5 EM TODAS AS COSTURAS E OVERLOCK. | SAMOURA CONFECÇÕES LTDA | R\$ 70,00 |
| 6 | 8 | PÇ | BLUSA TIPO CAMISETA FRENTE ABERTA, FEMININA, MANGA CURTA; TECIDO 67% ALGODÃO, 30% POLIÉSTER E 3% ELASTANO, MARCA DE REFERÊNCIA TRICOLINE 001-1235, COR AZUL CLARO; BORDADO FRONTAL EM AZUL DO LOGOTIPO DO SIMAE; ZÍPER INVISÍVEL NA COR DO TECIDO OU BOTÕES FRONTAIS, CASEADOS NO SENTIDO VERTICAL, COM ESPAÇAMENTO ENTRE OS BOTÕES DE APROXIMADAMENTE 10 CM; GOLA COM PÉ DE GOLA PESPONTADA NO CONTORNO A 1 MM DA BORDA; FRENTE E COSTAS COM PENCES; BARRA ARREDONDADA EMBAINHADA COM 0,5 CM DE LARGURA; LINHA 120 PES./ALG. OU 100% POLIÉSTER NA COR DO TECIDO PARA AS OPERAÇÕES DE FECHAMENTO, FIXAÇÃO; PESPONTOS, CASEADO E PREGAR BOTÕES; LINHA 120 E FILAMENTO PARA OVERLOCK; BOTÃO COM QUATRO FUIROS DE 12 MM DE DIÂMETRO NA COR TECIDO; ENTRETELA COLANTE DE TECIDO PLANO, PESO 100G/M² ADESIVO PE/COMPOSIÇÃO: 100% ALGODÃO NA GOLA; EM MÁQUINA DE INTERLOCK BITOLA MÍNIMA 7 MM PARA O FECHAMENTO DAS ILHARGAS; EM MÁQUINA RETA 1 AGULHA PONTO FIXO PARA O PESPONTOS DA GOLA, CAVAS, OMBROS E BAINHA; APLICAÇÃO DE OVERLOCK NAS BORDAS DESFIANTES DE TECIDO; PONTOS POR CM= 4,0 A 4,5 EM TODAS AS COSTURAS E OVERLOCK. | SAMOURA CONFECÇÕES LTDA | R\$ 69,00 |

| | | | | | |
|----|----|----|---|-------------------------|-----------|
| 7 | 10 | PC | CAMISA MASCULINA, MANGA LONGA, EM TECIDO 67% ALGODÃO, 30% POLIÉSTER E 3% ELASTANO, MARCA DE REFERÊNCIA TRICOLINE 001-1235, COR AZUL CLARO, COM PUNHOS FECHADOS POR CASEADO E BOTÃO CARCELA COM BOTÃO E CASEADO; COLARINHO COM PÉ DE GOLA; COSTAS COM PALA EM TECIDO DUPLO E PREGA MACHO AO CENTRO; FRENTE ABERTA COM FECHAMENTO ATRAVÉS DE BOTÕES E CASEADOS, NO PÉ DA GOLA, SENTIDO HORIZONTAL E OS DEMAIS NO SENTIDO VERTICAL COM ESPAÇAMENTO ENTRE OS BOTÕES DE APROXIMADAMENTE 10 CM, VISTA MACHO; COM BOLSO CHAPADO COM 05 CANTOS, FRONTAL LADO ESQUERDO, BORDADO SOBRE O BOLSO DO SÍMBOLO DO SIMAE NA COR AZUL; COSTAS SEM PALA. LISA; LINHA 120 PES./ALG. OU 100% POLIÉSTER NA COR DO TECIDO PARA AS OPERAÇÕES DE FECHAMENTO, FIXAÇÃO, PESPONTOS, CASEADO E PREGA DE BOTÕES; LINHA 120 E FILAMENTO PARA O OVERLOCK; EM MÁQUINA DE INTERLOCK BITOLA MÍNIMA 7 MM PARA O FECHAMENTO DAS ILHARGAS, OMBROS E MANGAS (FIXAÇÃO E FECHAMENTO), REBATIDO COM 01 AGULHA; EM MÁQUINA RETA 01 AGULHA PONTO I FIXO PARA FIXAÇÃO E PESPONTO DA GOLA, VISTA, BAINHAS, BOLSO E BARRA; APLICAÇÃO DE OVERLOCK NAS BORDAS DESFIANTES DO TECIDO; CASEADO RETO DE 18 MM; ARREIMATE NAS EXTREMIDADES DA ABERTURA DO BOLSO. | SAMOURA CONFECÇÕES LTDA | R\$ 77,50 |
| 8 | 25 | PC | CAMISA MASCULINA, MANGA CURTA, EM TECIDO 67% ALGODÃO, 30% POLIÉSTER E 3% ELASTANO, MARCA DE REFERÊNCIA TRICOLINE 001-1235, COR AZUL CLARO, COM PUNHOS FECHADOS POR CASEADO E BOTÃO CARCELA COM BOTÃO E CASEADO; COLARINHO COM PÉ DE GOLA; COSTAS COM PALA EM TECIDO DUPLO E PREGA MACHO AO CENTRO; FRENTE ABERTA COM FECHAMENTO ATRAVÉS DE BOTÕES E CASEADOS, NO PÉ DA GOLA, SENTIDO HORIZONTAL E OS DEMAIS NO SENTIDO VERTICAL COM ESPAÇAMENTO ENTRE OS BOTÕES DE APROXIMADAMENTE 10 CM, VISTA MACHO; COM BOLSO CHAPADO COM 05 CANTOS, FRONTAL LADO ESQUERDO, BORDADO SOBRE O BOLSO DO SÍMBOLO DO SIMAE NA COR AZUL; COSTAS SEM PALA. LISA; LINHA 120 PES./ALG. OU 100% POLIÉSTER NA COR DO TECIDO PARA AS OPERAÇÕES DE FECHAMENTO, FIXAÇÃO, PESPONTOS, CASEADO E PREGA DE BOTÕES; LINHA 120 E FILAMENTO PARA O OVERLOCK; EM MÁQUINA DE INTERLOCK BITOLA MÍNIMA 7 MM PARA O FECHAMENTO DAS ILHARGAS, OMBROS E MANGAS (FIXAÇÃO E FECHAMENTO), REBATIDO COM 01 AGULHA; EM MÁQUINA RETA 01 AGULHA PONTO I FIXO PARA FIXAÇÃO E PESPONTO DA GOLA, VISTA, BAINHAS, BOLSO E BARRA; APLICAÇÃO DE OVERLOCK NAS BORDAS DESFIANTES DO TECIDO; CASEADO RETO DE 18 MM; ARREIMATE NAS EXTREMIDADES DA ABERTURA DO BOLSO. | SAMOURA CONFECÇÕES LTDA | R\$ 74,50 |
| 9 | 50 | PC | CAMISA MASCULINA, MANGA CURTA COM BAINHA FIXA, EM TECIDO 67% ALGODÃO, 30% POLIÉSTER E 3% ELASTANO, MARCA DE REFERÊNCIA TRICOLINE, COR BRANCA; COLARINHO COM PÉ DE GOLA; COSTAS COM PALA EM TECIDO DUPLO E PREGA MACHO AO CENTRO; FRENTE ABERTA COM FECHAMENTO ATRAVÉS DE BOTÕES E CASEADOS, NO PÉ DA GOLA, SENTIDO HORIZONTAL E OS DEMAIS NO SENTIDO VERTICAL COM ESPAÇAMENTO ENTRE OS BOTÕES DE APROXIMADAMENTE 10 CM, VISTA MACHO; COM BOLSO CHAPADO COM 05 CANTOS, FRONTAL LADO ESQUERDO, BORDADO SOBRE O BOLSO DO SÍMBOLO DO SIMAE NA COR AZUL; COSTAS SEM PALA, LISA; LINHA 120 PES./ALG. OU 100% POLIÉSTER NA COR DO TECIDO PARA AS OPERAÇÕES DE FECHAMENTO, FIXAÇÃO, PESPONTO, CASEADO E PREGA DE BOTÕES; LINHA 120 E FILAMENTO PARA O OVERLOCK; EM MÁQUINA DE INTERLOCK BITOLA MÍNIMA 7MM PARA O FECHAMENTO DAS ILHARGAS, OMBROS E MANGAS (FIXAÇÃO E FECHAMENTO), REBATIDO COM 01 AGULHA; EM MÁQUINA RETA 1 AGULHA PONTO I FIXO PARA FIXAÇÃO E PESPONTO DA GOLA, VISTA, BAINHAS, BOLSO E BARRA; APLICAÇÃO DE OVERLOCK NAS BORDAS DESFIANTES DO TECIDO; CASEADO RETO DE 18 MM; ARREIMATE NAS EXTREMIDADES DA ABERTURA DO BOLSO. | SAMOURA CONFECÇÕES LTDA | R\$ 75,00 |
| 10 | 20 | PC | CAMISA MASCULINA, MANGA LONGA COM BAINHA FIXA, EM TECIDO 67% ALGODÃO, 30% POLIÉSTER E 3% ELASTANO, MARCA DE REFERÊNCIA TRICOLINE, COR BRANCA; COLARINHO COM PÉ DE GOLA; COSTAS COM PALA EM TECIDO DUPLO E PREGA MACHO AO CENTRO; FRENTE ABERTA COM FECHAMENTO ATRAVÉS DE BOTÕES E CASEADOS, NO PÉ DA GOLA, SENTIDO HORIZONTAL E OS DEMAIS NO SENTIDO VERTICAL COM ESPAÇAMENTO ENTRE OS BOTÕES DE APROXIMADAMENTE 10 CM, VISTA MACHO; COM BOLSO CHAPADO COM 05 CANTOS, FRONTAL LADO ESQUERDO, BORDADO SOBRE O BOLSO DO SÍMBOLO DO SIMAE NA COR AZUL; COSTAS SEM PALA, LISA; LINHA 120 PES./ALG. OU 100% POLIÉSTER NA COR DO TECIDO PARA AS OPERAÇÕES DE FECHAMENTO, FIXAÇÃO, PESPONTO, CASEADO E PREGA DE BOTÕES; LINHA 120 E FILAMENTO PARA O OVERLOCK; EM MÁQUINA DE INTERLOCK BITOLA MÍNIMA 7MM PARA O FECHAMENTO DAS ILHARGAS, OMBROS E MANGAS (FIXAÇÃO E FECHAMENTO), REBATIDO COM 01 AGULHA; EM MÁQUINA RETA 1 AGULHA PONTO I FIXO PARA FIXAÇÃO E PESPONTO DA GOLA, VISTA, BAINHAS, BOLSO E BARRA; APLICAÇÃO DE OVERLOCK NAS BORDAS DESFIANTES DO TECIDO; CASEADO RETO DE 18 MM; ARREIMATE NAS EXTREMIDADES DA ABERTURA DO BOLSO. | SAMOURA CONFECÇÕES LTDA | R\$ 78,50 |

| | | | | | |
|----|-----|----|---|-------------------------------------|-----------|
| 11 | 50 | PC | CALÇA SOCIAL FEMININA, LISA, SEM BOLSOS; TECIDO TWO WAY - BI-ELASTIC, NA COR AZUL MARINHO; CÓS POSTIÇO COM 4,5CM DE LARGURA E ENCHANCE TRASEIRA, FECHAMENTO ATRAVÉS DE BOTÃO; VISTA EMBUTIDA COM ZÍPER DA COR DO TECIDO E TRAVA AUTOMÁTICA EM NYLON; TRASEIRO COM PENCES; LINHA 80 PES./ALG. OU 100% POLIÉSTER NA COR DO TECIDO PARA AS OPERAÇÕES DE FECHAMENTOS, PESPOINTOS, CASEADOS E PREGA DE BOTÕES; LINHA 120 E FILAMENTO PARA OVERLOCK; BOTÃO 4 FUROS DE 14MM DE DIÂMETRO DA COR DO TECIDO; COSTURA COM MÁQUINA RETA 1 AGULHA PARA COLOCAÇÃO DO CÓS; COSTURA EM INTERLOCK BITOLA MÍNIMA 10MM PARA O FECHAMENTO DAS LATERAIS, ENTREPERNAS; COSTURA PONTO CORRENTE 2 AGULHAS DEFASADAS PARA O FECHAMENTO DO GANCHO TRASEIRO, COM SOBRA DE 3CM DE TECIDO EM CADA LADO NA ALTURA DO CÓS (COSTURA ABERTA COM AS BORDAS OVERLOCADAS);· COSTURA COM MÁQUINA RETA 1 AGULHA PARA FIXAÇÃO DO ZÍPER, VISTA E PESPOINTOS;· TRAVETES , NO ACABAMENTO FINAL DA VISTA E JUNÇÃO DOS GANCHOS; PONTOS POR CM.= 3,5 A 4,0 EM TODAS AS COSTURA E OVERLOCK. | CLASSE UNIFORMES PROFISSIONAIS LTDA | R\$ 75,30 |
| 12 | 30 | PC | CALÇA SOCIAL FEMININA , LISA, TIPO MARIA JOÃO. COMPRIMENTO = JOELHO, BARRA SIMPLES À MÁQUINA, COM ABERTURA NA LATERAL EXTERNA; TECIDO TWO WAY - BI-ELASTIC, NA COR AZUL MARINHO; CÓS POSTIÇO COM 4,5 CM DE LARGURA E ENCHANCE TRASEIRA, TRANSPASSADO A 10 CM, FECHAMENTO ATRAVÉS DE 02 BOTÕES FORRADOS NA MESMA COR DO TECIDO, SEM PASSADORES; VISTA EMBUTIDA COM ZÍPER DA COR DO TECIDO E TRAVA AUTOMÁTICA EM NYLON E DOIS BOTÕES INTERNOS NO CÓS TRANSPASSADO; TRASEIRO COM PENCES; 02 FINGE BOLSOS FRONTAIS EMBUTIDOS COM ABERTURA OBLÍQUA TIPO FACA E 02 FINGE BOLSOS EMBUTIDOS COM VIVOS TRASEIROS; LINHA 80 PES./ALG. OU 100% POLIÉSTER NA COR DO TECIDO PARA AS OPERAÇÕES DE FECHAMENTO, PESPOINTOS, CASEADOS E PREGA DE BOTÕES; LINHA 120 E FILAMENTO PARA OVERLOCK; COSTURA COM MÁQUINA RETA 1 AGULHA PARA COLOCAÇÃO DO CÓS; COSTURA EM INTERLOCK BITOLA MÍNIMA 10 MM PARA O FECHAMENTO DAS LATERAIS, ENTREPERNAS; COSTURA PONTO CORRENTE 2 AGULHAS DEFASADAS PARA O FECHAMENTO DO GANCHO TRASEIRO, COM SOBRA DE 3 CM DE TECIDO EM CADA LADO NA ALTURA DO CÓS (COSTURA ABERTA COM AS BORDAS OVERLOCADAS); COSTURA COM MÁQUINA RETA 1 AGULHA PARA FIXAÇÃO DO ZÍPER, VISTA E PESPOINTOS; TRAVETES, NO ACABAMENTO FINAL DA VISTA E JUNÇÃO DOS GANCHOS; PONTOS POR CM = 3,5 A 4,0 EM TODAS AS COSTURAS E OVERLOCK. | CLASSE UNIFORMES PROFISSIONAIS LTDA | R\$ 71,40 |
| 13 | 50 | PC | CALÇA SOCIAL MASCULINA, TECIDO BE-ELASTIC (TWO WAY), NA COR AZUL MARINHO, SEM PREGAS, TRASEIRO COM PENCES CÓS POSTIÇO ENTRETRELADO E FORRADO COM 3,5 CM DE LARGURA E ENCHANCE TRASEIRA, 08 PASSANTES INSERIDOS NA PARTE INFERIOR DO CÓS, VISTA EMBUTIDA COM ZÍPER, COM FECHAMENTO ATRAVÉS DE BOTÃO NA COR AZUL MARINHO, 02 BOLSOS FRONTAIS EMBUTIDOS COM ABERTURA OBLÍQUA TIPO FACA E 02 BOLSOS EMBUTIDOS COM PROFUNDIDADE MÍNIMA DE 15CM FECHADOS POR BOTÕES E CASEADOS, FORRO EM TECIDO 75% ALGODÃO E 25% POLIÉSTER, ZIPER DE NYLON COM CADARÇO DA COR DO TECIDO E TRAVA AUTOMÁTICA, TRAVETES NAS EXTREMIDADES DOS BOLSOS, VIVOS E NO ACABAMENTO FINAL DA VISTA, CASEADO RETO DE 18MM. COSTURA COM MÁQUINA RETA 1 AGULHA PARA COLOCAÇÃO DO CÓS; COSTURA EM INTERLOCK BITOLA MÍNIMA 10MM PARA O FECHAMENTO DAS LATERAIS, ENTREPERNAS; COSTURA PONTO CORRENTE 2 AGULHAS DEFASADAS PARA O FECHAMENTO DO GANCHO TRASEIRO, COM SOBRA DE 3CM DE TECIDO EM CADA LADO NA ALTURA DO CÓS (COSTURA ABERTA COM AS BORDAS OVERLOCADAS); COSTURA COM MÁQUINA RETA 1 AGULHA PARA FIXAÇÃO DO ZÍPER, VISTA E PESPOINTOS, INTERLOCK BITOLA MÍNIMA 7MM PARA O FECHAMENTO DO FORRO DOS BOLSOS. | CLASSE UNIFORMES PROFISSIONAIS LTDA | R\$ 75,90 |
| 14 | 105 | PC | BLUSA TIPO SUÉTER LISO (65% ACRÍLICA E 35% POLIAMIDA), MARCA E MODELO REFERÊNCIA ACRILAN ELITE COR AZUL MARINHO (60511); MANGA LONGA, COM GAITA DE 6 CM NOS PUNHOS E CÓS, GAITA 3CM NOS PUNHOS, DECOTE E COMPRIMENTO, SENDO DECOTE REMALHADO COM GAITA 3 CM NA COR DA MALHA; COM DECOTE "V" OU COM DECOTE REDONDO, REMALHADOS COM GAITA DE 3 CM E ABERTURA DE 19 CM; LOGOTIPO DO SIMAE BORDADO NA FRENTE, NO LADO ESQUERDO; CONFECÇÃO DE PRIMEIRA QUALIDADE. | CLASSE UNIFORMES PROFISSIONAIS LTDA | R\$ 74,90 |
| 15 | 15 | PC | CASACO DE LÃ (65% ACRÍLICA E 35% POLIAMIDA), MARCA E MODELO REFERÊNCIA ACRILAN ELITE COR AZUL MARINHO (60511); MANGA LONGA, PUNHOS E COMPRIMENTO COM BARRA, BOTÕES NA MESMA COR AZUL DA LÃ; DECOTE "V", REMALHADO COM GAITA DE 3 CM; LOGOTIPO DO SIMAE BORDADO NA FRENTE, NO LADO ESQUERDO; CONFECÇÃO DE PRIMEIRA QUALIDADE. | INDÚSTRIA E COMÉRCIO VENEZZA LTDA | R\$ 80,00 |
| 16 | 10 | PC | JAQUETA FEMININA LEVE, CURTA, NA COR AZUL MARINHO, EM TECIDO SEYCHELLES; COM ZIPER ATÉ A GOLA; 02 BOLSOS FRONTAIS TRANSVERSAIS; CAMADA DE FIBRA 60 GRAMAS E FORRO; GOLA BICUDA; BORDADO, NA COR BRANCA, DO LOGOTIPO DO SIMAE NA FRENTE EM TAMANHO PEQUENO, LADO ESQUERDO, ALTURA DO PEITO. | GG VESTUÁRIO PROFISSIONAL LTDA | R\$133,00 |

| | | | | | |
|----|-----|----|---|-------------------------------------|------------|
| 17 | 15 | PÇ | CASACO CURTO MASCULINO EM TECIDO SEYCHELS, NA COR AZUL MARINHO, COM RECORTES; CAMADA DE FIBRA 100 GRAMAS E FORRO; COM ZIPER, BOLSOS LATERAIS; BORDADO NA COR BRANCA, DO LOGOTIPO DO SIMAE NA FRENTE EM TAMANHO PEQUENO, LADO ESQUERDO, ALTURA DO PEITO. | GG VESTUÁRIO PROFISSIONAL LTDA | R\$ 135,50 |
| 18 | 5 | PÇ | BLAZER SOCIAL FEMININO, FORRADO, COM GOLA TIPO PALETÓ, LEVEMENTE ACINTURADO, TECIDO (TWO WAY - BI-ELASTIC), NA COR AZUL MARINHO, ABERTURA FRONTAL COM FECHAMENTO ATRAVÉS DE 3 BOTÕES E 3 CASEADOS NO SENTIDO HORIZONTAL, 02 BOLSOS FRONTAIS EMBUTIDOS INFERIORES COM PORTINHAS INSERIDAS NA ABERTURA DO BOLSO, FRENTE COM PINCHAS E FIANCOS, COSTAS REPARTIDA SEM ABERTURA FINAL, DEVERÁ TER OMBREIRAS PEQUENAS EMBUTIDAS DE FELTRO, DEVERÁ SER TOTALMENTE FORRADO COM TECIDO 100 % POLIÉSTER, TIPO "FAILETTE". TODA A FRENTE DEVERÁ SER ENTRETELADA COM ENTRETELA DE TECIDO, MICROPONTOS, PRÓPRIA PARA BLAZERS. COSTURAS EM MÁQUINA RETA 1 AGULHA PARA FIXAÇÕES E PESPONTOS OVERLOCK NAS PARTES DESFIANTES DO TECIDO. CASEADO RETO DE 24MM PARA A FRENTE. TERMOCOLAGEM DAS ENTRETELAS EM MAQUINARIO APROPRIADO. PASSADORIA ESPECÍFICA PARA O PRODUTO. PONTOS POR CM.= 3,5 A 4,0 EM TODAS AS COSTURA E OVERLOCK. BOTÃO 20MM DE DIÂMETRO PARA A FRENTE, COMPRIMENTO = QUADRIL, LOGOTIPO DO SIMAE BORDADO, EM BRANCO, NA LATERAL FRONTAL ESQUERDA. | CLASSE UNIFORMES PROFISSIONAIS LTDA | R\$ 165,50 |
| 19 | 5 | PÇ | CASACO LONGO FEMININO EM NYLON SEYCHLS COM RECORTES, COR AZUL MARINHO; CAMADA DE FIBRA 100 GRAMAS E FORRO; COM ZÍPER; BOLSOS LATERAIS; BORDADO DO LOGOTIPO DO SIMAE NA FRENTE, LADO ESQUERDO, ALTURA DO PEITO; CONFORME FOTO EM ANEXO. | GG VESTUÁRIO PROFISSIONAL LTDA | R\$ 169,50 |
| 20 | 100 | PÇ | CALÇA EM TERBRIM AZUL MARINHO (67% POLIESTER E 33% ALGODAO, ARMAÇÃO EM SARJA 2/1, GRAMATURA MEDIA DE 226 G/M2 PRÉ-ENCOLHIDO, COM TINGIMENTO), APRESENTANDO QUALIDADE ESPECÍFICA DE NÃO AMARROTAMENTO, ESTABILIDADE E RESISTÊNCIA; - MODELO MASCULINO; - 02 BOLSOS INTERNOS NA FRENTE, MODELO CALÇA JEANS TRADICIONAL, FORRO DO MESMO TECIDO DA CALÇA; - 02 BOLSOS EXTERNOS TRASEIROS CHAPADOS, CHANFRADOS NAS EXTREMIDADES; - CÓS POSTIÇO NO MESMO TECIDO DA CALÇA, COM 4,5 CM DE LARGURA, FECHAMENTO ATRAVÉS DE 01 BOTÃO; 7 PASSANTES INSERIDOS NA PARTE INFERIOR DO CÓS: 03 NA PARTE POSTERIOR, 01 EM CADA LATERAL E 02 NA PARTE DIANTEIRA; - VISTA EMBUTIDA (BRAGUILHA) COM 03 BOTÕES; - TRASEIRO COM PENCES; - BAINHA DE 2,0 CM; - BOTÕES NÃO METÁLICOS, TAMANHO 24, COM 2 FUROS PARA ABOTOAR NA FRENTE; - LINHA E ABOTÕES NA MESMA COR DO TECIDO; - TRAVETES PARA REFORÇAR OS CANTOS DOS BOLSOS E O ACABAMENTO FINAL DA VISTA; - COSTURAS DUPLAS NOS ACABAMENTOS DOS BOLSOS, BRAGUILHA, ZIPER E GANCHO; - OVERLOCK NAS PARTES DESFIANTES DO TECIDO; - ESTAMPA EM SERIGRAFIA "SIMAE", NA COXA DIREITA, PRÓXIMO A COSTURA DA DIREITA (COSTURA DE FORA), APROXIMADAMENTE 14 CM ABAIXO DO BOLSO, TAMANHO DA SERIGRAFIA 22 X 05 CM, NA COR BRANCA; - CONFECÇÃO DE PRIMEIRA QUALIDADE. | GG VESTUÁRIO PROFISSIONAL LTDA | R\$ 53,80 |
| 21 | 70 | PÇ | JAQUETA EM NYLON PARAQUEDAS, COR AZUL MARINHO; CAMADA DE FIBRA 100 GRAMAS E FORRO; COM GOLA, ZÍPER INTEIRO DA CINTURA ATÉ O FINAL DA GOLA E BOLSOS LATERAIS; BORDADO, NA COR BRANCA, DO LOGOTIPO DO SIMAE NA FRENTE EM TAMANHO PEQUENO 5 X 4 CM, LADO ESQUERDO, ALTURA DO PEITO; BORDADO " SIMAE " BRANCO, NAS COSTAS, ABAIXO DOS OMBROS, ALTURA DAS LETRAS 6 CM, COMPRIMENTO DO BORDADO 19 CM, ESPESSURA DAS LETRAS 1 CM. | GG VESTUÁRIO PROFISSIONAL LTDA | R\$ 141,30 |

1.3 Este instrumento não obriga o SIMAE a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a aquisição de uniformes, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

1.4 Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.

1.4.1 Os preços registrados que sofrerem recomposição, não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

1.4.2 O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro da Ata somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação, e se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

1.5 Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o SIMAE solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item 1.4.1.

2. DOCUMENTOS INTEGRANTES

2.1 Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das

obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- a) Edital de Pregão Presencial nº 0005/2015 e seus anexos;
 - b) Proposta das Licitantes.
3. VIGÊNCIA

3.1 A presente Ata vigorará pelo período de 12 (doze) meses, após a homologação da Autoridade Competente, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

4. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1 A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações que deles poderão advir facultando-se a realização de licitação específica para o objeto pretendido, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência na contratação em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

4.2 A Presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

4.3 O SIMAE monitorará, periodicamente os preços dos itens desta Ata, avaliará o mercado constantemente e poderá rever os preços registrados a qualquer tempo, em decorrência da redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve os custos dos bens registrados.

4.3.1. O SIMAE convocará a empresa registrada para negociar o preço registrado e adequá-lo ao preço de mercado, sempre que verificar que o preço registrado está acima do preço de mercado. Caso seja frustrada a negociação para redução do preço, o fornecedor será liberado do compromisso assumido.

4.3.2. No caso de desequilíbrio econômico-financeiro (preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado, e mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta do fornecedor e aquele vigente no mercado à época do registro - equação econômico-financeira), sendo frustrada a negociação entre as partes, a empresa registrada poderá ser liberada do compromisso assumido.

4.3.3. Havendo negociação entre as partes, o aumento para recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro da Ata somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da licitação, e se houver a efetiva comprovação do aumento pelo fornecedor (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

4.3.4. As alterações de preços oriundos da revisão dos mesmos, no caso de desequilíbrio econômico-financeiro, serão publicadas na imprensa oficial, sem prejuízo do cumprimento da obrigação contida no art. 15, parágrafo 2º da lei 8.666/93 (publicação trimestral dos preços registrados).

5. DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO

5.1 Os materiais deverão ser entregues conforme a necessidade do SIMAE, que procederá à solicitação nas quantidades que lhe convier, realizada dentro do prazo de vigência da ata.

5.2. No ato da entrega do material a empresa fornecedora deverá apresentar Nota Fiscal Eletrônica-NFe correspondente às quantias entregues, que será submetida à aprovação do gestor responsável.

5.3 Fica aqui estabelecido que os materiais serão recebidos:

- a) provisoriamente, para verificação da quantidade entregue, para posterior verificação da qualidade e conformidade com a especificação;
- b) definitivamente, após a verificação da qualidade e conformidade do material com a especificação e a consequente aceitação.

5.4. Os objetos que forem recusados (tanto no recebimento provisório ou antes do recebimento definitivo) deverão ser substituídos no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados da data de notificação apresentada à fornecedora, sem qualquer ônus para o SIMAE.

5.5. Se a substituição do material recusado, por qualquer problema, não for realizada no prazo estipulado, a fornecedora estará sujeita às sanções previstas no Edital da Licitação 0005/2015 e na presente Ata de Registro de Preços.

6. DAS CONDIÇÕES CONTRATUAIS

6.1 A inexecução total ou parcial das obrigações assumidas pela empresa enseja a aplicação das penalidades previstas nesta Ata de Registro de Preços.

6.2 A empresa registrada será responsável por eventuais danos havidos nos objetos/materiais, provenientes de negligência, imperícia e/ou imprudência praticados por seus empregados, obrigando-se a substituí-los, ou a indenizar a Administração do prejuízo causado.

6.3 Ficam resguardados os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa, na forma estabelecida no art. 77 da Lei nº 8.666/93.

6.4 A empresa registrada deverá manter, até o cumprimento final de sua obrigação, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar imediatamente à Contratante qualquer alteração que possa comprometer o objeto contratado.

7. RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DAS FORNECEDORAS

7.1 A empresa registrada responde por todos os danos e prejuízos que, na execução das contratações, venha, direta ou indiretamente, a provocar ou causar para o SIMAE ou a terceiros, independentemente da fiscalização exercida pelo SIMAE.

7.2. As contribuições sociais e os danos contra terceiros são de responsabilidade da fornecedora.

7.3 A empresa fornecedora é responsável também pela qualidade dos materiais fornecidos, cabendo-lhe verificar o atendimento das especificações, não se admitindo, em nenhuma hipótese, a alegação de que terceiros quaisquer tenham comprometido os mesmos.

7.4 A empresa registrada autoriza o SIMAE a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial, assegurada a prévia defesa.

7.5 Constituem obrigações das empresas fornecedoras:

7.5.1 A empresa registrada deverá, no prazo de até 10 (dez) dias, após assinatura da presente Ata de Registro de Preços disponibilizar grades de tamanhos para prova e definição de quantidades e tamanhos a serem solicitados.

7.5.2 Efetuar a entrega dos uniformes pedidos, de acordo com numeração e quantidades solicitadas, em um prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias após confirmação pelo SIMAE.

7.5.3 Providenciar, no prazo máximo de 10 (dez) dias, o saneamento de qualquer irregularidade constatada nos materiais fornecidos.

7.5.4 Manter, durante a execução da Ata, todas as condições de habilitação previstas no Edital Pregão Presencial nº 0005/2015 e em compatibilidade com as obrigações assumidas.

7.5.5 Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução desta ata.

8. DA FORMA DE PAGAMENTO

8.1 O pagamento será:

8.1.1 – Efetivado de acordo com o material entregue mediante apresentação das notas fiscais/faturas de materiais que deverão ser emitidas em nome do SIMAE- Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto, CNPJ 84.591.890/0001-43, da qual deverá constar o número da licitação, acompanhado de cópia da ordem de compra emitida pelo SIMAE de Joaçaba – SC; Devendo ser ENCAMINHANDO PARA EMAIL smtp@simae.sc.gov.br.

8.1.2 - É OBRIGATÓRIO A EMISSÃO DE NOTA FISCAL ELETRONICA (NF-e), em substituição às notas impressas 1 e 1 A;

8.1.3 - Realizado através do SIMAE, no prazo de 05 (cinco) dias, contados da data de entrega e aceite do material.

8.2 Nenhum pagamento será efetuado à empresa, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

8.3 Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

8.4 No caso de eventuais atrasos de pagamento das faturas, por culpa do SIMAE, o valor será atualizado monetariamente nos termos do art. 117 da Constituição Estadual de Santa Catarina, acrescido da multa de 2% (dois por cento) e juros de mora de 6% (seis por cento) ao ano, pro rata die.

8.5 - O pagamento será efetuado diretamente através de depósito bancário em Banco indicado pela empresa registrada.

8.6 - Fica expressamente estabelecido que os preços constantes na proposta da empresa registrada incluem todos os custos diretos e indiretos requeridos para entrega do material no SIMAE, sito Rua Tiradentes, nº 123, Centro, Joaçaba – SC, Sede Administrativa do SIMAE, constituindo-se na única remuneração devida.

9. PRAZO E LOCAL DE ENTREGA DO OBJETO

9.1 - O prazo para entrega dos materiais, depois de enviada Autorização de Fornecimento, deverá ser da seguinte forma:

a) 10 (dez) dias para entrega da grade de tamanhos.

b) 45 (quarenta e cinco) dias para confecção dos uniformes, contados da confirmação do SIMAE, através do Setor de Materiais, Transporte e Patrimônio da numeração e quantidades a ser confeccionada.

9.1.1 Os materiais deverão ser entregues no SIMAE, sito Rua Tiradentes, nº 123, Centro, Joaçaba – SC, Sede Administrativa do SIMAE.

9.1.2 A descarga do material é de responsabilidade da empresa fornecedora.

9.1.3 A entrega da grade de tamanhos será feita apenas antes da primeira entrega.

9.1.4 O prazo de 45 dias para entrega será o prazo concedido pelo SIMAE à empresa registrada para cada pedido de confecção.

10 – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

10.1 - A despesa resultante da Licitação 0005/2015 ocorrerá à conta de DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS do exercício de 2015, consignadas no:

PROJETO/ATIVIDADE: 14.01 14.01 14.01

FUNÇÃO/PROGRAMA: 2.060 2.061 2.062

ELEMENTO: 3.3.90.30.23.00.00.00 3.3.90.30.23.00.00.00 3.3.90.30.23.00.00.00

11. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DAS FORNECEDORAS

11.1 O SIMAE poderá cancelar o Registro de Preços das fornecedoras nos casos a seguir especificados:

- a) Quando descumprir as exigências do Edital ou da respectiva Ata;
- b) Quando a empresa der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços;
- c) Quando não aceitar baixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) Quando não comparecer ou deixar de fornecer, no prazo estabelecido, os materiais decorrentes da Ata de Registro de Preços e a Administração não aceitar a sua justificativa;
- e) Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial dos serviços;
- f) Perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;
- g) Por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração.

11.2 Em qualquer das hipóteses acima, concluído o processo, a Administração fará o devido apostilamento na Ata de Registro de Preços e informará aos demais fornecedores a nova ordem de registro.

12 - DAS SANÇÕES

12.1 As sanções e penalidades que poderão ser aplicadas às empresas registradas são as previstas na Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, na Lei Municipal nº 4.832, de 22 de setembro de 2003, no Edital da Licitação 0005/2015 e na presente Ata de Registro de Preços.

12.2 Penalidades que poderão ser cominadas às empresas registradas:

I – Multa, que será deduzida dos respectivos créditos, ou cobrados administrativamente ou judicialmente, correspondente a:

- a) 0,2% (zero vírgula dois por cento) por dia úteis de atraso injustificado no fornecimento das grades de tamanhos, bem como no atraso da entrega dos uniformes, sobre o valor total do contrato, até o limite de 20%;
- b) 10% (dez por cento) no caso da empresa registrada não realizar a entrega do material ou pedir a rescisão da Ata de Fornecimento, calculada sobre o total ou a parte inadimplente;
- c) 20% (vinte por cento) sobre o valor total do fornecimento contratado, pelo desatendimento às condições de fornecimento, exceto prazo de entrega.

II – Suspensão, de acordo com o art. 7º, da Lei Federal nº 10.520, de 17.07.2002, a empresa registrada, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, na hipótese de:

- a) recusar-se a retirar ou a receber a Autorização de Fornecimento ou empenho, quando enviado por fax dentro do prazo de validade da proposta;
- b) não manter a proposta após a adjudicação;
- c) cometer fraude fiscal demonstrada durante ou após a realização do certame;
- d) fraudar a execução da Ata de Registro de Preços;
- e) descumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços.

12.3 Na aplicação das penalidades previstas nesta Ata, o SIMAE considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes da empresa registrada, graduando-as e podendo deixar de aplicá-las, se admitidas as justificativas da empresa registrada, nos termos do que dispõe o art. 87, caput, da Lei nº 8.666/93.

12.4 As penalidades aplicadas serão registradas no cadastro da empresa fornecedora.

12.5 Nenhum pagamento será realizado à empresa registrada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

13. DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 Elegem as partes contratantes o Foro desta cidade, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

13.2 E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em 05 (cinco) vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

Joaçaba-SC, 24 de junho de 2015.

Elisabet Maria Zanela Sartori
Diretora Presidente do SIMAE

Rejane Pilatti Muller de Andrade/ Sócia Administradora
INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CONFECÇÕES VENEZZA LTDA - ME

Juliana Aparecida Thomazi Samoura/ Sócia Administrativa
SAMOURA CONFECÇÕES LTDA

Hipólito Henrique Kremer/ Gerente Administrativo
CLASSE UNIFORMES PROFISSIONAIS LTDA

Clodomir Bahr Junior/ Procurador
GG VESTUÁRIO PROFISSIONAL LTDA

Testemunhas:

Giane Maria Marquenze Lecher
CPF: 614.258.349-49

Graciela Pratto Bordin da Rosa
CPF: 033.369.969-61

PORTARIA JHL 150/2015

PORTARIA SIMAE JHL Nº - 150/2015 DE 30.06.2015

Elisabet Maria Zanela Sartori, Diretora Presidente SIMAE – Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna -SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º- Designar Romalcir Schuck, ocupante do cargo de Mecânico de Manutenção, enquadrado no P-4, N-3, Ref.J-10, sob nº da CNH 02549317508, para exercer a atividade de Condutor de Veículo da Autarquia, estando autorizado a pilotar a motocicleta Placa MAY-8031 no período de 01.07.2015 à 04.08.2015, que será exercida cumulativamente com as atribuições de seu cargo, fazendo jus à um Adicional de 20% (vinte por cento) tendo por base de cálculo a Referência "A", do Nível 1, do Padrão 4, cujo adicional será pago juntamente com os vencimentos de seu cargo, de acordo com Art.36 da Lei Complementar 193 de 06/09/10, proporcional aos dias trabalhados.

Art. 2º- O servidor designado como condutor é responsável pela locomoção de servidores em serviço e no transporte de materiais/equipamentos devendo observar todas as regras do Código de Trânsito Brasileiro – CTB.

Art. 3º- Esta Portaria entrará em vigor a partir de 01 de Julho de 2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 30 de junho de 2015.
Elisabet Maria Zanela Sartori
Diretora Presidente

Lages

PREFEITURA

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO CONTRATO 281/2014 PML

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 281/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: CONSBRITA CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA, inscrita no CNPJ n.º 06.099.082/0001-50, com sede a Rua Salvador Inácio Pereira, 421 – Bairro São José CEP: 89.520-000 – Curitiba/SC.

O Município de Lages, pessoa jurídica de direito público, neste ato representado pelo seu Prefeito em Exercício, Sr. Antônio Arcanjo Duarte, doravante denominado CONTRATANTE e a Empresa CONSBRITA CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA neste ato representada pelo Sr. Natanael Alonso do Nascimento, portador do CPF nº 389.718.959-34 de ora em diante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar este Termo de Aditivo ao Contrato, em decorrência do Processo Licitatório nº 168/2014, correlato à Tomada de Preços nº 47/2014, do tipo Menor Preço Global, em regime de empreitada por preço unitário aberta em 23/09/2014 e homologada em 01/10/2014, consoante as cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Contratação de Empresa de Engenharia para Prestação de Serviços de Pavimentação Asfáltica da Rua Alfeu Rodolfo da Silva, nesta cidade, com fornecimento de material, em conformidade com o Projeto, Memorial Descritivo e Planilha de Quantitativos/Orçamentária, copiados em CD, partes integrantes do Edital correlato.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.2 De Execução, Fica prorrogado até dia 31/12/2015, podendo ser prorrogados nos termos dispostos no Art. 57 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA/VALIDADE CONTRATUAL

Fica prorrogado até dia 31/12/2015, podendo ser prorrogados nos termos dispostos no Art. 57 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

As demais cláusulas e condições do contrato primitivo permanecem inalteradas.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos

Lages, 30 de Dezembro de 2014.

Antônio Arcanjo Duarte
Prefeito Municipal em Exercício

Natanael Alonso do Nascimento
CONSBRITA CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA

Mauricio Batalha Machado
Procurador Geral do Município

Álvaro Mondadori Júnior
Secretaria de Infraestrutura

EXTRATO CONTRATO 296/2015 - PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 296/2015PML.

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: BAGGIO EDITORA JORNALISTICA LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 84.933.126/0001-09, com sede à Rua Cel. Cordova n.º 67 – centro, Lages/SC – CEP: 88.502-001.

Contrato, Conforme parecer Jurídico (PROGEM) n. 1113/2015 e em conformidade com o inciso III, do Art. 26, da Lei n.º 8.666/93, e em decorrência do Processo de Licitação n.º 202/2015 Inexigibilidade nº 08/2015,

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Prestação de Serviço de publicidade, diversas, de interesse do Município de Lages.

3 – DO(S) PRAZO(S) E LOCAL(IS):

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura deste Contrato;

2.2 De Execução, em até 180 (cento e oitenta) dias a contar da assinatura do contrato decorrente.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO(S) PREÇO(S)

O valor máximo estimado para esta contratação é de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

Lages, 23 de junho de 2015.

Antonio Arcanjo Duarte
Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO CONTRATO 297/2015 - PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 297/2015PML.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: JOSÉ ROGÉRIO BORGES - ME, inscrita no CNPJ sob n. 17.206.843/0001-41, sediada a Rua Jerônimo Coelho, 280, Centro – Lages/SC, CEP 88.501-260.

Contrato, de acordo com Parecer Jurídico (PROGEM) Nº 1033/2015, e nos termos do Art. 24, IV da Lei 8.666/93, em decorrência do Processo Licitatório nº 192/2015, correlato a Dispensa de Licitação nº 70/2015,

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Execução de muro de Contenção e fechamento do CEIM Tia Bira.

3 – DO(S) PRAZO(S) E LOCAL(IS):

3.1 De Início, em até 48 horas da data da assinatura da ordem de serviço;

3.2 De Entrega(s): em até 05 (cinco) dias da(s) data(s) da(s) Ordem(ns) de Serviço(s);

3.3 De Execução: em até 45 (quarenta e cinco) dias da assinatura do contrato;

3.4 Do Contrato: fica adstrito aos respectivos créditos orçamentários ano base 2015. A sua vigência será até 31/12/2015.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO(S) PREÇO(S)

O valor máximo estimado para esta contratação é de R\$ 20.922,57 (vinte mil novecentos e vinte dois reais e cinquenta e sete centavos).

Lages, 11 de junho de 2015.

Antonio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO CONTRATO 55/2015 - SEMASA

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 55/2015 - SEMASA

CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO - SEMASA, inscrita no CNPJ sob n.º 05.532.421/0001-87, com sede no Município de Lages/SC.

CONTRATADO: NEMA ELETROTÉCNICA LTDA inscrita no CNPJ n.º 80.456.893/0001-39, com sede a Rua XV de Novembro, 1122 – Laranjeiras – CEP 89.160-000 – Rio do Sul/SC.

Contrato em decorrência do Processo Licitatório nº 39/2015, correlato à Dispensa de Licitação 05/2015.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição e instalação de Quadro de Comando com inversor de frequência 500cv e 40cv.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Execução, até 31/12/2015, podendo ser prorrogado nos termos dispostos no Art. 57 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares;

CLÁUSULA TERCEIRA – DO(S) PREÇO(S)

R\$ 127.500,00 (cento e vinte e sete mil e quinhentos reais).

Lages, 23 de julho de 2015.

Benjamin Schultz

Secretário Municipal (SEMASA)

EXTRATO CONTRATO 56/2015 - SEMASA

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 56/2015 - SEMASA

CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO - SEMASA, inscrita no CNPJ sob n.º 05.532.421/0001-87, com sede no Município de Lages/SC.

CONTRATADO: JRW COMERCIO ATACADISTA DE COMPONENTES ELETRONICOS E EQUIPAMENTOS DE TEFELFONIA EIRELI - ME inscrita no CNPJ n.º 18.405.536/0001-52, com sede a Rua Anastácio Theofilo teixeira, 1444 – Humaita – CEP 88.704-386 – Tubarão/SC.

Contrato em decorrência do Processo Licitatório nº 38/2015, correlato à Dispensa de Licitação 04/2015.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Contração de empresa para realização de serviços de Substituição do Sistema de Monitoramento da SEMASA.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Execução, até 31/12/2015, podendo ser prorrogado nos termos dispostos no Art. 57 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares;

CLÁUSULA TERCEIRA – DO(S) PREÇO(S)

R\$ 26.928,00 (vinte e seis mil novecentos e vinte e oito reais).

Lages, 23 de julho de 2015.

Benjamin Schultz

Secretário Municipal (SEMASA)

EXTRATO CONTRATO 57/2015 - SEMASA

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PÚBLICO:

CONTRATO 57/2015 - SEMASA

CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO - SEMASA, inscrita no CNPJ sob n.º 05.532.421/0001-87, com sede no Município de Lages/SC.

CONTRATADO: J-TECH SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA LTDA inscrita no CNPJ n.º 045.766.304/0001-88, com sede a Av. Lédeio João Martins, 935, 4º andar – Kobrasol – CEP 88.102-001 - São José/SC.

Contrato em decorrência do Processo Licitatório nº 36/2015, correlato à Inexigibilidade 01/2015.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Serviço de Customização realizado no sistema SANSYS, para Implantação da Taxa do Loxo na Fatura de Água.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Execução, da data da assinatura do contrato, até 31/12/2015, podendo ser prorrogado nos termos dispostos no Art. 57 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO(S) PREÇO(S)

Opção certa e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA é de R\$ 22.400,00 (vinte e dois mil e quatrocentos).

Lages, 10 de julho de 2015.

Benjamin Schultz

Secretário Municipal (SEMASA)

CÂMARA MUNICIPAL

AVISO PP06/2015

CÂMARA MUNICIPAL DE LAGES/SC

Aviso do Pregão Presencial nº 06/2015

OBJETO: A Presente Licitação tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO ELÉTRICA E OUTROS BEM COMO FORNECIMENTO DE MATERIAL CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO EDITAL. A entrega dos envelopes contendo Proposta Comercial e dos documentos de Habilitação deverá ocorrer até às 13h30min do dia 10/07/2015, no Depto. de Compras da Câmara Municipal sito a Rua Otacílio Vieira da Costa, nº 280, Centro, Lages/SC. A ABERTURA do certame será dia 10/07/2015 às 13h:30min, no local anteriormente citado. Os interessados poderão obter a íntegra do Edital no Depto. de Compras da Câmara Municipal de Vereadores ou maiores informações pelo fone (49) 3251-5422.

Lages (SC), 26 de junho de 2015.

ADILSON RODRIGUES DE APOLINÁRIO

Presidente

Lauro Muller

PREFEITURA

DECRETO Nº 069/2015

DECRETO Nº 069/2015.

CONVOCA A 5ª CONFERÊNCIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE LAURO MÜLLER/SC

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA,

Artigo 1º - Conforme decisão do Conselho Municipal de Saúde, 15/06/2015, fica convocada a 5ª Conferência de Saúde do Município para o dia 01/07/2015.

Artigo 2º - A Conferência Municipal de Saúde é o fórum máximo de deliberação da Política de Saúde conforme dispõe a Lei Federal 8.142/90.

Artigo 3º - O tema central da Conferência será, "Saúde Pública de Qualidade para Cuidar Bem das Pessoas: Direito do Povo Brasileiro".

Artigo 4º - A Conferência de Saúde será realizada no CTG Serra do Rio do Rastro.

Artigo 5º - A Conferência será presidida pela Secretária Municipal de Saúde Daiane Querino e Coordenada pela Comissão Organizadora:

Presidente: Rosimeri Candido

Coordenador Geral: Priscila Pires Folchini

Secretário Executivo: Arilton Marcos

Tesoureira: Paulo da Silva

Artigo 6º - As normas de organização e funcionamento da Conferência, serão expedidas em Portaria deliberadas pelo Conselho Municipal de Saúde e publicadas pela Secretaria Municipal de Saúde.

Artigo 7º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 29 DE JUNHO DE 2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicadas no órgão oficial do município.

SORAYA CURCIO LIBRELATO

Sec. Administração, Finanças e Planej.

Lebon Regis

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 35/2015 - TOMADA DE PREÇOS Nº TP05\2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE LEBON RÉGIS - SC

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 35/2015 - TOMADA DE PREÇOS Nº TP05\2015

O MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS, através do presidente da Comissão de Licitações torna pública a instauração de procedimento licitatório na modalidade Tomada de Preços, do tipo menor preço, sob a forma de execução indireta em regime de empreitada por preço global, visando a contratação de empresa para execução das obras de construção do campo de Futebol Suíço no Bairro Núcleo Rio Doce, localizado no Município de Lebon Régis/SC atendendo ao convênio nº 003221/2014 através da SDR Processo nº SDR1000001120/2014, conforme Edital, projeto básico e demais anexos, disponíveis no site www.lebonregis.sc.gov.br. Os envelopes nº. 01 e 02, respectivamente "HABILITAÇÃO" e "PROPOSTA", deverão ser entregues no setor de Compras e Licitações, sito a Rua Artur Barth, 300, Centro, até às 09h00min do dia 14 de julho de 2015. A sessão de abertura será no mesmo dia às 09h10min. Cadastramento conforme Lei 8.666/93. Maiores informações através do e-mail: licitacoes@lebonregis.sc.gov.br ou tel.: (49) 3247-0188.

Lebon Régis, 25 de junho de 2015.

JOSÉ VANDERLEI DE CAMPOS

Presidente.

CONTRATO Nº: 45/2014 LICITAÇÃO: PR7/2014.

EXTRATO 2º TERMO ADITIVO

Contrato Nº: 45/2014 licitação: PR7/2014.

Objeto: O presente termo aditivo visa a alteração das cláusulas segunda e terceira qual trata da vigência do contrato em epígrafe. Contratante: MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS. Contratado: PÚBLICA INFORMÁTICA LTDA - 95.836.771/0001-20. Valor: 70.544,24 (setenta mil quinhentos e quarenta e quatro reais com vinte e quatro centavos). Vigência: 23/04/2015. Término: 23/04/2016.

Lebon Régis, 03/06/2015.

Ludovino Labas

Prefeito Municipal

Leoberto Leal

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 035/2015 - PMLL

MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL

Divisão de Licitações e Compras

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 047/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 035/2015

TIPO: Menor Preço Global. Objeto: Contratação de empresa ou entidade para prestação de serviços de arbitragem dos jogos do 20º Campeonato Municipal de Futebol de Campo, a ser realizado no Município de Leoberto Leal, conforme especificações constantes no Anexo I, que faz parte integrante do Edital de Pregão Presencial nº 035/2015. LEGISLAÇÃO: Lei 8.666/93, Lei Orgânica e o Edital. ABERTURA: Prefeitura Municipal, localizada na Rua Mainolvo Lehmkuhl, 20, Leoberto Leal/SC, às 14h00min (quatorze horas), do dia 10 de julho de 2015. Cópia do Edital pode ser obtida no endereço acima citado. Informações fone: (48) 3268 1212.

Em 29/06/2015.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

Prefeita Municipal.

Lindóia do Sul

PREFEITURA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 01/2015, DE 29 DE JUNHO DE 2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 01/2015, DE 29 DE JUNHO DE 2015

Convoca Audiências Públicas

O Prefeito do Município de Lindóia do Sul no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal

RESOLVE:

Art. 1º. Convocar Audiência Pública Municipal em atendimento ao parágrafo único do Art. 48 da Lei Complementar Federal nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal e demais disposições legais aplicáveis, com a finalidade de prestar contas e definir ações e metas com vistas à elaboração:

I – da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, para o exercício 2016;

II – da Lei Orçamentária Anual – LOA, para o exercício 2016;

Art. 2º. Para os fins do disposto no art. 1º deste edital, a Audiência Pública será realizada no dia 17 de julho de 2015 as 14:00 horas nas dependências da Câmara Municipal de Vereadores.

Art. 3º. Ficam convocados todos os cidadãos lindoienses, sociedade civil organizada, conselhos municipais e representações públicas em geral.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul

Pedro Ari Parizotto

Prefeito Municipal

Macieira

PREFEITURA

decreto 1494

DECRETO Nº 1494, 25 de junho de 2015.

APROVA DESMEMBRAMENTO DE ÁREA URBANA QUE ESPECIFICA E, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, SC, no uso de suas atribuições legais, e com base no artigo 11 e seguintes da Lei Complementar Municipal nº 021, de 18 de novembro de 2004 (LEI DE PARCELAMENTO DO SOLO URBANO) c/c a Lei Federal 6.766/79 e a Lei Estadual nº 6.063/1982, e,

CONSIDERANDO o pedido de parcelamento apresentado pelo proprietário do imóvel, Sr. Juliano Tasca;
CONSIDERANDO, ainda, que o pedido preenche os requisitos legais.

DECRETA:

Art. 1º. Fica aprovado o desmembramento do terreno urbano, com área de 752,26 m², de propriedade do Sr. Juliano Tasca, localizado na Rua Angelo Pandini, no perímetro urbano desta cidade, registrado na Matrícula nº 26114, do CRI da Comarca de Caçador, SC, desmembrando em 02 lotes urbanos:

DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO

MEMORIAL DESCRITIVO DA AREA 01 DA MAT. 26.114.

Proprietário: Juliano Tasca.

Localização do imóvel: Rua Ângelo Pandini.

Área: 376,34 m²

Matricula: 26.114 - Comarca de Caçador-SC.

LIMITES:

Noroeste: Dividindo com a matricula nº 26.113 de propriedade de Orfelina Maria de Mello Campagnin, do ponto 1 ao ponto 2, medindo 27,99 metros lineares com azimute 54°50'04".

Nordeste: Dividindo com a matricula nº 32.837 de propriedade da Prefeitura Municipal de Macieira, do ponto 2 ao ponto 2.1, medindo 13,00 metros lineares com azimute 140°00'53".

Sudeste: Dividindo com a área 2 do proprietário, do ponto 2.1 ao ponto 2.2, medindo 27,90 metros lineares com azimute de 232°47'34".

Sudoeste: Dividindo com a Rua Ângelo Pandini, do ponto 2.2 ao ponto 1 medindo 14,00 metros lineares com azimute 319°53'11".

MEMORIAL DESCRITIVO DA AREA 02 DA MAT. 26.114.

Proprietário: Juliano Tasca.

Localização do imóvel: Rua Angelo Pandini.

Área: 375,92 m²

Matricula: 26.114 - Comarca de Caçador-SC.

LIMITES:

Noroeste: Dividindo com a área 01 do proprietário, do ponto 2.2 ao ponto 2.1, medindo 27,90 metros lineares com azimute 52°47'34".

Nordeste: Dividindo com a matricula nº 32.837 de propriedade da Prefeitura Municipal de Macieira, do ponto 2.1 ao ponto 3, medindo 13,00 metros lineares com azimute 140°00'53".

Sudeste: Dividindo com a matricula nº 26.115 de propriedade de Daniela Marques de Oliveira, do ponto 3 ao ponto 4, medindo 27,82 metros lineares com azimute 230°44'22".

Sudoeste: Dividindo com a Rua Ângelo Pandini, do ponto 4 ao ponto 2.2 medindo 14,00 metros lineares com azimute 319°53'11".

Art. 2º. A presente aprovação tem validade de 180 (cento e oitenta) dias, contados da publicação do respectivo ato, sob pena de caducidade, ao teor do art. 18, caput, da Lei 6.766/79.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito de Macieira, SC, em 25 de junho de 2015.

EMERSON ZANELLA

Prefeito Municipal

portaria 3360

PORTARIA N.º 3360/2015

"Cessa os Efeitos da Portaria que Especifica"

O PREFEITO MUNICIPAL DE MACIEIRA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

CESSAR OS EFEITOS da Portaria nº 3265, de 05/01/15, que concedeu Função Gratificada para o servidor Adelir Bertotto, efetivo no cargo de Motorista II, com efeitos a contar deste mês.

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Macieira, em 15 de junho de 2015.

Emerson Zanella

Prefeito Municipal

portaria 3361

PORTARIA N.º 3361/2015

"Prorrogar Licença para Tratamento de Saúde ao Servidor que Especifica".

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o Art. 127 e seguintes úteis, da Lei Complementar nº 002, de 19/06/1995(Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

CONCEDER Licença para Tratamento de Saúde, ao Servidor Público Municipal, Nilo Camuzzato, ocupante do cargo de operador de maquinas medias e pesadas, pelo período de 30 dias, a contar de 08/06/2015, conforme atestado medico em anexo.

Registre-se e publique-se

Macieira- SC, 15 de junho de 2015.

EMERSON ZANELLA

Prefeito Municipal

portaria 3362

PORTARIA N.º 3362/2015

"Prorrogar Licença para Tratamento de Saúde ao Servidor que Especifica".

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o Art. 127 e seguintes úteis, da Lei Complementar nº 002, de 19/06/1995(Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

PRORROGAR Licença para Tratamento de Saúde, do Servidor Público Municipal, Silvanir Lidani, ocupante do cargo de Motorista II, até 30/09/2015, conforme resultado de perícia medica em anexo.

Registre-se e publique-se

Macieira- SC, 15 de junho de 2015.

EMERSON ZANELLA

Prefeito Municipal

portaria 3363

PORTARIA N.º 3363/2015

"Conceder Licença para Tratamento de Saúde ao Servidor que Especifica".

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o Art. 108 e seguintes úteis, da Lei Complementar nº 68, de 04/11/2014(Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

CONCEDER Licença para Tratamento de Saúde, ao Servidor Público Municipal, Delfino da Silva, ocupante do cargo de Serviços Gerais II, a partir de 17/06/2015, conforme perícia medica em anexo.

Registre-se e publique-se

Macieira- SC, 17 de junho de 2015.

EMERSON ZANELLA

Prefeito Municipal

portaria 3364

PORTARIA N.º 3364/2015

"Concede Licença para Tratamento de Saúde ao Servidor que Especifica".

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o Art. 127 e seguintes úteis, da Lei Complementar nº 68/2014(Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

CONCEDER Licença para Tratamento de Saúde, aos Servidores Públicos Municipais, abaixo relacionados, conforme atestado medico em anexo.

| NOME | CARGO | A PARTIR DE: | DIAS |
|-----------------------|--------------------|--------------|------------|
| Severino de Oliveira | Tesoureiro | 01 | 08/06/2015 |
| Fabio Piat | Diretor | 01 | 26/05/2015 |
| Alencar Castanheiro | Motorista II | 01 | 15/06/2015 |
| Pedrinho R Bernardino | Motorista II | 01 | 27/05/2015 |
| Ademir J Scapin | Op Maq Leve | 03 | 26/05/2015 |
| Bruna C B de Andrade | Odontóloga | 01 | 26/05/2015 |
| Iana S Abraão | Aux Administrativo | 01 | 02/06/2015 |
| Lucila C Serighelli | Aux Administrativo | 01 | 22/05/2015 |
| Mirian Ap M Solovi | Enfermeira | 01 | 12/06/2015 |
| Mirian Ap M Solovi | Enfermeira | 01 | 11/06/2015 |
| Marina M S Muller | Fisioterapeuta | 01 | 21/05/2015 |
| Marília Civieiro | Ag Com de Saude | 01 | 03/06/2015 |
| Mirian Baptistella | Ag Com de Saude | 01 | 02/06/2015 |
| Taisa Scopel | Nutricionista | 01 | 22/05/2015 |
| Verônica de Almeida | Farmacêutica | 01 | 29/05/2015 |
| Verônica de Almeida | Farmacêutica | 01 | 16/06/2015 |
| Rafael Balbissan | Médico | 01 | 14/05/2015 |
| Rafael Balbissan | Médico | 01 | 29/05/2015 |
| Rafael Balbissan | Médico | 01 | 21/05/2015 |
| Alzira Locatelli | Serv Gerais II | 01 | 01/06/2015 |
| Regina L Telegen | Professora | 01 | 16/06/2015 |
| Alexa R Di Domenico | Professora | 18 | 25/05/2015 |
| Claudia P A Tonello | Professora | 01 | 27/05/2015 |
| Neiva T B Maffessoni | Professora | 01 | 01/06/2015 |
| Cleciane R dos Santos | Professora | 01 | 10/06/2015 |
| Cleciane R dos Santos | Professora | 01 | 10/06/2015 |
| Cleciane R dos Santos | Professora | 01 | 25/05/2015 |
| Kenili Bassani | Professora | 01 | 22/05/2015 |
| Kenili Bassani | Professora | 05 | 15/06/2015 |
| Elaine Vicentin | Professora | 01 | 21/05/2015 |
| Mara R Szalyga | Professora | 01 | 12/06/2015 |
| Ivete R Freitas | Odontóloga | 01 | 12/06/2015 |
| Ivete R Freitas | Odontóloga | 02 | 25/05/2015 |
| Ivete R Freitas | Odontóloga | 02 | 21/05/2015 |
| Maldines Locatelli | Psicóloga | 01 | 16/06/2015 |
| Maldines Locatelli | Psicóloga | 01 | 08/06/2015 |
| Maldines Locatelli | Psicóloga | 01 | 29/05/2015 |
| Daiana Cousseau | Aux Odontóloga | 01 | 22/05/2015 |

Registre-se e publique-se

Macieira- SC, 17 de junho de 2015.

EMERSON ZANELLA

Prefeito Municipal

portaria 3365

PORTARIA N.º 3365/2015

"Exonera, os Servidores que Especifica"

O PREFEITO MUNICIPAL DE MACIEIRA, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o Art. 90, parágrafo 1o, inciso I, da Lei Complementar nº 002/95, de 19/06/1995(Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1o - EXONERAR, os servidores abaixo relacionados:

| NOME | CARGO | EXONERADOS A CONTAR DE |
|----------------------------|--------------------|------------------------|
| Luciane Scapin Maffioletti | Vigia | 30/06/2015 |
| Rosana Araujo Cardoso | Serviços Gerais II | 30/06/2015 |

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Macieira, em 30 de junho de 2015.

Emerson Zanella

Prefeito Municipal

Mafra

PREFEITURA

PROCESSO SELETIVO PÚBLICO – EDITAL Nº 002/2014-SME - TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº 07

PROCESSO SELETIVO PÚBLICO – EDITAL Nº 002/2014-SME

TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº 07

O Prefeito Municipal e o Secretário Municipal da Educação, com fundamento na Lei Municipal Nº 3.008, de 15 de dezembro de 2005 que dispõe sobre a Contratação Temporária de Excepcional Interesse Público, Lei Complementar Nº 16 de 28 de dezembro de 2005; Lei Nº 3.795 de 04.04.2012, Constituição Federal, Artigo 37, inciso IX, no uso de suas atribuições legais, CONVOCAM os Profissionais a seguir relacionados, aprovados no Processo Seletivo Simplificado- Edital Nº 002/2014, para contratação de membros do magistério, em caráter temporário para o ano letivo de 2015, desta Municipalidade a comparecer no Endereço a seguir:

Praça Desembargador Flávio Tavares, Nº 12- (Prédio da Prefeitura Municipal de Mafrá- SC), no Setor de Recursos Humanos e Qualidade, no dia 02 de julho, às 08h30min.

A Convocação dos candidatos irá respeitar a seguinte ordem, das Áreas/ Disciplinas (abaixo informadas no quadro de vagas), conforme cita o item 7. DA CLASSIFICAÇÃO, que: 7.1. A classificação será efetuada em ordem decrescente dos pontos obtidos, obedecendo a seguinte ordem de classificação:

- a. 1.ª classificação – os HABILITADOS que atingiram a média igual ou superior a 5,0.
- b. 2.ª classificação - os NÃO HABILITADOS que atingiram a média igual ou superior a 5,0.
- c. 3.ª classificação - os HABILITADOS que NÃO atingiram a média 5,0.
- d. 4.ª classificação - os NÃO HABILITADOS que NÃO atingiram a média 5,0.

QUADRO DE VAGAS

01. Área de Atuação: Ensino Fundamental

Disciplina: Inglês

| | | | |
|----|--|--|-------------------|
| A. | Série/Turma: 6º ao 9º ano | Turno: (--) Matutino – (--) Vespertino | |
| | Vaga (C.H.): 10 horas | Início: --- | Termino: 18/12/15 |
| | Local: EMEB Vereador Evaldo Steidel | Professor Titular: Luciana Steffens | |
| | Obs. Professora assumiu a Direção da Unidade Escolar | | |

02. Área de Atuação: Ensino Fundamental

Disciplina: Geografia

| | | | |
|----|---------------------------|--|-------------------|
| A. | Série/Turma: 6º ao 9º ano | Turno: (--) Matutino – (05) Vespertino | |
| | Vaga (C.H.): 05 horas | Início: --- | Termino: 18/12/15 |
| | Local: CEM Anjo da Guarda | Professor Titular: -- | |
| | Obs. Desistência de ACT | | |

03. Área de Atuação: Ensino Fundamental

Disciplina: Educação Física

| | | | |
|----|----------------------------|--|-------------------|
| A. | Série/Turma: 1º ao 5º ano | Turno: (x) Matutino – (x) Vespertino | |
| | Vaga (C.H.): 15 horas | Início: --- | Termino: 18/12/15 |
| | Local: EMEB General Ozorio | Professor Titular: -- | |
| | Obs. Desistência de ACT | | |

| | | | |
|----|---|--|-------------------|
| A. | Série/Turma: Educação Infantil | Turno: (--) Matutino – (05) Vespertino | |
| | Vaga (C.H.): 05 horas | Início: --- | Termino: 18/12/15 |
| | Local: CEIM Ana Rank | Professor Titular: Antoninho Turkot | |
| | Obs. Professor em atribuição de exercício no CEM Beija-Flor | | |

04. Área de Atuação: Educação Infantil

Disciplina: Educação Infantil

| | | | |
|----|--|--|-------------------|
| A. | Série/Turma: Jardim II | Turno: (x) Matutino – (x) Vespertino | |
| | Vaga (C.H.): 40 horas ou 2 de 20 h | Início: --- | Termino: 18/12/15 |
| | Local: CEM Anjo da Guarda | Professor Titular: Ieda T. Moraes Raldi | |
| | Obs. Professora em exercício no CEIM Comecinho de Vida | | |

| | | | |
|----|--|--|-------------------|
| B. | Série/Turma: Jardim II | Turno: () Matutino – (x) Vespertino | |
| | Vaga (C.H.): 20 horas | Início: --- | Termino: 18/12/15 |
| | Local: Avencal do Saltinho | Professor Titular: Adriana C. Schafascheck | |
| | Obs. Professora assumiu direção de U. E. | | |

Obs. De acordo com o Edital 002/2014: 9.10. Quando não houver candidato para a vaga de determinada disciplina, que seja observada a disponibilidade dos inscritos nas áreas afins (respeitando a classificação);

O Candidato Classificado que não se apresentar no Setor de Recursos Humanos e Qualidade, da Prefeitura Municipal de Mafrá, sito à Praça Desembargador Flávio Tavares, Nº 12, no dia 02/07/15, às 08h30min perderá o direito às VAGAS especificadas neste Termo de Convocação.

Mafrá, 29 de junho de 2015.

ABEL BICHESKI

Prefeito em Exercício do Município de Mafrá

EUTIDES TAVARES

Secretário Municipal de Educação

Maravilha

PREFEITURA

Decreto nº 65/2015

DECRETO Nº 65, DE 29 DE JUNHO DE 2015.

Designa servidora municipal e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Designa a servidora pública municipal Júlia Gabriela Schverz para responder pela Tesouraria do Município, efetuando pagamentos, transferências bancárias e assinando cheques, quando na ausência da Tesoureira Tânia Maria Zanotto.

Art. 2º A servidora designada não terá acréscimo em sua remuneração.

Art. 3º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha - SC, 29 de junho de 2015.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

SANDRO DONATI

Sec. Planej. Adm e Fazenda

EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº 09

EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA nº. 09/2015

ROSIMAR MALDANER, Prefeita Municipal de Maravilha, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e em cumprimento ao que dispõe o Decreto Lei n.º 195/67 de 24 de fevereiro de 1967, Lei Municipal n.º 1942/93 e Lei Complementar n.º 74/2015 de 24 de junho de 2015, faz saber a quem interessar possa, que o Município de Maravilha lança EDITAL DEMONSTRANDO OS CUSTOS DA OBRA, COM FINS DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA, para ressarcimento parcial ao erário público municipal, dos valores despendidos nas obras de pavimentação asfáltica, compreendendo as seguintes vias públicas da cidade de Maravilha:

1- LOCAL:

RUA INDEPENDÊNCIA - trecho I (entre a Avenida Anita Garibaldi e a Avenida Sul Brasil) na extensão de 3.875,10m², RUA INDEPENDÊNCIA - trecho II (entre a Avenida Sul Brasil e a Avenida Padre Antônio) na extensão de 1.444,66m², RUA PRINCESA ISABEL (trecho entre a Avenida Anita Garibaldi e a Avenida Sete de Setembro) na extensão de 1.581,93m², RUA SÃO FRANCISCO (trecho entre a Avenida Sul Brasil e a Avenida Maravilha) na extensão de 1.388,64m² e TRAVESSA DAS ROSAS (trecho entre a Rua General Eurico e Rua José Bonifácio) na extensão de 1.228,02m².

2- MEMORIAL DESCRITIVO DO PROJETO

O presente memorial descreve normas para a execução dos serviços de pavimentação asfáltica em via urbana da cidade, compreendendo todas as atividades necessárias para a execução da obra, nos termos definidos no processo licitatório nº 698/2015 na modalidade de Concorrência pública n. 002/2015, e de acordo com o orçamento global da obra efetuado pelo engenheiro civil Jorge Luiz Dummer.

As obras compreenderão os seguintes serviços:

1. Placa da obra e serviços preliminares;
2. Drenagem Pluvial;
3. Pavimentação asfáltica em C.B.U.Q;
4. Controle Tecnológico;
5. Sinalização viária.

| PLANILHAS QUANTITATIVAS E ORÇAMENTÁRIAS | | | | | |
|--|---|----------------|------------|-------------------|-------------------|
| LOCALIZAÇÃO: Rua Independência - Trecho I - (entre a Avenida Anita Garibaldi e a Avenida Sul Brasil) | | | | | |
| ITEM | DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS | UNID. | QUANTIDADE | VALOR UNIT. (R\$) | VALOR TOTAL (R\$) |
| 1 | Placa da obra e serviços preliminares | | | | |
| 1.1 | Placa da obra 2,00 X 1,50m (padrão Município) chapa metálica | m ² | 3,00 | 470,00 | 1.410,00 |
| 1.2 | Locação topográfica das obras (pavimentação, sinalização, etc.) | m ² | 3875,10 | 0,44 | 1.705,04 |

| | | | | | |
|--------------------|--|------------|---------|----------|-----------|
| | Total do item 1 | 3.115,04 | | | |
| 2 | Pavimentação | | | | |
| 2.1 | Lavagem da pista existente (calçamento) | m² | 3875,10 | 1,14 | 4.417,61 |
| 2.2 | Pintura de ligação com RR-2C a taxa de 0,60L/m² (antes da reperfilagem) | m² | 3875,10 | 1,57 | 6.083,91 |
| 2.4 | Reperfilagem asfáltica em C.B.U.Q., esp. média 4cm | ton. | 387,51 | 242,00 | 93.777,42 |
| 2.5 | Capa asfáltica em C.B.U.Q., esp. média 4cm | ton. | 387,51 | 242,00 | 93.777,42 |
| 2.6 | Transporte de C.B.U.Q. (DMT<10km) | ton. | 7750,20 | 0,67 | 5.192,63 |
| | Total do item 2 | 203.248,99 | | | |
| 3 | Controle tecnológico | | | | |
| 3.1 | Laudo técnico atestando granulometria, espessura e teor de asfalto | unid. | 1,00 | 1.800,00 | 1.800,00 |
| | Total do item 3 | 1.800,00 | | | |
| 4 | Drenagem pluvial | | | | |
| 4.1 | Remoção da pavimentação existente (calçamento/asfalto) c/ transp. E=12,5cm | m³ | 10,87 | 11,28 | 122,61 |
| 4.2 | Esc. mec. de valas para obras de arte correntes - 2ª cat. | m³ | 103,53 | 13,27 | 1.373,84 |
| 4.3 | Reaterro e apiloamento em camadas de 20cm. | m³ | 87,00 | 24,49 | 2.130,63 |
| 4.4 | Fornecimento de transporte de BSTC D=40cm PS2 PB | m | 87,00 | 32,73 | 2.847,51 |
| 4.5 | Assentamento de BSTC D=40cm | m | 87,00 | 18,92 | 1.646,04 |
| 4.6 | Selo de dreno com base de brita graduada (esp. 15cm) | m³ | 13,05 | 162,33 | 2.118,41 |
| 4.7 | Pintura de ligação c/ RR-2C à taxa de 0,60 L/m² (antes da reperfilagem) | m² | 87,00 | 1,57 | 136,59 |
| 4.8 | Capa asfáltica em C.B.U.Q. (esp. média 5cm) | ton. | 10,88 | 242,00 | 2.632,96 |
| 4.9 | Transporte de C.B.U.Q. (DMT<10km) | ton.xKm | 108,75 | 0,67 | 72,86 |
| 4.10 | Caixa coletora c/ boca de lobo em alvenaria p/ BSTC D=30/40/60cm H<1,2m, esp. da parede =20cm. | unid. | 4,00 | 1.378,00 | 5.512,00 |
| 4.11 | Caixa de ligação em alvenaria p/ BSTC D=30/40/60cm H<1,0m, esp. da parede =20cm. | unid. | 2,00 | 916,45 | 1.832,90 |
| | Total do item 4 | 20.426,35 | | | |
| 5 | Sinalização | | | | |
| 5.1 | Pintura de faixa horizontal com tinta acrílica amarela/branca | m² | 95,74 | 20,96 | 2.006,71 |
| 5.2 | Pintura de setas/dizeres e faixas na pista | m² | 54,08 | 20,96 | 1.133,52 |
| 5.3 | Sinalização placas D=60cm – h=2,10m (urbana/semi-refletiva) | m² | 2,40 | 162,03 | 388,87 |
| 5.4 | Suporte para placas (com tubos de aço cod. 00021003) substituindo os de madeira | unid. | 8,00 | 41,92 | 335,36 |
| 5.5 | Placas de sinalização c/ indicação de "nome de rua - c/ duas descrições | m² | 0,40 | 162,03 | 64,81 |
| 5.6 | Suporte para placas (com tubos de aço cod. 00021003) substituindo os de madeira | unid. | 2,00 | 41,92 | 83,84 |
| | Total do item 5 | 4.013,11 | | | |
| VALOR TOTAL GLOBAL | 232.603,49 | | | | |

(Duzentos e trinta e dois reais, seiscentos e três reais e quarenta e nove centavos)

LOCALIZAÇÃO: Rua Independência - Trecho II - (entre a Avenida Sul Brasil e a Avenida Padre Antônio)

| ITEM | DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS | UNID. | QUANTI-DADE | VALOR UNIT. (R\$) | VALOR TOTAL (R\$) |
|--------------------|---|----------|-------------|-------------------|-------------------|
| 1 | Placa da obra e serviços preliminares | | | | |
| 1.2 | Locação topográfica das obras (pavimentação, sinalização, etc.) | m² | 1444,66 | 0,44 | 635,65 |
| | Total do item 1 | 635,65 | | | |
| 2 | Pavimentação | | | | |
| 2.1 | Lavagem da pista existente (calçamento) | m² | 1444,66 | 1,14 | 1.646,91 |
| 2.2 | Pintura de ligação com RR-2C a taxa de 0,60L/m² (antes da reperfilagem) | m² | 1444,66 | 1,57 | 2.268,12 |
| 2.4 | Reperfilagem asfáltica em C.B.U.Q., esp. média 4cm | ton. | 144,46 | 242,00 | 34.959,32 |
| 2.5 | Capa asfáltica em C.B.U.Q., esp. média 4cm | ton. | 144,46 | 242,00 | 34.959,32 |
| 2.6 | Transporte de C.B.U.Q. (DMT<10km) | ton. | 2889,37 | 0,67 | 1.935,88 |
| | Total do item 2 | 5.769,55 | | | |
| 3 | Controle tecnológico | | | | |
| 3.1 | Laudo técnico atestando granulometria, espessura e teor de asfalto | unid. | 1,00 | 1.800,00 | 1.800,00 |
| | Total do item 3 | 1.800,00 | | | |
| 4 | Sinalização | | | | |
| 4.1 | Pintura de faixa horizontal com tinta acrílica amarela/branca | m² | 34,07 | 20,96 | 714,11 |
| 4.2 | Pintura de setas/dizeres e faixas na pista | m² | 16,00 | 20,96 | 335,36 |
| 4.3 | Sinalização placas D=60cm – h=2,10m (urbana/semi-refletiva) | m² | 1,20 | 162,03 | 194,44 |
| 4.4 | Suporte para placas (com tubos de aço cod. 00021003) substituindo os de madeira | unid. | 4,00 | 41,92 | 167,68 |
| | Total do item 4 | 1.411,59 | | | |
| VALOR TOTAL GLOBAL | | | | | 79.616,79 |

(Setenta e nove mil, seiscentos e dezesseis reais e setenta e nove centavos)

| LOCALIZAÇÃO: Rua Princesa Isabel (trecho entre a Avenida Anita Garibaldi e a Avenida Sete de Setembro) | | | | | |
|--|--|-----------|-------------|-------------------|-------------------|
| ITEM | DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS | UNID. | QUANTI-DADE | VALOR UNIT. (R\$) | VALOR TOTAL (R\$) |
| 1 | Placa da obra e serviços preliminares | | | | |
| 1.1 | Placa da obra 2,00 X 1,50m (padrão Município) chapa metálica | m² | 3,00 | 470,00 | 1.410,00 |
| 1.2 | Locação topográfica das obras (pavimentação, sinalização, etc.) | m² | 1581,93 | 0,44 | 696,05 |
| | Total do item 1 | 2.106,05 | | | |
| 2 | Pavimentação | | | | |
| 2.1 | Lavagem da pista existente (calçamento) | m² | 1581,93 | 1,14 | 1.803,40 |
| 2.2 | Pintura de ligação com RR-2C a taxa de 0,60L/m² (antes da reperfilagem) | m² | 1581,93 | 1,57 | 2.483,63 |
| 2.4 | Reperfilagem asfáltica em C.B.U.Q. esp. média 4cm | ton. | 158,19 | 242,00 | 38.281,98 |
| 2.5 | Capa asfáltica em C.B.U.Q., esp. média 4cm | ton. | 158,19 | 242,00 | 38.281,98 |
| 2.6 | Transporte de C.B.U.Q. (DMT<10km) | ton. | 3163,80 | 0,67 | 2.119,75 |
| | Total do item 2 | 2.970,74 | | | |
| 3 | Controle tecnológico | | | | |
| 3.1 | Laudo técnico atestando granulometria, espessura e teor de asfalto | unid. | 1,00 | 1.800,00 | 1.800,00 |
| | Total do item 3 | 1.800,00 | | | |
| 4 | Drenagem pluvial | | | | |
| 4.1 | Remoção da pavimentação existente (calçamento/asfalto) c/ transp. E=12,5cm | m³ | 11,13 | 11,28 | 125,55 |
| 4.2 | Esc. mec. de valas para obras de arte correntes - 2ª cat. | m³ | 105,91 | 13,27 | 1.405,43 |
| 4.3 | Reaterro e apiloamento em camadas de 20cm. | m³ | 89,00 | 24,49 | 2.179,61 |
| 4.4 | Fornecimento de transporte de BSTC D=40cm PS2 PB | m | 89,00 | 32,73 | 2.912,97 |
| 4.5 | Assentamento de BSTC D=40cm | m | 89,00 | 18,92 | 1.683,88 |
| 4.6 | Selo de dreno com base de brita graduada (esp. 15cm) | m³ | 13,35 | 162,33 | 2.167,11 |
| 4.7 | Pintura de ligação c/ RR-2C à taxa de 0,60 L/m² (antes da reperfilagem) | m² | 89,00 | 1,57 | 139,73 |
| 4.8 | Capa asfáltica em C.B.U.Q. (esp. média 5cm) | ton. | 11,13 | 242,00 | 2.693,46 |
| 4.9 | Transporte de C.B.U.Q. (DMT<10km) | ton.xKm | 111,25 | 0,67 | 74,54 |
| 4.10 | Caixa coletora c/ boca de lobo em alvenaria p/ BSTC D=30/40/60cm H<1,2m, esp. da parede =20cm. | unid. | 2,00 | 1.378,00 | 2.756,00 |
| | Total do item 4 | 16.138,28 | | | |
| 5 | Sinalização | | | | |
| 5.1 | Pintura de faixa horizontal com tinta acrílica amarela/branca | m² | 21,46 | 20,96 | 449,80 |
| 5.2 | Pintura de setas/dizeres e faixas na pista | m² | 51,35 | 20,96 | 1.076,30 |
| 5.3 | Sinalização placas D=60cm – h=2,10m (urbana/semi-refletiva) | m² | 1,20 | 162,03 | 194,44 |
| 5.4 | Suporte para placas (com tubos de aço cod. 00021003) substituindo os de madeira | unid. | 4,00 | 41,92 | 167,68 |
| 5.5 | Placas de sinalização c/ indicação de "nome de rua - c/ duas descrições | m² | 0,40 | 162,03 | 64,81 |
| 5.6 | Suporte para placas (com tubos de aço cod. 00021003) substituindo os de madeira | unid. | 2,00 | 41,92 | 83,84 |
| | Total do item 5 | 2.036,87 | | | |
| VALOR TOTAL GLOBAL | | | | | 105.051,94 |
| (Cento e cinco mil, cinquenta e um reais e noventa e quatro centavos) | | | | | |

| LOCALIZAÇÃO: Rua São Francisco (trecho entre a Avenida Sul Brasil e a Avenida Maravilha) | | | | | |
|--|--|-----------|-------------|-------------------|-------------------|
| ITEM | DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS | UNID. | QUANTI-DADE | VALOR UNIT. (R\$) | VALOR TOTAL (R\$) |
| 1 | Placa da obra e serviços preliminares | | | | |
| 1.1 | Placa da obra 2,00 X 1,50m (padrão Município) chapa metálica | m² | 3,00 | 470,00 | 1.410,00 |
| 1.2 | Locação topográfica das obras (pavimentação, sinalização, etc.) | m² | 1388,64 | 0,44 | 611,00 |
| | Total do item 1 | 2.021,00 | | | |
| 2 | Pavimentação | | | | |
| 2.1 | Lavagem da pista existente (calçamento) | m² | 1388,64 | 1,14 | 1.583,05 |
| 2.2 | Pintura de ligação com RR-2C a taxa de 0,60L/m² (antes da reperfilagem) | m² | 1388,64 | 1,57 | 2.180,16 |
| 2.4 | Reperfilagem asfáltica em C.B.U.Q. esp. média 4cm | ton. | 138,86 | 242,00 | 33.604,12 |
| 2.5 | Capa asfáltica em C.B.U.Q., esp. média 4cm | ton. | 138,86 | 242,00 | 33.604,12 |
| 2.6 | Transporte de C.B.U.Q. (DMT<10km) | ton. | 2777,24 | 0,67 | 1.860,75 |
| | Total do item 2 | 72.832,20 | | | |
| 3 | Controle tecnológico | | | | |
| 3.1 | Laudo técnico atestando granulometria, espessura e teor de asfalto | unid. | 1,00 | 1.800,00 | 1.800,00 |
| | Total do item 3 | 1.800,00 | | | |
| 4 | Drenagem pluvial | | | | |
| 4.1 | Remoção da pavimentação existente (calçamento/asfalto) c/ transp. E=12,5cm | m³ | 7,43 | 11,28 | 83,81 |
| 4.2 | Esc. mec. de valas para obras de arte correntes - 2ª cat. | m³ | 64,26 | 13,27 | 852,73 |
| 4.3 | Reaterro e apiloamento em camadas de 20cm. | m³ | 54,00 | 24,49 | 1.322,46 |
| 4.4 | Fornecimento de transporte de BSTC D=40cm PS2 PB | m | 54,00 | 32,73 | 1.767,42 |
| 4.5 | Assentamento de BSTC D=40cm | m | 54,00 | 18,92 | 1.021,68 |
| 4.6 | Selo de dreno com base de brita graduada (esp. 15cm) | m³ | 8,10 | 162,33 | 1.314,87 |
| 4.7 | Pintura de ligação c/ RR-2C à taxa de 0,60 L/m² (antes da reperfilagem) | m² | 54,00 | 1,57 | 84,78 |

| | | | | | |
|--|--|-----------|-------|----------|-----------|
| 4.8 | Capa asfáltica em C.B.U.Q. (esp. média 5cm) | ton. | 6,75 | 242,00 | 1.633,50 |
| 4.9 | Transporte de C.B.U.Q. (DMT<10km) | ton.xKm | 67,50 | 0,67 | 45,23 |
| 4.10 | Caixa coletora c/ boca de lobo em alvenaria p/ BSTC D=30/40/60cm H<1,2m, esp. da parede =20cm. | unid. | 3,00 | 1.378,00 | 4.134,00 |
| 4.11 | Caixa de ligação em alvenaria p/ BSTC D=30/40/60cm H<1,0m, esp. da parede =20cm. | unid. | 1,00 | 916,45 | 916,45 |
| | Total do item 4 | 13.176,93 | | | |
| 5 | Sinalização | | | | |
| 5.1 | Pintura de faixa horizontal com tinta acrílica amarela/branca | m² | 79,41 | 20,96 | 1.664,43 |
| 5.2 | Pintura de setas/dizeres e faixas na pista | m² | 36,84 | 20,96 | 772,17 |
| 5.3 | Sinalização placas D=60cm – h=2,10m (urbana/semi-refletiva) | m² | 1,50 | 162,03 | 243,05 |
| 5.4 | Suporte para placas (com tubos de aço cod. 00021003) substituindo os de madeira | unid. | 5,00 | 41,92 | 209,60 |
| 5.5 | Placas de sinalização c/ indicação de "nome de rua - c/ duas descrições | m² | 0,20 | 162,03 | 32,41 |
| 5.6 | Suporte para placas (com tubos de aço cod. 00021003) substituindo os de madeira | unid. | 1,00 | 41,92 | 41,92 |
| | Total do item 5 | 2.963,58 | | | |
| VALOR TOTAL GLOBAL | | | | | 92.793,71 |
| (Noventa e dois mil, setecentos e noventa e três reais e setenta e um centavo) | | | | | |

LOCALIZAÇÃO: Travessa das Rosas (trecho entre a Rua General Eurico e Rua José Bonifácio)

| ITEM | DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS | UNID. | QUANTI-DADE | VALOR UNIT. (R\$) | VALOR TO-TAL (R\$) |
|--|--|-----------|-------------|-------------------|--------------------|
| 1 | Placa da obra e serviços preliminares | | | | |
| 1.1 | Placa da obra 2,00 X 1,50m (padrão Município) chapa metálica | m² | 3,00 | 470,00 | 1.410,00 |
| 1.2 | Locação topográfica das obras (pavimentação, sinalização, etc.) | m² | 1228,02 | 0,44 | 540,33 |
| | Total do item 1 | 1.950,33 | | | |
| 2 | Pavimentação | | | | |
| 2.1 | Lavagem da pista existente (calçamento) | m² | 1228,02 | 1,14 | 1.399,94 |
| 2.2 | Pintura de ligação com RR-2C a taxa de 0,60L/m² (antes da reperfilagem) | m² | 1228,02 | 1,57 | 1.927,99 |
| 2.4 | Reperfilagem asfáltica em C.B.U.Q. esp. média 4cm | ton. | 122,80 | 242,00 | 29.717,60 |
| 2.5 | Capa asfáltica em C.B.U.Q., esp. média 4cm | ton. | 122,80 | 242,00 | 29.717,60 |
| 2.6 | Transporte de C.B.U.Q. (DMT<10km) | ton. | 2456,00 | 0,67 | 1.645,52 |
| | Total do item 2 | 64.408,65 | | | |
| 3 | Controle tecnológico | | | | |
| 3.1 | Laudo técnico atestando granulometria, espessura e teor de asfalto | unid. | 1,00 | 1.800,00 | 1.800,00 |
| | Total do item 3 | 1.800,00 | | | |
| 4 | Drenagem pluvial | | | | |
| 4.1 | Remoção da pavimentação existente (calçamento/asfalto) c/ transp. E=12,5cm | m³ | 15,88 | 11,28 | 179,13 |
| 4.2 | Esc. mec. de valas para obras de arte correntes - 2ª cat. | m³ | 151,13 | 13,27 | 2.005,50 |
| 4.3 | Reaterro e apiloamento em camadas de 20cm. | m³ | 127,00 | 24,49 | 3.110,23 |
| 4.4 | Fornecimento de transporte de BSTC D=40cm PS2 PB | m | 127,00 | 32,73 | 4.156,71 |
| 4.5 | Assentamento de BSTC D=40cm | m | 127,00 | 18,92 | 2.402,84 |
| 4.6 | Selo de dreno com base de brita graduada (esp. 15cm) | m³ | 19,05 | 162,33 | 3.092,39 |
| 4.7 | Pintura de ligação c/ RR-2C à taxa de 0,60 L/m² (antes da reperfilagem) | m² | 127,00 | 1,57 | 199,39 |
| 4.8 | Capa asfáltica em C.B.U.Q. (esp. média 5cm) | ton. | 15,88 | 242,00 | 3.842,96 |
| 4.9 | Transporte de C.B.U.Q. (DMT<10km) | ton.xKm | 158,75 | 0,67 | 106,36 |
| 4.10 | Caixa coletora c/ boca de lobo em alvenaria p/ BSTC D=30/40/60cm H<1,2m, esp. da parede =20cm. | unid. | 4,00 | 1.378,00 | 5.512,00 |
| 4.11 | Caixa de ligação em alvenaria p/ BSTC D=30/40/60cm H<1,0m, esp. da parede =20cm. | unid. | 2,00 | 916,45 | 1.832,90 |
| | Total do item 4 | 26.440,41 | | | |
| 5 | Sinalização | | | | |
| 5.1 | Pintura de faixa horizontal com tinta acrílica amarela/branca | m² | 43,33 | 20,96 | 908,20 |
| 5.2 | Pintura de setas/dizeres e faixas na pista | m² | 15,70 | 20,96 | 329,07 |
| 5.3 | Sinalização placas D=60cm – h=2,10m (urbana/semi-refletiva) | m² | 1,20 | 162,03 | 194,44 |
| 5.4 | Suporte para placas (com tubos de aço cod. 00021003) substituindo os de madeira | unid. | 4,00 | 41,92 | 167,68 |
| 5.5 | Placas de sinalização c/ indicação de "nome de rua - c/ duas descrições | m² | 0,40 | 162,03 | 64,81 |
| 5.6 | Suporte para placas (com tubos de aço cod. 00021003) substituindo os de madeira | unid. | 2,00 | 41,92 | 83,84 |
| | Total do item 5 | 1.748,04 | | | |
| VALOR TOTAL GLOBAL | | | | | 96.347,43 |
| (Noventa e seis mil, trezentos e quarenta e sete reais e quarenta e três centavos) | | | | | |

3- DELIMITAÇÃO DA ZONA DE INFLUÊNCIA

A Contribuição de Melhoria contemplara os imóveis situados nas áreas diretamente beneficiada pela obra, ou seja, dos imóveis confrontantes com a RUA INDEPENDÊNCIA - trecho I (entre a Avenida Anita Garibaldi e a Avenida Sul Brasil) na extensão de 3.875,10m², RUA INDEPENDÊNCIA - trecho II (entre a Avenida Sul Brasil e a Avenida Padre Antônio) na extensão de 1.444,66m², RUA PRINCESA ISABEL (trecho entre a Avenida Anita Garibaldi e a Avenida Sete de Setembro) na extensão de 1.581,93m², RUA SÃO FRANCISCO (trecho entre a Avenida Sul Brasil e a Avenida Maravilha) na extensão de 1.388,64m² e TRAVESSA DAS ROSAS (trecho entre a Rua General Eurico e Rua José Bonifácio) na extensão de 1.228,02m². Os proprietários dos imóveis diretamente beneficiados com a obra são os constantes no anexo

I do presente edital, juntamente com a avaliação destes antes da realização da obra pública de pavimentação asfáltica.

4- DISPOSIÇÕES GERAIS

São partes integrantes deste edital a relação dos imóveis abrangidos e respectivos contribuintes.

Os proprietários dos imóveis que serão beneficiados com a obra de que trata o presente edital têm o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data da publicação do mesmo, para a impugnação de quaisquer dos elementos constantes, que estão à disposição dos interessados na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, durante o horário de expediente, cabendo ao impugnante o ônus da prova.

A impugnação deverá ser dirigida à Administração Municipal através de petição, que servirá para o início do processo administrativo, na qual o proprietário poderá reclamar contra eventuais erros de localização, cálculos, custo da obra e valor dos imóveis.

5- DISPOSIÇÕES FINAIS

Demais informações poderão ser obtidas pelo contribuinte no Setor de Tributação da Secretaria Municipal do Planejamento, Administração e Fazenda.

Maravilha, SC, 26 de junho de 2015.

ROSIMAR MALDANER

Prefeita Municipal

ANEXO I

AO EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA nº. 09/2015

RUA INDEPENDÊNCIA - trecho I (entre a Avenida Anita Garibaldi e a Avenida Sul Brasil)

| Cadastro | Proprietário | Quadra | Lote | Valor venal territorial antes da obra pública (valor em R\$) |
|----------|------------------------------------|--------|--------|--|
| 497500-0 | VALMOR HEITOR DIETRICH | 34 | P/5 A | R\$ 168.075,00 |
| 497400-0 | NAIR BORGES FABRIS | 34 | 4 | R\$ 224.100,00 |
| 497300-0 | LAURI ZANOLLA | 34 | P/3 | R\$ 242.028,00 |
| 497101-0 | LUCIANA FÁTIMA DALMOLIN | 34 | P/1 | R\$ 162.950,40 |
| 500100-0 | JOAO CELIO GOMES BOEIRA | 31 | P/9 B | R\$ 254.946,09 |
| 500200-0 | ROBERTO CHIESA E VALDIR CHIESA | 31 | P/9 A | R\$ 140.062,50 |
| 500300-0 | AURELIO WAGNER | 31 | 10 | R\$ 245.763,00 |
| 500400-0 | EDISON KANITZ BERSCH | 31 | 11 | R\$ 245.763,00 |
| 500501-0 | ARI GHISLERI | 31 | P/12 B | R\$ 78.551,53 |
| 500500-0 | CLAUDIO BRUXEL | 31 | P/12 A | R\$ 78.551,53 |
| 498300-0 | CASSIANO E GELSON PALOMBIT | 31 | P/12 | R\$ 202.500,00 |
| 420400-0 | GUILHERME HIGINO ZABOT | 32 | P/9 A | R\$ 288.967,50 |
| 420401-0 | HOLDEMAR TEGE | 32 | P/9 B | R\$ 77.314,50 |
| 420600-0 | JOÃO CARLOS DEFAVERI | 32 | P/10 A | R\$ 119.395,50 |
| 420601-0 | ENEIDA FURLAN | 32 | P/10 B | R\$ 119.395,50 |
| 421000-0 | EDINA TEREZINHA ANTONIO | 32 | P/ 11 | R\$ 238.791,00 |
| 418900-0 | IGREJA BATISTA INDEP. DE MARAVILHA | 32 | P/12 A | R\$ 84.169,72 |
| 418901-0 | ASSOC. BENEFICENTE FILADÉLFIA | 32 | P/12 B | R\$ 87.674,64 |
| 418902-0 | ASSOC.DE ROTARYANOS DE MARAVILHA | 32 | P/12 C | R\$ 136.958,45 |

RUA INDEPENDÊNCIA - trecho II (entre a Avenida Sul Brasil e a Avenida Padre Antônio)

| Cadastro | Proprietário | Quadra | Lote | Valor venal territorial antes da obra pública (valor em R\$) |
|----------|--------------------------------------|--------|---------|--|
| 504000-0 | VANDERLEI GARBIM | 33 | PP 6 | R\$ 56.025,00 |
| 503900-0 | JUSCELINO LUIZ FOLLE | 33 | P/5 A | R\$ 93.379,48 |
| 503901-0 | CLAIR JOSE PIZZI | 33 | P/5 B | R\$ 95.865,00 |
| 503800-0 | BENJAMIN PREZOTTO | 33 | 4 E | R\$ 117.652,50 |
| 503701-0 | JUCINEI ZANOLLA | 33 | P/3-4 D | R\$ 117.652,50 |
| 503700-0 | EDERVAL PIGATTO | 33 | P/3 C | R\$ 117.652,50 |
| 503601-0 | DANIEL DE BASTIANI | 33 | P/2-3 B | R\$ 117.652,50 |
| 503600-0 | DARCILO LUIS FEIX | 33 | P/2 A | R\$ 78.435,00 |
| 503500-0 | LAUDEMAR SCHUH | 33 | P/ 1 | R\$ 252.421,88 |
| 506400-0 | VALDIR BENNEMBERGER | 30 | 9 | R\$ 249.983,55 |
| 506500-0 | LUIZ MARIO CHEQUETTO | 30 | 10 | R\$ 245.763,00 |
| 506600-0 | VILMAR ZANINI | 30 | 11 | R\$ 245.763,00 |
| 506700-0 | VALADAR SILVEIRA ANTUNES | 30 | P/ 12 | R\$ 121.000,06 |
| 505100-0 | IGREJA EVANGÉLICA ASSEMBLEIA DE DEUS | 30 | P/ 12 | R\$ 83.863,20 |

RUA PRINCESA ISABEL (trecho entre a Avenida Anita Garibaldi e a Avenida Sete de Setembro)

| Cadastro | Proprietário | Quadra | Lote | Valor venal territorial antes da obra pública (valor em R\$) |
|----------|--------------|--------|------|--|
|----------|--------------|--------|------|--|

| | | | | |
|----------|---|----|-------|----------------|
| 419400-0 | COM. EVANG. LUT. REDENTOR DE MH. | 32 | 1 | R\$ 497.812,50 |
| 419500-0 | MARLENE SALETE KIST | 32 | 2 | R\$ 382.445,00 |
| 419600-0 | EDWALD BERNHARD HOFFMANN | 32 | 3 | R\$ 385.176,75 |
| 419700-0 | TIGRAO COMERCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE TABACOS EIRELI | 32 | P/4 | R\$ 175.612,50 |
| 419800-0 | NILSON DE BONA | 32 | P/4 A | R\$ 105.367,50 |
| 419801-0 | NILSON DE BONA | 32 | P/4 B | R\$ 141.750,00 |
| 422900-0 | DALIRIO FIORENTINI | 29 | P/9 | R\$ 359.235,00 |
| 423100-0 | CECILIO REONILDO DELAZERE E EDEMAR DELAZERE | 29 | P/9 | R\$ 131.709,38 |
| 423200-0 | MARLENE ZANOLLA | 29 | 10 | R\$ 385.176,75 |
| 423300-0 | LOURDES CAROLINA DOS SANTOS | 29 | 11 | R\$ 382.445,00 |
| 421100-0 | TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DE SC | 29 | 12 | R\$ 497.812,50 |

RUA SÃO FRANCISCO (trecho entre a Avenida Sul Brasil e a Avenida Maravilha)

| Cadastro | Proprietário | Quadra | Lote | Valor venal territorial antes da obra pública (valor em R\$) |
|----------|-------------------------------|--------|-----------|--|
| 496200-0 | SÉRGIO LUIZ SCHUH | 34 | P/12 | R\$ 225.168,39 |
| 496300-0 | HARY NELSON NEUMANN | 34 | P/13 B | R\$ 125.348,09 |
| 496400-0 | ILSON ANTONIO ZORGETZ | 34 | P/13 A | R\$ 85.958,04 |
| 496500-0 | JASIR MAXIMINO FEDERIZZI | 35 | P/14 F | R\$ 92.351,61 |
| 495000-0 | CLAUDIR SANSIGOLO | 34 | P/14 E | R\$ 80.676,00 |
| 495001-0 | DULCE ROOS WAGNER | 34 | P/14 E | R\$ 163.261,44 |
| 494900-0 | VALDIR SABEDOT | 5 | 33 | R\$ 221.323,50 |
| 494800-0 | NAYANE E JOÃO RAFAEL DE GODOY | 5 | 32 | R\$ 122.358,60 |
| 494700-0 | GLADIS IRMA BECKER | 5 | 31 | R\$ 123.255,00 |
| 494600-0 | ADILSON SCHERER | 5 | P/30 A | R\$ 114.273,60 |
| 494601-0 | OLIDES GIACOMELLI | 5 | P/29-30 B | R\$ 103.924,80 |
| 494602-0 | M.O FROZZA EIRELI ME | 5 | P/29 C | R\$ 164.160,00 |

TRAVESSA DAS ROSAS (trecho compreendido entre a Rua General Eurico e Rua José Bonifácio)

| Cadastro | Proprietário | Quadra | Lote | Valor venal territorial antes da obra pública (valor em R\$) |
|----------|---|--------|--------|--|
| 27800-0 | MARIO SERGIO PIRES PINHEIRO/JOICE T.A. DRIES PINHEIRO | 2 | 9 e 10 | R\$ 256.060,00 |
| 28000-0 | VANDERLEI LUIS RIFFEL | 2 | 8 | R\$ 130.200,00 |
| 28100-0 | ASTA DIVA LINEBURGER NERLING | 2 | 7 | R\$ 130.200,00 |
| 28200-0 | ANGELA GIUSTI BENINI | 2 | 6 | R\$ 130.200,00 |
| 28300-0 | ELIZEU MARIO HERMANN | 2 | 5 | R\$ 130.200,00 |
| 28400-0 | FLORINDO JUNG | 2 | 4 | R\$ 130.200,00 |
| 28500-0 | SALETE FRUMI | 2 | 3 | R\$ 130.200,00 |
| 28600-0 | PAULO ELIZEU PISSATTO | 2 | 1 | R\$ 130.200,00 |
| 25500-0 | MARINES RUBINI FORESTI | 3 | 8 | R\$ 156.147,00 |
| 25400-0 | CLAIR INES IARONKA TREVISAN | 3 | 7 | R\$ 181.350,00 |
| 25300-0 | ANILDO HELMUTH DUNKE | 3 | 6 | R\$ 181.350,00 |
| 25200-0 | HENRIQUE COCCO | 3 | 5 | R\$ 181.350,00 |
| 25100-0 | DIETER HERMANN GERMENDORFF | 3 | 4 | R\$ 181.350,00 |
| 25000-0 | BERNARDO WICKERT | 3 | 3 | R\$ 181.350,00 |
| 24900-0 | WLADIMIR ALBERTO ROMAN | 3 | 2 | R\$ 181.350,00 |
| 24800-0 | FRANCISCO GIALDI | 3 | 1 e 22 | R\$ 287.680,00 |

EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº 10

EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA nº 10/2015

ROSIMAR MALDANER, Prefeita Municipal de Maravilha, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e em cumprimento ao que dispõe o Decreto Lei n.º195/67 de 24 de fevereiro de 1967, Lei Municipal n.º 1942/93 e Lei Complementar n.º 067/14 de 15 de julho de 2014 faz saber a quem interessar possa, que o Município de Maravilha lança EDITAL DE COBRANÇA DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA, para ressarcimento parcial ao erário público municipal, dos valores despendidos nas obras de pavimentação asfáltica, compreendendo as seguintes vias públicas da cidade de Maravilha:

1 DELIMITAÇÃO DA ZONA BENEFICIADA:

RUA JOSÉ BONIFÁCIO e RUA 1º DE MAIO (trecho compreendido entre a Avenida Anita Garibaldi e a Avenida Presidente Kennedy), com área total de (2.609,14m²), RUA ENGENHEIRO JOSÉ LEAL FILHO (trecho entre a Avenida Anita Garibaldi e a Avenida Presidente Kennedy) com área total de (2.984,20m²) e RUA XV DE NOVEMBRO (trecho compreendido entre a Rua Pastor Armando Claas e a Travessa Eloi Luiz Dadan) com área total de (2.353,80m²).

2 MEMORIAL DESCRITIVO DO PROJETO

O presente memorial descreve normas para a execução dos serviços de pavimentação asfáltica em vias urbanas da cidade, compreendendo todas as atividades necessárias para a execução das obras, nos termos definidos no processo licitatório nº 1.912/2014 na modalidade Concorrência Pública n. 003/2014, e de acordo com o orçamento global da obra efetuado pelo engenheiro civil Jorge Luiz Dummer.

As obras compreenderam os seguintes serviços:

1. Placa da obra e serviços preliminares
2. Pavimentação
3. Controle tecnológico
4. Drenagem pluvial
5. Sinalização
6. Execução dos remendos profundos

3 CUSTO TOTAL DAS OBRAS

O custo total para a realização da obra com as melhorias realizadas, de acordo com as planilhas quantitativas e orçamentárias publicadas no Edital de Contribuição de Melhoria nº. 005/2014 de 22 de julho de 2014 foi de R\$ 510.714,20 (quinhentos e dez mil, setecentos e quatorze reais e vinte centavos), distribuídas da seguinte forma: Rua José Bonifácio e Rua 1º de Maio (trecho compreendido entre a Avenida Anita Garibaldi e a Avenida Presidente Kennedy) R\$ 168.562,90 (cento e sessenta e oito mil, quinhentos e sessenta e dois reais e noventa centavos), com o custo de R\$ 64,60 (sessenta e quatro reais e sessenta centavos) por metro quadrado de área pavimentada; Rua Engenheiro José Leal Filho (trecho entre a Avenida Anita Garibaldi e a Avenida Presidente Kennedy) R\$ 165.756,18 (cento e sessenta e cinco mil, setecentos e cinquenta e seis reais e dezoito centavos), com o custo de R\$ 55,54 (cinquenta e cinco reais e cinquenta e quatro centavos) por metro quadrado de área pavimentada e Rua XV de Novembro (trecho compreendido entre a Rua Pastor Armando Claas e Travessa Eloi Luiz Dadan) R\$ 176.359,12 (cento e setenta e seis mil, trezentos e cinquenta e nove reais e doze centavos), com o custo de R\$ R\$ 74,93 (setenta e quatro reais e noventa e três centavos) por metro quadrado de área pavimentada.

4 DETERMINAÇÃO DA PARCELA ABRANGIDA PELA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

A cobrança da Contribuição de Melhoria terá como limite o custo da obra (item 3 do edital) computadas as despesas de estudo, projetos e todos os investimentos necessários para que os benefícios dela decorrentes sejam integralmente alcançados pelos imóveis da zona de influência.

A importância a ser absorvida pelos contribuintes será de 95% (noventa e cinco por cento) da contrapartida do Município para a execução da obra. O Município participa no custo da obra com a importância de 5% (cinco por cento) da contrapartida do valor da obra.

5 DETERMINAÇÃO DO FATOR DE ABSORÇÃO

O fator de absorção do benefício da zona atingida tem como base à valorização dos imóveis, tendo como limite máximo o custo da obra da rua e, individualmente, o valor da efetiva valorização ocorrida no respectivo imóvel, apurada mediante procedimento administrativo, realizado por comissão designada.

6 OPÇÕES DE PAGAMENTO

Os pagamentos poderão ser efetuados nas seguintes formas:

- I - em até 3 (três) parcelas, com desconto de 5% (cinco por cento);
 - III - em até 36 (quinze) parcelas fixas, mensais e consecutivas, sem desconto.
- O vencimento da primeira parcela será no dia 15 de setembro de 2015.

De acordo com o parágrafo único do art. 13 da Lei Complementar n.º 067/14, o valor mínimo de cada parcela não poderá ser inferior a R\$ 50,00 (cinquenta reais).

Ficará a critério do contribuinte optar pela condição de pagamento que melhor lhe convir.

7 DISPOSIÇÕES GERAIS

São partes integrantes deste edital a relação dos imóveis abrangidos e a respectiva valorização, conforme anexos I, II e III.

Os proprietários dos imóveis beneficiados com a obra de que trata este edital têm o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data da publicação do mesmo, para a impugnação de quaisquer dos elementos constantes, que estão à disposição dos interessados na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, durante o horário de expediente, cabendo ao impugnante o ônus da prova.

A impugnação deverá ser dirigida à Administração Municipal através de petição, que servirá para o início do processo administrativo, na qual o proprietário poderá reclamar contra eventuais erros de localização, cálculos e número de prestações.

8 DISPOSIÇÕES FINAIS

Demais informações poderão ser obtidas pelo contribuinte na Secretaria Municipal do Planejamento, Administração e Fazenda.

Maravilha, SC, 26 de junho de 2015.
ROSIMAR MALDANER
Prefeita Municipal

ANEXO I
AO EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº 10/2015

Rua José Bonifácio e Rua 1º de Maio (trecho compreendido entre a Avenida Anita Garibaldi e a Avenida Presidente Kennedy)

| Cadastro | Proprietário | Qd. | Lt. | Valor venal territorial antes da obra | Valorização | Valor venal territorial após a obra (asfalto) | Valor da Contribuição de Melhoria |
|----------|---|-----|------|---------------------------------------|---------------|---|-----------------------------------|
| 86602-0 | CARLINHO CENCI | 16 | P/11 | R\$ 166.841,64 | R\$ 7.764,71 | R\$ 174.606,35 | R\$ 390,25 |
| 86601-0 | CLEONICE DE FÁTIMA ZANIN | 16 | P/11 | R\$ 183.142,26 | R\$ 7.329,54 | R\$ 190.471,80 | R\$ 368,38 |
| 86700-0 | EDILE ALBERTI | 16 | P/11 | R\$ 191.772,00 | R\$ 7.674,91 | R\$ 199.446,91 | R\$ 385,73 |
| 86800-0 | ANTONIO FERNANDES | 16 | P/11 | R\$ 169.170,30 | R\$ 6.062,92 | R\$ 175.233,22 | R\$ 304,72 |
| 86900-0 | JOSE LUIZ BORGHETTI | 16 | P/11 | R\$ 134.240,40 | R\$ 5.372,44 | R\$ 139.612,84 | R\$ 270,01 |
| 87000-0 | KARINA MARIA FRISON/LAIZA MATTEI | 16 | P/11 | R\$ 105.474,60 | R\$ 4.221,20 | R\$ 109.695,80 | R\$ 212,15 |
| 85500-0 | ELIETE WILMAN | 16 | P/11 | R\$ 142.455,78 | R\$ 5.534,84 | R\$ 147.990,61 | R\$ 278,18 |
| 84700-0 | OTAVIO ALOISIO SIMON | 13 | P/1M | R\$ 149.308,20 | R\$ 5.670,29 | R\$ 154.978,49 | R\$ 284,98 |
| 84500-0 | ALOISIO LINDEMANN | 16 | P/12 | R\$ 122.145,07 | R\$ 4.861,46 | R\$ 127.006,53 | R\$ 244,33 |
| 84400-0 | ALOISIO LINDEMANN | 16 | P/12 | R\$ 154.102,50 | R\$ 5.959,27 | R\$ 160.061,77 | R\$ 299,51 |
| 84300-0 | ELEMAR JOSE KONZEN | 16 | P/12 | R\$ 134.240,40 | R\$ 5.372,44 | R\$ 139.612,84 | R\$ 270,01 |
| 84200-0 | NIVEA CARINE MOCELLIN CAMPANA | 16 | P/12 | R\$ 307.520,10 | R\$ 11.710,80 | R\$ 319.230,90 | R\$ 588,57 |
| 102604-0 | IOLAR PAULO FOLLETTI / EUCLIDES LUIZ MEURER | 18 | 1"A" | R\$ 166.773,15 | R\$ 6.986,54 | R\$ 173.759,69 | R\$ 351,14 |
| 102300-0 | ROCHSON BORGHETTI / ANDERSON BORGHETTI | 18 | 1B | R\$ 137.913,75 | R\$ 7.665,91 | R\$ 145.579,66 | R\$ 385,28 |
| 102200-0 | NEUZA TAFFAREL | 18 | C | R\$ 137.913,75 | R\$ 7.665,91 | R\$ 145.579,66 | R\$ 385,28 |
| 102100-0 | LUIZ FLACH | 18 | D | R\$ 137.913,75 | R\$ 7.665,91 | R\$ 145.579,66 | R\$ 385,28 |
| 102601-0 | ADELINO TAFFAREL | 18 | E | R\$ 216.588,24 | R\$ 12.330,32 | R\$ 228.918,56 | R\$ 619,71 |
| 103800-0 | CARLOS ROBERTO REQUIA | 19 | 8 | R\$ 223.317,81 | R\$ 12.934,91 | R\$ 236.252,72 | R\$ 650,10 |
| 103803-0 | ALMIRO ROEDER | 19 | P/8 | R\$ 149.309,10 | R\$ 8.279,38 | R\$ 157.588,48 | R\$ 416,11 |
| 103801-0 | OTAVIO FRANCISCO TOMAZI | 19 | P/8 | R\$ 93.150,00 | R\$ 8.872,30 | R\$ 102.022,30 | R\$ 445,91 |

ANEXO II
AO EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº 10/2015

Rua Engenheiro José Leal Filho (trecho entre a Avenida Anita Garibaldi e a Avenida Presidente Kennedy)

| Cadastro | Proprietário | Qd. | Lt. | Valor venal territorial antes da obra | Valorização | Valor venal territorial após a obra (asfalto) | Valor da Contribuição de Melhoria |
|----------|--------------------------|-----|-------|---------------------------------------|---------------|---|-----------------------------------|
| 82200-0 | CAROLINA GRANDO | 16 | P/19 | R\$ 173.394,00 | R\$ 10.625,32 | R\$ 184.019,32 | R\$ 534,02 |
| 82400-0 | LUIZ BARRO | 16 | P/19 | R\$ 66.690,00 | R\$ 4.139,49 | R\$ 70.829,49 | R\$ 208,05 |
| 82600-0 | NELCI MARIA HEINZ | 16 | P/19 | R\$ 106.704,00 | R\$ 6.511,78 | R\$ 113.215,78 | R\$ 327,28 |
| 82601-0 | EDO ELIO HEINZ | 16 | P/19 | R\$ 103.113,00 | R\$ 6.511,38 | R\$ 109.624,38 | R\$ 327,26 |
| 82500-0 | ADENAU ALVADIR SCHIELKE | 16 | P/11 | R\$ 356.070,74 | R\$ 14.180,78 | R\$ 370.251,51 | R\$ 712,71 |
| 82700-0 | JUSCELINO LUIZ FOLLE | 16 | P/7-8 | R\$ 282.150,00 | R\$ 12.910,86 | R\$ 295.060,86 | R\$ 648,89 |
| 81000-0 | NILTON FORGIARINI | 16 | P/7-8 | R\$ 105.165,00 | R\$ 5.337,39 | R\$ 110.502,39 | R\$ 268,25 |
| 413600-0 | ASTA SCHARDONG | 16 | P/20 | R\$ 246.753,00 | R\$ 14.903,49 | R\$ 261.656,49 | R\$ 749,03 |
| 413500-0 | ALDEMIRO ENIO HEINZ | 16 | P/20 | R\$ 103.369,50 | R\$ 5.900,43 | R\$ 109.269,93 | R\$ 296,55 |
| 414400-0 | NELDO HERPICH | 16 | P/20 | R\$ 103.369,50 | R\$ 5.900,43 | R\$ 109.269,93 | R\$ 296,55 |
| 413400-0 | ORLANDO WISSMANN | 16 | P/20 | R\$ 98.752,50 | R\$ 5.962,99 | R\$ 104.715,49 | R\$ 299,69 |
| 413100-0 | ROSIMARI VIEIRA SCHAFFER | 16 | 20"B" | R\$ 76.950,00 | R\$ 6.253,86 | R\$ 83.203,86 | R\$ 314,31 |
| 413000-0 | GILVANIR WISNIESKI | 16 | 20"A" | R\$ 85.158,00 | R\$ 6.922,03 | R\$ 92.080,03 | R\$ 347,89 |
| 408200-0 | DULCE INES KNOB | 17 | P/1 | R\$ 97.704,00 | R\$ 8.927,22 | R\$ 106.631,22 | R\$ 448,67 |
| 408100-0 | VALDEMIRIO BARTZ | 17 | P/1 | R\$ 111.557,16 | R\$ 9.171,39 | R\$ 120.728,55 | R\$ 460,94 |
| 101000-0 | JOSE TEODORO ROHENKOL | 18 | P/8 | R\$ 58.968,00 | R\$ 4.900,86 | R\$ 63.868,86 | R\$ 246,31 |
| 103500-0 | IRILDE FORGIARINI | 18 | P/8 | R\$ 52.164,00 | R\$ 4.900,86 | R\$ 57.064,86 | R\$ 246,31 |
| 103400-0 | EDEMAR TOMIOZZO | 18 | P/8 | R\$ 96.876,00 | R\$ 9.101,59 | R\$ 105.977,59 | R\$ 457,44 |

ANEXO III
AO EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº 10/2015

Rua XV de Novembro (trecho compreendido entre a Rua Pastor Armando Claas e a Travessa Eloi Luiz Dadan)

| Cadastro | Proprietário | Qd. | Lt. | Valor venal territorial antes da obra | Valorização | Valor venal territorial após a obra (asfalto) | Valor da Contribuição de Melhoria |
|----------|--------------------------------|-----|---------|---------------------------------------|---------------|---|-----------------------------------|
| 277000-0 | NEIVA TEREZINHA SPADER | 39 | 1-A | R\$ 210.600,00 | R\$ 6.413,93 | R\$ 217.013,93 | R\$ 322,42 |
| 277001-0 | ALDECIO BAVARESCO | 39 | 1-BC | R\$ 329.400,00 | R\$ 14.959,44 | R\$ 344.359,44 | R\$ 752,00 |
| 277100-0 | ANTONIO BREDAS | 39 | P/1A | R\$ 230.482,80 | R\$ 9.378,51 | R\$ 239.861,31 | R\$ 471,45 |
| 277101-0 | ANTONIO BREDAS | 39 | P/1B | R\$ 147.044,16 | R\$ 5.182,04 | R\$ 152.226,20 | R\$ 260,50 |
| 277300-0 | LAURI ZANOLLA | 39 | 2 | R\$ 207.792,00 | R\$ 8.868,28 | R\$ 216.660,28 | R\$ 445,80 |
| 277600-0 | TEOBALDO MEES | 39 | P/13 | R\$ 145.800,00 | R\$ 9.572,22 | R\$ 155.372,22 | R\$ 481,19 |
| 273900-0 | ELISANDRA ANA JUNGES | 38 | P/2 | R\$ 85.536,00 | R\$ 5.711,37 | R\$ 91.247,37 | R\$ 287,11 |
| 274000-0 | ODILA ANTONIA RUBIN | 38 | P/2 | R\$ 81.972,00 | R\$ 7.282,85 | R\$ 89.254,85 | R\$ 366,10 |
| 272600-0 | RADIO FM 103 LTDA. | 37 | P/6 | R\$ 156.816,00 | R\$ 13.932,40 | R\$ 170.748,40 | R\$ 700,37 |
| 263200-0 | ALDECIO BAVARESCO | 3 | P/30 | R\$ 145.152,00 | R\$ 8.298,90 | R\$ 153.450,90 | R\$ 417,18 |
| 263100-0 | ALDECIO BAVARESCO | 3 | P/30 | R\$ 111.888,00 | R\$ 5.243,22 | R\$ 117.131,22 | R\$ 263,57 |
| 263000-0 | JEOVANY FOLLE | 3 | P/31 | R\$ 140.400,00 | R\$ 5.884,35 | R\$ 146.284,35 | R\$ 295,80 |
| 263001-0 | LAURINDO DEBORTOLLI | 3 | P/31 | R\$ 140.400,00 | R\$ 5.884,35 | R\$ 146.284,35 | R\$ 295,80 |
| 263002-0 | LAURINDO DEBORTOLLI | 3 | P/31 | R\$ 140.400,00 | R\$ 5.884,35 | R\$ 146.284,35 | R\$ 295,80 |
| 265400-0 | IVALDINO DE BORTOLLI | 3 | 15-17 | R\$ 466.560,00 | R\$ 33.219,62 | R\$ 499.779,62 | R\$ 1.669,92 |
| 262600-0 | VALDOMIRO WEIZEMANN | 3 | 18 | R\$ 129.600,00 | R\$ 9.052,85 | R\$ 138.652,85 | R\$ 455,08 |
| 262501-0 | LUCI APARECIDA SCAPINI PREVIDI | 3 | P/19-C | R\$ 60.750,00 | R\$ 4.338,88 | R\$ 65.088,88 | R\$ 218,11 |
| 262500-0 | MAICO ORLEI SCHIMMELP-FENNIG | 3 | P/19-20 | R\$ 58.320,00 | R\$ 4.266,02 | R\$ 62.586,02 | R\$ 214,45 |
| 262400-0 | ADELIR KREMER | 3 | 20A | R\$ 163.944,00 | R\$ 8.242,05 | R\$ 172.186,05 | R\$ 414,32 |

PROCESSO LICITATÓRIO N. 2.967/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MARAVILHA.

Processo Licitatório n. 2.967/2015 – Modalidade de Tomada de Preços n. 011/2015

Valor orçado da obra: R\$ 77.745,62

A Senhora Prefeita de Maravilha - SC, ROSIMAR MALDANER, juntamente com a Comissão de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que se encontra em processo de Licitação na modalidade de Tomada de Preços n. 011/2015, para contratação de empresa especializada para execução de reforma de campo de areia do C.E.I. Pequeno Príncipe, no Município de Maravilha – SC, conforme projetos, tipo menor preço global, cujo processo licitatório é regido pela Lei n. 8.666/93, e em especial o contido no Edital, e que estará recebendo os envelopes contendo a habilitação e propostas até às 18 horas do dia 16 de julho de 2015. A sessão pública para abertura e julgamento dos documentos de habilitação será realizada no dia 17 de julho de 2015, às 09 horas. Qualquer informação bem como a retirada do Edital poderão ser obtidas no departamento de compras e licitações no horário de expediente, das 08 h às 11h e 30 min e das 13h 30 min às 18 horas.

Maravilha - SC, 29 de junho de 2015.

ROSIMAR MALDANER

Prefeita de Maravilha.

Modelo

PREFEITURA

DECRETO Nº 0175/2015

DECRETO Nº 0175/2015 DE 29.06.2015.

DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DA VI CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE MODELO SC, INSTITUI COMISSÃO ORGANIZADORA, DEFINE TEMÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Artigo 42 da Lei Orgânica Municipal, Considerando a decisão do Conselho Municipal da Saúde em reunião realizada no dia 23 de Junho de 2015 e considerando a Lei Orgânica de Assistência à Saúde 8.142/90 e o Decreto Federal 7508/2011;

Considerando a Resolução nº 013/2015 do Conselho do Fundo Municipal de Saúde de Modelo/SC,

DECRETA:

Art. 1º – Fica convocada a VI CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE MODELO SC, a realizar-se no dia 6 DE JULHO DE 2015, com início às 13:00 horas e término às 18:00 horas, tendo como tema "SAÚDE PÚBLICA DE QUALIDADE PARA CUIDAR BEM DAS PESSOAS", e como eixo norteador: "DIREITO DO POVO BRASILEIRO".

Art. 2º – Para organizar e realizar a VI CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SAÚDE fica constituída a comissão, composta pelos seguintes membros:

I. Coordenador Geral: Márcia Teresinha Jacoby

II. Secretário Geral: Bárbara Rambo Geller

III. Relator Geral: Leila Fontana

IV. Coordenador de Comunicação e Informação: Elizandra Paim Batista

Art. 3º – As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto, correrão por conta do orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde (FMS).

Art. 4º – Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º – Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo (SC),
aos 29 de junho de 2015.

RICARDO LUIS MALDANER

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

FRANCIELI PAVALICINI

Chefe de Setor

DECRETO Nº 0176/2015

DECRETO Nº 0176/2015 DE 29.06.2015.

CONVOCA A 1ª CONFERÊNCIA INTERMUNICIPAL DE JUVENTUDE, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo - SC, no uso das atribuições legais contidas na Lei Orgânica Municipal, em especial as disposições legais que regulamentam sobre a Conferência Nacional da Juventude,

Considerando a aprovação de realização intermunicipal da 1ª Conferência da Juventude, integrada pelos municípios de Modelo, Serra Alta, Bom Jesus do Oeste e Sul Brasil,

DECRETA:

Art. 1º - Fica convocada a 1ª Conferência Intermunicipal de Juventude, a qual abrange os municípios de Modelo, Serra Alta, Bom Jesus do Oeste e Sul Brasil, a ser realizada no dia 11 de agosto de 2015, na cidade de Modelo - SC, tendo como tema central: "AS VÁRIAS FORMAS DE MUDAR O BRASIL".

Art. 2º - A 1ª Conferência Intermunicipal de Juventude tem por objetivo geral atualizar a agenda da juventude para o desenvolvimento do Brasil, reconhecendo e potencializando as múltiplas formas de expressão juvenil, além de fortalecer o combate a todas as formas de preconceito.

Art.3º - Será composta uma Comissão Organizadora, para coordenar e organizar todo o processo e realização da Conferência, a qual será composta por membros dos quatro municípios de abrangência da referida conferência, sendo obedecida a paridade entre poder público e sociedade civil, com as seguintes competências:

I – coordenar e promover a realização da conferência;

II – realizar o planejamento de organização da conferência intermunicipal;

III – mobilizar a sociedade civil e o poder público para participarem da conferência;

IV – viabilizar a infraestrutura necessária à realização da conferência;

V – aprovar a programação da etapa intermunicipal;

VI – produzir o relatório final e a avaliação da conferência;

VII – providenciar a publicação e elaboração do relatório final.

Art. 4º - As despesas com a realização da 1ª Conferência Intermunicipal de Juventude correrão por conta dos recursos orçamentários dos quatro municípios, sendo rateados entre os mesmos.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo/SC,
aos 29 de junho de 2015.

RICARDO LUIS MALDANER

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra: Francieli Pavalicini

Chefe de Setor

PORTARIA Nº 01/2015 DIRETORIA GERAL DE SAÚDE DE MODELO/SC

PORTARIA Nº 01/2015 DE 29.06.2015.

CONVOCA A VI CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE MODELO SC, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A DIRETORA MUNICIPAL DE SAÚDE DE MODELO SC, de acordo com as determinações legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e as decisões do Conselho Municipal de Saúde,

RESOLVE:

Artigo 1º - Fica convocada a VI Conferência Municipal de Saúde de MODELO SC, conforme determinação legal do Decreto 0175/2015, do Prefeito Municipal.

Artigo 2º - A Conferência Municipal de Saúde será presidida pela Diretora Municipal da Saúde, e na sua ausência pelo Presidente.

Artigo 3º - A Conferência será realizada na Sede dos Idosos Conviver, localizado na Rua Carlos Oscar Werlang, Bairro Industrial, município de Modelo/SC.

Artigo 4º - A Conferência terá uma Comissão Organizadora que se responsabilizará por todas as atividades de sua execução.

Artigo 5º - A Comissão Organizadora terá a seguinte composição:

Presidente: Bárbara Milena Geller Baron
 Coordenador Geral: Márcia Teresinha Jacoby
 Secretária Executiva: Elisângela Neu
 Secretária de Credenciamento: Marlise Lindemann
 Secretária de Comunicação e Divulgação: Elisandra Paim Batista
 Relatores: Leila Fontana e Andréia Kath

Artigo 6º - As diversas sub-divisões da referida Comissão terão as seguintes funções.

Coordenador Geral: Assumir a responsabilidade oficial pela Conferência, assinar documentos oficiais, deliberar sobre assuntos técnicos, administrativos e financeiros sobre a realização da mesma.

Secretário Executivo: Encaminhar as solicitações das diversas sub-seções, comprar material, providenciar recursos para o funcionamento destas sub-seções e acompanhar a execução dos diversos trabalhos junto com o Coordenador Geral.

Relator Geral: Elaborar documentos, ofícios convocando palestrantes, convidados e delegados da Conferência, e elaborar o relatório final da Conferência.

Secretária de Credenciamento: Se responsabilizará pelo credenciamento dos delegados da Conferência e ficará à disposição até o dia 06 na sede da Secretaria, durante a Conferência dia 06 de junho, na Sede de Idosos Conviver; depois da Conferência na sede da Secretaria Municipal de Saúde, para atender aos delegados.

Secretária de Comunicação e Divulgação: Se encarregará de divulgar a Conferência, dar entrevistas nas rádios e apoiar os palestrantes e demais participantes na apresentação e divulgação de informações durante a Conferência.

Artigo 7º - A Diretoria Geral de Saúde dará o apoio necessário ao desenvolvimento das atividades da Comissão.

Artigo 8º - Publique-se, divulgue-se e cumpra-se.

Modelo SC, aos 29 dias de junho de 2015.
 Márcia Teresinha Jacoby
 Diretora Municipal de Saúde

PORTARIA Nº 087/2015

PORTARIA Nº 087/2015 de 29.06.2015.
 DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS À SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial conforme Lei Orgânica Municipal, Leis Municipais nºs: 971/90, 1.513/2002, 1.906/2010, 2.198/2015 e demais normas legais que dispõe sobre a matéria,
 Considerando em especial a programação de férias dos respectivos Departamentos e requerimentos dos Servidores,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido aos Servidores Públicos Municipais relacionados abaixo, férias a que fazem jus, conforme recibo de férias anexo na pasta funcional.

| NOME | PERÍODO AQUISITIVO | PERÍODO DE CONCESSÃO |
|-----------------------------|-------------------------|-----------------------------------|
| Barbara Milena Geller Baron | 19.04.2013 a 18.04.2014 | 13.07.2015 a 22.07.2015 (10 dias) |
| Eder Alexandre Jung | 04.12.2013 a 03.12.2014 | 02.07.2015 a 21.07.2015 (20 dias) |

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo (SC),
 aos 29 de junho de 2015.
 RICARDO LUIS MALDANER
 PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado na data supra:

Francieli Pavalicini
 Chefe de Setor

RESOLUÇÃO Nº 013/2015 FMS/CMS MODELO/SC

RESOLUÇÃO Nº 013/2015 de 29.06.2015.

APROVA A REALIZAÇÃO DA VI CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE MODELO, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Pleno do Conselho Municipal de Saúde de Modelo, Estado de Santa Catarina, em sua 2ª Reunião Ordinária, realizada no dia 23.06.2015 na Sala de Reuniões da Secretaria de Saúde de Modelo, localizada na Rua Presidente Vargas, de acordo com as competências legais e regimentais, conferidas pelas Leis Federais 8080/1990 e 8.142/1990, Decreto Federal 7.508/2011 e em conformidade com as Leis Municipais 1.108/1993 e 1.189/1994 e alterações pela Lei Municipal 1.980/2011 e Resolução CNS 453/2012,

Considerando em especial o disposto na Lei 8.142/90, Artigo 1º e Parágrafo Primeiro,

Considerando discussão e aprovação do Pleno do Conselho Municipal de Saúde, na reunião acima mencionada,

RESOLVE:

Art. 1º – APROVAR, a data de realização da VI Conferência Municipal da Saúde de Modelo, sendo o dia 06 do mês de julho de 2015.

I – A conferência será realizada pela parte da tarde, com início às 13:00h e término às 18:00h.

Art. 2º – Encaminhar ao Executivo Municipal esta resolução para as providências cabíveis a fim de emitir Decreto, CONVOCANDO a VI Conferência Municipal de Saúde, cumprindo assim os preceitos legais.

Art. 3º – Esta Resolução entrará em vigor na data da publicação, após homologada através de Decreto do Executivo Municipal.

Art. 4º – Revogam-se disposições em contrário.

Modelo (SC), aos 29 de junho de 2015.
 Márcia Teresinha Jacoby
 Presidente do CMS/Gestora FMS

Morro da Fumaça

PREFEITURA

AUDIÊNCIA PÚBLICA. DATA 15/07/2015

Município de Morro da Fumaça. Convocação de Audiência Pública. Data 15/07/2015. Horário: 13:00 horas. Assunto: ALTERAÇÃO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 20/2014 QUE DEFINE OS PROCEDIMENTOS RELACIONADOS COM O PARCELAMENTO E REMEMBRAMENTOS DE LOTES URBANOS E DEMAIS REQUISITOS URBANÍSTICOS NO MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS PARA INCLUSÃO DE NÚCLEO URBANO NA LOCALIDADE DE LINHA TORRENS. Local: Salão Paroquial de Linha Torrens, Rodovia Municipal Tranquilo Sartor, s/n, Linha Torrens.

Morro da Fumaça em 29 de Junho de 2015.

Agnaldo David Maccari

Prefeito Municipal

Navegantes

PREFEITURA

ATA CONCURSO 04/2015 FMC - HABILITAÇÃO

ATA CONCURSO nº 04/2015 FMC

ABERTO O CERTAME AS 09:00 CONFORME AGENDADO ANTERIORMENTE, DEU-SE INÍCIO A ABERTURA DOS ENVELOPES DOS PARTICIPANTES DO CONCURSO DE ARTES VISUAIS, ESTAVA PRESENTE A SUPERINTENDENTE REGINA CÉLIA CORREIA, QUANTO A HABILITAÇÃO: DANIEL HENRIQUE PICKLER (HABILITADO), CARLA PATRÍCIA MOREIRA (HABILITADA), RAFAEL SANTOS (HABILITADO), PRISCILA L.F. SANTOS (HABILITADA), ERNANDES LOPES CABRAL (HABILITADO), FÁBIA ALVES (HABILITADA), RICARDO BATISTA DOS SANTOS (HABILITADO), APOS A DIVULGAÇÃO DOS HABILITADOS NÃO HAVENDO NESTA FASE NENHUM INABILITADO, FOI ABERTO O PRAZO RECURSAL ATÉ DIA 07/07/2015 PARA OS QUE SE SENTIREM PREJUDICADOS PROTOCOLAREM RECURSO, NO DEPARTAMENTO DE COMPRAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, SENDO QUE APOS, NO DIA 08/07/2015 ACONTECERÁ A REUNIÃO DA EQUIPE TÉCNICA PARA VERIFICAÇÃO DAS ARTES E POSTERIOR PUBLICAÇÃO DO RESULTADO FINAL, SENDO QUE NESTE MOMENTO ESTA COMISSÃO E O PRESIDENTE FORNECE OS DOCUMENTOS À SUPERINTENDENTE REGINA CÉLIA CORREIA.

Douglas Lemos – Presidente da Comissão de Licitação
Navegantes 29 de junho de 2015

ATA PREGÃO PRESENCIAL 05/2015 FMC (DESERTA)

Prefeitura Municipal de Navegantes.

EXTRATO ATA PREGÃO Nº 05/2015 FMC - DESERTA

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO VISANDO A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE SOM, DEVIDAMENTE INSTALADOS, PARA SEREM UTILIZADOS NO AUDITÓRIO DO CENTRO INTEGRADO DE CULTURA, PARA DAR CONTINUIDADE A EXECUÇÃO DO PROJETO EM ANDAMENTO "CENTRO INTEGRADO DE CULTURA"- PRONAC 122845, APROVADO POR MEIO DA LEI ROUANET, ATRAVÉS DO FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC. - DATA DE ACONTECIMENTO 29/06/2015 AS 09:00 H

RESULTADO – LICITAÇÃO FOI DESERTA.

Douglas Lemos

PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE

Navegantes, 29 de junho de 2015.

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 28/2015 FMS (REPUBLICADO)

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

PREGÃO PRESENCIAL Nº 28/2015 FMS

---republicado---

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: PREGÃO PRESENCIAL VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS DE SEGURO TOTAL (FRANQUIA OBRIGATÓRIA) DE COLISÃO, INCÊNDIO, DANOS DE QUALQUER NATUREZA: DANOS MATERIAIS A TERCEIROS, DANOS CORPORAIS A TERCEIROS, DANOS MORAIS, ACIDENTES PESSOAL POR PASSAGEIRO "MORTE E INVALIDEZ; FURTO E ROUBO PARA ATENDER AOS VEÍCULOS (AMBULÂNCIA) A DISPOSIÇÃO DO SAMU, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC. Data da entrega dos envelopes: 10/07/2015 até às 08:50 hs. Abertura

envelopes: 10/07/2015 às 09:00 hs. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº.100 em Navegantes/SC ou no site: www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor.

Navegantes, 29 de junho de 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito.

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 93/2015 PMN

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

PREGÃO PRESENCIAL Nº 93/2015 PMN

---Retificado---

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PERIÓDICA (PREVENTIVA E CORRETIVA) COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS E SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS (QUANDO NECESSÁRIO) DE CÂMERAS DE VÍDEO E CENTRAL DE MONITORAMENTO INSTALADAS NO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC. Data da entrega dos envelopes: 10/07/2015 até às 13:50 hs. Abertura envelopes: 10/07/2015 às 14:00 hs. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº.100 em Navegantes/SC ou no site: www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor.

Navegantes, 29 de junho de 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito.

CONTRATO Nº 111/2015

PREFEITURA DE NAVEGANTES/SC

CONTRATO Nº 111/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

CONTRATADO: CAGERE CASA DE ASSISTENCIA EIRELI EPP.

OBJETO: INTERNAÇÃO POR DETERMINAÇÃO JUDICIAL.

Valor mensal: R\$ 4.712,00

Valor Anual: R\$ 56.544,00

VIGÊNCIA: 20/05/2015 Até 20/06/2016

NAVEGANTES, 29/06/2015.

Roberto Carlos de Souza

Prefeito

CONTRATO Nº 123/2015

PREFEITURA DE NAVEGANTES/SC

CONTRATO Nº 123/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

CONTRATADO: SG PORTAL IMOVEIS.

OBJETO: Oitavo Termo Aditivo ao contrato 118/2011 para alterar o valor no contrato original.

Valor mensal : R\$ 5.910,75

Valor Anual : R\$ 70.929,00

VIGÊNCIA: 13/06/2015 Até 13/06/2016

NAVEGANTES, 29/06/2015.

Roberto Carlos de Souza

Prefeito

DECRETO 359 SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
Rua João Emílio n.º 100 – Centro – Telefone (47) 3342-9500
CEP 88370-446 – Navegantes - SC
CNPJ 83.102.855/0001-50
www.navegantes.sc.gov.br

DECRETO N.º 359 DE 29 DE JUNHO DE 2015
DECLARA SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA NO ATENDIMENTO HOSPITALAR PÚBLICO MUNICIPAL DE NAVEGANTES/SC

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do município em seu art. 60, III,

CONSIDERANDO o disposto nos artigos 12 inciso XXXVI e 128 da Lei Orgânica Municipal, o artigo 153 da Constituição do Estado e o artigo 196 da Constituição Federal, "a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação";

CONSIDERANDO a responsabilidade do Município frente à descentralização instituída pelo Sistema Único de Saúde (SUS) para o atendimento médico-hospitalar da população;

CONSIDERANDO a obrigatoriedade do Município de prestar, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, serviços de atendimento à saúde da população;

CONSIDERANDO que ao Município compete a organização, direção e gestão das ações e serviços de saúde executados pelo SUS em seu âmbito territorial, e à direção municipal deste órgão compete controlar e fiscalizar os procedimentos dos serviços privados de saúde;

CONSIDERANDO a obrigatoriedade dos Gestores Públicos de zelar pela predominância dos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, publicidade e, sobretudo, da moralidade e eficiência, eficácia e efetividade, além da necessidade de zelar pela correta aplicação dos recursos públicos;

CONSIDERANDO que o Município de Navegantes, após atrasos no processo licitatório de concorrência PÚBLICA Nº 7/2015, notificou a Beneficência Camiliana do Sul acerca do interesse em formalizar nova contratação emergencial, posto que o contrato atual tem seu termo na data de 05.07.2015;

CONSIDERANDO que somente na data de 25 de junho de 2015 a beneficência Camiliana do Sul manifestou-se acerca da notificação, afirmando não possuir interesse e firmar nova contratação emergencial;

CONSIDERANDO que o E. Tribunal de Contas da União através do Acórdão nº 4.458/2011, (2ª C., rel. Min. Aroldo Cedraz) qualifica como "emergência ou calamidade pública, estando caracterizada urgência de atendimento de situação que poderia ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares";

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
Rua João Emílio n.º 100 – Centro – Telefone (47) 3342-9500
CEP 88370-446 – Navegantes - SC
CNPJ 83.102.855/0001-50
www.navegantes.sc.gov.br

CONSIDERANDO que na data de 26/06/2015 o Município de

Navegantes buscou, de alguma forma, uma decisão judicial que garantisse a permanência da entidade beneficência Camiliana do Sul, e sem êxito o judiciário entendeu inclusive não se tratar de situação emergencial que se enquadre na previsão do artigo 24 IV da Lei 8.666/93;

CONSIDERANDO, principalmente, o risco iminente de faltarem bens, materiais, insumos e pessoal no âmbito do Hospital Municipal de Navegantes;

CONSIDERANDO a necessidade de manter-se a regularidade da gestão hospitalar, de dar continuidade às atividades e serviços essenciais de saúde e de observar o princípio constitucional da continuidade da prestação do serviço público;

CONSIDERANDO que a paralisação no seu atendimento acarreta risco de dano à saúde e à vida dos munícipes,
DECRETA:

Art. 1.º Fica declarado Estado de Emergência Médico-Hospitalar no Município de Navegantes em função do atraso em razão de recursos administrativos que impedem a conclusão da Concorrência Pública nº 7/2015, da iminência de falta de materiais, insumos, exames e serviços de saúde no âmbito do Hospital Municipal de Navegantes, face ainda ao término do contrato emergencial nº 8/2015, a recusa na realização de nova contratação pela entidade Beneficência Camiliana do Sul e do indeferimento da antecipação dos efeitos da tutela, proferido nos autos nº 0301729-06.2015.8.24.0135.

Art. 2.º Fica, o Poder Executivo Municipal, autorizado a assumir o serviço hospitalar e a contratar, na forma do artigo 24, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666/1993, sem prejuízo das restrições da Lei Complementar Federal nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), os profissionais, bens e serviços necessários especificamente ao atendimento da situação emergencial mencionada no artigo 1º deste Decreto.

Art. 3.º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, devendo vigorar por um prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 29 DE JUNHO DE 2015.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 29 de junho de 2015.
Silvana Maria Mendes Francisco
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

LEI 2372 CRIAÇÃO DO SISTEMA MUNICIPAL DE CULTURA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
www.navegantes.sc.gov.br
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes – SC
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br
Fone/Fax: (047) 3342-9500

LEI N.º 2372 DE 08 DE NOVEMBRO DE 2010
DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO SISTEMA MUNICIPAL DE CULTURA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

EMÍLIO VIEIRA, Prefeito de Navegantes em Exercício, no uso das

suas atribuições legais. Faço saber a todos os munícipes que a Câmara Municipal de Vereadores votou e aprovou e EU sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica instituído o Sistema Municipal de Cultura, com a finalidade de estimular o desenvolvimento municipal com pleno exercício dos direitos culturais, promovendo a economia da cultura e o aprimoramento artístico-cultural em Navegantes.

Art. 2º - O Sistema Municipal de Cultura observará os seguintes princípios:

- I. Diversidade das expressões culturais;
- II. Universalização do acesso aos bens e serviços culturais;
- III. Fomento à produção, difusão e circulação de conhecimento e bens culturais;
- IV. Cooperação entre os entes federados, os agentes públicos e privados atuantes na área cultural;
- V. Integração e interação na execução das políticas, programas, projetos e ações desenvolvidas;
- VI. Complementaridade nos papéis dos agentes culturais;
- VII. Transversalidade das políticas culturais;
- VIII. Autonomia dos entes federados e das instituições da sociedade civil;
- IX. Transparência e compartilhamento das informações;
- X. Democratização dos processos decisórios com participação e controle social;
- XI. Descentralização articulada e pactuada da gestão, dos recursos e das ações.

Art. 3º - O Sistema Municipal de Cultura é constituído pelos seguintes elementos:

- I. Conselho Municipal de Cultura, instituído através da lei 1998 de 07 de julho de 2006 e alterado pela lei 2286 de 19 de março de 2010;
- II. Fundação Municipal de Cultura, criada através da lei 1361 de 20 de dezembro de 2000;
- III. Plano Municipal de Cultura, a ser instituído;
- IV. Conferência Municipal de Cultura;
- V. Sistema Municipal de Financiamento da Cultura, constituído pela Lei Municipal de Incentivo à Cultura (lei 1496 de 04 de fevereiro de 2002) e pelo Fundo Municipal de Cultura, a ser instituído;
- VI. Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais;
- VII. Programa Municipal de Capacitação e Formação na área cultural;
- VIII. Câmaras Setoriais do Conselho Municipal de Cultura.

§ 1º - O Sistema Municipal de Cultura buscará atuar de forma integrada e convergente aos Sistemas Nacional e Estadual de Cultura, potencializando, através destes, o alinhamento das políticas culturais e o provimento de meios para o desenvolvimento do município através da cultura.

§ 2º - Poderão integrar o Sistema Municipal de Cultura, organismos privados, com ou sem fins lucrativos, com comprovada atuação na área cultural e que venham a celebrar termo de adesão específico.

Art. 4º - Também fazem parte do Sistema Municipal de Cultura os seguintes entes orgânicos:

- I. Biblioteca Pública "Cruz e Sousa"
- II. Escola de Arte "Professora Vilma Rebello Mafra"

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
www.navegantes.sc.gov.br
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br
Fone/Fax: (047) 3342-9500

III. Outros órgãos vinculados à Fundação Municipal de Cultura que vierem a ser criados.

Art. 5º - O Conselho Municipal de Cultura, órgão colegiado de caráter opinativo, consultivo, fiscalizador e deliberativo, vinculado à Fundação Municipal de Cultura, com participação paritária do poder público e da sociedade civil, que colabora na elaboração e fiscalização da política cultural do município, tem suas finalidades estabelecidas no artigo 2º da lei 2286 de 19 de março de 2010.

Parágrafo Único - O Conselho Municipal de Cultura, cujo regimento será aprovado pelo Chefe do Poder Executivo, será composto de 10 membros representativos da sociedade civil e 07 do poder público, com mandato de 2 anos.

Art. 6º - A Fundação Municipal de Cultura, unidade integrante da Administração Municipal, que é objeto da lei 1361 de 20 de dezembro de 2000, é responsável por planejar e executar políticas públicas para promover a criação, a produção, a formação, a circulação, a difusão e a preservação da memória cultural e zelar pelo patrimônio artístico, histórico e cultural do Município.

Art. 7º - As atividades e ações de alcance cultural, inerentes a cada organismo integrante do Sistema Municipal de Cultura, deverão ser orientadas e estar compatibilizadas e consubstanciadas no Plano Municipal de Cultura, principal instrumento de gestão da execução de políticas, programas e projetos culturais.

Art. 8º - O Plano Municipal de Cultura, enquanto instrumento de planejamento da ação cultural no âmbito do município, deverá, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data de publicação desta lei, ser elaborado pela Fundação Municipal de Cultura, com participação das diversas instâncias de consulta.

Parágrafo Único: O Plano Municipal de Cultura será aprovado pelo Conselho Municipal de Cultura, submetido à aprovação da Câmara de Vereadores e homologado pelo Poder Executivo municipal.

Art. 9º - As Conferências de Cultura deverão ser convocadas pelo Poder Executivo, no âmbito das respectivas esferas de atuação, com a finalidade de definir as diretrizes e prioridades dos planos de cultura.

Parágrafo Único: O Ministério da Cultura coordenará e convocará as Conferências Nacionais de Cultura, a serem realizadas, pelo menos, a cada quatro anos, definindo o período para realização das Conferências Municipais e Estaduais, que as antecederão.

Art. 10 - O Sistema Municipal de Financiamento da Cultura - SMFC, tem o objetivo de promover a economia da cultura e fomentar a criação, a produção, a formação, a circulação e a memória artístico-cultural, custeando total ou parcialmente projetos e atividades culturais de iniciativa de pessoas físicas ou jurídicas de direito público ou privado.

§ 1º - O SMFC é vinculado à Fundação Municipal de Cultura, competindo-lhe prover os meios necessários à sua operacionalização.

§ 2º - O gestor e ordenador de despesas do SMFC será o superintendente da Fundação Municipal de Cultura, nomeado pelo Prefeito.

§ 3º - A fiscalização da aplicação dos recursos do SMFC será exercida pelo Conselho Municipal de Cultura.

Art. 11 - O Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais será constituído de um banco de dados, disponibilizados ao público, referentes aos bens, aos serviços, à infraestrutura, aos investimentos, à produção, ao acesso, ao consumo, aos agentes, aos programas, às instituições, à gestão cultural, entre outros.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
www.navegantes.sc.gov.br
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br
Fone/Fax: (047) 3342-9500

Parágrafo Único: O Sistema Municipal de Informações e Indicadores

Culturais será implantado e gerenciado pelo Ministério da Cultura, conforme o Acordo de Cooperação Federativa do Sistema Nacional de Cultura, assinado pelo Prefeito e publicado no Diário Oficial da União.

Art. 12 - Caberá às unidades integrantes do Sistema Municipal de Cultura prover os meios necessários ao desenvolvimento de programas de capacitação de profissionais, através de cursos, palestras, debates e atividades similares.

Art. 13 - A Biblioteca Pública "Cruz e Sousa" será a responsável pela promoção da leitura e a difusão do conhecimento, congregando um acervo de livros, periódicos e congêneres, organizados e destinados ao estudo, à pesquisa e à consulta por parte dos seus usuários.

Art. 14 - A Escola de Arte "Professora Vilma Rebello Mafra" é responsável por promover e incentivar a produção artística, oferecendo cursos de formação gratuitamente à comunidade.

Art. 15 - O Poder Executivo Municipal regulamentará esta lei no prazo de 90 (noventa) dias da sua publicação, promovendo, no orçamento vigente, as alterações que se fizerem necessárias.

Art. 16 - Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 17 - Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 08 DE NOVEMBRO DE 2010.

Emílio Vieira

PREFEITO EM EXERCÍCIO

Esta lei foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 08 de novembro de 2010.

Jonas de Souza

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

LEI 2669 INSTITUI PLANO MUNICIPAL DE CULTURA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

LEI Nº 2669 DE 25 DE 12 DE MARÇO DE 2013
INSTITUI O PLANO MUNICIPAL DE CULTURA DE NAVEGANTES
PARA O DECÊNIO 2013-2023

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais. FAÇO saber a todos os munícipes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e EU sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º Fica instituído o Plano Municipal de Cultura de Navegantes para o decênio de 2013-2023, conforme especificado no Anexo Único desta lei.

Art. 2.º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 12 DE MARÇO DE 2013.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta lei foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 12 de março de 2013.

Fernando Sedrez Silva

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

ANEXO ÚNICO DA LEI 2669 DE 12 DE MARÇO DE 2013

PLANO MUNICIPAL DE CULTURA DE NAVEGANTES ITENS

1. Introdução
 - A Importância do Plano Municipal de Cultura
2. Concepção da Política Cultural
 - O Papel do Estado na Gestão Pública da Cultura
 - Uma Concepção Ampla de Cultura
 - Navegantes Multicultural Valorização da Diversidade
3. Plano Estratégico da Gestão Cultural
 - Histórico
 - Objetivos Estratégicos da Política Cultural
4. Recursos para a Cultura
 - Evolução do Orçamento da Cultura em Navegantes
 - Recursos do LMIC Lei Municipal de Incentivo a Cultura
 - Recursos de Patrocínios e Convênios
5. Diagnósticos e Desafios
 - Economia da Cultura
 - Música
 - Audiovisual
 - Artes Cênicas
 - Literatura e Bibliotecas
 - Artes Visuais
 - Artesanato
 - Patrimônio Cultural e Arquitetura
 - Cultura Popular
 - Formação Cultural
 - Espaços Públicos de Cultura
6. Diretrizes Gerais
 - Diretrizes
7. Programas Estratégicos
 - Programa Estratégico 1 – Diversidade, Descentralização e Direitos Culturais
 - Valorização da Diversidade e da Cultura Local
 - Descentralização Cultural
 - Direitos Culturais
 - Promoção de Políticas de Transversalidade
 - Programa Estratégico 2 – Economia da Cultura
 - Cultura e Turismo
 - Fomento e Financiamento à Produção Cultural

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

- Sistema de Incentivo à Cultura _____
- Sistema Municipal de Informações Culturais _____
- Cultura e Comunicação _____
- Programa Estratégico 3 - Patrimônio Cultural e Arquitetura
- Proteção e Promoção do Patrimônio Cultural Material e Imaterial
- Sistema Municipal de Museus, Centros de Memória e Arquivos
- Programa Estratégico 4 - Formação e Intercâmbio Cultural
- Formação Cultural _____
- Formação de Público _____
- Programa Estratégico 5 - Gestão Pública da Cultura
- Sistema Municipal de Cultura _____
- Rede de Equipamentos Culturais _____
- Estrutura Administrativa _____

ESTADO DE SANTA CATARINA
 PREFEITURA DE NAVEGANTES
 CGC 83.102.855/0001-50
 Rua João Emílio n.º 100 - Centro
 CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
 Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

1. Introdução

A Importância do Plano Municipal de Cultura

Os Planos Municipais, Estaduais e Nacional são peças fundamentais para a consolidação das políticas públicas de cultura como políticas de Estado no processo de implementação do Sistema Nacional de Cultura.

Este Plano Municipal de Cultura consolida o processo em curso no município de Navegantes.

Elaborado pelo Conselho Municipal de Cultura, resulta das diretrizes aprovadas na 1ª Conferência Municipal de Cultura e das discussões do 1º Fórum Municipal de Cultura, das ideias e propostas apresentadas por intelectuais, artistas, produtores, gestores públicos e privados e dos cidadãos navegantinos que participaram das discussões permanentes, das reuniões do Conselho Municipal de Cultura e da audiência pública e, especialmente das contribuições dos conselheiros que participaram de todo o processo e foram responsáveis pelo aprofundamento das discussões sobre os seus cinco eixos estratégicos, após um amplo, rico e democrático debate.

Construído democraticamente pelo Poder Público e Sociedade Civil representa a institucionalização das políticas públicas de cultura que vêm sendo implementadas na cidade nos últimos anos, que agora ultrapassem o patamar de Políticas de Governo para tornarem-se Políticas de Estado.

Este Plano significa a consolidação de um grande pacto político no campo da cultura que, transformado em Lei pela Câmara de Vereadores, dará estabilidade institucional, assegurando a continuidade das políticas públicas de cultura.

O Plano define os conceitos de política cultural, apresenta diagnósticos e aponta os desafios a serem enfrentados em cada área cultural do município de Navegantes, formula diretrizes gerais e estrutura a intervenção do governo municipal através de cinco programas estratégicos que agrupam tematicamente os planos, programas, projetos e ações a serem implementados nos próximos dez anos.

O Plano constitui o Sistema Municipal de Cultura e representa uma importante contribuição de Navegantes para implementação do Sistema Nacional de Cultura, estimulando que outras cidades e estados brasileiros também elaborem seus Planos de Cultura.

Tem como referenciais norteadores, a nível internacional, a Agenda 21 da Cultura e a Convenção da UNESCO sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, e a nível nacional, a proposta do Plano Nacional de Cultura aprovada pelo Conselho Nacional de Política Cultural. Considerou, ainda, a nível local as Leis

de cultura já existentes no município.

Foi importante também para a sua fundamentação os dados sócio econômicos e de gestão pública resultantes dos estudos e pesquisas de âmbito nacional, realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em parceria com o Ministério da Cultura e localmente o diagnóstico da produção cultural de Navegantes realizado pela Fundação Cultural.

2. Concepção da Política Cultural

O Papel do Estado na Gestão Pública da Cultura

A cultura é um direito fundamental do ser humano e ao mesmo tempo um importante vetor de desenvolvimento econômico e de inclusão social. É uma área estratégica para o desenvolvimento do país. Sem dirigismo e interferência no processo criativo, ao Estado cabe assumir plenamente seu papel no planejamento e fomento das atividades culturais, na preservação e valorização do

ESTADO DE SANTA CATARINA
 PREFEITURA DE NAVEGANTES
 CGC 83.102.855/0001-50
 Rua João Emílio n.º 100 - Centro
 CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
 Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

patrimônio cultural material e imaterial do país e na estruturação da economia da cultura, sempre considerando em primeiro plano o interesse público e o respeito à diversidade cultural.

Cada vez mais a cultura ocupa um papel central no processo de desenvolvimento das cidades, exigindo das gestões locais o planejamento e a implementação de políticas públicas que respondam aos novos desafios do mundo contemporâneo. Políticas que valorizem as raízes históricas e culturais das cidades, que reconheçam e promovam a diversidade das expressões culturais presentes em seus territórios, que intensifiquem as trocas e os intercâmbios culturais, que democratizem os processos decisórios e o acesso aos bens e serviços culturais, que trabalhem a cultura como um importante fator de desenvolvimento econômico e de coesão social.

Uma Concepção Ampla de Cultura

A cultura deve ser considerada sempre em suas três dimensões:

1) enquanto produção simbólica, tendo como foco a valorização da diversidade das expressões e dos valores culturais; 2) enquanto direito de cidadania, com foco na universalização do acesso à cultura e nas ações de inclusão social através da cultura; e 3) enquanto economia, com foco na geração de emprego e de renda, no fortalecimento de cadeias produtivas e na regulação da produção cultural e dos direitos autorais, considerando as especificidades e valores simbólicos dos bens culturais.

Adotar essa concepção implica em reconhecer a cultura como fenômeno plural e implementar uma política capaz de responder às demandas oriundas das suas diferentes manifestações, desde os conhecimentos e as artes tradicionais até os mais elaborados produtos culturais da alta tecnologia. É exatamente na condição de sujeitos e produtores de cultura encarada nessas três indissociáveis dimensões, que os cidadãos devem ser chamados a participar da elaboração da política cultural da cidade.

Esta concepção ampla de cultura implica em considerar todos os indivíduos, e não apenas os artistas, como sujeitos e produtores de cultura.

É nesta condição de agentes culturais, que o conjunto dos cidadãos deve se constituir no foco das atividades e projetos da administração governamental.

Navegantes Multicultural – A Valorização da Diversidade

Uma política cultural democrática reconhece a existência de múltiplas culturas dentro de uma mesma sociedade. Entendendo a cidade como o grande cenário da produção cultural contemporânea - um espaço de liberdade e de encontro dos diferentes - deve buscar estimular a autonomia dos diferentes grupos culturais, facilitar

os canais de comunicação com o poder público e, principalmente, promover um diálogo intercultural envolvendo todos os atores presentes na cena cultural da cidade. Um diálogo que ultrapasse as fronteiras territoriais do município e se estenda a outras cidades do país e do mundo.

Ao Estado cabe reconhecer, valorizar, dar visibilidade e apoiar as múltiplas expressões culturais, contemplando as diversas manifestações: eruditas e populares; profissionais e experimentais; consagradas e emergentes; e reconhecendo as dinâmicas

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

inovadoras, também aquelas gestadas nos diferentes movimentos sociais – comunitários, religiosos, étnicos, de gênero, entre outros. O conceito de uma autêntica multiculturalidade deve estar associado umbilicalmente à valorização da diversidade cultural e ao fortalecimento da democracia cultural.

O município de Navegantes em sua formação histórica social recebeu como elementos pioneiros os europeus, onde se destacaram os açorianos vindos de Desterro e os portugueses continentais oriundos da Capitania de São Vicente, que aqui implantaram uma cultura pesqueira, sendo mais tarde seguidos dos alemães e italianos que por medo e, para ocupação das terras litorâneas, afastaram as poucas tribos indígenas para o interior. Ao longo do último século é que essa população foi acrescida da presença de alguns afrodescendentes, de latino-americanos, bem como de um expressivo contingente de elementos naturais de outros estados da Federação.

A cena cultural navegantina é resultante desse processo histórico e as políticas públicas devem buscar prioritariamente fortalecer a sua identidade como cidade multicultural, valorizando todas as suas expressões culturais tendo como meta estratégica para os próximos dez anos buscar mecanismos concretos de preservação da nossa história.

Ações de Gestão Cultural Histórico

A cultura do povo navegantino da qual se tem registro data da última década do século XVIII quando umas dezenas de pescadores habitavam a região próxima da praia e do rio Itajaí-açu, de onde tiravam o sustento, e cultivavam uma agricultura de subsistência, com ênfase à mandioca com a qual fabricavam a farinha. No decorrer dos anos, essa pequena população foi definindo sua vocação marinha e de carpintaria naval. Tinham um comportamento amistoso e de visível tendência religiosa; e mesmo sem ainda possuir uma capela faziam suas rezas, procissões e festejos a Santo Amaro, São Sebastião e, fandangos a São Gonçalo, nas casas de família que possuíssem uma imagem. Com o crescimento da população e a chegada de europeus (portugueses e alemães) mais esclarecidos e, com maiores recursos, é que em 1896 inicia-se a construção da primeira capela, que só foi concluída e inaugurada em 1907 e dedicada a Santo Amaro, São Sebastião e Nossa Senhora dos Navegantes.

Esta era uma época em que o templo representava o ponto convergente de encontros sociais e servia de referencial para a abertura de ruas.

Surgiram, então, algumas belas construções de alvenaria em estilo português e criaram-se as escolas formais, que ensinavam as primeiras letras, noções básicas de Aritmética, Religião, História, Geografia e Conhecimentos Gerais.

Era um povo alegre com expressivas lideranças que foram criando as primeiras sociedades recreativas, onde se realizaram inesquecíveis bailes e apresentaram-se emocionantes peças teatrais representadas por artistas e diretores amadores locais. Nas primeiras

décadas de 1900, Navegantes contava com a Sociedade 1º de Janeiro, com palco e camarins, e com as sociedades Tamandaré, Sul América e Vera Cruz. Os carnavais eram animados e cada sociedade organizava blocos com as cores da bandeira da sociedade, desfilando nas ruas em acirradas disputas.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

Outra forma de diversão que atraía o povoado eram as disputas de futebol e as regatas que tinham por palco o rio Itajaí-açu, onde brilharam reconhecidos atletas navegantinos, que integravam os tradicionais clubes de Itajaí: Marcílio Dias, Almirante Barroso e Wasconcelos Drummond.

A paixão pela música numa época de difícil acesso aos poucos meios de comunicação, fez com que surgissem músicos e até alguns conjuntos musicais amadores, que animavam bailes e domingueiras e, encantassem as moças com lindas serestas à luz do luar, ou reunisse os mais jovens nas rodas de ratoeira onde em improvisos rimados se faziam declarações de amor.

O folclore era rico de canções de ninar, de orar, como as cantorias da Festa do Divino; de benzimentos para curar enfermidades, abençoar um local, afastar os maus fluidos (quebrantos) e até aproximar os enamorados.

Outro hábito antigo era o Pão-por-Deus, uma mensagem rimada e apresentada artisticamente em formato de coração, solicitando um presente, que sempre era atendido com uma resposta também cheia de arte.

Por ser uma região marinha, os marítimos, pescadores e carpinteiros eram os mais representativos profissionais, os demais eram pequenos agricultores e donos de engenhos de farinha.

Essas características ficaram marcadas na alma navegantina; umas de forma bem acentuada, e outras, somente com um trabalho de pesquisa e registro poderão ser preservadas, já que com a emancipação do município em 1962, a cidade iniciou uma tímida marcha para o progresso, através da implantação de cursos secundários e médios (nomenclatura da época) nas escolas públicas, com o crescimento da Rede Municipal de Ensino em todos os bairros e recantos, com o processo de implantação de um "Plano Diretor" que na época organizou o traçado e a abertura das novas ruas e avenidas, com a melhoria das vias para o fluxo do transporte e paralelamente com a implantação do Aeroporto, que foi oficialmente inaugurado em 12 de março 1970. Neste cenário, os navegantinos começaram a despertar para a riqueza turística de seus 10 km de praia, até então somente explorado pela pesca com tarrafas, redes e puçás; porque a pesca em alto mar com espinhel, em pequenas lanchas, preferia sair pela beira do rio, onde guardavam em ranchos as suas embarcações.

A caminhada acelerava-se com a implantação das primeiras indústrias de pescado e o fortalecimento dos estaleiros navais para recuperação e construção de barcos de madeira.

Na gestão do prefeito Luiz José Gaya (1997 a 2000) plantou-se na sociedade a semente ideológica da criação de um porto em Navegantes e, na mesma época, a necessidade de implantar-se uma Fundação Municipal de Cultura.

Em 20 de dezembro de 2000, pela lei municipal 1361, foi criada a Fundação Municipal de Cultura, grande conquista idealizada pelo então Vereador Elson Renato dos Santos. A Fundação Cultural de Navegantes foi oficialmente instalada em janeiro de 2001, em um belo imóvel alugado pela administração municipal, já na gestão do prefeito Adherbal Ramos Cabral. A equipe da nova Fundação era formada por um Superintendente e funcionários oriundos de outras secretarias.

Foram implantados cursos de diferentes instrumentos musicais, danças, teatro infantil e adulto, várias modalidades de pintura,

escultura, cursos de produção artística com material reciclável, cultura física como: capoeira, karatê, alongamento, yoga, ginástica para a 3ª idade, contação de histórias, sendo incorporadas à Fundação a Banda Municipal, que já existia desde 1996, e a

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

Biblioteca Pública Municipal que fora criada em 1971. Nos primeiros anos foi construído anexo ao imóvel um barracão com espaço e palco onde foram apresentadas muitas peças teatrais, shows musicais e exposições artísticas.

Nos dez primeiros anos de existência a sede da Fundação Cultural foi locada em quatro diferentes espaços por não possuir uma sede própria.

Em 2005 representantes da Fundação participaram pela primeira vez de uma Conferência Intermunicipal de Cultura em Itajaí e, meses depois da Conferência Estadual em Florianópolis, de onde foram eleitos representantes do Estado para participar da Conferência Nacional. Na época, uma das propostas apresentadas por Navegantes solicitava a criação de concurso para os cargos técnicos da Fundação, sugestão incluída na proposta estadual.

A participação de Navegantes nas primeiras Conferências gerou o compromisso do governo municipal com a cultura, que foi expresso através da assinatura de um Termo de Adesão com o Ministério da Cultura, no qual se comprometia em criar um Conselho Municipal de Cultura. Fato que se restringiu a nomeação de conselheiros, que na realidade nunca se reuniram.

A partir de 2009 sob a coordenação do Superintendente Marcos Montagna realizaram-se de forma democrática e participativa as eleições para formação, de fato e de direito, de um Conselho Municipal de Cultura, que juntamente com a equipe da Fundação tem funcionado com reuniões regulares mensais onde se procura analisar, sugerir e promover a cultura navegantina.

A Primeira Conferência Municipal de Cultura aconteceu em 2009 no auditório da Prefeitura, onde a comunidade artística e cultural que se fez presente, teve voz, e colheram-se ricas sugestões. Ainda em 2009 foram previstos no orçamento municipal, pela primeira vez, recursos para execução da Lei Municipal de Incentivo à Cultura que teve sua primeira seleção de projetos em 2010. Esse também foi o ano em que o município assinou com o Ministério da Cultura o Acordo de Cooperação Federativa do Sistema Nacional de Cultura e passou a desenvolver e executar o plano de trabalho, para implantação do Sistema Municipal de Cultura, que foi criado através da Lei 2372 de 08 de novembro de 2010. Já em 2011 o trabalho de implantação do Sistema Municipal de Cultura continuou e em 14 de dezembro de 2011 foi instituído através da Lei 131 o Fundo Municipal de Cultura. Ainda em 2011 o projeto de reforma e adaptação do Pavilhão de Eventos para instalação do Centro Integrado de Cultura, foi aprovado no Sistema Estadual de Incentivo ao Turismo, Esporte e Cultura, garantindo assim, recursos na ordem de R\$ 275.515,00 (duzentos e setenta e cinco mil quinhentos e quinze reais) para execução da obra. Por não ter implantado por completo o Sistema Municipal de Cultura, o município pediu a prorrogação do prazo de vigência do Acordo de Cooperação Federativa do Sistema Nacional de Cultura até o final de 2012.

Objetivos Estratégicos da Política Cultural

- Desenvolver a cultura em todos os seus campos como expressão e afirmação de identidade.
- Democratizar o acesso e descentralizar as ações culturais, num movimento de mão dupla centro-periferia / periferia-centro.
- Inserir a cultura no processo econômico como fonte de geração e distribuição de renda.
- Consolidar Navegantes no circuito estadual e nacional da cultura.

Principais Pontos de mudança na Política Cultural

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

- Implementar um modelo de gestão moderna, transparente e democrática.
- Viabilizar uma política cultural ampla e integrada no espaço do município.
- Dar visibilidade, estimular e valorizar a produção cultural local.
- Estimular, através da cultura, o exercício da cidadania e da autoestima dos navegantinos, especialmente dando aos jovens uma perspectiva de futuro com dignidade.

4. Recursos para a Cultura

Evolução do Orçamento da Cultura em Navegantes

Com a criação da Fundação Municipal de Cultura de Navegantes, no ano de 2000, além de ter um órgão específico para a sua gestão, a área da cultura passou a ter um orçamento próprio que teve uma evolução variável nos últimos dez anos, saindo do percentual de 0,38% do Orçamento do Município, no ano de 2001 para 0,97% em 2010, chegando a atingir 0,93 em 2007. No entanto o orçamento executado apresenta uma evolução decrescente ao longo dos últimos 10 anos. Em 2001 os investimentos em cultura alcançaram 0,71% e foram caindo até chegar aos 0,24% de 2008, apesar do valor investido ter aumentado de R\$ 111.424,52 em 2001 para R\$ 162.921,89 em 2008. Este fenômeno se dá pelo aumento significativo que o orçamento do município teve nos últimos 05 anos. No período de 2001 a 2004, o percentual médio do orçamento da cultura foi de 0,51% e, no período de 2005 a 2008, caiu para 0,28%; já no período de 2009 a 2012 (até agosto de 2012) foi de 0,44%. Atualmente se somam a este orçamento os recursos da Lei Municipal de Incentivo à Cultura, provenientes de renúncia fiscal do Município.

É importante ressaltar ainda que outros órgãos da Prefeitura de Navegantes também investem na cultura, a exemplo das atividades culturais realizadas pelas Secretarias de Educação, Esportes e Lazer e das ações de divulgação da programação cultural realizadas pela Secretaria de Comunicação, entre outras.

| Ano | Orçamento do Município | Orçamento da Cultura | % |
|-------------------|------------------------|----------------------|-------|
| 2001 | 13.330.000,00 | 50.000,00 | 0,38% |
| 2002 | 16.960.000,00 | 100.000,00 | 0,59% |
| 2003 | 19.095.000,00 | 120.000,00 | 0,63% |
| 2004 | 20.320.000,00 | 150.000,00 | 0,74% |
| 2005 | 26.630.000,00 | 150.000,00 | 0,56% |
| 2006 | 37.500.000,00 | 130.000,00 | 0,35% |
| 2007 | 48.000.000,00 | 445.000,00 | 0,93% |
| 2008 | 57.352.010,00 | 200.000,00 | 0,35% |
| 2009 | 60.000.000,00 | 245.900,00 | 0,41% |
| 2010 | 91.710.000,00 | 720.000,00 | 0,79% |
| 2011 | 100.166.500,00 | 970.000,00 | 0,97% |
| 2012 | 165.940.284,00 | 883.400,00 | 0,53% |
| Total | 656.126.794,00 | 4.164.300,00 | 0,63% |
| Total 2001 - 2004 | 69.705.000,00 | 420.000,00 | 0,60% |
| Total 2005 - 2008 | 169.482.010,00 | 925.000,00 | 0,55% |
| Total 2009 - 2012 | 417.816.784,00 | 2.819.300,00 | 0,67% |
| Média 2001 - 2004 | 17.426.250,00 | 105.000,00 | 0,60% |

| | | | |
|-------------------|----------------|------------|-------|
| Média 2005 – 2008 | 42.370.502,50 | 231.250,00 | 0,55% |
| Média 2009 – 2012 | 104.454.196,00 | 704.825,00 | 0,67% |

| Ano | Orçamento do Município Executado | Orçamento da Cultura Executado (incluindo Lei Municipal de Incentivo a Cultura) | % |
|-----------------|----------------------------------|---|-------|
| 2001 | 15.647.013,91 | 111.424,52 | 0,71% |
| 2002 | 19.437.500,53 | 103.298,45 | 0,53% |
| 2003 | 23.472.449,76 | 116.063,84 | 0,49% |
| 2004 | 27.055.198,23 | 109.004,20 | 0,40% |
| 2005 | 35.315.050,60 | 116.188,75 | 0,33% |
| 2006 | 44.586.440,57 | 133.068,61 | 0,30% |
| 2007 | 56.281.722,53 | 156.858,32 | 0,28% |
| 2008 | 67.049.593,81 | 162.921,89 | 0,24% |
| 2009 | 80.763.140,13 | 225.586,88 | 0,28% |
| 2010 | 117.352.280,11 | 234.139,44 | 0,20% |
| 2011 | 124.752.298,28 | 307.910,98 | 0,25% |
| 2012 | 90.687.055,38 | 897.235,90 | 0,99% |
| Total | 702.399.743,84 | 2.673.701,78 | 0,38% |
| Total 2001-2004 | 85.612.162,43 | 439.791,01 | 0,51% |
| Total 2005-2008 | 203.232.807,51 | 569.037,57 | 0,28% |
| Total 2009-2012 | 413.554.773,90 | 1.664.873,20 | 0,40% |
| Média 2001-2004 | 21.403.040,61 | 109.947,75 | 0,51% |
| Média 2005-2008 | 50.808.201,88 | 142.259,39 | 0,28% |
| Média 2009-2012 | 103.388.693,48 | 416.218,30 | 0,40% |

* Para o ano de 2012 foi considerada a posição do orçamento até o mês de julho.

Recursos da LIC – Lei de Incentivo à Cultura

A Lei de Incentivo à Cultura de Navegantes, instituída no ano de 2002, através da Lei nº 1.496/02, e regulamentada em 2003 através do Decreto 796/03, só iniciou a seleção de projetos em 2010, uma vez que nos anos anteriores, não se destinou recursos

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

para o financiamento de projetos culturais. Atualmente realiza-se a seleção de projetos culturais utilizando a modalidade do mecenato, com o uso do mecanismo da renúncia fiscal do ISS pelo Município. A Lei atual prevê como limite da renúncia um valor que é determinado anualmente através da Lei de Diretrizes Orçamentárias. Em 2010 esse valor ficou na casa dos R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), sendo captado pelos proponentes o montante de R\$ 72.180,13 e em 2011 o limite subiu para R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), sendo captado pelos proponentes o montante de R\$ 162.555,00 (cento e sessenta e dois mil quinhentos e cinquenta e cinco reais). Em 2012 não houve seleção, apesar de estar previsto a renúncia R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais) no orçamento do município.

Os valores autorizados anualmente para captação variaram de 1,50% a 2% do valor da receita do ISS. Os projetos captados em 2010 atingiram o percentual de 47,05% dos projetos aprovados. Na primeira seleção ocorrida em 2010, foram apresentados 35

projetos, desses, 17 foram aprovados, já em 2011 esse número subiu para 53, sendo que, 21 foram aprovados, um aumento de 51,42% no número de projetos apresentados e 23,52% no número de projetos aprovados.

É de fundamental importância a execução do Fundo Municipal de Cultura que foi criado em 2011 através da Lei 131/11, conforme previsto no Acordo de Cooperação Federativa do Sistema Nacional de Cultura assinado em 2010, inclusive para possibilitar a transferência de recursos dos Fundos Nacional e Estadual de Cultura, como é previsto no processo de funcionamento do Sistema Nacional de Cultura.

RELAÇÃO DA RECEITA DO ISS COM A LIC – 2010 E 2011

| Ano | Receita ISS (R\$) | LIC/Autorizado (R\$) | % LIC/ISS |
|------|-------------------|----------------------|-----------|
| 2010 | 10.118.293,08 | 150.000,00 | 1,48 |
| 2011 | 13.017.519,90 | 250.000,00 | 1,92 |

RECURSOS APROVADOS POR SEGMENTO CULTURAL

| Segmento | 2010 | 2011 | Total | % Segmento/LIC |
|---------------|-----------|-----------|------------|----------------|
| Artes Cênicas | 6.429,13 | 24.050,00 | 30.479,13 | 7,62% |
| Música | 39.400,00 | 74.520,00 | 113.920,00 | 28,48% |
| Audiovisual | 27.451,00 | 37.655,00 | 65.106,00 | 16,28% |
| Artes Visuais | 19.159,87 | 28.245,00 | 47.404,87 | 11,85% |
| Patrimônio | 21.830,00 | 0,00 | 21.830,00 | 5,46% |
| Humanidades | 35.730,00 | 85.530,00 | 121.260,00 | 30,31% |

Recursos de Convênios

Os recursos provenientes de convênios, praticamente, inexistem em Navegantes. Somente nos anos de 2009 e 2011 houve convênios com o Governo do Estado através do Sistema Estadual de Incentivo ao Turismo, Esporte e Cultura – SEITEC, na

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

ordem de R\$: 288.167,00. As tentativas de convênios com os governos estadual e federal sempre existiram e foram intensificadas a partir de 2009, no entanto, não se obteve sucesso. O que pode justificar este fato é a falta de pessoal para se dedicar exclusivamente a elaboração de projetos e captação de recursos.

5. Diagnósticos e Desafios

Economia da Cultura

Hoje, num mundo globalizado, com o avanço tecnológico dos meios de transporte que encurtam cada vez mais as distâncias entre as cidades e especialmente dos meios de comunicação que possibilitam a circulação instantânea das informações a todos os pontos do planeta, a cultura passou a ser um dos ativos mais fortes da nova economia mundial, seja como conteúdo das informações veiculadas nos meios de comunicação, seja pela força das indústrias culturais no mercado global, seja pela crescente expansão do turismo cultural.

Navegantes, desde sua formação abriga povos das mais diversas procedências, portadores de credos, valores e culturas diferenciadas. Esta diversidade propiciou a formação de uma cidade culturalmente rica e múltipla, mas adormecida devido à falta de investimentos.

Toda esta imensa riqueza cultural a situa numa excelente posição no novo cenário da cultura e da economia mundial e, representa hoje, um enorme potencial de desenvolvimento para a cidade com a criação de oportunidades para seus artistas, a proteção e valorização do seu patrimônio histórico, a criação e requalificação dos espaços públicos, o desenvolvimento das suas indústrias culturais, a exploração do turismo cultural e especialmente a melhoria

material e espiritual dos seus habitantes.

Dois projetos estruturadores, tendo a cultura como eixo central, com papéis diferenciados e complementares, são fundamentais para a viabilização deste processo de desenvolvimento: a criação do Museu da Pesca e Construção Naval e a criação de programas de desenvolvimento da cultura.

A sociedade navegantina e o poder público ainda não reconhecem a cultura como um setor econômico e que gera renda; isso causa uma marginalização do setor nas ações de desenvolvimento da economia da cidade e na geração de emprego. Outra grande dificuldade é a inexistência de mercado consumidor para os produtos culturais, pois a população da cidade ainda não oferece o devido valor aos seus artistas e não está habituada a comprar obras de arte, artesanatos, ir à peças teatrais, espetáculos musicais e consumir literatura, dos produtores de cultura do município.

Música

Em Navegantes a música é o mais representativo segmento pela quantidade de músicos residentes e iniciativas voltadas à produção musical.

Com uma riqueza extraordinária de ritmos e gêneros, a música navegantina já exporta talentos, pela qualidade de seus profissionais que tem a possibilidade de aprimoramento, através dos cursos de qualificação e graduação que são oferecidos por instituições de ensino da região.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

Os avanços tecnológicos têm provocado profundas mudanças no processo criativo e no mercado fonográfico em todo o planeta. Conhecido como um país de grande diversidade cultural e um dos mais importantes do cenário musical internacional; o Brasil passa por um momento de crise na indústria fonográfica e por uma redefinição da legislação dos direitos autorais e da propriedade intelectual, com reflexos na produção musical em todo o país.

Mais da metade dos projetos apresentados para a seleção da Lei Municipal de Incentivo a Cultura são na área da música. Além disso, a Fundação Cultural em parceria com a Secretaria de Turismo, também desenvolve o Festival de Música de Navegantes, que tem participação exclusiva de músicos da cidade e mantém graciosa-mente os cursos de violão, baixo, canto e instrumentos de sopro na Escola de Arte "Profª Vilma Rebello Mafra".

Vivemos uma realidade de muito potencial na área da música, no entanto, algumas dificuldades persistem para dar visibilidade e valorizar devidamente a música navegantina, e principalmente para consolidar o mercado local da música, possibilitando a permanência na cidade dos seus grandes artistas e o desenvolvimento da economia da cultura e do turismo cultural da cidade. A fragilidade do mercado local ocorre em diversos elos da sua cadeia produtiva, desde a formação musical, passando por limitações na produção, especialmente na estrutura empresarial, nos recursos tecnológicos e na qualificação do pessoal técnico de estúdio e de palco e principalmente na difusão da música de Navegantes nos meios de comunicação, especialmente nas televisões e rádios locais.

Este Plano deve definir estratégias para garantir a continuidade das políticas e ações bem sucedidas e superar este quadro de dificuldades, tendo como meta consolidar nos próximos anos a cidade de Navegantes como um importante e criativo centro musical de Santa Catarina.

Audiovisual

A produção audiovisual de Navegantes praticamente inexistente e, as iniciativas que se tem são oriundas de Leis de Incentivo, trabalhos acadêmicos ou produções da própria Fundação Cultural e todas

com o foco no resgate da história do município e da região. Também não existem iniciativas de produção de jogos eletrônicos e outras atividades de audiovisual.

Com exceção dos cursos de comunicação social, não há na região possibilidades de formação profissional para a área do audiovisual. As produções realizadas em Navegantes acontecem através da contratação de empresas de outros municípios ou de forma amadora, pois inexistem produtoras de audiovisual no município.

A Fundação Cultural iniciou em 2011 um projeto permanente que pretende promover sessões de cinema nos bairros do município, no entanto, os filmes exibidos ainda são de grandes produtoras e muito comerciais, desta forma o projeto atinge apenas o objetivo de dar acesso ao cinema às comunidades, mas não valoriza e incentiva a produção local.

A perspectiva para os próximos dez anos é que essa realidade seja diferente e que haja no município iniciativas mais concretas nas áreas de formação, produção e difusão, principalmente a disponibilização de recursos para a área. Pelos altos custos que envolvem a produção cinematográfica, a solução destas questões não depende apenas de políticas locais, depende principalmente de mudanças nas políticas nacionais e estaduais. Para isso é imprescindível uma ação mais articulada dos

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

gestores públicos e dos diversos atores envolvidos com a cadeia produtiva do audiovisual catarinense visando provocar alterações mais profundas nas políticas de fomento e financiamento à cultura do Governo Federal e do Governo do Estado, especialmente a desconcentração dos recursos do SEITEC, do Ministério da Cultura e das Empresas Públicas e Privadas que se beneficiam das Leis de Incentivo à Cultura baseadas no mecanismo da renúncia fiscal. Pela sua abrangência, envolvendo os mais variados segmentos culturais, o audiovisual é estratégico para o desenvolvimento da cultura e da economia do Estado de Santa Catarina, especialmente para a cidade de Navegantes, devendo ser tratado como uma área prioritária da gestão cultural.

Artes Cênicas

O segmento de artes cênicas já possuiu em Navegantes grandes iniciativas que receberam inclusive reconhecimento nacional pelo trabalho desenvolvido; no entanto esse trabalho sofreu pela falta de investimentos e incentivos, além disso, a falta de profissionalização do setor também foi um grande gargalo para seu desenvolvimento.

Atualmente busca-se resgatar as iniciativas bem sucedidas no passado, através de financiamento exclusivo do poder público e também a ascensão de novos trabalhos, que possam se consolidar através da iniciativa privada.

É preciso reconhecer que o município de Navegantes já possuiu grupos que levaram seu nome para além de suas fronteiras. O Grupo Teatral Cacareco Telúrico, foi um grande divisor de águas no teatro catarinense, por suas produções ousadas no início da década de 80. A Cia. de Dança Sprint, participou e venceu muitos dos principais festivais de dança do Brasil, sendo reconhecida como uma das melhores companhias de dança do país. Numa tentativa de mudar um pouco a realidade da área no município, o Grupo Teatral Oficina da Cena iniciou um trabalho de produção cênica, mas que também não teve continuidade pelas dificuldades enfrentadas. Atualmente os principais esforços para a mudança dessa realidade, além do sistema municipal de financiamento da cultura, são o convênio com SESC Cultura, que tem trazido espetáculos cênicos para o município, a manutenção dos cursos de dança e teatro da Escola de Arte "Profª Vilma Rebello Mafra", a manutenção da Escola de

Circo e a criação de eventos de destaque no cenário catarinense. Sem dúvida uma das principais dificuldades para a mudança da realidade do setor é a falta de espaços para apresentação de espetáculos.

Literatura e Bibliotecas

O município de Navegantes se destaca nessa área por já possuir uma biblioteca pública instalada desde 1971, no entanto, todo esse tempo de biblioteca pública no município não foi suficiente para criar um público de leitores, como diferencial da realidade brasileira.

É preciso destacar também que o município possui escritores que se destacam no cenário catarinense por suas obras e também pelo trabalho que desenvolvem em favor da literatura.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

A falta de investimentos no setor de ações articuladas com a rede de educação básica, de projetos de incentivo à leitura e de um espaço adequado para a Biblioteca Pública "Cruz e Sousa", são fatores que impossibilitam o desenvolvimento do setor, mesmo tendo um grande aporte de recursos em projetos de literatura através da Lei Municipal de Incentivo a Cultura. Iniciou-se em 2011 a realização de um Concurso Escolar de Poesia que com o passar dos anos poderá se tornar um grande incentivador à produção literária local e um descobridor de novos talentos, como também um Concurso Estadual de Poesia, que deve destacar o nome de Navegantes na produção literária catarinense.

Há que se cuidar cada vez mais da formação do leitor; dos espaços para se formar novos autores e publicar a produção do autor municipal; do fortalecimento da distribuição, circulação e venda dessa produção.

Há que se estabelecer ainda uma rede para a circulação e divulgação dos autores estaduais fortalecendo o mercado editorial local e sua repercussão no cenário da literatura estadual e nacional.

A articulação das políticas e iniciativas locais com o Plano Nacional de Cultura e especialmente com o Plano Nacional do Livro e da Leitura, deve proporcionar uma nova situação para desenvolvimento do setor, fortalecendo todos os elos da sua cadeia produtiva.

Artes Visuais

Navegantes possui um grande potencial no setor das artes visuais. Tem muitos artistas de qualidade e alguns que se destacam por suas produções, mas assim como em outras áreas, não desfruta dos benefícios de possuir tantos talentos pela falta de investimentos e incentivos ao setor, de espaços de exposições e de eventos específicos para a área.

Nesta área é onde mais se encontram trabalhadores da cultura no município, pessoas que fazem da sua arte seu sustento. E por isso ela se torna uma das áreas mais representativas na cidade, mas que também vê seus talentos adormecidos e desmotivados.

Atualmente busca-se resgatar os artistas já consolidados, no sentido de voltarem a produzir, expor e comercializar suas peças e também a busca de novos talentos. Uma das iniciativas de destaque é a manutenção dos cursos de desenho, pintura em tela e escultura oferecidos pela Escola de Arte "Profª Vilma Rebello Mafra", que tem aprimorado e descoberto novos grandes talentos das artes plásticas.

A formação de público é algo de suma importância, uma vez que o público é o destinatário final das ações institucionais. Discutir e elaborar estratégias, qualificar e garantir a atuação permanente de animadores/mediadores culturais faz-se urgente.

Para a efetiva implementação destas políticas e ações, é imprescindível a participação do Governo Estadual e Federal, bem como da

iniciativa privada, complementando a atuação do Governo Municipal. Seja através da atuação das instituições vinculadas a essas esferas governamentais, dos seus mecanismos de fomento à cultura e/ou através de parcerias das mais diversas naturezas.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

Artesanato

As raízes da colonização de Navegantes tem no artesanato uma grande referencia da sua cultura, no entanto, a produção do artesanato em Navegantes não está ligada a estas raízes. O artesanato produzido aqui é fruto de conhecimentos isolados que não necessariamente eram produzidos pelos primeiros moradores de Navegantes. Em se tratando de uma produção não característica da região, a comercialização se torne enfraquecida o que limita o crescimento do setor, além disso, o turismo em nossa cidade ainda é um potencial a ser explorado, fato que também poderia ser um fator de desenvolvimento do setor.

Atualmente existe uma associação de artesãos que organiza com o apoio do executivo municipal uma feira de artesanato semanal. No entanto, a associação passa por problemas de gestão e tem pouca adesão dos artesãos da cidade.

A atuação da Fundação Cultural no campo do Artesanato deve ter como foco principal os aspectos criativos da sua produção, seja no sentido da preservação das expressões artesanais tradicionais ou na renovação/inovação de linguagens, materiais e tecnologias. A qualificação da produção do artesanato é fundamental não apenas do ponto de vista cultural, mas também econômico, contribuindo para o aumento das vendas.

É imprescindível para a melhoria da qualidade e o aumento da produção, o acesso dos artesãos - individualmente ou organizados através de associações, cooperativas, ONGs e OSCIPs - às linhas de financiamento dos bancos e demais instituições financeiras, destinados à área cultural.

A participação do Governo Estadual e Federal, bem como da iniciativa privada é de suma importância para o desenvolvimento e implementação de políticas para o setor. Seja através da atuação das instituições vinculadas a essas esferas governamentais, dos seus mecanismos de fomento à cultura e/ou através de parcerias das mais diversas naturezas, pois essas ações complementam e ampliam a atuação municipal.

Patrimônio Cultural e Arquitetura

Navegantes possui um patrimônio cultural muito rico por sua diversidade e peculiaridade. Durante muitos anos não houve a preocupação de preservar esse patrimônio, por esse motivo, prédios históricos foram demolidos e poucos foram os registros da nossa história e tradições.

A grande fonte de informação dessa história é a memória oral que ainda pode e deve ser preservada. A Fundação Cultural tem buscado registrar o conhecimento e a vivência de antigos moradores do município, e para tanto já produziu dois documentários históricos, onde apresenta depoimentos que expressam um pouco da história de Navegantes e suas tradições.

O município possui alguns prédios históricos que são muito significativos para sua população, mas estes imóveis ainda não estão protegidos e não possuem um plano de preservação. Aprovada em 2009, o município já possui uma lei de proteção ao seu patrimônio histórico, cultural e natural, mas ainda não iniciou nenhum processo de tombamento.

Salienta-se que a visão integrada das duas dimensões patrimoniais, por se tratar de uma abordagem recente, em termos de políticas públicas nas três instâncias federativas, concorre para que os instrumentos de preservação, bem como os projetos e ações

direcionados à valorização, divulgação e preservação dos bens culturais ainda estejam em processo de amadurecimento e

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

consolidação. Entretanto, isso não impede a realização de atividades colaborativas, que busquem estabelecer uma política de Estado para o campo patrimonial.

Vislumbram-se algumas ações que podem ser incorporadas ao Plano Municipal de Cultura de Navegantes, objetivando melhor atendimento dos seus propósitos, como estreitar as relações e a atuação conjunta com os órgãos federais e estaduais, especialmente, com o Iphan e a FCC.

Cultura Popular

A cultura popular de Navegantes manteve suas características originais portuguesas durante um longo período, que se estenderia do final do século XVIII até a segunda metade do século XX, quando ocorre a emancipação política do município e inicia-se nas primeiras décadas um lento processo migratório de famílias provenientes de outros municípios, instalando-se na região da praia, em busca de saúde e melhor qualidade de vida. Seguindo-se à chegada de empresas que vieram implantar o Aeroporto "Victor Konder", inaugurado em 1970; com moradores de outros estados como mão de obra na expansão da frota pesqueira e dos estaleiros navais, com a abertura de rodovias federais (BR 101 e BR 470) no município, fato que confirmou Navegantes como centro turístico e, mais recentemente, com a instalação do terminal portuário "Portonave", o progresso instalou-se em vertiginoso ritmo.

Esses eventos, que vieram acelerar o processo de desenvolvimento, aproximaram e misturaram a cultura popular local com aquela que os novos moradores trouxeram; situação que apresenta o aspecto positivo do enriquecimento do caldo cultural local, mas que ao mesmo tempo ameaça a perda da identidade cultural das primitivas famílias, com o seu particular jeito de entonar as palavras, seus ditos, crenças, rezas e benzimentos, tratamentos caseiros, conhecimento de ervas; seu jeito de interpretar e prever os fenômenos da natureza, seus valores morais, suas tradições na forma de divertir-se, morar, ocupar os espaços e cuidar da terra, e ainda, em suas ricas manifestações artísticas.

Somente através de uma ação organizada pelas entidades responsáveis pela Cultura, poder-se-á preservar as tradições culturais que resistiram à passagem do tempo, registrar e resgatar o que está caindo no esquecimento em virtude do imprevisto, desordenado e desmedido crescimento populacional e, da concorrência dos meios de comunicação, que introduzem novos e estranhos hábitos que modelam e igualam as sociedades, segundo os interesses econômicos daqueles que detém o poder.

É imprescindível que se realizem pesquisas junto à população para obtenção de registros da realidade cultural atual, especialmente dos novos moradores, para que através desses índices, se estabeleça coletivamente a sociedade que desejamos preservar.

Foi notável, na última década, a implantação de políticas públicas no âmbito Federal, Estadual e Municipal, contribuindo e criando condições para que grupos de cultura popular também se credenciem a receber apoio para a realização de projetos.

Para avançar nesse processo, faz-se necessária a criação de novos mecanismos de incentivo à cultura popular, bem como a colaboração das entidades da sociedade civil e das universidades públicas e privadas, promovendo o debate através de fóruns e seminários, onde artistas e produtores culturais populares sejam agentes participativos; na produção de materiais didáticos e

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

folders, na utilização dos meios de comunicação de massa para a recuperação, valorização e divulgação da cultura popular aos jovens, aos turistas e especialmente aos que imigraram para o município de Navegantes.

Formação Cultural

Em Navegantes, a atuação do poder público na área de cultura sempre foi esporádica, pontual, sem perspectiva da construção de uma política consistente, de Estado. Desde 2009, a sociedade navegantina, vivencia um modelo de gestão pública de cultura que busca valorizar os produtores culturais e criar mecanismos que possibilitem o fazer cultural na sua plenitude. As únicas ações de formação cultural permanente são os cursos oferecidos pela Escola de Arte Profª Vilma Rebello Mafra.

As mudanças que estão sendo implementadas tem gerado uma demanda grande de formação cultural, mas que ainda não é percebida pelos produtores como prioritária. O início da seleção de projetos através da Lei Municipal de Incentivo a Cultura culminou na realização de oficinas de elaboração de projetos e captação de recursos. No entanto, essas são ações isoladas e não são suficientes para formação de gestores e produtores culturais.

A perspectiva de avanço nas políticas públicas, passa pela consolidação de um Plano Municipal de Cultura, em consonância com os Planos Estadual e Nacional.

Assim, como principais desafios apresentam-se a definição de papéis nos três níveis de governo para a área da formação, discutindo papéis e responsabilidades para a construção de um Sistema Nacional de Cultura; a intensificação dos intercâmbios culturais; o avanço na estrutura administrativa da Fundação Cultural, que garanta unidade na construção de um Plano Municipal de Formação Cultural.

Espaços Públicos de Cultura

As cidades tornaram-se por excelência o espaço da cultura: na criação, na produção, na exibição, na fruição. Os espaços públicos das cidades devem ser ocupados pelos cidadãos como espaços da cultura, com atividades onde se apropriem do lugar, no sentido físico e simbólico, criando uma identidade com o espaço, traduzindo plenamente o conceito de democracia cultural da cidade.

Uma política cultural onde a sociedade civil passe de espectadora para protagonista reflete-se na ocupação democrática dos espaços públicos. A gestão deve investir na promoção e apoio à projetos inovadores que valorizem a produção local e garantam o intercâmbio cultural entre as diversas regiões da cidade, assim como promovam o intercâmbio em nível estadual e nacional.

Navegantes não possui equipamentos culturais públicos ou privados, o que faz com as produções existentes sejam realizadas em espaços não convencionais, mas ainda não se tem a visão de que esses são espaços da cultura e que devem ser utilizados com frequência para tais atividades.

No entanto, mesmo que se tenha essa visão de que todos os espaços públicos podem e devem ser utilizados por atividades culturais, o município precisa de equipamentos culturais que garantam uma produção cultural de qualidade e possibilitem acesso aos moradores e aos turistas, de forma a gerar um mercado consumidor das nossas produções.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

Atualmente a Fundação Cultural tem trabalhado no projeto de reforma do Pavilhão de Eventos "Milton Seara Muller" que se tornará um centro cultural com auditório (futuramente um teatro), salas de cursos, sala de vídeo, biblioteca e galeria de arte. A concretização desde projeto é sem dúvida o principal avanço do setor cultural de Navegantes em toda a história do município.

Outros projetos também já começam a ser desenhados, uma vez que a cidade ainda não possui equipamentos culturais básicos, como sede para a biblioteca, espaço de memória, cinema e teatro.

6. Diretrizes Gerais

A partir dos conceitos da política cultural, dos recursos disponíveis, dos diagnósticos e desafios apontados para cada área cultural da cidade de Navegantes, as Diretrizes Gerais definem a linha das políticas públicas de cultura e as questões centrais a serem respondidas pelos planos, programas projetos e ações dos cinco Programas Estratégicos do Plano Municipal de Cultura.

Diretrizes

1. Contribuir para a implementação de políticas públicas de cultura em âmbito global, divulgando e cumprindo todos os compromissos estabelecidos e recomendações da Agenda 21 da Cultura, aprovada pelo IV Fórum das Autoridades Locais no Fórum Universal das Culturas- Barcelona 2004 e da Convenção da UNESCO sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, aprovada no ano de 2005, em Paris.
2. Reforçar a importância da economia da cultura e a centralidade da cultura como fator de desenvolvimento no mundo contemporâneo.
3. Implementar, a nível local, as diretrizes do Plano Nacional de Cultura e do Plano Estadual de Cultura de SC (a ser construído).
4. Fortalecer todas as manifestações da cultura local e promover o intercâmbio cultural com outras cidades de Santa Catarina e do Brasil, valorizando a multiculturalidade de Navegantes e promovendo um amplo diálogo intercultural.
5. Consolidar o papel da cultura como um importante vetor de desenvolvimento da cidade de Navegantes, atuando conjuntamente com outros órgãos governamentais, o setor privado e a sociedade civil.
6. Incorporar as políticas públicas de cultura à dinâmica urbana e ao processo de desenvolvimento da cidade de Navegantes, considerando a diversidade cultural (multiculturalidade) um dos pilares fundamentais para a sustentabilidade da cidade.
7. Atuar de forma transversal com as áreas do turismo, do planejamento urbano, do meio ambiente, da segurança pública e do desenvolvimento econômico e social.
8. Priorizar, no orçamento municipal, os recursos públicos para a cultura e buscar ampliar e manter um investimento mínimo de 1% da receita líquida da Prefeitura de Navegantes.
9. Promover a diversificação das fontes de financiamento e a descentralização dos recursos públicos para a cultura.
10. Democratizar e descentralizar as ações, atuando em todas as regiões da cidade.
11. Fomentar ações direcionadas para implementação de políticas públicas de cultura de forma sistemática e permanente, onde os eventos sejam parte integrante de um processo e não ações pontuais e isoladas.
12. Implementar políticas que valorizem a informação, a formação e a profissionalização da cultura como construção da cidadania.

13. Cuidar com a mesma atenção de todos os equipamentos culturais do município, tanto das suas estruturas físicas quanto da implementação de uma programação que contemple as mais diversas áreas e manifestações culturais da cidade.

14. Atuar com o conceito de rede e articular os diversos equipamentos culturais para o desenvolvimento de atividades voltadas para a formação e profissionalização nas diversas áreas da cultura, visando provocar, em médio prazo, uma profunda mudança na gestão e produção cultural da cidade.

15. Participar ativamente do processo de construção do Sistema Nacional de Cultura, priorizando a estruturação e implementação do Sistema Municipal de Cultura de Navegantes.

16. Fortalecer o pacto federativo atuando de forma integrada e complementar com os Governos Estadual e Federal.

17. Realizar, bianualmente, as Conferências Municipais e participar ativamente das Conferências Estaduais e Nacionais de Cultura.

18. Avançar no processo de democratização da gestão cultural da cidade, com a consolidação do Conselho Municipal de Cultura, das Câmaras Setoriais e do Fórum Municipal de Cultura.

19. Participar ativamente dos debates e da formulação das políticas públicas de cultura nos diversos fóruns e articulações institucionais nacionais e internacionais.

20. Promover a inserção da cidade de Navegantes e da produção local nas redes culturais nacionais, participando da Interlocal - Rede Ibero-americana de Cidades para a Cultura, da UT Cultura da Rede Mercocidades, da Agenda 21 da Cultura e outras redes culturais, estabelecendo convênios de cooperação e intercâmbio cultural com cidades brasileiras.

7. Programas Estratégicos

Os cinco Programas Estratégicos do Plano Municipal de Cultura de Navegantes agrupam tematicamente todos os planos, programas, projetos e ações de curto, médio e longo prazo da gestão cultural de Navegantes, no horizonte dos próximos dez anos (2012 a 2022).

Programa Estratégico 01

Diversidade, Descentralização e Direitos Culturais

Objetivo:

Valorizar a diversidade cultural, promover ações e eventos culturais com democratização, descentralização e valorização da cultura local e garantir a acessibilidade dos cidadãos aos bens, serviços e eventos culturais.

VALORIZAÇÃO DA DIVERSIDADE E DA CULTURA LOCAL

1. Fortalecer as Grandes Festas Populares de Navegantes – Nossa Sra. dos Navegantes, Carnaval, Trabalhador Rural e Futebol de Areia - valorizando a diversidade cultural e o caráter democrático destas festividades, com a

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

descentralização e o acesso gratuito do público a toda programação. Assegurar que os grupos da cultura popular, que representam as origens e dão significado a estes eventos enquanto expressões da identidade cultural de Navegantes, tenham espaço de destaque

na programação das festividades. Promover a participação das comunidades na organização e agenda dos eventos. Garantir a geração de renda através do comércio formal e informal. Qualificar os eventos com a profissionalização da produção e intensificar a captação de recursos, buscando transformar, a médio/longo prazo, estas festas populares em eventos autossustentáveis. Divulgar estes eventos a nível estadual e nacional, fortalecendo a cultura e a economia local e ampliando o fluxo do turismo cultural, consolidando Navegantes no roteiro turístico de Santa Catarina.

- Realizar a Festa de Nossa Sra. dos Navegantes, que já acontece desde 1899, desenrola-se num período de 10 dias, culminando no dia 02 de fevereiro. É administrada por uma comissão de festeiros, renovada a cada ano, sob a direção do pároco da Igreja Católica. Ao longo dos mais de cem anos de existência tem-se mantido o maior evento da cultura religiosa que deu origem ao município. Embora tenha sofrido algumas alterações na sua forma original em decorrência natural do processo evolutivo das atuais gerações, ainda conserva muito de sua essência histórica. Propõe-se que em nome da preservação deste rico patrimônio, seja sempre agregada a esta comissão de festejos, pessoas com conhecimento histórico e capacidade de orientar os demais membros (inclusive o sacerdote) que em sua maioria desconhecem a origem e o valor do patrimônio que não se deseja descaracterizar, como: as procissões fluvial e terrestre com a presença das imagens centenárias de Nossa Senhora dos Navegantes e dos primeiros padroeiros Santo Amaro e São Sebastião; os leilões de massas, o espetáculo pirotécnico no dia da Festa, apresentações de variadas modalidades artísticas após as novenas com shows nacionais e de artistas locais, gincanas culturais onde a participação popular exercite suas habilidades físicas, dramáticas, coreográficas e musicais e a ornamentação do local da Festa com estandartes que na origem da festa eram utilizados na decoração do centro da cidade.

- Realizar o Carnaval de Navegantes, com polos temáticos no centro da cidade e polos descentralizados nos bairros, proporcionando, de forma planejada, a ocupação desconcentrada do espaço urbano pelos foliões e a democratização da festa, com uma programação que contemple e valorize todos os ritmos carnavalescos e todas as regiões da cidade. Assegurar o acesso gratuito dos foliões a todos os polos. Cultivar, manter e divulgar as expressões da cultura catarinense na temática da festa carnavalesca; assegurar a presença de grandes atrações artísticas nacionais com espaço para a promoção das atrações da cultura popular de artistas locais; resgatar junto à sociedade a realização de bailes nos salões, onde sejam promovidos desfiles e concursos de fantasia, com estímulo à originalidade e à criatividade; desenvolver oficinas de adereços e fantasias, criativas, originais e ecológicas nos bairros sede dos blocos, legitimando o carnaval navegantino como a grande festa da diversidade cultural catarinense e brasileira, atraindo, ano a ano, um fluxo crescente de turistas de todas as partes do Brasil.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

- Realizar a Festa do Trabalhador Rural, que já acontece há mais de 30 anos e objetiva valorizar o trabalho e as tradições das famílias rurais de Navegantes. Nesse sentido é preciso que a festa traduza, em suas atrações e sua gastronomia, o cotidiano da família rural da cidade. Para definição de atrações da festa é preciso realizar uma pesquisa para identificar-se o que mais se enquadra a realidade do produtor rural de Navegantes. Já a gastronomia deve contar com pratos a base de arroz, banana e carne bovina, que são os principais produtos produzidos pelo agricultor de Navegantes, e também com produtos da agricultura familiar que podem ser desde

verduras e legumes dos mais diversos tipos até aves e carne suína. A festa também pode contar com exposições que demonstrem a evolução do trabalho no campo, através das ferramentas e maquinários e da manipulação dos produtos produzidos.

- Apoiar a Fundação de Esporte na preservação do Campeonato de Futebol de Areia, com diferentes categorias que contemplem atletas e desportistas de diferentes faixas etárias.

2. Criar um calendário cultural em Navegantes, com uma Mostra de Teatro de Rua, Feira do Livro, Salão de Artes Visuais e Festival de Dança. Esses eventos deverão acontecer anualmente e para sua realização deverá se buscar recursos tanto do Ministério da Cultura, do Funcultural, dos mecanismos de incentivos municipais e da iniciativa privada.

- Mostra de Teatro de Rua de Navegantes: Evento com oficinas e peças teatrais apresentadas em espaços alternativos (praças, escolas, centros comunitários), sem cobrança de ingresso e que aconteça em vários bairros do município.

- Feira do Livro: Evento que reúna escritores e editoras, com palestras, apresentações artísticas, rodas de conversa e lançamento de livros, principalmente de produção local, priorizando uma preparação prévia, através de circuitos de leitura, nas escolas de Navegantes.

- Salão de Artes Visuais: Evento competitivo com exposições de obras selecionadas por curadoria específica, com categoria especial para artistas de Navegantes.

- Festival de Dança: Evento competitivo com apresentações de grupos nacionais e internacionais, contando com palcos alternativos nos bairros.

3. Implementar uma política de fortalecimento dos artistas e grupos ligados às diversas manifestações da cultura popular, estimulando e apoiando a sua estruturação para que tenham maior autonomia criativa e econômica, possibilitando a preservação das expressões culturais locais e a sua autossustentabilidade. Incluir as sedes das

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

agregações carnavalescas nos roteiros turístico-culturais e assegurar, na programação dos espaços públicos da cidade apresentações de boi-de-mamão, terno de reis e outras manifestações da cultura popular, para que sejam vistas durante todo o ano e tenham uma fonte de recursos que contribua para sua sustentabilidade.

DESCENTRALIZAÇÃO CULTURAL

3. Criar, através de Lei Municipal, programas culturais em Navegantes, consolidando-os como principais instrumentos estruturadores da política cultural da gestão municipal. Os programas devem valorizar e estimular a cultura local, transformar a cultura em vetor de desenvolvimento econômico da cidade e promover a inclusão social. O programa deve viabilizar o surgimento de novos artistas e produtores culturais; promover o intercâmbio cultural dentro da própria cidade, dando visibilidade à cultura da periferia e fazendo circular por todos os bairros o melhor da produção cultural de Navegantes; gerar trabalho e renda, especialmente para os jovens; criar oportunidades de negócios no campo da economia da cultura e movimentar o comércio local; promover a democratização e a descentralização das ações e dos equipamentos culturais, garantindo a todos os cidadãos o direito de acesso aos bens culturais. Os

programas devem intensificar a parceria com as demais Secretarias e órgãos da Prefeitura de Navegantes, e instituições, como Sebrae, Sesc, Senai, universidades, ONGs, associações comunitárias, instituições religiosas, órgãos governamentais, especialmente com a FCC e o Ministério da Cultura, e empresas públicas e privadas. Deve, também, ter uma ação articulada com o "Programa Cultura Viva/MinC", buscando integrar os grupos culturais de cada bairro, para uma atuação em rede no desenvolvimento de suas atividades.

4. Criar polos fixos, em todas as microrregiões, (Gravatá, São Paulo, Machados, Nossa Sra. das Graças e Interior) utilizando imóveis tombados ou de valor histórico, ou ainda, dependências cedidas por instituições de utilidade pública. Esses polos fixos abrigariam uma biblioteca básica, telecentro com acesso a internet, cursos e oficinas culturais (após pesquisa da demanda local), garantindo a circulação de espetáculos e eventos culturais como mostras de artes, cinema, teatro, dança, música e eventos de culturas religiosas.

DIREITOS CULTURAIS

5. Implementar políticas de ações afirmativas para inclusão de minorias sociais e étnicas (negros, homossexuais e pessoas com deficiência) nos programas culturais da cidade.

6. Realizar, incentivar e promover debates sobre os direitos a cultura e criar meios de acesso da população jovem da periferia aos teatros, cinemas e outras atividades culturais, a preços acessíveis. Desenvolver ações culturais em comunidades com grande risco social na cidade, aonde se valorize e incentive manifestações culturais dos jovens

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

dessas regiões, destacando talentos nas diversas linguagens artísticas; promover cursos com noções básicas de técnicas de áudio visual, que propicie aos jovens das comunidades, experiências criativas com essas técnicas e com isso fortalecer a autoestima e consciência de pertencimento cultural e social dos jovens.

7. Garantir espaços públicos para realização de ensaios e aulas para as diversas formas de expressão cultural.

8. Garantir às pessoas com deficiência a acessibilidade aos equipamentos culturais e cursos de formação, em qualquer nível ou linguagem artística, promovidos pelo município de Navegantes. Realizar exposições e eventos culturais que possibilite a experiência estética de deficientes visuais, através de recursos em Braille e texturas táteis de objetos artísticos para este público.

PROMOÇÃO DE POLÍTICAS DE TRANSVERSALIDADE

9. Trabalhar a política cultural de forma transversal, integrada com as políticas de educação, esporte, saúde, meio ambiente, turismo, segurança pública, desenvolvimento econômico e social. Promover seminários e debates para integração do setor público e da iniciativa privada destas áreas e traçar, a partir destes encontros, metas para fortalecimento da política de cultura do Município.

10. Estabelecer uma parceria com a Secretaria de Educação para exibição nas escolas dos filmes financiados através do SIC municipal. Para tanto, deverá ser provisionado recursos para produção de DVD's com esta finalidade.

Programa Estratégico 02

Economia da Cultura

Objetivo: Transformar a cultura em vetor de desenvolvimento econômico e social, integrada ao espaço da cidade.

CULTURA E TURISMO

1. Implementar um plano de turismo cultural em Navegantes que tenha como foco principal as tradições culturais de Navegantes. Como elementos fundamentais do plano devem estar as festas tradicionais, as manifestações folclóricas, o patrimônio material, através da valorização e divulgação dos prédios históricos; imaterial, através da difusão das manifestações folclóricas tradicionais e naturais, através da preservação e conscientização dos ambientes protegidos.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

- Considerar, na sua implementação, a transversalidade do Plano envolvendo as áreas da cultura, turismo, tecnologia da informação, comércio, serviços, em especial a carpintaria de ribeira, urbanismo, transportes, meio ambiente, segurança pública, educação e desenvolvimento social.

- Promover o debate, o esclarecimento, a divulgação e o acompanhamento do Plano por todos os canais de participação da sociedade: Conselho Municipal de Cultura, Fóruns de Cultura, Conselho de Desenvolvimento Urbano, Conselho de Turismo, entre outros.

2. Desenvolver uma política de instalação de monumentos para embelezamento da cidade, que incentive o plantio de árvores, instalação de monumentos elaborados por artistas locais, em locais relevantes, como: trevo de acesso à cidade na Rodovia BR 101, canteiro central da Avenida Portuária e entrada do molhe.

3. Desenvolver, numa ação conjunta da Fundação Cultural e Secretaria de Turismo, uma política de valorização das expressões culturais da cidade, com um programa de apoio ao desenvolvimento das atividades culturais características de cada grupo e, a melhoria das instalações de sedes de agremiações carnavalescas, bares e restaurantes tradicionais, entre outros. Em contrapartida, estes espaços devem ficar abertos para visitação pública e ter uma programação que valorize as suas raízes culturais, possibilitando a sua inclusão no circuito de turismo cultural da cidade. Criar um documentário que deverá ser apresentado em espaço central e acessível, sobre a história, a produção econômica, as características culturais e pontos turísticos da cidade, como recepção aos turistas que nos visitarem. Criar objetos símbolos da cidade que remetam a sua história como: o sino (dengo-dengo). Criar um roteiro de visita aos pontos turísticos da cidade, incluindo os históricos molhes e estaleiros, culminando com um passeio pelo rio Itajaí-açu. Realizar junto à Secretaria de Turismo, de Administração ou Urbanismo, um grande projeto para que as próximas construções da cidade, especialmente as das grandes empresas e as públicas tenham as características arquitetônicas dos edifícios de Centro Histórico da Cidade que já foram demolidos. Resgatar, em uma Praça de visibilidade, uma réplica da Primeira Capela de Navegantes, com as funções de Casa de Memória, ou até mesmo religiosas se for da vontade popular. Promover em outubro, aproveitando a presença dos turistas, um festival gastronômico e de folguedos folclóricos, onde a base dos alimentos sejam as bases de nossa antiga gastronomia: o Pescado e a Mandioca: PEIXIOCA.

4. Assegurar que a Secretaria de Turismo e a Secretaria de Desenvolvimento Social participem das discussões e tenham conhecimento

sobre a grade de programação cultural da cidade.

FOMENTO E FINANCIAMENTO À PRODUÇÃO CULTURAL

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

5. Promover ações de fomento à produção cultural através do Sistema de Incentivo à Cultura, principalmente nas áreas de vocação da cidade.

- Sistema de Incentivo à Cultura – Apoiar programas, projetos e ações desenvolvidas por artistas e produtores culturais nos diversos segmentos culturais e artísticos de Navegantes, utilizando o mecenato como mecanismo da renúncia fiscal e os recursos do Fundo Municipal de Cultura. Aprimorando cada vez mais o processo de seleção de projetos, buscando que a avaliação seja feita de forma transparente por profissionais qualificados em cada área da cultura e sem vínculo com os produtores culturais da cidade.
- Criar, através do Fundo Municipal de Cultura, editais de fomento dos diversos segmentos culturais, buscando fortalecer as áreas com maior dificuldade de desenvolvimento, desde que haja demanda por parte dos produtores culturais.

6. Montar pontos de comercialização de produtos culturais (livros, CDs, vídeos, obras de arte, artesanato etc.) em locais de grande circulação. Em uma ação com a Secretaria de Turismo devem-se criar espaços de convívio cultural para mostras e vendas de produtos culturais da cidade de Navegantes. Espaços estes como o Mercado Público Municipal.

7. Em parceria com o Ministério da Cultura implementar ao menos um Ponto de Cultura, para fomentar a produção e o intercâmbio cultural entre os grupos artísticos da cidade.

8. Dinamizar o artesanato com a utilização de resíduos sólidos, pesquisando técnicas para a utilização prática de resíduos sólidos realmente úteis e com valor estético. Exemplos: cestaria com papel velho, esculturas de papel mache, papel reciclado para uso de órgão público, garrafas pet em construção civil e náutica e outros. E realizar oficinas com catadores, famílias, arte-educadores e grupos culturais, para produção desses materiais.

SISTEMA DE INCENTIVO À CULTURA

9. Promover alterações na Lei de Incentivo à Cultura (Lei nº 1496/02), reformulando o atual Sistema de Incentivo à Cultura de Navegantes e ampliando o percentual de renúncia fiscal. Concluir a discussão iniciada no 1º Fórum Municipal de Cultura através do Conselho Municipal de Cultura da legislação municipal que institui a Lei Municipal de Incentivo à Cultura e enviar a proposta ao Executivo, com sua reformulação para o devido encaminhamento como Projeto de Lei, para apreciação e aprovação pela Câmara Municipal de Navegantes.

10. Regulamentar e implementar o Fundo Municipal de Cultura, previsto no Sistema de Incentivo à Cultura de Navegantes, assegurando na LOA (Lei Orçamentária Anual) a destinação de recursos para o fundo, possibilitando assim o financiamento dos projetos culturais aprovados.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

11. Lançar o edital do Sistema de Incentivo à Cultura no mês de janeiro de cada ano, com prazo de 60 dias para avaliação e resultado.

SISTEMA MUNICIPAL DE INFORMAÇÕES CULTURAIS

12. Criar um Sistema Municipal de Informações Culturais, instância responsável pela geração e difusão de informações culturais (artistas, equipamentos, eventos, manifestações e segmentos artísticos, cadeias produtivas, etc.), por meios eletrônicos e rede mundial de computadores, contribuindo dessa forma para a inclusão sócio cultural e desenvolvimento econômico do município. Atuar conectado com o Sistema Nacional de Informações Culturais, acompanhando e avaliando as atividades culturais com pesquisas e indicadores culturais. Consolidar o Cadastro do Artista de Navegantes, como base de dados, imprescindível para a visibilidade dos segmentos artísticos e subsídios para desenvolvimento de políticas públicas para a cultura. Implantar um Sistema de Informações e Indicadores Culturais, aferindo o desempenho quantitativo e qualitativo das atividades desenvolvidas em todas as áreas culturais e artísticas, visando subsidiar uma permanente formulação de políticas públicas.

13. Realizar pesquisas das cadeias produtivas da cultura, em parceria com outros governos e instituições, para identificar oportunidades e estabelecer políticas e procedimentos que facilitem e estimulem a produção e a geração de emprego e renda nos diversos segmentos culturais. Cada pólo das microrregiões do município deverá desenvolver sua própria pesquisa, que contemple o levantamento de quem produz, o que produz, com o que, e seus consumidores. Também pesquisar e facilitar as possibilidades de transmissão das técnicas. As informações resultantes devem ser disponibilizadas ao público via internet.

14. Fomentar e incentivar a criação de redes e cooperativas, segundo as especificidades dos diversos segmentos artísticos de Navegantes. Estimular a articulação com outras redes estaduais e nacionais, promovendo o intercâmbio cultural e a troca de experiências de gestão, divulgação cultural, comercialização de produtos, entre outros. Investindo em treinamentos, oficinas e workshops. Possibilitando a criação de uma rede de cooperativas que produza materiais para uso dos órgãos públicos locais.

CULTURA E COMUNICAÇÃO

15. Instalar uma Rádio Pública, priorizando o seu caráter cultural e informativo. Buscar através do Ministério das Comunicações a concessão para uma rádio educativa pública que ficará à disposição da comunidade, contemplando principalmente a disseminação das manifestações culturais do município.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

16. Apoiar e estabelecer parcerias com as rádios comunitárias, buscando promover e divulgar a cultura local, em especial a produção musical de Navegantes.

17. Criar o Portal Cultural e Turístico de Navegantes, contemplando todos os segmentos e apresentando a programação cultural da cidade, bem como informações sobre a Gestão Cultural.

18. Editar mensalmente a Agenda Cultural de Navegantes, impressa e na versão on-line, com o objetivo de divulgar a produção cultural de Navegantes, dando acesso à população e aos visitantes aos bens culturais e ao que movimenta a cidade mês a mês.

Programa Estratégico 3

Patrimônio e Arquitetura

Objetivo: Valorizar, preservar, restaurar e difundir o patrimônio cultural (material e imaterial) de Navegantes, reconhecendo-o como vetor de desenvolvimento econômico, inclusão social, integração cultural e construção da cidadania.

PROTEÇÃO E PROMOÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL MATERIAL E IMATERIAL

1. Implementar nas políticas de proteção e promoção do patrimônio cultural as recomendações da Agenda 21 da Cultura sobre a proteção e promoção da diversidade das expressões culturais. (Ver Agenda 21 da Cultura em <http://blogs.cultura.gov.br/cnc/files/2009/07/agenda21.pdf> ou www.agenda21culture.net).

2. Realizar mapeamento do patrimônio material e imaterial de Navegantes, com vistas ao tombamento e a criação de mecanismos de proteção, educação patrimonial e turismo cultural.

3. Promover ações de reconhecimento, através do registro e tombamento municipal, dos bens culturais (materiais e imateriais) de Navegantes, organizando campanhas (palestras, folder, "convocação" nas escolas, igrejas, grupos de idosos, e outros) para levantar material ligado à memória, gravação de entrevistas com os mais idosos. Conscientizar a população sobre necessidades de tombamentos de bens culturais materiais e imateriais; incentivar o estudo das genealogias; acompanhar os fluxos migratórios que afetam navegantes, bem como, consolidar ações de salvaguarda, em parceria com o Governo Federal, Governo Estadual e iniciativa privada.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

4. Criar mecanismos de incentivo através de renúncia fiscal ou outros instrumentos, para proprietários de bens culturais imóveis de reconhecido valor cultural, contribuindo para a preservação do patrimônio construído de Navegantes. Utilizar o Fundo Municipal de Cultura para criar editais específicos de proteção, restauração, salvaguarda, preservação dos bens imóveis; criar critérios específicos de avaliação de projetos de patrimônio imóvel na Lei Municipal de Incentivo a Cultura; assegurar descontos no IPTU dos imóveis tombados pelo município e; assegurar a utilização do mecanismo de solo criado, para imóveis tombados, no plano diretor de Navegantes.

5. Desenvolver programas de preservação da restinga e outros patrimônios naturais de Navegantes, com embasamento científico da necessidade da preservação da restinga como fixadora das dunas e habitat de diversas espécies envolvidas (roedores e aves) e vegetais de reconhecido valor terapêutico. Desenvolver um levantamento da fauna e vegetação específica em parceria com universidades; buscar desenvolver o uso didático da orla e do mangue pelas instituições de ensino do município; incentivar o eco turismo

e a exploração das formações rochosas do bairro Escalvados para eco turismo e esportes radicais.

6. Implementar políticas públicas voltadas para as manifestações culturais que estão em processo de declínio, assegurando maior visibilidade, reconhecimento, continuidade e consequente salvaguarda desses bens, a exemplo da cultura do boi de mamão, terno de reis, São Gonçalo, Folia do Divino; cuja cultura na região ultrapassa cento e trinta anos. Recuperar grupos de serestas, bailes de salão e o grito de carnaval em 31 de dezembro, como ocorria até final do século XX. Criar uma academia ou Grupo de Pesquisa de Preservação Cultural, em parceria com as instituições de ensino superior e a Secretaria de Educação para documentar, colher e registrar os fatos da história do município. Sugerir às instituições a criação uma disciplina no curso superior que trate da temática.

MUSEU, CENTRO DE MEMÓRIA E ARQUIVO

7. Construir o Museu da Pesca e da Construção Naval, iniciando com a elaboração de um projeto feito por especialistas na área de museologia e arquitetura, de forma a garantir que o prédio a ser construído seja visto como um monumento na cidade e por consequência um atrativo turístico e, utilizando novas tecnologias de imagem e som para a criação de uma exposição interativa que garanta possibilidade de atualização frequente do museu, tornando-o um vetor de conhecimento e garantindo uma visita constante. O museu deve ainda priorizar a preservação da memória das atividades pesqueira e de construção naval em Navegantes.

8. Criar centros de memória, utilizando espaços alternativos que permitam a criação de exposições de objetos e documento de valor histórico para a cidade.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

9. Criar o Arquivo Histórico, adequado às necessidades técnicas para restauração e preservação de documentos importantes na história de Navegantes e que sirvam de fonte de pesquisa para a toda a população.

10. Fortalecer e consolidar uma política de aquisição, guarda, restauração, digitalização, pesquisa e divulgação de acervos, com diretrizes formuladas no âmbito do Sistema Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural.

11. Implantar um Programa Municipal de Educação Patrimonial, desenvolvendo uma política socioeducativa, cultural e ambiental para Navegantes, possibilitando a sensibilização, formação, acesso e fruição aos bens culturais e patrimoniais (treinamento de professores; palestras e seminários; visitas públicas – roteiros e circuitos históricos e publicações específicas). Trabalhar, em especial com as populações de baixa renda, buscando sensibilizá-las para a importância da paisagem cultural da cidade.

Programa Estratégico 04

Formação e Intercâmbio Cultural

Objetivo: Promover a formação e qualificação profissional nas diversas linguagens artísticas, a formação de novas plateias e o intercâmbio cultural

FORMAÇÃO CULTURAL

1. Criar um programa de formação cultural, realizado em parceria com universidades e outras instituições de ensino. O Plano deve contemplar as várias áreas do campo artístico-cultural na perspectiva de potencializar a geração de trabalho e renda, divulgar e consolidar a cultura local e gerir projetos. Articular com instituições municipais, estaduais e federais de ensino a implantação de cursos nos níveis de iniciação, técnico-médio, técnico-superior e pós-graduação, utilizando de imediato, os espaços físicos já existentes na cidade, de forma descentralizada.

2. Fortalecer a Escola de Arte "Profª Vilma Rebello Mafra", qualificando e ampliando sua equipe de profissionais, aumentando a capacidade para atendimento no que se refere a cursos e oficinas que já se realizam. Adequar os espaços às necessidades específicas do ensino de cada segmento artístico e; diversificar ainda mais os cursos e oficinas oferecidos. A Escola de Arte também deve ser vista como instituição responsável pelo desenvolvimento do Programa Municipal de Formação na área da cultura.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

3. Criar um Conservatório de Música em parceria com uma instituição de ensino com reconhecido trabalho na educação, fazendo com que o conservatório seja uma instituição de ensino profissionalizante na área da música.

4. Promover iniciativas municipais de capacitação e qualificação técnica em audiovisual, suprimindo as carências da cadeia produtiva local, tais como: fotografia, iluminação, som, produção executiva, entre outros, em parceria com instituições nacionais. Uma iniciativa importante seria a criação de um núcleo de estudos em cinema e vídeo, vinculado à instituições de ensino superior e à Secretaria de Desenvolvimento Regional.

FORMAÇÃO DE PÚBLICO

1. Democratizar o acesso dos navegantinos à cultura através de Projetos como o "A 7ª Arte nos Bairros"; criação de núcleos da Fundação Cultural nas regiões da cidade, disponibilizando as atividades da Fundação, em horários compatíveis com as necessidades da população trabalhadora e promover apresentações artísticas, utilizando escolas e espaços públicos; todos com ingressos a preços populares ou acesso gratuito. Impor como contrapartida dos usos gratuitos as apresentações periódicas dos participantes dos cursos em eventos e cerimônias oficiais.

2. Desenvolver uma política contínua de acesso à cultura incentivando a população, através de campanha publicitária educativa permanente, a criar o hábito de frequentar a programação artística e os bens culturais da sua cidade ao longo do ano. Para isso, cada vez mais desenvolver uma política contínua de acesso à cultura, em parceria com os segmentos artísticos, para ampliar e garantir a formação e renovação de público, atendendo às três questões: Como vai acontecer? Quem deve fazer? Até quando deve acontecer? Cada polo nos bairros deve ter certa autonomia, sendo, no entanto, ligado à central da Fundação Cultural que faria o gerenciamento, priorizando a contratação de pessoal especializado, além de incentivar o voluntariado e estagio não remunerado, mas com certificados.

3. Implementar calendário sistemático de articulação e difusão dos diversos segmentos culturais nas escolas e entidades culturais das comunidades, com debates multidisciplinares, cursos e exposições de profissionais de notório saber de diversas áreas, dirigido tanto

aos alunos quanto aos professores. Promover exposições de artes visuais com planejamento na área de arte educação, tendo como objetivo, maior aquisição de conhecimento pelos alunos de ensino formal. Facilitar o acesso da produção áudio visual da cidade aos alunos da rede pública de ensino. Ampliando assim, maior conhecimento aos alunos sobre as possibilidades profissionais na área da produção cultural. Criar uma gerência de articulação entre Secretaria de Educação e a Fundação de Cultura para executar produção cultural nas escolas, levando programação da escola para fora dos muros e do que acontece do outro lado dos muros trazer para dentro da escola.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

4. Desenvolver anualmente programas de incentivo à leitura, como oficinas artísticas e técnicas para crianças, jovens, adultos e idosos, realizadas em diversos locais, como escolas públicas, casas de convivência, centros de reabilitação, associações, entre outros. Desenvolver em dois anos o Plano Municipal do Livro e da Leitura.

5. Promover intercâmbio cultural com outras cidades da região e do estado, com reciprocidade dos compromissos assumidos entre os governos e instituições das cidades envolvidas. Estabelecer parcerias com outras Fundações Culturais e, especialmente com a FCC e o Ministério da Cultura, buscando viabilizar a circulação da produção cultural navegantina nas diversas regiões de Santa Catarina e do Brasil. Criar um sistema permanente de intercâmbio cultural através do Colegiado de Cultura da Associação dos Municípios da Foz do Rio Itajaí-Açu, contemplando todos os municípios da região.

Programa Estratégico 5

Gestão Pública da Cultura

Objetivo: Modernizar e democratizar a gestão cultural de Navegantes, implantando o Sistema Municipal de Cultura, promovendo a participação dos diversos segmentos envolvidos com a cultura do Município, otimizando os equipamentos culturais e valorizando os servidores.

SISTEMA MUNICIPAL DE CULTURA

1. Consolidar a implantação do Sistema Municipal de Cultura, integrado ao Sistema Nacional de Cultura, como instrumento de articulação, gestão, informação, formação e promoção de políticas públicas de cultura com participação e controle da sociedade civil. O Sistema Municipal de Cultura de Navegantes é constituído pela Fundação Cultural de Navegantes, Conselho Municipal de Cultura, Conferência Municipal de Cultura, Fórum Municipal de Cultura, Plano Municipal de Cultura, Sistema Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural, Programa de Formação Cultural, Sistema de Incentivo à Cultura (Mecenato e Fundo Municipal de Cultura) e Sistema Municipal de Informações Culturais. As diretrizes da gestão cultural da cidade são definidas através da Conferência Municipal de Cultura, realizada sempre que convocada a nacional, e através do Fórum Municipal de Cultura nos demais anos, do Conselho Municipal de Cultura, com maior representação da sociedade civil. Os Órgãos Gestores devem apresentar anualmente relatórios de gestão para avaliação nas instâncias de controle social do Sistema Municipal de Cultura.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

2. Realizar, anualmente, a Conferência Municipal de Cultura ou o Fórum Municipal de Cultura de Navegantes, para debater e propor princípios e diretrizes para a política cultural do município, com representações de todos os segmentos culturais.

3. Fortalecer e consolidar o Conselho Municipal de Cultura com maior representação da sociedade civil, com eleições dos representantes da sociedade civil por segmento cultural, para propor, formular, fiscalizar e acompanhar a execução das políticas municipais de cultura e educação.

4. Criar, através do Conselho Municipal de Cultura as câmaras setoriais, estruturadas por segmentos culturais para discussão e avaliação das políticas e ações culturais do município e formular para cada área e segmento cultural, políticas culturais específicas que incluam questões como: memória, formação, divulgação, exibição, incentivo, pesquisa, intercâmbio, organização, descentralização, geração de renda, acesso, parcerias, entre outras.

5. Participar ativamente do Colegiado de Cultura da AMFRI e do Conselho de Gestores Municipais de Cultura de Santa Catarina, contribuindo para a formulação das políticas públicas de cultura regionais e estaduais; buscando a inserção da produção local nas redes culturais e; incentivando a criação do Consórcio Intermunicipal de Cultura da AMFRI.

EQUIPAMENTOS CULTURAIS

6. Construir o Centro Integrado de Cultura de Navegantes, reformando e adaptando o espaço já existente do Pavilhão de Eventos "Milton Seara Muller" que não atende mais aos objetivos para os quais foi construído sendo extremamente precário para o desenvolvimento de qualquer outra atividade, além de demandar muitos recursos para sua manutenção. O Centro Integrado de Cultura de Navegantes, conforme projeto já elaborado, deve contar com salas de aulas para os cursos e oficinas da Escola de Arte, espaço adequado para a Biblioteca Pública "Cruz e Sousa", sala de vídeo, banheiros, café, auditório com camarins, depósito, cozinha, galeria de arte e salas para administração da Fundação Cultural.

7. Construir a sede da Biblioteca Pública "Cruz e Sousa", no terreno doado pelo Governo do Estado, que fica localizado a Av. Conselheiro João Gaya – Centro. Elaborando projeto de engenharia de um prédio com quatro pavimentos, sendo três para a Biblioteca e um para o Arquivo Histórico, que atenda às necessidades técnicas desses dois espaços, contendo recepção, sala de vídeo, área de exposições, hemeroteca, telecentro, áreas de literatura infantil, juvenil, ficção e livros informativos, administração, sanitários, bebedouros e cozinha.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

8. Construir o Museu da Pesca e da Construção Naval. (Ver item 07 do Programa Estratégico 03)

9. Finalizar a construção do Teatro Sul América, buscando parceria

com a diretoria da Sociedade Sul América para elaborar um projeto de captação de recursos, através da Lei Federal de Incentivo à Cultura que viabilize o término da obra do teatro.

10. Construir o Teatro Municipal, elaborando um projeto com a participação da classe artística do município, em especial os ligados às artes cênicas, de forma a definir o tamanho e a estrutura necessária para atender a demanda existente em Navegantes e região.

11. Construir o Mercado Público, em parceria com outras secretarias, com espaços destinados ao artesanato e outros produtos culturais do município e que contemple ainda, bares e restaurantes de gastronomia típica com espaços para apresentações artísticas.

ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

12. Fortalecer a Fundação Cultural de Navegantes com uma estrutura organizacional capaz de viabilizar a implementação da nova política cultural. O organograma deve dar uma maior autonomia à gestão das ações e atividades culturais.

13. Assegurar percentuais acima de 1% do orçamento municipal para a área da cultura, conforme orientação do Ministério da Cultura, garantindo assim a execução das políticas públicas de cultura do município e o funcionamento da Fundação Cultural.

14. Criar sede própria para a Fundação Cultural, possibilitando o funcionamento do seu setor administrativo num único local de maior articulação e integração do seu quadro funcional, melhor desempenho operacional e atendimento ao público.

15. Reformular o Plano de cargos e salários da Fundação Cultural de Navegantes, com a implementação de melhores condições de trabalho e a realização de Concurso Público para composição da equipe, incluindo vagas de técnicos das diversas áreas da cultura, atendendo também às necessidades da Biblioteca Pública, da Escola de Arte e outros órgãos que vierem a ser criados, com a atribuição de mapear e acompanhar as atividades dos grupos culturais, desenvolvendo pesquisas, articulando e incentivando o desenvolvimento cultural das comunidades.

16. Assegurar capacitação e reciclagem para trabalhadores da Cultura, que fazem parte do quadro técnico do Município, através da formação continuada, nas suas áreas específicas, suprimindo carências identificadas a partir de pesquisa interna.

RESPOSTA IMPUGNAÇÃO - CC 03/2015 FMV

EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 03/2015

IMPUGNANTE: CLAUDIO JOARES REBELO

O cidadão impugnante apresentou na data de 18/06/2015 impugnação ao edital nº 03/2015, aduzindo em suma o presente edital possui ao seu entender alguns pontos que prejudicam o certame, como isonomia na pontuação, regulamentação rodízio no aeroporto, questiona a metodologia de cálculo das novas tarifas e especificação veículos.

Em síntese, é o breve relato dos fatos, estando à íntegra da impugnação anexada aos autos do processo, com vistas franqueadas, conforme previsto no Edital, passando a CL, em conformidade com o art. 41 da Lei 8.666/93, apreciar e julgar nos termos a seguir aduzidos.

I – PRELIMINARMENTE: REQUISITOS DE ADMISSIBILIDADE

Inicialmente, cabe apreciar o requisito de admissibilidade da referida impugnação, verificando se a mesma foi interposta dentro do prazo, estabelecido para tal, visto que se trata de uma possível licitante.

O impugnante protocolou a impugnação perante a CL em 18/06/2015, em tempo hábil, portanto, merece ter seu mérito analisado, visto que respeitou o prazo estabelecido na norma sobre

o assunto. A resposta estará disponível publicamente no site da Prefeitura Municipal de Navegantes.

II - DO MÉRITO

Passando à análise do mérito, quanto ao ponto impugnado pelo interessado, conforme posicionamento da área demandante/técnica do objeto e da comissão de licitações tem-se as seguintes considerações e entendimentos:

III – CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Antes de passarmos a análise da presente impugnação, é importante explanar de forma sucinta da função desempenhada pelo projeto básico nos editais de licitação.

A função de um bom projeto básico serve como elemento balizador do julgamento objetivo a ser realizado pela Administração, bem como das propostas que os licitantes apresentarão, o que ajuda a garantir o sucesso da contratação, neles podemos ter fundamentos indispensáveis à condução e elaboração do edital e termos também fundamentos norteadores, mas os mesmos podem apresentar dissonâncias que devem ser corrigidas pela Administração pública. As regras que devem ser observadas são as contidas primeiramente no edital e subsequente como um completo o projeto básico e ou termo de referência.

IV – Divergência Clausula editalícia versus Projeto Básico. (item 1)

O impugnante alega que no ANEXO IX - Projeto básico , o item 7.1.4.2 cria uma regra divergente do contido no corpo de edital item 7.1.4.2, e que o Município deveria aplicar ao edital a regra contida no ANEXO IX. O questionamento merece atenção visto que o item 7.1.4.2 do ANEXO IX contém uma regra que fere os princípios legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, probidade, visto que permitir uma diferenciação de pontuação para quem mora em Navegantes é totalmente incoerente, porque num Estado Democrático e todos devem concorrer em igualdade de condições. Assim sendo deve ser aplicado a regra contida no edital "7.1.4.2 - Para os licitantes que nunca exerceram esta profissão , será atribuído o valor de 05 (cinco) pontos".

V - Do Rodizio – Art 17 lei 29/2005. (item 2)

Atualmente todas as permissões de serviço de taxi são de caráter precário, visto que nunca delas foram concedidas através de regular processo de licitação, algo que o Município está realizando pela primeira vez.

O impugnante insurge sobre possível ilegalidade referente ao artº 17 da lei 29/2005. O mesmo levanta a tese que o edital subtraiu o rodizio obrigatório no ponto do aeroporto. Primeiramente cabe esclarecer que o impugnante cita apenas parte do referido artigo e com um cunho distorcido e esclarecemos o fato:

SEÇÃO VI -DOS PONTOS DE ESTACIONAMENTO.Aartrt.

Art17 - A localização, o tipo de ponto e o número de táxis existentes em cada ponto serão fixados por Decreto do Poder Executivo, observando-se as respectivas áreas de abrangência, os pólos geradores de demanda e a situação atual.

- 1º - O número de táxi no município de Navegantes deverá obedecer à proporção de 01 (um) para cada 2000 (dois mil) habitantes.

- 2º - No prazo de 90 (noventa) dias a partir da promulgação da presente lei, o órgão gestor, juntamente com o Sindicato dos Condutores Autônomos de Veículos de Navegantes, regulamentarão e fixarão as normas para a realização de um regime de rodizio ou revezamento no Aeroporto de Navegantes, em local próximo ao aeroporto, do qual participarão, em igualdade de condições, todos os permissionários do serviço de táxi do município que não são titulares do ponto do Aeroporto. (grifo nosso)

O texto da lei obriga o Município através de seu órgão gestor REGULAMENTAR E FIXAR normas sobre um regime de rodizio para aqueles que não tiverem a titularidade do ponto do aeroporto, em até 90 dias após a promulgação da lei. Como este é o primeiro processo licitatório de Outorga de Concessão de exploração de serviços de taxi, a REGULAMENTAÇÃO E FIXAÇÃO será realizado

por DECRETO , dentro do prazo legal, após termino do presente certame.

VI - Critérios tarifários (item 3)

A impugnante alega que o edital afronta ao art. 20 sobre o quesito tarifário. A alegação não encontra fundamento visto que no presente ano, baseado através de um Estudo para levantamento de parâmetros tarifários onde foi realizada ampla pesquisa afim de atender os princípios referente Metodologia de calculo, planilha de coeficientes, critérios de cobrança e no qual resultou em abril a promulgação do Decreto 255/2015 onde fixou novos parâmetros tarifários. Entendemos que o Município cumpriu com a legislação vigente.

VII- Transmissão de Permissão (item 4)

O impugnante alega que no ANEXO IX - Projeto básico , o item 9.15 cria uma regra divergente do contido no corpo de edital item 9.14 e que o Município deveria aplicar ao edital a regra contida no item 9.14. O questionamento merece atenção visto encontra fundamento e deve sem duvida ser aplicado o constante no item 9.14 do edital ou seja "9.14- É terminantemente vedado transferir a permissão outorgada, sob qualquer argumento ou circunstância, em razão da observância da Constituição da República, art. 175, bem como dos princípios constitucional-administrativos, salvo nas hipótese de sucessão legítima nos termos da lei nº 12.587/2012."

VIII -Local da Permissão (item 5)

O impugnante alega que no ANEXO IX - Projeto básico , o item 10.4 cria uma regra divergente do contido no corpo de edital item 10.4 e que o Município deveria aplicar ao edital a regra contida no item 10.4. O questionamento merece atenção visto encontra fundamento e deve sem duvida ser aplicado o constante no item 10.4 do edital ou seja "10.4- Caso algum vencedor do processo licitatório já seja permissionário do Serviço de Táxi, este será relocado para a vaga do ponto ao qual tenha participado no certame, conforme sua classificação."

IX- Clausula Contrato- Prorrogação de Contrato. (item 6)

O impugnante alega que na minuta do contrato, a clausula 10ª sobre prorrogação, totalmente divergente do edital , item 8.2.1 , sendo a clausula 10ª algo vago e destoante do contexto legal. O questionamento merece atenção visto encontra fundamento e deve sem duvida ser aplicado o constante no item 8.2.1 do edital ou seja "8.2.1 O prazo da concessão não será prorrogado pelo poder concedente, exceto por interesse publico devidamente justificado e com amparo legal."

X- Artigo 13 incisos I e II – Numero de passageiros (item 7)

O impugnante alega que o edital traz regra divergente do texto legal referente ao numero mínimo de passageiros sendo no texto legal – 4 passageiros e no edital (projeto básico) – 5 passageiros. O questionamento não deve prosperar visto quem em 2005 quando da promulgação da lei era comum ter ainda veículos de 4 passageiros e a época no Brasil a preocupação com a segurança, conforto e bem estar do usuário era em segundo plano, algo que ainda hoje não é muito diferente.

Assim o projeto do Município está alinhado com as novas tendências, segurança, conforto, realidade atual. Exigir em pleno 2015 que permissionários de serviço publico pense em apenas em si próprio é no mínimo algo inaceitável e egoísmo.

XI- Das Vagas (item 8)

O impugnante alega que o projeto identifica a necessidade de 20 vagas no aeroporto e o edital contém apenas no aeroporto. Inicialmente o texto sobre as 20 vagas não está contido no projeto básico e sim no Estudo para estabelecimento de parâmetros tarifários. E o referido texto trás uma sugestão ao Município e não uma obrigação como podemos extrair do texto:

Cabe a prefeitura municipal, promover alterações na Lei Municipal Vigente e, portanto, crescer gradualmente o número dimensionado as vagas de acordo com a demanda observada no terminal, de modo a atender plenamente tanto aos passageiros que chegam à cidade como os que dela saem. O número mínimo sugestionado para início de concessão seria de 20 vagas de modo a permitir que os demais pontos da cidade não fiquem desprovidos. (grifo nosso)

Assim, sendo o argumento não cabe correção alguma.

XII - DA CONCLUSÃO

Pelas razões de fato e de direito acima aduzidas, a Comissão Especial de Licitação recebe, mas no mérito decide-se negar provimento parcial à Impugnação e determinar a publicação de Errata para os itens 1, 4, 5 e 6 apresentada por Claudio Joares Rebelo, mantendo-se o Edital nos seus devidos termos.

ERRATA AO EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 03/2015

Navegantes, 29 de junho de 2015

A Comissão de licitação informa a todos que, após identificar erros de digitação, decide publicar a presente Errata como a seguir relacionado;

Item 1 - ANEXO IX - Projeto básico , o item 7.1.4.2 – experiência da função:

ONDE SE LÊ:

7.1.4.2. Efetivo exercício como motorista de táxi no Município de Navegantes por período igual ou superior a 1 (hum) ano: 45 (quarenta e cinco) pontos.

7.1.4.3 - Para os licitantes que nunca exerceram esta profissão , será atribuído o valor de 05 (cinco) pontos

7.1.4.4 - A comprovação do tempo do efetivo exercício será feita através de certidão emitida pelo órgão gerenciador do serviço de táxi no Município em que prestou serviços., devendo ser apresentada em original ou fotocopia autenticada.

LEIA-SE:

7.1.4.2 - Para os licitantes que nunca exerceram esta profissão , será atribuído o valor de 05 (cinco) pontos;

7.1.4.3 - A comprovação do tempo do efetivo exercício será feita através de certidão emitida pelo órgão gerenciador do serviço de táxi no Município em que prestou serviços., devendo ser apresentada em original ou fotocopia autenticada.

Item 4 - ANEXO IX - Projeto básico , o item 9.15:

ONDE SE LÊ:

9.15- É terminantemente vedado transferir a permissão outorgada, sob qualquer argumento ou circunstância, em razão da observância da Constituição da República, art. 175, , bem como dos princípios constitucional-administrativos da isonomia, impessoalidade, moralidade e obrigatoriedade em licitar.

LEIA-SE:

9.15- É terminantemente vedado transferir a permissão outorgada, sob qualquer argumento ou circunstância, em razão da observância da Constituição da República, art. 175, bem como dos princípios constitucional-administrativos, salvo nas hipótese de sucessão legítima nos termos da lei nº 12.587/2012."

Item 5- ANEXO IX - Projeto básico , o item 10.4:

ONDE SE LÊ:

10.4. Caso algum vencedor do processo licitatório já seja permissionário do Serviço de Táxi, este permanecerá no ponto anteriormente a ele designado.

LEIA-SE:

10.4- Caso algum vencedor do processo licitatório já seja permissionário do Serviço de Táxi, este será relocado para a vaga do ponto ao qual tenha participado no certame, conforme sua classificação."

Item 6 - Contrato -Clausula Decima - Prorrogação de Contrato

ONDE SE LÊ:

O presente CONTRATO obedecerá às previsões da Lei 8666 e 8987/95 no que se refere a aditivos contratuais, prorrogações e reequilíbrios.

LEIA-SE:

O prazo da concessão não será prorrogado pelo poder concedente, exceto por interesse publico devidamente justificado e com amparo legal.

Navegantes, 29 de junho de 2015.

Comissão de Licitação

Jan Ullrich
Presidente;

Douglas Lemos
Membro;

Janice Freygang
Membro;

Maria Benedita Corrêa
Membro;

José Carlos Santos de Oliveira
Membro.

RESULTADO AMOSTRAS 85/2015 - PMN

RESULTADO AMOSTRAS DO PROCESSO LICITATÓRIO

Nº 85 2015 - PMN

A Equipe de apoio de apoio de licitação, informa avaliação dos proponentes habilitados para fornecimento de itens descritivos do Processo Licitatório nº 85/2015 – PR.

| L. MOHR LTDA | | |
|--------------|-----------|---------------------------|
| Item | Avaliação | Descritivo |
| 4 | Aprovado | Amostra atende ao edital. |

| DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA EPP | | |
|---------------------------------------|-----------|---|
| Item | Avaliação | Descritivo |
| 8 | Reprovado | A amostra apresentada não possui embalagem de 1 Kg. |
| 10 | Aprovado | Amostra atende ao descritivo edital. |

| JP DE LIMA COMÉRCIO DE PROD. DE LIMPEZA LTDA - EPP | | |
|--|-----------|--|
| Item | Avaliação | Descritivo |
| 9 | Reprovado | A amostra apresentada não possui marca |

| BLUNAC DISTRIBUIDORA LTDA - ME | | |
|--------------------------------|-----------|---|
| Item | Avaliação | Descritivo |
| 2 | Aprovado | Amostra atende ao edital. |
| 11 | Reprovado | Não apresentou amostra |
| 12 | Reprovado | Não apresentou amostra |
| 14 | Reprovado | A amostra apresentada não possui no mínimo 60 tufo em cerdas de nylon |
| 19 | Aprovado | Amostra atende ao descritivo edital. |

| BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA ME | | |
|--|-----------|---|
| Item | Avaliação | Descritivo |
| 5 | Reprovado | A amostra apresentada não possui cor extra branca e nem fibras 100% virgens |

| LIMPEXCEL PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA | | |
|------------------------------------|-----------|------------|
| Item | Avaliação | Descritivo |

| | | |
|----|-----------|--|
| 6 | Reprovado | A amostra apresentada não possui de 300 a 600 metros prara papeis tipo roloao e dimensões aproximadas 265 mm x 285 mm x 115 mm |
| 7 | Aprovado | Amostra atende ao edital. |
| 13 | Aprovado | Amostra atende ao edital. |
| 15 | Reprovado | A amostra apresentada não possui pegador em cima |
| 20 | Reprovado | A amostra apresentada não possui cabo em aço |
| 21 | Aprovado | Amostra atende ao edital. |

| LICISUL COMERCIAL LTDA - ME. | | |
|------------------------------|-----------|---|
| Item | Avaliação | Descritivo |
| 1 | Reprovado | A amostra nao foi apresentada |
| 3 | Reprovado | A amostra nao foi apresentada |
| 16 | Aprovado | Amostra atende ao edital. |
| 17 | Reprovado | A amostra apresentada não possui fórmula neutra |
| 18 | Reprovado | A amostra apresentada não possui fórmula neutra |
| 22 | Reprovado | A amostra apresentada não possui para sanitização de ovos e com liberação de cloro ativo em ph neutro |
| 23 | Aprovado | Amostra atende ao edital. |

| ELO COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME | | |
|-----------------------------------|-----------|---------------------------|
| Item | Avaliação | Descritivo |
| 24 | Aprovado | Amostra atende ao edital. |

LICITANTES JÁ HABILITADOS CONVOCADOS PARA APRESENTAÇÃO DE AMOSTRA NO PRAZO CONSTANTE NO EDITAL

Blunac distribuidora ltda – me – item 3 - 14
 Jp de lima comércio de prod. de limpeza ltda – epp – item 6
 Elo comercio e servicos ltda – me –item 9
 Distribuidora nova esperança ltda epp – 11-12-15
 Licisul comercial ltda – me – 20

CHAMADA PARA ABERTURA DOS ENVELOPES DE HABILITAÇÃO DOS LISTADOS ABAIXO DEVIDO AS REPROVAÇÃO DOS LICITANTES QUE JÁ APRESENTARAM AMOSTRAS. OBSERVANDO A ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO PREVIAMENTE ESTABELECIDADA.

Fafes comércio de alimentos ltda, para o item 1
 Comercial storinny ltda-epp, para o item 5
 Comercial multiville ltda, para o item 8 e 22
 Celia Regina wambommel sani – me, para o item 17 e 18

DOUGLAS LEMOS - - PREGOEIRO
 MARIA BENEDITA CORREA -- PREGOEIRA SUBSTITUTA
 CARLA CLAUDINO - - EQUIPE DE APOIO.
 FRANCIELA JUSTINO - - EQUIPE DE APOIO.
 PEDRO PAULO DA COSTA - - EQUIPE DE APOIO.
 JOSEZITE DOS SANTOS --EQUIPE DE APOIO.

NAVEGANTES SC, 19 DE JUNHO DE 2015.

Nova Trento

PREFEITURA

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 017/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 017/2015

PROCESSO Nº 063/2015 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 040/2015

Aos 25 dias do mês de junho de 2015, na sede da Prefeitura Municipal de Nova Trento, situada na Praça del Comune, nº 126, Centro, em Nova Trento/SC, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial – Registro de Preços, na Ata de julgamento de preços, homologada em 25/06/2015, RESOLVE registrar os preços das empresas vencedoras do certame citado, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por elas alcançadas, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, e em conformidade com as seguintes disposições a seguir: OBJETO: A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para a Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de confecção e fornecimento de prótese dentária, em atendimento a demanda do município de NOVA TRENTO, conforme especificações e quantidades constantes do Anexo I, tipo menor preço por global.

A Licitante registrada para os materiais cotados é:

CEO – CONSULTÓRIO ODONTOLÓGICO LTDA ME (CNPJ Nº 13.453.538/0001-01)

| Item | Descrição | Quant. | Valor Unitário | Valor Total |
|------|---|--------|----------------|-------------|
| 1 | Confecção e Fornecimento de Prótese dentária. | 720 | 160,00 | 115.200,00 |

Valor Total homologado ao Licitante: R\$ 115.200,00

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para o fornecimento, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurado ao detentor do registro preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93; VIGÊNCIA: A presente ATA vigorará por 12 (doze) meses. ENTREGA: Os produtos deverão ser entregues conforme a necessidade da municipalidade. Após efetuada a solicitação, os produtos deverão ser entregues em 10 (dez) dias corridos, nas condições estipuladas no presente Edital e seus anexos.

Nova Trento/SC, 25 de junho de 2015.

APRIGIO JOSÉ BOTAMELI

Pregoeiro

PORTARIA Nº 539/2015

PORTARIA Nº 539/ 2015

Prorroga Portaria

O Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o que determina o art. 81, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Servidor Público Municipal),

RESOLVE:

PRORROGA a Portaria nº 344/2015, que Prorrogou a Concessão de Licença Para Tratamento de Saúde, a Servidora Pública Municipal ELAINE APARECIDA DE SOUZA, matrícula nº 6278, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante na Escola Municipal de Educação Básica Professor

Francisco João Valle – Trinta Réis, Secretaria Municipal de Educação, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, pelo período de 56 (cinquenta e seis) dias, a contar de 16 de junho de 2015 a 10 de agosto de 2015, conforme resultado pericial datado de 10/06/2015.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 19 de junho de 2015.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação

Registrada e Publicada a presente Portaria em 19 de junho de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 544/2015

PORTARIA Nº 544/2015

Admissão em Caráter Temporário

O Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

RESOLVE:

ADMITIR em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo nº 002/2015, de 24/04/2015, convocado conforme Decreto nº 093/2015, DIMAS HUELINTON KNISS, matrícula nº 6707, para exercer o cargo de Professor Sem Habilitação, Referência A, com 20 (vinte) horas semanais (Ensino Fundamental – Inglês), na Escola Municipal de Educação Básica Aguti - Aguti, Município de Nova Trento, a contar de 19 de junho de 2015 até a nomeação do Concurso Público nº 002/2015, por motivo de vaga excedente, bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante o art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 22 de junho de 2015.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação

Registrada e publicada a presente Portaria em 22 de junho de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO SP//2015

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação, LUIZ CARLOS ORSI, solteiro, brasileiro, CPF nº 037.386.459-00, RG nº 3822389, residente e domiciliado na Rua Tijucas, nº 190, Bairro Mato Queimado, na Cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e o Senhor DIMAS HUELINTON KNISS, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado Rua Geral Trombudo, s/nº, Bairro Trombudo, Município de Nova Trento, portador do CPF nº 082.523.249-08, firmam

o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, e observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições do cargo de Professor Sem Habilitação, Referência A, com 20 (vinte) horas semanais (Ensino Fundamental – Inglês), na Escola Municipal de Educação Básica Aguti - Aguti, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 779,51 (setecentos e setenta e nove reais e cinquenta e um centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 19 de junho de 2015 até a nomeação do Concurso Público nº 002/2015, data da assinatura deste instrumento.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

I – por acordo entre as partes;

II – pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado;

III - violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;

IV – pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal;

V – em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 04 (quatro) horas diárias, totalizando 20 (vinte) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Educação.

CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 19 de junho de 2015.

Luiz Carlos Orsi

Dimas Huelinton Kniss

Secretário Municipal de Educação

Contratado

Registrado e publicado o presente contrato, em 19 de junho de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 545/2015

PORTARIA Nº 545/2015

Admissão em Caráter Temporário

O Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

RESOLVE:

ADMITIR em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo nº 002/2015, de 24/04/2015, convocado conforme Decreto nº 093/2015, JOSÉ ARLINDO TRAINOTTI, matrícula nº 6708, para exercer o cargo de Professor Sem Habilitação, Referência A, com 10 (dez) horas semanais (Ensino Fundamental Área II – Religião), na Escola Municipal de Educação Básica Professor Francisco João Valle – Trinta Réis, Município de Nova Trento, a contar de 19 de junho de 2015 a 18 de dezembro de 2015 (término do ano letivo), por motivo de vaga excedente, bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante o art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 22 de junho de 2015.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação

Registrada e publicada a presente Portaria em 22 de junho de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO SP//2015

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, na Cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação, LUIZ CARLOS ORSI, solteiro, brasileiro, CPF nº 037.386.459-00, RG nº 3822389, residente e domiciliado na Rua Tijucas, nº 190, Bairro Mato Queimado, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e o Senhor JOSÉ ARLINDO TRAINOTTI, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado na Rua Estrada Geral, s/nº, Bairro Ponta Fina Sul, Município de Nova Trento, portador do CPF nº 074.753.548-57, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado

SDRIGOTTI CECCATO, matrícula nº 31, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Escola Municipal de Educação Básica Professor Francisco João Valle – Trinta Réis, pertencente ao Quadro de Pessoal Efetivo desta Prefeitura, Município de Nova Trento, pelo período de 30 (trinta) dias, a contar de 23 de junho de 2015 a 22 de julho de 2015, conforme resultado pericial datado de 22/06/2015.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 23 de junho de 2015.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação

Registrada e Publicada a presente Portaria em 23 de junho de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 553/2015

PORTARIA Nº 553/ 2015

Admissão em Caráter Temporário

O Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

RESOLVE:

ADMITIR em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado, conforme Edital nº 011/2014, de 05/12/2014, convocada conforme Decreto nº 019/2015 "A", TERESINHA APARECIDA RAISER SPERANZINI, matrícula nº 6712, para exercer o cargo de Professor Nível III, Referência A, com 20 (vinte) horas semanais (Ensino Fundamental – Anos Iniciais), na Escola Municipal de Educação Básica João Bayer Sobrinho – Claraíba, Município de Nova Trento, a contar de 24 de junho de 2015 a 18 de dezembro de 2015 (término do ano letivo), em substituição a Titular Maria Nazaret Cipriani, afastada conforme Portaria nº 372/2015.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 24 de junho de 2015.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação

Registrada e publicada a presente Portaria em 24 de junho de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO SP//2015

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, na Cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação, LUIZ CARLOS ORSI, solteiro, brasileiro, CPF nº 037.386.459-00, RG nº 3822389, residente e domiciliado na Rua Tijucas, nº 190, Bairro Mato Queimado, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e a Senhora TERESINHA APARECIDA RAISER SPERANZINI, brasileira, casada, residente e domiciliada na Rua Tijucas, Bairro Mato Queimado, Município de Nova Trento, portadora do CPF nº 714.306.799-72, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições para exercer o cargo de Professor Nível III, Referência A, com 20 (vinte) horas semanais (Ensino Fundamental – Anos Iniciais), na Escola Municipal de Educação Básica João Bayer Sobrinho – Claraíba, Município de Nova Trento, em substituição a Titular Maria Nazaret Cipriani, afastada conforme Portaria nº 372/2015.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.152,09 (hum mil cento e cinquenta e dois reais e nove centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 24 de junho de 2015 a 18 de dezembro de 2015 (término do ano letivo), prorrogável conforme a necessidade.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

I – por acordo entre as partes;

II – pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado,

III - violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;

IV – pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal.

V – em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 04 (quatro) horas diárias, totalizando 20 (vinte) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Educação.

CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 24 de junho de 2015.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação

Teresinha A. Raiser Speranzini

Contratada

Registrado e publicado o presente contrato, em 24 de junho de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

Novo Horizonte

PREFEITURA

EXTRATO DO PL Nº 042/15-PREGÃO PRESENCIAL Nº 017/15 SRP

MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE/SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório Nº 042/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 017/2015

Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM

Objeto: O presente Edital tem por objetivo a seleção de propostas para futura e eventual: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS PARA PERFURAÇÃO E DETONAÇÃO DE ROCHAS EM METROS LINEARES, INCLUINDO FORNECIMENTO DE MATERIAIS (EXPLOSIVOS) E ACESSÓRIOS EM RUAS DO PERÍMETRO URBANO E OUTRAS VIAS PÚBLICAS RURAIS DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE/SC QUE APRESENTAR NECESSIDADE, conforme quantitativos e especificações constantes do Edital e seus anexos.

-Os envelopes contendo a documentação de habilitação e as propostas deverão ser entregues até as 08h50min, no dia 10/07/2015, na sala de Licitações, junto a Prefeitura Municipal, Rua José Fabro, 01, Centro – Novo Horizonte – SC, sendo a abertura dos envelopes e a etapa de lances ocorrerão a partir das 09:00 horas, no mesmo local e data estabelecida acima.

-O Edital e os esclarecimentos poderão ser obtidos na Prefeitura Municipal de Novo Horizonte, na Rua José Fabro, Nº 01, Centro, nos dias úteis, das 7:30h as 11:30h e 13:30h as 17:30h, pelo site www.novohorizonte.sc.gov.br e informações pelo fone (49) 3362-0024.

Fundamentação legal: Lei Federal Nº 10.520/02 e subsidiariamente pela Lei Nº 8.666/93, alterada pela Lei Federal Nº 8.883 de 08 de Junho de 1994 entre outros dispositivos legais aplicados a espécie.

Novo Horizonte (SC) em 30 de Junho de 2015.

ELI MARIOTT

Prefeito Municipal.

Orleans

PREFEITURA

EDITAL CHAMAMENTO CONCURSO PÚBLICO Nº001/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

EDITAL DE CHAMAMENTO PARA EFETIVAÇÃO DE ACORDO COM CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2015, mediante o qual ficam CONVOCADOS, para nomeação, os candidatos aprovados no Concurso Público nº 001/2015, para comparecerem na Prefeitura Municipal de Orleans, sito a rua XV de Novembro, 282, centro, Orleans, SC, no horário das 12h30min às 18h00min, no prazo de 30 dias, munidos de todos os documentos constantes do Edital do Concurso Público nº 001/2015 (disponível no sitio eletrônico: www.orleans.sc.gov.br, cientes de que a não apresentação dos documentos necessários dentro do prazo estipulado resultará na perda da vaga. Informamos ainda, que o exame médico de saúde ocupacional de que trata o Concurso Público nº 001/2015, será realizado pelo Médico do Trabalho da Prefeitura Municipal de Orleans, o qual poderá exigir todos os exames pertinentes a aferir a capacidade admissional para o respectivo cargo; as consultas poderão ser previamente agendadas junto ao Departamento de Gestão de Pessoas, pelo fone (48) 3886-0128, com o servidor Ariel Alberton.

| NOME | CARGO | CH |
|----------------------|-----------|------|
| JOELSON VERONEZ | MOTORISTA | 40 h |
| JOÃO DONIZETE BORGES | MOTORISTA | 40 h |

Orleans, 29 de junho de 2015.

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES

Prefeito de Orleans

Palhoça

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL 97 - 2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº97/2015

O Município de Palhoça torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº. 97/2015, no dia 13 de julho de 2015, às 14:00 h, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280-Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC. O Pregão Presencial nº97/2015 tem como objeto a aquisição de cones para uso nas operações de fiscalização ostensiva de trânsito realizada pelos agentes do 16º Batalhão da Polícia Militar no município de Palhoça. O edital que está embasado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 13:00 às 18:00 horas, ou pelo site: palhoca.atende.net.

Palhoça, 29 de junho de 2015.

A Pregoeira.

Palmitos

PREFEITURA

PROCESSO 80/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

pREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITOS

Processo Licitatório nº 80/2015. Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL 37/2015. Objeto: IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE TELEFONIA DIGITAL (PABX) BASEADO EM SERVIDOR IP E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES MÓVEL PESSOAL - SMP.. Data da entrega dos envelopes: 13/07/2015 até as 09:30 horas. Data da abertura: 13/07/2015 às 10:00 horas. Edital disponível no Setor de Licitações da Prefeitura.

Palmitos, 29 de Junho de 2015.

Norberto Paulo Gonzatti

Prefeito Municipal.

Passos Maia**PREFEITURA****DECRETO N° 362, DE 26 DE JUNHO DE 2015.**

DECRETO N° 362, de 26 de junho de 2015.

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA”.

IVANDRE BOCALON, Prefeito Municipal de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o Artigo 62, Inciso V da Lei Orgânica Municipal, Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964, e Lei Municipal n.º. 751, de 28 de abril de 2015, DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no orçamento do Município de Passos Maia, crédito adicional especial no valor de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), para a inclusão no seguinte programa:

04 – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

04.01 - Secretaria de Infraestrutura E Desenvolvimento Urbano

04.01.15 – Urbanismo

04.01.15.482 – Habitação Urbana

04.01.15.482.1601 – Sistema Habitacional

04.01.15.482.1601.1.013– Apoio ao Sistema Habitacional

Fonte de Recursos: 01.83 – Operações de Créditos Internas – Outros Programas

4.0.00.00.00 – Despesas de Capital

4.4.00.00.00 – Investimentos

| | | | |
|--|--|-----|--------------|
| 4.4.90.00.00.0183 – Aplicações Diretas | | R\$ | 1.000.000,00 |
|--|--|-----|--------------|

Art. 2º - De acordo com a Lei 4.320/1964, artigo 43, parágrafo 1º, inciso IV, serviram como recursos para abertura do crédito especial de que trata o presente Decreto as receitas provenientes da Operação de Crédito autorizada pela Lei n° 750, de 17 de abril de 2015.

Parágrafo único: Os créditos abertos deverão corresponder à efetiva arrecadação, segundo a liberação financeira dos recursos provenientes da operação de crédito, atendido o critério disposto no caput deste artigo.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando o Decreto n° 350, de 28 de abril de 2015.

Registre-se e publique-se.

Passos Maia – SC, 26 de junho de 2015.

IVANDRE BOCALON

PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado em data supra.

DOUGLAS AIGNER

Secretário da Administração, Fazenda e Planejamento.

EXTRATO CONTRATO N. 0063/2015

MUNICIPIO DE PASSOS MAIA

EXTRATO DE CONTRATO N. 0063/2015

PROCESSO LICITATÓRIO N. 0033/2015

MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS N. 0001/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA

CONTRATADO: ARRUDA PRESTADORA DE SERVIÇO EIRELI

OBJETO: Constitui objeto deste instrumento a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de mão-de-obra para colocação de paver e meio fio de concreto nas Ruas e Avenidas do Município de Passos Maia – SC, de forma parcela, conforme memorial descritivo constante no termo de referência anexo ao Edital Licitatório em epígrafe e de acordo com os seguintes quantitativos:

Em relação ao item 01 – mão-de-obra para colocação de meio-fio, fica contratado a quantia de 1.000 metros lineares;

Em relação ao item 02 – mão-de-obra para colocação de paver, fica contratado a quantia de 1.500 metros quadrados.

VALOR: Pelos serviços e materiais objeto do presente contrato, a CONTRATANTE pagará a CONTRATADA os seguintes valores:

Em relação ao item 01 – mão-de-obra para colocação de meio-fio, a quantia de R\$ 10,00 (dez reais) o metro linear, condicionado aos serviços efetivamente executados;

Em relação ao item 02 – mão-de-obra para colocação de paver – a quantia de R\$ 15,00 (quinze reais) o metro quadrado, condicionado aos serviços efetivamente executados.

VIGÊNCIA: O presente contrato terá sua vigência a partir de sua assinatura até 31 dezembro de 2015.

Passos Maia, 29 de junho de 2015.

IVANDRE BOCALON

PREFEITO MUNICIPAL

Paulo Lopes

PREFEITURA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 13/2015

Extrato de Ata de Registro de Preços Nº. 13/2015

Ata nº 13/2015; Processo nº 042/2015; Objeto: o registro de preço para aquisição de materiais gráficos para uso das secretarias administradas pela Prefeitura e Fundo Municipal de Saúde de Paulo Lopes. Contratante: MUNICÍPIO DE PAULO LOPES; Contratada: BUSINESS EDITORA E PUBLICAÇÃO DE INFORMATIVOS LTDA EPP, valor: R\$ 19.000,00 (dezenove mil reais). Data da Assinatura: 26/06/2015.

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 04/2015

Extrato do Convênio nº 04/2015

TERMO DE CONVÊNIO que firmam de um lado o MUNICÍPIO DE PAULO LOPES e de outro a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E A SAÚDE INTEGRADA DE PAULO LOPES - ASSIPA, CNPJ nº 95.887.188/0001-48. Tendo como finalidade o repasse de recurso financeiro no valor de até R\$ 1.250,00 (um mil duzentos e cinquenta reais) mensais visando o custeio das suas atividades estatutárias.

Paulo Lopes, 29 de junho de 2015.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 230/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 230/2015

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

CONCEDER PROGRESSÃO HORIZONTAL, de D para E, o Servidor Público Municipal efetivo e estável, brasileiro, João Cabral, portador do CPF nº 341.954089-20, matrícula nº 722, nomeado pela portaria nº 068/2002, a disposição na Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos.

Município de Paulo Lopes – SC, em 24 de Junho 2015.

Evandro João dos Santos

Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 231/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 231/2015

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO, a Servidora Pública Municipal, Adenilde Adelia dos Passos Pereira, brasileira, efetiva e estável, portadora do CPF nº 864.001.859-68, matrícula nº 82, ocupante do Cargo de Auxiliar Administrativo I, a disposição na Secretaria Municipal de Saúde, com gozo no período de 24/06/2015 à 23/07/2015, referente ao quinquênio de 24/04/2010 à 24/04/2015, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS.

Município de Paulo Lopes-SC, em 24 de Junho de 2015.

Evandro João dos Santos

Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 232/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº 232/2015

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

CONCEDER LICENÇA POR FALECIMENTO EM PESSOA DA FAMÍLIA, a Servidora Pública Municipal, Dalva da Silva, brasileira, portadora do CPF nº 740.375.369-00 matrícula nº 10896, ocupante do cargo em comissão Chefe de Departamento, à disposição da Secretaria Municipal de Esporte e lazer, de 23/06/2015 até 29/06/2015, conforme Certidão de Óbito em anexo.

Município de Paulo Lopes – SC, em 24 de junho de 2015.
Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 233/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 233/2015

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

EXONERAR A PEDIDO, a Servidora Pública Municipal, Andresa Bilazio Pereira, brasileira, portadora do CPF nº 063.933.619-13, matrícula nº 11130, ocupante do Cargo de Professora, contratada pela portaria nº 170/2015, conforme requerimento em anexo.

Município de Paulo Lopes - SC, 26 de junho de 2015.
Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009

Almery Alcides Vieira
Secretário Municipal de Administração

Penha

PREFEITURA

150

PORTARIA Nº 150/2015

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 65, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal, Decreto nº 2042/2014

RESOLVE:

Art. 1º - PRORROGAR: por mais 60 (sessenta) dias, o prazo para a Conclusão do Processo, instaurado pela Portaria nº 141/2015 (denúncias sobre a funcionária Helena de Almeida Magalhães), composta pelos servidores MARIZETE DA COSTA, JOSÉ ROBERTO DARUGNA JUNIOR, e JULIANA BUENO PERCIANI.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Penha, 29 de junho de 2015.
EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria nesta Secretaria, aos vinte e nove dias do mês de junho do ano de dois mil e quinze.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
Secretária da Administração

CONTRATO Nº 88/2015 FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO
CONTRATO Nº 88/2015 – RH/FMS

Contratado (A): CARLA IHOANA BAIROS MARIN, na função de Agente Endêmico, início em 29/06/2015 e término em 08/06/2016, para atuar junto a Secretaria da Saúde.

Penha/SC, 29 de junho de 2015.
Evandro Eredes dos Navegantes
Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 89/2015 FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO
CONTRATO Nº 89/2015 – RH/FMS

Contratado (A): MORAIMA MARIA DE FREITAS RIBAS, na função de Médico Plantonista, início em 29/06/2015 e término em 28/06/2016, para atuar junto a Secretaria da Saúde.

Penha/SC, 29 de junho de 2015.
Evandro Eredes dos Navegantes
Prefeito Municipal

Pomerode**PREFEITURA****4.º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 021 / 2014 PRORROGAÇÃO**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE POMERODE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

4.º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 021 / 2014

PRORROGAÇÃO

Processo Administrativo n.º 030/2014.

Pregão Presencial n.º 017/2014.

Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.

Contratado: GENTE SEGURADORA S.A.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA SEGURAR A FROTA DE VEÍCULOS E MÁQUINAS OFICIAIS DO MUNICÍPIO DE POMERODE, FUNDOS E FUNDAÇÕES, COM COBERTURA TOTAL E RCF-V CONTRA DANOS MATERIAIS RESULTANTES DE SINISTROS DE ROUBO OU FURTO, COLISÃO, INCÊNDIO, DANOS CAUSADOS PELA NATUREZA E ASSISTÊNCIA 24 HORAS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO AO EDITAL.

Prorrogação – 12 meses – Prazo Final: 11/06/2016.

Valor Total contratado R\$45.231,82 (quarenta e cinco mil, duzentos e trinta e um reais e oitenta e dois centavos) - Valores inicialmente contratados permanecem inalterados, estando incluso os veículos novos adquiridos - SEM REAJUSTE.

Justificativa: Prorrogação contratual em conformidade com o disposto no artigo 57, II da Lei n.º 8.666/93 e a CLÁUSULA SEXTA, item 6.1 do Contrato Administrativo n.º 021/2014, tendo em vista tratar-se de serviços executados de forma contínua.

Pomerode/SC, 01 de Junho de 2015.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal de Pomerode

SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE POMERODE**EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS 19/2015**

SAMAE POMERODE

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO 08/2015 TIPO PRESENCIAL PROCESSO ADMINISTRATIVO 08/2015

LOCAÇÃO CAMINHÃO ANO DE FABRICAÇÃO NÃO INFERIOR A 2015 EQUIPADO COM BAÚ BASCULANTE DE CAPACIDADE VOLUMÉTRICA MÍNIMA 30M³ PARA ATUAR NA COLETA SELETIVA DE MATERIAIS RECICLÁVEIS CONFORME TERMO DE REFERENCIA.

| | |
|--|--------------------|
| Fornecedor | CPF/CNPJ |
| VERDE ADMINISTRAÇÃO E LOGISTICA AMBIENTAL LTDA | 11.804.038/0001-33 |

| Item | Descrição | Unidade | Qtde. Item | Valor Unitário | Valor Total |
|------------------------|---|---------|------------|----------------|----------------|
| 1 | LOCAÇÃO DE CAMINHÃO EQUIPADO COM BAÚ BASCULANTE ANO FABRICAÇÃO MÍNIMA 2015. | LOCAÇÃO | 12,00000 | R\$7.350,0000 | R\$88.200,0000 |
| Total do Fornecedor: | R\$88.200,0000 | | | | |
| Total Geral dos Itens: | R\$88.200,0000 | | | | |

- ATA REGISTRO DE PREÇO nº 019/2015

Validade: A partir de 27/05/2015 validade (12 MESES).

POMERODE (SC), 27 de Maio de 2015.

MARCIO SCHEIDEMANTEL

Presidente do SAMAE

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS 20/2015

SAMAE POMERODE

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO 10/2015 TIPO ELETRÔNICO PROCESSO ADMINISTRATIVO 10/2015

REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE EMBALAGEM PLÁSTICA PRODUZIDA EM POLIETILENO PARA O PROGRAMA DE COLETA SELETIVA DE MATERIAIS CONFORME TERMO DE REFERENCIA.

| | |
|---|--------------------|
| Fornecedor | CPF/CNPJ |
| LED 21 IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA EPP | 14.631.753/0001-00 |

| Item | Descrição | Unidade | Marca | Qtde. Item | Valor Unitário | Valor Total |
|------------------------|--|---------|----------|-------------|----------------|-----------------|
| 1 | embalagem para coleta seletiva de materiais recicláveis com as seguintes características: produzido em polietileno reciclado de aparas industriais; cor cinza esverdeado; textos impressos: para coleta de material reciclável, logomarca SAMAE POMERODE/SC, símbolo + produzido com material reciclado, patrimônio público, e demais imagens e informações conforme layout em anexo; medidas: 70,0cm largura x 90,0cm comprimento x 0,07 cm (700u) espessura; fardo com 200 embalagens. | FARDO | PRO-PRIA | 3.000,00000 | R\$59,4000 | R\$178.200,0000 |
| Total do Fornecedor: | R\$178.200,0000 | | | | | |
| Total Geral dos Itens: | R\$178.200,0000 | | | | | |

- ATA REGISTRO DE PREÇO nº 020/2015

Validade: A partir de 08/06/2015 validade (12 MESES).

POMERODE (SC), 08 de Junho de 2015.

MARCIO SCHEIDEMANTEL

Presidente do SAMAE

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS 21/2015

SAMAE POMERODE

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO 12/2015 TIPO PRESENCIAL PROCESSO ADMINISTRATIVO 14/2015

CONTRATAÇÃO DE MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PEDREIRO, E SERVENTE E DE ELETRICISTA PRE-DIAL A SEREM EXECUTADOS NAS MANUTENÇÕES, REFORMAS, E REPAROS DOS IMÓVEIS E ESTRUTURAS FÍSICAS DO SAMAE POMERODE.

| | |
|---|--------------------|
| Fornecedor | CPF/CNPJ |
| FRANTIESKA ARAUJO BIRCK ME, neste ato representado por ELEANDRO CARLOS BIRK | 18.301.637/0001-83 |

| Item | Descrição | Unidade | Marca | Qtde. Item | Valor Unitário | Valor Total |
|------------------------|---|---------|-------|-------------|----------------|-----------------|
| 1 | Serviço de equipe de 1 pedreiro profissional acompanhado de 1 servente de pedreiro. | HORAS | | 3.000,00000 | R\$ 41,5000 | R\$124.500,0000 |
| Total do Fornecedor: | R\$124.500,0000 | | | | | |
| Total Geral dos Itens: | R\$124.500,0000 | | | | | |

- ATA REGISTRO DE PREÇO nº 021/2015

Validade: A partir de 12/06/2015 validade (12 MESES).

POMERODE (SC), 12 de Junho de 2015.

MARCIO SCHEIDEMANTEL

Presidente do SAMAE

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS 22/2015

SAMAE POMERODE

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO 12/2015 TIPO PRESENCIAL PROCESSO ADMINISTRATIVO 14/2015

CONTRATAÇÃO DE MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PEDREIRO, E SERVENTE E DE ELETRICISTA PRE-DIAL A SEREM EXECUTADOS NAS MANUTENÇÕES, REFORMAS, E REPAROS DOS IMÓVEIS E ESTRUTURAS FÍSICAS DO SAMAE POMERODE.

| Fornecedor: 308196 - MOISES PEREIRA CNPJ: 17.425.704/0001-09 | | | | | | |
|--|---------------------------------|---------|-------|-------------|----------------|----------------|
| Item | Descrição | Unidade | Marca | Qtde. Item | Valor Unitário | Valor Total |
| 2 | Serviço de Eletricista Predial. | HORAS | | 1.500,00000 | R\$ 27,0000 | R\$40.500,0000 |
| Total do Fornecedor: | R\$40.500,0000 | | | | | |

- ATA REGISTRO DE PREÇO nº 022/2015

Validade: A partir de 12/06/2015 validade (12 MESES).

POMERODE (SC), 12 de Junho de 2015.

MARCIO SCHEIDEMANTEL

Presidente do SAMAE

Ponte Serrada

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATO 2015

CONTRATO Nº 0110/2015

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 056/2015

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 006/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE SERRADA/SC

CONTRATADO: ALERT SEGURANÇA LTDA ME

CNPJ: 10.743.962/0001-94

OBJETO: Contratação de empresa especializada em segurança de eventos para a realização do Festival da Canção de Ponte Serrada – sertanejo e popular – FECAPS, que será realizado nos dias 24 e 25 de julho de 2015.

VALOR: R\$ 3.625,00 (Três mil e seiscentos e vinte e cinco reais)

VIGÊNCIA: DE 29 DE JUNHO DE 2015 À 31 DE DEZEMBRO DE 2015

CONTRATO Nº 0111/2015 - FMS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0024/2015 - FMS

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 003/2015 - FMS

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE SERRADA/SC

CONTRATADO: WALTER FÁVERO LTDA ME

CNPJ: 06.337.774/0001-99

OBJETO: Aquisição de jogos de lençóis para uso juto das unidades de saúde do município de Ponte Serrada/SC.

VALOR: R\$ 2.997,90 (Dois mil novecentos e noventa e sete reais e noventa centavos)

VIGÊNCIA: DE 29 DE JUNHO DE 2015 À 31 DE DEZEMBRO DE 2015

Porto Belo

PREFEITURA

REVOGAÇÃO - PREGÃO 007/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

AVISO DE REVOGAÇÃO

Por interesse público, COMUNICAMOS que está REVOGADO o Pregão nº 007/2015 (objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de assistência e suporte técnico na área de informática, compreendendo a instalação e manutenção integral de servidores, computadores, câmaras de segurança, ativos de rede, manutenção preventiva e corretiva de hardware com e sem troca de peças, sistema de gestão de inventário dinâmico e desenvolvimento de aplicativos e software do Município de Porto Belo, conforme especificações e quantitativos descritos no anexo I e II deste Edital.) – Proc. 069/2015.

Maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Porto Belo, no Setor de Compras e Licitações, pelo telefone (47) 3369-4111 ou pelo e-mail licitacao@portobelo.sc.gov.br

Porto Belo, 29 de Junho de 2015.

Evaldo José Guerreiro Filho

Prefeito Municipal

Porto União

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO 012/2015 - FMS

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 012/2015 - SAÚDE
Partes: Município de Porto União e Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Contestado - CISAMURC.
Objeto: Prestação de serviços na área da saúde melhorar a capacidade e eficiência do SUS, assegurando assistência médica especializada, mediante consultas e exames de média e alta complexidade para os municípios de Porto União /SC.
Valor Total: R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais).
Vigência: Até 31/12/2015
Base legal: Dispensa de Licitação 002/2015 - SAÚDE, Lei 8.666/93.

Porto União SC, 25 de junho de 2015.
Anízio de Souza.
Prefeito Municipal

Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Contestado - CISAMURC.
Contratada

EXTRATO DE CONTRATO 013/2015 - FMS

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 013/2015 - SAÚDE
Partes: Município de Porto União e Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Contestado - CISAMURC.
Objeto: Estabelecimento de ações de saúde conjuntas entre os integrantes do CISAMURC, que possibilitem a otimização das ações e serviços de saúde que lhes correspondam.
Valor Total: R\$ 61.636,43 (sessenta e um mil seiscentos e trinta e seis reais e quarenta e três centavos).
Vigência: Até 31/12/2015
Base legal: Dispensa de Licitação 003/2015 - SAÚDE, Lei 8.666/93.

Porto União SC, 25 de junho de 2015.
Anízio de Souza.
Prefeito Municipal

Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Contestado - CISAMURC.
Contratada

EXTRATO DE CONTRATO 122/2015

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 122/2015 - PREFEITURA
Partes: Município de Porto União e Sabor em Quilo Restaurante EIRELI – ME.
Objeto: Fornecimento de 1.500 (um mil e quinhentas) marmitas nº 08, com aproximadamente 850 KCAL.
Valor Total: R\$ 13.320,00 (Treze mil trezentos e vinte reais).
Vigência: 12 (doze) meses.
Base legal: Pregão Presencial 039/2015 - PREFEITURA, Lei 8.66/93.

Porto União SC, 24 de junho de 2015.
Anízio de Souza.
Prefeito Municipal

Sabor em Quilo Restaurante EIRELI – ME.
Contratada

EXTRATO DE CONTRATO ADITIVO 123/2015

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato aditivo 123/2015 – PREFEITURA
Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços 123/2014 - PREFEITURA.
Partes: Município de Porto União e Gotcha Publicidade Ltda – ME.

PRAZO E VIGÊNCIA

Prorroga-se por 12 (doze) meses o aludido contrato superior.
VALOR

Reajusta-se o aludido contrato superior em 4,10 % (quatro vírgula dez por cento), com base no IGP-M.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Órgão 0200 – Poder Executivo
Unidade 0202 – Gabinete do Prefeito
Atividade 2002 – Manutenção Gabinete do Prefeito
Modalidade 3390-100 – Aplicações diretas
Cód. 3

Complemento – 33903947 – Serviço de Comunicação em Geral
Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este deu origem.

Porto União SC, 24 de junho de 2015.
Anízio de Souza
Prefeito Municipal

EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO 005/2015 - FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO
ESTADO DE SANTA CATARINA
Processo Licitatório 027/2015- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Extrato de Edital de Pregão Eletrônico 005/2015
O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Pregão Eletrônico, com adjudicação por menor preço por item, para aquisição de material de radiologia destinado para o uso em procedimentos realizados no ambulatório de radiologia do Posto de Saúde Santa Rosa. Somente participarão da sessão pública as empresas que apresentarem propostas através do site "www.cidadecompras.com.br" até as 08h30min do dia 14 de julho de 2015, com início da mesma às 09h00min no mesmo site e dia. O Edital e Arquivos encontram-se disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Porto União "www.portouniao.sc.gov.br" e no site "www.cidadecompras.com.br". Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, e-mail liciteportouniao@yahoo.com.br, licitacao@portouniao.sc.gov.br e, fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 29 de junho de 2015.
Anízio de Souza
Prefeito Municipal

EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 014/2015 - FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 024/2015- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Extrato de Edital de Pregão Presencial 014/2015

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Pregão, com adjudicação por item, do tipo presencial, para aquisição de legumes, frutas, verduras e outros, destinados aos usuários do CAP-S-I de Porto União. O recebimento dos envelopes se dará até as 09h00min do dia 10 de julho de 2015 na Prefeitura Municipal, com início da sessão pública às 09h15min, no mesmo local e dia. O Edital e Arquivos encontram-se disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Porto União www.portouniao.sc.gov.br. Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, e-mail liciteportouniao@yahoo.com.br, licitacao@portouniao.sc.gov.br e, fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 29 de junho de 2015.

Anízio de Souza

Prefeito Municipal

EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 015/2015 - FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 025/2015- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Extrato de Edital de Pregão Presencial 015/2015

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Pregão, com adjudicação global por lote, do tipo presencial, para aquisição de peças e serviços de mecânica, elétrica e funilaria para manutenção corretiva e preventiva em veículos da Secretaria Municipal de Saúde. O recebimento dos envelopes se dará até as 09h00min do dia 13 de julho de 2015 na Prefeitura Municipal, com início da sessão pública às 09h15min, no mesmo local e dia. O Edital e Arquivos encontram-se disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Porto União www.portouniao.sc.gov.br. Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, e-mail liciteportouniao@yahoo.com.br, licitacao@portouniao.sc.gov.br e, fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 29 de junho de 2015.

Anízio de Souza

Prefeito Municipal

EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 016/2015 - FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 026/2015- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Extrato de Edital de Pregão Presencial 016/2015

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Pregão, com adjudicação por item, do tipo presencial, para aquisição de oxigênio medicinal para atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Saúde. O recebimento dos envelopes se dará até as 14h00min do dia 13 de julho de 2015 na Prefeitura Municipal, com início da sessão pública às 14h15min, no mesmo local e dia. O Edital e Arquivos encontram-se disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Porto União www.portouniao.sc.gov.br. Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, e-mail liciteportouniao@yahoo.com.br, licitacao@portouniao.sc.gov.br e, fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 29 de junho de 2015.

Anízio de Souza

Prefeito Municipal

EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 017/2015 - FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 028/2015- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Extrato de Edital de Pregão Presencial 017/2015

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Pregão, com adjudicação por menor preço mensal, do tipo presencial, para contratação de empresa para manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos de Raio X instalados no Posto de Saúde Santa Rosa. O recebimento dos envelopes se dará até as 14h00min do dia 14 de julho de 2015 na Prefeitura Municipal, com início da sessão pública às 14h15min, no mesmo local e dia. O Edital e Arquivos encontram-se disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Porto União www.portouniao.sc.gov.br. Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, e-mail liciteportouniao@yahoo.com.br, licitacao@portouniao.sc.gov.br e, fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 29 de junho de 2015.

Anízio de Souza

Prefeito Municipal

EXTRATO DE EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS 001/2015 - FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 023/2015 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Extrato de Edital de Tomada de Preços 001/2015

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Tomada de Preços, com adjudicação por item, para contratação de empresa especializada para coleta, transporte e destinação final dos resíduos sólidos de saúde, gerados nas Unidades de Saúde de Porto União. O recebimento dos envelopes se dará até as 14h00min do dia 15 de julho de 2015 na Prefeitura Municipal, com abertura dos envelopes, no mesmo local, dia e hora. O Edital e Arquivos encontram-se disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Porto União www.portouniao.sc.gov.br. Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, e-mail liciteportouniao@yahoo.com.br, licitacao@portouniao.sc.gov.br e, fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 29 de junho de 2015.

Anízio de Souza

Prefeito Municipal

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL 039/2015

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Processo Licitatório 069/2015 – PREFEITURA

Pregão Presencial 039/2015

Termo de Homologação

Homologo o aludido processo licitatório e adjudico a empresa Sabor em Quilo Restaurante EIRELI – ME.

Porto União SC, 24 de junho de 2015.

Anízio de Souza

Prefeito Municipal

Pouso Redondo

PREFEITURA

EXTRATOS TERMOS ADITIVOS FMS E PMPR

EXTRATOS DE TERMOS ADITIVOS PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO

Meses Março à Junho/2015

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 042/2014, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE POUSO REDONDO E A EMPRESA COM CPM PESQUISAS LTDA..

Pelo presente Termo, de um lado o Município de Pouso Redondo, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.681/0001-26, neste ato representada por sua Prefeita Sra. Nair Goulart e de outro lado a empresa CPM -CENTRAL DE PESQUISAS E MARKETING LTDA, Pessoa Jurídica de Direito Privado, sito a Rua ANA NERY, Nº690, Cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº 02.295.493/0001-60, Através de seu representante legal, resolvem entre si e na melhor forma de direito, aditar o contrato de nº 084/2014, para fazer constar as seguintes alterações:

Cláusula Primeira- DA VIGÊNCIA

O prazo Contratual fica prorrogado por mais 12 (Doze) meses, com término em 08/05/2016.

Cláusula Terceira - DAS DOTAÇÕES

As despesas resultantes deste correrão a conta de Dotações Orçamentárias consignadas na seguinte classificação: 2.003.3390.00 - 130 - Manutenção da Secretaria de Administração.

Cláusula Quarta - DAS DEMAIS CLÁUSULAS

As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado permanecem em vigor.

E por estarem acordados, assinam o presente Termo, em duas vias de igual teor, juntamente com as testemunhas abaixo, obrigando seus sucessores legais, a cumpri-lo mutuamente.

Pouso Redondo, 28 de Abril de 2015.

NAIR GOULART

PREFEITURA MUNICIPAL P. REDONDO
CONTRATANTE

CPM. CENTRAL DE PESQ. MARK. LTDA

CNPJ Nº 02.295.493/0001-60

CONTRATADA

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 107/2014, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE POUSO REDONDO E A EMPRESA DALFOVO SOLUÇÕES E SISTEMAS LTDA – ME.

Pelo presente Termo, de um lado o Município de Pouso Redondo, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.681/0001-26, neste ato representado por seu Prefeito Municipal em exercício Sr. Jaridel Fronza e de outro lado a empresa DALFOVO SOLUÇÕES E SISTEMAS LTDA - ME, Pessoa Jurídica de Direito Privado, situada na Rua 7 de Setembro, nº 195, sala 02, Centro, Município de Pouso Redondo, inscrita no CNPJ sob o nº 06.124.108/0001-72, neste ato representada pelo Sr. Ivan Dalfovo, Através de seu representante legal, resolvem entre si e na melhor forma de direito, aditar o contrato de nº 107/2014, para fazer constar as seguintes alterações:

Cláusula Primeira- DA VIGÊNCIA

O prazo Contratual fica prorrogado por mais 06 (SEIS) meses, com

término em 30/11/2015.

Cláusula Segunda – DO VALOR

Fica aditivado o contrato referente à ampliação de 12 pontos de monitoramento, que equivale ao aumento de valor de R\$6.150,00 (Seis mil, cento e cinquenta reais), que corresponde a 25% do valor contratual.

Cláusula Terceira - DAS DOTAÇÕES

As despesas resultantes deste correrão a conta de Dotações Orçamentárias consignadas na seguinte classificação: 3.3.90.39.12.00.00 - Secretaria Municipal de Educação (Ensino Infantil).

Cláusula Terceira - DAS DEMAIS CLÁUSULAS

As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado permanecem em vigor.

E por estarem acordados, assinam o presente Termo, em duas vias de igual teor, juntamente com as testemunhas abaixo, obrigando seus sucessores legais, a cumpri-lo mutuamente.

Pouso Redondo, 30 de Maio de 2015.

JARDEL FRONZA DALFOVO

PREFEITURA MUNICIPAL POUSO REDONDO
CONTRATANTE

SOLUÇÕES E SISTEMAS LTDA

CNPJ Nº 06.124.108/0001-72

CONTRATADA

1º TERMO ADITIVO

PROCESSO 14/2015 – PREGÃO PRESENCIAL Nº10/2015

A PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO, MUNICÍPIO DE POUSO REDONDO, inscrita no CNPJ Nº 83.102.681/0001-26 e a empresa RETILIDER RETIFICA DE MOTORES LTDA EPP, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrito no CNPJ Nº00.108.750/0001-81, sito a Rua Asa Branca, 555, Londrina, Paraná/PR, de comum acordo resolvem aditar o presente contrato, nos termos da Lei Nº 8.666/93, Art. 57 Inciso II, nas seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA: Fica alterado o valor devido acréscimo de R\$4.100,00 (Quatro mil e cem reais), que corresponde a 25% do valor do processo acima citado, justificado pelo fato de que para conserto do objeto do processo foram feitos orçamentos de mão de obra e peças que seriam utilizadas para o conserto da mesma, mas após o julgamento, homologação com a empresa vencedora, deram-se início aos trabalhos no conserto se foi verificada a necessidade de uma maior quantidade de peças, do que aquelas inicialmente orçadas, tendo em vista este fator imprevisível e que isso só poderia ser constatado após o início dos trabalhos de conserto do motor com base no requerimento anexo feito pela empresa com relação das peças que ultrapassaram o estimado para cumprimento dos termos consignados no objeto do presente contrato, aditase o contrato alterando-se o valor do mesmo.

CLÁUSULA SEGUNDA: As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Pouso Redondo (SC), 03 de Junho de 2015.

.....

JARDEL FRONZA

Prefeito Municipal em exercício.

.....
RETILIDER RETIFICA DE MOTORES
LTDA EPP - Representante Legal

2º TERMO ADITIVO

CONTRATO Nº103/2014.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO, inscrita no CNPJ Nº 83.102.681/0001-26 a Empresa A.R.G. INDUSTRIAL LTDA, com sede na Rod. SC 302, 1860, Bairro Barragem, na cidade de Taió, inscrita no CNPJ sob nº 04.415.095/0001-65 neste ato representada por Marcio Alves da Silva, doravante denominada CONTRATADA, de comum acordo resolvem aditar o presente contrato, nos termos da Lei Nº 8.666/93, Art. 57 Inciso II, nas seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA: Fica prorrogado o prazo do contrato até 22 de Agosto de 2015, Conforme justificativas anexo.

CLÁUSULA TERCEIRA: As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Pouso Redondo (SC), 21 de Maio de 2015.

PAULO CÉSAR VOLTOLINI – Prefeito Municipal em exercício
Prefeitura Municipal de Pouso Redondo – Contratante

A.R.G INDUSTRIAL LTDA
CNPJ: 04.415.095/0001-65
Representante Legal

3º TERMO ADITIVO

CONTRATO Nº197/2013.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO, inscrita no CNPJ Nº 83.102.681/0001-26 a Empresa A.R.G. INDUSTRIAL LTDA, com sede na Rod. SC 302, 1860, Bairro Barragem, na cidade de Taió, inscrita no CNPJ sob nº 04.415.095/0001-65 neste ato representada por Marcio Alves da Silva, doravante denominada CONTRATADA, de comum acordo resolvem aditar o presente contrato, nos termos da Lei Nº 8.666/93, Art. 57 Inciso II, nas seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA: Fica prorrogado o prazo do contrato até 29 de Agosto de 2015, devido a falta de recursos para realização da obra.

CLÁUSULA TERCEIRA: As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Pouso Redondo (SC), 29 de Maio de 2015.

JARDEL FRONZA – Prefeito Municipal em exercício
Prefeitura Municipal de Pouso Redondo – Contratante

A.R.G INDUSTRIAL LTDA
CNPJ: 04.415.095/0001-65 - Representante Legal.

3º TERMO ADITIVO

PROCESSO Nº36/2014, PREGÃO PRESENCIAL Nº19/2014.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO, MUNICÍPIO DE POUSO REDONDO, inscrita no CNPJ Nº 83.102.681/0001-26 e a empresa PORTO SEGURO E CIA DE SEGUROS GERAIS, inscrita no CNPJ 61.198.164/0001-60 localizada na Al. Barão de Piracicaba, 740, cx P. 7264, Cidade de São Paulo – SP, representado por seu representante Sr. Ivan Max, de comum acordo resolvem aditar o presente contrato, nos termos da Lei Nº 8.666/93, Art. 65, nas seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA: Fica aditada reajustando pela renovação das apólices para o período de 29/05/2015 até 29/05/2016, pelo valor de R\$31.531,97 (Trinta e um mil, quinhentos e trinta e um reais e noventa e sete centavos).

CLÁUSULA QUARTA: As demais cláusulas permanecem inalteradas. Pouso Redondo (SC), 21 de Maio de 2015.

Paulo César Voltolini

Prefeitura Municipal de Pouso Redondo
Contratante

PORTO SEGURO E CIA DE SEGUROS GERAIS

CNPJ 61.198.164/0001-60

Contratado

Representante Legal

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 085/2013, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE POUSO REDONDO E A EMPRESA SERRANA ENGENHARIA LTDA.

Pelo presente Termo, de um lado o Município de Pouso Redondo, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.681/0001-26, neste ato representada por sua Prefeita Sra. Nair Goulart e de outro lado a empresa Serrana Engenharia Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº. 83.073.536/0001-64, representado pela Sr. Odair José Mannrich, resolvem entre si e na melhor forma de direito, aditar o contrato de nº 085/2013, para fazer constar as seguintes alterações:

Cláusula Primeira- DA VIGÊNCIA

O prazo Contratual fica prorrogado por mais 02 (Dois) meses, com término em 01/09/2015.

Cláusula Segunda - DAS DOTAÇÕES

As despesas resultantes deste correrão a conta de Dotações Orçamentárias consignadas na seguinte classificação: 3.3.3.90.000000000000185 – Manutenção da Secretaria do Departamento de Serviços Urbanos.

Cláusula Terceira - DAS DEMAIS CLÁUSULAS

As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado permanecem em vigor.

E por estarem acordados, assinam o presente Termo, em duas vias de igual teor, juntamente com as testemunhas abaixo, obrigando seus sucessores legais, a cumpri-lo mutuamente.

Pouso Redondo, 26 de Junho de 2015.

NAIR GOULART

PREFEITURA MUNICIPAL POUSO REDONDO
CONTRATANTE

ODAIR JOSÉ MANNRICH

SERRANA ENGENHARIA LTDA
CONTRATADA

TERMO ADITIVO Nº 004

4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 080/2013, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE POUSO REDONDO E A EMPRESA FUND. OSNY JOSÉ GONÇALVES TELEVISÃO BELA ALIANÇA..

Pelo presente Termo, de um lado o Município de Pouso Redondo, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.681/0001-26, neste ato representada por sua Prefeita Sra. Nair Goulart e de outro lado a empresa FUND. OSNY JOSÉ GONÇALVES TELEVISÃO BELA ALIANÇA, Pessoa Jurídica de Direito Privado, sito a Alameda Aristiliano Ramos, nº28, 1º e 2º andar, Cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº 72.448.640/0001-70, neste ato representada pelo Sr. Fabiano Scheneidt, Através de seu representante legal, resolvem entre si e na melhor forma de direito, aditar o contrato de nº 080/2013, para fazer constar as seguintes alterações:

Cláusula Primeira- DA VIGÊNCIA

O prazo Contratual fica prorrogado por mais 06 (SEIS) meses, com

término em 31/12/2015.

Cláusula Terceira - DAS DOTAÇÕES

As despesas resultantes deste correrão a conta de Dotações Orçamentárias consignadas na seguinte classificação: 2.003.3390.00 - 130 - Manutenção da Secretaria de Administração.

Cláusula Quarta - DAS DEMAIS CLÁUSULAS

As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado permanecem em vigor.

E por estarem acordados, assinam o presente Termo, em duas vias de igual teor, juntamente com as testemunhas abaixo, obrigando seus sucessores legais, a cumpri-lo mutuamente.

Pouso Redondo, 15 de Junho de 2015.

NAIR GOULART

PREFEITURA MUN. POUSO REDONDO

CONTRATANTE

FUND. OSNY JOSÉ GONÇALVES TV. BELA ALIANÇA

CNPJ Nº 72.448.640/0001-70

CONTRATADA

1º (PRIMEIRO) TERMO ADITIVO AO CONTRATO MÚLTIPLO Nº 9912353596 QUE ENTRE SI FAZEM A PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO E A EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS.

CONTRATANTE:

| | | |
|---|---|------------------------|
| Razão Social: PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO | | |
| CNPJ: 83.102.681/0001-26 | Inscrição Estadual: ISENTA | |
| Nome Fantasia: | Ramo de Atividade: ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL | |
| Endereço: RUA ANTONIO CARLOS THIESEN, 74 - CENTRO | | |
| Cidade: POUSO REDONDO | UF: SC | CEP: 89172-000 |
| Telefone: 47-3545-1133 | FAX 47-3545-1133 | |
| Endereço Eletrônico: neuma@pousoredondo.sc.gov.br | | |
| Nome do Responsável: NAIR GOULART | | |
| Cargo: PREFEITA MUNICIPAL | RG: 626.506 SSP/SC | CPF: 247.437.719-00 |

CONTRATADA:

| | | |
|---|--------------------------------|--------------------|
| ECT – Empresa Pública, constituída nos termos do Decreto-Lei nº. 509, de 20 de março de 1969. | | |
| Nome da Diretoria Regional: Diretoria Regional de Santa Catarina | CNPJ/MF: 34.028.316/0028-23 | |
| Endereço: Rua Romeu José Vieira, 90 – Bloco B – 7º andar – Nossa Senhora do Rosário | | |
| Cidade: São José | UF: SC | CEP: 88.110-923 |

| | | |
|--|------------------------|--|
| Telefone: (48) 3954-4211 | FAX: (48) 3954-4225 | |
| Endereço Eletrônico: scgesuv@correios.com.br | | |
| Diretor Regional: Paulo Oliveira de Andrade | | |
| RG: 1.723.100-0 SSP/SC | CPF: 609.711.699-34 | |
| Coordenador Regional de Negócios: Paulo Roberto Zucco | | |
| RG: 100.366-420-6 SSP/RS | CPF: 248.658.930-91 | |

As partes, acima identificadas, têm, entre si, justo e avençado e celebram por força do presente instrumento, elaborado conforme disposto no art. 62, - 3º, II, da Lei 8.666/93, o 1º (PRIMEIRO) TERMO ADITIVO AO CONTRATO MÚLTIPLO Nº 9912353596, de acordo com as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação da vigência do Contrato original por mais 12 meses.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRORROGAÇÃO

Em conformidade com o art. 57, II da Lei nº. 8.666/93 e com a cláusula sétima do contrato ora aditado, as partes acordam em prorrogar o contrato por 12 (doze) meses, de 20/06/2015 até 20/06/2016.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

O presente Termo Aditivo terá vigência a partir da data de sua assinatura.

CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. Os recursos orçamentários previsto na Cláusula Décima – Da Dotação Orçamentária do contrato ora aditado para a cobertura das despesas decorrentes deste Contrato têm seu valor estimado em R\$ 12.000,00 (Doze mil).

4.2. A classificação destas despesas se dará da seguinte forma:

Elemento de Despesa: 3.3.90.39.47.00.00.00

Projeto/Atividade: 20.03 Manutenção da Secretaria de Administração.

Nº. do Empenho: 141/2015

Data do Empenho: 07/01/2015

Valor: R\$12.000,00 (Doze mil reais)

CLÁUSULA QUINTA - DA PUBLICAÇÃO

Caberá à CONTRATANTE, por sua conta, a publicação resumida do presente Termo Aditivo na imprensa oficial no prazo legal.

CLÁUSULA SEXTA – DA RATIFICAÇÃO

Ficam mantidas e ratificadas, em seu inteiro teor, todas as demais cláusulas e condições do Contrato originário, não modificadas pelo presente instrumento.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO FORO

Para dirimir as questões oriundas deste Termo Aditivo, será competente o Foro da Justiça Federal, Seção Judiciária de Florianópolis/SC, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Por estarem justos e contratados, assinam o presente Termo Aditivo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo:

Pouso Redondo/SC, 08 de Junho de 2015.

Pela CONTRATANTE: Pela ECT:

| | | |
|--------------------|--|----------------------------------|
| Nair Goulart | | Paulo Oliveira de Andrade |
| Prefeita Municipal | | Diretor Regional |
| | | |
| | | Paulo Roberto Zucco |
| | | Coordenador Regional de Negócios |

PORTARIA 101

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO

CNPJ 83.102.681/0001-26

Rua Antonio Carlos Thiesen, 74

89.172-000 — Pouso Redondo — Santa Catarina

PORTARIA Nº 101/2015 DE 18/06/2015

Designa Servidor para atuar como analista técnico e da outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais:

RESOLVE:

Art. 1º — Fica designado o servidor FELIPE HARRY BROERING GOMES, nomeado em 24/02/2015, pela Portaria Nº 063/2015 de 24/02/2015, ocupante do cargo efetivo de ENGENHEIRO AGRÔNOMO, do Plano de Classificação de Cargos e Salários da Administração Direta e Indireta do Município de Pouso Redondo, para atuar como analista técnico e de fiscalização, conforme convênio de Gestão Ambiental Compartilhada.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 18 de junho de 2015.

NAIR GOULART

Prefeita Municipal

Rio do Sul

PREFEITURA

PORTARIA Nº 0418/RH

PORTARIA N. 0418/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013 e, considerando:

· O Parecer da Controladoria Geral do Município às folhas 337 e 338, e o Parecer do Secretário Municipal de Administração, às folhas 340, ambos dos autos do Processo Administrativo Nº 001/2013, instaurado pela Portaria n. 1101/RH de 09 de setembro de 2013, publicada no Diário Oficial dos Municípios no dia 16 de setembro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º. Determinar a aplicação da Sanção Administrativa de suspensão temporária do direito de licitar ou de contratar com o Município, a Empresa Angra Engenharia Ltda., pelo prazo não superior a 02 (dois) anos, contados a partir de 02 de outubro de 2014, data da publicação da Portaria nº 1026/RH, que trata da Conclusão do Processo Administrativo n. 001/2013, com base no Contrato de Serviço e Fornecimento de Material n. 127/2012, Cláusula Nona – Das Sanções Administrativas, bem como, na Lei N. 8.666, de 21 de junho de 1993, Art. 87, inciso III.

Art. 2º. Estabelecer que esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina, revogadas as disposições em contrário.

Rio do Sul, 23 de junho de 2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Asfj

RESUMO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 094/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 094/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 094/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 055/2015

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 055/2015

INTERESSADO: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL.

Aos dezoito (18) dias do mês de junho (06) do ano de dois mil e quinze (2015), na cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no prédio da Prefeitura, localizado na Praça 25 de Julho, Centro, o Município de Rio do Sul, devidamente representado e assistido, e a empresa Gráfica Guaramirim Ltda - EPP, inscrita com o CNPJ sob o nº 78.218.187/0001-91, com sede a Rua Pedro Paulo Strey, s/nº, Bairro Avaí, Guaramirim, Estado de Santa Catarina, CEP 89.270-000, por seu representante legal, Sr. Fabricio Hackbarth, portadora do RG nº 4.099.200, inscrita no CPF sob o nº 045.602.469-71 acordam proceder, nos termos do edital de Pregão Presencial nº 055/2015 em epígrafe, ao Registro de Preços para aquisição parcelada de papel A4 para diversas Secretarias, conforme os itens abaixo discriminados:

| Fornecedor: 433233 - GRAFICA GUARAMIRIM LTDA EPP | | | | | | |
|--|--|---------|--------------------|------------|----------------|-------------|
| Item | Descrição | Unidade | Marca | Qtde. Item | Valor Unitário | Valor Total |
| 1 | Folha A4 timbrada, (21 x 29,7 cm), papel 90 gr, cores 4 x 0, sangrada. | U | GRAFICA GUARAMIRIM | 100.000 | R\$0,07 | R\$7.000,00 |
| 2 | Envelope ofício, timbrado, sulfite 75 gr, impressao 4 x 0, sangrada. | U | GRAFICA GUARAMIRIM | 30.000 | R\$0,21 | R\$6.300,00 |
| 3 | Envelopes saco branco, tamanho 18 x 25 cm, sulfite 90 gr, impressao 4 x 0, sangrada. | U | GRAFICA GUARAMIRIM | 30.000 | R\$0,26 | R\$7.800,00 |
| 4 | Envelopes saco branco, tamanho 24 x 34 cm, sulfite 90 gr, impressao 4 x 0, sangrada. | U | GRAFICA GUARAMIRIM | 30.000 | R\$0,32 | R\$9.600,00 |
| Total do Fornecedor: | | | | | R\$30.700,00 | |
| Total Geral dos Itens: | | | | | R\$30.700,00 | |

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta apresentada na Licitação em epígrafe.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

Gráfica Guaramirim Ltda - EPP

RESUMO DO ADITIVO 048/2015

1º TERMO ADITIVO Nº 048/2015 – DO CONTRATO DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DE MATERIAL NR. 022/2015, REFERENTE CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE RECUPERAÇÃO DA PONTE PÊNSIL OLÍBIO ANTÔNIO DA SILVA, BAIRROS JARDIM AMÉRICA E CANTA GALO, ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE RIO DO SUL E A EMPRESA METRO CÚBICO ENGENHARIA LTDA.

Aos doze (12) dias do mês de junho (06) do ano de dois mil e quinze (2015), nesta cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, presentes de um lado o MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.574/0001-06, com sede na Praça 25 de Julho, 01, neste ato representada pelo Prefeito de Rio do Sul, Sr. Garibaldi Antônio Ayroso, ora denominado CONTRATANTE, e a empresa Metro Cúbico Engenharia Ltda., estabelecida na rua Georg Lucas, 85, bairro Jardim América, no município de Rio do Sul/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 06.973.540/0001-38, ora denominada CONTRATADA, representada pelo seu Sócio Administrador, Sr. Eduardo Aragão Silva, resolvem os termos facultados por lei, obedecida as condições firmadas pela Tomada de Preços nº 008/2015, o Contrato original de Serviço e Fornecimento de Material nº 022, datado de 05 de março de 2015, de acordo com parecer exarado pela Procuradoria Geral do Município, o qual faz parte como anexo ao presente, celebrar o presente TERMO ADITIVO, mediante as cláusulas e condições abaixo enumeradas, as quais, mutuamente, aceitam e outorgam:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO

As retificações efetuadas no presente instrumento fundamentam-se no - 1º do Artigo 57 e - 1º do Artigo 65 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PRAZOS

Fica prorrogado o término do prazo contratual assumido constante da Cláusula Décima Primeira do contrato original e a Ordem de Serviço celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, tendo um acréscimo de 30 (trinta) dias, com o seu término em 12 de julho de 2015.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS ACRÉSCIMOS

Fica acrescido ao valor contratual assumido constante da Cláusula Segunda do contrato original celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, no valor de R\$ 3.762,74 (três mil e setecentos e sessenta e dois reais e setenta e quatro centavos), conforme planilha e justificativa anexa.

CLÁUSULA QUARTA – DA REGULARIDADE FISCAL

A Contratada no ato da assinatura do presente termo, deverá apresentar prova de regularidade fiscal da Fazenda Municipal, Estadual, Federal, INSS e FGTS.

CLÁUSULA QUINTA – DAS RATIFICAÇÕES

Ratificam-se as demais cláusulas e condições de Contrato original e seus termos aditivos, não colidentes com o presente Termo.

E, por se acharem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para surtir um só efeito, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e assinadas

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

Contratante

Metro Cúbico Engenharia Ltda

Eduardo Aragão Silva

Contratada

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

RESUMO DO ADITIVO 049/2015

2º TERMO ADITIVO Nº 049/2015 – DO CONTRATO DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DE MATERIAL NR. 219/2014, REFERENTE CONCLUSÃO DA EXECUÇÃO DE OBRAS DA EDIFICAÇÃO EM ALVENARIA DO CENTRO EDUCACIONAL INFANTIL AQUARELA, BAIRRO LARANJEIRAS, ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE RIO DO SUL E A EMPRESA CONSTRULACER – COMÉRCIO E CONSTRUÇÕES LACERDÓPOLIS LTDA.

Aos dezoito (18) dias do mês de junho (06) do ano de dois mil e quinze (2015), nesta cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, presentes de um lado o MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.574/0001-06, com sede na Praça 25 de Julho, 01, neste ato representada pelo Prefeito de Rio do Sul, Sr. Garibaldi Antônio Ayroso, ora denominado CONTRATANTE, e a empresa CONSTRULACER – COMÉRCIO E CONSTRUÇÕES LACERDÓPOLIS LTDA., estabelecida na Rua 31 de Março, 1076, Centro, no município de Lacerdópolis/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 06.123.883/0001-03, ora denominada CONTRATADA, representado pelo seu Sócio Gerente, Sr. Élon Leoni Chaves, resolvem os termos facultados por lei, obedecida as condições firmadas pelo Edital de Tomada de Preços nº 077/2012, o Contrato original de Serviço e Fornecimento de Material nº 219, datado de 08 de dezembro de 2014, de acordo com parecer exarado pela Procuradoria Geral do Município, o qual faz parte como anexo ao presente, celebrar o presente TERMO ADITIVO, mediante as cláusulas e condições abaixo enumeradas, as quais, mutuamente, aceitam e outorgam:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO

As retificações efetuadas no presente instrumento fundamentam-se do - 1º do Artigo 57 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PRAZOS

Fica prorrogado o término do prazo contratual assumido constante da Cláusula Décima Primeira do contrato original e a Ordem de Serviço celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, tendo um acréscimo de 180 (cento e oitenta) dias, com o seu término em 20 de dezembro de 2015.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REGULARIDADE FISCAL

A Contratada no ato da assinatura do presente termo, deverá apresentar prova de regularidade fiscal da Fazenda Municipal, Estadual, Federal, INSS e FGTS.

CLÁUSULA QUARTA – DAS RATIFICAÇÕES

Ratificam-se as demais cláusulas e condições de Contrato original e seus termos aditivos, não colidentes com o presente Termo.

E, por se acharem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para surtir um só efeito, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e assinadas.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

Contratante

CONSTRULACER – COM. E CONSTR. LACERDÓPOLIS LTDA

Sr. Élon Leoni Chaves

Contratada

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

TERMO DE CONVOCAÇÃO - CAROLINE FERNANDA BUTZKE**TERMO DE CONVOCAÇÃO**

Senhor(a) CAROLINE FERNANDA BUTZKE com satisfação que procedemos a convocação de V. S^a., para que se apresente na Secretaria Municipal de Educação, sito a Rua Barão do Rio Branco, n.220, Bairro Centro, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis e munido de documento de identidade, a fim de iniciar os procedimentos para a contratação de PROFESSOR- ANOS INICIAIS, 40H, EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N. 011/2014

Salientamos que conforme dispõe o referido edital, a contratação deve ocorrer imediatamente após a convocação e o candidato que deixar de comparecer no prazo acima previsto, perderá automaticamente a vaga, sendo convocado o candidato seguinte, respeitada a ordem de classificação.

Rio do Sul (SC), 30 de junho de 2015.

Confirmação Recebimento (Assinatura):

TERMO DE CONVOCAÇÃO - MERE ELLEN BELLO
TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) MERE ELLEN BELLO, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S^a., para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos, sito a Praça 25 de Julho, n. 01, Bairro Centro, no prazo máximo de 15 (quinze) dias para proceder a contratação junto ao Departamento de Recursos Humanos do município, bem como, para apresentarem os documentos, habilitações e exame admissional para a contratação no cargo de provimento ACT TÉCNICO EM ENFERMAGEM, 40 HORAS SEMANAIS, EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N. 002/2015.

Salientamos que conforme dispõe o referido edital, a contratação deve ocorrer imediatamente após a convocação e o candidato que deixar de comparecer no prazo acima previsto, perderá automaticamente a vaga, sendo convocado o candidato seguinte, respeitada a ordem de classificação.

Rio do Sul (SC), 29 de junho de 2015.

Confirmação Recebimento (Assinatura):

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL

PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/2015 FMS**PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/2015**

OBJETO: Contratação de empresa especializada em serviços de manutenção predial, hidráulica e elétrica para atender as necessidades da secretaria de Municipal de Saúde e estratégias de saúde da família.

ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS: Até o dia 10/07/2015, às 08:30h.

CREDENCIAMENTO E ABERTURA DA SESSÃO DE LANCES: às 09:00h do dia 10/07/2015.

LOCAL: Sala de Reuniões da Prefeitura Municipal de Rio do Sul sita à Praça 25 de Julho, 01, Centro, Rio do Sul/SC

CONTATO: Luis Henrique Mail: luis.oliveira@riodosul.sc.gov.br

ÁREA RESPONSÁVEL: Departamento de Compras e Licitações

ÁREA REQUISITANTE: Secretaria Municipal de Saúde.

As empresas interessadas em participar desta Licitação deverão comunicar sua intenção ao Departamento de Compras e Licitações através do endereço Rua Tuiuti, 154, informando sua razão social, endereço eletrônico, solicitando que todas as eventuais alterações do edital lhes sejam enviadas. A Prefeitura Municipal de Rio do Sul não aceitará em hipótese alguma reclamações posteriores de não envio de alterações por parte de empresas que não tenham se identificado como interessadas em participar da licitação. Ainda, nenhuma responsabilidade caberá à Prefeitura Municipal de Rio do Sul pelo não recebimento dessas alterações devido a endereço eletrônico ou defeitos em qualquer desses equipamentos.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito Municipal

LUIZ CARLOS ZANIS
Secretário Municipal de Saúde

Salto Veloso

PREFEITURA

DECRETO MUNICIPAL N. 046/2015

DECRETO Nº 046/2015 - DE 25 DE JUNHO DE 2015.
ABRE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Lei Municipal 01.526/2014 de 19/12/2014;

Decreta:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um crédito suplementar no valor de R\$ 15.000,00 (Quinze Mil Reais), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 03 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

Projeto/Atividade: 1007 – AQUISIÇÃO DE VEICULOS DA EDUCAÇÃO

Modalidade de Aplicação: 4490.00. - APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 15.000,00

Fonte: 1189.00000

RED: 145

Art. 2º. Este Decreto entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.

Salto Veloso - SC, 25 de Junho de 2015.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

DECRETO MUNICIPAL N. 047/2015

DECRETO Nº 047/2015 - DE 25 DE JUNHO DE 2015.
ABRE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
CLAUDEMIR CESCA, PREFEITO MUNICIPAL DE , SANTA CATARINA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Lei Municipal 01.526/2014 de 19/12/2014;

Decreta:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um crédito suplementar no valor de R\$ 29.000,00 (Vinte e Nove Mil Reais), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO

Projeto/Atividade: 2036 – MANUT. DAS ATIV. ENSINO FUNDAMENTAL

Modalidade de Aplicação: 4490.00. - APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 29.000,00

Fonte: 1100.00000

RED: 46

Art. 2º. Para Suporte de que se trata o Artigo anterior, fica utilizado o mesmo valor na anulação da seguinte Dotação Orçamentaria:

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO

Projeto/Atividade: 2036 – MANUT. DAS ATIV. ENSINO FUNDAMENTAL

Modalidade de Aplicação: 3390.00. - APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 29.000,00

Fonte: 1100.00000

RED: 40

Art. 3º. Este Decreto entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.

Salto Veloso - SC, 25 de Junho de 2015.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

DECRETO MUNICIPAL N. 048/2015

DECRETO Nº 048/2015 - DE 25 DE JUNHO DE 2015.
ABRE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Lei Municipal 01.526/2014 de 19/12/2014;

Decreta:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um crédito suplementar no valor de R\$ 1.246,21 (Hum Duzentos e Quarenta e Seis Rais e Vinte e Um Centavos), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 03 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

Projeto/Atividade: 1007 – AQUISIÇÃO DE VEICULOS DA EDUCAÇÃO

Modalidade de Aplicação: 4490.00. - APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 1.246,21

Fonte: 1135.00000

RED: 75

Art. 2º. Este Decreto entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.

Salto Veloso - SC, 25 de Junho de 2015.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 249/2015

PORTARIA Nº. 249/2015

Claudemir Cesca, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o artigo 88, inciso IX e artigo 14, inciso II, da Lei Orgânica do Município de Salto Veloso-SC C/C artigos 11 e 13, da Lei Ordinária Municipal 570/91.

Resolve:

Artigo 1º. Nomear e dar posse por Concurso Público, a Srª. FERNANDA APARECIDA COUSSEAU RAMOS, nos termos do artigo 13, inciso II, da Lei Complementar Municipal nº 016/2010 e Alterações, para exercer o cargo de provimento efetivo de Tesoureiro, 40 horas semanais, lotado na Secretaria de Administração e Finanças, com vencimentos referentes ao código CPE 16, do Anexo II, Tabela I, Grupo I.

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 29 de Junho de 2015.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

Santiago do Sul

PREFEITURA

DECRETO Nº 155/2015 - DE 23 DE JUNHO DE 2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

DECRETO Nº 155/2015 - DE 23 DE JUNHO DE 2015.

Exonera a Servidora Municipal GENIR GUERRA CARDOSO e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe conferem o Inciso VIII do Art. 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e Inciso II, do Art. 34, da Lei Complementar nº009/2001, de 07 de novembro de 2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada por interesse público, a partir de 30 de junho de 2015, a Servidora GENIR GUERRA CARDOSO, nomeada através do Decreto Nº168/2014 de 01 de julho de 2014, ocupante do Cargo de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE-ACT, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, carga horária de 40 Horas Semanais, percebendo vencimento constante no anexo I, grupo 01, código 01.06, nível 17, da Lei Municipal Nº782/2015, de 09 de Junho de 2015 e alterações posteriores.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, em 23 de junho de 2015.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE

Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Tatiane Cristina Gluzezak Saretto

Diretora de Departamento/Sec. Administração

DECRETO Nº156/2015 - DE 23 DE JUNHO DE 2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

DECRETO Nº156/2015 - DE 23 DE JUNHO DE 2015.

Exonera Servidora Pública Municipal CAMILA PEREIRA DOS SANTOS e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe conferem o Inciso VIII do Art. 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e o Art. 32, da Lei Complementar nº009/2001, de 07 de novembro de 2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada por interesse público a partir de 30 de junho de 2015, a Servidora CAMILA PEREIRA DOS SANTOS, ocupante do Cargo de CHEFE DE SETOR, nomeada através do Decreto nº172/2014, de 04 de julho de 2014, com lotação na Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esporte, carga horária de tempo integral, percebendo vencimento constante no anexo II, grupo 6,

código 06.06, da Lei Municipal nº782/2015, de 09 de junho de 2015 e alterações posteriores,.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, em 23 de junho de 2015.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE

Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Tatiane Cristina Gluzezak Saretto

Diretora de Departamento/Sec. Administração

DECRETO Nº157/2015 - DE 23 DE JUNHO DE 2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

DECRETO Nº157/2015 - DE 23 DE JUNHO DE 2015.

Exonera o Servidor Público Municipal GABRIEL KICHEL e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe conferem o Inciso VIII do Art. 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e Inciso II, do Art. 34, da Lei Complementar nº009/2001, de 07 de novembro de 2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado por interesse público, a partir de 30 de junho de 2015, o Servidor GABRIEL KICHEL, nomeado através do Decreto Nº027/2015 de 03 de fevereiro de 2015, ocupante do Cargo de PROFESSOR DE INGLÊS (NÃO HABILITADO), com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, carga horária de 10 Horas Semanais, percebendo vencimento constante no anexo I, grupo 07, código 07.01 da lei Municipal Nº549/2011, de 15 de Abril de 2011 e alterações posteriores.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor a partir de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, em 23 de junho de 2015.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE

Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Tatiane Cristina Gluzezak Saretto

Diretora de Departamento/Sec. Administração

DECRETO Nº158/2015 - DE 23 DE JUNHO DE 2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

DECRETO Nº158/2015 - DE 23 DE JUNHO DE 2015.

Dispõe sobre o reenquadramento do nível de vencimento do Servidor Público Municipal CARLOS SARETTO e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe conferem o Inciso VIII do Art. 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e nos termos da Lei Municipal Nº 782/2015, de 09 de junho de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica reenquadrado, a partir de 09 de junho de 2015, o nível de vencimento do servidor Carlos Saretto, ocupante do cargo de Operador de Máquinas II, com lotação na Secretaria de Obras e Serviços Públicos, carga horária de 40 horas semanais, o qual passará do nível 27 para o nível 28, conforme o disposto na Lei Municipal nº 782/2015, de 09 de junho de 2015.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor a partir de sua publicação, com efeitos retroativos a 09 de junho de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, em 23 de junho de 2015.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE

Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Tatiane Cristina Gluzezak Saretto

Diretora de Departamento/Sec. Administração

DECRETO Nº159/2015 - DE 23 DE JUNHO DE 2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

DECRETO Nº159/2015 - DE 23 DE JUNHO DE 2015.

Dispõe sobre o reenquadramento do nível de vencimento do Servidor Público Municipal CONSTANTINO FURLAN e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe conferem o Inciso VIII do Art. 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e nos termos da Lei Municipal Nº 782/2015, de 09 de junho de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica reenquadrado, a partir de 09 de junho de 2015, o nível de vencimento do servidor CONTANTINO FURLAN, ocupante do cargo de OPERADOR DE MÁQUINAS II, com lotação na Secretaria de Obras e Serviços Públicos, carga horária de 40 horas semanais, o qual passará do nível 27 para o nível 28, conforme o disposto na Lei Municipal nº 782/2015, de 09 de junho de 2015.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor a partir de sua publicação, com efeitos retroativos a 09 de junho de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, em 23 de junho de 2015.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE

Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Tatiane Cristina Gluzezak Saretto

Diretora de Departamento/Sec. Administração

DECRETO Nº160/2015 - DE 23 DE JUNHO DE 2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

DECRETO Nº160/2015 - DE 23 DE JUNHO DE 2015.

Dispõe sobre o reenquadramento do nível de vencimento do Servidor Público Municipal GENECIR OTTONI e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe conferem o Inciso VIII do Art. 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e nos termos da Lei Municipal Nº 782/2015, de 09 de junho de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica reenquadrado, a partir de 09 de junho de 2015, o nível de vencimento do servidor GENECIR OTTONI, ocupante do cargo de OPERADOR DE MÁQUINAS II, com lotação na Secretaria de Obras e Serviços Públicos, carga horária de 40 horas semanais, o qual passará do nível 27 para o nível 28, conforme o disposto na Lei Municipal nº 782/2015, de 09 de junho de 2015.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor a partir de sua publicação, com efeitos retroativos a 09 de junho de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, em 23 de junho de 2015.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE

Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Tatiane Cristina Gluzezak Saretto

Diretora de Departamento/Sec. Administração

DECRETO Nº161/2015 - DE 23 DE JUNHO DE 2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

DECRETO Nº161/2015 - DE 23 DE JUNHO DE 2015.

Dispõe sobre o reenquadramento do nível de vencimento do Servidor Público Municipal GENESIO DE LIMA e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe conferem o Inciso VIII do Art. 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e nos termos da Lei Municipal Nº 782/2015, de 09 de junho de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica reenquadrado, a partir de 09 de junho de 2015, o nível de vencimento do servidor GENESIO DE LIMA, ocupante do cargo de OPERADOR DE MÁQUINAS II, com lotação na Secretaria de

Obras e Serviços Públicos, carga horária de 40 horas semanais, o qual passará do nível 27 para o nível 28, conforme o disposto na Lei Municipal nº 782/2015, de 09 de junho de 2015.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor a partir de sua publicação, com efeitos retroativos a 09 de junho de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, em 23 de junho de 2015.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Tatiane Cristina Gluzezak Saretto
Diretora de Departamento/Sec. Administração

DECRETO Nº162/2015 - DE 23 DE JUNHO DE 2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

DECRETO Nº162/2015 - DE 23 DE JUNHO DE 2015.

Dispõe sobre o reenquadramento do nível de vencimento do Servidor Público Municipal IVAN CARLOS GROLLI e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe conferem o Inciso VIII do Art. 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e nos termos da Lei Municipal Nº 782/2015, de 09 de junho de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica reenquadrado, a partir de 09 de junho de 2015, o nível de vencimento do servidor IVAN CARLOS GROLLI, ocupante do cargo de OPERADOR DE MÁQUINAS II, com lotação na Secretaria de Obras e Serviços Públicos, carga horária de 40 horas semanais, o qual passará do nível 27 para o nível 28, conforme o disposto na Lei Municipal nº 782/2015, de 09 de junho de 2015.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor a partir de sua publicação, com efeitos retroativos a 09 de junho de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, em 23 de junho de 2015.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Tatiane Cristina Gluzezak Saretto
Diretora de Departamento/Sec. Administração

DECRETO Nº163/2015 - DE 23 DE JUNHO DE 2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

DECRETO Nº163/2015 - DE 23 DE JUNHO DE 2015.

Dispõe sobre o reenquadramento do nível de vencimento do Servidor Público Municipal ODILEI SOTIL DOS SANTOS e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe conferem o Inciso VIII do Art. 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e nos termos da Lei Municipal Nº 782/2015, de 09 de junho de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica reenquadrado, a partir de 09 de junho de 2015, o nível de vencimento do servidor ODILEI SOTIL DOS SANTOS, ocupante do cargo de OPERADOR DE MÁQUINAS II, com lotação na Secretaria de Obras e Serviços Públicos, carga horária de 40 horas semanais, o qual passará do nível 27 para o nível 28, conforme o disposto na Lei Municipal nº 782/2015, de 09 de junho de 2015.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor a partir de sua publicação, com efeitos retroativos a 09 de junho de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, em 23 de junho de 2015.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Tatiane Cristina Gluzezak Saretto
Diretora de Departamento/Sec. Administração

DECRETO Nº164/2015 - DE 23 DE JUNHO DE 2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

DECRETO Nº164/2015 - DE 23 DE JUNHO DE 2015.

Dispõe sobre o reenquadramento do nível de vencimento do Servidor Público Municipal RANGEL SALVI e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe conferem o Inciso VIII do Art. 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e nos termos da Lei Municipal Nº 782/2015, de 09 de junho de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica reenquadrado, a partir de 09 de junho de 2015, o nível de vencimento do servidor RANGEL SALVI, ocupante do cargo de OPERADOR DE MÁQUINAS II, com lotação na Secretaria de Obras e Serviços Públicos, carga horária de 40 horas semanais, o qual passará do nível 27 para o nível 28, conforme o disposto na Lei Municipal nº 782/2015, de 09 de junho de 2015.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor a partir de sua publicação, com efeitos retroativos a 09 de junho de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, em 23 de junho de 2015.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE

Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Tatiane Cristina Gluzezak Saretto

Diretora de Departamento/Sec. Administração

DECRETO Nº165/2015 - DE 23 DE JUNHO DE 2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

DECRETO Nº165/2015 - DE 23 DE JUNHO DE 2015.

Dispõe sobre o reenquadramento do nível de vencimento do Servidor Público Municipal JURACI PIVA e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe conferem o Inciso VIII do Art. 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e nos termos da Lei Municipal Nº 782/2015, de 09 de junho de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica reenquadrado, a partir de 09 de junho de 2015, o nível de vencimento do servidor JURACI PIVA, ocupante do cargo de VIGIA, com lotação na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, carga horária de 40 horas semanais, o qual passará do nível 15 para o nível 18, conforme o disposto na Lei Municipal nº 782/2015, de 09 de junho de 2015.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor a partir de sua publicação, com efeitos retroativos a 09 de junho de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, em 23 de junho de 2015.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE

Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Tatiane Cristina Gluzezak Saretto

Diretora de Departamento/Sec. Administração

DECRETO Nº166/2015 - DE 23 DE JUNHO DE 2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

DECRETO Nº166/2015 - DE 23 DE JUNHO DE 2015.

Dispõe sobre o reenquadramento do Servidor GERSON CARLOS RISSARDO para o cargo de Fiscal de Vigilância Sanitária e Epidemiológica e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe conferem o Inciso VIII do Art. 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e nos termos da Lei Municipal Nº 782/2015, de 09 de junho de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica reenquadrado o servidor Gerson Carlos Rissardo, a partir de 09 de junho de 2015, o qual passará a ocupar o cargo

de Fiscal de vigilância sanitária e epidemiológica, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, com carga horária de 40 horas semanais, percebendo vencimento constante no Anexo I, código 03.04, nível 38, nos termos da Lei Municipal nº 782/2015, de 09 de junho de 2015.

Art. 2º O servidor acima mencionado responderá interinamente pela função de Fiscal de Tributos e Obras até o provimento do cargo mediante a realização de concurso público.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações do orçamento municipal vigente. No mês de Junho na Ação 2.028 – Manutenção das Atividades da Unidade Sanitária- fonte 0.1.02. A partir do mês de Julho na Ação 2.035 – Manutenção das atividades de Vigilância Sanitária – Fonte 0.1.02

Art. 4º Este Decreto entra em vigor a partir de sua publicação, com efeitos retroativos a 09 de junho de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, em 23 de junho de 2015.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE

Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Tatiane Cristina Gluzezak Saretto

Diretora de Departamento/Sec. Administração

PORTARIA Nº067/2015 - DE 24 DE JUNHO DE 2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

PORTARIA Nº067/2015 - DE 24 DE JUNHO DE 2015.

Concede Licença para Tratamento de Saúde a Servidora NAYARA PATRICIA FARESIN e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII do Artigo 67 da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e de conformidade com o Artigo 70 da Lei Complementar nº009/2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais);

RESOLVE:

Art. 1º Conceder LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE a Servidora NAYARA PATRICIA FARESIN, ocupante de cargo de Professora de Educação Infantil-ACT, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, pelo período de 02 (dois) dias, ou seja, no período de 22 de junho de 2015 a 23 de junho de 2015, conforme atestado médico anexo.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, em 24 de junho de 2015.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE

Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Tatiane Cristina Gluzezak Saretto

Diretora de Departamento/Sec. Administração

PORTARIA Nº068/2015 - DE 26 DE JUNHO DE 2015.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

PORTARIA Nº068/2015 - DE 26 DE JUNHO DE 2015.

Complementa Férias Interrompidas da Servidora Pública Municipal ADRIANA DIAS e dá Outras Providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Artigo 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e de conformidade com o Artigo 68, da Lei Complementar Nº009/2001, de 07 de Novembro de 2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º COMPLEMENTAR AS FÉRIAS INTERROMPIDAS da Servidora Pública Municipal ADRIANA DIAS, ocupante do Cargo de ASSESSORA DE PLANEJAMENTO, Lotada na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, a partir do dia 02 de Julho de 2015 à 10 de Julho de 2015.

Parágrafo Único. Fica a servidora autorizada a gozar os 09 (Nove) Dias consecutivos de férias interrompidas pela Portaria Nº008/2015, de 16 de Janeiro de 2015, sem perceber remuneração das mesmas por já ter sido pagas na época.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, em 26 de Junho de 2015.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE

Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Tatiane Cristina Gluzezak Saretto

Diretora de Departamento/Sec. Administração

São Bento do Sul

PREFEITURA

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO TOMADA DE PREÇO 08/2015 FMD

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº 008/2015

A Fundação Municipal de Desportos do Município de São Bento do Sul torna público a Homologação do EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 008/2015, tendo como objeto: FORNECIMENTO DE MATERIAL, MÃO DE OBRA E DEMAIS OBRIGAÇÕES NECESSÁRIAS PARA A AMPLIAÇÃO DAS INSTALAÇÕES DA PISCINA PÚBLICA MUNICIPAL, SITUADA NA RUA VIGANDO KOCH, S/N, CENTRO, MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL/SC, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, PROJETOS E TERMO DE COMPROMISSO Nº 0447.046-99/2014, PROCESSO Nº SR.2626.447.046-99/2014, para a empresa: JDI CONSTRUTORA LTDA – EPP, vencedora com o Valor Global de R\$ 65.258,92.

São Bento do Sul, 29 de junho de 2015.

Hélcio Carlos Liebl

Diretor Presidente da FMD

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO 164/2015

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 164/2015

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Secretário de Administração, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até às 09:00 horas do dia 10 de julho de 2015, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE INFORMÁTICA, GAVETEIRO E ARQUIVO, CONFORME ANEXO.

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital completo, no Departamento de Suprimentos (Divisão de Compras) da Secretaria de Administração, sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima especificado, no horário das 08h00min às 17h00min.

São Bento do Sul, 29 de junho de 2015.

ALCIONEI FRANÇA DA SILVA

Secretário de Administração

DEBORAH CINTIA DE QUADROS

Pregoeira

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO Nº 166/2015

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 166/2015

Menor preço por item.

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Secretário de Administração, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até às 08:30 horas do dia 13 de julho de 2015, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: Aquisição de quadro branco e projetor multimídia para a Secretaria de Assistência Social, de acordo com o projeto do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência, aprovado pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (Convenio Nº 802.633/2014 SDH/PR - PROPOSTAS Nº 37602/2014/SDH/PR).

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital completo, no Departamento de Suprimentos (Divisão de Compras) da Secretaria de Administração, sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima especificado, no horário das 08h00min às 17:00 horas.

São Bento do Sul, 18 de junho de 2015.

CARLA ELOISE MÜLBAUER

Pregoeira Municipal

ALCIONEI FRANÇA DA SILVA

Secretário de Administração

EDITAL Nº 006/2015**CLASSIFICAÇÃO FINAL**

PROCESSO SELETIVO DE FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA
PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA
EDITAL N.º 006/2015

O Prefeito Municipal de São Bento do Sul, homologa e torna público o resultado final do Processo Seletivo de Contratação Temporária Edital n.º 006/2015.

CARGO: PROFESSOR EDUCAÇÃO ESPECIAL – INTERPRETE DE LIBRAS – NÃO HABILITADO

| Classificação | Inscrição | Escolaridade | Tempo de Serviço | Nome do Candidato |
|---------------|-----------|--------------|------------------|---|
| 1º | 07 | 1.0 | 3.0 | LILEANA APARECIDA GARCIA SWAROWSKI |
| 2º | 17 | 2.0 | 0 | VANUSA APARECIDA VICENTE DINIS GAUZISKI |

CARGO: PROFESSOR EDUCAÇÃO ESPECIAL - HABILITADO

| Classificação | Inscrição | Escolaridade | Tempo de Serviço | Nome do Candidato |
|---------------|-----------|--------------|------------------|-------------------------|
| 1º | 27 | 3.0 | 5.0 | ROSI MERY HASSELMANN |
| 2º | 20 | 3.0 | 3.0 | ELIZANDRA SOUZA MARTINS |
| 3º | 22 | 3.0 | 3.0 | BEATRIZ PSCHIEDT |

CARGO: PROFESSOR EDUCAÇÃO ESPECIAL - NÃO HABILITADO

| Classificação | Inscrição | Escolaridade | Tempo de Serviço | Nome do Candidato |
|---------------|-----------|--------------|------------------|-------------------------|
| 1º | 10 | 2.0 | 3.0 | ANGELA MARIA DE SOUZA |
| 2º | 28 | 1.0 | 0 | NILTON RODRIGUES JUNIOR |

CARGO: INSTRUTOR DE INFORMÁTICA

| Classificação | Inscrição | Escolaridade | Tempo de Serviço | Nome do Candidato |
|---------------|-----------|--------------|------------------|----------------------------------|
| 1º | 21 | 2.0 | 3.0 | MARCILIO FRANCO DA COSTA PEREIRA |
| 2º | 11 | 2.0 | 0 | ANDREIA IDA SCHWEDLER |
| 3º | 18 | 2.0 | 0 | THIAGO DAVID PRUSS |
| 4º | 14 | 1.0 | 3.0 | KONRAD MUSIALOWSKI |
| 5º | 09 | 1.0 | 3.0 | JAISON BORA |
| 6º | 25 | 1.0 | 3.0 | CLEITON EDUARDO DA SILVEIRA |
| 7º | 19 | 1.0 | 0 | LUIS ALBERTO PABST |
| 8º | 26 | 1.0 | 0 | MARKO DIEGO HUTTL |
| 9º | 13 | 1.0 | 0 | CRISTIAN ZIELINSKI |
| 10º | 37 | 1.0 | 0 | KENNDRA RAFAELA RANDIG |
| 11º | 15 | 1.0 | 0 | CAINÃ DOS PASSOS |
| 12º | 33 | 1.0 | 0 | LUCIANO SOUZA BEKER |
| 13º | 31 | 1.0 | 0 | LUCAS REINERT |
| 14º | 03 | 1.0 | 0 | DAYANE CUNHA |
| 15º | 01 | 1.0 | 0 | FELIPE MENDES RIBEIRO |
| 16º | 04 | 1.0 | 0 | THAIS REGINA GALDINO |
| 17º | 29 | 1.0 | 0 | DEBORA FERNANDA HUMMELGEN |
| 18º | 05 | 1.0 | 0 | ADRIAN PEREIRA |
| 19º | 38 | 1.0 | 0 | DISBY SCHUMACHER |
| 20º | 31 | 1.0 | 0 | JOAO PAULO SIQUEIRA |
| 21º | 02 | 1.0 | 0 | SOLANGE DE FATIMA SENN |
| 22º | 30 | 1.0 | 0 | ELIVELTON OGLIARI RIBEIRO |
| 23º | 16 | 1.0 | 0 | LUCIO JOSE ARTNER ZACALUZNE |
| 24º | 17 | 1.0 | 0 | LUCAS ADAO ARTNER ZACALUSNE |

São Bento do Sul, 29 de junho de 2015.

Fernando Tureck
Prefeito Municipal

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 166/2015

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 166/2015

DA ESPÉCIE: Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços de nº 110/2015, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa TCA TRANSFORMAÇÕES VEICULARES LTDA, em 07 de ABRIL de 2015, conforme Edital de Pregão Presencial nº 65/2015.

Considerando o objeto do Contrato de nº 110/2015 que consiste na transformação do veículo Furgão I/M. Benz 415 CDI Sprinter, placa MMJ 2897, cor branca, em ambulância Auto Socorro de Urgência - ASU para uso na sede da 2ª Companhia de Bombeiros Militar de São Bento do Sul, conforme especificações descritas no anexo ao Edital de Pregão Presencial nº 65/2015;

Considerando que no Edital de Pregão Presencial nº 65/2015 não foi incluída a instalação de uma câmera de ré e que tal dispositivo é essencial para as manobras realizadas pela ambulância durante as ocorrências, principalmente em locais com desnível de solo e/ou obstáculos;

Considerando o vencimento do Contrato em 05 de junho de 2015, e que para instalação deste material é necessário maior tempo para execução, faz-se necessário aditar e prorrogar o referido contrato conforme orçamento em anexo a este Termo Aditivo, com base na Cláusula Décima Segunda – Das Alterações, Art. 65, parágrafo 1º da Lei nº 8.666/93 e Cláusula Sétima – do Prazo, Art. 57, parágrafo 1º, incisos I e IV da Lei nº 8.666/93, nos seguintes termos:

Fica incluso no Contrato o valor de R\$ 1.300,00 (um mil e trezentos reais) para pagamentos conforme contrato original.

Fica prorrogada a vigência do Contrato por 20 (vinte) dias, a contar de 06 de junho de 2015 e com término em 25 de junho de 2015.

Nada mais havendo, assinam as partes em 02 (duas) vias de igual forma e idêntico teor, na presença das testemunhas.

São Bento

do Sul, 28 de maio de 2015.

Ass: PEDRO IVO DIENER, como Chefe de Gabinete do Município.
TCA TRANSFORMAÇÕES VEICULARES LTDA, como Contratada.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 173/2015

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 173/2015

DA ESPÉCIE: Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Empreitada de nº 021/2015, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa IMPACTO ENGENHARIA LTDA, em 21 de JANEIRO de 2015, conforme Edital de Tomada de Preços nº 360/2014.

Considerando o objeto do Contrato nº 021/2015, que constitui no fornecimento de material e mão de obra e demais obrigações necessárias para revitalização da rede cicloviária e acessibilidade na Avenida dos Imigrantes e Rua Antonio Kaesemodel, conforme memorial descritivo, projetos e Contrato de Repasse nº 310.833-29/2009 - Ministério das Cidades/Caixa Econômica Federal, em anexo a Tomada de Preços 360/2014.

Item 1 – Fornecimento de material, mão de obra e demais obrigações necessárias para adequação acessibilidade Avenida dos Imigrantes, situada no Bairro Progresso, com extensão de aproximadamente 2.600m, conforme memorial descritivo, projetos e contrato de repasse nº 310.833-29/2009 Ministério das Cidades/CAIXA.

Considerando Ofício nº 04/2015 enviado pela Contratada em anexo a este Termo Aditivo, onde a mesma solicita prorrogação de prazo de execução e vigência da obra em virtude de atrasos ocorridos com o fornecedor de sinalização viária, o que acarretou atraso para a finalização da obra;

Diante do exposto, fazendo-se necessário prorrogar os prazos de execução e de vigência do referido Contrato com base no Art. 57, parágrafo 1º, inciso II, nos seguintes termos:

Fica prorrogado o prazo de execução do Contrato por 45 (quarenta e cinco) dias, a contar de 12 de junho de 2015 e com término em 26 de julho de 2015.

Fica prorrogada a vigência do Contrato por 45 (quarenta e cinco)

dias, a contar de 05 de setembro de 2015 e com término em 19 de outubro de 2015.

Nada mais havendo, assinam as partes em 02 (duas) vias de igual forma e idêntico teor, na presença das testemunhas.

São Bento do Sul, 09 de junho de 2015.

Ass: CÁSSIO LUIZ ZSCHOERPER, pela Secretaria de Planejamento e Urbanismo do Município.

KELLY THIEMANN, como Arquiteta e Urbanista.

IMPACTO ENGENHARIA LTDA, como Contratada.

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 11/2015 FMD

AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 011/2015 - F.M.D.

EXTRATO DE PROCESSO LICITATÓRIO

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 011/2015

OBJETO: Inexigibilidade para Fornecimento de 480 Passagens (Vale Transporte), Linha São Bento do Sul x Rio Negrinho, para Funcionário da Fundação Municipal de Desportos, pelo período de 12 (doze) meses, a partir de 01 de julho de 2015 à 30 de junho de 2016, conforme art. 25, caput, da Lei 8.666/93.

CONTRATADO: REUNIDAS TURISMO S/A.

VALOR: R\$ 2.059,20.

SÃO BENTO DO SUL, 23 de junho de 2015.

HÉLCIO CARLOS LIEBL

Presidente da Fundação

JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 11/2015 FMD

JUSTIFICATIVA

O presente instrumento de justificativa se presta a cumprir o contido no art. 26 da Lei 8.666/93 como antecedente necessário à contratação com Inexigibilidade de Licitação.

I – Objeto: FORNECIMENTO DE 480 PASSAGENS (VALE TRANSPORTE), LINHA SÃO BENTO DO SUL X RIO NENGRINHO, PARA FUNCIONÁRIO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS, pelo período de 12 (doze) meses, à partir de 01 de julho de 2015 à 30 de junho de 2016.

II – Contratado: REUNIDAS TURISMO S/A.

III - Caracterização da Situação que Justifica a Inexigibilidade: A Inexigibilidade de Licitação para o Fornecimento das Passagens (Vale Transporte) se funda no caput do art. 25 da Lei 8.666/93, e se justifica pela Inviabilidade de Competição, pois há apenas 1 (uma) Empresa que faz a linha São Bento do Sul – Rio Negrinho.

IV - Razão da Escolha do Fornecedor: A empresa contratada é a única Concessionária que executa a ligação Rodoviária Intermunicipal São Bento do Sul – Rio Negrinho, conforme Declaração do SETPESC (Sindicato das Empresas de Transporte de Passageiros no Estado de Santa Catarina), sendo, portanto, inviável a competição.

V - Justificativa do Preço: O preço contratado de R\$ 4,29 (quatro reais e vinte e nove centavos) por Passagem (Vale Transporte) fornecida é o praticado no mercado para os referidos Serviços.

Assim, submeto a presente justificativa à autoridade competente para os fins do art. 26 da Lei 8.666/93.

HÉLCIO CARLOS LIEBL

Presidente da Fundação

PORTARIA Nº 9450/2015

PORTARIA Nº 9450, DE 26 DE JUNHO DE 2015.

Demite empregada pública

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos do art. 139, III, da Lei nº 228/2001, e:

CONSIDERANDO o que consta dos autos dos Processos Administrativo Disciplinar 4611/2014, que observou adequadamente o princípio constitucional da ampla defesa;

CONSIDERANDO o relatório conclusivo da douta Comissão Disciplinar;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 139, inciso III e no artigo 143, inciso III, ambos da Lei Municipal nº 228/2001 (Estatuto dos Servidores) c/c Artigo 10, inciso IV, da Lei nº 11350/2006 e artigo 482, alínea "e" do Decreto-Lei nº 5.452/43 - CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), c/c o art. 10, inciso I, da Lei Federal nº 11.350/06;

CONSIDERANDO que a servidora encontrava-se em atestado médico até a data de 25 de junho de 2015:
RESOLVE:

Art. 1º APLICAR A PENA DE DEMISSÃO, a partir de 26 de junho de 2015, e RESCINDIR por justa causa unilateralmente o contrato da empregada pública, MARTA GAUDÊNCIO, agente comunitária de saúde, matrícula funcional nº 38628, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Fica revogada a Portaria nº 9408 de 22 de junho de 2015.

São Bento do Sul, 26 de junho de 2015.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

RESULTADO DE JULGAMENTO TOMADA DE PREÇO 08/2015 FMD

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

RESULTADO DE JULGAMENTO

TOMADA DE PREÇOS Nº 008/2015

A Fundação Municipal de Desportos do Município de São Bento do Sul torna público o Resultado da Licitação do EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 008/2015, tendo como objeto: FORNECIMENTO DE MATERIAL, MÃO DE OBRA E DEMAIS OBRIGAÇÕES NECESSÁRIAS PARA A AMPLIAÇÃO DAS INSTALAÇÕES DA PISCINA PÚBLICA MUNICIPAL, SITUADA NA RUA VIGANDO KOCH, S/N, CENTRO, MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL/SC, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, PROJETOS E TERMO DE COMPROMISSO Nº 0447.046-99/2014, PROCESSO Nº SR.2626.447.046-99/2014, o qual a Comissão após analisar detalhadamente as propostas julgou vencedora a empresa: JDI CONSTRUTORA LTDA – EPP.

São Bento do Sul, 29 de junho de 2015.

Hélcio Carlos Liebl

Diretor Presidente da FMD

TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 002/2015

TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 002/2015

TERMO DE CESSÃO DE USO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL E O ESTADO DE SANTA CATARINA, ATRAVÉS DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DE SANTA CATARINA - CBMSC.

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, situado na Rua Jorge Lacerda, nº 75, inscrito no CNPJ nº 86.051.398/0001-00, doravante denominado CEDENTE, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. FERNANDO TURECK, portador da Carteira de Identidade nº 2.923.561, CPF nº 033.667.519-40, e o ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina - CBMSC, situado à Rua Almirante Lamego, 381, Centro – Florianópolis, inscrito no CNPJ nº 06.096.391/0001-76, doravante denominado CESSIONÁRIO, neste ato representado por seu Comandante-Geral Coronel BM Onir Mocellin, portador do CPF nº 525.770.589-34, resolvem, por mútuo acordo, celebrar o presente Termo de Cessão de Uso, de acordo com as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente termo é a cessão de uso pelo CEDENTE em favor do CESSIONÁRIO, a título gratuito, o seguinte bem móvel adquirido com recursos do Convênio.

I – Marca Ford, Modelo Transit TCA Amb, combustível diesel, ano de fabricação/modelo 2009/2009, cor vermelha, chassi nº WF0XXXT9F9TR27552, placa MIA 2453, (ASU) Auto Socorro de Urgência, com todos os equipamentos obrigatórios, avaliado em R\$ 53.846,00 (cinquenta e três mil, oitocentos e quarenta e seis reais).

CLÁUSULA SEGUNDA - DA DESTINAÇÃO

O bem destina-se a manutenção e execução dos serviços de bombeiro militar, no Município de São Bento do Sul, ficando o CESSIONÁRIO responsável pelo fornecimento do pessoal necessário à execução desse serviço.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA UTILIZAÇÃO E DAS OBRIGAÇÕES**I - DO CESSIONÁRIO:**

- a) Usar o bem exclusivamente para o fim a que se destina;
- b) Não transferir ou ceder o bem a terceiros;
- c) Zelar pela guarda do bem, comunicando ao CEDENTE a ocorrência de qualquer acidente;
- d) Responsabilizar-se por eventuais transgressões à legislação de trânsito (ou análoga) e pelos efeitos dessas;
- e) Arcar com os custos de conservação, manutenção e reposição das peças necessárias à conservação e uso do bem, além de pagar todos os impostos e taxas incidentes sobre os bens deste termo.

II - DO CEDENTE:

- a) Arcar com os custos elencados na letra "e", item I, da cláusula terceira em casos de justificada emergência administrativo através do Fundo Municipal de Reequipamento do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina.
- b) Arcar com os custos elencados na letra "e", item I, da cláusula terceira para o bem descrito na cláusula primeira no ano de 2015 ou até que o CESSIONÁRIO tenha condições orçamentárias e financeiras para assumi-los, exceto quando em substituição a outro veículo (embarcação) cedido ao Estado.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas correrão à conta dos recursos do Convênio com o Município de São Bento do Sul e consignados no Orçamento do Fundo de Melhoria do Corpo de Bombeiros - FUMCBM.

CLÁUSULA QUINTA - DA CARACTERIZAÇÃO

Enquanto durar a presente Cessão de Uso o bem integrará a frota do CESSIONÁRIO, caracterizado por suas cores, símbolos e placas (licenças) específicos.

CLÁUSULA SEXTA - DA DEPRECIAÇÃO

Por conta do presente acordo, o objeto desta Cessão de Uso será utilizado no serviço de bombeiro, o qual será devolvido, quando da rescisão ou expiração deste instrumento, no estado que se encontrar, desgastado pelo seu uso.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA LEGISLAÇÃO

Este Termo de Cessão de Uso reger-se-á, no que couber, pelas normas estabelecidas no inciso IX do Artigo 8º da Constituição Estadual, Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações e na Lei Orgânica do Município de São Bento do Sul, de 05 de Abril de 1990, CAPÍTULO III - DA COMPETÊNCIA DO MUNICÍPIO, no seu Art. 8º - Ao município cabe exercer, em seu território, todas as competências que não lhe sejam vedadas pelas Constituições Federal e Estadual, e especialmente: no inciso - VII - firmar acordos, convênios e ajustes com o Estado, a União e outros municípios, para execução de suas Leis, serviços e decisões, desde que não afetem a soberania de seu povo, a intocabilidade dos direitos humanos, a não-ingerência recíproca nos assuntos internos dos municípios conveniados, e a emancipação e o progresso da sociedade

CLÁUSULA OITAVA - PRAZO E VIGÊNCIA

O presente Termo de Cessão de Uso vigorará por 5 (cinco) anos, a contar da data de assinatura, podendo ser denunciado a qualquer tempo se assim for do interesse de qualquer dos acordantes, mediante comunicação prévia de no mínimo 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA NONA - DOS TERMOS ADITIVOS

Este Termo de Cessão de Uso poderá ser alterado e/ou prorrogado através de Termos Aditivos, de comum acordo entre as partes.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

Para qualquer ação judicial que se originar deste instrumento, fica eleito o Foro da Comarca de Capital, renunciando as partes a qualquer outro, mesmo que mais privilegiado.

E assim, por estarem justos e acordes, assinam o presente termo em 3 (três) vias de igual teor, junto com duas testemunhas.

São Bento do Sul - SC ,

| | |
|---------------------------------------|---|
| FERNANDO TURECK Prefeito Municipal | Coronel BM – ONIR MOCELLIN Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina |
|---------------------------------------|---|

TESTEMUNHAS:

| | |
|--|---|
| PEDRO IVO DIENER Chefe de Gabinete CPF nº 020.084.599-34 | CLEUSA PICCOLI VIEIRA Assessora de Gabinete CPF nº 422.708.639-68 |
|--|---|

TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 003/2015

TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 003/2015

TERMO DE CESSÃO DE USO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL E O ESTADO DE SANTA CATARINA, ATRAVÉS DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DE SANTA CATARINA - CBMSC.

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, situado na Rua Jorge Lacerda, nº 75, inscrito no CNPJ nº 86.051.398/0001-00, doravante denominado CEDENTE, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. FERNANDO TURECK, portador da Carteira de Identidade nº 2.923.561, CPF nº 033.667.519-40, e o ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina - CBMSC, situado à Rua Almirante Lamego, 381, Centro – Florianópolis, inscrito no CNPJ nº 06.096.391/0001-76, doravante denominado CESSIONÁRIO, neste ato representado por seu Comandante-Geral Coronel BM Onir Mocellin, portador do CPF nº 525.770.589-34, resolvem, por mútuo acordo, celebrar o presente Termo de Cessão de Uso, de acordo com as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente termo é a cessão de uso pelo CEDENTE em favor do CESSIONÁRIO, a título gratuito, o seguinte bem móvel adquirido com recursos do Convênio.

I – Marca Mercedes Benz, Modelo SPRINTER 313 CDI, combustível diesel, ano de fabricação/modelo 2004/2005, cor vermelha, chassi nº 8AC9036625A925340, placa MIA 2453, (ASU) Auto Socorro de Urgência, com todos os equipamentos obrigatórios, avaliado em R\$ 50.720,00 (cinquenta mil, setecentos e vinte reais).

CLÁUSULA SEGUNDA - DA DESTINAÇÃO

O bem destina-se a manutenção e execução dos serviços de bombeiro militar, no Município de São Bento do Sul, ficando o CESSIONÁRIO responsável pelo fornecimento do pessoal necessário à execução desse serviço.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA UTILIZAÇÃO E DAS OBRIGAÇÕES**I - DO CESSIONÁRIO:**

- Usar o bem exclusivamente para o fim a que se destina;
- Não transferir ou ceder o bem a terceiros;
- Zelar pela guarda do bem, comunicando ao CEDENTE a ocorrência de qualquer acidente;
- Responsabilizar-se por eventuais transgressões à legislação de trânsito (ou análoga) e pelos efeitos dessas;
- Arcar com os custos de conservação, manutenção e reposição das peças necessárias à conservação e uso do bem, além de pagar todos os impostos e taxas incidentes sobre os bens deste termo.

II - DO CEDENTE:

- Arcar com os custos elencados na letra "e", item I, da cláusula terceira em casos de justificada emergência administrativo através do Fundo Municipal de Reequipamento do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina.
- Arcar com os custos elencados na letra "e", item I, da cláusula terceira para o(s) bem descrito na cláusula primeira no ano de 2015 ou até que o CESSIONÁRIO tenha condições orçamentárias e financeiras para assumi-los, exceto quando em substituição a outro veículo (embarcação) cedido ao Estado.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas correrão à conta dos recursos do Convênio com o município de São Bento do Sul e consignados no Orçamento do Fundo

de Melhoria do Corpo de Bombeiros - FUMCBM.

CLÁUSULA QUINTA - DA CARACTERIZAÇÃO

Enquanto durar a presente Cessão de Uso o bem integrará a frota do CESSIONÁRIO, caracterizado por suas cores, símbolos e placas (licenças) específicos.

CLÁUSULA SEXTA - DA DEPRECIAÇÃO

Por conta do presente acordo, o objeto desta Cessão de Uso será utilizado no serviço de bombeiro, o qual será devolvido, quando da rescisão ou expiração deste instrumento, no estado que se encontrar, desgastado pelo seu uso.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA LEGISLAÇÃO

Este Termo de Cessão de Uso reger-se-á, no que couber, pelas normas estabelecidas no inciso IX do Artigo 8º da Constituição Estadual, Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações e na Lei Orgânica do Município de São Bento do Sul, de 05 de Abril de 1990, CAPÍTULO III - DA COMPETÊNCIA DO MUNICÍPIO, no seu Art. 8º - Ao município cabe exercer, em seu território, todas as competências que não lhe sejam vedadas pelas Constituições Federal e Estadual, e especialmente: no inciso - VII - firmar acordos, convênios e ajustes com o Estado, a União e outros municípios, para execução de suas Leis, serviços e decisões, desde que não afetem a soberania de seu povo, a intocabilidade dos direitos humanos, a não-ingerência recíproca nos assuntos internos dos municípios conveniados, e a emancipação e o progresso da sociedade

CLÁUSULA OITAVA - PRAZO E VIGÊNCIA

O presente Termo de Cessão de Uso vigorará por 5 (cinco) anos, a contar da data de assinatura, podendo ser denunciado a qualquer tempo se assim for do interesse de qualquer dos acordantes, mediante comunicação prévia de no mínimo 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA NONA - DOS TERMOS ADITIVOS

Este Termo de Cessão de Uso poderá ser alterado e/ou prorrogado através de Termos Aditivos, de comum acordo entre as partes.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

Para qualquer ação judicial que se originar deste instrumento, fica eleito o Foro da Comarca de Capital, renunciando as partes a qualquer outro, mesmo que mais privilegiado.

E assim, por estarem justos e acordes, assinam o presente termo em 3 (três) vias de igual teor, junto com duas testemunhas.

São Bento do Sul - SC ,

| | |
|---------------------------------------|---|
| FERNANDO TURECK Prefeito Municipal | Coronel BM – ONIR MOCELLIN Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina |
|---------------------------------------|---|

TESTEMUNHAS:

| | |
|--|---|
| PEDRO IVO DIENER Chefe de Gabinete CPF nº 020.084.599-34 | CLEUSA PICCOLI VIEIRA Assessora de Gabinete CPF nº 422.708.639-68 |
|--|---|

VIGILÂNCIA SANITÁRIA - PROCESSOS Nº 13/19/23 - 2015

São Bento do Sul 19 de Junho de 2015
Decisão Final
Processo 13/2015

Secretaria Municipal de Saúde
Divisão de Vigilância Sanitária
Bonassi Supermercado Ltda
CNPJ 01.843.112/0001-77

Penalidade de Multa de 280 UFM

Luciane M K Scatolon
Diretora do Centro de Vigilância em Saúde

São Bento do Sul 18 de Junho de 2015

Decisão Final
Processo 19/2015

Secretaria Municipal de Saúde
Divisão de Vigilância Sanitária
Jorge Alexandre Rodrigues Tavares MEI
CNPJ 14.529.571/0001-22

Penalidade de Advertência

Luciane M K Scatolon
Diretora do Centro de Vigilância em Saúde

São Bento do Sul 23 de Junho de 2015

Decisão Final
Processo 23/2015

Secretaria Municipal de Saúde
Divisão de Vigilância Sanitária
Hospital e Maternidade Sagrada Família
CNPJ 84.942.887/0003-99

Penalidade de Advertência

Luciane M K Scatolon
Diretora do Centro de Vigilância em Saúde

São Domingos

PREFEITURA

DEC 1987 DE 21 05 15 FIXA PONTOS DE ESTACIONAMENTO DE VEÍCULOS TIPO TÁXI E MOTOTÁXI

DECRETO Nº 1987, de 21 de maio de 2015.

Fixa pontos de serviço de veículos utilitários tipo Táxi e Mototáxi, com respectivos locais e números de vagas no Município de São Domingos (SC).

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal de 28/09/90, atualizada e Lei nº 1752, de 12/12/2014;

· Considerando que compete ao município, privativamente, legislar sobre assuntos de interesse local quanto aos Transportes e Vias Públicas, principalmente para explorar os serviços de transporte coletivo de passageiros por ônibus e de táxis diretamente ou mediante concessão ou permissão;

· Considerando a necessidade de indicar os pontos de serviço de táxi e mototáxi, servindo como local de estacionamento e como referencial para os usuários;

· Considerando a necessidade de realização de processo licitatório para a concessão de direitos de exploração dos serviços de transporte individual de passageiros neste município;

· Considerando a demanda atual de usuários;

DECRETA:

Art. 1º Fica fixado o número de pontos de estacionamento de veículos utilitários tipo táxi e mototáxi, neste Município de São Domingos (SC), com 14 (quatorze) vagas, conforme indicação descrita a seguir:

I. Um ponto privativo, com duas vagas para táxi e uma vaga para mototáxi, no Terminal Rodoviário de Passageiros;

II. Um ponto privativo, com uma vaga para táxi, na Rua Getúlio Vargas, entre a Rua Ricardo Bortoli e a SC - 480, próximo à Praça Diogo Ribeiro, no Bairro Ari Bortoli;

III. Um ponto privativo, com duas vagas para táxi e uma vaga para mototáxi, na Rua Benjamin Constant, entre as Ruas Rui Barbosa e Brasil;

IV. Um ponto privativo, com uma vaga para táxi, no Distrito de Maratá, na Rua Idílio Comachio, em frente ao Pavilhão Comunitário;

V. Um ponto privativo, com uma vaga para táxi, no Distrito de Vila Milani, na SC-156 esquina com a Avenida n. 03, próximo ao Posto de Combustível Brasil;

VI. Um ponto privativo, com uma vaga para táxi, em Linha Santo Antonio, próximo à mercearia de Gilmar Aquiles Marmentini;

VII. Um ponto privativo, com duas vagas para táxi, na Rua Amazonas, entre as Ruas Campolin Palma de Mattos e Santa Maria, em frente ao Centro de Saúde Santa Paulina;

VIII. Um ponto privativo, com uma vaga para táxi, no Bairro Esperança, na Rua Osvaldo Aranha esquina com a Rua São Domingos, próximo à Unidade Básica de Saúde;

IX. Um ponto privativo, com uma vaga para táxi, no Bairro Esperança, na Rua XV de Novembro esquina com a Rua Curitiba, próximo ao Loteamento Vida Nova.

Art. 2º O Município providenciará a demarcação, com placas indicativas, dos locais destinados ao estacionamento e pontos de referência dos táxis e mototaxis.

Art. 3º As despesas provenientes do cumprimento deste decreto correrão por conta das dotações constantes no orçamento geral do município.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Fica revogado o Decreto nº 172, de 06 de março de 2009.

São Domingos (SC), 21 de maio de 2015.

Alcimar de Oliveira

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

DEC 2009 DE 24 06 2015 CONVOCA CONFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

DECRETO Nº 2009 DE 25 DE JUNHO DE 2015.

Dispõe sobre a convocação da VII Conferência Municipal de Assistência Social.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal de 28/09/90, atualizada; pela Lei Complementar Municipal nº. 0018, de 28/01/08 atualizada; e:

· Considerando a Resolução CNAS nº 4, de 13 de abril de 2015, do Conselho Nacional de Assistência Social, que orienta sobre a realização das Conferências de Assistência Social;

· Considerando a Resolução nº 005, de 16 de junho de 2015 do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, que define o período para a realização da VII Conferência Municipal de Assistência Social;

· Considerando o disposto no artigo 116B da Lei Orgânica Municipal, de 28/09/1990, atualizada, que assim estabelece:

“Art. 116 B. É obrigatória a realização de conferências nas áreas da saúde, assistência social, criança e adolescente, meio ambiente e política urbana, com periodicidade, procedimentos e forma de convocação disciplinados em lei municipal”;

· Considerando a necessidade de avaliar e propor diretrizes para a implementação da Política de Assistência Social no município;

· Considerando deliberação do Conselho Municipal de Assistência Social, em decisão proferida na última reunião do dia 08 de junho do corrente ano;

· Considerando a solicitação do Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social, Sr. Valter Adílio Lessa;

DECRETA:

Art. 1º Fica convocada a VII Conferência Municipal de Assistência Social, a ser realizada no dia 21 de julho de 2015, às 08h15min, no Centro de Múltiplo Uso de São Domingos/SC, tendo como tema central: “CONSOLIDAR O SUAS DE VEZ, RUMO A 2026”.

Art. 2º As normas de organização e funcionamento da Conferência, serão deliberadas pelo Conselho Municipal de Assistência Social em regimento interno.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, correrão por conta de dotação própria do orçamento do órgão gestor municipal de assistência social.

Art. 4º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

São Domingos/SC, 25 de junho de 2015.

Alcimar de Oliveira

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz

Secretária de Administração e Fazenda

São João do Oeste

PREFEITURA

INEX. 09/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

Processo de Inexigibilidade de Licitação nº 09.2015. Proc. Licit. 092/2015. Edital de Chamamento Público para Credenciamento. Credenciamento: a partir do dia 01 de Julho de 2015 até 30 de Julho de 2015.

OBJETO: O objeto da presente Chamada Pública é a de aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, para o atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE.

Vigência: até 30.09.2015 – contados a partir do credenciamento. Maiores informações e cópia do edital junto ao setor de licitações e compras da Prefeitura Municipal sito à Rua Encantado, 66, centro – São João do Oeste e ou pelo fone (49) 3636.1122 no horário de expediente.

São João do Oeste, SC, 29 de junho de 2015.

SÉRGIO LUIS THEISEN
PREFEITO MUNICIPAL.

PP 41/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 93/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 041/2015 – Exclusivo para empresas MPES – conforme LC 147/14

O Município de São João do Oeste torna público e para o conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, conforme descrito a seguir:

OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios para o Programa Municipal de Alimentação Escolar e Mais Educação do Município de São João do Oeste.

Tipo: menor preço por item.

Entrega dos envelopes até as 08:30 horas do dia 10 de julho de 2015 e abertura no mesmo dia e horário, no setor de compras e licitações da Prefeitura Municipal. Maiores informações e cópia do edital junto ao setor de licitações e compras da Prefeitura Municipal sito à Rua Encantado, 66, centro – São João do Oeste, pelo fone (49) 3636.1122 no horário de expediente ou pelo e-mail compras@saojoao.sc.gov.br.

São João do Oeste, SC, 29 de junho de 2015.

SÉRGIO LUIS THEISEN
PREFEITO MUNICIPAL.

PP 42/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 94/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 042/2015 – Exclusivo para empresas MPES(ME, EPP e MEI) – conforme LC 147/14

O Município de São João do Oeste torna público e para o conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com sistema de registro de preços, conforme descrito a seguir:

OBJETO: Contratação de serviços de levantamento topográfico de ruas do Município e serviços de medição para fins de demarcação de limites de lotes Municipais.

Tipo: menor preço por item.

Entrega dos envelopes até as 14:00 horas do dia 10 de Julho de 2015 e abertura no mesmo dia e horário, no setor de compras e licitações da Prefeitura Municipal. Maiores informações e cópia do edital junto ao setor de licitações e compras da Prefeitura Municipal sito à Rua Encantado, 66, centro – São João do Oeste, pelo fone (49) 3636.1122 no horário de expediente ou pelo e-mail compras@saojoao.sc.gov.br.

São João do Oeste, SC, 29 de junho de 2015.

SÉRGIO LUIS THEISEN
PREFEITO MUNICIPAL.

São João do Sul

PREFEITURA

EXTRATO DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS DE SERVIÇO TEMPORÁRIO DO MÊS DE MAIO DE 2015

EXTRATO DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS DE SERVIÇO TEMPORÁRIO DO MÊS DE MAIO DE 2015

CONTRATO Nº 145/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

CONTRATADO: BRUNO ROSA CONSTANTE

OBJETO: Prestação de serviços na função de Professor Educador Físico na Secretaria Municipal de Saúde, deste Município, com carga horária de 20h/semanais.

VIGÊNCIA: de 04/05/2015 a 30/12/2015

VALOR MENSAL: R\$: 1.036,27

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº 1616/2011 e conforme Portaria Nº 719/GM/MS de 07 de abril de 2011

São João do Sul, em 04 de maio de 2015.

CONTRATO Nº 146/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

CONTRATADO: VANESSA SCANDOLRA MAGNUS

OBJETO: Prestação de serviços na função de Professora no CEJA Vereadora Rita Quadros da Secretaria Municipal de Educação, deste Município, com carga horária de 10h/semanais.

VIGÊNCIA: de 04/05/2015 a 21/12/2015

VALOR MENSAL: R\$: 518,14

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº 1616/2011 e Lei Ordinária Municipal nº. 005/2009

São João do Sul, em 04 de maio de 2015.

CONTRATO Nº 147/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

CONTRATADO: SIMONI PEREIRA LUMMERTZ

OBJETO: Prestação de serviços na função de Professora de Interprete de Libras na Sala de Recursos da Secretaria Municipal de Educação, deste Município, com carga horária de 10h/semanais.

VIGÊNCIA: de 04/05/2015 a 21/12/2015

VALOR MENSAL: R\$: 518,14

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº 1616/2011 e Lei Ordinária Municipal nº. 005/2009

São João do Sul, em 04 de maio de 2015.

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA

Prefeito Municipal Em Exercício

Publicado e registrado nesta Secretaria aos quatro dias do mês de maio do ano de dois mil e quinze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER

Secretário Municipal de Administração

CONTRATO Nº 148/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

CONTRATADO: MARISETE MEDEIROS DO NASCIMENTO

OBJETO: Prestação de serviços na função de Auxiliar de Ensino no CEI. Professor João Vitorino Lopes da Secretaria Municipal de Educação, deste Município, com carga horária de 30h/semanais.

VIGÊNCIA: de 07/04/2015 a 20/05/2015

VALOR MENSAL: R\$: 1.439,26

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº 1616/2011 e Lei Ordinária Municipal nº. 005/2009

São João do Sul, em 07 de maio de 2015.

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA

Prefeito Municipal Em Exercício

Publicado e registrado nesta Secretaria aos sete dias do mês de maio do ano de dois mil e quinze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER

Secretário Municipal de Administração

CONTRATO Nº 149/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

CONTRATADO: ERONILDO PORTO DE OLIOVEIRA

OBJETO: Prestação de serviços na função de Operador de Equipamentos na Secretaria Municipal de Obras e Serviços, deste Município, com carga horária de 40h/semanais.

VIGÊNCIA: de 11/05/2015 a 30/12/2015

VALOR MENSAL: R\$: 1.062,40

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº 1616/2011 e Lei Ordinária Municipal nº. 006/2012

São João do Sul, em 11 de maio de 2015.

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA

Prefeito Municipal Em Exercício

Publicado e registrado nesta Secretaria aos onze dias do mês de maio do ano de dois mil e quinze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER

Secretário Municipal de Administração

CONTRATO Nº 150/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

CONTRATADO: LENILDA PORTO DE OLIVEIRA

OBJETO: Prestação de serviços na função de Auxiliar de Serviços Gerais no CEI. Paraíso da Criança da Secretaria Municipal de Educação, deste Município, com carga horária de 40h/semanais.

VIGÊNCIA: de 12/05/2015 a 25/05/2015

VALOR MENSAL: R\$: 789,61

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº 1616/2011 e Lei Ordinária Municipal nº. 005/2009

São João do Sul, em 12 de maio de 2015.

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA

Prefeito Municipal Em Exercício

Publicado e registrado nesta Secretaria aos doze dias do mês de maio do ano de dois mil e quinze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER

Secretário Municipal de Administração

CONTRATO Nº 151/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

CONTRATADO: JESIEL REZENDE DA SILVA

OBJETO: Prestação de serviços na função de Motorista II na Secretaria Municipal de Educação, deste Município, com carga horária de 40h/semanais.

VIGÊNCIA: de 13/05/2015 a 21/12/2015

VALOR MENSAL: R\$: 974,60

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº 1616/2011 e Lei Ordinária Municipal nº. 006/2012

São João do Sul, em 13 de maio de 2015.
MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA
Prefeito Municipal Em Exercício

Publicado e registrado nesta Secretaria aos treze dias do mês de maio do ano de dois mil e quinze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER
Secretário Municipal de Administração

CONTRATO Nº 152/2015
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL
CONTRATADO: CARLA CARDOS NICHELE
OBJETO: Prestação de serviços na função de Auxiliar de Ensino na EEB. Sertão do Piritu da Secretaria Municipal de Educação, deste Município, com carga horária de 20h/semanais.
VIGÊNCIA: de 25/05/2015 a 19/11/2015
VALOR MENSAL: R\$: 959,50
FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº 1616/2011 e Lei Ordinária Municipal nº. 005/2009

São João do Sul, em 25 de maio de 2015.
MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA
Prefeito Municipal Em Exercício

Publicado e registrado nesta Secretaria aos vinte e cinco dias do mês de maio do ano de dois mil e quinze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER
Secretário Municipal de Administração

CONTRATO Nº 153/2015
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL
CONTRATADO: LENILDA PORTO DE OLIVEIRA
OBJETO: Prestação de serviços na função de Auxiliar de Serviços Gerais no CEI. Paraíso da Criança da Secretaria Municipal de Educação, deste Município, com carga horária de 40h/semanais.
VIGÊNCIA: de 27/05/2015 a 21/12/2015
VALOR MENSAL: R\$: 789,61
FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº 1616/2011 e Lei Ordinária Municipal nº. 005/2009

São João do Sul, em 27 de maio de 2015.
MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA
Prefeito Municipal Em Exercício

Publicado e registrado nesta Secretaria aos vinte e sete dias do mês de maio do ano de dois mil e quinze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº. 098 DE 06 DE MAIO DE 2015.

PORTARIA Nº. 098 DE 06 DE MAIO DE 2015.
"PROGRESSÃO FUNCIONAL POR DESEMPENHO PROFISSIONAL"

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA, Prefeito Municipal em exercício, de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 55, da Lei Orgânica do Município c/c de acordo com a alínea "b" do artigo 42 e - 2º do mesmo artigo, da Lei Complementar 05/2009, Plano de Cargos e Carreira do Magistério Público Municipal;

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional por Desempenho Profissional, aos membros do Magistério Público Municipal, como segue:

01 - Adriana dos Santos Lopes da Rosa – Auxiliar de Ensino, Nível

MAG – 08/C, para 08/D;
02 - Adriana Fagundes dos Santos Peres – Professor, Nível MAG – 09/A, para 09/B;
03 - Adriana Raupp da Rosa – Auxiliar de Serviços Gerais, Nível SGE I – 07/H, para 07/I;
04 - Alessandra Scariot Bendo – Professor, Nível MAG III – 08/C para MAG III – 8/D;
05 - Angela Maria Ribeiro Magnus – Auxiliar de Serviços Gerais, Nível SGE I – 04/H, para 04/I;
06 - Avani Alexandre Pereira - Auxiliar de Serviços Gerais, Nível SGE I- 08/A, para 08/B;
07 - Clamilla Bauer Borba Ramos – Auxiliar de Ensino da Educação, Nível MAG – 08B, para 08/C;
08 - Claudia Maria E. Bauer - Auxiliar de Serviços Gerais, Nível SGE I – 07/F, para 07/G;
09 - Claudio Junior L. da Rocha – Auxiliar Administrativo Escolar, Nível MAG - 04/G, para 04/H;
10 - Daniela Scandolara Mauricio Scariot – Professor, Nível MAG III – 08/B para MAG III – 08/C;
11 - Elizandra Perdoná Donadel – Professor, Nível MAG III – 07/G para MAG III – 07/H;
12 - Fabricia de Jesus Rodrigues Alves – Professor, Nível MAG III – 08/B para MAG III – 08/C;
13 - Grasiela Scheffer Bauer da Silva – Professor, Nível MAG III – 08/G para MAG III – 08/H;
14 - Izoé Dinorá Ribeiro Fidelis – Professor, Nível MAG III – 07/H para MAG III – 07/I;
15 - Janice Coelho Padilha Terra – Auxiliar de Serviços Gerais, Nível SGE I – 07/J, para 08/A;
16 - Janice Santos Alexandre – Auxiliar de Serviços Gerais, Nível SGE I – 07/G para SGE – 07/H;
17 - João Batista Cardoso – Professor, Nível MAG III – 08/E para MAG III – 08/F;
18 - Jucilane de Sena Cristiano – Professor, Nível MAG III – 08/G para MAG III – 08/H;
19 - Juciléia Camilo Moraes Scandolara – Professor, Nível MAG III – 08/H para MAG III – 08/I;
20 - Lilian Sombrio Delfino - Professor, Nível MAG III – 10/G para MAG III – 10/H;
21 - Lucia Trombim Guilherme - Professor, Nível MAG III – 08/C para MAG III – 08/D;
22 - Luiz Citadim Marques – Professor, Nível MAG III – 07/J para MAG III – 08/A;
23 - Marcia Adriana L. Machado – Auxiliar de Ensino, Nível MAG – 05/G, para 05/H;
24 - Maria de Fatima Cardoso Cheruti – Professor, Nível MAG III – 09/F para MAG III – 09/G;
25 - Maria Elizete Eugênio da Silva – Auxiliar de Serviços Gerais, Nível SGE I – 09/A, para 09/B;
26 - Maria Helena Scheffer Domingos – Professor, Nível MAG III – 08/J para MAG III – 09/A;
27 - Marilane de Souza Lopes Colares – Professor, Nível MAG III – 08/J para MAG III – 09/A;
28 - Marilene Cardoso Carlos – Professor, Nível MAG III – 07/G para MAG III – 07/H;

35 - Marizete Moreto Pia – Professor, Nível MAG III – 08/H para MAG III – 08/I;
36 - Nelci da Silva Lummertz – Professor, Nível MAG III – 08/H para MAG III – 08/I;
37 - Nilda Francisco de Oliveira – Professor, Nível MAG III – 08/J para MAG III – 09/A;
38 - Nilsilene Aparecida Borges - Professor, Nível MAG III – 08/I para MAG III – 08/J;
39 - Patricia Rocha da Silva – Auxiliar Administrativo Escolar, Nível MAG II- 01/F, para 01/G;
40 - Patricia Santana Dias - Professor, Nível MAG III – 07/E para MAG III – 07/F;
41 - Quetilane S. de Carvalho Cardoso – Professor, Nível MAG III

– 07/F para MAG III – 07/G;
42 - Rita Aparecida da Silva Laureano – Professor, Nível MAG III – 07/F para MAG III – 07/G;
44 - Rosangela Santos Bauer Cardoso – Professor, Nível MAG III – 08/G para MAG III – 08/H;
45 - Sabrina Borba de Souza Teixeira - Professor, Nível MAG III – 07/D para MAG III – 07/E;
46 - Sandra Regina de S. Kraemer – Auxiliar de Serviços Gerais, Nível SGE I – 07/I, para 07/J;
47 - Sandra Scandolar da Silva – Psicólogo, Nível TSE I – 05/A para TSE I – 05/B;
48 - Silvana da R. Lentz Domingos– Auxiliar de Serviços Gerais, Nível SGE I – 07/F, para 07/G;
49 - Simoni Pereira Lummertz Muller – Professor, Nível MAG III – 08/G para MAG III – 08/H;
50 - Solange Maria Sala Brocca– Professor, Nível MAG III – 09/G para MAG III – 09/H;
51 - Valdete Fraga Magnus — Professor, Nível MAG III – 08/G para MAG III – 08/H;
52 - Vanessa Scandolar Magnus – Auxiliar Administrativo Escolar, Nível MAG- 07/F, para 07/G;
53 - Viviana Maciel da Silva – Professor Nível MAG III – 08/F para MAG III – 08/G;
54 - Zildete Magnus Fraga – Professor Nível MAG III – 08/H para MAG III – 08/I;
55 - Zaneide de Matos Clezar - - Professor, Nível MAG III – 07/D para MAG III – 07/E;
56 - Zanilda Terezinha Scheffer Machado - Professor, Nível MAG III – 08/H para MAG III – 08/I.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
em 06 de maio de 2015.

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA
Prefeito Municipal em Exercício

Publicada e Registrada nesta Secretaria aos seis dias do mês de maio do ano de dois mil e quinze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº. 099 DE 06 DE MAIO DE 2015.

PORTARIA Nº. 099 DE 06 DE MAIO DE 2015.
"CONCEDE GRATIFICAÇÃO"

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA, Prefeito Municipal em exercício, de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 55, da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei nº. 1672 de 26 de junho de 2013;

RESOLVE:

Conceder Gratificação, nível G-10, para o Servidor PAULO RICARDO TEIXEIRA BITENCOURT, ocupante da função de Motorista I, para exercer atividade de Encarregado de Serviço II, a conta da presente data.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
em 06 de maio de 2015.

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA
Prefeito Municipal em Exercício

Publicada e Registrada nesta Secretaria aos seis dias do mês de maio do ano de dois mil e quinze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº. 100 DE 14 DE MAIO DE 2015.

PORTARIA Nº. 100 DE 14 DE MAIO DE 2015.
"CONCEDE LICENÇA PRÊMIO"

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA, Prefeito Municipal em exercício de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o inciso V do artigo 55, da Lei Orgânica do Município c/c o artigo 71 da Lei 1063, de 01 de novembro de 2002 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, alterado pela Lei nº 1551 de 10 de agosto de 2010;

RESOLVE:

Conceder Licença Prêmio para a servidora ROSISTEL MATOS MAGNUS, ocupante do Cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais da Educação, por 60 (sessenta) dias, no período de 14/05/2015 a 13/07/2015, referente ao período aquisitivo 2010 a 2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
em 14 de maio de 2015.

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA
Prefeito Municipal em Exercício

Publicada e Registrada nesta Secretaria aos quatorze dias do mês de maio do ano de dois mil e quinze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº. 101 DE 19 DE MAIO DE 2015.

PORTARIA Nº. 101 DE 19 DE MAIO DE 2015.

"CESSA EFEITOS DA PORTARIA Nº. 106 DE 02 DE JULHO DE 2014"

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA, Prefeito Municipal em exercício, de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 55, da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Cessar os efeitos da Portaria nº 106 de 02 de julho de 2014, que nomeou a servidora MARIA DE FÁTIMA ESPINDOLA DOS SANTOS, para o cargo em comissão de Gerente de Compras e Licitação, a contar da presente data.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
em 19 de maio de 2015.

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA
Prefeito Municipal em Exercício

Publicada e Registrada nesta Secretaria aos dezoito dias do mês de maio do ano de dois mil e quinze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº. 103 DE 25 DE MAIO DE 2015.

PORTARIA Nº. 103 DE 25 DE MAIO DE 2015.

"CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE"

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA, Prefeito Municipal em exercício de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei 1551 de 10 de agosto de 2010, que altera a redação do art. 74 da Lei 1063, de 01 de outubro de 2002 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

RESOLVE:

Conceder Licença Maternidade para a Servidora CRISTINA HOF-FMAN SELAU CÂNDIDO, ocupante do cargo de Auxiliar de Ensino, por 180 dias, no período de 25/05/2015 a 20/11/2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
em 25 de maio de 2015.

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA
Prefeito Municipal em Exercício

Publicada e Registrada nesta Secretaria aos vinte e cinco dias do mês de maio do ano de dois mil e quinze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº. 104 DE 25 DE MAIO DE 2015.

PORTARIA Nº. 104 DE 25 DE MAIO DE 2015.

"CONCEDE GRATIFICAÇÃO POR TEMPO DE SERVIÇO"

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA, Prefeito Municipal em exercício de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o inciso V do Art. 55 da Lei Orgânica do Município c/c artigo 68 da Lei Complementar 005/2009;

RESOLVE:

Conceder gratificação de 3% (três por cento), sobre o vencimento do cargo de Professor para a servidora VIVIANA MACIEL DA SILVA, referente ao período aquisitivo 2010/2015:

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
em 25 de maio de 2015.

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA
Prefeito Municipal em Exercício

Publicada e Registrada nesta Secretaria aos vinte e cinco dias do mês de maio do ano de dois mil e quinze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER
Secretária Municipal de Administração

São Joaquim

PREFEITURA

PROCESSO 20/2015- FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO Nº 20/2015

PREGÃO PRESENCIAL 17/2015 – REGISTRO DE PREÇO

OBJETO: Aquisição de material gráfico para o uso do Fundo Municipal de Saúde . Tipo: Menor Preço por Item

Abertura: 13/07/2015 às 09h:30 min.

O Processo será regido pela Lei nº 8.666/93, em especial pelo contido no edital. Interessados poderão obter a cópia do edital, no Dep. de Compras no prédio da Prefeitura, horário de expediente ou ainda solicitar pelo e-mail pmsj_licitacao@hotmail.com inf. (49)3233-0411.

São Joaquim, 29 de junho de 2015.

Humberto Luiz Brighenti

Prefeito Municipal

PROCESSO 21/2015- FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO Nº 21/2015

PREGÃO PRESENCIAL 18/2015 – REGISTRO DE PREÇO

OBJETO: Aquisição de pneus para serem utilizados na frota do Fundo Municipal de Saúde.

Tipo: Menor Preço por Item

Abertura: 13/07/2015 às 14:00 horas

O Processo será regido pela Lei nº 8.666/93, em especial pelo contido no edital. Interessados poderão obter a cópia do edital, no Dep. de Compras no prédio da Prefeitura, horário de expediente ou ainda solicitar pelo e-mail pmsj_licitacao@hotmail.com inf. (49)3233-0411.

São Joaquim, 29 de junho de 2015.

Humberto Luiz Brighenti

Prefeito Municipal

PROCESSO 22/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO Nº 22/2015

PREGÃO PRESENCIAL 19/2015 – REGISTRO DE PREÇO

OBJETO: Contratação de empresa especializada em manutenção de equipamentos Odontológicos em todas as unidades de Saúde inclusive do interior.

Tipo: Menor Preço por Item

Abertura: 14/07/2015 às 14:00 horas

Valor estimado: R\$: 20.160,00

O Processo será regido pela Lei nº 8.666/93, em especial pelo contido no edital. Interessados poderão obter a cópia do edital, no Dep. de Compras no prédio da Prefeitura, horário de expediente ou ainda solicitar pelo e-mail pmsj_licitacao@hotmail.com inf. (49)3233-0411.

São Joaquim, 29 de junho de 2015.

Humberto Luiz Brighenti

Prefeito Municipal

PROCESSO 72/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM

PROCESSO Nº 72/2015

PREGÃO PRESENCIAL : 28/2015

NOVA DATA DE ABERTURA

A Prefeitura Municipal de São Joaquim COMUNICA que a NOVA DATA de Abertura da Licitação para Contratação de empresa especializada para fornecimento de licença de uso de aplicativos de gestão pública, com acesso simultâneo de usuários, e que atenda as especificações técnicas, os quantitativos e os serviços técnicos correlatos. Foi transferida para às 09h:30min. do dia 16/07/2015. O motivo da mudança de data são alterações feitas nos itens a serem licitados, interessados poderão obter a cópia do novo edital, no Dep. de Compras no prédio da Prefeitura, horário de expediente ou ainda solicitar pelo e-mail pmsj_licitacao@hotmail.com inf. (49)3233-0411.

São Joaquim, 29 de junho de 2015

Humberto Luiz Brighenti

Prefeito Municipal.

São José

PREFEITURA

CONTRATO/CT: Nº 103/2015 – PR 021/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Contrato/CT: nº 103/2015 – PR 021/2015 – Processo 044/2015
- Contratado: MM COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA ME. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE SECADORES DE MÃOS SENSORIZADOS PARA SEREM UTILIZADOS NO CENTRO ADMINISTRATIVO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC. Prazo: O prazo de vigência contratual é de 60 (sessenta) dias, contados da data de assinatura deste termo. Valor: R\$ 29.136,00 (vinte e nove mil, cento e trinta e seis reais). Data da Assinatura do Contrato: 11 de junho de 2015.

DECRETO Nº 4657/2015

DECRETO Nº 4657/2015
REVOGA DESIGNAÇÃO DE FUNÇÃO GRATIFICADA DE DIRETOR DE UNIDADE ESCOLAR.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica revogada, a pedido, a designação da servidora SILVIA PATRICIA MACHADO FARIA, para exercer a função gratificada de Diretora da Escola Profissional Deolinda dos Santos Farias, no valor de R\$ 1.600,00, com carga horária de 40 horas semanais e lotação na Secretaria Municipal de Educação, nos termos da Lei Complementar nº 059, de 13 de dezembro de 2013.

Art. 2º – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 16 de junho de 2015.

Paço Municipal em São José (SC), 23 de junho de 2015.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

MÉRI TEREZINHA DE MELO HANG
Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 4669/2015

DECRETO Nº 4669/2015
ALTERA O DECRETO 645 DE 14 DE MARÇO DE 2013, QUE NO-
MEOU O CONSELHO MUNICIPAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NO
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições, conferidas pelo art. 62 da Lei Orgânica do Município, combinado com a Lei Federal Nº 11947/2009 e a Resolução FNDE nº 38/2009,

DECRETA:

Art. 1º - O Artigo 1º do decreto 645 de 14 de março de 2013, que nomeou o Conselho Municipal de Alimentação Escolar no Município de São José, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º O Conselho Municipal de Alimentação Escolar passará a ter a seguinte composição:

I – Representantes do Poder Executivo:

- a) Titular: Gisele Corrêa Costa;
- b) Suplente: Vera Lúcia Sabino.

II – Representantes dos Professores:

- a) Titular: Lucia Vieira;
- b) Titular: Daniele Carvalho dos Santos;
- c) Suplente: Ivan Gabriel dos Santos;
- d) Suplente: Nerzi Maria de Souza Rodrigues.

III – Representantes dos Pais e Alunos:

- a) Titular: Rosí Elaine Rodrigues Ramos;
- b) Titular: Débora Klaes;
- c) Suplente: Adriana Bernadete Pires;
- d) Suplente: Simone Érica Bento Medeiros.

IV – Representantes da Sociedade Civil:

- a) Titular: Olga Maria Reis;
- b) Titular: Edenilda Dutra Lunardelli;
- c) Suplente: Yara Lents Alves;
- d) Suplente: Maria Edith Bridon da Silva. ” (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 25 de junho de 2015.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

MÉRI TEREZINHA DE MELO HANG
Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 4671/2015

DECRETO Nº 4671/2015
estabelece o regimento GERAL DO PROCESSO DE REELABORAÇÃO DO PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DE SÃO JOSÉ e dá outras providências

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, da Lei Orgânica Municipal, e CONSIDERANDO que o plano diretor é o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbanos, sendo parte integrante do processo de planejamento municipal; CONSIDERANDO que o Poder Executivo Municipal de São José está promovendo, o Processo de Reelaboração do Plano Diretor Participativo de São José; CONSIDERANDO a necessidade de se definir de forma sistematizada as atribuições de grupos de trabalho internos e de apoio à Prefeitura Municipal, bem como a necessidade de se definir um regimento geral, prevendo as regras de participação e controle social no aludido Processo de Reelaboração;

DECRETA:

Art. 1.º - Fica estabelecido o Regimento Geral do Processo de Reelaboração do Plano Diretor Participativo de São José, na forma dos dispositivos em anexo.

Art. 2.º - Ficam revogados os Decretos Municipais 3232/2014 e 3363/2014.

Art. 3.º - O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Paço municipal em São José (SC), 25 de junho de 2015

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

regimento GERAL do processo de reelaboração do Plano Diretor PARTICIPATIVO de São José/SC

CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS, FINALIDADES E ÂMBITOS DE ATUAÇÃO

Art. 1.º - O presente regimento tem por finalidade regulamentar o processo participativo de reelaboração do Plano Diretor do Município de São José, Estado de Santa Catarina, de forma a garantir:

I - a promoção de instâncias e mecanismos de diálogo e participação social;

II - o estabelecimento de regras claras, validadas coletivamente e que vigorem durante todo o processo de reelaboração;

III - a disponibilização e a produção de informações sobre a realidade do Município;

IV - a combinação de estudos técnicos com a visão da sociedade sobre o Município por ela desejado, resultante do processo de participação social, regulamentando o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança, do bem-estar dos cidadãos e do equilíbrio ambiental, respeitada a legislação aplicável.

- 1.º - Plano Diretor é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana, parte integrante do processo de planejamento municipal, integrador das políticas públicas, especialmente ordenamento territorial, moradia e regularização fundiária, saneamento ambiental, transporte e mobilidade, proteção e defesa civil.

- 2.º - O projeto de lei complementar do Plano Diretor Participativo do Município de São José é matéria de iniciativa do Poder Executivo Municipal, contando com participação e controle social em todas as fases do processo de reelaboração.

CAPÍTULO II - DOS OBJETIVOS DO PROCESSO

Art. 2.º - O processo de reelaboração do Plano Diretor do Município de São José tem por objetivo:

I - criar e ampliar canais de participação e controle social por parte dos cidadãos e das instâncias representativas dos vários segmentos sociais;

II - tornar transparentes, inclusivos e acessíveis os processos de planejamento e gestão da política urbana;

III - promover ações de capacitação de representantes da sociedade, escolhidos em eventos comunitários e setorial, para que possam atuar como delegados nos processos decisórios relativos ao planejamento e gestão da política urbana;

IV - contribuir para identificar as prioridades da sociedade civil aplicáveis ao planejamento urbano;

V - acompanhar, avaliar e articular projetos, programas e políticas públicas, na reelaboração do Plano Diretor de São José, especialmente verificando limites e possibilidades de articulação com programas e políticas públicas aplicáveis ao planejamento urbano;

VI - buscar a continuidade entre o processo de planejamento e o de implementação, de forma a impedir a descaracterização das diretrizes urbanísticas do Município que serão estabelecidas.

CAPÍTULO III - DAS ETAPAS DO PROCESSO

Art. 3.º - No âmbito do Poder Executivo municipal, o processo participativo de reelaboração do Plano Diretor do Município de São José será dividido nas seguintes etapas:

I - Etapa 1, denominada "Preparação do Processo de Planejamento Participativo";

II - Etapa 2, denominada "Leitura da Realidade Municipal";

III - Etapa 3, denominada "Definição dos Eixos Estratégicos e Formulação de Propostas";

IV - Etapa 4, denominada "Elaboração e Apresentação da Versão Preliminar da Proposta de Plano Diretor";

V - Etapa 5, denominada "Consulta Pública, Conferência Final e Consolidação do Projeto de Lei do Plano Diretor".

- 1.º - A Etapa 1 compõe-se de providências iniciais de sensibilização, mobilização e capacitação dos agentes públicos e privados que constroem e utilizam o território do Município, através das seguintes ações:

I - instituição, definição de atribuições e nomeação de integrantes titulares e suplentes, por ato da Prefeita municipal:

a) do Grupo Técnico Supervisor;

b) do Grupo de Trabalho Intersectorial;

II - constituição do Colegiado de Acompanhamento e Controle;

III - divisão territorial e estabelecimento do calendário de eventos, voltados ao processo;

IV - comunicação com os órgãos de imprensa local, para fins de colaboração na divulgação do processo de reelaboração do Plano Diretor;

V - Intercâmbio com os demais órgãos públicos das esferas estadual e federal, inclusive empresas concessionárias, permissionárias e prestadoras de serviços públicos, visando a colaboração destes no processo de reelaboração do Plano Diretor;

VI - realização de audiência pública para instaurar oficialmente e tornar público o processo participativo de reelaboração do Plano Diretor.

- 2.º - A Etapa 2 buscará desenvolver uma leitura da realidade municipal, através das seguintes ações:

I - Leitura Técnica;

II - Leitura Comunitária ou Territorial;

III - Leitura Setorial;

IV - consolidação da Leitura da Realidade Municipal, resultante da combinação das Leituras Técnica, Comunitária e Setorial;

V - definição dos membros do Colegiado de Delegados;

VI - capacitação dos membros do Colegiado de Delegados para sua atuação no processo de reelaboração do Plano Diretor;

VII - apresentação dos resultados da Leitura da Realidade Municipal em Audiência Pública.

- 3.º - A Etapa 3 definirá as bases para a formulação dos objetivos, diretrizes e eixos estratégicos do desenvolvimento municipal e da expansão urbana, através das seguintes ações:

I - realização das Oficinas de Planejamento Estratégico Participativo;

II - estruturação e reelaboração de propostas decorrentes das oficinas, especialmente os conteúdos que embasarão o macrozoneamento;

III - definição das regras para a instituição e funcionamento do sistema de acompanhamento e controle do plano diretor.

- 4.º - A Etapa 4 consolidará, apresentará e disponibilizará a versão preliminar do anteprojeto de lei complementar do plano diretor participativo, através das seguintes ações:

I - definição do conteúdo mínimo do plano diretor, na forma estabelecida pelo Estatuto da Cidade e seguindo orientações das resoluções aplicáveis, emitidas pelo Conselho Nacional das Cidades, ou CONCIDADES;

II - elaboração da versão preliminar do anteprojeto de lei complementar, a partir do conteúdo mínimo definido e das bases estabelecidas na Etapa 3;

III - definição das regras da consulta pública, a serem validadas pelo Colegiado de Acompanhamento e Controle, sobre a versão preliminar do anteprojeto de lei complementar;

IV - apresentação, em audiência pública, do anteprojeto de lei complementar e das regras da consulta pública.

- 5.º - A Etapa 5 consiste na elaboração da versão final do anteprojeto de Lei Complementar do Plano Diretor Participativo e no seu encaminhamento à Prefeita Municipal, para consequente encaminhamento, já na qualidade de Projeto de Lei Complementar, à Câmara Municipal, através das seguintes ações:

I - início da consulta pública, que deverá observar a prazo estabelecido nas regras referidas no inciso III do parágrafo quarto deste artigo.

II - sistematização, análise e validação das sugestões recebidas durante a consulta pública;

III - realização de uma audiência pública para abertura oficial e

apresentação das regras da conferência final;

IV - realização da conferência final para deliberação sobre as sugestões validadas;

V - consolidação do projeto de lei complementar do Plano Diretor Participativo, com base nas deliberações da conferência final;

VI - encaminhamento à Prefeitura Municipal, para, ato contínuo, submissão à tramitação legislativa.

CAPÍTULO IV - DAS RESPONSABILIDADES DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

Art. 4.º - O Poder Executivo municipal garantirá a participação da população, a plena realização dos trabalhos necessários ao processo, a ampla publicidade e o acesso às informações, na forma dos incisos I a III do - 4.º do art. 40 e do art. 43 do Estatuto da Cidade, e de acordo com as recomendações do Conselho das Cidades do Ministério das Cidades, em especial a Resolução nº 25, de 18 de março de 2005.

Parágrafo Único - O Poder Executivo municipal nomeará o Grupo Técnico Supervisor, ou GTS, e o Grupo de Trabalho Intersetorial, ou GTI.

Art. 5.º - O Grupo Técnico Supervisor garantirá a disponibilização de dados e informações à equipe técnica da Associação dos Municípios da Região da Grande Florianópolis - Granfpolis, ao Colegiado de Acompanhamento e Controle, ao Colegiado de Delegados e a qualquer interessado.

- 1.º - O Grupo Técnico Supervisor é composto por 8 (oito) integrantes.

- 2.º - Para cada integrante do Grupo Técnico Supervisor haverá um respectivo suplente.

- 3.º - Supervisor serão nomeados como membros representantes do Poder Executivo municipal para compor o Colegiado de Acompanhamento e Controle e o Colegiado de Delegados.

- 4.º - O Grupo Técnico Supervisor se extinguirá após a entrada em vigor da nova lei do Plano Diretor e, ato contínuo, a efetiva instalação do Conselho da Cidade.

Art. 6.º - São atribuições do Grupo Técnico Supervisor:

I - acompanhar e supervisionar todas as etapas do processo, de responsabilidade do Poder Executivo municipal, incluindo-se a participação nos eventos, reuniões, oficinas de trabalho, conferência, audiências públicas, e demais atividades pertinentes ao processo;

II - representar o Poder Executivo municipal no Colegiado de Acompanhamento e Controle e no Colegiado de Delegados;

III - coletar, repassar e promover todos os atos necessários o acesso às informações relacionadas ao planejamento urbano e territorial acessíveis ao município, para a equipe técnica da Associação dos Municípios da Região da Grande Florianópolis - Granfpolis;

IV - supervisionar a compatibilização da leitura técnica com a leitura comunitária e setorial ao longo de todo o processo;

V - elaborar respostas oficiais, pareceres e recomendações técnicas de acordo com as atribuições profissionais e cargos e funções de seus integrantes;

VI - organizar e manter atualizado um cadastro para contato com as organizações e associações representativas dos vários segmentos da sociedade civil interessados no processo;

VII - realizar todos os atos internos e externos necessários ao levantamento de informações junto aos órgãos públicos, especialmente as empresas concessionárias;

VIII - redigir e fazer publicar convocações e editais necessários ao processo;

IX - garantir a entrega de convites e convocações, bem como manter e organizar os avisos de recebimento;

X - promover a divulgação das reuniões, eventos, audiências, oficinas de trabalho, consultas públicas e conferência pertinentes ao processo;

XI - apoiar administrativa e operacionalmente a execução das reuniões, eventos, audiências, oficinas de trabalho, consultas públicas e conferência pertinentes ao processo;

XII - providenciar e garantir o devido registro do processo através de filmagens, gravações de áudio e fotografias, bem como, lavrar

ata das Audiências Públicas e da Conferência Final;

XIII - convocar, participar e coordenar as reuniões e ações do Grupo de Trabalho Intersetorial;

XIV - definir a divisão territorial preliminar do Município em áreas para a realização de eventos comunitários;

XV - estabelecer contato e troca de informações com os demais órgãos públicos das esferas estadual e federal, inclusive empresas concessionárias, permissionárias e prestadoras de serviços públicos, visando a colaboração destes no processo de elaboração do plano diretor;

XVI - prestar apoio ao Executivo e Legislativo municipais e a qualquer outro órgão público, de forma a poder esclarecer quaisquer questões relacionadas ao processo de reelaboração do Plano Diretor Participativo, para tanto acompanhando os atos da Administração Pública e a tramitação legislativa;

XVII - auxiliar a chefe do Poder Executivo municipal na resposta e no encaminhamento das demandas dos munícipes no tocante às reivindicações que não forem referentes ao processo de reelaboração do Plano Diretor Participativo.

Art. 7.º - O Grupo de Trabalho Intersetorial será formado por representantes das Secretarias, Autarquias e Fundações da Prefeitura Municipal de São José, e possui o objetivo de facilitar o levantamento de dados e informações para serem remetidos ao Grupo Técnico Supervisor.

- 1.º - O Grupo de Trabalho Intersetorial possui 17 (dezesete) membros integrantes.

- 2.º - Para cada integrante do Grupo de Trabalho Intersetorial deve ser indicado um respectivo suplente.

- 3.º - O Grupo de Trabalho Intersetorial se extinguirá após a entrada em vigor da nova lei do Plano Diretor e, ato contínuo, a efetiva instalação do Conselho da Cidade.

Art. 8.º - São atribuições do Grupo de Trabalho Intersetorial:

I - atender às convocações demandas do Grupo Técnico Supervisor relacionadas ao processo;

II - apoiar administrativa e operacionalmente as ações demandadas pelo Grupo Técnico Supervisor;

III - participar das reuniões convocadas pelo Grupo Técnico Supervisor;

IV - representar o Poder Executivo municipal no Colegiado de Delegados, juntamente com o Grupo Técnico Supervisor;

V - coletar e repassar os dados e informações solicitadas para o processo, especialmente estudos, levantamentos, projetos, cadastros e mapeamentos;

VI - prestar esclarecimentos, elaborar respostas oficiais, pareceres e recomendações técnicas de acordo com as respectivas atribuições profissionais, cargos e funções;

VII - auxiliar na articulação das diversas políticas públicas executadas e por executar, relacionadas ao processo.

CAPÍTULO V - DA PARTICIPAÇÃO E CONTROLE SOCIAL

Art. 9.º - Fica assegurada a participação da sociedade civil em todas as etapas do processo de reelaboração do Plano Diretor, mediante os seguintes instrumentos de gestão democrática e participação social:

I - Colegiado de Acompanhamento e Controle;

II - Colegiado de Delegados;

III - Eventos:

a) Municipais;

b) Comunitários ou Territoriais;

c) Setoriais ou por Segmentos Sociais;

IV - Audiências Públicas;

V - Oficina de Planejamento Estratégico Participativo;

VI - Consulta Pública;

VII - Conferência Final do Plano Diretor Participativo.

- 1.º - Será garantido o respeito à diversidade, especificamente pela realização de debates por segmentos sociais, por temas e por divisões territoriais, bem como, pela alternância dos locais de discussão.

- 2.º - Será garantido, a qualquer interessado, o amplo acesso aos

documentos e informações especialmente por meio da:

I - ampla comunicação pública, em linguagem acessível, através dos meios de comunicação social disponíveis;

II - ciência do cronograma e dos locais das reuniões, da apresentação dos estudos e propostas sobre o plano diretor com antecedência de, no mínimo, 15 (quinze) dias;

III - publicação e divulgação dos resultados dos debates e das propostas adotadas nas diversas etapas do processo.

- 3.º - Poderão ser criados ambientes virtuais de interação social, em especial por meio da Internet, cuja metodologia e prazo de duração serão validadas pelo Colegiado de Acompanhamento e Controle.

Seção I - Do Colegiado de Acompanhamento e Controle

Art. 10 - O Colegiado de Acompanhamento e Controle, ou CAC, é um órgão colegiado, de natureza deliberativa, consultiva e propositiva, que tem como objetivos:

I - supervisionar e validar o processo participativo de reelaboração do Plano Diretor Participativo de São José;

II - garantir a criação e regulamentação do Conselho da Cidade de São José.

Art. 11 - Compete ao Colegiado de Acompanhamento e Controle:

I - garantir a efetiva participação da sociedade civil no processo de reelaboração do Plano Diretor;

II - fiscalizar o cumprimento de determinações legais sobre conteúdo mínimo do Plano Diretor;

III - validar:

a) o plano de trabalho;

b) o cronograma das ações;

c) as regras de participação e controle social do processo, especialmente as que regularão a consulta pública, a conferência final e as audiências públicas, referidas nesta norma;

IV - validar a divisão territorial do Município em áreas, para realização de eventos comunitários e de escolha dos delegados referidos nesta norma;

V - validar o calendário de eventos do processo de reelaboração;

VI - acompanhar, e validar, durante todo o processo de elaboração do Plano Diretor, o cadastro das organizações e associações representativas dos vários segmentos da sociedade civil, referido nesta norma;

VII - acompanhar e validar as ações de sensibilização, mobilização, divulgação, informação, capacitação e organização da participação popular no processo de reelaboração do Plano Diretor, em especial os eventos e as audiências públicas, referidos nesta norma;

VIII - fiscalizar a compatibilização da leitura técnica com a leitura comunitária e setorial ao longo de todo o processo;

IX - promover o incremento dos mecanismos de participação e controle social;

X - propor critérios para decidir prioridades na garantia do cumprimento das regras estabelecidas coletivamente;

XI - apoiar a divulgação de produtos gerados por estudos e projetos que possam ser utilizados como subsídios ao processo de reelaboração do Plano Diretor;

XII - promover ações de apoio à instituição do Conselho da Cidade de São José e garantir, em todas essas ações, a participação do Colegiado de Delegados;

XIII - acompanhar, no âmbito Câmara Municipal, a tramitação do projeto de lei complementar do Plano Diretor Participativo de São José e de proposições que impactem no ordenamento físico-territorial.

XIV - emitir Resoluções, especialmente para regular seu regimento interno e demais atos necessários à execução da própria rotina de atividades e para orientar decisões em casos omissos na presente norma.

Art. 12 - O Colegiado de Acompanhamento e Controle se organiza seguindo critérios de representação setorial, sendo composto, no total, por até 42 (quarenta e dois) membros, observada a seguinte distribuição:

I - 8 (oito) representantes do Poder Executivo Municipal, correspondentes aos integrantes do Grupo Técnico Supervisor;

II - 13 (treze) Vereadores, representando o Poder Legislativo Municipal;

III - 21 (vinte e um) membros da sociedade civil, representantes de setores ou segmentos sociais, assim distribuídos:

a) 8 (oito) representantes de entidades dos movimentos populares, especialmente associações de moradores, conselhos comunitários, movimentos de luta pela moradia e congêneres;

b) 6 (seis) representantes de entidades empresariais;

c) 2 (dois) representantes de entidades de trabalhadores;

d) 3 (três) representantes de entidades profissionais, acadêmicas e de pesquisa;

e) 2 (dois) representantes de organizações não-governamentais, especialmente Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, fóruns e redes de cidadãos, clubes de serviço, entidades ambientais, entre outros.

- 1.º - Para cada integrante titular do Colegiado de Acompanhamento e Controle será garantido um respectivo suplente.

- 2.º - Nas reuniões do Colegiado de Acompanhamento e Controle não será permitido:

I - a representação ou voto mediante procuração;

II - o acúmulo de representações.

- 3.º - Com exceção das representações do Poder Executivo e do Poder Legislativo municipais, a indicação de cada representação deverá:

I - considerar a diversidade, a heterogeneidade, a pluralidade e a capacidade de auto-organização de cada setor ou segmento da sociedade civil;

II - evitar o excesso de formalismo;

III - atender os princípios democráticos, a razoabilidade e a proporcionalidade.

- 4.º - O coordenador do Grupo Técnico Supervisor exercerá as funções de coordenador do Colegiado de Acompanhamento e Controle.

- 5.º - Não haverá hierarquia nem relação de subordinação entre os integrantes do Colegiado de Acompanhamento e Controle, que deverão zelar pela consideração e respeito mútuos.

- 6.º - O Colegiado de Acompanhamento e Controle buscará estabelecer contatos com representantes do Poder Público, em especial do Ministério Público, do Poder Judiciário e do Tribunal de Contas do Estado, a fim de estabelecer tratativas necessárias ao acompanhamento do processo.

- 7.º - Novos membros poderão ser incluídos no Colegiado de Acompanhamento e Controle, desde que respeitados os seguintes requisitos:

I - aprovação da inclusão pela maioria simples dos membros do CAC;

II - manter o equilíbrio de representações entre:

a) Poder Público e Sociedade Civil, no que se refere à composição total, constante no caput;

b) representantes de setores ou segmentos sociais, no que se refere à composição da sociedade civil, constante no inciso III do caput.

- 8.º - O Colegiado de Acompanhamento e Controle se extinguirá após a entrada em vigor da nova lei do Plano Diretor e, ato contínuo, a efetiva instalação do Conselho da Cidade.

Seção II - Do Colegiado de Delegados

Art. 13 - Compete ao Colegiado de Delegados, ou Colegiado de Delegados, a definição do conteúdo do Plano Diretor Participativo, em conformidade com os artigos 42 e seguintes do Estatuto da Cidade e orientações da Resolução n.º 34, de 1.º de julho de 2005, emitida pelo Conselho das Cidades do Ministério das Cidades.

Parágrafo Único - O Colegiado de Delegados acompanhará a tramitação do projeto de lei complementar do Plano Diretor Participativo de São José e de outros relativos aos instrumentos complementares na Câmara Municipal, buscando colaborar com a elucidação de questões relativas ao processo de pactuação social e quanto aos conteúdos definidos.

Art. 14 - O Colegiado de Delegados será organizado seguindo critérios de representação setorial e territorial, sendo composto por até

100 (cem) delegados, observada a seguinte composição:

I - 25 (vinte e cinco) delegados representantes do Poder Executivo Municipal, correspondentes aos integrantes do Grupo Técnico Supervisor e do Grupo de Trabalho Intersectorial;

II - 13 (treze) Vereadores, representando o Poder Legislativo Municipal;

III - 38 (trinta e oito) delegados comunitários ou territoriais, observada a divisão do município em áreas validada pelo Colegiado de Acompanhamento e Controle e conforme a proporção da população local, segundo Censo Demográfico realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE no ano de 2010, consoante a seguinte distribuição:

a) 4 (quatro) delegados para áreas com mais de 18 (dezoito) mil habitantes;

b) 2 (dois) delegados para áreas com população abaixo de 5 (cinco) mil habitantes;

IV - 24 (vinte e quatro) delegados setoriais, representantes de setores ou segmentos sociais, assim distribuídos:

a) 10 (dez) representantes de entidades empresariais;

b) 3 (três) representantes de entidades de trabalhadores;

c) 8 (oito) representantes de entidades profissionais, acadêmicas e de pesquisa;

d) 3 (três) representantes de organizações não-governamentais, especialmente Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, fóruns e redes de cidadãos, clubes de serviço, entidades ambientais, entre outros.

- 1.º - Cada delegado deve possuir um respectivo suplente.

- 2.º - Na presença do titular, o suplente não terá direito a voz nem ao voto.

- 3.º - Nas reuniões do Colegiado de Delegados não será permitido:

I - a representação ou voto mediante procuração;

II - o acúmulo de representações.

- 4.º - Não haverá hierarquia nem relação de subordinação entre os integrantes do Colegiado de Delegados, que deverão zelar pela consideração e respeito mútuos.

- 5.º - A escolha dos delegados comunitários ou territoriais acontecerá nos eventos comunitários ou territoriais, através de decisão consensual ou do voto direto dos participantes, limitando-se os candidatos aos presentes no evento.

- 6.º - A escolha dos delegados setoriais pode ocorrer fora dos eventos setoriais ou por segmento social, caso seja do interesse do respectivo segmento presente no evento.

- 7.º - No Colegiado de Delegados, é vedado o acúmulo de representação territorial e setorial por uma mesma pessoa.

- 8.º - O Colegiado de Delegados se extinguirá após a entrada em vigor da nova lei do Plano Diretor e, ato contínuo, a efetiva instalação do Conselho da Cidade.

Seção III - Dos eventos

Art. 15 - Os Eventos são partes integrantes do processo de reelaboração do Plano Diretor Participativo do Município de São José, constituem espaços públicos para assegurar um processo amplo e democrático de participação e controle social e são divididos em:

I - eventos municipais;

II - eventos comunitários ou territoriais;

III - eventos setoriais ou por segmentos sociais.

- 1.º - Os eventos municipais terão status de audiência pública e objetivo de dar publicidade a cada etapa do processo de reelaboração, especialmente:

I - instaurar oficialmente e tornar público o processo participativo de reelaboração do Plano Diretor;

II - apresentar os resultados e produtos da leitura da realidade municipal referida nesta norma;

III - apresentar as regras da consulta pública e da conferência final;

IV - apresentar a versão preliminar de anteprojeto de lei complementar do Plano Diretor Participativo;

V - submeter à aprovação pelos membros do Colegiado de Delegados as eventuais emendas à versão preliminar do anteprojeto de

lei complementar do Plano Diretor Participativo.

- 2.º - Os eventos comunitários ou territoriais terão como objetivos:

I - a realização do levantamento preliminar, de caráter consultivo, do ponto de vista das comunidades sobre questões relativas às suas respectivas realidades locais e ao Município como um todo;

II - a escolha pelas comunidades de seus respectivos representantes, denominados Delegados Comunitários ou Territoriais, para fins de composição do Colegiado de Delegados.

- 3.º - Os Eventos Setoriais ou por Segmentos Sociais objetivam a realização do levantamento preliminar, de caráter consultivo, do ponto de vista de setores da Sociedade sobre questões relativas à realidade do Município como um todo.

Seção IV - Das audiências públicas

Art. 16 - No processo de reelaboração do Plano Diretor, as Audiências Públicas fundam-se no inciso I do parágrafo quarto do art. 40 do Estatuto da Cidade, e têm por objetivo informar, colher subsídios, debater, rever e analisar o conteúdo do Plano Diretor Participativo, e atender aos seguintes requisitos:

I - regulação por meio de regimento, elaborado em estrita observância à presente norma e validado pelo Colegiado de Acompanhamento e Controle;

II - convocação por edital e anúncio pela imprensa local;

III - realização em locais e horários acessíveis à maioria da população;

IV - serem dirigidas pelo Poder Público municipal, que garantirá a exposição, pela equipe técnica da Granfpolis, sobre os temas que serão abordados e abrirá as discussões aos presentes;

V - garantia da participação de todos os cidadãos e cidadãs, independentemente de comprovação de residência ou qualquer outra condição;

VI - garantia de registro de presença dos participantes, através de ficha de inscrição individual;

VII - garantia de registro em vídeo e áudio para subsidiar a lavratura da respectiva ata, cujos conteúdos deverão ser apensados ao projeto de lei complementar do Plano Diretor Participativo, compondo memorial do processo, inclusive na sua tramitação legislativa.

Seção V - Das oficinas de planejamento estratégico participativo

Art. 17 - As Oficinas de Planejamento Estratégico Participativo são eventos consultivos e deliberativos privativos ao Colegiado de Delegados, tendo por objetivos:

I - a elaboração da visão estratégica, dos eixos estratégicos e de propostas para ações que deverão compor o plano diretor e garantir sua efetiva implementação;

II - a definição das bases para elaboração do macrozoneamento do Município;

III - definição de regras para a instituição do sistema de acompanhamento e controle, inclusive o conselho da cidade, consoante art. 42, III, do Estatuto da Cidade.

Seção VI - Da consulta pública

Art. 18 - A consulta pública constitui mecanismo participativo, de caráter consultivo, com prazo definido e aberta a qualquer interessado.

- 1.º - A consulta pública tem por objetivo receber contribuições por escrito da sociedade civil sobre a versão preliminar do anteprojeto de lei complementar do Plano Diretor Participativo ou aspecto específico no processo de reelaboração, devendo observar, no mínimo, os seguintes requisitos mínimos:

I - divulgação ampla e prévia do documento convocatório, especificando seu objeto, regras e o prazo de realização;

II - disponibilização prévia, a qualquer interessado:

a) dos documentos que serão objeto da consulta, em linguagem simples e objetiva;

b) dos estudos e do material técnico utilizado como fundamento para a versão preliminar do anteprojeto;

III - sistematização das contribuições recebidas;

IV - publicidade de seus resultados;

V - compromisso de resposta às propostas recebidas.

- 2.º - A Consulta Pública será regida por regras próprias, que deverão estar de acordo com os requisitos mínimos previstos no parágrafo primeiro deste artigo e serem previamente aprovadas pelo Colegiado de Acompanhamento e Controle.

Seção VII - Da Conferência Final do Plano Diretor Participativo

Art. 19 - A conferência final do Plano Diretor Participativo é evento com status de audiência pública que objetiva a aprovação de eventuais emendas à versão preliminar do anteprojeto de lei complementar do Plano Diretor Participativo.

- 1.º - A conferência final será regida por regras próprias, previamente aprovadas pelo Colegiado de Acompanhamento e Controle.

- 2.º - A conferência final é evento público e aberto a qualquer interessado, sendo que as suas deliberações são atribuição exclusiva dos membros do Colegiado de Delegados, referido nesta norma.

- 3.º - A conferência final deve atender aos seguintes requisitos mínimos:

I – registro das emendas apresentadas nos anais da conferência; e
II – publicação e divulgação dos anais do evento.

CAPÍTULO VI - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 20 - Na implementação e execução do novo Plano Diretor Participativo, entre outras, serão observadas:

I - a efetivação do sistema de acompanhamento e controle previsto no inciso III do art. 42 do Estatuto da Cidade, especialmente com o início do funcionamento do Conselho da Cidade de São José;

II - a incorporação das diretrizes e prioridades do Plano Diretor no planejamento da gestão municipal, especialmente no plano plurianual, na lei de diretrizes orçamentárias e no orçamento anual, conforme parágrafo 1º do art. 40 do Estatuto da Cidade.

Art. 21 - Constitui anexo a este Regimento o diagrama ilustrativo com a descrição de cada uma das etapas do processo de reelaboração do Plano Diretor Participativo de São José.

Art. 22 - A presente norma entrará em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 25 de junho de 2015.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

EDITAL CMDCA Nº 001/2015

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – EDITAL DE ESCOLHA DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR – ELEIÇÕES UNIFICADAS 2015

Edital CMDCA nº 001/2015

Dispõe sobre o processo de escolha unificado dos Conselheiros Tutelares no Município de São José/SC.

O PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições legais, diante da deliberação do Conselho, realizada no dia 10 de junho de 2015, a qual resultou na criação da Comissão Especial regulamentada através da Resolução CMDCA nº 16/2015 e na Reunião das Comissões Reunidas do CMDCA, ocorrida em 26/06/2015, em sua sede localizada Rua Coronel Américo, nº. 25, neste Município e considerando o disposto nos arts. 132 e 139 do Estatuto da Criança e do Adolescente, na Resolução Conanda nº 170/2014 e no art. 53 e seguintes da Lei Municipal nº 5.482 de 12/05/2015, abre as inscrições para a escolha dos Conselheiros Tutelares para atuarem no Conselho Tutelar do Município de São José, e dá outras providências.

1 Do Cargo e das Vagas

1.1 A função é de Conselheiro Tutelar, estando abertas dez vagas para conselheiros titulares e para cada titular, a de um suplente.

1.2 Os dez candidatos mais votados assumirão, efetivamente, o cargo de Conselheiro Tutelar, com mandato de 10 de janeiro de 2016 a 09 de janeiro de 2020.

1.3 Os demais candidatos serão considerados suplentes,

segundo-se a ordem decrescente de votação, podem, ainda, haver a formação de cadastro de reserva.

1.4 O conselheiro tutelar titular, eleito no processo de escolha anterior, que tiver exercido o cargo por período consecutivo superior a um mandato e meio não poderá participar do presente processo, observada a Resolução CONANDA nº 152, de 09 de agosto de 2012.

2 Da Remuneração, da Carga Horária e do Mandato

2.1 O exercício efetivo da função de conselheiro tutelar constituirá serviço público relevante de dedicação exclusiva e, conforme Lei Municipal 5482 de 12/05/2015, é assegurado o direito a:

I – Percepção de vencimento, com reajuste na mesma data e no mesmo percentual que for reajustado o vencimento dos servidores públicos municipais;

II - gratificação natalina;

III - férias anuais remuneradas com 1/3 a mais de salário;

IV - licença-gestante;

V - licença-paternidade;

VI - licença para tratamento de saúde;

VII - inclusão em planos de saúde oferecidos pelo Poder Público Municipal ao funcionalismo público municipal.

VII - inclusão no regime geral da Previdência Social.

2.2. Os servidores públicos municipais, quando eleitos para o cargo de conselheiro tutelar e no exercício da função, poderão optar pelo vencimento do cargo público acrescidas das vantagens incorporadas ou pela remuneração que consta nessa lei.

2.2.1 Ficam assegurados aos eventuais servidores públicos Municipais eleitos, todos os direitos e vantagens de seu cargo efetivo, enquanto perdurar o mandato.

2.3 A gratificação natalina corresponderá a um duodécimo da remuneração do conselheiro no mês de dezembro para cada mês do exercício da função no respectivo ano.

2.4 A função de Conselheiro Tutelar não gera vínculo empregatício com a Prefeitura Municipal.

2.5 A função de Conselheiro Tutelar exige dedicação exclusiva, disponibilidade de 24 (vinte e quatro) horas, sendo incompatível com o exercício de outra função pública e/ou privada.

2.5.1 O Conselheiro Tutelar cumprirá jornada mínima de 36 (trinta e seis) horas semanais na sede de cada Conselho para atendimento diário à população.

2.5.2 Quando necessário, o Conselheiro Tutelar prestará atendimento fora da sede do Conselho.

2.5.3 Sem prejuízo do disposto nos itens anteriores, o Conselheiro Tutelar atenderá em regime de plantão e sobreaviso no período noturno e nos finais de semana, conforme disposto em regimento interno.

3. Do Processo de Escolha

3.1 Das Inscrições

3.1.1 O registro das candidaturas a conselheiro tutelar será feito no período de 14/07/2015 à 29/07/2015, em dias úteis, no horário das 09h às 12h e das 13h às 17h, na sede do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São José, localizada à Rua Coronel Américo, nº. 25, Barreiros, São José/SC.

3.1.2 Poderão submeter-se à eleição, os candidatos que preencherem os seguintes requisitos, comprovados no ato da inscrição:
I – Preencher o Requerimento de Inscrição constante no Anexo III deste Edital;

II - reconhecida idoneidade moral, comprovada por Certidão Negativa de Antecedentes Penais, fornecida pela Justiça Estadual e Justiça Federal;

III - idade superior a 21 anos, comprovada por cópia simples da Carteira de Identidade (ou documento equivalente com foto, reconhecido na Legislação Federal) e do Cadastro de Pessoa Física (CPF);

IV - residir no Município de São José há mais de 2 (dois) anos, devidamente comprovado através de documento idôneo;

V – estar em gozo de seus direitos políticos, comprovada por Certidão expedida pelo Tribunal Regional Eleitoral;

VI – Para os candidatos do Sexo Masculino, apresentar Certificado

de Reservista ou Certificado de Dispensa de Incorporação;
VII – Para os Conselheiros Tutelares que se candidatarem à recondução, apresentar Atestado de Tempo de Serviço, emitido pela Secretaria Municipal de Administração de São José;
VIII - apresentar, no momento da inscrição, certificado de conclusão de curso superior de graduação;
IX - comprovação de experiência profissional ou voluntária nos últimos 05 (cinco) anos de, no mínimo, 02 (dois) anos em trabalho direto na área da criança, do adolescente e família, em instituição, serviço ou programa das áreas de cultura, saúde, esportes e assistência social reconhecidos pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente, Conselho Municipal de Assistência Social, bem como profissionais da área de educação de crianças e adolescentes. A comprovação poderá ocorrer da seguinte forma:
a) declaração fornecida por entidade inscrita no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente ou no Conselho Municipal de Assistência Social;
b) declaração emitida por órgão público, informando da experiência na área com criança e adolescente
c) registro em carteira profissional de trabalho comprovando experiência na área com criança e adolescente;
X - não ter sido penalizado com a destituição da função de Conselheiro Tutelar, nos 5 (cinco) anos antecedentes à eleição, seja através de Processo Administrativo Disciplinar ou por Decisão Judicial provisória ou definitiva;
XI – não ter sido impedida sua posse por ilegalidade em sua campanha;
XII – ser aprovado:
a) na prova de conhecimentos sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e da legislação pertinente à área da criança e do adolescente e da família;
b) em avaliação psicológica a ser realizada por instituições ou profissionais autônomos devidamente habilitados e inscritos no Conselho Regional de Psicologia, mediante um conjunto de procedimentos objetivos e científicos reconhecidos como adequados e validados nacionalmente.
3.1.2.1 O candidato servidor público municipal, deverá comprovar, no momento da inscrição, a possibilidade de permanecer à disposição do Conselho Tutelar.
3.1.2.2 Na hipótese de inscrição por procuração, deverão ser apresentados, além dos documentos do candidato, o instrumento de procuração específica com firma reconhecida e fotocópia de documento de identidade do procurador.
3.1.3 São impedidos de servir no mesmo Conselho Tutelar os cônjuges, companheiros, ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive.
3.1.4 O uso de documentos ou informações falsas, declaradas na ficha de inscrição pelo candidato ou seu procurador, acarretará na nulidade da inscrição a qualquer tempo, bem como anulará todos os atos dela decorrentes, sem prejuízo de responsabilização dos envolvidos conforme dispõe a legislação vigente.
3.2 Da Publicação das Candidaturas
3.2.1 A relação de candidatos com inscrição deferida ou indeferida será publicada até o dia 03/08/2015, no Mural Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São José e no Portal Eletrônico da Prefeitura Municipal de São José (www.pmsj.sc.gov.br), para ciência pública.
3.2.2 Publicada a lista, qualquer pessoa física ou jurídica poderá impugnar a candidatura, mediante prova da alegação, no período 04/08/2015 a 06/08/2015, no horário das 09h às 12h e das 13h às 17h, na sede do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São José.
3.2.2.1 O candidato impugnado e/ou que teve sua inscrição indeferida poderá manifestar-se de forma escrita, no período de 07/08/2015 a 10/08/2015, no horário das 09h às 12h e das 13h às 17h, na sede do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São José.
3.2.2.2 A comissão eleitoral apresentará resposta quanto às impugnações e quanto aos pedidos de manifestação de inscrição

indeferida até o dia 12/08/2015.

3.2.2.3 Da decisão da Comissão Eleitoral, caberá recurso ao Conselho Municipal da Criança e do Adolescente, no período de 13/08/2015 a 17/08/2015, no horário das 09h às 12h e das 13h às 17h, na sede do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São José.

3.2.2.4 Caberá ao Conselho Municipal da Criança e do Adolescente decidir sobre o Recurso no prazo máximo de três dias, publicando-se sua decisão no Mural Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São José e no Portal Eletrônico da Prefeitura Municipal de São José (www.pmsj.sc.gov.br).

3.2.2.5 O Edital com a relação dos candidatos que tiveram suas inscrições homologadas será publicado no dia 20/08/2015, no Mural Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São José e no Portal Eletrônico da Prefeitura Municipal de São José (www.pmsj.sc.gov.br).

3.2.2.6 Caso o número de pretendentes habilitados seja inferior a dez, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente poderá suspender o processo eleitoral e reabrir o prazo para inscrição de novas candidaturas, respeitada a data do pleito unificado (04/10/2015).

3.3 Da Prova De Conhecimentos

3.3.1 O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente é o responsável pela realização da prova de conhecimento, sob a fiscalização do Ministério Público.

3.3.2 O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente poderá requerer a contratação de instituição especializada para recebimento de inscrições, elaboração, aplicação, correção da prova, aferição da nota, bem como para proceder à avaliação psicológica.

3.3.3 A prova, de caráter eliminatório, será escrita e sem consulta e será realizada dia 23/08/2015, no horário das 09h às 12h, no Centro de Atenção à Terceira Idade (CATI), localizado à Avenida Acioni de Souza Filho (Beira-Mar de São José), s/n, Praia Comprida, São José/SC (próximo ao Supermercado Bistek).

3.3.4 A prova será constituída de questões objetivas referentes ao Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1.990) e da legislação pertinente à área da criança e do adolescente e da família, observado o Conteúdo Programático constante no Anexo II deste Edital.

3.3.5 Cada questão da prova valerá 0,25 (zero vírgula vinte e cinco) pontos e serão classificados os candidatos que obtiverem, no mínimo, 60% (sessenta por cento) de acertos, que corresponde à nota 6,00 (seis).

3.3.6 As notas serão publicadas dia 25/08/2015 e os candidatos que deixarem de atingir a nota de corte prevista no item 3.3.5 deste Edital não terão suas candidaturas homologadas e não poderão prosseguir no processo de escolha, nem participar do processo eleitoral.

3.3.7 Da decisão da correção da prova aplicada cabe recurso a ser devidamente fundamentado e interposto perante o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no período de 26/08/2015 a 28/08/2015, no horário das 09h às 12h e das 13h às 17h, na sede do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São José.

3.3.8 O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente publicará a decisão sobre os Recursos na data provável de 01/09/2015, juntamente com a relação dos candidatos aptos a Avaliação Psicológica.

3.4 Da Avaliação Psicológica

3.4.1 A realização de avaliação psicológica, etapa eliminatória, está prevista legalmente na alínea "b", do inciso IX, do art. 57 da Lei Municipal 5482 de 12/05/2015 e será aplicada a partir do dia 03/09/2015, a partir das 09h, no Centro de Atenção à Terceira Idade (CATI), localizado à Avenida Acioni de Souza Filho (Beira-Mar de São José), s/n, Praia Comprida, São José/SC (próximo ao Supermercado Bistek).

3.4.2 Para os fins deste Edital, considera-se avaliação psicológica

o emprego de procedimentos científicos destinados a aferir a compatibilidade das características psicológicas do candidato com as atribuições da Função de Conselheiro Tutelar.

3.4.3 A avaliação psicológica será realizada mediante o uso de instrumentos de avaliação psicológica, capazes de aferir, de forma objetiva e padronizada, os requisitos psicológicos do candidato para o desempenho das atribuições inerentes à função.

3.4.4 O resultado final da avaliação psicológica do candidato será divulgado, exclusivamente, como "apto" ou "inapto", no dia 08/09/2015, no Mural Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São José e no Portal Eletrônico da Prefeitura Municipal de São José (www.pmsj.sc.gov.br).

3.4.5 Da Avaliação Psicológica a cabe recurso a ser devidamente fundamentado e interposto perante o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no período de 09/09/2015 a 12/09/2015, no horário das 09h às 12h e das 13h às 17h, na sede do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São José.

3.4.6 O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente publicará a decisão sobre os Recursos na data provável de 14/09/2015, juntamente com a relação dos candidatos aptos a Propaganda Eleitoral.

3.5 Da Propaganda Eleitoral

3.5.1 Toda propaganda eleitoral será realizada pelos candidatos, imputando-lhes responsabilidades nos excessos praticados por seus simpatizantes.

3.5.1.1 No dia da eleição não será permitida a propaganda eleitoral, inclusive, "boca de urna".

3.5.1.2 A propaganda eleitoral somente poderá ser feita com santinhos constando apenas o número e o nome do candidato ou através de curriculum vitae.

3.5.1.3 Não será permitido a confecção de camisetas e nenhum outro tipo de divulgação em vestuário.

3.5.2 Não será permitida propaganda que implique grave perturbação à ordem, aliciamento de eleitores por meios insidiosos e propaganda enganosa.

3.5.2.1 Considera-se grave perturbação à ordem, propaganda que fira as posturas municipais, que perturbe o sossego público ou que prejudique a higiene e a estética urbana.

3.5.2.2 Considera-se aliciamento de eleitores por meios insidiosos, doação, oferecimento, promessa ou entrega ao eleitor bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes, mesmo que de pequeno valor financeiro.

3.5.2.3 Considera-se propaganda enganosa a promessa de resolver eventuais demandas que não são da atribuição do Conselho Tutelar, a criação de expectativas na população que, sabiamente, não poderão ser equacionadas pelo Conselho Tutelar, bem como qualquer outra que induza dolosamente o eleitor a erro, com o objetivo de auferir com isso vantagem à determinada candidatura.

3.5.3 É vedado aos candidatos ao cargo de Conselheiro Tutelar, propaganda eleitoral em rádio, televisão, outdoors, carro de som, luminosos, bem como através de faixas, letreiros, banners, adesivos, cartazes e santinhos com fotos. Sendo permitida a participação em debates e entrevistas, garantindo-lhe a igualdade de condições a todos os candidatos.

3.5.4 É vedado, no dia da eleição, o transporte de eleitores.

3.5.5 Compete à Comissão Eleitoral processar e decidir sobre as denúncias referentes à propaganda eleitoral, podendo, inclusive, determinar a retirada ou a suspensão da propaganda, o recolhimento do material e a cassação da candidatura.

3.5.6 Os recursos interpostos contra decisões da Comissão Eleitoral, no prazo de 24 horas da notificação, serão analisados e julgados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no prazo de três dias.

3.5.7 O candidato envolvido e o denunciante serão notificados das decisões da Comissão Eleitoral e do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

3.5.8 É vedado aos órgãos da administração pública direta ou indireta, federais, estaduais ou municipais realizar qualquer tipo de

propaganda, que possa caracterizar como de natureza eleitoral.

3.5.8.1 É vedado, aos atuais conselheiros tutelares e servidores públicos candidatos, utilizarem-se de bens móveis e equipamentos do Poder Público, a benefício próprio ou de terceiros na campanha para a escolha dos membros dos Conselhos Tutelares, bem como fica vedado, fazer campanha em horário de serviço, sob pena de indeferimento de inscrição do candidato e nulidade de todos os atos dela decorrentes.

3.6 Da Eleição

3.6.1 A eleição será realizada no dia 04 de outubro de 2015, no horário de 09h às 17h, no seguinte local:

◦ COLÉGIO MUNICIPAL MARIA LUIZA DE MELO, localizado na Rua Jair Vieira, S/Nº, Kobrasol, São José/SC.

3.6.2 A eleição será fiscalizada pelo Ministério Público.

3.6.3 No local de votação será afixada lista dos candidatos habilitados, com seus respectivos números.

3.6.4 O eleitor deverá apresentar à Mesa Receptora de Votos, a carteira de identidade, ou outro documento equivalente a esta, com foto.

3.6.4.1 Existindo dúvida quanto à identidade do eleitor, o Presidente da Mesa poderá interrogá-lo sobre os dados constantes na carteira de identidade, confrontando a assinatura da identidade com a feita na sua presença, e mencionando na ata a dúvida suscitada.

3.6.4.2 A impugnação da identidade do eleitor, formulada pelos membros da mesa, fiscais, candidatos, Ministério Público ou qualquer eleitor, será apresentada verbalmente ou por escrito, antes de ser o mesmo admitido a votar.

3.6.5 A eleição será fiscalizada pelo Ministério Público através do Promotor de Justiça e por fiscais indicados por este, e pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, na seção eleitoral.

3.6.6 O eleitor votará uma única vez em apenas um candidato na Mesa Receptora de Votos na seção instalada.

3.6.7. Cada candidato poderá indicar um fiscal, mediante ofício encaminhado para Secretaria Executiva do CMDCA/SJ, com antecedência mínima de 04 (quatro) dias úteis, para acompanhar a votação e apuração.

3.7 Do Voto

3.7.1 Os conselheiros serão escolhidos em sufrágio universal e direto, pelo voto facultativo e secreto dos eleitores cadastrados no Município, em eleição presidida pelo Presidente do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente e fiscalizada pelo representante do Ministério Público.

3.7.1.1 Poderão votar os cidadãos inscritos como eleitores do Município até três meses antes da eleição.

3.7.2 O voto é sigiloso, cuja cédula será rubricada pelo mesário, sendo que o eleitor votará em cabina indevassável.

3.7.2.1 O eleitor deverá indicar na cédula de votação o nome e o número do candidato escolhido.

3.8 Da Cédula Oficial

3.8.1 A cédula será confeccionada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, com indicação do número e nome do candidato.

3.8.1.1 Caso ocorra pedido de registro de apelidos idênticos, dar-se-á preferência àquele que primeiro se inscrever.

3.8.1.2 O número do candidato corresponderá ao número de sua inscrição.

3.8.2 Na cabine de votação, constará relação de todos os candidatos, com seu respectivo número.

3.9 Das Mesas Receptoras

3.9.1 Atuarão como mesários os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, seus suplentes e outros escolhidos pela Comissão Eleitoral.

3.9.2 Constituem a Mesa Receptora de Votos: um Presidente, um Mesário e um Secretário, escolhidos pela Comissão Eleitoral.

3.9.2.1 O Mesário substituirá o Presidente, de modo que haja sempre quem responda, pessoalmente, pela ordem e regularidade do processo eleitoral, cabendo-lhes, ainda, assinar a ata da eleição.

3.9.2.2 O Presidente deve estar presente ao ato da abertura e de encerramento da eleição, salvo força maior, comunicando o impedimento ao Mesário e Secretário pelo menos vinte e quatro horas antes da abertura dos trabalhos, ou imediatamente, se o impedimento se der dentro desse prazo ou no curso da eleição.

3.9.2.1 Na falta do Presidente, assumirá a Presidência o Mesário e na sua falta ou impedimento, o Secretário ou um dos suplentes indicados pela Comissão Eleitoral.

3.9.3 A assinatura dos eleitores será colhida nas folhas de votação da seção eleitoral, a qual, conjuntamente com o relatório final da eleição e outros materiais, serão entregues à Comissão Eleitoral.

3.9.4 Compete aos componentes das Mesas Receptoras de Votos: I – Cumprir as Normas de Procedimento estabelecidas pela Comissão Eleitoral;

II – Registrar na ata as impugnações dos votos;

3.9.5 Nas Mesas Receptoras de Votos será permitida a fiscalização de votação, a formulação de protestos, impugnações, inclusive quanto à identidade do eleitor, devendo ser registrado em ata.

3.9.6 Não podem ser nomeados a Presidente e Mesários:

I – Os Candidatos e seus parentes, consanguíneos ou afins, até o terceiro grau;

II – O cônjuge ou o companheiro do candidato;

III – As pessoas que notoriamente estejam fazendo campanha para um dos candidatos concorrentes ao pleito.

3.10 Da Apuração

3.10.1 A apuração dar-se-á no local da votação, com a presença do representante do Ministério Público e da Comissão Eleitoral.

3.10.2 Após a apuração dos votos poderão os fiscais, assim como os candidatos, apresentar impugnação, que será decidida pela Comissão Eleitoral, depois de ouvido o Ministério Público, no prazo de 24 horas.

3.10.3 Após o término das votações o Presidente e o Mesário da seção elaborarão a Ata da votação.

3.10.4 Concluída a contagem dos votos, a Mesa Receptora deverá fechar relatório dos votos referentes à votação manualmente.

3.10.5 Os dez candidatos mais votados assumirão o cargo de Conselheiros Tutelares.

3.10.5.1 Os demais candidatos serão considerados suplentes, seguindo-se a ordem decrescente de votação

3.10.6 No caso de empate na votação, será considerado eleito o candidato que possui nota superior referente a Prova de Conhecimentos.

3.10.6.1 Persistindo o empate considerar-se-á o candidato com idade superior.

4. Da Proclamação, Nomeação e Posse dos Eleitos

4.1 O resultado da eleição será publicado até o dia 07/10/2015, em ato afixado no Mural Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São José e no Portal Eletrônico da Prefeitura Municipal de São José (www.pmsj.sc.gov.br), contendo os nomes dos eleitos e o respectivo número de votos recebidos.

4.2 Os candidatos eleitos serão nomeados por ato do Chefe do Poder Executivo e empossados pelo Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

4.3 A posse dos dez primeiros candidatos eleitos que receberem o maior número de votos será em 10 de janeiro de 2016.

4.3.1 Ocorrendo vacância do cargo, assumirá o suplente que houver obtido o maior número de votos, pelo período restante do mandato.

4.3.2 Esgotando-se o número de suplentes, chamar-se-á os próximos candidatos, respeitando-se a ordem de classificação.

4.3.3 Os candidatos eleitos deverão participar de uma capacitação promovida pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, inclusive os suplentes.

5. Disposições Finais

5.1 As atribuições do cargo de Conselheiro Tutelar são as constantes na Lei nº. 8.069/1990 e na Lei Municipal nº 5.482/2015, sem prejuízo das demais leis afetas, inclusive no que concerne à natureza da função, nos termos do art. 37 da Constituição Federal.

5.2 O ato da inscrição do candidato implicará a aceitação tácita das

normas contidas neste edital.

5.3 A aprovação e a classificação final geram para o candidato eleito na suplência apenas a expectativa de direito ao exercício da função.

5.4 As datas e os locais para realização de eventos relativos ao presente processo eleitoral, com exceção da data da eleição e da posse dos eleitos, poderão sofrer alterações em casos especiais, devendo ser publicado como retificação a este edital, inclusive, caso haja cedência de urnas eletrônicas pela Justiça Eleitoral para realização do pleito.

5.5 Os casos omissos, e no âmbito de sua competência, serão resolvidos pela Comissão Eleitoral do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, sob a fiscalização do representante Ministério Público.

5.6 O candidato deverá manter atualizado seu endereço e telefone, desde a inscrição até a publicação do resultado final, junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

5.7 É responsabilidade do candidato acompanhar os Editais, comunicados e demais publicações referentes a este processo eleitoral.

5.8 O conselheiro eleito perderá o mandato caso venha a residir em outro Município.

5.9 O Ministério Público deverá ser cientificado do presente Edital, através do Promotor de Justiça com atribuição na Infância e Juventude.

5.10 Fica eleito o Foro da Comarca de São José/SC para dirimir as questões decorrentes da execução do presente Edital, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

5.11 Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação.

São José/SC, 26 de junho de 2015.

CESAR MAXIMILIANO SIMÕES

Conselheiro Presidente

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Anexo I – Cronograma

| | |
|-------------------------|---|
| 14/07/2015 à 29/07/2015 | Prazo para as inscrições |
| 03/08/2015 | Publicação da listagem dos candidatos com inscrições deferidas e indeferidas |
| 04/08/2015 à 06/08/2015 | Prazo para impugnação de candidatura |
| 07/08/2015 à 10/08/2015 | Prazo para defesa do candidato, referente ao indeferimento de inscrição e dos pedidos de impugnação de candidatura. |
| 12/08/2015 | Publicação do resultado da análise dos pedidos de impugnações e quanto aos pedidos de manifestação de inscrição indeferida |
| 13/08/2015 à 17/08/2015 | Prazo para apresentação de Recurso ao CMDCA, referente à Publicação do resultado da análise dos pedidos de impugnações e quanto aos pedidos de manifestação de inscrição indeferida |
| 20/08/2015 | Deliberação do CMDCA referente aos eventuais Recursos Interposto e Publicação das Inscrições Homologadas. |
| 23/08/2015 | Realização da Prova de Conhecimentos |
| 25/08/2015 | Publicação da Nota referente à Prova de Conhecimentos |
| 26/08/2015 à 28/08/2015 | Prazo para interposição de recurso referente Publicação referente a Nota da Prova de Conhecimentos |
| 01/09/2015 | Publicação da Decisão do CMDCA referente aos Recursos interpostos |
| 03/09/2015 | Avaliação Psicológica |
| 08/09/2015 | Publicação do Resultado da Avaliação Psicológica |
| 09/09/2015 a 12/09/2015 | Prazo para interposição de Recurso da Avaliação Psicológica |

| | |
|------------|---|
| 14/09/2015 | Publicação de Decisão sobre Recurso e da Relação de Candidatos aptos à Propaganda Eleitoral. Início da Etapa de Propaganda Eleitoral. |
| 04/10/2015 | Realização da Eleição |
| 07/10/2015 | Resultado da Eleição |
| 10/01/2016 | Posse dos Conselheiros Tutelares |

Anexo II – Conteúdo Programático da Prova de Conhecimentos

Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal 8.069, de 1990). Princípios e direitos fundamentais. Entidades de atendimento. Medidas de proteção. Família natural. Família substituta. Guarda, tutela e adoção. Apuração de ato infracional atribuído à criança e ao adolescente. Medidas pertinentes aos pais ou responsável. Conselho tutelar. Acesso à Justiça. Princípios gerais. Competência. Serviços auxiliares. Da perda e da suspensão do poder familiar: procedimento e recursos. Da destituição da tutela. Colocação em família substituta. Do Ministério Público. Do advogado. Crimes e infrações administrativas. Proteção judicial dos interesses individuais, difusos e coletivos da Área da Infância e da Juventude.

Anexo III – Requerimento de Inscrição

REQUERIMENTO DE INSCRIÇÃO

ILUSTRÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE SÃO JOSÉ/SC

Eu, _____,
Nacionalidade _____, CPF _____

identidade nº _____, órgão emissor _____

data de emissão ____/____/____, infra-assinado, preenchendo os requisitos do Edital nº 001/2015, venho requerer minha inscrição ao Processo de Escolha Unificado dos Membros do Conselhos Tutelares de São José.

Para organização do prontuário, presto as declarações a seguir, sob as penas da Lei:

1 - Filiação:

Pai: _____

Mãe: _____

2 - Data e Local de Nascimento

____/____/____ Município: _____ UF _____

3 – Endereços (rua, nº, bairro, ponto de referência): Residencial:

(Com relação a este item, informar os endereços de residência dos últimos dois anos).

Endereço Profissional:

4 - Contato:

E-mail : _____

Tel. Residencial : _____

Tel. Profissional : _____

Fax : _____

Outro : _____

5– Sim, exerci função de conselheiro tutelar ()

Não exerci função de conselheiro tutelar ()

Se SIM, informar períodos e Municípios, nos últimos 05 anos.

5.1 _____

5.2 _____

5.3. _____

5.4. _____

5.5. _____

6 - Grau de Instrução:

(Qual o curso, instituição, ano de formação e município/UF)

7 - Informo vínculo funcional, contrato de trabalho, relação de emprego com o serviço público ou entidade privada (vínculo atual ou o último).

(órgão, entidade, empresa, município):

- Nome cargo, função ou mandato:

(descrição das atividades exercidas em função do vínculo):

Se já desligado data do desligamento: ____/____/____

8 – Relaciono a experiência e conhecimentos, de no mínimo, um ano na promoção, defesa ou atendimento na área dos direitos da Criança e do Adolescente.(anexos certificados de formação ou capacitação).

(apresentar declaração da(s) organização(ões) onde desenvolveu estas atividades), ou cópia da Carteira de Trabalho ou Contrato de Trabalho.

Declaro, finalmente, possuir bons antecedentes, boa conduta e não estar sendo processado nem ter sido condenado por crime ou contravenção, nem penalidade disciplinar de função pública qualquer.

São José, ____ de _____ de 2013.

Assinatura

ERRATA AO EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 248/2014-01

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ERRATA AO EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 248/2014-01 – A Prefeitura de São José, por intermédio da sua Diretora de Compras, leva ao conhecimento dos interessados, que na publicação do dia 26/06/2015, ONDE SE LÊ: “Contratado: EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA” LEIA-SE: “Contratado: ANDRESUL EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA”. Cláudia Schweitzer Pfleger / Diretora de Compras.

SUSPENSÃO "SINE DIE" DA TOMADA DE PREÇOS Nº 012/2015

COMUNICADO

REFERÊNCIA: PROCESSO Nº 207/2015 - TOMADA DE PREÇOS Nº 012/2015.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EFETUAR OS PROCEDIMENTOS NECESSÁRIOS À REGULARIZAÇÃO, PERANTE O PROCESSO DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL; DA ATUAL ÁREA EM OPERAÇÃO E DA SUA FUTURA AMPLIAÇÃO A FIM DE AUMENTAR A SUA CAPACIDADE DE USO, COM O PROPÓSITO DE SERVIR DE LOCAL DE DESTINO E PROCESSAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL - RSCC QUE SÃO GERADOS NA SEDE DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC.

A Secretaria de Administração, por intermédio da Comissão Permanente de Licitações leva ao conhecimento dos licitantes e demais interessados que, fica SUSPENSO SINE DIE o certame em epígrafe, em virtude da solicitação de alterações no edital encaminhada pela Secretaria de Infraestrutura.

Maiores informações, na Comissão Permanente de Licitações, sito à Avenida Acioni Souza Filho, nº 403, 3º andar, Praia Comprida, São José/SC - Fone: 3381-0100, das 13 às 18 horas.

São José, 29 de junho de 2015.

Carlos Schmidt

Presidente da CPL

TERMO ADITIVO/TA Nº 143/2013-02 – PR 037/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Termo Aditivo/TA nº 143/2013-02 – PR 037/2013 - Processo 073/2013 – Contratado: SMI PRIME – CONSULTORIA DE INVESTIMENTOS LTDA. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ANÁLISE E CONSULTORIA FINANCEIRA PARA GESTÃO DOS RECURSOS DA AUTARQUIA SÃO JOSÉ PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC. Prorrogação de Prazo: fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato nº 143/2013 por mais 12 meses, a contar de 22 de junho de 2015. Do Reajuste: fica reajustado o valor do Contrato nº 143/2013, segundo variação do IGPM correspondente aos últimos 12 meses, a qual representa o percentual de 4,10%. Valor do Contrato: O valor do Contrato reajustado pelo Termo Aditivo nº 143/2013-01 era de R\$ 59.527,68 (cinquenta e nove mil, quinhentos e vinte e sete reais e sessenta e oito centavos), e vigorará com a importância anual de R\$ 61.968,00 (sessenta e um mil e novecentos e sessenta e oito reais). Data da assinatura: 17 de junho de 2015.

CÂMARA MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO – 1º TERMO ADITIVO – CONTRATO Nº 005/2015 – PROCESSO Nº 010/2015 – PR 02/15

CONTRATO Nº 005/2015

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ – SC

CONTRATADA: EMPRESA ADSERVI ADMINISTRADORA DE SERVIÇOS LTDA

OBJETO: Prestação de serviços terceirizados na Câmara Municipal de São José – SC

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 3.3.90.34.00.00.00.00.0103 (13)

TERMO ADITIVO: Supressão de 01 (um) posto de operador de som e acréscimo de 01 (um) posto de operador de imagem, sem reflexos no valor do contrato

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

DECRETO Nº 5.119, DE 29 DE JUNHO DE 2015.

DECRETO Nº 5.119, DE 29 DE JUNHO DE 2015.

Abre crédito adicional suplementar, anulação de dotações, no orçamento programa de 2015, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, autorização contida na Lei Municipal nº 2.191, de 18 de dezembro 2014, e de acordo com o inciso III, do - 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional suplementar, anulação de dotações, adicionando-se pelo crédito orçamentário o valor de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

| | | | |
|---|---|------------------|--------------|
| 11.00 | SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SAS | | |
| 11.01 | FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SAS | | |
| 08.244.4509.2.029 4.4.9.0.00.00.00.00.0.1.0000 | 148 | Aplicação Direta | R\$ 4.000,00 |

Art. 2º Para atendimento da suplementação de que trata o art. 1º, em conformidade com o que estabelece o inciso III, do - 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e a Lei Municipal nº 2.191, de 18 de dezembro de 2014, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial da seguinte dotação:

| | | | |
|---|---|------------------|--------------|
| 11.00 | SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SAS | | |
| 11.01 | FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SAS | | |
| 08.244.4509.2.029 3.1.9.0.00.00.00.00.0.1.0000 | 141 | Aplicação Direta | R\$ 4.000,00 |

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 29 de junho de 2015.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 5.120, DE 29 DE JUNHO DE 2015.

DECRETO Nº 5.120, DE 29 DE JUNHO DE 2015.

Abre crédito adicional suplementar - por excesso de arrecadação, no orçamento programa de 2015, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e autorização contida na Lei Municipal nº 2.191, de 18 de dezembro 2014 e na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, art. 43, - 1º, inciso II,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional suplementar - proveniente do excesso de arrecadação, no orçamento vigente, no valor de R\$ 9.939,99 (nove mil, novecentos e trinta e nove reais e noventa e nove centavos) na seguinte dotação orçamentária:

| | | | |
|---|--------------------------------|------------------|--------------|
| 13.00 | FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS | | |
| 13.01 | FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS | | |
| 13.01.10.301.4506.1.064 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0038 | 49 | Aplicação Direta | R\$ 9.939,99 |

Art. 2º Para atendimento da suplementação, de que trata o artigo anterior, decorrerá a utilização do excesso de arrecadação, em conformidade com o que estabelece a Lei Municipal nº 2.191, de 18 de dezembro 2014 e na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, art. 43, - 1º, inciso II.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 29 de junho de 2015.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 5.121, DE 29 DE JUNHO DE 2015.

DECRETO Nº 5.121, DE 29 DE JUNHO DE 2015.

Abre crédito adicional suplementar, anulação de dotações, no orçamento programa de 2015, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, autorização contida na Lei Municipal nº 2.191, de 18 de dezembro 2014, e de acordo com o inciso III, do - 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional suplementar, anulação de dotações, adicionando-se pelo crédito orçamentário o valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

| | | | |
|--|--------------------------------|------------------|----------------|
| 13.00 | FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS | | |
| 13.01 | FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS | | |
| 10.301.4506.2.019 .3.3.9.0.0 0.00.00.00.00.0.1.0002 | 11 | Aplicação Direta | R\$ 100.000,00 |

Art. 2º Para atendimento da suplementação, de que trata o art. 1º, em conformidade com o que estabelece o inciso III, do - 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e a Lei Municipal nº 2.191, de 18 de dezembro de 2014, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial da seguinte dotação:

| | | | |
|---|--------------------------------|------------------|----------------|
| 13.00 | FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS | | |
| 13.01 | FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS | | |
| 10.301.4506.2.019 3.1.9.0.00.00.00.00.0.1.0000 | 08 | Aplicação Direta | R\$ 100.000,00 |

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 29 de junho de 2015.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 5.122, DE 29 DE JUNHO DE 2015.

DECRETO Nº 5.122, DE 29 DE JUNHO DE 2015.

Abre crédito adicional suplementar, anulação de dotações, no orçamento programa de 2015, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, autorização contida na Lei Municipal nº 2.228, de 26 de dezembro 2015, e de acordo com o inciso III, do - 1º, do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional, por anulação de dotação, adicionando-se pelo crédito orçamentário o valor de até R\$ 170.000,00 (cento e setenta mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

13.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS
13.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS
13.01.10.302.4506.2.021.3.3.50.00.00.00.00.01.0002 26 Aplicação Direta R\$ 170.000,00

Art. 2º Para atendimento da suplementação, de que trata o art. 1º, em conformidade com o que estabelece o inciso III, do - 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e a Lei Municipal nº 2.228, de 26 de junho de 2015, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial da seguinte dotação:

16.00 ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO
16.01 ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO
16.01.28.846.0000.0.001.4.6.90.00.00.00.00.01.0000 171 Aplicação Direta R\$ 170.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 29 de junho de 2015.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 5.123, DE 29 DE JUNHO DE 2015.

DECRETO Nº 5.123, DE 29 DE JUNHO DE 2015.

Abre crédito adicional suplementar, anulação de dotações, no orçamento programa de 2015, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, autorização contida na Lei Municipal nº 2.229, de 26 de junho 2015, e de acordo com o inciso III, do - 1º, do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional, por anulação de dotações, no orçamento programa de 2015, adicionando-se pelo crédito orçamentário o valor de até R\$ 730.000,00 (setecentos e trinta mil reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

06.00 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA - SAF
06.01 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA - SAF
06.01.04.1225.4503.2.006.3.3.90.00.00.00.00.01.0000 16 Aplicação Direta R\$ 100.000,00

08.00 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - SME
08.01 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - SME
08.01.12.365.4505.2.015.3.3.90.00.00.00.00.01.0000 85 Aplicação Direta R\$ 120.000,00

08.00 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - SME
08.01 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - SME
08.01.12.365.4505.2.015.3.3.90.00.00.00.00.01.0001 82 Aplicação Direta R\$ 100.000,00

08.00 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - SME
08.01 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - SME
08.01.12.361.4505.2.014.3.3.90.00.00.00.00.01.0001 54 Aplicação Direta R\$ 150.000,00

09.00 SEC. DE PLANEJAMENTO E DES. URBANO - SDU
09.01 SEC. DE PLANEJAMENTO E DES. URBANO - SDU
09.01.15.451.4511.2.034.3.3.90.00.00.00.00.01.0000 106 Aplicação Direta R\$ 260.000,00

Art. 2º Para atendimento da suplementação, de que trata o art. 1º, em conformidade com o que estabelece o inciso III, do - 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e a Lei Municipal nº 2.229, de 26 de junho de 2015, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial das seguintes dotações:

16.00 ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO
16.01 ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO
16.01.28.846.0000.0.001.4.6.90.00.00.00.00.01.0000 171 Aplicação Direta R\$ 270.000,00

09.00 SEC. DE PLANEJAMENTO E DES. URBANO - SDU
09.01 SEC. DE PLANEJAMENTO E DES. URBANO - SDU
09.01.15.452.4511.2.052.3.3.90.00.00.00.00.01.0000 108 Aplicação Direta R\$ 460.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 29 de junho de 2015.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

EDITAL DO PROCESSO ELEITORAL Nº 001.2/2015 - CMDCA

EDITAL DO PROCESSO ELEITORAL Nº 001.2/2015

Torna Pública a retificação de disposições do Edital nº 001/2015 do processo de escolha unificado dos Conselheiros Tutelares no Município de São Lourenço do Oeste - SC, para o quadriênio 2016-2019, e dá outras providências.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA de São Lourenço do Oeste – SC, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Federal nº 8.069/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente e a Lei Municipal 1.827/2009, e;

CONSIDERANDO o Art. 13 da Resolução nº 170/2014 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA;

CONSIDERANDO a Resolução CMDCA-SLO nº 008 de 29 de junho de 2015;

TORNA PÚBLICA, para o conhecimento dos interessados, a retificação das seguintes disposições do Edital nº 001/2015 para a escolha dos membros do Conselho Tutelar de São Lourenço do Oeste – SC.

I – DA ALTERAÇÃO DO EDITAL Nº 001/2015:

No item 3: “Da Remuneração, da Carga Horária e do Mandato”, subitem 3.1, inciso I:

Onde se lê:

“I – vencimento de R\$ 1.171,72 (um mil, cento e setenta e um reais e setenta e dois centavos), acrescido de R\$ 280,66 (duzentos e oitenta reais e sessenta e seis centavos) referente ao vale alimentação, com reajuste na mesma data e no mesmo percentual que for reajustado o vencimento dos servidores públicos municipais”;

Leia-se:

“I – vencimento de R\$ 1.246,83 (um mil, duzentos e quarenta e seis reais e oitenta e três centavos), acrescido de R\$ 298,65 (duzentos e noventa e oito reais e sessenta e cinco centavos) referente ao vale alimentação, com reajuste na mesma data e no mesmo percentual que for reajustado o vencimento dos servidores públicos municipais”. (NR)

No item 4: “Do Processo de Escolha”, subitem 4.1 - Das inscrições, subitem 4.1.1:

Onde se lê:

4.1.1 “O registro das candidaturas a conselheiro tutelar se dará mediante a apresentação de ficha de inscrição (Anexo III) junto aos documentos exigidos neste edital, no período de 27 de abril a 19 de junho de 2015, em dias úteis, no horário de atendimento ao público (07h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min), na Secretaria Municipal de Assistência Social, localizada na Rua Duque de Caxias, nº 789, Centro, São Lourenço do Oeste – SC”.

Leia-se:

4.1.1 “As inscrições para concorrer a Conselheiro Tutelar ficam prorrogadas no período de 02 a 13 de julho de 2015, em dias úteis, no horário de atendimento ao público (07h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min), na Secretaria Municipal de Assistência Social, localizada na Rua Duque de Caxias, nº 789, Centro, São Lourenço do Oeste – SC, sendo que o registro das candidaturas se dará mediante a apresentação de ficha de inscrição (Anexo III) junto aos documentos exigidos no Edital nº 001/2015. (NR)

Parágrafo único: os candidatos que tiveram suas inscrições indeferidas através do Edital nº 001.1/2015 e desejarem concorrer ao cargo de Conselheiro Tutelar deverão se reinscrever conforme prevê o item supracitado e considerando os requisitos estabelecidos”. (NR)

No item 4: "Do Processo de Escolha", subitem 4.1 – Das inscrições, subitem 4.1.3, inciso XI:

Onde se lê:

4.1.3 – XI – Comprovação de experiência que trata o item 4.1.2 – X, mediante os seguintes documentos:

- a) declaração fornecida por entidade cadastrada no CMDCA;
- b) declaração emitida por órgão público, informando da experiência na área com criança e adolescente;
- c) registro em carteira profissional de trabalho comprovando experiência na área com criança e adolescente".

Leia-se:

4.1.3 – XI – "Comprovação de experiência que trata o item 4.1.2 – X, mediante um dos seguintes documentos:

- a) declaração fornecida por entidade cadastrada no CMDCA, ou;
- b) declaração emitida por órgão público, informando da experiência na área com criança e adolescente, ou;
- c) registro em carteira profissional de trabalho comprovando experiência na área com criança e adolescente, ou;
- d) declaração fornecida pelo responsável por entidades religiosas com firma reconhecida em cartório, comprovando experiência de no mínimo 06 (seis) meses em ensinos religiosos atendendo especificamente crianças e adolescentes, que a atuação tenha sido nos últimos 05 (cinco) anos". (NR)

No item 4: "Do Processo de Escolha", subitem 4.3 – Da Publicação das Candidaturas, subitem 4.3.1:

Onde se lê:

4.3.1 "A relação de candidatos inscritos será publicada no dia 29 de junho de 2015, no Mural da Prefeitura Municipal, Câmara de Vereadores e Fórum desta Comarca, bem como no site da Prefeitura Municipal para ciência pública".

Leia-se:

4.3.1 "A relação de candidatos inscritos será publicada no dia 15 de julho de 2015, no Mural da Prefeitura Municipal, Câmara de Vereadores e Fórum desta Comarca, bem como no site da Prefeitura Municipal para ciência pública". (NR)

No item 4: "Do Processo de Escolha", subitem 4.3 – Da Publicação das Candidaturas, subitem 4.3.2

Onde se lê:

4.3.2 "Publicada a lista, qualquer cidadão maior de 18 anos de idade e legalmente capaz, poderá requerer a impugnação da candidatura, mediante prova da alegação, no período 30 de junho a 06 de julho de 2015, no horário de atendimento ao público (07h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min), na Secretaria Municipal de Assistência Social, localizada na Rua Duque de Caxias, nº 789, Centro, São Lourenço do Oeste – SC".

Leia-se:

4.3.2 "Publicada a lista, qualquer cidadão maior de 18 anos de idade e legalmente capaz, poderá requerer a impugnação da candidatura, mediante prova da alegação, no período 16 a 20 de julho de 2015, no horário de atendimento ao público (07h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min), na Secretaria Municipal de Assistência Social, localizada na Rua Duque de Caxias, nº 789, Centro, São Lourenço do Oeste – SC".

No Anexo I: "Cronograma":

Onde se lê:

ANEXO I – CRONOGRAMA

| Eventos | Datas |
|------------------------|-------------------------|
| Publicação do Edital | 17/04/2015 |
| Inscrições | 27/04/2015 a 19/06/2015 |
| Análise das inscrições | 22/06/2015 a 26/06/2015 |

| | |
|--|--|
| Publicação da relação dos candidatos inscritos | 29/06/2015 |
| Impugnação de candidatura | 30/06/2015 a 06/07/2015 |
| Notificação dos candidatos impugnados para defesa | 07/07/2015 a 08/07/2015 |
| Apresentação da defesa pelo candidato impugnado | 09/07/2015 a 13/07/2015 |
| Análise e decisão das impugnações | 14/07/2015 a 20/07/2015 |
| Interposição de recurso | 21/07/2015 a 27/07/2015 |
| Publicação final dos candidatos aptos à eleição | 14/08/2015 |
| Período de campanha eleitoral | 14/08/2015 a 03/10/2015 |
| Operacionalização da eleição (seleção das pessoas que trabalharão no pleito; solicitação da lista de eleitores junto ao TRE; confecção das cédulas/urnas eletrônicas; reunião com a equipe; e solicitação de apoio a polícia). | 22/04/2015 a 02/10/2015 |
| Divulgação dos locais de votação | Até de 04/09/2015 |
| Eleição | 04/10/2015 |
| Divulgação do resultado | 05/10/2015 |
| Capacitação dos candidatos eleitos – titulares e suplentes | Novembro e Dezembro/2015 – a confirmar |
| Posse dos eleitos | 10/01/2016 |

Leia-se:

ANEXO I – CRONOGRAMA

| Eventos | Datas |
|--|--|
| Inscrições Prorrogadas | 02/07/2015 a 13/07/2015 |
| Análise das inscrições | 14/07/2015 |
| Publicação da relação dos candidatos inscritos | 15/07/2015 |
| Impugnação de candidatura | 16/07/2015 a 20/07/2015 |
| Notificação dos candidatos impugnados para defesa | 21/07/2015 a 22/07/2015 |
| Apresentação da defesa pelo candidato impugnado | 23/07/2015 a 27/07/2015 |
| Análise e decisão das impugnações | 28/07/2015 a 03/08/2015 |
| Interposição de recurso | 04/08/2015 a 10/08/2015 |
| Publicação final dos candidatos aptos à eleição | 14/08/2015 |
| Período de campanha eleitoral | 14/08/2015 a 03/10/2015 |
| Operacionalização da eleição (seleção das pessoas que trabalharão no pleito; solicitação da lista de eleitores junto ao TRE; confecção das cédulas/urnas eletrônicas; reunião com a equipe; e solicitação de apoio a polícia). | 22/04/2015 a 02/10/2015 |
| Divulgação dos locais de votação | Até de 04/09/2015 |
| Eleição | 04/10/2015 |
| Divulgação do resultado | 05/10/2015 |
| Capacitação dos candidatos eleitos – titulares e suplentes | Novembro e Dezembro/2015 – a confirmar |
| Posse dos eleitos | 10/01/2016 |

II - DAS DEMAIS DISPOSIÇÕES DO EDITAL Nº 001/2015:

As demais disposições do Edital nº 001/2015, de 17 de abril de 2015, não alteradas pelo presente, permanecem em pleno vigor.

São Lourenço do Oeste, 30 de junho de 2015.

Claíta Cristina Malossi Iecker

Presidente do CMDCA

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 084/2015

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 084/2015
ORIGEM: Processo Licitatório Nº 084/2015 – Pregão Presencial Nº 051/2015.
OBJETO: AQUISIÇÃO DE SEMENTES DE FLORES PARA PRODUÇÃO NO VIVEIRO MUNICIPAL, VISANDO O PLANTIO NOS CANTEIROS DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC.
FORNECEDOR: JULCIMAR ANDRE BORDIGNON – ME - CNPJ: 19.157.862/0001-50.
VALOR: R\$ 6.400,00 (seis mil e quatrocentos reais).
TOTAL: R\$ 6.400,00 (seis mil e quatrocentos reais).
DATA DE ASSINATURA: 22/06/2015.
VIGÊNCIA: 22/06/2015 à 31/12/2015.
INFORMAÇÕES: licitacoes@saolourenco.sc.gov.br ou (49) 3344-8588.

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 085/2015

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 085/2015
ORIGEM: Processo Licitatório Nº 085/2015 – Pregão Presencial Nº 052/2015.
OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA CONSUMO DO 5º PELOTÃO DA 2ª COMPANHIA DO 6º BATALHÃO DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC.
FORNECEDOR: COMERCIAL ALVORADA LTDA ME - CNPJ: 82.831.025/0001-00.
VALOR: R\$ 5.289,15 (cinco mil, duzentos e oitenta e nove reais e quinze centavos).
FORNECEDOR: FABIANE MIKOLAJCZYK ME - CNPJ: 03.966.514/0001-94.
VALOR: R\$ 1.409,40 (um mil, quatrocentos e nove reais e quarenta centavos).
FORNECEDOR: NOAL & TREVISOL LTDA – ME - CNPJ: 05.528.521/0001-30.
VALOR: R\$ 4.989,56 (quatro mil, novecentos e oitenta e nove reais e cinquenta e seis centavos).
FORNECEDOR: RENATA CRISTINA RADIN RICARDI ME - CNPJ: 13.397.299/0001-01.
VALOR: R\$ 4.613,78 (quatro mil, seiscentos e treze reais e setenta e oito centavos).
TOTAL: R\$ 16.301,89 (dezesesseis mil, trezentos e um reais e oitenta e nove centavos).
DATA DE ASSINATURA: 22/06/2015.
VIGÊNCIA: 22/06/2015 à 31/12/2015.
INFORMAÇÕES: licitacoes@saolourenco.sc.gov.br ou (49) 3344-8588.

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 086/2015

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 086/2015
ORIGEM: Processo Licitatório Nº 086/2015 – Pregão Presencial Nº 053/2015.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS, MATERIAIS BEM COMO MÃO DE OBRA DE INSTALAÇÃO E CONFIGURAÇÃO DE CIRCUITO FECHADO DE CÂMERAS DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA NAS ESCOLAS DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC
FORNECEDOR: AMB EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS LTDA ME - CNPJ: 19.561.743/0001-69.
VALOR: R\$ 7.300,00 (sete mil e trezentos reais).
TOTAL: R\$ 7.300,00 (sete mil e trezentos reais).
DATA DE ASSINATURA: 23/06/2015.
VIGÊNCIA: 23/06/2015 à 31/12/2015.
INFORMAÇÕES: licitacoes@saolourenco.sc.gov.br ou (49) 3344-8588.

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 087/2015

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 087/2015
ORIGEM: Processo Licitatório Nº 087/2015 – Pregão Presencial Nº 054/2015.
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIOS A SEREM UTILIZADOS NAS ESCOLAS BÁSICAS DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC.
FORNECEDOR: CB COMERCIO DE LIVROS E BRINQUEDOS BOFF LTDA ME - CNPJ: 01.669.984/0001-60.
VALOR: R\$ 5.190,00 (cinco mil, cento e noventa reais).
FORNECEDOR: TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA EPP - CNPJ: 04.303.600/0001-80.
VALOR: R\$ 21.675,00 (vinte e um mil, seiscentos e setenta e cinco reais).
FORNECEDOR: TÁRSIO COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA ME - CNPJ: 04.956.052/0001-97.
VALOR: R\$ 2.620,00 (dois mil, seiscentos e vinte reais).
FORNECEDOR: JACKSON NEIMAR PEDRASSANI ME - CNPJ: 09.552.508/0001-77.
VALOR: R\$ 5.640,00 (cinco mil, seiscentos e quarenta reais).
FORNECEDOR: LINDOMAR GALVAN & CIA LTDA – ME - CNPJ: 10.838.393/0001-60.
VALOR: R\$ 10.455,00 (dez mil, quatrocentos e cinquenta e cinco reais).
TOTAL: R\$ 45.580,00 (quarenta e cinco mil, quinhentos e oitenta reais).
DATA DE ASSINATURA: 24/06/2015.
VIGÊNCIA: 24/06/2015 à 31/12/2015.
INFORMAÇÕES: licitacoes@saolourenco.sc.gov.br ou (49) 3344-8588.

LEI COMPLEMENTAR Nº 175, DE 26 DE JUNHO DE 2015.**LEI COMPLEMENTAR Nº 175, DE 26 DE JUNHO DE 2015.**

Altera a Lei Complementar nº 146, de 28 de dezembro de 2012 e dá outras providências.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE**, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, **faz saber** que a Câmara dos Vereadores aprovou e fica sancionada a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º A Lei Complementar nº 146, de 28 de dezembro de 2012, alterada pela Lei Complementar nº 161, de 21 de março de 2014, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 1º Fica instituído, por meio desta Lei e de seus anexos, o Plano Diretor do Município de São Lourenço do Oeste, Estado de Santa Catarina, instrumento básico da política de desenvolvimento territorial e urbanístico local, denominado oficialmente Plano Diretor Participativo do Município de São Lourenço do Oeste.

.....” (NR)

“Art. 4º.....
Parágrafo único. Visando garantir conformidade e vinculação entre todas as ações relacionadas com a Política territorial e urbanística Municipal e as diretrizes gerais referidas no *caput*, fica estabelecido que administradores, legisladores, conselhos municipais, cidadãos e intérpretes em geral desta Lei orientar-se-ão pelas seguintes diretrizes:

.....” (NR)

“Art. 6º.....
Parágrafo único. Sempre deverão ser observadas as diretrizes referidas no parágrafo único, do art. 4º desta lei:

.....” (NR)

“Art. 7º.....
I - zoneamento, na forma desta Lei e seus anexos;

Parágrafo único. Os instrumentos de indução do desenvolvimento urbano previstos neste artigo deverão ser aplicados na forma desta Lei como decorrência do interesse local, sem prejuízo da observância da legislação Federal e Estadual sobre a matéria regulada.” (NR)

1

RUA DUQUE DE CAXIAS, 789 – CENTRO - Fone - (49) 3344-8500 – Fax (49) 3344-8560
89.990-000 - SÃO LOURENÇO DO OESTE – SANTA CATARINA
CNPJ – 83.021.873/0001-08 – www.saolourenco.sc.gov.br



“Art. 11.....
§ 1º Macrozonas são divisões do Município em grandes unidades territoriais, buscando estabelecer a integração do território do Município.” (NR)

“Art. 12.....
Parágrafo único. Os parâmetros de uso e ocupação do solo atribuídos aos trechos do sistema viário referidos no *caput* serão aplicados nos lotes que tenham frente para estes mesmos trechos, de acordo com as regras estabelecidas nesta lei.” (NR)

“Art. 13.....
§ 1º.....
I - somente após ocorrida significativa redução das glebas a serem urbanizadas nas zonas urbanas de ocupação prioritária referidas nesta lei.
.....
§ 2º.....
I - trechos do sistema viário constantes nos mapas anexos à esta Lei;
.....” (NR)

“Art. 15. A Macrozona Urbana compreende a área delimitada pelas zonas urbanas de ocupação prioritária, zonas industriais, zonas de expansão urbana futura e zonas de expansão industrial.
§ 1º Os perímetros urbanos não poderão deixar de ser coincidentes com a delimitação definida pelas zonas de ocupação prioritária e zonas industriais, podendo estes serem contínuos ou descontínuos.
§ 2º A descrição do Perímetro Urbano será gradativamente complementada, de acordo com as necessidades operacionais, de maior detalhamento e precisão e incorporada como anexo a esta Lei, em prazo a ser estabelecido nas disposições finais e transitórias.” (NR)

“Art. 74.....
.....
III - Zona Rural - Rio Guaporé;
.....” (NR)

“Art. 87-A. As características atuais, condicionantes que limitam a ocupação, os objetivos específicos e os instrumentos que poderão ser aplicados em cada Área de Especial Interesse estão descritos no Anexo-03 desta Lei.” (NR)



“Art. 184.....
I - dos objetivos específicos de cada Zona e Área de Especial Interesse referida nesta Lei;
II - das disposições sobre os trechos do sistema viário, na forma desta Lei;
III - dos níveis de incomodidade regulados na Seção III, deste Capítulo, na Tabela de Níveis de Incomodidade Anexo-02 e no Mapa de Zoneamento Anexo-08 (Níveis de Incomodidade), ambos desta Lei.” (NR)

“Art. 186. Para os efeitos desta Lei, considera-se incômodo, ou incomodidade, a potencialidade ou efeito gerado por uma ou mais atividades sobre a coletividade, considerando a sua incompatibilidade com os padrões de uso definidos para determinadas porções do território do Município, conforme a Tabela de Níveis de Incomodidade constante do Anexo-02 desta Lei.” (NR)

“Art. 188.....
.....
§ 1º A classificação dos usos e atividades nos seus respectivos níveis de incomodidade será dado pela tabela de níveis de incomodidade constante no Anexo-02 desta Lei.
§ 2º Serão utilizados trechos do sistema viário, conforme indicado no mapa de macrozoneamento que se refere a trechos do sistema viário Anexo-08 (Níveis de Incomodidade) à esta Lei, para identificar onde será permitida a instalação dos usos e atividades constantes na tabela do Anexo-02 desta Lei.” (NR)

“Art. 189. Os usos e atividades com nível de incomodidade N-0, constantes na tabela do Anexo-02, poderão se instalar em todos os trechos de via constantes no mapa de macrozoneamento que se refere a trechos do sistema viário Anexo-08 (Níveis de Incomodidade) à esta Lei, que estão indicados como N-0, N-1, N-2 e N-3, não sendo admitido nos trechos de via N-4.” (NR)

“Art. 190. Os usos e atividades com nível de incomodidade N-1, constantes na tabela do Anexo-02, poderão se instalar em todos os trechos de via constantes no mapa de macrozoneamento que se refere a trechos do sistema viário Anexo-08 (Níveis de Incomodidade) desta Lei, que estão indicados como N-1, N-2 e N-3, não sendo admitido nos trechos de vias em que o nível de incomodidade for indicado como N-0 e N-4.” (NR)

“Art. 191. Os usos e atividades com nível de incomodidade N-2, constantes na tabela do Anexo-02, poderão se instalar em todos os trechos de via constantes

3

RUA DUQUE DE CAXIAS, 789 – CENTRO - Fone - (49) 3344-8500 – Fax (49) 3344-8560
89.990-000 - SÃO LOURENÇO DO OESTE – SANTA CATARINA
CNPJ – 83.021.873/0001-08 – www.saolourenco.sc.gov.br



no mapa de macrozoneamento que se refere a trechos do sistema viário Anexo-08 (Níveis de Incomodidade) desta Lei, que estão indicados como N-2 e N-3, não sendo admitido nos trechos de vias em que o nível de incomodidade for igual a N-0, N-1 e N-4.” (NR)

“Art. 192. Os usos e atividades com nível de incomodidade N-3, constantes na tabela do Anexo-02, poderão se instalar em todos os trechos de via constantes no mapa de macrozoneamento que se refere a trechos do sistema viário Anexo-08 (Níveis de Incomodidade) desta Lei, que estão indicados como N-3, não sendo admitido nos trechos de vias em que o nível de incomodidade for igual a N-0, N-1, N-2 e N-4.” (NR)

“Art. 193. Os usos e atividades com nível de incomodidade N-4, constantes na tabela do Anexo-02, poderão se instalar em todos os trechos de via constantes no mapa de macrozoneamento que se refere a trechos do sistema viário Anexo-05 (Níveis de Incomodidade) desta Lei, que estão indicados como N-4, não sendo admitido nos trechos de vias em que o nível de incomodidade for igual a N-0, N-1, N-2 e N-3.” (NR)

“Art. 196.....
§ 1º Especificamente com relação ao parâmetro referido no art. 195, inciso VI, para definição do número máximo de pavimentos, prevalecerão os trechos do sistema viário constantes no mapa de macrozoneamento que se refere a trechos do sistema viário Anexo-09 (Número máximo de Pavimentos) desta Lei, onde:

.....
§ 2º A permissão para edificar com 5 (cinco) pavimentos ou mais, somente será concedida mediante o atendimento das seguintes exigências:

.....
§ 3º Quanto ao tamanho mínimo do lote, a permissão para edificar, deverá considerar ainda:

.....” (NR)

“Art. 201. Os imóveis a serem loteados e que apresentarem cursos de água de qualquer porte, ou que estiverem situados em áreas de fundo de vale e encostas, deverão receber as diretrizes de arruamento vinculadas às faixas de proteção, de que trata esta Lei.

.....” (NR)

“Art. 202.....

Parágrafo único.....

RUA DUQUE DE CAXIAS, 789 – CENTRO - Fone - (49) 3344-8500 – Fax (49) 3344-8560
89.990-000 - SÃO LOURENÇO DO OESTE – SANTA CATARINA
CNPJ – 83.021.873/0001-08 – www.saolourenco.sc.gov.br

4



I.....
III - os elementos necessários aos cálculos de dimensionamento hidráulico tais como chuvas, coeficiente de escoamento, tempo de concentração, coeficiente de distribuição das chuvas, tempo de ocorrência, entre outros aplicáveis, serão definidos por normas e leis específicas relativas à matéria, com base nos critérios técnicos, levando sempre em consideração as condições mais críticas.” (NR)

“Art. 212. As normas de parcelamento do solo, previstas nesta Lei, são de cumprimento obrigatório por todos os proprietários de imóveis, sejam estes pessoas de direito público ou de direito privado, sem prejuízo da observância à legislação superior vigente que regule a matéria, nos âmbitos federal ou estadual, em especial a Lei Federal n.º 6.766/79 e suas alterações e Lei Estadual n.º 6.063/82 e suas alterações, bem como pelas demais normas que as substituírem ou complementarem.

§ 1º A execução de qualquer parcelamento do solo para fins urbanos, no território do município, depende de aprovação pelo poder público.

.....” (NR)

“Art. 213. Os parcelamentos para fins urbanos só poderão ser aprovados e executados se localizados na Macrozona Urbana, dentro dos limites do perímetro urbano e conforme parâmetros fixados nesta lei e no mapa de zoneamento Anexo-06.” (NR)

“Art. 225. As áreas destinadas ao uso público, descritas no art. 221 deverão ter acesso com vias de circulação de no mínimo 15,00 m (quinze metros) de largura, devendo os prolongamentos respeitar sempre a dimensão das ruas já existentes.” (NR)

“Art. 226. Os lotes reservados às áreas destinadas à implantação de equipamentos urbanos e comunitários devem ter no mínimo a área do lote mínimo da zona em que está inserido o parcelamento. Até a metragem de 2.000m² (dois mil metros quadrados) esta área deverá ser em uma única parcela, podendo sempre ser parcelada em frações mínimas de 2.000,00 m² (dois mil metros quadrados), tendo testada proporcional à 1/3 da profundidade do mesmo.” (NR)

“Art. 228. A maior dimensão das quadras não deverá ser superior a 170,00 m (cento e setenta metros) com exceção nas áreas industriais onde a maior

5

RUA DUQUE DE CAXIAS, 789 – CENTRO - Fone - (49) 3344-8500 – Fax (49) 3344-8560
89.990-000 - SÃO LOURENÇO DO OESTE – SANTA CATARINA
CNPJ – 83.021.873/0001-08 – www.saolourenco.sc.gov.br



dimensão das quadras não deverá ser superior a 250,00 m (duzentos e cinquenta metros).” (NR)

“Art. 230. Nos loteamentos populares os lotes resultantes do parcelamento deverão ter frente mínima de 12,00 m (doze metros) e área mínima de 250,00 m² (duzentos e cinquenta metros quadrados).” (NR)

“Art. 231. Nos loteamentos de Interesse Social as dimensões dos lotes serão estabelecidas no plano específico de cada Área de Especial Interesse Social (AEIS), respeitando o mínimo de 10,00 m (dez metros) de frente e 180,00 m² (cento e oitenta metros quadrados) de área.” (NR)

“Art. 233.....
I - ter largura mínima de 15,00 m (quinze metros), exceto vias parques e vias de pedestres;
II - estabelecer uma hierarquização do sistema viário, vinculando-a à classificação dos níveis de incomodidade constante no art. 188, incisos I a V;
.....
IV - ser classificadas e caracterizadas conforme descrito no art. 234 desta Lei.” (NR)

“Art. 235. Deverá ser prevista a implantação de bolsão de retorno, ou cul-de-sac, quando da impossibilidade de conexão com a malha viária existente, ou quando as diretrizes expressas nesta Lei restringem tais conexões.

I - Os bolsões de retorno ou cul-de-sac deverão ser obrigatoriamente projetados em vias com largura mínima de 15,00 m (quinze metros), obedecer a um diâmetro maior ou igual a 29,00 m (vinte e nove metros) com os passeios contornando todo o perímetro do retorno e mantendo uma largura igual à dos passeios da Via do Acesso.

II - As vias de circulação poderão terminar nas divisas da gleba a arruar, quando seu prolongamento estiver previsto na estrutura viária do Município, ou quando, aprovada pelo Conselho da Cidade.” (NR)

“Art. 237.....
I - a declividade mínima das ruas e avenidas será de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) e deverão ser providas de captação de águas pluviais no mínimo a cada 50,00 m (cinquenta metros);
II.....
III - Nos cruzamentos, deverão ser previstas soluções que garantam a segurança do ciclista;” (NR)

6

RUA DUQUE DE CAXIAS, 789 – CENTRO - Fone - (49) 3344-8500 – Fax (49) 3344-8560
89.990-000 - SÃO LOURENÇO DO OESTE – SANTA CATARINA
CNPJ – 83.021.873/0001-08 – www.saolourenco.sc.gov.br



“Art. 239. Os passeios públicos serão padronizados e normatizados em lei municipal própria, preferencialmente com arborização.” (NR)

“Art. 242.....
I - vias de circulação pavimentadas com meio-fio e sarjeta, incluindo sinalização horizontal e vertical;
.....” (NR)

“Art. 244. São de responsabilidade do loteador, além da implantação da infraestrutura básica, a execução e o custeio das obras e as instalações de:
I - demarcação dos lotes, das vias e dos lotes para a implantação de equipamentos urbanos e comunitários, das áreas de preservação permanente, das áreas verdes (FATMA), das áreas verdes de lazer a serem transferidos ao patrimônio do Município, além das áreas não edificáveis;
.....” (NR)

“Art. 245. Os projetos dos equipamentos urbanos a serem executados pelo interessado, referentes a abastecimento de água, esgoto e energia elétrica deverão estar previamente aprovados pelos órgãos estaduais competentes.” (NR)

“Art. 248.....
I.....
II - informar para área a ser desmembrada ou remembrada:
.....” (NR)

“Art. 249. O projeto de desmembramento ou remembramento deverá ser apresentado incluindo:
I - requerimento;
II - consulta de viabilidade;
III - comprovante de pagamento de taxas de análise de projeto;
IV - certidão de ônus reais e certidão negativa de tributos municipais, todos relativos aos imóveis a serem desmembrados ou remembrados;
V - memorial descritivo que deverá apresentar:
a) situação atual, descrevendo os confrontantes registrados na matrícula do imóvel, os confrontantes reais descritos através de levantamento “in loco” com azimutes, distâncias e coordenadas georreferenciadas;
b) descrição da proposta;
c) situação proposta final.

7

RUA DUQUE DE CAXIAS, 789 – CENTRO - Fone - (49) 3344-8500 – Fax (49) 3344-8560
89.990-000 - SÃO LOURENÇO DO OESTE – SANTA CATARINA
CNPJ – 83.021.873/0001-08 – www.saolourenco.sc.gov.br



VI - certidão atualizada da matrícula da área a ser desmembrada ou remembrada expedida pelo Cartório de Registro de Imóveis;

VII - ART/RRT do profissional responsável;

VIII - projetos geométricos de desmembramento ou remembramento, georreferenciados em coordenadas UTM (Universal Transversal Mercator) sistema de referencia Datum Sirgas 2000 (Sistema de referência para as Américas de 2000), apresentando no mínimo 3 (três) vias impressas, e em meio digital, devidamente assinadas pelo proprietário e pelo responsável técnico contendo no mínimo:

a) Mapa 01 - Localização

1. indicação das vias existentes e dos loteamentos próximos.

b) Mapa 02 - Situação Atual

1. indicação das áreas e confrontantes de acordo com o levantamento "in loco" com azimutes, distâncias e coordenadas georreferenciadas;

2. localização de edificações sobre os imóveis, caso houver;

3. denominação atual.

c) Mapa 03 - Descrição da Proposta

1. descrição das alterações pretendidas, detalhando e individualizando as áreas que integram o projeto;

2. indicação dos ângulos de orientação geográfica (azimutes) e distâncias das divisas;

3. indicação das áreas de cada parcela;

4. denominação atual;

5. áreas remanescentes;

6. localização de edificações sobre os imóveis, caso houver.

d) Mapa 04 - Situação Proposta Final

1. indicação da nova configuração proposta para as áreas;

2. indicação dos ângulos de orientação geográfica (azimutes) e distâncias das divisas;

3. indicação das áreas resultantes;

4. nova denominação;

5. indicação precisa dos lotes e vias confrontantes;

6. tabela de coordenadas." (NR)

"Art. 252.....

I.....

II - estudo preliminar;

....." (NR)

"Art. 257.....

I - cópia atualizada do título de propriedade do imóvel expedida pelo Cartório de Registro de Imóveis;

8

RUA DUQUE DE CAXIAS, 789 – CENTRO - Fone - (49) 3344-8500 – Fax (49) 3344-8560
89.990-000 - SÃO LOURENÇO DO OESTE – SANTA CATARINA
CNPJ – 83.021.873/0001-08 – www.saolourenco.sc.gov.br



II - planta de situação do terreno, impressa em 2 (duas) vias, e em meio digital e georreferenciado representando o seu entorno através de faixas externas de 500,00 m (quinhentos metros) de largura a partir das divisas da gleba a ser loteada ou até o limite do loteamento mais próximo.

.....” (NR)

“Art. 264.....

I.....

II - certidão atualizada da matrícula da área a ser loteada e certidões atualizadas das matrículas dos imóveis confrontantes, expedidas pelo Cartório de Registro de Imóveis

III - modelo de contrato-padrão de compra e venda dos lotes, a ser depositado no Registro de Imóveis, contendo o compromisso de execução da infraestrutura exigida, prazo de conclusão de serviços, bem como a denominação do empreendimento;

.....” (NR)

“Art. 270.....

Parágrafo único. A prorrogação será requerida pelo interessado, mediante justificativa do atraso ocorrido, a qual, mesmo sendo aceita pelo Poder Executivo Municipal, ainda necessitará da aprovação pelo Conselho da Cidade de São Lourenço do Oeste.” (NR)

“Art. 271. Para fins de garantia da execução das obras e dos serviços de infraestrutura urbana exigidos para parcelamento do solo, será constituída, antes de sua aprovação, caução real, mediante hipoteca de imóveis situados na Comarca de São Lourenço do Oeste, carta de fiança bancária ou depósito pecuniário em consignação em conta vinculada ao Poder Executivo Municipal, no valor correspondente a 120% (cento e vinte por cento) do valor determinado para a execução das obras e dos serviços de infraestrutura urbana exigidos conforme esta Lei.

.....” (NR)

“Art. 278. Para os efeitos desta Lei, os parcelamentos do solo deverão obedecer as normas referentes a registros, contratos, disposições penais e gerais da Lei Federal n.º 6.766/79, respectivamente os capítulos VI, VII, VIII e IX e alterações dadas pelas Leis n.º 9.785/99 e n.º 10.932/04.” (NR)

“Art. 289. Passarão a integrar o Patrimônio do Município, a partir da data de registro do parcelamento do solo no Cartório de Registro de Imóveis, as vias,

9

RUA DUQUE DE CAXIAS, 789 – CENTRO - Fone - (49) 3344-8500 – Fax (49) 3344-8560
89.990-000 - SÃO LOURENÇO DO OESTE – SANTA CATARINA
CNPJ – 83.021.873/0001-08 – www.saolourenco.sc.gov.br



as áreas verdes de lazer, as áreas verdes e outros equipamentos públicos urbanos e comunitários constantes no projeto e no memorial descritivo.

.....” (NR)

“Art. 291. As áreas de incidência do instituto da transferência do direito de construir serão aquelas constantes nos mapas a este relativo elaborado no momento da implantação deste instrumento.” (NR)

“Art. 297.....

I - a comprovação da localização do imóvel ou imóveis em área passível de aplicação do direito de preferência, a ser feita com base no mapa Anexo-07 desta lei

.....” (NR)

“Art. 304. A outorga onerosa do direito de construir das áreas compreendidas no interior dos perímetros das operações urbanas consorciadas reger-se-á, exclusivamente, pelas disposições de suas respectivas regras específicas, respeitados os coeficientes de aproveitamento máximo estabelecidos na Tabela de Caracterização de Macrozonas, Zonas e Áreas de Especial Interesse do Anexo-07 desta Lei.

Parágrafo único. Os imóveis localizados no interior dos perímetros das operações urbanas consorciadas não são passíveis de receber o potencial construtivo transferido de imóveis não inseridos no seu perímetro.” (NR)

“Art. 305. O estoque de potencial construtivo adicional a ser definido para as áreas de operação urbana consorciada deverá ter seus critérios e limites definidos na Lei Municipal específica que criar e regulamentar a operação urbana consorciada, respeitando o coeficiente de aproveitamento máximo previsto na Tabela de Parâmetros para Ocupação do Solo nas macrozonas constante do Anexo-01 desta Lei.” (NR)

“Art. 306. As áreas de incidência do instituto das operações urbanas consorciadas terão sua aplicação passível de ocorrer nas áreas constantes na Tabela de Caracterização de Macrozonas, Zonas e Áreas de Especial Interesse do Anexo-03 desta Lei, quando da sua implantação deverão constituir mapas anexos à esta Lei.” (NR)

10

RUA DUQUE DE CAXIAS, 789 – CENTRO - Fone - (49) 3344-8500 – Fax (49) 3344-8560
89.990-000 - SÃO LOURENÇO DO OESTE – SANTA CATARINA
CNPJ – 83.021.873/0001-08 – www.saolourenco.sc.gov.br



“Art. 308. As áreas de incidência do instituto do parcelamento, edificação ou utilização compulsória terão sua aplicação passível de ocorrer nas áreas constantes na Tabela de Caracterização de Macrozonas, Zonas e Áreas de Especial Interesse do Anexo-03 desta Lei, sendo que na sua implantação deverá constar do respectivo mapa, a fim de indentificar a área onde se aplicará o instrumento.

.....
§ 2º Fica facultado, aos proprietários dos imóveis localizados nas áreas constantes no mapa anexo desta Lei, propor ao Poder Executivo Municipal o estabelecimento de consórcio imobiliário, conforme disposições do art. 46 do Estatuto da Cidade e do Capítulo XIII do presente Título.” (NR)

“Art. 314. As áreas de incidência do instituto do IPTU Progressivo no Tempo terão sua aplicação passível de ocorrer nas áreas constantes na Tabela de Caracterização de Macrozonas, Zonas e Áreas de Especial Interesse do Anexo-03 desta Lei, sendo que na sua implantação deverá constar do respectivo mapa, a fim de indentificar a área onde se aplicará o instrumento.” (NR)

“Art. 316. As áreas de incidência do instituto do Consórcio Imobiliário terão sua aplicação passível de ocorrer nas áreas constantes na Tabela de Caracterização de Macrozonas, Zonas e Áreas de Especial Interesse do Anexo-03 desta Lei, sendo que na sua implantação deverá constar do respectivo mapa, a fim de indentificar a área onde se aplicará o instrumento.” (NR)

“Art. 318. Ficam definidas como áreas passíveis de aplicação do direito de superfície as áreas constantes na Tabela de Caracterização de Macrozonas, Zonas e Áreas de Especial Interesse do Anexo-03 desta Lei, sendo que na sua implantação deverá constar do respectivo mapa, a fim de indentificar a área onde se aplicará o instrumento.” (NR)

“Art. 320.....

.....
f) a ata da audiência pública e seus anexos servirão de base, juntamente com o EIV, para elaboração do termo de compromisso referido no art. 324, § 2º.” (NR)

“Art. 323.....

§1º

11

RUA DUQUE DE CAXIAS, 789 – CENTRO - Fone - (49) 3344-8500 – Fax (49) 3344-8560
89.990-000 - SÃO LOURENÇO DO OESTE – SANTA CATARINA
CNPJ – 83.021.873/0001-08 – www.saolourenco.sc.gov.br



I.....

XIV - definição das medidas mitigadoras e compensatórias dos impactos negativos e daquelas potencializadoras dos impactos positivos.

§ 2º O órgão competente do Poder Executivo Municipal, com a anuência do Conselho do Município de São Lourenço do Oeste e consideradas as peculiaridades do empreendimento ou da atividade e as características específicas da área, poderão dispensar questões mencionadas nos incisos do parágrafo anterior ou, ainda, exigir questões adicionais.

§ 3º.....

§ 4º As exigências previstas no § 1º deste artigo serão regulamentadas por decreto do Poder Executivo, no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da entrada em vigor desta Lei, sendo que referidas exigências deverão ser separadas por grupo de categorias e atividades.” (NR)

“Art. 328. Ficam definidas como áreas passíveis de implantação de AEIS as áreas constantes no mapa do Anexo-07 desta Lei.

.....” (NR)

“Art. 334.....

I.....

IV - estimular a implantação de infraestrutura necessária à instalação e ao funcionamento dos empreendimentos industriais, empresariais e turísticos em conformidade com as diretrizes mencionadas no artigo anterior;

.....” (NR)

“Art. 335.....

§ 1º.....

I - definir uma ordem de prioridade, entre as atividades econômicas que atendam as diretrizes específicas do art. 334, para o recebimento de incentivos fiscais e materiais, tomando por base o atendimento das diretrizes e objetivos estratégicos mencionados nesta Lei e as vocações locais;

§ 2º.....

I - estimular a distribuição de atividades econômicas ao longo dos principais eixos viários estruturadores, de maneira a promover o melhor aproveitamento da infraestrutura instalada e do movimento de passagem gerado;

.....” (NR)



“Art. 338.....
 I.....
 a).....

 f) a disponibilização de recursos para a implantação da política municipal de meio ambiente;
” (NR)

“Art. 339.....
 I.....

 V - Programa de controle da poluição, recuperação e preservação de recursos hídricos, que tem por objetivo estabelecer diretrizes específicas para o gerenciamento destes recursos hídricos do Município, visando, especialmente, garantir a preservação e recuperação de nascentes e áreas de preservação de mananciais.

 § 3º.....
 I.....
 II - cadastramento do patrimônio paisagístico no Sistema de Informações Municipais previsto nesta Lei;

 V - elaborar mapa de zoneamento ambiental, identificando nascentes, cursos d’água, matas e encostas, de forma a delimitar as áreas de preservação que servirão de orientação aos projetos de loteamento regulados nas normas de parcelamento desta Lei e, ainda, para eventuais ações de recuperação.

 § 4º.....
 I.....

 IV - elaboração e implantação de projetos necessários ao incremento e implantação das áreas verdes destinadas à preservação e ao lazer;

 § 5º.....

 II.....
 a) identificação e cadastramento dos recursos hídricos no Sistema de Informações Municipais estabelecido nesta Lei;

 b).....
 c) elaboração e implantação de projetos de recuperação prioritários;
” (NR)

“Art. 340. As diretrizes espaciais básicas da Estratégia de qualificação ambiental estão representadas nos mapas anexos à esta Lei.” (NR)

13

RUA DUQUE DE CAXIAS, 789 – CENTRO - Fone - (49) 3344-8500 – Fax (49) 3344-8560
 89.990-000 - SÃO LOURENÇO DO OESTE – SANTA CATARINA
 CNPJ – 83.021.873/0001-08 – www.saolourenco.sc.gov.br



“Art. 344.....

.....
III - Programa de Habitação de Interesse Social, que objetiva a disponibilização de áreas dotadas de infraestrutura básica, definida no art. 243, de equipamentos públicos e serviços essenciais que estejam em situação ambiental adequada para ocupação e a elaboração e implantação de projetos habitacionais de interesse social, sujeitando-os a regras especiais de uso e ocupação do solo que facilitem o acesso dos setores sociais de baixa renda à terra legalizada para fim de moradia, considerando a possibilidade de atuação do Poder Executivo Municipal e da iniciativa privada;

.....
VI - Programa viário, que promoverá ações de qualificação e de incremento da malha viária municipal, incluindo as obras-de-arte de engenharia necessárias à sua implantação;

.....
§ 7º.....

I.....

.....
IV - incrementar a interligação e promover a continuidade da malha viária, visando criar e melhorar acessos entre bairros e localidades, conforme as diretrizes espaciais de sistema viário estabelecidas nesta Lei;

V - otimizar o escoamento da produção e dos fluxos gerados pela economia, considerando questões de logística empresarial, e as diretrizes espaciais e de sistema viário estabelecidas nesta Lei.

.....
VIII - definir área e implantar um terminal de transbordo para carga e descarga de matéria-prima e mercadorias, visando evitar o tráfego pesado no centro e nas áreas com alto fluxo de pedestres e definir os trechos de ruas para regulamentar o sistema de carga e descarga, principalmente no Centro e no bairro Brasília.

XI.....

a) de transposição norte-sul do Vale do Lajeado.

b) de via marginal contornando o Vale do Lajeado estabelecendo demarcação física entre o vale e a área de ocupação do Município;

c).....

XII - implementar as diretrizes do sistema viário dando continuidade a Travessa Irineu Bornhausen, possibilitando a integração com malha urbana já consolidada, e sua conexão com a SC-480, tornando-se uma segunda opção de acesso ao núcleo urbano.

§ 8º.....

I - controlar o adensamento em áreas onde a infraestrutura e os equipamentos urbanos inexistam ou operem no limite de sua capacidade, através da aplicação:

a) dos parâmetros urbanísticos constantes no Anexo-01 desta Lei;

RUA DUQUE DE CAXIAS, 789 – CENTRO - Fone - (49) 3344-8500 – Fax (49) 3344-8560
89.990-000 - SÃO LOURENÇO DO OESTE – SANTA CATARINA
CNPJ – 83.021.873/0001-08 – www.saolourenco.sc.gov.br

14



.....
 II.....
 a) dos parâmetros urbanísticos constantes no Anexo-01 desta Lei;
” (NR)

“Art. 345. As diretrizes espaciais básicas da Estratégia de estruturação, ordenamento e qualificação territorial estão representadas nos mapas anexos à esta Lei.” (NR)

“Art. 346. Para os efeitos desta Lei, a Estratégia de planejamento e gestão participativos relaciona-se com a qualificação da estrutura administrativa do Município e da população para atuarem efetivamente no novo processo participativo de planejamento e gestão territoriais a ser implementado a partir da publicação desta Lei.” (NR)

“Art. 348.....
 I - operacionalizar, acompanhar e avaliar permanentemente a implantação e a gestão do Plano Diretor de São Lourenço do Oeste e legislação correlata, bem como os demais planos, programas, projetos e instrumentos voltados ao desenvolvimento municipal, propondo a sua atualização;
 II.....
 III - garantir a efetiva participação social nos processos de planejamento e gestão territoriais, disseminando a cultura de corresponsabilidade entre Poder Público e Sociedade na definição dos rumos do desenvolvimento municipal;
” (NR)

“Art. 349.....
 I - Programa de reestruturação administrativa do Poder Executivo Municipal, que tem por objetivo conferir operacionalidade e eficiência à estrutura administrativa municipal para o atendimento das demandas operacionais e funcionais surgidas em função do novo contexto de planejamento estratégico participativo instituído pelo estatuto da cidade e da implantação desta Lei;
 II - Programa de coordenação de políticas públicas, que articulará instrumentos de gestão orçamentária e políticas municipais com o Plano Diretor Participativo, objetivando, através desta consequente integração e complementaridade, aperfeiçoar as ações promovidas pelo Poder Público sobre o Município e atingir maior eficiência e qualidade nos resultados gerados por estas;

 § 1º.....

15

RUA DUQUE DE CAXIAS, 789 – CENTRO - Fone - (49) 3344-8500 – Fax (49) 3344-8560
 89.990-000 - SÃO LOURENÇO DO OESTE – SANTA CATARINA
 CNPJ – 83.021.873/0001-08 – www.saolourenco.sc.gov.br



I - adequar a estrutura organizacional da Prefeitura Municipal para as necessidades de atendimento das novas demandas operacionais e funcionais impostas por esta Lei e para viabilizar o processo de planejamento e gestão territoriais, visando racionalidade e eficiência da máquina pública;

II - estabelecer procedimentos para a operacionalização das demandas resultantes da implantação desta Lei;

V - desenvolver e implementar soluções, quando possível regionalizadas através da cooperação e associativismo intermunicipais, para implantação e manutenção dos sistemas de informações municipais e para apoiar à elaboração de planos, programas e projetos.

§ 2º Para viabilizar o Programa de coordenação de políticas públicas, o Poder Executivo Municipal deverá executar, de acordo com o cronograma referido no art. 386, parágrafo único, inciso I, as ações para concluir projetos necessários à implantação e consecução dos objetivos mencionados no art. 348.

§ 3º Para viabilizar o Programa de promoção da democracia participativa, o Poder Executivo Municipal deverá executar, de acordo com o cronograma referido no art. 386, parágrafo único, inciso I, as ações para a elaboração de projetos especiais que visem aperfeiçoar a implantação das instâncias de participação referidas no art. 354, incisos I a III.

§ 4º

§ 5º Para viabilizar o Programa de apoio à tomada de decisão, o Poder Executivo Municipal deverá executar, de acordo com o cronograma referido no art. 386, parágrafo único, inciso I, os projetos necessários à implantação e consecução dos objetivos mencionados no art. 349, inciso V.” (NR)

“Art. 350. Os planos, programas e ações referentes à Estratégia de planejamento e gestão participativos deverão se orientar pela divisão de áreas do Município constante no art. 362.” (NR)

“Art. 353. Os Poderes Executivo e Legislativo Municipais, âmbito de atuação do Sistema de Acompanhamento e controle promoverão:

I - a articulação entre Poder Público e Sociedade, inclusive entidades e órgãos governamentais das esferas estadual e federal que tenham relação com a política de planejamento territorial e urbanístico;

II - a adequação da gestão orçamentária às diretrizes das políticas territoriais e urbanísticas estabelecidas no Plano Diretor Participativo de São Lourenço do Oeste;

III - a realização de audiências públicas de acordo com as regras para elas estabelecidas no plano diretor;

§ 1º

RUA DUQUE DE CAXIAS, 789 – CENTRO - Fone - (49) 3344-8500 – Fax (49) 3344-8560
89.990-000 - SÃO LOURENÇO DO OESTE – SANTA CATARINA
CNPJ – 83.021.873/0001-08 – www.saolourenco.sc.gov.br

16



I.....
II - atualizará a gestão orçamentária e as demais políticas, estratégias, programas, projetos e ações municipais em conformidade com as diretrizes estabelecidas no Plano Diretor;
III.....
IV - submeterá as ações necessárias à implantação dos instrumentos previstos no Plano Diretor à apreciação do "Conselho da Cidade de São Lourenço do Oeste";
V.....
§
2º.....
I - na elaboração e aprovação das regras para revisão do Plano Diretor Participativo de São Lourenço do Oeste e para elaboração, aprovação e implantação da gestão orçamentária participativa, observando-se, em ambos os casos, as determinações do Estatuto da Cidade;
....." (NR)

"Art. 355.....
I.....
.....
IV - sugerir ao Poder Executivo adequações nas ações estratégicas destinadas à implantação das políticas territoriais e urbanísticas;
....." (NR)

"Art. 356.....
I.....
.....
VI - acompanhar e avaliar a implantação da legislação orçamentária municipal de acordo com as diretrizes, prioridades, planos, estratégias, programas e projetos expressos neste Plano Diretor;
....." (NR)

"Art. 357.....
I.....
.....
III - estudar e propor diretrizes para a formulação e implantação da política municipal de desenvolvimento territorial e urbanístico de forma articulada com as demais políticas da área, sejam estas de nível nacional, estadual, regional;
.....
VIII - aprovar seu regimento interno e decidir sobre as alterações propostas por seus membros, na forma desta Lei;
....." (NR)

17

RUA DUQUE DE CAXIAS, 789 – CENTRO - Fone - (49) 3344-8500 – Fax (49) 3344-8560
89.990-000 - SÃO LOURENÇO DO OESTE – SANTA CATARINA
CNPJ – 83.021.873/0001-08 – www.saolourenco.sc.gov.br



“Art. 363.....
 I.....
 a).....

 p) 01 (um) representante do Poder Legislativo Municipal;

 III.....
 XV - 01 (um) representante do Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU).”
 (NR)

“Art. 365. As Audiências Públicas, quando referentes a matérias contidas no Plano Diretor, ou que dele sejam derivadas, são obrigatórias no processo de sua elaboração, tramitação, implantação, avaliação e revisão e serão conduzidas pelo Poder Executivo ou Legislativo, conforme a fase do processo em que se encontre.
” (NR)

“Art. 373.....
 I - acompanhar e avaliar a implantação e os resultados do Plano Diretor do Município e dos demais planos, programas e projetos a serem propostos pelo Poder Público;
” (NR)

“Art. 383.....

 § 2º Ressalvadas as hipóteses de obras essenciais à segurança e higiene das edificações, ficam vetadas quaisquer obras de ampliação ou reforma que impliquem no aumento do exercício da atividade considerada incompatível, da capacidade de utilização das edificações, instalações ou equipamentos, ou da ocupação do solo a ela vinculada.” (NR)

Art. 2º Os artigos: 16, 87, 183, 197, 199, 200, 204, 221, 223, 229, 234, 247, 251, 258, 259, 260, 261, 263, 265, 269, 272, 279, 293, 295, 321, 386, da Lei Complementar nº 146, de 28 de dezembro de 2012, alterada pela Lei Complementar nº 161, de 21 de março de 2014, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 16. A Macrozona Urbana subdivide-se nas seguintes zonas:
 I - Zona Urbana de Ocupação Prioritária - 1 (Centro) / ZUOP-1 (Centro);
 II - Zona Urbana de Ocupação Prioritária - 2 / ZUOP- 2;

18

RUA DUQUE DE CAXIAS, 789 – CENTRO - Fone - (49) 3344-8500 – Fax (49) 3344-8560
 89.990-000 - SÃO LOURENÇO DO OESTE – SANTA CATARINA
 CNPJ – 83.021.873/0001-08 – www.saolourenco.sc.gov.br



- III - Zona Urbana de Ocupação Prioritária - 3 (Cruzeiro 1) / ZUOP-3 (Cruzeiro 1);
- IV - Zona Urbana de Ocupação Prioritária - 3 (Cruzeiro 2) / ZUOP-3 (Cruzeiro 2);
- V - Zona Urbana de Ocupação Prioritária - 4 (Santa Catarina) / ZUOP-4 (Santa Catarina);
- VI - Zona Urbana de Ocupação Prioritária - 4 (São Francisco) / ZUOP-4 (São Francisco);
- VII - Zona Urbana de Ocupação Prioritária - 5 (Costa Sul) / ZUOP-5 (Costa Sul);
- VIII - Zona Especial Vale do Arroio Gramadinho / ZE (Vale do Arroio Gramadinho);
- IX - Zona Especial Vale do Lajeado / ZE (Vale do Lajeado);
- X - Zona Comercial e de Serviços -1 / ZCS -1;
- XI - Zona Comercial e de Serviços-2 / ZCS-2;
- XII - Zona Micro - Industrial Efaislo / ZMIE (Efaislo);
- XIII - Zona Industrial - Sul (Moveleira) / ZI - Sul (Moveleira);
- XIV - Zona Industrial - Sul (São Paulinho) / ZI - Sul (São Paulinho);
- XV - Zona Industrial - Norte (Alimentícia 1) / ZI - Norte (Alimentícia 1);
- XVI - Zona Industrial - Norte (Alimentícia 2) / ZI - Norte (Alimentícia 2);
- XVII - Zona Industrial - (Frederico Wastner) / ZI - (Frederico Wastner);
- XVIII - Zona de Expansão Industrial São Paulinho / ZEI (São Paulinho);
- XIX - Zona de Qualificação Urbanística - 1 (Distrito de Frederico Wastner) / ZQU -1 (Distrito de Frederico Wastner);
- XX - Zona de Qualificação Urbanística - 2 (Distrito de Presidente Juscelino) / ZQU-2 (Distrito de Presidente Juscelino);
- XXI - Zona de Qualificação Urbanística - 3 (Distrito de São Roque) / ZQU-3 (Distrito de São Roque);
- XXII - Zona de Qualificação Urbanística - 4 (Vila Três Voltas) / ZUV-4 (Vila Três Voltas);
- XXIII - Zona de Qualificação Urbanística - 5 (Vila de Santana da Bela Vista) / ZUV-5 (Vila de Santana da Bela Vista);
- XXIV - Zona de Qualificação Urbanística - 6 (Vila de Santa Inês) / ZUV-6 (Vila de Santa Inês).

§ 1º Nas zonas de qualificação urbanística, distritos e vilas descritas acima, enquanto não houver o processo de qualificação urbanística serão aprovados projetos de edificações, desde que os mesmos obedeçam aos parâmetros urbanísticos descritos nesta lei e classifiquem-se como lotes urbanos em matrícula.

§ 2º Empreendimentos públicos e institucionais, que objetivem a instalação na macrozona rural, deverão ter os projetos de edificação analisados pela equipe técnica e aprovados pelo Conselho da Cidade de São Lourenço do Oeste, bem como, deverão atender as legislações pertinentes ao uso.

19

RUA DUQUE DE CAXIAS, 789 – CENTRO - Fone - (49) 3344-8500 – Fax (49) 3344-8560
89.990-000 - SÃO LOURENÇO DO OESTE – SANTA CATARINA
CNPJ – 83.021.873/0001-08 – www.saolourenco.sc.gov.br



§ 3º Dentro dos limites da Área de Preservação de Manancial - APM, todas as obras e empreendimentos deverão ter seus projetos aprovados junto ao órgão competente do poder público municipal.

§ 4º Nos casos descritos nos Parágrafos 1º e 2º do art. 16 adotar os parâmetros definidos para a Zona Distrital.

§ 5º As atividades industriais devem ser instaladas exclusivamente dentro das zonas industriais específicas para este fim, na sede do município ou nas áreas industriais dos distritos.” (NR)

“Art. 87. Para os efeitos desta Lei, constituem áreas de especial interesse:

I - Área de Especial Interesse Urbanístico:

- a) AEIU-1 - (Igreja Matriz);
- b) AEIU-2 - (Vale do Lajeado);
- c) AEIU-3 - (Mirante);
- d) AEIU-4 - (Centro de Eventos);
- e) AEIU-5 - (Trevo do Centro de Eventos);
- f) AEIU-6 - (Santuário);
- g) AEIU-7 - (Vale do Gramadinho);
- h) AEIU-8 - (Limite Estadual);

II - Área de Especial Interesse Econômico

- a) AEIE-1 - (Contorno Viário Armino Echer e SC 157);
- b) AEIE-2 - (SC - 480);
- c) AEIE-3 - (Rua Tiradentes).

III - Área de Especial Interesse Ambiental

- a) AEIA-1 - (Vale do Lajeado);
- b) AEIA-2 - (Cruzeiro);
- c) AEIA-3 - (Arroio Gramadinho);
- d) AEIA-4 - (Parque Municipal);
- e) Área de Preservação de Manancial - APM.

IV - Área de Especial Interesse Social

- a) AEIS-1 - (São Francisco 1);
- b) AEIS-1 - (São Francisco 1);
- c) AEIS-3 - (Vida Nova);
- d) AEIS-3 - (Vida Nova);
- e) AEIS-4 - (Brasília);
- f) AEIS-5 - (São Francisco 2);
- g) AEIS-6 - (Santa Catarina);
- h) AEIS-7 - (Meneguetti);
- i) AEIS-8 - (São Miguel).

V - Área de Preservação de Manancial - APM.” (NR)



“Art. 183. O uso do solo fica classificado em:

- I - residencial;
- II - não-residencial;
- III - misto.
- IV - industrial.

§ 1º Considera-se uso residencial aquele destinado às moradias do tipo unifamiliar e multifamiliar.

§ 2º Considera-se uso não-residencial aquele destinado ao exercício das atividades institucionais, comerciais e de prestação de serviços.

§ 3º Considera-se uso misto aquele constituído por mais de um tipo de uso no mesmo lote, excetuando-se o uso industrial.

§ 4º Considera-se uso industrial aquele destinado ao exercício das atividades industriais vinculadas a classificação micro-industrial e industrial.” (NR)

“Art. 197. Como regra geral, para fins de contagem do número de pavimentos da edificação:

- I - não será considerado o pavimento térreo quando destinado ao uso de áreas comuns e garagens da edificação;
- II - não será(ão) contado(s) o(s) pavimento(s) subsolo(s), destinado(s) exclusivamente à garagem e áreas comuns da edificação, exceto os pavimentos de garagens que não sejam vinculados às unidades deste;
- III - não será contado o pavimento destinado a mezanino e sobreloja desde que não ultrapassem 50% (cinquenta por cento) da área do piso térreo da unidade da qual este é anexo;
- IV - não será(ão) contado(s) o(s) pavimento(s) acima do térreo, destinados exclusivamente à garagem e áreas comuns da edificação, exceto os pavimentos de garagens que não sejam vinculados às unidades deste;
- V - não será contado o pavimento ático quando sua área coberta for inferior a 50% (cinquenta por cento) da área de projeção da torre ou do corpo da edificação.” (NR)

“Art. 199. Ressalvadas as disposições edilícias do Município, fica estabelecido, como regra geral para os recuos e afastamentos mínimos das edificações:

§ 1º Nas zonas ZUOP - I, II, III, IV, V, ZUD e Loteamento Livi:

I - Recuo Frontal - em toda a altura da edificação:

- a) de 4,00 m (quatro metros), para uso residencial unifamiliar, independente da largura da via. Em lotes com mais de uma testada deverá ser mantido o afastamento de 4,00 m (quatro metros) em uma testada e de 2,00 m (dois metros) nas outras testadas (definidos pelo proprietário);
- b) de 4,00 m (quatro metros), independente do uso, para vias com caixa menor que 20,00 m (vinte metros);
- c) isento, para o uso não residencial e misto, em vias com caixa igual ou maior que 20,00 m (vinte metros);

21

RUA DUQUE DE CAXIAS, 789 – CENTRO - Fone - (49) 3344-8500 – Fax (49) 3344-8560
89.990-000 - SÃO LOURENÇO DO OESTE – SANTA CATARINA
CNPJ – 83.021.873/0001-08 – www.saolourenco.sc.gov.br



d) isento, para o uso residencial multifamiliar, em vias com caixa igual ou maior que 20,00 m (vinte metros), desde que não tenha aberturas nas unidades habitacionais, voltadas para a via no pavimento térreo.

II - Afastamentos Laterais e Fundos - em toda a altura da edificação:

a) para edificações com até 10,00 m (dez metros) de altura ou no máximo 03 (três) pavimentos (prevalecendo o que for mais permissivo) e medidos a partir do ponto de nível médio da testada frontal, adotar:

1. Isento sem aberturas;
2. Mínimo de 1,50 m (um vírgula cinquenta metros) com aberturas, salvo maiores exigências do código de edificações.

b) para edificações que ultrapassem a altura descrita no inciso II, alínea "a", deste artigo a partir desta até o 12º (décimo segundo) pavimento adotar:

1. Mínimo de 1,50 m (um vírgula cinquenta metros) sem aberturas;
2. Mínimo de 2,50 m (dois vírgula cinquenta metros) com aberturas.

c) para edificações acima do 12º (décimo segundo) pavimento, adotar:

1. Mínimo 5,00 m (cinco metros) com ou sem aberturas.

III - Deverá ser observado também o que determina o Código Civil Brasileiro quanto aos afastamentos.

§ 2º Nas Zonas Industriais:

I - Recuo Frontal - em toda a altura da edificação:

a) de 5,00 m (cinco metros), inclusive nos terrenos de esquina ou com mais de uma testada frontal.

II - Afastamentos Laterais e Fundos - em toda a altura da edificação (considerando pé-direito mínimo de 6,00 m (seis metros) na contagem de pavimentos quando tratar de área destinada à produção/industrialização), com ou sem aberturas, adotar:

a) Mínimo de 5,00 m (cinco metros) para edificações com até 15,00 m (quinze metros) de altura ou 02 (dois) pavimentos (prevalecendo o que for mais permissivo);

b) Mínimo de 8,00 m (oito metros) para edificações acima de 15,00 m (quinze metros) de altura e/ou 03 (três) ou mais pavimentos;

c) Áreas destinadas a escritórios seguirão os afastamentos determinados acima, e poderão ter altura máxima igual à altura máxima para a área de produção.

§ 3º Nas Zonas Micro Industriais e Condomínio Industrial EFAISLO e Zona Comercial e de Serviços 1 e 2:

I - Recuo Frontal - em toda a altura da edificação:

a) de 5,00 m (cinco metros), inclusive nos terrenos de esquina ou com mais de uma testada frontal.

II - Afastamentos Laterais e Fundos - em toda a altura da edificação (considerando pé-direito mínimo de 6,00 m (seis metros) na contagem de pavimentos quando tratar de área destinada à produção/industrialização), com ou sem aberturas, adotar:

a) Mínimo de 3,00 m (três metros).

22

RUA DUQUE DE CAXIAS, 789 – CENTRO - Fone - (49) 3344-8500 – Fax (49) 3344-8560
89.990-000 - SÃO LOURENÇO DO OESTE – SANTA CATARINA
CNPJ – 83.021.873/0001-08 – www.saolourenco.sc.gov.br



III - Áreas destinadas a escritórios seguirão os afastamentos determinados acima, e poderão ter altura máxima igual à altura máxima para a área de produção.

§ 4º Para as Zonas Especiais e para a Área de Preservação de Manancial deverão ter Recuo Frontal e Laterais, em toda a altura da edificação, de 5,00 m (cinco metros), inclusive nos terrenos de esquina ou com mais de uma testada frontal.” (NR)

“Art. 200. Em todas as ações voltadas à urbanificação, enquanto atividade de beneficiamento ou rebeneficiamento do solo urbano, serão consideradas como áreas não-edificáveis:

I - as faixas de domínio público de rodovias, ferrovias e dutos;

II - as faixas marginais dos recursos hídricos.

§ 1º Nas faixas de domínio público de rodovias e ferrovias, será obrigatória a reserva de uma faixa de domínio na área contida entre o eixo da rodovia até a distância perpendicular de 15,00 m (quinze metros) para ambos os lados, do início da rodovia até seu término, salvo maiores exigências da legislação federal e estadual aplicáveis à matéria.

§ 2º Nas faixas marginais dos recursos hídricos existentes em área de loteamento, deverão obrigatoriamente ser respeitados os afastamentos mínimos estabelecidos pela Lei Federal n.º 4.771/1965, detalhada pelas Resoluções 302 e 303 do CONAMA, ou outras que venham a complementá-las ou substituí-las.

§ 3º As faixas marginais dos recursos hídricos referidas no parágrafo anterior são áreas de preservação permanente, não-edificáveis, necessárias à proteção, à defesa, à conservação e operação de sistemas fluviais e lacustres, determinadas em projeção horizontal e considerados os Níveis Máximos de Água, de acordo com as determinações dos órgãos federais e estaduais competentes, cujas funções são:

I - preservar, conservar ou recuperar a mata ciliar;

II - assegurar uma área que permita a variação livre dos níveis das águas, em sua elevação ordinária;

III - permitir livre acesso à operação de máquinas para execução de serviços de dragagem, limpeza e outros serviços necessários a fim de melhorar o escoamento fluvial;

IV - permitir a contemplação da paisagem.

§ 4º As larguras das faixas marginais dos recursos hídricos são passíveis de ampliação, desde que na forma da Lei, tomando por base critérios técnicos ambientais que indiquem a maior fragilidade ou maior valor ambiental.” (NR)

“Art. 204. Deverão ser objeto de licenciamento ambiental, na forma da Lei:

I - obras e empreendimentos que envolvam a microdrenagem;

23

RUA DUQUE DE CAXIAS, 789 – CENTRO - Fone - (49) 3344-8500 – Fax (49) 3344-8560
89.990-000 - SÃO LOURENÇO DO OESTE – SANTA CATARINA
CNPJ – 83.021.873/0001-08 – www.saolourenco.sc.gov.br



II - o uso, captação, retificação e alteração do sistema original da drenagem ou de macrodrenagem;

III - a construção de travessias e de obras de saneamento, desde que na forma da legislação aplicável a cada caso concreto.” (NR)

“Art. 221. Constituem áreas de uso público para fins de parcelamento:

I - áreas destinadas ao sistema de circulação;

II - áreas institucionais, que são as destinadas à implantação de equipamentos urbanos e comunitários;

III - áreas verdes.

IV - áreas verdes de lazer, destinadas a implantação de praças, parques e outras áreas naturais, não englobando as áreas verdes exigidas pelos órgãos ambientais.

§ 1º São considerados urbanos os equipamentos públicos de abastecimento de água industrial e potável, serviços de esgoto, coleta de águas pluviais, energia elétrica, rede telefônica, coleta de lixo, gás canalizado, estações de abastecimento e de tratamento de efluentes domésticos e industriais.

§ 2º São considerados comunitários os equipamentos de uso público de educação, saúde, cultura, esporte, lazer, treinamento profissional, associativismo e congêneres, quando pertencentes ao Poder Público.

§ 3º Entende-se como área verde a porcentagem definida pela legislação ambiental estadual.

§ 4º Áreas verdes e áreas verdes de lazer, para os efeitos das ações de parcelamento do solo previstas neste plano diretor, devem ser entendidas como áreas de domínio público que desempenham função paisagística e recreativa, de forma a garantir a qualidade estética e funcional, devendo ser dotadas de vegetação, em especial arbórea, e de espaços livres de impermeabilização.

§ 5º As áreas verdes e as áreas verdes de lazer devem estar localizadas, preferencialmente, junto às áreas destinadas à implantação de equipamentos urbanos e comunitários, não podendo, em qualquer hipótese, ter alterados sua destinação, fins e objetivos originalmente estabelecidos, deverá ainda ser garantido o acesso público a estas áreas.” (NR)

“Art. 223. No parcelamento do solo é obrigatória a destinação de áreas de uso público nas seguintes proporções:

I - Nos parcelamentos situados nas Zonas Urbanas de Ocupação Prioritária, Zonas Especiais, Zonas Comerciais e de Serviços, Zonas Industriais e Micro-Industriais e Zonas de Qualificação Urbanística as áreas de uso público serão de, no mínimo, 35% (trinta e cinco por cento) do total da área a ser loteada.

II - Com relação a área verde, a mesma deverá atender à legislação ambiental estadual correspondente.

24

RUA DUQUE DE CAXIAS, 789 – CENTRO - Fone - (49) 3344-8500 – Fax (49) 3344-8560
89.990-000 - SÃO LOURENÇO DO OESTE – SANTA CATARINA
CNPJ – 83.021.873/0001-08 – www.saolourenco.sc.gov.br



III - As áreas verdes de lazer terão uma percentagem mínima de 3% (três por cento) da área de lotes resultante para áreas loteadas acima de 15.000,00 m² (quinze mil metros quadrados).

IV - As áreas para implantação de equipamentos urbanos e comunitários terão uma percentagem mínima de 4% (quatro por cento) da área de lotes resultante para áreas loteadas acima de 15.000,00 m² (quinze mil metros quadrados).” (NR)

Art. 229. Ficam estabelecidas as características, abaixo descritas, dos lotes resultantes de projetos de loteamentos, desmembramentos e remembramentos:

I - para as Zonas Urbanas de Ocupação Prioritárias e para as Zonas de Expansão Urbanas Futuras e Zonas Urbanas Distritais descritas no art. 16:

- a) Área mínima de 360,00 m² (trezentos e sessenta metros quadrados);
- b) Testada mínima de 12,00 m (doze metros).

II - para as Zonas Industriais:

- a) Área mínima de 5.000,00 m² (cinco mil metros quadrados), sem limite para área máxima;
- b) Testada mínima de 45,00 m (quarenta e cinco metros).

III - para as Zonas Micro Industriais e Zona Comercial e de Serviços:

- a) Área mínima de 2.000,00 m² (dois mil metros quadrados) e área máxima de 5.000,00 m² (cinco mil metros quadrados);
- b) Testada mínima de 30,00 m (trinta metros).

IV - para a Área de Preservação de Manancial:

- a) Área mínima de 20.000,00 m² (vinte mil metros quadrados).

V - Nos lotes de esquina, a sua área, bem como sua testada, serão, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) maiores que a área e testada do lote mínimo exigido para a respectiva zona.

VI - Serão admitidos lotes com área e testada inferiores aos indicados nas alíneas a e b do Inciso I, apenas para projetos de unificação.

“Art. 234. A hierarquia viária deverá respeitar as dimensões mínimas estabelecidas neste artigo:

I - Rodovias: são vias rurais de rodagem pavimentadas, de transporte interurbano de alta velocidade, que podem ou não proibir o seu uso por parte de pedestres e ciclistas, cujas dimensões serão definidas pelos órgãos estaduais e municipais competentes.

II - Vias Expressas: são vias que promovem a ligação entre o sistema rodoviário interurbano e o sistema viário urbano. Apresentam, normalmente, grandes comprimentos, com altos níveis de fluidez de tráfego. Possuem poucas interseções e, portanto, baixa acessibilidade. Sua integração com o solo lindeiro deve ser limitada. Podem se classificar em Primárias (autoestradas) com tráfego direto, bloqueadas ou com intersecções em níveis

25

RUA DUQUE DE CAXIAS, 789 – CENTRO - Fone - (49) 3344-8500 – Fax (49) 3344-8560
89.990-000 - SÃO LOURENÇO DO OESTE – SANTA CATARINA
CNPJ – 83.021.873/0001-08 – www.saolourenco.sc.gov.br



diferentes, e, Secundárias com tráfego direto, com cruzamento em nível e acessos laterais.

III - Vias Arteriais: são aquelas que fazem as ligações intraurbanas e que, por sua importância dentro da cidade, conciliam fluidez, alta acessibilidade e integração com o solo lindeiro, apresentando as seguintes características:

a) Avenida

1. Caixa da rua com largura mínima de 35,00 m (trinta e cinco metros);
2. Canteiro central com largura mínima de 5,00 m (cinco metros);
3. Passeio público com largura mínima de 5,00 m (cinco metros) cada e no mesmo nível ciclovia com largura mínima de 1,20 m (um vírgula vinte metros);
4. Duas faixas de circulação subdivididas em duas pistas de rolamento com largura mínima de 3,20 m (três vírgula vinte metros) e uma faixa de estacionamento paralelo com largura mínima de 2,40 m (dois vírgula quarenta metros) ou diagonal com largura mínima de 5,00 m (cinco metros);
5. Canteiros centrais contínuos, com aberturas projetadas para faixas de pedestres e com altura de até 45,00 cm (quarenta e cinco centímetros);
6. Pavimentação da via e da ciclovia com asfalto;
7. Canteiro central arborizado;
8. Iluminação decorativa conforme padronização definida em lei municipal própria.

IV - Vias Coletoras - são aquelas que recebem e distribuem o tráfego proveniente das vias locais e alimentam as vias arteriais, também denominadas de Rua A, apresentando os seguintes modelos e características:

a) Coletora - Modelo 01

1. Caixa da rua com largura de 25,00 m (vinte e cinco metros);
2. Canteiro central com largura de 1,00 m (um metro);
3. Passeio público com largura de 2,50 m (dois vírgula cinquenta metros) cada e no mesmo nível ciclovia com largura de 1,20 m (um vírgula vinte metros);
4. Duas faixas de circulação subdivididas em duas pistas de rolamento com largura de 3,00 m (três metros) e uma faixa de estacionamento paralelo com largura de 2,30 m (dois vírgula trinta metros);
5. Canteiros centrais contínuos, com aberturas projetadas para faixas de pedestres e com altura de 45,00 cm (quarenta e cinco centímetros);
6. Pavimentação da via e da ciclovia com asfalto;
7. Canteiro central ajardinado.

b) Coletora - Modelo 02

1. Caixa da rua com largura mínima de 25,00 m (vinte e cinco metros);
2. Canteiro central com largura mínima de 2,00 m (dois metros);
3. Passeio público com largura mínima de 2,50 m (dois vírgula cinquenta metros) cada e no mesmo nível ciclovia com largura mínima de 1,20 m (um vírgula vinte metros);
4. Duas faixas de circulação subdivididas em uma pista de rolamento com largura mínima de 3,00 m (três metros) e uma faixa de estacionamento oblíquo com largura mínima de 4,80 m (quatro vírgula oitenta metros);

26

RUA DUQUE DE CAXIAS, 789 – CENTRO - Fone - (49) 3344-8500 – Fax (49) 3344-8560
89.990-000 - SÃO LOURENÇO DO OESTE – SANTA CATARINA
CNPJ – 83.021.873/0001-08 – www.saolourenco.sc.gov.br



5. Canteiros centrais contínuos, com aberturas projetadas para faixas de pedestres e com altura de até 45,00 cm (quarenta e cinco centímetros);

6. Pavimentação da via e da ciclovia com asfalto;

7. Canteiro central arborizado.

c) Coletora - Modelo 03

1. Caixa da rua com largura mínima de 25,00 m (vinte e cinco metros);

2. Canteiro central com largura mínima de 2,00 m (dois metros);

3. Passeio público com largura mínima de 2,50 m (dois vírgula cinquenta metros) cada e no mesmo nível ciclovia com largura mínima de 1,20 m (um vírgula vinte metros);

4. Duas faixas de circulação subdivididas em uma pista de rolamento com largura mínima de 3,00 m (três metros) e uma faixa de estacionamento paralelo com largura mínima de 2,40 m (dois vírgula quarenta metros) e faixa de desembarque com largura mínima de 60,00 cm (sessenta centímetros);

5. Canteiros centrais contínuos, com aberturas projetadas para faixas de pedestres e com altura de até 45,00 cm (quarenta e cinco centímetros);

6. Pavimentação da via e da ciclovia com asfalto;

7. Canteiro central arborizado.

d) Coletora - Modelo 04

1. Caixa da rua com largura mínima de 27,40 m (vinte e sete vírgula quarenta metros);

2. Canteiro central com largura mínima de 2,00 m (dois metros);

3. Passeio público com largura mínima de 2,50 m (dois vírgula cinquenta metros) cada e no mesmo nível ciclovia com largura mínima de 1,20 m (um vírgula vinte metros);

4. Duas faixas de circulação subdivididas em duas pistas de rolamento com largura mínima de 3,00 m (três metros) e uma faixa de estacionamento paralelo com largura mínima de 2,40 m (dois vírgula quarenta metros) e faixa de desembarque com largura mínima de 60,00 cm (sessenta centímetros);

5. Canteiros centrais contínuos, com aberturas projetadas para faixas de pedestres e com altura de até 45,00 cm (quarenta e cinco centímetros);

6. Pavimentação da via e da ciclovia com asfalto;

7. Canteiro central ajardinado ou arborizado.

e) Acesso Leste

1. Caixa da via com largura mínima de 30,00 m (trinta metros);

2. Passeio público com largura mínima de 2,90 m cada (dois vírgula noventa metros), arborizado e no mesmo nível ciclovia com largura mínima de 2,40 m (dois vírgula quarenta metros);

3. A via integra duas faixas de circulação delimitadas por elemento físico de proteção com largura mínima de 40,00 cm (quarenta centímetros) e subdivididas em duas pistas de rolamento com largura mínima de 3,50 m (três vírgula cinquenta metros) e uma faixa de estacionamento paralelo com largura mínima de 2,70 m (dois vírgula setenta metros);

4. Pavimentação da via e da ciclovia com asfalto.

27

RUA DUQUE DE CAXIAS, 789 – CENTRO - Fone - (49) 3344-8500 – Fax (49) 3344-8560
89.990-000 - SÃO LOURENÇO DO OESTE – SANTA CATARINA
CNPJ – 83.021.873/0001-08 – www.saolourenco.sc.gov.br



f) Acesso Sul

1. Caixa da via com largura mínima de 30,00 m (trinta metros);
2. Passeio público com largura mínima de 2,90 m cada (dois vírgula noventa metros), arborizado e no mesmo nível ciclovia com largura mínima de 2,40 m (dois vírgula quarenta metros);
3. A via integra duas faixas de circulação delimitadas por elemento físico de proteção com largura mínima de 40,00 cm (quarenta centímetros) e subdivididas em duas pistas de rolamento com largura mínima de 3,50 m (três vírgula cinquenta metros) e uma faixa de estacionamento paralelo com largura mínima de 2,70 m (dois vírgula setenta metros);
4. Pavimentação da via e da ciclovia com asfalto.

V - Vias Locais - são aquelas que permitem acesso direto às diversas áreas funcionais da cidade, apresentando baixa fluidez e alta acessibilidade. Caracterizam-se pela alta congruência com o uso do solo lindeiro.

a) Local - Modelo 01

1. Caixa da rua com largura mínima de 20,00 m (vinte metros);
2. Canteiro central com largura de até 2,00 m (dois metros);
3. Passeio público com largura mínima de 2,50 m (dois vírgula cinquenta metros) cada;
4. Duas faixas de circulação subdivididas em uma pista de rolamento com largura mínima de 3,00 m (três metros) e uma faixa de estacionamento paralelo com largura mínima de 2,40 m (dois vírgula quarenta metros);
5. Canteiros centrais contínuos, com aberturas projetadas para faixas de pedestres e com altura de até 45,00 cm (quarenta e cinco centímetros);
6. Pavimentação da via com asfalto ou paver e da ciclovia com asfalto;
7. Canteiro central ajardinado ou arborizado.

b) Local - Modelo 02

1. Caixa da rua com largura mínima de 20,00 m (vinte metros);
2. Passeio público com largura mínima de 2,50 m (dois vírgula cinquenta metros) cada e no mesmo nível ciclovia com largura mínima de 1,20 m (um vírgula vinte metros);
3. Duas faixas de circulação subdivididas em uma pista de rolamento com largura mínima de 3,00 m (três metros) e uma faixa de estacionamento paralelo com largura mínima de 2,40 m (dois vírgula quarenta metros);
4. Sem canteiros;
5. Pavimentação da via com asfalto ou paver e da ciclovia com asfalto.

c) Local - Travessa - Modelo 01

1. Caixa da rua com largura mínima de 15,00 m (quinze metros);
2. Passeio público com largura mínima de 2,50 m cada (dois vírgula cinquenta metros);
3. Duas faixas de circulação subdivididas em uma pista de rolamento com largura mínima de 3,00 m (três metros) e uma faixa de estacionamento paralelo ou no mesmo nível do passeio público ciclovia com largura mínima de 2,40 m (dois vírgula quarenta metros);

28

RUA DUQUE DE CAXIAS, 789 – CENTRO - Fone - (49) 3344-8500 – Fax (49) 3344-8560
89.990-000 - SÃO LOURENÇO DO OESTE – SANTA CATARINA
CNPJ – 83.021.873/0001-08 – www.saolourenco.sc.gov.br



4. Sem canteiro central;
5. Pavimentação da via com asfalto ou paver e da ciclovia com asfalto;
6. Comprimento máximo de 565,00 m (quinhentos e sessenta e cinco metros);
7. Quando da implantação de ciclovia a mesma deverá acontecer no mesmo nível do passeio público.

d) Local - Travessa - Modelo 02

1. Caixa da rua com largura mínima de 15,00 m (quinze metros);
2. Passeio público com largura mínima de 2,50 m (dois vírgula cinquenta metros) cada e no mesmo nível ciclovia com largura mínima de 1,20 m (um vírgula vinte metros);
3. Duas pistas de rolamento em duplo sentido com largura mínima de 3,00 m (três metros) cada e uma faixa de estacionamento paralelo com largura mínima de 2,40 m (dois vírgula quarenta metros);
4. Sem canteiro central;
5. Pavimentação da via com asfalto ou paver e da ciclovia com asfalto.

VI - Vias Especiais - são vias com funções de passeio, lazer e vivência local, apresentando as seguintes características:

a) Via Especial 01 - Alameda

1. Caixa da rua com largura mínima de 25,00 m (vinte e cinco metros);
2. Área Central com largura mínima de 6,80 m (seis vírgula oitenta metros), executada com meio fio baixo, pavimentada com paver e arborizada conforme projeto específico, prevendo aberturas projetadas para faixas de pedestres, equipamento público e iluminação decorativa conforme padronização definida em lei municipal própria;
3. Passeio público com largura mínima de 2,50 m (dois vírgula cinquenta metros) cada e no mesmo nível ciclovia com largura mínima de 1,20 m (um vírgula vinte metros);
4. Duas faixas de circulação subdivididas em uma pista de rolamento com largura mínima de 3,00 m (três metros) e uma faixa de estacionamento paralelo com largura mínima de 2,40 m (dois vírgula quarenta metros);
5. Pavimentação da via com asfalto ou paver e da ciclovia com asfalto.

b) Via Especial 02 - Via Parque

1. Caixa da rua com largura mínima de 15,00 m (quinze metros);
2. Passeio público com largura mínima de 2,50 m (dois vírgula cinquenta metros) cada e no mesmo nível ciclovia com largura mínima de 2,40 m (dois vírgula quarenta metros), posicionada em apenas um lado da via, priorizando sempre o lado do parque;
3. Duas pistas de rolamento em duplo sentido com largura mínima de 2,60 m (dois vírgula sessenta metros) cada e uma faixa de estacionamento paralelo com largura mínima de 2,40 m (dois vírgula quarenta metros), posicionado no lado contrário ao da ciclovia;
4. Sem canteiro central;
5. Pavimentação da via com asfalto ou paver e da ciclovia com asfalto;

29

RUA DUQUE DE CAXIAS, 789 – CENTRO - Fone - (49) 3344-8500 – Fax (49) 3344-8560
89.990-000 - SÃO LOURENÇO DO OESTE – SANTA CATARINA
CNPJ – 83.021.873/0001-08 – www.saolourenco.sc.gov.br



6. Serão admitidas larguras inferiores a 15,00 m (quinze metros) para a Via Especial 02 - Via Parque, onde a topografia impeça a execução definida no padrão descrito acima, desde que atendam no mínimo a execução do padrão estabelecido pela via de pedestre.

VIII - Vias de Pedestres - são vias exclusivas para pedestres e seus extremos desembocam em vias de circulação de veículos, apresentando as seguintes características:

a) Vias de Pedestres

1. largura mínima da via - 5,00 m (cinco metros);
2. largura mínima do passeio - 2,60 m (dois vírgula sessenta metros);
3. pavimentação do passeio: paver;
4. largura mínima da ciclovia - 2,40 m (dois vírgula quarenta metros);
5. pavimentação da ciclovia: asfalto;
6. comprimento máximo - 120,00 m (cento e vinte metros).
7. Quando estas vias forem implantadas junto as Zonas Especiais do Vale do Lajeado e do Gramadinho poderão exceder o comprimento máximo estabelecido acima.

IX - Para as ruas já existentes admitem-se três tipos de intervenções:

- a) Intervenção simples: é aquela feita para recuperar pequenos trechos da via não alterando suas características de implantação;
- b) Recape: é a intervenção feita com fim de recapear a pavimentação de toda a via com pequenas alterações sem alterar as características de implantação;
- c) Revitalização: é a intervenção feita em toda a caixa da rua, inclusive os passeios, prevendo a remodelação das características de implantação adequando-a aos modelos de rua previstos nesta lei.

X - Ruas existentes/consolidadas no município com larguras da caixa da via que não se enquadram nos modelos desta lei, deverão seguir projetos específicos que atendam a demanda de cada caso, quando da implantação de projetos de intervenção simples, recape e revitalização.

XI - Ruas existentes/consolidadas no município que se enquadram nos modelos estabelecidos nesta lei poderão apresentar distorções nas dimensões quando do levantamento e elaboração de projetos, condição que não impedirá sua aprovação desde que atenda aos padrões definidos no artigo 234.

XII - Para ruas existentes ou para novas vias de circulação a serem implantadas, contempladas por equipamentos comunitários ou que necessitem da instalação destes, deverão seguir projetos específicos que atendam a demanda de cada caso, quando da implantação de projetos de intervenção simples, recape e revitalização.

XIII - Para loteamentos novos será permitida a aprovação da projeção ou prolongamento das ruas existentes com caixa divergente ou menor que o estabelecido nesta lei, desde que aprovado pelo CONCISLO e esteja em conformidade com as diretrizes previstas nesta lei." (NR)

30

RUA DUQUE DE CAXIAS, 789 – CENTRO - Fone - (49) 3344-8500 – Fax (49) 3344-8560
89.990-000 - SÃO LOURENÇO DO OESTE – SANTA CATARINA
CNPJ – 83.021.873/0001-08 – www.saolourenco.sc.gov.br



“Art. 247. Para obter a consulta de viabilidade com a finalidade de desmembramento ou remembramento para fins urbanos, o interessado deverá protocolar requerimento ao Poder Executivo Municipal anexando os seguintes documentos:

- I - cópia atualizada do título de propriedade do imóvel expedida pelo Cartório de Registro de Imóveis;
- II - planta de situação do terreno, impressa em 2 (duas) vias, representando o seu entorno através de faixas externas mínimas de 100,00 m (cem metros) de largura a partir das divisas da área;
- III - comprovante de pagamento de taxas de consulta de viabilidade.

Parágrafo único. Ainda que o desmembramento ou remembramento não ocupe a área total a ser desmembrada ou remembrada, esta deve ser representada na sua totalidade na planta de situação do terreno.” (NR)

“Art. 251. A aprovação do projeto de desmembramento só será permitida quando:

- I - os lotes desmembrados atenderem os parâmetros e requisitos urbanísticos da zona em que se insere;
- II - a porção remanescente do terreno atender as dimensões mínimas previstas para constituir lote independente.

Parágrafo único. No caso de existência de edificação não regularizada sobre a área desmembrada, o Município emitirá notificação ao proprietário para a sua regularização, constituindo-se, porém, em processo à parte que não impedirá a aprovação do desmembramento proposto.” (NR)

“Art. 258. Compete ao Poder Executivo Municipal:

- I - expedir a resposta à consulta, com a informação da viabilidade de se parcelar a área pretendida;
- II - informar para área a ser loteada:
 - a) as diretrizes do sistema viário;
 - b) o zoneamento em que está inserida a gleba.
- III - apresentar a relação de outros órgãos públicos que deverão ser ouvidos antes da expedição das diretrizes.” (NR)

“Art. 259. Após o recebimento de consulta de viabilidade de parcelamento do solo, o interessado estará habilitado a requerer do Poder Executivo Municipal a expedição de diretrizes urbanísticas básicas para o loteamento, apresentando, para este fim, requerimento de estudo preliminar.

§ 1º O requerimento de análise de estudo preliminar deve ser entregue acompanhado de:

- I - duas vias da planta do imóvel;



II - testes de sondagem e percolação atestando a viabilidade de implantação do empreendimento;

III - laudo geotécnico atestando a viabilidade de implantação do empreendimento;

IV - laudo geoambiental abrangendo faixas externas de 50,00 m (cinquenta metros) de largura ao longo das divisas da gleba a ser loteada, incluindo a demarcação de toda hidrologia e curvas de nível existentes nos limites desta faixa;

V - constatando divergências entre as dimensões da gleba registradas na matrícula imobiliária e na situação existente, ou se o registro do imóvel for omissivo ou impreciso quanto a existência de estradas ou vias sobre o imóvel, o loteador deverá providenciar a retificação da matrícula do imóvel;

VI - documento expedido pelo órgão público competente ou concessionária de águas e saneamento atestando a viabilidade de abastecimento de água para a área a ser loteada;

VII - documento expedido pelo órgão público competente ou concessionária de energia elétrica atestando a viabilidade para o fornecimento de energia elétrica e iluminação pública para a área a ser loteada.;

VIII - FATMA (LAP - Licença Ambiental Prévia).

§ 2º As plantas do imóvel deverão ser elaboradas conforme modelo a ser disponibilizado pelo Poder Executivo Municipal e georreferenciados, contando com a indicação de:

I - Mapa 01 - Situação:

- a) indicação dos equipamentos urbanos e comunitários já existentes na área a ser loteada e adjacências;
- b) arruamentos vizinhos em todo o perímetro, com a locação exata das vias e a distância para com os loteamentos próximos, com a indicação dos principais acessos.

II - Mapa 02 - Diagnóstico e Caracterização da Área:

- a) levantamento topográfico georreferenciado em coordenadas UTM (Universal Transversal Mercator) sistema de referência Datum Sirgas 2000 (Sistema de referência para as Américas de 2000) contendo as divisas e área total da gleba a ser loteada;
- b) ângulos de orientação geográfica (azimutes) e distâncias das divisas;
- c) curvas de nível de 1 (um) em 1 (um) metros e indicação dos talvegues;
- d) locação de todos os elementos naturais, incluindo, cursos d'água, áreas verdes de preservação permanente, nascentes, bosques, florestas, banhados e locais sujeitos a inundação e com grande potencial de erosão, entendido como valetas e voçorocas e demais elementos significativos existentes;
- e) arruamentos vizinhos em todo o perímetro, com a locação exata das vias e a distância para com os loteamentos próximos, com a indicação dos principais acessos;



f) indicação das faixas de domínio de rodovias e faixas de segurança de linhas de transmissão de energia elétrica no local e adjacências de acordo com orientação dos órgãos competentes.

g) benfeitorias existentes

h) apresentação da localização das edificações de significado histórico-cultural existentes, mesmo rurais, para resgate histórico da memória da ocupação do Município;

i) cercas, construções, monumentos naturais e artificiais existentes;

j) a carta de declividade deverá ser elaborada em função do levantamento topográfico realizado "in loco" e deverá obrigatoriamente identificar as áreas com inclinação igual ou superior à 16,69º/30% as quais não podem ser parceladas conforme artigo 216 do Plano Diretor Participativo e áreas com declividade igual ou superior à 45º/100% identificadas no código florestal como áreas de preservação permanente. A classificação da declividade deverá ser apresentada em graus e percentual;

k) localização de eventuais formações rochosas.

III - Mapa 03 - Proposta Preliminar: estudo geométrico preliminar georeferenciado, contendo a proposta do traçado básico do sistema viário do loteamento pretendido, a subdivisão das quadras e a indicação prévia da localização das áreas destinadas a equipamentos urbanos e comunitários, as áreas verdes e praças, para análise.

IV - Mapa 04 - Estudo Proposta Preliminar de Drenagem Pluvial: indicação, em planta e perfis, das linhas de escoamento das águas pluviais." (NR)

"Art. 260. Constará na resposta ao Estudo Preliminar, expedida pelo órgão municipal competente do Poder Executivo, as seguintes diretrizes:

I - análise do traçado viário proposto pelo loteador indicando as alterações caso necessárias ou sua aprovação;

II - aprovado o traçado viário apresentado na proposta preliminar, será indicado para as vias que integram a proposta, os níveis de incomodidade e os números de pavimentos, que deverão passar por aprovação junto ao CONCISLO e somente após a aprovação do projeto de loteamento passarão a integrar a cartografia do município;

III - seção transversal e estrutura mínima para as vias, conforme padrões anexos a esta lei;

IV - parâmetros urbanísticos de ocupação do solo;

IV - requisitos urbanísticos quanto à:

a) áreas de uso público;

b) quadras e lotes;

c) rede viária;

d) infraestrutura.

VI - localização das áreas de uso público destinadas à implantação de equipamentos urbanos e comunitários e áreas verdes e áreas verdes de lazer;

33

RUA DUQUE DE CAXIAS, 789 – CENTRO - Fone - (49) 3344-8500 – Fax (49) 3344-8560
89.990-000 - SÃO LOURENÇO DO OESTE – SANTA CATARINA
CNPJ – 83.021.873/0001-08 – www.saolourenco.sc.gov.br



VII - localização das faixas sanitárias de terrenos destinados ao escoamento das águas pluviais quando necessário.

§ 1º As diretrizes expedidas vigorarão pelo prazo máximo de seis meses, a partir de sua expedição, podendo ser revalidadas, sem ônus para o solicitante, até o prazo de um ano.

§ 2º Nos casos em que se apresentem problemas urbanísticos que necessitem de maior detalhamento, o Poder Executivo Municipal poderá prorrogar o prazo para expedição de diretrizes.

§ 4º As diretrizes básicas expedidas não implicam na aprovação do projeto de loteamento pelo Poder Executivo Municipal.” (NR)

“Art. 261. Após o recebimento da análise do estudo preliminar, o interessado apresentará anteprojeto do loteamento impresso em 2 (duas) vias e em meio digital contendo:

I - projeto geométrico de urbanismo apresentando a proposta de loteamento de acordo com o levantamento topográfico georeferenciado em coordenadas UTM (Universal Transversal Mercator) sistema de referência Datum Sirgas 2000 (Sistema de referência para as Américas de 2000) contendo as divisas e área total da gleba a ser loteada;

II - a divisão da área em quadras e destas em lotes com as respectivas dimensões e numeração, apresentando o traçado das ruas e seu dimensionamento;

III - as áreas livres a serem concedidas ao Poder Executivo Municipal;

IV - quadro de áreas do imóvel, nela devendo constar: área total do loteamento, área a ser parcelada descontada as áreas de preservação permanente, áreas remanescentes, áreas das quadras, número e áreas de lotes, sistema viário, áreas de equipamentos públicos urbanos e comunitários e áreas verdes e áreas verdes de lazer, área de faixas de domínio, áreas de faixas não edificantes, com seus respectivos percentuais e destinações;

V - perfis longitudinais e transversais de todas as vias de circulação, praças e áreas de uso comum;

§ 1º Além do anteprojeto, o interessado deverá apresentar a Licença Ambiental de Projeto - LAP;

§ 2º O anteprojeto terá aprovação válida pelo prazo de seis meses podendo ser prorrogado por igual período a critério do Poder Público.” (NR)

“Art. 263. Os documentos do Projeto Definitivo deverão conter:

I - projeto geométrico do loteamento, composto pelo mapa de parcelamento em escala apropriada que garanta a legibilidade da proposta contendo:

a) curvas de nível de metro em metro;

34

RUA DUQUE DE CAXIAS, 789 – CENTRO - Fone - (49) 3344-8500 – Fax (49) 3344-8560
89.990-000 - SÃO LOURENÇO DO OESTE – SANTA CATARINA
CNPJ – 83.021.873/0001-08 – www.saolourenco.sc.gov.br



- b) a subdivisão das quadras em lotes com a respectiva numeração, sendo que a numeração das quadras será fornecida pelo Poder Público Municipal e os lotes deverão ser numerados obedecendo o sentido horário;
- c) sistema viário existente e proposto, com respectiva hierarquia e largura das vias;
- d) as dimensões lineares e angulares do projeto, com raios, cordas, arcos, pontos de tangência e ângulos centrais das vias;
- e) mapa de localização do empreendimento;
- f) indicação das áreas livres, faixas de domínio e daquelas destinadas a equipamentos urbanos e comunitários que passarão ao domínio público no ato de registro do loteamento;
- g) indicação das faixas não edificáveis.

II - Projetos complementares:

- a) projeto de sinalização viária contendo pintura e sinalização, conforme Código de Trânsito Brasileiro;
- b) as indicações das servidões e restrições especiais que, eventualmente, devam constar nas certidões de registros dos lotes ou edificações;
- c) projeto completo de rede de distribuição de água, indicando a fonte de abastecimento, o sistema de tratamento, o diâmetro das canalizações e a especificação dos materiais empregados;
- d) projeto completo da rede de energia elétrica e iluminação pública;
- e) projeto de esgotamento sanitário, obedecidas as normas e os padrões fixados pela concessionária, que o aprovará;
- f) projeto completo do sistema de drenagem, detalhado e dimensionado, com a indicação em planta e perfil de todas as linhas de escoamento das águas pluviais, sistema de captação e escoamento de águas pluviais e seus equipamentos, indicando a declividade de coletores, as bocas-de-lobo e os dissipadores de energia nas margens dos cursos d'água dentro dos padrões do Poder Executivo Municipal de São Lourenço do Oeste;
- g) projetos de arborização das áreas de proteção dos terrenos sujeitos à erosão, bem como de manejo da cobertura vegetal para execução das obras e serviços, procurando preservar o maior número de espécies, obedecidas as normas estabelecidas na legislação municipal de meio ambiente e legislação complementar;
- h) projeto completo do sistema viário com a respectiva hierarquia e dimensionamento, perfis longitudinais e transversais de todas as vias de circulação, , praças e áreas de uso comum, com indicação de cotas do terreno natural, projeto de pavimentação das vias composto de planta geral das ruas com suas respectivas larguras, memorial descritivo do projeto especificando materiais e detalhes técnicos, cálculo das espessuras das camadas de pavimentação baseadas em "N" e CBR para um período de validade mínimo de 10 (dez) anos;
- i) cronograma físico de execução dos serviços de obras de infraestrutura urbana exigida;

35

RUA DUQUE DE CAXIAS, 789 – CENTRO - Fone - (49) 3344-8500 – Fax (49) 3344-8560
89.990-000 - SÃO LOURENÇO DO OESTE – SANTA CATARINA
CNPJ – 83.021.873/0001-08 – www.saolourenco.sc.gov.br



j) orçamento global do empreendimento subdivididos em etapas.

III - O memorial descritivo do projeto geométrico deverá conter:

- a) situação atual, descrevendo os confrontantes registrados na matrícula do imóvel, os confrontantes reais descritos através de levantamento “in loco” com azimutes, distâncias e coordenadas georreferenciadas;
- b) descrição de cada lote com sua numeração, dimensões lineares e angulares, área e confrontações;
- c) as condições urbanísticas do loteamento e as limitações que incidirem sobre os lotes e as construções, além das já constantes nas normas do planejamento municipal;
- d) descrição com dimensões lineares e angulares, área e confrontações das áreas livres, faixas de domínio e daquelas destinadas a equipamentos urbanos e comunitários que passarão ao domínio público no ato de registro do loteamento;
- e) descrição com dimensões lineares e angulares, área e confrontações das faixas não edificáveis.

IV - Quadro de áreas do imóvel, nela devendo constar, além da área total do terreno a ser loteado, a indicação, com seus respectivos percentuais e destinações:

- a) de áreas verdes;
- b) de áreas preservação permanente (APP);
- c) de áreas de faixas de domínio;
- d) de áreas do sistema de viário;
- e) de áreas destinadas à implantação de equipamentos urbanos e comunitários;
- f) área de lotes;
- g) área de quadras;
- h) áreas remanescentes da gleba;
- i) áreas não edificáveis;
- j) áreas verdes de lazer.” (NR)

“Art. 265. Deverão constar no contrato-padrão, aprovado pelo Poder Executivo Municipal e arquivado no Cartório de Registro de Imóveis, além das indicações exigidas pelo art. 26, da Lei Federal n.º 6.766/79 e alterações dadas pela Lei n.º 9.785/99 e n.º 10.932/04:

- I - a definição do tipo de loteamento;
- II - as servidões, faixas de diversas de domínio ou ambas, existentes no local;
- III - as áreas não edificáveis;
- IV - as restrições de remembramento e desmembramento;
- V - a existência de garantias reais;
- VI - o cronograma físico das obras e serviços a executar;
- VII - a denominação do empreendimento.” (NR)

RUA DUQUE DE CAXIAS, 789 – CENTRO - Fone - (49) 3344-8500 – Fax (49) 3344-8560
89.990-000 - SÃO LOURENÇO DO OESTE – SANTA CATARINA
CNPJ – 83.021.873/0001-08 – www.saolourenco.sc.gov.br

36



“Art. 269. É proibido divulgar, vender, prometer ou reservar lotes para fins urbanos antes da aprovação e registro do loteamento no Cartório de Registro de Imóveis.

Parágrafo único. Além das sanções legais as áreas onde não houver respeito ao que determina o *caput* deste artigo ficam bloqueadas pelo prazo de 05 (cinco) anos para exercer o direito de desmembrar ou lotear, não podendo fazer parte de programas de regularização a partir do início dos programas estabelecidos no art. 344.” (NR)

“Art. 272. Juntamente com o instrumento de garantia, deverá acompanhar o registro do loteamento o cronograma físico, cujas etapas e prazos, a partir da data de aprovação do loteamento, deverão obedecer à seguinte ordem mínima, no prazo máximo de 2 (dois) anos:

I - no primeiro ano, deverão ser executados os serviços de:

- a) limpeza;
- b) terraplanagem;
- c) demarcação de quadras e áreas de uso público;
- d) áreas de preservação e não edificáveis;
- e) abertura de vias;
- f) drenagem de águas pluviais de acordo com o projeto aprovado;
- g) execução da rede de abastecimento de água potável;
- h) execução da rede de energia elétrica e iluminação pública.
- i) implantação de rede coletora de esgoto sanitário, considerando os casos em que seja esta a solução para esgotamento sanitário;

II - no segundo ano, deverão ser executados todos os serviços correspondentes:

- a) à construção de passeios;
- b) à pavimentação;
- c) à execução das guias e sarjetas;
- d) à arborização das vias;
- e) à urbanização das praças;
- g) aos demais serviços exigidos no ato de aprovação;
- h) a locação de marcos de delimitação das áreas públicas.

Parágrafo único. Nos Loteamentos de Interesse Social e Populares os prazos para sua implantação serão aprovados pelo Conselho do Município de São Lourenço do Oeste.” (NR)

“Art. 279. Para obtenção da aceitação do loteamento, o loteador, mediante requerimento próprio, deverá solicitar ao Poder Executivo Municipal que seja realizada a vistoria final, anexando os seguintes documentos:

I - laudo técnico de aceitação da pavimentação emitido pelo órgão responsável pela Fiscalização do Poder Executivo Municipal;

37

RUA DUQUE DE CAXIAS, 789 – CENTRO - Fone - (49) 3344-8500 – Fax (49) 3344-8560
89.990-000 - SÃO LOURENÇO DO OESTE – SANTA CATARINA
CNPJ – 83.021.873/0001-08 – www.saolourenco.sc.gov.br



- II - cópia da certidão de registro do loteamento;
- III - carta de aceitação da rede de energia elétrica e do sistema de iluminação pública, emitida pela concessionária deste serviço público ou documento equivalente;
- IV - carta de aceitação da rede de abastecimento de água, emitida pela concessionária deste serviço público ou documento equivalente;
- V - guia comprovando o recolhimento de importância relativa à aquisição de mudas de árvores e dos custos referentes ao plantio e documento atestando estarem estas devidamente plantadas e sadias;
- VI - licença ambiental de operação (LAO);
- VII - demais documentos exigíveis por decorrência de obras e serviços especiais;
- VIII - laudo da empresa executora atestando a qualidade das obras e que as mesmas foram executadas conforme projetos aprovados, com as devidas anotações e/ou Registros de Responsabilidade Técnica quanto a execução dos serviços.” (NR)

“Art. 293. Constitui condição indispensável à aplicação do instituto da transferência do direito de construir a possibilidade de transferência apenas da diferença entre o direito de construir utilizado e o direito de construir expresso pelo coeficiente de aproveitamento básico.

§ 1º Os imóveis doados ao Município para fins de habitação de interesse social que estejam localizados em Áreas Especiais de Interesse Social - AEIS poderão transferir o potencial construtivo não utilizado, convertido em potencial construtivo a ser transferido.

§ 2º As edificações consideradas de interesse público para preservação do patrimônio histórico e cultural, estejam ou não situadas nas Áreas de Especial Interesse Urbanístico, desde que devidamente tombadas, poderão transferir seu potencial construtivo expresso pelo coeficiente de aproveitamento máximo definido para a Zona Urbana Central.” (NR)

“Art. 295. As áreas de incidência do instituto do direito de preferência são aquelas constantes nos mapas a esta relativo, constante no Anexo-07 desta lei. Parágrafo único. Novas áreas podem ser consideradas passíveis de aplicação do direito de preferência, desde que ouvido o Conselho do Município de São Lourenço do Oeste e explicitados os critérios utilizados para a definição dessas áreas, juntamente com sua adequação aos objetivos e prioridades deste Plano Diretor, bem como às finalidades enumeradas nos incisos I a VIII, do parágrafo único, do art. 294.” (NR)



“Art. 321. São considerados de impacto:

- I - todas as atividades classificadas como sujeitas ao EIV segundo a Tabela de Níveis de Incomodidade anexa à esta Lei;
- II - empreendimentos não residenciais com área construída igual ou superior a 5.000 m² (cinco mil metros quadrados);
- III - estações de tratamento, sucatas;
- IV - cemitérios, recicláveis, exploração de minérios;
- V - crematórios;
- VI - equipamentos esportivos e de lazer de grande porte, especialmente parques, parques temáticos, circos, feiras e congêneres;
- VII - equipamentos para coleta e tratamento de efluentes;
- VIII - linha de transmissão acima de 230 kV (duzentos e trinta quilovolts);
- IX - usinas de eletricidade acima de 10 MW (dez megawatts);
- X - obras para exploração de recursos hídricos;
- XI - viadutos, pontes, trincheiras;
- XII - autódromos, motódromos, hipódromos, estádios, pistas de competição para veículos motorizados;
- XIII - rodoviária, terminais de transportes, helipontos e congêneres;
- XIV - atividades localizadas em lotes em meio de quadra com frente para vias com hierarquias distintas, nos casos em que o nível de incomodidade da atividade ultrapassar o nível de incomodidade máximo permitido para a via de menor hierarquia.” (NR)

“Art. 358. A eleição dos Conselheiros territoriais se dará por ocasião do Congresso da Cidade.

Parágrafo único. Nos casos de impedimento do titular e do suplente a unidade territorial representada fará por solicitação do CONCISLO a eleição e novo representante para assumir até o término do mandato vigente.” (NR)

“Art. 359. A eleição dos Conselheiros setoriais se dará por indicação de seu respectivos setores, devidamente comprovada por Ata de Eleição.

Parágrafo único. Nos casos de impedimento do titular e do suplente o setor representado fará por solicitação do CONCISLO a eleição de novo representante para assumir até o término do mandato vigente.” (NR)

“Art. 360. O mandato dos conselheiros será de 2 (dois) anos, salvo no caso dos representantes do Poder Público, sendo permitida uma única reeleição sucessiva.

§ 1º O início e término do mandato dos Conselheiros não poderá coincidir com o início e término do mandato do Prefeito.

39

RUA DUQUE DE CAXIAS, 789 – CENTRO - Fone - (49) 3344-8500 – Fax (49) 3344-8560
89.990-000 - SÃO LOURENÇO DO OESTE – SANTA CATARINA
CNPJ – 83.021.873/0001-08 – www.saolourenco.sc.gov.br



§ 2º O conselheiro que assumir o mandato substitutivamente somente poderá ter uma única reeleição sucessiva.” (NR)

“Art. 386. Ficam estabelecidos os seguintes prazos para o Poder Executivo, contados imediatamente após a publicação desta Lei:

I - 15 (quinze) dias para dar o apoio necessário à instituição e início das atividades da Comissão Provisória;

II - 30 (trinta) dias após o início formal das atividades do Conselho da Cidade de São Lourenço do Oeste, para dar o apoio necessário ao seu pleno funcionamento;

Parágrafo único. Fica estabelecido o dia da posse do Conselho da Cidade de São Lourenço do Oeste como último dia para que o Poder Executivo apresente, para fins de análise e aprovação pelo referido Conselho, de um cronograma que detalhe:

I - os prazos para início e fim do planejamento de programas e ações referidos nas estratégias do Título IV desta Lei;

II - os prazos para início e fim dos processos participativos de elaboração ou revisão de todas as normas municipais referidas nesta Lei, especialmente:

a) com relação à lei municipal de meio ambiente referida no art. 185, parágrafo único;

b) com relação à lei municipal referida no art. 291, relativa à transferência do direito de construir;

c) com relação à lei municipal referida no art. 298, relativa ao direito de preferência;

d) com relação à lei municipal referida no art. 300, relativa à outorga onerosa do direito de construir e à outorga onerosa de alteração de uso;

e) com relação à lei municipal referida no art. 313, § 1.º, relativa ao IPTU Progressivo no Tempo;

f) com relação ao plano de saneamento com base na Lei Federal nº 11.445, de 05 de janeiro de 2007, considerando a elaboração do projeto de esgotamento sanitário das áreas já urbanizadas;

g) com relação à lei de obras e edificações do Município;

h) com relação ao código de posturas do Município;

III - o prazo para apresentar relatório anual de gestão das políticas territoriais e urbanísticas e o plano de ação para o ano seguinte;

IV - o prazo referente à data-limite em relação ao término de cada ano legislativo, para apresentar a Planta de Valores Genéricos (PVG) para aprovação pelo Conselho da Cidade de São Lourenço do Oeste;

V - o prazo para que os Poderes Executivo, Legislativo e o Conselho do Município de São Lourenço do Oeste definam as regras do processo de gestão orçamentária participativa;



VI - o prazo para que o Poder Executivo promova a implantação e pleno funcionamento do Sistema de Informações Municipais, bem como os prazos necessários à sua atualização;

VII - o prazo para que sejam estabelecidas as prioridades relativas à implantação desta Lei;

VIII - o prazo para implantação do Hospital Regional;

IX - o prazo para que se defina e incorpore as áreas dos distritos como perímetros urbanos;

X - o prazo para o Conselho da Cidade de São Lourenço do Oeste elaborar proposta para as normas que regerão os processos de revisão do Plano Diretor Participativo;

XI - o prazo para elaboração de lei específica que regulamentará o processo de regularização de edificações existentes e obras em andamento até a data de aprovação desta lei." (NR)

Art. 3º Ficam incluídos os artigos: 193-A, 255-A e 389-A na Lei Complementar nº 146, de 28 de dezembro de 2012, com a seguinte redação:

"Art. 193-A. Nos distritos e vilas indicados no mapa de Zoneamento como Zonas de Qualificação Urbanística enquanto não houver parâmetros urbanísticos específicos e regras sobre uso e ocupação do solo urbano definidos, será utilizado o índice de incomodidade N-0 para os novos empreendimentos.

Parágrafo único. Para atividades existentes em alterações contratuais será permitida a nova atividade desde que a mesma permaneça com o mesmo índice de incomodidade da atividade existente." (NR)

"Art. 255-A. O Poder Executivo Municipal, com anuência do Conselho do Município de São Lourenço do Oeste, poderá solicitar outros documentos necessários à análise do requerimento de estudo preliminar.

§ 1º Sempre que se fizer necessário, será exigida a extensão do levantamento altimétrico ao longo de uma ou mais divisas da área a ser loteada, até o talvegue ou divisor de água mais próximo.

§ 2º Todos os documentos e plantas deverão:

I - desde o momento de apresentação da consulta de viabilidade, ser apresentados em meio impresso e digital com informações organizadas por camadas e georreferenciado, a fim de que o Município possa manter atualizada a sua cartografia;

II - serem assinados pelo proprietário, ou seu representante legal, e por profissional legalmente habilitado para o projeto e com cadastro junto ao Poder Executivo Municipal, com os respectivos registros e anotações de responsabilidades técnicas (RRT's/ ART's) .

41

RUA DUQUE DE CAXIAS, 789 – CENTRO - Fone - (49) 3344-8500 – Fax (49) 3344-8560
89.990-000 - SÃO LOURENÇO DO OESTE – SANTA CATARINA
CNPJ – 83.021.873/0001-08 – www.saolourenco.sc.gov.br



§ 3º Será exigido Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV), para loteamentos com número de lotes igual ou superior a 200 (duzentos).” (NR)

“Art. 389-A. As normas estabelecidas pela presente lei não se aplicam aos projetos de: edificações, parcelamentos (loteamentos e desmembramentos) e remembramentos, pavimentações e obras públicas, que na data de sua publicação já estiverem protocolados junto ao Poder Executivo Municipal, para os quais continuará sendo aplicada a legislação vigente na data do protocolo já que, foi por aquela norma que iniciou-se o processo de análise e aprovação.” (NR)

Art. 4º A Subseção II - da Aprovação, da Seção II - Do Projeto de Desmembramento e Remembramento, do Capítulo IV - Das Normas de Parcelamento do Solo, do Título III - Dos Instrumentos do Plano Diretor, passa a vigorar com a seguinte redação:

“TÍTULO III
DOS INSTRUMENTOS DO PLANO DIRETOR
.....
CAPÍTULO IV
DAS NORMAS DE PARCELAMENTO DO SOLO
.....
Seção II
Do Projeto de Desmembramento e Remembramento
.....
Subseção II
Do Projeto” (NR)

Art. 5º Ficam revogados os artigos: 255, 387-A, 387-B, 387-C, 387-D e 389, da Lei Complementar nº 146, de 28 de dezembro de 2012, alterada pela Lei Complementar nº 161, de 21 de março de 2014.

Art. 6º Ficam criados os Anexos: 11 e 12 na Lei Complementar nº 146, de 28 de dezembro de 2012.

Art. 7º Ficam renumerados os Anexos: 9 e 10 da Lei Complementar nº 146, de 28 de dezembro de 2012, alterada pela Lei Complementar nº 161, de 21 de março de 2014, que passam a vigorar como Anexo-11 e Anexo-12 e com a redação constante dos Anexos X e XI, respectivamente, desta Lei Complementar.



Art. 8º Os Anexos: 1, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9 e 10 da Lei Complementar nº 146, de 28 de dezembro de 2012, alterada pela Lei Complementar nº 161, de 21 de março de 2014, passam a vigorar com as alterações constantes dos Anexos I ao IX, sucessivamente, desta Lei.

Art. 9º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 26 de junho de 2015.

GERALDINO CARDOSO
Prefeito Municipal



ANEXO I

(Lei Complementar nº 175, de 26 de junho de 2015)

“ANEXO 1

(Lei Complementar nº 146, de 28 de dezembro de 2012)

TABELA DE PARÂMETROS PARA OCUPAÇÃO DO SOLO”

| Zona | Usos | | | Coeficiente de Aproveitamento | | | Taxa de Ocupação Máxima (%) | Taxa de Permeabilidade de (%) | Número Máximo de Pavimentos (Sem instrumentos) | Número Máximo de Pavimentos (Com instrumentos) |
|----------------------|-----------------------|-------------|-----|-------------------------------|--------|--------|-----------------------------|-------------------------------|--|--|
| | | | | Mínimo | Básico | Máximo | | | | |
| ZUOP - 1 (Centro) | Residencial Exclusivo | Unifamiliar | 0,1 | 4 | 8 | 60% | 15% | 4 | 6 | |
| | | | 0,2 | 8 | 12 | 75% | 8% | 12 | 20 | |
| | Não Residencial | | 0,2 | 8 | 12 | 75% | 8% | 12 | 20 | |
| | | | 0,2 | 8 | 12 | 75% | 8% | 12 | 20 | |

| Zona | Usos | | Coeficiente de Aproveitamento | | | Taxa de Ocupação Máxima (%) | Taxa de Permeabilidade de (%) | Número Máximo de Pavimentos (Sem instrumentos) | Número Máximo de Pavimentos (Com instrumentos) |
|----------|-----------------------|---------------|-------------------------------|--------|--------|-----------------------------|-------------------------------|--|--|
| | | | Mínimo | Básico | Máximo | | | | |
| ZUOP - 2 | Residencial Exclusivo | Unifamiliar | 0,1 | 4 | 8 | 60% | 15% | 4 | 6 |
| | | | 0,2 | 4 | 8 | 75% | 8% | 8 | 12 |
| | Não Residencial | Multifamiliar | 0,2 | 4 | 8 | 75% | 8% | 8 | 12 |
| | | | 0,2 | 4 | 8 | 75% | 8% | 8 | 12 |

44

RUA DUQUE DE CAXIAS, 789 – CENTRO - Fone - (49) 3344-8500 – Fax (49) 3344-8560
89.990-000 - SÃO LOURENÇO DO OESTE – SANTA CATARINA
CNPJ – 83.021.873/0001-08 – www.saolourenco.sc.gov.br



| Zona | Usos | Coeficiente de Aproveitamento | | | Taxa de Ocupação Máxima (%) | Taxa de Permeabilidade de (%) | Número Máximo de Pavimentos (Sem instrumentos) | Número Máximo de Pavimentos (Com instrumentos) |
|---|-----------------|-------------------------------|--------|--------|-----------------------------|-------------------------------|--|--|
| | | Mínimo | Básico | Máximo | | | | |
| ZUOP - 3 (Cruzeiro 1) ZUOP - 3 (CTG) | Residencial | 0,1 | 2 | 4 | 60% | 15% | 4 | 6 |
| | Exclusivo | 0,2 | 2 | 4 | 60% | 15% | 4 | 8 |
| | Multifamiliar | 0,2 | 2 | 4 | 60% | 15% | 4 | 8 |
| | Não Residencial | 0,2 | 2 | 4 | 60% | 15% | 4 | 8 |
| | Misto | 0,2 | 2 | 4 | 60% | 15% | 4 | 8 |

| Zona | Usos | Coeficiente de Aproveitamento | | | Taxa de Ocupação Máxima (%) | Taxa de Permeabilidade de (%) | Número Máximo de Pavimentos (Sem instrumentos) | Número Máximo de Pavimentos (Com instrumentos) |
|---|-----------------|-------------------------------|--------|--------|-----------------------------|-------------------------------|--|--|
| | | Mínimo | Básico | Máximo | | | | |
| ZUOP - 4 (Santa Catarina) ZUOP - 4 (São Francisco) | Residencial | 0,1 | 2 | 4 | 60% | 15% | 2 | 4 |
| | Exclusivo | 0,2 | 2 | 4 | 60% | 15% | 4 | 8 |
| | Multifamiliar | 0,2 | 2 | 4 | 60% | 15% | 4 | 8 |
| | Não Residencial | 0,2 | 2 | 4 | 60% | 15% | 4 | 8 |
| | Misto | 0,2 | 2 | 4 | 60% | 15% | 4 | 8 |

***Os terrenos localizados no Condomínio Residencial Portal do Sol não poderão ser objeto de projetos de parcelamento do solo.**



| Zona | Usos | Coeficiente de Aproveitamento | | | Taxa de Ocupação Máxima (%) | Taxa de Permeabilidade (%) | Número Máximo de Pavimentos (Sem instrumentos) | Número Máximo de Pavimentos (Com instrumentos) |
|-------------------------|---------------------------|-------------------------------|--------|--------|-----------------------------|----------------------------|--|--|
| | | Mínimo | Básico | Máximo | | | | |
| ZUOP - 5 (Costa Sul) | Residência I Exclusivo | 0,1 | 2 | 4 | 60% | 15% | 2 | 4 |
| | Unifamiliar Multifamiliar | 0,2 | 2 | 4 | 60% | 15% | 4 | 8 |
| | Não Residencial | 0,2 | 2 | 4 | 60% | 15% | 4 | 8 |
| | Misto | 0,2 | 2 | 4 | 60% | 15% | 4 | 8 |

| Zona | Usos | Coeficiente de Aproveitamento | | | Taxa de Ocupação Máxima (%) | Taxa de Permeabilidade (%) | Número Máximo de Pavimentos (Sem instrumentos) | Número Máximo de Pavimentos (Com instrumentos) |
|---|-----------------|-------------------------------|--------|--------|-----------------------------|----------------------------|--|--|
| | | Mínimo | Básico | Máximo | | | | |
| ZI - Norte Alimentícia 1 ZI - Norte Alimentícia 2 ZI - Sul (Moveleira) ZI - Sul (São Paulinho) ZI - Frederico Wastner | Não Residencial | 0,2 | 1 | 2 | 60% | 25% | 2 | 2 |
| | Industrial | 0,2 | 1 | 2 | 60% | 25% | 3 | 5 |



| Zona | Usos | Coeficiente de Aproveitamento | | | Taxa de Ocupação Máxima (%) | Taxa de Permeabilidade (%) | Número Máximo de Pavimentos (Sem instrumentos) | Número Máximo de Pavimentos (Com instrumentos) |
|------------------|-----------------|-------------------------------|--------|--------|-----------------------------|----------------------------|--|--|
| | | Mínimo | Básico | Máximo | | | | |
| ZMIE - (Efaislo) | Não Residencial | 0,2 | 1 | 2 | 60% | 25% | 2 | 2 |
| | Industrial | 0,2 | 1 | 2 | 60% | 25% | 3 | 5 |

*Os terrenos localizados no Condomínio Industrial EFAISLO não poderão ser objeto de projetos de parcelamento do solo.

| Zona | Usos | Coeficiente de Aproveitamento | | | Taxa de Ocupação Máxima (%) | Taxa de Permeabilidade (%) | Número Máximo de Pavimentos (Sem instrumentos) | Número Máximo de Pavimentos (Com instrumentos) |
|------------------|-----------------|-------------------------------|--------|--------|-----------------------------|----------------------------|--|--|
| | | Mínimo | Básico | Máximo | | | | |
| ZCS -1 ZCS -2 | Não Residencial | 0,2 | 1 | 2 | 60% | 25% | 2 | 2 |
| | Industrial | 0,2 | 1 | 2 | 60% | 25% | 3 | 5 |

| Zona Distrital | Usos | Coeficiente de Aproveitamento | | | Taxa de Ocupação Máxima (%) | Taxa de Permeabilidade (%) | Número Máximo de Pavimentos (Sem instrumentos) | Número Máximo de Pavimentos (Com instrumentos) |
|----------------|-----------------------|-------------------------------|--------|--------|-----------------------------|----------------------------|--|--|
| | | Mínimo | Básico | Máximo | | | | |
| ZD | Residencial Exclusivo | 0,1 | 1 | 2 | 60% | 15% | 2 | 4 |
| | Multifamiliar | 0,2 | 1 | 2 | 60% | 15% | 2 | 4 |
| | Não Residencial | 0,2 | 1 | 2 | 60% | 15% | 2 | 4 |
| | Misto | 0,2 | 1 | 2 | 60% | 15% | 2 | 4 |

*Nos distritos e vilas os lotes a ser edificados devem estar em situação regular e ter características urbanas inclusive na matrícula imobiliária.

47

RUA DUQUE DE CAXIAS, 789 - CENTRO - Fone - (49) 3344-8500 - Fax (49) 3344-8560
89.990-000 - SÃO LOURENÇO DO OESTE - SANTA CATARINA
CNPJ - 83.021.873/0001-08 - www.saolourenco.sc.gov.br



| Área de Preservação de Manacial | Usos | | Coeficiente de Aproveitamento | | | Taxa de Ocupação Máxima (%) | Taxa de Permeabilidade (%) | Número Máximo de Pavimentos (Sem instrumentos) | Número Máximo de Pavimentos (Com instrumentos) |
|---------------------------------|-----------------------|-------------|-------------------------------|--------|--------|-----------------------------|----------------------------|--|--|
| | | | Mínimo | Básico | Máximo | | | | |
| APM | Residencial Exclusivo | Unifamiliar | - | 0,02 | 0,03 | 2% | 98% | 2 | 2 |
| | Não Residencial | | - | 0,02 | 0,03 | 2% | 98% | 2 | 2 |
| | Misto | | - | 0,02 | 0,03 | 2% | 98% | 2 | 2 |

São Lourenço do Oeste - SC, 26 de junho de 2015.

GERALDINO CARDOSO
Prefeito Municipal

**ANEXO II**

(Lei Complementar nº 175, de 26 de junho de 2015)

“ANEXO 3

(Lei Complementar nº 146, de 28 de dezembro de 2012)

TABELA DE CARACTERIZAÇÃO DE MACROZONAS, ZONAS E ÁREAS DE ESPECIAL INTERESSE”

| Macrozona Urbana | | | | |
|---|--|--|--|---|
| Zona | Caracterização (presente) | Condicionantes limitantes à ocupação | Objetivos (futuro) | Instrumentos do EC passíveis de aplicação |
| Zona Urbana de Ocupação Prioritária - 1 (Centro) / ZUOP-1 (Centro) | <ul style="list-style-type: none"> -uso predominantemente misto, voltado a atividades residenciais, e atividades comerciais e de serviços concentradas com maior intensidade na área central; -existência de baixa quantidade de vazios urbanos; -alto potencial de adensamento; -cortada ao longo de sua extensão pelo traçado do Contorno Viário Armino Echer; -necessidade de complementação da infraestrutura e equipamentos públicos urbanos e comunitários com: | <ul style="list-style-type: none"> - a sua declividade acentuada, especialmente nas confluências: <ul style="list-style-type: none"> a) da Avenida Brasil com a Rua Lauro Müller; b) da Avenida Ernesto Beuter com a Avenida Brasil; c) da Rua Coronel Bertaso com a Rua João Beux Sobrinho. -a declividade acentuada, especialmente com relação à dificuldade de transposição do relevo entre a Rua Sete de Setembro e a Rua Lauro Müller; -trânsito de passagem | <ul style="list-style-type: none"> -manter o uso misto predominante, permitindo a instalação de funções comerciais e de serviços para consolidar no centro urbano do Município; -manter o uso residencial predominante nos bairros, permitindo a instalação de funções comerciais e de serviços, de uso diário visando estimular a formação de centralidades ao longo das vias de acesso, a saber Rua Guilherme Hack, Rua Nereu Ramos e Rua Rio de Janeiro; -promover o adensamento da ocupação através da edificação e utilização de terrenos vazios | <ul style="list-style-type: none"> -Outorga Onerosa do Direito de Construir; -Outorga Onerosa de Alteração de Uso; -Direito de Preferência/Preempção ; -Transferência do Direito de Construir; -Direito de Superfície; -Parcelamento Compulsório; -Edificação Compulsória; -Utilização Compulsória; -IPTU Progressivo no Tempo; |



| | | | |
|--|--|---|---|
| <p>a) sistema de coleta e tratamento de esgoto; b) melhoria e complementação da pavimentação do sistema viário; c) regulamentação do trânsito; d) iluminação pública; e) terminal urbano e abrigos nos pontos de passageiros; f) equipamentos públicos de lazer nos bairros; - núcleos de baixa renda na Rua Lauro Müller.</p> | <p>- ligação entre o Estado do Paraná, passando por Santa Catarina até o Rio Grande do Sul - sem acessar ao Município de São Lourenço do Oeste; - indefinição da divisa entre estados (SC e PR).</p> | <p>ou subutilizados, visando otimizar o aproveitamento da infraestrutura, equipamentos públicos e a acessibilidade existentes; - direcionar a expansão urbana no sentido oeste, de forma a reforçar o centro ao longo da Av. Brasil, da Avenida Ernesto Beuter no sentido sul e suas vias paralelas; - qualificar a conexão com o sistema viário em seu entorno; - incrementar a infraestrutura e os equipamentos públicos urbanos e comunitários para suprir as deficiências atuais e absorver o adensamento futuro; - promover a mobilidade urbana; - garantir a acessibilidade e a qualificação dos passeios públicos; - lançar diretrizes do sistema viário para garantir: a) a segurança do trânsito ao longo do Contorno Viário Armino Echer, organizando o trânsito local e as possíveis conexões para acesso ao Centro Urbano do Município.; b) consolidar área de especial interesse econômico</p> | <p>- Desapropriação com Pagamento em Títulos da Dívida Pública; - Consórcio Imobiliário; - Operações Urbanas Consorciadas; - AEIS (ZEIS).</p> |
|--|--|---|---|



| | | | | |
|--|--|--|--|--|
| | | | ao longo do Contorno Viário Armindo Echer; c) reservar áreas para implantação do Terminal Rodoviário Interurbano. | |
|--|--|--|--|--|

51

RUA DUQUE DE CAXIAS, 789 – CENTRO - Fone - (49) 3344-8500 – Fax (49) 3344-8560
89.990-000 - SÃO LOURENÇO DO OESTE – SANTA CATARINA
CNPJ – 83.021.873/0001-08 – www.saolourenco.sc.gov.br



| Macrozona Urbana | | | | |
|--|---|---|--|---|
| Zona | Caracterização (presente) | Condicionantes limitantes à ocupação | Objetivos (futuro) | Instrumentos do EC passíveis de aplicação |
| Zona Urbana de Ocupação Prioritária - 2 / ZUOP-2 | -uso predominantemente residencial; -existência de média quantidade de vazios urbanos; -médio potencial de adensamento; -necessidade de complementação da infraestrutura equipamentos públicos urbanos e comunitários com: a) sistema de coleta e tratamento de esgoto; b) melhoria e complementação da pavimentação do sistema viário; c) iluminação pública; d) equipamentos públicos de lazer nos bairros; e) extensão da rede de abastecimento de água; f) extensão da rede de energia elétrica; g) extensão da rede de telefonia; -existência de núcleos de | - a sua declividade acentuada e dificuldade de transposição do relevo entre as Ruas Sete de Setembro e Lauro Müller; - a sua declividade acentuada junto ao Vale do Lajeado; - sua sobreposição com a AEIA - Área de especial Interesse Ambiental do Vale do Lajeado; -a conexão viária única, em função da existência do Vale do Lajeado, através da Rua Coronel Bertaso e da Avenida Brasil que resulta em dificuldades para o sistema viário, em especial, a grande distância que gera entre as áreas leste e oeste do Município; - área com situação de indefinição da divisa entre | -manter o uso residencial predominante, permitindo a instalação de funções comerciais e de serviços de uso diário, visando estimular a formação de centralidades em vias especificadas no Anexo-08 desta lei; -promover a ocupação de terrenos vazios ou subutilizados, visando otimizar o aproveitamento da infraestrutura e equipamentos públicos existentes; -controlar ou controlar a ocupação em áreas com risco de inundação e de deslizamentos, especialmente áreas com alta declividade e margens de rios; -incrementar a infraestrutura do sistema viário e de equipamentos públicos comunitários para suprir as deficiências atuais; -implantar parque ecológico no declive acentuado do Vale do Lajeado, contornado por uma via panorâmica destinada à circulação de automóveis, bicicletas e | -Outorga Onerosa do Direito de Construir; -Outorga Onerosa de Alteração de Uso; -Direito de Preferência/Preempção; -Transferência do Direito de Construir; -Direito de Superfície; -Parcelamento Compulsório; -Edificação Compulsória; -Utilização Compulsória; -IPTU Progressivo no Tempo; -Desapropriação com Pagamento em Títulos da Dívida Pública; -Consórcio Imobiliário; -Operações Urbanas Consorciadas; |
| | | | | |



| | | | | |
|--|---|--------------------|--|---------------|
| | baixa renda próximo à Rua Lauro Müller. | estados (SC e PR). | pedestres e que abrigue equipamentos públicos e institucionais de esporte, lazer e cultura; -reservar área para implantação do Hospital Regional, prevendo adequada acessibilidade para o Município e região, observadas as disposições desta Lei; -promover a regularização e reurbanização das ocupações de terra feitas por população de baixa renda. | -AEIS (ZEIS). |
|--|---|--------------------|--|---------------|



Macrozona Urbana

| Zona | Caracterização (presente) | Condicionantes limitantes à ocupação | Objetivos (futuro) | Instrumentos do EC passíveis de aplicação |
|--|--|---|--|--|
| Zona Urbana de Ocupação Prioritária - 3 (Cruzeiro 1)/ ZUOP-3 (Cruzeiro 1) | <ul style="list-style-type: none"> -uso predominantemente residencial; -existência de grande quantidade de vazios urbanos; -médio potencial de adensamento; - existência de áreas de uso rural, não urbanizadas e com potencial para ocupação urbana; -necessidade de complementação da infraestrutura de equipamentos públicos urbanos e comunitários, com: <ol style="list-style-type: none"> a) urbanização da área; b) sistema de coleta e tratamento de esgoto; c) melhoria e complementação da pavimentação do sistema viário; d) iluminação pública; d) extensão da rede de abastecimento de água; e) extensão da rede de | <ul style="list-style-type: none"> -o Contorno Viário Armando Echer; -a existência de áreas de especial interesse ambiental; -a existência de áreas sujeitas à inundação; -a existência de áreas de especial interesse econômico; -a proximidade com a divisa do Paraná; -a existência de núcleos urbanizados isolados por áreas rurais que geram descontinuidade do sistema viário; -a proximidade com a Área de Preservação de Manancial; -trânsito de passagem ao longo do Contorno Viário Armando Echer; -a sua situação atual de área não completamente | <ul style="list-style-type: none"> -manter o uso residencial predominante, permitindo a instalação de funções comerciais e de serviços de uso diário visando estimular a formação de centralidades em vias especificadas no Anexo-08 desta lei; -promover a gradativa ocupação de terrenos vazios ou subutilizados, acompanhada do incremento necessário na infraestrutura e equipamentos públicos comunitários; -coibir a ocupação em áreas de risco de inundação e de deslizamentos, em especial áreas com alta declividade e ao longo dos cursos d' água; -incrementar a infraestrutura do sistema viário e de equipamentos públicos comunitários; -lançar diretrizes do sistema viário para garantir a conexão deste em seu entorno; -explorar o potencial do Contorno Viário Armando Echer, | <ul style="list-style-type: none"> -Outorga Onerosa do Direito de Construir; -Outorga Onerosa de Alteração de Uso; -Direito de Preferência/Preempção; -Direito de Superfície; -Parcelamento Compulsório; -Edificação Compulsória; -Utilização Compulsória; -IPTU Progressivo no Tempo; -Desapropriação com Pagamento em Títulos da Dívida Pública; -Consórcio Imobiliário; -Operações Urbanas |



| | | | | |
|--|--|--|--|--|
| | <p>energia elétrica; f) extensão da rede de telefonia; g) escola, ginásio de esportes e posto de saúde. -áreas com recursos hídricos e pesque-pague; -cortada ao longo de toda a sua extensão pelo traçado do Contorno Viário Armino Echer; -área onde se localiza o Cemitério Municipal Jardim da Saudade; -área que faz divisa com o Estado do Paraná.</p> | <p>urbanizada, o que não permite a continuidade do sistema viário.</p> | <p>estimulando a instalação, nas suas margens, de usos compatíveis com o seu trânsito e com seu potencial de escoamento, em especial comércios e serviços de médio e grande portes; -fortalecer a Avenida Brasil como acesso principal ao Município, criando uma Área de Especial Interesse Urbanístico, conferindo um tratamento diferenciado ao contorno viário nesta região; -qualificar e limitar a conexão com o sistema viário em seu entorno. -instalação de solução de passagem segura de pedestres e ciclistas através do Contorno Viário Armino Echer.</p> | <p>Consorticiadas; -AEIS (ZEIS).</p> |
|--|--|--|--|--|



| Macrozona Urbana | | | | |
|--|--|---|---|---|
| Zona | Caracterização (presente) | Condicionantes limitantes à ocupação | Objetivos (futuro) | Instrumentos do EC passíveis de aplicação |
| Zona Urbana de Ocupação Prioritária - 3 (CTG)/ ZUOP-3 (CTG) | <ul style="list-style-type: none"> -uso predominantemente residencial; - integra além de área ainda não loteada ao sul do loteamento fergutz ,os loteamentos Wolfart e Fergutz e área do Centro de Tradições Gaúchas; -existência de baixa quantidade de vazios urbanos; -médio potencial de adensamento; -acesso exclusivo por área particular não vinculada aos loteamentos ligando a área a SC 157; -encravado entre as Zonas: Industrial Sul Moveleira e Zona Comercial e de Serviços. | <ul style="list-style-type: none"> -a proximidade com a área industrial consolidada no seu entorno; -a proximidade com a área de especial interesse ambiental do Arroio Gramadinho; - seu acesso exclusivo por área particular não vinculada aos loteamentos; - distância do centro urbano consolidado. | <ul style="list-style-type: none"> -manter o uso residencial predominante, permitindo a instalação de funções comerciais e de serviços de uso diário visando estimular a formação de centralidades em vias especificadas no anexo-5 desta lei; -incrementar a infraestrutura do sistema viário e de equipamentos públicos comunitários; -lançar diretrizes do sistema viário para garantir conexão deste com seu entorno, priorizando a delimitação de acesso seguro para esta área; | <ul style="list-style-type: none"> -Outorga Onerosa do Direito de Construir; -Outorga Onerosa de Alteração de Uso; -Direito de Preferência/Preempção; -Direito de Superfície; -Parcelamento Compulsório; -Edificação Compulsória; -Utilização Compulsória; -IPTU Progressivo no Tempo; -Desapropriação com Pagamento em Títulos da Dívida Pública; -Consórcio Imobiliário; -Operações Urbanas Consorciadas; -AEIS (ZEIS). |

56

RUA DUQUE DE CAXIAS, 789 – CENTRO - Fone - (49) 3344-8500 – Fax (49) 3344-8560
 89.990-000 - SÃO LOURENÇO DO OESTE – SANTA CATARINA
 CNPJ – 83.021.873/0001-08 – www.saolourenco.sc.gov.br



| Macrozona Urbana | | | |
|--|--|--|--|
| Zona | Caracterização (presente) | Condicionantes limitantes à ocupação | Objetivos (futuro) |
| Zona Urbana de Ocupação Prioritária - 4 (Santa Catarina) / ZUOP-4 (Santa Catarina) | <ul style="list-style-type: none"> -uso predominantemente residencial; -existência de média quantidade de vazios urbanos; -médio potencial de adensamento; - existência de áreas de uso rural, não urbanizadas e com potencial para ocupação urbana. -necessidade de complementação da infraestrutura de equipamentos públicos urbanos e comunitários com: a) sistema de coleta e tratamento de esgoto; b) melhoria e complementação da pavimentação do sistema viário; | <ul style="list-style-type: none"> -a declividade acentuada em sua porção leste e oeste; -a descontinuidade do traçado do sistema viário próximo ao Arroio Gramadinho e Vale do Lajeado; -sua sobreposição com a AEIA - Área de especial Interesse Ambiental do Vale do Lajeado; -a proximidade com a Zona Industrial - Sul (Moveleira). | <ul style="list-style-type: none"> -manter o uso residencial predominante, permitindo a instalação de funções comerciais e de serviços de uso diário visando estimular a formação de centralidades em vias no Anexo-08 da presente lei; -promover a gradativa ocupação de terrenos vazios ou subutilizados, acompanhada do incremento necessário na infraestrutura e equipamentos públicos comunitários; -coibir a ocupação em áreas com risco de deslizamentos, em especial áreas com alta declividade e ao longo dos cursos d' água. -implantar parque ecológico no declive acentuado do Arroio Gramadinho, contornado por uma via panorâmica destinada à circulação de automóveis, bicicletas e pedestres e que abrigue equipamentos públicos e institucionais de esporte, lazer e cultura; -incrementar a infraestrutura do sistema viário e de equipamentos públicos comunitários e urbanos para |
| | | | Instrumentos do EC passíveis de aplicação <ul style="list-style-type: none"> -Outorga Onerosa do Direito de Construir; -Outorga Onerosa de Alteração de Uso; -Direito de Preferência/Preempção; -Transferência do Direito de Construir; -Direito de Superfície; -Parcelamento Compulsório; -Edificação Compulsória; -Utilização Compulsória; -IPTU Progressivo no Tempo; -Desapropriação com Pagamento em Títulos da Dívida Pública; -Consórcio Imobiliário; -Operações |



| | | | | |
|--|--|--|---|--|
| | <p>c) iluminação pública; d) extensão da rede de abastecimento de água; e) extensão da rede de energia elétrica; f) extensão da rede de telefonia; g) implantação de áreas de lazer nos bairros.</p> | | <p>suprir as deficiências atuais; - lançar diretrizes do sistema viário para garantir a conexão deste em seu entorno, permitindo novos acessos.</p> | Urbanas consorciadas; -AEIS (ZEIS). |
|--|--|--|---|--|



| Macrozona Urbana | | | | |
|--|--|---|---|---|
| Zona | Caracterização (presente) | Condiçantes limitantes à ocupação | Objetivos (futuro) | Instrumentos do EC passíveis de aplicação |
| Zona Urbana de Ocupação Prioritária - 4 (São Francisco) / ZUOP-4 (São Francisco) | <ul style="list-style-type: none"> -uso predominantemente residencial; -existência de média quantidade de vazios urbanos; -médio potencial de adensamento; -necessidade de complementação da infraestrutura de equipamentos públicos urbanos e comunitários | <ul style="list-style-type: none"> -a declividade acentuada: <ul style="list-style-type: none"> a) em sua porção leste e oeste. b) junto ao Condomínio Residencial Portal do Sol -O traçado da SC-480 gerando descontinuidade e falta de integração na área. | <ul style="list-style-type: none"> -manter o uso residencial predominante, permitindo a instalação de funções comerciais e de serviços de uso diário visando estimular a formação de centralidades em vias no Anexo-08 da presente lei; -promover a gradativa ocupação de terrenos vazios ou subutilizados, acompanhada do incremento necessário na infraestrutura e equipamentos públicos comunitários; -coibir a ocupação em áreas com risco de deslizamentos, em especial áreas com alta declividade e ao longo dos cursos d' água; -implantar parque ecológico no declive acentuado do Vale do Lajeado, contornado por uma via panorâmica destinada à circulação de automóveis, bicicletas e pedestres e que abrigue equipamentos públicos e institucionais de esporte, lazer e cultura; -incrementar a infraestrutura do sistema viário e de equipamentos públicos comunitários e urbanos para suprir as deficiências atuais; | <ul style="list-style-type: none"> -Outorga Onerosa do Direito de Construir; -Outorga Onerosa de Alteração de Uso; -Direito de Preferência/Preempção; -Transferência do Direito de Construir; -Direito de Superfície; -Parcelamento Compulsório; -Edificação Compulsória; -Utilização Compulsória; -IPTU Progressivo no Tempo; -Desapropriação com Pagamento em Títulos da Dívida Pública; -Consórcio Imobiliário; -Operações Urbanas consorciadas; |
| | <ul style="list-style-type: none"> a) sistema de coleta e tratamento de esgoto; b) melhoria e complementação da pavimentação do sistema viário; c) iluminação pública; d) extensão da rede de abastecimento de água; e) extensão da rede de energia elétrica; f) extensão da rede de | <ul style="list-style-type: none"> -descontinuidade do sistema viário no entorno do Condomínio Residencial Portal do Sol. -a conexão viária única, em função da existência do Vale do Lajeado, através da Rua Coronel Bertaso e da Av. Brasil que | | |



| | | | |
|---|---|---|----------------------|
| <p>telefonia; g) implantação de áreas de lazer nos bairros.</p> | <p>resulta: a) na separação desta área do restante da cidade; b) em dificuldades para o sistema viário, em especial a grande distância que gera entre as áreas leste e oeste do Município. - existência de áreas de especial interesse ambiental na suas proximidades. - sua sobreposição com a AEIA- Área de especial Interesse Ambiental do Vale do Lajeado; - a proximidade com a Zonas Industriais - Norte (Alimentícia) 1 e 2.</p> | <p>-lançar diretrizes do sistema viário para garantir a conexão deste em seu entorno, permitindo novos acessos . -consolidar o eixo da Área de Especial Interesse Econômico ao longo da SC-480; -promover a regularização e reurbanização das ocupações de terra feitas por população de baixa renda.</p> | <p>-AEIS (ZEIS).</p> |
|---|---|---|----------------------|



| Macrozona Urbana | | | | |
|--|--|--|---|--|
| Zona | Caracterização (presente) | Condicionantes limitantes à ocupação | Objetivos (futuro) | Instrumentos do EC passíveis de aplicação |
| Zona Urbana de Ocupação Prioritária - 5 (Costa Sul) / ZUOP- 5 (Costa Sul) | <p>-uso predominante rural; -área não urbanizada e com potencial para ocupação urbana; -necessidade de complementação da infraestrutura de equipamentos públicos urbanos e comunitários com:</p> <p>a) sistema de coleta e tratamento de esgoto; b) melhoria e complementação da pavimentação do sistema viário; c) iluminação pública; d) extensão da rede de abastecimento de água; e) extensão da rede de energia elétrica; f) extensão da rede de telefonia.</p> | <p>-a proximidade com fundos de vale na sua porção leste e oeste; -a declividade ao longo de sua delimitação sul, leste e oeste.</p> | <p>-desenvolver o uso residencial predominante, permitindo a instalação de funções comerciais e de serviços de uso diário visando estimular a formação de centralidades em vias especificadas no Anexo-08 desta lei; -promover a gradativa ocupação de terrenos vazios ou subutilizados, acompanhada do incremento necessário na infraestrutura e equipamentos públicos comunitários; -coibir a ocupação em áreas de risco de inundação e de deslizamentos, em especial áreas com alta declividade e ao longo dos cursos d' água; -incrementar a infraestrutura do sistema viário e de equipamentos públicos comunitários; -lançar diretrizes do sistema viário para garantir a conexão deste em seu entorno;</p> | <p>Outorga Onerosa do Direito de Construir; -Outorga Onerosa de Alteração de Uso; -Direito de Preferência/Preempção; -Transferência do Direito de Construir; -Direito de Superfície; -Parcelamento Compulsório; -Edificação Compulsória; -Utilização Compulsória; -IPTU Progressivo no Tempo; -Desapropriação com Pagamento em Títulos da Dívida Pública; -Consórcio Imobiliário; -Operações Urbanas Consorciadas; -AEIS (ZEIS).</p> |

61

RUA DUQUE DE CAXIAS, 789 – CENTRO - Fone - (49) 3344-8500 – Fax (49) 3344-8560
89.990-000 - SÃO LOURENÇO DO OESTE – SANTA CATARINA
CNPJ – 83.021.873/0001-08 – www.saolourenco.sc.gov.br



| Macrozona Urbana | | | | |
|---|--|--|---|---|
| Zona | Caracterização (presente) | Condicionantes limitantes à ocupação | Objetivos (futuro) | Instrumentos do EC passíveis de aplicação |
| Zona Urbana Vale do Arroio Gramadinho / ZU (Vale do Arroio Gramadinho) | <ul style="list-style-type: none"> -Caracteriza-se como uma área de Preservação Permanente. -área com declividade acentuada; -área com mata nativa; -área com cursos d'água. | <ul style="list-style-type: none"> -a sua própria condição de APP. -a descontinuidade do sistema viário; -a falta de legislação específica para a área. | <ul style="list-style-type: none"> -implantação do "Parque do Vale Arroio Gramadinho", associando a necessidade de preservação desta área com os interesses econômicos e turísticos do Município, tornando-a uma referência paisagística para a cidade; -implantar a Via Parque ao longo desta área, valorizando a região e provendo todo seu entorno com áreas de lazer e contemplação; -definir soluções para as ocupações irregulares implantadas nas margens e no interior desta área; -através dos instrumentos do plano diretor, do investimento em planejamento e projetos, da parceria com a sociedade civil organizada e com a iniciativa privada promover a preservação da paisagem | <ul style="list-style-type: none"> -Direito de Preferência/Preempção; -Direito de Superfície; -Consórcio Imobiliário; -Operações Urbanas Consorciadas; -AEIS (ZEIS). |



| | | | | |
|--|--|--|--|--|
| | | | natural existente, a recuperação dos locais degradados e a integração dos empreendimentos planejados para criar o hábito de utilização cotidiana desta área privilegiada da cidade. -integrar o Parque do Lajeado ao Parque do Arroio Gramadinho como um grande conjunto de preservação e utilização consciente e ambientalmente correta. | |
|--|--|--|--|--|



| Macrozona Urbana | | | | |
|--|---|---|--|--|
| Zona | Caracterização (presente) | Condicionantes limitantes à ocupação | Objetivos (futuro) | Instrumentos do EC passíveis de aplicação |
| Zona Urbana do Vale Lajeado / ZU (Vale do Lajeado) | <ul style="list-style-type: none"> -área com localização central com relação à ocupação urbana; -área de fácil acesso, se considerada sua localização; -área com declividade acentuada e cursos d'água; -existência de mata nativa; -área com beleza ambiental e paisagística. | <ul style="list-style-type: none"> -a sua declividade acentuada; -a descontinuidade do sistema viário; -a existência de APP particular; -a falta de legislação específica para a área; -a existência de assentamentos precários e irregulares. | <ul style="list-style-type: none"> -implantação do "Parque do Vale do Lajeado", associando a necessidade de preservação desta área com os interesses econômicos e turísticos do Município, tornando-a uma referência paisagística para a cidade; -implantar a Via Parque ao longo desta área, valorizando a região e provendo todo seu entorno com áreas de lazer e contemplação; -definir soluções para as ocupações irregulares implantadas nas margens e no interior desta área; -através dos instrumentos do plano diretor, do investimento em planejamento e projetos, da parceria com a sociedade civil organizada e com a iniciativa privada promover a | <ul style="list-style-type: none"> -Direito de Preferência/Preempção; -Transferência do Direito de Construir; -Direito de Superfície; -Consórcio Imobiliário; -Operações Urbanas Consorciadas; -AEIS (ZEIS). |



| | | | | | |
|--|--|--|--|--|--|
| | | | | preservação da paisagem natural existente, a recuperação dos locais degradados e a integração dos empreendimentos planejados para criar o hábito de utilização cotidiana desta área privilegiada da cidade. -integrar o Parque do Lajeado ao Parque do Arroio Gramadinho como um grande conjunto de preservação e utilização consciente e ambientalmente correta. | |
|--|--|--|--|--|--|



| Macrozona Urbana | | | | |
|--|---|---|--|--|
| Zona | Caracterização (presente) | Condicionantes limitantes à ocupação | Objetivos (futuro) | Instrumentos do EC passíveis de aplicação |
| Zona Comercial e de Serviços-1 /ZCS-1 | <ul style="list-style-type: none"> - com potencial para ocupação urbana; - existência de média quantidade de vazios urbanos; - médio potencial de adensamento; - área de fácil escoamento de produção, através das suas conexões viárias <p>Contorno Viário Armando Echer e SC157;</p> <p>- área com necessidade de complementação da infraestrutura de equipamentos públicos e comunitários;</p> | <ul style="list-style-type: none"> - proximidade com rodovia; - área situada entre o Contorno Viário Armando Echer e Acesso Sul, devendo respeitar faixas de domínio em ambos os lados. | <ul style="list-style-type: none"> - explorar o potencial oferecido pela proximidade com a sede do município e acessibilidade da rodovia; - controlar a ocupação; - prevenir eventuais impactos ambientais decorrentes das atividades. - prever a instalação de empreendimentos voltados ao comércio e prestação de serviços proibindo a instalação de indústrias. | <ul style="list-style-type: none"> - Outorga Onerosa do Direito de Construir; - Outorga Onerosa de Alteração de Uso; - Direito de Preferência/Preempção; - Direito de Superfície; - Consórcio Imobiliário; - Operações Urbanas Consorciadas. |



| Macrozona Urbana | | | | |
|--|---|--|---|--|
| Zona | Caracterização (presente) | Condicionantes limitantes à ocupação | Objetivos (futuro) | Instrumentos do EC passíveis de aplicação |
| Zona Comercial e de Serviços-2 /ZCS-2 | <ul style="list-style-type: none"> -uso rural predominante; -existência de média quantidade de vazios urbanos; -médio potencial de adensamento; -área de fácil escoamento de produção, através das suas conexões viárias - SC157; -área provida com serviço de abastecimento de energia. | <ul style="list-style-type: none"> - limite com Área de Proteção de Mananciais -proximidade com rodovia; -declividade acentuada em determinados trechos; -ocupação limitada pelas determinações definidas para a Área de Proteção de Mananciais. -ocupação definida pelo limite de 200 metros em relação a faixa de domínio da rodovia; | <ul style="list-style-type: none"> -explorar o potencial oferecido pela proximidade com a sede do município e acessibilidade da rodovia; -controlar a ocupação; -prevenir eventuais impactos ambientais decorrentes das atividades. - Prever a instalação de empreendimentos voltados ao comércio e prestação de serviços proibindo a instalação de indústrias. - restringir atividades poluentes que prejudiquem especialmente os recursos hídricos que integram a APM. | <ul style="list-style-type: none"> -Outorga Onerosa do Direito de Construir; -Outorga Onerosa de Alteração de Uso; -Direito de Preferência/Preempção; -Direito de Superfície; -Consórcio Imobiliário; -Operações Urbanas Consorciadas. |



Macrozona Urbana

| Zona | Caracterização (presente) | Condicionantes limitantes à ocupação | Objetivos (futuro) | Instrumentos do EC passíveis de aplicação |
|---|--|--|---|--|
| Zona Micro Industrial-Efaislo/ ZMI – Efaislo | <ul style="list-style-type: none"> - a sua localização ao longo da SC -157; - abrange área não urbanizada e com potencial para ocupação industrial. - abrange o condomínio industrial EFAISLO, já consolidado. - baixo potencial de adensamento; - necessidade de complementação da infraestrutura e equipamentos públicos urbanos. | <ul style="list-style-type: none"> - a existência de cursos d'água; - a existência de áreas de especial interesse urbanístico; - a SC-157; - proximidade com o loteamento Wolfart. | <ul style="list-style-type: none"> - implementar como dimensão padrão para o lotes a metragem de 2.000 a 5.000 m². - assegurar condições para localização de atividades industriais, e que sejam compatíveis com a capacidade de escoamento de cargas e insumos, considerado o aproveitamento do acesso direto à Rodovia SC-157; - vetar o uso residencial; - evitar conflito com os usos existentes no seu entorno, especialmente com relação ao uso residencial próximo; - prevenir e controlar os impactos ambientais eventualmente decorrentes das atividades nela desenvolvidas; - implementar infraestrutura e equipamentos públicos urbanos. | <ul style="list-style-type: none"> -Outorga Onerosa de Alteração de Uso; -Direito de Preferência/Preempção; -Consórcio Imobiliário; -Operações Urbanas Consorciadas. |



| Macrozona Urbana | | | | |
|--|--|---|--|--|
| Zona | Caracterização (presente) | Condicionantes limitantes à ocupação | Objetivos (futuro) | Instrumentos do EC passíveis de aplicação |
| Zona Industrial - Sul (Moveleira) / ZI - Sul (Moveleira) | <p>-a sua localização ao longo do acesso sul;</p> <p>-uso predominante industrial;</p> <p>-baixo potencial de adensamento;</p> <p>-necessidade de complementação da infraestrutura e equipamentos públicos urbanos com:</p> <p>a) sistema de coleta e tratamento de esgoto;</p> <p>b) melhoria e complementação da pavimentação do sistema viário;</p> <p>c) abrigos de Passageiros e ciclovia</p> <p>d) extensão da rede de telefonia.</p> <p>e) abastecimento de água.</p> | <p>-a existência de cursos d'água;</p> <p>-a existência de áreas de especial interesse ambiental;</p> <p>-o Acesso Sul;</p> <p>-os núcleos residenciais existentes na área.</p> | <p>-assegurar condições para localização de atividades industriais, preferencialmente as voltadas para a industrialização de madeira, e que sejam compatíveis com a capacidade de escoamento de cargas e insumos, considerado o aproveitamento do acesso direto à Rodovia SC-157;</p> <p>-vetar o uso residencial;</p> <p>-evitar conflito com os usos existentes no seu entorno, especialmente com relação ao uso residencial próximo;</p> <p>-prevenir e controlar os impactos ambientais eventualmente decorrentes das atividades nela desenvolvidas;</p> <p>-implementar infraestrutura e equipamentos públicos urbanos.</p> | <p>-Outorga Onerosa de Alteração de Uso;</p> <p>-Direito de Preferência/Preempção;</p> <p>Direito de Superfície;</p> <p>-Parcelamento Compulsório;</p> <p>-Edificação Compulsória;</p> <p>-Utilização Compulsória;</p> <p>-IPTU Progressivo no Tempo;</p> <p>-Desapropriação com Pagamento em Títulos da Dívida Pública;</p> <p>-Consórcio Imobiliário;</p> <p>-Operações Urbanas Consorciadas;</p> <p>-AEIS (ZEIS).</p> |



Macrozona Urbana

| Zona | Caracterização (presente) | Condicionaltes limitantes à ocupação | Objetivos (futuro) | Instrumentos do EC passíveis de aplicação |
|---|--|---|---|---|
| Zona Industrial – Sul (São Paulinho) ZI – Sul (São Paulinho) | <p>-uso predominantemente rural; não áreas ocupadas e com potencial para ocupação industrial; áreas passíveis de aproveitamento para o uso industrial de médio e grande portes; a proximidade com rodovias; a existência de cursos d'água.</p> | <p>-a existência de relevo declividade acentuada em determinadas porções de suas área e, em geral, próximo aos cursos d' água; -a existência de vegetação ambientalmente protegida; -a existência de cursos d'água.</p> | <p>- ocupar as áreas com potencial para localização de atividades industriais diversas, aproveitando o acesso direto às Rodovias SC-157, com condições favoráveis à urbanização de médio e longo prazo, que seja capaz de absorver o crescimento futuro da cidade.</p> <p>-prevenir conflitos de usos futuros;</p> <p>-implementar infraestrutura e equipamentos públicos urbanos;</p> <p>- vetar o uso residencial;</p> <p>- prevenir e controlar os impactos ambientais eventualmente decorrentes das atividades nela desenvolvidas</p> | <p>-Outorga Onerosa de Alteração de Uso;</p> <p>-Direito de Preferência/Preempção;</p> <p>-Consórcio Imobiliário;</p> <p>-Operações Urbanas Consorciadas.</p> |



| Macrozona Urbana | | | | |
|--|---|---|--|--|
| Zona | Caracterização (presente) | Condicionantes limitantes à ocupação | Objetivos (futuro) | Instrumentos do EC passíveis de aplicação |
| Zonas Industrial - Norte (Alimentícia 1 e 2) / ZI - Norte (Alimentícia 1 e 2) | -a sua localização ao longo da SC-480 e Rua Tiradentes; -uso predominante industrial; -baixo potencial de adensamento; -a necessidade de complementação da infraestrutura e equipamentos públicos urbanos com: a) sistema de coleta e tratamento de esgoto; b) melhoria e complementação da pavimentação do sistema viário; c) iluminação pública; d) extensão da rede de telefonia; e) abrigos de passageiros e ciclovias. | -a sua declividade acentuada na porção leste; -a deficiência do sistema de abastecimento de água; -a existência de poucos vazios urbanos. -a sua declividade acentuada na porção nordeste. | -assegurar condições de localização de atividades industriais preferencialmente voltadas à industrialização de alimentos e que sejam compatíveis com a capacidade de escoamento de cargas e insumos, considerado o aproveitamento do acesso direto à Rodovia SC-480; -proibir o uso residencial; -evitar conflitos com os usos existentes no seu entorno, especialmente com relação ao uso residencial próximo; -prevenir e controlar os impactos ambientais eventualmente decorrentes das atividades nela desenvolvidas; -implementar infraestrutura e equipamentos públicos urbanos. | -Outorga Onerosa de Alteração de Uso; -Direito de Preferência/Preempção; -Direito de Superfície; -Parcelamento Compulsório; -Edificação Compulsória; -Utilização Compulsória; -IPTU Progressivo no Tempo; -Desapropriação com Pagamento em Títulos da Dívida Pública; -Consórcio Imobiliário; -AEIS (ZEIS). |



| Macrozona Urbana | | | | |
|--|--|--|---|--|
| Zona | Caracterização (presente) | Condicionantes limitantes à ocupação | Objetivos (futuro) | Instrumentos do EC passíveis de aplicação |
| Zona Industrial Frederico Wastner – ZI Frederico Wastner | <ul style="list-style-type: none"> - a sua localização ao longo da SC-480; - abrange área potencial para ocupação industrial; - baixo potencial de adensamento; - necessidade de complementação da infraestrutura e equipamentos públicos urbanos. | <ul style="list-style-type: none"> - a sua distância em relação a área urbana do município; - a SC-480; - a inexistência de soluções viárias quanto sua conexão com a SC-480; - proximidade com área de vegetação. | <ul style="list-style-type: none"> - ocupar as áreas com potencial para localização de atividades industriais diversas, aproveitando o acesso direto a Rodovia SC-480; -prevenir conflitos de usos futuros; -implementar infraestrutura e equipamentos públicos urbanos; - vetar o uso residencial; - prevenir e controlar os impactos ambientais eventualmente decorrentes das atividades nela desenvolvidas. | <p>Outorga Onerosa de Alteração de Uso;</p> <p>-Direito de Preferência/Preempção;</p> <p>-Direito de Superfície;</p> <p>-Parcelamento Compulsório;</p> <p>-Edificação Compulsória;</p> <p>-Utilização Compulsória;</p> <p>-IPTU Progressivo no Tempo;</p> <p>-Desapropriação com Pagamento em Títulos da Dívida Pública;</p> <p>-Consórcio Imobiliário;</p> <p>-AEIS (ZEIS).</p> |



| Macrozona Urbana | | | | |
|---|--|---|---|--|
| Zona | Caracterização (presente) | Condicionantes limitantes à ocupação | Objetivos (futuro) | Instrumentos do EC passíveis de aplicação |
| Zona de Expansão Industrial - São Paulinho ZEI – São Paulinho | <ul style="list-style-type: none"> - a sua localização ao longo da SC-157; - abrange área potencial para ocupação industrial. - baixo potencial de adensamento; - necessidade de complementação da infraestrutura e equipamentos públicos urbanos. | <ul style="list-style-type: none"> - a sua distância em relação a área urbana do município - a SC-157; - a inexistência de soluções viárias quanto à sua conexão com a SC-157. | <ul style="list-style-type: none"> - ocupar as áreas com potencial para localização de atividades industriais diversas, aproveitando o acesso direto a Rodovia SC-157, com condições favoráveis à urbanização de médio e longo prazo, que seja capaz de absorver o crescimento futuro da cidade; - prevenir conflitos de usos futuros; - implementar infraestrutura e equipamentos públicos urbanos; - vetar o uso residencial; - prevenir e controlar os impactos ambientais eventualmente decorrentes das atividades nela desenvolvidas. | <ul style="list-style-type: none"> -Outorga Onerosa de Alteração de Uso; -Direito de Preferência/Preempção; -Consórcio Imobiliário; -Operações Urbanas Consorciadas. |



| Áreas de Especial Interesse (AEIs) | | | | |
|---|--|---|---|--|
| Zona | Caracterização (presente) | Condicionantes limitantes à ocupação | Objetivos (futuro) | Instrumentos do EC passíveis de aplicação |
| Zonas de Qualificação Urbanística (Distritose Vilas) | <ul style="list-style-type: none"> - aglomerados com parcelamentos não regularizados desconexos do centro urbano consolidado; - existência de equipamentos públicos urbanos e comunitários; - deficiência no sistema de abastecimento de água; - alguns interligados por rede viária estadual. | <ul style="list-style-type: none"> - falta de infraestrutura no abastecimento de água; - pouca diversidade de atividades econômicas; - a indisponibilidade de terrenos regularizados; - sua condição de núcleo isolado na área rural. | <ul style="list-style-type: none"> - regularização dos parcelamentos; - promover o ordenamento para uma ocupação planejada da área; - suprir as necessidades de infraestrutura; - estimular a implantação de novas atividades econômicas; - desenvolver zoneamento para estas áreas definindo parâmetros urbanísticos, níveis de incomodidade, áreas de especial interesse específicos de acordo com suas características. | <ul style="list-style-type: none"> -Outorga Onerosa do Direito de Construir; -Outorga Onerosa de Alteração de Uso; -Direito de Preferência/Preempção; -Direito de Superfície; -Parcelamento Compulsório; -Edificação Compulsória; -Utilização Compulsória; -IPTU Progressivo no Tempo; -Desapropriação com Pagamento em Títulos da Dívida Pública; -Consórcio Imobiliário; -Operações Urbanas Consorciadas. |



| Áreas de Especial Interesse (AEIs) | | | | |
|---|---|--|--|---|
| Zona | Caracterização (presente) | Condicionantes limitantes à ocupação | Objetivos (futuro) | Instrumentos do EC passíveis de aplicação |
| Área de Especial Interesse Urbanístico – 1 (Igreja Matriz) / AEIU-1 (Igreja Matriz) | <p>-uso predominantemente misto, voltado a atividades comerciais, de serviços e institucional;</p> <p>-existência de baixa quantidade de vazios urbanos;</p> <p>-médio potencial de adensamento;</p> <p>-infraestrutura e equipamentos públicos urbanos e comunitários suficientes, ressalvada a necessidade de implantação de:</p> <p>a) sistema de coleta e tratamento de esgoto;</p> <p>b) melhoria da pavimentação viária e da iluminação pública;</p> <p>c) necessidade de revitalização das áreas de uso comunitário.</p> | <p>-a existência de poucos vazios urbanos;</p> <p>-o baixo potencial de renovação das edificações.</p> | <p>-manter o caráter misto de usos para preservar a integração entre estes;</p> <p>-limitar o número máximo de pavimentos das edificações em 2 (dois), 8 (oito) e 12 (doze) pavimentos, conforme mapa Anexo 09;</p> <p>-fortalecer a área com a implantação de usos voltados ao lazer e entretenimento utilizando os espaços comunitários existentes;</p> <p>-garantir que a Igreja Matriz permaneça como referencial visual do Município, estabelecendo tipologias diferenciadas para as edificações da área, com especial ênfase no gabarito máximo;</p> <p>-propor a concepção de patrimônio histórico para a edificação da Igreja Matriz e o conjunto de espaços da Praça da Bandeira, objetivando preservar características desta área como referencial urbano.</p> | <p>-Outorga Onerosa do Direito de Construir;</p> <p>-Outorga Onerosa de Alteração de Uso;</p> <p>-Direito de Preferência/Preempção;</p> <p>-Transferência do Direito de Construir;</p> <p>-Direito de Superfície;</p> <p>-Parcelamento Compulsório;</p> <p>-Edificação Compulsória;</p> <p>-Utilização Compulsória;</p> <p>-IPTU Progressivo no Tempo;</p> <p>-Desapropriação com Pagamento em Títulos da Dívida Pública;</p> <p>-Operações Urbanas Consorciadas.</p> |



| Áreas de Especial Interesse (AEIs) | | | | |
|--|--|---|--|--|
| Zona | Caracterização (presente) | Condicionantes limitantes à ocupação | Objetivos (futuro) | Instrumentos do EC passíveis de aplicação |
| Área de Especial Interesse Urbanístico - 2 (Vale do Lajeado) / AEIU -2 (Vale do Lajeado) | <p>-uso predominantemente residencial;</p> <p>-área com potencial para ocupação urbana de uso residencial, necessitando da definição da extensão da malha viária e da implantação de:</p> <p>a) infraestrutura e equipamentos públicos urbanos e comunitários;</p> <p>b) sistema de coleta e tratamento de esgoto.</p> | <p>-a declividade acentuada;</p> <p>-a descontinuidade do sistema viário;</p> <p>-a existência de área de APP particular;</p> <p>-a falta de um programa específico para a área de APP particular;</p> <p>-a presença de assentamentos precários e irregulares na área.</p> | <p>-implementar unidade de conservação APA (Área de Preservação Ambiental), que constituirá o Parque do Vale do Lajeado voltada a atividades ambientais e paisagísticas de uso comunitário;</p> <p>-definir usos mistos, buscando preservar a integração entre funções, especialmente entre uso residencial e uso voltado a atividades de lazer e contemplação;</p> <p>-limitar o número máximo de pavimentos das edificações em 2 (dois).</p> | <p>-Outorga Onerosa do Direito de Construir;</p> <p>-Outorga Onerosa de Alteração de Uso;</p> <p>-Direito de Preferência/Preempção;</p> <p>Transferência do Direito de Construir;</p> <p>-Direito de Superfície;</p> <p>-Consórcio Imobiliário;</p> <p>-Operações Urbanas Consorciadas;</p> <p>-AEIS (ZEIS).</p> |



| Áreas de Especial Interesse (AEIs) | | | | |
|---|--|--|--|---|
| Zona | Caracterização (presente) | Condicionantes limitantes à ocupação | Objetivos (futuro) | Instrumentos do EC passíveis de aplicação |
| Área de Especial Interesse Urbanístico - 3 (Mirante) / AEIU-3 (Mirante) | <p>-uso predominantemente residencial;</p> <p>-existência de baixa quantidade de vazios urbanos;</p> <p>-baixo potencial de adensamento;</p> <p>-a necessidade de melhorias na iluminação pública e na pavimentação das vias e de implantação do sistema de coleta e tratamento de esgoto.</p> | <p>-a declividade acentuada no encontro da Rua Sete de Setembro com a Travessa Galeazzi, Rua Saldanha da Gama e Travessa Maria Cerchiar.</p> | <p>-consolidar o entorno desta área, para garantir que o Mirante Panorâmico seja uma referência visual para o Município através da tipologia das edificações que ocupam o entorno;</p> <p>-definir o caráter misto de usos, preservando a integração entre funções de comércio, moradia e serviços;</p> <p>-fortalecer as áreas comerciais, transformando os eixos com potencial para concentrar atividades de comércio e serviços em corredores de usos mistos, de forma a atender as necessidades da região e as complementares ao Mirante Panorâmico.</p> <p>-limitar o número máximo de pavimentos das edificações em 2 (dois) pavimentos.</p> | <p>-Outorga Onerosa do Direito de Construir;</p> <p>-Direito de Preferência/Preempção;</p> <p>-Transferência do Direito de Construir;</p> <p>-Direito de Superfície;</p> <p>-Consórcio Imobiliário;</p> <p>-Operações Urbanas Consorciadas.</p> |



| Áreas de Especial Interesse (AEIs) | | | | |
|---|---|--|--|---|
| Zona | Caracterização (presente) | Condicionantes limitantes à ocupação | Objetivos (futuro) | Instrumentos do EC passíveis de aplicação |
| Área de Especial Interesse Urbanístico - 4 (Centro de Eventos) / AEIU-4 (Centro de Eventos) | <p>-uso predominantemente residencial;</p> <p>-existência de médio quantidade de vazios urbanos;</p> <p>-médio potencial de adensamento;</p> <p>-necessidade de implantação de infraestrutura e equipamentos públicos urbanos e comunitários e do sistema de coleta e tratamento de esgoto.</p> | <p>-a declividade acentuada na Rua Albano Menegatti Filho.</p> | <p>-definir o caráter misto de usos no entorno, preservando a complementação das atividades do centro de eventos;</p> <p>-definir a tipologia das edificações para ocupação desta área, considerando-se que o centro de eventos se localiza num ponto privilegiado dos demais referenciais públicos arquitetônicos do Município.</p> <p>-limitar o número máximo de pavimentos das edificações em 2 (dois) pavimentos.</p> | <p>-Outorga Onerosa do Direito de Construir;</p> <p>-Outorga Onerosa de Alteração de Uso;</p> <p>-Direito de Preferência/Preempção;</p> <p>-Direito de Superfície;</p> <p>-Consórcio Imobiliário;</p> <p>-Operações Urbanas Consorciadas.</p> |



| Áreas de Especial Interesse (AEIs) | | | | |
|---|--|--|---|--|
| Zona | Caracterização (presente) | Condicionantes limitantes à ocupação | Objetivos (futuro) | Instrumentos do EC passíveis de aplicação |
| Área de Especial Interesse Urbanístico – 5 (Trevo do Centro de Eventos) / AEIU-5 (Trevo do Centro de Eventos) | <p>- acesso estratégico para a cidade;</p> <p>- área não ocupada;</p> <p>- área com necessidade de implantação de infraestrutura viária (trevo e iluminação);</p> <p>- cortada ao longo de toda a sua extensão pelo traçado do contorno viário Armino Echer.</p> | <p>- a sua declividade acentuada;</p> <p>- a proximidade com Área de Preservação Permanente - APP.</p> | <p>- definir ocupação e uso nesta área que evidencie e consolide, como acesso principal ao Município de São Lourenço do Oeste, o encontro da Avenida Brasil com o contorno viário Armino Echer;</p> <p>- definir o caráter misto de usos, preservando a integração entre funções de comércio, moradia e serviços.</p> | <p>I - outorga onerosa do direito de construir;</p> <p>II - outorga onerosa de alteração de uso;</p> <p>III - direito de preferência/preempção;</p> <p>IV - direito de superfície;</p> <p>V - parcelamento compulsório;</p> <p>VI - edificação compulsória;</p> <p>VII - utilização compulsória;</p> <p>VIII - IPTU progressivo no tempo;</p> <p>IX - desapropriação com pagamento em títulos da dívida pública;</p> <p>X - consórcio imobiliário;</p> <p>XI - operações urbanas consorciadas.</p> |



| Áreas de Especial Interesse (AEIs) | | | | |
|--|--|--|--|---|
| Zona | Caracterização (presente) | Condicionantes limitantes à ocupação | Objetivos (futuro) | Instrumentos do EC passíveis de aplicação |
| Área de Especial Interesse Urbanístico - 6 (Santuário) / AEIU- 6 (Santuário) | <ul style="list-style-type: none"> -uso predominantemente residencial; -existência de baixa quantidade de vazios urbanos; -baixo potencial de adensamento; -necessidade de melhorias na iluminação pública e na pavimentação das vias; -necessidade de implantação do sistema de coleta e tratamento de esgoto. | <ul style="list-style-type: none"> -a ausência de áreas disponíveis para ocupação; -a proximidade com a divisa com o Estado do Paraná. | <ul style="list-style-type: none"> -consolidar a caracterização desta área como um centro público e religioso do bairro, por meio da valorização do santuário e da praça; -estabelecer diretrizes de ocupação como tipologias, transformando este espaço em referência arquitetônica para o bairro. -limitar o número máximo de pavimentos das edificações em 2 (dois). | <ul style="list-style-type: none"> -Direito de Preferência/Preempção; -Direito de Superfície; -Consórcio Imobiliário; -Operações Urbanas Consorciadas; -AEIS (ZEIS). |



| Áreas de Especial Interesse (AEIs) | | | | |
|---|---|---|---|---|
| Zona | Caracterização (presente) | Condicionantes limitantes à ocupação | Objetivos (futuro) | Instrumentos do EC passíveis de aplicação |
| Área de Especial Interesse Urbanístico - 7 (Vale do Arroio Gramadinho) / AEIU-7 (Vale do Arroio Gramadinho) | <ul style="list-style-type: none"> -uso misto industrial e rural; -existência de vazios urbanos; -baixo potencial de adensamento; -necessidade de complementação dos equipamentos públicos urbanos; -necessidade de implantação do sistema de coleta e tratamento de esgoto. | <ul style="list-style-type: none"> -a declividade acentuada; -a descontinuidade do sistema viário; -a existência de área de APP particular; -a falta de um programa específico para a área de APP particular. | <ul style="list-style-type: none"> -implementar unidade de conservação APA (Área de Preservação Ambiental), que constituirá o Parque do Vale do Lajeado voltada a atividades ambientais e paisagísticas de uso comunitário; -definir usos mistos, buscando preservar a integração entre funções, especialmente entre uso residencial e uso voltado a atividades de lazer e contemplação; -limitar o número máximo de pavimentos das edificações em 2 (dois). | <ul style="list-style-type: none"> -Direito de Preferência/Preempção; -Direito de Superfície; -Consórcio Imobiliário; -Operações Urbanas Consorciadas; -AEIS (ZEIS). |



| Áreas de Especial Interesse (AEIs) | | | | |
|--|--|---|--|---|
| Zona | Caracterização (presente) | Condicionalantes limitantes à ocupação | Objetivos (futuro) | Instrumentos do EC passíveis de aplicação |
| Área de Especial Interesse Urbanístico - 8 (Limite Estadual) / AEIU-8(Limite Estadual) | <p>-divergência de limites municipais e divisas estaduais, gerando problemas de jurisdição;</p> <p>-o parcelamento de área rural do município de Vitorino para fins de ocupação residencial, impondo ampliação de demanda dos serviços municipais básicos a São Lourenço do Oeste.</p> <p>-existência de parcelamento irregular do solo.</p> <p>-uso predominantemente misto;</p> <p>-existência de média quantidade de vazios urbanos;</p> <p>-Cortada ao longo de toda a sua extensão pelo traçado do contorno viário Armando Echer.</p> | <p>-proximidade com Contorno Viário Armando Echer;</p> <p>-problemas de jurisdição causados pelas divergências de limite.</p> | <p>-consolidar a linha divisa estadual e limite municipal que estabeleça a jurisdição;</p> <p>-promover o ordenamento para uma ocupação planejada da área.</p> | <p>-Outorga Onerosa do Direito de Construir;</p> <p>-Outorga Onerosa de Alteração de Uso;</p> <p>-Direito de Preferência/Preempção;</p> <p>-Direito de Superfície;</p> <p>-Parcelamento Compulsório;</p> <p>-Edificação Compulsória;</p> <p>-Utilização Compulsória;</p> <p>-IPTU Progressivo no Tempo;</p> <p>-Desapropriação com Pagamento em Títulos da Dívida Pública;</p> <p>-Consórcio Imobiliário;</p> <p>-Operações Urbanas Consorciadas.</p> |



| Áreas de Especial Interesse (AEIs) | | | | |
|---|--|--|--|---|
| Zona | Caracterização (presente) | Condicionantes limitantes à ocupação | Objetivos (futuro) | Instrumentos do EC passíveis de aplicação |
| Área de Especial Interesse Econômico - 1 (Contorno Viário Armindo Echer e SC-157) / AEIE-1 (Contorno Viário Armindo Echer e SC-157) | <p>-uso rural predominante, mas com a presença de atividades industriais e de prestação de serviços;</p> <p>-área de fácil escoamento de produção, através das suas conexões viárias;</p> <p>-área provida com serviço de abastecimento de energia e água.</p> | <p>-o uso residencial;</p> <p>-o alto valor dos terrenos;</p> <p>-a divisa com o Estado do Paraná;</p> <p>-Necessidade de implantação de iluminação pública.</p> | <p>-explorar o potencial oferecido pelo Contorno Viário Armindo Echer e SC-157, consolidando centros de comércio e prestação de serviços de médio e grande portes compatíveis com os usos próximos e que funcione como um suporte para as lojas localizadas no centro do Município;</p> <p>-estabelecer uma ocupação que fortaleça as áreas comerciais sem prejudicar os demais usos existentes na área;</p> <p>-prevenir e mitigar os eventuais impactos ambientais decorrentes das atividades desenvolvidas.</p> | <p>-Outorga Onerosa do Direito de Construir;</p> <p>-Outorga Onerosa de Alteração de Uso;</p> <p>-Direito de Preferência/Preempção;</p> <p>-Direito de Superfície;</p> <p>-Parcelamento Compulsório;</p> <p>-Edificação Compulsória;</p> <p>-Utilização Compulsória;</p> <p>-IPTU Progressivo no Tempo;</p> <p>-Desapropriação com Pagamento em Títulos da Dívida Pública;</p> <p>-Consórcio Imobiliário;</p> <p>-Operações Urbanas Consorciadas.</p> |



| Áreas de Especial Interesse (AEIs) | | | | |
|---|--|--|--|---|
| Zona | Caracterização (presente) | Condicionantes limitantes à ocupação | Objetivos (futuro) | Instrumentos do EC passíveis de aplicação |
| Área de Especial Interesse Econômico - 2 (SC-480) / AEIE-2 (SC-480) | -área com uso predominantemente rural. | -falta de infraestrutura quanto a rede de abastecimento de água, e iluminação pública; -o alto valor financeiro dos terrenos. | -explorar o potencial oferecido pela SC-480, caracterizando-a como uma área voltada aos interesses da indústria alimentícia e afins; -estabelecer uma ocupação que fortaleça as áreas industriais sem prejudicar os demais usos existentes na área; -prevenir e mitigar os eventuais impactos ambientais decorrentes das atividades desenvolvidas; -servir como faixa de transição entre a Zona Industrial Norte (Alimentícia 02) / ZI - Norte (Alimentícia 02) e Zona Urbana de Ocupação Prioritária - 4 (São Francisco) / ZUOP-4 (São Francisco). | -Outorga Onerosa do Direito de Construir; -Outorga Onerosa de Alteração de Uso; -Direito de Preferência/Preempção; -Direito de Superfície; -Parcelamento Compulsório; -Edificação Compulsória; -Utilização Compulsória; -IPTU Progressivo no Tempo; -Desapropriação com Pagamento em Títulos da Dívida Pública; -Consórcio Imobiliário; -Operações Urbanas Consorciadas; -AEIS (ZEIS). |



| Áreas de Especial Interesse (AEIs) | | | | |
|---|--|---|---|--|
| Zona | Caracterização (presente) | Condicionantes limitantes à ocupação | Objetivos (futuro) | Instrumentos do EC passíveis de aplicação |
| Área de Especial Interesse Econômico - 3 (Rua Tiradentes) / AEIE-3 (Rua Tiradentes) | <p>-área que se sobrepõe à Zona Urbana de Ocupação Prioritária - 4 (São Francisco) / ZUOP-4 (São Francisco) ao longo da Rua Tiradentes;</p> <p>-área ocupada por indústrias beneficiamento da madeira.</p> | <p>-o uso residencial existente no entorno.</p> | <p>-explorar o potencial oferecido pela Rua Tiradentes, caracterizando-a como uma área voltada aos interesses do desenvolvimento econômico;</p> <p>-estabelecer uma ocupação que fortaleça as áreas industriais sem prejudicar os demais usos existentes na área;</p> <p>-prevenir e mitigar os eventuais impactos ambientais decorrentes das atividades desenvolvidas.</p> | <p>-Outorga Onerosa do Direito de Construir;</p> <p>-Outorga Onerosa de Alteração de Uso;</p> <p>-Direito de Preferência/Preempção;</p> <p>-Direito de Superfície;</p> <p>-Parcelamento Compulsório;</p> <p>-Edificação Compulsória;</p> <p>-Utilização Compulsória;</p> <p>-IPTU Progressivo no Tempo;</p> <p>-Desapropriação com Pagamento em Títulos da Dívida Pública;</p> <p>-Consórcio Imobiliário;</p> <p>-Operações Urbanas Consorciadas;</p> <p>-AEIS (ZEIS).</p> |

85

RUA DUQUE DE CAXIAS, 789 – CENTRO - Fone - (49) 3344-8500 – Fax (49) 3344-8560
 89.990-000 - SÃO LOURENÇO DO OESTE – SANTA CATARINA
 CNPJ – 83.021.873/0001-08 – www.saoulourenco.sc.gov.br



| Áreas de Especial Interesse (AEIs) | | | | |
|---|---|--|---|---|
| Zona | Caracterização (presente) | Condicionantes limitantes à ocupação | Objetivos (futuro) | Instrumentos do EC passíveis de aplicação |
| Área de Especial Interesse Ambiental - 1 (Vale do Lajeado) / AEIA-1 (Vale do Lajeado) | <p>-área com localização central com relação à ocupação urbana;</p> <p>-área de fácil acesso, se considerada sua localização.</p> <p>-área com declividade acentuada e cursos d' água.</p> <p>-existência de mata nativa;</p> <p>-área com beleza ambiental e paisagística.</p> | <p>-a sua declividade acentuada;</p> <p>-a descontinuidade do sistema viário;</p> <p>-a existência de APP particular;</p> <p>-a falta de legislação específica para a área;</p> <p>-a existência de assentamentos e precários irregulares.</p> | <p>-implantação do "Parque do Vale do Lajeado", associando a necessidade de preservação desta área com os interesses econômicos e turísticos do Município, tornando-a uma referência paisagística para a cidade;</p> <p>-implantar a via marginal ao longo desta área, valorizando a região e provendo todo seu entorno com áreas de lazer e contemplação;</p> <p>-definir soluções para as ocupações irregulares implantadas nas margens desta área;</p> <p>-instalar infraestrutura de equipamentos urbanos que seja compatível com os usos que se deseja implantar, especialmente os usos voltados a lazer, contemplação e esportes;</p> <p>-definir diretrizes da</p> | <p>-Direito de Preferência/Preempção;</p> <p>-Transferência do Direito de Construir;</p> <p>-Direito de Superfície;</p> <p>-Consórcio Imobiliário;</p> <p>-Operações Urbanas Consorciadas;</p> <p>-AEIS (ZEIS).</p> |



| | | | | |
|--|--|--|--|--|
| | ocupação da área de Especial Interesse Urbanístico 2 (Vale do Lajeado) AEIU - 2 (Vale do Lajeado), estabelecendo a integração entre usos e ocupação, potencializando as características da Área de Especial Interesse Ambiental-1 (Vale do Lajeado) - AEIA-1 (Vale do Lajeado) | | | |
|--|--|--|--|--|

87

RUA DUQUE DE CAXIAS, 789 – CENTRO - Fone - (49) 3344-8500 – Fax (49) 3344-8560
 89.990-000 - SÃO LOURENÇO DO OESTE – SANTA CATARINA
 CNPJ – 83.021.873/0001-08 – www.saolourenco.sc.gov.br



| Áreas de Especial Interesse (AEIs) | | | | |
|---|--|--|--|--|
| Zona | Caracterização (presente) | Condicionalites limitantes à ocupação | Objetivos (futuro) | Instrumentos do EC passíveis de aplicação |
| Área de Especial Interesse Ambiental - 2 (Cruzeiro) / AEIA-2 (Cruzeiro) | <p>-área com declividade acentuada;</p> <p>-a existência de mata nativa;</p> <p>-a localização entre áreas de ocupação residencial e de ocupação industrial.</p> | <p>-os impedimentos decorrentes da legislação ambiental federal e estadual em vigor.</p> | <p>-garantir a preservação desta área, consolidando sua função de barreira vegetal entre a Zona Industrial - Sul (Moveleira) / ZI-Sul (Moveleira) e a Zona Urbana de Ocupação Prioritária - 3 (Cruzeiro 1) / ZUOP-3 (Cruzeiro 1);</p> <p>-consolidar a função desta área como APP, não permitindo usos de lazer.</p> | <p>-Direito de Preferência/Preempção;</p> <p>-Transferência do Direito de Construir;</p> <p>-Direito de Superfície;</p> <p>-Consórcio Imobiliário;</p> <p>-Operações Urbanas Consorciadas.</p> |



| Áreas de Especial Interesse (AEIs) | | | | |
|---|---|---|--|--|
| Zona | Caracterização (presente) | Condicionantes limitantes à ocupação | Objetivos (futuro) | Instrumentos do EC passíveis de aplicação |
| Área de Especial Interesse Ambiental - 3 (Arroio Gramadinho) / AEIA-3 (Arroio Gramadinho) | <ul style="list-style-type: none"> -faixa de APP ao longo do Arroio Gramadinho; -área com declividade acentuada; -área que não permite transposição ligando as zonas que compõem suas adjacências. | <ul style="list-style-type: none"> -a sua própria condição de APP. | <ul style="list-style-type: none"> -garantir a preservação desta área consolidando sua função de barreira vegetal, para evitar futuros conflitos de usos. | <ul style="list-style-type: none"> -Direito Preferência/Preempção; -Direito de Superfície; -Consórcio Imobiliário; -Operações Urbanas Consorciadas; -AEIS (ZEIS). |



| Áreas de Especial Interesse (AEIs) | | | | |
|---|--|--|--|---|
| Zona | Caracterização (presente) | Condicionantes limitantes à ocupação | Objetivos (futuro) | Instrumentos do EC passíveis de aplicação |
| Área de Especial Interesse Ambiental - 4 (Parque Municipal) / AEIA-4 (Parque Municipal) | -a presença de pequenos córregos e de mata nativa de grande porte. | -a sua própria condição de APP, de área verde e de área pública. | I- garantir qualidade ambiental e paisagística, incorporando a APP e a área verde para conformar o Parque Municipal. II - consolidar a implantação do Parque Municipal como um ponto de referência no Município associado ao Centro de Eventos, com uso voltado ao entretenimento e lazer, dotando-o com a infraestrutura e equipamentos urbanos necessários. | -Direito de Preferência/Preempção; -Direito Superfície; -Consórcio Imobiliário; -Operações Urbanas Consorciadas. |

90

RUA DUQUE DE CAXIAS, 789 – CENTRO - Fone - (49) 3344-8500 – Fax (49) 3344-8560
 89.990-000 - SÃO LOURENÇO DO OESTE – SANTA CATARINA
 CNPJ – 83.021.873/0001-08 – www.sadlourenco.sc.gov.br



| Áreas de Especial Interesse (AEIs) | | | | |
|--|---|---|--|---|
| Zona | Caracterização (presente) | Condicionantes limitantes à ocupação | Objetivos (futuro) | Instrumentos do EC passíveis de aplicação |
| Área de Especial Interesse Social - 1 (São Francisco) / AEIS-1 (São Francisco) | <p>-área ocupada por população de baixa renda, atendida por equipamentos urbanos e comunitários, a saber: posto de saúde, ginásio e escolas, sendo atendida, ainda, por parcialmente saneamento;</p> <p>-área com necessidade de regularização urbanística e fundiária;</p> <p>-existência de poucos vazios na área consolidada;</p> <p>-existência de ocupação em áreas públicas, áreas de risco e parcelamento irregular;</p> | <p>-as ocupações em áreas de risco;</p> <p>-a elevada concentração de população carente;</p> <p>-infraestrutura, necessitando melhorias na pavimentação e drenagem pluvial;</p> <p>-o seu relevo acentuado.</p> | <p>-promover e implementar programas de Regularização Fundiária;</p> <p>-instituir e implementar legislação para fins de ocupação de baixa renda na área, de forma a possibilitar a regularização fundiária das ocupações;</p> <p>-viabilizar o estoque de terras necessário, para moradia de interesse social, possibilitando a relocação e aproveitamento dos equipamentos urbanos e comunitários implantados;</p> <p>-promover a qualificação da área, dotando-a de infraestrutura viária e urbana;</p> <p>-promover oportunidades de trabalho e renda.</p> | <p>-Outorga Onerosa do Direito de Construir;</p> <p>-Outorga Onerosa de Alteração de Uso;</p> <p>-Direito de Preferência/Preempção;</p> <p>-Transferência do Direito de Construir;</p> <p>-Direito de Superfície;</p> <p>-Parcelamento Compulsório;</p> <p>-Edificação Compulsória;</p> <p>-Utilização Compulsória;</p> <p>-IPTU Progressivo no Tempo;</p> <p>-Desapropriação com Pagamento em Títulos da Dívida Pública;</p> <p>-Consórcio Imobiliário;</p> <p>-Operações Urbanas Consorciadas;</p> <p>-AEIS (ZEIS).</p> |

91

RUA DUQUE DE CAXIAS, 789 – CENTRO - Fone - (49) 3344-8500 – Fax (49) 3344-8560
 89.990-000 - SÃO LOURENÇO DO OESTE – SANTA CATARINA
 CNPJ – 83.021.873/0001-08 – www.saolourenco.sc.gov.br



| Áreas de Especial Interesse (AEIs) | | | | |
|--|--|--|--|---|
| Zona | Caracterização (presente) | Condicionantes limitantes à ocupação | Objetivos (futuro) | Instrumentos do EC passíveis de aplicação |
| Área de Especial Interesse Social - 2 (Bentinho) / AEIS-2 (Bentinho) | <p>-área onde foi implementado parcelamento irregular por particulares;</p> <p>-carência de equipamentos públicos urbanos e comunitários;</p> <p>-área com vegetação e corpos d'água ;</p> <p>-núcleo isolado da ocupação urbana com acesso exclusivo pelo loteamento cardoso.</p> | <p>-o seu acesso exclusivamente pelo loteamento cardoso;</p> <p>-sua configuração de loteamento irregular;</p> <p>- as características ambientais presentes na área.</p> | <p>-instituir e implementar legislação para fins de possibilitar a regularização fundiária das ocupações;</p> <p>- deverão ser previstos no processo de regularização da área, a preservação das características ambientais da mesma e percentual de áreas públicas;</p> <p>-promover a sua qualificação, dotando-a de infraestrutura viária e urbana;</p> <p>-suprir a necessidade de implementação de melhorias do serviço de abastecimento de água.</p> | <p>-Outorga Onerosa do Direito de Construir;</p> <p>-Outorga Onerosa de Alteração de Uso;</p> <p>-Direito de Preferência/Preempção;</p> <p>-Transferência do Direito de Construir;</p> <p>-Direito de Superfície;</p> <p>-Parcelamento Compulsório;</p> <p>-Edificação Compulsória;</p> <p>-Utilização Compulsória;</p> <p>-IPTU Progressivo no Tempo;</p> <p>-Desapropriação com Pagamento em Títulos da Dívida Pública;</p> <p>-Consórcio Imobiliário;</p> <p>-Operações Urbanas Consorciadas;</p> <p>-AEIS (ZEIS).</p> |



| Áreas de Especial Interesse (AEIs) | | | | |
|--|---|---|--|---|
| Zona | Caracterização (presente) | Condicionantes limitantes à ocupação | Objetivos (futuro) | Instrumentos do EC passíveis de aplicação |
| Área de Especial Interesse Social - 3 (Vida Nova) / AEIS-3 (Vida Nova) | <p>-área onde localiza-se o loteamento popular Vida Nova, de iniciativa do Poder Público Municipal, parcialmente ocupado;</p> <p>-área próxima à Escola Básica Municipal São Lourenço e Unochapecó.</p> | <p>- o seu acesso exclusivamente pela SC-480.</p> | <p>I - dar continuidade ao processo de urbanização iniciado, promovendo a implantação e complementação dos equipamentos urbanos e comunitários, especialmente aqueles destinados ao saneamento básico;</p> <p>II - promover a integração da área com a malha urbana já consolidada, e das diretrizes a serem previstas no Programa Viário.</p> | <p>-Outorga Onerosa do Direito de Construir;</p> <p>-Outorga Onerosa de Alteração de Uso;</p> <p>-Direito de Preferência/Preempção;</p> <p>-Transferência do Direito de Construir;</p> <p>-Direito de Superfície;</p> <p>-Parcelamento Compulsório;</p> <p>-Edificação Compulsória;</p> <p>-Utilização Compulsória;</p> <p>-IPTU Progressivo no Tempo;</p> <p>-Desapropriação com Pagamento em Títulos da Dívida Pública;</p> <p>-Consórcio Imobiliário;</p> <p>-Operações Urbanas Consorciadas;</p> <p>-AEIS (ZEIS).</p> |

93

RUA DUQUE DE CAXIAS, 789 – CENTRO - Fone - (49) 3344-8500 – Fax (49) 3344-8560
 89.990-000 - SÃO LOURENÇO DO OESTE – SANTA CATARINA
 CNPJ – 83.021.873/0001-08 – www.saoulourenco.sc.gov.br



| Áreas de Especial Interesse (AEIs) | | | | |
|--|--|--|---|---|
| Zona | Caracterização (presente) | Condicionantes limitantes à ocupação | Objetivos (futuro) | Instrumentos do EC passíveis de aplicação |
| Área de Especial Interesse Social - 4 (Brasília) / AEIS-4 (Brasília) | <p>-área ocupada por população de baixa renda;</p> <p>-inexistência de vazios urbanos;</p> <p>-existência de ocupações irregulares em áreas de risco;</p> <p>-área localizada próximo ao centro urbano do Município.</p> <p>-área atendida pelos equipamentos públicos comunitários do centro urbano do Município e do bairro Santa Catarina.</p> <p>-área com existência de parcelamento irregular do solo.</p> | <p>-a sua própria condição de área com ocupação consolidada.</p> | <p>-instituir e implementar legislação para fins de ocupação de baixa renda na área, de forma a possibilitar a regularização fundiária das ocupações;</p> <p>-promover a remoção das ocupações em área de risco, assegurado o direito à moradia dos afetados;</p> <p>-promover oportunidades de trabalho e renda.</p> | <p>-Outorga Onerosa do Direito de Construir;</p> <p>-Outorga Onerosa de Alteração de Uso;</p> <p>-Direito de Preferência/Preempção;</p> <p>-Transferência do Direito de Construir;</p> <p>-Direito de Superfície;</p> <p>-Parcelamento Compulsório;</p> <p>-Edificação Compulsória;</p> <p>-Utilização Compulsória;</p> <p>-IPTU Progressivo no Tempo;</p> <p>-Desapropriação com Pagamento em Títulos da Dívida Pública;</p> <p>-Consórcio Imobiliário;</p> <p>-Operações Urbanas Consorciadas;</p> <p>-AEIS (ZEIS).</p> |



| Áreas de Especial Interesse (AEIs) | | | | |
|--|--|--|---|---|
| Zona | Caracterização (presente) | Condicionantes limitantes à ocupação | Objetivos (futuro) | Instrumentos do EC passíveis de aplicação |
| Área de Especial Interesse Social - 5 (São Francisco 2) / AEIS-5 (São Francisco 2) | <p>-área localizada no entorno da Estação de Esgoto do Bairro São Francisco;</p> <p>-área com acesso através da estrada linha Campinas;</p> <p>-área de propriedade do município de São Lourenço do Oeste.</p> | <p>-a proximidade com a estação e tratamento de esgoto;</p> <p>-sua localização, desconexa da ocupação urbana já consolidada em função da topografia;</p> <p>-proximidade com as áreas industriais ZI - Norte (Alimentícia 1) / ZI-Norte (Alimentícia 1) e ZI - Norte (Alimentícia 2) / ZI-Norte (Alimentícia 2)</p> | <p>- instituir e implementar legislação para fins de, promover a ocupação da área por população de baixa renda;</p> <p>- implementar faixa verde de amortecimento funcionando como barreira vegetal entre a estação de tratamento de esgoto e o entorno;</p> <p>- promover a qualificação da área, dotando-a de infraestrutura viária e urbana.</p> | <p>-Outorga Onerosa do Direito de Construir;</p> <p>-Outorga Onerosa de Alteração de Uso;</p> <p>-Direito de Preferência/Preempção;</p> <p>-Transferência do Direito de Construir;</p> <p>-Direito de Superfície;</p> <p>-Parcelamento Compulsório;</p> <p>-Edificação Compulsória;</p> <p>-Utilização Compulsória;</p> <p>-IPTU Progressivo no Tempo;</p> <p>-Desapropriação com Pagamento em Títulos da Dívida Pública;</p> <p>-Consórcio Imobiliário;</p> <p>-Operações Urbanas Consorciadas;</p> <p>-AEIS (ZEIS).</p> |



| Áreas de Especial Interesse (AEIs) | | | | |
|--|---|---|--|---|
| Zona | Caracterização (presente) | Condicionantes limitantes à ocupação | Objetivos (futuro) | Instrumentos do EC passíveis de aplicação |
| Área de Especial Interesse Social - 6 (Santa Catarina) / AEIS-6 (Santa Catarina) | <p>-falta de infraestrutura esgotamento sanitário;</p> <p>-área de encosta ocupada por população de baixa renda (Nossa Senhora Aparecida);</p> <p>-área inserida na malha urbana consolidada;</p> <p>-entorno com potencial para a estruturação de AEIS (ZEIS);</p> <p>-área que se serve da infraestrutura de equipamentos públicos urbanos e comunitários do bairro Santa Catarina.</p> | <p>-área com ocupação consolidada;</p> <p>-o adensamento da ocupação do solo que impossibilita a implantação do sistema de tratamento de esgoto individual.</p> | <p>-promover regularização fundiária, considerando a necessidade de relocação de algumas famílias;</p> <p>-usar os vazios do entorno para assentamento das famílias a serem relocadas, garantindo a infraestrutura necessária;</p> | <p>-Outorga Onerosa do Direito de Construir;</p> <p>-Outorga Onerosa de Alteração de Uso;</p> <p>-Direito de Preferência/Preempção;</p> <p>-Transferência do Direito de Construir;</p> <p>-Direito de Superfície;</p> <p>-Parcelamento Compulsório;</p> <p>-Edificação Compulsória;</p> <p>-Utilização Compulsória;</p> <p>-IPTU Progressivo no Tempo;</p> <p>-Desapropriação com Pagamento em Títulos da Dívida Pública;</p> <p>-Consórcio Imobiliário;</p> <p>-Operações Urbanas Consorciadas;</p> <p>-AEIS (ZEIS).</p> |



| Áreas de Especial Interesse (AEIs) | | | | |
|--|---|--|---|---|
| Zona | Caracterização (presente) | Condicionantes limitantes à ocupação | Objetivos (futuro) | Instrumentos do EC passíveis de aplicação |
| Área de Especial Interesse Social - 7 (Meneguetti) / AEIS-7 (Meneguetti) | <p>-a deficiência nos acessos a área;</p> <p>-a falta de equipamentos públicos comunitários;</p> <p>-área com potencial para a estruturação de AEIS (ZEIS);</p> <p>-ocupação que se configura em sua maioria pela implantação de mais de uma casa em um lote não atendendo a metragem mínima para individualização das áreas ocupadas para cada edificação.</p> | <p>-entorno com ocupação consolidada;</p> <p>-as condições de acessibilidade;</p> <p>-a porção com declividade acentuada na área que abrange o Loteamento Meneguetti III;</p> <p>-necessidade de ampliação da capacidade de abastecimento de água.</p> | <p>-estabelecer um tamanho de lote mínimo de 180m² (cento e oitenta metros quadrados), de modo a garantir a permanência da população instalada;</p> <p>-reservar espaços para implantação de equipamentos públicos;</p> <p>-prever a continuidade do sistema viário;</p> <p>-criar programa de habitação voltado a trabalhadores das indústrias existentes no Município.</p> | <p>-Outorga Onerosa do Direito de Construir;</p> <p>-Outorga Onerosa de Alteração de Uso;</p> <p>-Direito de Preferência/Preempção;</p> <p>-Transferência do Direito de Construir;</p> <p>-Direito de Superfície;</p> <p>-Parcelamento Compulsório;</p> <p>-Edificação Compulsória;</p> <p>-Utilização Compulsória;</p> <p>-IPTU Progressivo no Tempo;</p> <p>-Desapropriação com Pagamento em Títulos da Dívida Pública;</p> <p>-Consórcio Imobiliário;</p> <p>-Operações Urbanas Consorciadas;</p> <p>-AEIS (ZEIS).</p> |



| Áreas de Especial Interesse (AEIs) | | | | |
|--|--|--|---|---|
| Zona | Caracterização (presente) | Condicionantes limitantes à ocupação | Objetivos (futuro) | Instrumentos do EC passíveis de aplicação |
| Área de Especial Interesse Social - 8 (São Miguel) / AEIS-8 (São Miguel) | <p>-área isolada da ocupação urbana;</p> <p>-área desprovida de acessos oficiais, ligada exclusivamente por estrada vicinal;</p> <p>-a falta de equipamentos públicos comunitários no entorno;</p> <p>-área que limita com o Vale do Lajeado;</p> <p>-área sobreposta pela Área de Especial Interesse Urbanístico-2 (Vale do Lajeado)/AEIU-2 (Vale do Lajeado) e Área de Especial Interesse Ambiental -1 (Vale do Lajeado)/AEIA -1 (Vale do Lajeado)</p> | <p>-sua condição de área desconexa da malha urbana consolidada;</p> <p>-ausência de equipamentos urbanos comunitários no entorno;</p> <p>-proximidade com o Vale do Lajeado.</p> | <p>-considerando a implantação de loteamento nesta área prever espaços para implantação de equipamentos públicos que atenda a demanda da população;</p> <p>-prever a continuidade do sistema viário;</p> <p>-prever a extensão das redes de energia e de abastecimento de água.</p> | <p>-Outorga Onerosa do Direito de Construir;</p> <p>-Outorga Onerosa de Alteração de Uso;</p> <p>-Direito de Preferência/Preempção;</p> <p>-Transferência do Direito de Construir;</p> <p>-Direito de Superfície;</p> <p>-Parcelamento Compulsório;</p> <p>-Edificação Compulsória;</p> <p>-Utilização Compulsória;</p> <p>-IPTU Progressivo no Tempo;</p> <p>-Desapropriação com Pagamento em Títulos da Dívida Pública;</p> <p>-Consórcio Imobiliário;</p> <p>-Operações Urbanas Consorciadas;</p> <p>-AEIS (ZEIS).</p> |



| Áreas de Especial Interesse (AEIs) | | | | |
|---|---|---|--|---|
| Zona | Caracterização (presente) | Condicionantes limitantes à ocupação | Objetivos (futuro) | Instrumentos do EC passíveis de aplicação |
| Área de Preservação de Manancial - APM | <p>-situada na área rural do Município;</p> <p>-compreende a bacia hidrográfica do Rio Macaco e seus Afluentes;</p> <p>-bacia hidrográfica principal e afluentes a montante da área de captação da CASAN (principal fonte de abastecimento de água da sede);</p> <p>-compreende as comunidades de Santo Antônio e Bela Vista.</p> | <p>-ser área de captação de água para consumo do município.</p> | <p>-preservar os recursos hídricos para abastecimento e consumo em médio e longo prazos;</p> <p>-restringir atividades poluentes que prejudiquem especialmente os recursos hídricos existentes na área;</p> <p>-proibir o lançamento de esgoto e dejetos nos recursos hídricos;</p> <p>-recuperar matas ciliares e nascentes;</p> <p>-incentivar o reflorestamento e o manejo florestal, proibindo o plantio de espécies que prejudiquem os recursos hídricos;</p> <p>-criar alternativas para exploração ambientalmente sustentável da área;</p> <p>-elaborar o plano de manejo da APM.</p> <p>-criar Faixa verde com o objetivo de constituir área verde de amortecimento e referencial paisagístico com vegetação arbórea (sugestão plantar faixa de araucárias), conforme mapa Anexo-07 desta Lei;</p> <p>- proibir o uso residencial multifamiliar.</p> | <p>-Não se aplicam</p> |



| Macrozona Rural | | | |
|------------------------------------|---|--|--|
| Zona | Caracterização (presente) | Condicionantes limitantes à ocupação | Objetivos (futuro) |
| Zona Rural - Lajeado Grande | <p>-área localizada nas bacias hidrográficas dos Rios São Lourenço, Lajeado Grande, São Roque, Feliciano, Bracatinga e Gramadinho;</p> <p>-compreende as localidades de Frederico Wastner (Distrito-Sede), Santa Clara, São João, São Caetano, Lajeado Raul, Lajeado Grande, Feliciano, Santa Terezinha.</p> <p>-compreende a área urbanizada da localidade de Frederico Wastner;</p> <p>-baixa a média densidade de ocupação;</p> <p>-predominância de propriedades de pequeno e médio portes;</p> <p>-existência de áreas com concentração de população em situação de carência econômica e social;</p> <p>-tendência ao êxodo rural significativo;</p> <p>-usos predominantes voltados à pecuária de leite e ao reforestamento comercial;</p> <p>-presença de culturas anuais de milho, e fumo, sendo esta fragmentada;</p> <p>-carente de equipamentos públicos comunitários considerando:</p> <p>a) a existência de poço artesiano para abastecimento de água na sede do Distrito e de cinco poços artesanais em outras comunidades;</p> <p>b) a existência de escola estadual de ensino fundamental, Gerência de Infraestrutura do distrito ,</p> | <p>-a densidade de drenagem significativa;</p> <p>-a concentração de áreas com declividade acentuada, com limitações para mecanização da agricultura e diversificação econômica;</p> <p>-o solo com maiores índices de pedregosidade e menor estabilidade.</p> | <p>-definir a aptidão agroecológica e promover o fortalecimento das atividades no campo e sua diversificação;</p> <p>-promover a capacitação do produtor rural;</p> <p>-promover o acesso ao planejamento das propriedades rurais</p> <p>-desenvolver programas de melhoria e diversificação de renda;</p> <p>-promover opções de emprego e renda na sede do distrito;</p> <p>-desenvolver potencial para turismo de aventura e turismo rural, aproveitando especialmente as grutas, cachoeiras, trilhas existentes e o potencial da área para a prática de voo-livre;</p> <p>-fortalecer os programas de saneamento básico desenvolvidos pelo projeto Microbacias, considerando a necessidade de seu incremento;</p> <p>-desenvolver programa voltado à regularização e</p> |

100

RUA DUQUE DE CAXIAS, 789 - CENTRO - Fone - (49) 3344-8500 - Fax (49) 3344-8560
 89.990-000 - SÃO LOURENÇO DO OESTE - SANTA CATARINA
 CNPJ - 83.021.873/0001-08 - www.saoulourenco.sc.gov.br



| | | | |
|--|--|--|---|
| | | <p>Centro de Saúde Unidade Básica e Viveiro Florestal Municipal;</p> <p>-com relação ao sistema viário:</p> <p>a) exige maior manutenção devido às condições do relevo e do solo;</p> <p>b) grande extensão do sistema vicinal;</p> <p>c) complexidade de reestruturação devido às condições de relevo;</p> <p>d) servida pela SC-480;</p> <p>-potencial de desenvolvimento econômico das seguintes atividades:</p> <p>a) pecuária;</p> <p>b) reflorestamento;</p> <p>c) piscicultura;</p> <p>d) turismo de aventura e turismo rural, considerado especialmente o potencial de aproveitamento do Rio São Lourenço;</p> <p>e) agroindústrias, sendo nove já instaladas e voltadas ao processamento de queijo, leite, embutidos e derivados de cana.</p> | <p>adequação das Áreas de Preservação Permanente;</p> <p>-incentivar a apicultura;</p> <p>-criar um eixo de desenvolvimento para abrigar usos diferenciados, especialmente com relação a indústrias, compatibilizando-os com os demais usos pretendidos para a macrozona.</p> |
|--|--|--|---|

RUA DUQUE DE CAXIAS, 789 – CENTRO - Fone - (49) 3344-8500 – Fax (49) 3344-8560
 89.990-000 - SÃO LOURENÇO DO OESTE – SANTA CATARINA
 CNPJ – 83.021.873/0001-08 – www.saolourenco.sc.gov.br



| Macrozona Rural | | | |
|--------------------------------|---|--|---|
| Zona | Caracterização (presente) | Condicionantes limitantes à ocupação | Objetivos (futuro) |
| Zona Rural - Rio Macaco | <p>-área localizada na bacia hidrográfica do Rio Macaco e seus Afluentes;</p> <p>-compreende as localidades de Presidente Juscelino (Distrito-Sede), Santo Antonio, Bela Vista, São Paulinho, Bessegatto, São Roquinho, Jacutinga, Sentinela, Bender, Limoeiro, Filipini, Alvorada, Lajeado Antunes e Três Voltas;</p> <p>-compreende as áreas urbanizadas de Presidente Juscelino, Três Voltas e Lajeado Antunes, com presença, nestas áreas, de atividades industriais, comerciais e de serviços;</p> <p>-média a baixa densidade de ocupação;</p> <p>-estrutura fundiária mista;</p> <p>-área que compreende o distrito mais desenvolvido em apicultura;</p> <p>-usos predominantes voltados a atividades:</p> <p>a) agrícolas, considerando-se as culturas anuais;</p> <p>b) de reflorestamento comercial, tendo o distrito, potencial para incremento desta atividade;</p> <p>c) de pecuária de leite e de suinocultura;</p> <p>d) de avicultura;</p> <p>e) de indústrias madeiras e de movelaria;</p> <p>f) de agroindústrias, notadamente derivados de cana, bolachas, abatedouros, leite, queijos, mel.</p> <p>-existência de equipamentos públicos comunitários com boa distribuição dentro da área;</p> | <p>-a declividade;</p> <p>-densidade de drenagem significativa;</p> <p>-a existência de área voltada à preservação de mananciais – APM, responsável pela captação de água para abastecimento da sede urbana.</p> | <p>-promover ações de recuperação das matas ciliares, especialmente através do estabelecimento de áreas de proteção de nascentes;</p> <p>-preservar a qualidade dos recursos hídricos;</p> <p>-incentivar atividades agrícolas não-poluentes, especialmente agricultura familiar e orgânica;</p> <p>-preservar e recuperar a extensão e a qualidade da cobertura florestal;</p> <p>-incentivar atividades de reflorestamento e manejo florestal;</p> <p>-manter a qualidade e melhorar as condições de segurança do sistema viário;</p> <p>-promover opções de emprego e renda na sede do distrito;</p> <p>-criar incentivos para desenvolvimento da infraestrutura de turismo e agroturismo, especialmente com relação:</p> <p>a) às festas tradicionais;</p> <p>b) às grutas de São Valentin e da Curva Fria;</p> |

102

RUA DUQUE DE CAXIAS, 789 – CENTRO - Fone - (49) 3344-8500 – Fax (49) 3344-8560
 89.990-000 - SÃO LOURENÇO DO OESTE – SANTA CATARINA
 CNPJ – 83.021.873/0001-08 – www.saolourenco.sc.gov.br



| | | |
|--|--|---|
| <p>-área bem provida de estradas, sendo servida pela SC-305 e SC-157 e possuindo grande extensão do sistema vicinal em boas condições;</p> <p>-potencial de desenvolvimento econômico em:</p> <p>a) agricultura;</p> <p>b) pecuária;</p> <p>c) agroindústria;</p> <p>d) indústria (madeira/reflorestamento).</p> | | <p>c) às quedas d'água existentes na área;</p> <p>d) ao potencial de desenvolvimento de corredor ítalo-germânico.</p> <p>-promover a capacitação do produtor rural;</p> <p>-promover o acesso ao planejamento das propriedades rurais</p> |
|--|--|---|

RUA DUQUE DE CAXIAS, 789 – CENTRO - Fone - (49) 3344-8500 – Fax (49) 3344-8560
 89.990-000 - SÃO LOURENÇO DO OESTE – SANTA CATARINA
 CNPJ – 83.021.873/0001-08 – www.saolourenco.sc.gov.br



| Macrozona Rural | | | |
|---------------------------------|--|--|--|
| Zona | Caracterização (presente) | Condicionantes limitantes à ocupação | Objetivos (futuro) |
| Zona Rural - Rio Guaporé | <p>-área localizada na parte sul da bacia hidrográfica do Rio Macaco e seus afluentes;</p> <p>-compreende as localidades de Turvo Baixo, Amizade, Farroupilha, Belvedere, Alto da Serra, Poço Redondo, São Sebastião, Novo Guaporé e Santos Dumont;</p> <p>-significativo inter-relacionamento com São Bernardino e Irati;</p> <p>-baixa densidade de ocupação;</p> <p>-predominância de propriedades de pequeno porte;</p> <p>-área com concentração de população em situação de carência econômica e social;</p> <p>-área com significativa tendência ao êxodo rural;</p> <p>-tendência à concentração de áreas para reflorestamento;</p> <p>-usos predominantes voltados:</p> <p>a) ao reflorestamento comercial;</p> <p>b) a culturas anuais e de fumo;</p> <p>c) ao gado de leite e de corte, considerado o caráter fragmentado desta atividade;</p> <p>-área carente de equipamentos públicos comunitários;</p> <p>-com relação ao sistema viário:</p> <p>a) dificuldade de manutenção pelas condições de relevo e solo;</p> <p>b) grande extensão do sistema vicinal;</p> <p>c) complexidade de reestruturação territorial pelas condições do relevo;</p> | <p>-a densidade de drenagem significativa;</p> <p>-a concentração de áreas com declividade acentuada, o que causa limitações para mecanização da agricultura e diversificação econômica;</p> <p>-tendência à concentração de áreas para reflorestamento;</p> <p>-a dificuldade de acesso, considerada a distância da sede do distrito e das rodovias;</p> <p>-as características atuais do sistema</p> | <p>-definir a aptidão agroecológica e promover o fortalecimento e a diversificação das atividades no campo;</p> <p>-promover a capacitação do produtor rural;</p> <p>-promover acesso ao planejamento das propriedades rurais e o manejo de reflorestamento comercial em nível de bacias hidrográficas;</p> <p>-desenvolver programas de melhoria e diversificação de renda;</p> <p>-fortalecer os programas de saneamento básico desenvolvidos pelo projeto Microbacias;</p> <p>-promover melhorias no sistema viário, especialmente com relação aos acessos.</p> |

104

RUA DUQUE DE CAXIAS, 789 – CENTRO - Fone - (49) 3344-8500 – Fax (49) 3344-8560
 89.990-000 - SÃO LOURENÇO DO OESTE – SANTA CATARINA
 CNPJ – 83.021.873/0001-08 – www.saolourenco.sc.gov.br



| | | | |
|--|--|--|--|
| | <p>-área com potencial de desenvolvimento econômico das seguintes atividades:</p> <p>a) pecuária de corte e de leite;</p> <p>b) reflorestamento.</p> | <p>viário;</p> <p>-a concentração de áreas para gado de corte.</p> | |
|--|--|--|--|

105

RUA DUQUE DE CAXIAS, 789 – CENTRO - Fone - (49) 3344-8500 – Fax (49) 3344-8560
89.990-000 - SÃO LOURENÇO DO OESTE – SANTA CATARINA
CNPJ – 83.021.873/0001-08 – www.saolourenco.sc.gov.br



| Macrozona Rural | | | |
|---------------------------------|---|--|---|
| Zona | Caracterização (presente) | Condicionantes limitantes à ocupação | Objetivos (futuro) |
| Zona Rural - Rio do Ouro | <p>-área localizada nas bacias hidrográficas dos Rios do Ouro, São Francisco e João Emilio;</p> <p>-compreende as localidades de São Roque (Distrito-Sede), Sant'ana da Bela Vista, Planalto, Prata, Ouro Verde, Santa Inês, Giordani;</p> <p>-média densidade de ocupação;</p> <p>-média a grande estrutura fundiária;</p> <p>-compreende áreas urbanizadas de São Roque, Sant'Ana da Bela Vista e Santa Inês, com presença de indústrias, serviços e comércio;</p> <p>-uso predominante relacionado com atividades:</p> <p>a) agrícolas, considerando-se as culturas anuais;</p> <p>b) de reflorestamento comercial;</p> <p>c) de pecuária de leite e de corte e de suinocultura;</p> <p>d) de avicultura, havendo significativa concentração destes;</p> <p>e) voltadas à indústria de beneficiamento de madeira;</p> <p>-existência de equipamentos públicos comunitários;</p> <p>-área bem provida por estradas, sendo servida pela SC-468 e com grande extensão do sistema vicinal em boas condições;</p> <p>-área com potencial de desenvolvimento econômico nas áreas:</p> <p>a) de agricultura, especialmente culturas de milho, uva, soja, feijão;</p> <p>b) de pecuária de leite e de corte;</p> | <p>-a declividade;</p> <p>-densidade de drenagem significativa;</p> <p>-a escassez de água ao longo da SC-468, o que acarreta a dependência de atendimento por carros-pipa nos períodos de estiagem;</p> <p>-a distância da Sede do Município.</p> | <p>-preservar a qualidade dos recursos hídricos, considerada a necessidade de soluções para o problema de limitações no abastecimento de água;</p> <p>-promover ações de recuperação das matas ciliares e de áreas de proteção das nascentes;</p> <p>-garantir a manutenção da cobertura vegetal existente;</p> <p>-incentivar atividades agropecuárias, especialmente fruticultura e agricultura familiar e orgânica;</p> <p>-eliminar o lançamento de dejetos nos rios;</p> <p>-incrementar a diversificação das atividades agrícolas, considerando-se a integração e complementaridade com a avicultura;</p> <p>-criar alternativas para geração de emprego e renda.</p> <p>-promover a capacitação do</p> |

106

RUA DUQUE DE CAXIAS, 789 – CENTRO - Fone - (49) 3344-8500 – Fax (49) 3344-8560
 89.990-000 - SÃO LOURENÇO DO OESTE – SANTA CATARINA
 CNPJ – 83.021.873/0001-08 – www.saolourenco.sc.gov.br



| | | |
|--|--|--|
| <p>c) da agroindústria, especialmente com relação a queijos e embutidos; d) de reflorestamento; e) de avicultura; -especial potencial de desenvolvimento econômico de eixo industrial ao longo da SC-468, condicionado a soluções para os problemas relacionados com limitações no abastecimento de água.</p> | | <p>produtor rural; -promover o acesso ao planejamento das propriedades rurais e o manejo de reflorestamento comercial em nível de bacias hidrográficas.</p> |
|--|--|--|

São Lourenço do Oeste - SC, 26 de junho de 2015.

GERALDINO CARDOSO
Prefeito Municipal

RUA DUQUE DE CAXIAS, 789 – CENTRO - Fone - (49) 3344-8500 – Fax (49) 3344-8560
89.990-000 - SÃO LOURENÇO DO OESTE – SANTA CATARINA
CNPJ – 83.021.873/0001-08 – www.saolourenco.sc.gov.br

107



ANEXO III

(Lei Complementar nº 175, de 26 de junho de 2015)

“ANEXO 4

(Lei Complementar nº 146, de 28 de dezembro de 2012)

GLOSSÁRIO DE TERMOS UTILIZADOS NESTA LEI COMPLEMENTAR

Acréscimo ou ampliação - é a obra que resulta no aumento do volume ou da área construída total da edificação existente.

Afastamentos - representam as distâncias mínimas que devem ser observadas entre as edificações e as divisas do lote.

Alinhamento predial - limite entre o lote e o logradouro público.

Alpendre - cobertura suspensa por si só ou apoiada em colunas sobre portas e vãos. Geralmente, fica localizada na entrada da casa. Aos alpendres maiores dá-se o nome de varanda.

Alvará - é o documento que licencia a execução de obras relativas a loteamentos, urbanização de áreas, projetos de infra-estrutura, projetos de edificações, bem como a localização e o funcionamento de atividades.

Alvará de Construção - documento expedido pela Prefeitura que autoriza a execução de obras sujeitas a sua fiscalização.

Alvará de Habite-se - certificado de conclusão de obras. Documento expedido pela Prefeitura, que autoriza a ocupação de uma edificação.

Ambiência - espaço arquitetonicamente organizado e animado, que constitui um meio físico e, ao mesmo tempo, meio estético ou psicológico, especialmente preparado para o exercício de atividades humanas.

Apartamento - unidade autônoma de moradia em edificação multifamiliar.

Aprovação do Projeto - é o ato administrativo que precede ao licenciamento do projeto para sua execução.

Áreas de Preservação Permanente (APP) - porções do território definidas conforme a Lei Federal nº 4.771/1965, detalhada pelas Resoluções 302 e 303 do CONAMA, são áreas protegidas, cobertas ou não por vegetação nativa, situadas:

I - em faixa marginal, medida a partir do nível mais alto, em projeção horizontal, com largura mínima, de:

a) 30m (trinta metros), para o curso d'água com menos de 10m (dez metros) de largura;

b) 50m (cinquenta metros), para o curso d'água com 10m (dez metros) a 50m (cinquenta metros) de largura;

c) 100m (cem metros), para o curso d'água com 50m (cinquenta metros) a 200m (duzentos metros) de largura;

d) 200m (duzentos metros), para o curso d'água com 200m (duzentos metros) a 600m (seiscentos metros) de largura;

e) 500m (quinhentos metros), para o curso d'água com mais de 600m (seiscentos metros) de largura;

108

RUA DUQUE DE CAXIAS, 789 – CENTRO - Fone - (49) 3344-8500 – Fax (49) 3344-8560
89.990-000 - SÃO LOURENÇO DO OESTE – SANTA CATARINA
CNPJ – 83.021.873/0001-08 – www.saolourenco.sc.gov.br



II - ao redor de nascente ou olho d'água, ainda que intermitente, com raio mínimo de 50m (cinquenta metros), de tal forma que proteja, em cada caso, a bacia hidrográfica contribuinte;

III - ao redor de lagos e lagoas naturais, em faixa com metragem mínima de:

a) 30m (trinta metros), para os que estejam situados em áreas urbanas consolidadas;

b) 100m (cem metros), para as que estejam em áreas rurais, exceto os corpos d'água com até vinte hectares de superfície, cuja faixa marginal será de cinquenta metros;

IV - em vereda e em faixa marginal, em projeção horizontal, com largura mínima de 50m (cinquenta metros), a partir do limite do espaço brejoso e encharcado;

V - no topo de morros e montanhas, em áreas delimitadas a partir da curva de nível correspondente a dois terços da altura mínima da elevação em relação à base;

VI - nas linhas de cumeada, em área delimitada a partir da curva de nível correspondente a dois terços da altura, em relação à base, do pico mais baixo da cumeada, fixando-se a curva de nível para cada segmento da linha de cumeada equivalente a 1000m (mil metros);

VII - em encosta ou parte desta, com declividade superior a 100% (cem por cento) ou 45° (quarenta e cinco graus) na linha de maior declive;

VIII - nas escarpas e nas bordas dos tabuleiros e chapadas, a partir da linha de ruptura em faixa nunca inferior a 100m (cem metros) em projeção horizontal no sentido do reverso da escarpa;

IX - nos locais de refúgio ou reprodução de aves migratórias;

X - nos locais de refúgio ou reprodução de exemplares da fauna ameaçadas de extinção que constem de lista elaborada pelo Poder Público Federal, Estadual ou Municipal.

Observação: Na ocorrência de dois ou mais morros ou montanhas cujos cumes estejam separados entre si por distâncias inferiores a 500m (quinhentos metros), a Área de Preservação Permanente abrangerá o conjunto de morros ou montanhas, delimitada a partir da curva de nível correspondente a dois terços da altura em relação à base do morro ou montanha de menor altura do conjunto, aplicando-se o que segue:

1 - agrupam-se os morros ou montanhas cuja proximidade seja de até quinhentos metros entre seus topos;

2 - identifica-se o menor morro ou montanha;

3 - traça-se uma linha na curva de nível correspondente a dois terços deste;

4 - institui-se de preservação permanente toda a área acima deste nível.

Área Livre do Lote - é a superfície do lote não ocupada pela projeção da edificação.

Área de Uso Comum - é a área edificada ou não, que se destina ao uso comum dos proprietários ou ocupantes de um lote ou de uma edificação constituídas de unidades autônomas.

Área Privativa - é a área do imóvel, coberta ou descoberta, da qual um proprietário tem total domínio, de uso privativo e exclusivo.

Ático - área coberta sobre a laje de cobertura do último pavimento.

109

RUA DUQUE DE CAXIAS, 789 – CENTRO - Fone - (49) 3344-8500 – Fax (49) 3344-8560
89.990-000 - SÃO LOURENÇO DO OESTE – SANTA CATARINA
CNPJ – 83.021.873/0001-08 – www.saolourenco.sc.gov.br



Átrio - pátio interno, de acesso a uma edificação.

Beira, Beiral ou Beirado - é o prolongamento da cobertura que avança além das paredes externas de uma edificação.

Bocas-de-lobo - dispositivos localizados em intervalos ao longo das sarjetas, com o objetivo de captar o escoamento superficial e encaminhá-lo à galeria subterrânea mais próxima, evitando a inundação do leito carroçável.

Brise - conjunto de elementos, que compõe as fachadas expostas ao sol para evitar o aquecimento excessivo das mesmas sem prejudicar a ventilação e a iluminação.

Calçada - área pavimentada com função de acesso e circulação.

Caixa de Escada - espaço ocupado por uma escada, desde o pavimento inferior até o último pavimento.

Casa - é a edificação organizada e dimensionada para o exercício de atividade uni residencial.

Casa em Série - são edificações destinadas à atividade residencial, construídas em sequência, sem interrupção, constituindo no seu aspecto externo, uma unidade arquitetônica homogênea, cada uma das quais dispondo de acessos exclusivos para o logradouro público ou particular (ex. conjuntos habitacionais).

Casa Geminada - Referência a duas casas unidas pela mesma parede. É a construção de duas ou mais casas ligadas umas as outras, que dividem proporcionalmente o lote de acordo com a quantidade de unidades.

Canalização - toda obra ou serviço que tenha por objetivo dotar cursos de água, ou trechos destes, de seção transversal com forma geométrica definida, com ou sem revestimento de qualquer espécie, nas margens ou no fundo.

Captação - toda retirada de água, para qualquer fim, de curso de água, lago, nascente, aquífero ou oceano.

Compartimento - cada uma das divisões de uma edificação.

Construção - é, de modo geral, a realização de qualquer obra.

Coeficiente de aproveitamento - índice obtido através da divisão da área autorizada a ser construída ou já construída pela área do lote.

Coeficiente de aproveitamento mínimo - é a relação entre a área edificada (excluída a área não computável) e a área do lote, abaixo do qual este será considerado subutilizado quando da aplicação dos instrumentos de cumprimento da função social da propriedade.

Coeficiente de aproveitamento básico - limite de aproveitamento do lote abaixo do qual não há obrigatoriedade de contrapartida financeira.

Coeficiente de aproveitamento máximo - refere-se ao índice urbanístico obtido através da soma do coeficiente de aproveitamento básico com a outorga onerosa do direito de construir máxima permitida para a unidade territorial, ou seja, limite máximo de aproveitamento do lote.

Controle social - conjunto de mecanismos e procedimentos que garantem à Sociedade informações, assistências técnicas, participações e deliberações nos processos de formulação de políticas, de planejamento e de avaliação relacionados às políticas territoriais e urbanísticas desenvolvidas no Município.

110

RUA DUQUE DE CAXIAS, 789 – CENTRO - Fone - (49) 3344-8500 – Fax (49) 3344-8560
89.990-000 - SÃO LOURENÇO DO OESTE – SANTA CATARINA
CNPJ – 83.021.873/0001-08 – www.saolourenco.sc.gov.br



Cota - (1) distância vertical entre um ponto do terreno e um plano horizontal de referência; (2) número colocado sobre uma linha fixa auxiliar traçada em paralelo com uma dimensão ou ângulo de um desenho técnico, que indica o valor real de distância entre dois pontos ou abertura correspondente, no mesmo representado.

Curso d'água - qualquer corrente de água, canal, rio, riacho, ribeirão ou córrego.

Declividade - relação percentual entre a diferença das cotas altimétricas de dois pontos e a sua distância horizontal.

Dique - estruturas longitudinais a cursos de água com a finalidade de evitar inundação de áreas urbanizadas, podendo contar com comportas e estruturas de recalque para retirar as águas pluviais.

Diretrizes - conjunto de orientações para elaboração e implementação da política territorial e urbanística municipal, de forma a balizar objetivos, estratégias, metas, planos, programas, projetos normas e prazos.

Divisa - é a linha limítrofe de um terreno.

Duplex - é a unidade residencial constituída de dois pavimentos.

Edícula - denominação genérica para compartimento acessório de habitação, separado da edificação principal.

Edificação - é a construção acima, no nível ou abaixo da superfície de um terreno, de estruturas físicas que possibilitem a instalação e o exercício de atividades.

Empreendimento - toda atividade desenvolvida por pessoa física ou jurídica, que ofereça bens, serviços ou ambos.

Espaço público ou Espaço de Uso Público - todo espaço de uso coletivo, arborizado ou não, que tenha valor social para os cidadãos como local destinado prioritariamente a atividades de lazer, contemplação, encontro e convívio, ou que apresente potencial para abrigá-las.

Estratégia - conjunto de diretrizes, objetivos, programas e ações, estruturados com vistas à consecução de objetivos específicos.

Estudo de Impacto de Vizinhança - é o estudo técnico que deve ser executado de forma a analisar os efeitos positivos e negativos de um empreendimento ou atividade a ser implementado ou licenciado, quanto à qualidade de vida da população residente na área e suas proximidades.

Faixa sanitária - destinada a implantação de sistema de coleta de águas pluviais.

Galerias - canalizações destinadas a receber as águas pluviais captadas na superfície e encaminhá-las ao seu destino final, devendo ser projetadas como conduto livre, podendo estar localizadas no eixo ou terço transversal da rua.

Gleba - área de terra que não foi objeto de parcelamento para fins urbanos.

Habitação - edificação destinada à moradia ou residência.

Habitação coletiva ou multifamiliar - edificação destinada a servir de moradia para mais de uma família no mesmo lote.

Habitação unifamiliar - edificação destinada a servir de moradia a uma só família no mesmo lote;

Infraestrutura - conjunto das instalações necessárias às atividades humanas.

111

RUA DUQUE DE CAXIAS, 789 – CENTRO - Fone - (49) 3344-8500 – Fax (49) 3344-8560
89.990-000 - SÃO LOURENÇO DO OESTE – SANTA CATARINA
CNPJ – 83.021.873/0001-08 – www.saolourenco.sc.gov.br



Lindeiro - que está na divisa, confrontante.

Logradouro Público - parcela de território de propriedade pública, destinada ao uso comum dos cidadãos e à circulação de veículos.

Lote - terreno servido de infraestrutura básica cujas dimensões atendam aos índices urbanísticos para a unidade territorial em que se situe, definidos no plano diretor e/ou legislação municipal específica.

Macrodrenagem - intervenções em fundos de vale que coletam as águas pluviais de áreas providas ou não de sistemas de microdrenagem, sendo constituída por canais de dimensões maiores, projetadas para cheias cujo período de retorno está acima de dez anos, podendo se apresentar como canalizações, bacias de contenção de cheias, barragens ou diques.

Marquise - é a cobertura em balanço aplicada às fachadas de um edifício.

Microdrenagem - formada pelos pavimentos das ruas, guias e sarjetas, bocas de lobo, galerias de águas pluviais e canais de pequenas dimensões, sendo dimensionada para o escoamento de águas pluviais cuja ocorrência tem período de retorno variando de dois a dez anos, sendo composta por sarjetas, sarjetão, bocas de lobo, caixas de ligação, poços de visita e galerias.

Mezanino: pavimento intermediário que subdivide outro pavimento na sua altura, ocupando, no máximo, 50% (cinquenta por cento) da área deste último;

Nível de referência ou nivelamento - nível sobre o ponto médio da testada do lote fornecido pelo órgão competente do Poder Executivo Municipal para fins de nivelamento do terreno.

Pátio Aberto - é o espaço descoberto, pavimentado ou não.

Passeio público - parte do logradouro público destinado ao trânsito de pedestres.

Pavers - bloco de concreto para revestimento de piso externo.

Pavimento, piso ou andar - plano horizontal que divide as edificações no sentido da altura, também considerado como o conjunto das dependências situadas em um mesmo nível compreendido entre dois planos horizontais consecutivos.

Pavimento térreo - primeiro pavimento de uma edificação, situado em relação ao nível do passeio na mediana da testada do lote.

Pavimento "Tipo" - são pavimentos com a mesma planta que se repetem na edificação.

Pérgola - proteção vazada, apoiada em colunas ou em balanço, composta de elementos paralelos. Também chamado de pergolado

Pé-direito - distância vertical medida entre o piso acabado e a parte inferior do teto de um compartimento, ou do forro falso, se houver.

Piso - plano ou superfície de acabamento inferior de um pavimento.

Planta de Valores Genéricos - representação do valor do solo e das edificações, por metro quadrado, para as diferentes áreas do Município.

"Play-ground" - local destinado à recreação infantil, aparelho com brinquedos e/ou equipamentos de ginástica.



Poço ou obra de captação subterrânea - qualquer obra, sistema, processo, artefato ou sua combinação, com o fim principal ou incidental de extrair água subterrânea.

Potencial construtivo - é o produto resultante da multiplicação da área do lote pelo Coeficiente de Aproveitamento.

Potencial construtivo básico - é o produto resultante da multiplicação da área do lote pelo Coeficiente de Aproveitamento Básico fixado para a zona onde está localizado.

Potencial construtivo máximo - é o produto resultante da multiplicação da área do lote pelo Coeficiente de Aproveitamento Máximo fixado para a zona onde está localizado.

Recuo Frontal - distância mínima entre a edificação e o alinhamento predial.

Recursos hídricos - qualquer coleção de água superficial ou subterrânea.

Reforma - fazer obra que altere a edificação em parte essencial, por supressão, acréscimo ou modificação.

Retificação - toda obra ou serviço que tenha por objetivo alterar, total ou parcialmente, um traçado ou percurso original.

Reurbanização - é o processo pelo qual uma área urbanizada sofre modificações que substituem, total ou parcialmente, suas primitivas estruturas físicas e urbanísticas.

Saneamento básico - (conforme a Lei Federal nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007) conjunto de serviços, infraestruturas e instalações operacionais de:

I - abastecimento de água potável: constituído pelas atividades, infraestruturas e instalações necessárias ao abastecimento público de água potável, desde a captação até as ligações prediais e respectivos instrumentos de medição;

II - esgotamento sanitário: constituído pelas atividades, infraestruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, tratamento e disposição final adequados dos esgotos sanitários, desde as ligações prediais até o seu lançamento final no meio ambiente;

III - limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos: conjunto de atividades, infraestruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, transbordo, tratamento e destino final do lixo doméstico e do lixo originário da varrição e limpeza de logradouros e vias públicas;

IV - drenagem e manejo das águas pluviais urbanas: conjunto de atividades, infraestruturas e instalações operacionais de drenagem urbana de águas pluviais, de transporte, detenção ou retenção para o amortecimento de vazões de cheias, tratamento e disposição final das águas pluviais drenadas nas áreas urbanas.

Sarjetão ou vala - canais auxiliares utilizados para guiar o fluxo de água na travessia de ruas transversais ou desviar o fluxo de um lado para outro da rua.

Sarjetas - canais situados junto ao meio fio e ao longo da via, com a finalidade de coletar e dirigir o escoamento superficial para locais apropriados para sua captação.

Silvicultura - cultura de árvores florestais.

Sobreloja - pavimento de uma edificação comercial localizado acima do térreo e com o qual comunica-se diretamente.

113

RUA DUQUE DE CAXIAS, 789 – CENTRO - Fone - (49) 3344-8500 – Fax (49) 3344-8560
89.990-000 - SÃO LOURENÇO DO OESTE – SANTA CATARINA
CNPJ – 83.021.873/0001-08 – www.saolourenco.sc.gov.br



Sótão - área aproveitável sob a cobertura da habitação, comunicando-se exclusivamente com o último piso desta.

Subsolo - são pavimentos, enterrados ou semi-enterrados, situados abaixo do pavimento térreo.

Talvegue - linha sinuosa, no fundo de um vale, pela qual as águas correm, e que divide os planos de duas encostas.

Taxa de Ocupação - relação percentual entre a área da projeção horizontal da edificação e a área do lote.

Taxa de Permeabilidade - percentual da área do lote destinada à infiltração da água no solo.

Terraço - espaço descoberto sobre edifício ou ao nível de um pavimento desse.

Testada - (1) linha que separa o logradouro público de uma propriedade particular; (2) face do lote voltada para o logradouro; usa-se também para denotar a dimensão dessa face.

Travessia - toda construção cujo eixo principal esteja contido num plano que intercepte um curso de água, lago e respectivos terrenos marginais, sem a formação de reservatório de água a montante, com o objetivo único de permitir a passagem de uma margem à outra.

Varanda - avanço externo da casa protegido com cobertura que faz a transposição entre o ambiente interno e externo.

Unidade de Moradia - conjunto de compartimentos de uso privativo de uma família, no caso de edifícios coincide com apartamentos.

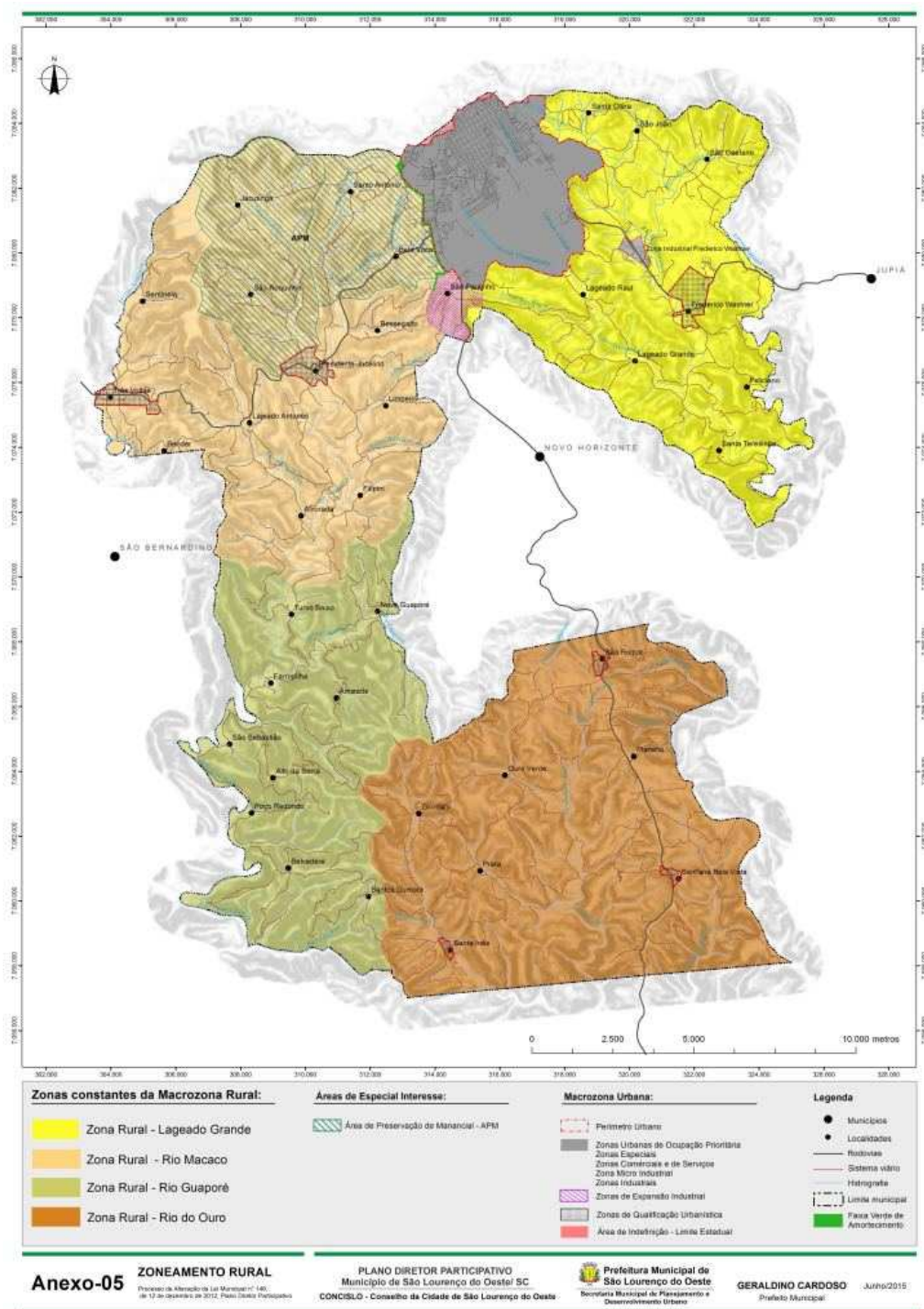
São Lourenço do Oeste - SC, 26 de junho de 2015.

GERALDINO CARDOSO
Prefeito Municipal



ANEXO IV

(Lei Complementar nº 175, de 26 de junho de 2015)

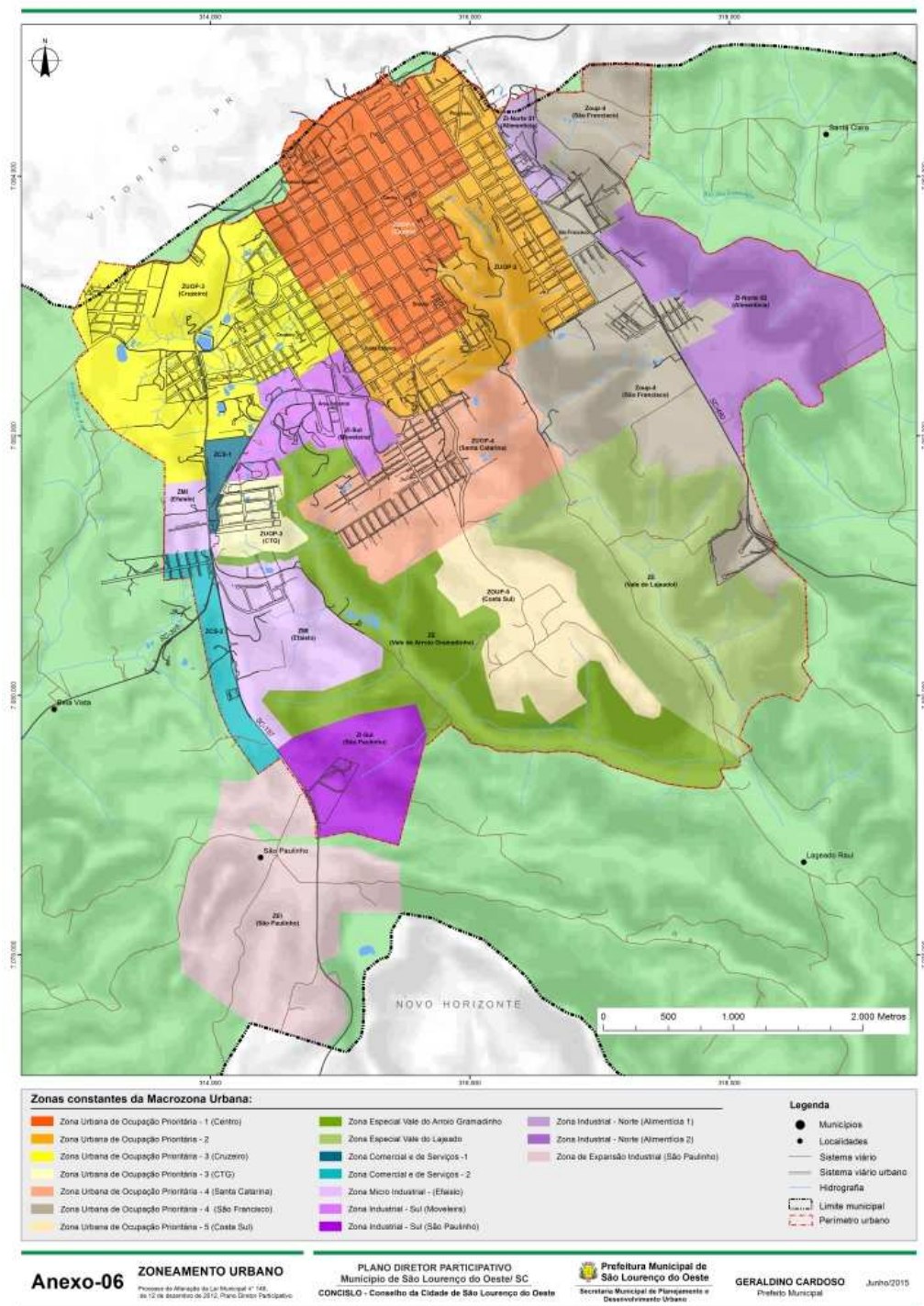


RUA DUQUE DE CAXIAS, 789 – CENTRO - Fone - (49) 3344-8500 – Fax (49) 3344-8560
 89.990-000 - SÃO LOURENÇO DO OESTE – SANTA CATARINA
 CNPJ – 83.021.873/0001-08 – www.saoulourenco.sc.gov.br



ANEXO V

(Lei Complementar nº 175, de 26 de junho de 2015)



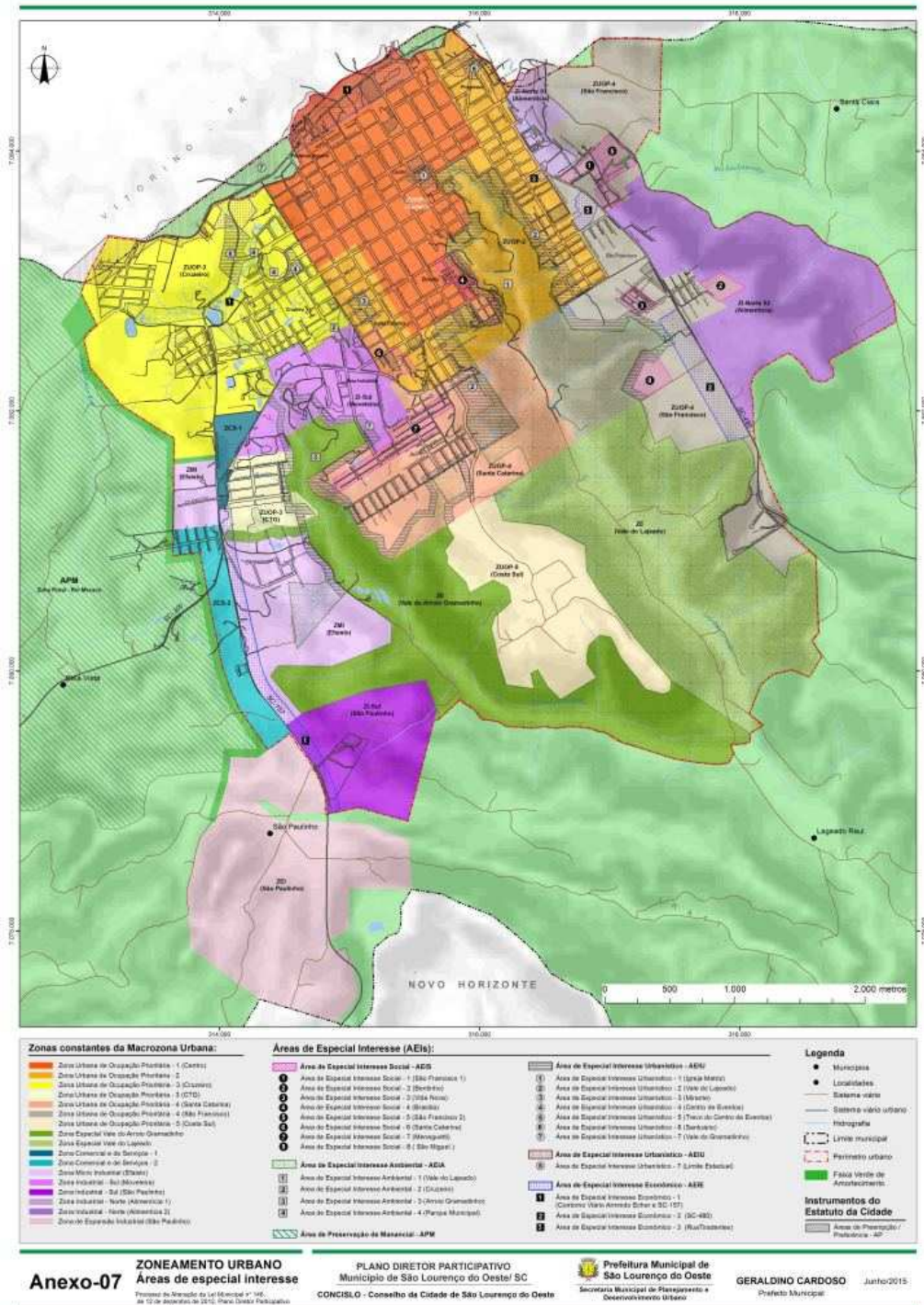
RUA DUQUE DE CAXIAS, 789 – CENTRO - Fone - (49) 3344-8500 – Fax (49) 3344-8560
89.990-000 - SÃO LOURENÇO DO OESTE – SANTA CATARINA
CNPJ – 83.021.873/0001-08 – www.saolourenco.sc.gov.br

116



ANEXO VI

(Lei Complementar nº 175, de 26 de junho de 2015)

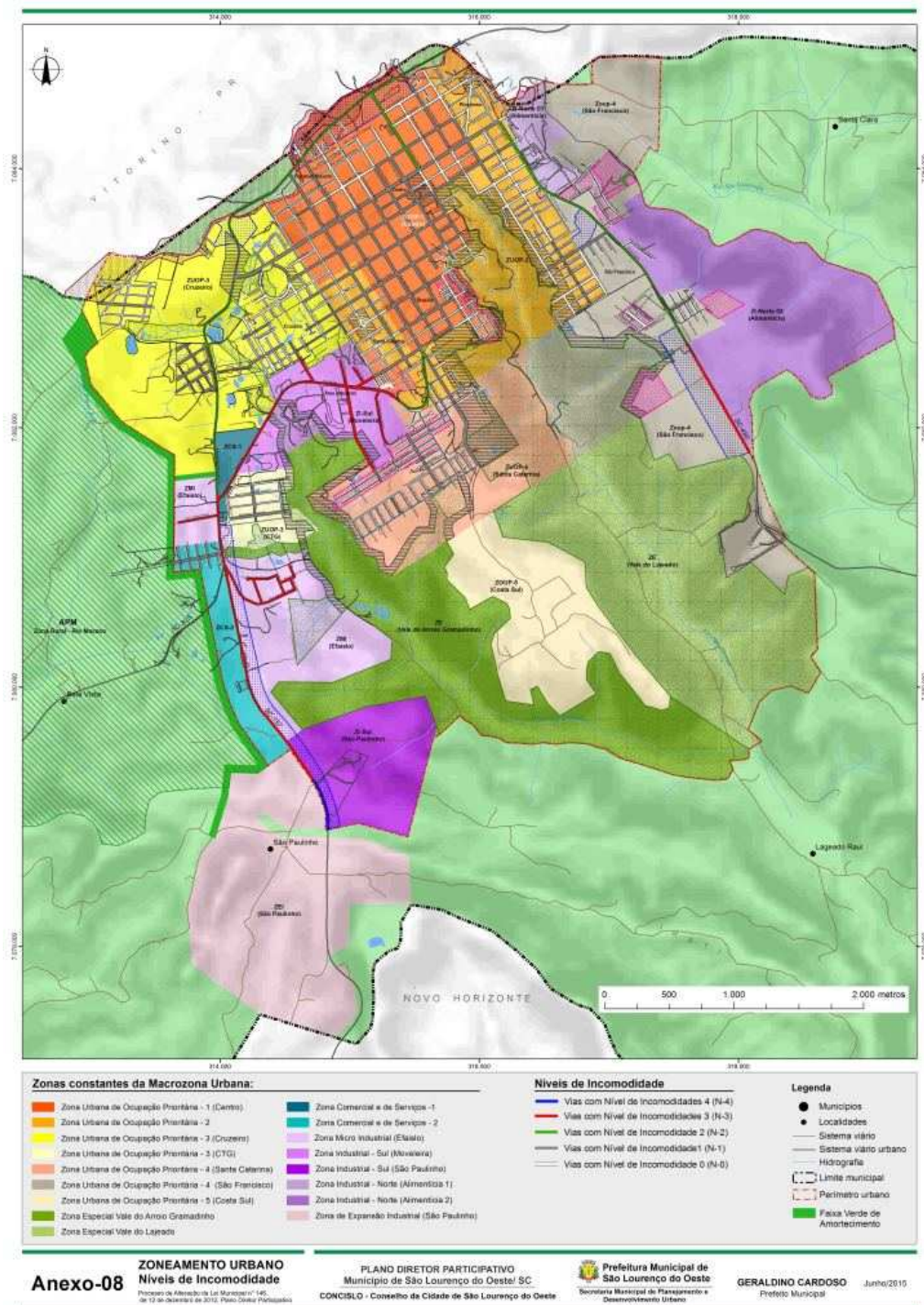


RUA DUQUE DE CAXIAS, 789 – CENTRO - Fone - (49) 3344-8500 – Fax (49) 3344-8560
89.990-000 – SÃO LOURENÇO DO OESTE – SANTA CATARINA
CNPJ – 83.021.873/0001-08 – www.saolourenco.sc.gov.br



ANEXO VII

(Lei Complementar nº 175, de 26 de junho de 2015)

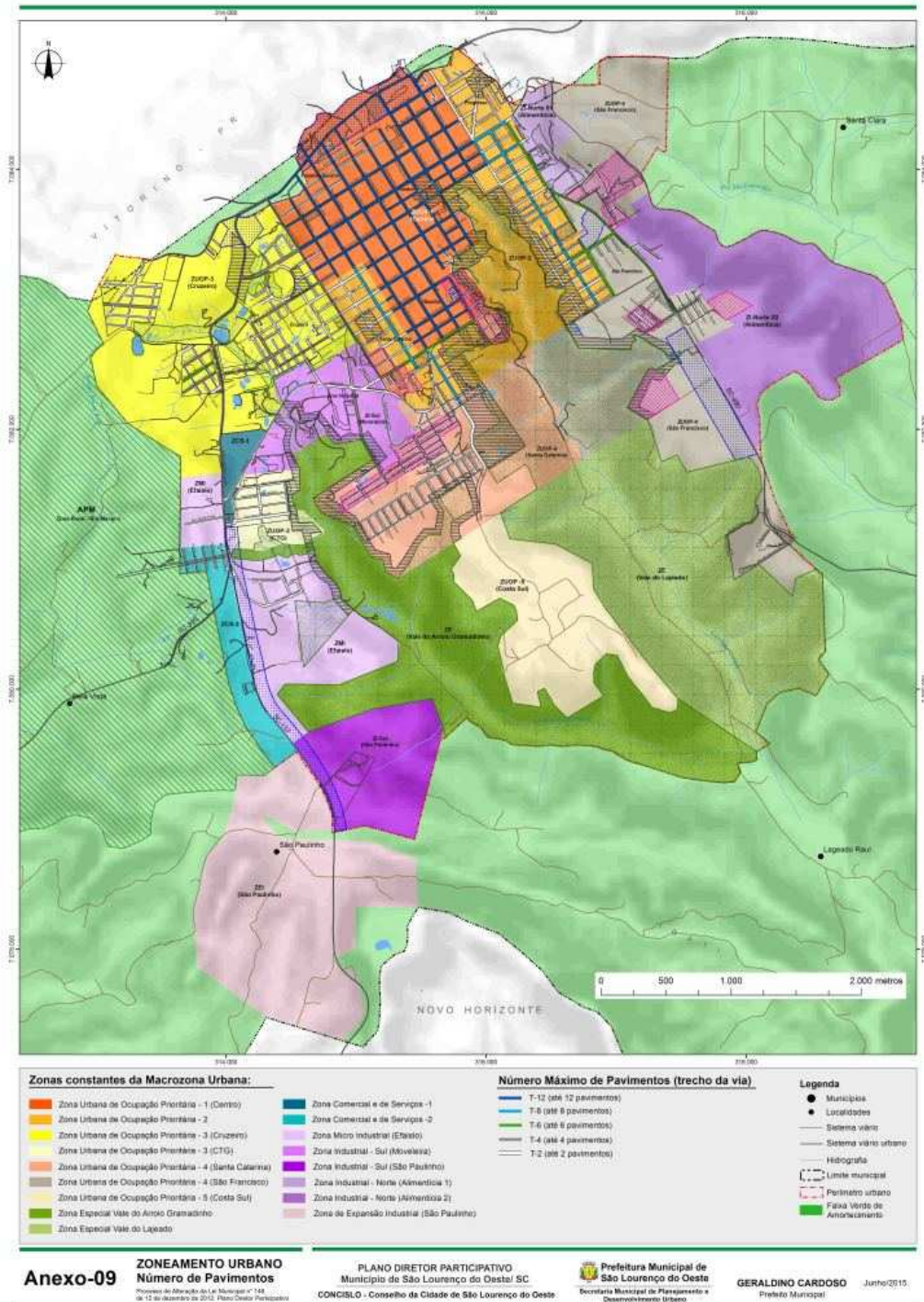


RUA DUQUE DE CAXIAS, 789 – CENTRO - Fone - (49) 3344-8500 – Fax (49) 3344-8560
89.990-000 – SÃO LOURENÇO DO OESTE – SANTA CATARINA
CNPJ – 83.021.873/0001-08 – www.saoulourenco.sc.gov.br



ANEXO VIII

(Lei Complementar nº 175, de 26 de junho de 2015)



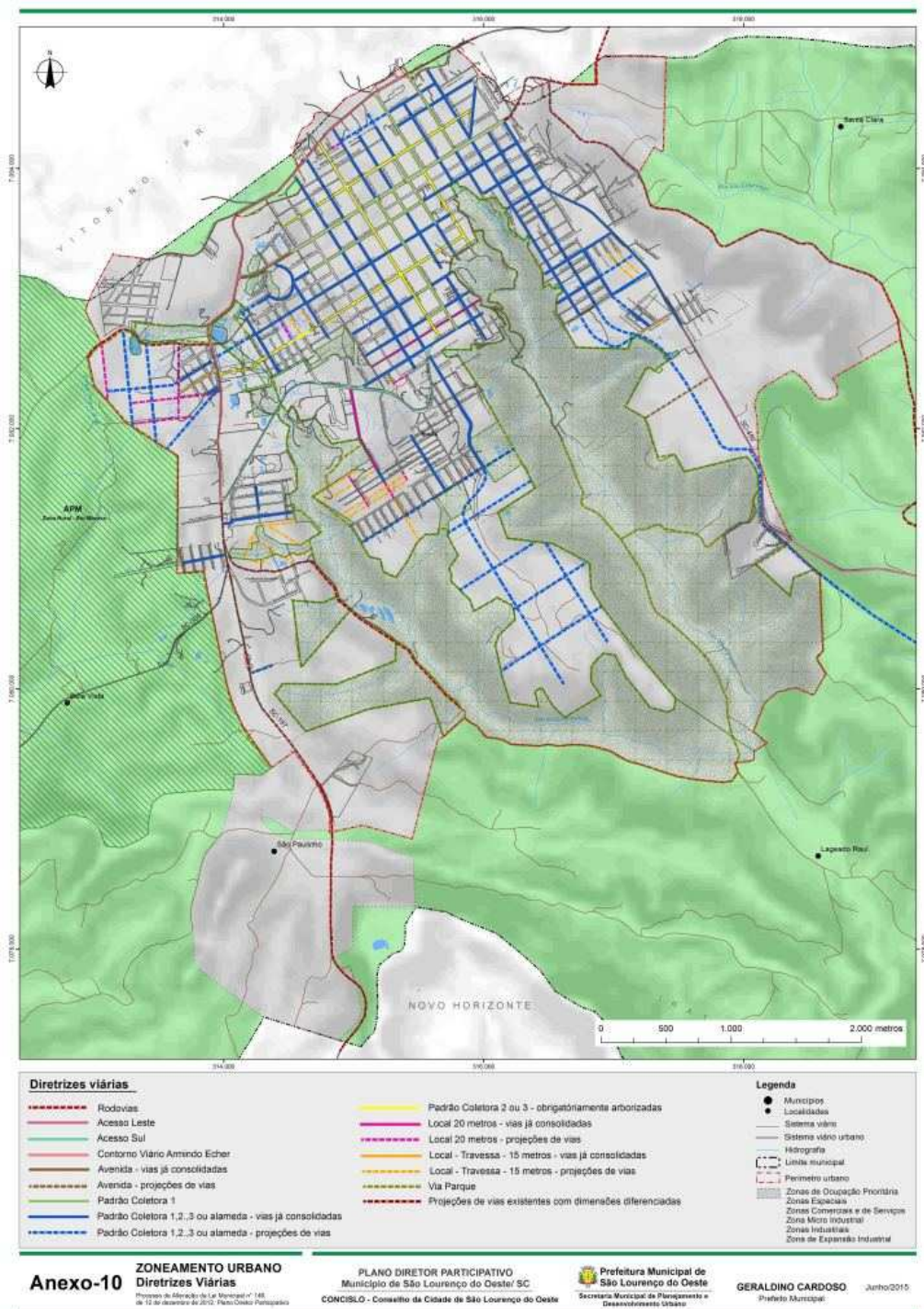
RUA DUQUE DE CAXIAS, 789 – CENTRO - Fone - (49) 3344-8500 – Fax (49) 3344-8560
 89.990-000 – SÃO LOURENÇO DO OESTE – SANTA CATARINA
 CNPJ – 83.021.873/0001-08 – www.saoulourenco.sc.gov.br

119



ANEXO IX

(Lei Complementar nº 175, de 26 de junho de 2015)



RUA DUQUE DE CAXIAS, 789 – CENTRO - Fone - (49) 3344-8500 – Fax (49) 3344-8560
89.990-000 - SÃO LOURENÇO DO OESTE – SANTA CATARINA
CNPJ – 83.021.873/0001-08 – www.saoulourenco.sc.gov.br

120

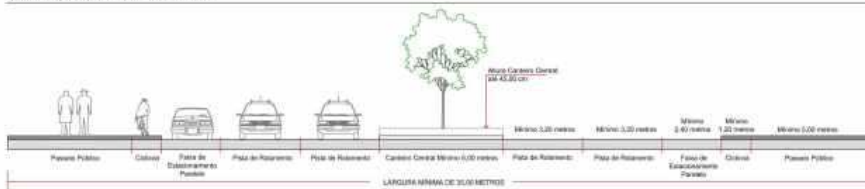


ANEXO X

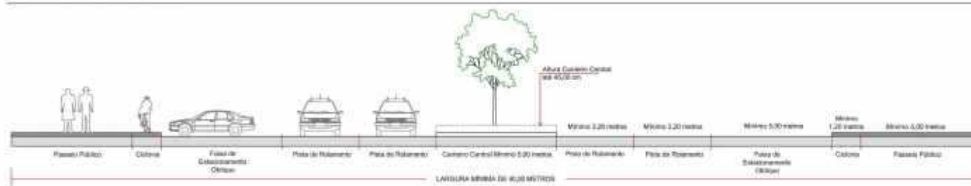
(Lei Complementar nº 175, de 26 de junho de 2015)

Os padrões abaixo apresentados caracterizam-se como sugestões que estabelecem a estrutura mínima que cada via deve apresentar quanto a dimensões e elementos que compõem as mesmas, podendo o projeto específico propor variações na disposição sempre respeitando o mínimo estabelecido.

VIAS ARTERIAIS - AVENIDA - MODELO 01



VIAS ARTERIAIS - AVENIDA - MODELO 02



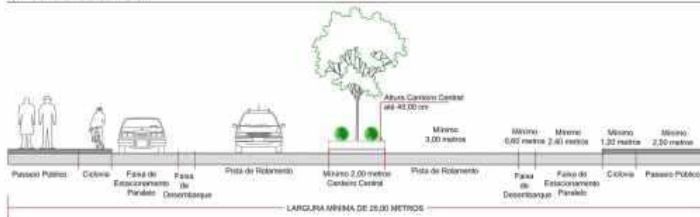
COLETORA - MODELO 01



COLETORA - MODELO 02



COLETORA - MODELO 03



ANEXO 11/1

CLASSIFICAÇÃO REDE VIÁRIA
Processo de Alteração da Lei Municipal nº 146
de 12 de dezembro de 2012, Plano Diretor Participativo

PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO
Município de São Lourenço do Oeste - SC
CONCILIO - Conselho da Cidade de São Lourenço do Oeste

Governo Municipal de
São Lourenço do Oeste
Secretaria Municipal de Planejamento e
Desenvolvimento Urbano

GERALDO CARDOSO
Prefeito Municipal

Junho/2015

RUA DUQUE DE CAXIAS, 789 – CENTRO - Fone - (49) 3344-8500 – Fax (49) 3344-8560
89.990-000 - SÃO LOURENÇO DO OESTE – SANTA CATARINA
CNPJ – 83.021.873/0001-08 – www.saolourenco.sc.gov.br

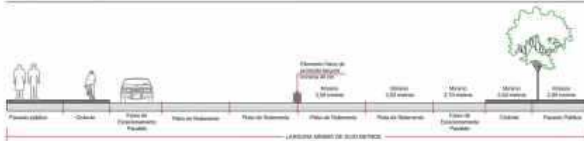


Os padrões abaixo apresentados caracterizam-se como sugestões que estabelecem a estrutura mínima que cada via deve apresentar quanto a dimensões e elementos que compõem as mesmas, podendo o projeto específico propor variações na disposição sempre respeitando o mínimo estabelecido.

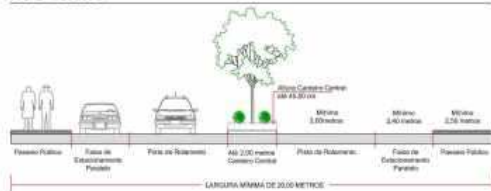
COLETORA - MODELO 04



ACESSO LESTE E SUL



LOCAL - MODELO 01



LOCAL - MODELO 02



LOCAL - TRAVESSA - MODELO 01



ANEXO 11/2

CLASSIFICAÇÃO REDE VIÁRIA
Processo de Alteração da Lei Municipal nº 148
de 12 de dezembro de 2013, Plano Diretor Participativo

PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO
Município de São Lourenço do Oeste - SC
CONCILIO - Conselho da Cidade de São Lourenço do Oeste

Governo Municipal de
São Lourenço do Oeste
Secretaria Municipal de Planejamento e
Desenvolvimento Urbano

GERALDO CARDOSO
Prefeito Municipal

Junho 2015

RUA DUQUE DE CAXIAS, 789 – CENTRO - Fone - (49) 3344-8500 – Fax (49) 3344-8560
89.990-000 – SÃO LOURENÇO DO OESTE – SANTA CATARINA
CNPJ – 83.021.873/0001-08 – www.saolourenco.sc.gov.br

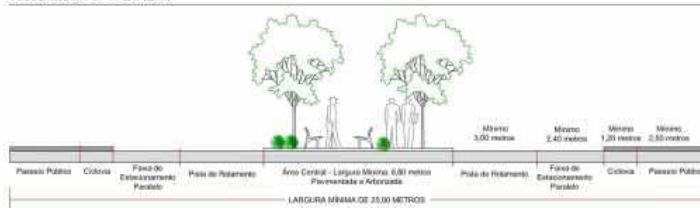


Os padrões abaixo apresentados caracterizam-se como sugestões que estabelecem a estrutura mínima que cada via deve apresentar quanto a dimensões e elementos que compõem as mesmas, podendo o projeto específico propor variações na disposição sempre respeitando o mínimo estabelecido.

LOCAL - TRAVESSA - MODELO 02



VIA ESPECIAL 01 - ALAMEDA



VIA ESPECIAL 02 - VIA PARQUE



VIAS DE PEDESTRES



ANEXO 11/3 CLASSIFICAÇÃO REDE VIÁRIA
Processo de Atuação de Lei Municipal nº 148
de 12 de dezembro de 2012, Plano Diretor Participativo

PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO
Município de São Lourenço do Oeste - SC
CONCILIO - Conselho da Cidade de São Lourenço do Oeste

Governo Municipal de
São Lourenço do Oeste
Secretaria Municipal de Planejamento e
Desenvolvimento Urbano

BERNALDO CARDOSO
Prefeito Municipal
Junho/2015



ANEXO XI

(Lei Complementar nº 175, de 26 de junho de 2015)

“ANEXO 12

(Lei Complementar nº 146, de 28 de dezembro de 2012)

SUMÁRIO”

| | |
|--|--|
| TÍTULO I..... | |
| CONCEITUAÇÃO, PRINCÍPIOS E DIRETRIZES GERAIS DA POLÍTICA TERRITORIAL E URBANÍSTICA..... | |
| CAPÍTULO I..... | |
| DA CONCEITUAÇÃO..... | |
| CAPÍTULO II..... | |
| DOS PRINCÍPIOS E DAS DIRETRIZES GERAIS DA POLÍTICA TERRITORIAL E URBANÍSTICA..... | |
| Seção I..... | |
| Dos Princípios..... | |
| Seção II..... | |
| Das Diretrizes Gerais..... | |
| TÍTULO II..... | |
| DOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE..... | |
| TÍTULO III..... | |
| DOS INSTRUMENTOS DO PLANO DIRETOR..... | |
| CAPÍTULO I..... | |
| DA CLASSIFICAÇÃO..... | |
| CAPÍTULO II..... | |
| DO ZONEAMENTO..... | |
| Seção I..... | |
| Das Disposições Gerais..... | |
| Seção II..... | |
| Da Macrozona Urbana..... | |
| Subseção I..... | |
| Da Zona Urbana de Ocupação Prioritária - 1 (Centro) / ZOUP-1(Centro)..... | |
| Subseção II..... | |
| Da Zona Urbana de Ocupação Prioritária - 2 / ZUOP-2..... | |
| Subseção III..... | |
| Da Zona Urbana de Ocupação Prioritária - 3 / ZUOP-3..... | |
| Subseção IV..... | |
| Da Zona Urbana de Ocupação Prioritária - 4 (São Francisco) / ZUOP-4 (São Francisco)..... | |
| Subseção V..... | |
| Da Zona Urbana de Ocupação Prioritária - 4 (Meneguetti) / ZUOP-4 (Meneguetti)..... | |
| Subseção VI..... | |

124

RUA DUQUE DE CAXIAS, 789 – CENTRO - Fone - (49) 3344-8500 – Fax (49) 3344-8560
89.990-000 - SÃO LOURENÇO DO OESTE – SANTA CATARINA
CNPJ – 83.021.873/0001-08 – www.saolourenco.sc.gov.br



| | |
|---|--|
| Da Zona Urbana de Ocupação Prioritária - 4 (Cruzeiro) / ZUOP-4 (Cruzeiro)..... | |
| Subseção VII..... | |
| Zona de Expansão Urbana Futura-1 (Alto Gramadinho) / ZEUF-1 (Alto Gramadinho)..... | |
| Subseção VIII..... | |
| Da Zona de Expansão Urbana Futura-2 (Costa Sul) / ZEUF-2 (Costa Sul)..... | |
| Subseção IX..... | |
| Da Zona de Expansão Urbana Futura (Linha São Miguel)-3 / ZEUF-3 (Linha São Miguel)..... | |
| Subseção X..... | |
| Zona Industrial - Norte (Alimentícia) / ZI-Norte (Alimentícia)..... | |
| Subseção XI..... | |
| Zona Industrial - Sul (Moveleira) / ZI-Sul (Moveleira)..... | |
| Subseção XII..... | |
| Das Zonas de Expansão Industrial..... | |
| Seção III..... | |
| Da Macrozona Rural..... | |
| Subseção I..... | |
| Da Zona Rural - Lajeado Grande..... | |
| Subseção II..... | |
| Zona Rural - Rio Macaco..... | |
| Subseção III..... | |
| Zona Rural - Rio Macaco/Sul..... | |
| Subseção IV..... | |
| Zona Rural - Rio Do Ouro..... | |
| Seção IV..... | |
| Das Áreas de Especial Interesse..... | |
| Subseção I..... | |
| Da Área de Especial Interesse Urbanístico - 1 (Igreja Matriz) / AEIU-1 (Igreja Matriz)..... | |
| Subseção II..... | |
| Da Área de Especial Interesse Urbanístico - 2 (Vale Do Lajeado) / AEIU-2 (Vale Do Lajeado)..... | |
| Subseção III..... | |
| Da Área de Especial Interesse Urbanístico - 3 (Mirante) / AEIU-3 (Mirante)..... | |
| Subseção IV..... | |
| Da Área de Especial Interesse Urbanístico - 4 (Centro De Eventos) / AEIU-4 (Centro de Eventos)..... | |
| Subseção V..... | |
| Da Área de Especial Interesse Urbanístico - 5 (Trevo Do Centro de Eventos) / AEIU-5 (Trevo do Centro de Eventos)..... | |
| Subseção VI..... | |
| Da Área de Especial Interesse Urbanístico - 6 (Santuário) / AEIU-6 (Santuário)..... | |
| Subseção VII..... | |
| Área de Especial Interesse Urbanístico - 7 (Limite Estadual) / AEIU-7 (Limite Estadual)..... | |
| Subseção VIII..... | |



| | |
|---|--|
| Zonas de Qualificação Urbanística (Distritos e Vilas) / ZQU (Distritos e Vilas)..... | |
| Subseção IX..... | |
| Da Área de Especial Interesse Econômico - 1 (Contorno Viário Armindo Echer e SC-468) / AEIE-1 (Contorno Viário Armindo Echer e SC-468)..... | |
| Subseção X..... | |
| Da Área de Especial Interesse Econômico - 2 (SCT-480) / AEIE-2 (SCT-480)..... | |
| Subseção XI..... | |
| Área de Especial Interesse Econômico - 3 (Rua Tiradentes) / AEIE-3 (Rua Tiradentes)..... | |
| Subseção XII..... | |
| Da Área de Especial Interesse Econômico - 4 (SC-468 e Zona Rural - Rio Macaco) / AEIE-4(SC-468 E Zona Rural - Rio Macaco)..... | |
| Subseção XIII..... | |
| Da Área de Especial Interesse Ambiental - 1 (Vale do Lajeado) / AEIA-1 (Vale do Lajeado)..... | |
| Subseção XIV..... | |
| Da Área de Especial Interesse Ambiental - 2 (Cruzeiro) / AEIA-2 (Cruzeiro)..... | |
| Subseção XV..... | |
| Da Área de Especial Interesse Ambiental - 3 (Arroio Gramadinho) / AEIA-3 (Arroio Gramadinho)..... | |
| Subseção XVI..... | |
| Da Área de Especial Interesse Ambiental - 4 (Parque Municipal) / AEIA-4 (Parque Municipal)..... | |
| Subseção XVII..... | |
| Da Área de Especial Interesse Social - 1 (São Francisco) / AEIS-1 (São Francisco)..... | |
| Subseção XVIII..... | |
| Da Área de Especial Interesse Social - 2 (Cardoso) / AEIS-2 (Cardoso)..... | |
| Subseção XIX..... | |
| Da Área de Especial Interesse Social - 3 (Vida Nova) / AEIS-3 (Vida Nova)..... | |
| Subseção XX..... | |
| Da Área de Especial Interesse Social - 04 (Brasília)..... | |
| Subseção XXI..... | |
| Da Área de Especial Interesse Social - 5 (Araucária) / AEIS-5 (Araucária)..... | |
| Subseção XXII..... | |
| Da Área de Especial Interesse Social - 6 (Santa Catarina) / AEIS-6 (Santa Catarina)..... | |
| Subseção XXIII..... | |
| Da Área de Especial Interesse Social - 7 (Meneguetti) / AEIS-7 (Meneguetti)..... | |
| Subseção XXIV..... | |
| Da Área de Preservação de Manancial - APM..... | |
| CAPÍTULO III..... | |
| DAS NORMAS DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO URBANO..... | |
| Seção I..... | |
| Da Classificação do Uso do Solo..... | |
| Seção II..... | |
| Das Regras sobre Uso e Ocupação do Solo Urbano..... | |



| | |
|--|--|
| Seção III..... | |
| Dos Incômodos ou Incomodidades e seus Respectivos Níveis..... | |
| Seção IV..... | |
| Dos Parâmetros Urbanísticos de Ocupação do Solo..... | |
| Seção V..... | |
| Das Regras Gerais sobre Áreas Não-Edificáveis..... | |
| Seção VI..... | |
| Das Normas Gerais de Uso e Ocupação do Solo por Condomínios Horizontais..... | |
| CAPÍTULO IV..... | |
| DAS NORMAS DE PARCELAMENTO DO SOLO..... | |
| Seção I..... | |
| Disposições Gerais..... | |
| Seção II..... | |
| Dos Requisitos Urbanísticos..... | |
| Subseção I..... | |
| Das Áreas de Uso Público..... | |
| Subseção II..... | |
| Das Quadras e Lotes..... | |
| Subseção III..... | |
| Da Rede Viária..... | |
| Subseção IV..... | |
| Da Infraestrutura..... | |
| Seção III..... | |
| Do Projeto de Desmembramento e Remembramento..... | |
| Subseção I..... | |
| Da Consulta de Viabilidade..... | |
| Subseção II..... | |
| Do Projeto..... | |
| Seção IV..... | |
| Do Projeto de Loteamento..... | |
| Subseção I..... | |
| Das Disposições Gerais..... | |
| Subseção II..... | |
| Da Consulta de Viabilidade..... | |
| Subseção III..... | |
| Da Análise de Estudo Preliminar..... | |
| Subseção IV..... | |
| Do Anteprojeto..... | |
| Subseção V..... | |
| Do Projeto Definitivo..... | |
| Subseção VI..... | |
| Da Aprovação do Projeto..... | |
| Subseção VII..... | |
| Do Alvará de Licença para Execução..... | |
| Subseção VIII..... | |
| Das Garantias..... | |
| Subseção IX..... | |
| Da Fiscalização e Entrega dos Loteamentos..... | |



| | |
|---|--|
| Subseção X..... | |
| Da Aceitação..... | |
| Seção V..... | |
| Das Responsabilidades Técnicas..... | |
| Seção VI..... | |
| As Infrações e Sanções..... | |
| Seção VII..... | |
| Das Disposições Complementares sobre Parcelamento do Solo..... | |
| CAPÍTULO V..... | |
| DA TRANSFERÊNCIA DO DIREITO DE CONSTRUIR..... | |
| CAPÍTULO VI..... | |
| DO DIREITO DE PREFERÊNCIA..... | |
| CAPÍTULO VII..... | |
| DA OUTORGA ONEROSA DO DIREITO DE CONSTRUIR E DE ALTERAÇÃO DE USO..... | |
| CAPÍTULO VIII..... | |
| DAS OPERAÇÕES URBANAS CONSORCIADAS..... | |
| CAPÍTULO IX..... | |
| DO PARCELAMENTO, EDIFICAÇÃO OU UTILIZAÇÃO COMPULSÓRIOS..... | |
| CAPÍTULO X..... | |
| DO IPTU PROGRESSIVO NO TEMPO E DA DESAPROPRIAÇÃO COM PAGAMENTO EM TÍTULOS..... | |
| CAPÍTULO XI..... | |
| DO CONSÓRCIO IMOBILIÁRIO..... | |
| CAPÍTULO XII..... | |
| DO DIREITO DE SUPERFÍCIE..... | |
| CAPÍTULO XIII..... | |
| DO ESTUDO DE IMPACTO DE VIZINHANÇA..... | |
| CAPÍTULO XIV..... | |
| DAS ÁREAS ESPECIAIS DE INTERESSE SOCIAL - AEIS..... | |
| CAPÍTULO XV..... | |
| DA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA..... | |
| TÍTULO IV..... | |
| DAS ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO E QUALIFICAÇÃO TERRITORIAL E URBANÍSTICAS DO MUNICÍPIO..... | |
| CAPÍTULO I..... | |
| DA ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO..... | |
| CAPÍTULO II..... | |
| DA ESTRATÉGIA DE QUALIFICAÇÃO AMBIENTAL..... | |
| CAPÍTULO III..... | |
| DA ESTRATÉGIA DE ESTRUTURAÇÃO, ORDENAMENTO E QUALIFICAÇÃO TERRITORIAL..... | |
| CAPÍTULO IV..... | |
| DA ESTRATÉGIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO PARTICIPATIVOS..... | |
| TÍTULO V..... | |
| DO SISTEMA DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE..... | |
| CAPÍTULO I..... | |



DAS DISPOSIÇÕES GERAIS, ÂMBITOS DE AÇÃO E OBJETIVOS DO SISTEMA DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE.....

Seção I.....

Das Disposições Gerais e Âmbitos de Ação do Sistema De Acompanhamento e Controle.....

Seção II.....

Dos Objetivos do Sistema de Acompanhamento e Controle.....

Seção III.....

Da Participação dos Poderes Executivo e Legislativo Municipais no Sistema de Acompanhamento e Controle.....

CAPÍTULO II.....

DAS INSTÂNCIAS PARTICIPATIVAS DO SISTEMA DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE.....

Seção I.....

Do Congresso da Cidade.....

Seção II.....

Do “Conselho da Cidade de São Lourenço Do Oeste”.....

Subseção I.....

Das Disposições Gerais, Objetivos e Competências do Conselho.....

Subseção II.....

Da Eleição e Mandato dos Conselheiros.....

Subseção III.....

Da Organização e Composição Do Conselho.....

Seção III.....

Das Audiências Públicas para Matérias do Plano Diretor ou dele Derivadas.....

CAPÍTULO III.....

DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES MUNICIPAIS.....

TÍTULO VI.....

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS.....

ANEXO 1.....

ANEXO 2.....

ANEXO 3.....

ANEXO 4.....

ANEXO 5.....

ANEXO 6.....

ANEXO 7.....

ANEXO 8.....

ANEXO 9.....

ANEXO 10.....

ANEXO 11.....

ANEXO 12.....

São Lourenço do Oeste - SC, 26 de junho de 2015.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

RUA DUQUE DE CAXIAS, 789 – CENTRO - Fone - (49) 3344-8500 – Fax (49) 3344-8560
89.990-000 - SÃO LOURENÇO DO OESTE – SANTA CATARINA
CNPJ – 83.021.873/0001-08 – www.saolourenco.sc.gov.br

129

São Miguel do Oeste

PREFEITURA

DECRETO Nº 8.364/2015 - FICA APROVADO O DESMEMBRAMENTO, IMÓVEL: CHÁCARA URBANA 52, DA SEÇÃO GUAMERIM, COM ÁREA DE 15.200,00M², SITUADO NO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, MATRICULA Nº 13.881, DE PROPRIEDADE DE JUELINA MOTTA MARTINI, NELI THEREZA MOTA MARTINI, CLARICE WEBER, VANUZA WEBER, JANETE...

DECRETO Nº 8.364/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o inciso VI, do art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o DesMEMbramento, Imóvel: Chácara Urbana 52, da Seção Guamerim, com área de 15.200,00m², situado no Município de São Miguel do Oeste, matrícula nº 13.881, confrontando: ao Noroeste com o Lote Rural 78-A da mesma Seção Guamerim; ao Nordeste com a antiga estrada de ligação entre a cidade de São Miguel do Oeste e Cambui; ao Sudoeste, com parte da Chácara Urbana 51; ao Sudeste, com parte da Chácara Urbana 53, de propriedade de Juvelina Motta Martini, Neli Thereza Mota Martini, Clarice Weber, Vanuza Weber, Janete Terezinha Wathier Perozzo e Jadira Zanatta, passam a ter as seguintes confrontações: DesMEMbramento:

Parte da Chácara Urbana 52, da Seção Guamerim, com área de 5.700,00m², confrontando: ao Noroeste, divisa seca de 130,72 metros com o Lote Rural 78-A da mesma Seção Guamerim; ao Nordeste, divisa com a antiga estrada de ligação entre a cidade de São Miguel do Oeste e Cambui; ao Sudeste, divisa seca de 131,92 metros com parte da Chácara 53; ao Sudoeste, divisa seca de 56,46 metros com área remanescente da mesma Chácara Urbana 52. Proprietária: Juvelina Motta Martini.

Remanescente:

Parte da Chácara Urbana 52, da Seção Guamerim, com área de 9.500,00 m², confrontando: ao Noroeste, divisa seca de 118,21 metros com o Lote Rural 78-A da mesma Seção Guamerim; ao Nordeste, divisa seca de 56,46 metros com a parte desmembrada da mesma Chácara Urbana 52; ao Sudeste, divisa seca de 159,36 metros com parte da Chácara 53; ao Sudoeste, divisa seca de 90,05 metros com parte da Chácara 51.

Proprietários: Neli Thereza Mota Martini, Clarice Weber, Vanuza Weber, Janete Terezinha Wathier Perozzo, Jadira Zanatta.

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE- SC.

Em, 26 de junho de 2015.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

PEDRO JOSÉ DE CONTO

Secretário da Fazenda e Administração

Este Decreto foi publicado no

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA

Técnico Administrativo

DECRETO Nº 8.365/2015 - DISPÕE SOBRE A REVOGAÇÃO DO DECRETO Nº 8.260 DE 25 DE FEVEREIRO DE 2015.

DECRETO Nº 8.365/2015

DISPÕE SOBRE A REVOGAÇÃO DO DECRETO Nº 8.260 DE 25 DE FEVEREIRO DE 2015.

O Prefeito Municipal de São Miguel do Estado de Santa Catarina, usando a competência que lhe confere o inciso VI, do art. 72 da Lei Orgânica Municipal, promulgada em 5 de abril de 1990 e,

CONSIDERANDO, a recomendação do Ministério Público nº 0004/2015/04PJ/SMO, para que proceda a anulação do Decreto nº 8.260/2015;

CONSIDERANDO, que a administração pública tem o poder/dever de rever seus atos a qualquer momento.

RESOLVE:

Art. 1º Fica revogado na íntegra o decreto nº 8.260/2015 de 25 de fevereiro de 2015, que dispõe sobre Horário especial de funcionamento nas repartições Públicas Municipais, no dia 5 de fevereiro de 2015.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se, Cumpra-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC

Em, 26 de junho de 2015.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

PEDRO JOSÉ DE CONTO

Secretário da Fazenda e Administração

Este Decreto foi publicado no

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA

Técnico Administrativo

DECRETO Nº 8632/2015-1º FICA AUTORIZADO O CORTE DE 09 (NOVE) ÁRVORES, DA ESPÉCIE EUCALIPTO, LOCALIZADAS NO PARQUE RINEU GRANSOTTO, LINHA CRUZINHAS, NESTE MUNICÍPIO
DECRETO Nº 8.362/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o inciso VI, do art. 72, da Lei Orgânica Municipal de 05 de abril de 1990 e de acordo com o art. 178, da Lei Municipal nº 1.358 de 11 de dezembro de 1981;

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizado o corte de 09 (nove) árvores, da espécie Eucalipto, localizadas no Parque Rineu Gransotto, Linha Cruzinhas, neste Município, devido ao fato de estarem com grande porte, podendo causar riscos à rede de alta tensão (pela proximidade) e

também ao patrimônio e/ou transeuntes;

Art. 2º Como medida compensadora, as árvores em questão poderão ser substituída, e no local deverá se plantada outros exemplares, sem ônus a Municipalidade.

As espécies a serem plantadas deveram ser arbóreas, com altura mínima de 0,6 metros, sendo sugeridas as espécies de Chorão Americano, Bolão de Ouro, Canelas, Ipês ou outras árvores de espécie nativas.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC

Em, 26 de junho de 2015.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

PEDRO JOSÉ DE CONTO

Secretário da Fazenda e Administração

Este Decreto foi publicado no

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA

Técnico Administrativo

DECRETO Nº8.361/2015-1º FICA APROVADO O DESDOBRAMENTO E REMEMBRAMENTO, DOS IMÓVEIS DENOMINADOS "PARTE DO LOTE URBANO Nº 12, COM ÁREA DE 495,00M², MATRÍCULA 38.467, DO "LOTE URBANO Nº 10" COM ÁREA DE 600,00 M², SITOS NA RUA ITABERABA MATRICULA Nº 38.466, AMBOS DE PROPRIEDADE DE RICARDO VASCONCELOS...

DECRETO Nº 8.361/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o inciso VI, do art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o Desdobramento e REMEMBRAMENTO, dos imóveis denominados "Parte do Lote Urbano nº 12, com área de 495,00m², matrícula 38.467, do "lote Urbano nº 10" com área de 600,00 m², Sitos na Rua Itaberaba matrícula nº 38.466, ambos de propriedade de RICARDO VASCONCELOS e MARLENE SOARES NUNES; do "lote urbano nº 15 e parte do lote urbano nº 12 com as áreas respectivas de 920,00m² e 105,00m², sito Rua Waldemar Rangrab, matrícula nº 27.790, de propriedade de TERESINHA IRIA KOJOROSKI, ANDRESSA KOJOROSKI E MONIKE SIMONE KOJOROSKI, todos sitos na quadra 06, Loteamento Alberico Azevedo, centro, na cidade de São Miguel do Oeste – SC, que passam a ter as seguintes confrontações:

Desdobramento

Parte do Lote Urbano nº12, com área total de 77,5m², confrontando: Ao Norte: Com parte do mesmo Lote Urbano nº 12, por linha seca de 3,10m²; Ao Leste: Com parte do mesmo Lote Urbano nº 12, por linha seca de 25,00m; Ao Sul: Com parte do Lote Urbano nº 11, por linha seca de 3,1m; Oeste: Com parte do mesmo Lote Urbano nº 12, por linha seca de 25,00m.

Remembramento:

Lote Urbano nº 15 com área de 920,00m², parte do Lote Urbano nº 12 com área de 105,00m² e parte do Lote Urbano nº12, com área de 77,5m² formando um único imóvel de 1.102,5m², confrontando em conjunto: Ao Norte: Com parte do mesmo Lote Urbano

nº 12 e com o Lote Urbano nº 16, por linha seca de 44,30m; Ao Leste: Com a Rua Waldemar Rangrab, numa extensão de 25,00m; Ao Sul: Com o Lote Urbano nº 14 e parte do Lote Urbano nº 11, por linha seca de 43,90m; Oeste: Com parte do mesmo Lote Urbano nº 12, por linha seca de 25,00m.

Parte do Lote Urbano nº12, com área total de 417,5m² e parte do Lote Urbano nº10 com área de 600,00m², num total 1.017,50m² confrontando em conjunto: Ao Norte: Com a Rua Itaberaba por linha de 24,00m; Ao Leste: Com o Lote Urbano nº 16, por linha seca de 25,00m; Ao Sul: Com parte do mesmo Lote Urbano nº 12, por linha seca de 7,30m; Novamente ao Leste: Com parte do mesmo Lote Urbano nº 12, por linha seca de 25,00m; Novamente ao Sul: Com parte do Lote Urbano nº 11 e com o Lote Urbano nº 09, por linha seca de 16,70m; Oeste: Com os Lotes Urbanos nº 08, 05 e 04, por linha seca de 50,00m.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se em especial o Decreto nº 8.346 de 01 de junho de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE– SC.

Em, 26 de junho de 2015.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

PEDRO JOSÉ DE CONTO

Secretário da Fazenda e Administração

Este Decreto foi publicado no

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA

Técnico Administrativo

EDITAL Nº 006/2015 - DISPÕE SOBRE O LANÇAMENTO DO TRIBUTO MUNICIPAL – TVS, PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDITAL Nº 006/2015

DISPÕE SOBRE O LANÇAMENTO DO TRIBUTO MUNICIPAL – TVS, PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste município, que ficam notificados do lançamento e intimados a recolher o tributo municipal a seguir relacionado, referentes ao exercício financeiro de 2015, em conformidade com a Lei Municipal nº 4.200 de 10/12/1997 e Lei Complementar nº 033/2013 e Decreto nº8.348/2015.

1- DO LANÇAMENTO

Fica lançado o seguinte tributo para o exercício financeiro de 2015:

I – TVS – Taxa de Vigilância Sanitária;

2- DA MODALIDADE DE PAGAMENTO

A TVS - Taxa de Vigilância Sanitária incidente sobre a fiscalização dos estabelecimentos, atividades, habitações, produtos, embalagens, utensílios e quaisquer equipamentos, para efeito de verificação do cumprimento da legislação sanitária a que se submetem referente ao exercício financeiro de 2015, fica fixada a data para pagamento em cota única, sem desconto até o dia 10/07/2015

3- DA INSCRIÇÃO DA DÍVIDA ATIVA

Esgotados os prazos fixados na lei para pagamento do Tributo constante do presente ato, os débitos fiscais existentes serão inscritos em DÍVIDA ATIVA, na forma do artigo 211 da Lei Complementar nº 002/01, de 28/12/2008.

4- DA DISTRIBUIÇÃO DAS GUIAS

As guias para pagamento da TVS deverão ser retirados pelos Contribuintes através do site "Serviço Cidadão web", ou procurar o setor de atendimento da Secretaria Municipal de Saúde/ Setor de Vigilância Sanitária para a retirada até o vencimento.

Os Contribuintes com débitos inscritos em Dívida Ativa, deverão retirar as guias para pagamento, no setor de COBRANÇA/DÍVIDA ATIVA no Setor de Tributação da Prefeitura Municipal em horário de expediente.

5- DA CONTESTAÇÃO

O Contribuinte terá o prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de publicação do presente Edital para contestar, por escrito, os lançamentos efetuados pela Municipalidade constantes do presente Ato na forma da Lei.

Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC

Em 22 de junho de 2015.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

AIRTON JOSÉ MACARINI SEGUNDO

Secretário Municipal de Saúde

PEDRO JOSÉ DE CONTO

Secretário Municipal da Fazenda e Administração

Este Edital foi publicado no

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

Em __/__/__, Edição nº ____.

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA

Técnico Administrativo

PROCESSO LICITATÓRIO N. 88/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 88/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 53/2015

A Prefeitura Municipal, a partir de seu Prefeito, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão, Tipo Menor Preço por Item.

OBJETO: Contratação de Empresa para serviços gráficos de folha A4 timbrado e pastas destinados para o Departamento de Compras para posterior distribuição aos diversos setores desta municipalidade, de acordo com o anexo I do edital.

Entrega dos envelopes: Até às 08h45min do dia 13 de julho de 2015

Abertura: às 09h do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 10.520 e 8.666/93 e alterações vigentes.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade sito a Rua Marcílio Dias, nº 1199, fone (0xx49) 3631 2000 e o edital na íntegra no pelo site: www.saomiguel.sc.gov.br

São Miguel do Oeste/SC, 29 de junho de 2015.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

Schroeder

PREFEITURA

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2015 – SECEL/PMS RESULTADO PROVA DE TÍTULOS

| Insc. | Nome | Cargo - Especialidade | Prova de Títulos |
|-------|--|--|------------------|
| 23132 | ADALGISA ROOS REDECKER | Professor A - Ensino Fundamental Anos Iniciais | 0,04 |
| 21075 | ALISONETE DA SILVA BEZERRA BRANDENBURG | Professor A - Ensino Fundamental Anos Iniciais | - |
| 23140 | AMANDA NOVELETTO | Professor A - Ensino Fundamental Anos Iniciais | - |
| 21555 | ANA CLAUDIA FEO | Professor A - Ensino Fundamental Anos Iniciais | - |
| 20915 | ANTONIO CÉZAR NOBRE DOS SANTOS | Professor A - Ensino Fundamental Anos Iniciais | 0,10 |
| 22756 | ARACI DA SILVA | Professor A - Ensino Fundamental Anos Iniciais | 0,36 |
| 21334 | BRUNA CARLA NEUMANN WULF | Professor A - Ensino Fundamental Anos Iniciais | - |
| 21253 | CAROLINE GAEDTKE | Professor A - Ensino Fundamental Anos Iniciais | - |
| 20982 | CHARLENE APARECIDA FERREIRA SCOZ | Professor A - Ensino Fundamental Anos Iniciais | 0,20 |
| 20958 | CLAUDETE DUARTE | Professor A - Ensino Fundamental Anos Iniciais | 0,40 |
| 21652 | DANIEL HERMANN PEREIRA | Professor A - Ensino Fundamental Anos Iniciais | - |
| 22195 | DANIELE CARNEIRO | Professor A - Ensino Fundamental Anos Iniciais | - |
| 21849 | DANIELE FERNANDA LANGE | Professor A - Ensino Fundamental Anos Iniciais | - |
| 22357 | DJONATAN MAI | Professor A - Ensino Fundamental Anos Iniciais | - |
| 22888 | DJONATAS MACHADO | Professor A - Ensino Fundamental Anos Iniciais | - |
| 22802 | EDILSA SANTOS DA CRUZ | Professor A - Ensino Fundamental Anos Iniciais | - |
| 21601 | EDNA MARQUES | Professor A - Ensino Fundamental Anos Iniciais | - |
| 20940 | EDNA SILVA MONTEIRO | Professor A - Ensino Fundamental Anos Iniciais | - |
| 23469 | ELAINE PINHEIRO DA SILVA | Professor A - Ensino Fundamental Anos Iniciais | - |
| 23647 | ELIZABETE MENDES DOS SANTOS | Professor A - Ensino Fundamental Anos Iniciais | - |
| 22713 | GISELIA APARECIDA PEREIRA | Professor A - Ensino Fundamental Anos Iniciais | - |
| 21806 | GISLAINE VITAL DOS SANTOS LUDTKE | Professor A - Ensino Fundamental Anos Iniciais | - |
| 23051 | GLAUCIA GARCIA ROSA | Professor A - Ensino Fundamental Anos Iniciais | - |
| 21610 | GLEICIA APARECIDA NOGUEIRA DA SILVA | Professor A - Ensino Fundamental Anos Iniciais | - |
| 22659 | GRAZIELE SARDAGNA | Professor A - Ensino Fundamental Anos Iniciais | - |
| 21156 | GUILHERME ARTUR CORREA | Professor A - Ensino Fundamental Anos Iniciais | - |
| 22020 | HELLEN CRISTINA SPECHT | Professor A - Ensino Fundamental Anos Iniciais | - |
| 21520 | ISIS FERNANDA LOPES DA SILVA | Professor A - Ensino Fundamental Anos Iniciais | - |
| 22420 | JANAINA FATIMA ANACLETO DUWE | Professor A - Ensino Fundamental Anos Iniciais | 0,10 |
| 21008 | JOSIANI MAIOLI DE ANEVAO | Professor A - Ensino Fundamental Anos Iniciais | 0,10 |
| 22241 | JOSIE VARGAS DA SILVA ROEHRS | Professor A - Ensino Fundamental Anos Iniciais | 0,40 |
| 23108 | JULIANE SVARCZ STORKI | Professor A - Ensino Fundamental Anos Iniciais | - |
| 21423 | KAROLINE ODWAZNY | Professor A - Ensino Fundamental Anos Iniciais | - |
| 23477 | KELLY BEATRIZ PIGOSSO DO NASCIMENTO | Professor A - Ensino Fundamental Anos Iniciais | - |
| 21270 | LAILA JAISZA MONTEIRO | Professor A - Ensino Fundamental Anos Iniciais | - |
| 22926 | LENI FAURO ORTIZ | Professor A - Ensino Fundamental Anos Iniciais | - |
| 22985 | LINÉIA FERNANDA CORA | Professor A - Ensino Fundamental Anos Iniciais | - |
| 23582 | MARCIANA ANDREIA MARCHIORO | Professor A - Ensino Fundamental Anos Iniciais | 0,10 |
| 22128 | MARISA APARECIDA SOARES MOREIRA | Professor A - Ensino Fundamental Anos Iniciais | - |
| 21954 | MARTHA CRISTINA ROCHA | Professor A - Ensino Fundamental Anos Iniciais | - |
| 23116 | MIDIANITA ALEXANDRINA ERTAL | Professor A - Ensino Fundamental Anos Iniciais | 0,10 |
| 23280 | NADIELI PRISCILA AVANCE | Professor A - Ensino Fundamental Anos Iniciais | - |
| 22179 | PAOLA MAROSTICA | Professor A - Ensino Fundamental Anos Iniciais | - |
| 22772 | PATRÍCIA BUENO | Professor A - Ensino Fundamental Anos Iniciais | 0,10 |
| 23191 | PATRÍCIA JANAINA HORNBURG | Professor A - Ensino Fundamental Anos Iniciais | - |
| 21644 | RAFAEL ZANOTTI | Professor A - Ensino Fundamental Anos Iniciais | - |
| 23493 | RAQUEL FERREIRA CARDOSO | Professor A - Ensino Fundamental Anos Iniciais | - |
| 20877 | REDUZINO OLIVEIRA | Professor A - Ensino Fundamental Anos Iniciais | - |
| 21024 | RITA DE CÁSSIA BENTHIEN PEREIRA | Professor A - Ensino Fundamental Anos Iniciais | - |
| 22446 | ROSANGELA ALMEIDA PAZ | Professor A - Ensino Fundamental Anos Iniciais | - |
| 21458 | ROSEANE ALVES GOMES | Professor A - Ensino Fundamental Anos Iniciais | - |
| 23361 | ROSECLER DE RODETTES DE MERA | Professor A - Ensino Fundamental Anos Iniciais | - |
| 21482 | SÁMARA DOS SANTOS AZEVEDO DA SILVA | Professor A - Ensino Fundamental Anos Iniciais | - |
| 22233 | SEMIRAMIS BAIER PUTTENDORF MUNDEL | Professor A - Ensino Fundamental Anos Iniciais | 0,20 |
| 21113 | SHÁLLY KATLEEM PISKE | Professor A - Ensino Fundamental Anos Iniciais | 0,20 |

| | | | |
|-------|--|--|------|
| 23612 | SIMONE APARECIDA TONELLO CAVALHEIRO | Professor A - Ensino Fundamental Anos Iniciais | - |
| 23418 | SOLANGE DOS SANTOS | Professor A - Ensino Fundamental Anos Iniciais | - |
| 21121 | SOLANGE LAUERMANN | Professor A - Ensino Fundamental Anos Iniciais | - |
| 22942 | SOLANGE SILVEIRA ROSA | Professor A - Ensino Fundamental Anos Iniciais | - |
| 21687 | SUELLEN FELICIANO GUIMARÃES | Professor A - Ensino Fundamental Anos Iniciais | - |
| 23663 | TALINE DANIELE PIRES DOS ANJOS KACHINSKY | Professor A - Ensino Fundamental Anos Iniciais | - |
| 21628 | UELLINTON RODRIGUES DA SILVA | Professor A - Ensino Fundamental Anos Iniciais | - |
| 21210 | VIVIANE MARIA SOARES RICARDO | Professor A - Ensino Fundamental Anos Iniciais | - |
| 22594 | VIVIANE XAVIER | Professor A - Ensino Fundamental Anos Iniciais | - |
| 23531 | ADRIANA MARIA DA COSTA | Professor B - Ensino Fundamental Anos Iniciais | - |
| 23426 | ADRIANE DOS SANTOS CAMARGO NARDELLI | Professor B - Ensino Fundamental Anos Iniciais | - |
| 21180 | ALESSANDRA FISCHBORN | Professor B - Ensino Fundamental Anos Iniciais | - |
| 21431 | ANDRESSA VERGUES | Professor B - Ensino Fundamental Anos Iniciais | - |
| 22497 | ÂNGELA CRISTINA NOVAIS FERMINIANO | Professor B - Ensino Fundamental Anos Iniciais | - |
| 21580 | ANNA ISABELLA DE ARAUJO | Professor B - Ensino Fundamental Anos Iniciais | - |
| 22160 | CÍNTIA TEMIRA TRINOSKI | Professor B - Ensino Fundamental Anos Iniciais | - |
| 21148 | CLAUDINEIA BREITKREITZ FERNANDES | Professor B - Ensino Fundamental Anos Iniciais | - |
| 21369 | CLÉIA APARECIDA BUDAL | Professor B - Ensino Fundamental Anos Iniciais | - |
| 21890 | CRISTIANE DECKER STEINBACH | Professor B - Ensino Fundamental Anos Iniciais | 0,10 |
| 21385 | CRISTIANE MARIA DA SILVA CAMPOS | Professor B - Ensino Fundamental Anos Iniciais | - |
| 21733 | DAIANE RAQUEL RITA | Professor B - Ensino Fundamental Anos Iniciais | - |
| 21083 | DIONARA FILIPPI | Professor B - Ensino Fundamental Anos Iniciais | - |
| 22608 | ELIZANE TIBURSKI | Professor B - Ensino Fundamental Anos Iniciais | - |
| 21725 | ELIZANGELA RAZIN | Professor B - Ensino Fundamental Anos Iniciais | - |
| 22500 | ELMA DE OLIVEIRA SILVA DA COSTA | Professor B - Ensino Fundamental Anos Iniciais | - |
| 22632 | ELTON LUIZ LARA | Professor B - Ensino Fundamental Anos Iniciais | 0,60 |
| 23094 | ESTELA RODRIGUES WOLTER | Professor B - Ensino Fundamental Anos Iniciais | - |
| 23159 | FERNANDA DE CARVALHO SAFATLE | Professor B - Ensino Fundamental Anos Iniciais | - |
| 22853 | GEOVANA SVARCZ KLABUNDE | Professor B - Ensino Fundamental Anos Iniciais | - |
| 21202 | GISLEINE PAULA DA SILVA | Professor B - Ensino Fundamental Anos Iniciais | - |
| 22764 | GLADIS INES ULSENHEIMER | Professor B - Ensino Fundamental Anos Iniciais | - |
| 22560 | HELENA ALMEIDA E SILVA SAMPAIO | Professor B - Ensino Fundamental Anos Iniciais | - |
| 23620 | IVILENE KOCK REDIVO | Professor B - Ensino Fundamental Anos Iniciais | - |
| 22845 | LAÍS MIRIANY ERNESTO | Professor B - Ensino Fundamental Anos Iniciais | - |
| 21776 | LETICIA BRAGA SCHULKA | Professor B - Ensino Fundamental Anos Iniciais | - |
| 23388 | LUCIANA RAFAELA MARCARINI | Professor B - Ensino Fundamental Anos Iniciais | - |
| 23175 | LUCIANA RIBEIRO BUENO MARSCHNER | Professor B - Ensino Fundamental Anos Iniciais | 0,10 |
| 23221 | LUCIANE STUY | Professor B - Ensino Fundamental Anos Iniciais | - |
| 20923 | MARA LUCIA SOARES DA SILVA NUNES | Professor B - Ensino Fundamental Anos Iniciais | - |
| 23060 | MARGARETE KUREK DE JESUS | Professor B - Ensino Fundamental Anos Iniciais | - |
| 21784 | MARIA ELIANE PEREIRA DE SOUZA | Professor B - Ensino Fundamental Anos Iniciais | 0,30 |
| 22624 | MARIA ELIZABETE SIMÕES SOARES | Professor B - Ensino Fundamental Anos Iniciais | - |
| 21970 | NATACIANE OLIVEIRA IDELFONSO | Professor B - Ensino Fundamental Anos Iniciais | 0,10 |
| 21857 | PAMELLA SUELLEN RIBEIRO | Professor B - Ensino Fundamental Anos Iniciais | - |
| 23345 | PAULO ROBERTO BALBINO | Professor B - Ensino Fundamental Anos Iniciais | - |
| 21229 | PRISCILA GRACIELA RONCHI | Professor B - Ensino Fundamental Anos Iniciais | 0,40 |
| 22837 | RICARDO BENITEZ | Professor B - Ensino Fundamental Anos Iniciais | - |
| 21245 | RITIELI SILVA DA ROSA KRONBAUER | Professor B - Ensino Fundamental Anos Iniciais | - |
| 23230 | ROSANA FERREIRA | Professor B - Ensino Fundamental Anos Iniciais | - |
| 23574 | RUBIA MAYARA DE SOUZA SILVA | Professor B - Ensino Fundamental Anos Iniciais | 0,40 |
| 23256 | SCHEILA REGINA LINO KRÜEGER | Professor B - Ensino Fundamental Anos Iniciais | - |
| 21598 | SCHIRLEY RAQUEL DREWS KRUTZSCH | Professor B - Ensino Fundamental Anos Iniciais | - |
| 23515 | SIDÉUZIA DE JESUS ALVES | Professor B - Ensino Fundamental Anos Iniciais | - |
| 22098 | SILMARA DE FÁTIMA CORDEIRO NEUBURGER | Professor B - Ensino Fundamental Anos Iniciais | - |
| 22489 | SIMONE DA CRUZ SILVA KNIS | Professor B - Ensino Fundamental Anos Iniciais | - |
| 22527 | SIMONÍ MUNDSTOCK NUNES | Professor B - Ensino Fundamental Anos Iniciais | - |
| 22578 | SIRENE SEGURO GRUCHOSKI | Professor B - Ensino Fundamental Anos Iniciais | - |
| 23264 | SIRLEI LOMBARDI | Professor B - Ensino Fundamental Anos Iniciais | - |
| 21768 | STEPHANIE COSTA SANTOS HONORAOTO | Professor B - Ensino Fundamental Anos Iniciais | 0,10 |
| 22870 | SUZANE ALVES CORREA | Professor B - Ensino Fundamental Anos Iniciais | - |
| 22977 | TASCIANE COUTO LOPES | Professor B - Ensino Fundamental Anos Iniciais | - |
| 22225 | TEREZINHA MEDEIROS | Professor B - Ensino Fundamental Anos Iniciais | - |
| 23329 | VANESSA DAL-RI RAMLOW | Professor B - Ensino Fundamental Anos Iniciais | - |
| 21709 | VANESSA STACK DO AMARAL | Professor B - Ensino Fundamental Anos Iniciais | - |

| | | | |
|-------|--|--|------|
| 21440 | VIVIANE GONÇALVES DE JESUS | Professor B - Ensino Fundamental Anos Iniciais | - |
| 23507 | WDSO PELLEGRINI E SILVA | Professor B - Ensino Fundamental Anos Iniciais | - |
| 22080 | ANA CAROLINI RAMOS DE SOUZA | Professor C - Ensino Fundamental Anos Iniciais | - |
| 22268 | ELENIR CABRAL DO AMARAL TRAINOTI | Professor C - Ensino Fundamental Anos Iniciais | - |
| 22705 | ELIANE FRANCIELE DE AZEVEDO | Professor C - Ensino Fundamental Anos Iniciais | - |
| 22055 | ELISANGELA MARIS PIRES DALLAGNOLO | Professor C - Ensino Fundamental Anos Iniciais | - |
| 22675 | ÉRICA RABELO DOMINGUES | Professor C - Ensino Fundamental Anos Iniciais | - |
| 21741 | ILETE RIEGEL JUNCQUES | Professor C - Ensino Fundamental Anos Iniciais | 0,10 |
| 21466 | ISONETE MATHIAS | Professor C - Ensino Fundamental Anos Iniciais | - |
| 20907 | LINDOMAR SILVA DE JESUS | Professor C - Ensino Fundamental Anos Iniciais | 0,32 |
| 22330 | MARIA DE FATIMA BORBA | Professor C - Ensino Fundamental Anos Iniciais | - |
| 21490 | MIRIAN RAMOS | Professor C - Ensino Fundamental Anos Iniciais | - |
| 22276 | PATRICIA DE LIMA | Professor C - Ensino Fundamental Anos Iniciais | 0,20 |
| 23213 | RAQUEL DE OLIVEIRA | Professor C - Ensino Fundamental Anos Iniciais | - |
| 21504 | REGIANE BILESKI | Professor C - Ensino Fundamental Anos Iniciais | - |
| 23205 | ROSE MARLI TOMASELLI | Professor C - Ensino Fundamental Anos Iniciais | 0,22 |
| 22438 | SANDERLY SCHULZ | Professor C - Ensino Fundamental Anos Iniciais | 1,10 |
| 22039 | SARITA BEHLING | Professor C - Ensino Fundamental Anos Iniciais | - |
| 21814 | SHEILA HELENA SANTOS BORBA | Professor C - Ensino Fundamental Anos Iniciais | - |
| 21318 | SIDINÉIA TOMAZ DE ABREU LEME | Professor C - Ensino Fundamental Anos Iniciais | - |
| 20974 | SUELLIN APARECIDA RIBEIRO | Professor C - Ensino Fundamental Anos Iniciais | - |
| 22144 | VALQUIRIA APARECIDA DA ROSA | Professor C - Ensino Fundamental Anos Iniciais | - |
| 22896 | VERIDIANE FELTRIN JARDIM FEIJÓ DA ROSA | Professor C - Ensino Fundamental Anos Iniciais | 1,00 |
| 21474 | ANA CLAUDIA BEJE | Professor B - Artes - Ens. Fund. Anos Iniciais e Finais | - |
| 21300 | CRISTIANE LESSMANN DE ARAUJO | Professor B - Artes - Ens. Fund. Anos Iniciais e Finais | 0,10 |
| 23019 | DANIEL CASTRO BARBOSA | Professor B - Artes - Ens. Fund. Anos Iniciais e Finais | - |
| 23086 | DJENANE POMMERENING | Professor B - Artes - Ens. Fund. Anos Iniciais e Finais | - |
| 20931 | ELISANGELA KLEIN WOSNIACK | Professor B - Artes - Ens. Fund. Anos Iniciais e Finais | 0,10 |
| 21237 | FATIMA ROSA FRANCO | Professor B - Artes - Ens. Fund. Anos Iniciais e Finais | - |
| 20850 | JULIA GRAZIELA DA SILVA CASTRO | Professor B - Artes - Ens. Fund. Anos Iniciais e Finais | - |
| 21016 | JULIANE FEUSTEL MICHAELSEN | Professor B - Artes - Ens. Fund. Anos Iniciais e Finais | - |
| 21636 | LUCIENE RODRIGUES DA SILVA | Professor B - Artes - Ens. Fund. Anos Iniciais e Finais | 0,60 |
| 22012 | MARILZA CORDEIRO | Professor B - Artes - Ens. Fund. Anos Iniciais e Finais | - |
| 22586 | MAYARA CRISTINA DA SILVA BREVINSKI | Professor B - Artes - Ens. Fund. Anos Iniciais e Finais | - |
| 20893 | NAYARA LAPORTE PEREIRA DE ALMEIDA | Professor B - Artes - Ens. Fund. Anos Iniciais e Finais | 0,10 |
| 22543 | PAULA SABRINA RUTHES DE QUADROS | Professor B - Artes - Ens. Fund. Anos Iniciais e Finais | - |
| 21695 | VIVIANE CARLA BRAGA TAVARES | Professor B - Artes - Ens. Fund. Anos Iniciais e Finais | - |
| 22373 | CAROLINE SANOSSIAN | Professor B - Geografia - Ens. Fund. Anos Finais | - |
| 22411 | CLEITON SOUZA LENCINO | Professor B - Geografia - Ens. Fund. Anos Finais | - |
| 21261 | HELENA CRISTINA FROHLICH | Professor B - Geografia - Ens. Fund. Anos Finais | - |
| 22691 | JOÃO FARLEM CUNHA | Professor B - Geografia - Ens. Fund. Anos Finais | - |
| 23167 | LIDIANA DA SILVA TAVARES | Professor B - Geografia - Ens. Fund. Anos Finais | - |
| 22950 | REBECA SAO TIAGO | Professor B - Geografia - Ens. Fund. Anos Finais | - |
| 22250 | RÚBIA FINSTERBUSCH ZAREMSKI | Professor B - Geografia - Ens. Fund. Anos Finais | 0,20 |
| 21172 | TULIANO STOEBERL | Professor B - Geografia - Ens. Fund. Anos Finais | - |
| 21342 | BÁRBARA BRETZKE ARAUJO | Professor B - Int. Libras - Ens. Ed. Inf. e Fund. Anos Iniciais e Finais | - |
| 22918 | DEISE LISIANE SOARES LUIZ | Professor B - Int. Libras - Ens. Ed. Inf. e Fund. Anos Iniciais e Finais | - |
| 23442 | LAURA THALITA BRUCH | Professor B - Int. Libras - Ens. Ed. Inf. e Fund. Anos Iniciais e Finais | - |
| 21393 | EDELTRAUD SCHULZ DA ROSA | Professor B - Língua Estr. Alemã - Ens. Fund. Anos Iniciais e Finais | - |
| 22616 | ELIABE NOGUEIRA DA SILVA | Professor B - Língua Estr. Inglês - Ens. Fund. Anos Finais | - |
| 22349 | JULIANA VIEIRA FABIANI | Professor B - Língua Estr. Inglês - Ens. Fund. Anos Finais | - |
| 23353 | MAYRA RUBIA UMLAUF | Professor B - Língua Estr. Inglês - Ens. Fund. Anos Finais | - |
| 22314 | ROSÂNGELA DE OLIVEIRA MENEZES | Professor B - Língua Estr. Inglês - Ens. Fund. Anos Finais | - |
| 20869 | ADRIANO DIAS FURTADO | Professor B - Matemática - Ens. Fund. Anos Finais | - |
| 21350 | ALEXANDRE RODRIGUES | Professor B - Matemática - Ens. Fund. Anos Finais | - |
| 21199 | ALINE GRASIELLE GRUCHOWSKI | Professor B - Matemática - Ens. Fund. Anos Finais | - |
| 21547 | ARACELI FERREIRA KUCHLA | Professor B - Matemática - Ens. Fund. Anos Finais | - |
| 22470 | ARIANE ULLER PRESTES | Professor B - Matemática - Ens. Fund. Anos Finais | - |
| 23558 | CHEIRUM MICHAAEL RIBEIRO | Professor B - Matemática - Ens. Fund. Anos Finais | - |
| 21717 | DIEGO JOSÉ DA SILVA GUIMARÃES | Professor B - Matemática - Ens. Fund. Anos Finais | - |

| | | | |
|-------|--|--|------|
| 23043 | GIOVANNI BARUFFI | Professor B - Matemática - Ens. Fund. Anos Finais | - |
| 21377 | JEISIBEL DE OLIVEIRA MÜLLER BODDENBERG | Professor B - Matemática - Ens. Fund. Anos Finais | 0,10 |
| 22551 | PAOLO ADRIANO FERACIN | Professor B - Matemática - Ens. Fund. Anos Finais | - |
| 21105 | ROSILENE LITZ | Professor B - Matemática - Ens. Fund. Anos Finais | - |
| 21660 | GABRIEL FERREIRA FERNANDES | Professor C - Artes - Ens. de Ed. Inf. e Fund. Anos Iniciais e Finais | - |
| 23370 | JANAINA FIRMO | Professor C - Artes - Ens. de Ed. Inf. e Fund. Anos Iniciais e Finais | - |
| 22730 | ANDRÉA MATOS | Professor C - Geografia - Ens. Fundamental Anos Finais | - |
| 21865 | REGINALDO MOURA SILVA | Professor C - Geografia - Ens. Fundamental Anos Finais | - |
| 21903 | TATIANE ZAREMBSKI | Professor C - Geografia - Ens. Fundamental Anos Finais | - |
| 21946 | EDVANDO SANTOS CORDEIRO | Professor C - Int. Libras - Ens. Ed. Inf. e Fund. Anos Iniciais e Finais | 0,02 |
| 22071 | MARIZA GOMES BORCHARDT | Professor C - Int. Libras - Ens. Ed. Inf. e Fund. Anos Iniciais e Finais | - |
| 21830 | JANI JOÃO POSSAMAI | Professor C - Matemática - Ens. Fund. Anos Finais | 1,00 |
| 21415 | JONAS FURLAN | Professor C - Matemática - Ens. Fund. Anos Finais | 0,60 |
| 23299 | MYRIANE MENINGUE SARAIVA | Professor C - Matemática - Ens. Fund. Anos Finais | - |
| 21512 | SONIA IZABEL DZIURKOWSKI FERREIRA | Professor C - Matemática - Ens. Fund. Anos Finais | - |

Schroeder(SC), 25 de junho de 2015.

Comissão Organizadora Processo Seletivo Simplificado
Município de Schroeder

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. 52/2015-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500 – CEP: 89275-000

e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:http://www.schroeder.sc.gov.br

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. 52/2015-PMS

PROCESSO Nº. 118/2015-PMS

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de buquês de flores especiais e coroas fúnebres para a Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo e Gabinete do Prefeito do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 13 de julho de 2015 às 08h45min.

Abertura do Processo: 13 de julho de 2015 às 09h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h.

Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br

Schroeder, 30 de junho de 2015.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. 53/2015-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500 – CEP: 89275-000

e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:http://www.schroeder.sc.gov.br

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. 53/2015-PMS

PROCESSO Nº. 119/2015-PMS

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de Herbicida Glifosato para a Secretaria de Obras e Serviços Urbanos; Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer; Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo e Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 14 de julho de 2015 às 08h45min.

Abertura do Processo: 14 de julho de 2015 às 09h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h.
Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br

Schroeder, 30 de junho de 2015.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. 54/2015-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500 – CEP: 89275-000

e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:<http://www.schroeder.sc.gov.br>

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. 54/2015-PMS

PROCESSO Nº. 120/2015-PMS

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de tubos de concretos prensados de vários diâmetros, conjunto fossa e filtro, lajotas, e meio fio para a Secretaria de Obras e Serviços Urbanos; Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer; Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo e Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer; Secretaria de Saúde e Secretaria de Assistência Social do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 15 de julho de 2015 às 08h45min.

Abertura do Processo: 15 de julho de 2015 às 09h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h.
Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br

Schroeder, 30 de junho de 2015.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. 55/2015-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500 – CEP: 89275-000

e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:<http://www.schroeder.sc.gov.br>

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. 55/2015-PMS

PROCESSO Nº. 121/2015-PMS

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de Grama tipo São Carlos (*axonopus fissifolius*) para a Secretaria de Obras e Serviços Urbanos; Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer; Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo e Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer; Secretaria de Saúde; Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental e Secretaria de Assistência Social do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 16 de julho de 2015 às 08h45min.

Abertura do Processo: 16 de julho de 2015 às 09h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h.
Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br

Schroeder, 30 de junho de 2015.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. 56/2015-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500 – CEP: 89275-000

e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:http://www.schroeder.sc.gov.br

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. 56/2015-PMS

PROCESSO Nº. 122/2015-PMS

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada em roçadas de beira de ruas e áreas (pátios e terrenos) para a Secretaria de Obras e Serviços Urbanos; Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer; Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo e Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 17 de julho de 2015 às 08h45min.

Abertura do Processo: 17 de julho de 2015 às 09h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h.

Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br

Schroeder, 30 de junho de 2015.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº. 004/2014-SECEL/PMS

Convocação Processo Seletivo nº. 004/2014-SECEL/PMS

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR o Sr. MOACIR FABRICIO NUNES SILVA, inscrito no CPF sob nº. 062.035.179-92, aprovado em 3º lugar no Processo Seletivo nº. 004/2014-SECEL/PMS, para o cargo de PROFESSOR B – ED. FÍSICA, para assumir o respectivo cargo.

O convocado deve comparecer a Prefeitura Municipal de Schroeder, no Setor de Recursos Humanos (47 3374-6509), até as 17:00h do dia 09 de julho de 2015, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de reclassificação, conforme preveem os itens 15.1 e 15.2, passando a ocupar o último lugar da listagem de classificação para uma eventual 2ª chamada.

Schroeder (SC), 29 de junho de 2015.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

Maykel Roberto Laube

Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

EDITAL 005/2015 – PUBLICAÇÃO FINAL DAS INSCRIÇÕES HOMOLOGADAS DOS CANDIDATOS A MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR DE SCHROEDER (SC) E CONVOCAÇÃO PARA A AVALIAÇÃO ESCRITA PARA ELEIÇÃO DE MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR DE SCHROEDER (SC)

EDITAL 005/2015 – PUBLICAÇÃO FINAL DAS INSCRIÇÕES HOMOLOGADAS DOS CANDIDATOS A MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR DE SCHROEDER (SC) E CONVOCAÇÃO PARA A AVALIAÇÃO ESCRITA PARA ELEIÇÃO DE MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR DE SCHROEDER (SC).

O Conselho Municipal da Criança e do Adolescente de Schroeder/SC, no exercício de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Federal nº 8.069/90 e a Lei Municipal nº 2097/15, torna público que as inscrições preliminares deferidas e indeferidas, conforme o Item 3.2 do Edital n.º004/2015, publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, Edição n.º 1759, de 10 de junho de 2015:

ITEM 1 – DAS INSCRIÇÕES HOMOLOGADAS:**1.1. Inscrições preliminares Deferidas a membro do Conselho Tutelar:**

| Nome | Número do RG | Número da Inscrição |
|-------------------------------------|--------------|---------------------|
| Sandra Regina Ilgenfritz dos Santos | 5.596.180 | 01 |
| Katia Antonia Orso | 001.614.782 | 02 |
| Luciene Lopes Coelho | 278881 | 03 |
| Priscila Graciela Ronchi | 4.633.642 | 04 |
| Jandir Antunes | 3.311.695 | 05 |

| | | |
|---------------------------------------|-------------|----|
| Sheila Joseani Stopa Setter | 3.635.496 | 06 |
| Aline Voigt Machado | 5.390.973-9 | 07 |
| Luiz Carlos Gonzaga dos Santos | 145.124-3 | 08 |
| Vanderlei Clever Junkes | 3.884.670 | 09 |
| Alice Aparecida Limberger | 001.660.533 | 10 |
| Luzinete Belarmina Moreno Batista | 7.034.944 | 11 |
| Célia Nogueira Latacheski | 4.080.372 | 12 |
| Volni de Jesus Bittencourt dos Santos | 975.569 | 13 |
| Carla Cristina Maffezzolli Jordan | 4.713.420 | 14 |

1.2. Não houve inscrições preliminares Indeferidas a membro do Conselho Tutelar.

1.3 A reunião destinada a dar conhecimento formal ao processo de escolha dos candidatos será no 20 de julho de 2015, às 18:30, no auditório do CRAS, sito a Rua Paulo Jahn, 245, Centro, Schroeder.

ITEM 2 - DA CHAMADA PARA AVALIAÇÃO ESCRITA DE CONHECIMENTOS GERAIS

2.1. A avaliação escrita, requisito para inscrição definitiva do candidato, será no dia 02 de agosto de 2015 com início às 08h e duração máxima de 3 horas, na Escola Municipal Professor Emilio da Silva, sito a Rua Paulo Jahn, 215, Centro, Schroeder (SC);

2.2 O conteúdo programático específico da avaliação de conhecimentos versará sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei 8069 de 13 de julho de 1990 e suas alterações e conhecimentos básicos de informática;

2.3. Somente será admitido para realizar a avaliação escrita o candidato que estiver munido de documento original de identidade;

2.3.1. Serão considerados documentos de identidade as carteiras e/ou cédulas de identidade expedidas pelas Secretarias de Segurança, pelas Forças Armadas, pela Polícia Militar, pelo Ministério das Relações Exteriores ou por Ordens e Conselhos de Classe e Carteira Nacional de Habilitação (com foto);

2.3.2. Caso o candidato esteja impossibilitado de apresentar, no dia da realização da avaliação escrita, documento original de identidade por motivo de perda, roubo ou furto, deverá apresentar o registro original de Boletim de Ocorrência expedido por Órgão Policial no prazo máximo de 30 (trinta) dias, devendo o candidato ser identificado em formulário específico com coleta de sua assinatura e impressão digital e Boletim anexo;

2.3.3. Não serão aceitos Boletins de Ocorrência expedidos a mais de 30 (trinta) dias, Protocolos, Certidão de Nascimento, Título Eleitoral, Carteira Nacional de Habilitação (sem foto), Carteira de Estudante, Crachás, Identidade Funcional de natureza pública ou privada e/ou qualquer outro documento não especificado no item 2.3.1;

2.3.4. Os documentos deverão estar em perfeitas condições, de forma a permitir a identificação do candidato com clareza;

2.4. Ao candidato só será permitida a realização da avaliação escrita na data, no local e horário constantes neste Edital;

2.4.1. Os candidatos deverão comparecer ao local de avaliação escrita com antecedência mínima de 20 (vinte) minutos em relação ao início da mesma. O horário fixado será o horário oficial Brasília. Será vedada a admissão do candidato que se apresentar após o início da mesma;

2.4.2. Não haverá segunda chamada, seja qual for o motivo alegado, para justificar o atraso ou a ausência do candidato;

2.4.3. O candidato deverá comparecer ao local designado para a realização da avaliação escrita munido de caneta esferográfica de tinta azul ou preta bem como do documento original de identidade, conforme disposto no item 2.3.1;

2.4.4. A avaliação escrita terá duração máxima de 3 (três) horas. Não será concedido tempo adicional;

2.5. O candidato que necessitar de condições especiais para a realização de avaliação escrita deverá, até o dia 27 de julho de 2015, protocolar na Prefeitura Municipal de Schroeder, requerimento indicando as condições especiais de avaliação escrita que necessita e os fundamentos;

2.5.1. Não haverá avaliação escrita em braile. Os candidatos deficientes visuais poderão requerer avaliação escrita ampliada ou o auxílio de um fiscal leitor para realizar sua avaliação escrita;

2.6. Durante as avaliações escritas não serão permitidas consultas bibliográficas de qualquer espécie, nem a utilização ou porte de calculadora, relógio, tablet, telefone celular ou qualquer outro equipamento eletrônico;

2.7. No ato da realização da Avaliação escrita, serão fornecidos o Caderno de Questões e a Folha Definitiva de Respostas. O candidato não poderá retirar-se da sala de avaliação escrita levando qualquer um desses materiais;

2.7.1. O candidato lerá as questões no Caderno de Questões e marcará suas respostas na Folha Definitiva de Respostas;

2.7.2. Ao terminar seu preenchimento, o candidato entregará ao fiscal o Caderno de Questões e a Folha Definitiva de Respostas;

2.7.3. Não serão computadas questões não respondidas, nem questões que contenham mais de uma resposta (mesmo que uma delas esteja correta), emenda ou rasura, ainda que legível. Não deverá ser feita nenhuma marca fora do campo reservado às respostas ou à assinatura;

2.7.4. Os candidatos somente poderão se retirar do local da Avaliação escrita, após 30 (trinta) minutos do início;

2.8. Os 3 (três) últimos candidatos de cada sala de avaliação escrita somente poderão entregar a respectiva avaliação escrita e se retirarem do local simultaneamente.

2.9. Será excluído do Processo de Eleição o candidato que, além das hipóteses previstas neste Edital:

- a) Se apresentar para a avaliação escrita em outro local que não seja o previsto no edital;
- b) Não comparecer à avaliação escrita, seja qual for o motivo alegado;
- c) Não apresentar um dos documentos de identidade exigidos nos termos deste edital, para a realização da avaliação escrita;
- d) Se ausentar da sala de avaliação escrita sem o acompanhamento de um fiscal;
- e) Se ausentar do local de avaliação escrita antes de decorrido o prazo mínimo de 30 (trinta) minutos do início da avaliação escrita;
- f) For surpreendido em comunicação com outras pessoas ou utilizando-se de calculadoras, livros, notas ou impressos não permitidos;
- g) Estiver portando ou fazendo uso de qualquer tipo de equipamento eletroeletrônico (calculadora, relógio, tablet, telefone celular, etc.);
- h) Lançar mão de meios ilícitos para execução da avaliação escrita;
- i) Não devolver integralmente o material solicitado;
- j) Não assinar a Folha Definitiva de Respostas.

2.10. O gabarito preliminar será publicado no "site" www.schroeder.sc.gov.br, e fixado no mural da Prefeitura Municipal de Schroeder no primeiro dia útil subsequente a realização da Avaliação Escrita.

2.11. Os candidatos terão o prazo de dois dias, logo após a publicação do gabarito preliminar, conforme o Cronograma do Edital 004/2015, para entrar com o recurso das questões da Avaliação Escrita no Protocolo da Prefeitura Municipal de Schroeder.

2.12. Não será permitida vista de Avaliação Escrita depois de exaurido o prazo previsto para recurso.

2.13. O eventual recurso às questões da Avaliação escrita e/ou ao gabarito preliminar não impede a continuidade do Processo de Eleição.

2.14. A publicação do resultado final da Avaliação Escrita será divulgada no dia 10 de agosto de 2015, através de Edital juntamente com a relação das inscrições definitivas deferidas, bem como a convocação para o escrutínio dos candidatos aptos à votação, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina e no endereço eletrônico da Prefeitura Municipal de Schroeder (SC) - www.schroeder.sc.gov.br - para ciência pública.

3. DISPOSIÇÕES GERAIS

3.1. Demais disposições já constam no Edital 002/2015 e Errata 001, e Edital 004/2015.

3.2. Os casos omissos serão analisados e deliberados pela Comissão Especial com recurso ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Schroeder(SC).

Schroeder, 29 de junho de 2015.

| | |
|--|--|
| Teresinha Tomaselli Tecilla Presidente do CMDCA | |
|--|--|

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 150/2015 - PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 150/2015 - PMS

Pregão Presencial nº. 49/2015-PMS

Processo nº. 111/2015-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: CLINICA HENRI EY LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº. 80.497.316/0002-50, estabelecida na Rua Henrique Sohn, nº. 33, Bairro Czerniewicz, na cidade de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89255-240.

Objeto: Constitui o objeto do presente contrato a contratação de empresa especializada em Atualização do Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho de acordo com a Norma Regulamentadora do MTE; Atualização do Programa de Prevenção dos Riscos Ambientais de acordo com a Norma Regulamentadora do MTE; Atualização do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional de acordo com a Norma regulamentadora do MTE para as necessidades do Município de Schroeder/SC, conforme ANEXO IX - Termo de Referência do instrumento, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse:

| ITEM | DESCRIÇÕES | QTDE. | UNID. | VALOR R\$ UNITÁRIO | VALOR R\$ TOTAL |
|-----------|---|-------|---------|--------------------|-----------------|
| 01 | Atualização do Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho de acordo com a Norma Regulamentadora do MTE . Atualização do Programa de Prevenção dos Riscos Ambientais de acordo com a Norma Regulamentadora do MTE. Atualização do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional de acordo com a Norma Regulamentadora do MTE. | 1 | Unidade | 12.040,00 | 12.040,00 |
| TOTAL R\$ | 12.040,00 | | | | |

Valor do contrato: R\$ 12.040,00 (doze mil e quarenta reais)

Data da Assinatura: 29/06/2015 – Vigência: 31/12/2015

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 151/2015 - PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 151/2015 - PMS

Dispensa de Licitação nº. 54/2015-PMS

Processo nº. 124/2015-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com pago municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: QUARK ENGENHARIA LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº. 12.496.490/0001-48, estabelecida na Rua Gothard Kaesemodel, nº 732, Anita Garibaldi, na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.203-400.

Objeto: Constitui o presente contrato a Aquisição de Luminária LED ALPHA - Polux para iluminação pública, corpo em alumínio injetado alta pressão. Tensão nominal 100-240 AC-V. Frequência nominal 50/60Hz. IP 65.12,6kg. Fluxo luminoso 12.800lm. Temperatura de cor 6000k, IRC 72%. Ângulo de abertura de fecho 75 X 135". Vida da lâmpadas 50.000hs. Secretaria de Obras e Serviços Urbanos do Município de Schroeder/SC, conforme segue:

| ITEM | DESCRIÇÃO | QTDE. | UNIDADE | VALOR R\$ UNITÁRIO | VALOR R\$ TOTAL |
|-----------|--|-------|---------|--------------------|-----------------|
| 01 | Luminária LED ALPHA - Polux para iluminação pública, corpo em alumínio injetado alta pressão. Tensão nominal 100-240 AC-V. Frequência nominal 50/60Hz. IP 65.12,6kg. Fluxo luminoso 12.800lm. Temperatura de cor 6000k, IRC 72%. Ângulo de abertura de fecho 75 X 135". Vida da lâmpadas 50.000hs. | 03 | Unidade | 2.288,73 | 6.866,19 |
| TOTAL R\$ | 6.866,19 | | | | |

Valor do contrato: R\$ 6.866,19 (seis mil oitocentos e sessenta e seis reais e dezenove centavos)

Data da Assinatura: 29/06/2015 – Vigência: 31/12/2015

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

PROCESSO SELETIVO Nº. 001/2015 - SECEL/PMS - HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL

Processo Seletivo nº. 001/2015 - SECEL/PMS

Edital de Processo Seletivo nº. 001/2015

O Sr. Osvaldo Jurck, Prefeito do Município de Schroeder, Estado de Santa Catarina, por meio de suas atribuições legais, resolve:

TORNAR PÚBLICO

A homologação do resultado final do Processo Seletivo nº 001/2015 SECEL/PMS para os cargos de Professores e Auxiliares de Salas. Conforme lista de classificação abaixo:

| Cargo | Nome | Nota Final | Classificação |
|------------------|------------------------------|------------|---------------|
| Auxiliar de Sala | KARINE DE SOUZA MENDES | 9,00 | 1º |
| Auxiliar de Sala | NOENICE MASKE MUNDEL | 8,67 | 2º |
| Auxiliar de Sala | DANIELE ESTHER DALCANALLE | 8,34 | 3º |
| Auxiliar de Sala | GRASIELLE SANTOS DE OLIVEIRA | 8,00 | 4º |
| Auxiliar de Sala | JOANA REGINA MARSSARO | 7,67 | 5º |
| Auxiliar de Sala | ADRIANA PRESTES DE SOUZA | 7,67 | 6º |
| Auxiliar de Sala | ROSANE STAVICKI | 7,34 | 7º |

| | | | |
|--|---|------|-----|
| Auxiliar de Sala | DEBORA MICHELLY OLIVEIRA DA SILVA BORTOLINI | 7,34 | 8º |
| Auxiliar de Sala | LUCIENE DO CARMO | 7,34 | 9º |
| Auxiliar de Sala | MARGARETE GOMES DE MATTOS | 7,34 | 10º |
| Auxiliar de Sala | LUCIANE ZAMBONI MOREIRA | 7,34 | 11º |
| Auxiliar de Sala | MARISETE SILVANIA FRANZNER VARGAS | 7,00 | 12º |
| Auxiliar de Sala | GILCIONE VEIBER DE ALMEIDA LIMA | 7,00 | 13º |
| Auxiliar de Sala | DAIANE DE OLIVEIRA FRANÇA COSTA | 7,00 | 14º |
| Auxiliar de Sala | SARA CORDEIRO DEFANTE | 7,00 | 15º |
| Auxiliar de Sala | GRACIELE DE MIRANDA FLORES | 7,00 | 16º |
| Auxiliar de Sala | PRICILA LOURENÇO | 7,00 | 17º |
| Auxiliar de Sala | VIVIANE BOLDUAN DA SILVA | 6,67 | 18º |
| Auxiliar de Sala | ALANA GOMES | 6,67 | 19º |
| Auxiliar de Sala | DHYESSICA SANTOS DA COSTA | 6,67 | 20º |
| Auxiliar de Sala | MARCIA LUZIA MOREIRA DA ROCHA | 6,34 | 21º |
| Auxiliar de Sala | TATIANE OLCZYK | 6,34 | 22º |
| Auxiliar de Sala | BEATRIZ MARLENE COGROSSI WEBER | 6,00 | 23º |
| Auxiliar de Sala | VIVIAN PRISCILA LEMKE | 5,67 | 24º |
| Auxiliar de Sala | JOELMA MAIA BRANDAO | 5,67 | 25º |
| Auxiliar de Sala | ZENILDA MARIANO FERREIRA | 5,34 | 26º |
| Auxiliar de Sala | ISOLDE FERREIRA STUY | 5,34 | 27º |
| Auxiliar de Sala | ALECSANDRA ANDRESA WALZ | 5,34 | 28º |
| | | | |
| Professor A - Ensino Fundamental Anos Iniciais | SHÁLLY KATLEEM PISKE | 7,87 | 1º |
| Professor A - Ensino Fundamental Anos Iniciais | PATRÍCIA BUENO | 7,77 | 2º |
| Professor A - Ensino Fundamental Anos Iniciais | ARACI DA SILVA | 7,62 | 3º |
| Professor A - Ensino Fundamental Anos Iniciais | MARCIANA ANDREIA MARCHIORO | 7,10 | 4º |
| Professor A - Ensino Fundamental Anos Iniciais | SOLANGE LAUERMANN | 7,00 | 5º |
| Professor A - Ensino Fundamental Anos Iniciais | CLAUDETE DUARTE | 7,00 | 6º |
| Professor A - Ensino Fundamental Anos Iniciais | JOSIE VARGAS DA SILVA ROEHRS | 7,00 | 7º |
| Professor A - Ensino Fundamental Anos Iniciais | MIDIANITA ALEXANDRINA ERTAL | 6,77 | 8º |
| Professor A - Ensino Fundamental Anos Iniciais | SEMIAMIS BAIER PUTTENDORF MUNDEL | 6,54 | 9º |
| Professor A - Ensino Fundamental Anos Iniciais | CHARLENE APARECIDA FERREIRA SCOZ | 6,47 | 10º |
| Professor A - Ensino Fundamental Anos Iniciais | JANAINA FATIMA ANACLETO DUWE | 6,37 | 11º |
| Professor A - Ensino Fundamental Anos Iniciais | JOSIANI MAIOLI DE ANEVAO | 6,37 | 12º |
| Professor A - Ensino Fundamental Anos Iniciais | VIVIANE MARIA SOARES RICARDO | 6,00 | 13º |
| Professor A - Ensino Fundamental Anos Iniciais | LAILA JAISZA MONTEIRO | 5,67 | 14º |
| Professor A - Ensino Fundamental Anos Iniciais | ROSANGELA ALMEIDA PAZ | 5,67 | 15º |
| Professor A - Ensino Fundamental Anos Iniciais | KELLY BEATRIZ PIGOSSO DO NASCIMENTO | 5,67 | 16º |
| Professor A - Ensino Fundamental Anos Iniciais | BRUNA CARLA NEUMANN WULF | 5,61 | 17º |
| Professor A - Ensino Fundamental Anos Iniciais | ROSEANE ALVES GOMES | 5,34 | 18º |
| Professor A - Ensino Fundamental Anos Iniciais | UELLINTON RODRIGUES DA SILVA | 5,34 | 19º |
| Professor A - Ensino Fundamental Anos Iniciais | GLEICIA APARECIDA NOGUEIRA DA SILVA | 5,28 | 20º |
| Professor A - Ensino Fundamental Anos Iniciais | CAROLINE GAEDTKE | 5,28 | 21º |
| Professor A - Ensino Fundamental Anos Iniciais | GISLAINE VITAL DOS SANTOS LUDTKE | 5,28 | 22º |
| Professor A - Ensino Fundamental Anos Iniciais | LINÉIA FERNANDA CORA | 5,10 | 23º |
| Professor A - Ensino Fundamental Anos Iniciais | ADALGISA ROOS REDECKER | 5,04 | 24º |
| | | | |
| Professor B - Arte - Ens.Ed. Infantil e Fundamental Anos Iniciais e Finais | JULIA GRAZIELA DA SILVA CASTRO | 8,67 | 1º |
| Professor B - Arte - Ens.Ed. Infantil e Fundamental Anos Iniciais e Finais | CRISTIANE LESSMANN DE ARAUJO | 7,77 | 2º |
| Professor B - Arte - Ens.Ed. Infantil e Fundamental Anos Iniciais e Finais | NAYARA LAPORTE PEREIRA DE ALMEIDA | 7,10 | 3º |
| Professor B - Arte - Ens.Ed. Infantil e Fundamental Anos Iniciais e Finais | ELISANGELA KLEIN WOSNIACK | 6,77 | 4º |
| Professor B - Arte - Ens.Ed. Infantil e Fundamental Anos Iniciais e Finais | LUCIENE RODRIGUES DA SILVA | 6,27 | 5º |
| | | | |
| Professor B - Ensino Fundamental Anos Iniciais | IVILENE KOCK REDIVO | 8,00 | 1º |
| Professor B - Ensino Fundamental Anos Iniciais | LUCIANA RIBEIRO BUENO MARSCHNER | 7,44 | 2º |
| Professor B - Ensino Fundamental Anos Iniciais | MARIA ELIANE PEREIRA DE SOUZA | 7,30 | 3º |
| Professor B - Ensino Fundamental Anos Iniciais | STEPHANIE COSTA SANTOS HONORAOTO | 7,10 | 4º |
| Professor B - Ensino Fundamental Anos Iniciais | RUBIA MAYARA DE SOUZA SILVA | 7,07 | 5º |
| Professor B - Ensino Fundamental Anos Iniciais | PRISCILA GRACIELA RONCHI | 7,07 | 6º |

| | | | |
|--|--|------|-----|
| Professor B - Ensino Fundamental Anos Iniciais | CLÉIA APARECIDA BUDAL | 7,00 | 7º |
| Professor B - Ensino Fundamental Anos Iniciais | SIRLEI LOMBARDI | 6,67 | 8º |
| Professor B - Ensino Fundamental Anos Iniciais | HELENA ALMEIDA E SILVA SAMPAIO | 6,67 | 9º |
| Professor B - Ensino Fundamental Anos Iniciais | CLAUDINEIA BREITKREITZ FERNANDES | 6,34 | 10º |
| Professor B - Ensino Fundamental Anos Iniciais | VANESSA STACK DO AMARAL | 6,34 | 11º |
| Professor B - Ensino Fundamental Anos Iniciais | GEOVANA SVARCZ KLABUNDE | 6,00 | 12º |
| Professor B - Ensino Fundamental Anos Iniciais | ELTON LUIZ LARA | 5,94 | 13º |
| Professor B - Ensino Fundamental Anos Iniciais | NATACIANE OLIVEIRA IDELFONSO | 5,77 | 14º |
| Professor B - Ensino Fundamental Anos Iniciais | CRISTIANE DECKER STEINBACH | 5,77 | 15º |
| Professor B - Ensino Fundamental Anos Iniciais | SIMONE DA CRUZ SILVA KNIS | 5,67 | 16º |
| Professor B - Ensino Fundamental Anos Iniciais | ADRIANA MARIA DA COSTA | 5,00 | 17º |
| Professor B - Ensino Fundamental Anos Iniciais | TASCIANE COUTO LOPES | 5,00 | 18º |
| | | | |
| Professor B - Geografia - Ens.Fundamental Anos Finais | RÚBIA FINSTERBUSCH ZAREMBSKI | 6,87 | 1º |
| Professor B - Geografia - Ens.Fundamental Anos Finais | TULIANO STOEBERL | 6,00 | 2º |
| Professor B - Geografia - Ens. Fundamental Anos Finais | REBECA SAO TIAGO | 5,67 | 3º |
| | | | |
| Professor B - L. Estr. Alemã - Ens. Fundamental Anos Iniciais Finais | EDELTRAUD SCHULZ DA ROSA | 5,00 | 1º |
| | | | |
| Professor B - Matemática - Ens. Fundamental Anos Finais | CHEIRUM MICHAEL RIBEIRO | 7,67 | 1º |
| Professor B - Matemática - Ens. Fundamental Anos Finais | GIOVANNI BARUFFI | 7,67 | 2º |
| Professor B - Matemática - Ens. Fundamental Anos Finais | JEISIBEL DE OLIVEIRA MÜLLER BODDENBERG | 6,77 | 3º |
| Professor B - Matemática - Ens. Fundamental Anos Finais | DIEGO JOSÉ DA SILVA GUIMARÃES | 6,67 | 4º |
| Professor B - Matemática - Ens. Fundamental Anos Finais | ADRIANO DIAS FURTADO | 6,67 | 5º |
| Professor B - Matemática - Ens. Fundamental Anos Finais | ARACELI FERREIRA KUCHLA | 6,34 | 6º |
| | | | |
| Professor C - Ensino Fundamental Anos Iniciais | PATRICIA DE LIMA | 9,11 | 1º |
| Professor C - Ensino Fundamental Anos Iniciais | VERIDIANE FELTRIN JARDIM FEIJÓ DA ROSA | 8,26 | 2º |
| Professor C - Ensino Fundamental Anos Iniciais | LINDOMAR SILVA DE JESUS | 8,24 | 3º |
| Professor C - Ensino Fundamental Anos Iniciais | ELISANGELA MARIS PIRES DALLAGNOLO | 6,60 | 4º |
| Professor C - Ensino Fundamental Anos Iniciais | SANDERLY SCHULZ | 6,31 | 5º |
| Professor C - Ensino Fundamental Anos Iniciais | ROSE MARLI TOMASELLI | 5,83 | 6º |
| Professor C - Ensino Fundamental Anos Iniciais | ANA CAROLINI RAMOS DE SOUZA | 5,61 | 7º |
| Professor C - Ensino Fundamental Anos Iniciais | ILETE RIEGEL JUNCKES | 5,38 | 8º |
| Professor C - Ensino Fundamental Anos Iniciais | ISONETE MATHIAS | 5,28 | 9º |
| | | | |
| Professor C – Int. Libras - Ens.Ed. Infantil e Ens. Fundamental Anos Iniciais e Finais | EDVANDO SANTOS CORDEIRO | 7,02 | 1º |
| | | | |
| Professor C - Matemática - Ens. Fundamental Anos Finais | JANI JOÃO POSSAMAI | 9,00 | 1º |
| Professor C - Matemática - Ens. Fundamental Anos Finais | JONAS FURLAN | 8,94 | 2º |
| | | | |

Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Schroeder, Estado de Santa Catarina, em 29 de junho de 2015.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

FABIANE HELLER
Presidente
Comissão Organizadora do Processo Seletivo

TERMO ADITIVO Nº. A09/2015 – FMS

TERMO ADITIVO Nº. A09/2015 – FMS

9º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 155/2013-FMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder (SC), neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal, o Senhor Osvaldo Jurck, e,

CONTRATADA: OMVS CONSTRUTORA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 15.772.347/0001-20, estabelecida na Rua Helmuth Gaedtke, nº. 105, Centro, na cidade de Guarapiranguá, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.270-000, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representada pelo Senhor Osmair Rogério Marquez, inscrito no CPF sob o nº. 936.754.109-00 e Carteira de Identidade nº. 2255353-SSP-SC.

Considerando o Contrato nº. 155/2013-FMS, celebrado em 19 de dezembro de 2013, decorrente Processo de Licitação nº. 94/2013-FMS, Tomada de Preço nº. 03/2013-FMS, para execução de edificação de Unidade de Básica de Saúde (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos), sendo 302,63m² de área, na Rua Cristiane Zerbin, Bairro Rio Hern no Município de Schroeder/SC, conforme projeto, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos que fazem parte integrante deste Instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse, como se transcrito fosse, regido pela Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores, e mediante cláusulas e condições a seguir enunciadas.

Considerando que se enquadra nos termos do artigo 57 da Lei Federal nº 8.666/93, conforme parecer da Procuradoria Municipal.

Considerando o pedido feito pela Secretaria de Saúde e Assistência Social para prorrogação da vigência do contrato até 30 de setembro de 2015, sendo necessário devido a falta do recebimento de parte do convênio proveniente do Governo Federal que ainda não foi liberado. Portanto é necessária esta prorrogação para que possa ocorrer o pagamento, assim que acontecer esta liberação.

Considerando a aprovação do aditivo pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder; em comum acordo entra as parte, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª – Fica alterada a partir deste a Cláusula Décima Sexta “da vigência” no item 16.1, prorrogando-se até 30 de setembro de 2015 a vigência do contrato.

Cláusula 2ª - Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 155/2013-FMS, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Schroeder (SC), 29 de junho de 2015.

CONTRATADA:

OMVS CONSTRUTORA LTDA.

Osmair Rogério Marquez

CPF nº. 936.754.109-00

CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE SCHROEDER

Osvaldo Jurck

Prefeito Municipal

TESTEMUNHAS:

1ª _____

Nome: Daniela Samulescki

CPF nº. 053.350.739-18

2ª _____

Nome: Ivandra de Souza

CPF nº. 047.563.299-00

TERMO ADITIVO Nº. A36/2015 – PMS

TERMO ADITIVO Nº. A36/2015 – PMS

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 136/2014 - PMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder (SC), neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal, o Senhor Osvaldo Jurck.

CONTRATADA: PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 03.620.927/0001-12, estabelecida na Rua Anélio Nicocelli, nº. 1720, Bairro Figueirinha, na cidade de Guarapiranguá, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.270-000, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representado pelo Senhor Mauricio Vogelsanger, inscrito no CPF sob o nº. 638.924.309-00, e portador da carteira de Identidade nº. 2/R-2.191.067 SSP-SC.

Considerando o Contrato Administrativo nº. 136/2014-PMS, celebrado em 07 de julho de 2014, Modalidade Tomada de Preço nº. 06/2014-PMS, Processo nº. 106/2014 - PMS, tendo como objeto a contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão

de obra, materiais e equipamentos), serviços preliminares, drenagem, terraplanagem, serviços complementares e sinalização viária da pavimentação asfáltica da Rua Luiza Maske, Centro Norte, neste Município de Schroeder/SC, compreendendo uma extensão de 205 m e área total de 2.050,00 m², de acordo com o programa de transferência 2014003364, do apoio ao sistema viário – FUNDOSOCIAL, 4194, Estadual, projeto, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos em regime de PARCERIA, firmada entre moradores lindeiros e a Prefeitura Municipal de Schroeder, conforme Lei Municipal nº. 2.000/2014, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse, regido pela Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1.993, e mediante cláusulas e condições a enunciadas.

Considerando que se enquadra nos termos do artigo 65 e seus dispositivos da Lei Federal nº 8.666/93, conforme parecer da Procuradoria Municipal.

Considerando a solicitação feita pela Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, frente a supressão no valor de R\$ 27.892,12 (vinte e sete mil, oitocentos e noventa e dois reais e quinze centavos) e aditivo no valor de R\$ 17.809,38 (Dezessete mil, e oitocentos e nove reais e trinta e oito centavos), considerando que constatou-se a existência de rochas, em trechos que onde a tubulação de drenagem ira passar, necessitando de confecção de novo projeto de drenagem e com outro diâmetro de tubulação conforme resumo descrito em anexo do setor de engenharia.

Considerando que a referida solicitação passou pela fiscalização do Engenheiro Civil, Walter Egidio Mukai, CREA-SC 065.488-5/SC, da Administração Pública e aprovação do mesmo.

Considerando a aprovação do aditivo pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder, em comum acordo entra as parte, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª – Fica a partir deste alterada a cláusula quarta “do valor do contrato”, no item 4.1, a supressão no valor de R\$ 10.082,77 (Dez mil e oitenta e dois reais e setenta e sete centavos), passando o valor total do contrato a ser de R\$ 236.574,52 (Duzentos e trinta e seis reais, quinhentos e setenta e quatro reais e cinquenta e dois centavos).

Cláusula 2ª – Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 136/2014-PMS, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Schroeder/SC, 29 de junho de 2015.

CONTRATADA:

PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA

Mauricio Vogelsanger

CPF sob o no 638.924.309-00

CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE SCHROEDER

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

T E S T E M U N H A S:

1ª _____
Nome: Daniela Samulescki
CPF nº. 053.350.739-18

2ª _____
Nome: Ivandra de Souza
CPF nº. 047.563.299-00

TERMO ADITIVO Nº. A37/2015 – PMS

TERMO ADITIVO Nº. A37/2015 – PMS

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 147/2014 – PMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder (SC), neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal, o Senhor Osvaldo Jurck.

CONTRATADA: PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ sob o no 03.620.927/0001-12, estabelecida a rua Anélio Nicocelli, nº. 1720, Bairro Figueirinha, na cidade de Guaramirim, Estado de Santa Catarina, CEP: 89270-000, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representado pelo Senhor Mauricio Vogelsanger, inscrito no CPF sob o no 638.924.309-00, e portador da carteira de Identidade nº. 2/R-2.191.067 SSP-SC.

Considerando o Contrato Administrativo nº. 147/2014-PMS, celebrado em 10 de julho de 2014, Modalidade Tomada de Preço nº. 07/2014-PMS, Processo nº. 110/2014 - PMS, tendo como objeto a contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos), serviços preliminares, drenagem, terraplanagem, serviços complementares e sinalização viária da pavimentação asfáltica da Rua Professora Nilza Kuster, bairro Schroeder I, neste Município de Schroeder/SC, compreendendo uma extensão de 81,50 m e área total de 815,00 m², de acordo com o programa de transferência 2014003510, do apoio ao sistema viário – FUNDOSOCIAL, 41094, Estadual, projeto, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos em regime de PARCERIA, firmada entre moradores

lindeiros e a Prefeitura Municipal de Schroeder, conforme Lei Municipal nº. 2.000/2014 e que fazem parte integrante deste Instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse, regido pela Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1.993, e mediante cláusulas e condições a enunciadas.

Considerando que se enquadra nos termos do artigo 65 e seus dispositivos da Lei Federal nº 8.666/93, conforme parecer da Procuradoria Municipal.

Considerando a solicitação feita pela Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, frente a supressão no valor de R\$ 3.383,60 (Três mil e trezentos e oitenta e três reais e sessenta centavos), em razão da não execução de caixa coletora com tampa de concreto armado, meio fio pré moldado com extrusora e fornecimento e espalhamento de material para preenchimento de encosto de meio fio, conforme anexo parecer do setor de engenharia.

Considerando que a referida solicitação passou pela fiscalização do Engenheiro Civil, Walter Egidio Mukai, CREA-SC 065.488-5/SC, da Administração Pública e aprovação do mesmo.

Considerando a aprovação do aditivo pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder, em comum acordo entra as parte, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª – Fica a partir deste alterada a cláusula quarta “do valor do contrato”, no item 4.1, a supressão no valor de R\$ 3.383,60 (Três mil e trezentos e oitenta e três reais e sessenta centavos), passando o valor total do contrato a ser de R\$ 89.336,04 (Oitenta e nove mil, trezentos e trinta e seis reais e quatro centavos).

Cláusula 2ª – Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 147/2014-PMS, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Schroeder/SC, 29 de junho de 2015.

CONTRATADA:

PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA

Mauricio Vogelsanger

CPF sob o no 638.924.309-00

CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE SCHROEDER

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

T E S T E M U N H A S:

1ª _____
Nome: Daniela Samulescki
CPF nº. 053.350.739-18

2ª _____
Nome: Ivandra de Souza
CPF nº. 047.563.299-00

TERMO ADITIVO Nº. A38/2015 – PMS

TERMO ADITIVO Nº. A38/2015 – PMS

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 291/2013-PMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder/SC, neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal, o Senhor Osvaldo Jurck, e,

CONTRATADA: SISTEMAS DE INFORMATICA GNET LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 10.608.275/0001-66, estabelecida na Rua Reinoldo Rau, nº 60, sala 401, 4º andar, Centro, na cidade de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.251-600, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representada legalmente pelo senhor Gustavo Mendes Stocco, inscrito no CPF sob o nº. 349.305.538-22, portador da carteira de identidade nº. 44.079.754-8-SSP-SP.

Considerando o Contrato Administrativo nº. 291/2013-PMS, celebrado em 13 de dezembro de 2013, proveniente da Modalidade Pregão Presencial nº. 101/2013-PMS, Processo nº. 220/2013-PMS, para, conforme ANEXO X – TERMO REFERÊNCIA, deste instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse, regido pela Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1.993, e mediante cláusulas e condições a enunciadas e conforme proposta apresentada.

Considerando o pedido de aditivo da Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças no valor de 5.178,39,00 (cinco mil, cento e setenta e oito reais e trinta e nove centavos), para o período de julho a setembro de 2015, considerando o IGPM de janeiro a dezembro de 2014 e prorrogação de vigência do contrato até 30 setembro de 2015.

Considerando-se que se enquadra-se nos termos do art. 65 c/c 57 da Lei Federal nº 8.666/93, conforme parecer da Procuradoria Municipal.

Considerando a aprovação do aditivo pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder, em comum acordo entra as parte, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª – Fica alterada a Cláusula Primeira “do Objeto do Contrato e descrição”, reajustada as quantidades de 03 meses nos itens abaixo descritos na tabela abaixo para o período de julho a setembro de 2015, conforme segue:

| ITEM | LOCAL | UNID. | QTDE. | VALOR R\$ UNITÁRIO | VALOR R\$ TOTAL |
|------|---|-------|-------|--------------------|-----------------|
| 1 | Serviço de Internet Banda Larga – 2Mbps de Download e 512Kbps de Upload | 3 | Meses | 62,20 | 186,60 |
| | Local:ESF I - Schroeder I, Rua Guaramirim, 560, Schroeder I, CEP 89275-000, 47 3374-5497 | | | | |
| | Lat 26°27'1.52"S, Lon 49° 1'30.23"O | | | | |
| 2 | Instalação do Item acima | | | | |
| 3 | Serviço de Internet Banda Larga – 2Mbps de Download e 512Kbps de Upload | 3 | Meses | 62,20 | 186,60 |
| | Local:Escola Municipal Professora Sarita Beck Rezende e Jardim de Infância Crescer e Aprender, Rua Dom Pedro, 820, Rio Hern, CEP 89275-000, (47) 3276-3866 | | | | |
| | Lat 26°25'27.18"S, Lon 49° 3'27.54"O | | | | |
| 4 | Instalação do Item acima | | | | |
| 5 | Serviço de Internet Banda Larga – 2Mbps de Download e 512Kbps de Upload | 3 | Meses | 62,20 | 186,60 |
| | Local:CEIM Professora Cristiane Inês Zerbin, Rua Mario Zerbin, Rio Hern, 60, CEP 89275-000, (47) 3374-5472 | | | | |
| | Lat 26°25'17.89"S, Lon 49° 3'44.51"O | | | | |
| 6 | Instalação do Item acima | | | | |
| 7 | Serviço de Internet Banda Larga – 2Mbps de Download e 512Kbps de Upload | 3 | Meses | 62,20 | 186,60 |
| | Local:CRAE - Centro de Reabilitação e Atendimento Especializado / NASF - Núcleo de Apoio a Saúde da Família, Rua Marechal Castelo Branco, 3564, Centro, CEP 89275-000, 47 3373-3192 | | | | |
| | Lat 26°24'31.11"S, Lon 49° 4'40.72"O | | | | |
| 8 | Instalação do Item acima | | | | |
| 9 | Serviço de Internet Banda Larga – 2Mbps de Download e 512Kbps de Upload | 3 | Meses | 62,20 | 186,60 |
| | Local:Conselho Tutelar, Rua Marechal Castelo Branco, 3668, Centro, CEP 89275-000, (47) 3374-0489 | | | | |
| | Lat 26°24'27.78"S, Lon 49° 4'43.37"O | | | | |
| 10 | Instalação do Item acima | | | | |
| 11 | Serviço de Internet Banda Larga – 2Mbps de Download e 512Kbps de Upload | 3 | Meses | 62,20 | 186,60 |
| | Local:Escola Municipal Professor Santos Tomaselli, Rua Cândido Tomaselli, 884, Tomaselli, CEP 89275-000, (47) 3374-0408 | | | | |
| | Lat 26°23'10.77"S, Lon 49° 3'36.52"O | | | | |
| 12 | Instalação do Item acima | | | | |
| 13 | Serviço de Internet Banda Larga – 1Mbps de Download e 512Kbps de Upload | | | | |
| | Local:Jardim de Infância Pequeno Príncipe, Rua Marguerita Tomaselli, 110, Tomaselli, CEP 89275-000, (47) 3055-7788 | | | | |
| | Lat 26°23'14.70"S, 49° 3'39.35"O | | | | |
| 14 | Instalação do Item acima | | | | |
| 15 | Serviço de Internet Banda Larga – 2Mbps de Download e 512Kbps de Upload | | | | |
| | Local:ESF III – Sossego, Rua Alphons Maria Schmalz, 130, Sossego, CEP 89275-000, 47 3374-1107 / 47 3374-0632 | | | | |
| | Lat 26°23'41.01"S, Lon 49° 5'21.10"O | | | | |

| | | | | | |
|-----------------|---|---|---------|--------|----------|
| 16 | Instalação do Item acima | | | | |
| 17 | Serviço de Internet Banda Larga – 2Mbps de Download e 512Kbps de Upload | 3 | Meses | 62,20 | 186,60 |
| | Local:CEIM Girassol, Rua Guilherme Zastrow, 58, Centro, CEP 89275-000, (47) 3374-1338 | | | | |
| | Lat 26°23'35.09"S, Lon 49° 5'20.95"O | | | | |
| 18 | Instalação do Item acima | | | | |
| 19 | Serviço de Internet Banda Larga – 2Mbps de Download e 512Kbps de Upload | 3 | Meses | 62,20 | 186,60 |
| | Local:Escola Municipal Kismara Lislei Walkinir Moreira e Jardim de Infância Chapeuzinho Vermelho, Rua 03 de Outubro, 261, Centro, CEP 89275-000, (47) 3370 1698 | | | | |
| | Lat 26°23'32.69"S, Lon 49° 5'23.72"O | | | | |
| 20 | Instalação do Item acima | | | | |
| 21 | Serviço de Internet Banda Larga – 2Mbps de Download e 512Kbps de Upload | 3 | Meses | 62,20 | 186,60 |
| | Local:ESF IV - Itoupava Açú, Rua 23 de Março, 1995, Itoupava Acú, CEP 89275-000, 47 3275-1362 | | | | |
| | Lat 26°21'6.28"S, Lon 49° 7'34.22"O | | | | |
| 22 | Instalação do Item acima | | | | |
| 23 | Serviço de Internet Banda Larga – 2Mbps de Download e 512Kbps de Upload | 3 | Meses | 62,20 | 186,60 |
| | Local: CEIM Ezélia Correia Lombardi, Rua Guaramirim, 313, Schroeder I, CEP 89275-000, 47 3374-2609 | | | | |
| | Lat 26°26'58.04"S, Lon 49° 1'24.91"O | | | | |
| 24 | Instalação do Item acima | | | | |
| 25 | Serviço de Internet Banda Larga – 2Mbps de Download e 512Kbps de Upload | 3 | Meses | 62,20 | 186,60 |
| | Local: ESF II, Rua Presidente Costa e Silva, 770, CEP 89275-000 | | | | |
| | Lat 26°25'20.78"S, Lon 49° 3'34.52"O | | | | |
| 26 | Retirada e Instalação do Item acima em novo endereço | 2 | Unidade | 98,49 | 196,98 |
| 27 | Serviço de Internet Banda Larga – 1Mbps de Download e 512Kbps de Upload | 3 | Meses | 51,84 | 155,52 |
| | Local: Escola Municipal Professora Leonete Bauer Walz e Jardim de Infância Bondinho Alegre, Estrada Bracinho, 11076, Bracinho, CEP 89275-000, 47 3055-7887 | | | | |
| | Lat 26°21'5.09"S, Lon 49° 6'20.46"O | | | | |
| 28 | Instalação do Item acima | | | | |
| 29 | Serviço de Internet Banda Larga – 1Mbps de Download e 512Kbps de Upload | 3 | Meses | 51,84 | 155,52 |
| | Local: Escola Municipal Professora Vali Jorck Voigt e Jardim de Infância Flor do Campo, Estrada Rancho Bom, 4426, Rancho Bom, CEP 89275-000, 47 3055-7795 | | | | |
| | Lat 26°21'5.33"S, Lon 49° 2'55.01"O | | | | |
| 30 | Instalação do Item acima | 1 | Unidade | 98,49 | 98,49 |
| 31 | Serviço de Internet Banda Larga – 1Mbps de Download e 512Kbps de Upload | 3 | Meses | 51,84 | 155,52 |
| | Local: Escola Municipal Castro Alves e Jardim de Infância Cantinho Alegre, Estrada Duas Mamas, 3000, Duas Mamas, CEP 89275-000, 47 3055-7707 | | | | |
| | Lat 26°23'14.60"S, Lon 49° 2'6.57"O | | | | |
| 32 | Instalação do Item acima | | | | |
| 33 | Serviço de Internet Banda Larga – 2Mbps de Download e 512Kbps de Upload | 3 | Meses | 62,20 | 186,60 |
| | Local: Escola Municipal Frida Hein Krause e Jardim de Infância Branca de Neve, Rua Marechal Castelo Branco, 8382, Schroeder III, CEP 89275-000, 47 3273-7023 | | | | |
| | Lat 26°22'31.58"S, Lon 49° 6'29.73"O | | | | |
| 34 | Instalação do Item acima | | | | |
| 35 | Serviço de Internet Banda Larga – 10Mbps de Download e 5Mbps de Upload | 3 | Meses | 311,02 | 933,06 |
| | Local:Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças, Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, CEP 89275-000, 47 3374-6500 | | | | |
| | Lat 26°24'42.86"S, Lon 49° 4'33.61"O | | | | |
| 36 | Instalação do Item acima | | | | |
| 37 | Serviço de Internet Banda Larga – 2Mbps de Download e 2Mbps de Upload – Garantia de banda de 100% | 3 | Meses | 414,70 | 1.244,10 |
| | Local:Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças, Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, CEP 89275-000, 47 3374-6500 | | | | |
| | Lat 26°24'42.86"S, Lon 49° 4'33.61"O | | | | |
| 38 | Instalação do Item acima | | | | |
| VALOR TOTAL R\$ | 5.178,39 | | | | |

Cláusula 2ª – Fica a partir deste, alterado a Cláusula Quarta “do valor total do contrato” aditivado ao contrato o valor de R\$ 5.178,39,00 (cinco mil, cento e setenta e oito reais e trinta e nove centavos), passando a ser o valor do contrato R\$ 37.376,59 (trinta e sete mil, trezentos e setenta e seis reais e cinquenta e nove centavos).

Cláusula 3ª – Fica alterada a Cláusula Décima Quarta “da vigência” no item 14.1 do contrato nº 291/2013-PMS, prorrogando-se a vigência do contrato até 30 de setembro de 2015.

Cláusula 4ª – Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 291/2013-PMS, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente

contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Schroeder/SC, 29 de junho de 2015.

CONTRATADA:

SISTEMAS DE INFORMATICA GNET LTDA

Gustavo Mendes Stocco

CPF nº. 349.305.538-22

CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE SCHROEDER

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

T E S T E M U N H A S :

1ª _____
Nome: Ivandra de Souza
CPF nº. 047.563.299-00

2ª _____
Nome: Daniela Samulescki
CPF nº. 053.350.739-18

TERMO ADITIVO Nº. A39/2015 – PMS

TERMO ADITIVO Nº. A39/2015 – PMS

7º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 31/2011-PMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder/SC, neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal, o Senhor Osvaldo Jurck, e,

CONTRATADA: CLARO S/A, inscrita no CNPJ sob o nº. 40.432.544/0001-47, estabelecida na Rua Flórida, nº 1970, cidade monções, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP: 04.665-0001, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representada legalmente pelos senhores Luiza de Marillac Costa Bezerra, inscrita no CPF sob o nº. 260.553.333-68 e portadora da carteira nº. 98002096014-SSP/CE, e Kildare Carneiro Rodrigues, inscrito no CPF sob nº: 301.485.759-91, portador da carteira de identidade nº 1006274-86-SSP-CE.

Considerando o Contrato Administrativo nº. 31/2011-PMS, celebrado em 02 de Março de 2011, proveniente do Processo de licitação nº. 28/2011 – PMS, Modalidade Pregão Presencial nº. 14/2011 – PMS, para contratação de operadora de telefonia móvel local de sistema GSM, para prestação de serviço móvel pessoal – SMP, com o fornecimento aproximadamente de 9.200 minutos mensais locais e longas distância e tarifa zero para linhas do grupo com minutos indeterminados, conforme anexo, para um grupo de 62 (+ 07 unidades) aparelhos celulares, com expansão ou redução de minutos e aparelhos, tipo pós-pago, disponibilizados em regime de comodato devidamente habilitados com abrangência em todo território nacional, para uso da Prefeitura de Schroeder/SC, consoante demais condições contratuais.

Considerando o pedido de aditivo da Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças no valor de R\$ 27.848,40 (vinte e sete mil, oitocentos e quarenta e oito reais e quarenta centavos), e prorrogação da vigência do contrato para o período de 1º. de julho de 2015 até 31 de dezembro de 2015.

Considerando-se que se enquadra-se no artigo 65 c/c 57, ambos da Lei Federal nº 8.666/93, cláusula 14ª do contrato nº 31/2011-PMS, conforme parecer da Procuradoria.

Considerando a aprovação do aditivo pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder, em comum acordo entra as parte, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª – Fica a partir deste alterada a Cláusula Primeira “do objeto do contrato, e descrição” e na Cláusula Quarta “do valor do contrato”, item 4.1, aditivado o valor de R\$ 27.848,40 (vinte e sete mil, oitocentos e quarenta e oito reais e quarenta centavos), para o período de 1º. de julho de 2015 até 31 de dezembro de 2015, conforme segue:

| Item | SERVIÇOS | Unidade Medida | Qtde Mensal Estimada | Valor Unitário (R\$) / Serviço | Valor Mensal | Qtde Estimada p/ 6meses | Valor Total p/ 6meses / Serviço |
|------|--|----------------|----------------------|--------------------------------|--------------|-------------------------|---------------------------------|
| 1 | Assinatura Mensal | LINHA | 83 | R\$ 10,00 | R\$ 830,00 | R\$ 498,00 | R\$ 4.980,00 |
| 2 | VC1 - para Fixo | MINUTO | 4.077 | R\$ 0,20 | R\$ 815,40 | R\$ 24.462,00 | R\$ 4.892,40 |
| 3 | VC1 - para mesma Operadora | MINUTO | 2.347 | R\$ 0,20 | R\$ 469,40 | R\$ 14.082,00 | R\$ 2.816,40 |
| 4 | VC1 - para outras Operadoras | MINUTO | 4.324 | R\$ 0,20 | R\$ 864,80 | R\$ 25.944,00 | R\$ 5.188,80 |
| 5 | VC2 - para Fixo | MINUTO | 81 | R\$ 0,56 | R\$ 45,36 | R\$ 486,00 | R\$ 272,16 |
| 6 | VC2 - para mesma Operadora | MINUTO | 82 | R\$ 0,30 | R\$ 24,60 | R\$ 492,00 | R\$ 147,60 |
| 7 | VC2 - para outras Operadoras | MINUTO | 82 | R\$ 1,02 | R\$ 83,64 | R\$ 492,00 | R\$ 501,84 |
| 8 | VC3 - para Fixo | MINUTO | 123 | R\$ 0,56 | R\$ 68,88 | R\$ 738,00 | R\$ 413,28 |
| 9 | VC3 - para mesma Operadora | MINUTO | 123 | R\$ 0,30 | R\$ 36,90 | R\$ 738,00 | R\$ 221,40 |
| 10 | VC3 - para outras Operadoras | MINUTO | 123 | R\$ 1,02 | R\$ 125,46 | R\$ 738,00 | R\$ 752,76 |
| 11 | SMS - mensagens de texto | UNIDADE | 988 | R\$ 0,30 | R\$ 296,40 | R\$ 5.928,00 | R\$ 1.778,40 |
| 12 | MMS - mensagens de texto com imagem, som e vídeo | UNIDADE | 37 | R\$ 0,60 | R\$ 22,20 | R\$ 222,00 | R\$ 133,20 |

| | | | | | | | |
|----|---|---------|----|-----------|--------------|------------|---------------|
| 13 | Ligações Intra-Grupo-Tarifa Zero | LINHA | 83 | R\$ 3,20 | R\$ 265,60 | R\$ 498,00 | R\$ 1.593,60 |
| 14 | Gestor on-line – ferramenta de gestão da operadora | UNIDADE | 83 | R\$ 4,90 | R\$ 406,70 | R\$ 498,00 | R\$ 2.440,20 |
| 15 | Pacote de Internet 250MB | UNIDADE | 2 | R\$ 44,91 | R\$ 89,82 | R\$ 12,00 | R\$ 538,92 |
| 16 | Acesso a Caixa Postal | ACESSO | 83 | R\$ 0,20 | R\$ 16,60 | R\$ 498,00 | R\$ 99,60 |
| 17 | Aviso de Chamadas Perdidas | LINHA | 83 | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 | R\$ 498,00 | R\$ 0,00 |
| 18 | Pacote de Internet Banda Larga 250MB - Sem Linha - Somente Internet | UNIDADE | 4 | R\$ 44,91 | R\$ 179,64 | R\$ 24,00 | R\$ 1.077,84 |
| | VALOR TOTAL | | | | R\$ 4.641,40 | | R\$ 27.848,40 |

Cláusula 2ª – Fica alterada a Cláusula Décima Quarta “da vigência” no item 14.1 do contrato nº 31/2011-PMS, prorrogando-se o termo final de vigência do contrato de 1º. de julho de 2015 até 31 de dezembro de 2015.

Cláusula 3ª - Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 31/2011-PMS, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Schroeder/SC, 29 de junho de 2015.

CONTRATADA:

CLARO S/A CLARO S/A

Luiza de Marilac Costa Bezerra Kildare Carneiro Rodrigues

CPF nº. 260.553.333-68 CPF nº: 301.483.753-91

CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE SCHROEDER

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

T E S T E M U N H A S:

1ª _____

Nome: Ivandra de Souza

CPF nº. 047.563.299-00

2ª _____

Nome: Daniela Samulescki

CPF nº. 053.350.739-18

ATA DO PREGÃO PRESENCIAL 22/2015-PMS (SEQUÊNCIA 01)

| | |
|--|--|
| ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC | PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 22/2015 - PR Processo Administrativo: Processo de Licitação: 47/2015 Data do Processo: 11/06/2015 |
| | Folha: 1/3 |

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO**Número da ATA: 36/2015 (Sequência: 1)****OBJETO DA LICITAÇÃO:**

Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de Medicamentos da Farmácia Básica para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses

A pregoeira e equipe de apoio, reuniram-se juntamente com os representantes das empresas para abertura da licitação. Este processo foi publicado em resumo no mural público municipal, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina e disponibilizado na íntegra no site: www.schroeder.sc.gov.br do Município de Schroeder/SC.

Apresentaram envelopes de habilitação e proposta comercial, bem como os documentos para credenciamento as empresas ANDRÔMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA. - EPP, CONQUISTA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. - EPP, ANGEOMED COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALAR EIRELI - EPP, MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA., SULMEDIC COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA., COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA., CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA., DIMACI/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA., EXTRA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI - EPP, PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA., DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA. - EPP, DIMASTER COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA., PROHOSP DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA., INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA., ÁGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA. - ME, CIRÚRGICA SANTA CRUZ COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA., PROFARMA SPECIALTY S.A., PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA., CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA., AGLON COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA., LM FARMA INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A. e ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA., devidamente protocolados no horário e data determinado no edital. As empresas DIMASTER COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA., PROHOSP DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA., INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA., ÁGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA. - ME, CIRÚRGICA SANTA CRUZ COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA., PROFARMA SPECIALTY S.A., PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA., CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA., AGLON COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA., LM FARMA INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A. e ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA. encaminharam envelopes e documentos pelo correio/transportadora.

Depois de rubricados os envelopes, bem como os documentos para o credenciamento, constatando-se que os representantes das empresas ANDRÔMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA. - EPP, CONQUISTA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. - EPP, ANGEOMED COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALAR EIRELI - EPP, MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA., SULMEDIC COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA., COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA., CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA., DIMACI/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA., EXTRA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI - EPP, PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA., DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA. - EPP, DIMASTER COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA., INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA., PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA., CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA., AGLON COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA., e ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA. estão credenciados para a licitação. Pois apresentaram a documentação para o credenciamento de acordo com o edital.

Constatou-se que a empresa PROHOSP DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA., apresentou certidão simplificada com data superior a exigida no edital, sendo esta de 20/05/2015, esta certidão é emitida pela junta comercial documentos exigido no edital no item 4.1.3 o qual deve estar de acordo com o edital no item 4.1.3.1 sendo assim o representante da empresa PROHOSP DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA., não está credenciado, pois não cumpriu com as exigências do edital na fase do credenciamento. Constatou-se que a empresa ÁGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA. - ME não apresentou documentos pra credenciamentos, porém a empresa ÁGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA. - ME apresentou Declaração de Habilitação, cumprindo com as exigências do edital no item 4.6. Constatou-se que a empresa CIRÚRGICA SANTA CRUZ COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. apresentou a Certidão Simplificada emitida pela Junta Comercial de Santa Catarina em nome da filial, sendo que a empresa (matriz) é registrada na Junta Comercial do Rio Grande do Sul, documento exigido no edital no item 4.1.3, diante do exposto não se consegue verificar as alterações do Contrato Social, conforme pede no edital no item 4.1.3, sendo assim a empresa CIRÚRGICA SANTA CRUZ COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. não está credenciada pois não cumpriu com as exigências do edital na fase do credenciamento. Constatou-se que a empresa PROFARMA SPECIALTY S.A. não apresentou Certidão Simplificada, documento exigido no edital no item 4.1.3, sendo assim o representante da empresa PROFARMA SPECIALTY S.A. não está credenciado pois não cumpriu com as exigências do edital na fase de credenciamento. Constatou-se que a empresa LM FARMA INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A., não apresentou Certidão Simplificada documento exigido no edital no item 4.1.3, sendo assim o representante da empresa LM FARMA INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A. não está

| | |
|---|---|
| <p>ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER</p> <p>CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC</p> | <p>PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 22/2015 - PR</p> <p>Processo Administrativo: Processo de Licitação: 47/2015 Data do Processo: 11/06/2015</p> |
| | <p>Folha: 2/3</p> |

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Número da ATA: 36/2015 (Sequência: 1)

credenciado pois não cumpriu com as exigências do edital na fase de credenciamento. Foram abertos os envelopes das propostas comerciais das empresas ANDRÔMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA. - EPP, CONQUISTA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. - EPP, ANGEOMED COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALAR EIRELI - EPP, MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA., SULMEDIC COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA., COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA., CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA., DIMACVSC MATERIAL CIRURGICO LTDA., EXTRA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI - EPP, PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA., DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA. - EPP, DIMASTER COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA., PROHOSP DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA., INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA., ÁGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA. - ME, CIRÚRGICA SANTA CRUZ COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA., PROFARMA SPECIALTY S.A., PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA., CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA., AGLON COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA., LM FARMA INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A. e ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA. Diante de dificuldades técnicas para análise das propostas e documentação exigida o processo será paralisado de acordo com o item 1.2- E- "Etapa de lance: será marcada após parecer técnico da Secretária de Saúde e Assistência Social sobre as propostas comerciais, conforme Portaria nº. 6.083 /2015, de 08 de junho de 2015", e item 6.2 "Dada a especificidade do objeto licitado, restando dúvidas sobre a vinculação da proposta aos objetos licitados, ou do atendimento dos subitens do 6.1.10, a pregoeira poderá suspender o processo até que o parecer técnico seja ofertado" e para análise dos itens 6.1.10 "Obrigatoriamente a empresa deverá apresentar juntamente com a Proposta os seguintes documentos": item 6.1.10.1 "Licença de funcionamento expedida pelo órgão de Vigilância Sanitária de competência Estadual ou Municipal da sede do licitante, válida para o ano em exercício", Item 6.1.10.2 "Certificado de Registro de produtos emitidos pela Agência Nacional do Ministério da Saúde, ou publicação deste no Diário Oficial da União (legível). Para facilitar o julgamento, é obrigatório constar em cada Registro, o número do item a que se refere", item 6.1.10.3 "Certificado de Boas Práticas de Fabricação (PNIFF), conforme Portaria n.º 2.814/98, com redação alterada pela Portaria GMMS n.º 3.716/98 válido, expedido pela ANVISA, para as LINHAS DE PRODUÇÃO, passíveis do referido registro, cujos itens estejam sendo COTADOS. Este Certificado, concedido ao Fabricante, deverá ser apresentado, também, pelos distribuidores e/ou representantes, para os produtos ofertados e por linha de produção de cada item (quando o documento for originado através da Internet, o mesmo terá averiguada a sua autenticidade); Para facilitar o julgamento, é obrigatório constar em cada Certificado, o número do item a que se refere", e item 6.1.10.4 "Autorização de Funcionamento de Empresa - AFE, expedida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, em nome da licitante, juntamente com sua publicação no Diário Oficial da União, não superior a 12 meses". Após parecer técnico será feita a classificação da proposta comercial e marcada uma data para continuação do certame com a etapa de lances. Diante do exposto, encerra-se a sessão e pede-se que seja enviada cópia da ata as empresas participantes.

Schroeder, 26 de Junho de 2015

COMISSÃO:

Daniela Samuleski - - Pregoeiro(a)
Ivandra de Souza - - Equipe de Apoio
Gelson Stein - - Equipe de Apoio
Valderi Rocha de Camargo - - Equipe de Apoio
Andreia Nass Friedemann - - Equipe de Apoio

Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:

CLEITON ANDRÉ WAGNER - - Representante

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

PREGÃO PRESENCIAL**Nr.: 22/2015 - PR**

Processo Administrativo:

Processo de Licitação:

47/2015

Data do Processo:

11/06/2015

Folha: 3/3

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO**Número da ATA: 36/2015 (Sequência: 1)****Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:**

| | | |
|--------------------------------|---------|-----------------|
| DIEGO GILI | - | - Representante |
| IVAN CARLOS FACIOLI | - | - Representante |
| CRISTIANO GARCIA DE FREITAS | - | - Representante |
| LISIANE MARIS BASTOS PEREIRA | - | - Representante |
| JULIANO DE LACERDA | - | - Representante |
| FABIO BARTH PRATES | - | - Representante |
| JOSIANE CRISTINA FUSCO CARRARO | - | - Representante |
| JOSÉ DE OLIVEIRA SAMPAIO | - | - Representante |
| JUSTO GOYA DORNELLES JUNIOR | - | - Representante |
| ARLEI DONIZETE PRANDI | - | - Representante |
| ANDRÉ CARLOS BEHNKE | - | - Representante |
| RENATA CASAGRANDE GALIOTTO | - | - Representante |
| JAYSON SILVEIRA DE MOURA | - | - Representante |
| WELLYNGTON TEZA VILAS BOAS | - | - Representante |
| JÚLIO CEZAR TONDOLO | - | - Representante |
| MARLEI YANAGIHARA DA SILVA | - | - Representante |
| ANDREI JEAN TEIXEIRA | - | - Representante |
| VANDERLEI STIEVENS | - | - Representante |
| LUIZ LOURENÇO DE LIMA | - | - Representante |
| SERGIO JOSÉ DOS SANTOS | - | - Representante |

DISPENSA 54/2015-PMS**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 54/2015 - DL**

Processo Nr.: 124/2015
Data: 29/06/2015

Folha: 1/2

Fornecedor: QUARK ENGENHARIA LTDA,
Endereço: RUA GOTHARD KAESEMODEL, 732
Cidade: Joinville - SC
CNPJ: 12.496.490/0001-48

Código: 12748

Inscrição Estadual:

Objeto da Compra: Aquisição de Luminária LED ALPHA - Polux para iluminação pública, corpo em alumínio injetado alta pressão. Tensão nominal 100-240 AC-V. Frequência nominal 50/60Hz. IP 65.12,6kg. Fluxo luminoso 12.800lm. Temperatura de cor6000k, IRC 72%. Ângulo de abertura de facho 75 X 135". Vida da lâmpadas 50.000hs. Secretaria de Obras e Serviços Urbanos do Município de Schroeder/SC.

ITENS

| Item | Quantidade | Especificação | Unid. | Valor Unitário | Valor Total |
|------|------------|---|-------|----------------|-------------|
| 1 | 3,00 | Luminária LED ALPHA - Polux para iluminação pública, corpo em alumínio injetado alta pressão. Tensão nominal 100-240 AC-V. Frequência nominal 50/60Hz. IP 65.12,6kg. Fluxo luminoso 12.800lm. Temperatura de cor6000k, IRC 72%. Ângulo de abertura de facho 75 X 135". Vida da lâmpadas 50.000hs. | UN | 2.288,73 | 6.866,19 |

FUNDAMENTO LEGAL:**Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.**

- II -** para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

JUSTIFICATIVA

Considerando, a necessidade prestação do serviço de forma contínua e é imprescindível as melhorias deste serviço público. Considerando que o Município de Schroeder quer adquirir três luminárias LED para o Trevo na Rua Jaraguá com a Marechal Castelo Branco para demonstração do produto e a consequente melhoria com mais luminárias. Pedese a Dispensa. Secretaria de Obras e Serviços Urbanos.

RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR:

Schroeder, 29 de Junho de 2015

OSVALDO JURCK
PREFEITO MUNICIPAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 54/2015 - DL**

Processo Nr.: 124/2015
Data: 29/06/2015

Folha: 2/2

25/06/2015

DESPACHO FINAL:

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 25 de Junho de 2015

Valor da Despesa:

6.866,19 (seis mil oitocentos e sessenta e seis reais
e dezenove centavos)

Pagamento.....:

15 DIAS APÓS RECEBIMENTO DO DOCUMENTO FISCAL

Siderópolis

PREFEITURA

29 2015 RETIFICAÇÃO Nº 02

MUNICÍPIO DE SIDERÓPOLIS

PROCESSO DE LICITAÇÃO 29/2015

AVISO RETIFICAÇÃO nº 2 DO EDITAL DE PREGÃO FMS Nº. 04/2015.

O Fundo Municipal de Saúde de Siderópolis torna público às empresas interessadas que promoveu à retificação do Edital acima epigrafado, cujo objeto é a aquisição de veículos de passageiros. A retificação é necessária para melhor compreensão das características técnicas dos veículos. Sendo assim, onde se lê no item do Anexo II do Edital: Veículo Hatch de passageiro zero km ano e modelo 2015/2016; lê-se: Veículo Hatch de passageiro zero km ano e modelo 2015 e ou 2016. Demais cláusulas do Edital permanecem inalteradas, inclusive quanto à data de abertura do certame. O edital retificado já está disponível no site do Município: www.sideropolis.sc.gov.br, ou através de solicitação no e-mail: licitacao@sideropolis.sc.gov.br. Maiores informações: (48) 3435-3188.

Siderópolis, 26 de junho de 2015.

Fabíola Cardoso Comin

Pregoeira Oficial

Sul Brasil

PREFEITURA

DECRETO Nº.126/2015

DECRETO MUNICIPAL Nº126 DE 12 JUNHO DE 2015.

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL (FMHIS), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

ÉDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial ao disposto nas Leis Municipais nºs. 385/2001 de 01.06.2001, 384 de 01.06.2001, e Lei 667 de 29 de setembro de 2008 e artigo 41, inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeada a Servidora Público Municipal FERNANDA ORSO MENEGHETTI, portadora do CPF nº 024.501.119-64 e C. I. 12C 13.539.616, a partir desta data, para exercer as funções de Gestora do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social (FMHIS), PODENDO movimentar as contas do Fundo, podendo assinar os cheques de todas as contas junto às agências bancárias, bem como a movimentação eletrônica, bem como responsável perante autarquia federal a regularização do CNPJ.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, vinculado a publicação no DOM, Lei Municipal nº 1.027/2015.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil,
aos 12 de junho de 2015.

ÉDER IVAN MARMITT
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA SUPRA:

VALDECIR TOSETTO
Diretor de Administração

DECRETO Nº.127/2015

DECRETO MUNICIPAL Nº. 127 DE 12 JUNHO DE 2015.

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – FIA, REVOGA O DECRETO 88-2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

EDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial ao disposto nas Leis Municipais nºs. 385/2001 de 01.06.2001, 384 de 01.06.2001, art. 21 da Lei 1001 de 07 de novembro de 2014 e artigo 41, inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeada a Servidora Público Municipal FERNANDA ORSO MENEGHETTI, portadora do CPF nº 024.501.119-64 e C. I. 12C 13.539.616, a partir desta data, para exercer as funções de Gestora do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente FIA, PODENDO movimentar as contas do Fundo, podendo assinar os cheques de todas as contas junto às agências bancárias, bem como a movimentação eletrônica, bem como responsável perante autarquia federal a regularização do CNPJ.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, vinculado a publicação no DOM, Lei Municipal 1.027/2015.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário em especial o Decreto 88-2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil,
aos 12 de junho de 2015.

EDER IVAN MARMITT
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA SUPRA:

VALDECIR TOSETTO
Diretor de Administração

DECRETO Nº.139/2015

DECRETO Nº 139 de 29 de junho de 2015

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DO CONCURSO PUBLICO 002/2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

EDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial ao disposto no artigo 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeada a Comissão de Acompanhamento do concurso público nº 002/2015, constituída pelos seguintes membros:

- Presidente: João Paulo Gubert
- Secretário: José Rezende
- Membros: Marisa Regina Weber Caprini
- Membros: Loreni Liston Martins
- Membros: Geri Marcos Signor

Art. 2º. Os membros desta Comissão não serão remunerados pelo desempenho de suas funções e prestação de serviços, considerando-se serviços públicos relevantes, sem custo para o Município publicação.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Ficando vinculado a publicação no DOM na forma da Lei 1027/2015. O Edital do mesmo encontra-se a disposição do sítio do Município.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil,
aos 29 de junho de 2015.

EDER IVAN MARMITT
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA SUPRA:

VALDECIR TOSETTO
Diretor de Administração

DECRETO Nº.140/2015

DECRETO MUNICIPAL Nº. 140 DE 29 JUNHO DE 2015.

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – FIA DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

EDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial ao disposto nas Leis Municipais nºs. 385/2001 de 01.06.2001, 384 de 01.06.2001, art. 21 da Lei 1.001 de 07 de novembro de 2014 e artigo 41, inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeada a Servidora Público Municipal FERNANDA ORSO MENEGHETTI, portadora do CPF nº 024.501.119-64 e C. I. 12C 13.539.616, a partir desta data, para exercer as funções de Gestora do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente FIA, PODENDO abrir contas de depósito; emitir cheques; solicitar saldos, extratos e comprovantes; requisitar talonários de cheques; sustar/contratar/ordenar cheques; cancelar cheques; baixar cheques; efetuar rsgates/aplicações financeiras; cadastrar, alterar e desbloquear senhas; efetuar pagamentos por meio eletrônico; consultar contas / aplicações programadas, repasse recu; liberar arquivos de pagamentos no ger. Financeiro; emitir comprovantes; efetuar transferências ´p/ mesma titularidade; encerrar contas de depósito, assinar os cheques.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, vinculado a publicação no DOM, Lei Municipal 1.027/2015.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil,
aos 29 de junho de 2015.

EDER IVAN MARMITT
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA SUPRA:

VALDECIR TOSETTO
Diretor de Administração

Timbó

PREFEITURA

PORTARIA NºSEMFA-D01025, DE 04 DE MAIO DE 2015.

PORTARIA NºSEMFA-D01025, de 04 de maio de 2015.
Concede prorrogação de Licença para Tratamento de Saúde à Servidora Sandra Regina Cunha de Moura.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder prorrogação de Licença Para Tratamento de Saúde à servidora SANDRA REGINA CUNHA DE MOURA, ocupante do cargo de Educadora Infantil, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a contar de 25.04.2015 a 24.05.2015, por trinta (30) dias, conforme Processo RH02-a1022;

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 04 de maio de 2015; 145º ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.
Maria Angélica Faggiani
Secretária Municipal da Fazenda e Administração

PORTARIA NºSEMFA-D01040, DE 28 DE MAIO DE 2015.

PORTARIA NºSEMFA-D01040, de 28 de maio de 2015.
Concede prorrogação de Licença para Tratamento de Saúde à Servidora Sandra Regina Cunha de Moura.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder prorrogação de Licença Para Tratamento de Saúde à servidora SANDRA REGINA CUNHA DE MOURA, ocupante do cargo de Educadora Infantil, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a contar de 25.05.2015 a 25.06.2015, por trinta e dois (32) dias, conforme Processo RH02-a1022;

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 28 de maio de 2015; 145º ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.
Maria Angélica Faggiani
Secretária Municipal da Fazenda e Administração

AVISO PREGÃO PRESENCIAL N.º 17 2015 FCT - SEGURANÇA NÃO ARMADA E AGENTES DE ESTACIONAMENTO 25ª FESTA DO IMIGRANTE

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ
AVISO DE Pregão PRESENCIAL Nº 17/2015 - FCT

OBJETO: contratação de empresa especializada para prestação de serviço de segurança não armada e agentes de estacionamento para a 25ª Festa do Imigrante que acontecerá no período de 09 a 12 de outubro de 2015, inclusive os dias 08 e 13. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até as 09h00min do dia 14 de julho de 2015. ABERTURA: dia 14 de julho de 2015 as 09h10min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente da Central de Licitações localizada na Av. Getúlio Vargas, 700, Centro – Timbó/SC, ou no site: www.timbo.sc.gov.br

TIMBO (SC), 29/06/2015
Jorge R. Ferreira
Presidente da Fundação Cultural

AVISO PREGÃO PRESENCIAL SRP N.º 61 2015 PMT - MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ
AVISO DE Pregão PRESENCIAL Nº 61/2015 (SRP) - PMT

OBJETO: aquisição de materiais diversos inerentes à construção civil, destinados à manutenção e execução de obras para atendimento dos órgãos e entidades da administração direta e indireta (autarquias e fundações) do município de Timbó. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até as 09h00min do dia 13 de julho de 2015. ABERTURA: dia 13 de julho de 2015 as 09h10min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente da Central de Licitações localizada na Avenida Getúlio Vargas, 700, Centro – Timbó/SC, ou no site: www.timbo.sc.gov.br.

TIMBO (SC), 29/06/2015
MARIA ANGÉLICA FAGGIANI
Secretária de Fazenda e Administração

AVISO PREGÃO PRESENCIAL SRP N.º 62 2015 PMT - PAPEL PARA IMPRESSÃO, TAMANHO A4

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ
AVISO DE Pregão PRESENCIAL Nº 62/2015 – PMT

OBJETO: registro de preço para aquisição de papel para impressão, tamanho A4 destinado à Administração direta e indireta. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até as 14h30min do dia 15 de julho de 2015. ABERTURA: dia 15 de julho de 2015 as 14h40min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente da Central de Licitações localizada na Avenida Getúlio Vargas, 700, Centro – Timbó/SC, ou no site: www.timbo.sc.gov.br.

Timbó (SC), 29/06/2015
MARIA ANGÉLICA FAGGIANI
Secretária de Fazenda e Administração

DECRETO NO 3836, DE 21 DE MAIO DE 2015

DECRETO No 3836, DE 21 DE MAIO DE 2015

Declara inservíveis para uso do SAMAE, bens móveis registrados no Patrimônio Público, autorizando sua baixa e inutilização.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, Incisos II, VII e XXV, c/c art. 70, Inciso I, da Lei Orgânica do Município, e fundamentado na Lei Federal nº 4.320/64, e

Considerando-se a solicitação de baixa patrimonial expedido pela Unidade responsável pela guarda e conservação de bens móveis, e o Termo de Vistoria expedido pela Comissão Especial, designada pela Portaria nº 1065, de 02 de maio de 2014, no âmbito do Processo nº DAP-367,

DECRETA:

Art. 1º Ficam declarados inservíveis para o uso do SAMAE, os bens móveis abaixo relacionados, autorizando-se sua baixa do Patrimônio Público Municipal e sua inutilização definitiva:

| SISTEMA DE ABASTECIMENTO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE | | |
|---|---|----------------|
| Nº Tombo | Descrição do Produto | Valor Contábil |
| 11123 | 01 Micro Computador Pentium 4 1.6 / S478, 512Kb | R\$ 2.399,00 |
| 11129 | 01 Impressora HP Deskjet 930C ou Superior | R\$ 380,00 |
| 12297 | 01 CPU ATX P4 de 450 Watts | R\$ 1.804,00 |

Parágrafo único. Os bens móveis do SAMAE relacionados no "caput" deste artigo, são declarados inservíveis por razões econômicas e sem condições de recuperação e manutenção.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art. 3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 21 de maio de 2015; 145º ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

DECRETO NO 3837, DE 21 DE MAIO DE 2015

DECRETO No 3837, DE 21 DE MAIO DE 2015

Declara inservíveis para uso do Município, bens móveis registrados no Patrimônio Público, autorizando sua baixa e inutilização.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, Incisos II, VII e XXV, c/c art. 70, Inciso I, da Lei Orgânica do Município, e fundamentado na Lei Federal nº 4.320/64, e

Considerando-se a solicitação de baixa patrimonial expedido pela Unidade responsável pela guarda e conservação de bens móveis, e o Termo de Vistoria expedido pela Comissão Especial, designada pela Portaria nº 1065, de 02 de maio de 2014, no âmbito do Processo nº DAP-368,

DECRETA:

Art. 1º Ficam declarados inservíveis para o uso do Município, os bens móveis abaixo relacionados, autorizando-se sua baixa do Patrimônio Público Municipal e sua inutilização definitiva:

| NÚCLEO DE EDUCAÇÃO INFANTIL VIDA DE CRIANÇA | | |
|---|-------------------------|----------------|
| Nº Tombo | Descrição do Produto | Valor Contábil |
| ---- | 01 brinquedo Basketball | ----- |
| ---- | 02 caixas de giz | ----- |
| DIVISÃO DE TRIBUTOS E FISCALIZAÇÃO | | |

| Nº Tombo | Descrição do Produto | Valor Contábil |
|----------|--|----------------|
| 19441 | 01 Leitor de Código de Barras, mod.CCD 1000-BT | R\$ 118,00 |
| 19442 | 01 Leitor de Código de Barras, mod.CCD 1000-BT | R\$ 118,00 |
| ---- | 01 Leitor de Código de Barras | ---- |

Parágrafo único. Os bens móveis do Município relacionados no "caput" deste artigo, são declarados inservíveis por razões econômicas e sem condições de recuperação e manutenção.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art. 3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 21 de maio de 2015; 145º ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

DECRETO NO 3838, DE 21 DE MAIO DE 2015

DECRETO No 3838, DE 21 DE MAIO DE 2015

Declara inservíveis para uso do Município, bens móveis registrados no Patrimônio Público, autorizando sua baixa e inutilização.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, Incisos II, VII e XXV, c/c art. 70, Inciso I, da Lei Orgânica do Município, e fundamentado na Lei Federal nº 4.320/64, e

Considerando-se a solicitação de baixa patrimonial expedido pela Unidade responsável pela guarda e conservação de bens móveis, e o Termo de Vistoria expedido pela Comissão Especial, designada pela Portaria nº 1065, de 02 de maio de 2014, no âmbito do Processo nº DAP-369,

DECRETA:

Art. 1º Ficam declarados inservíveis para o uso do Município, os bens móveis abaixo relacionados, autorizando-se sua baixa do Patrimônio Público Municipal e sua inutilização definitiva:

| SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO | | |
|---|---|----------------|
| Nº Tombo | Descrição do Produto | Valor Contábil |
| 00125 | 01 Cadeira com Prancheta com Suporte para Pasta | R\$ 40,00 |
| 00299 | 01 Armário de Madeira com 02 Portas e 02 Reparações | R\$ 80,00 |
| 00319 | 01 Armário de Madeira com 02 Portas e 02 Reparações | R\$ 50,00 |
| 00344 | 01 Cadeira para Escritório Estofada em Curvin Preto | R\$ 10,00 |
| 00365 | 01 Cadeira para Escritório Estofada em Curvin Preto | R\$ 10,00 |
| 00961 | 01 Cadeira para Escritório Estofada em Curvin Preto | R\$ 10,00 |
| 12832 | B A I X A D O E M 2 0 0 6 | x-x-x-x-x |
| 15038 | 01 Cadeira Fixa na Cor Azul | R\$ 43,00 |
| 17521 | 01 Cadeira Giratória Estofada na Cor Preta | R\$ 108,00 |
| CRAS | | |
| Nº Tombo | Descrição do Produto | Valor Contábil |
| 00849 | 01 Cadeira para Escritório Estofada em Curvin Preto | R\$ 10,00 |
| CONSELHO TUTELAR | | |
| Nº Tombo | Descrição do Produto | Valor Contábil |
| 10823 | 01 Cadeira Giratória Ergométrica | R\$ 70,00 |

Parágrafo único. Os bens móveis do Município relacionados no

"caput" deste artigo, são declarados inservíveis por razões econômicas e sem condições de recuperação e manutenção.

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 21 de maio de 2015; 145o ano de Fundação; 81o ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

DECRETO NO 3839, DE 21 DE MAIO DE 2015

DECRETO No 3839, DE 21 DE MAIO DE 2015

Declara inservíveis para uso do Município, bens móveis registrados no Patrimônio Público, autorizando sua baixa e inutilização.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, Incisos II, VII e XXV, c/c art. 70, Inciso I, da Lei Orgânica do Município, e fundamentado na Lei Federal nº 4.320/64, e

Considerando-se a solicitação de baixa patrimonial expedido pela Unidade responsável pela guarda e conservação de bens móveis, e o Termo de Vistoria expedido pela Comissão Especial, designada pela Portaria nº 1065, de 02 de maio de 2014, no âmbito do Processo nº DAP-370,

DECRETA:

Art. 1o Ficam declarados inservíveis para o uso do Município, os bens móveis abaixo relacionados, autorizando-se sua baixa do Patrimônio Público Municipal e sua inutilização definitiva:

| NÚCLEO DE EDUCAÇÃO INFANTIL PARAÍSO DA CRIANÇA | | |
|--|--|----------------|
| Nº Tombo | Descrição do Produto | Valor Contábil |
| x-x-x-x | 01 Relógio Ponto (sem identificação patrimonial) | x-x-x-x |
| x-x-x-x | 01 Aparelho de Som (sem identificação patrimonial) | x-x-x-x |
| x-x-x-x | 02 Aparelhos de DVD (sem identificação patrimonial) | x-x-x-x |
| x-x-x-x | 01 Aparelho de Parabólica (sem identificação patrimonial) | x-x-x-x |
| x-x-x-x | 09 Lâmpadas de Emergência (sem identificação patrimonial) | x-x-x-x |
| 11994 | 01 Cadeira (Linha Pré-Escolar) em Compensado | R\$ 17,69 |
| x-x-x-x | 01 Cadeira (sem identificação patrimonial) | x-x-x-x |
| x-x-x-x | 01 Impressora (sem identificação patrimonial) | x-x-x-x |
| 21285 | 01 Cadeira para Alimentação de Bebê, Criança até 18Kg | R\$ 82,00 |
| 21053 | 01 Cadeira para Alimentação de Bebê, Criança até 18Kg | R\$ 82,00 |
| 21284 | 01 Cadeira para Alimentação de Bebê, Criança até 18Kg | R\$ 82,00 |
| 21286 | 01 Cadeira para Alimentação de Bebê, Criança até 18Kg | R\$ 82,00 |
| x-x-x-x | 01 Pisca-Pisca (sem identificação patrimonial) | x-x-x-x |
| x-x-x-x | 01 Box (sem identificação patrimonial) | x-x-x-x |
| x-x-x-x | 02 Armações (sem identificação patrimonial) | x-x-x-x |
| x-x-x-x | 01 Data Show, Modelo Benq – DLP 3 D, Ready (sem identificação patrimonial) | x-x-x-x |

Parágrafo único. Os bens móveis do Município relacionados no "caput" deste artigo, são declarados inservíveis por razões econômicas e sem condições de recuperação e manutenção.

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura,

condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 21 de maio de 2015; 145o ano de Fundação; 81o ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

DECRETO NO 3840, DE 21 DE MAIO DE 2015

DECRETO No 3840, DE 21 DE MAIO DE 2015

Declara inservíveis para uso da Fundação Cultural de Timbó, bens móveis registrados no Patrimônio Público, autorizando sua baixa e inutilização.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, Incisos II, VII e XXV, c/c art. 70, Inciso I, da Lei Orgânica do Município, e fundamentado na Lei Federal nº 4.320/64, e

Considerando-se a solicitação de baixa patrimonial expedido pela Unidade responsável pela guarda e conservação de bens móveis, e o Termo de Vistoria expedido pela Comissão Especial, designada pela Portaria nº 1065, de 02 de maio de 2014, no âmbito do Processo nº DAP-371,

DECRETA:

Art. 1o Ficam declarados inservíveis para o uso da Fundação Cultural de Timbó, os bens móveis abaixo relacionados, autorizando-se sua baixa do Patrimônio Público Municipal e sua inutilização definitiva:

| FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ | | |
|----------------------------|---|----------------|
| Nº Tombo | Descrição do Produto | Valor Contábil |
| 00132 | 01 Microcomputador Atholn XP 2.4 AMD, Placa MB Asus | R\$ 2.297,00 |
| 00136 | 01 Teclado Padrão Windows | R\$ 100,00 |
| 00166 | 01 Nobreak, Capacidade Operacional de 30 Minutos | R\$ 275,00 |
| 00211 | 01 Enceradeira CL 350 MM – Cleaner | R\$ 907,00 |
| 00253 | 01 Micro Computador AMD Sempron 2600, HD 40GB | R\$ 2.600,00 |
| 00255 | 01 Teclado ABNT PS2 para Micro Computador | R\$ 30,00 |
| 05933 | 01 Impressora HP Deskjet 560C | R\$ 100,00 |
| 08530 | 01 Teclado para Micro – Marca M Tek | R\$ 50,00 |
| 10108 | 01 No Break Auto Bivolt SMS, 0.6 Kwa | R\$ 255,00 |
| 12583 | 01 Enceradeira Super Nova, Ref. ESN – Marca Arno | R\$ 161,50 |
| 13198 | 01 CPU Processador Intel Celeron 478, Pinos com Clock | R\$ 2.995,00 |
| x-x-x-x | 01 Iluminação de Emergência – Marca Engesul (sem identificação patrimonial) | x-x-x-x |
| x-x-x-x | 02 Luminárias de Emergência – Marca Ohmga (sem identificação patrimonial) | x-x-x-x |
| x-x-x-x | 01 CPU – Marca Intel Incide (sem identificação patrimonial) | x-x-x-x |
| x-x-x-x | 01 CPU – Marca Samsung (sem identificação patrimonial) | x-x-x-x |
| x-x-x-x | 01 Teclado – Marca M (sem identificação patrimonial) | x-x-x-x |
| x-x-x-x | 01 Enceradeira – Marca Arno (sem identificação patrimonial) | x-x-x-x |
| x-x-x-x | 01 Impressora – Marca HP (sem identificação patrimonial) | x-x-x-x |
| x-x-x-x | 02 Monitores – Marca Samsung (sem identificação patrimonial) | x-x-x-x |

| | | |
|---------|---|---------|
| x-x-x-x | 02 Impressoras – Marca HP (sem identificação patrimonial) | x-x-x-x |
| x-x-x-x | 01 Rádio CD e Toca Fita – Marca CCE (sem identificação patrimonial) | x-x-x-x |
| x-x-x-x | 01 Bebedouro – Marca GFN 2000 (sem identificação patrimonial) | x-x-x-x |
| x-x-x-x | 01 Impressora – Marca HP Deskjet 895 Cxi (sem identificação patrimonial) | x-x-x-x |
| x-x-x-x | 01 Impressora – Marca HP Deskjet 920 C (sem identificação patrimonial) | x-x-x-x |
| x-x-x-x | 01 Estabilizador – Marca SMS (sem identificação patrimonial) | x-x-x-x |
| x-x-x-x | 01 Transformador – Marca Ragtech (sem identificação patrimonial) | x-x-x-x |
| x-x-x-x | Fitas de Isolante Contra Incêndio – Super Stack (sem identificação patrimonial) | x-x-x-x |
| x-x-x-x | 01 Teclado – Marca Enion (sem identificação patrimonial) | x-x-x-x |

Parágrafo único. Os bens móveis da Fundação Cultural de Timbó, relacionados no “caput” deste artigo, são declarados inservíveis por razões econômicas e sem condições de recuperação e manutenção.

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 21 de maio de 2015; 145o ano de Fundação; 81o ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

DECRETO NO 3841, DE 21 DE MAIO DE 2015

DECRETO No 3841, DE 21 DE MAIO DE 2015

Declara inservíveis para uso do Município, bens móveis registrados no Patrimônio Público, autorizando sua baixa e inutilização.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, Incisos II, VII e XXV, c/c art. 70, Inciso I, da Lei Orgânica do Município, e fundamentado na Lei Federal nº 4.320/64, e

Considerando-se a solicitação de baixa patrimonial expedido pela Unidade responsável pela guarda e conservação de bens móveis, e o Termo de Vistoria expedido pela Comissão Especial, designada pela Portaria nº 1065, de 02 de maio de 2014, no âmbito do Processo nº DAP-372,

DECRETA:

Art. 1o Ficam declarados inservíveis para o uso do Município, os bens móveis abaixo relacionados, autorizando-se sua baixa do Patrimônio Público Municipal e sua inutilização definitiva:

| PREFEITURA DE TIMBÓ | | |
|---------------------|-------------------------------------|----------------|
| Nº Tombo | Descrição do Produto | Valor Contábil |
| 14629 | 01 Monitor AX de 15” | R\$ 800,00 |
| 12281 | 01 No Break Manager III, SMS 650 Va | R\$ 400,00 |
| 12151 | 01 No Break | R\$ 400,00 |

Parágrafo único. Os bens móveis do Município, relacionados no “caput” deste artigo, são declarados inservíveis por razões econômicas e sem condições de recuperação e manutenção.

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 21 de maio de 2015; 145o ano de Fundação; 81o ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

DECRETO NO 3842, DE 21 DE MAIO DE 2015

DECRETO No 3842, DE 21 DE MAIO DE 2015

Declara inservíveis para uso do Município, bens móveis registrados no Patrimônio Público, autorizando sua baixa e inutilização.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, Incisos II, VII e XXV, c/c art. 70, Inciso I, da Lei Orgânica do Município, e fundamentado na Lei Federal nº 4.320/64, e

Considerando-se a solicitação de baixa patrimonial expedido pela Unidade responsável pela guarda e conservação de bens móveis, e o Termo de Vistoria expedido pela Comissão Especial, designada pela Portaria nº 1065, de 02 de maio de 2014, no âmbito do Processo nº DAP-373,

DECRETA:

Art. 1o Ficam declarados inservíveis para o uso do Município, os bens móveis abaixo relacionados, autorizando-se sua baixa do Patrimônio Público Municipal e sua inutilização definitiva:

| UNIDADE PRÉ-ESCOLAR AMOR PERFEITO | | |
|-----------------------------------|---|----------------|
| Nº Tombo | Descrição do Produto | Valor Contábil |
| 02445 | 01 Mesa de Madeira Infantil 2,00 x 0,69 | R\$ 5,00 |
| CPD | | |
| | Descrição do Produto | Valor Contábil |
| 19559 | 01 Gabinete Preto | R\$ 90,00 |

Parágrafo único. Os bens móveis do Município, relacionados no “caput” deste artigo, são declarados inservíveis por razões econômicas e sem condições de recuperação e manutenção.

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 21 de maio de 2015; 145o ano de Fundação; 81o ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

DECRETO NO 3843, DE 21 DE MAIO DE 2015

DECRETO No 3843, DE 21 DE MAIO DE 2015

Declara inservíveis para uso da Polícia Militar de Timbó 2ª CIA/10º BPM, bens móveis registrados no Patrimônio Público, autorizando sua baixa e inutilização.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, Incisos II, VII e XXV, c/c art. 70, Inciso I, da Lei Orgânica do Município, e fundamentado na Lei Federal nº 4.320/64, e

Considerando-se a solicitação de baixa patrimonial expedido pela Unidade responsável pela guarda e conservação de bens móveis, e o Termo de Vistoria expedido pela Comissão Especial, designada pela Portaria nº 1065, de 02 de maio de 2014, no âmbito do Processo nº DAP-374,

DECRETA:

Art. 1o Ficam declarados inservíveis para o uso da Polícia Militar de Timbó 2ª CIA/10º BPM, os bens móveis abaixo relacionados, autorizando-se sua baixa do Patrimônio Público Municipal e sua

inutilização definitiva:

| Polícia Militar de Timbó 2ª CIA/10º BPM | | |
|---|---|----------------|
| Nº Tombo | Descrição do Produto | Valor Contábil |
| 26319 | 01 Espargidor de Agente Pimenta, item 01, Ref GL 108 OC | R\$ 617,34 |
| 27241 | 01 Espargidor de Agente Pimenta, item 01, Ref GL 108 OC | R\$ 463,05 |
| 27242 | 01 Espargidor de Agente Pimenta, item 01, Ref GL 108 OC | R\$ 463,05 |
| 27243 | 01 Espargidor de Agente Pimenta, item 01, Ref GL 108 OC | R\$ 463,05 |
| 27244 | 01 Espargidor de Agente Pimenta, item 01, Ref GL 108 OC | R\$ 463,05 |
| 27245 | 01 Espargidor de Agente Pimenta, item 01, Ref GL 108 OC | R\$ 463,05 |

Parágrafo único. Os bens móveis do Município, relacionados no "caput" deste artigo, são declarados inservíveis por razões econômicas e sem condições de recuperação e manutenção.

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 21 de maio de 2015; 145o ano de Fundação; 81o ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

DECRETO NO 3844, DE 21 DE MAIO DE 2015

DECRETO No 3844, DE 21 DE MAIO DE 2015

Declara inservíveis para uso da Fundação Cultural de Timbó, bens móveis registrados no Patrimônio Público, autorizando sua baixa e inutilização.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, Incisos II, VII e XXV, c/c art. 70, Inciso I, da Lei Orgânica do Município, e fundamentado na Lei Federal nº 4.320/64, e

Considerando-se a solicitação de baixa patrimonial expedido pela Unidade responsável pela guarda e conservação de bens móveis, e o Termo de Vistoria expedido pela Comissão Especial, designada pela Portaria nº 1065, de 02 de maio de 2014, no âmbito do Processo nº DAP-375,

DECRETA:

Art. 1o Ficam declarados inservíveis para o uso da Fundação Cultural de Timbó, os bens móveis abaixo relacionados, autorizando-se sua baixa do Patrimônio Público Municipal e sua inutilização definitiva:

| FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ | | |
|----------------------------|---|----------------|
| Nº Tombo | Descrição do Produto | Valor Contábil |
| 00222 | 01 Cadeira Giratória | R\$ 99,00 |
| 02322 | 01 Cadeira Giratória Estofada em Curvim Preto | R\$ 40,00 |
| 08512 | 01 Cadeira Giratória Modelo PL-111, Cor 51 | R\$ 50,00 |
| 08513 | 01 Cadeira Giratória Modelo PL-111, Cor 51 | R\$ 50,00 |

Parágrafo único. Os bens móveis da Fundação Cultural de Timbó, relacionados no "caput" deste artigo, são declarados inservíveis por razões econômicas e sem condições de recuperação e manutenção.

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 21 de maio de 2015; 145o ano de Fundação; 81o ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

DECRETO NO 3846, DE 21 DE MAIO DE 2015

DECRETO No 3846, DE 21 DE MAIO DE 2015

Declara inservíveis para uso do Município, bens móveis registrados no Patrimônio Público, autorizando sua baixa e inutilização.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, Incisos II, VII e XXV, c/c art. 70, Inciso I, da Lei Orgânica do Município, e fundamentado na Lei Federal nº 4.320/64, e

Considerando-se a solicitação de baixa patrimonial expedido pela Unidade responsável pela guarda e conservação de bens móveis, e o Termo de Vistoria expedido pela Comissão Especial, designada pela Portaria nº 1065, de 02 de maio de 2014, no âmbito do Processo nº DAP-376,

DECRETA:

Art. 1o Ficam declarados inservíveis para o uso do Município, os bens móveis abaixo relacionados, autorizando-se sua baixa do Patrimônio Público Municipal e sua inutilização definitiva:

| UNIDADE DE SAÚDE BAIRRO DOS ESTADOS | | |
|-------------------------------------|---------------------------|----------------|
| Nº Tombo | Descrição do Produto | Valor Contábil |
| 21660 | 01 Aparelho Telefone Fixo | R\$ 34,40 |

Parágrafo único. Os bens móveis do Município, relacionados no "caput" deste artigo, são declarados inservíveis por razões econômicas e sem condições de recuperação e manutenção.

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 21 de maio de 2015; 145o ano de Fundação; 81o ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

DECRETO NO 3847, DE 21 DE MAIO DE 2015

DECRETO No 3847, DE 21 DE MAIO DE 2015

Declara inservíveis para uso do Município, bens móveis registrados no Patrimônio Público, autorizando sua baixa e inutilização.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, Incisos II, VII e XXV, c/c art. 70, Inciso I, da Lei Orgânica do Município, e fundamentado na Lei Federal nº 4.320/64, e

Considerando-se a solicitação de baixa patrimonial expedido pela Unidade responsável pela guarda e conservação de bens móveis, e o Termo de Vistoria expedido pela Comissão Especial, designada pela Portaria nº 1065, de 02 de maio de 2014, no âmbito do Processo nº DAP-377,

DECRETA:

Art. 1o Ficam declarados inservíveis para o uso do Município, os bens móveis abaixo relacionados, autorizando-se sua baixa do Patrimônio Público Municipal e sua inutilização definitiva:

| SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO | | |
|---|---|----------------|
| Nº Tombo | Descrição do Produto | Valor Contábil |
| x-x-x-x | 01 Teclado – Marca Leadserhip (sem identificação patrimonial) | x-x-x-x |
| x-x-x-x | 01 Impressora Matricial – Marca Epson LX-810 L | x-x-x-x |
| x-x-x-x | 01 Mouse – Marca Clone | x-x-x-x |
| 13168 | 01 Teclado For Windows | R\$ 35,00 |
| 13169 | 01 CPU Processador Intel Celeron 478 Pinos com Clock | R\$ 2.995,00 |
| 13170 | 01 Nobreak 1,2 Kva | R\$ 341,00 |
| 16728 | 01 Impressora HP Deskjet 6540 | R\$ 589,00 |
| 17336 | 01 Cadeira de Secretária Espuma Injetada Cinza / Preto | R\$ 108,00 |
| 17337 | 01 Cadeira de Secretária Espuma Injetada Cinza / Preto | R\$ 108,00 |
| 19789 | 01 Computador, processador Intel Pentium Core 2 Duo 2 | R\$ 2.496,00 |
| 19790 | 01 Computador – processador Intel Core 2 Duo 2 | R\$ 2.346,00 |
| 25175 | 01 Teclado | R\$ 30,00 |
| 25188 | 01 Monitor LCD de 18,5" | R\$ 260,00 |

Parágrafo único. Os bens móveis do Município, relacionados no "caput" deste artigo, são declarados inservíveis por razões econômicas e sem condições de recuperação e manutenção.

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 21 de maio de 2015; 145º ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

DECRETO Nº 3823, DE 11 DE MAIO DE 2015

DECRETO Nº 3823, DE 11 DE MAIO DE 2015

Abre Crédito Suplementar por conta do Superávit Financeiro do Ano Anterior, no valor de R\$ 16.763,81.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 2747, de 09 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2015, no valor de R\$ 16.763,81 (dezesseis mil, setecentos e sessenta e três reais e oitenta e um centavos) mediante a utilização dos recursos indicados no art.2º deste decreto, conforme segue:

| | | |
|--------------------------|---|----------|
| 16.03.008.244.0088.2288. | FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS | |
| 16.03.008.244.0088.2288. | SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL MÉDIA E ALTA | |
| 16.03.008.244.0088.2288. | MANUTENÇÃO DO SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL PARA DEFICIENTES FÍSICOS | |
| 300000.00 | DESPESAS CORRENTES | |
| 330000.00 | OUTRAS DESPESAS CORRENTES | |
| 335000.00 | TRANSFERENCIAS A INST PRIV. S/ FINS LUCRATIVOS | |
| 0.33500 | Transf. Sist. Único A. Social – SUAS/União | 3.849,48 |

| | | |
|--------------------------|---|-----------|
| 0.33549 | Transf. SUAS/União – DEF. FÍSICA | 2.414,33 |
| | TOTAL | 6.263,81 |
| 16.03.008.244.0088.2284. | FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS | |
| 16.03.008.244.0088.2284. | SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL MÉDIA E ALTA | |
| 16.03.008.244.0088.2284. | SERVIÇO DE PROTEÇÃO E ATENDIMENTO ESPECIALIZADO AS FAMÍLIAS | |
| 300000.00 | DESPESAS CORRENTES | |
| 330000.00 | OUTRAS DESPESAS CORRENTES | |
| 339000.00 | APLICAÇÕES DIRETAS | |
| 0.33500 | Transf. Sist. Único A. Social – SUAS/União | 10.500,00 |
| | TOTAL | 10.500,00 |
| TOTAL GERAL | 16.763,81 | |

Art. 2º O Crédito Suplementar de que trata o artigo anterior, corre à conta do Superávit Financeiro do Ano Anterior.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 11 de maio de 2015; 145º ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

DECRETO Nº 3825, DE 11 DE MAIO DE 2015

DECRETO Nº 3825, DE 11 DE MAIO DE 2015

Abre Crédito Suplementar à conta de anulação no valor de R\$ 69.621,78

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 2747, de 09 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art.1º Fica anulado no saldo existente de dotação, do seguinte Projeto/Atividade, item, elemento e unidade orçamentária do Orçamento-Programa 2015:

| | | |
|--------------------------|--|-----------|
| 03.05.028.843.0005.0002. | SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL | |
| 03.05.028.843.0005.0002. | ENCARGOS DA ADMINISTRAÇÃO | |
| 03.05.028.843.0005.0002. | DIVIDA FUNDADA INTERNA E ENCARGOS DO PODER EXECUTIVO | |
| 300000.00 | DESPESAS CORRENTES | |
| 330000.00 | OUTRAS DESPESAS CORRENTES | |
| 329000.00 | JUROS E ENCARGOS | |
| 0.10000 | VINCULO LIVRE | 69.621,78 |
| | TOTAL | 69.621,78 |

Art.2º Abre Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2015, no valor de R\$ 69.621,78 (sessenta e nove mil, seiscentos e vinte e um reais e setenta e oito centavos), mediante a utilização dos recursos indicados no art.1º deste Decreto, conforme segue:

| | | |
|--------------------------|---|--|
| 03.05.028.843.0005.0002. | SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL | |
|--------------------------|---|--|

| | | |
|--------------------------|--|-----------|
| 03.05.028.843.0005.0002. | ENCARGOS DA ADMINISTRAÇÃO | |
| 03.05.028.843.0005.0002. | DIVIDA FUNDADA INTERNA E ENCARGOS DO PODER EXECUTIVO | |
| 400000.00 | DESPESAS DE CAPITAL | |
| 460000.00 | AMORTIAÇÃO DA DIVIDA | |
| 469000.00 | APLICAÇÕES DIRETAS | |
| 0.10000 | VINCULO LIVRE | 69.621,78 |
| | TOTAL | 69.621,78 |

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 11 de maio de 2015; 145º ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

DECRETO Nº 3826, DE 11 DE MAIO DE 2015

DECRETO Nº 3826, DE 11 DE MAIO DE 2015

Abre Crédito Suplementar por conta do Superávit Financeiro do Ano Anterior, no valor de R\$ 200.000,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 2747, de 09 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2015, no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) mediante a utilização dos recursos indicados no art.2º deste decreto, conforme segue:

| | | |
|--------------------------|--|------------|
| 03.05.028.843.0005.0002. | SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL | |
| 03.05.028.843.0005.0002. | ENCARGOS DA ADMINISTRAÇÃO | |
| 03.05.028.843.0005.0002. | DIVIDA FUNDADA INTERNA E ENCARGOS DO PODER EXECUTIVO | |
| 400000.00 | DESPESAS DE CAPITAL | |
| 460000.00 | AMORTIAÇÃO DA DIVIDA | |
| 469000.00 | APLICAÇÕES DIRETAS | |
| 0.30000 | SUPERAVIT LIVRE | 200.000,00 |
| | TOTAL | 200.000,00 |

Art. 2º O Crédito Suplementar de que trata o artigo anterior, corre à conta do Superávit Financeiro do Ano Anterior.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 11 de maio de 2015; 145º ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

DECRETO Nº 3828, DE 15 DE MAIO DE 2015

DECRETO Nº 3828, DE 15 DE MAIO DE 2015

Abre Crédito Suplementar por conta do Superávit Financeiro do Ano Anterior, no valor de R\$ 36.072,15

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 2747, de 09 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2015, no valor de R\$ 36.072,15 (trinta e seis mil, setenta e dois reais e quinze centavos) mediante a utilização dos recursos indicados no art.2º deste decreto, conforme segue:

| | | |
|--------------------------|--|-----------|
| 08.02.015.451.0052.1071. | SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS | |
| 08.02.015.451.0052.1071. | OBRAS MUNICIPAIS | |
| 08.02.015.451.0052.1071. | ESPAÇOS PÚBLICOS | |
| 400000.00 | DESPESAS DE CAPITAL | |
| 440000.00 | INVESTIMENTOS | |
| 449000.00 | APLICAÇÕES DIRETAS | |
| 0.30000 | SUPERAVIT LIVRE | 36.072,15 |
| | total | 36.072,15 |

Art. 2º O Crédito Suplementar de que trata o artigo anterior, corre à conta do Superávit Financeiro do Ano Anterior.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 15 de maio de 2015; 145º ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

DECRETO Nº 3832, DE 20 DE MAIO DE 2015

DECRETO Nº 3832, DE 20 DE MAIO DE 2015

Abre Crédito Suplementar por conta do Superávit Financeiro do Ano Anterior, no valor de R\$ 238.000,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 2747, de 09 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2015, no valor de R\$ 238.000,00 (duzentos e trinta e oito mil reais) mediante a utilização dos recursos indicados no art.2º deste decreto, conforme segue:

| | | |
|-------------------------|--|------------|
| 25.03.017.512.0104.2314 | SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO | |
| 25.03.017.512.0104.2314 | TRATAMENTO DE DISPOSIÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS | |
| 25.03.017.512.0104.2314 | MAN. DOS SERVIÇOS DE ATERRO | |
| 300000.00 | DESPESAS CORRENTES | |
| 310000.00 | PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS | |
| 319000.00 | APLICAÇÕES DIRETAS | |
| 0.60000 | Superavit Financeiro Ano anterior | 100.000,00 |
| 300000.00 | DESPESAS CORRENTES | |
| 310000.00 | PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS | |

| | | |
|-------------------------|--|------------|
| 319100.00 | APLICAÇÕES ENTRE ORGAOS RPPS | |
| 0.60000 | Superavit Financeiro Ano anterior | 8.000,00 |
| 300000.00 | DESPESAS CORRENTES | |
| 330000.00 | OUTRAS DESPESAS CORRENTES | |
| 339000.00 | APLICAÇÕES DIRETAS | |
| 0.60000 | Superavit Financeiro Ano anterior | 30.000,00 |
| | TOTAL | 138.000,00 |
| 25.03.017.512.0104.2316 | SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO | |
| 25.03.017.512.0104.2316 | TRATAMENTO DE DISPOSIÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS | |
| 25.03.017.512.0104.2316 | MAN. DOS SERVIÇOS DE RECLAMAGEM | |
| 300000.00 | DESPESAS CORRENTES | |
| 330000.00 | OUTRAS DESPESAS CORRENTES | |
| 339000.00 | APLICAÇÕES DIRETAS | |
| 0.60000 | Superavit Financeiro Ano anterior | 100.000,00 |
| | TOTAL | 100.000,00 |
| | TOTAL SUPLEMENTAÇÃO | 238.000,00 |

Art. 2º O Crédito Suplementar de que trata o artigo anterior, corre à conta do Superávit Financeiro do Ano Anterior.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 20 de maio de 2015; 145º ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

DECRETO Nº 3833, DE 21 DE MAIO DE 2015

DECRETO Nº 3833, DE 21 DE MAIO DE 2015

Abre Crédito Suplementar à conta de anulação no valor de R\$ 1.093,44

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 2747, de 09 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art.1º Fica anulado no saldo existente de dotação, do seguinte Projeto/Atividade, item, elemento e unidade orçamentária do Orçamento-Programa 2015:

| | | |
|--------------------------|------------------------------------|----------|
| 15.04.010.304.0074.2166. | FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS | |
| 15.04.010.304.0074.2166. | VIGILÂNCIA EM SAÚDE | |
| 15.04.010.304.0074.2166. | MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA | |
| 300000.00 | DESPESAS CORRENTES | |
| 330000.00 | OUTRAS DESPESAS CORRENTES | |
| 339000.00 | APLICAÇÕES DIRETAS | |
| 0.10200 | Receitas de Impostos - Saúde | 1.093,44 |
| | TOTAL | 1.093,44 |

Art.2º Abre Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2015, no

valor de R\$ 1.093,44 (um mil e noventa e três reais e quarenta e quatro centavos), mediante a utilização dos recursos indicados no art.1º deste Decreto, conforme segue:

| | | |
|--------------------------|--|----------|
| 15.04.010.304.0074.2166. | FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS | |
| 15.04.010.304.0074.2166. | VIGILÂNCIA EM SAÚDE | |
| 15.04.010.304.0074.2166. | MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA | |
| 300000.00 | DESPESAS CORRENTES | |
| 330000.00 | OUTRAS DESPESAS CORRENTES | |
| 335000.00 | TRANSF. A INST PRIVADAS S/ FINS LUCRATIVOS | |
| 0.10200 | Receitas de Impostos - Saúde | 1.093,44 |
| | TOTAL | 1.093,44 |

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 21 de maio de 2015; 145º ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

DECRETO Nº 3849, DE 29 DE MAIO DE 2015

DECRETO Nº 3849, DE 29 DE MAIO DE 2015

Declara de utilidade pública para fins de desapropriação amigável ou judicial, diversas faixas de terras de imóveis situados na Rodovia Estadual SC-110 e Rodovia Estadual SC-477

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR, Prefeito de Timbó - SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso XIII, c/c art. 70, inciso I, alíneas "d" e "n", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1.990, e com fundamento no inciso XXIV da Constituição Federal e nos artigos 2º e 5º, alínea "i", do Decreto-Lei nº 3.365, de 21/06/41, e suas alterações posteriores; e

Considerando que a desapropriação se destina à implantação de intersecções viárias que comporão o Anel Viário Araponguinhas, bem como edificação de ponte no bairro Dona Clara, o que irá beneficiar a população e transeuntes que utilizam estas vias;

Considerando-se o desenvolvimento do bairro e a necessidade de melhoramento do sistema viário municipal, para melhoria, fluidez e segurança do trânsito;

Considerando-se o intuito de melhorar as condições de vida dos moradores viabilizando infraestrutura básica aos imóveis da região;

Considerando que a obra em apreço segue o que foi deliberado na Lei de Mobilidade Urbana - LC nº 344/200 - que assim estabelece: "CAPÍTULO I - DAS DIRETRIZES E OBJETIVOS - Art. 1º O Plano de Mobilidade Urbana do Município de Timbó compreende o Sistema Viário, o Sistema de Transporte Coletivo e o Sistema Cicloviário, sendo pautado pelas seguintes diretrizes: I - criação de um sistema viário urbano integrado e moderno, com vias estruturais e básicas, formando anéis que permitam: a) melhor comunicação entre as várias localidades da cidade; b) ampla distribuição e descentralização dos deslocamentos; c) indução de desenvolvimento urbano para áreas estratégicas; d) desvios do tráfego de passagem intermunicipal; e) maior segurança e fluidez de tráfego aos usuários em geral;

DECRETA:

Art. 1º - Ficam declarados de utilidade pública, para fins de

desapropriação por via amigável ou judicial, nos termos do Decreto-Lei nº 3.365, de 21/06/41, e alterações posteriores, diversas áreas de terras situadas à Rodovia Estadual SC-110 e Rodovia Estadual SC-477, assim descritas:

I - parte ideal do terreno urbano, situado no lado par da Rodovia Estadual SC-110, de propriedade de CECILIA ROEPKE, de Matrícula sob o número de ordem 10.580, Livro 2, assim constituída: área de 1.087,18m², fazendo frente em 69,39m com a Rodovia Estadual SC-110; fundos em 86,05m com a área remanescente do proprietário; e, pelo lado direito, em 7,28m com terras de Roland Schlei, matrícula 8.130, Livro 2;

a) A área supra narrada é constituída de 339,59m², de área "non aedificandi", intitulada área 01, em virtude da constante faixa de 30,00m a partir do eixo da Rodovia Estadual SC-110, assim descrita: frente em 42,66m com a Área 02; e, fundos, em linha curva, em 51,97m com a área remanescente do proprietário; e 747,59m² alusiva à Faixa de Domínio de 15,00m a partir do eixo da Rodovia Estadual SC-110, intitulada área 02, de responsabilidade do Deinfra, assim descrita: frente em 69,39m com a Rodovia Estadual SC-110; fundos em 76,72m, sendo, em 10,31m com a área remanescente do proprietário, em 42,66m com a Área 01, e em 23,75m com a área remanescente do proprietário; lado direito em 7,28m com terras de Roland Schlei, matrícula 8.130, Livro 2;

II – Terreno Urbano, situado no lado par da Rodovia Estadual SC-110, de propriedade de CARLOS BORCHARDT, transcrito sob número de ordem 2.725, fls. 205, Livro 3-A, assim constituída: área de 3.360,00 m², fazendo frente em 47,00 m com a Rodovia Estadual SC-110; fundos em 52,00 m com a margem direita do Rio Benedito; lado direito em 68,00 m com terras de Zurita Salete Macoppi Bonin, de Matrícula 4.298, livro 2; e, pelo lado esquerdo, em 82,00 m com terras de Valmir José Oribka, matrícula 13.085, livro 2;

III – parte ideal do terreno urbano, situado no lado ímpar da Rodovia Estadual SC-110, de propriedade de CARLOS JANDT, de Matrícula sob número de ordem 6.425, Livro 2, assim constituída: área de 414,01m², fazendo frente em 45,96m com a Rodovia Estadual SC-110; e, fundos em 47,69m com a área remanescente do proprietário; e, pelo lado esquerdo, em 3,36m com terras de Wera Kruger Nones, matrícula 4.353, Livro 2;

a) A área supra narrada é constituída de 163,43m², de área "non aedificandi" em virtude da constante faixa de 30,00m a partir do eixo da Rodovia Estadual SC-110, intitulada Área 01, assim descrita: frente em 33,05m com a Área 02; e, fundos, em linha curva, em 37,15m com a área remanescente do proprietário; e 250,58m², de Faixa de Domínio, intitulada Área 02, de 15,00m a partir do eixo da Rodovia Estadual SC-110, de responsabilidade do Deinfra, assim descrita: frente em 45,96m com a Rodovia Estadual SC-110; fundos em 43,59m, sendo, em 4,00m com área remanescente do proprietário, em 33,05m com Área 01 e em 6,54m com área remanescente do proprietário; lado esquerdo em 3,36m com terras de Wera Kruger Nones, matrícula 4.353, Livro 2;

IV – parte ideal do terreno urbano, situado no lado ímpar da Rodovia Estadual SC-477, de propriedade de VANDALIN KRUGER, de Matrícula sob número de ordem 4.924, Livro 2, assim constituída: área de 2.760,90m², fazendo frente em 93,36m com a Rodovia Estadual SC-477; fundos em 18,38m com a margem esquerda do Rio Benedito; lado direito em 141,49m, sendo, em 140,07m com área remanescente do proprietário, e em 1,42m com terras de Celio Luiz Caviquioli, matrícula 10.667; e, pelo lado esquerdo, em 185,03m com área remanescente do proprietário;

a) na área supra narrada constam 573,63m², de Faixa de Domínio de 20,00m a partir do eixo da Rodovia Estadual SC-477, de responsabilidade do Deinfra, assim descrita: frente em 93,36m com a

Rodovia Estadual SC-477; fundos em 105,28m, sendo, em 47,24m com área remanescente do proprietário, em 37,13m com a Área descrita acima, e em 20,91m com área remanescente do proprietário; lado direito em 1,42m com terras de Celio Luiz Caviquioli, matrícula 10.667, Livro 2; e, lado esquerdo em 2,18m com área remanescente do proprietário;

V – parte ideal do terreno urbano, situado no lado par da Rodovia Estadual SC-477, de propriedade de VANDALIN KRUGER, de Matrícula sob número de ordem 4.925, Livro 2, assim constituída: 484,82m², fazendo frente em 50,64m com o lado ímpar da rua Macaé; fundos em 60,45m com área remanescente do proprietário; lado direito em 36,40m com a Rodovia Estadual SC-477; e, pelo lado esquerdo, em 0,74m com área remanescente do proprietário.

a) na área supra mencionada constam 160,91m², de Faixa de Domínio de 20,00m a partir do eixo da Rodovia Estadual SC-477, de responsabilidade do Deinfra, assim descrita: frente em 22,91m com a Rodovia Estadual SC-477; fundos em 24,67m com área supra narrada; lado direito em 7,87m com a área remanescente do proprietário; lado esquerdo em 13,49m com a curva de transição com a Rua Macaé.

Art. 2º A desapropriação do imóvel declarada de utilidade pública por este decreto, é considerada de "urgência", razão pela qual deverão ser adotados todos os meios legais necessários a sua efetivação, conforme dispõe os artigos 10 c/c art. 15 do Decreto-Lei nº 3.365/41, e Lei Federal nº 2.786, de 21/05/56.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação deste decreto, correrão à conta de dotação orçamentária própria do Orçamento-Programa 2014.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 29 de maio de 2015; 145º ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

DECRETO Nº 3848, DE 29 DE MAIO DE 2015

DECRETO Nº 3848, DE 29 DE MAIO DE 2015

Convoca a 6ª Conferência Municipal de Saúde de Timbó – SC, e dá outras providências.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, V e art. 70, I, "g" e "n", ambos da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de abril de 1990, e com fundamento nos demais dispositivos legais aplicáveis à espécie e,

Considerando que a Conferência Municipal de Saúde constitui-se como fórum de deliberação da Política de Saúde;

Considerando as disposições estabelecidas pela Lei nº. 8.142/90 e demais dispositivos legais aplicáveis à espécie;

Considerando que o Conselho Municipal de Saúde definiu o dia 08/07/2015 para a realização da 6ª Conferência Municipal de Saúde, aprovando o respectivo Regimento Interno,

DECRETA:

Art. 1º. Fica convocada a 6ª Conferência Municipal de Saúde de Timbó-SC, que será realizada na data de 08 de julho de 2015, das 8 às 17 horas, junto à sede da Igreja Católica de Timbó, localizada na Rua Germano Brandes Sênior, nº. 397, Centro, cidade de Timbó

– SC.

Art. 2º. A Conferência desenvolverá seus trabalhos a partir do tema central "SAÚDE PÚBLICA DE QUALIDADE PARA CUIDAR BEM DAS PESSOAS", tratando do eixo: "DIREITO DO POVO BRASILEIRO".

Art. 3º. Toda a organização, coordenação e execução da Conferência dar-se-á através da Comissão Organizadora criada e designada através da Portaria nº. 1633, de 29 de maio de 2015.

§1º. A Secretaria de Saúde promoverá o apoio necessário ao desenvolvimento das atividades da Comissão.

§2º. A Conferência contará com a participação de membros governamentais e não governamentais, podendo ser prestigiada por qualquer cidadão, nos moldes do Regimento Interno.

Art. 4º. A 6ª Conferência Municipal de Saúde será precedida de Pré-Conferências, as quais serão organizadas, coordenadas e executadas através de parceria efetivada entre a equipe administrativa da Secretaria de Saúde e das Unidades de Saúde da Família, Conselho Municipal de Saúde, Conselhos Locais de Saúde, cada qual em suas áreas de abrangência:

- U.S.F. Araponguinhas (bairro Araponguinhas);
- U.S.F. Coletiva (bairro Quintino);
- U.S.F. Integrada (bairro Imigrantes);
- U.S.F. Nações (bairro das Nações);
- U.S.F. Pe. Martinho Stein (bairro Padre Martinho Stein);
- U.S.F. Pomeranos (bairros Pomeranos, São Roque e Mulde);
- U.S.F. Saudável (bairro dos Estados);
- U.S.F. Solidaria (bairro das Capitais);
- U.S.F. Tiroleses e Dona Clara (bairros Tiroleses e Dona Clara);
- U.S.F. Vila Germer (bairro Vila Germer).

§1º As Pré-Conferências serão realizadas no mês de junho de 2015.

§2º Os relatos das Pré-Conferências farão parte do Plano Municipal de Saúde e do Relatório Final da Conferência.

Art. 5º. O Regimento Interno anexo ao presente será objeto de aprovação durante a 6ª Conferência Municipal de Saúde de Timbó – SC.

Art. 6º As despesas com a 6ª Conferência Municipal de Saúde de Timbó - SC correrão a conta dos recursos orçamentários próprios do Orçamento-Programa Anual.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art. 3º, do Decreto nº. 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 29 de maio de 2015; 145º ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE
CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SAÚDE

REGIMENTO INTERNO DA 6ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SAÚDE

CAPITULO I

Dos Objetivos

Artigo 1º. A 6ª Conferência Municipal de Saúde de Timbó – SC, convocada através do Decreto Municipal nº 3848 de 29 de maio de 2015, terá por finalidade reorganizar o modelo de atenção à saúde, inclusive com base nas pré-conferências (tipo de estratégia a ser utilizada), através da discussão dos problemas de Saúde do Município e da proposição de diretrizes para atualizar o Plano Municipal de Saúde

CAPÍTULO II

Da Realização

Artigo 2º. A 6ª Conferência Municipal de Saúde de Timbó – SC será realizada no dia 08 de julho de 2015, nos moldes e condições estabelecidas no Decreto Municipal nº 3848, de 29 de maio de 2015.

CAPÍTULO III

Do Temário

Artigo 3º. Nos termos do Decreto Municipal nº 3848, de 29 de maio de 2015 e da Portaria nº. 1633, de 29 de maio de 2015, a Conferência terá como tema "SAÚDE PÚBLICA DE QUALIDADE PARA CUIDAR BEM DAS PESSOAS".

Artigo 4º. Além do temário central a Conferência terá como eixo: "DIREITO DO POVO BRASILEIRO", que integra:

I. Valorização do Trabalho e da Educação em Saúde; Informação, Educação e Política de Comunicação do SUS; Ciência, Tecnologia e Inovação no SUS;

II. Financiamento do SUS e Relação Público-Privado; Gestão do SUS e Modelos de Atenção à Saúde;

III. Direito à Saúde, Garantia de Acesso e Atenção de Qualidade; Participação Social; Reformas Democráticas e Populares do Estado

Artigo 5º. A abordagem de cada item do temário será realizado por exposição de no mínimo 1(um) conferencista, seguidas de discussão na plenária e posterior discussão nos grupos de trabalho.

Parágrafo Único - Cada grupo de trabalho terá um mediador para presidir a reunião e um relator indicado pela comissão organizadora.

Artigo 6º. Será facultado a quaisquer dos membros da Conferência, por ordem e mediante prévia inscrição à mesa diretora dos trabalhos, manifestar-se verbalmente ou por escrito durante o período de debates, através de perguntas ou observações pertinentes ao tema.

CAPÍTULO IV

Da Organização da Conferência

Artigo 7º. A Conferência será presidida pelo Presidente do Conselho Municipal de Saúde e na sua ausência pelo Coordenador da Conferência.

Artigo 8º. A Conferência Municipal de Saúde será coordenada pelo Secretário Municipal de Saúde e com os membros da comissão organizadora.

CAPÍTULO V

Dos Membros

Artigo 9º. Poderão inscrever-se como membros da Conferência, todas as pessoas ou instituições interessadas no aperfeiçoamento da política de saúde, na condição de:

a) Delegados; b) Participantes; c) Convidados.

- 1º. Os membros inscritos como Delegados terão direito a voz e voto. Os participantes terão apenas direito a voz, assim como os convidados.

- 2º. Como participantes inscrever-se-ão membros credenciados de associações, instituições públicas, entidades de classe e de representação da sociedade civil.

- 3º. Serão convidadas entidades e ou representantes de outras cidades e ou instituições Estaduais e Nacionais para serem participantes ou conferencistas.

SEÇÃO I

Dos Delegados

Artigo 10. Tomarão parte da conferência na condição de Delegado:

I. Titulares ou representantes, formalmente credenciados, de instituições governamentais (municipais, estaduais e federais);

II. Titulares ou representantes, formalmente credenciados, de instituições prestadoras de serviço de saúde, públicas e privadas;

III. Titulares ou representantes, formalmente credenciados, de entidades de representação dos trabalhadores da área de saúde;

IV. Representantes de usuários; organizações sindicais de trabalhadores rurais e urbanos, entidades patronais, associações comunitárias ou de moradores, clube de serviço, partidos políticos, organizações estudantis, conselhos de pais, assim como outras instituições da sociedade civil organizada que não se incluam nos itens anteriores;

V. Os membros titulares e suplentes do Conselho Municipal de Saúde são membros natos da Conferência.

Parágrafo único. Nos termos do Artigo 1º da Lei 8.142/90, a representação dos usuários será paritária em relação ao conjunto dos representantes do governo, prestadores de serviços e trabalhadores da saúde.

Artigo 11. A secretaria do evento funcionará na Secretaria de Saúde até o dia 07 de julho de 2015 e no local do evento a partir de 08 de julho de 2015.

Artigo 12. Os delegados das instituições deverão se inscrever mediante ofício de suas respectivas entidades.

Artigo 13. As plenárias das Pré-Conferências terão como objetivo debater os temas da programação, a serem explanados pelos palestrantes antes da realização dos debates.

Parágrafo único. Os trabalhos em grupo servirão para aprofundar estes temas e elaborar propostas a serem discutidas na plenária final.

Artigo 14 - A Plenária Final terá como objetivos:

a) Apreciar e submeter à votação a síntese das discussões do Temário Central que tenham relatórios finais apresentados pelos grupos de trabalho.

b) Aprovar as diretrizes da Política de Saúde para os próximos 4 (quatro) anos.

Artigo 15. Participarão da Plenária Final os delegados e participantes credenciados, sendo que os delegados terão direito a voz e voto e os participantes apenas a voz.

Parágrafo Único. Apenas poderão pedir destaques de propostas os delegados.

Artigo 16. A mesa diretora, responsável pela coordenação dos trabalhos da reunião Plenária Final, será presidida pelo coordenador da conferência, juntamente com 2 (dois) membros do Conselho Municipal de Saúde.

Artigo 17. A apreciação e votação das propostas consolidadas nos relatórios terão o seguinte encaminhamento:

I. A Comissão Relatora procederá a leitura do Relatório Geral de modo que os pontos de divergência possam ser identificados como destaques para serem apreciados, no final da leitura por ordem de apresentação.

II. A aprovação das propostas será por maioria simples dos delegados presentes.

Artigo 18. A plenária é soberana à mesa e lhe será facultada questionamentos pela ordem à mesa, sempre que, a critério dos participantes não se esteja cumprindo o regulamento.

Parágrafo Único. Os pedidos de questão de ordem poderão ser feitos a qualquer tempo, exceto durante o período de votação, desde que a mesa tenha submetido à apreciação da plenária os anteriormente feitos.

CAPÍTULO VI

Das Disposições Gerais

Artigo 19. O Conselho Municipal de Saúde e Comissão Organizadora decidirão sobre os casos omissos e pôr qualquer eventualidade que ocorra durante o evento.

Artigo 20 - Serão fornecidos certificados a todos os participantes de acordo com sua categoria.

Parágrafo Único. Em caso do participante ser funcionário público municipal, a ausência ao trabalho será justificada mediante apresentação do documento mencionado no "caput" deste artigo.

Artigo 21. As decisões administrativas e de funcionamento durante a conferência serão tomadas pela comissão executiva, que deverá prestar contas de todos os gastos de receitas efetuadas, no prazo de 10 (dez) dias úteis após o término dos trabalhos, sendo facultado a todos os participantes, ou não, da conferência o acesso às contas e documentos probatórios.

Artigo 22. O Regimento interno foi aprovado por unanimidade em reunião do Conselho Municipal de Saúde de Timbó/SC dia 27/05/2015.

Timbó, 27 de maio de 2015.

MOACIR NEITZEL

Presidente do Conselho Municipal de Saúde

DECRETO Nº 3834, DE 21 DE MAIO DE 2015

DECRETO Nº 3834, DE 21 DE MAIO DE 2015

Fixa preços mínimos para comercialização de material reciclado pela Divisão de Resíduos Sólidos do SAMAE, e dá outras providências.

O Prefeito de Timbó/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 50, incisos VII, XX, XXII e XXV, c/c art. 70, inciso I, alíneas "i" e "n", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e com fundamento nos artigos 71 e 72 da Lei Orgânica do Município, nos artigos 30, inciso V, e 175 da Constituição Federal, nos artigos 9º, 13 e 29, inciso V, da Lei Federal nº 8.987, de 13/02/1995, e no artigo 17, II, "e", da Lei Federal nº 8.666, de 21 de Junho de 1993, e alterações posteriores, e

Considerando-se que o Município implantou o Processo de Coleta Seletiva de Resíduos Sólidos, através do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, em 02 de Junho de 2003;

Considerando-se que através da Portaria nº 496, de 23 de março de 2012, foi designada Comissão Especial de Avaliação de material reciclado para fins de alienação, tendo-se recebido o respectivo Laudo de Avaliação proposto pela mesma,

DECRETA:

Art.1º Fica homologado o Laudo de Avaliação, apresentado pela Comissão Especial de Avaliação, e fixada a tabela de preços mínimos para comercialização, pelo SAMAE, dos resíduos sólidos reciclados pela Divisão de Resíduos Sólidos, conforme classificação abaixo:

| Item | Qtd | Und | Descrição | Preço Mínimo por Unidade (R\$) |
|------|---------|-------|---|--------------------------------|
| 001 | 70.000 | Kg | Papelão (reciclado) | 0,25 |
| 002 | 100.000 | Kg | Papel misto (reciclado) | 0,15 |
| 003 | 7.000 | Kg | Papel Kraft (reciclado) | 0,15 |
| 004 | 16.000 | Kg | Tetra Pack (embalagem longa vida) reciclado | 0,14 |
| 005 | 20.000 | Kg | Plástico pet refrigerante | 1,00 |
| 006 | 4.000 | Kg | Plástico pet azeite | 0,45 |
| 007 | 8.000 | Kg | Plástico PP Transparente (vinagre / álcool / shampoo) | 1,35 |
| 008 | 4.000 | Kg | Plástico duro branco leitoso | 1,10 |
| 009 | 30.000 | Kg | Plástico PEAD/PEAB (PT de margarina, leitoso colorido, balde,) | 0,75 |
| 010 | 2.500 | Kg | PVC e caixa de geladeira | 0,25 |
| 011 | 4.500 | Kg | Plástico PS copinhos | 0,15 |
| 012 | 70.000 | Kg | PE filme colorido limpo/sujo | 0,45 |
| 013 | 2.000 | Kg | PP filme colorido | 0,10 |
| 014 | 1.000 | Kg | Filme cristal limpo/sujo | 0,90 |
| 015 | 450 | Peça | Vidros de conserva grande | 0,95 |
| 016 | 1.100 | Peça | Garrafão de vidro | 0,85 |
| 017 | 52.000 | Kg | Conservas pequenas, vidros e litros diversos | 0,09 |
| 018 | 20.000 | Kg | Caco escuro (vidros e litros diversos quebrados) | 0,04 |
| 019 | 20.000 | Kg | Caco claro (vidros e litros diversos quebrados) | 0,05 |
| 020 | 2.660 | Kg | Alumínios diversos | 1,75 |
| 021 | 13.000 | Kg | Alumínios latinhas | 1,80 |
| 022 | 1.400 | Kg | Alumínios marmiteix | 0,10 |
| 023 | 2.800 | Kg | Motores elétricos para desmanche | 0,40 |
| 024 | 10.000 | Kg | Lixo eletrônico | 0,05 |
| 025 | 900 | Kg | Isopor | 0,12 |
| 026 | 450 | Kg | Fios com capa | 2,50 |
| 027 | 800 | Litro | Óleo cozinha usado | 0,35 |
| 028 | 250 | Kg | Antimônio | 0,70 |
| 029 | 380 | Kg | Inox | 1,60 |
| 030 | 41.500 | Kg | Latas e sucatas bruta de ferro | 0,15 |
| 031 | 20.000 | Kg | Papéis, Plásticos, Vidros, Metais e aproximadamente trinta por cento de rejeito (Lixo Orgânico) | 0,10 |
| 032 | 20.000 | Kg | Papéis, Plásticos, Vidros, Metais e aproximadamente trinta por cento de rejeito (Lixo Orgânico) | 0,10 |
| 033 | 20.000 | Kg | Papéis, Plásticos, Vidros, Metais e aproximadamente trinta por cento de rejeito (Lixo Orgânico) | 0,10 |
| 034 | 20.000 | Kg | Papéis, Plásticos, Vidros, Metais e aproximadamente trinta por cento de rejeito (Lixo Orgânico) | 0,10 |

§1º Fica estabelecida a apresentação de novo Laudo de Avaliação pela Comissão Especial, designada pela Portaria nº 496, de 23 de março de 2012, com validade pelo período de 06 (seis) meses, após a publicação deste decreto, com vistas à avaliação da eficiência e do interesse nas alienações e a eventual revisão dos preços mínimos fixados.

§2º O procedimento interno do SAMAE para efetivação das alienações dos materiais reciclados deverá incluir o controle de produção e pesagem dos materiais e o pagamento exclusivamente em agência bancária ou correspondente, em conta corrente específica.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Art.3º Fica revogado o Decreto nº 3468, de 10 de abril de 2014.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 21 de maio de 2015; 145º ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

EXTRATO DE DISPENSA Nº 08 2015 FUMTRAN

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ

FUNDO MUNICIPAL DE TRÂNSITO

EXTRATO DE DISPENSA

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 08/2015

CONTRATANTE: Município de Timbó, através do Fundo Municipal de Trânsito.

CONTRATADO: SENAT Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte.

OBJETO: Pagamento ao correspondente de 50% (cinquenta por cento) do valor total do curso de formação de taxista, conforme Resolução n.º 456, de 22/10/2013.

VALOR TOTAL: R\$ 4.560,00 (quatro mil, quinhentos e sessenta reais), correspondente a 50% de 38 (trinta e oito) inscrições.

TIMBO (SC), 29/06/2015

FABIANO MARTINS ADRIANO

Secretária de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente

PORTARIA Nº SEMFA_D1027, DE 05 DE MAIO DE 2015

PORTARIA Nº SEMFA_D1027, de 05 de maio de 2015

Concede Licença-Prêmio convertida em Pecúnia Total à servidora da Secretaria Municipal de Educação.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e pelo Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, com fundamento nos artigos 97 e 101 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1993, resolve:

RESOLVE

Art. 1º Conceder Licença-Prêmio Convertida em Pecúnia Total, às servidoras da Secretaria Municipal de Educação, a ser pago junto à Rescisão Competência Maio/2015, conforme demonstrativo abaixo:

| Nome | Processo | Período Aquisitivo |
|------------|-----------|--------------------|
| Cleusa Bet | RH15-0045 | 12.06.2008/2013 |

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 05 de Maio de 2015; 145º ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

PORTARIA NO 1612, DE 04 DE MAIO DE 2015

PORTARIA No 1612, DE 04 DE MAIO DE 2015

Designa Servidor Público Municipal para exercício de Função Gratificada na Administração Direta, a contar de 1º de maio do corrente.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, incisos I e X, combinado com o art. 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990,

RESOLVE:

Art.1º DESIGNAR EM FUNÇÃO GRATIFICADA, e com base no Art. 11, - 3º, da Lei Complementar nº 01, de 22/10/93, acrescentado pela Lei Complementar nº 139, de 02/07/98, combinado com o disposto no artigo 21 da Lei Complementar nº 196, de 29/12/00, c/c art.7º da Lei Complementar nº 458, de 19 de dezembro de 2014, o servidor abaixo relacionado, a contar de 1º de maio do corrente:

| SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS | | | |
|--|---------|----|---------------------------------------|
| NOME | SÍMBOLO | % | FUNÇÃO GRATIFICADA |
| Haroldo Sasse | FG-1 | 50 | Coordenação dos Cemitérios Municipais |

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 04 de maio de 2015; 145º ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó / SC

PORTARIA NO 1613, DE 04 DE MAIO DE 2015

PORTARIA No 1613, DE 04 DE MAIO DE 2015

Designa Servidores Públicos Municipais para exercício de Função Gratificada na Administração Direta, a contar de 1º de maio do corrente.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, incisos I e X, combinado com o art. 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990,

RESOLVE:

Art.1º DESIGNAR EM FUNÇÃO GRATIFICADA, e com base no Art. 11, - 3º, da Lei Complementar nº 01, de 22/10/93, acrescentado pela Lei Complementar nº 139, de 02/07/98, combinado com o disposto no artigo 21 da Lei Complementar nº 196, de 29/12/00, os servidores abaixo relacionados, a contar de 1º de maio do corrente:

| SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE | | | |
|------------------------------------|---------|----|---|
| NOME | SÍMBOLO | % | FUNÇÃO GRATIFICADA |
| Priscila Aparecida Parri Zaminiani | FG-2 | 40 | Coordenação da Policlínica de Referência |
| Luzia Aparecida Gaulke Felippi | FG-4 | 20 | Coordenação do Setor de Informações e Produção Ambulatorial |

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 04 de maio de 2015; 145º ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó / SC

PORTARIA NO 1614, DE 04 DE MAIO DE 2015

PORTARIA No 1614, DE 04 DE MAIO DE 2015

Concede exoneração ao Servidor Público Municipal lotado na Administração Direta.

O Prefeito de Timbó em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.70, Inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e pelo art. 9º, Inciso II, da Lei nº 2.045, de 22 de dezembro de 1998,

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER EXONERAÇÃO ao Servidor Público Municipal, conforme abaixo relacionado:

| SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS | | | |
|--|-----------------------------------|---------------------|-------------|
| NOME | CARGO (Contratação Temporária) | PORT.DE CONTRATAÇÃO | A CONTAR DE |
| Elias Antonio Zatelli | Pedreiro | 1436, de 08/12/2014 | 04/05/2015 |

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 04 de maio de 2015; 145º ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

PORTARIA NO 1615, DE 04 DE MAIO DE 2015

PORTARIA No 1615, DE 04 DE MAIO DE 2015

Autoriza a contratação de Servidores em caráter temporário para a Administração Direta.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso X, combinado com art. 70, Inciso II, alínea "e", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e,

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso VIII do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterado pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, e Decreto nº 3031, de 02/01/2013, alterado pelos Decretos nº 3083, de 15/03/2013, nº 3506, de 13/06/2014 e nº 3679, de 01/12/2014,

RESOLVE:

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE para os cargos abaixo discriminados:

| SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, TRÂNSITO E MEIO AMBIENTE (Fundo Municipal de Trânsito) | | | | |
|---|------------|----------------|-----------------|-------------------------|
| Cargo: Auxiliar Operacional I (SG-08) | | | | |
| Nome | Data Nasc. | CPF | Jornada Semanal | Período |
| PAULA NICOLODELLI (Vacância do cargo e ausência de cand.aprovados no Conc.Público /Proc.Seletivo) | 13/10/1994 | 065.210.369-39 | 44h | 04/05/2015 a 30/06/2015 |
| SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS | | | | |
| Cargo: Motorista (SG-29) | | | | |
| Nome | Data Nasc. | CPF | Jornada Semanal | Período |
| EDUARDO EMIDIO RIBEIRO (Vacância do cargo e ausência de cand.aprovados no Conc.Público /Proc.Seletivo) | 18/11/1994 | 095.773.909-51 | 44h | 06/05/2015 a 06/06/2015 |
| Cargo: Pedreiro (SG-24) | | | | |
| Nome | Data Nasc. | CPF | Jornada Semanal | Período |

| | | | | |
|---|------------|----------------|-----------------|-------------------------|
| GERONIMO WACKERHAGE (Vacância do cargo e ausência de cand.aprovados no Conc.Público /Proc.Seletivo) | 10/01/1973 | 898.587.869-72 | 44h | 07/05/2015 a 06/06/2015 |
| SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE | | | | |
| Cargo: Médico (GP-75) | | | | |
| Nome | Data Nasc. | CPF | Jornada Semanal | Período |
| GUILHERME DA CUNHA GALVANI (Vacância do cargo e ausência de cand.aprovados no Conc.Público /Proc.Seletivo) | 13/10/1984 | 051.803.229-95 | 20h | 04/05/2015 a 03/06/2015 |
| Cargo: Motorista (SG-29) | | | | |
| Nome | Data Nasc. | CPF | Jornada Semanal | Período |
| EGBERTO JOSÉ DE FREITAS (Vacância do cargo e ausência de cand.aprovados no Conc.Público /Proc.Seletivo) | 10/03/1986 | 048.386.079-46 | 44h | 04/05/2015 a 30/06/2015 |
| AZUIR STOLF JUNIOR (Vacância do cargo e ausência de cand.aprovados no Conc.Público /Proc.Seletivo) | 20/05/1991 | 076.760.439-30 | 44h | 20/05/2015 a 03/06/2015 |
| Cargo: Agente Comunitário de Saúde | | | | |
| Nome | Data Nasc. | CPF | Jornada Semanal | Período |
| ANDRESSA LUANA THUROW (Vacância do cargo e ausência de cand.aprovados no Conc.Público /Proc.Seletivo) | 07/09/1994 | 096.972.059-90 | 40h | 18/05/2015 a 03/06/2015 |

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 04 de maio de 2015; 145o ano de Fundação; 81o ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

PORTARIA NO 1616, DE 04 DE MAIO DE 2015

PORTARIA No 1616, DE 04 DE MAIO DE 2015

Designa profissional lotado na Secretaria Municipal de Saúde (Fundo Municipal de Saúde), para o Programa Saúde da Família – PSF.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso VII, combinado com art. 70, Inciso II, alínea “a”, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990 e Decreto nº 2703, de 05 de abril de 2012,

RESOLVE:

Art.1º DESIGNAR profissional lotado na Secretaria Municipal de Saúde (Fundo Municipal de Saúde), para o Programa Saúde da Família – PSF, conforme abaixo relacionado:

| NOME | CARGO | A CONTAR DE |
|----------------------------|----------------|-------------|
| Guilherme da Cunha Galvani | Médico – 40h/s | 04/05/2015 |

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 04 de maio de 2015; 145 o ano de Fundação; 81o ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

PORTARIA NO 1618, DE 05 DE MAIO DE 2015

PORTARIA No 1618, DE 05 DE MAIO DE 2015

Autoriza Servidores Públicos Municipais lotados na Secretaria Municipal de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente, a conduzir veículo oficial, em serviço, a contar de 07 de maio do corrente.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, incisos I e X, combinado com o art. 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e com base na Lei nº 1931, de 27 de maio de 1997, e

Considerando que a Lei 9.503/97 que estatuiu o Código de Trânsito Brasileiro estabelece em seu artigo 257, §3º, que ao condutor caberá a responsabilidade pelas infrações decorrentes de atos praticados na direção do veículo;

Considerando que por força do Pré-Julgado nº 1.216 da lavra do Auditor Evângelo Spyros Diamantaras, onde, em seu teor assenta que "A responsabilidade pelo pagamento das multas de trânsito cabe a quem as cometeu, ou seja, ao motorista, se a infração for inerente à condução do veículo, ou ao responsável pela manutenção e pagamento de taxas, se este deixar de fazê-lo.", Resolve:

AUTORIZAR A CONDUÇÃO DE VEÍCULO OFICIAL NOS TERMOS QUE SE IMPÕE:

Art. 1º Ficam os Servidores Públicos Municipais abaixo identificados, autorizados a conduzirem veículos oficiais de propriedade deste Município, quando no exercício de suas funções necessitar deslocamento e não haja motorista oficial disponível, a contar de 07 de maio do corrente:

| SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, TRÂNSITO E MEIO AMBIENTE | | |
|--|------------------|--------------------|
| NOME | CARGO | Nº CNH / CATEGORIA |
| Jeimes Jonahntan Gutjahr | Engenheiro Civil | 03297919852 / AB |
| Marcos Alberto Lunardi | Fiscal de Obras | 02731888502 / AD |

Art. 2º Ficam os servidores desde já cientificados que durante o período em que estiverem de posse do veículo é responsável não só por sua conservação, nos termos do artigo 117, inciso VII da LC 01/93, como também por todo ato que venha a executar com o veículo na via pública, respondendo diretamente pelo adimplemento de toda e qualquer despesa que, pela incorreta utilização do veículo, venha ocasionar à administração e/ou terceiros, em especial as penalidades por infrações de trânsito.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 05 de maio de 2015; 145º ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

PORTARIA NO 1621, DE 11 DE MAIO DE 2015

PORTARIA No 1621, DE 11 DE MAIO DE 2015

Autoriza a contratação de Servidores em caráter temporário para a Administração Direta.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso X, combinado com art. 70, Inciso II, alínea "e", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e,

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso VIII do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterado pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, e Decreto nº 3031, de 02/01/2013, alterado pelos Decretos nº 3083, de 15/03/2013, nº 3506, de 13/06/2014 e nº 3679, de 01/12/2014,

RESOLVE:

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE para os cargos abaixo discriminados:

| SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO | | | | |
|---|------------|----------------|-----------------|-------------------------|
| Cargo: Auxiliar Operacional I | | | | |
| Nome | Data Nasc. | CPF | Jornada Semanal | Período |
| DJANIRA GARDACHO (Aumento do número de alunos) | 13/05/1950 | 956.739.389-34 | 44h | 11/05/2015 a 30/06/2015 |
| GLAUCIE MARA DA SILVA GUEDES (Aumento do número de alunos) | 07/07/1981 | 008.719.429-50 | 44h | 18/05/2015 a 02/06/2015 |
| JAQUELINE ALVES DE SOUZA (Vacância do cargo e ausência de cand. aprovados no Conc.Público/Processo Seletivo) | 01/10/1984 | 052.357.049-08 | 44h | 11/05/2015 a 30/06/2015 |
| LEONETE RIBEIRO DOS ANJOS (Subst.Mirian Uber, que se encontra em Lc.para Trat.de Saúde) | 15/02/1977 | 041.249.849-95 | 44h | 11/05/2015 a 30/06/2015 |
| SALETE FAGUNDES (Subst. Ilze A.Haake, que se encontra em Lic.para Trat.de Saúde) | 17/11/1973 | 765.042.209-72 | 44h | 19/05/2015 a 02/06/2015 |
| Cargo: Educadora Infantil B-18 | | | | |
| Nome | Data Nasc. | CPF | Jornada Semanal | Período |

| | | | | |
|---|------------|----------------|-----|----------------------------|
| ELISANGELA GISELE GREYTER (Subst. Luciane Vailatti, que se encontra em Lic. para Trat. de Saúde) | 13/01/1983 | 005.192.629-64 | 30h | 11/05/2015 a 01/06/2015 |
|---|------------|----------------|-----|----------------------------|

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art. 3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 11 de maio de 2015; 145º ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

PORTARIA NO 1622, DE 11 DE MAIO DE 2015

PORTARIA No 1622, DE 11 DE MAIO DE 2015

Designa membros para comporem o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural de Timbó.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições conferidas pelo art. 70, Inciso II, alínea "c", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de abril de 1990, e em conformidade com o art. 5º da Lei nº 1.919, de 24 de abril de 1997, regulamentado pelo Decreto nº 26/97,

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR os membros do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural de Timbó, composto pelos representantes abaixo relacionados, com mandato de três (03) anos, a contar desta data:

| | |
|--------|--|
| I - | REPRESENTANTE DA COMUNIDADE DE TIROLESES: |
| | Titular: Vilmar Hannenback |
| | Suplentes: Airton José Dallagnolo Dirlene Hahnebach |
| II - | REPRESENTANTE DA COMUNIDADE DE TRAVESSÃO DOS TIROLESES: |
| | Titular: Sergio Dallabona |
| | Suplentes: Nilton Luiz Dallabona |
| III - | REPRESENTANTE DA COMUNIDADE DE DONA CLARA: |
| | Titular: Nelson Koepsel |
| | Suplentes: Renita Kruger Kannenberg Roland Kannenberg |
| IV - | REPRESENTANTE DA COMUNIDADE DE ARAPONGUINHAS: |
| | Titular: Dirso Köpp |
| | Suplentes: Jucélio Nones |
| V - | REPRESENTANTE DA COMUNIDADE DE CEDRO MARGEM DIREITA: |
| | Titular: Regina Ittner |
| | Suplentes: Gilmar Fabio Klitzke |
| VI - | REPRESENTANTE DA COMUNIDADE DE RIO FORTUNA: |
| | Titular: Gilmar Chiste |
| | Suplentes: Dirse Darui Stacheski |
| VII - | REPRESENTANTE DA COMUNIDADE DE CEDRO MARGEM ESQUERDA: |
| | Titular: Friedrich Gumz |
| | Suplentes: Dinei Friedrich Gumz |
| VIII - | REPRESENTANTE DA COMUNIDADE DE POMERANOS-SÃO ROQUE: |
| | Titular: Bruno Gumz |
| | Suplentes: Dolores Haacke |
| IX - | REPRESENTANTE DA COMUNIDADE DE MULDE CENTRAL: |
| | Titular: Ivonei Gessner |
| | Suplentes: Evenildo Krieser |
| X - | REPRESENTANTE DA COMUNIDADE DE MULDE ALTA: |
| | Titular: Alcides Betta |
| | Suplentes: Edgar Reichel |
| XI - | REPRESENTANTE DA COMUNIDADE RUA FRITZ LORENZ: |

| | |
|-------|---|
| | Titular: Isidor Gaulke Suplente: Tibério Klug |
| XII - | REPRESENTANTES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ: Titulares: Márcia da Rocha Suplente: José Rogaciano dos Santos |
| XIII- | REPRESENTANTES DA EPAGRI: Titulares: Káthia Marly Zimath de Mello Valdomiro Biz |
| XIV- | REPRESENTANTE DO SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS: Titular: Yeda Maria Klug Longo |
| XV- | REPRESENTANTE DA CRAVIL – COOPERATIVA REGIONAL ALTO VALE DO ITAJAÍ LTDA Titular: Adelírio Longo |
| XVI- | REPRESENTANTE DA AGROINDÚSTRIA: Titular: Ademir dos Santos Bonfim Suplente: Marcia Margarete Nones |

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 11 de maio de 2015; 145º ano de Fundação; 81 ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

PORTARIA NO 1623, DE 11 DE MAIO DE 2015

PORTARIA No 1623, DE 11 DE MAIO DE 2015

Altera a Portaria nº 196, de 05 de março do corrente, que designa servidores para comporem o Conselho Municipal de Contribuintes.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, incisos II, VII, e XXV, combinado com art. 70, Inciso II, alínea "c", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990,

RESOLVE:

Art.1º ALTERAR a Portaria nº 196, de 05 de março do corrente, que designa servidores para comporem o Conselho Municipal de Contribuintes, designando MARIANE FACHI PERINI-Fiscal de Tributos-Representante da Secretaria Municipal da Fazenda e Administração, em substituição a Daniela R.W.Kranbeck.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 11 de maio de 2015; 145º ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

PORTARIA NO 1624, DE 11 DE MAIO DE 2015

PORTARIA No 1624, DE 11 DE MAIO DE 2015

Designa Servidora Pública Municipal para exercer a função de Agente de Desenvolvimento local no Município de Timbó.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.70, Inciso II, alínea "c", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e em conformidade com o artigo 85-A da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de Dezembro de 2006,

RESOLVE:

Art. 1º Designar a Servidora Pública Municipal SILVIA SAUL MUSEKA para exercício da função de Agente de Desenvolvimento Local no Município de Timbó, de que trata o art. 85-A da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Art. 2º O exercício da função de Agente de Desenvolvimento não será remunerado.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2.128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 11 de maio de 2015; 145º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

PORTARIA NO 1625, DE 11 DE MAIO DE 2015

PORTARIA No 1625, DE 11 DE MAIO DE 2015

Autoriza Servidores Públicos Municipais lotados na Secretaria Municipal de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente, a conduzir veículo oficial, em serviço, a contar desta data.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, incisos I e X, combinado com o art. 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e com base na Lei nº 1931, de 27 de maio de 1997, e

Considerando que a Lei 9.503/97 que estatuiu o Código de Trânsito Brasileiro estabelece em seu artigo 257, §3º, que ao condutor caberá a responsabilidade pelas infrações decorrentes de atos praticados na direção do veículo;

Considerando que por força do Pré-Julgado nº 1.216 da lavra do Auditor Evângelo Spyros Diamantaras, onde, em seu teor assenta que "A responsabilidade pelo pagamento das multas de trânsito cabe a quem as cometeu, ou seja, ao motorista, se a infração for inerente à condução do veículo, ou ao responsável pela manutenção e pagamento de taxas, se este deixar de fazê-lo.", Resolve:

AUTORIZAR A CONDUÇÃO DE VEÍCULO OFICIAL NOS TERMOS QUE SE IMPÕE:

Art. 1º Ficam os Servidores Públicos Municipais abaixo identificados, autorizados a conduzirem veículos oficiais de propriedade deste Município, quando no exercício de suas funções necessitar deslocamento e não haja motorista oficial disponível, a contar desta data:

| SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, TRÂNSITO E MEIO AMBIENTE | | |
|--|---------------------------------|--------------------|
| NOME | CARGO (Provimento efetivo) | Nº CNH / CATEGORIA |
| Roger Daniel Peyerl Drews | Agente de Trânsito e Transporte | 05897226790 / AB |
| Johann Gaedke | Agente de Trânsito e Transporte | 05704806002 / AB |
| Lorivan de Mello | Agente de Trânsito e Transporte | 03464862524 / AD |
| Sidinei de Vargas Girard | Agente de Trânsito e Transporte | 03577603346 / AB |
| Djanildo Amorim de Moura | Agente de Trânsito e Transporte | 04208586769 / AB |

Art. 2º Fica o servidor desde já cientificado que durante o período em que estiver de posse do veículo é responsável não só por sua conservação, nos termos do artigo 117, inciso VII da LC 01/93, como também por todo ato que venha a executar com o veículo na via pública, respondendo diretamente pelo adimplemento de toda e qualquer despesa que, pela incorreta utilização do veículo, venha ocasionar à administração e/ou terceiros, em especial as penalidades por infrações de trânsito.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 11 de maio de 2015; 145º ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

PORTARIA NO 1626, DE 11 DE MAIO DE 2015

PORTARIA No 1626, DE 11 DE MAIO DE 2015

Retifica Portaria de Servidor lotado na Administração Direta.

O PREFEITO DE TIMBÓ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterada pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, c/c Decreto nº 3031, de 02 de janeiro de 2013, alterado pelos Decretos nº 3083, de 15 de março de 2013, nº 3320, de 07 de novembro de 2013, nº 3506, de 13 de junho de 2014 e nº 3679, de 1º de dezembro de 2014,

RESOLVE:

Art.1º Retificar a Portaria nº 1592, de 02/04/2015, que altera a data de término do período de contratação do Servidor Irineu Ramos de Andrade, onde lê-se 40/06/2015, leia-se 30/06/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 11 de maio de 2015; 145º ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

PORTARIA NO 1627, DE 11 DE MAIO DE 2015

PORTARIA No 1627, DE 11 DE MAIO DE 2015

Concede exoneração ao Servidor Público Municipal Roberto Carlos Tilch, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, a contar de 04 de maio do corrente.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.70, Inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e pelo 50, inciso II da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1993, alterada pela Lei Complementar nº 139, de 02/07/98,

RESOLVE:

Art.1º Conceder exoneração ao Servidor Público Municipal abaixo relacionado, a contar de 04 de maio do corrente:

| SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS | | |
|--|-------------------------------------|--------------------|
| | CARGO EM COMISSÃO / SÍMBOLO | PORT.DE NOMEAÇÃO |
| Roberto Carlos Tilch | Assessor da Divisão de Obras / CC-4 | 012, de 02/01/2013 |

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 11 de maio de 2015; 145º ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

PORTARIA NO 1628, DE 11 DE MAIO DE 2015

PORTARIA No 1628, DE 11 DE MAIO DE 2015

Concede exoneração aos Servidores Públicos Municipais lotados na Administração Direta.

O Prefeito de Timbó em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.70, Inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e pelo art. 49 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1993,

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER EXONERAÇÃO aos Servidores Públicos Municipais, conforme abaixo relacionados:

| SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO | | | |
|---|-----------------------------|---------------------|-------------|
| NOME | CARGO EFETIVO | PORT.DE NOMEAÇÃO | A CONTAR DE |
| Andressa Geane Bagattoli Wackerhage | Professor C | 1471, de 26/01/2015 | 19/05/2015 |
| Cleusa Bet | Auxiliar Operacional I | 2780, de 06/06/2008 | 05/05/2015 |
| Kelly Ketlin Klitzke | Auxiliar Operacional I | 1159, de 30/06/2014 | 04/05/2015 |
| Raquel Rufino | Auxiliar Recreação Infantil | 1160, de 30/06/2014 | 04/05/2015 |
| SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (Fundo Municipal de Saúde) | | | |
| NOME | CARGO EFETIVO | PORT.DE NOMEAÇÃO | A CONTAR DE |
| Jeanne Patricia Campestrini | Agente de Saúde Pública | 491, de 18/02/2002 | 04/05/2015 |
| Joice Stollmeier Kroenke | Auxiliar de Enfermagem | 555, de 05/03/2002 | 04/05/2015 |
| Marlete Raasch Tancon | Agente Comunitário de Saúde | 2590, de 07/04/2008 | 04/05/2015 |

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 11 de maio de 2015; 145º ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

PORTARIA NO 1629, DE 11 DE MAIO DE 2015

PORTARIA No 1629, DE 11 DE MAIO DE 2015

Autoriza Servidor Público Municipal, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, a conduzir veículo oficial, em serviço, a contar desta data.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, incisos I e X, combinado com o art. 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e com base na Lei nº 1931, de 27 de maio de 1997, e

Considerando que a Lei 9.503/97 que estatuiu o Código de Trânsito Brasileiro estabelece em seu artigo 257, §3º, que ao condutor caberá a responsabilidade pelas infrações decorrentes de atos praticados na direção do veículo;

Considerando que por força do Pré-Julgado nº 1.216 da lavra do Auditor Evângelo Spyros Diamantaras, onde, em seu teor assenta que "A responsabilidade pelo pagamento das multas de trânsito cabe a quem as cometeu, ou seja, ao motorista, se a infração for inerente à condução do veículo, ou ao responsável pela manutenção e pagamento de taxas, se este deixar de fazê-lo.", Resolve:

AUTORIZAR A CONDUÇÃO DE VEÍCULO OFICIAL NOS TERMOS QUE SE IMPÕE:

Art. 1º Fica o Servidor Público Municipal abaixo identificado, a contar desta data, autorizado a conduzir veículo oficial de propriedade deste Município, quando no exercício de suas funções necessitar deslocamento e não haja motorista oficial disponível, a contar desta data:

| SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS | | |
|--|----------|--------------------|
| NOME | CARGO | Nº CNH / CATEGORIA |
| Edegar Lombardi | Pedreiro | 03595845493 / AB |

Art. 2º Fica o servidor desde já cientificado que durante o período em que estiver de posse do veículo é responsável não só por sua conservação, nos termos do artigo 117, inciso VII da LC 01/93, como também por todo ato que venha a executar com o veículo na via pública, respondendo diretamente pelo adimplemento de toda e qualquer despesa que, pela incorreta utilização do veículo, venha ocasionar à administração e/ou terceiros, em especial as penalidades por infrações de trânsito.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 11 de maio de 2015; 145º ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

PORTARIA NO 1632, DE 29 DE MAIO DE 2015

PORTARIA No 1632, DE 29 DE MAIO DE 2015

Concede exoneração aos Servidores Públicos Municipais lotados na Administração Direta.

O Prefeito de Timbó em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.70, Inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e pelo art. 9º, Inciso II, da Lei nº 2.045, de 22 de dezembro de 1998,

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER EXONERAÇÃO aos Servidores Públicos Municipais, conforme abaixo relacionados:

| SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO | | | |
|---|-----------------------------------|---------------------|-------------|
| NOME | CARGO (Contratação Temporária) | PORT.DE CONTRATAÇÃO | A CONTAR DE |
| Jamaica Suellen Bell Saraiva | Educadora Infantil | 1539, de 03/03/2015 | 15/05/2015 |
| Jucélia Antonia de Vargas Soares | Auxiliar Operacional I | 1465, de 16/01/2015 | 05/05/2015 |
| Simone K. Neves | Auxiliar de Recreação | 1509, de 09/02/2015 | 15/05/2015 |
| SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO | | | |
| NOME | CARGO (Contratação Temporária) | PORT.DE CONTRATAÇÃO | A CONTAR DE |
| Nelson Sprung | Auxiliar Operacional I | 1561, de 18/03/2015 | 04/05/2015 |
| SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS | | | |
| NOME | CARGO (Contratação Temporária) | PORT.DE CONTRATAÇÃO | A CONTAR DE |
| Assenir José Martin | Auxiliar Operacional I | 1560, de 17/03/2015 | 05/05/2015 |
| Leonir Alves de Lima | Auxiliar Operacional I | 1354, de 15/09/2014 | 05/05/2015 |
| SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE | | | |
| NOME | CARGO (Contratação Temporária) | PORT.DE CONTRATAÇÃO | A CONTAR DE |
| Joice S.Kroenke | Enfermeira | 1460, de 05/01/2015 | 04/05/2015 |

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 29 de maio de 2015; 145º ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

PORTARIA NO 1633, DE 29 DE MAIO DE 2015

PORTARIA No 1633, DE 29 DE MAIO DE 2015

Cria e designa membros para comporem a Comissão Organizadora da 6ª Conferência Municipal de Saúde de Timbó - SC.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições conferidas pelo art.50, c/c art.70, Inciso II, alínea "c", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de abril de 1990, e tendo em vista o que dispõe a Lei nº. 8.142/90, art. 3º. do Decreto Municipal nº 3848, de 29 de maio de 2015 e demais dispositivos legais aplicáveis à espécie:

RESOLVE:

Art.1º CRIAR e DESIGNAR a Comissão Organizadora da 6ª Conferência Municipal de Saúde de Timbó – SC, conforme abaixo:

1 – Participantes da Comissão: Alfredo João Berri, Ana Karolina Longo Boaventura, Angela Preuss, Carlos Bras Busarelo, Eduardo Espindola, Fernanda Vicenzi, Grasielle Campregheer, Jaelson Sabino, Jean Carlos Scoz, Joao Carlos de Liz, Leila Fatima Floriani Claudino dos Santos, Luciana Butzke Marconcini, Luize Amanda Salvador, Maira Lucia Cipriani, Sandra Nones Schaefer, Silvana Januário Jorge, Silvana Maria Longo, Margot Friedmann Zetzsche, Alex Sandro Da Silva, Ilzete Terezinha Campestrini, Erotides Cristofolini.

Objetivos da Comissão:

- Promover/Coordenar/Acompanhar a realização da Conferência e dos encontros;
- Propor o credenciamento dos delegados Municipais e Estaduais;
- Elaborar e propor o documento de convocação e a portaria de nomeação das comissões o regulamento da conferência e dos encontros preparatórios e a proposta do Regimento;
- Elaborar e propor os critérios de participação;
- Apreciar a metodologia do trabalho da conferência e dos encontros preparatórios;
- Discutir a paridade de delegados por segmento, órgãos e entidades;
- Resolver as questões julgadas pertinentes não previstas no regulamento;
- Participar dos encontros regionais;
- Mobilizar e estimular a participação de todos os segmentos pertinentes nas etapas de realização;
- Garantir recursos financeiros e humanos para organizar a Conferência.
- Acompanhar e fazer cumprir as atividades das demais Comissões.

2 – Sub Comissão de Comunicação e Protocolo (Eduardo Espindola, Carlos Bras Busarelo, Jaelson Sabino, Sandra Nones Schaefer).

Objetivos da Comissão:

- Definir instrumentos e mecanismos de divulgação da conferência incluindo imprensa, mídia entre outros;
- Orientar as atividades de comunicação social;
- Divulgar a produção de materiais, da programação e do Relatório Final da Conferência;
- Confeccionar os crachás e certificados;
- Organizar o cerimonial da Conferência.

3 – Sub Comissão de Finanças (Alfredo João Berri, Eduardo Espindola, Angela Preuss)

Objetivos da Comissão:

- Promover as condições financeiras e de todos os recursos materiais necessários para a realização da Conferência.
- Garantir condições de locomoção e estadia do palestrante.

4 – Sub Comissão de Secretaria (Maira Lucia Cipriani, Sandra Nones Schaefer, Ana Karolina Longo Boaventura, Silvana Maria Longo, Fernanda Vicenzi, Leila Fatima Floriani Claudino dos Santos, Luciana Butzke Marconcini, Silvana Maria Longo)

Objetivos da Comissão:

- Realizar a inscrição dos delegados distribuindo esses nos grupos de trabalho garantindo a paridade;
- Organizar a secretaria da Conferência, listas de presença, entrega de materiais, certificados;
- Elaborar o relatório final da Conferência, encaminhar para os delegados dentro dos prazos exigidos no regulamento.
- Participar como relatores nas oficinas de Conferência;
- Consolidar os produtos dos grupos temáticos da conferência, preparando-os para aprovação na plenária final;
- Organizar o processo de eleição dos delegados, garantindo a paridade, encaminhar para a secretaria do evento dentro dos prazos estabelecidos em regulamento e legislação vigente;
- Organizar relatoria dos encontros enviando o relatório do encontro conforme regimento.

5 – Sub Comissão Técnico-Científica e Cultural (Grasielle Campregheer, Luize Amanda Salvador, Silvana Januário Jorge).

Objetivos da Comissão:

- Convidar os palestrantes;
- Convidar e compor os grupos temáticos e prover os mesmos de condições para organizarem seu trabalho;
- Organizar as apresentações culturais;
- Participar, quando necessário, das pré conferências como mediador das plenárias;
- Propor metodologia para a Conferência;
- Organizar texto base com informações necessárias para os encontros regionais.

8 – Sub Comissão de Infraestrutura e Logística (Jean Carlos Scoz, Joao Carlos de Liz)

Objetivos da Comissão:

- Organizar as condições de acessibilidade e de infraestrutura necessárias para a realização da Conferência, referentes ao local, ao credenciamento, equipamentos e instalações audiovisuais, de reprografia, todos os meios de comunicação, transporte alimentação e similares;

Objetivos da Comissão:

- Elaborar material de apoio aos debates das Pré-Conferências e Conferência Municipal de saúde.

Art. 2º A Comissão Organizadora tem como atribuição organizar, coordenar e executar todas as medidas e atividades necessárias a realização 6ª Conferência de Saúde de Timbó - SC.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo

Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 29 de maio de 2015; 145º ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

PORTARIA NO 1634, DE 29 DE MAIO DE 2015

PORTARIA No 1634, DE 29 DE MAIO DE 2015

Altera, designando membros para comporem a Comissão de Acompanhamento da Obra, de Recebimento das Etapas e Definitivo do Objeto, da Licitação nº 114/2014.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições conferidas pelo art.50, c/c art.70, Inciso II, alínea "c", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de abril de 1990, e tendo em vista o que dispõe os arts.67, 69 e 73, I, da Lei Federal no 8.666/93,

RESOLVE:

Art.1º ALTERAR, designando, para sob a presidência do primeiro, comporem a Comissão de Acompanhamento da Obra, de Recebimento das Etapas e Definitivo do Objeto, da Licitação nº 114/2014 – Serviços de pavimentação asfáltica, reperfilagem em corredores de serviços, implantação de ciclovias e recuperação estrutural de revestimento asfáltico, em ruas do município de Timbó, que compreende os projetos relacionados ao Convênio nº 2550/2014, firmado com o Estado de Santa Catarina, por meio da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Timbó, Processo nº SDR35 1572/2014:

- a) MOACYR CRISTOFOLINI JUNIOR – Engenheiro Civil;
- b) EDSON JOSÉ PEDRON-Arquiteto e Urbanista;
- c) JEIMES JONAHTAN GUTJAHR – Engenheiro Civil;
- d) ROSELI LOURDES DA ROCHA – Engenheira Civil

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 29 de maio de 2015; 145º ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

PORTARIA NO 1635, DE 1º DE JUNHO DE 2015

PORTARIA No 1635, DE 1º DE JUNHO DE 2015

Nomeia Comissão Central Organizadora da XXV Festa do Imigrante.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.70, Inciso II, alínea "c" da Lei Orgânica do Município e Lei nº 1946, de 24 de julho de 1997,

RESOLVE:

Art.1º NOMEAR A COMISSÃO CENTRAL ORGANIZADORA DA XXV FESTA DO IMIGRANTE, a ser realizada em Timbó, no período de 09 a 12 de outubro de 2015, constituída dos seguintes Servidores:

| | |
|---|---|
| Presidente | Jorge Revelino Ferreira |
| Vice-Presidente | Jarbas Dallabrida |
| Coordenação de Finanças | Jean Messias R.Vargas e Maria Angélica Faggiani |
| Secretária | Christiane Martina Pellin |
| Coordenação Jurídica | Jean Pierre Bezerra Museka |
| Coordenação de Publicidade, Divulgação e Assessoria de Imprensa | Jaime Avendano |
| Coordenação Geral dos Desfiles | Flavia Cipriani |
| Coordenação dos Serviços de Saúde e Vigilância Sanitária | Carlos Brás Busarello e Sandra Nones Schaeffer |
| Coordenação Geral de Trânsito e Estacionamento | Fabiano Martins Adriano |
| Coordenação de fornecimento de água, serviços de limpeza interna/externa e coleta de lixo | Valdir Ribeiro |
| Coordenação de adequação da infraestrutura do Pavilhão de Eventos Henry Paul | Márcia da Rocha |
| Coordenação do Concurso de Rainha e Princesas e atrações culturais (tarde da criança, Encontro de Danças Folclóricas, Retretas) | Inês Klaumann |
| Coordenação de Segurança | Horst Sonntag |

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 1º de junho de 2015; 145º ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

PORTARIA NO SEMFA-D1026, DE 04 DE MAIO DE 2.015

PORTARIA No SEMFA-D1026, de 04 de Maio de 2.015

Concede Promoção por Qualificação para servidora da Secretaria Municipal de Saúde.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 20 à 25 da Lei Complementar no 137, de 02/07/98,

RESOLVE

Art.1º CONCEDER PROMOÇÃO POR NOVA TITULAÇÃO OU QUALIFICAÇÃO, à Servidora ocupante de cargo efetivo, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, conforme demonstrativo abaixo:

| NOME | REFERÊNCIA SALARIAL ANTERIOR | REFERÊNCIA SALARIAL PROMOÇÃO | A CONTAR DE | PROCESSO Nº |
|----------------------|---------------------------------|---------------------------------|-------------|----------------|
| Joyce Andretti Silva | GP-67 | GP-71 | 27.11.2014 | RH05-0283 |

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 04 de Maio de 2.015; 145o ano de Fundação; 81o ano de Emancipação Política.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária da Fazenda e Administração

PORTARIA NO SEMFA-D1043, DE 29 DE MAIO DE 2015

PORTARIA No SEMFA-D1043, de 29 de maio de 2015

Concede Promoção por Desempenho à servidora da Secretaria Municipal de Educação.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, com fundamento nos artigos 15 à 17 da Lei Complementar nº 137, de 02 de Julho de 1998, e Considerando-se o total de pontos atribuídos na Avaliação de Desempenho efetivada pelos superiores hierárquicos dos servidores.

RESOLVE

Art. 1º CONCEDER PROMOÇÃO POR DESEMPENHO, - à Servidora ocupante de cargo efetivo / estável, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, a contar de 1º de maio do corrente, como segue:

| SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO | | | | |
|--|-----------|---------------------------------|---------------------------------|-------------|
| Nome do(a) servidor(a) | Cargo | Referência salarial anterior | Referência salarial promoção | Processo nº |
| Rafaela Alessandra Schneider Hinsching | Professor | D14 | D15 | RH12.0069 |

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 29 de maio de 2015; 145o ano de Fundação; 81o ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

PORTARIA NO SEMFA-D1044, DE 29 DE MAIO DE 2015

PORTARIA No SEMFA-D1044, de 29 de maio de 2015

Concede Promoção por Desempenho à servidora da Secretaria Municipal de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente "Fundo Municipal de Trânsito".

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, com fundamento nos artigos 15 à 17 da Lei Complementar nº 137, de 02 de Julho de 1998, e Considerando-se o total de pontos atribuídos na Avaliação de Desempenho efetivada pelos superiores hierárquicos dos servidores.

RESOLVE

Art. 1º CONCEDER PROMOÇÃO POR DESEMPENHO, - à Servidora ocupante do cargo efetivo / estável, lotado(a) na Secretaria Municipal de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente "Fundo Municipal de Trânsito", a contar de 1º de Maio do corrente, como segue:

| SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, TRÂNSITO E MEIO AMBIENTE – "FUNDO MUNICIPAL DE TRÂNSITO" | | | | |
|--|-----------------------------------|---------------------------------|---------------------------------|-------------|
| Nome do(a) servidor(a) | Cargo | Referência salarial anterior | Referência salarial promoção | Processo nº |
| Chantelli Thayna Ritter Izeppi | Auxiliar de Serv. Administrativos | 37 | 38 | RH13-0066 |

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 29 de maio de 2015; 145o ano de Fundação; 81o ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

PORTARIA NO SEMFA-D1045, DE 29 DE MAIO DE 2015

PORTARIA No SEMFA-D1045, de 29 de maio de 2015

Concede Promoção por Desempenho à servidora da Procuradoria Geral do Município.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, com fundamento nos artigos 15 à 17 da Lei Complementar nº 137, de 02 de Julho de 1998, e Considerando-se o total de pontos atribuídos na Avaliação de Desempenho efetivada pelos superiores hierárquicos dos servidores.

RESOLVE

Art. 1º CONCEDER PROMOÇÃO POR DESEMPENHO, - à Servidora ocupante do cargo efetivo / estável, lotado (a) na Procuradoria Geral do Município, a contar de 01 de maio do corrente, como segue:

| PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO | | | | |
|---------------------------------|-----------------------------------|------------------------------|------------------------------|-------------|
| Nome do(a) servidor(a) | Cargo | Referência salarial anterior | Referência salarial promoção | Processo nº |
| Carmelinde Brandt | Auxiliar de Serv. Administrativos | 37 | 38 | RH12-0108 |

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 29 de maio de 2015; 145o ano de Fundação; 81o ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

PORTARIA NO SEMFA-D1046, DE 29 DE MAIO DE 2015

PORTARIA No SEMFA-D1046, de 29 de maio de 2015

Concede Promoção por Desempenho aos servidores da Secretaria Municipal da Fazenda e Administração.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, com fundamento nos artigos 15 à 17 da Lei Complementar nº 137, de 02 de Julho de 1998, e Considerando-se o total de pontos atribuídos na Avaliação de Desempenho efetivada pelos superiores hierárquicos dos servidores.

RESOLVE

Art. 1º CONCEDER PROMOÇÃO POR DESEMPENHO, - aos Servidores ocupantes de cargos efetivos / estáveis, lotados(a) na Secretaria Municipal da Fazenda e Administração, a contar de 1º de Maio do corrente, como segue:

| SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO | | | | |
|---|-----------------------------------|------------------------------|------------------------------|-------------|
| Nome do(a) servidor(a) | Cargo | Referência salarial anterior | Referência salarial promoção | Processo nº |
| Adriana Milena Giovannella Frankenberger | Auxiliar de Serv. Administrativos | 37 | 38 | RH12-0055 |
| Bruna de Andrade | Auxiliar de Serv. Administrativos | 33 | 34 | RH12-0077 |
| Graciela Inês Uber | Auxiliar de Serv. Administrativos | 41 | 42 | RH12-0057 |
| Valmor Pasold Junior | Auxiliar de Serv. Administrativos | 41 | 42 | RH12-0056 |

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 29 de maio de 2015; 145o ano de Fundação; 81o ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

PORTARIA NO SEMFA-D1047, DE 29 DE MAIO DE 2015

PORTARIA No SEMFA-D1047, de 29 de maio de 2015

Concede Promoção por Desempenho à servidora da Secretaria Municipal de Saúde.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, com fundamento nos artigos 15 à 17 da Lei Complementar nº 137, de 02 de Julho de 1998, e Considerando-se o total de pontos atribuídos na Avaliação de Desempenho efetivada pelos superiores hierárquicos dos servidores.

RESOLVE

Art. 1º CONCEDER PROMOÇÃO POR DESEMPENHO, - à Servidora ocupante de cargo efetivo, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, a contar de 1º de Maio do corrente, como segue:

| SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE | | | | |
|-------------------------------|--------------------|------------------------------|------------------------------|-------------|
| Nome do(a) servidor(a) | Cargo | Referência salarial anterior | Referência salarial promoção | Processo nº |
| Lúcia Lada Andreazza | Téc. Em Enfermagem | 34 | 35 | RH13-0018 |

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 29 de maio de 2015; 145º ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

PORTARIA NO SEMFA-D1050, 29 DE MAIO DE 2015

PORTARIA No SEMFA-D1050, 29 de Maio de 2015

Concede Licença Por Motivo de Doença em Pessoa da Família para servidores ocupantes de cargos estatutários.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 19 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento no artigo 91 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, com redação dada pela Lei Complementar nº 139, de 02 de julho de 1998, resolve:

RESOLVE

Art.1º Conceder LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA, aos servidores abaixo listados, lotados na Secretaria de Educação do Município de Timbó - SEMED, com remuneração proporcional de 70%, conforme demonstrativo abaixo:

| SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ - SEMED | | | | |
|--|--------------------|---------------|-------------|-------------|
| NOME DO SERVIDOR | CARGO | PERÍODO | A CONTAR DE | PROCESSO Nº |
| Anderlise Regina Koglin Moser | Educador Infantil | HUM (01) | 17.04.2015 | RH08-0201 |
| Alvacir Berlanda | Educadora Infantil | VINTE (20) | 23.04.2015 | RH08-0053 |
| Débora Mariane Peyerl Florêncio | Educadora Infantil | HUM (01) | 15.04.2015 | RH11-0062 |
| Débora Mariane Peyerl Florêncio | Educadora Infantil | QUATORZE (14) | 22.04.2015 | RH11-0062 |
| Fabiana de Oliveira Nascimento Volani | Educadora Infantil | HUM (01) | 17.04.2015 | RH11-0299 |
| Fabiana Milchert | Aux.Rec.Infantil | HUM (01) | 18.05.2015 | RH15-0009 |
| Fabiana Sasse Ludwig | Educadora Infantil | HUM (01) | 06.05.2015 | RH06-0279 |
| Josi Giovana Muller Rozza | Educadora Infantil | HUM (01) | 23.04.2015 | RH02-979 |
| Sonia Teixeira Souza | Educadora Infantil | DOIS (02) | 12.05.2015 | RH12-0088 |
| Talita Ribeiro Candido Godinho | Aux. Operacional | HUM (01) | 13.05.2015 | RH15-0007 |
| Zelinda Kinder | Aux.Operacional | HUM (01) | 30.04.2015 | RH14-0165 |

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 29 de Maio de 2015; 145º ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani

Secretária da Fazenda e Administração

PORTARIA NO SEMFA-D1051, DE 29 DE MAIO DE 2015

PORTARIA No SEMFA-D1051, DE 29 DE MAIO DE 2015

Concede Licença Por Motivo de Doença em Pessoa da Família para servidores ocupantes de cargos estatutários.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 19 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento no artigo 91 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, com redação dada pela Lei Complementar nº 139, de 02 de julho de 1998, resolve:

RESOLVE

Art.1º Conceder LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA, aos servidores abaixo listados, lotados na Secretaria Municipal de Saúde do Município de Timbó, com remuneração proporcional de 70%, conforme demonstrativo abaixo:

| Secretaria Municipal de Saúde | | | | |
|--|------------|----------------|-------------|-------------|
| NOME DO SERVIDOR | CARGO | PERÍODO (DIAS) | A CONTAR DE | PROCESSO Nº |
| Cristiane Zerna Trombelli Cristofolini | Dentista | HUM (01) | 07.04.2015 | RH13-0218 |
| Kristine Hennings Stocco Hunzicker | Médico | HUM (01) | 24.04.2015 | RH13-0217 |
| Márcia Cristina Schakofski Reis | Enfermeira | MEIO (1/2) | 12.05.2015 | RH11-0295 |
| Marina Tallmann Knoch Klug | Enfermeira | MEIO (1/2) | 12.05.2015 | RH12-0164 |

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 29 de Maio de 2015; 145o ano de Fundação; 81o ano de Emancipação Política.
Maria Angélica Faggiani
Secretária da Fazenda e Administração

PORTARIA NO SEMFA-D1052, DE 29 DE MAIO DE 2015

PORTARIA No SEMFA-D1052, DE 29 DE MAIO DE 2015

Concede Licença Por Motivo de Doença em Pessoa da Família para servidora ocupante de cargo estatutário.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 19 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento no artigo 91 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, com redação dada pela Lei Complementar nº 139, de 02 de julho de 1998, resolve:

RESOLVE

Art.1º Conceder LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA, à servidora abaixo listada, lotadas na Fundação Cultural do Município de Timbó, com remuneração proporcional de 70%, conforme demonstrativo abaixo:

| | | | | |
|----------------------------------|-------------------|----------------|-------------|-------------|
| Fundação Cultural de Timbó - FCT | | | | |
| NOME DO SERVIDOR | CARGO | PERÍODO (DIAS) | A CONTAR DE | PROCESSO Nº |
| Angelina Vicente Tomasini | Monitora de Curso | TRINTA (30) | 07.05.2015 | RH15-0040 |

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 29 de Maio de 2015; 145o ano de Fundação; 81o ano de Emancipação Política.
Maria Angélica Faggiani
Secretária da Fazenda e Administração

PORTARIA Nº 1617, DE 05 DE MAIO DE 2015

PORTARIA Nº 1617, DE 05 DE MAIO DE 2015

Nomeia Servidor Público Municipal para exercer Cargo em Comissão na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, a contar desta data.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, incisos I e X, combinado com o art. 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e com base no Art. 11, inciso II e §- 1º e 2º, da Lei Complementar nº 01, de 22/10/93, com nova redação dada pela Lei Complementar nº 139, de 02/07/98, e arts. 27 e 28 da Lei Complementar nº 196, de 29/12/2000,

RESOLVE:

Art.1º NOMEAR, o Servidor abaixo relacionado, a contar desta data:

| | | | | |
|--|--|---------------------|--|--|
| SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS | | | | |
| NOME | CARGO EM COMISSÃO/SÍMBOLO | REFERÊNCIA SALARIAL | | |
| Elias Antônio Zatelli | Assessor da Divisão de Serviços Urbanos / CC-4 | 52 | | |

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2.128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 05 de maio de 2015; 145o ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

PORTARIA Nº 1619, DE 05 DE MAIO DE 2015

PORTARIA Nº 1619, DE 05 DE MAIO DE 2015

Altera Portarias referente a data do término do período de contratação de Servidores lotados na Secretaria Municipal de Saúde.

O PREFEITO DE TIMBÓ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterada pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, c/c Decreto nº 3031, de 02 de janeiro de 2013, alterado pelos Decretos nº 3083, de 15 de março de 2013, nº 3320, de 07 de novembro de 2013, nº 3506, de 13 de junho de 2014 e nº 3679, de 1º de dezembro de 2014,

RESOLVE:

Art.1º ALTERAR as Portarias referente a data do término do período de contratação de Servidores abaixo relacionados:

| SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (Fundo Municipal de Saúde) | | |
|---|--------------------------------|--------------|
| NOME | PORTARIA CONTRATAÇÃO/ALTERAÇÃO | DATA TÉRMINO |
| ADEMIR LUIZ MANFRINI | 1595 de 07.04.2015 | 03/06/2015 |
| ALESSANDRO MONDADORI HOFFMANN | 1595 de 07.04.2015 | 03/06/2015 |
| ALINE BOER | 1595 de 07.04.2015 | 03/06/2015 |
| ALINE VENTZ | 1595 de 07.04.2015 | 03/06/2015 |
| ANA KAROLINA LONGO BOAVENTURA | 1595 de 07.04.2015 | 03/06/2015 |
| ANDERLEI TESSAROLO DEGERING | 1593 de 07.04.2015 | 03/06/2015 |
| ANDIARA GEELE CRISTOFOLINI PRETTI | 1595 de 07.04.2015 | 03/06/2015 |
| ANDRE STEFFEN | 1595 de 07.04.2015 | 03/06/2015 |
| ANDREA DRAGER | 1595 de 07.04.2015 | 03/06/2015 |
| ANDREAS SEIFERT | 1595 de 07.04.2015 | 03/06/2015 |
| ANNA CARINE BELL | 1595 de 07.04.2015 | 03/06/2015 |
| ANNA PAULA BORCHARDT DA PAZ | 1595 de 07.04.2015 | 03/06/2015 |
| APARECIDA BELARMINO ROEDER | 1595 de 07.04.2015 | 02/06/2015 |
| BARBARA LAIS GIOVANELLA | 1595 de 07.04.2015 | 03/06/2015 |
| BRUNA LUIZA FIAMONCINI | 1595 de 07.04.2015 | 03/06/2015 |
| CACIA RODRIGUES MENGARDA | 1595 de 07.04.2015 | 03/06/2015 |
| CARINA RENATA DAL CORTIVO DUARTE | 1595 de 07.04.2015 | 03/06/2015 |
| CARLA SOARES PROBST | 1595 de 07.04.2015 | 03/06/2015 |
| CHEILA CRISTINA FELIPPI EVARISTO | 1595 de 07.04.2015 | 03/06/2015 |
| CLAUDETE LUCIA ZUMACH CHISTE | 1595 de 07.04.2015 | 03/06/2015 |
| CLEIA CESARINO | 1595 de 07.04.2015 | 03/06/2015 |
| DARCIO HABOWSKY | 1595 de 07.04.2015 | 03/06/2015 |
| DAVI DA MAIA | 1595 de 07.04.2015 | 03/06/2015 |
| DIRCE BEIGER CIPRIANO | 1595 de 07.04.2015 | 03/06/2015 |
| DOROTHEA OELKE | 1595 de 07.04.2015 | 03/06/2015 |
| EDINA VAZ DE FRANCA | 1595 de 07.04.2015 | 03/06/2015 |
| ELIANA APARECIDA DALCASTAGNE | 1595 de 07.04.2015 | 03/06/2015 |
| ELIANE APARECIDA DE OLIVEIRA | 1595 de 07.04.2015 | 03/06/2015 |
| ELIANE LANDO E SILVA | 1595 de 07.04.2015 | 03/06/2015 |
| ELIANE MOSER | 1595 de 07.04.2015 | 03/06/2015 |
| FABIANA MANARIM BRUNSFELD | 1595 de 07.04.2015 | 03/06/2015 |
| FLAVIA DAYANE SIMEONI | 1595 de 07.04.2015 | 03/06/2015 |
| FLAVIA MICHELE BERNARDO ZESCHAU | 1595 de 07.04.2015 | 03/06/2015 |
| GILBERTO LUIZ GOEDERT | 1595 de 07.04.2015 | 03/06/2015 |
| ILIANE PERES DE LIMA HABOWSKI | 1595 de 07.04.2015 | 03/06/2015 |
| JANDERICK DE SOUZA ALVES | 1595 de 07.04.2015 | 03/06/2015 |
| JEAN CARLO FIAMONCINI | 1602 de 13.04.2015 | 03/06/2015 |
| JESSICA LEITEMPERGHER | 1595 de 07.04.2015 | 03/06/2015 |
| JONATHAN WEEGE | 1595 de 07.04.2015 | 03/06/2015 |
| JORGE SCHLICHTING NETO | 1595 de 07.04.2015 | 03/06/2015 |
| JOSE AMARAL ELIAS | 1602 de 13.04.2015 | 03/06/2015 |
| JOSELENE DRAGER WEBER | 1595 de 07.04.2015 | 03/06/2015 |
| JOSETE LUIZA RECK SFREDO | 1595 de 07.04.2015 | 03/06/2015 |
| JOSIANE SANTOS RAMOS | 1595 de 07.04.2015 | 03/06/2015 |
| JULIEN FREDDY SANTISTEVAN | 1593 de 07.04.2015 | 03/06/2015 |
| JURACI KLUG | 1595 de 07.04.2015 | 03/06/2015 |
| KAIQUE MOSER FERRAZ | 1595 de 07.04.2015 | 03/06/2015 |
| KATY CHRISTINE BREMER | 1595 de 07.04.2015 | 03/06/2015 |
| LAUDILA LUCIA VOLTOLINI TEIKOWSKI | 1595 de 07.04.2015 | 03/06/2015 |
| LEA ROSANA SOFKA DOS REIS | 1595 de 07.04.2015 | 03/06/2015 |
| LEILA FATIMA FLORIANI CLAUDINO DOS SANTO | 1595 de 07.04.2015 | 03/06/2015 |
| LENA MORGANA GESSNER DA SILVA | 1595 de 07.04.2015 | 03/06/2015 |
| LIDIA NAIZE KORC | 1595 de 07.04.2015 | 03/06/2015 |
| LIZANDRO FRAINER FURLANI | 1595 de 07.04.2015 | 03/06/2015 |
| LUCIA ELENA CROSSA CASALI | 1595 de 07.04.2015 | 03/06/2015 |
| LUCIANA SCHIAVO | 1595 de 07.04.2015 | 03/06/2015 |
| LUIZ CARLOS BASSANI JUNIOR | 1595 de 07.04.2015 | 03/06/2015 |
| LUIZA AMALIA FERREIRA NICKHORN E SILVA | 1595 de 07.04.2015 | 03/06/2015 |
| MAIRA LUCIA CIPRIANI | 1595 de 07.04.2015 | 03/06/2015 |
| MAIRA PASQUALINI MARIN | 1595 de 07.04.2015 | 03/06/2015 |
| MAIRA SILVA DE GODOY | 1595 de 07.04.2015 | 03/06/2015 |

| | | |
|------------------------------------|--------------------|------------|
| MANUELA BAGATTOLI PEDRON | 1595 de 07.04.2015 | 03/06/2015 |
| MARCO AURELIO SUDBRACK DESESSARDS | 1595 de 07.04.2015 | 03/06/2015 |
| MARIA GIROLA FELIPPI | 1595 de 07.04.2015 | 03/06/2015 |
| MARIA IVANILDE DA SILVA NASCIMENTO | 1595 de 07.04.2015 | 03/06/2015 |
| MARIANA CRISTOFOLINI BITTELBRUNN | 1595 de 07.04.2015 | 03/06/2015 |
| MARILENE DE MELLO | 1595 de 07.04.2015 | 03/06/2015 |
| MATILDE MAIA | 1595 de 07.04.2015 | 03/06/2015 |
| MELISSA MICHELE PEREIRA E SILVA | 1595 de 07.04.2015 | 03/06/2015 |
| MERE TERESINHA FAGUNDES WETZEL | 1595 de 07.04.2015 | 03/06/2015 |
| MIRELA CAMILA KOEPEL DE ANDRADE | 1595 de 07.04.2015 | 03/06/2015 |
| MOACIR DE FREITAS TOLEDO | 1595 de 07.04.2015 | 03/06/2015 |
| NICOLE LUIZE BREMER | 1595 de 07.04.2015 | 03/06/2015 |
| NORBERT NEUMAYR | 1595 de 07.04.2015 | 03/06/2015 |
| OLIVIA BRAIT | 1595 de 07.04.2015 | 03/06/2015 |
| PATRICK MAURICENZ | 1595 de 07.04.2015 | 03/06/2015 |
| PRISCILA LENZI ODEBRECHT | 1595 de 07.04.2015 | 03/06/2015 |
| QUEREM HAPUQUE GOMES SILVA | 1595 de 07.04.2015 | 05/06/2015 |
| ROBERTA NELCI PELLIN | 1595 de 07.04.2015 | 03/06/2015 |
| ROBSON LUIS DA SILVA | 1592 de 02.04.2015 | 03/06/2015 |
| RODRIGO OLIVEIRA DA SILVA | 1595 de 07.04.2015 | 03/06/2015 |
| ROSANA DE BAIRROS DE PAULA | 1595 de 07.04.2015 | 03/06/2015 |
| ROSE VARGANAI SOARES | 1595 de 07.04.2015 | 03/06/2015 |
| ROSELY GESSNER AGUIAR | 1595 de 07.04.2015 | 03/06/2015 |
| ROSEMERI MORLO STANO | 1595 de 07.04.2015 | 03/06/2015 |
| SANDRA REGINA DE LIMA | 1595 de 07.04.2015 | 03/06/2015 |
| SARITA LUCIA MACHADO ZUMACH | 1595 de 07.04.2015 | 03/06/2015 |
| SERGIO LUIS PEREIRA | 1595 de 07.04.2015 | 03/06/2015 |
| SHIRLEI SCHURT VICENTI | 1595 de 07.04.2015 | 03/06/2015 |
| SILVANA LONGO ROEPKE | 1595 de 07.04.2015 | 03/06/2015 |
| SILVANA MARIA LONGO | 1595 de 07.04.2015 | 03/06/2015 |
| SILVANE MARI MAUS | 1595 de 07.04.2015 | 03/06/2015 |
| SONGELA DOS SANTOS | 1595 de 07.04.2015 | 03/06/2015 |
| SONIA SALETE DA SILVA | 1595 de 07.04.2015 | 03/06/2015 |
| THIAGO PRANGE | 1595 de 07.04.2015 | 03/06/2015 |
| VALDIRENE SIPRIANI CRISTOFOLINI | 1595 de 07.04.2015 | 03/06/2015 |
| VERA MARCIA DE LIZ | 1595 de 07.04.2015 | 03/06/2015 |

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 05 de maio de 2015; 145º ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

PORTARIA Nº 1620, DE 05 DE MAIO DE 2015

PORTARIA Nº 1620, DE 05 DE MAIO DE 2015

Altera Portarias referente a data do término do período de contratação de Servidores lotados na Administração Direta.

O PREFEITO DE TIMBÓ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterada pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, c/c Decreto nº 3031, de 02 de janeiro de 2013, alterado pelos Decretos nº 3083, de 15 de março de 2013, nº 3320, de 07 de novembro de 2013, nº 3506, de 13 de junho de 2014 e nº 3679, de 1º de dezembro de 2014,

RESOLVE:

Art.1º ALTERAR as Portarias referente a data do término do período de contratação de Servidores abaixo relacionados:

| SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO | | |
|----------------------------------|--------------------------------|--------------|
| NOME | PORTARIA CONTRATAÇÃO/ALTERAÇÃO | DATA TÉRMINO |
| Daniel Alexandre Voigt | 1608, de 27/04/2015 | 30/06/2015 |
| Heltrud Schutze Hennings | 1598, de 07/04/2015 | 01/06/2015 |
| Josiane Andreia Moser | 1598, de 07/04/2015 | 01/06/2015 |
| Lucas Schlueter | 1598, de 07/04/2015 | 30/06/2015 |
| Lusileni Maia | 1602, de 13/04/2015 | 30/06/2015 |
| Marcia Feltrin Muller | 1491, de 02/02/2015 | 30/06/2015 |
| Maria Ines Ferreira | 1602, de 13/04/2015 | 01/06/2015 |

| | | |
|--|--------------------------------|--------------|
| Terezinha Aparecida de Almeida Dallmann | 1491, de 02/02/2015 | 30/06/2015 |
| Vanessa Salvador da Silva | 1602, de 13/04/2015 | 30/06/2015 |
| SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS | | |
| NOME | PORTARIA CONTRATAÇÃO/ALTERAÇÃO | DATA TÉRMINO |
| Ari Helmbrecht | 1602, de 13/04/2015 | 30/06/2015 |
| Edson Luiz Brehmer | 1598, de 07/04/2015 | 03/06/2015 |
| Marcos Ramos | 1602, de 13/04/2015 | 30/06/2015 |

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 05 de maio de 2015; 145º ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

PORTARIA Nº 1630, DE 18 DE MAIO DE 2015

PORTARIA Nº 1630, DE 18 DE MAIO DE 2015

Aplica a penalidade disciplinar de advertência às Servidoras Givvana Salvador, Denise Anunciata Merini Wolter e Luciane Janke.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, com fundamento no Inciso I do art.122 e art.124, todos da Lei Complementar nº 01, de 22/10/93 e,

CONSIDERANDO-SE o Relatório Final da Comissão de Sindicância, designada pela Portaria nº 1296, de 20 de agosto de 2014, que apurou fatos constantes no Memorando expedido pelo Secretário Municipal de Educação, em 19 de agosto de 2014, na Sindicância nº 03/2014, e,

CONSIDERANDO-SE a regularidade do Processo de Sindicância confirmado pela Procuradoria Geral do Município, onde asseverou que foi assegurado às Servidoras Givvana Salvador, Denise Anunciata Merini Wolter e Luciane Janke, o contraditório e a ampla defesa, bem como opinou pela regularidade do processo de Sindicância, e,

CONSIDERANDO-SE o Julgamento exarado pelo Sr.Prefeito Municipal, do Processo de Sindicância nº 03/2014, e diante das provas apresentadas,

RESOLVE:

Art.1º APLICAR A PENALIDADE DE ADVERTÊNCIA, em face da violação do disposto no artigo 117, inciso I, da Lei Complementar nº 01/93, com nova redação dada pela Lei Complementar nº 139/98, à Servidora Givvana Salvador, ocupante do cargo de provimento efetivo de Educadora Infantil; e em face da violação do disposto no artigo 117, inciso VI, da Lei Complementar nº 01/93, com nova redação dada pela Lei Complementar nº 139/98, às Servidoras Denise Anunciata Merini Wolter, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Recreação Infantil e Luciane Janke, ocupante do cargo de provimento temporário de Educadora Infantil, todas lotadas na Secretaria Municipal de Educação, conforme Relatório Final da Comissão de Sindicância nº 03/2014.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 18 de maio de 2015; 145º ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

PORTARIA Nº 1675, DE 30 DE JUNHO DE 2015

PORTARIA Nº 1675, DE 30 DE JUNHO DE 2015

Nomeia Servidor Público Municipal para o exercício de cargo efetivo na Administração Direta.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso X, combinado com o art. 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990,

RESOLVE:

Art.1º NOMEAR, com base nos arts. 11, inciso I, e 12 da Lei Complementar nº 01, de 22/10/93, com nova redação dada pela Lei Complementar nº 139, de 02/07/98, e Lei Complementar nº 137, de 02/07/98, e alterações, o servidor abaixo relacionado, aprovado no Concurso Público nº 01/2011:

| | |
|---------------------------------|----------------|
| PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO | |
| Cargo: Advogado | |
| Ref.Salarial: GP-89 | |
| Jornada Semanal: 35h | |
| NOME | CPF |
| Diego Silveira | 036.572.919-11 |

Art. 2º CONVOCAR o Servidor nomeado para, nos termos dos arts.19 à 22 da Lei Complementar nº 01, alterada pela Lei Complementar nº 139, de 02/07/98 c/c item 10.2 do Edital de Concurso Público nº 01/2011, realizar o exame médico e comprovar o atendimento dos requisitos necessários a posse no cargo para o qual foi nomeado.

Parágrafo único. Torna-se automaticamente SEM EFEITO O PRESENTE ATO DE PROVIMENTO, se o servidor nomeado não cumprir no prazo legal, os requisitos necessários à efetiva posse no cargo.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 30 de junho de 2015; 145º ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

PORTARIA Nº FME-31, DE 05 DE MAIO DE 2015

PORTARIA Nº FME-31, DE 05 DE MAIO DE 2015

Altera Portaria referente a data do término do período de contratação de Servidor lotada na Fundação Municipal de Esportes-FME

O Diretor Presidente da Fundação Municipal de Esportes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 194 de 29/12/2000, e,

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso VIII do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterado pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, c/c Decreto 3031, de 02 de janeiro de 2013, alterado pelos Decretos nº 3083, de 15 de março de 2013, nº 3320, de 07 de novembro de 2013, nº 3506, de 13 de junho de 2014 e nº 3679, de 1º de dezembro de 2014,

RESOLVE:

Art.1º ALTERAR a Portaria referente a data do término do período de contratação de Servidora abaixo relacionada:

| FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES - FME | | |
|--------------------------------------|----------------------------|--------------|
| NOME | PORTARIA CONTRAT/ALTERAÇÃO | DATA TÉRMINO |
| Rosilene Alves de Souza | FME-28/2014 | 01/06/2015 |

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 05 de maio de 2015; 145º ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.
MARTINHO DE SOUZA FILHO
Diretor Presidente da Fundação Municipal de Esportes

PORTARIA Nº SEMFA-D1022, DE 04 DE MAIO DE 2015

PORTARIA Nº SEMFA-D1022, de 04 de maio de 2015.

Concede Licença Prêmio ao servidor Roberto Genaro Blacutt Antelo.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 97 e 101 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1993, alterada pela Lei Complementar nº 139/98, resolve:

RESOLVE:

Art.1º Conceder Licença Prêmio Convertida em gozo ao servidor ROBERTO GENARO BLACUTT ANTELO, ocupante do cargo de Médico, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, referente ao quinquênio compreendendo o período aquisitivo de 01.07.1997 a 30.06.2002, por trinta dias (01.09.2015 à 30.09.2015), conforme Processo RH15-0044.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 04 de maio de 2015; 145º ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.
Maria Angélica Faggiani
Secretária Municipal da Fazenda e Administração

PORTARIA Nº SEMFA-D1023, DE 04 DE MAIO DE 2015.

PORTARIA Nº SEMFA-D1023, de 04 de maio de 2015.

Concede Licença Prêmio ao servidor Roberto Genaro Blacutt Antelo.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 97 e 101 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1993, alterada pela Lei Complementar nº 139/98, resolve:

RESOLVE:

Art.1º Conceder Licença Prêmio Convertida em gozo ao servidor ROBERTO GENARO BLACUTT ANTELO, ocupante do cargo de Médico, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, referente ao quinquênio compreendendo o período aquisitivo de 01.07.2002 a 30.06.2007, por trinta dias (01.11.2015 à 30.11.2015), conforme Processo RH15-0044.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 04 de maio de 2015; 145º ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

PORTARIA Nº SEMFA-D1024, DE 04 DE MAIO DE 2015.

PORTARIA Nº SEMFA-D1024, de 04 de maio de 2015.

Concede Licença Prêmio ao servidor Roberto Genaro Blacutt Antelo.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 97 e 101 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1993, alterada pela Lei Complementar nº 139/98, resolve:

RESOLVE:

Art.1º Conceder Licença Prêmio Convertida em gozo ao servidor ROBERTO GENARO BLACUTT ANTELO, ocupante do cargo de Médico, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, referente ao quinquênio compreendendo o período aquisitivo de 01.07.2007 a 30.06.2012, por trinta dias (01.02.2016 à 01.03.2016), conforme Processo RH15-0044.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 04 de maio de 2015; 145º ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

PORTARIA Nº SEMFA-D1030 DE 08 DE MAIO DE 2015

PORTARIA Nº SEMFA-D1030 de 08 de maio de 2015

Concede Auxílio Escolar à servidora da Secretaria Municipal de Educação, referente ao 1º semestre de 2015.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2009, resolve:

RESOLVE

Art.1º Conceder Auxílio Escolar Com base no artigo 66, - 2º, inciso I, da Lei Complementar nº 01, de 22/10/93, alterada pelas Leis Complementares nº 110, de 16/04/97, e nº 139, de 02/07/98, regulamentado pelos Decretos nº 89, de 11/08/98, e nº 02, de 25/01/99,

- À servidora da Secretaria Municipal de Educação, referente ao Primeiro semestre de 2015 - matrícula e mensalidades, conforme demonstrativo abaixo:

| Nome | Curso/Semestre | % de Auxílio | Processo |
|--------------------------|---|--------------|-----------|
| Leonce Fátima dos Santos | Pedagogia – 4º semestre- UNIASSELVI – EAD | 40% | RH15-0046 |

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 08 de maio de 2015; 145º ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

PORTARIA Nº SEMFA-D1032, DE 11 DE MAIO DE 2015

PORTARIA Nº SEMFA-D1032, de 11 de maio de 2015.

Concede Licença Prêmio ao servidor Jorge Luis Espinosa Samalea.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 97 e 101 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1993, alterada pela Lei Complementar nº 139/98, resolve:

RESOLVE:

Art.1º Conceder Licença Prêmio Convertida em gozo ao servidor JORGE LUIS ESPINOSA SAMALEA, ocupante do cargo de Médico, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, referente ao quinquênio compreendendo o período aquisitivo de 04.03.2007 a 03.03.2012, por trinta dias (18.05.2015 à 16.06.2015), conforme Processo RH07-0197.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 11 de maio de 2015; 145º ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

PORTARIA Nº SEMFA-D1034, DE 15 DE MAIO DE 2015.

PORTARIA Nº SEMFA-D1034, de 15 de maio de 2015.

Concede Licença Prêmio à servidora Líria Pereira dos Santos.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 97 e 101 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1993, alterada pela Lei Complementar nº 139/98, resolve:

RESOLVE:

Art.1º Conceder Licença Prêmio Convertida em gozo à servidora LÍRIA PEREIRA DOS SANTOS, ocupante do cargo de Atendente de odontologia, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, referente ao quinquênio compreendendo o período aquisitivo de 11.03.2007 a 10.03.2012, por trinta dias (06.08.2015 à 04.09.2015), conforme Processo RH07-0151.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 15 de maio de 2015; 145º ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

PORTARIA Nº SEMFA-D1035, DE 15 DE MAIO DE 2015.

PORTARIA Nº SEMFA-D1035, de 15 de maio de 2015.

Concede Licença Prêmio à servidora Simone Gabriela Seidel.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 97 e 101 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1993, alterada pela Lei Complementar nº 139/98, resolve:

RESOLVE:

Art.1º Conceder Licença Prêmio Convertida em gozo à servidora SIMONE GABRIELA SEIDEL, ocupante do cargo de Dentista, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, referente ao quinquênio compreendendo o período aquisitivo de 04.03.2007 a 03.03.2012, por trinta dias (06.08.2015 à 04.09.2015), conforme Processo RH07-0119.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 15 de maio de 2015; 145º ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

PORTARIA Nº SEMFA-D1037, DE 26 DE MAIO DE 2015

PORTARIA Nº SEMFA-D1037, de 26 de maio de 2015.

Concede Licença Prêmio à servidora Patrícia Macedo.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 97 e 101 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1993, alterada pela Lei Complementar nº 139/98, resolve:

RESOLVE:

Art.1º Conceder Licença Prêmio Convertida em gozo à servidora PATRÍCIA MACEDO, ocupante do cargo de Educadora Infantil, lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente ao quinquênio compreendendo o período aquisitivo de 24.05.2010 a 23.05.2015, por trinta dias (02.07.2015 à 31.07.2015), conforme Processo RH15-0047.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 26 de maio de 2015; 145º ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

PORTARIA Nº SEMFA-D1038, DE 28 DE MAIO DE 2015

PORTARIA Nº SEMFA-D1038, de 28 de maio de 2015.

Concede Licença Prêmio à servidora Wera Kruger Nones.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 97 e 101 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1993, alterada pela Lei Complementar nº 139/98, resolve:

RESOLVE:

Art.1º Conceder Licença Prêmio Convertida em gozo à servidora WERA KRUGER NONES, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente ao quinquênio compreendendo o período aquisitivo de 01.08.2007 a 31.07.2012, por trinta dias (03.08.2015 à 01.09.2015), conforme Processo RH15-0049.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 28 de maio de 2015; 145º ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

PORTARIA Nº SEMFA-D1041, DE 29 DE MAIO DE 2015.

PORTARIA Nº SEMFA-D1041, de 29 de maio de 2015.

Concede Licença Prêmio ao servidor Reinaldo Knopp.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 97 e 101 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1993, alterada pela Lei Complementar nº 139/98, resolve:

RESOLVE:

Art.1º Conceder Licença Prêmio Convertida em gozo ao servidor REINALDO KNOPP, ocupante do cargo de Auxiliar Operacional, lotado na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, referente ao quinquênio compreendendo o período aquisitivo de 01.03.2010 a 28.02.2015, por trinta dias (01.06.2015 à 30.06.2015), conforme Processo RH05-0377.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 29 de maio de 2015; 145º ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

PORTARIA Nº SEMFA-D1042, DE 29 DE MAIO DE 2015.

PORTARIA Nº SEMFA-D1042, de 29 de maio de 2015.

Concede Licença Prêmio à servidora Gracielle Bell.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 97 e 101 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1993, alterada pela Lei Complementar nº 139/98, resolve:

RESOLVE:

Art.1º Conceder Licença Prêmio Convertida em gozo à servidora GRACIELLE BELL, ocupante do cargo de Educadora Infantil, lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente ao quinquênio compreendendo o período aquisitivo de 02.02.2009 a 01.02.2014, por trinta dias (02.06.2015 à 01.07.2015), conforme Processo RH09-0144.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 29 de maio de 2015; 145º ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

PORTARIA Nº SEMFA-D1048, DE 29 DE MAIO DE 2015

PORTARIA Nº SEMFA-D1048, de 29 de Maio de 2015

Declara estável no serviço público municipal os servidores da Secretaria Municipal de Saúde, por terem sido aprovados no Estágio Probatório.

A SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.25 da Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2000, arts. 29 e 32 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1993, alterados pela Lei Complementar nº 139, de 02 de julho de 1998 e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2009,

RESOLVE:

Art. 1º Declarar estável no serviço público municipal, diante da aprovação no Estágio Probatório e do efetivo cumprimento dos demais requisitos aplicáveis à espécie, inclusive os de ordem legal e constitucional, os seguintes servidores:

| SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE | | | | |
|---------------------------------|-----------|--------------------------------------|----------------------|----------------------|
| Nome Servidor (A) | Matrícula | Cargo | Portaria de Nomeação | Estável a contar de: |
| Andressa Giulia Busarello Nunes | 19986.9 | Técnico em Radiologia | 1236, de 04/04/2010 | 05/04/2013 |
| Angela Preuss | 107961.1 | Auxiliar de Serviços Administrativos | 1032, de 29/01/2010 | 31/01/2013 |
| Daiane Cunha | 28326.6 | Técnico em Radiologia | 516, de 27/05/2009 | 09/06/2012 |
| Evandro César Sardagna | 30578.2 | Técnico em Enfermagem | 1236, de 04/04/2010 | 16/04/2013 |
| Humberto Luiz Michelli | 105751.0 | Psicólogo | 334, de 31/03/2009 | 15/04/2012 |
| Mara Rubia Longo Reuter | 9197.9 | Técnico em Enfermagem | 549, de 10/06/2009 | 30/09/2012 |
| Marina Tallmann Knoch Klug | 28057.7 | Enfermeiro | 1101, de 10/02/2010 | 22/12/2013 |
| Sandra Buffon Biss | 28994.9 | Enfermeiro | 1101, de 10/02/2010 | 15/02/2013 |
| Silvana Januário Jorge | 28283.9 | Técnico em Enfermagem | 497, de 18/05/2009 | 30/05/2012 |

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 29 de Maio de 2015; 145º ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

PORTARIA Nº SEMFA-D1049, DE 29 DE MAIO DE 2015

PORTARIA Nº SEMFA-D1049, de 29 de Maio de 2015

Declara estável no serviço público municipal a servidora da Secretaria Municipal de Educação, por ter sido aprovada no Estágio Probatório.

A SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.25 da Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2000, arts. 29 e 32 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1993, alterados pela Lei Complementar nº 139, de 02 de julho de 1998 e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2009,

RESOLVE:

Art. 1º Declarar estável no serviço público municipal, diante da aprovação no Estágio Probatório e do efetivo cumprimento dos demais requisitos aplicáveis à espécie, inclusive os de ordem legal e constitucional, a seguinte servidora:

| SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO | | | | |
|----------------------------------|-----------|--------------------|----------------------|----------------------|
| Nome Servidor (A) | Matrícula | Cargo | Portaria de Nomeação | Estável a contar de: |
| Cleusa Hellmann Sotero | 27413.5 | Educadora Infantil | 1280, de 26/04/2010 | 23.05.2013 |

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 29 de Maio de 2015; 145º ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

PORTARIA NºSEMFA-D1028, DE 06 DE MAIO DE 2015.

PORTARIA NºSEMFA-D1028, de 06 de maio de 2015.

Concede prorrogação de Licença para Tratamento de Saúde ao servidor Airton Dalpiaz.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder prorrogação de Licença Para Tratamento de Saúde ao servidor AIRTON DALPIAZ, ocupante do cargo de Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social, a contar de 16.03.2015 à 07.06.2015, por oitenta e quatro (84) dias, conforme Processo RH11-0364;

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 06 de maio de 2015; 145º ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

PORTARIA NºSEMFA-D1029 DE 07 DE MAIO DE 2015

PORTARIA NºSEMFA-D1029 de 07 de maio de 2015.

Concede Licença para Tratamento de Saúde à servidora Luciane Maria Vailatti.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº411, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Para Tratamento de Saúde à servidora LUCIANE MARIA VAILATTI, ocupante do cargo de Educadora Infantil, lotada na Secretaria Municipal de Educação, por quinze (15) dias, a contar de 26.04 a 10.05.2015, conforme Processo RH08-0382;

I - com remuneração equivalente a de contribuição, no período de 12.03 à 13.03.2015 (02 dias), 18.03 à 06.04.2015 (20 dias), 07.04 à 10.04.2015 (04 dias) e 22.04 à 25.04.2015 (04 dias) somando "30 dias" e a título de auxílio-doença, sendo a remuneração também equivalente a de contribuição 26.04 à 10.05.2015 (15 dias).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 07 de maio de 2015; 145º ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

PORTARIA NºSEMFA-D1031, DE 11 DE MAIO DE 2015

PORTARIA NºSEMFA-D1031, de 11 de maio de 2015.

Concede prorrogação de Licença para Tratamento de Saúde à servidora Noeli Henkes.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder prorrogação de Licença para Tratamento de Saúde à servidora NOELI HENKES, ocupante do cargo de Auxiliar Operacional, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a contar de 11.05.2015 à 06.11.2015, por cento e oitenta (180) dias, conforme Processo RH14-0188;

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 11 de maio de 2015; 145º ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

PORTARIA NºSEMFA-D1033 DE 11 DE MAIO DE 2015.

PORTARIA NºSEMFA-D1033 de 11 de maio de 2015.

Concede Licença para Tratamento de Saúde à servidora Aparecida Valcanaia.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº411, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Para Tratamento de Saúde à servidora APARECIDA VALCANAIA, ocupante do cargo de Auxiliar Operacional, lotada na Secretaria Municipal de Educação, por vinte e quatro (24) dias, a contar de 08.05 a 31.05.2015, conforme Processo RH03-0159;

I - com remuneração equivalente a de contribuição, no período de 08.04 à 07.05.2015 (30 dias) e a título de auxílio-doença, sendo a remuneração também equivalente a de contribuição 08.05 à 31.05.2015 (24 dias).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 11 de maio de 2015; 145º ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

PORTARIA NºSEMFA-D1036 DE 18 DE MAIO DE 2015.

PORTARIA NºSEMFA-D1036 de 18 de Maio de 2015.

Concede Abono de Permanência à servidora Norma Konzatti Kades .

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento no artigo 40 §19 da CF/88 c/c art. 2º, §5º, da EC 41/2003;

RESOLVE:

Art 1º Conceder Abono de Permanência à servidora NORMA CONZATTI KADES, ocupante do cargo de Oficial de Serviços Administrativos, lotada na Secretaria Municipal da Fazenda e Administração, a contar de 22.04.2015, conforme Processo TIMBOPREV 023/2015.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 18 de Maio de 2015; 145º ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

PORTARIA NºSEMFA-D1039 DE 28 DE MAIO DE 2015

PORTARIA NºSEMFA-D1039 de 28 de Maio de 2015.

Concede Abono de Permanência ao servidor Osmair de Castilho .

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento no artigo 40 §19 da CF/88 c/c art. 2º, §5º, da EC 41/2003;

RESOLVE:

Art 1º Conceder Abono de Permanência ao servidor OSMAIR DE CASTILHO, ocupante do cargo de Analista de Sistemas, lotado na Secretaria Municipal da Fazenda e Administração, a contar de 27.05.2015, conforme Processo TIMBOPREV 032/2015.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 28 de Maio de 2015; 145º ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

PRIMEIRA REPUBLICAÇÃO EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 03 2015 FUMTRAN - MATERIAIS DE SINALIZAÇÃO VIÁRIA DE TRÂNSITO

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 03/2015 FUMTRAN

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó, através da Secretaria de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente

OBJETO: Registro de preço para aquisição de materiais para manutenção de sinalização viária de trânsito, vertical e horizontal, nas principais vias do município de Timbó, para atender as necessidades do Fundo Municipal de Trânsito.

EMPRESA FORNECEDORA: MORE Sinalização e Construção Ltda.

TOTAL ESTIMADO: R\$ 53.700,00 (cinquenta e três mil e setecentos reais).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 29/03/2016

Timbó, 30/03/2015

FABIANO MARTINS ADRIANO

Secretário Municipal de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente

Tunápolis

PREFEITURA

DECRETO 03/2015

Decreto Legislativo nº03/2015

CONCEDE PLACA DE HONRA AO MÉRITO AO SR. ALOÍSIO JOSÉ HECK.

Faço saber que o Plenário da Câmara Municipal de Vereadores de Tunápolis aprovou e eu promulgo o seguinte Decreto:

Art. 1º Fica a Câmara Municipal de Tunápolis - SC autorizada a conceder Placa de Honra ao Mérito ao Sr. Aloísio Heck da Linha Fátima pela passagem do seu centésimo aniversário, considerando os relevantes serviços prestados a sociedade tunapolitana conforme justificativa anexa.

Art. 2º A Placa de Honra ao Mérito será concedida por ocasião dos festejos pelo seu aniversário no dia 16 de Maio de 2015 na comunidade de Fátima.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Tunápolis

Em 12 de Maio de 2015

GILBERTO LUNKES

Presidente

LEI Nº 1229/2015

Lei nº 1229/2015 de 30 de junho de 2015.

Aprova o Plano Municipal de Educação – PME e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aprovado o Plano Municipal de Educação – PME, com vigência por 10 (dez) anos, a contar da publicação desta Lei, na forma dos Anexos I e II, com vistas ao cumprimento do disposto no art. 8º da Lei Federal nº 13.005, de 25 de junho de 2014.

Art. 2º São diretrizes do PME:

I – redução significativa do analfabetismo;

II - universalização do atendimento escolar;

III - superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;

IV - melhoria da qualidade da educação de modo a garantir o direito universal a formação em idade adequada e o sucesso escolar;

V - fortalecimento da educação básica e média, bem como, técnica em nível médio;

VI - promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;

VII - promoção humanística, científica, cultural e tecnológica da educação da rede municipal, bem como, da rede estadual;

VIII - viabilização de recursos públicos que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade em parceria com União, Estado e Município;

IX - valorização dos (as) profissionais da educação;

X - promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.

Art. 3º As metas previstas no Anexo I desta Lei serão cumpridas no prazo de vigência deste PME, desde que não haja prazo inferior definido para metas e estratégias específicas.

Art. 4º As metas previstas no Anexo I desta Lei deverão ter como referência o Anexo II – Diagnóstico elaborado pela Equipe Técnica com base nos dados divulgados por Órgãos Oficiais.

Art. 5º A execução do PME e o cumprimento de suas metas serão objeto de monitoramento contínuo e de avaliações periódicas realizados pelas seguintes instâncias:

I - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

II - Conselho Municipal de Educação – CME.

§ 1º Compete, ainda, às instâncias referidas no caput:

I - divulgar os resultados do monitoramento e das avaliações de forma ampla e pública;

II - analisar e propor políticas públicas para assegurar a implementação das estratégias e o cumprimento das metas;

III - analisar e propor em situações específicas a aplicação de percentuais em educação, de modo a garantir especificidades e prioridades imediatas;

§ 2º Ao longo do período de vigência deste PME, observar-se-ão os resultados dos estudos publicados a cada 2 (dois) anos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP para aferir a evolução no cumprimento das metas estabelecidas no Anexo I, que serão divulgados por meio de documentos públicos emitidos pelo Conselho Municipal de Educação.

Art. 6º O Município em parceria com o Conselho Municipal de Educação promoverá a realização de conferências municipais de educação a cada dois anos.

Art. 7º As estratégias definidas no Anexo I desta Lei não eliminam a adoção de medidas adicionais em âmbito local ou de instrumentos jurídicos que formalizem a cooperação entre os entes federados, podendo ser complementadas por mecanismos nacionais e locais de

coordenação e colaboração recíproca.

Art. 8º O fortalecimento do regime de colaboração entre a União, o Estado e o Município incluirá a instituição de instâncias permanentes de negociação, cooperação e pactuação.

Art. 9º O plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e o orçamento anual do Município serão formulados de maneira a assegurar a consignação de dotações orçamentárias compatíveis com as diretrizes, metas e estratégias deste PME, a fim de viabilizar sua plena execução.

Art. 10º. O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica, coordenado pela União, constituirá fonte de informação para a avaliação da qualidade da educação básica e para a orientação das políticas públicas desse nível de ensino.

Art. 11º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Tunápolis, SC,

em 30 de junho de 2015.

ENOÍ SCHERER

Prefeito Municipal

Anexo I

5 METAS E ESTRATÉGIAS

5.1 META 1

Atender 100% (cem por cento) das crianças da pré-escola, com idade de Educação Infantil, 4 (quatro) à (cinco) anos, ampliando a oferta de Educação Infantil em creches, de forma a atender até 60% (sessenta por cento) das crianças de 1 (um) à 3 (três) anos de idade, até o quinto ano de vigência deste plano. Iniciar atendimento de crianças de 0 (zero) a 1(um) ano, até o início do ano letivo de 2017 (dois mil e dezessete), de pelo menos 20% (vinte por cento) das crianças, ampliando para 70% (setenta) até o final da vigência deste plano. Ampliando de forma gradativa a oferta em todos os níveis da Educação Infantil.

5.1.1 Estratégias

5.1.1.1 Definir em regime de colaboração entre União, o Estado e Município, a expansão da rede pública de Educação Infantil, de modo a viabilizar o acesso a creche a todas as famílias, independente de renda e classe social, buscando estratégias para incluir crianças de famílias beneficiárias do programa bolsa família.

5.1.1.2 Realizar anualmente, em regime de colaboração, levantamento da demanda por creche, para a população de até 3 (três) anos de idade, como forma de planejar a oferta e verificar o atendimento da demanda existente no município.

5.1.1.3 Manter e ampliar em regime de colaboração União, Estado e Município, programa de construção e reestruturação de escolas, bem como, de aquisição de equipamentos, visando à expansão e à melhoria da rede física de escolas públicas de Educação Infantil, respeitando, inclusive, as normas de acessibilidade.

5.1.1.4 Criar espaço físico para atendimento de crianças de Creche de 0 (zero) à (três) anos, até o 2º (segundo) ano de vigência deste plano, em regime de colaboração com União, Estado e Município.

5.1.1.5 Implantar até o quinto ano de vigência do Plano, avaliação da Educação Infantil, articulada entre os setores da Educação, a ser realizada a cada 2 (dois) anos, com base em parâmetros nacionais de qualidade, a fim de aferir a infraestrutura física, o quadro de pessoal, as condições de gestão, os recursos pedagógicos, a situação de acessibilidade, entre outros indicadores relevantes.

5.1.1.6 Manter e ampliar a formação continuada dos profissionais que atuam na Educação Infantil, para garantir uma prática pedagógica adequada para cada nível de desenvolvimento em parceria com União, Estado e Município.

5.1.1.7 Priorizar o acesso à Educação Infantil e garantir a partir do segundo ano de vigência desse plano, a oferta do atendimento educacional especializado, complementar e suplementar aos estudantes com deficiência, transtornos do espectro do autismo, transtorno do déficit de atenção com hiperatividade e altas habilidades/superdotação, assegurar a Educação bilíngue para crianças surdas e cegas e a transversalidade da Educação especial nessa etapa da Educação Básica.

5.1.1.8 Ampliar programas de orientação e apoio às famílias, por meio da articulação conjunta das áreas de educação, saúde e assistência social, com foco no desenvolvimento integral das crianças de 0 (zero) à 6 (seis) anos de idade, a partir do segundo ano de vigência deste Plano.

5.1.1.9 Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso e da permanência das crianças na Educação Infantil, em especial dos beneficiários de programas de transferência de renda, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância.

5.1.1.10 Criar e ampliar espaços de Educação Infantil em tempo de Educação Integral, de forma gradativa para as crianças de 0 (zero) à 3 (três) anos, conforme estabelecido nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, até o quinto ano de vigência deste plano. E ampliar a oferta de Educação integral para crianças de 4 (quatro) e 5 (cinco) anos de idade, até a vigência final deste Plano.

5.1.1.11 Manter e ampliar espaços físicos lúdicos de interatividade, considerando a diversidade étnica, de gênero e sociocultural, tais como: brinquedoteca, biblioteca infantil e parque infantil, bem como, fazer uma avaliação a cada dois anos da situação dos brinquedos, providenciando a renovação através de uma comissão multidisciplinar envolvendo o poder público, equipe pedagógica, professores, técnicos, direção e pais.

5.1.1.12 Avaliar e monitorar ao longo da vigência desse Plano, o dispositivo da Lei Complementar nº 170/1998 (cento e setenta do ano de mil novecentos e noventa e oito), que refere-se ao número de alunos por turma, mantendo sempre o que define os parâmetros Curriculares Nacionais e Estaduais, a respeito da quantidade de crianças por profissional na Educação Infantil.

5.2 META 2

Universalizar o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) à 14 (quatorze) anos de idade, garantindo que 98% (noventa e oito por cento) dos estudantes, concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste Plano.

5.2.1 Estratégias

5.2.1.1 Pactuar entre a União, o Estado e o Município, no âmbito da instância permanente de que trata o § 5º do Art. 7º, da Lei no 13.005/2014 (treze mil e cinco do ano de dois mil e quatorze), a implantação dos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento que configurarão a base nacional comum curricular do Ensino Fundamental, incluindo esses direitos e objetivos de aprendizagem no PPP da escola e, realizando em cada início de ano letivo, uma re-avaliação e estudos dos mesmos.

5.2.1.2 Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso, da permanência e do aproveitamento escolar dos beneficiários de programas de transferência de renda, bem como, o controle das situações de discriminação, preconceito e violência na escola, visando ao estabelecimento de condições adequadas para o sucesso escolar dos estudantes, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, adolescência e juventude.

5.2.1.3 Manter a busca ativa de crianças e adolescentes para o acompanhamento e monitoramento de acesso e permanência na escola, em parceria com as áreas de saúde e assistência social.

5.2.1.4 Desenvolver tecnologias pedagógicas que combinem, de maneira articulada, à organização do tempo e das atividades didáticas entre a escola e o ambiente comunitário, considerando as especificidades da Educação Especial e das escolas do campo.

5.2.1.5 Disciplinar no âmbito dos sistemas de ensino, a organização flexível do trabalho pedagógico, incluindo adequação do calendário escolar de acordo com a realidade local, a identidade cultural e as condições climáticas da região.

5.2.1.6 Promover o relacionamento das escolas com instituições e movimentos culturais, a fim de garantir a oferta regular de atividades culturais, para a livre fruição dos estudantes dentro e fora dos espaços escolares, assegurando ainda, que as escolas se tornem pólos de manifestação e difusão cultural.

5.2.1.7 Fortalecer a participação dos pais ou responsáveis no acompanhamento das atividades escolares dos filhos, por meio do estreitamento das relações entre as escolas e as famílias.

5.2.1.8 Estimular o atendimento e acesso de educandos nas escolas da zona rural.

5.2.1.9 Ampliar a oferta de atividades extracurriculares aos estudantes, incentivando o estímulo as habilidades esportivas, artísticas, científicas e culturais, entre outros, bem como, incentivando a participação em certames e concursos regionais e nacionais.

5.2.1.10 Efetivar com as áreas de saúde, ação social e cidadania, rede de apoio ao Sistema Municipal de Ensino para atender o público de Educação Especial.

5.2.1.11 Garantir o acesso e permanência dos estudantes na Educação Pública, viabilizando transporte escolar acessível e de segurança, material escolar, laboratórios didáticos e biblioteca informatizada com acervo atualizado, visando à inclusão das diferentes etnias. Fornecer profissionais capacitados como condição para melhoria do processo de ensino aprendizagem.

5.2.1.12 Garantir a oferta da alimentação escolar, com segurança alimentar e nutricional, estimulando a agricultura familiar.

5.2.1.13 Fomentar as tecnologias educacionais inovadoras das práticas pedagógicas que assegurem a alfabetização, a partir de realidades linguísticas diferenciadas em comunidades bilíngues ou multilíngues, favorecendo a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem dos estudantes, segundo as diversas abordagens metodológicas.

5.2.1.14 Ampliar para 60% (sessenta por cento) a oferta de Educação Integral para turmas de anos iniciais (primeiro ao quinto ano) até a vigência final deste plano.

5.2.1.15 Realizar a cada biênio, a revisão dos conteúdos previstos para cada etapa escolar, em consonância com os parâmetros curriculares nacionais.

5.3 META 3

Manter e universalizar o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) à 17 (dezessete) anos de idade e, elevar até o final do período de vigência deste Plano, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 95% (noventa e cinco por cento).

5.3.1 Estratégias

5.3.1.1 Institucionalizar política e programa estadual para o Ensino Médio articulado aos programas nacionais, com garantia dos recursos

financeiros, para incentivar práticas pedagógicas com abordagens interdisciplinares estruturadas pela relação entre teoria e prática, por meio de currículos escolares que organizem, de maneira flexível e diversificada, conteúdos obrigatórios e eletivos articulados em dimensões como ciência, trabalho, linguagens, tecnologia, cultura e esporte, garantindo-se a aquisição de equipamentos e laboratórios, a aquisição de material didático específico, a formação continuada em serviço de professores e a articulação com instituições acadêmicas, esportivas e culturais.

5.3.1.2 Pactuar entre União, Estado e o Município, no âmbito da instância permanente de que trata o § 5º do art. 7º, da Lei nº 13.005/2014 (treze mil e cinco do ano de dois mil e quatorze), a implantação dos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento, que configurarão a base nacional comum curricular do Ensino Médio.

5.3.1.3 Promover a relação das escolas com instituições e movimentos culturais, a fim de garantir a oferta regular de atividades culturais para a livre fruição dos estudantes dentro e fora dos espaços escolares, assegurando ainda que as escolas se tornem pólos de criação e difusão cultural e prática desportiva, integrada ao currículo escolar.

5.3.1.4 Contribuir para a universalização do Exame Nacional do Ensino Médio -ENEM, fundamentado em matriz de referência do conteúdo curricular do Ensino Médio e em técnicas estatísticas psicométricas que permitam comparabilidade de resultados, articulando-o com o Sistema de Avaliação da Educação Básica - SAEB, e promover sua utilização como instrumento de avaliação sistêmica, para subsidiar políticas públicas para a Educação Básica, de avaliação certificadora, possibilitando aferição de conhecimentos e habilidades adquiridos dentro e fora da escola, e de avaliação classificatória, como critério de acesso à Educação Superior.

5.3.1.5 Fortalecer a expansão das matrículas gratuitas de Ensino Médio integrado à Educação Profissional, observando-se as peculiaridades das populações do campo e Educação Especial.

5.3.1.6 Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso, da permanência e do aproveitamento escolar dos jovens beneficiários de programas de transferência de renda, bem como, dos sujeitos em situações de discriminação, preconceito e violência, práticas irregulares de exploração do trabalho, consumo de drogas, gravidez precoce, buscando a colaboração com as famílias, de forma intersetorial.

5.3.1.7 Promover a busca ativa da população de 15 (quinze) à 17 (dezesete) anos, fora da escola, de forma intersetorial com os serviços de assistência social, saúde e proteção à adolescência e à juventude.

5.3.1.8 Fomentar programas de Educação e de cultura para a população urbana e do campo, de jovens, na faixa etária de 15 (quinze) à 17 (dezesete) anos, e de adultos, visando à qualificação social e profissional para aqueles que estejam fora da escola e com defasagem no fluxo escolar.

5.3.1.9 Promover em parceria com o Estado, a oferta de Ensino Médio nos turnos diurno e noturno, bem como, a distribuição territorial das escolas de Ensino Médio, de forma a atender a toda a demanda, de acordo com a faixa etária e as necessidades específicas dos estudantes.

5.3.1.10 Implementar políticas de prevenção à evasão motivada por preconceito ou por quaisquer formas de discriminação, criando rede de proteção contra formas associadas à exclusão, promovendo a vivência e manifestações dos direitos humanos no ambiente escolar por meio da instituição de comissão responsável em cada unidade escolar.

5.3.1.11 Estimular a participação dos adolescentes nos cursos das áreas tecnológicas e científicas.

5.3.1.12 Manter os projetos e programas existentes sobre prevenção ao Uso das Drogas em parceria com a saúde, assistência social, e Fundo da Infância e Adolescência - FIA

5.3.1.13 Contribuir e estabelecer parceria com União e Estado para a oferta de curso técnico voltado para a necessidade da população rural, visando que os jovens que residam na área rural, se sintam motivados e qualificados para permanecer e dar continuidade ao ramo de trabalho de seus familiares.

5.4 META 4

Universalizar para a população de 4 (quatro) à 17 (dezesete) anos de idade, com deficiência, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade/impulsividade e altas habilidades ou superdotação, o acesso à Educação Básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais e serviços especializados, públicos ou conveniados em parceria com União, estado e Município.

5.4.1 Estratégias

5.4.1.1 Garantir através da Secretaria da Educação, a oferta de Educação Inclusiva, promovendo à articulação pedagógica entre o ensino regular e o atendimento educacional especializado.

5.4.1.2 Contribuir na contabilização, para fins do repasse do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, as matrículas dos estudantes da Educação Regular da rede pública, que recebam atendimento educacional especializado complementar e suplementar, sem prejuízo do cômputo dessas matrículas na Educação Básica regular, e as matrículas efetivas, conforme o censo escolar mais atualizado, na Educação Especial oferecida em instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas (sem fins lucrativos), conveniadas com o Poder Público e com atuação exclusiva na modalidade nos termos da lei nº 11.494/2007 (onze mil quatrocentos e noventa e quatro do ano de dois mil e sete).

5.4.1.3 Promover no prazo de vigência do presente Plano, a universalização do atendimento escolar da demanda de crianças na faixa etária

de 0 (zero) à 3 (três) anos de idade, com deficiência, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade/impulsividade e altas habilidades ou superdotação, observando o que dispõe a lei nº 9.394/1996 (nove mil trezentos e noventa e quatro do ano de mil novecentos e noventa e seis), que estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional.

5.4.1.4 Implantar e manter em parceria entre União, Estado, Município ao longo deste plano, salas de recursos multifuncionais e garantir a formação continuada para o atendimento educacional especializado nas escolas regulares e em instituições especializadas públicas e conveniadas.

5.4.1.5 Garantir o atendimento educacional especializado em salas de recursos multifuncionais, preferencialmente na rede regular de ensino ou em instituições especializadas, públicas ou conveniadas, nas formas complementar ou suplementar, a todos os educandos com deficiência, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade/impulsividade e altas habilidades ou superdotação, matriculados em escolas de Educação Básica, conforme a necessidade identificada por meio de uma avaliação emitida por uma equipe multidisciplinar, ouvidos a família e o educando.

5.4.1.6 Estimular a criação de centros multidisciplinares de apoio, pesquisa e assessoria, articulados com instituições acadêmicas, conveniadas com a Fundação Catarinense de Educação Especial - FCEE e integrados por profissionais das áreas de saúde, assistência social, pedagogia e psicologia, para apoiar os trabalhos dos professores da Educação Básica com estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade/impulsividade a altas habilidades ou superdotação.

5.4.1.7 Ampliar em parceria com União, Estado e Município os programas que promovam a acessibilidade as instituições públicas, garantindo o acesso e permanência dos educandos com deficiência.

5.4.1.8 Garantir em parceria com Estado e Instituições conveniadas a oferta de Educação Bilíngue, em Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, como primeira língua e na modalidade escrita na Língua Portuguesa como segunda língua, aos estudantes surdos e com deficiência auditiva de 0 (zero) à 17 (dezesete) anos, em escolas inclusivas, bem como, a adoção do Sistema Braille para cegos e surdos cegos.

5.4.1.9 Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso à escola e o atendimento educacional especializado em parceria com o Estado.

5.4.1.10 Apoiar a equipe de profissionais da Educação para atender a demanda do processo de escolarização dos educandos com deficiência, garantindo a oferta de professores do atendimento educacional especializado.

5.4.1.11 Definir até o quinto ano de vigência deste Plano, indicadores de qualidade e política de avaliação e supervisão para o funcionamento de instituições públicas e conveniadas que prestam atendimento educacional aos educandos com deficiência/ transtorno, através de CPA – Comissão Própria de Avaliação a ser instituída envolvendo municipalidade, pais e profissionais.

5.4.1.12 Desenvolver juntamente com a Secretaria Municipal de Saúde e Bem-Estar Social, métodos para obtenção de informações detalhadas sobre o perfil das pessoas com deficiência.

5.4.1.13 Promover parcerias com instituições especializadas, conveniadas com o setor público, visando à ampliação da oferta de formação continuada para professores da rede regular e professor especialista para atendimento educacional especializado.

5.4.1.14 Garantir que as escolas de Educação Básica promovam espaços para participação das famílias na elaboração do projeto político pedagógico na perspectiva da Educação Inclusiva.

5.5 META 5

Alfabetizar, todas as crianças na rede regular de ensino até o segundo ano do Ensino Fundamental até o Final de vigência deste Plano. Levando em consideração que no caso de crianças com necessidades especiais, a aprendizagem ocorre em tempos diferenciados e o papel da escola deve priorizar além da alfabetização, também a inclusão, integralização e socialização destes.

5.5.1 Estratégias

5.5.1.1 Estruturar os processos pedagógicos a fim de garantir a alfabetização plena a todas as crianças até o final do segundo ano do Ensino Fundamental.

5.5.1.2 Instituir instrumentos de avaliação sistêmica, periódica e específica, para aferir a alfabetização das crianças individualmente, bem como, criação até o terceiro ano de vigência deste Plano, de respectivos instrumentos de avaliação e monitoramento em parceria com a rede Estadual.

5.5.1.3 Selecionar certificar e divulgar tecnologias educacionais para a alfabetização de crianças, asseguradas a diversidade de métodos e propostas pedagógicas.

5.5.1.4 Fomentar o desenvolvimento de tecnologias educacionais e de práticas pedagógicas inovadoras que assegurem a alfabetização e favoreçam a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem dos estudantes, consideradas as diversas abordagens metodológicas e sua efetividade.

5.5.1.5 Promover e estimular a formação inicial e continuada de professores para a alfabetização de crianças, com o conhecimento de novas tecnologias educacionais e práticas pedagógicas inovadoras e ações de formação continuada de professores para a alfabetização.

5.5.1.6 Criar políticas para a alfabetização das pessoas com deficiência, considerando as suas especificidades, em parceria com União, Estado e Município, bem como, instituições conveniadas.

5.5.1.7 Manter e ampliar programas de incentivo à leitura, através de práticas pedagógicas nas unidades escolares, em sintonia com a Semana de Incentivo à Leitura e à Cultura.

5.5.1.8 Contratar um profissional pela secretaria de educação ou articular com a Secretaria Municipal de Saúde e Bem-Estar Social, ações de identificação e encaminhamento com profissional de Fonoaudiologia para reduzir até o quinto ano de vigência deste Plano, em 95% (noventa e cinco por cento) os problemas de fala, troca de fonemas, casos de gagueira e atrasos na aquisição da linguagem.

5.5.1.9 Mediar e agilizar o processo com a Secretaria Municipal de Saúde e Bem-Estar Social, de ações de identificação e encaminhamento com profissional de neuropsiquiatria e neurologia para diagnóstico dos atrasos de desenvolvimento e avaliações cognitivas precoces.

5.6 META 6

Oferecer Educação em Tempo Integral nas escolas públicas, e espaços com estrutura física adequada de forma a atender, pelo menos, 65 % (sessenta e cinco por cento) dos estudantes da Educação Básica, até o final da vigência do Plano.

5.6.1 Estratégias

5.6.1.1 Promover com o apoio da União e Estado, a oferta de Educação Básica pública em Tempo Integral, por meio de atividades de acompanhamento pedagógico e multidisciplinares, inclusive culturais e esportivas, de forma que o tempo de permanência dos estudantes na escola, ou sob sua responsabilidade, passe a ser igual ou superior a 7 (sete) horas diárias durante todo o ano letivo.

5.6.1.2 Instituir em regime de colaboração com União, Estado e Município, programa de construção e/ou adequação de escolas com padrão arquitetônico e de mobiliário adequado para atendimento em Tempo Integral.

5.6.1.3 Aderir em regime de colaboração, ao programa nacional e estadual de ampliação e reestruturação das escolas públicas, por meio da instalação de quadras poliesportivas, laboratórios, inclusive de informática, espaços para atividades culturais, bibliotecas, auditórios, cozinhas, refeitórios cobertos, depósitos adequados para armazenar gêneros alimentícios, banheiros e outros equipamentos.

5.6.1.4 Fomentar a articulação da escola regular com os diferentes espaços educativos, culturais e esportivos e com equipamentos públicos, como centros comunitários, bibliotecas, praças, parques, museus, teatros, cinemas.

5.6.1.5 Atender às escolas do campo (meio rural), com oferta de Educação em tempo integral, considerando-se as peculiaridades locais.

5.6.1.6 Garantir a Educação em Tempo Integral para pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação na faixa etária de 4 (quatro) à 17 (dezesete) anos de idade, assegurando atendimento educacional especializado.

5.6.1.7 Assegurar alimentação escolar que contemple a necessidade nutricional diária dos estudantes que permanecem na escola em tempo integral, conforme legislação específica.

5.7 META 7

Fomentar a qualidade da Educação Básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem, de modo a atingir as metas estipuladas a nível nacional para o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB.

5.7.1 Estratégias

5.7.1.1 Estabelecer e implantar, mediante pactuação inter federativa, diretrizes pedagógicas para a Educação Básica e a base nacional comum dos currículos, com direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento dos estudantes para cada ano do Ensino Fundamental e Médio, respeitando-se a diversidade estadual, regional e local.

5.7.1.2 Assegurar em pactuação com a União e Estado, que: a) no quinto ano de vigência deste Plano, pelo menos, 70% (setenta por cento) dos estudantes do Ensino Fundamental e do Ensino Médio tenham alcançado nível suficiente de aprendizado em relação aos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento de seu ano de estudo, e 50% (cinquenta por cento), pelo menos, o nível desejável; b) no último ano de vigência deste Plano, todos os estudantes do Ensino Fundamental e do Ensino Médio tenham alcançado nível suficiente de aprendizado em relação aos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento de seu ano de estudo, e 80% (oitenta por cento), pelo menos, o nível desejável.

5.7.1.3 Aderir a processos contínuos de auto-avaliação das escolas de Educação Básica, por meio da constituição de instrumentos de avaliação que orientem as dimensões a serem fortalecidas, destacando a elaboração de planejamento estratégico, a melhoria contínua de qualidade educacional, a formação continuada dos profissionais da educação e o aprimoramento da gestão democrática, bem como, instituição da CPA – Comissão Própria de Avaliação em cada modalidade de ensino de modo que possam conduzir os processos de avaliação.

5.7.1.4 Formalizar e executar os planos de ações articuladas dando cumprimento às metas de qualidade estabelecidas para a Educação Básica pública e as estratégias de apoio técnico e financeiro voltadas à melhoria de gestão educacional, à formação de professores e profissionais de serviços e apoio escolares.

5.7.1.5 Contribuir para a melhoria do desempenho dos estudantes do Ensino Médio nas avaliações da aprendizagem no Programa Internacional de Avaliação de Estudantes – PISA.

5.7.1.6 Colaborar no desenvolvimento de indicadores específicos de avaliação da qualidade da Educação Especial, bem como, da qualidade da educação bilíngue para surdos.

5.7.1.7 Incentivar o desenvolvimento, selecionar, referendar e divulgar tecnologias educacionais para o Ensino Fundamental e Médio, bem como, incentivar práticas pedagógicas inovadoras que assegurem a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem, respeitando e fomentando a diversidade de métodos e propostas pedagógicas.

5.7.1.8 Garantir transporte gratuito, por meio de convênio entre as Secretarias Municipais de Educação e Secretaria de Estado da Educação, meio de transporte com acessibilidade para todos os estudantes da Educação do Campo na faixa etária da educação escolar obrigatória, mediante renovação e financiamento compartilhado, com participação da união proporcional às necessidades dos entes federados, visando reduzir a evasão escolar e o tempo médio de deslocamento a partir de cada situação local.

5.7.1.9 Adquirir equipamentos e recursos tecnológicos digitais, em regime de colaboração entre União e Estado, para a utilização pedagógica no ambiente escolar a todas as escolas públicas da Educação Básica.

5.7.1.10 Aderir, colaborar e participar em regime de colaboração com a União, e Estado na elaboração dos parâmetros mínimos de qualidade dos serviços da Educação Básica, a serem utilizados como referência para infraestrutura das escolas e para recursos pedagógicos, entre outros insumos relevantes.

5.7.1.11 Manter atualizado a informatização da gestão das escolas públicas e das secretarias de educação, bem como, aderir ao programa de formação continuada para pessoal técnico.

5.7.1.12 Garantir políticas de prevenção à violência na escola, inclusive pelo desenvolvimento de ações destinadas à capacitação de educadores para detecção dos sinais e de suas causas, como a violência doméstica, sexual e social, favorecendo a adoção das providências adequadas para promover a construção da cultura de paz e um ambiente escolar dotado de segurança para a comunidade.

5.7.1.13 Garantir nos currículos escolares conteúdos sobre história e as culturas afro-brasileira e indígena, implementando ações educacionais, assegurando a implementação das respectivas diretrizes curriculares nacionais, por meio de ações colaborativas com fóruns de Educação para a diversidade étnico-racial, conselhos escolares, equipes pedagógicas e a sociedade civil.

5.7.1.14 Mobilizar as famílias e setores da sociedade civil, com o propósito de que a Educação seja assumida como responsabilidade de todos e de ampliar o controle social sobre o cumprimento das políticas públicas educacionais.

5.7.1.15 Universalizar mediante articulação entre os órgãos responsáveis pelas áreas da saúde e da educação, o atendimento aos estudantes da rede escolar pública de Educação Básica por meio de ações de prevenção, promoção e atenção à saúde, a exemplo do programa saúde do escolar.

5.7.1.16 Estabelecer ações efetivas especificamente voltadas à promoção, prevenção, atenção e atendimento à saúde e à integridade física, mental e emocional dos profissionais da educação, como condições para a melhoria da qualidade educacional.

5.7.1.17 Promover com especial ênfase, em consonância com as diretrizes do Plano Nacional do Livro e da Leitura, a formação de leitores e a capacitação de professores, bibliotecários e agentes da comunidade, para atuar como mediadores da leitura, de acordo com a especificidade das diferentes etapas do desenvolvimento e da aprendizagem.

5.7.1.18 Orientar as políticas das redes e sistemas de ensino, de forma a buscar atingir as metas do IDEB, realizando atendimento diferenciado aos alunos com maiores dificuldades, assegurando durante toda a vigência deste plano, atendimentos individuais ou em grupos através de classe de apoio e/ou acompanhamento pedagógico.

5.7.1.19 Assegurar programas e desenvolver metodologias para acompanhamento pedagógico, recuperação paralela e progressão, priorizando estudantes com rendimento escolar defasado.

5.7.1.20 Instituir em regime de colaboração entre os entes federados, política de preservação da memória regional ou municipal.

5.7.1.21 Reconhecer as práticas culturais e sociais dos estudantes e da comunidade local, como dimensões formadoras, articuladas à Educação, nos Projetos Políticos Pedagógicos e no Plano de Desenvolvimento Institucional, na organização e gestão dos currículos, nas instâncias de participação das escolas e na produção cotidiana da cultura e do trabalho escolar.

5.7.1.22 Reestruturar e aprimorar o Ensino Médio, incentivando práticas pedagógicas com abordagens interdisciplinares, estruturadas pela relação entre teoria e prática, por meio de currículos escolares com conteúdos obrigatórios e eletivos, em dimensões com ciência, trabalho, linguagens, tecnologia, cultura, economia, sociedade e esporte.

5.8 META 8

Elevar a escolaridade média da população de 18 (dezoito) à 29 (vinte e nove) anos de idade, dos 25% (vinte e cinco por cento) mais pobres, de modo a alcançar, no mínimo 12 (doze) anos de estudo no último ano de vigência deste plano.

5.8.1 Estratégias

5.8.1.1 Institucionalizar programas em parceria com a União, Estado e Município para desenvolver estratégias tecnológicas para correção de fluxo, para acompanhamento pedagógico individualizado e para recuperação e progressão parcial, priorizando estudantes com rendimento escolar defasado, atendendo as especificidades dos segmentos populacionais aqui considerados.

5.8.1.2 Implementar e fortalecer em parceria com a Rede Estadual, programas de Educação de jovens e adultos para os segmentos populacionais aqui considerados, que estejam fora da escola e com defasagem idade-série, associados a outras estratégias que garantam a continuidade da escolarização, após a alfabetização inicial e manter políticas de busca ativa de jovens fora da escola.

5.8.1.3 Promover oferta pública de Ensino Médio CEJA, integrada à formação profissional aos jovens do campo, priorizando condições de acesso e permanência na sua própria comunidade.

5.9 META 9

Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais de idade, para 95% (noventa e cinco por cento) até 2022 (dois mil e vinte e dois) e, até o final da vigência deste plano, reduzir em 60% (sessenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional.

5.9.1 Estratégias

5.9.1.1 Promover a oferta gratuita, em parceria com a Educação de Jovens e Adultos, a todos os que não tiveram acesso à Educação Básica na idade própria.

5.9.1.2 Realizar diagnóstico, em parceria com o Estado, dos jovens e adultos com Ensino Fundamental e Médio incompletos, para identificar a demanda ativa por vagas na Educação de jovens e adultos.

5.9.1.3 Estimular o acesso ao Ensino Fundamental dos egressos de programas de alfabetização e garantir o acesso a exames de reclassificação e de certificação da aprendizagem.

5.9.1.4 Manter busca ativa de jovens e adultos em regime de colaboração entre Estado e Município para novas turmas.

5.9.1.5 Executar ações de atendimento ao estudante da Educação de Jovens e Adultos por meio de programas suplementares de transporte e alimentação.

5.9.1.6 Proceder levantamento de dados sobre a demanda por CEJA, na cidade e no campo, para subsidiar a formulação de política pública, que garanta o acesso e a permanência a jovens, adultos e idosos a esta modalidade da Educação Básica.

5.10 META 10

Incentivar e fortalecer durante a vigência deste plano, o acesso as instituições de Educação Profissional, públicas e privadas, para que o público-alvo da Educação de Jovens e Adultos e Ensino Médio tenham acesso a cursos profissionalizantes.

5.10.1 Estratégias

5.10.1.1.1 Estimular em parceria com a Rede Estadual, políticas de acesso e permanência de jovens e adultos aos níveis de Ensino Fundamental, Médio e Profissionalizante, facilitando o acesso através do transporte escolar.

5.10.1.1.2 Articular com o estado e comunidade escolar, a oferta de cursos profissionalizantes, hoje não existentes, até o quinto ano de vigência deste Plano.

5.11 META 11

Incentivar e apoiar matrículas para Educação Profissional Técnica, de nível médio, divulgando ações preferencialmente do Governo Federal e Estadual, para adesão a Educação Técnica.

5.11.1 Estratégias

5.11.1.1 Apoiar a oferta de Educação Profissional Técnica de nível médio, na rede Pública Estadual de Ensino, com o apoio da União e do Estado e Município.

5.11.1.2 Manter e ampliar as políticas públicas municipais, que facilitam através de convênios, os auxílios de acesso a modalidades técnicas de ensino. Estimulando a contribuição voluntária dos estudantes em ações na comunidade.

5.12 META 12

Garantir, em regime de colaboração entre a União, o Estado e o Município, apoio e estímulo aos jovens para o ingresso no Ensino Superior.

5.12.1 Estratégias

5.12.1.1 Mapear e estimular em apoio com a Rede Estadual, responsável pelo Ensino Médio, jovens dispostos a ingressar no Ensino Superior, buscando parceria com Instituições de Ensino Superior e estratégias de divulgação de cursos e condições de acesso.

5.12.1.2 Manter e ampliar as políticas públicas municipais, que facilitam através de convênios, os auxílios de acesso a modalidades do Ensino Superior. Estimulando a contribuição voluntária dos estudantes em ações na comunidade.

5.13 META 13

Articular com Estado e União a ampliação de professores com formação em nível de especialização de modo que se atinja até a data final de vigência do plano, 90% (noventa por cento) de especialistas, 20% (vinte por cento) com mestrado e 5% (cinco por cento) com doutorado.

5.13.1. Estratégias

5.13.1.1 Incentivar os professores para que usufruam da política de incentivo à qualificação profissional, em nível de mestrado e doutorado, oferecido através do Plano de Cargos e Salários.

5.13.1.2 Incentivar e fortalecer a formação continuada dos profissionais da Educação, para o fortalecimento da inovação e melhoria da qualidade educacional.

5.13.1.3 Estimular pesquisa científica no universo municipal, com o intuito de produzir indicadores educacionais com vistas à melhoria da qualidade de ensino.

5.14 META 14

Manter a valorização dos profissionais do Magistério, conforme o Plano de Carreira Municipal, aplicando de forma adequada o pagamento do Piso Nacional do magistério e mantendo os 1/3 (um terço) de hora atividade. Respeitando sempre os termos do § VIII do art. 206, da Constituição Federal.

5.14.1. Estratégias

5.14.1.1 Manter diálogo aberto entre categoria profissional, administração municipal e Secretaria da Educação, sobre a atualização da tabela do piso salarial do magistério e seu impacto na carreira, a partir do sexto ano de vigência do Plano Municipal da Educação, considerando a viabilidade econômica, adequação com a política nacional e estadual de valorização do magistério e equidade salarial com demais profissionais com escolaridade equivalente.

5.14.1.2 Assegurar anualmente o usufruto da licença prêmio, de modo a garantir êxito e regularidade na sua fruição.

5.14.1.3 Manter política de formação continuada permanente em parceria com União, Estado e Instituição de Ensino Superior.

5.14.1.4 Incentivar pesquisa e publicações na área da educação em consonância com a política de valorização profissional prevista no Plano de Carreira do Magistério Municipal.

5.14.1.5 Organizar em parceria com a secretaria da saúde, ações que tratam da saúde do professor, de modo a reduzir em 40% (quarenta por cento) até o final de vigência deste plano, os atestados decorrentes de estresse e estafa profissional, objetivando qualidade de vida pessoal e profissional.

5.15 META 15

Acompanhar a nível municipal os investimentos públicos da União e Estado em Educação Pública, de modo a garantir aumento gradativo de disponibilidade orçamentária para satisfazer os parâmetros de infraestrutura e condições didático pedagógicas, considerando a obrigatoriedade e o crescimento da demanda na Educação Infantil.

5.15.1 Estratégias

5.15.1.1 Manter diálogo constante entre Associação de Pais e Professores e as Comissões de Avaliação Próprias, Direções Escolares, Conselho da Educação e Secretaria da Educação na definição de prioridades e demandas não previstas neste Plano.

5.15.1.2 Articular através dos planos de gestão municipal, Plano Plurianual - PPA, Lei de Diretrizes Orçamentária - LDO e Lei Orçamentária - LOA investimentos pontuais para atender demandas educacionais previstas neste plano, bem como, necessidades urgentes não previstas.

5.15.1.3 Articular por meio da Secretaria Municipal de Educação, encontros bimestrais de discussão de temas pertinentes a educação para os membros conselheiros do Conselho Municipal de Educação, com o objetivo de fortalecer e tornar mais atuante o presente o conselho municipal de educação.

Anexo 2

1 INTRODUÇÃO

O Plano Municipal de Educação de Tunápolis vem juntamente com os diferentes setores municipais e de forma especial, a comunidade

educacional, cumprir o Artigo 214, da Constituição Federal, e dessa forma, apresentar propostas de trabalho que devem se consolidar e materializar ao longo da vigência deste Plano. O Plano visa pensar coletivamente as ações e estratégias para uma Educação de qualidade e o compromisso social deste planejamento, principalmente, no sentido de garantir igualdade de condições materiais, imprescindível nesse momento, para a construção de uma sociedade menos desigual.

Nesse sentido, é papel deste Plano, sintetizar as prioridades e demandas para qualificação constante dos processos educacionais e formativos em todos os níveis de formação, embora a nível municipal, a oferta seja apenas através da modalidade de Educação Infantil e Ensino Fundamental até o quinto ano. Nesse contexto, o esforço maior será de garantir em primeira instância, em parceria com a União, Estado, Município e famílias, as condições básicas e ampliadas para Educação de qualidade nesses níveis. Entende-se também, que nos demais níveis, cabe articulação e parcerias entre os entes federados e entidades conveniadas, de modo, a garantir e viabilizar o acesso a uma Educação Básica de qualidade.

Construir o Plano Decenal consiste em assumir um compromisso público em torno de ações efetivas e intergovernamentais na manutenção, fortalecimento e criação de espaços humanos de desenvolvimento social, de modo a viabilizar a soberania social das crianças e adolescentes, bem como, encaminhá-los de forma segura para a inserção social cidadã no universo profissional e social de um mundo globalizado e múltiplo. Por isso, reafirma-se o compromisso de juntos, garantirmos as condições de um projeto social que construa habilidades e competências necessárias para a autonomia, a criação, o empreendedorismo, sobretudo, a habilidade de manter as tradições e raízes que representam a identidade local e regional.

Esse documento é resultado dos debates realizados nos últimos anos, através das conferências municipais, regionais, estaduais e nacionais, bem como, do diagnóstico realizado na Rede Municipal de Ensino, no ano de 2014 (dois mil e quatorze), com pais e professores, sintetizado pela Secretaria da Educação. Além disso, representa o interesse coletivo dos diferentes atores envolvidos nesse Plano, consolidados através da consulta pública e audiência pública.

Fazem parte deste Plano, o diagnóstico que visa apresentar uma leitura sintetizada da realidade educacional do município de Tunápolis, as metas que apresentam as demandas e os avanços a serem trilhados na vigência deste, bem como, a síntese final.

2 FUNDAMENTOS LEGAIS

Em 2014 (dois mil e quatorze), a presidência da república, aprovou o Plano Nacional de Educação – PNE, através da [lei nº 13.005, \(treze mil e cinco\) de 25 \(vinte e cinco\) de junho de 2014](#) (dois mil e quatorze), **com vigência de 10 (dez) anos, em decorrência desta lei. São mencionadas diretrizes, metas e estratégias para nortear os trabalhos vinculados a Educação a nível Nacional, sendo que estas metas, abrangem todos os níveis de ensino, da Educação Infantil até o Ensino Superior e Técnico, mencionando também a Educação Inclusiva, plano de cargos e salários, formação continuada e financiamento da Educação. Através desta mesma lei, fica estipulado o tempo limite para os Estados e Municípios criarem ou adequarem seus planos, conforme a redação do art. 8º:**

Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão elaborar seus correspondentes planos de Educação, ou adequar os planos já aprovados em lei, em consonância com as diretrizes, metas e estratégias previstas neste PNE, no prazo de 1 (um) ano contado da publicação desta Lei. (BRASIL, Lei do Plano Nacional, 2014).

Através da **lei do PNE nº 13.005, (treze mil e cinco)**, sancionada em **de 25 (vinte e cinco) de junho de 2014 (dois mil e quatorze)**, **os municípios necessitam adaptar-se até a data 25 (vinte e cinco) de junho de 2015 (dois mil e quinze)**, e de acordo com a Lei de Diretrizes e Base da Educação – LDB, em seu título IV, no que tange a organização da Educação Nacional, no item I, do art. 9º, sobre a responsabilidade da União de “Elaborar o Plano Nacional de Educação, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios”.

No município de Tunápolis, o Plano Municipal de Educação – PME, é também de responsabilidade do Conselho Municipal de Educação - CME, tendo em vista, que conforme lei municipal nº 0175/92, (cento e setenta e cinco de noventa e dois) em seu artigo art. 2º, sobre as atribuições do CME, em seu item III: “Assessorar o Governo Municipal na formulação de Leis políticas e planos educacionais”.

A Constituição Federal – CF, de 1988 (mil novecentos e oitenta e oito), em seu capítulo III, seção um e art. 205: “A Educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

3 PERFIL DEMOGRÁFICO E SÓCIO ECONÔMICO DO MUNICÍPIO

Tunápolis, localizado no Extremo Oeste de Santa Catarina, pertencente a 31º (trigésima primeira) Secretaria de Desenvolvimento Regional de Itapiranga - SDR, começou sua história com a colonização da região Porto Novo, distrito de Itapiranga, que foi efetuada pela entidade filantrópica “volksverein”, conhecida também, como Sociedade da União Popular – SUP.

A principal exigência da Sociedade Colonizadora era que, a pessoa interessada na compra de terras, fosse de origem alemã e de religião católica. Tunas começou sua história na década de 1950 (mil novecentos e cinquenta), quando se fixaram os primeiros imigrantes alemães, as famílias Bieger e Rauch, vindas do estado vizinho, Rio Grande do Sul.

Comunidade de Tunas, do município de Itapiranga, tinha sido elevada a categoria de distrito através da Lei nº 02 (dois), de 11 (onze) de Fevereiro de 1961 (mil novecentos e sessenta e um), e em maio de 1987 (mil novecentos e oitenta e sete) após manter **contato** com diversas lideranças do distrito, foram realizadas reuniões com lideranças para discutir a possibilidade de emancipar Tunas de Itapiranga, em sua área geográfica pertencente ao mesmo distrito.

No dia 19 (dezenove) de setembro de 1988 (mil novecentos e oitenta e oito), foi realizado o plebiscito cujo resultado aprovou, com 95% (noventa e cinco por cento) dos eleitores, a emancipação do distrito. Em 26 (vinte e seis) de abril de 1989 (mil novecentos e oitenta e nove), sob lei nº 7.573/89 (sete mil quinhentos e sessenta e três do ano de oitenta e nove), foi criado o município de Tunas, que passou a ser Tunápolis, em 04 (quatro) de setembro de 1989 (mil novecentos e oitenta e nove), pela lei 7.649/89 (sete mil seiscentos e quarenta e nove do ano do ano de oitenta e nove).

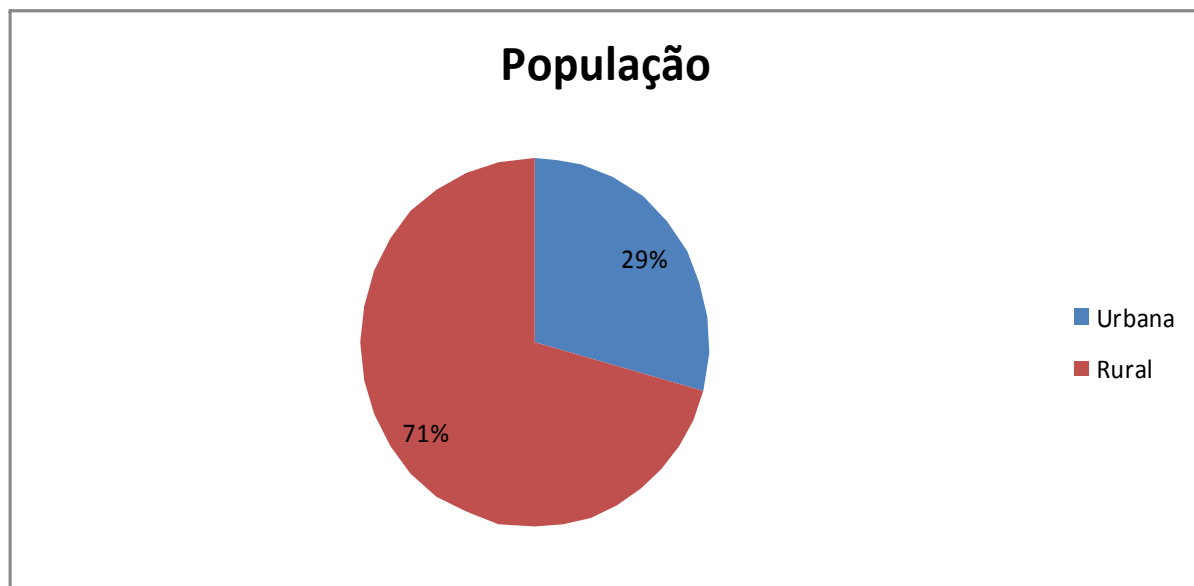
Em 15 (quinze) de novembro de 1989 (mil novecentos e oitenta e nove), foram realizadas as primeiras eleições municipais, a posse aconteceu em primeiro de janeiro de 1990 (mil novecentos e noventa), por um período de 3 (três) anos.

Conforme o censo demográfico de 2010 (dois mil e dez), Tunápolis possui 4633 (quatro mil, seiscentos e trinta e três) habitantes e estima-se que atualmente, conforme dados do [Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística](#) – IBGE de 2010 (dois mil e dez), são de 4.644 (quatro mil

e seiscentos e quarenta e quatro) habitantes, sendo que a maior parte da população reside nas comunidades do interior, conforme gráfico 1(um).

A língua mais falada é o dialeto do alemão, principalmente nas comunidades do interior, bem como, em algumas lojas comerciais, de acordo com o cliente. Nas relações oficiais usa-se a língua nacional.

Figura 1 – Distribuição da população no território.



\s

Fonte: SEBRAE apud IBGE, contagem populacional 2007.

O Município conta com uma ótima estrutura física e organizacional, com excelência em atendimento na Saúde, Educação, Cultura, Esporte, Obras e Agricultura. A população tem ciência que à medida que necessita de algum serviço, pode contar com a prestação de serviços públicos.

Diversos projetos inovadores foram criados, como por exemplo, Pró Casa e Pró empresa. O pró empresa foi responsável de elevar o nome do município a nível Federal, fazendo com que o prefeito de Tunápolis, conquistasse por dois anos consecutivos o título Sebrae Prefeito Empreendedor.

Segundo pesquisa realizada em 2010 (dois mil e dez), referente ao Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, resultado este obtido através de três dimensões básicas do desenvolvimento humano: Renda, Educação e Saúde. O resultado para o município de Tunápolis é 0,752. (zero vírgula setecentos e cinquenta e dois), ocupando desta forma, a posição número 508º (quingentésimo oitavo) dentre os 5.565 (cinco mil quinhentos e sessenta e cinco) municípios do Brasil que foram avaliados.

A economia do município tem sua base na agricultura e pecuária. O povo de Tunápolis sempre primou por uma boa organização social e comunitária. Entidades, grupos, organizações, comércios, indústrias, associações e movimentos sociais, disponibilizam força social para atingir os objetivos individuais e coletivos das dimensões que garantem em nosso município, o desenvolvimento humano, econômico e social. Para divulgar os potenciais do município, Tunápolis conta com uma consagrada feira, realizada a cada dois anos, no mês de abril, onde também se comemora o aniversário do município, no dia 26 (vinte e seis) de abril. A feira denominada EFACITUS – Exposição, Feira Agropecuária, Industrial, Comercial, Industrial de Tunápolis é consolidada em nível regional e recebe um grande número de expositores e visitantes. Atualmente o Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, atende crianças e adultos em situação de vulnerabilidade social nos programas de fortalecimento de vínculos, através da inclusão em oficinas, além de contemplar famílias carentes com o acesso a benefícios eventuais de cestas básicas. O CRAS também realiza a monitoria e acompanhamento das famílias beneficiadas pelo programa bolsa família. No que diz respeito a esporte, lazer e recreação, o município oferta através da Comissão Municipal de Esportes – CME, aulas de futsal, handebol e futebol, participando inclusive de campeonatos Regionais e Estaduais, organizados pela Fundação Catarinense de Esporte – FESPORTE.

Na Cultura, no que diz respeito à música, o município oferta aulas de teclado, violão, bateria, coral, instrumentos de sopro, gaita, flauta entre outros. Conta com profissional com carga horária 40 horas (quarenta), além disso, tem parceria com a associação Folclórica Alemã – AFAT, que disponibiliza um instrutor com contrato de 20 horas (vinte).

Na parte artística, em relação ao movimento humano e também na busca de manter vivas as tradições, o município oferta aulas de patinação artística e dança folclórica alemã.

4 DIAGNÓSTICO

4.1 EDUCAÇÃO BÁSICA

Compete a Educação Básica os seguintes níveis: Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, conforme art. 21, item I, da Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional – LDB. A mesma lei ainda menciona em seu art. 3º, do capítulo II, referentes aos princípios e fins da Educação Nacional que o ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas; IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância; V

- coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; VI - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; VII - valorização do profissional da Educação escolar; VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino; IX - garantia de padrão de qualidade; X - valorização da experiência extra-escolar; XI - vinculação entre a Educação escolar, o trabalho e as práticas sociais. XII - consideração com a diversidade étnico-racial. (BRASIL, Ldb, 1996).

A Educação Básica fica organizada da seguinte forma de acordo com a lei: nº 11.114/2005 (onze mil, cento e quatorze do ano de dois mil e cinco) e lei nº 12.796/2013 (onze mil, setecentos e noventa e seis do ano de dois mil e treze):

Educação Infantil, que compreende creche, para crianças de 0 (zero) à 3 (três) anos de idade e a Pré-Escola, que refere-se a oferta para crianças de 4 (quatro) à 5 (cinco) anos;

Ensino Fundamental, com duração de 9 (nove) anos e ingresso obrigatório a partir dos 6 (seis) anos de idade;

Ensino Médio, com duração mínima de 3 (três) anos.

Quanto às responsabilidades do município, estão presentes no art. 11º da LDB:

I - organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais dos seus sistemas de ensino, integrando-os às políticas e planos educacionais da União e dos Estados; II - exercer ação redistributiva em relação às suas escolas; III - baixar normas complementares para o seu sistema de ensino;

IV - autorizar, credenciar e supervisionar os estabelecimentos do seu sistema de ensino; V - oferecer a Educação Infantil em creches e pré-escolas, e, com prioridade, o Ensino Fundamental, permitida a atuação em outros níveis de ensino somente quando estiverem atendidas plenamente as necessidades de sua área de competência e com recursos acima dos percentuais mínimos vinculados pela Constituição Federal à manutenção e desenvolvimento do ensino. VI - assumir o transporte escolar dos alunos da Rede Municipal. (BRASIL, Ldb, 1996).

Para auxiliar nos investimentos em Educação, foi criado o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, através da Emenda Constitucional nº 53/2006 (cinquenta e três do ano de dois mil e seis) e regulamentado pela Lei nº 11.494/2007 (onze mil, quatrocentos e noventa e quatro, do ano do ano de dois mil e sete), e pelo decreto nº 6.253/2007 (seis mil, duzentos e cinquenta e três, do ano de dois mil e sete), em substituição ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - FUNDEF, que vigorou de 1998 (mil novecentos e noventa e oito) à 2006 (dois mil e seis).

O FUNDEB, é um fundo especial, de natureza contábil e de âmbito estadual (um fundo por Estado e Distrito Federal, num total de vinte e sete fundos) é formado por:

Recursos provenientes dos impostos e transferências dos estados, Distrito Federal e municípios, vinculados à Educação por força do disposto no art. 212 da Constituição Federal. Além desses recursos, ainda compõe o Fundeb, a título de complementação, uma parcela de recursos federais, sempre que, no âmbito de cada Estado, seu valor por aluno não alcançar o mínimo definido nacionalmente. Independentemente da origem, todo o recurso gerado é redistribuído para aplicação exclusiva na Educação Básica. (BRASIL, FNDE).

A vigência do FUNDEB foi pré-estabelecida no ano de 2007 (dois mil e sete), com perspectiva até o ano de 2020 (dois mil e vinte). Sua implantação começou em 1º (primeiro) de janeiro de 2007 (dois mil e sete), sendo plenamente concluída em 2009 (dois mil e nove), quando o total de alunos matriculados na rede pública foi considerado na distribuição dos recursos e o percentual de contribuição dos Estados, Distrito Federal e Municípios para a formação do Fundo, atingindo o patamar de 20% (vinte por cento).

No ano de 2014 (dois mil e quatorze), o município de Tunápolis perdeu no FUNDEB, R\$ 1.076.219,79 (um milhão, setenta e seis mil, duzentos e dezenove reais com setenta e nove centavos), decorrentes de déficit de matrículas em relação à arrecadação. Essa perda representa no caso do município de Tunápolis, a diminuição de investimentos educacionais na melhoria didático pedagógica e de infraestrutura. Destacamos que na tentativa de corrigir as dificuldades na abertura e na manutenção de turmas opta-se por sistemas bi-seriados.

No quadro a seguir, pode-se perceber as perdas nos últimos 8 (oito) anos e também a previsão de perda para o ano de 2015 (dois mil e quinze):

Figura 2 – Perdas do FUNDEB nos últimos anos.

| Ano/Referência | Perdas |
|----------------|-------------------------|
| 2007 | 490.626,07 |
| 2008 | 611.612,21 |
| 2009 | 678.512,24 |
| 2010 | 678.512,24 |
| 2011 | 814.112,97 |
| 2012 | 1.134.899,87 |
| 2013 | 953.394,48 |
| 2014 | 1.076.219,79 |
| 2015 | 1.177.813,16 (previsão) |

Fonte: O autor.

O quadro abaixo representa a situação Organizacional das Unidades Escolares do município, envolvendo a Rede Municipal e Estadual e sua respectiva localização.

Figura 3 – Estrutura Organizacional da Educação Básica no Município.

| | Atendimento | Rede | Localização |
|--|---|-------------|--------------------|
| Centro de Educação Infantil de Tunápolis | Educação Infantil Creche e Pré Escola | Municipal | Urbana |
| Centro Educacional Helga Follmann | Anos Iniciais | Municipal | Urbana |
| Escola Municipal Linha São Pedro | Educação Infantil e Anos Iniciais | Municipal | Rural |
| Pré Escolar Bom Conselho | Educação Infantil Pré Escola | Municipal | Rural |
| Escola de Educação Básica Padre Balduino Rambo | Anos Finais e Ensino Médio | Estadual | Urbana |
| Escola de Ensino Fundamental Linha Pitangueira | Ensino Fundamental Anos Iniciais e Anos Finais | Estadual | Rural |

Fonte: O autor.

No quadro 4 (quatro), podemos analisar o percentual de matrículas nos últimos 10 (dez) anos. Embora a população de Tunápolis esteja passando por um histórico de decréscimo populacional, é possível perceber um aumento gradual no aumento das matrículas, e isto tem relação com a obrigatoriedade da Educação Infantil, que foi onde houve maiores mudanças no número de matrículas. Isso vem ocorrendo também, pela grande inserção da mulher na população economicamente ativa, que faz com que a demanda e a procura por serviços na Educação Infantil aumentem, além disso, a obrigatoriedade da matrícula a partir dos quatro anos, também essa demanda, embora que o município já oferta-se matrícula nessa faixa etária. O que acontecia muitas vezes é que a família por razões próprias, mantinha a criança em casa, principalmente na zona rural.

No que diz respeito ao envolvimento da mulher no universo profissional e a participação dela na construção da renda da família ou população economicamente ativa, o censo aponta que o município possui 1430 (mil quatrocentos e trinta) mulheres economicamente ativas, maiores de 16 (dezesesseis) anos, das quais 64,5% (sessenta e quatro vírgula cinco por cento), das mulheres se dedicam a atividades agrícolas, 5,5% (cinco vírgula cinco por cento) na indústria e 30% (trinta por cento) atua na prestação de serviços.

Esse dado se mostra importante para o conhecimento da real demanda de creche no município.

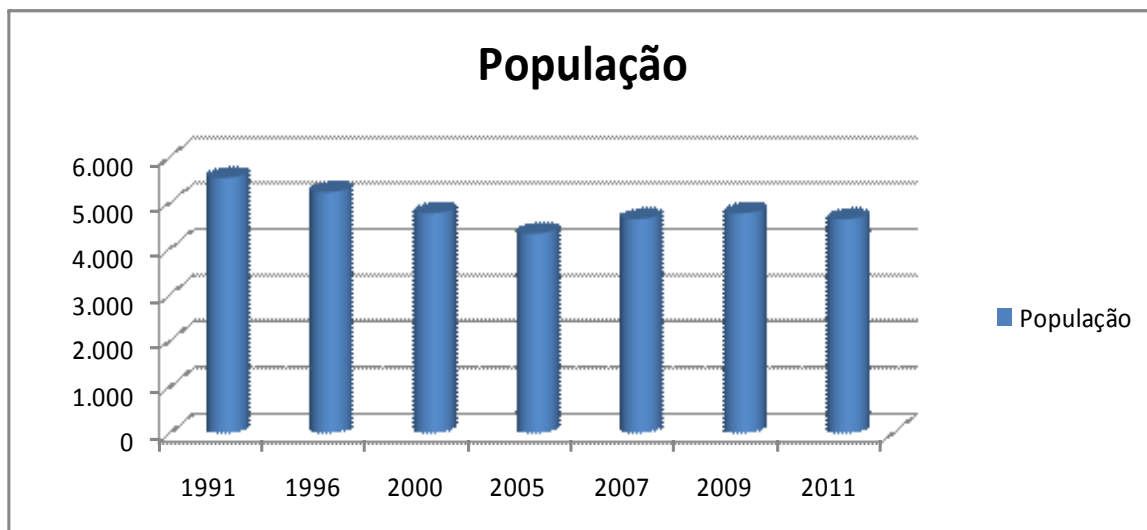
Figura 4 – Histórico de matrículas da Rede Municipal de Ensino.

| Ano Letivo | Ensino Fundamental Ano iniciais | Educação Infantil | Total |
|-------------------|--|--------------------------|--------------|
| 2005 | 244 | 171 | 415 |
| 2006 | 385 | 158 | 443 |
| 2007 | 270 | 142 | 412 |
| 2008 | 265 | 140 | 405 |
| 2009 | 233 | 154 | 387 |
| 2010 | 204 | 145 | 349 |
| 2011 | 264 | 151 | 415 |
| 2012 | 237 | 195 | 432 |
| 2013 | 230 | 182 | 412 |
| 2014 | 224 | 218 | 442 |
| 2015 | 230 | 192 | 442 |

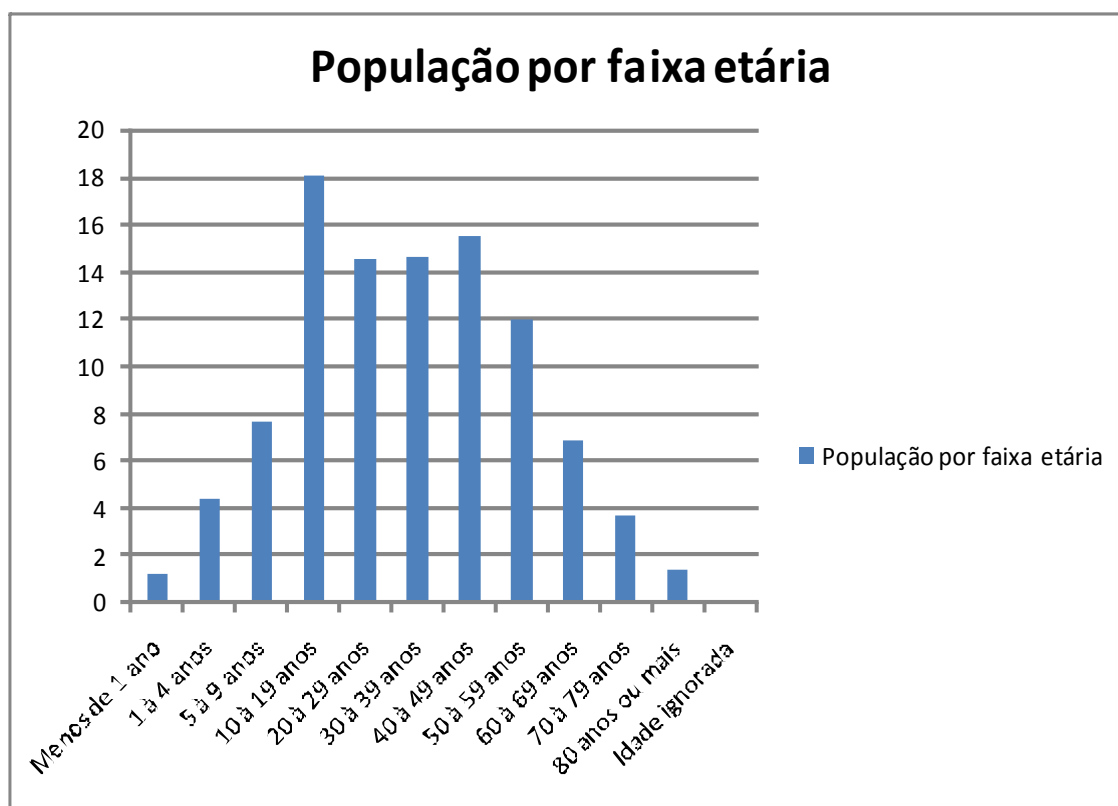
Fonte: O autor.

Nos quadros na sequência, é possível acompanhar os números que se referem à população de Tunápolis do ano de 1991 (mil novecentos e noventa e um) até o ano de 2011 (dois mil e onze) e a quantidade de habitantes por faixa etária.

Figura 5 – Histórico da população de Tunápolis.



\sFonte: Resultados disponibilizados pelo site do SEBRAE/SC.



\sFigura 6 - Distribuição relativa por faixa etária da população de Tunápolis.

Fonte: Resultados disponibilizados pelo site do SEBRAE/SC.

Segundo dados do SEBREE apud IBGE, no município de Tunápolis, no ano de 2007 (dois mil e sete), os jovens representavam 31,4% (trinta e um vírgula quatro por cento) da população, os adultos 56,5% (cinquenta e seis vírgula cinco por cento) e os idosos 12% (doze por cento). Conforme o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE "habitualmente a população é dividida em três faixas: jovens, que compreendem do nascimento até 19 (dezenove) anos, os adultos, dos 20 (vinte) até 59 (cinquenta e nove) anos e os idosos, dos 60 (sessenta) anos em diante".

4.1.1. Educação Infantil

Conforme Constituição Federal de 1988 (mil novecentos e oitenta e oito), no § 2º, do art. 211º, "os Municípios atuarão prioritariamente no Ensino Fundamental e na Educação Infantil". Entende-se como Educação Infantil: "a primeira etapa da Educação Básica, que tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade", conforme art. 29º da LDB.

Conforme o Estatuto da Criança do Adolescente - ECA, em seu Capítulo IV, do Direito à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer, no art. 53º: "a criança e o adolescente tem direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho".

O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, publicado em 1988 (mil novecentos e oitenta e oito), explicita os seguintes princípios sobre o que seria um trabalho de qualidade:

Respeito à dignidade e aos direitos das crianças, consideradas nas suas diferenças individuais, sociais, econômicas, culturais, étnicas, religiosas etc.; direito das crianças a brincar, como forma particular de expressão, pensamento, interação e comunicação infantil; acesso das crianças aos bens socioculturais disponíveis, ampliando o desenvolvimento das capacidades relativas à expressão, à comunicação, à interação social, ao pensamento, à ética e à estética; a socialização das crianças por meio de sua participação e inserção nas mais diversificadas práticas sociais, sem discriminação de espécie alguma; atendimento aos cuidados essenciais associados à sobrevivência e ao desenvolvimento de sua identidade. (Brasil, 1998, v. 1, p.13)

Educação Infantil prioriza o desenvolvimento integral do educando, pensa o sujeito em sua totalidade, possibilitando as crianças a maior quantidade possível de experiências, sendo que educar é:

Propiciar situações de cuidados, brincadeiras e aprendizagens orientadas de forma integrada e que possam contribuir para o desenvolvimento das capacidades infantis de relação interpessoal, de ser e estar com os outros em uma atitude básica de aceitação, respeito e confiança, e o acesso, pelas crianças, aos conhecimentos mais amplos da realidade social e cultural. Neste processo, a Educação poderá auxiliar o desenvolvimento das capacidades de apropriação e conhecimento das potencialidades corporais, afetivas, emocionais, estéticas e éticas, na perspectiva de contribuir para a formação de crianças felizes e saudáveis. (Brasil, 1998, v. 1, p.23)

A Educação Infantil a partir do dia 04 (quatro) de abril de 2013 (dois mil e treze), passou a ser obrigatória, conforme alteração do art. 30º, item II da LDB, no qual reafirma no art. 40:

"I - Educação Básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade, organizada da seguinte forma: a) pré-escola; b) Ensino Fundamental; c) ensino médio, sendo que para a Educação deverá ser organizada com as seguintes regras comuns, encontradas no art. 31, itens I a V, I - avaliação mediante acompanhamento e registro do desenvolvimento das crianças, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao Ensino Fundamental; II - carga horária mínima anual de 800 (oitocentas) horas, distribuída por um mínimo de 200 (duzentos) dias de trabalho educacional; III - atendimento à criança de, no mínimo, 4 (quatro) horas diárias para o turno parcial e de 7 (sete) horas para a jornada integral; IV - controle de frequência pela instituição de Educação pré-escolar, exigida a frequência mínima de 60% (sessenta por cento) do total de horas; V - expedição de documentação que permita atestar os processos de desenvolvimento e aprendizagem da criança." (BRASIL, Lei de Diretrizes e Base, 1996)

Conforme a meta 1 (um) do Plano Nacional de Educação – PNE:

Universalizar, até 2016, a Educação Infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) à 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de Educação Infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PN. (BRASIL, Plano Nacional de Educação, 2014).

Atualmente o município de Tunápolis atende 100% (cem por cento) das crianças que completam 4 (quatro) anos, até a data corte de 31 (trinta e um) de março, o que refere-se à 154 (cento e cinquenta e quatro) crianças atendidas, em turno parcial.

A oferta de Educação Infantil acontece em 3 (três) unidades escolares, uma no centro da cidade e duas no interior. As crianças a partir de 4 (quatro) anos, já contam com uma grade curricular diversificada, além do currículo ministrado pela professora titular de turma, são disponibilizadas durante a semana: 3 (três) aulas de Educação Física, 2 (duas) aulas de artes, 1(uma) aula de inglês, 1 (uma) de alemão e 1 (uma) de informática.

No que diz respeito à creche, a oferta destina-se apenas a crianças acima de 1 (um) ano, residentes no centro do município ou aos pais que tem condições de trazer seus filhos de transporte próprio. Atualmente o município de Tunápolis tem 250 (duzentas e cinquenta) crianças de 0 (zero) à 3 (três) anos, destas, 45 (quarenta e cinco) crianças frequentam a creche, ou seja, apenas 15% (quinze) das crianças no município tem acesso a creche. O atendimento destas pode ser em tempo integral ou parcial. Atualmente, 28 (vinte e oito) crianças permanecem em tempo integral com um horário máximo de 10 (dez) horas e 30 (trinta) minutos e 17 (dezesete) crianças em tempo parcial, com permanência de no mínimo 4 (quatro) horas diárias.

Desta forma, a intenção do município para os próximos anos, é aumentar a oferta, passando a atender também crianças a partir de 4 (quatro) meses, porém, será necessário ampliar os investimento em parceria com a União, uma vez que, como estabelece a meta 20 (vinte) do PNE, que é de ampliar o investimento público em Educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% (sete por cento) do Produto Interno Bruto - PIB do País, no 5º (quinto) ano de vigência desta lei e no mínimo, o equivalente a 10% (dez por cento) do Produto Interno Bruto - PIB ao final do decênio.

Embora o município esteja oferecendo creche, é possível perceber uma grande fragilidade no que se refere à estrutura física, onde o espaço utilizado foi adaptado, e é consideravelmente pequeno para a demanda, além disso, não possui área verde e espaço para recreação, tendo em vista que o ginásio fica longe da unidade escolar e o deslocamento das crianças é difícil. Acredita-se que este seja o principal desafio para os próximos anos, a construção de um novo espaço destinado às crianças da Creche.

4.1.2 Ensino Fundamental

Assim como a Educação Infantil, o Ensino Fundamental também é obrigatório, e menciona-se na LDB art. 32º.

O Ensino Fundamental obrigatório, com duração de 9 (nove) anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos 6 (seis) anos de idade, terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante: I - o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo; II - a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade; III - o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores.

Atualmente a Rede Estadual atende a 539 (quinhentos e trinta e nove) educandos e a Rede Municipal de Ensino conta com duas unidades escolares com turmas de 1º (primeiro) ao 5º (quinto) ano, uma localizada no centro e outra no interior, com um total de 231 (duzentos e

trinta e um) educandos matriculados. Destes, 75 (setenta e cinco) educandos em período integral.

O projeto do Ensino Integral na Rede Municipal é bastante amplo, onde é opção da família matricular ou não a criança. Além disso, a família pode optar entre oficinas nas áreas de cultura (danças folclóricas, patinação, artes), música (flauta, violão, teclado e canto), línguas estrangeiras (inglês e alemão), esporte (futsal, handebol, voleibol e basquetebol) e informática. Também a oferta do acompanhamento pedagógico que é obrigatório para as crianças matriculadas no Ensino Integral.

A rede Estadual é responsável por atender 68 (sessenta e oito) crianças, de 1º (primeiro) ao 5º (quinto) ano, em uma escola de zona rural, com disponibilidade de oferta em Período Integral pelo programa Mais Educação, esta mesma escola atende 47 (quarenta e sete) educandos de 6º (sexto) ao 9º (nono) ano. Além desta unidade escolar, existe uma no centro da cidade que atende 193 (cento e noventa e três) educandos de 6º (sexto) ao 9º (nono) ano, que também disponibiliza o programa Mais Educação.

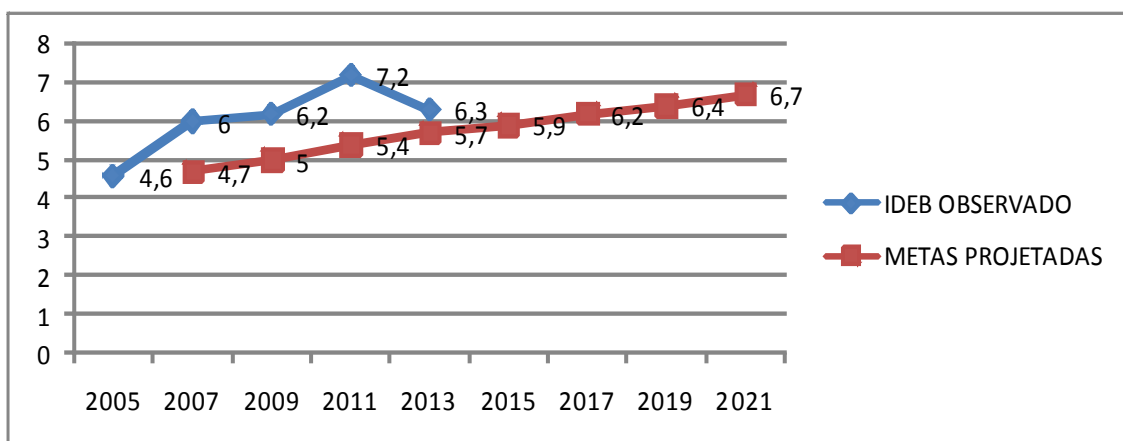
As quatro unidades escolares do município que atendem ao Ensino Fundamental dispõem de boas estruturas físicas, sendo que todas possuem ginásio para práticas esportivas, biblioteca e laboratório de informática.

O município oferta uma grade curricular diversificada, possibilitando através disto, 1/3 (um terço) de planejamento ao professor, que lhes é de direito, através da [lei nº 11.738 \(onze mil setecentos e trinta e oito\) de 16 \(dezesesseis\) de julho de 2008 \(dois mil e oito\)](#). As disciplinas da grade curricular são, inglês, alemão e artes, cada disciplina com uma aula semanal, além disso, oferta-se duas aulas de informática e três aulas de educação física. Ainda para todas as turmas do Ensino Fundamental é oferecida uma aula de pesquisa de laboratório de informática, para interação didática através das mídias.

Outro fator é a preocupação constante com a qualidade da Educação Pública e nesse sentido, possui-se o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB, que foi criado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, em 2007 (dois mil e sete), que representa a iniciativa pioneira de reunir em um só indicador dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da Educação: fluxo escolar e médias de desempenho nas avaliações. O indicador é calculado a partir dos dados sobre aprovação escolar, obtidos no [censo escolar](#) e médias de desempenho nas avaliações do INEP.

A Rede Municipal de Ensino apesar de apresentar uma pequena queda de rendimento no IDEB, ainda está acima da média nacional e estadual e também acima das metas estipuladas.

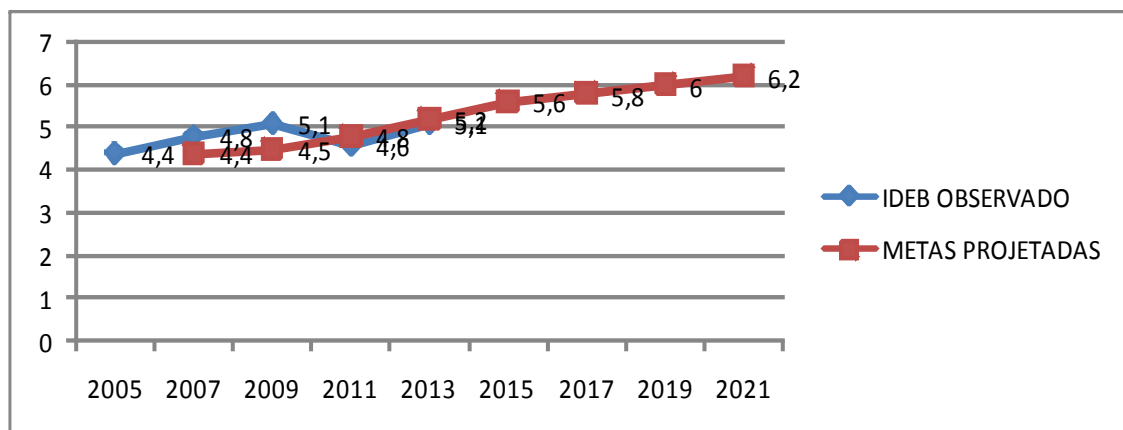
No último resultado divulgado, o município obteve nota 6,3 (seis vírgula três), sendo que a meta era 5,7 (cinco vírgula sete). Conforme gráfico 7 (sete), é possível perceber os índices desenvolvidos até o ano de 2013 (dois mil e treze) e metas até o ano de 2021 (dois mil e vinte e um).



\sFigura 7 – Resultados e metas do IDEB – Rede Municipal de Ensino 4ª Série/5º ano.

Fonte: Dados obtidos no site do IDEB.

No gráfico 8 (oito), é possível observar os índices de 8ª Série/9º ano. Em Tunápolis, refere-se a turmas da Rede Estadual, que nas duas últimas avaliações ficaram abaixo das metas estipuladas, conforme gráfico a seguir:



\sFigura 8 – Resultado e metas do IDEB – Rede Estadual de ensino 8ª Série/9º ano

Fonte: Dados obtidos no site do IDEB.

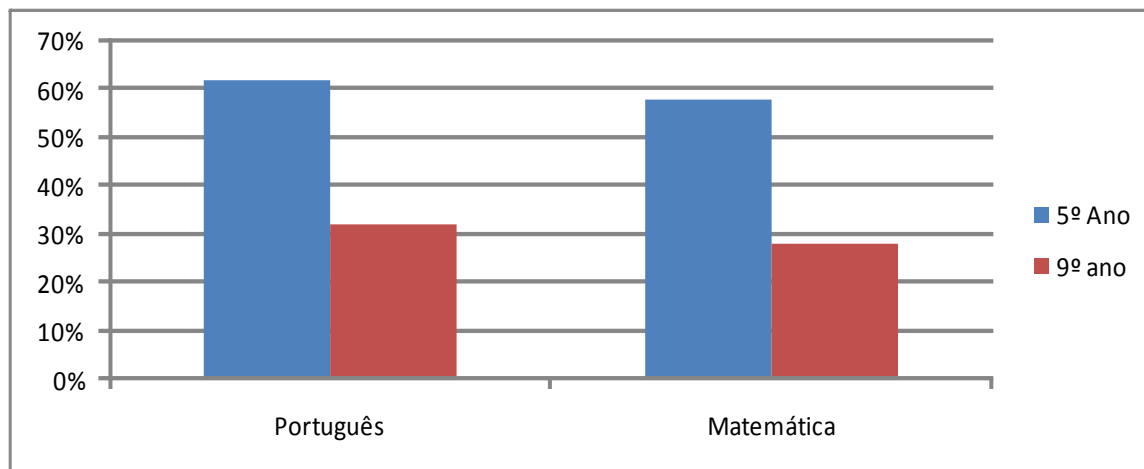
Através do site Qedu, podemos analisar os dados de 5º (quinto) ano e 9º (nono) ano, no que diz respeito ao ensino da disciplina de

português e matemática, através dos índices obtidos através da Prova Brasil, conforme gráfico 9 (nove).

No que refere-se ao 5º (quinto) ano, para a disciplina de português, dos 29 (vinte e nove) alunos, 18 (dezoito) demonstraram o aprendizado adequado. Para a disciplina de matemática, 17 (dezessete) dos 29 (vinte e nove) alunos demonstraram aprendizado adequado.

Para o 9º (nono) ano, os dados referem-se a rede estadual, no qual 85 (oitenta e cinco) educandos realizaram a avaliação. Na disciplina de português 26 (vinte e seis) destes demonstraram o aprendizado adequado e na matemática 23 (vinte e três) alunos.

Figura 9 – Resultados dos educandos com aprendizado adequado, referente à prova Brasil.



\s

Fonte: Dados disponíveis no site do QEdu.

Conforme informações disponibilizadas no site QEdu, os resultados dos alunos são apresentados em pontos em uma escala do Sistema de Avaliação da Educação Básica - SAEB, que conforme estabelece a portaria n.º 931 (novecentos e trinta e um), de 21 (vinte e um) de março de 2005 (dois mil e quinze), é composto por dois processos: a Avaliação Nacional da Educação Básica - ANAEB e a Avaliação Nacional do Rendimento Escolar – ANRESC. A ANEB é realizada por amostragem das redes de ensino, em cada unidade da Federação e tem foco nas gestões dos sistemas educacionais. Por manter as mesmas características, a ANAEB recebe o nome do SAEB em suas divulgações, a ANRESC é mais extensa e detalhada que a ANEB e tem foco em cada unidade escolar. Por seu caráter universal, recebe o nome de Prova Brasil em suas divulgações.

As discussões do QEdu são promovidas pelo comitê científico do movimento Todos Pela Educação, composto por diversos especialistas em Educação, que indicaram a partir de qual pontuação pode-se considerar que o aluno demonstrou o domínio da competência avaliada.

Decidiu-se que, de acordo com o número de pontos obtidos na Prova Brasil, os alunos são distribuídos em 4 (quatro) níveis em uma escala de proficiência: Insuficiente, Básico, Proficiente e Avançado.

No QEdu, considera-se que alunos com aprendizado adequado são aqueles que estão nos níveis proficiente e avançado, conforme quadro a seguir:

Figura 10: Pontuação para cada nível de aprendizado.

| Língua Portuguesa 5º Ano | Língua Portuguesa 9º Ano | Matemática 5º Ano | Matemática 9º Ano |
|--|--|--|-------------------------------------|
| Insuficiente: 0 a 149 pontos. | Insuficiente: 0 a 199 pontos | Insuficiente: 0 a 174 pontos | Insuficiente: 0 a 224 pontos |
| Básico: 150 a 199 pontos | Básico: 200 a 274 pontos | Básico: 175 a 224 pontos | Básico: 225 a 299 pontos |
| Proficiente: 200 a 249 pontos | Proficiente: 275 a 324 pontos | Proficiente: 225 a 274 pontos | Proficiente: 300 a 349 pontos |
| Avançado: Igual ou maior que 250 pontos | Avançado: Igual ou maior que 325 pontos | Avançado: Igual ou maior que 275 pontos | Avançado: Igual ou maior que 350 |

Fonte: Informações disponibilizados no site do QEdu.

Outro indicador utilizado pelo município é a provinha Brasil, aplicada no início e final do ano letivo, para as turmas de segundo ano, onde a equipe pedagógica faz um diagnóstico e elabora juntamente com os professores um prognóstico para cada turma em cada ano letivo. O mesmo procedimento é usado também com os primeiros anos, onde a orientadora educacional elabora um diagnóstico de cada aluno e turma e trabalha isso com os professores no sentido de apontar estratégias e metas a serem alcançadas dentro de cada ano letivo.

Para os terceiros anos, usa-se como indicador a Avaliação Nacional da Alfabetização – ANA, que está direcionada para as unidades escolares e estudantes matriculados no 3º (terceiro) ano do Ensino Fundamental, fase final do ciclo de alfabetização, e insere-se no contexto de atenção voltada à alfabetização.

A prova ANA visa produzir indicadores que contribuem para o processo de alfabetização nas escolas públicas brasileiras. Para tanto, assume-se uma avaliação para além da aplicação do teste de desempenho ao estudante, propondo-se também, uma análise das condições de escolaridade que esse estudante atingiu, ou não, para desenvolver esses saberes no primeiro ciclo de alfabetização.

Assim, a estrutura dessa avaliação envolve o uso de instrumentos variados, cujos objetivos são: aferir o nível de alfabetização e letramento em língua portuguesa e alfabetização em matemática, das crianças regularmente matriculadas no 3º (terceiro) ano do Ensino Fundamental, e as condições de oferta das instituições às quais estão vinculadas.

Lembrando que, o nível 1 (um) abrange crianças com os desempenhos mais baixos e nível 4 (quatro) crianças com maiores desempenhos nas habilidades avaliadas pela prova.

Em 2013 (dois mil e treze), os resultados da ANA foram satisfatórios, o município ficou acima da média estadual, conforme quadro a seguir:

Figura 11 – Resultado da avaliação ANA – Proficiência em Leitura.

| Resultados gerais | | | | |
|--|---------|---------|---------|---------|
| Distribuição dos alunos por nível de proficiência em Leitura | | | | |
| | Nível 1 | Nível 2 | Nível 3 | Nível 4 |
| Total Estado | 10.53% | 28.90% | 44.84% | 15.74% |
| Total Município | 5.92% | 18.72% | 47.81% | 27.56% |

Fonte: Dados disponíveis no site do INEP.

Figura 12– Resultado da avaliação ANA – Proficiência em Escrita.

| Resultados gerais | | | | |
|--|---------|---------|---------|---------|
| Distribuição dos alunos por nível de proficiência em Escrita | | | | |
| | Nível 1 | Nível 2 | Nível 3 | Nível 4 |
| Total Estado | 9.42% | 12.15% | 32.62% | 44.03% |
| Total Município | 3.35% | 0.00% | 25.29% | 71.36% |

Fonte: Dados disponíveis no site do INEP.

Figura 13 – Resultado da avaliação ANA – Proficiência em Matemática.

| Resultados gerais | | | | |
|---|---------|---------|---------|---------|
| Distribuição dos alunos por nível de proficiência em matemática | | | | |
| | Nível 1 | Nível 2 | Nível 3 | Nível 4 |
| Total Estado | 9.19% | 28.80% | 22.70% | 39.31% |
| Total Município | 2.58% | 14.77% | 11.14% | 71.51% |

Fonte: Dados disponíveis no site do INEP.

O Município de Tunápolis aderiu ao Pacto Nacional Pela Alfabetização na Idade Certa – PNAIC, no ano de 2013 (dois mil e treze), as ações deverão continuar neste ano de 2015 (dois mil e quinze), com ações voltadas a interdisciplinaridade, envolvendo principalmente as disciplinas de história, geografia, artes, ciência, entre outras, além, de reforçar os trabalhos de alfabetização com destaque em português e matemática que foram desenvolvidos nos anos de 2013 (dois mil e treze) e 2014 (dois mil e quatorze).

4.1.3 Ensino Médio

Uma única unidade escolar no município localizada na zona urbana é responsável por atender aos alunos de Ensino Médio, que somam 160 (cento e sessenta) educandos. A escola tem disponível a opção do Ensino Médio Inovador e também Técnico em Contabilidade. Conforme a LDB, em seu art. 35º:

O ensino médio, etapa final da Educação Básica, com duração mínima de três anos, terá como finalidades: I - a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no Ensino Fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos; II - a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores; III - o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico; IV - a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina. (BRASIL, LDB, 1996)

O exame responsável por avaliar a qualidade do Ensino Médio é o Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM. A Avaliação do ENEM avalia as seguintes áreas: I. Proficiência em Ciências da Natureza e suas Tecnologias; II. Proficiência em Ciências Humanas e suas Tecnologias; III. Proficiência em Linguagens, Códigos e suas Tecnologias; IV. Proficiência em Matemática e suas Tecnologias; V. Proficiência em Redação. Nos últimos resultados divulgados do ENEM, referente ao ano de 2013 (dois mil e treze) da escola do município, 52% (cinquenta e dois por cento) dos alunos realizaram a avaliação, somando 29 (vinte e nove) alunos nos dois dias de realização das provas.

No que diz respeito à área de ciências humanas, a pontuação foi de 518 (quinhentos e dezoito) pontos; 485 (quatrocentos e oitenta e cinco) pontos em ciências da natureza; 487 (quatrocentos e oitenta e sete) pontos em linguagens e códigos; 522 (quinhentos e vinte e dois) pontos em matemática; e por fim, 575 (quinhentos e setenta e cinco) em redação.

Conforme INEP, outro indicador para o Ensino Médio é o Programa Internacional de Avaliação de Estudantes – PISA. As avaliações do PISA acontecem a cada três anos e abrangem três áreas do conhecimento, leitura, matemática e ciência, havendo, a cada edição do programa,

maior ênfase em cada uma dessas áreas. O objetivo do programa é:

Produzir indicadores que contribuam para a discussão da qualidade da educação nos países participantes, de modo a subsidiar políticas de melhoria do ensino básico. A avaliação procura verificar até que ponto as escolas de cada país participante estão preparando seus jovens para exercer o papel de cidadãos na sociedade contemporânea. Além de observar as competências dos estudantes em Leitura, Matemática e Ciências, o Pisa coleta informações para a elaboração de indicadores contextuais, os quais possibilitam relacionar o desempenho dos alunos a variáveis demográficas, socioeconômicas e educacionais. Essas informações são coletadas por meio da aplicação de questionários específicos para os alunos, para os professores e para as escolas. Os resultados desse estudo podem ser utilizados pelos governos dos países envolvidos como instrumento de trabalho na definição e refinamento de políticas educativas, procurando tornar mais efetiva a formação dos jovens para a vida futura e para a participação ativa na sociedade.

Conforme dados disponibilizados pela Rede Estadual, a Escola de Educação Básica Padre Balduino Rambo, atende atualmente 160 (cento e sessenta) estudantes no Ensino Médio, além disso, 11 (onze) estudantes são conveniados através do município com a Cooper Vargas de Descanso - SC na modalidade técnico agrícola, e outros três estudantes conveniados com Casa Familiar Rural de Iporã do Oeste - SC. Nesse sentido, a meta 3 (três) do Plano Nacional de Educação – PNE, apresenta como objetivo universalizar, até 2016 (dois mil e dezesseis), o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) à 17 (dezessete) anos e elevar, até o final do período de vigência deste PNE, a taxa líquida de matrículas no Ensino Médio para 85% (oitenta e cinco por cento), porém, o município já atende a demanda de 85% (oitenta e cinco por cento), para tanto, a realidade do município não condiz com a realidade nacional, desta forma, nova meta será estipulada com índices mais altos de atendimento.

Educação vai muito além de ampliar a oferta, é necessário consolidar melhora da oferta com qualidade e interdisciplinaridade. Esta é justamente a proposta da meta 7 (sete), do Plano Nacional de Educação, que diz respeito a fomentar a qualidade da Educação Básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem, de modo a atingir melhores índices no IDEB e ENEM. Embora que se entenda que bons índices virão à medida que novas propostas serão aplicadas e na medida em que, a família também se comprometa, de forma mais acentuada nos processos de formação.

Nesse contexto é preciso considerar também a taxa de abandono apresentada pelo censo do ano 2010 (dois mil e dez), no que diz respeito à taxa de abandono precoce e de pessoas que não concluíram o Ensino Médio que é de 21,5% (vinte e um virgula cinco por cento) na faixa etária de 18 (dezoito) aos 24 (vinte e quatro) anos de idade. Sendo que 25% (vinte e cinco por cento) do total homens e 17,4% (dezessete virgula quatro por cento) mulheres.

Mais oferta, melhor qualidade, mais acesso, novas oportunidades, tudo isso passa por um ciclo, denominado investimento ou contrapartida, não há como se fazer educação com os mesmos investimentos que se faz fazia a uma década. Os anseios de nossos jovens são outros, para tanto é necessário inovar, e para que isto ocorra, é necessário ampliar o investimento público em educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% (sete por cento) do Produto Interno Bruto – PIB, do País, no 5º (quinto) ano de vigência desta Lei e, no mínimo, o equivalente a 10% (dez por cento) do PIB, ao final do decênio, justamente o que diz a meta 20 do PNE.

4.2 MODALIDADES DA EDUCAÇÃO BÁSICA

4.2.1 Educação Especial

Entende-se por Educação Especial conforme art. 58º da LDB, a modalidade de Educação Escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

Depois de muito se discutir a respeito da nomenclatura correta, em 2010 (dois mil e dez), foi publicada a portaria nº 2.344 (Dois mil trezentos e quarenta e quatro) do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – CONADE, onde fica estipulado em seu artigo art. 2º: Atualiza a nomenclatura do regimento interno do CONADE, onde no artigo I, muda-se a redação seguinte: I - Onde se lê "Pessoas Portadoras de Deficiência", leia-se "Pessoas com Deficiência"

O CONADE é um órgão superior de deliberação colegiada, criado para acompanhar e avaliar o desenvolvimento de uma política nacional para inclusão da pessoa com deficiência e das políticas setoriais de Educação, saúde, trabalho, assistência social, transporte, cultura, turismo, desporto, lazer e política urbana dirigidos a esse grupo social. O CONADE faz parte da estrutura básica da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR).

O CONADE foi criado para que essa população possa tomar parte do processo de definição, planejamento e avaliação das políticas destinadas à pessoa com deficiência, por meio da articulação e diálogo com as demais instâncias de controle social e os gestores da administração pública.

Segundo o censo 2010 (dois mil e dez), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, no Brasil existem 45,6 (quarenta e cinco vírgula seis) milhões de pessoas com algum tipo de deficiência, o que representa 23,92% (vinte e três vírgula noventa e dois por cento) da população brasileira.

Atualmente no município, residem 47 (quarenta e sete) pessoas diagnosticadas com deficiência, dados estes, fornecidos pela Secretaria Municipal de Saúde e Bem-Estar Social, através das agentes de saúde.

Atualmente na Rede Municipal de Ensino tem apenas dois alunos diagnosticados com deficiência e em relação a casos como estes, que o Município em seu plano de cargos e salários do magistério público municipal de Tunápolis, publicado em 01 (um) de dezembro de 2011 (dois mil e onze), conforme lei complementar nº 027/2011 (vinte e sete de dois mil e onze), tem em seu artigo 6º, item V, a criação do cargo de segundo professor de turma, este deverá ter formação em pedagogia e aperfeiçoamento ou especialização na Educação Especial. Suas funções são de contribuir em igualdade de condições e dedicação ao professor titular, com atenção especial aos estudantes com limitações. Além de oferecer segundo professor de turma, o Município oferece suporte ao Serviço de Atendimento Educacional Especializado – SAED, este ocorre na Rede Estadual de Ensino, em virtude da baixa quantidade de alunos na Rede Municipal de Ensino, porém, o município se compromete a auxiliar o professor contratado do Estado com deslocamento entre escolas, reuniões de acompanhamento e demais necessidades que possam vir a ocorrer.

O SAED é de responsabilidade de uma Escola Estadual, localizada na zona urbana, que atualmente atende a 12 (doze) alunos, 10 (dez) do Município de Tunápolis e 2 (dois) de Santa Helena - SC.

Ainda para auxiliar não só em caso de alunos com deficiências, mas, toda a demanda, o município tem em sua equipe de trabalho Psicóloga, Orientadora Educacional e Nutricionista, todas com contrato de 40 (quarenta) horas semanais, que estão à disposição das unidades

escolares municipais para auxiliar no que se refere o desenvolvimento integral dos educandos.

Para os alunos diagnosticados com surdez, três vezes por semana é disponibilizado transporte até o município de São Miguel do Oeste – SC, para que estes tenham acesso a Associação dos Pais e Amigos dos Surdos – APAS, onde são ofertadas atividades diferenciadas ao público alvo, sendo que atualmente são 4 (quatro) jovens, e para esta associação o município faz um repasse em 02 (duas) parcelas, com a importância de R\$ 6.000,00 (seis mil reais), num total de R\$ 12.000,00 (doze mil reais) nas seguintes datas: 14 (quatorze) de maio e 15 (quinze) de outubro de 2015 (dois mil e quinze).

Em Julho de 2009 (dois mil e nove), entrou em funcionamento a associação de pais e amigos dos excepcionais – APAE, e Centro de Atendimento Educacional especializado denominado CAESP - Doce Esperança, uma parceria entre os municípios de Santa Helena e Tunápolis, tendo em vista que a demanda é baixa para apenas um município.

Atualmente a sede é alugada, porém, está se buscando recursos para a construção da sede própria, sendo que o terreno já foi adquirido, e o projeto arquitetônico já está elaborado.

A APAE de Tunápolis e Santa Helena - SC atende 45 (quarenta e cinco) alunos, com ações voltadas a assistência social, saúde, educação e cultura. Tem por finalidade a prevenção de deficiências, promover a melhoria da qualidade de vida e inclusão social. É uma instituição diferenciada na área de habilitação e reabilitação de pessoas com deficiência mental, física e múltipla.

Para auxiliar com despesas de manutenção o município faz um repasse mensal nos meses de março à dezembro, de R\$7.750,00 (sete mil setecentos e cinquenta reais), e também disponibiliza transporte, nos casos de alunos que só realizam atendimento com a equipe técnica da APAE. A equipe técnica é constituída por fisioterapeuta, psicólogo, fonoaudiólogo, psiquiatra, assistente social, neurologista e terapeuta ocupacional. Para atender essa demanda a secretaria de educação, desenvolve um cronograma diferenciado do transporte escolar habitual, levando o aluno ao atendimento e logo em seguida levando-o para casa.

Sentimos uma necessidade grande de adaptação de acessibilidade, principalmente nas escolas da Rede Municipal, onde é necessária uma adaptação para garantir uma melhoria da qualidade de vida das pessoas. A acessibilidade deve estar presente nos espaços, no meio físico, no transporte, na informação e comunicação, inclusive nos sistemas e tecnologias da informação e comunicação, bem como, em outros serviços e instalações abertos ao público ou de uso público.

As Escolas da Rede Estadual estão bem organizadas no que se refere a acessibilidades, dispondo de rampas de acesso, corrimões, e também, materiais pedagógicos específicos para cada deficiência.

Para que se elevem os níveis de atendimento, melhore a oferta, são necessários conciliar ações, voltadas a meta 4 (quatro) e meta 20 (vinte), sendo que a meta 4 (quatro) do PNE é universalizar, para a população de 4 (quatro) à 17 (dezessete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à Educação Básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados. A meta 20 (vinte) fala sobre ampliar o investimento Público em Educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% (sete por cento) do Produto Interno Bruto – PIB, do País no 5º (quinto) ano de vigência desta lei e, no mínimo, o equivalente a 10% (dez por cento) do PIB ao final do decênio.

4.2.2 Educação de Jovens e Adultos

Considerando a preocupação com a taxa de abandono, que de acordo com o censo de 2010 (dois mil e dez) é de 21,5% (vinte e um vírgula cinco por cento) precisa-se reconhecer que existe uma boa parcela da população que acabou abandonando a escola. Considerar também que essa população abandonou a escola no início da década e que muitos desses já fizeram também a qualificação através da Educação de Jovens e Adultos no período de 2010 (dois mil e dez) à 2015 (dois mil e quinze). Inclusive nesse ano, esta em andamento a formação de turmas tanto do Ensino Fundamental quanto do Ensino Médio.

4.2.3 Educação Profissional Tecnológica

Aos educandos que demonstram interesse, o município disponibiliza transporte a casa Familiar Rural de Iporã do Oeste - SC, tendo em vista que no município não existe esta oferta. Para auxiliar com as despesas o município faz um repasse financeiro no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) que é pago em 2 (duas) parcelas de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais).

Além disto, o Município fornece recursos financeiros para uma escola técnico agrícola do município de Descanso - SC, sendo que o valor repassado é de R\$ 1.540,00 (um mil quinhentos e quarenta reais) para os alunos internos e para aluno semi-interno, o valor fixado é de R\$ 797,50 (setecentos e noventa e sete reais com cinquenta centavos). Para alunos do pós-médio noturno, o valor fixado é de R\$ 467,50 (quatrocentos e sessenta e sete reais com cinquenta centavos), totalizando o valor de R\$ 12.567,50 (doze mil quinhentos e sessenta e sete reais com cinquenta centavos), que são pagos em 2 (duas) parcelas.

4.2.4 Educação Escolar do Campo/Rural

Escola do campo, escola localizada na zona rural, uma visão diferente que compreende o mesmo espaço. A característica que define a escola do campo, passa é um espaço escolar com uma grade curricular diferenciada, por materiais pedagógicos voltados ao povo do campo. Escola rural é apenas a unidade escolar em território denominado rural.

Conforme Molina e Freitas (2011 p. 11):

A Educação do Campo originou-se no processo de luta dos movimentos sociais camponeses e, por isso, traz de forma clara sua intencionalidade maior: a construção de uma sociedade sem desigualdades, com justiça social. Ela se configura como uma reação organizada dos camponeses ao processo de expropriação de suas terras e de seu trabalho pelo avanço do modelo agrícola hegemônico na sociedade brasileira, estruturado a partir do agronegócio. A luta dos trabalhadores para garantir o direito à escolarização e ao conhecimento faz parte das suas estratégias de resistência, construídas na perspectiva de manter seus territórios de vida, trabalho e identidade, e surgiu como reação ao histórico conjunto de ações educacionais que, sob a denominação de Educação Rural, não só mantiveram o quadro precário de escolarização no campo, como também contribuíram para perpetuar as desigualdades sociais naquele território.

Os mesmos autores mencionam na sequência que o termo “do campo”, tem relação com os movimentos sociais camponeses, que há muitos anos lutam por direitos voltados a escola e desenvolvimento. “Ela exige novas práticas e posturas e sua implantação não se dá sem conflitos.

Apesar das dificuldades, o movimento pela Educação do Campo conquistou importantes avanços na última década, colocando novas questões aos educadores". (HELANA, FREITAS 2011 p. 11)

Para a Lei de Diretrizes e Base da Educação – LDB, em seu art. 28º, na oferta de Educação Básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação e às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

I - conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural; II - organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas; III - adequação à natureza do trabalho na zona rural. (BRASIL, Ldb, 1996)

Em referência com o Plano Nacional de Educação, poderia-se realizar uma correlação com muitas das metas, como por exemplo, ampliação da Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, ampliação do atendimento a pessoas com deficiência, ampliação da jornada escolar, melhoria do fluxo escolar, e por fim, tudo isso em sintonia principalmente com respeito à meta 20 (vinte) que tem relação com financiamento de recursos.

Atualmente percebe-se um decréscimo populacional em nosso município, devido à redução de taxas de natalidade, bem como, deslocamento da população para centros maiores, alguns em busca de formação profissional e então acabam inserindo-se no universo de economias urbanas regionais.

A falta de loteamentos regularizados e a alta dos preços tem incentivado também as pessoas a procurar fixar residência em outros municípios próximos, como por exemplo, Itapiranga - SC e Iporã do Oeste - SC.

O envelhecimento da população rural, associada aos problemas de sucessão de propriedade familiar, gera também uma diminuição no número de nascituros e isso afeta o censo escolar, criando dificuldades em manter as unidades escolares do interior em funcionamento. Para tanto, é necessário que se crie estratégias para que a comunidade não perca as unidades escolares, que de uma forma ou outra estão integrados com a vida da comunidade.

Porém, dentro do atual contexto, o custo aluno de unidades escolares é alto e inviabiliza administrativamente a gestão dessas unidades escolares. Na tentativa de evitar o fechamento das escolas do interior, foi adotou-se no sistema de ensino da Rede Municipal as turmas bi-seriadas.

Por outro lado, pensa-se também que as crianças do interior que frequentam as unidades escolares do campo/rural, devem também estar familiarizadas com temas e conteúdos urbanos, sendo que o diálogo entre campo e cidade no nosso caso é muito próximo. Então reproduzir nas escolas de campo/rural um currículo muito específico voltado para realidade do campo, na nossa avaliação, limita e dificulta um diálogo com outras realidades sociais. Por isso, a questão da formação geral básica deve ser universal, respeitando sempre os saberes da terra que as crianças já trazem das convivências familiares. A vida rural deve ser uma opção permeada por diferentes saberes universais que permitam a cidadania e a inserção apropriada no universo social, e não como consequência da falta de opção e da desqualificação profissional.

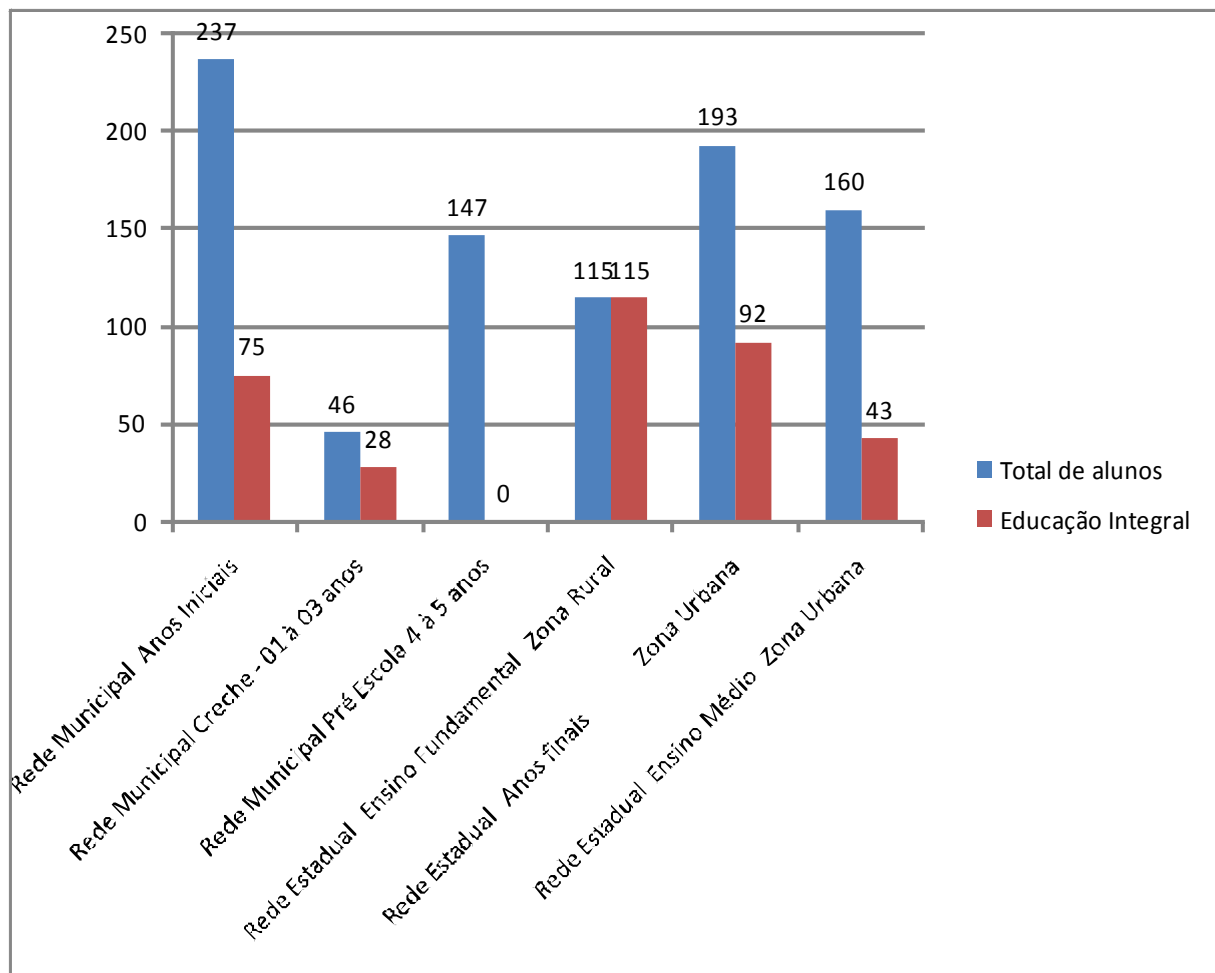
4.2.5 Educação em Tempo Integral

O objetivo nacional, conforme meta 6 (seis) do PNE, é de oferecer Educação em Tempo Integral em no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) dos(as) alunos(as) da Educação Básica. Entende-se por integral, o todo, inteiro, global, sendo este o justamente o objetivo da Educação Integral, desenvolver os alunos de forma completa, em sua totalidade.

Muito mais do que o tempo em sala de aula, a Educação Integral reorganiza espaços e conteúdos, um grande desafio, mas que já começa a tomar forma. Conforme a LDB, na seção III, no Ensino Fundamental, § 2º: O Ensino Fundamental será ministrado progressivamente em tempo integral, a critério dos sistemas de ensino.

Conforme gráfico 14 (quatorze), é possível termos as dimensões da atual situação da ampliação da jornada escolar, sendo que cada escola, oferta de uma maneira distinta.

Figura 14 - Relação de alunos x matrículas do Ensino Integral.



\sFonte: O autor.

Conforme gráfico 14 (quatorze), a Rede Municipal de Ensino oferta 24% (vinte e quatro por cento) das matrículas em Período Integral para educandos dos anos iniciais. Nas matrículas de 1 (um) à 3 (três) anos que se referem a Educação Infantil modalidade de Creche, 62% (sessenta e dois por cento) das matrículas são em Período Integral, enquanto na Pré-Escola não existem vagas disponíveis no período ampliado.

A rede estadual na zona rural, com matrículas de 1º (primeiro) ao 9º (nono) ano, contempla 100% (cem por cento) das matrículas em tempo integral. Por sua vez a escola estadual localizada na zona urbana, com atendimento de 6º (sexto) ao 9º (nono) ano, contempla 32% (trinta e dois por cento) de matrículas em tempo Integral. No Ensino Médio o atendimento em tempo Integral é 21% (vinte e um por cento) dos educandos.

Na Rede Municipal a oferta é apenas em uma das escolas, que se localiza na zona urbana, com um projeto bastante amplo, que vem busca atender as necessidades das crianças e desejos das mesmas, onde o respeito à diversidade está presente, e acima de tudo a vontade do educando por determinada área do conhecimento, onde é opção da família matricular ou não o aluno. Além disso, o educando pode optar entre oficinas nas áreas de cultura, esportes, música, línguas estrangeiras, artes e informática, além do acompanhamento pedagógico que é obrigatório, conforme quadro 15 (quinze).

Figura 15 – Cronograma da Educação Integral – Rede Municipal.

| | Segunda-Feira | | Quarta-Feira | Quinta-Feira | |
|---------|-----------------------------|----------------------------|---|-----------------------------|---------------|
| 1º aula | Acompanhamento escolar/tema | | Acompanhamento escolar/tema | Acompanhamento escolar/tema | |
| 2º aula | () Coral ou () vôlei | | () Basquete ou () flauta | Dança folclórica alemã | |
| | LANCHE | | LANCHE | LANCHE | |
| 3º aula | () Artes | ou () Alemão | () Teclado ou () informática ou () patinação | () Artes* | Ou () Violão |
| 4º aula | | () Teatro ou () Handebol | Inglês | | Ou () futsal |

Fonte: O autor.

Na escola da Rede Estadual de Zona Rural, o atendimento ampliado se dá através do programa Mais Educação, com aulas em jornada ampliada, duas vezes por semana com atividades variadas, sendo elas: teatro, atletismo, handebol, futsal e de acompanhamento pedagógico. Na escola da Zona Urbana, o atendimento se dá por dois programas distintos, Mais Educação, para educandos de 5º (quinto) ao 9º (nono) ano, sendo que estes permanecem em jornada ampliada duas vezes por semana, com atividades de: xadrez, atletismo, voleibol, informática e reforço escolar com ênfase nas disciplinas de português e matemática. Nesta mesma escola, existe a oferta para o Ensino Médio, do

programa denominado Ensino Médio Inovador - ProEMI, onde as atividades acontecem duas vezes por semana, com atividades de música e basquetebol.

O programa Mais Educação, instituído pela portaria interministerial nº 17/2007 (dezessete do ano de dois mil e sete), e regulamentado pelo decreto 7.083/10 (sete mil e oitenta e três do ano de dois mil e dez), constitui-se como estratégia do ministério da Educação para induzir a ampliação da jornada escolar e a organização curricular na perspectiva da Educação Integral.

Conforme informações disponibilizadas no portal do ministério da Educação, o programa Ensino Médio Inovador - ProEMI, foi instituído pela portaria nº 971 (novecentos e setenta e um) de 9 (nove) de outubro de 2009 (dois mil e nove), que tem como objetivo a reestruturação dos currículos do Ensino Médio.

O objetivo do ProEMI é apoiar e fortalecer o desenvolvimento de propostas curriculares inovadoras nas escolas de Ensino Médio, ampliando o tempo dos estudantes na escola e buscando garantir a formação integral com a inserção de atividades que tornem o currículo mais dinâmico, atendendo também as expectativas dos estudantes do Ensino Médio e às demandas da sociedade contemporânea.

Para que a jornada ampliada possa efetivamente ocorrer, com uma oferta maior e com qualidade, é necessário haver um maior repasse financeiro pelo governo federal, afinal, educação é um compromisso de todos, para tanto, é de fundamental importância que este repasse possa fortalecer ainda mais os projetos que já estão acontecendo.

4.3 EDUCAÇÃO SUPERIOR

Para o Ensino Superior, a municipalidade tem benefício de auxílio transporte, oferecida aos munícipes residentes do município. Nos últimos as inscrições foram em média 130 (cento e trinta) acadêmicos por semestre. Além disso, existem estudantes que estão em Universidades Federais e residem nos municípios sede das Universidades, e desta forma não tem direito ao auxílio.

É preciso considerar que nessa população total estão os estudantes da Universidade do Oeste de Santa Catarina - UNOESC, campus São Miguel do Oeste e da SEIFAI – Sociedade Educacional de Itapiranga, bem como, outros pólos ou centros universitários que oferecem o ensino a distância.

4.4 PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

A Rede Municipal de Ensino de Tunápolis Implantou o piso salarial nacional em 2011 (dois mil e onze), contemplando a hora atividade remunerada e a diversificação curricular. Além disso, ocorreu à incorporação do piso na carreira, incentivo à formação continuada, bem como, para especialização em nível de mestrado e doutorado. Todos os professores efetivos possuem pós-graduação modalidade especialização, totalizando 23 (vinte e três) professores, e na modalidade ACT – admissão em caráter temporário, 8 (oito) professores, dos quais 7 (sete) especialistas e uma graduada.

4.5 GESTÃO DEMOCRÁTICA

No que diz respeito à democratização das relações no universo escolar a Rede Municipal de Tunápolis, tem como critério a eleição das direções de modo que o art. 9º afirma: "As direções das unidades escolares do município serão ocupados por profissionais efetivos do magistério público de Tunápolis, eleitos pela comunidade escolar (diretoria da Associação de Pais e Professores e pelos professores efetivos da unidade escolar) em lista tríplice, com a devida nomeação pelo Chefe do Poder Executivo Municipal.

Parágrafo Único – Também devem ser observados os critérios para ascensão ao cargo:

- Portador de título de pós-graduação na área da Educação ou área de atuação;
- Pertencer ao quadro efetivo do magistério público de Tunápolis.

Além disso, se procura manter um diálogo aberto com Conselho Municipal da Educação, conselho do FUNDEB, associação de pais e professores e comunidade em geral, a respeito das demandas educacionais e priorizar investimentos dentro das condições financeiras e orçamentárias da Secretaria da Educação.

4.6 FINANCIAMENTO

Considerando os desafios da gestão financeira é preciso reconhecer as fontes de financiamento da Educação com receitas municipais e programas dos governo federal, sendo que os principais são: Fundo de manutenção e desenvolvimento da Educação Básica e de valorização dos profissionais da Educação - FUNDEB, fundo nacional da alimentação escolar – PNAE, programa nacional de transporte escolar – PNATE e programa dinheiro direto na escola – PDDE que trás suporte financeiro para as associações de pais e professores investirem capital e custeio. No quadro abaixo é possível acompanhar os investimentos realizados em Educação e porcentagem do orçamento municipal.

Figura 16 – Tabela de valores e percentual de investimentos Educação Tunápolis.

| 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 |
|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| 2.369.336,16 | 2.671.966,20 | 3.243.098,31 | 3.579.922,92 | 3.842.869,64 |
| 27,46% | 25,53% | 29,84% | 30,16% | 29,96% |

Fonte: O autor.

PORTARIA 3898/2015

PORTARIA Nº. 3.898/2015

Em 24 de Junho de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Legislação vigente, baseado na Lei Complementar 13/2006, Art. 71, parágrafo 2º;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder "LICENÇA MATERNIDADE", a Servidora efetiva ANGELA LUIZA LAZAROTTO, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social, neste município.

Art. 2º Esta Portaria em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos retroativos à 21 de Junho de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS/SC

Em 24 de Junho de 2015.

ENOÍ SCHERER

Prefeito Municipal

Esta portaria foi publicada na
Presente data

ELISABETH INÊS HEBERLE SCHERER

Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças

PORTARIA 3899/2015

PORTARIA Nº. 3.899/2015

Em 25 de Junho de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Legislação vigente, baseado na Lei Complementar 13/2006, Art. 71, parágrafo 2º;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder "LICENÇA TRATAMENTO DE SAÚDE", ao Servidor efetivo EDISON BIEGER, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Turismo, neste município.

Art. 2º Esta Portaria em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS/SC

Em 25 de Junho de 2015.

ENOÍ SCHERER

Prefeito Municipal

Esta portaria foi publicada na
Presente data

ELISABETH INÊS HEBERLE SCHERER

Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças

PORTARIA 3900/2015

PORTARIA Nº. 3.900/2015

Em 29 de Junho de 2015

O Prefeito Municipal de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Legislação vigente, baseada na Lei Complementar 13/2006, artigo 73;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder "LICENÇA PRÊMIO", ao servidor efetivo SÉRGIO LUÍS EIDT, Portaria de Nomeação nº. 131/1993, com o cargo efetivo de ADMINISTRADOR.

Período de Aquisição: 07.03.07 a 06.03.12 (saldo 40 dias)

Fruição: 14/07 à 23/07/2015 perfazendo 10 dias, sendo os demais 30 dias serão fruídos a posteriori.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS SC.

Em 29 de Junho de 2015.

ENOÍ SCHERER

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi publicada
na presente data

ELISABETH INÊS HEBERLE SCHERER

Secretária Municipal de Administração, Planejamento e Finanças

PORTARIA 3901/2015

PORTARIA Nº. 3.901/2015

Em 29 de Junho de 2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinada com a Lei Complementar nº. 025/2010 de 21 de dezembro de 2010 e atualizações;

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR A PEDIDO, RITA MARLISE THEISEN, do cargo efetivo de ENFERMEIRA - ESF, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social, neste município.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos em 01 de Julho de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS SC.

Em 29 de Junho de 2015.

ENOI SCHERER

Prefeito Municipal

Esta portaria foi publicada na
Presente data

ELISABETH INÊS HEBERLE SCHERER

Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças

Turvo

PREFEITURA

DECRETO 31/2015

DECRETO Nº 031/15, de 26 de Junho de 2015.

SUPLEMENTA DOTAÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONALDO CARLESSI, Prefeito Municipal de Turvo/SC, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no art. 5º da Lei nº 2.222/14 (Lei Orçamentária Anual), de 12/12/2014. DECRETA

Art. 1º. Fica suplementado o crédito orçamentário no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Turvo no valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), assim classificados:

07.01 – SECRETARIA DE TRANSPORTES OBRAS E SRV. PÚBLICOS
15.452.0055.1.021–VIAS RURAIS PAVIM PASSEIO E PRAÇAS PÚBLICAS

4.4.90.00.00.00.00.00.0024.0 (077) – Aplicações Diretas
..... R\$ 150.000,00

Art. 2º. A execução do disposto no art. 1º correrá à conta do excesso de arrecadação da Fonte 0024 no valor de R\$ 150.000,00 por conta do Contrato nº 801376 Processo 2624.1014530.68/2014.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo - SC, 26 de junho de 2015.

RONALDO CARLESSI
Prefeito Municipal

Pub. e registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel – Secretário de Adm. e Finanças.

LEI 2246/2015

Lei Nº 2.246/2015, de 23 de Junho de 2015.

APROVA O PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – PME E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Turvo, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica aprovado o Plano Municipal de Educação – PME, com vigência por 10 (dez) anos, a contar da publicação desta Lei, na forma dos Anexos I e II, com vistas ao cumprimento do disposto no art. 8º da Lei Federal nº 13.005, de 25 de junho de 2014.

Art. 2º - São diretrizes do PME:

I - Erradicação do analfabetismo;

II - Universalização do atendimento escolar;

III - Superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;

IV - Melhoria da qualidade da educação;

V - Formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;

VI - Promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;

VII - Promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País;

VIII - Estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto - PIB que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade;

IX - Valorização dos profissionais da educação;

X - Promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.

Art. 3º - As metas previstas no Anexo I desta Lei serão cumpridas no prazo de vigência deste PME, desde que não haja prazo inferior definido para metas e estratégias específicas.

Art. 4º - As metas previstas no Anexo I desta Lei deverão ter como referência o Anexo II Diagnóstico elaborado pela Equipe Técnica com base nos dados divulgados por Órgãos Oficiais.

Art. 5º - A execução do PME e o cumprimento de suas metas serão objeto de monitoramento contínuo e de avaliações periódicas realizados pelas seguintes instâncias:

I - Secretaria Municipal de Educação;

II - Câmara de Vereadores;

III - Conselho Municipal de Educação – CME;

IV - Fórum Municipal de Educação;

§ 1º Compete, ainda, às instâncias referidas no caput:

I - Divulgar os resultados do monitoramento e das avaliações nos respectivos sítios institucionais da internet;

II - Analisar e propor políticas públicas para assegurar a implementação das estratégias e o cumprimento das metas;

III - Analisar e propor a revisão do percentual de investimento público em educação.

§ 2º Ao longo do período de vigência deste PME, observar-se-ão os resultados dos estudos publicados a cada 2 (dois) anos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP para aferir a evolução no cumprimento das metas estabelecidas no Anexo I.

§ 3º A meta progressiva do investimento público em educação será avaliada no quarto ano de vigência do PME e poderá ser ampliada por meio de lei para atender às necessidades financeiras do cumprimento das demais metas.

§ 4º O investimento público em educação a que se refere a meta 17 do Anexo I desta Lei engloba os recursos aplicados na forma do art. 212 da Constituição Federal, do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, bem como do art. 213 da Constituição Federal.

§ 5º - Será destinada à manutenção e ao desenvolvimento do ensino, em acréscimo aos recursos vinculados nos termos do art. 212 da Constituição Federal, além de outros recursos previstos em lei, a parcela da participação no resultado ou da compensação financeira pela exploração de petróleo e de gás natural, na forma de lei específica, com a finalidade de assegurar o cumprimento da meta prevista no inciso VI do art. 214 da Constituição Federal.

Art. 6º - O Município promoverá a realização de pelo menos 4 (quatro) conferências municipais de educação até o final do decênio, precedidas de amplo debate e coordenadas pelo Fórum Municipal de Educação.

§ 1º O Fórum Municipal de Educação, além da atribuição referida no caput:

I - Acompanhará a execução do PME e o cumprimento de suas

metas;

II - Promoverá a articulação da conferência municipal com as conferências estadual e nacional de educação.

§ 2º As conferências municipais de educação realizar-se-ão com intervalo de até 4 (quatro) anos entre elas, com o objetivo de avaliar a execução do Plano Nacional de Educação – PNE, do Plano Estadual de Educação – PEE, bem como deste Plano Municipal de Educação e subsidiar a elaboração dos planos de educação para o decênio subsequente.

Art. 7º - A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios atuarão em regime de colaboração, visando ao alcance das metas e à implementação das estratégias objeto deste Plano, na forma da lei. § 1º Caberá aos gestores federais, estaduais, municipais e do Distrito Federal a adoção das medidas governamentais necessárias ao alcance das metas previstas neste PME.

§ 2º As estratégias definidas no Anexo I desta Lei não elidem a adoção de medidas adicionais em âmbito local ou de instrumentos jurídicos que formalizem a cooperação entre os entes federados, podendo ser complementadas por mecanismos nacionais e locais de coordenação e colaboração recíproca.

§ 3º O sistema de ensino municipal criará mecanismos para o acompanhamento local da consecução das metas do PME.

§ 4º Haverá regime de colaboração específico para a implementação de modalidades de educação escolar que necessitem considerar territórios étnico-educacionais e a utilização de estratégias que levem em conta as identidades e especificidades socioculturais e linguísticas de cada comunidade envolvida, assegurada à consulta prévia e informada a essa comunidade.

§ 5º O fortalecimento do regime de colaboração entre a União, o Estado e o Município incluirá a instituição de instâncias permanentes de negociação, cooperação e pactuação.

§ 6º O fortalecimento do regime de colaboração entre os Municípios dar-se-á, inclusive, mediante a adoção de arranjos de desenvolvimento da educação.

Art. 8º - O Município, no prazo de 2 (dois) anos contados da publicação da Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014, deverá adequar a legislação local, disciplinando a gestão democrática da educação pública em conformidade com o disposto na referida Lei, bem como neste PME.

Art. 9º - O plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e o orçamento anual do Município serão formulados de maneira a assegurar a consignação de dotações orçamentárias compatíveis com as diretrizes, metas e estratégias deste PME, a fim de viabilizar sua plena execução.

Art. 10. - O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica, coordenado pela União, constituirá fonte de informação para a avaliação da qualidade da educação básica e para a orientação das políticas públicas desse nível de ensino.

Art. 11. - Até o final do primeiro semestre do nono ano de vigência deste PME, o Poder Executivo encaminhará à Câmara de Vereadores, sem prejuízo das prerrogativas deste Poder, o projeto de lei referente ao Plano Municipal de Educação, a vigorar no período subsequente, que incluirá diagnóstico, diretrizes, metas e estratégias para o próximo decênio.

Art. 12. - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Turvo (SC), 23 de junho de 2015.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Lei nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel – Secretário de Adm. e Finanças.

PORTARIA 213/2015

PORTARIA Nº 213/15, de 23 de Junho de 2015.

ADMITE TELEFONISTA, EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.001/1993, combinado com a Lei Complementar nº 09/11, de 24 de Agosto de 2011,

RESOLVE

Art. 1º - Admitir a Sra. LARISSA FERNANDES GABRIEL, CPF nº 105.446.789-74, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para exercer a função pública de Telefonista, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

Art. 2º - O prazo de contratação em caráter temporário, relacionado no art. 1º desta Portaria, iniciará em 23 de Junho de 2015 e encerrará em 20 de Agosto de 2015.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 23 de junho de 2015.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel - Secretário de Adm. e Finanças.

TOMADA DE PREÇOS PMT 44/2015

Aviso de Licitação

Processo de Licitação nº 44/2015 – Tomada de Preço nº 44/2015

Objeto: Implantação de passeios públicos no perímetro urbano do Município de Turvo.

Entrega dos envelopes: até as 07h45min do dia 15/07/2015

Abertura da Sessão: as 08:00 hs do dia 15/07/2015

Informações e cópia do edital: Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Turvo, sito a Rua Nereu Ramos, 588 – Centro – Turvo/SC, no horário das 07:30 as 11:30 e das 13:30 as 17:00 horas em dias úteis. Fone (48) 3525-8100, fax (48) 3525-0186.

Turvo – SC – 26 de junho de 2015.

Ester Z. Barp

Presidente da C.J.L.

União do Oeste

PREFEITURA

RESOLUÇÃO 06/2015

RESOLUÇÃO Nº 06/2015, de 12 de junho de 2015.

DISPÕE SOBRE O HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DA CAMARA
DE VEREADORES DE UNIÃO DO OESTE.

O Presidente da Câmara de Vereadores de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER, a todos os habitantes, a seguinte resolução.

RESOLVE:

Art. 1º Ficam por esta Resolução designados os horários de atendimentos ao público pelo corpo de funcionários desta casa a partir do dia 12 de junho de 2015.

a) Assessor Jurídico:

Segundas Feiras das 7h30min às 11h30horas e das 13h30min às 17h30min

b) Diretor da Câmara:

Segunda a Sexta Feira das 7h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min

c) Auxiliar de Serviços Gerais:

Segunda a Sexta Feira das 7h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min

d) Assessor Parlamentar:

Segunda a Sexta Feira das 13h30min às 17h30min

e) Contador:

Segunda a quarta feira das 7h30min às 11h30min e das 13:30 às 17h30min

Quinta feira das 7h30min às 11h30min e das 13h30min às 15h30min

Art. 2º Estes horários podem sofrer alteração por motivo de força maior.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrario.

Sala de sessões, União do Oeste, 12 de junho de 2015.

ALGEMIRO ALVES MACIEL

Presidente

Urussanga

CÂMARA MUNICIPAL

CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2015 - INSCRIÇÕES HOMOLOGADAS

Relação de Inscrições Homologadas

Data de Geração do Relatório: 25/06/2015 14:28:31

Razão Social: Câmara Municipal de Urussanga

Concurso: CONCURSO PÚBLICO DESTINADO A PROVER VAGAS PARA O QUADRO PERMANENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE URUSSANGA E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE

Total de Inscrições Homologadas: 443

| Código de Inscrição | Nome | CPF |
|---------------------|---------------------------------|----------------|
| 415 | ABEL ALVES DE ARAUJO NETO | 041.542.349-00 |
| 336 | ÁGATA VENZON DE BONA | 064.247.099-59 |
| 587 | ALAIDES BERNADINO CIDADE | 087.287.109-67 |
| 548 | ALAN ANDRADE FIRMIANO | 090.480.219-10 |
| 286 | ALAN FRANCISCO APOLINARIO | 003.738.199-78 |
| 574 | ALBERTO FABIANO MAXIMIANO | 034.748.069-12 |
| 611 | ALDAIR NANDI | 824.184.899-49 |
| 28 | ALESSANDRA APARECIDA DA SILVA | 810.715.749-49 |
| 161 | ALESSANDRA FRESSON WOICHINEVSKI | 041.205.969-07 |
| 609 | ALEXANDRE APARECIDO BRISTOT | 101.506.899-50 |
| 545 | ALEXANDRE CABRAL CORREA | 023.709.279-41 |
| 121 | ALEXANDRE FERREIRA CORREIA | 676.553.600-06 |
| 76 | ALINE FERNANDES MARQUES | 046.633.249-16 |
| 355 | ALINE FONTANA DEL CASTANHEL | 041.581.159-73 |
| 40 | ALINE PETERLE | 082.007.359-82 |
| 345 | ALINE ROSSETI | 072.620.979-11 |
| 568 | ALINI APARECIDA CESCO NETTO | 071.005.129-80 |
| 134 | ALISON MARIGA DE TAUNAY GENTIL | 100.251.439-80 |
| 189 | ALTAIR RAMALHO JUNIOR | 087.389.619-03 |
| 187 | AMANDA MARTINS HOFFMANN | 094.980.889-00 |
| 409 | ANA CARLA STEIN | 066.346.659-82 |
| 581 | ANA CAROLINA GASTALDON | 104.441.829-00 |
| 547 | ANA CAROLINA SATURNO | 052.677.599-88 |
| 578 | ANA CAROLINA SOUZA MENDES | 082.418.189-12 |
| 73 | ANA KAROLINA SALVADOR | 098.427.419-74 |

Data de Geração do Relatório: 25/06/2015 14:28:31

Razão Social: Câmara Municipal de Urussanga

Concurso: CONCURSO PÚBLICO DESTINADO A PROVER VAGAS PARA O QUADRO PERMANENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE URUSSANGA E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE

Total de Inscrições Homologadas: 443

| Código de Inscrição | Nome | CPF |
|---------------------|--------------------------------|----------------|
| 467 | ANA PAULA JOAQUIM | 088.284.609-46 |
| 129 | ANA PAULA TABORDA CRUZ | 082.242.919-52 |
| 253 | ANA RITA MAZUCO | 060.601.499-36 |
| 54 | ANDERSON BARCELOS DIAS | 010.860.820-44 |
| 573 | ANDERSON SOARES | 018.996.429-43 |
| 606 | ANDRE DE BONA MARCHET | 018.313.519-94 |
| 555 | ANDRÉ LUCIO | 029.048.669-65 |
| 570 | ANDRÉ MOREIRA PEGORIM | 040.033.869-65 |
| 364 | ANDRÉ PANDINI EINECKE | 070.271.799-11 |
| 4 | ANDREIA | 047.574.709-75 |
| 343 | ANDREIA VIEIRA | 033.786.499-33 |
| 210 | ANGELA COLOMBO BOAROLI | 041.754.959-83 |
| 66 | ANGELA DE QUADRA CACIATORE | 026.539.739-10 |
| 75 | ANGELA NANDI BAGGIO | 074.960.429-86 |
| 583 | APARECIDA DE BONA SCHRAIBER | 057.494.569-51 |
| 374 | ARICLEIA APARECIDA RODRIGUES | 035.499.759-96 |
| 360 | ARLEI RODRIGUES MADALENA | 019.586.569-33 |
| 478 | ARTUR MATTEI RAUEN | 053.853.889-98 |
| 428 | BEATRIZ FRASSETTO JOSÉ | 097.842.809-90 |
| 577 | BEATRIZ A. ZAPELINI DA ROSA | 951.095.369-53 |
| 363 | BEATRIZ FERNANDES LIMA LUCIANO | 081.296.089-01 |
| 277 | BRUNA BIANCHINI QUAREZEMIN | 092.014.399-70 |
| 9 | BRUNA CARARA NANDI | 080.419.669-93 |
| 110 | BRUNA ZATTA ROVARIS | 069.728.819-60 |
| 289 | BRUNO ANDERSON SAUL NETTO | 010.150.299-06 |
| 151 | BRUNO BERTHA | 073.473.849-82 |

Data de Geração do Relatório: 25/06/2015 14:28:31

Razão Social: Câmara Municipal de Urussanga

Concurso: CONCURSO PÚBLICO DESTINADO A PROVER VAGAS PARA O QUADRO PERMANENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE URUSSANGA E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE

Total de Inscrições Homologadas: 443

| Código de Inscrição | Nome | CPF |
|---------------------|-----------------------------------|----------------|
| 534 | BRUNO GOMES FELISBERTO | 071.160.159-30 |
| 372 | BRUNO GRUNOW VIEIRA | 080.054.139-12 |
| 102 | CAMILA DA SILVA BRIGIDO | 057.598.279-95 |
| 433 | CAMILA FELTRIN DANDOLINI | 067.969.249-59 |
| 517 | CAMILA MORAES VIEIRA | 083.001.709-79 |
| 544 | CAMILA OLIVEIRA DE ALMEIDA | 059.632.899-04 |
| 515 | CAMILA ROMAGNA CAMILO | 088.530.719-40 |
| 90 | CAMILA SILVEIRA DA ROSA | 078.068.139-85 |
| 254 | CARINE ALMEIDA GONÇALVES CIPRIANO | 066.890.919-61 |
| 155 | CARLOS CARDOSO SPRICIGO | 092.413.409-75 |
| 549 | CAROLINA DE MATTOS DO NASCIMENTO | 058.373.779-05 |
| 38 | CAROLINA VOLPATO LOCATELLI | 044.091.069-29 |
| 262 | CAROLINE GONÇALVES PAGANI | 056.816.129-70 |
| 313 | CASSIANO KELLERMANN BAUER | 021.567.770-63 |
| 332 | CASSILDA CRISITIANE CARDOSO | 901.123.009-44 |
| 462 | CATIELLE SILVA DA SILVA | 071.853.029-27 |
| 152 | CINTIA MARIA SERAFIM CACHOEIRA | 073.939.069-45 |
| 213 | CIRO DANDOLINI DE MORAES | 044.856.629-00 |
| 248 | CLARISSE MEIRA ANSELMO | 085.975.719-69 |
| 276 | CLAUDIA LINO DA SILVA BONOTTO | 074.225.309-01 |
| 26 | CLAUDIA ROVAY LEAL | 116.864.317-16 |
| 299 | CLÁUDIA TISCOSKI DE SOUSA | 089.443.639-27 |
| 377 | CLAUDIA WERNER COLLAÇO | 042.475.209-38 |
| 99 | CLAUDIOMAR REDIVO DA SILVA | 889.620.089-04 |
| 492 | CLEVERSON CÂNDIDO | 919.519.339-15 |
| 471 | CRISTIAN MONTEGUTI | 063.800.399-70 |

Data de Geração do Relatório: 25/06/2015 14:28:31

Razão Social: Câmara Municipal de Urussanga

Concurso: CONCURSO PÚBLICO DESTINADO A PROVER VAGAS PARA O QUADRO PERMANENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE URUSSANGA E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE

Total de Inscrições Homologadas: 443

| Código de Inscrição | Nome | CPF |
|---------------------|----------------------------------|----------------|
| 42 | CRISTIANE BARICHELO CARARA | 023.342.539-01 |
| 94 | CRISTIANE FERNANDES | 064.317.919-40 |
| 585 | CRISTIANE FERNANDES MANOEL | 034.305.209-16 |
| 260 | CRISTIANE MARCELINO GHIZI | 078.219.989-58 |
| 319 | CRISTIANE NIERO FABRIS PRAVATO | 066.315.869-92 |
| 402 | CRISTIANO FERNANDES | 040.088.309-01 |
| 507 | CRISTINA DENESIO CORREA | 059.029.379-65 |
| 527 | CRISTINE DA SILVA RODRIGUES | 059.462.609-95 |
| 278 | DAIANE MEDEIROS DA SILVA EUZEBIO | 055.207.309-11 |
| 2 | DANIEL BRIGIDO | 022.910.999-30 |
| 509 | DANIEL PILON DE JESUS | 070.719.379-66 |
| 526 | DANIEL QUIRINO BUSS | 081.395.189-56 |
| 306 | DANIELA FONTANA DOS SANTOS | 088.128.419-02 |
| 239 | DANIELA MATOS TIBES DA SILVA | 906.772.269-34 |
| 592 | DANIELE LAURINDO | 055.892.879-01 |
| 523 | DANIELI KISSEL | 089.530.339-69 |
| 576 | DEBORA RINALDI | 087.858.119-71 |
| 195 | DERVAL COELHO FRAGNANI | 034.183.649-42 |
| 512 | DIANA NUNES GUIMARÃES | 062.307.359-54 |
| 59 | DIANDRA MENEGHEL | 072.278.229-23 |
| 595 | DIEGO DELAYTE MIOTELLO | 038.766.799-74 |
| 85 | DIEGO LUIZ COSTA | 044.124.509-96 |
| 157 | DIEGO SOARES | 049.850.919-28 |
| 352 | DILNEI BLOEMER PEREIRA | 030.402.259-44 |
| 311 | DOMERVAL DAGOSTIN DE ROCCHI | 018.931.059-62 |
| 411 | DONIZETE DA SILVA JOSÉ | 647.448.769-00 |

Data de Geração do Relatório: 25/06/2015 14:28:31

Razão Social: Câmara Municipal de Urussanga

Concurso: CONCURSO PÚBLICO DESTINADO A PROVER VAGAS PARA O QUADRO PERMANENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE URUSSANGA E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE

Total de Inscrições Homologadas: 443

| Código de Inscrição | Nome | CPF |
|---------------------|----------------------------------|----------------|
| 437 | EDER BIHEL VAZ FRANCO | 038.950.289-83 |
| 267 | EDILENE APARECIDA COMIN BENDO | 045.893.559-06 |
| 416 | EDNA FELISBERTO | 802.936.389-34 |
| 268 | EDSON SANGALETTI | 044.206.129-32 |
| 560 | EDUARDO CORREA MARTINS | 005.527.499-40 |
| 552 | EDUARDO FLORENTINO MARCOS | 062.197.479-09 |
| 518 | ELAINE BENINCÁ CARDOSO | 062.350.109-07 |
| 310 | ELDER COMIN PERRARO | 069.065.909-10 |
| 602 | ELEN CRISTINA EUGENIO RONCHI | 058.506.519-50 |
| 70 | ELEN DE SOUZA CIMOLIN | 077.517.189-19 |
| 329 | ELIAS CUSTODIO BORGES | 059.832.579-43 |
| 425 | ELICE PANATO | 033.362.589-79 |
| 362 | ELIETI RODRIGUES | 037.982.779-40 |
| 469 | ELOISE CALEGARI CAMILO | 010.336.739-00 |
| 307 | EMANUELE SEVERO DOS SANTOS | 011.722.440-57 |
| 491 | EMELINE CAVAGNOLI | 082.829.749-51 |
| 312 | EMERSON DA SILVA MATOS | 049.583.339-83 |
| 241 | EMERSON MAXIMIANO GONÇALVES | 080.687.839-89 |
| 170 | ERICA GHISLANDI PATRICIO | 084.869.119-90 |
| 294 | ESTEVAO DE ASSIS DE SOUZA CORREA | 059.130.199-70 |
| 438 | ETELVINA SOELI GONÇALVES | 006.469.860-23 |
| 272 | EUNICE MACHADO DE OLIVEIRA | 826.962.179-04 |
| 405 | EVERALDO DA SILVA THOMAZ | 780.046.169-68 |
| 385 | EVERTON DE ASSIS SOARES | 043.898.029-84 |
| 455 | EVERTON DE VILLA TORRES | 852.110.109-06 |
| 427 | EVERTON MARIANO FELIZARDO | 078.518.009-51 |

Data de Geração do Relatório: 25/06/2015 14:28:31

Razão Social: Câmara Municipal de Urussanga

Concurso: CONCURSO PÚBLICO DESTINADO A PROVER VAGAS PARA O QUADRO PERMANENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE URUSSANGA E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE

Total de Inscrições Homologadas: 443

| Código de Inscrição | Nome | CPF |
|---------------------|----------------------------------|----------------|
| 408 | FABIANO DALPONTE SILVA | 912.154.639-87 |
| 623 | FABIANY TEIXEIRA SOUZA | 889.254.639-20 |
| 470 | FABIO BELUCCO CAMILO | 020.365.459-55 |
| 232 | FÁBIO COSSA DE SOUZA | 054.587.249-92 |
| 171 | FAYLAN JOSE DA SILVA FURLAN | 078.785.969-99 |
| 421 | FELIPE ALCIDES ZANOTELLI DE | 008.541.089-63 |
| 445 | FELIPE NUNES CARDOSO | 056.951.889-03 |
| 234 | FERNANDA BORTOLOTO ALANO | 065.210.509-23 |
| 612 | FERNANDA BOZELO | 055.327.489-93 |
| 229 | FERNANDA CECHINEL DA SILVA | 042.155.139-95 |
| 499 | FERNANDA DE FREITAS | 083.787.859-47 |
| 505 | FERNANDA EVANGELISTA | 078.160.929-11 |
| 619 | FERNANDA MAGNUS RIL | 080.869.019-12 |
| 165 | FERNANDA MEDEIROS NUNES GOBBI | 067.925.439-00 |
| 357 | FERNANDA ZILLI | 044.522.369-36 |
| 106 | FERNANDO ANGULSKI DA LUZ | 029.784.559-42 |
| 426 | FERNANDO DAUFENBACH GOEDERT | 065.249.709-85 |
| 450 | FERNANDO DE SOUZA IDALENCIO | 037.847.279-80 |
| 584 | FERNANDO LUIZ SILVA PITTHAN | 034.890.699-43 |
| 125 | FERNANDO MARCINEIRO BIZ | 053.927.469-00 |
| 109 | FILIPPI BORGES SIQUEIRA | 084.237.899-50 |
| 571 | FLAVIA ALESSANDRA SHIGEOKA | 071.575.909-48 |
| 238 | FLAVIO DAMIAN DE MEDEIROS JUNIOR | 007.318.909-06 |
| 27 | FLÁVIO FALCÃO SCHIAVO | 655.760.980-72 |
| 29 | FRANCISCO ANTONIO LOPES DOS | 947.758.263-87 |
| 136 | GABRIEL RODRIGUES MAZZUCCO | 075.412.419-38 |

Data de Geração do Relatório: 25/06/2015 14:28:31

Razão Social: Câmara Municipal de Urussanga

Concurso: CONCURSO PÚBLICO DESTINADO A PROVER VAGAS PARA O QUADRO PERMANENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE URUSSANGA E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE

Total de Inscrições Homologadas: 443

| Código de Inscrição | Nome | CPF |
|---------------------|-------------------------------|----------------|
| 246 | GABRIEL STRACHOSKI | 069.761.919-25 |
| 81 | GABRIELA DOS SANTOS DE LUCCA | 008.494.439-03 |
| 233 | GABRIELA OLIVEIRA CRAVO | 036.466.719-20 |
| 175 | GEISIANE JOAQUIM ALBINO | 031.442.879-89 |
| 488 | GEIZI DA SILVA DONADEL BAESSO | 028.400.329-88 |
| 12 | GEORGE HARRISON SANTOS | 852.104.719-34 |
| 487 | GEOVANI DE PIERI BARDINI | 057.977.529-13 |
| 603 | GILBERTO RICKEN | 023.572.029-12 |
| 605 | GILLIAN DA LUZ | 103.591.139-66 |
| 533 | GIOVANI MIOTTELLO | 827.125.499-53 |
| 147 | GISELIA BEZ FONTANA | 004.097.709-90 |
| 131 | GISÉLIA LÚCIA SOARES | 069.597.879-98 |
| 205 | GISLAINE DOMINGA DAMIN ARIATI | 022.717.149-74 |
| 383 | GIZELE SORATO REDIVO | 049.332.839-40 |
| 287 | GRAZIELA COPETTI | 024.990.159-50 |
| 24 | GRAZIELA FEIJÓ VIEIRA | 040.198.629-23 |
| 423 | GREICE DUTRA | 044.900.329-94 |
| 192 | GUILHERME ALBINO DE ANDRADE | 085.614.419-33 |
| 554 | GUILHERME AUGUSTO CATANEO | 046.661.669-47 |
| 575 | GUILHERME BRAVIANO DE | 063.479.979-75 |
| 461 | GUILHERME DE COSTA | 078.515.089-75 |
| 477 | GUILHERME DEGENHNAURT SOUZA | 057.412.169-27 |
| 221 | GUILHERME DEZAN MAZZUCCO | 043.577.789-05 |
| 149 | GUILHERME KESTERING DE CAMPOS | 049.428.859-06 |
| 204 | GUILHERME SCHERER MOUTINHO | 048.516.709-31 |
| 613 | GUILHERME TREVISAN COSTA | 041.633.839-99 |

Data de Geração do Relatório: 25/06/2015 14:28:31

Razão Social: Câmara Municipal de Urussanga

Concurso: CONCURSO PÚBLICO DESTINADO A PROVER VAGAS PARA O QUADRO PERMANENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE URUSSANGA E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE

Total de Inscrições Homologadas: 443

| Código de Inscrição | Nome | CPF |
|---------------------|-----------------------------------|----------------|
| 479 | GUSTAVO CARRER JOCHEN | 089.634.129-11 |
| 37 | GUSTAVO DAGOSTIM CARDOSO | 056.463.809-95 |
| 542 | GUSTAVO DAL TOÉ NOVELLI | 067.758.209-92 |
| 600 | GUSTAVO VANILDO DANIELSKI MARTINS | 075.441.449-33 |
| 139 | HARELLI MAZZUCCHETTI DOS SANTOS | 016.998.299-85 |
| 468 | HELDER TISCOSKI | 862.602.009-00 |
| 169 | HELEN GERMANN PATRICIO | 066.582.959-05 |
| 67 | HELLEN BECKER FELTRIN | 076.560.589-90 |
| 586 | HELLEN MAREGA DA CUNHA | 079.673.769-00 |
| 448 | HELOISA BARDINI | 081.242.859-50 |
| 72 | HELOISA HELENA SERAFIN | 569.547.359-49 |
| 442 | HELTON LUIZ SPRICIGO | 080.157.179-06 |
| 356 | HENRIQUE ABRAHÃO FERNANDES | 955.364.506-20 |
| 493 | HENRIQUE SOARES DOS SANTOS | 017.318.179-16 |
| 158 | HONNYS ALESSANDRO TAVARES PENHA | 947.001.502-97 |
| 10 | IARA ALIXANDRE RAIMUNDO | 046.902.379-13 |
| 61 | IGOR DASSOW SIQUEIRA | 066.154.419-26 |
| 431 | IRAN HEJEL GALLOTTI | 045.072.939-79 |
| 231 | ISABELA ALBANAZ | 091.729.149-20 |
| 563 | ISABELA DE BONA FENILI | 060.527.669-21 |
| 541 | ISABELA VIEIRA DA SILVA | 108.163.839-79 |
| 206 | ISADORA VICENTE GEREMIAS | 093.667.529-26 |
| 593 | ISRAEL BERTAN | 961.249.469-04 |
| 589 | ITAMAR DEZAN | 582.435.009-44 |
| 449 | IVAN FREDERICO NANDI | 071.114.689-61 |
| 50 | JACINTO DORIGON JUNIOR | 089.052.869-17 |

Data de Geração do Relatório: 25/06/2015 14:28:31

Razão Social: Câmara Municipal de Urussanga

Concurso: CONCURSO PÚBLICO DESTINADO A PROVER VAGAS PARA O QUADRO PERMANENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE URUSSANGA E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE

Total de Inscrições Homologadas: 443

| Código de Inscrição | Nome | CPF |
|---------------------|------------------------------------|----------------|
| 424 | JACKSON CARARA | 044.731.099-25 |
| 11 | JACKSON DA SILVA | 036.861.289-93 |
| 263 | JACQUELINI RIBEIRO CROZETTA | 060.917.129-18 |
| 249 | JANAÍNA FREGÚLIA RAMOS CARDOSO | 023.260.159-32 |
| 498 | JANINE ZANETTE BRISTOT | 756.619.779-72 |
| 34 | JAQUELINE FERNANDES CIRELLI | 020.147.769-62 |
| 546 | JEFFERSON GUIMARAES MONTEIRO | 060.754.679-47 |
| 104 | JEFFERSON SILVÉRIO | 984.115.949-04 |
| 386 | JÉSSICA BROCHIER HOMEN | 076.019.639-77 |
| 156 | JESSICA COLOMBO DE SOUZA | 080.186.899-89 |
| 15 | JÉSSICA MACCARINI | 088.679.359-92 |
| 480 | JHONI SARTOR CARPES | 067.539.709-08 |
| 208 | JOÃO PAULO JACQUES MACHADO | 085.459.789-10 |
| 150 | JOEL PRAVATO | 045.525.259-99 |
| 203 | JOELMA LEIA ZANCO | 942.063.410-87 |
| 98 | JONAS DE MEDEIROS GOULART | 082.933.709-12 |
| 601 | JONAS LUIZ ACACIO | 072.088.269-94 |
| 60 | JONAS SCREMIN BROLESE | 053.480.079-35 |
| 143 | JORGE AMBROSO | 014.915.919-60 |
| 379 | JOSÉ EUGÊNIO GOULART | 318.455.760-04 |
| 401 | JOSE GUIDI NETO | 008.104.769-08 |
| 303 | JOSE ORION BONOTTO FILHO | 052.495.089-01 |
| 275 | JOSIANE HILARIO FERRARI DE FREITAS | 022.003.759-05 |
| 257 | JOSIANE MAZZUCO | 804.333.169-34 |
| 128 | JOSIELE APARECIDA RIBEIRO | 087.437.449-90 |
| 339 | JOZIELI PAVANATE | 057.823.539-02 |

Data de Geração do Relatório: 25/06/2015 14:28:31

Razão Social: Câmara Municipal de Urussanga

Concurso: CONCURSO PÚBLICO DESTINADO A PROVER VAGAS PARA O QUADRO PERMANENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE URUSSANGA E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE

Total de Inscrições Homologadas: 443

| Código de Inscrição | Nome | CPF |
|---------------------|----------------------------------|----------------|
| 475 | JUCELITO CARDOSO | 014.551.289-45 |
| 45 | JUCEMAR PETROSKI | 079.683.789-90 |
| 367 | JUCINEI MAZON ALBERTON | 005.116.629-12 |
| 100 | JULCÉIA RIBEIRO | 053.941.019-57 |
| 43 | JULIA RIBEIRO FRETTE | 077.840.279-74 |
| 41 | JULIANA BERNARDES MEZARI | 089.879.019-04 |
| 49 | JULIANA CARDOSO HOFFMANN | 087.265.639-08 |
| 561 | JULIANA DA ROSA PEDRO VAZ FRANCO | 009.540.789-85 |
| 393 | JULIANA DA SILVA TIXEIRA | 069.135.609-23 |
| 436 | JULIANA DUARTE BERNARDO | 060.917.059-70 |
| 620 | JULIANA SEVERINO NEVES | 037.429.499-26 |
| 604 | JULIANO OLIVEIRA CRAVO | 024.208.859-70 |
| 113 | JULIO CESAR BONETTI | 015.486.809-40 |
| 82 | JULIO CESAR MARQUES | 054.417.249-35 |
| 530 | KARENINA SOARES BARRIOS | 987.803.870-04 |
| 240 | KARINA BORGES CASTAGNETTI | 062.247.029-93 |
| 69 | KARINA GALLI MARTIGNAGO | 025.681.269-14 |
| 91 | KARINA GARCIA DE SOUZA | 091.406.779-66 |
| 369 | KARINA ZOMER REZIN | 100.478.889-46 |
| 317 | KARINE DUTRA | 042.159.109-94 |
| 389 | KATIA APARECIDA SELAU DA SILVA | 032.451.229-50 |
| 608 | KELLEN DE COSTA MARIOT | 057.061.039-76 |
| 162 | KELVIN GUESSI DOMICIANO | 057.851.569-54 |
| 353 | KELY CRISTINA ZANELATO VIANA | 896.417.879-34 |
| 174 | KIM UGIONI KAWABATA | 079.677.529-02 |
| 371 | LAERT DA SILVA LUIZ | 041.102.539-26 |

Data de Geração do Relatório: 25/06/2015 14:28:31

Razão Social: Câmara Municipal de Urussanga

Concurso: CONCURSO PÚBLICO DESTINADO A PROVER VAGAS PARA O QUADRO PERMANENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE URUSSANGA E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE

Total de Inscrições Homologadas: 443

| Código de Inscrição | Nome | CPF |
|---------------------|--------------------------------|----------------|
| 485 | LARISSA BIERNATSKI | 042.752.299-40 |
| 160 | LARISSA CUNHA MILANEZ GUIZZO | 037.203.869-70 |
| 145 | LARISSA FERNANDA BAYERL | 069.737.489-02 |
| 1 | LARISSA XAVIER TEIXEIRA | 083.879.259-69 |
| 359 | LEANDERSON VIEIRA ROSALINO | 065.171.869-48 |
| 472 | LEANDRO TEIXEIRA FERREIRA | 091.752.549-30 |
| 338 | LEONARDO DOS SANTOS BURATO | 078.998.119-02 |
| 64 | LEONARDO LUIZ FARIAS | 076.564.969-12 |
| 403 | LEONARDO MAZUCO | 092.485.379-44 |
| 181 | LEONARDO PANDINI MAZZUCO | 051.393.619-06 |
| 173 | LEONARDO PRAVATO | 060.209.129-22 |
| 227 | LETÍCIA FRECCIA DE FREITAS | 082.743.029-90 |
| 414 | LETICIA ROSSI RIGHETTO | 070.540.439-01 |
| 35 | LIANA GESING NIEHUES | 005.985.809-56 |
| 506 | LILIAN FERNANDES MANOEL | 082.366.289-65 |
| 373 | LISIANA APARECIDA BERNARDO | 039.180.969-55 |
| 216 | LIZANDRA DE OLIVEIRA PEREIRA | 008.479.599-96 |
| 559 | LIZIANY DA SILVA | 009.893.689-12 |
| 434 | LOIRANA MARIA ROVARIS CARVALHO | 039.395.419-66 |
| 458 | LUAN APARECIDO BALLICO | 045.523.299-79 |
| 557 | LUANA CANCELLIER PERUCHI | 069.304.389-01 |
| 214 | LUANA DE SOUZA CREPALDI | 065.876.979-09 |
| 524 | LUANA GASPAR SOARES | 039.678.379-12 |
| 283 | LUANA GOMES | 063.626.669-92 |
| 440 | LUANA PAGANI | 068.348.979-84 |
| 459 | LUANA SPRICIGO FURLAN | 080.325.279-07 |

Data de Geração do Relatório: 25/06/2015 14:28:31

Razão Social: Câmara Municipal de Urussanga

Concurso: CONCURSO PÚBLICO DESTINADO A PROVER VAGAS PARA O QUADRO PERMANENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE URUSSANGA E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE

Total de Inscrições Homologadas: 443

| Código de Inscrição | Nome | CPF |
|---------------------|-----------------------------------|----------------|
| 490 | LUANA VARGAS RAUPP DA SILVA | 088.377.999-42 |
| 536 | LUCAS BENINCÁ AGASSI | 096.179.399-67 |
| 146 | LUCAS EDUARDO BORGES | 090.526.969-18 |
| 112 | LUCAS MILANEZ DE SOUZA | 055.659.439-81 |
| 344 | LUIS ANTONIO NUNES | 068.858.519-14 |
| 183 | LUIS DA CRUZ | 550.991.909-44 |
| 137 | LUIS FILIPE BONETTI | 095.100.439-58 |
| 347 | LUÍS GUSTAVO PILA D'ALOIA | 226.206.258-74 |
| 484 | LUIZ FERNANDO DE MATTIA BORGES | 096.392.239-48 |
| 511 | LUIZ FERNANDO GONÇALVES | 052.940.269-61 |
| 126 | LUIZ FERNANDO MONTEDO | 040.631.039-43 |
| 381 | LUIZ GUSTAVO NOGAREDO DA SILVA | 097.181.279-92 |
| 539 | MAICON DOS SANTOS BORGES | 064.190.399-59 |
| 326 | MAICON JULIANO DE SOUZA DANDOLINI | 803.001.110-53 |
| 443 | MAICON MARQUES CEMOLIN | 051.013.739-31 |
| 567 | MAICON REDIVO MENDES | 063.020.209-56 |
| 328 | MANOELA ROCHA FERREIRA | 093.504.259-80 |
| 63 | MARA RUBIA LEOPOLDO DA SILVA | 816.842.079-91 |
| 522 | MARALICE BITTENCOURT | 062.378.059-31 |
| 255 | MARCÉLI DE SOUZA LOPES | 045.989.189-85 |
| 218 | MARCELLO MAZZUCCO | 089.419.239-64 |
| 315 | MÁRCIO JOSÉ ALVES | 016.511.481-98 |
| 118 | MARCIO JOSE BAGIO DE OLIVEIRA | 963.952.309-72 |
| 305 | MARCO ANTÔNIO MARTINS MARCELINO | 082.017.189-17 |
| 566 | MARCOS PEREIRA MINSKY | 460.845.687-34 |
| 556 | MARIA CACILDA DALLÓ | 633.810.369-04 |

Data de Geração do Relatório: 25/06/2015 14:28:31

Razão Social: Câmara Municipal de Urussanga

Concurso: CONCURSO PÚBLICO DESTINADO A PROVER VAGAS PARA O QUADRO PERMANENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE URUSSANGA E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE

Total de Inscrições Homologadas: 443

| Código de Inscrição | Nome | CPF |
|---------------------|---------------------------------|----------------|
| 215 | MARIA CAROLINA DOS SANTOS COSTA | 064.830.379-96 |
| 122 | MARIA CLAUDIA VIEIRA BERTACO | 819.163.290-04 |
| 290 | MARIA CRISTINA FERREIRA DOS | 009.282.619-99 |
| 366 | MARIA DAMIANI MARTINS BEZ BATTI | 743.438.409-30 |
| 387 | MARIA LUIZA DA ROLT | 036.623.319-00 |
| 473 | MARIA RITA TEZA CANEVER | 113.880.659-59 |
| 258 | MARIANA BONETTI | 039.634.699-51 |
| 74 | MARIANA KROETZ | 062.187.089-77 |
| 132 | MARIANA RODRIGUES BUDAL | 060.641.609-93 |
| 114 | MARIANA SILVA | 066.220.819-64 |
| 111 | MARIANE | 008.791.409-33 |
| 622 | MARIANE BARBOSA LODETTI | 055.009.759-78 |
| 439 | MARICELMA APARECIDA RIBEIRO | 692.361.439-20 |
| 89 | MARIELE VENHOLD PÍCOLO | 058.998.099-81 |
| 582 | MARILIA DE BONA ZISINIO | 072.822.979-08 |
| 123 | MARINA DE MELLO BORSATTO | 067.687.469-01 |
| 510 | MARIO BIERNATSKI | 339.805.199-53 |
| 451 | MARIZÉLIA MATUCHAKI DORREGÃO | 054.091.359-62 |
| 551 | MARLENE ZANNIN | 201.047.319-15 |
| 20 | MATHEUS FERNANDES ALVES JESUS | 335.110.768-46 |
| 209 | MAXSANDRO APOLINARIO | 035.341.479-44 |
| 297 | MICHEL BOZELO | 075.152.699-10 |
| 19 | MICHELA ANDRADE FERREIRA | 054.109.319-39 |
| 236 | MIRELA CRISTINA RODRIGUES | 054.418.329-08 |
| 57 | MIRELE MADALENA JOSINO | 043.138.229-84 |
| 296 | MONIQUE ANTUNES DE SOUZA | 069.628.939-30 |

Data de Geração do Relatório: 25/06/2015 14:28:31

Razão Social: Câmara Municipal de Urussanga

Concurso: CONCURSO PÚBLICO DESTINADO A PROVER VAGAS PARA O QUADRO PERMANENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE URUSSANGA E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE

Total de Inscrições Homologadas: 443

| Código de Inscrição | Nome | CPF |
|---------------------|--------------------------------|----------------|
| 474 | MORGANA BADA CALDAS | 043.703.489-51 |
| 116 | MURILO PADOIN CORRÊA | 086.500.149-92 |
| 516 | MURILO ROMAGNA CAMILO | 108.403.539-10 |
| 558 | NADIR FERREIRA ZAPPELLINI | 530.952.439-87 |
| 368 | NATALIA ALBERTON DORIGON | 071.498.399-32 |
| 543 | NATANAEL DE MEDEIROS | 096.340.869-00 |
| 432 | NATYARA CARDOSO ANTUNES | 072.896.679-48 |
| 133 | NELCIMAR BILHARVA KONIG | 010.394.350-17 |
| 614 | NICOLE MARTIGNAGO SALEH | 003.836.829-32 |
| 531 | OTTO LUÍS BOUTROS | 430.258.540-49 |
| 351 | PABLO SOUZA ALVES | 974.429.680-15 |
| 184 | PATRICIA MAZZUCO MARIA MORAIS | 048.188.989-29 |
| 346 | PATRIK FIGUEREDO | 070.317.109-79 |
| 610 | PATRIQUE MARCILINO SALVATO | 083.421.259-55 |
| 25 | PAULO HENRIQUE PELEGIM BUSSOLO | 092.743.889-50 |
| 514 | PEDRO FRANCISCO MENDES ROCHO | 030.513.229-62 |
| 564 | PIERRE SANTOS DA SILVEIRA | 822.770.010-15 |
| 321 | POLLYNI RICKEN | 068.769.179-67 |
| 270 | PRISCILLA SEMONETTI PIZZETTI | 074.768.219-47 |
| 55 | RAFAEL LENZI | 039.168.379-90 |
| 413 | RAFAELA DE NONI | 051.168.129-10 |
| 489 | RALF OTACILIO | 092.490.049-07 |
| 251 | RAMON DA SILVA | 025.153.519-30 |
| 244 | RAMON FERNANDES LUIZ | 048.713.559-85 |
| 228 | RAPHAEL DOS SANTOS | 044.688.549-52 |
| 271 | RAYANA RODRIGUES BITENCOURT | 051.981.499-18 |

Data de Geração do Relatório: 25/06/2015 14:28:31

Razão Social: Câmara Municipal de Urussanga

Concurso: CONCURSO PÚBLICO DESTINADO A PROVER VAGAS PARA O QUADRO PERMANENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE URUSSANGA E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE

Total de Inscrições Homologadas: 443

| Código de Inscrição | Nome | CPF |
|---------------------|--------------------------------|----------------|
| 447 | RENAN MARGOTTI MENDONÇA | 070.842.229-28 |
| 217 | RENAN NASPOLINI BERNARDO | 057.429.879-78 |
| 8 | RENAN PLÍNIO LINHARES | 081.957.199-70 |
| 497 | RENATA CAMPOS KLAHMANN | 033.122.739-86 |
| 358 | RENATA DA SILVA DA ROSA | 044.163.079-00 |
| 553 | RENATA MARTINS CAÇADOR | 060.363.869-40 |
| 621 | RENATO GUESSI DOMICIANO | 057.528.609-11 |
| 105 | RENATO LEMOS BORDINI | 005.096.729-06 |
| 138 | RHANGEL SANGALETI | 052.519.899-70 |
| 96 | RICARDO COMIN FERRO | 052.726.849-66 |
| 569 | RICARDO RABELLO DE ASSUNCAO | 081.250.899-85 |
| 464 | RICARDO SPILERE COSTA | 046.323.569-05 |
| 599 | RICHARD DASSOLER LIMA | 083.492.889-22 |
| 525 | RICHARD OTACILIO | 092.488.819-98 |
| 62 | ROBBERT ROY FAUSTINO | 058.719.929-60 |
| 33 | ROBERTO CREMA FONTANELA | 017.832.129-00 |
| 388 | ROBERTO MORAES IENCZAK | 014.785.110-60 |
| 127 | ROBSON FELIPE MARIOT BELLOLI | 069.426.789-96 |
| 324 | RODOLFO BEZ BATTI DE PELLEGRIN | 852.011.899-20 |
| 590 | RODRIGO ANTUNES PARIS | 087.233.429-51 |
| 594 | RODRIGO DIAS MEDEIROS | 029.001.489-10 |
| 354 | RODRIGO MAGISTRALLI MACEDO | 007.831.819-06 |
| 441 | RODRIGO MARTINS DA SILVA | 087.180.299-65 |
| 18 | RODRIGO RIBEIRO MELO | 938.661.860-53 |
| 486 | ROGÉRIO BATISTA SOARES | 628.854.309-82 |
| 617 | ROGERIO SOUZA FRANCISCO | 051.587.949-52 |

Data de Geração do Relatório: 25/06/2015 14:28:31

Razão Social: Câmara Municipal de Urussanga

Concurso: CONCURSO PÚBLICO DESTINADO A PROVER VAGAS PARA O QUADRO PERMANENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE URUSSANGA E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE

Total de Inscrições Homologadas: 443

| Código de Inscrição | Nome | CPF |
|---------------------|----------------------------------|----------------|
| 259 | ROSAMONTE COLOMBO MOTTA | 714.200.299-91 |
| 308 | ROSANGELA MARANGONI DE LORENZI | 019.358.759-90 |
| 419 | ROSEANE ROBERTA HERR RAUPP | 754.481.069-00 |
| 375 | ROSIANE BECKER RABELLO | 053.342.719-37 |
| 36 | ROSINETE GESING NIEHUES | 469.893.669-15 |
| 194 | ROZILDA CARDOSO DOS SANTOS | 396.053.962-20 |
| 266 | RUBENS MAZZUCCHETTI RODRIGUES | 047.878.439-23 |
| 348 | SABRINA DA SILVA | 078.639.879-54 |
| 309 | SALEZIO MENDES | 489.194.629-68 |
| 407 | SAMANTA BERNARDO DUARTE | 056.038.169-70 |
| 285 | SAMARA SPADA | 042.475.139-90 |
| 596 | SAMIRA FREITAS | 018.130.619-04 |
| 591 | SANDERSON OLIVEIRA DE SOUSA | 094.091.899-42 |
| 168 | SANDRA MARTINS | 019.742.259-41 |
| 430 | SANTOS RONCÁLIS ANTUNES DO | 015.515.639-08 |
| 508 | SARAH LUIZA TRENTINI CARNEIRO | 042.392.009-03 |
| 444 | SCHÉLBIA FERNANDA DA ROSA CORREA | 046.968.699-54 |
| 422 | SIDELMA FERREIRA DA SILVA | 068.308.719-30 |
| 597 | SIMONE PIAN MAZZUCCO | 026.592.179-12 |
| 115 | SINARA ELIAS FRECCIA | 818.121.839-68 |
| 456 | SIVANDRO FACHIN DEBIASI | 072.932.479-66 |
| 148 | SORAIA SANTOS CRUZ | 840.418.031-87 |
| 538 | STEFANO FERRO CONSTANTINO | 086.641.389-82 |
| 420 | SUELEN DE ABREU INÁCIO | 071.238.359-05 |
| 197 | SUELI SILVA DE JESUS | 116.531.126-70 |
| 380 | TAÍLA COLOMBO LAUREANO | 092.706.539-86 |

Data de Geração do Relatório: 25/06/2015 14:28:31

Razão Social: Câmara Municipal de Urussanga

Concurso: CONCURSO PÚBLICO DESTINADO A PROVER VAGAS PARA O QUADRO PERMANENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE URUSSANGA E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE

Total de Inscrições Homologadas: 443

| Código de Inscrição | Nome | CPF |
|---------------------|----------------------------------|----------------|
| 501 | TAINARA DA SILVA ELIAS | 099.215.299-27 |
| 481 | TAINE SOUZA CEOLIN | 076.628.739-43 |
| 482 | TAISE VERONEZI BASCHIROTTO | 061.106.159-78 |
| 31 | TALITA SMIELEVSKI CASAGRANDE | 077.663.169-19 |
| 528 | TATIANE ABATI JESUINA | 064.265.719-03 |
| 300 | THAISE CITTADIN FIGUEIREDO | 053.041.029-08 |
| 588 | THIAGO DOS SANTOS SILVA | 080.159.529-05 |
| 496 | THIAGO HENRIQUE DE OLIVEIRA REIS | 921.644.203-49 |
| 322 | THIAGO VILLAFANE DE ALMEIDA | 714.401.271-15 |
| 460 | TIAGO ZEFERINO BORGES | 010.139.599-06 |
| 190 | TUANY COSTA PEDROSO | 076.346.059-13 |
| 130 | VALDIRENE MAGAGNIN | 030.655.269-80 |
| 201 | VALÉRIA DE SOUZA CUSTÓDIO | 058.059.789-03 |
| 56 | VALTER LUIS NESI | 433.024.169-20 |
| 51 | VANDERLEI CARDOSO ROCHA JUNIOR | 070.002.219-84 |
| 476 | VANESSA AGUIAR MACHADO | 065.073.689-38 |
| 188 | VICTOR BARCELLOS HENRIQUE | 047.365.519-50 |
| 16 | VICTOR FRETTE | 100.405.359-24 |
| 580 | VICTOR HUGO GASTALDON | 089.486.049-61 |
| 500 | VINICIUS PATEL | 091.531.949-77 |
| 327 | VIVIANE VIEBRANZ CONFORTI | 003.337.880-01 |
| 250 | WILLIAM FARIAS MARTINS | 075.999.239-85 |
| 519 | WILLIAM MOTA TEIXEIRA | 087.981.679-10 |
| 314 | WILLIAN DE BONA MARCHET | 028.383.149-98 |
| 88 | XENIA BETT MIRANDA | 044.731.909-43 |
| 140 | YARA REGINA MARTINS | 653.148.329-68 |

Data de Geração do Relatório: 25/06/2015 14:28:31

Razão Social: Câmara Municipal de Urussanga

Concurso: CONCURSO PÚBLICO DESTINADO A PROVER VAGAS PARA O QUADRO PERMANENTE DA
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE URUSSANGA E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE

Total de Inscrições Homologadas: 443

| Código de Inscrição | Nome | CPF |
|------------------------|------------------------|----------------|
| 220 | YARA SOETHE | 084.493.449-64 |
| 465 | ZÉLIA DE LUCCA DEBIASI | 344.760.409-34 |

Videira

PREFEITURA

ANULAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 88/2015-PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 88/2015-PMV
ANULAÇÃO

O Prefeito Municipal de Videira comunica aos interessados que a licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 88/2015-PMV, a qual tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS E MÃO DE OBRA PARA CONserto DO CAMINHÃO MERCEDES BENS, MODELO 1620 LK TOCO COM TANQUE, PLACA MBH 7204, ANO DE FABRICAÇÃO 2001, FROTA 84 DA SECRETARIA DE AGRICULTURA foi anulada. Informações na Av. Manoel Roque, nº 188, fone (49) 3566-9034 ou 3566-9012.

Videira, 29 de junho de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

de 29 de junho de 2015.

Parágrafo único. Os créditos abertos deverão corresponder à efetiva arrecadação, segundo a liberação financeira dos recursos provenientes da operação de crédito, atendido o critério disposto no caput deste artigo.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 29 de junho de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 29 dias do mês de junho de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

DECRETO Nº 12.146/15

DECRETO Nº 12.146/15, DE 29 DE JUNHO DE 2015.

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Município de Videira.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 3.255/15, de 29 de junho de 2015.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento da Prefeitura Municipal de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 3.800.000,00 (Três milhões e oitocentos mil reais), à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

| | |
|---|--------------|
| 09 – Secretaria Municipal de Infraestrutura | |
| 01 – Departamento de Obras e Serviços Urbanos | |
| 1.015 – Restauração e Pavimentação de Vias Urbanas | |
| 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0061.0 – Aplicações Diretas | 2.712.583,32 |
| 09 – Secretaria Municipal de Infraestrutura | |
| 01 – Departamento de Obras e Serviços Urbanos | |
| 2.052 – Manutenção de Estradas Vicinais | |
| 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0061.0 – Aplicações Diretas | 1.087.416,68 |
| TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES | 3.800.000,00 |

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá a conta do provável excesso de arrecadação decorrente de operação de crédito junto ao BADESC – Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S.A, no valor de R\$ 3.800.000,00 (Três milhões e oitocentos mil reais).

Art. 3º De acordo com a Lei 4.320/1964, artigo 43, parágrafo 1º, inciso IV, serviram como recursos para abertura do crédito adicional suplementar de que trata o presente Decreto as receitas provenientes da Operação de crédito autorizada pela Lei nº 3.254/15,

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 100/2015

Ata de Registro de Preços nº: 100/2015

Data de Assinatura: 18.06.2015

Fornecedor....: Trator Esperança Com. de Peças para Tratores Ltda.

Valor : R\$ 10.621,65

Licitação : Pregão Presencial nº 71/2015-PMV

Vigência : Início: 18.06.2015 Término: 18.06.2016

Objeto : REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE FILTROS AUTOMOTIVOS, DE FORMA PARCELADA, PARA O ÓRGÃO GERENCIADOR MUNICÍPIO DE VIDEIRA (SECRETARIA DE AGRICULTURA, TURISMO E CULTURA, POLICIA MILITAR E BOMBEIROS) E PARA OS ÓRGÃOS PARTICIPANTES (FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL).

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 101/2015

Ata de Registro de Preços nº: 101/2015

Data de Assinatura: 18.06.2015

Fornecedor....: Júlio Silvestri Filho ME

Valor : R\$ 673,40

Licitação : Pregão Presencial nº 71/2015-PMV

Vigência : Início: 18.06.2015 Término: 18.06.2016

Objeto : REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE FILTROS AUTOMOTIVOS, DE FORMA PARCELADA, PARA O ÓRGÃO GERENCIADOR MUNICÍPIO DE VIDEIRA (SECRETARIA DE AGRICULTURA, TURISMO E CULTURA, POLICIA MILITAR E BOMBEIROS).

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 102/2015

Ata de Registro de Preços nº: 102/2015

Data de Assinatura: 26.06.2015

Fornecedor....: Siga Bem Distribuidora de Lubrificantes Ltda.

Valor : R\$ 78.647,50

Licitação : Pregão Presencial nº 75/2015-PMV

Vigência : Início: 26.06.2015 Término: 26.06.2016

Objeto : REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÕES FUTURAS DE ÓLEOS LUBRIFICANTES, DE FORMA PARCELADA, PARA O

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE VIDEIRA (SECRETARIAS DE AGRICULTURA, EDUCAÇÃO E INFRAESTRUTURA) E PARA OS ÓRGÃOS PARTICIPANTES (FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL).

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 103/2015

Ata de Registro de Preços nº: 103/2015

Data de Assinatura: 26.06.2015

Fornecedor....: Maucor Distribuidora de Lubrificantes Ltda.

Valor : R\$ 149.841,40

Licitação : Pregão Presencial nº 75/2015-PMV

Vigência : Início: 26.06.2015 Término: 26.06.2016

Objeto : REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÕES FUTURAS DE ÓLEOS LUBRIFICANTES, DE FORMA PARCELADA, PARA O ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE VIDEIRA (SECRETARIAS DE AGRICULTURA, EDUCAÇÃO E INFRAESTRUTURA) E PARA O ÓRGÃO PARTICIPANTE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 99/2015

Ata de Registro de Preços nº: 99/2015

Data de Assinatura: 18.06.2015

Fornecedor....: Filtrosul Comércio de Filtros Ltda.

Valor : R\$ 15.704,15

Licitação : Pregão Presencial nº 71/2015-PMV

Vigência : Início: 18.06.2015 Término: 18.06.2016

Objeto : REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE FILTROS AUTOMOTIVOS, DE FORMA PARCELADA, PARA O ÓRGÃO GERENCIADOR MUNICÍPIO DE VIDEIRA (SECRETARIA DE AGRICULTURA, TURISMO E CULTURA, POLICIA MILITAR E BOMBEIROS) E PARA OS ÓRGÃOS PARTICIPANTES (FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL).

EXTRATO CONTRATO Nº 115/2015

Contrato nº: 115/2015

Data de Assinatura: 16.06.2015

Fornecedor....: Locomaq Com. e Locação de Máquinas e Equip. Ltda.

Valor : R\$ 6.206,00

Licitação : Pregão nº 77/2015-PMV

Vigência : Início: 16.06.2015 Término: 31.12.2015

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS PARA CONserto DA MOTONIVELADORA HWB 140M, FROTA 61, DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA.

EXTRATO CONTRATO Nº 116/2015

Contrato nº: 116/2015

Data de Assinatura: 16.06.2015

Fornecedor....: Carboni Veículos Ltda.

Valor : R\$ 196.200,00

Licitação : Pregão nº 68/2015-PMV

Vigência : Início: 16.06.2015 Término: 31.12.2015

Objeto : AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA USO DO ÓRGÃO GERENCIADOR MUNICÍPIO DE VIDEIRA (SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E CORPO DE BOMBEIROS MILITAR) E ÓRGÃO PARTICIPANTE (FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE).

EXTRATO CONTRATO Nº 117/2015

Contrato nº: 117/2015

Data de Assinatura: 16.06.2015

Fornecedor....: Magavel Magarinos Veículos Ltda.

Valor : R\$ 81.200,00

Licitação : Pregão nº 68/2015-PMV

Vigência : Início: 16.06.2015 Término: 31.12.2015

Objeto : AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA USO DO ÓRGÃO GERENCIADOR MUNICÍPIO DE VIDEIRA (SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO E DE TURISMO E CULTURA).

EXTRATO CONTRATO Nº 118/2015

Contrato nº: 118/2015

Data de Assinatura: 16.06.2015

Fornecedor....: Auto Elite Ltda – Filial 07

Valor : R\$ 53.400,00

Licitação : Pregão nº 68/2015-PMV

Vigência : Início: 16.06.2015 Término: 31.12.2015

Objeto : AQUISIÇÃO DE VEÍCULO PARA USO DO ÓRGÃO GERENCIADOR MUNICÍPIO DE VIDEIRA (ORTRAVI).

EXTRATO CONTRATO Nº 119/2015

Contrato nº: 119/2015

Data de Assinatura: 16.06.2015

Fornecedor....: De Marco Ltda.

Valor : R\$ 119.400,00

Licitação : Pregão nº 68/2015-PMV

Vigência : Início: 16.06.2015 Término: 31.12.2015

Objeto : AQUISIÇÃO DE VEÍCULO PARA USO DO ÓRGÃO PARTICIPANTE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

EXTRATO CONTRATO Nº 120/2015

Contrato nº: 120/2015

Data de Assinatura: 16.06.2015

Fornecedor....: Marcopolo S.A.

Valor : R\$ 214.000,00

Licitação : Pregão nº 68/2015-PMV

Vigência : Início: 16.06.2015 Término: 31.12.2015

Objeto : AQUISIÇÃO DE VEÍCULO PARA USO DO ÓRGÃO PARTICIPANTE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

EXTRATO CONTRATO Nº 121/2015

Contrato nº: 121/2015

Data de Assinatura: 16.06.2015

Fornecedor....: Santa Paulina Strasbourg Veículos Ltda – Filial 07

Valor : R\$ 125.900,00

Licitação : Pregão nº 68/2015-PMV

Vigência : Início: 16.06.2015 Término: 31.12.2015

Objeto : AQUISIÇÃO DE VEÍCULO PARA USO DO ÓRGÃO PARTICIPANTE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

EXTRATO CONTRATO Nº 122/2015

Contrato nº: 122/2015

Data de Assinatura: 18.06.2015

Fornecedor....: Locomaq Com. e Locação de Máquinas e Equipamentos Ltda.

Valor : R\$ 4.685,00

Licitação : Pregão nº 78/2015-PMV

Vigência : Início: 18.06.2015 Término: 31.12.2015

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA RECUPERAR O COMANDO HIDRAULICO DE CARREGADEIRA 55A DO TRATOR PÁ ARTICULADA, MARCA CLARK, FROTA 174, DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA.

EXTRATO CONTRATO Nº 123/2015

Contrato nº: 123/2015

Data de Assinatura: 18.06.2015

Fornecedor....: Valesan Materiais Para Construção Ltda – Filial Videira

Valor : R\$ 7.700,62

Licitação : Pregão nº 79/2015-PMV

Vigência : Início: 18.06.2015 Término: 31.12.2015

Objeto : AQUISIÇÃO DE TELHAS PARA SUBSTITUIÇÃO DO TELHADO NAS DEPENDÊNCIAS DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA.

EXTRATO CONTRATO Nº 124/2015

Contrato nº: 124/2015

Data de Assinatura: 18.06.2015

Fornecedor....: Chapeação Trentin Ltda.

Valor : R\$ 7.950,00

Licitação : Pregão nº 06/2015-FMAS

Vigência : Início: 18.06.2015 Término: 31.12.2015

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS E MÃO DE OBRA PARA CONserto DO VEÍCULO KOMBI, PLACAS MFK 4208, FROTA 148, DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

EXTRATO CONTRATO Nº 125/2015

Contrato nº: 125/2015

Data de Assinatura: 19.06.2015

Fornecedor....: Odete Ana Lopes de Lima ME

Valor : R\$ 24.900,00

Licitação : Pregão nº 80/2015-PMV

Vigência : Início: 19.06.2015 Término: 31.12.2015

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ORGANIZAÇÃO, REALIZAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE FEIRAS MULTISSETORIAIS OU SETORIAIS, OBJETIVANDO A COMERCIALIZAÇÃO DE ESTANDES INTERNOS E EXTERNOS E ESPAÇOS EXPOSITIVOS DA EXPOVIDEIRA 2015.

EXTRATO CONTRATO Nº 126/2015

Contrato nº: 126/2015

Data de Assinatura: 22.06.2015

Fornecedor....: Combustíveis Scariot III Ltda.

Valor : R\$ 4.965,00

Licitação : Pregão nº 82/2015-PMV

Vigência : Início: 22.06.2015 Término: 31.12.2015

Objeto : AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS PARA AS VIATURAS PERTENCENTES AO CORPO DE BOMBEIROS DE VIDEIRA.

EXTRATO CONTRATO Nº 127/2015

Contrato nº: 127/2015

Data de Assinatura: 22.06.2015

Fornecedor....: Posto Dois Pinheiros Perdizes Ltda.

Valor : R\$ 17.755,00

Licitação : Pregão nº 82/2015-PMV

Vigência : Início: 22.06.2015 Término: 31.12.2015

Objeto : AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS PARA AS VIATURAS PERTENCENTES AO CORPO DE BOMBEIROS DE VIDEIRA.

EXTRATO CONTRATO Nº 128/2015

Contrato nº: 128/2015

Data de Assinatura: 23.06.2015

Fornecedor....: Florkar Máquinas e Equipamentos Ltda.

Valor : R\$ 24.510,00

Licitação : Pregão nº 76/2015-PMV

Vigência : Início: 23.06.2015 Término: 31.12.2015

Objeto : AQUISIÇÃO DE CORTADOR DE GRAMA MOTORIZADO AUTOPROPELIDO PARA SER UTILIZADO NAS ÁREAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO PELA SECRETARIA DE AGRICULTURA.

EXTRATO CONTRATO Nº 129/2015

Contrato nº: 129/2015

Data de Assinatura: 24.06.2015

Fornecedor....: Jota Quest Produções Artísticas e Fonográficas Ltda.

Valor : R\$ 133.357,00

Licitação : Inexigibilidade de Licitação nº 11/2015-PMV

Vigência : Início: 24.06.2015 Término: 31.12.2015

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE SHOW ARTÍSTICO COM A BANDA "JOTA QUEST", NO DIA 04 DE SETEMBRO DE 2015, NA SERP, VIDEIRA/SC - SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA.

EXTRATO CONTRATO Nº 130/2015

Contrato nº: 130/2015

Data de Assinatura: 25.06.2015

Fornecedor....: Sambô Produções Artísticas e Musicais Ltda.

Valor : R\$ 68.190,00

Licitação : Inexigibilidade de Licitação nº 12/2015-PMV

Vigência : Início: 25.06.2015 Término: 31.12.2015

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE SHOW ARTÍSTICO COM A BANDA "SAMBÔ", NO DIA 06 DE SETEMBRO DE 2015, NA SERP, VIDEIRA/SC, PELA SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA.

EXTRATO CONTRATO Nº 131/2015

Contrato nº: 131/2015

Data de Assinatura: 25.06.2015

Fornecedor....: Teló Shows Ltda.

Valor : R\$ 158.950,00

Licitação : Inexigibilidade de Licitação nº 13/2015-PMV

Vigência : Início: 25.06.2015 Término: 31.12.2015

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE SHOW ARTÍSTICO COM O ARTISTA "MICHEL TELÓ", NO DIA 05 DE SETEMBRO DE 2015, NA SERP, VIDEIRA/SC, PELA SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA.

HOMOLOGAÇÕES MÊS JUNHO.2015 - FMAS

O Município de Videira, através do Fundo Municipal de Assistência Social, no mês 06/2015, comunica a homologação dos seguintes atos:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2015-FMAS

PROCESSO Nº 7/2015

HOMOLOGAÇÃO: 03/06/2015

CONTRATANTE: FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE VIDEIRA

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS COM PEDIDOS PARCELADOS DE CESTAS BÁSICAS PARA SUBSISTÊNCIA A PESSOAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL E PARA ATENDIMENTO AO PROGRAMA DE ATENÇÃO BÁSICA AOS IDOSOS QUE RESIDEM NO MUNICÍPIO, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

CONTRATADO: AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA.

VALOR DA DESPESA: R\$ 149.920,81 (cento e quarenta e nove mil novecentos e vinte reais e oitenta e um centavos)

=====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2015-FMAS
PROCESSO Nº 8/2015

HOMOLOGAÇÃO: 18/06/2015

CONTRATANTE: FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE VIDEIRA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS E MÃO DE OBRA PARA CONserto DO VEÍCULO KOMBI, PLACAS MFK 4208, FROTA 148, DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

CONTRATADO: CHAPEACAO TRENTIN LTDA - ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 7.950,00 (sete mil novecentos e cinquenta reais)

Videira, 29/06/2015

Wilmar Carelli – Prefeito Municipal

HOMOLOGAÇÕES MÊS JUNHO.2015 - PMV

O Município de Videira no mês 06/2015, comunica a homologação dos seguintes atos:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 62/2015

PROCESSO Nº 89/2015

HOMOLOGAÇÃO: 01/06/2015

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO FUTURA DE EMPRESA PARA PRESTAR SERVIÇOS DE LIMPEZA DE FOSSAS SÉPTICAS E CAIXAS DE GORDURA E DESENTUPIMENTO DE REDE DE ESGOTO PARA O ÓRGÃO GERENCIADOR MUNICÍPIO DE VIDEIRA (SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO) E PARA O ÓRGÃO PARTICIPANTE (FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE).

CONTRATADO: WLPN TRANSPORTES DE RESIDUOS LTDA ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 136.123,00 (cento e trinta e seis mil cento e vinte e três reais)

=====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 64/2015

PROCESSO Nº 91/2015

HOMOLOGAÇÃO: 01/06/2015

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE TENDAS E BANHEIROS QUÍMICOS PARA SEREM UTILIZADOS NO 4º ENCONTRO DE CARROS ANTIGOS E CLÁSSICOS DE VIDEIRA, NO DIA 14 DE JUNHO DE 2015, PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E CULTURA.

CONTRATADO: ECOBAN - BANHEIROS QUIMICOS LTDA. ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 800,00 (oitocentos reais)

CONTRATADO: ZILIO EVENTOS ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 3.325,00 (três mil trezentos e vinte e cinco reais)

=====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 66/2015

PROCESSO Nº 94/2015

HOMOLOGAÇÃO: 01/06/2015

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FUTURA COM PEDIDOS PARCELADOS DE PEDRAS PARA SEREM UTILIZADAS NO CONserto DE CALÇAMENTOS, REPAROS DE PASSEIOS E DAS VIAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO, PELA SECRETARIA DE

INFRAESTRUTURA.

CONTRATADO: BRITAGEM VANZ LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 106.500,00 (cento e seis mil quinhentos reais)

CONTRATADO: BRITAGEM GASPAR LTDA - FILIAL 02

VALOR DA DESPESA: R\$ 87.250,00 (oitenta e sete mil duzentos e cinquenta reais)

=====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 68/2015

PROCESSO Nº 97/2015

HOMOLOGAÇÃO: 16/06/2015

OBJETO: AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS MODELOS DIVERSOS PARA USO DO ÓRGÃO GERENCIADOR MUNICÍPIO DE VIDEIRA (SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO, TURISMO E CULTURA, ORTRAVI, CORPO DE BOMBEIROS MILITAR) E ÓRGÃO PARTICIPANTE (FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE)

CONTRATADO: CARBONI VEICULOS LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 196.200,00 (cento e noventa e seis mil e duzentos reais)

CONTRATADO: DE MARCO LTDA.

VALOR DA DESPESA: R\$ 119.400,00 (cento e dezenove mil quatrocentos reais)

CONTRATADO: MARCOPOLLO S.A

VALOR DA DESPESA: R\$ 214.000,00 (duzentos e quatorze mil e reais)

CONTRATADO: MAGAVEL MAGARINO VEICULOS LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 81.200,00 (oitenta e um mil e duzentos reais)

CONTRATADO: AUTO ELITE LTDA (VIDEIRA)

VALOR DA DESPESA: R\$ 53.400,00 (cinquenta e três mil e quatrocentos reais)

CONTRATADO: SANTA PAULINA STRASBOURG VEICULOS LTDA.

VALOR DA DESPESA: R\$ 125.900,00 (cento e vinte e cinco mil e novecentos reais)

=====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 69/2015

PROCESSO Nº 98/2015

HOMOLOGAÇÃO: 02/06/2015

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS E MÃO DE OBRA PARA CONserto DE TRATOR DE ESTEIRA FD-9, ANO 1997, FROTA 94, DE USO DA SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE.

CONTRATADO: CHAPEMAQUINAS COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 21.536,00 (vinte e um mil quinhentos e trinta e seis reais)

=====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 70/2015

PROCESSO Nº 99/2015

HOMOLOGAÇÃO: 03/06/2015

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS E MÃO DE OBRA PARA CONserto DO TRATOR DE ESTEIRA FD-9, ANO 2002, FROTA 106, DE USO DA SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE.

CONTRATADO: LOCOMAQ COM. E LOCAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIP LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 61.702,94 (sessenta e um mil setecentos e dois reais e noventa e quatro centavos)

=====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 71/2015

PROCESSO Nº 100/2015

HOMOLOGAÇÃO: 18/06/2015

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE FILTROS AUTOMOTIVOS, DE FORMA PARCELADA, PARA O ÓRGÃO GERENCIADOR MUNICÍPIO DE VIDEIRA (SECRETARIA DE AGRICULTURA, TURISMO E CULTURA, POLÍCIA MILITAR E BOMBEIROS) E PARA OS ÓRGÃOS PARTICIPANTES (FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL).

CONTRATADO: FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS PEÇAS LTDA.

VALOR DA DESPESA: R\$ 15.704,15 (quinze mil setecentos e quatro reais e quinze centavos)

CONTRATADO: TRATOR ESPERANÇA COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATORES LTDA.

VALOR DA DESPESA: R\$ 10.621,65 (dez mil seiscentos e vinte e um reais e sessenta e cinco centavos)

CONTRATADO: JULIO SILVESTRI FILHO ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 673,40 (seiscentos e setenta e três reais e quarenta centavos)

=====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 72/2015

PROCESSO Nº 101/2015

HOMOLOGAÇÃO: 11/06/2015

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE MÓVEIS, DE FORMA PARCELADA, PARA O ÓRGÃO GERENCIADOR, MUNICÍPIO DE VIDEIRA (SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO, INFRAESTRUTURA, AGRICULTURA, TURISMO E CULTURA, ASSESSORIA JURÍDICA, EDUCAÇÃO E POLÍCIA MILITAR) E ÓRGÃOS PARTICIPANTES (FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL)

CONTRATADO: SLS COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA -

VALOR DA DESPESA: R\$ 10.278,00 (dez mil duzentos e setenta e oito reais)

CONTRATADO: FAMOVESC IND. E COM. DE MÓVEIS LTDA - ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 1.040,00 (um mil e quarenta reais)

CONTRATADO: DISMACENTER INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 99.560,00 (noventa e nove mil quinhentos e sessenta reais)

CONTRATADO: VW COMERCIO ATACADISTA LTDA - ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 27.896,00 (vinte e sete mil oitocentos e noventa e seis reais)

CONTRATADO: L.A. CN INFORMÁTICA LTDA ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 3.290,00 (três mil duzentos e noventa reais)

CONTRATADO: ALA COMERCIO LTDA - EPP

VALOR DA DESPESA: R\$ 1.096,00 (um mil e noventa e seis reais)

CONTRATADO: LUIS CESAR REIS - EPP

VALOR DA DESPESA: R\$ 9.900,00 (nove mil e novecentos reais)

=====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 73/2015

PROCESSO Nº 104/2015

HOMOLOGAÇÃO: 11/06/2015

OBJETO: AQUISIÇÃO DE ETIQUETAS EM POLIESTER PARA SEREM UTILIZADOS PELO DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.

CONTRATADO: FAZAN & CIA LTDA - EPP

VALOR DA DESPESA: R\$ 3.750,00 (três mil setecentos e cinquenta reais)

=====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 74/2015

PROCESSO Nº 105/2015

HOMOLOGAÇÃO: 12/06/2015

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, DE FORMA PARCELADA, PARA AS SECRETARIAS DE EDUCAÇÃO E INFRAESTRUTURA E PARA A POLÍCIA MILITAR.

CONTRATADO: VALESAN MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA (VIDEIRA)

VALOR DA DESPESA: R\$ 30.562,50 (trinta mil quinhentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos)

=====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 75/2015

PROCESSO Nº 106/2015

HOMOLOGAÇÃO: 26/06/2015

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÕES FUTURAS DE ÓLEOS LUBRIFICANTES, DE FORMA PARCELADA, PARA O ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE VIDEIRA (SECRETARIAS DE AGRICULTURA, EDUCAÇÃO E INFRAESTRUTURA) E PARA OS ÓRGÃOS PARTICIPANTES (FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL).

CONTRATADO: SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 78.647,50 (setenta e oito mil seiscentos e quarenta e sete reais e cinquenta centavos)

CONTRATADO: MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 149.841,40 (cento e quarenta e nove mil oitocentos e quarenta e um reais e quarenta centavos)

=====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 76/2015

PROCESSO Nº 108/2015

HOMOLOGAÇÃO: 23/06/2015

OBJETO: AQUISIÇÃO DE CORTADOR DE GRAMA MOTORIZADO AUTOPROPELIDO PARA SER UTILIZADO NAS ÁREAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO PELA SECRETARIA DE AGRICULTURA.

CONTRATADO: FLORKAR MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA.

VALOR DA DESPESA: R\$ 24.510,00 (vinte e quatro mil quinhentos e dez reais)

=====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 77/2015

PROCESSO Nº 109/2015

HOMOLOGAÇÃO: 16/06/2015

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS PARA CONserto DA MOTONIVELADORA HWB 140M, FROTA 61, DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA.

CONTRATADO: LOCOMAQ COM. E LOCAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIP LTDA.

VALOR DA DESPESA: R\$ 6.206,00 (seis mil duzentos e seis reais)

=====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 78/2015

PROCESSO Nº 110/2015

HOMOLOGAÇÃO: 18/06/2015

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA RECUPERAR O COMANDO HIDRAULICO DE CARREGADEIRA DO TRATOR PÁ ARTICULADA M.A MARCA CLARK, FROTA 174, DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA.

CONTRATADO: LOCOMAQ COM. E LOCAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIP LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 4.685,00 (quatro mil seiscentos e oitenta e cinco reais)

=====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 79/2015

PROCESSO Nº 112/2015

HOMOLOGAÇÃO: 18/06/2015

OBJETO: AQUISIÇÃO DE TELHAS PARA SUBSTITUIÇÃO DO TELHA DO NAS DEPENDÊNCIAS DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA.

CONTRATADO: VALESAN MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA (VIDEIRA)

VALOR DA DESPESA: R\$ 7.700,62 (sete mil e setecentos reais e sessenta e dois centavos)

=====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 80/2015

PROCESSO Nº 113/2015

HOMOLOGAÇÃO: 19/06/2015

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ORGANIZAÇÃO, REALIZAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE FEIRAS MULTISETORIAIS OU SETORIAIS, OBJETIVANDO A COMERCIALIZAÇÃO DE STANDS INTERNOS E EXTERNOS E ESPAÇOS EXPOSITIVOS DA EXPO VIDEIRA 2015.

CONTRATADO: ODETE ANA LOPES DE LIMA ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 24.900,00 (vinte e quatro mil e novecentos reais)

=====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 82/2015

PROCESSO Nº 115/2015

HOMOLOGAÇÃO: 22/06/2015

OBJETO: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS PARA AS VIATURAS PERTENCENTES AO CORPO DE BOMBEIROS DE VIDEIRA.

CONTRATADO: COMBUSTÍVEIS SCARIOT III LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 4.965,00 (quatro mil novecentos e sessenta e cinco reais)

CONTRATADO: POSTO DOIS PINHEIROS PERDIZES LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 17.755,00 (dezessete mil setecentos e cinquenta e cinco reais)

=====

Videira, 29/06/2015

WILMAR CARELLI - Prefeito Municipal

LEI Nº 3.254/15

LEI Nº 3.254/15, DE 29 DE JUNHO DE 2015

Autoriza o Poder Executivo Municipal a aderir ao Programa BADESC CIDADES e tomar empréstimo junto ao BADESC – AGÊNCIA DE FOMENTO DE SANTA CATARINA S/A e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA,

Faço saber a todos os Municípios que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a aderir ao Programa BADESC CIDADES.

Art. 2º A adesão ao Programa BADESC CIDADES propiciará o aporte de recursos ao Município para financiamento para melhorias na infraestrutura de ruas e estradas do Município.

Art. 3º Para atendimento das necessidades financeiras do programa de investimentos mencionados no artigo 2º fica o Poder Executivo autorizado a tomar empréstimo junto ao BADESC – Agência de Fomento de Santa Catarina S/A, com recursos do Programa BADESC CIDADES, até o montante de R\$ 3.800.000,00 (três milhões e oitocentos mil reais).

Parágrafo único - Em garantia aos empréstimos estabelecidos neste artigo, fica o Poder Executivo autorizado a oferecer a vinculação de quotas partes do ICMS e/ou FPM, para pagamento do principal, juros, tarifas bancárias e outros encargos da operação de crédito.

Art. 4º Para dar continuidade ao Programa BADESC CIDADES, o Poder Executivo consignará nos projetos de lei orçamentários dos anos subsequentes, as dotações necessárias a formação do Programa, bem como para cumprimento dos compromissos com encargos dos empréstimos tomados.

Art. 5º Por conta dos financiamentos estabelecidos no Artigo 3º desta Lei, o Município pagará encargos máximos de 5,5% (cinco vírgula cinco por cento) ao ano, acrescido da taxa SELIC (variação acumulada das taxas médias apuradas no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia, divulgada pelo Banco Central do Brasil), ou, no caso de sua extinção, o indexador que a substituir.

Art. 6º Os recursos provenientes da operação de crédito a que se refere esta Lei deverão ser consignados como receita no Orçamento ou em créditos adicionais, nos termos do inc. II, § 1º, art. 32, da Lei Complementar 101/2000.

Art. 7º Os orçamentos ou os créditos adicionais deverão consignar as dotações necessárias às amortizações e aos pagamentos dos encargos anuais, relativos aos contratos de financiamento a que se refere o artigo primeiro.

Art. 8º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais destinados a fazer face aos pagamentos de obrigações decorrentes da operação de crédito ora autorizada.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 29 de junho de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 29 dias do mês de junho de 2015.

VALMOR LUIZ DALL 'AGNOL
Secretário de Administração

LEI Nº 3.255/15

LEI Nº 3.255/15, DE 29 DE JUNHO DE 2015.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a Efetuar a Abertura de Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Município de Videira.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, faço saber a todos os munícipes que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento da Prefeitura Municipal de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 3.800.000,00 (Três milhões e oitocentos mil reais), à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

| | |
|---|--------------|
| 09 – Secretaria Municipal de Infraestrutura | |
| 01 – Departamento de Obras e Serviços Urbanos | |
| 1.015 – Restauração e Pavimentação de Vias Urbanas | |
| 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0061.0 – Aplicações Diretas | 2.712.583,32 |
| 09 – Secretaria Municipal de Infraestrutura | |
| 01 – Departamento de Obras e Serviços Urbanos | |
| 2.052 – Manutenção de Estradas Vicinais | |
| 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0061.0 – Aplicações Diretas | 1.087.416,68 |
| TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES | 3.800.000,00 |

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá a conta do provável excesso de arrecadação decorrente de operação de crédito junto ao BADESC – Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S.A, no valor de R\$ 3.800.000,00 (Três milhões e oitocentos mil reais).

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 29 de junho de 2015.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 29 dias do mês de junho de 2015.

VALMOR LUIZ DALL 'AGNOL
Secretário de Administração

PREGÃO PRESENCIAL Nº 92/2015-PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 92/2015 - PMV

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 92/2015 - PMV. 1. OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE LIXEIRAS METÁLICAS PARA LIXO DE PASSEIOS SEREM INSTALADAS NAS DIVERSAS RUAS DA CIDADE. SECRETARIA DE PLANEJAMENTO. 2. TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO. 3. ENTREGA/PROTOCOLO DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO: até as 16:00 horas do dia 10/07/2015. Abertura

da sessão no mesmo dia às 16:00 horas. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: www.videira.sc.gov.br. 5. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9026.

Videira/SC, 26 de Junho 2015.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO Nº 48/2015-PMV

Termo Aditivo nº 48/2015-PMV

Contrato/Ata nº: CT 126/2013

Processo: CC 01/2013-PMV

Contratada: VT ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA

Objeto: Prorrogação do prazo de vigência por mais 12 (doze) meses, com efeitos a partir de 06 de junho de 2015 até 06 de junho de 2016; e reajuste dos valores conforme da Cláusula 13ª através do INPC-IBGE acumulado nos últimos 12 meses, em 8,3407100%.

Valor R\$: 3.145.789,11

Data: 06/06/2015

TERMO ADITIVO Nº 49/2015-PMV

Termo Aditivo nº 49/2015-PMV

Contrato/Ata nº: CT 233/2014

Licitação: TP 13/2014

Contratada: MENDES E SUCKOW ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA

Objeto: Adequar material e mão-de-obra conforme solicitação, planilhas e quantitativos constantes na justificativa da Secretaria de Planejamento, importando aumento no percentual de 12% do valor total do contrato.

Valor: R\$ 55.295,20

Data: 08/06/2015

TERMO ADITIVO Nº 50/2015-PMV

Termo Aditivo nº 50/2015-PMV

Contrato/Ata nº: CT 442/2011

Licitação: TP 33/2011

Contratada: CONSÓRCIO GEOVIDEIRA - GEOMAI S GEOTECNOLOGIA LTDA

Objeto: Prorrogação do prazo de vigência do contrato por mais 202 (duzentos e dois) dias, com efeitos a partir de 12/06/2015 até 31/12/2015 conforme solicitação e justificativa da Secretaria de Planejamento.

Data: 09/06/2015

TERMO ADITIVO Nº 51/2015-FMS

Termo Aditivo nº 51/2015-FMS

Contrato/Ata nº: CT 114/2014

Licitação: PR 35/2014-FMS

Contratada: CLINICA MÉDICA HENNING LTDA

Objeto: Prorrogação do prazo de vigência do contrato por mais doze meses.

Valor: R\$ 42.120,00

Data: 10/06/2015

TERMO ADITIVO Nº 53/2015-FMS

Termo Aditivo nº 53/2015-FMS

Contrato/Ata nº: CT120/2014

Processo: IL 01/2014-FMS

Locador: THYSSENKRUPP ELEVADORES S.A.

Objeto: Prorrogação do prazo de vigência por mais 12 (doze) meses, com efeitos a partir de 17 de junho de 2015 até 17 de junho de 2016; e reajuste dos valores conforme da Cláusula 10ª através do IGP-M acumulado nos últimos 12 meses, em 4,104080%.

Valor: R\$ 4.072,55

Data: 16/06/2015

TERMO ADITIVO Nº 58/2015-PMV

Termo Aditivo nº 58/2015-PMV

Contrato/Ata nº: CT 192/2013

Licitação: PR 95/2013

Contratada: VIAÇÃO PETRÓPOLIS LTDA

Objeto: Aumento da quilometragem das Linhas 01, 03, 04, 05, 18, 28, devido à inclusão de alunos conforme solicitação e justificativa da Secretaria de Educação, parecer jurídico e despacho do Sr. Prefeito Municipal.

Valor: R\$ 77.655,56

Data: 29/06/2015

TERMO ADITIVO Nº 54/2015-FMS

Termo Aditivo nº 54/2015-FMS

Contrato/Ata nº: CT 124/2014

Processo: PR 39/2014-FMS

Locador: ORTOCLÍNICA SÃO LUCAS S/C

Objeto: Prorrogação do prazo de vigência por mais 12 (doze) meses, com efeitos a partir de 23 de junho de 2015 até 23 de junho de 2016; e reajuste dos valores conforme da Cláusula 10ª através do IGP-M acumulado nos últimos 12 meses, em 4,104080%.

Valor: R\$ 147,411,38

Data: 16/06/2015

TERMO ADITIVO Nº 59/2015-PMV

Termo Aditivo nº 59/2015-PMV

Contrato/Ata nº: CT 195/2013

Licitação: PR 95/2013

Contratada: Manenti Transportes e Serviços Ltda

Objeto: Aumento da quilometragem das Linhas 07 e 12, devido à inclusão de alunos conforme solicitação e justificativa da Secretaria de Educação, parecer jurídico e despacho do Sr. Prefeito Municipal.

Valor: R\$ 27.060,92

Data: 29/06/2015

TERMO ADITIVO Nº 55/2015-PMV

Termo Aditivo nº 55/2015-PMV

Contrato/Ata nº: CT 125/2014

Licitação: TP 08/2014

Contratada: VIGA PAVIMENTAÇÕES E OBRAS LTDA

Objeto: Prorrogação do prazo de vigência do contrato com efeitos a partir de 23/06/2015 até 31/12/2015 para aguardar a autorização de liberação e o repasse do Ministério do Turismo para pagamento à Contratada.

Data: 17/06/2015

TERMO ADITIVO Nº 60/2015-PMV

Termo Aditivo nº 60/2015-PMV

Contrato/Ata nº: CT 175/2013

Licitação: PR 96/2013

Contratada: Viação Petrópolis Ltda

Objeto: Aumento da quilometragem da Linha 02, devido à inclusão de alunos conforme solicitação e justificativa da Secretaria de Educação, parecer jurídico e despacho do Sr. Prefeito Municipal.

Valor: R\$ 12.104,74

Data: 29/06/2015

TERMO ADITIVO Nº 56/2015-PMV

Termo Aditivo nº 56/2015-PMV

Contrato/Ata nº: CT 199/2011

Licitação: TP 05/2011

Contratada: MENDES E SUCKOW ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA

Objeto: Prorrogar o prazo de vigência do contrato, previsto na Cláusula 6ª, com efeitos a partir de 30 de Junho de 2015 até 31 de dezembro de 2015, conforme justificativa apresentada pelas Secretarias de Planejamento e Desenvolvimento Econômico e Habitação..

Data: 19/06/2015

TERMO ADITIVO Nº 61/2015-PMV

Termo Aditivo nº 61/2015-PMV

Contrato/Ata nº: CT 177/2013

Licitação: PR 96/2013

Contratada: Manenti Transportes e Serviços Ltda

Objeto: Aumento da quilometragem das Linhas 04, 05, 06 devido à inclusão de alunos conforme solicitação e justificativa da Secretaria de Educação, parecer jurídico e despacho do Sr. Prefeito Municipal.

Valor: R\$ 19.179,45

Data: 29/06/2015

TERMO ADITIVO Nº 57/2015-PMV

Termo Aditivo nº 57/2015-PMV

Contrato/Ata nº: CT 408/2011

Licitação: CC 07/2011

Contratada: BETHA SISTEMAS LTDA

Objeto: Recompôr o equilíbrio econômico-financeiro, reajustando os preços dos serviços do item 29 - sistema de controle de frota em 4,104080%, através do IGP-M acumulado dos últimos 12 meses (junho/2014 a maio/2015).

Valor: R\$ 152,80

Data: 23/06/2015

Xanxerê

PREFEITURA

AVIDO DE LICITAÇÃO PREGÃO N° 0056/2015 AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE XANXERÊ-SC, nos termos da Lei Federal nº 10.520/02 e suas alterações, torna público que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Presencial nº 0056/2015, tendo como objeto Aquisição de Equipamentos de Proteção Individual para combate a Incêndio, destinados ao Corpo de Bombeiros Militar de Xanxerê. O recebimento das propostas será até as 13h45min, do dia 15/07/2015, no setor de protocolo e a abertura será realizada às 14:00 do mesmo dia. Retirada do Edital no site www.xanxere.sc.gov.br

Xanxerê-SC, 29 de junho de 2015.
Ademir José Gasparini
Prefeito Municipal.

Xavantina

PREFEITURA

ADENDO 01 EDITAL TP 02/2015 PMXV

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 38/2015 PMXV

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 02/2015 PMXV

Objeto: Contratação de escritório de advocacia para execução de serviços técnicos especializados para recuperação de créditos, através do levantamento de dados, realizando encaminhamento e acompanhamento administrativo e/ou judicial da recuperação financeira, em favor do Município de Xavantina/SC.

ADENDO Nº 01

O Município de Xavantina/SC, pessoa jurídica de direito público interno, situada à Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, através do Prefeito, Sr. Mauro Junes Poletto, TORNA PÚBLICO que:

Altera os Itens 1.2, 1.3, 1.4, 3.4 e 3.4.1 do edital do Processo Licitatório nº 38/2015 PMXV, modalidade Tomada de Preços nº 02/2015 PMXV, nos seguintes termos:

1 - Ficam alterados os Itens 1.2, 1.3, 1.4, 3.4 e 3.4.1 do Edital de Licitação em referência, na seguinte forma:

1.2. O recebimento dos Envelopes 01 – DOCUMENTAÇÃO será efetuada no Setor de Compras e Licitações da Prefeitura de Xavantina, situado na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, nº 163, Centro, na seguinte forma:

INTERESSADOS NÃO CADASTRADOS: ATÉ 27/07/2015. HORÁRIO LIMITE PARA PROTOCOLO: ATÉ 16:00 horas.

INTERESSADOS CADASTRADOS JUNTO AO MUNICÍPIO DE XAVANTINA ATÉ 30/07/2015. HORÁRIO LIMITE PARA PROTOCOLO: ATÉ 08:30 horas.

1.3. O recebimento do Envelope 02 – PROPOSTA contendo as propostas dos interessados se dará da seguinte forma:

INTERESSADOS CADASTRADOS E NÃO CADASTRADOS: ATÉ 30/07/2015. HORÁRIO LIMITE PARA PROTOCOLO: ATÉ 08:30 horas.

1.4 - O início da abertura dos Envelopes 01 – DOCUMENTAÇÃO, dar-se-á às 09:00 horas do dia 30 de julho de 2015, na Sala de Licitações da Prefeitura de Xavantina, situada no endereço indicado no subitem 1.1. Havendo a concordância de todos os proponentes com o resultado da fase de habilitação, bem como a desistência expressa de interposição de recursos, de acordo com o disposto no inciso III, art. 43 da Lei 8.666/93, formalizada na respectiva Ata ou Termo de Renúncia (modelo constante do anexo "B" deste Edital), proceder-se-á, nesta mesma data, à abertura dos Envelopes 02 – PROPOSTA, contendo as propostas dos proponentes habilitados.

3.4 – Os escritórios de advocacia que desejarem participar deste processo devem obrigatoriamente realizar CADASTRO junto ao Município de Xavantina, até as 16:00 horas do dia 27 de julho de 2015.

3.4.1 - Caso o escritórios de advocacia já tenha CADASTRO porém o mesmo esteja vencido, tem o mesmo prazo, até as 16:00 horas do dia 27 de julho de 2015 para regularizar seu cadastro.

3 – Todas as demais condições estabelecidas no edital continuam vigentes.

Xavantina/SC, em 30 de junho de 2015.

MAURO JUNES POLETO,
Prefeito Municipal.

VALMOR DE SOUZA
OAB/SC 12.717

ATA PP 22/2015 PMXV

ATA DA SESSÃO PÚBLICA DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 22/2015 PMXV. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA A POSSÍVEL PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, COM A APLICAÇÃO E FORNECIMENTO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS PARA A MANUTENÇÃO DA FROTA DE MÁQUINAS DO MUNICÍPIO E SEUS FUNDOS, SENDO PEÇAS GENUÍNAS DA MARCA DAS MÁQUINAS OU ORIGINAIS DE FÁBRICA OU PEÇAS HOMOLOGADAS PELAS MONTADORAS E, SERVIÇOS NO QUE SE REFERE À PARTE MECÂNICA, FUNILARIA, PINTURA, ELETRICIDADE, BOMBA E BICOS INJETORES, ESTOFARIA, TAPEÇARIA, SUSPENSÃO, LANTERNAGEM EM GERAL, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, COM QUANTITATIVOS E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS ESTABELECIDOS NOS TERMOS DO PRESENTE EDITAL E NO TERMO DE REFERÊNCIA - ANEXO "C" DESTE EDITAL.

Aos vinte e nove dias do mês de junho do ano de dois mil e quinze, às nove horas, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Xavantina, reuniu-se o Pregoeiro Sr. Emerson Salvagni e sua Equipe de Apoio, constituída pelos servidores Catia Mara Cosmann Boff, Keila Renata Olkowski e Izilde Jandira Pawiokiewicz Fasolo, designada pelo Decreto 001/2015, com a finalidade de efetuar a abertura e o julgamento dos envelopes de Propostas Comerciais e Documentação de Habilitação, referentes à licitação em epígrafe. Apresentaram-se para participar do certame as seguintes empresas: ROLEPEÇAS PEÇAS E ROLAMENTOS LTDA EPP, representada pelo Sr. IVAIR CARLINHO ZANELLA, CPF nº 526.396.149-91; VMC COMÉRCIO E MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS PESADAS LTDA, representada pelo Sr. VALMOR RODRIGUES ALVES, CPF nº 017.715.999-52; CCM COMÉRCIO DE MÁQUINAS E SERVIÇOS EIRELI, representada pelo Sr. AFRANIO GALLON, CPF nº 046.890.929-07; MANTOMAC COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA, representada pelo Sr. CARLOS ALBERTO GARCIA, CPF nº 613.484.739-91, sendo que a mesma não entregou a DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO INCISO VII DO ART. 4º DA LEI Nº 10.520/2002, conforme Anexo "B" do Edital, mas o representante declarou que a Licitante atende a mesma; PAVIMÁQUINAS COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA, representada pelo Sr. ODAIR JOSE MATTE, CPF nº 834.480.209-15; S.S. MÁQUINAS LTDA ME, representada pelo Sr. CRISPIM ANTONIO MACENA DE OLIVEIRA, CPF nº 612.526.629-04; e MARAVIMÁQUINAS COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA, representada pelo Sr. PAULO CESAR MACHADO, CPF nº 928.748.609-30. Aberta a sessão pública foram conferidos e rubricados os envelopes sendo que foi verificado que os mesmos estavam lacrados e foram protocolados dentro do prazo fixado no item 1.2 do Edital. Na sequência procedeu-se a abertura dos Envelopes nº 01 – Proposta Comercial, sendo que as propostas foram rubricadas pelo Pregoeiro, sua Equipe de Apoio e pelos representantes presentes. O Pregoeiro declarou as propostas formais compatíveis com os requisitos mínimos fixados no Edital. Aberta a fase de lances, os representantes ofertaram lances verbais. Na sequência, a licitante MANTOMAC COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA solicitou desclassificação das outras licitantes que participaram dos Itens 13, 14, 16 e 19, pois segundo o representante da Licitante MANTOMAC COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA as outras empresas não atendem o objeto do Edital embasado nas normas da ABNT NBR 15296. Assim fica aberta o prazo de cinco dias úteis para as Licitantes Apresentarem seus recursos, sendo até as 10:00 horas do dia 06 de julho de 2015. Os envelopes de habilitação permaneceram em posse do Município de Xavantina lacrados até o julgamento final das propostas de preços, para posterior julgamento da habilitação. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, com a presente Ata aprovada e assinada pelo Pregoeiro, membros da Equipe de Apoio e pelos representantes presentes.

| | |
|--|--|
| Emerson Salvagni Pregoeiro | Catia Mara Cosmann Boff Membro da Equipe de Apoio |
| Keila Renata Olkowski Membro da Equipe de Apoio | Izilde Jandira Pawiokiewicz Fasolo Membro da Equipe de Apoio |
| ROLEPEÇAS PEÇAS E ROLAMENTOS LTDA EPP Ivair Carlinho Zanella | VMC COMÉRCIO E MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS PESADAS LTDA Valmor Rodrigues Alves |
| CCM COMÉRCIO DE MÁQUINAS E SERVIÇOS EIRELI Afranio Gallon | MANTOMAC COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA Carlos Alberto Garcia |
| PAVIMÁQUINAS COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA Odair Jose Matte | S.S. MÁQUINAS LTDA ME Crispim Antonio Macena De Oliveira |

MARAVIMÁQUINAS COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA
Paulo Cesar Machado

Xaxim

PREFEITURA

AVISO DE ERRATA DE PREGÃO 062/2015

RETIFICAÇÃO DE EDITAL

PROCESSO LICITATÓRIO 119/2015

PREGÃO PRESENCIAL 062/2015 – SRP – FUNDO MUNICIPAL AGROPECUÁRIO

O MUNICIPIO DE XAXIM, através do Prefeito Municipal comunica que:

Fica alterado o referido Edital que tem por objeto o registro de preços para aquisição de nitrogênio e materiais de consumo para realização de inseminação artificial dos rebanhos dos agricultores do município de Xaxim.

NO ANEXO I ITEM 2 - ONDE LÊ-SE:

Luvras plásticas descartáveis com cinco dedos para inseminação artificial, 90 cm - Unidade (par).

LEIA-SE:

Luvras plásticas descartáveis com cinco dedos para inseminação artificial, 90 cm - Unidade (un).

Considerando a alteração do Edital a abertura fica marcada para o dia 10 de julho de 2015 às 09h00min, com entrega dos envelopes até às 08h45min do mesmo dia.

As demais informações permanecem inalteradas.

Xaxim - SC, 29 de junho de 2015.

Idacir Antônio Orso

Prefeito

AVISO DE PREGÃO 065/2015

MUNICIPIO DE XAXIM

PROCESSO LICITATÓRIO N. 126/2015

PREGÃO PRESENCIAL N. 065/2015

LICITAÇÃO DESTINADA EXCLUSIVAMENTE À PARTICIPAÇÃO DE MICRO-EMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

O Município de Xaxim – SC, comunica que encontra-se aberto o processo licitatório acima especificado objetivando a contratação de empresa para execução de reforma do CEIM Emília Varnier – Bairro Chagas, incluindo mão de obra e materiais. Os envelopes da documentação e da proposta deverão ser entregues até às 08h: 45min do dia 13 de julho de 2015, procedendo à abertura às 09h: 00min do mesmo dia. O Edital e seus anexos poderão ser retirados pelo site www.xaxim.sc.gov.br maiores informações poderão ser obtidos junto à sede do Município de Xaxim - SC, sito à Rua Rui Barbosa nº 347, com o Setor de Licitações, em horário de expediente de segunda a sexta feira.

Xaxim - SC, 29 de junho de 2015.

Idacir Antônio Orso

Prefeito Municipal

DISPENSA DE LICITAÇÃO 032/2015 PROCESSO 125/2015**AVISO DE DISPENSA**

O MUNICÍPIO DE XAXIM ATRAVÉS DE SEU PREFEITO COMUNICA A PRESENTE DISPENSA DE LICITAÇÃO, A SABER:

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0032/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0125/2015

HOMOLOGAÇÃO: 29/06/2015

CONTRATADO: VALDERLEI JOSÉ MICHAILOFF EIRELI ME CNPJ: 19.587.969/0001-39

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE XAXIM

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA PARA REFORMA DO CEIM VIRGILIA ROBOLI.

VALOR DA DESPESA: R\$ 6.620,50 (SEIS MIL SEISCENTOS E VINTE REAIS E CINQUENTA CENTAVOS)

VIGÊNCIA: 15/07/2015

FUNDAMENTO: Art. 24 DA LEI 8.666/93.

XAXIM, 29/06/2015

IDACIR ANTONIO ORSO

Prefeito Municipal

EDITAL CAMPANHA DO AGASALHO

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE XAXIM – SC

EDITAL PÚBLICO Nº 01/15 ABRE INSCRIÇÃO PARA ENTIDADES, ONG'S, OCIP'S, CLUBES DE SERVIÇOS, ASSOCIAÇÕES PARA ASSUMIR A CAMPANHA DO AGASALHO 2015.

GIANA CRISTINA BELLEI, Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social de Xaxim, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Lei Municipal nº 4.038/2014 de 15 de dezembro de 2014, abre inscrição para Entidades, Ong's, OCIP's, Clubes de Serviços, Associações do município de Xaxim, para assumirem a Campanha do Agasalho 2015 com o apoio da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação.

Art. 1º Fica definido que o tema da Campanha do agasalho 2015 será: "SEJA SOLIDÁRIO, DOE AGASALHO".

Art. 2º A Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação em conjunto com o Conselho Municipal de Assistência Social fará uma parceria com entidades e organizações interessadas doando todas as roupas e agasalhos recebidos no decorrer do ano 2014 e 2015.

Art. 3º fica definido que o objetivo da campanha do agasalho é arrecadar, agasalhos, roupas, calçados, cobertores para que sejam doados para as famílias xaxienses que necessitam desse auxílio.

Art. 4º Os agasalhos arrecadados serão doados para entidades que assumirem a campanha e esta definirá a forma que será distribuído.

Art. 5º As inscrições das entidades e organizações interessadas será realizada a partir do dia 29/06/2015 até 02/07/2015.

Art. 6º A reunião que será exposto o desenvolvimento e a idéia da Campanha do Agasalho será no dia 30/06/2015 às 08:30 hs na APAE juntamente com os conselheiros do Conselho Municipal de Assistência Social.

Art. 3º - Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Xaxim (SC), 26 de junho de 2015.

Idacir Antonio Orso

Prefeito Municipal de Xaxim

Giana Cristina Bellei

Presidente do CMAS

Consórcios

ARIS

DECRETO/ARIS Nº 06/2015

DECRETO nº 06, de 29 de junho de 2015.

Autoriza abertura de Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Exercício de 2015.

O Presidente da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento – ARIS, no uso das suas atribuições dispostas no artigo 18 e 20, VII, “b” e parágrafo único do Protocolo de Intenções que faz parte integrante do Contrato de Consórcio Público da ARIS;

CONSIDERANDO a necessidade de aquisição de um imóvel para a instalação da sede administrativa da ARIS;

CONSIDERANDO a decisão da Assembleia Geral Ordinária - da ARIS, realizada no dia 28 de janeiro de 2015, pela aquisição da sede administrativa da ARIS, tendo em vista o superávit financeiro;

RESOLVE:

Art. 1º Abrir crédito adicional Suplementar no valor de R\$ 4.050.000,00 (quatro milhões e cinquenta reais) na seguinte dotação orçamentária;

| Órgão Unidade | Funcional | Projeto | Despesa | Fonte | Valor |
|---------------|------------------|---------|---------|--------|-------------------|
| 01.01 | 04.122.0001 | 2.001 | 4.4.90 | 0.3.00 | R\$: 4.050.000,00 |
| TOTAL | R\$ 4.050.000,00 | | | | |

Art. 2º - O crédito adicional Suplementar que trata o artigo anterior corre à conta de Superávit Financeiro do Exercício Anterior.

Art.3º. Esta Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis, 29 de junho de 2015.

Luiz Alberto Rincoski Faria

Presidente da ARIS

Prefeito de Canoinhas

CIGA

RESOLUÇÃO CIGA Nº 88, DE 29 DE JUNHO DE 2015

Resolução nº 88, de 29 de junho de 2015

Abre Crédito Adicional Especial no Orçamento do Exercício de 2015 e dá outras providências.

CONSIDERANDO a necessidade de aquisição de um imóvel para a instalação da sede administrativa do CIGA e das demais entidades que celebram o Protocolo de Intenções nº 01/2014 (FECAM, EGEM e ARIS), nos termos do Processo Administrativo nº 01/2015 do CIGA;

CONSIDERANDO a decisão da Assembleia Geral Ordinária - AGO do CIGA, realizada no dia 28 de janeiro de 2015, pela aquisição da sede administrativa do CIGA, tendo em vista o superávit financeiro apurado no exercício de 2014;

O Presidente do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA), considerando o disposto no art. 4º da Resolução 81/2014.

RESOLVE:

Art. 1º Criar o projeto “1.001 Aquisição da Sede Administrativa” no Orçamento do Exercício de 2015, o qual ficará alocado ao programa “Administração e Manutenção do Consórcio”.

Art. 2º Abrir crédito adicional especial, no limite de R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais), de acordo com as especificações abaixo:

| Órgão Unidade | Funcional | Projeto | Despesa | Fonte | Valor |
|---------------|----------------|---------|---------|--------|----------------|
| 01.01 | 04.122.0001 | 1.001 | 4.4.90 | 0.1.00 | R\$ 780.000,00 |
| 01.01 | 04.122.0001 | 1.001 | 3.3.90 | 0.1.00 | R\$ 20.000,00 |
| TOTAL | R\$ 800.000,00 | | | | |

Art. 3º O disposto no artigo 2º desta Resolução será efetivado pela anulação de dotações orçamentárias, bem como pelo excesso de arrecadação, conforme exposto a seguir:

I - Anulação de R\$ 470.000,00 (quatrocentos e setenta e mil reais) conforme especificações abaixo:

| Órgão Unidade | Funcional | Atividade | Despesa | Fonte | Valor |
|---------------|----------------|-----------|---------|--------|----------------|
| 01.01 | 04.122.0001 | 2.001 | 3.1.90 | 0.1.00 | R\$ 110.000,00 |
| 01.02 | 19.126.0002 | 2.002 | 3.1.90 | 0.1.00 | R\$ 85.000,00 |
| 01.01 | 04.122.0001 | 2.001 | 3.3.90 | 0.1.00 | R\$ 80.000,00 |
| 01.02 | 19.126.0002 | 2.002 | 3.3.90 | 0.1.00 | R\$ 80.000,00 |
| 01.01 | 04.122.0001 | 2.001 | 4.4.90 | 0.1.00 | R\$ 57.500,00 |
| 01.02 | 19.126.0002 | 2.002 | 4.4.90 | 0.1.00 | R\$ 57.500,00 |
| TOTAL | R\$ 470.000,00 | | | | |

II - Excesso de arrecadação no valor de R\$ 330.000,00 (trezentos e trinta mil reais) – Fonte 0.1.00.

Art.4º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis, 29 de junho de 2015.
Charles Rafael Schwambach
Prefeito de Braço do Trombudo
Presidente do CIGA

CIMCATARINA**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PE 0005/2015 - EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA**

CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PE 0005/2015

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de Equipamentos de Informática e Correlatos, para uso do Órgão Participante do Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA: Município de Frei Rogério, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

FORNECEDOR:

CONCÓRDIA SISTEMAS LTDA EPP - Ata nº AT15CIMCATARINA2293.

Regidas pelas Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Resolução nº 013, de 07 de julho de 2014, Resolução nº 14, de 07 de julho de 2014, bem como pela Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos. Validade: 24.06.2015 à 31.08.2015. PAL nº: 0006/2015. Pregão Eletrônico nº: 0005. Registro de Preços nº: 0005.

Fraiburgo (SC), 29 de junho de 2015.
Elói Rönnau
Diretor Executivo do CIMCATARINA

LABORATORIAL LTDA EPP - Ata nº AT15CIMCATARINA2275;
PLASMEDIC COMÉRCIO DE MATERIAIS PARA USO MÉDICO E
LABORATORIAL LTDA EPP - Ata nº AT15CIMCATARINA2276;
PLASMEDIC COMÉRCIO DE MATERIAIS PARA USO MÉDICO E
LABORATORIAL LTDA EPP - Ata nº AT15CIMCATARINA2277;
PLASMEDIC COMÉRCIO DE MATERIAIS PARA USO MÉDICO E
LABORATORIAL LTDA EPP - Ata nº AT15CIMCATARINA2278;
PLASMEDIC COMÉRCIO DE MATERIAIS PARA USO MÉDICO E
LABORATORIAL LTDA EPP - Ata nº AT15CIMCATARINA2279;
PLASMEDIC COMÉRCIO DE MATERIAIS PARA USO MÉDICO E
LABORATORIAL LTDA EPP - Ata nº AT15CIMCATARINA2280.
Regidas pelas Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Resolução nº 013, de 07 de julho de 2014, Resolução nº 14, de 07 de julho de 2014, bem como pela Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos. Validade: 16.06.2015 à 30.06.2015. PAL nº: 0004/2015. Pregão Eletrônico nº: 0004. Registro de Preços nº: 0004.

Fraiburgo (SC), 29 de junho de 2015.
Elói Rönnau
Diretor Executivo do CIMCATARINA

EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS PE 0004/2015 - MATERIAL AMBULATORIAL

CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA
EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS PE 0004/2015

Objeto: Registro de Preços para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de materiais ambulatoriais e correlatos, para uso dos órgãos participantes do Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA: Abdon Batista, Caçador, Ibiam, Lebon Régis, Matos Costa, Tangará e Hospital Municipal Frei Rogério de Tangará, durante o prazo de validade das Atas de Registro de Preços.

FORNECEDORES:

PLASMEDIC COMÉRCIO DE MATERIAIS PARA USO MÉDICO E
LABORATORIAL LTDA EPP - Ata nº AT15CIMCATARINA2274;
PLASMEDIC COMÉRCIO DE MATERIAIS PARA USO MÉDICO E

EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS PE 0008/2015 - MATERIAL DE EXPEDIENTE

CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PE 0008/2015

Objeto: Registro de Preços para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de materiais de expediente e correlatos, para uso dos órgãos participantes do Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA: Municípios de Abdon Batista, Brunópolis, Caçador, Fraiburgo, Frei Rogério, Ibiam, Iomerê, Macieira, Monte Carlo, Rio das Antas, Salto Veloso e Timbó, durante o período de 16 de junho de 2015 à 30 de setembro de 2015.

FORNECEDORES:

PATRÍCIA M. MULLER ME - Ata nº AT15CIMCATARINA2281;
PATRÍCIA M. MULLER ME - Ata nº AT15CIMCATARINA2282;
PATRÍCIA M. MULLER ME - Ata nº AT15CIMCATARINA2283;
PATRÍCIA M. MULLER ME - Ata nº AT15CIMCATARINA2284;

PATRÍCIA M. MULLER ME - Ata nº AT15CIMCATARINA2285;
PATRÍCIA M. MULLER ME - Ata nº AT15CIMCATARINA2286;
PATRÍCIA M. MULLER ME - Ata nº AT15CIMCATARINA2287;
PATRÍCIA M. MULLER ME - Ata nº AT15CIMCATARINA2288;
PATRÍCIA M. MULLER ME - Ata nº AT15CIMCATARINA2289;
PATRÍCIA M. MULLER ME - Ata nº AT15CIMCATARINA2290;
PATRÍCIA M. MULLER ME - Ata nº AT15CIMCATARINA2291;
PATRÍCIA M. MULLER ME - Ata nº AT15CIMCATARINA2292.

Regidas pelas Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, pela Resolução nº 013, de 07 de julho de 2014, Resolução nº 14, de 07 de julho de 2014, bem como pela Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos. Validade: 16.06.2015 à 30.09.2015. PAL nº: 0010/2015. Pregão Eletrônico nº: 0008. Registro de Preços nº: 0009.

Fraiburgo (SC), 29 de junho de 2015.
Elói Rönnau
Diretor Executivo do CIMCATARINA

EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS PE 0011/2015

CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA
EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS PE 0011/2015

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de Cartuchos de Toner e Correlatos, para uso dos Órgãos Participantes do Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA: Municípios de Abdon Batista, Brunópolis, Caçador, Fraiburgo, Iomerê, Lebon Régis, Monte Carlo, Pinheiro Preto, Salto Veloso, Tangará, Videira, Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio de Lebon Régis e o Consórcio Intermunicipal Catarinense – CIMCATARINA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

FORNECEDORES:

3S MATERIAL PARA ESCRITÓRIO LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA2294;
3S MATERIAL PARA ESCRITÓRIO LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA2295;
3S MATERIAL PARA ESCRITÓRIO LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA2296;
3S MATERIAL PARA ESCRITÓRIO LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA2297;
3S MATERIAL PARA ESCRITÓRIO LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA2298;
3S MATERIAL PARA ESCRITÓRIO LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA2299;
3S MATERIAL PARA ESCRITÓRIO LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA2300;
3S MATERIAL PARA ESCRITÓRIO LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA2301;
3S MATERIAL PARA ESCRITÓRIO LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA2302;
3S MATERIAL PARA ESCRITÓRIO LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA2303;
3S MATERIAL PARA ESCRITÓRIO LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA2304;
3S MATERIAL PARA ESCRITÓRIO LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA2305;
ELMO PAPELARIA LTDA ME - Ata nº AT15CIMCATARINA2306;
ELMO PAPELARIA LTDA ME - Ata nº AT15CIMCATARINA2307;
ELMO PAPELARIA LTDA ME - Ata nº AT15CIMCATARINA2308;
ELMO PAPELARIA LTDA ME - Ata nº AT15CIMCATARINA2309;
ELMO PAPELARIA LTDA ME - Ata nº AT15CIMCATARINA2310;
ELMO PAPELARIA LTDA ME - Ata nº AT15CIMCATARINA2311;
ELMO PAPELARIA LTDA ME - Ata nº AT15CIMCATARINA2312;
FINATTO - COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA2313;

FINATTO - COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA2314;
FINATTO - COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA2315;
FLAVIO HASSELMANN PINTO ME - Ata nº AT15CIMCATARINA2316;
FLAVIO HASSELMANN PINTO ME - Ata nº AT15CIMCATARINA2317;
IMPERIAL SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA ME - Ata nº AT15CIMCATARINA2318;
IMPERIAL SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA ME - Ata nº AT15CIMCATARINA2319;
IMPERIAL SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA ME - Ata nº AT15CIMCATARINA2320;
IMPERIAL SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA ME - Ata nº AT15CIMCATARINA2321;
IMPERIAL SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA ME - Ata nº AT15CIMCATARINA2322;
IMPERIAL SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA ME - Ata nº AT15CIMCATARINA2323;
IMPERIAL SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA ME - Ata nº AT15CIMCATARINA2324;
INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP - Ata nº AT15CIMCATARINA2325;
INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP - Ata nº AT15CIMCATARINA2326;
INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP - Ata nº AT15CIMCATARINA2327;
INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP - Ata nº AT15CIMCATARINA2328;
INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP - Ata nº AT15CIMCATARINA2329;
INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP - Ata nº AT15CIMCATARINA2330;
INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP - Ata nº AT15CIMCATARINA2331;
INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP - Ata nº AT15CIMCATARINA2332;
INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP - Ata nº AT15CIMCATARINA2333;
LEXBEMARK COMÉRIO LTDA EPP - Ata nº AT15CIMCATARINA2334;
LEXBEMARK COMÉRIO LTDA EPP - Ata nº AT15CIMCATARINA2335;
LEXBEMARK COMÉRIO LTDA EPP - Ata nº AT15CIMCATARINA2336;
LEXBEMARK COMÉRIO LTDA EPP - Ata nº AT15CIMCATARINA2337;
LEXBEMARK COMÉRIO LTDA EPP - Ata nº AT15CIMCATARINA2338;
LEXBEMARK COMÉRIO LTDA EPP - Ata nº AT15CIMCATARINA2339;
LEXBEMARK COMÉRIO LTDA EPP - Ata nº AT15CIMCATARINA2340;
LEXBEMARK COMÉRIO LTDA EPP - Ata nº AT15CIMCATARINA2341;
LEXBEMARK COMÉRIO LTDA EPP - Ata nº AT15CIMCATARINA2342;
MEGA JETT COMERCIAL LTDA EPP - Ata nº AT15CIMCATARINA2343;
MEGA JETT COMERCIAL LTDA EPP - Ata nº AT15CIMCATARINA2344;
MEGA JETT COMERCIAL LTDA EPP - Ata nº AT15CIMCATARINA2345;
MEGA JETT COMERCIAL LTDA EPP - Ata nº AT15CIMCATARINA2346;
MEGA JETT COMERCIAL LTDA EPP - Ata nº AT15CIMCATARINA2347;
MEGA JETT COMERCIAL LTDA EPP - Ata nº AT15CIMCATARINA2348;
MEGA JETT COMERCIAL LTDA EPP - Ata nº AT15CIMCATARINA2349;
MEGA JETT COMERCIAL LTDA EPP - Ata nº AT15CIMCATARINA2350;
MEGA JETT COMERCIAL LTDA EPP - Ata nº AT15CIMCATARINA2351;
MEGA JETT COMERCIAL LTDA EPP - Ata nº AT15CIMCATARINA2352;
MÓDULO INFORMÁTICA LTDA EPP - Ata nº AT15CIMCATARINA2353;
MÓDULO INFORMÁTICA LTDA EPP - Ata nº AT15CIMCATARINA2354;
MÓDULO INFORMÁTICA LTDA EPP - Ata nº AT15CIMCATARINA2355;
MÓDULO INFORMÁTICA LTDA EPP - Ata nº AT15CIMCATARINA2356;
MÓDULO INFORMÁTICA LTDA EPP - Ata nº AT15CIMCATARINA2357;

MÓDULO INFORMÁTICA LTDA EPP - Ata nº AT15CIMCATARINA2358;
ROGÉRIO G. DA SILVA INFORMÁTICA ME - Ata nº AT15CIMCATARINA2359;
ROGÉRIO G. DA SILVA INFORMÁTICA ME - Ata nº AT15CIMCATARINA2360;
ROGÉRIO G. DA SILVA INFORMÁTICA ME - Ata nº AT15CIMCATARINA2361;
ROGÉRIO G. DA SILVA INFORMÁTICA ME - Ata nº AT15CIMCATARINA2362;
ROGÉRIO G. DA SILVA INFORMÁTICA ME - Ata nº AT15CIMCATARINA2363;
ROGÉRIO G. DA SILVA INFORMÁTICA ME - Ata nº AT15CIMCATARINA2364;
ROGÉRIO G. DA SILVA INFORMÁTICA ME - Ata nº AT15CIMCATARINA2365;
ROGÉRIO G. DA SILVA INFORMÁTICA ME - Ata nº AT15CIMCATARINA2366;
ROGÉRIO G. DA SILVA INFORMÁTICA ME - Ata nº AT15CIMCATARINA2367.

Regidas pelas Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, pela Resolução nº 013, de 07 de julho de 2014, Resolução nº 14, de 07 de julho de 2014, bem como pela Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos. Validade: 01.07.2015 à 31.12.2015. PAL nº: 0014/2015. Pregão Eletrônico nº: 0011. Registro de Preços nº: 0012.

Fraiburgo (SC), 29 de junho de 2015.
Elói Rönna
Diretor Executivo do CIMCATARINA

EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS PE 0012/2015

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA
EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS PE 0012/2015
Objeto: Registro de Preços para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de Equipamento Médico Hospitalar, para uso dos órgãos participantes do Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA: Município de Videira e o Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio de Lebon Régis, durante o prazo de validade da ata de registro de preços.

FORNECEDOR:

CIRÚRGICAS CERON EQUIPAMENTOS HOSPITALARES
E VETERINÁRIOS LTDA ME - Ata nº AT15CIMCATARINA2368;
CIRÚRGICAS CERON EQUIPAMENTOS HOSPITALARES
E VETERINÁRIOS LTDA ME - Ata nº AT15CIMCATARINA2369.

Regidas pelas Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, pela Resolução nº 013, de 07 de julho de 2014, Resolução nº 14, de 07 de julho de 2014, bem como pela Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos. Validade: 29.06.2015 à 31.12.2015. PAL nº: 0015/2015. Pregão Eletrônico nº: 0012. Registro de Preços nº: 0013.

Fraiburgo (SC), 29 de junho de 2015.
Elói Rönna
Diretor Executivo do CIMCATARINA

EXTRATODOCONTRATOCT2015_CIMCATARINA_013

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA
EXTRATO DO CONTRATO Nº - 013/2015 - CIMCATARINA
CONTRATANTE: Consórcio Intermunicipal Catarinense – CIMCATARINA

CONTRATADA: TELEFONICA BRASIL S.A

OBJETO: Contratação de serviços continuados de Telefonia Móvel (Serviço Móvel Pessoal - SMP), para comunicação de voz e dados, via rede móvel disponível nacionalmente com tecnologia digital, na

modalidade tipo Plano corporativo Pós-pago, com fornecimento de SIMCARDS, para atender às necessidades do Consórcio Intermunicipal Catarinense – CIMCATARINA e através dele às necessidades dos órgãos ou entidades dos entes da Federação consorciados e ou cooperados. Valor Estimado R\$ 308,40 (trezentos e oito reais e quarenta centavos), e o valor total para os 24 (vinte e quatro) meses de contratação é de R\$ 7.401,60 (sete mil quatrocentos e um reais e sessenta centavos). Data: 24.06.2015. Vigência: 24.06.2015 a 23.06.2017. Contrato vinculado ao Processo Licitatório Nº 0033/2014 – CIMCATARINA, na modalidade de Pregão Presencial Nº 0007/2014.

Fraiburgo (SC), 29 de junho de 2015.
Elói Rönna
Diretor Executivo do CIMCATARINA

EXTRATODOCONTRATOCT2015_CIMCATARINA_014

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA
EXTRATO DO CONTRATO Nº - 014/2015 - CIMCATARINA
CONTRATANTE: Consórcio Intermunicipal Catarinense – CIMCATARINA

CONTRATADA: TELEFONICA BRASIL S.A

OBJETO: Contratação de serviços continuados de Telefonia Móvel (Serviço Móvel Pessoal - SMP), para comunicação de voz e dados, via rede móvel disponível nacionalmente com tecnologia digital, na modalidade tipo Plano corporativo Pós-pago, com fornecimento de SIMCARDS, para atender às necessidades do Consórcio Intermunicipal Catarinense – CIMCATARINA e através dele às necessidades dos órgãos ou entidades dos entes da Federação consorciados e ou cooperados. Valor Estimado R\$ 638,44 (Seiscentos e trinta e oito reais e quarenta e quatro centavos), e o valor total para os 24 (vinte e quatro) meses de contratação é de R\$ 15.322,56 (quinze mil trezentos e vinte e dois reais e cinquenta e seis centavos). Data: 24.06.2015. Vigência: 24.06.2015 a 23.06.2017. Contrato vinculado ao Processo Licitatório Nº 0033/2014 – CIMCATARINA, na modalidade de Pregão Presencial Nº 0007/2014.

Fraiburgo (SC), 29 de junho de 2015.
Elói Rönna
Diretor Executivo do CIMCATARINA

EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT15CIMCATARINA024

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº TA.AT15CIMCATARINA023

AT14CIMCATARINA3188

Fornecedor: CLARO S/A

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação com fornecimento parcelado de serviços continuados de Telefonia Móvel (Serviço Móvel Pessoal - SMP). Resolvem adequar o preço ao praticado pelo mercado, em conformidade com o item, 10.1.1, do edital, reduzindo o valor dos ITENS 76, 77, 78, 83, 87, 95 e 96. Data: 17.09.2014. Validade: 17.09.2014 a 16.09.2015. PAL nº: 0027/2014 - Pregão Presencial nº: 0006A. Registro de Preços nº: 0023.

Fraiburgo (SC), 02 de junho de 2015.
Elói Rönna
Diretor Executivo do CIMCATARINA

BALANCETE DE VERIFICAÇÃO**CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE CIMCATARINA**

Pág 1 / 8

Gestão Patrimonial e Contábil

Balancete Analítico

Sistema: Todos Considera Encerramento: Não
Período: Maio de 2015 até: Maio de 2015 Indicador de Superávit: Todos

| Descrição da Conta | Conta Contábil | S. | Saldo Anterior | Débito Período | Crédito Período | Saldo Atual |
|---|-----------------|----|----------------|----------------|-----------------|-------------|
| Ativo | 10000000000000 | | 646.179,89 | 250.819,18 | (237.130,79) | 659.868,28 |
| Ativo circulante | 11000000000000 | | 535.682,96 | 250.819,18 | (237.130,79) | 549.371,35 |
| Caixa e equivalentes de caixa | 11100000000000 | | 141.286,78 | 222.559,18 | (194.125,79) | 169.720,17 |
| Caixa e equivalentes de caixa em moeda nacional | 11110000000000 | | 141.286,78 | 222.559,18 | (194.125,79) | 169.720,17 |
| Caixa e equivalentes de caixa em moeda nacional - consolidação | 11111000000000 | | 141.286,78 | 222.559,18 | (194.125,79) | 169.720,17 |
| Bancos conta movimento - demais contas | 11111190000000 | F | 141.286,78 | 222.559,18 | (194.125,79) | 169.720,17 |
| BANCO DO BRASIL MOVIMENTO | 11111190001000 | | 141.286,78 | 222.559,18 | (194.125,79) | 169.720,17 |
| B. Brasil Sa Movimento 18.520-5 | 11111190001010 | F | 15.643,46 | 103,16 | (18,52) | 15.728,10 |
| B. Brasil- Ctp01 Ctr1 - 20.412-9 | 11111190001020 | F | 19.833,57 | 1.870,27 | (2.114,00) | 19.589,84 |
| B. Brasil - Cps Maq. - 20.414-5 | 11111190001030 | F | 1.857,32 | 12,25 | 0,00 | 1.869,57 |
| B. Brasil - Ctp1 Ctr3 - 20.413-7 | 11111190001040 | F | 42.658,88 | 166.061,01 | (149.802,14) | 58.917,75 |
| B. Brasil - Ctp3 Proama - 21.525-2 | 11111190001050 | F | 10.811,66 | 71,33 | 0,00 | 10.882,99 |
| B. Brasil - PROLICITA 22436-7 | 11111190001060 | F | 20.389,29 | 40.303,13 | (37.631,59) | 23.060,83 |
| B. Brasil - PROLICITA TELEFONIA 22864-8 | 11111190001080 | F | 30.092,60 | 14.138,03 | (4.559,54) | 39.671,09 |
| Créditos a curto prazo | 11200000000000 | | 324.571,85 | 26.660,00 | (41.405,00) | 309.826,85 |
| Créditos de transferências a receber | 11230000000000 | | 324.571,85 | 26.660,00 | (41.405,00) | 309.826,85 |
| Créditos de transferências a receber - consolidação | 11231000000000 | | 324.571,85 | 26.660,00 | (41.405,00) | 309.826,85 |
| Créditos de consórcios públicos decorrentes de contrato de rateio | 11231020000000 | P | 324.571,85 | 26.660,00 | (41.405,00) | 309.826,85 |
| PROGRAMA 01 CTR1 ADM | 11231020001000 | P | 14.166,35 | 0,00 | (1.720,00) | 12.446,35 |
| CALMON | 112310200011053 | P | 5.160,00 | 0,00 | (1.720,00) | 3.440,00 |
| MATOS COSTA | 112310200011162 | P | 2.895,24 | 0,00 | 0,00 | 2.895,24 |
| TIMBO GRANDE | 112310200011272 | P | 6.111,11 | 0,00 | 0,00 | 6.111,11 |
| PROGRAMA 04 PROLICITA | 112310200040000 | P | 310.405,50 | 26.660,00 | (39.685,00) | 297.380,50 |
| ABDON BATISTA | 112310200041001 | P | 12.900,00 | 0,00 | (1.612,50) | 11.287,50 |
| ARROIO TRINTA | 112310200041021 | P | 10.320,00 | 0,00 | 0,00 | 10.320,00 |
| BRUNOPOLIS | 112310200041049 | P | 9.030,00 | 0,00 | (1.290,00) | 7.740,00 |
| ÇAÇADOR | 112310200041051 | P | 39.667,50 | 0,00 | (8.815,00) | 30.852,50 |
| CALMON | 112310200041053 | P | 20.190,00 | 0,00 | (2.490,00) | 17.700,00 |
| CURITIBANOS | 112310200041080 | P | 0,00 | 26.660,00 | 0,00 | 26.660,00 |
| FRAIBURGO | 112310200041093 | P | 24.940,00 | 0,00 | (3.117,50) | 21.822,50 |
| FREI ROGERIO | 112310200041094 | P | 10.320,00 | 0,00 | (1.290,00) | 9.030,00 |
| IBIAM | 112310200041108 | P | 10.320,00 | 0,00 | (1.290,00) | 9.030,00 |
| IOMERÊ | 112310200041117 | P | 10.320,00 | 0,00 | (1.290,00) | 9.030,00 |
| IRANI | 112310200041123 | P | 12.900,00 | 0,00 | (1.612,50) | 11.287,50 |
| LEBON REGIS | 112310200041148 | P | 14.620,00 | 0,00 | (1.827,50) | 12.792,50 |
| MACIEIRA | 112310200041154 | P | 10.320,00 | 0,00 | 0,00 | 10.320,00 |
| MATOS COSTA | 112310200041162 | P | 15.480,00 | 0,00 | (6.450,00) | 9.030,00 |
| MONTE CARLO | 112310200041167 | P | 14.512,50 | 0,00 | (3.225,00) | 11.287,50 |
| PINHEIRO PRETO | 112310200041198 | P | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| RIO DAS ANTAS | 112310200041215 | P | 12.900,00 | 0,00 | (1.612,50) | 11.287,50 |
| SALTO VELOSO | 112310200041228 | P | 11.287,50 | 0,00 | 0,00 | 11.287,50 |
| TANGARÁ | 112310200041267 | P | 19.350,00 | 0,00 | 0,00 | 19.350,00 |
| TIMBÓ GRANDE | 112310200041272 | P | 20.928,00 | 0,00 | 0,00 | 20.928,00 |
| VIDEIRA | 112310200041289 | P | 30.100,00 | 0,00 | (3.762,50) | 26.337,50 |
| Demais créditos e valores a curto prazo | 11300000000000 | | 69.824,33 | 1.600,00 | (1.600,00) | 69.824,33 |
| Adiantamentos concedidos a pessoal e a terceiros | 11310000000000 | | 3.400,00 | 1.600,00 | (1.600,00) | 3.400,00 |
| Adiantamentos concedidos a pessoal e a terceiros - consolidação | 11311000000000 | | 3.400,00 | 1.600,00 | (1.600,00) | 3.400,00 |
| Adiantamentos diversos concedidos | 113119900000000 | P | 3.400,00 | 1.600,00 | (1.600,00) | 3.400,00 |
| Outros créditos a receber e valores a curto prazo | 11380000000000 | | 66.424,33 | 0,00 | 0,00 | 66.424,33 |
| Outros créditos a receber e valores a curto prazo - consolidação | 11381000000000 | | 66.424,33 | 0,00 | 0,00 | 66.424,33 |
| Créditos a receber de entidades estaduais, distritais e municipais | 11381290000000 | P | 66.424,33 | 0,00 | 0,00 | 66.424,33 |
| MIP FIXO | 113812900010000 | P | 4.997,62 | 0,00 | 0,00 | 4.997,62 |
| MATOS COSTA | 113812900010100 | P | 3.247,62 | 0,00 | 0,00 | 3.247,62 |
| TIMBÓ GRANDE | 113812900010200 | P | 1.750,00 | 0,00 | 0,00 | 1.750,00 |
| MIP VARIÁVEL | 113812900020000 | P | 61.426,71 | 0,00 | 0,00 | 61.426,71 |
| MATOS COSTA | 113812900020300 | P | 15.499,22 | 0,00 | 0,00 | 15.499,22 |
| TIMBÓ GRANDE | 113812900020400 | P | 41.445,41 | 0,00 | 0,00 | 41.445,41 |
| TANGARÁ | 113812900020600 | P | 4.482,08 | 0,00 | 0,00 | 4.482,08 |
| Ativo não circulante | 12000000000000 | | 110.496,93 | 0,00 | 0,00 | 110.496,93 |
| Imobilizado | 12300000000000 | | 110.496,93 | 0,00 | 0,00 | 110.496,93 |
| Bens móveis | 12310000000000 | | 110.496,93 | 0,00 | 0,00 | 110.496,93 |
| Bens móveis - consolidação | 12311000000000 | | 110.496,93 | 0,00 | 0,00 | 110.496,93 |
| Máquinas, aparelhos, equipamentos e ferramentas | 12311010000000 | | 23.787,49 | 0,00 | 0,00 | 23.787,49 |
| Máquinas e equipamentos energéticos | 123110107000000 | P | 439,49 | 0,00 | 0,00 | 439,49 |
| Máquinas, equipamentos e utensílios agropecuários | 123110119000000 | P | 15.070,00 | 0,00 | 0,00 | 15.070,00 |
| Outras máquinas, aparelhos, equipamentos e ferramentas | 123110199000000 | P | 8.278,00 | 0,00 | 0,00 | 8.278,00 |
| Bens de informática | 12311020000000 | | 16.032,50 | 0,00 | 0,00 | 16.032,50 |
| Equipamentos de processamento de dados | 123110201000000 | P | 16.032,50 | 0,00 | 0,00 | 16.032,50 |
| Móveis e utensílios | 12311030000000 | | 18.123,98 | 0,00 | 0,00 | 18.123,98 |
| Aparelhos e utensílios domésticos | 123110301000000 | P | 95,00 | 0,00 | 0,00 | 95,00 |
| Mobiliário em geral | 123110303000000 | P | 18.028,98 | 0,00 | 0,00 | 18.028,98 |
| Materiais culturais, educacionais e de comunicação | 12311040000000 | | 5.893,00 | 0,00 | 0,00 | 5.893,00 |
| Equipamentos para áudio, vídeo e foto | 123110405000000 | P | 5.893,00 | 0,00 | 0,00 | 5.893,00 |
| Veículos | 12311050000000 | | 45.800,00 | 0,00 | 0,00 | 45.800,00 |
| Veículos de tração mecânica | 123110503000000 | P | 45.800,00 | 0,00 | 0,00 | 45.800,00 |
| Demais bens móveis | 12311990000000 | | 859,96 | 0,00 | 0,00 | 859,96 |
| Outros bens móveis | 123119990000000 | P | 859,96 | 0,00 | 0,00 | 859,96 |



CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE CIMCATARINA

Gestão Patrimonial e Contábil

Balancete Analítico

Sistema: Todos Considera Encerramento: Não
Período: Maio de 2015 até: Maio de 2015 Indicador de Superávit: Todos

Pág 2 / 8

| Descrição da Conta | Conta Contábil | S. | Saldo Anterior | Débito Período | Crédito Período | Saldo Atual |
|---|----------------|----|----------------|----------------|-----------------|--------------|
| Passivo e patrimônio líquido | 20000000000000 | | (478.423,24) | 203.251,56 | (189.128,48) | (464.300,16) |
| Passivo circulante | 21000000000000 | | (186.647,07) | 203.251,56 | (189.128,48) | (172.523,99) |
| Obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar a curto prazo | 21100000000000 | | (5.995,20) | 28.053,12 | (28.130,54) | (6.072,62) |
| Pessoal a pagar | 21110000000000 | | 0,00 | 22.057,92 | (22.057,92) | 0,00 |
| Pessoal a pagar - consolidação | 21111000000000 | | 0,00 | 22.057,92 | (22.057,92) | 0,00 |
| Pessoal a pagar do exercício | 21111010000000 | | 0,00 | 22.057,92 | (22.057,92) | 0,00 |
| Salários, remunerações e benefícios do exercício | 21111010100000 | M | 0,00 | 22.057,92 | (22.057,92) | 0,00 |
| Salários, remunerações e benefícios do exercício (F) | 21111010102000 | F | 0,00 | 22.057,92 | (22.057,92) | 0,00 |
| Férias | 21111010300000 | M | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Férias (F) | 21111010302000 | F | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Encargos sociais a pagar | 21140000000000 | | (5.995,20) | 5.995,20 | (6.072,62) | (6.072,62) |
| Encargos sociais a pagar - consolidação | 21141000000000 | | (1.598,72) | 1.598,72 | (1.619,36) | (1.619,36) |
| FGTS | 21141050000000 | M | (1.598,72) | 1.598,72 | (1.619,36) | (1.619,36) |
| FGTS (F) | 21141050002000 | F | (1.598,72) | 1.598,72 | (1.619,36) | (1.619,36) |
| FGTS do Exercício (F) | 21141050002010 | F | (1.598,72) | 1.598,72 | (1.619,36) | (1.619,36) |
| Encargos sociais a pagar - inter OFSS - união | 21143000000000 | | (4.396,48) | 4.396,48 | (4.453,26) | (4.453,26) |
| INSS a pagar | 21143010000000 | | (4.396,48) | 4.396,48 | (4.453,26) | (4.453,26) |
| INSS - contribuição sobre salários e remunerações | 21143010100000 | M | (4.396,48) | 4.396,48 | (4.453,26) | (4.453,26) |
| INSS - contribuições sobre salários e remunerações (F) | 21143010102000 | F | (4.396,48) | 4.396,48 | (4.453,26) | (4.453,26) |
| INSS - contribuições sobre salários e remunerações - do exercício | 21143010102010 | F | (4.396,48) | 4.396,48 | (4.453,26) | (4.453,26) |
| FGTS | 21143050000000 | M | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FGTS (F) | 21143050002000 | F | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FGTS - do exercício | 21143050002010 | F | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Fornecedores e contas a pagar a curto prazo | 21300000000000 | | (174.068,18) | 164.901,85 | (150.262,02) | (159.428,35) |
| Fornecedores e contas a pagar nacionais a curto prazo | 21310000000000 | | (174.068,18) | 164.901,85 | (150.262,02) | (159.428,35) |
| Fornecedores e contas a pagar nacionais a curto prazo - consolidação | 21311000000000 | | (174.068,18) | 164.901,85 | (150.262,02) | (159.428,35) |
| Fornecedores nacionais | 21311010000000 | | (174.068,18) | 164.901,85 | (150.262,02) | (159.428,35) |
| Fornecedores não financiados a pagar | 21311010100000 | M | (174.068,18) | 164.901,85 | (150.262,02) | (159.428,35) |
| Fornecedores não financiados a pagar (F) | 21311010102000 | F | (174.068,18) | 164.901,85 | (150.262,02) | (159.428,35) |
| Fornecedores não financiados a pagar - do exercício | 21311010102010 | F | (117.123,55) | 164.901,85 | (150.262,02) | (102.483,72) |
| Fornecedores não financiados a pagar - de exercícios anteriores | 21311010102020 | F | (56.944,63) | 0,00 | 0,00 | (56.944,63) |
| Obrigações fiscais a curto prazo | 21400000000000 | | (8,37) | 18,52 | (10,15) | 0,00 |
| Obrigações fiscais a curto prazo com a união | 21410000000000 | | (8,37) | 18,52 | (10,15) | 0,00 |
| Obrigações fiscais a curto prazo com a união - inter OFSS - união | 21413000000000 | | (8,37) | 18,52 | (10,15) | 0,00 |
| PIS/PASEP a recolher | 21413110000000 | M | (8,37) | 18,52 | (10,15) | 0,00 |
| PIS/PASEP a recolher (F) | 21413110002000 | F | (8,37) | 18,52 | (10,15) | 0,00 |
| Demais obrigações a curto prazo | 21800000000000 | | (6.575,32) | 10.278,07 | (10.725,77) | (7.023,02) |
| Valores restituíveis | 21880000000000 | | (6.575,32) | 8.253,38 | (8.701,08) | (7.023,02) |
| Valores restituíveis - consolidação | 21881000000000 | | (6.575,32) | 8.253,38 | (8.701,08) | (7.023,02) |
| Consignações | 21881010000000 | | (6.575,32) | 8.253,38 | (8.701,08) | (7.023,02) |
| INSS | 21881010200000 | F | (5.163,49) | 5.163,49 | (5.381,04) | (5.381,04) |
| INSS sobre Folha de Pagamento | 21881010201000 | F | (1.598,13) | 1.598,13 | (1.612,85) | (1.612,85) |
| INSS Conduvale | 21881010202000 | F | (3.565,36) | 3.565,36 | (3.768,19) | (3.768,19) |
| Imposto sobre a renda retido na fonte - irrf | 21881010400000 | F | (0,01) | 1.652,93 | (1.652,92) | 0,00 |
| IRRF SOBRE FOLHA DE PAGAMENTO | 21881010401000 | F | (0,01) | 1.644,99 | (1.644,98) | 0,00 |
| IRRF SERVIÇOS DE TERCEIROS | 21881010402000 | | 0,00 | 7,94 | (7,94) | 0,00 |
| IRRF SERV TERCEIROS IPM INFORMÁTICA LTDA | 21881010402010 | | 0,00 | 7,94 | (7,94) | 0,00 |
| IRRF SERV TERCEIROS NP CAPACITAÇÃO E SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA | 21881010402020 | F | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| ISS | 21881010800000 | F | (1.411,82) | 1.411,82 | (1.641,98) | (1.641,98) |
| ISS a Recolher Iomere | 21881010801000 | F | (33,19) | 33,19 | (18,11) | (18,11) |
| ISS a Recolher Rio das Antas | 21881010802000 | F | (26,36) | 26,36 | (59,94) | (59,94) |
| ISS a Recolher Lebon Regis | 21881010803000 | F | (118,00) | 118,00 | (223,32) | (223,32) |
| ISS a Recolher Fraiburgo | 21881010804000 | F | (207,98) | 207,98 | (275,18) | (275,18) |
| ISS a Recolher Arroio Tinta | 21881010805000 | F | (31,02) | 31,02 | 0,00 | 0,00 |
| ISS a Recolher Videira | 21881010806000 | F | (445,83) | 445,83 | (287,56) | (287,56) |
| ISS a Recolher Cacador | 21881010807000 | F | (337,01) | 337,01 | (399,28) | (399,28) |
| ISS a Recolher Salto Veloso | 21881010808000 | F | 0,00 | 0,00 | (101,25) | (101,25) |
| ISS a Recolher Matos Costa | 21881010809000 | F | (15,99) | 15,99 | (19,84) | (19,84) |
| ISS a Recolher Ibiã | 21881010811000 | F | (14,15) | 14,15 | 0,00 | 0,00 |
| ISS a Recolher Pinheiro Preto | 21881010813000 | F | (9,94) | 9,94 | (15,49) | (15,49) |
| ISS a Recolher Tangara | 21881010814000 | F | (87,84) | 87,84 | (64,46) | (64,46) |
| ISS a Recolher Timbo Grande | 21881010815000 | F | (84,51) | 84,51 | (42,76) | (42,76) |
| ISS A Recolher Brunópolis | 21881010817000 | F | 0,00 | 0,00 | (134,79) | (134,79) |
| Retenções - entidades representativas de classes | 21881011300000 | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Retenções Sindicato dos Trab no serv Publico Municipal de Fraiburgo e Região | 21881011301000 | F | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Retenção relativa a vale transporte | 21881011600000 | F | 0,00 | 25,14 | (25,14) | 0,00 |
| Outras obrigações a curto prazo | 21890000000000 | | 0,00 | 2.024,69 | (2.024,69) | 0,00 |
| Outras obrigações a curto prazo - consolidação | 21891000000000 | | 0,00 | 2.024,69 | (2.024,69) | 0,00 |
| Suprimentos de fundos a pagar | 21891030000000 | F | 0,00 | 2.024,69 | (2.024,69) | 0,00 |
| Patrimônio líquido | 23000000000000 | | (291.776,17) | 0,00 | 0,00 | (291.776,17) |
| Resultados acumulados | 23700000000000 | | (291.776,17) | 0,00 | 0,00 | (291.776,17) |
| Superávits ou déficits acumulados | 23710000000000 | | (291.776,17) | 0,00 | 0,00 | (291.776,17) |
| Superávits ou déficits acumulados - consolidação | 23711000000000 | | (291.776,17) | 0,00 | 0,00 | (291.776,17) |
| Superávits ou déficits de exercícios anteriores | 23711020000000 | P | (291.776,17) | 0,00 | 0,00 | (291.776,17) |



CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE CIMCATARINA

Pág 3 / 8

Gestão Patrimonial e Contábil

Balancete Analítico

 Sistema: Todos Considera Encerramento: Não
 Período: Maio de 2015 até: Maio de 2015 Indicador de Superávit: Todos

| Descrição da Conta | Conta Contábil | S. | Saldo Anterior | Débito Período | Crédito Período | Saldo Atual |
|--|----------------|----|----------------|----------------|-----------------|-------------|
| Variação patrimonial diminutiva | 30000000000000 | | 546.013,50 | 179.578,02 | 0,00 | 725.591,52 |
| Pessoal e encargos | 31000000000000 | | 106.574,29 | 28.130,54 | 0,00 | 134.704,83 |
| Remuneração a pessoal | 31100000000000 | | 90.052,68 | 24.176,84 | 0,00 | 114.229,52 |
| Remuneração a pessoal ativo civil - abrangidos pelo RPPS | 31110000000000 | | 61.945,68 | 13.179,03 | 0,00 | 75.124,71 |
| Remuneração a pessoal ativo civil - abrangidos pelo RPPS - consolidação | 31111000000000 | | 61.945,68 | 13.179,03 | 0,00 | 75.124,71 |
| Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil - RPPS | 31111010000000 | | 61.945,68 | 13.179,03 | 0,00 | 75.124,71 |
| Vencimentos e salários | 31111010100000 | | 49.632,69 | 13.179,03 | 0,00 | 62.811,72 |
| Férias - abono constitucional | 31111012400000 | | 2.947,89 | 0,00 | 0,00 | 2.947,89 |
| Férias - pagamento antecipado | 31111013500000 | | 9.365,10 | 0,00 | 0,00 | 9.365,10 |
| Remuneração a pessoal ativo civil - abrangidos pelo RGPS | 31120000000000 | | 28.107,00 | 10.997,81 | 0,00 | 39.104,81 |
| Remuneração a pessoal ativo civil - abrangidos pelo RGPS - consolidação | 31121000000000 | | 28.107,00 | 10.997,81 | 0,00 | 39.104,81 |
| Contratação por tempo determinado | 31121040000000 | | 28.107,00 | 10.997,81 | 0,00 | 39.104,81 |
| Férias vencidas/proporcionais cont.temporário | 31121041200000 | | 0,00 | 1.361,85 | 0,00 | 1.361,85 |
| 13º salário contrato temporário | 31121041300000 | | 0,00 | 851,15 | 0,00 | 851,15 |
| Férias - abono constitucional | 31121041400000 | | 0,00 | 453,95 | 0,00 | 453,95 |
| Férias - pagamento antecipado | 31121041500000 | | 37,19 | 0,00 | 0,00 | 37,19 |
| Obrigações patronais | 31121042500000 | | 8.072,43 | 2.118,92 | 0,00 | 10.191,35 |
| INSS patronal | 31121042600000 | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FGTS | 31121042700000 | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outras contratações por tempo determinado | 31121049900000 | | 19.997,38 | 6.211,94 | 0,00 | 26.209,32 |
| Encargos patronais | 31200000000000 | | 16.521,61 | 3.953,70 | 0,00 | 20.475,31 |
| Encargos patronais - RGPS | 31220000000000 | | 16.521,61 | 3.953,70 | 0,00 | 20.475,31 |
| Encargos patronais - RGPS - consolidação | 31221000000000 | | 16.521,61 | 3.953,70 | 0,00 | 20.475,31 |
| Contribuições previdenciárias - INSS | 31221010000000 | | 12.115,86 | 2.899,38 | 0,00 | 15.015,24 |
| Outros encargos patronais - RGPS | 31221990000000 | | 4.405,75 | 1.054,32 | 0,00 | 5.460,07 |
| Uso de bens, serviços e consumo de capital fixo | 33000000000000 | | 439.405,31 | 151.437,33 | 0,00 | 590.842,64 |
| Uso de material de consumo | 33100000000000 | | 164.980,40 | 59.726,47 | 0,00 | 224.706,87 |
| Consumo de material | 33110000000000 | | 164.980,40 | 59.726,47 | 0,00 | 224.706,87 |
| Consumo de material - consolidação | 33111000000000 | | 164.980,40 | 59.726,47 | 0,00 | 224.706,87 |
| Combustíveis e lubrificantes automotivos | 33111010000000 | | 4.414,52 | 282,30 | 0,00 | 4.696,82 |
| Material de expediente | 33111160000000 | | 97,32 | 0,00 | 0,00 | 97,32 |
| Material de processamento de dados | 33111170000000 | | 865,00 | 0,00 | 0,00 | 865,00 |
| Material elétrico e eletrônico | 33111260000000 | | 157.971,40 | 58.716,20 | 0,00 | 216.687,60 |
| Material para manutenção de veículos | 33111390000000 | | 1.238,07 | 0,00 | 0,00 | 1.238,07 |
| Outros materiais de consumo | 33111990000000 | | 394,09 | 727,97 | 0,00 | 1.122,06 |
| Serviços | 33200000000000 | | 274.424,91 | 91.710,86 | 0,00 | 366.135,77 |
| Serviços terceiros - PF | 33220000000000 | | 4.720,00 | 1.300,00 | 0,00 | 6.020,00 |
| Serviços terceiros - PF - consolidação | 33221000000000 | | 4.720,00 | 1.300,00 | 0,00 | 6.020,00 |
| Locações | 33221210000000 | | 4.720,00 | 1.300,00 | 0,00 | 6.020,00 |
| Locação de imóveis | 33221210100000 | | 4.720,00 | 1.300,00 | 0,00 | 6.020,00 |
| Serviços terceiros - PJ | 33230000000000 | | 269.704,91 | 90.410,86 | 0,00 | 360.115,77 |
| Serviços terceiros - PJ - consolidação | 33231000000000 | | 269.704,91 | 90.410,86 | 0,00 | 360.115,77 |
| Comunicação | 33231040000000 | | 3.578,25 | 584,89 | 0,00 | 4.163,14 |
| Manutenção e conservação | 33231060000000 | | 0,89 | 0,00 | 0,00 | 0,89 |
| Serviços de apoio | 33231070000000 | | 22.901,78 | 9.126,39 | 0,00 | 32.028,17 |
| Serviços de água e esgoto, energia elétrica, gás e outros. | 33231080000000 | | 609,54 | 154,81 | 0,00 | 764,35 |
| Locações | 33231100000000 | | 15.740,40 | 10.056,50 | 0,00 | 25.796,90 |
| Serviços relacionados a tecnologia da informação | 33231110000000 | | 489,00 | 326,00 | 0,00 | 815,00 |
| Serviços de transporte | 33231120000000 | | 252,26 | 82,86 | 0,00 | 335,12 |
| Assinaturas de periódicos e anuidades | 33231140000000 | | 7.990,00 | 0,00 | 0,00 | 7.990,00 |
| Seguros em geral | 33231290000000 | | 2.112,56 | 0,00 | 0,00 | 2.112,56 |
| Serviços bancários | 33231320000000 | | 784,35 | 236,20 | 0,00 | 1.020,55 |
| Serviços técnicos profissionais | 33231510000000 | | 1.152,87 | 0,00 | 0,00 | 1.152,87 |
| Passagens e despesas com locomoção | 33231560000000 | | 0,00 | 115,11 | 0,00 | 115,11 |
| Outros serviços terceiros - PJ | 33231990000000 | | 214.093,01 | 69.728,10 | 0,00 | 283.821,11 |
| Tributárias | 37000000000000 | | 33,90 | 10,15 | 0,00 | 44,05 |
| Contribuições | 37200000000000 | | 33,90 | 10,15 | 0,00 | 44,05 |
| Contribuições sociais | 37210000000000 | | 33,90 | 10,15 | 0,00 | 44,05 |
| Contribuições sociais - consolidação | 37211000000000 | | 33,90 | 10,15 | 0,00 | 44,05 |
| PIS/PASEP | 37211020000000 | | 33,90 | 10,15 | 0,00 | 44,05 |

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE CIMCATARINA**

Pág 4 / 8

Gestão Patrimonial e Contábil

Balancete Analítico

Sistema: Todos Considera Encerramento: Não
Período: Maio de 2015 até: Maio de 2015 Indicador de Superávit: Todos

| Descrição da Conta | Conta Contábil | S. | Saldo Anterior | Débito Período | Crédito Período | Saldo Atual |
|--|------------------|----|----------------|----------------|-----------------|--------------|
| Variação patrimonial aumentativa | 4000000000000000 | | (713.770,15) | 0,00 | (207.389,49) | (921.159,64) |
| Impostos, taxas e contribuições de melhoria | 4100000000000000 | | (74,00) | 0,00 | 0,00 | (74,00) |
| Taxas | 4120000000000000 | | (74,00) | 0,00 | 0,00 | (74,00) |
| Taxas pela prestação de serviços | 4122000000000000 | | (74,00) | 0,00 | 0,00 | (74,00) |
| Taxas pela prestação de serviços - consolidação | 4122100000000000 | | (74,00) | 0,00 | 0,00 | (74,00) |
| Variações patrimoniais aumentativas financeiras | 4400000000000000 | | (3.286,15) | 0,00 | (1.096,29) | (4.382,44) |
| Remuneração de depósitos bancários e aplicações financeiras | 4450000000000000 | | (3.286,15) | 0,00 | (1.096,29) | (4.382,44) |
| Remuneração de depósitos bancários | 4451000000000000 | | (3.286,15) | 0,00 | (1.096,29) | (4.382,44) |
| Remuneração de depósitos bancários - consolidação | 4451100000000000 | | (3.286,15) | 0,00 | (1.096,29) | (4.382,44) |
| Transferências e delegações recebidas | 4500000000000000 | | (710.410,00) | 0,00 | (206.293,20) | (916.703,20) |
| Transferências de consórcios públicos | 4550000000000000 | | (433.440,00) | 0,00 | (26.660,00) | (460.100,00) |
| Transferências de consórcios públicos - consolidação | 4550100000000000 | | (433.440,00) | 0,00 | (26.660,00) | (460.100,00) |
| Execução orçamentária delegada | 4570000000000000 | | (276.970,00) | 0,00 | (179.633,20) | (456.603,20) |
| Execução orçamentária delegada de consórcios | 4572000000000000 | | (276.970,00) | 0,00 | (179.633,20) | (456.603,20) |
| Execução orçamentária delegada de consórcios - consolidação | 4572100000000000 | | (276.970,00) | 0,00 | (179.633,20) | (456.603,20) |
| Execução Orçamentária delegada ao Consorcio - Telefonia móvel | 4572100000200000 | | 0,00 | 0,00 | (13.900,00) | (13.900,00) |
| Material de consumo | 4572103000000000 | | (111.664,26) | 0,00 | (79.518,01) | (191.182,27) |
| Material de consumo mip | 4572103000100000 | | (111.664,26) | 0,00 | (79.518,01) | (191.182,27) |
| Outros serviços de terceiro pessoa jurídica | 4572105000000000 | | (165.305,74) | 0,00 | (86.215,19) | (251.520,93) |
| Outros serviços de terceiro pessoa jurídica (mip) | 4572105000100000 | | (130.405,74) | 0,00 | (86.215,19) | (216.620,93) |
| Outros serviços de terceiro pessoa jurídica (telefonia móvel) | 4572105000200000 | | (34.900,00) | 0,00 | 0,00 | (34.900,00) |

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE CIMCATARINA**

Pág 5 / 8

Gestão Patrimonial e Contábil

Balancete Analítico

Sistema: Todos Considera Encerramento: Não
Período: Maio de 2015 até: Maio de 2015 Indicador de Superávit: Todos

| Descrição da Conta | Conta Contábil | S. | Saldo Anterior | Débito Período | Crédito Período | Saldo Atual |
|--|------------------|----|----------------|----------------|-----------------|--------------|
| Controles da aprovação do planejamento e orçamento | 5000000000000000 | | 4.118.858,42 | 0,00 | 0,00 | 4.118.858,42 |
| Orçamento aprovado | 5200000000000000 | | 4.118.858,42 | 0,00 | 0,00 | 4.118.858,42 |
| Previsão da receita | 5210000000000000 | | 1.980.000,00 | 0,00 | 0,00 | 1.980.000,00 |
| Previsão inicial da receita | 5211000000000000 | | 1.980.000,00 | 0,00 | 0,00 | 1.980.000,00 |
| Previsão inicial da receita bruta | 5211100000000000 | O | 1.980.000,00 | 0,00 | 0,00 | 1.980.000,00 |
| Fixação da despesa | 5220000000000000 | | 2.138.858,42 | 0,00 | 0,00 | 2.138.858,42 |
| Dotação orçamentária | 5221000000000000 | | 2.138.858,42 | 0,00 | 0,00 | 2.138.858,42 |
| Dotação inicial | 5221100000000000 | | 1.980.000,00 | 0,00 | 0,00 | 1.980.000,00 |
| Crédito inicial | 5221101000000000 | O | 1.980.000,00 | 0,00 | 0,00 | 1.980.000,00 |
| Dotação adicional por tipo de crédito | 5221200000000000 | | 158.858,42 | 0,00 | 0,00 | 158.858,42 |
| Crédito adicional - suplementar | 5221201000000000 | O | 158.858,42 | 0,00 | 0,00 | 158.858,42 |

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE CIMCATARINA**

Pág 6 / 8

Gestão Patrimonial e Contábil

Balancete Analítico

Sistema: Todos Considera Encerramento: Não
 Período: Maio de 2015 até: Maio de 2015 Indicador de Superávit: Todos

| Descrição da Conta | Conta Contábil | S. | Saldo Anterior | Débito Período | Crédito Período | Saldo Atual |
|---|------------------|----|----------------|----------------|-----------------|----------------|
| Controles da execução do planejamento e orçamento | 6000000000000000 | | (4.118.858,42) | 628.242,82 | (628.242,82) | (4.118.858,42) |
| Execução do orçamento | 6200000000000000 | | (4.118.858,42) | 628.242,82 | (628.242,82) | (4.118.858,42) |
| Execução da receita | 6210000000000000 | | (1.980.000,00) | 222.134,49 | (222.134,49) | (1.980.000,00) |
| Receita a realizar | 6211000000000000 | O | (1.560.976,38) | 222.134,49 | 0,00 | (1.338.841,89) |
| Receita realizada | 6212000000000000 | O | (419.023,62) | 0,00 | (222.134,49) | (641.158,11) |
| Execução da despesa | 6220000000000000 | | (2.138.858,42) | 406.108,33 | (406.108,33) | (2.138.858,42) |
| Disponibilidades de crédito | 6221000000000000 | | (2.138.858,42) | 406.108,33 | (406.108,33) | (2.138.858,42) |
| Crédito disponível | 6221100000000000 | O | (478.036,04) | 30.258,06 | (424,69) | (448.202,67) |
| Crédito utilizado | 6221300000000000 | | (1.660.822,38) | 375.850,27 | (405.683,64) | (1.690.655,75) |
| Crédito empenhado a liquidar | 6221301000000000 | O | (1.109.294,88) | 180.427,40 | (30.682,75) | (959.550,23) |
| Crédito empenhado liquidado a pagar | 6221303000000000 | O | (123.127,12) | 194.998,18 | (180.427,40) | (108.556,34) |
| Crédito empenhado liquidado pago | 6221304000000000 | O | (428.400,38) | 424,69 | (194.573,49) | (622.549,18) |

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE CIMCATARINA**

Pág 7 / 8

Gestão Patrimonial e Contábil

Balancete Analítico

Sistema: Todos Considera Encerramento: Não
Período: Maio de 2015 até: Maio de 2015 Indicador de Superávit: Todos

| Descrição da Conta | Conta Contábil | S. | Saldo Anterior | Débito Período | Crédito Período | Saldo Atual |
|---|------------------|----|----------------|----------------|-----------------|-------------|
| Controles devedores | 7000000000000000 | | 563.111,84 | 222.134,49 | 0,00 | 785.246,33 |
| Administração financeira | 7200000000000000 | | 563.111,84 | 222.134,49 | 0,00 | 785.246,33 |
| Disponibilidades por destinação | 7210000000000000 | | 563.111,84 | 222.134,49 | 0,00 | 785.246,33 |
| Controle da disponibilidade de recursos | 7211000000000000 | O | 563.111,84 | 222.134,49 | 0,00 | 785.246,33 |

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATORINENSE CIMCATARINA**

Pág 8 / 8

Gestão Patrimonial e Contábil

Balancete Analítico

Sistema: Todos Considera Encerramento: Não
Período: Maio de 2015 até: Maio de 2015 Indicador de Superávit: Todos

| Descrição da Conta | Conta Contábil | S. | Saldo Anterior | Débito Período | Crédito Período | Saldo Atual |
|--|------------------|----|----------------|----------------|-----------------|--------------|
| Controles credores | 8000000000000000 | | (563.111,84) | 414.361,71 | (636.496,20) | (785.246,33) |
| Execução da administração financeira | 8200000000000000 | | (563.111,84) | 414.361,71 | (636.496,20) | (785.246,33) |
| Execução das disponibilidades por destinação | 8210000000000000 | | (563.111,84) | 414.361,71 | (636.496,20) | (785.246,33) |
| Execução da disponibilidade de recursos | 8211000000000000 | | (563.111,84) | 414.361,71 | (636.496,20) | (785.246,33) |
| Disponibilidade por destinação de recursos | 8211100000000000 | | 1.154.655,17 | 30.258,06 | (222.559,18) | 962.354,05 |
| Disponibilidade por destinação de recursos - disponível | 8211101000000000 | O | 1.154.655,17 | 30.258,06 | (222.559,18) | 962.354,05 |
| Disponibilidade por destinação de recursos comprometida por empenho | 8211200000000000 | O | (1.109.294,88) | 180.427,40 | (30.682,75) | (959.550,23) |
| Disponibilidade por destinação de recursos comprometida por liquidação e entradas compensatórias | 8211300000000000 | | (186.647,07) | 203.251,56 | (189.128,48) | (172.523,99) |
| Comprometida por liquidação | 8211301000000000 | O | (180.071,75) | 194.998,18 | (180.427,40) | (165.500,97) |
| Comprometida por consignações/retenções | 8211302000000000 | O | (6.575,32) | 8.253,38 | (8.701,08) | (7.023,02) |
| Disponibilidade por destinação de recursos utilizada | 8211400000000000 | O | (421.825,06) | 424,69 | (194.125,79) | (615.526,16) |

| | | | |
|--------------------------------------|--------------|---------------------------------------|--------------|
| Ativo | 659.868,28 | Passivo | 464.300,16 |
| VPD | 725.591,52 | VPA | 921.159,64 |
| Contr. da Exec. do Plan. e Orçamento | 4.118.858,42 | Contr. da Aprov. do Plan. e Orçamento | 4.118.858,42 |
| Controle Credores | 785.246,33 | Controle Devedores | 785.246,33 |
| Total | 6.289.564,55 | Total | 6.289.564,55 |

ELÓI RONNAU
Diretor Executivo

LUIZ FERNANDO RALDI
Contador
CRC/SC 029.696/O-0

BALANCETE DO RAZÃO

Pág 1 / 1

CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE CIMCATARINA

Prestação de Contas

AN TC-01 Balancete do Razão

Período: Maio de 2015

Sistema: Todos



| Conta | Saldo do Exercício Anterior | Movimento do Exercício Corrente | | | | Razão | |
|---|-----------------------------|---------------------------------|--------------|--------------|--------------|--------------|----------------|
| | | Até o Mês Ant. | | Do Mês | | Acumulado | Saldo Atual |
| | | Débito | Crédito | Débito | Crédito | | |
| Patrimonial | | | | | | | |
| Ativo | D 348.720,80 | 858.883,59 | 561.424,50 | 250.819,18 | 237.130,79 | 1.109.702,77 | D 659.868,28 |
| Passivo e patrimônio líquido | C (348.720,80) | 452.383,94 | 582.086,38 | 203.251,56 | 189.128,48 | 655.635,50 | C (464.300,16) |
| Variação patrimonial diminutiva | 0,00 | 551.766,11 | 5.752,61 | 179.578,02 | 0,00 | 731.344,13 | D 725.591,52 |
| Variação patrimonial aumentativa | 0,00 | 111.664,26 | 825.434,41 | 0,00 | 207.389,49 | 111.664,26 | C (921.159,64) |
| Controles devedores | D 144.088,22 | 419.023,62 | 0,00 | 222.134,49 | 0,00 | 641.158,11 | D 785.246,33 |
| Controles credores | C (144.088,22) | 2.935.364,24 | 3.354.387,86 | 414.361,71 | 636.496,20 | 3.349.725,95 | C (785.246,33) |
| Total do sistema Patrimonial | 0,00 | 5.329.085,76 | 5.329.085,76 | 1.270.144,96 | 1.270.144,96 | 6.599.230,72 | D 0,00 |
| | | | | | | | |
| Total Ativo | D 348.720,80 | 858.883,59 | 561.424,50 | 250.819,18 | 237.130,79 | 1.109.702,77 | D 659.868,28 |
| Total Passivo | C (348.720,80) | 452.383,94 | 582.086,38 | 203.251,56 | 189.128,48 | 655.635,50 | C (464.300,16) |
| Total VPA | 0,00 | 111.664,26 | 825.434,41 | 0,00 | 207.389,49 | 111.664,26 | C (921.159,64) |
| Total VPD | 0,00 | 551.766,11 | 5.752,61 | 179.578,02 | 0,00 | 731.344,13 | D 725.591,52 |
| Total Controle da Aprovação do Planejamento e Orçamento | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Total Controle da Execução do Planejamento e Orçamento | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Total Controle Devedores | D 144.088,22 | 419.023,62 | 0,00 | 222.134,49 | 0,00 | 641.158,11 | D 785.246,33 |
| Total Controle Credores | C (144.088,22) | 2.935.364,24 | 3.354.387,86 | 414.361,71 | 636.496,20 | 3.349.725,95 | C (785.246,33) |
| Total | 0,00 | 5.329.085,76 | 5.329.085,76 | 1.270.144,96 | 1.270.144,96 | 6.599.230,72 | D 0,00 |
| | | | | | | | |
| ORÇAMENTO | | | | | | | |
| Conta | Saldo do Exercício Anterior | Movimento do Exercício Corrente | | | | Razão | |
| | | Até o Mês Ant. | | Do Mês | | Acumulado | Saldo Atual |
| | | Débito | Crédito | Débito | Crédito | | |
| Receita orçamentária | 0,00 | 0,00 | 419.023,62 | 0,00 | 222.134,49 | 0,00 | C (641.158,11) |
| Despesa orçamentária | 0,00 | 552.123,47 | 595,97 | 180.002,71 | 424,69 | 732.126,18 | D 731.105,52 |
| Total | 0,00 | 552.123,47 | 419.619,59 | 180.002,71 | 222.559,18 | 732.126,18 | D 89.947,41 |
| Total Geral | 0,00 | 5.881.209,23 | 5.748.705,35 | 1.450.147,67 | 1.492.704,14 | 7.331.356,90 | D 89.947,41 |

BALANÇO FINANCEIRO

CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE CIMCATARINA
AN TC-05 Balanço Financeiro
Período de Referência: Junho / 2015



| INGRESSOS | | | DISPÊNDIOS | | |
|---|-----------------|--------------------|---|-----------------|--------------------|
| ESPECIFICAÇÃO | Exercício Atual | Exercício Anterior | ESPECIFICAÇÃO | Exercício Atual | Exercício Anterior |
| Receita Orçamentária (I) | 641.158,11 | 0,00 | Despesa Orçamentária (VI) | 1.697.001,55 | 0,00 |
| Ordinária | 833,44 | 0,00 | Ordinária | 16.150,95 | 0,00 |
| 01000200 - Recursos Ordinários | 833,44 | 0,00 | 01000200 - Recursos Ordinários | 275,53 | 0,00 |
| Vinculada | 640.324,67 | 0,00 | 03000200 - Recursos Ordinários - Superavit | 15.875,42 | 0,00 |
| 01000300 - Transferências a Consórcios Públicos | 640.324,67 | 0,00 | Vinculada | 1.680.850,60 | 0,00 |
| (-) Deduções da Receita Orçamentária | 0,00 | 0,00 | 01000300 - Transferências a Consórcios Públicos | 1.620.543,36 | 0,00 |
| | | | 03000300 - Transferências a Consórcios Públicos - Superavit | 60.307,24 | 0,00 |
| Transferências Financeiras Recebidas (II) | 0,00 | 0,00 | Transferências Financeiras Concedidas (VII) | 0,00 | 0,00 |
| Transf. Financeira Recebida | 0,00 | 0,00 | Transf. Financeira Concedida | 0,00 | 0,00 |
| Aportes | 0,00 | 0,00 | | | |
| Recbimentos Extraorçamentários (III) | 1.731.519,08 | 0,00 | Pagamentos Extraorçamentários (VIII) | 799.006,16 | 0,00 |
| Inscrição de restos a pagar | 1.697.001,55 | 0,00 | Pagamento de restos a pagar | 769.811,93 | 0,00 |
| Valores restituíveis | 34.509,59 | 0,00 | Valores restituíveis | 29.194,23 | 0,00 |
| Obrigações de Reparação a Outros Entes | 0,00 | 0,00 | Obrigações de Reparação a Outros Entes | 0,00 | 0,00 |
| Outras Variações Aumentativas | 7,94 | 0,00 | Outras Variações Diminutivas | 0,00 | 0,00 |
| Saldo em Espécie do Exercício Anterior (IV) | 144.088,22 | 0,00 | Saldo em Espécie do Exercício (IX) | 20.757,70 | 0,00 |
| TOTAL (V) = (I+II+III+IV) | 2.516.765,41 | 0,00 | TOTAL (X) = (VI+VII+VIII+IX) | 2.516.765,41 | 0,00 |

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE CIMCATARINA, Data Emissão 29/06/2015, Hora emissão 11:40:23

Notas:

ELÓI RONNAU
Diretor Executivo

LUIZ FERNANDO RALDI
Contador
CRC/SC 029.696/O-0

COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A EMPENHADA

Pág 1 / 2

CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE CIMCATARINA
Prestação de Contas
AN TC-08 Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada
LOA: 2015 Dotação: Período: Maio
Valor: Empenhado



| Conta | Créditos | | | Total | Despesas | | Saldo |
|--|--------------|--------------|---------|--------------|-----------|--------------|------------|
| | Orçado | Suplementado | Anulado | | Valor/Mês | Acumulado | |
| Órgão: 01 - CONSORCIO PÚBLICO | | | | | | | |
| 3300000000000000 - Despesas correntes | 1.905.500,00 | 131.130,20 | 0,00 | 2.036.630,20 | 29.833,37 | 1.688.541,75 | 348.088,45 |
| 3310000000000000 - Pessoal e encargos sociais | 465.500,00 | 2.133,90 | 0,00 | 467.633,90 | 2.666,95 | 363.769,74 | 103.864,16 |
| 3319000000000000 - Aplicações diretas | 465.500,00 | 2.133,90 | 0,00 | 467.633,90 | 2.666,95 | 363.769,74 | 103.864,16 |
| 3319004000000000 - Contratação por tempo determinado | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 2.666,95 | 118.704,14 | 0,00 |
| 3319004040000000 - Obrigações patronais | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 41.000,00 | 0,00 |
| 3319004990000000 - Outros serviços temporários | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 2.666,95 | 77.704,14 | 0,00 |
| 3319011000000000 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 195.312,99 | 0,00 |
| 3319011010000000 - Vencimentos e salários | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 183.000,00 | 0,00 |
| 3319011450000000 - Férias - abono constitucional | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 2.947,89 | 0,00 |
| 3319011460000000 - Férias - pagamento antecipado | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 9.365,10 | 0,00 |
| 3319013000000000 - Obrigações patronais | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 49.752,61 | 0,00 |
| 3319013010000000 - FGTS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 13.534,03 | 0,00 |
| 3319013020000000 - Contribuições previdenciárias - INSS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 36.218,58 | 0,00 |
| 3330000000000000 - Outras despesas correntes | 1.440.000,00 | 128.996,30 | 0,00 | 1.568.996,30 | 27.166,42 | 1.324.772,01 | 244.224,29 |
| 3339000000000000 - Aplicações diretas | 1.440.000,00 | 128.996,30 | 0,00 | 1.568.996,30 | 27.166,42 | 1.324.772,01 | 244.224,29 |
| 3339030000000000 - Material de consumo | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.203,97 | 550.437,56 | 0,00 |
| 3339030010000000 - Combustíveis e lubrificantes automotivos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 10.592,93 | 0,00 |
| 3339030160000000 - Material de expediente | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 476,00 | 573,32 | 0,00 |
| 3339030170000000 - Material de processamento de dados | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 865,00 | 0,00 |
| 3339030260000000 - Material elétrico e eletrônico | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 534.446,18 | 0,00 |
| 3339030390000000 - Material para manutenção de veículos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.238,07 | 0,00 |
| 3339030960000000 - Materiais de consumo - pagto antecipado | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 727,97 | 2.722,06 | 0,00 |
| 3339033000000000 - Passagens e despesas com locomoção | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 115,11 | 115,11 | 0,00 |
| 3339033010000000 - Passagens para o país | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 115,11 | 115,11 | 0,00 |
| 3339036000000000 - Outros serviços terceiros - pessoa física | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 10.400,00 | 15.120,00 | 0,00 |
| 3339036000000000 - Locação de imóveis | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 10.400,00 | 15.120,00 | 0,00 |
| 3339039000000000 - Outros serviços terceiros - pessoa jurídica | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 15.447,34 | 758.923,81 | 0,00 |
| 3339039050000000 - Serviços técnicos profissionais | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 7.990,00 | 0,00 |
| 3339039080000000 - Manutenção de software | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.152,87 | 0,00 |
| 3339039110000000 - Locação de softwares | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.956,00 | 0,00 |
| 3339039190000000 - Manutenção e conservação de veículos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 43.512,85 | 0,00 |
| 3339039430000000 - Serviços de energia elétrica | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,89 | 0,00 |
| 3339039470000000 - Serviços de comunicação em geral | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 15.000,00 | 1.600,00 | 0,00 |
| 3339039580000000 - Serviços de telecomunicações | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 77.816,52 | 77.816,52 | 0,00 |
| 3339039690000000 - Seguros em geral | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 11.100,00 | 11.100,00 | 0,00 |
| 3339039720000000 - Vale-transporte | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 2.112,56 | 0,00 |
| 3339039810000000 - Serviços bancários | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 900,00 | 0,00 |
| 3339039960000000 - Outros serv. terceiros pessoa jurídica - pagamento antecipado | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 2.000,00 | 0,00 |
| 3339039970000000 - Despesas de teleprocessamento | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 447,34 | 2.857,28 | 0,00 |
| 3339039990000000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 6.316,00 | 0,00 |
| 3339047000000000 - Obrigações tributárias e contributivas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 599.608,84 | 0,00 |
| 3339047120000000 - Contribuição para o PIS/PASEP | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 175,53 | 0,00 |
| 3400000000000000 - Despesas de capital | 70.500,00 | 27.728,22 | 0,00 | 98.228,22 | 0,00 | 2.114,00 | 96.114,22 |
| 3440000000000000 - Investimentos | 70.500,00 | 27.728,22 | 0,00 | 98.228,22 | 0,00 | 2.114,00 | 96.114,22 |

29/06/2015 11:57

Identificador: WPR1221101-022-MOEPZ-173278641 - Emitido por: LUIZ FERNANDO RALDI

IPM - Informática Ltda

CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE CIMCATARINA

Prestação de Contas

AN TC-08 Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada

LOA: 2015 Dotação: Período: Maio

Valor: Empenhado



| Conta | Créditos | | | Despesas | | Saldo |
|---|---------------------|-------------------|-------------|---------------------|------------------|---------------------|
| | Orçado | Suplementado | Anulado | Total | Valor/Mês | |
| Órgão: 01 - CONSORCIO PUBLICO | | | | | | |
| 3449000000000000 - Aplicacoes diretas | 70.500,00 | 27.728,22 | 0,00 | 98.228,22 | 0,00 | 2.114,00 |
| 3449052000000000 - Equipamentos e material permanente | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 2.114,00 |
| 3449052330000000 - Equipamentos para áudio,vídeo e foto | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 364,00 |
| 3449052350000000 - Equipamentos de processamento de dados | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.750,00 |
| Total Órgão | 1.976.000,00 | 158.858,42 | 0,00 | 2.134.858,42 | 29.833,37 | 1.690.655,75 |
| Órgão: 99 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA | | | | | | |
| 3900000000000000 - Reserva de contingência | 4.000,00 | 0,00 | 0,00 | 4.000,00 | 0,00 | 0,00 |
| 3990000000000000 - Reserva de contingência | 4.000,00 | 0,00 | 0,00 | 4.000,00 | 0,00 | 0,00 |
| 3999900000000000 - Reserva de contingência | 4.000,00 | 0,00 | 0,00 | 4.000,00 | 0,00 | 0,00 |
| Total Órgão | 4.000,00 | 0,00 | 0,00 | 4.000,00 | 0,00 | 0,00 |
| Total Geral | 1.980.000,00 | 158.858,42 | 0,00 | 2.138.858,42 | 29.833,37 | 1.690.655,75 |
| | | | | | | 444.202,67 |
| | | | | | | 448.202,67 |

LUIZ FERNANDO RALDI
Contador
CRC/SC 029.696/O-0

ELÓI RONNAU
Diretor Executivo

COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA**CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE CIMCATARINA**

Pág 1 / 1

Prestação de Contas

Anexo 10 - Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada

Período: Janeiro até Maio de 2015

Lei 4320/64 Artigo 101

| Títulos | Conta | Receita | | Diferença | |
|--|----------------|---------------------|-------------------|--------------|---------------------|
| | | Orçada | Realizada | Para Mais(+) | Para Menos(-) |
| Receitas correntes | 10000000000000 | 1.922.000,00 | 635.036,61 | | 1.286.963,39 |
| Receita tributária | 11000000000000 | 500,00 | 74,00 | | 426,00 |
| Taxas | 11200000000000 | 500,00 | 74,00 | | 426,00 |
| Taxas pela prestação de serviços | 11220000000000 | 500,00 | 74,00 | | 426,00 |
| Receita patrimonial | 13000000000000 | 10.400,00 | 4.382,44 | | 6.017,56 |
| Receitas de valores mobiliários | 13200000000000 | 10.400,00 | 4.382,44 | | 6.017,56 |
| Remuneração de depósitos bancários | 13250000000000 | 10.400,00 | 4.382,44 | | 6.017,56 |
| Receita de serviços | 16000000000000 | 45.100,00 | 0,00 | | 45.100,00 |
| Serviços administrativos | 16001300000000 | 38.100,00 | 0,00 | | 38.100,00 |
| Serviços de consultoria, assistência técnica e análise de projetos | 16002000000000 | 5.000,00 | 0,00 | | 5.000,00 |
| Outras receitas de serviços | 16009900000000 | 2.000,00 | 0,00 | | 2.000,00 |
| Transferências correntes | 17000000000000 | 1.864.000,00 | 630.580,17 | | 1.233.419,83 |
| Transferências intergovernamentais | 17200000000000 | 1.864.000,00 | 630.580,17 | | 1.233.419,83 |
| Transferências dos municípios | 17230000000000 | 1.864.000,00 | 630.580,17 | | 1.233.419,83 |
| Outras receitas correntes | 19000000000000 | 2.000,00 | 0,00 | | 2.000,00 |
| Multas e juros de mora | 19100000000000 | 2.000,00 | 0,00 | | 2.000,00 |
| Multas de outras origens | 19190000000000 | 2.000,00 | 0,00 | | 2.000,00 |
| Receitas de capital | 20000000000000 | 58.000,00 | 6.121,50 | | 51.878,50 |
| Alienação de bens | 22000000000000 | 2.000,00 | 0,00 | | 2.000,00 |
| Alienação de bens móveis | 22100000000000 | 2.000,00 | 0,00 | | 2.000,00 |
| Alienação de outros bens móveis | 22190000000000 | 2.000,00 | 0,00 | | 2.000,00 |
| Transferências de capital | 24000000000000 | 56.000,00 | 6.121,50 | | 49.878,50 |
| Transferências intergovernamentais | 24200000000000 | 56.000,00 | 6.121,50 | | 49.878,50 |
| Transferências dos municípios | 24230000000000 | 56.000,00 | 6.121,50 | | 49.878,50 |
| Total Geral | | 1.980.000,00 | 641.158,11 | | 1.338.841,89 |

Data de Emissão: 29/06/2015

LUIZ FERNANDO RALDI
Contador
CRC/SC 029.696/O-0

ELÓI RONNAU
Diretor Executivo

CONCILIAÇÃO BANCÁRIA

CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE CIMCATARINA

Prestação de Contas

AN TC-03 Conciliação Bancária

Período: 01/05/2015 até 31/05/2015



111111900010100 - B. Brasil Sa Movimento 18.520-5

| | | | | | |
|--------------------------------|--|--|-----------|---------------------------|-----------|
| Saldo da Contabilidade | | | 15.728,10 | Saldo de Aplicação | 0,00 |
| Saldo Conciliado | | | 15.728,10 | Saldo de Extrato | 15.728,10 |
| | | | | Diferença conciliação (I) | 0,00 |
| | | | | Pendências Bancárias | |
| | | | | Data | Documento |
| | | | | Descrição | Valor |
| Total (II) | | | 0,00 | Total (III) | |
| Diferença Geral (I - II + III) | | | | 0,00 | |

ELÓI RÖNNAU
Diretor Executivo
CPF: 590.962.419-91

LUIZ FERNANDO RALDI
Contador
CRC/SC 029.696/O-0

111111900010200 - B. Brasil- Ctp01 Ctr1 - 20.412-9

| | | | | | |
|--------------------------------|--|--|-----------|---|------------|
| Saldo da Contabilidade | | | 19.589,84 | Saldo de Aplicação | 0,00 |
| Saldo Conciliado | | | 19.589,84 | Saldo de Extrato | 22.079,84 |
| | | | | Diferença conciliação (I) | (2.490,00) |
| | | | | Pendências Bancárias | |
| | | | | Data | Documento |
| | | | | Descrição | Valor |
| | | | | Transferências entre contas bancárias não efetivadas no banco (saída) | |
| | | | | 31/05/2015 1 TRANSFERENCIA NA COMPENSADA NO | |
| | | | | BANCO CONTA 22436-7 | |
| Total (II) | | | 0,00 | Total (III) | |
| Diferença Geral (I - II + III) | | | | (2.490,00) | |

ELÓI RÖNNAU
Diretor Executivo
CPF: 590.962.419-91

LUIZ FERNANDO RALDI
Contador
CRC/SC 029.696/O-0

111111900010300 - B. Brasil - Cps Maq. - 20.414-5

| | | | | | |
|--------------------------------|--|--|----------|---------------------------|-----------|
| Saldo da Contabilidade | | | 1.869,57 | Saldo de Aplicação | 0,00 |
| Saldo Conciliado | | | 1.869,57 | Saldo de Extrato | 1.869,57 |
| | | | | Diferença conciliação (I) | 0,00 |
| | | | | Pendências Bancárias | |
| | | | | Data | Documento |
| | | | | Descrição | Valor |
| Total (II) | | | 0,00 | Total (III) | |
| Diferença Geral (I - II + III) | | | | 0,00 | |

IPM - Informática Ltda



CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE CIMCATARINA

Prestação de Contas
AN TC-03 Conciliação Bancária
Período: 01/05/2015 até 31/05/2015



111111900010300 - B. Brasil - Cps Maq. - 20.414-5

| | | | |
|------------------------|----------|---------------------------|----------|
| Saldo da Contabilidade | 1.869,57 | Saldo de Aplicação | 0,00 |
| Saldo Conciliado | 1.869,57 | Saldo de Extrato | 1.869,57 |
| | | Diferença conciliação (I) | 0,00 |
| Pendências Contábeis | | Pendências Bancárias | |

ELÓI RÖNNAU
Diretor Executivo
CPF: 590.962.419-91

LUIZ FERNANDO RALDI
Contador
CRC/SC 029.696/O-0

111111900010400 - B. Brasil - Ctp1 Ctr3 - 20.413-7

| | | | |
|--------------------------------|-----------|---------------------------|-----------|
| Saldo da Contabilidade | 58.917,75 | Saldo de Aplicação | 0,00 |
| Saldo Conciliado | 58.917,75 | Saldo de Extrato | 58.917,75 |
| | | Diferença conciliação (I) | 0,00 |
| Pendências Contábeis | | Pendências Bancárias | |
| Data | Documento | Descrição | Valor |
| Total (II) | | Data | Documento |
| Diferença Geral (I - II + III) | | Total (III) | |
| | | 0,00 | |
| | | 0,00 | |

ELÓI RÖNNAU
Diretor Executivo
CPF: 590.962.419-91

LUIZ FERNANDO RALDI
Contador
CRC/SC 029.696/O-0

111111900010500 - B. Brasil - Ctp3 Proama - 21.525-2

| | | | |
|--------------------------------|-----------|---------------------------|-----------|
| Saldo da Contabilidade | 10.882,99 | Saldo de Aplicação | 0,00 |
| Saldo Conciliado | 10.882,99 | Saldo de Extrato | 10.882,99 |
| | | Diferença conciliação (I) | 0,00 |
| Pendências Contábeis | | Pendências Bancárias | |
| Data | Documento | Descrição | Valor |
| Total (II) | | Data | Documento |
| Diferença Geral (I - II + III) | | Total (III) | |
| | | 0,00 | |
| | | 0,00 | |

ELÓI RÖNNAU
Diretor Executivo
CPF: 590.962.419-91

LUIZ FERNANDO RALDI
Contador
CRC/SC 029.696/O-0

IPM - Informática Ltda

CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE CIMCATARINA

Prestação de Contas

AN TC-03 Conciliação Bancária

Período: 01/05/2015 até 31/05/2015



11111900010600 - B. Brasil - PROLICITA 22436-7

| | | | |
|---|-----------|---------------------------------------|-------------|
| Saldo da Contabilidade | 23.060,83 | Saldo de Aplicação | 0,00 |
| Saldo Conciliado | 23.060,83 | Saldo de Extrato | 35.535,68 |
| | | Diferença conciliação (I) | (12.474,85) |
| Pendências Contábeis | | | |
| Pendências Bancárias | | | |
| Data | Documento | Descrição | Valor |
| Cheques a compensar | | | |
| 31/05/2015 | 6755 | PAGAMENTO NÃO COMPENSADO NO BANCO | (108,00) |
| Ordens de pagamento a funcionários não realizados no banco (folha de pagamento) | | | |
| 31/05/2015 | 1 | VALOR NÃO COMPENSADO NO BANCO | (14.856,85) |
| Transferência entre contas bancárias não efetivadas no banco (entrada) | | | |
| 31/05/2015 | 1 | TRANSFERÊNCIA NÃO COMPENSADO NO BANCO | 2.490,00 |
| Total (II) | | Total (III) | (12.474,85) |
| Diferença Geral (I - II + III) | | | |
| | | | 0,00 |

ELÓI RÖNNAU
Diretor Executivo
CPF: 590.962.419-91

LUIZ FERNANDO RALDI
Contador
CRC/SC 029.696/O-0

11111900010700 - B. BRASIL - PROILUMINA. 22437-5

| | | | |
|--------------------------------|-----------|---------------------------|-------|
| Saldo da Contabilidade | 0,00 | Saldo de Aplicação | 0,00 |
| Saldo Conciliado | 0,00 | Saldo de Extrato | 0,00 |
| | | Diferença conciliação (I) | 0,00 |
| Pendências Contábeis | | | |
| Pendências Bancárias | | | |
| Data | Documento | Descrição | Valor |
| Total (II) | | | |
| | | Total (III) | 0,00 |
| Diferença Geral (I - II + III) | | | |
| | | | 0,00 |

ELÓI RÖNNAU
Diretor Executivo
CPF: 590.962.419-91

LUIZ FERNANDO RALDI
Contador
CRC/SC 029.696/O-0

CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE CIMCATARINA

Prestação de Contas

AN TC-03 Conciliação Bancária

Período: 01/05/2015 até 31/05/2015



11111900010800 - B. Brasil - PROLICITA TELEFONIA 22864-8

| | | | |
|--------------------------------|-----------|---------------------------|-----------|
| Saldo da Contabilidade | 39.671,09 | Saldo de Aplicação | 0,00 |
| Saldo Conciliado | 39.671,09 | Saldo de Extrato | 39.671,09 |
| | | Diferença conciliação (I) | 0,00 |
| Pendências Contábeis | | Pendências Bancárias | |
| Data | Documento | Descrição | Valor |
| Total (II) | | Total (III) | 0,00 |
| Diferença Geral (I - II + III) | | | 0,00 |

ELÓI RÖNNAU
Diretor Executivo
CPF: 590.962.419-91

LUIZ FERNANDO RALDI
Contador
CRC/SC 029.696/O-0

Fraiburgo, 31 de maio de 2015

DEMONSTRATIVO DOS RECURSOS RECEBIDOS - TC 06**CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE CIMCATARINA**

Pág 1 / 2

Prestação de Contas

AN TC-06 Demonstrativo dos Recursos Recebidos a Qualquer Título

LOA: 2015 Período: Maio

| Conta | Recebido no período | Recebido até o período |
|--|---------------------|------------------------|
| Receita Orçamentária | | |
| Receita orçamentária | 222.134,49 | 641.158,11 |
| Receitas correntes | 220.609,49 | 635.036,61 |
| Receita tributária | 0,00 | 74,00 |
| Taxas | 0,00 | 74,00 |
| Taxas pela prestação de serviços | 0,00 | 74,00 |
| Outras taxas de prestação de serviços | 0,00 | 74,00 |
| Receita patrimonial | 1.096,29 | 4.382,44 |
| Receitas de valores mobiliários | 1.096,29 | 4.382,44 |
| Remuneração de depósitos bancários | 1.096,29 | 4.382,44 |
| Remuneração depósitos de recursos vinculados | 980,88 | 3.623,00 |
| Receita rem. dep. banc. rec. vinc.-outros | 980,88 | 3.623,00 |
| Remuneracao Dep. Bancarios - Municípios Consorciad | 980,88 | 3.623,00 |
| Remuneração depósito de recursos não vinculados | 115,41 | 759,44 |
| Remuneração dep. recur. não vinculados-outros | 115,41 | 759,44 |
| Transferências correntes | 219.513,20 | 630.580,17 |
| Transferências intergovernamentais | 219.513,20 | 630.580,17 |
| Transferências dos municípios | 219.513,20 | 630.580,17 |
| Transferências a consórcios públicos | 219.513,20 | 630.580,17 |
| GRUPO DO PROGRAMA 01 ADM | 1.520,00 | 3.040,00 |
| CALMON | 1.520,00 | 3.040,00 |
| GRUPO DO PROGRAMA 02 MIP | 165.733,20 | 411.764,17 |
| ARROIO TRINTA MATERIAL MIP | 1.000,00 | 10.408,78 |
| BRUNOPOLIS MATERIAL MIP | 1.500,00 | 10.500,00 |
| CAÇADOR MATERIAL MIP | 49.767,57 | 99.919,11 |
| FRAIBURGO MATERIAL MIP | 10.000,00 | 72.924,36 |
| IBIAM MATERIAL MIP | 2.457,25 | 2.457,25 |
| IOMERÉ MATERIAL MIP | 1.500,00 | 9.142,02 |
| LEBON REGIS MATERIAL MIP | 0,00 | 5.609,06 |
| MATOS COSTA MATERIAL MIP | 4.319,68 | 6.280,39 |
| PINHEIRO PRETO MATERIAL MIP | 1.250,00 | 4.507,24 |
| RIO DAS ANTAS MATERIAL MIP | 2.070,00 | 9.821,45 |
| SALTO VELOSO MATERIAL MIP | 5.653,51 | 5.653,51 |
| TIMBÓ GRANDE MATERIAL MIP | 0,00 | 8.325,81 |
| VIDEIRA MATERIAL MIP | 0,00 | 80.000,00 |
| ARROIO TRINTA DELEGACÃO SERVIÇO MIP | 1.000,00 | 1.000,00 |
| BRUNOPOLIS DELEGACÃO SERVIÇO MIP | 1.500,00 | 1.500,00 |
| CAÇADOR DELEGACÃO SERVIÇO MIP | 57.170,79 | 57.170,79 |
| FRAIBURGO DELEGACÃO SERVIÇOS MIP | 10.000,00 | 10.000,00 |
| IBIAM DELEGACÃO SERVIÇOS MIP | 2.174,97 | 2.174,97 |
| IOMERE DELEGACÃO SERVIÇOS MIP | 1.500,00 | 1.500,00 |
| MATOS COSTA DELEGACÃO SERVIÇOS MIP | 4.924,43 | 4.924,43 |
| PINHEIRO PRETO DELEGACÃO SERVIÇOS MIP | 1.250,00 | 1.250,00 |
| RIO DAS ANTAS DELEGACÃO SERVIÇOS MIP | 2.070,00 | 2.070,00 |
| SALTO VELOSO DELEGACÃO SERVIÇOS MIP | 4.625,00 | 4.625,00 |
| GRUPO DO PROGRAMA 04 PROLICITA | 52.260,00 | 215.776,00 |
| GRUPO DO PROGRAMA 04 PROLICITA | 17.976,00 | 67.672,00 |
| ABDON BATISTA | 1.560,00 | 7.800,00 |
| ARROIO TRINTA | 0,00 | 4.992,00 |
| BRUNOPOLIS | 1.248,00 | 7.488,00 |
| CAÇADOR | 8.528,00 | 21.320,00 |
| CALMON | 2.376,00 | 4.752,00 |
| FRAIBURGO | 3.016,00 | 15.080,00 |
| FREI ROGERIO | 1.248,00 | 6.240,00 |
| IBIAM | 1.248,00 | 6.240,00 |
| IOMERÉ | 1.248,00 | 6.240,00 |
| IRANI | 1.560,00 | 7.800,00 |
| LEBON REGIS | 1.768,00 | 8.840,00 |
| MACIEIRA | 0,00 | 6.240,00 |
| MATOS COSTA | 6.240,00 | 7.368,00 |
| MONTE CARLO | 3.120,00 | 7.800,00 |
| PINHEIRO PRETO | 0,00 | 14.976,00 |
| RIO DAS ANTAS | 1.560,00 | 7.800,00 |
| SALTO VELOSO | 0,00 | 7.800,00 |
| VIDEIRA | 3.640,00 | 18.200,00 |
| GRUPO DO PROGRAMA 04 PROLICITA TELEFONIA | 6.000,00 | 24.000,00 |
| FRAIBURGO | 6.000,00 | 24.000,00 |
| IOMERÉ | 2.000,00 | 6.000,00 |

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE CIMCATARINA**

Pág 2 / 2

Prestação de Contas
AN TC-06 Demonstrativo dos Recursos Recebidos a Qualquer Título
LOA: 2015 Período: Maio

| Conta | Recebido no período | Recebido até o período |
|--------------------------------------|---------------------|------------------------|
| Receita Orçamentária | | |
| PINHEIRO PRETO | 2.400,00 | 4.800,00 |
| VIDEIRA | 3.500,00 | 14.000,00 |
| Receitas de capital | 1.525,00 | 6.121,50 |
| Transferências de capital | 1.525,00 | 6.121,50 |
| Transferências intergovernamentais | 1.525,00 | 6.121,50 |
| Transferências dos municípios | 1.525,00 | 6.121,50 |
| Transferências a consórcios públicos | 1.525,00 | 6.121,50 |
| GRUPO DO PROGRAMA 01 | 200,00 | 400,00 |
| CALMON | 200,00 | 400,00 |
| GRUPO DO PROGRAMA 04 PROLICITA | 1.325,00 | 5.721,50 |
| ABDON BATISTA | 52,50 | 262,50 |
| ARROIO TRINTA | 0,00 | 168,00 |
| BRUNOPOLIS | 42,00 | 252,00 |
| CAÇADOR | 287,00 | 717,50 |
| CALMON | 114,00 | 228,00 |
| FRAIBURGO | 101,50 | 507,50 |
| FREI ROGERIO | 42,00 | 210,00 |
| IBIAM | 42,00 | 210,00 |
| IOMERE | 42,00 | 210,00 |
| IRANI | 52,50 | 262,50 |
| LEBON REGIS | 59,50 | 297,50 |
| MACIEIRA | 0,00 | 210,00 |
| MATOS COSTA | 210,00 | 282,00 |
| MONTE CARLO | 105,00 | 262,50 |
| PINHEIRO PRETO | 0,00 | 504,00 |
| RIO DAS ANTAS | 52,50 | 262,50 |
| SALTO VELOSO | 0,00 | 262,50 |
| VIDEIRA | 122,50 | 612,50 |
| Total Receita | 222.134,49 | 641.158,11 |
| Total Geral | 222.134,49 | 641.158,11 |

LUIZ FERNANDO RALDI
Contador
CRC/SC 029.696/O-0

ELÓI RONNAU
Diretor Executivo

RAZÃO ANALÍTICO PARA CONCILIAÇÃO BANCÁRIA**CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE CIMCATARINA**

Pág 1 / 3

Gestão Patrimonial e Contábil
ResumidoRazão Contábil para Conciliação
Período: 01/05/2015 até: 31/05/2015

| 9317 -111111900010100 - B. Brasil Sa Movimento 18.520-5 - 18520-5 | | |
|--|-----------------------------|-------------------|
| Data | | Valor |
| | Saldo Anterior | 15.643,46 |
| 19/05/2015 | | |
| Pagamento de Empenho | | (18,52) |
| | Total dia 19/05/2015 | (18,52) |
| 29/05/2015 | | |
| Receita Orçamentária | | 103,16 |
| | Total dia 29/05/2015 | 103,16 |
| | TOTAL | 15.728,10 |
| 19961 -111111900010200 - B. Brasil- Ctp01 Ctr1 - 20.412-9 - 20412-9 | | |
| Data | | Valor |
| | Saldo Anterior | 19.833,57 |
| 05/05/2015 | | |
| Receita Orçamentária | | 1.720,00 |
| | Total dia 05/05/2015 | 1.720,00 |
| 19/05/2015 | | |
| Pagamento de Empenho | | (2.114,00) |
| | Total dia 19/05/2015 | (2.114,00) |
| 29/05/2015 | | |
| Receita Orçamentária | | 150,27 |
| | Total dia 29/05/2015 | 150,27 |
| | TOTAL | 19.589,84 |
| 19962 -111111900010300 - B. Brasil - Cps Maq. - 20.414-5 - 20414-5 | | |
| Data | | Valor |
| | Saldo Anterior | 1.857,32 |
| 29/05/2015 | | |
| Receita Orçamentária | | 12,25 |
| | Total dia 29/05/2015 | 12,25 |
| | TOTAL | 1.869,57 |

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE CIMCATARINA**

Pág 2 / 3

Gestão Patrimonial e Contábil
Resumido
Razão Contábil para Conciliação
Período: 01/05/2015 até: 31/05/2015

| 19963 -111111900010400 - B. Brasil - Ctp1 Ctr3 - 20.413-7 - 20413-7 | | |
|---|-----------------------------|--------------------|
| Data | | Valor |
| | Saldo Anterior | 42.658,88 |
| 08/05/2015 | | |
| Pagamento de Empenho | | (517,00) |
| Pagamento de Nota Extra | | (1.411,82) |
| | Total dia 08/05/2015 | (1.928,82) |
| 11/05/2015 | | |
| Receita Orçamentária | | 16.384,11 |
| | Total dia 11/05/2015 | 16.384,11 |
| 14/05/2015 | | |
| Pagamento de Empenho | | (215,83) |
| | Total dia 14/05/2015 | (215,83) |
| 15/05/2015 | | |
| Receita Orçamentária | | 30.278,51 |
| | Total dia 15/05/2015 | 30.278,51 |
| 18/05/2015 | | |
| Pagamento de Empenho | | (47.258,03) |
| Receita Orçamentária | | 4.632,22 |
| | Total dia 18/05/2015 | (42.625,81) |
| 19/05/2015 | | |
| Pagamento de Nota Extra | | (3.565,36) |
| | Total dia 19/05/2015 | (3.565,36) |
| 21/05/2015 | | |
| Receita Orçamentária | | 3.000,00 |
| | Total dia 21/05/2015 | 3.000,00 |
| 22/05/2015 | | |
| Receita Orçamentária | | 2.500,00 |
| | Total dia 22/05/2015 | 2.500,00 |
| 26/05/2015 | | |
| Pagamento de Empenho | | (96.777,66) |
| Receita Orçamentária | | 106.938,36 |
| | Total dia 26/05/2015 | 10.160,70 |
| 28/05/2015 | | |
| Receita Orçamentária | | 2.000,00 |
| | Total dia 28/05/2015 | 2.000,00 |
| 29/05/2015 | | |
| Pagamento de Empenho | | (56,44) |
| Receita Orçamentária | | 327,81 |
| | Total dia 29/05/2015 | 271,37 |
| | TOTAL | 58.917,75 |
| 19964 -111111900010500 - B.Brasil - Ctp3 Proama - 21.525-2 - 21525-2 | | |
| Data | | Valor |
| | Saldo Anterior | 10.811,66 |
| 29/05/2015 | | |
| Receita Orçamentária | | 71,33 |
| | Total dia 29/05/2015 | 71,33 |
| | TOTAL | 10.882,99 |

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE CIMCATARINA**

Pág 3 / 3

Gestão Patrimonial e Contábil

Resumido

Razão Contábil para Conciliação

Período: 01/05/2015 até: 31/05/2015

| 19965 -111111900010600 - B. Brasil - PROLICITA 22436-7 - 22436-7 | | |
|---|-----------------------|------------------|
| Data | | Valor |
| | Saldo Anterior | 20.389,29 |
| 05/05/2015 | | |
| Receita Orçamentária | | 2.490,00 |
| | Total dia 05/05/2015 | 2.490,00 |
| 08/05/2015 | | |
| Pagamento de Empenho | | (8.602,60) |
| | Total dia 08/05/2015 | (8.602,60) |
| 11/05/2015 | | |
| Receita Orçamentária | | 13.760,00 |
| | Total dia 11/05/2015 | 13.760,00 |
| 12/05/2015 | | |
| Receita Orçamentária | | 4.515,00 |
| | Total dia 12/05/2015 | 4.515,00 |
| 14/05/2015 | | |
| Pagamento de Empenho | | (369,06) |
| | Total dia 14/05/2015 | (369,06) |
| 15/05/2015 | | |
| Receita Orçamentária | | 8.815,00 |
| | Total dia 15/05/2015 | 8.815,00 |
| 19/05/2015 | | |
| Pagamento de Empenho | | (4.643,65) |
| Pagamento de Nota Extra | | (1.598,13) |
| | Total dia 19/05/2015 | (6.241,78) |
| 20/05/2015 | | |
| Pagamento de Empenho | | 424,69 |
| | Total dia 20/05/2015 | 424,69 |
| 21/05/2015 | | |
| Receita Orçamentária | | 1.290,00 |
| | Total dia 21/05/2015 | 1.290,00 |
| 22/05/2015 | | |
| Pagamento de Empenho | | (3.918,10) |
| | Total dia 22/05/2015 | (3.918,10) |
| 26/05/2015 | | |
| Pagamento de Empenho | | (1.715,11) |
| | Total dia 26/05/2015 | (1.715,11) |
| 27/05/2015 | | |
| Receita Orçamentária | | 8.815,00 |
| | Total dia 27/05/2015 | 8.815,00 |
| 29/05/2015 | | |
| Pagamento de Empenho | | (15.106,87) |
| Pagamento de Nota Extra | | (1.678,07) |
| Receita Orçamentária | | 193,44 |
| | Total dia 29/05/2015 | (16.591,50) |
| | TOTAL | 23.060,83 |
| 19967 -111111900010800 - B. Brasil - PROLICITA TELEFONIA 22864-8 - 22864-8 | | |
| Data | | Valor |
| | Saldo Anterior | 30.092,60 |
| 11/05/2015 | | |
| Receita Orçamentária | | 1.200,00 |
| | Total dia 11/05/2015 | 1.200,00 |
| 15/05/2015 | | |
| Receita Orçamentária | | 11.500,00 |
| | Total dia 15/05/2015 | 11.500,00 |
| 18/05/2015 | | |
| Pagamento de Empenho | | (4.546,94) |
| | Total dia 18/05/2015 | (4.546,94) |
| 29/05/2015 | | |
| Pagamento de Empenho | | (12,60) |
| Receita Orçamentária | | 1.438,03 |
| | Total dia 29/05/2015 | 1.425,43 |
| | TOTAL | 39.671,09 |

RELAÇÃO DE EMPENHOS EMITIDOS

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE CIMCATARINA

Execução Orçamentária

Empenhos Emitidos

Período de Emissão: 01/05/2015 até: 31/05/2015



Pág 1 / 1

| Empenho | Espécie | Dotação | Vínculo | Emissão | Credor | Empenhado | Estornado | Líquido |
|--|------------|---|----------|------------|----------------------------------|-----------|-----------|-----------|
| 47 | Ordinário | 01.001.0004.0122.0001.2002.3339000000000000 | 01000300 | 20/02/2015 | LUIZ FERNANDO RALDI | 0,00 | 352,66 | (352,66) |
| ADIANTAMENTO PARA COBRIR DESPESAS DE VIAGENS E SERVIÇOS DE PEQUENO VALOR. | | | | | | | | |
| 48 | Ordinário | 01.001.0004.0122.0001.2002.3339000000000000 | 01000300 | 20/02/2015 | LUIZ FERNANDO RALDI | 0,00 | 72,03 | (72,03) |
| ADIANTAMENTO PARA COMPRAS DE MATERIAIS DE PEQUENO VALOR. | | | | | | | | |
| 67 | Global | 01.001.0004.0122.0001.2002.3339000000000000 | 01000300 | 04/05/2015 | IVETE REGINA ODORIZZI | 10.400,00 | 0,00 | 10.400,00 |
| LOCAÇÃO DE UMA SALA COMERCIAL COM ÁREA DE 200M2, NO PAVIMENTO SUPERIOR (SEGUNDO PISO) LOCALIZADO NA RUA NEREU RAMOS, 761 CENTRO DE FRABURG PARA A SEDE ADMINISTRATIVA DO CONSÓRCIO REFERENTE MAIO A DEZEMBRO DE 2015 CONFORME CONTRATO 010/2015. | | | | | | | | |
| 68 | Estimativo | 01.001.0004.0122.0001.2002.3339000000000000 | 01000300 | 04/05/2015 | EMPRESA BRASILEIRA DE TELEGRAFOS | 1.000,00 | 0,00 | 1.000,00 |
| EMPENHO ESTIMATIVO COMPLEMENTAR AO EMPENHO 07/2015 PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POSTAIS PARA MOVIMENTAÇÃO DE CORRESPONDÊNCIAS DO CONSÓRCIO. | | | | | | | | |
| 69 | Estimativo | 01.001.0004.0122.0001.2002.3339000000000000 | 01000300 | 20/05/2015 | TIM CELULARES S.A | 8.000,00 | 0,00 | 8.000,00 |
| CONTRATAÇÃO DE 11 LINHAS DE TELEFONIA MÓVEL PARA UTILIZAÇÃO NO MUNICÍPIO DE MACIEIRA: CONFORME SOL. FORNECIMENTO 0015/2015, PAL 0027/2014 - CIMCATARINA, PREGÃO PRESENCIAL 0006/2014 - CIMCATARINA, REGISTRO DE PREÇO 0023/2014 - CIMCATARINA, CNPJ: 12.075.748/0001-32 | | | | | | | | |
| 70 | Ordinário | 01.001.0004.0122.0001.2002.3339000000000000 | 01000300 | 22/05/2015 | DICAPEL PAPEIS E EMBALAGENS LTDA | 476,00 | 0,00 | 476,00 |
| AQUISIÇÃO DE 4.00 CAIXA DE PAPEL A4, ALCALINO CONFORME SOL. FORNECIMENTO 0016/2015, PAL 0010/2015 - CIMCATARINA, PREGÃO ELETRÔNICO 0008/2015 - CIMCATARINA, REGISTRO DE PREÇO 0009/2015 - CIMCATARINA, CNPJ: 12.075.748/0001-32 | | | | | | | | |
| 71 | Ordinário | 01.001.0004.0122.0001.2002.3319000000000000 | 01000300 | 22/05/2015 | IDIANE CAETANO GONÇALVES | 1.361,85 | 0,00 | 1.361,85 |
| REFERENTE FERIAS PROPORCIONAIS PAGAS NA RESCISÃO DE IDIANE CAETANO GONÇALVES. | | | | | | | | |
| 72 | Ordinário | 01.001.0004.0122.0001.2002.3319000000000000 | 01000300 | 22/05/2015 | IDIANE CAETANO GONÇALVES | 453,95 | 0,00 | 453,95 |
| REFERENTE FERIAS - ABONO CONSTITUCIONAL PAGOS NA RESCISÃO DE IDIANE CAETANO GONÇALVES. | | | | | | | | |
| 73 | Ordinário | 01.001.0004.0122.0001.2002.3319000000000000 | 01000300 | 22/05/2015 | IDIANE CAETANO GONÇALVES | 851,15 | 0,00 | 851,15 |
| REFERENTE DECIMO TERCEIRO SALÁRIO PAGO NA RESCISÃO DE IDIANE CAETANO GONÇALVES. | | | | | | | | |
| 74 | Estimativo | 01.001.0004.0122.0001.2002.3339000000000000 | 01000300 | 26/05/2015 | CLARO S.A | 6.000,00 | 0,00 | 6.000,00 |
| CONTRATAÇÃO DE 30 LINHAS DE TELEFONIA MÓVEL PARA DISPONIBILIZAÇÃO AO MUNICÍPIO DE FREI ROGERIO CONFORME SOL. FORNECIMENTO 0014/2015, PAL 0027/2014 - CIMCATARINA, PREGÃO PRESENCIAL 0006/2014 - CIMCATARINA, REGISTRO DE PREÇO 0023/2014 - CIMCATARINA, CNPJ: 12.075.748/0001-32 CONTRATO 012/2015 | | | | | | | | |
| 75 | Ordinário | 01.001.0004.0122.0001.2002.3339000000000000 | 01000300 | 26/05/2015 | LUIZ FERNANDO RALDI | 800,00 | 0,00 | 800,00 |
| ADIANTAMENTO PARA COBRIR DESPESAS DE VIAGENS E SERVIÇOS DE PEQUENO VALOR. | | | | | | | | |
| 76 | Ordinário | 01.001.0004.0122.0001.2002.3339000000000000 | 01000300 | 26/05/2015 | LUIZ FERNANDO RALDI | 800,00 | 0,00 | 800,00 |
| ADIANTAMENTO PARA COMPRAS DE MATERIAIS DE PEQUENO VALOR. | | | | | | | | |
| 77 | Ordinário | 01.001.0004.0122.0001.2002.3339000000000000 | 01000300 | 26/05/2015 | AUTO VIAÇÃO CATARINENSE LTDA | 115,11 | 0,00 | 115,11 |
| DESPESA COM PASSAGEM DE FLORIANÓPOLIS A FRABURG PARA RETORNO DE LUIZ FERNANDO RALDI DO TREINAMENTO E-SFINGE NO TRIBUNAL DE CONTAS TCE/SC. | | | | | | | | |
| Total Empenhos Globais | | | | | | 10.400,00 | 0,00 | 10.400,00 |
| Total Empenhos Ordinários | | | | | | 4.858,06 | 424,69 | 4.433,37 |
| Total Empenhos Estimativos | | | | | | 15.000,00 | 0,00 | 15.000,00 |
| Total Geral | | | | | | 30.258,06 | 424,69 | 29.833,37 |

IPM - Informática Ltda

Identificador: WEO081101-022-FBGRKH-173279063 - Emitido por: LUIZ FERNANDO RALDI

29/06/2015 12:04

RELAÇÃO DE PAGAMENTOS EFETUADOS

Pág 1 / 3

CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE CIMCATARINA

Financeiro
Pagamentos Efetuados
Período: 01/05/2015 até: 31/05/2015



| Data | Ordem de Pagamento | Credor | Documento | Histórico | Vínculo | Banco | Tipo | Doc. Pagto | Valor |
|---------------------|--------------------|-------------------------|--|------------------------------|---------|---------------------------------|-----------------|------------|-----------|
| 04/05/2015 | 158 | IPM INFORMÁTICA LTDA | 20162 | Pagamento automático de reti | 1000300 | | Retenção | 1 | 7,94 |
| 04/05/2015 | 159 | CONDUVALE ELETRIFICAÇÃO | 2046, 2047, 2048, 2049, 2050, 2051, 2052, 2058, 2054, 2055, 2056, 2057 | Pagamento automático de reti | 1000300 | | Retenção | 1 | 5.410,17 |
| SubTotal 04/05/2015 | | | | | | | | | 5.418,11 |
| 08/05/2015 | 164 | HBINFOPROVEDOR LTDA M | 3148 | | 1000300 | B. Brasil - PROLICITA 22436- | Débito Bancário | | 619,00 |
| 08/05/2015 | 165 | HBINFOPROVEDOR LTDA M | 22980 | | 1000300 | B. Brasil - PROLICITA 22436- | Débito Bancário | | 149,00 |
| 08/05/2015 | 167 | REVOLUCION SERVICOS DI | 392 | | 1000300 | B. Brasil - PROLICITA 22436- | Débito Bancário | | 4.200,25 |
| 08/05/2015 | 168 | REVOLUCION SERVICOS DI | 390 | | 1000300 | B. Brasil - PROLICITA 22436- | Débito Bancário | | 163,00 |
| 08/05/2015 | 162 | IVETE REGINA ODORIZZI | 04/2015 | | 1000300 | B. Brasil - PROLICITA 22436- | Débito Bancário | | 1.180,00 |
| 08/05/2015 | 163 | POSTO MACA LTDA | 99101 | | 1000300 | B. Brasil - PROLICITA 22436- | Débito Bancário | | 171,02 |
| 08/05/2015 | 166 | IPM INFORMÁTICA LTDA | 20162 | | 1000300 | B. Brasil - PROLICITA 22436- | Débito Bancário | | 521,61 |
| 08/05/2015 | 160 | CAIXA ECONOMICA FEDER | 04/2015 | | 1000300 | B. Brasil - PROLICITA 22436- | Débito Bancário | | 544,40 |
| 08/05/2015 | 161 | CAIXA ECONOMICA FEDER | 04/2015 | | 1000300 | B. Brasil - PROLICITA 22436- | Débito Bancário | | 1.054,32 |
| 08/05/2015 | 69 | CONDUVALE ELETRIFICAÇÃO | 1 | | 1000300 | B. Brasil - Ctp1 Ctr3 - 20.413- | Débito Bancário | | 26,36 |
| 08/05/2015 | 74 | CONDUVALE ELETRIFICAÇÃO | 1 | | 1000300 | B. Brasil - Ctp1 Ctr3 - 20.413- | Débito Bancário | | 14,15 |
| 08/05/2015 | 71 | CONDUVALE ELETRIFICAÇÃO | 1 | | 1000300 | B. Brasil - Ctp1 Ctr3 - 20.413- | Débito Bancário | | 15,99 |
| 08/05/2015 | 72 | CONDUVALE ELETRIFICAÇÃO | 1 | | 1000300 | B. Brasil - Ctp1 Ctr3 - 20.413- | Débito Bancário | | 118,00 |
| 08/05/2015 | 68 | CONDUVALE ELETRIFICAÇÃO | 1 | | 1000300 | B. Brasil - Ctp1 Ctr3 - 20.413- | Débito Bancário | | 87,84 |
| 08/05/2015 | 66 | CONDUVALE ELETRIFICAÇÃO | 1 | | 1000300 | B. Brasil - Ctp1 Ctr3 - 20.413- | Débito Bancário | | 445,83 |
| 08/05/2015 | 67 | CONDUVALE ELETRIFICAÇÃO | 1 | | 1000300 | B. Brasil - Ctp1 Ctr3 - 20.413- | Débito Bancário | | 84,51 |
| 08/05/2015 | 70 | CONDUVALE ELETRIFICAÇÃO | 1 | | 1000300 | B. Brasil - Ctp1 Ctr3 - 20.413- | Débito Bancário | | 9,94 |
| 08/05/2015 | 73 | CONDUVALE ELETRIFICAÇÃO | 1 | | 1000300 | B. Brasil - Ctp1 Ctr3 - 20.413- | Débito Bancário | | 33,19 |
| 08/05/2015 | 75 | CONDUVALE ELETRIFICAÇÃO | 1 | | 1000300 | B. Brasil - Ctp1 Ctr3 - 20.413- | Débito Bancário | | 207,98 |
| 08/05/2015 | 77 | CONDUVALE ELETRIFICAÇÃO | 1 | | 1000300 | B. Brasil - Ctp1 Ctr3 - 20.413- | Débito Bancário | | 31,02 |
| 08/05/2015 | 76 | CONDUVALE ELETRIFICAÇÃO | 1 | | 1000300 | B. Brasil - Ctp1 Ctr3 - 20.413- | Débito Bancário | | 337,01 |
| 08/05/2015 | 169 | GEINFO TECNOLOGIA DA IN | 1917 | | 3000300 | B. Brasil - Ctp1 Ctr3 - 20.413- | Débito Bancário | | 517,00 |
| SubTotal 08/05/2015 | | | | | | | | | 10.531,42 |
| 14/05/2015 | 170 | OI SA | 1505000181148, 1505000211257 | | 1000300 | B. Brasil - PROLICITA 22436- | Débito Bancário | | 369,06 |
| 14/05/2015 | 171 | OI SA | 49R6472031, 1505000166178 | | 3000300 | B. Brasil - Ctp1 Ctr3 - 20.413- | Débito Bancário | | 215,83 |
| SubTotal 14/05/2015 | | | | | | | | | 584,89 |
| 18/05/2015 | 172 | TELEFONICA BRASIL | 91931052015 | | 3000300 | B. Brasil - PROLICITA TELEF | Débito Bancário | | 333,20 |
| 18/05/2015 | 176 | CONDUVALE ELETRIFICAÇÃO | 1166, 1167, 1168, 1169, 1170, 1171, 1172, 1173, 1174, 1175, 1176, 1177 | | 1000300 | B. Brasil - Ctp1 Ctr3 - 20.413- | Débito Bancário | | 44.910,10 |
| 18/05/2015 | 177 | CONDUVALE ELETRIFICAÇÃO | 1148, 1149, 1150, 1151, 1152, 1153, 1154, 1155, 1156, 1157, 1158, 1147 | | 1000300 | B. Brasil - Ctp1 Ctr3 - 20.413- | Débito Bancário | | 2.347,93 |
| 18/05/2015 | 175 | TELEFONICA BRASIL | 40161052015, 66806052015, 40244052015 | | 1000300 | B. Brasil - PROLICITA TELEF | Débito Bancário | | 670,92 |
| 18/05/2015 | 173 | TELEFONICA BRASIL | 91931052015 | | 1000300 | B. Brasil - PROLICITA TELEF | Débito Bancário | | 67,92 |
| 18/05/2015 | 174 | TELEFONICA BRASIL | 66746052015, 40165052015 | | 1000300 | B. Brasil - PROLICITA TELEF | Débito Bancário | | 3.474,90 |
| SubTotal 18/05/2015 | | | | | | | | | 51.804,97 |
| 19/05/2015 | 78 | ELÓI RONNAU | 1 | | 1000300 | B. Brasil - PROLICITA 22436- | Débito Bancário | | 989,90 |

29/06/2015 12:10

Identificador: WFC161101-022-EQWQSE-173279420 - Emitido por: LUIZ FERNANDO RALDI

IPM - Informática Ltda

CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE CIMCATARINA

Financeiro
Pagamentos Efetuados
Período: 01/05/2015 até: 31/05/2015



| Data | Ordem de Pagamento | Credor | Documento | Histórico | Vínculo | Banco | Tipo | Doc. Pagto | Valor |
|----------------------------|--------------------|-------------------------|--|-----------------------------|---------|---------------------------------|-----------------|------------|------------------|
| 19/05/2015 | 79 | ELÓI RONNAU | 1 | | 1000300 | B. Brasil - PROLICITA 22436- | Débito Bancário | | 608,23 |
| 19/05/2015 | 178 | CELESC DISTRIBUICAO S A | 01201514998005920 | | 1000300 | B. Brasil - PROLICITA 22436- | Débito Bancário | | 172,23 |
| 19/05/2015 | 180 | INSS | 04/2015 | | 1000300 | B. Brasil - PROLICITA 22436- | Débito Bancário | | 1.497,10 |
| 19/05/2015 | 181 | INSS | 04/2015 | | 1000300 | B. Brasil - PROLICITA 22436- | Débito Bancário | | 2.899,38 |
| 19/05/2015 | 80 | CONDUVALE ELETRIFICAC/ | 1 | | 1000300 | B. Brasil - Ctp1 Ctr3 - 20.413- | Débito Bancário | | 3.565,36 |
| 19/05/2015 | 179 | EMPRESA BRASILEIRA DE | 197700 | | 1000300 | B. Brasil - PROLICITA 22436- | Débito Bancário | | 74,94 |
| 19/05/2015 | 182 | ANDRADE, PASSINI COMER | 183 | | 3000300 | B. Brasil- Ctp01 Ctr1 - 20.412 | Débito Bancário | | 1.750,00 |
| 19/05/2015 | 183 | FLAVIO HASSELMANN PINT | 7688810 | | 3000300 | B. Brasil- Ctp01 Ctr1 - 20.412 | Débito Bancário | | 364,00 |
| 19/05/2015 | 184 | DELEGACIA DA RECEITA FE | 032015 | | 1000200 | B. Brasil Sa Movimento 18.52 | Débito Bancário | | 8,37 |
| 19/05/2015 | 185 | DELEGACIA DA RECEITA FE | PASEP | | 1000200 | B. Brasil Sa Movimento 18.52 | Débito Bancário | | 10,15 |
| SubTotal 19/05/2015 | | | | | | | | | 11.939,66 |
| 20/05/2015 | 47 | LUIZ FERNANDO RALDI | 44400, 027015, 62278, 2968, 18637, 6212 | | 1000300 | B. Brasil - PROLICITA 22436- | Cheque | 850017 | (72,03) |
| 20/05/2015 | 46 | LUIZ FERNANDO RALDI | 3319, 3349, 32250, 19528, 185588 | | 1000300 | B. Brasil - PROLICITA 22436- | Cheque | 850017 | (352,66) |
| SubTotal 20/05/2015 | | | | | | | | | (424,69) |
| 22/05/2015 | 187 | CLAUDINEI MARCIO MORS | 05/2015 | Pagamento automático de ret | 1000300 | B. Brasil - PROLICITA 22436- | Retenção | 1 | 130,47 |
| 22/05/2015 | 188 | CLAUDINEI MARCIO MORS | 05/2015 | | 1000300 | B. Brasil - PROLICITA 22436- | Débito Bancário | | 1.319,24 |
| 22/05/2015 | 191 | IDIANE CAETANO GONCAL | 05/2015 | | 1000300 | B. Brasil - PROLICITA 22436- | Débito Bancário | | 783,06 |
| 22/05/2015 | 186 | IDIANE CAETANO GONCAL | 05/2015 | Pagamento automático de ret | 1000300 | B. Brasil - PROLICITA 22436- | Retenção | 1 | 68,09 |
| 22/05/2015 | 189 | IDIANE CAETANO GONCAL | 05/2015 | | 1000300 | B. Brasil - PROLICITA 22436- | Débito Bancário | | 1.361,85 |
| 22/05/2015 | 190 | IDIANE CAETANO GONCAL | 05/2015 | | 1000300 | B. Brasil - PROLICITA 22436- | Débito Bancário | | 453,95 |
| SubTotal 22/05/2015 | | | | | | | | | 4.116,66 |
| 26/05/2015 | 196 | LUIZ FERNANDO RALDI | | | 1000300 | B. Brasil - PROLICITA 22436- | Cheque | 850024 | 800,00 |
| 26/05/2015 | 197 | LUIZ FERNANDO RALDI | | | 1000300 | B. Brasil - PROLICITA 22436- | Cheque | 850024 | 800,00 |
| 26/05/2015 | 192 | CONDUVALE ELETRIFICAC/ | 1192, 1193, 1194, 1195, 1196, 1197, 1198, 1200, 1201, 1202, 1203, 1199 | | 1000300 | B. Brasil - Ctp1 Ctr3 - 20.413- | Débito Bancário | | 31.317,39 |
| 26/05/2015 | 194 | CONDUVALE ELETRIFICAC/ | 1166, 1167, 1168, 1169, 1170, 1171, 1172, 1173, 1174, 1175, 1176, 1177 | | 1000300 | B. Brasil - Ctp1 Ctr3 - 20.413- | Débito Bancário | | 5.612,48 |
| 26/05/2015 | 193 | CONDUVALE ELETRIFICAC/ | 1969, 1968, 1967, 1966, 1965, 1964, 1963, 1962, 1961, 1960, 1959, 1958 | | 1000300 | B. Brasil - Ctp1 Ctr3 - 20.413- | Débito Bancário | | 59.847,79 |
| 26/05/2015 | 195 | AUTO VIACAO CATARINENS | 061173 | | 1000300 | B. Brasil - PROLICITA 22436- | Cheque | 850022 | 115,11 |
| SubTotal 26/05/2015 | | | | | | | | | 98.492,77 |
| 29/05/2015 | 202 | ELÓI RONNAU | 052015 | Pagamento automático de ret | 1000300 | B. Brasil - PROLICITA 22436- | Retenção | 1 | 10.561,04 |
| 29/05/2015 | 199 | ELÓI RONNAU | 052015 | | 1000300 | B. Brasil - PROLICITA 22436- | Débito Bancário | | 2.617,99 |
| 29/05/2015 | 83 | ELÓI RONNAU | 1 | | 1000300 | B. Brasil - PROLICITA 22436- | Débito Bancário | | 1.628,09 |
| 29/05/2015 | 85 | ELÓI RONNAU | 1 | | 1000300 | B. Brasil - PROLICITA 22436- | Débito Bancário | | 25,14 |
| 29/05/2015 | 82 | ELÓI RONNAU | 1 | | 1000300 | B. Brasil - PROLICITA 22436- | Débito Bancário | | 0,01 |
| 29/05/2015 | 84 | ELÓI RONNAU | 1 | | 1000300 | B. Brasil - PROLICITA 22436- | Débito Bancário | | 16,89 |
| 29/05/2015 | 200 | SANTA TEREZINHA TRANSF | 6755 | | 1000300 | B. Brasil - PROLICITA 22436- | Débito Bancário | | 82,86 |
| 29/05/2015 | 81 | IPM INFORMATICA LTDA | 1 | | 1000300 | B. Brasil - PROLICITA 22436- | Débito Bancário | | 7,94 |
| 29/05/2015 | 203 | BANCO DO BRASIL SA | EXTRATO BANCARIO | | 1000300 | B. Brasil - PROLICITA 22436- | Débito Bancário | | 167,16 |

29/06/2015 12:10

Identificador: WFC161101-022-ECWOSE-173279420 - Emitido por: LUIZ FERNANDO RALDI

IPM - Informática Ltda

CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE CIMCATARINA

Financeiro

Pagamentos Efetuados

Período: 01/05/2015 até: 31/05/2015



| Data | Ordem de Pagamento | Credor | Documento | Histórico | Vínculo | Banco | Tipo | Doc. Pagto | Valor |
|---------------------|--------------------|------------------------|------------------|------------------------------|---------|---------------------------------|-----------------|------------|------------|
| 29/05/2015 | 204 | BANCO DO BRASIL SA | EXTRATO BANCARIO | Pagamento automático de reti | 1000300 | B. Brasil - PROLICITA TELEF | Débito Bancário | 1 | 12,60 |
| 29/05/2015 | 198 | CLAUDINEI MARCIO MORSI | 052015 | | 1000300 | B. Brasil - PROLICITA 22436- | Retenção | | 466,42 |
| 29/05/2015 | 201 | CLAUDINEI MARCIO MORSI | 052015 | | 1000300 | B. Brasil - Ctp1 Ctr3 - 20.413- | Débito Bancário | | 4.295,81 |
| 29/05/2015 | 205 | BANCO DO BRASIL SA | EXTRATO | | 3000300 | B. Brasil - Ctp1 Ctr3 - 20.413- | Débito Bancário | | 56,44 |
| SubTotal 29/05/2015 | | | | | | | | | 19.938,39 |
| Total Pago Maio | | | | | | | | | 202.402,18 |
| Total Geral | | | | | | | | | 202.402,18 |

CIS/AMARP**RESOLUÇÃO 24 2015**

Resolução nº 24/2015

Gilberto Amaro Comazzetto, Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe-CIS-AMARP, Prefeito Municipal de Caçador, usando da competência que lhe confere o inciso VIII, art.17 do Estatuto Social do CIS-AMARP.

RESOLVE:

Art. 1º Incluir na tabela de procedimentos CIS-AMARP anexo V ao edital nº 01/2010, para uso em conformidade com a necessidade dos municípios consorciados, o(s) procedimento(s) a seguir:

| Procedimento | CODIGO SUS | CIS |
|--|------------|--------|
| ANGIOTOMOGRAFIA ARTERIAL / VENOSA ABD SUPERIOR | 9016520* | 490,00 |
| ANGIOTOMOGRAFIA ARTERIAL / VENOSA PELVE | 9016538* | 490,00 |
| ANGIOTOMOGRAFIA ARTERIAL / VENOSA ABD TOTAL | 9016554* | 490,00 |
| ANGIOTOMOGRAFIA ARTERIAL / VENOSA AORTA TOTAL ABDOMINAL E TORÁCICA | 9016562* | 490,00 |
| ANGIOTOMOGRAFIA ARTERIAL / VENOSA DE MEMBROS INFERIORES | 9016597* | 490,00 |
| ANGIOTOMOGRAFIA ARTERIAL / VENOSA TORAX | 9016600* | 490,00 |
| Angiotomografia arterial / venosa de crânio | 9016570* | 490,00 |
| Angiotomografia arterial / venosa de membros superiores | 9016589* | 490,00 |
| Angiotomografia arterial / venosa de pescoço | 9016384* | 490,00 |
| Angiotomografia arterial / venosa pulmonar | 9016392* | 490,00 |

(*) Código próprio CISAMARP.

Art.2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Videira, 10 de junho de 2015.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
Presidente CIS-AMARP

RESOLUÇÃO 25 2015

Resolução nº 25/2015

Gilberto Amaro Comazzetto, Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe-CIS-AMARP, Prefeito Municipal de Caçador, usando da competência que lhe confere o inciso VIII, art.17 do Estatuto Social do CIS-AMARP.

RESOLVE:

Art. 1º Incluir na tabela de procedimentos CIS-AMARP anexo V ao edital nº 01/2010, para uso em conformidade com a necessidade dos municípios consorciados, o(s) procedimento(s) a seguir:

| Procedimento | CODIGO SUS | CIS |
|---|------------|--------|
| Ultrassonografia Obstétrica Morfológica com Doppler | *9016708 | 180,00 |

(*) Código próprio CISAMARP.

Art.2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação,

condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Videira, 18 de junho de 2015.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
Presidente CIS-AMARP

RESOLUÇÃO 26 2015

Resolução nº 26/2015

Gilberto Amaro Comazzetto, Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe-CIS-AMARP, Prefeito Municipal de Caçador, usando da competência que lhe confere o inciso VIII, art.17 do Estatuto Social do CIS-AMARP.

RESOLVE:

Art. 1º Incluir na tabela de procedimentos CIS-AMARP anexo V ao edital nº 01/2010, para uso em conformidade com a necessidade dos municípios consorciados, o(s) procedimento(s) a seguir:

| Procedimento | CODIGO SUS | CIS |
|---|------------|--------|
| Core biopsy Próstata 12 fragmentos | 9016678* | 520,00 |
| Core biopsy Fígado | 9016686* | 520,00 |
| Core biopsy Mama sem limite nódulos | 9016694* | 520,00 |
| Core biopsy Pulmão | 9016716* | 520,00 |
| PAAF – Punção Aspirativa por Agulha Fina sem limite nódulos | 9016724* | 300,00 |

(*) Código próprio CISAMARP

Art. 2º Valores referem-se somente a punção dos fragmentos, a análise ficará sob responsabilidade dos municípios.

Art.3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Videira, 23 de junho de 2015.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
Presidente CIS-AMARP

CIASS**RESOLUÇÃO 007/2015**

CIASS – CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE DE TURVO E MUNICIPIOS LIMÍTROFES

RESOLUÇÃO No 007/15, de 24 de Junho de 2015.

NOMEIA COORDENADOR SOCIAL PARA O CIASS DE TURVO E MUNICIPIOS LIMITROFES CONFORME PROTOCOLO DE INTENÇÕES, ANEXO I, PROVIMENTO EM COMISSÃO.

RONALDO CARLESSI, presidente do CIASS – CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE DE TURVO E MUNICIPIOS LIMÍTROFES, no uso das atribuições que lhe compete o art.25 do Estatuto/contrato.

RESOLVE

Art. 1º - Nomear Sandra Regina Blausius, CPF 636.981.109-20 para o Cargo de COORDENADORA SOCIAL em comissão, conforme Anexo I do protocolo de intenções do CIASS.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 24 de Junho de 2015.

RONALDO CARLESSI

Presidente da CIASS DE TURVO

RESOLUÇÃO 008/2015

CIASS – CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE DE TURVO E MUNICIPIOS LIMÍTROFES

RESOLUÇÃO No 008/15, de 24 de Junho de 2015.

NOMEIA ACT PARA O CIASS DE TURVO E MUNICIPIOS LIMITROFES CONFORME EDITAL DE PROCESSO SELETIVO 001/2015.

RONALDO CARLESSI, presidente do CIASS – CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE DE TURVO E MUNICIPIOS LIMÍTROFES, no uso das atribuições que lhe compete o art.25 do Estatuto/contrato.

RESOLVE

Art. 1º - Nomear conforme Processo Seletivo nº 001/2015, os Servidores abaixo relacionados:.

NOME CPF CARGO

Valdineia Macarini 868.810.279-15 Psicologo

Adriana Miguel da Silva Pinheiro 004.556.629-16 Monitor/Cuidador

Eliete Niero Bilessimo Rosso 038.874.559-24 Monitor/Cuidador

Lizete Back 813.953.299-15 Monitor/Cuidador

Maria Rosa de Oliveira 026.877.339-46 Monitor/Cuidador

Maria Veronica Pereira 999.523.869-15 Monitor/Cuidador

Rita de Cassia Ferreira Bezerra 042.935.559-94 Monitor/Cuidador

Rosa Maria Fernandes Lazari 927.589.089-72 Monitor/Cuidador

Vanessa Silva dos Santos Felipe 042.256.509-10 Monitor/Cuidador

Carina dos Santos Gabriel 067.498.309-27 Serviços Gerais

Art. 2º - O prazo de contratação em caráter temporário, relacionado no art. 1º desta Resolução, iniciará em 24 de Junho de 2015 até 23 de Junho de 2016, podendo ser prorrogado por igual período.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 24 de Junho de 2015.

RONALDO CARLESSI

Presidente da CIASS DE TURVO